00100.132628/2021-88

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. ÚNICO AO Nº 199, QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2021

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2021 6

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2021 35

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2021 43

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2021 98

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2021 123

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de setembro de 2021 125

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2021 166

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2021 188

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2021 193

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de novembro de 2021 212

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2021 252

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2021 253

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2021 255

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2021 300

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2021 302

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2021 341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2021 356

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2021 358

Ata da 11ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de novembro de 2021 377

1.5 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2021 403

1.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2021 426

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2021 465

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2021 476

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2021 496

Ata da 23ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de novembro de 2021 (Realizada em conjunto com a 34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente **(Vide item 9)**

Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de novembro de 2021 (Realizada em conjunto com a 35ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente) **(Vide item 9)**

1.7 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2021 522

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2021 568

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2021 569

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de outubro de 2021 570

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2021 598

1.8 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 14ª Reunião, realizada em 8 de outubro de 2021 602

Ata da 15ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2021 606

Ata da 16ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2021 638

Ata da 17ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2021 682

Ata da 18ª Reunião, realizada em 12 de novembro de 2021 689

Ata da 19ª Reunião, realizada em 17 de novembro de 2021 722

1.9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2021 752

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2021 791

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132628/2021-88

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2021 823

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2021 857

Ata da 34ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de novembro de 2021 (Realizada em conjunto com a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária). 869

Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de novembro de 2021 (Realizada em conjunto com a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária). 912

1.9.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Ata da 1ª Reunião, realizada em 22 de setembro de 2021 973

Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de novembro de 2021 989

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Giordano, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Lucas Barreto, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 83, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para especificar as doenças incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores públicos inativos e seus pensionistas." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5180, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para dispor sobre o trabalho de médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 449, de 2018 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade, na ocupação das vagas concedidas aos menores aprendizes, aos adolescentes que residam em espaços de acolhimento institucional e abrigos, e acrescenta § 16 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária do empregador, nas contratações de aprendizes, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Magno Malta (PR/ES). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 793, de 2015 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 e art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 172, de 2014 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar ao trabalhador aposentado ou seu pensionista o direito à desaposentadoria." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1400, de 2019 - Terminativo -** que: "Obriga empresas de teleatendimento ou telemarketing a oferecerem serviços de ginástica laboral e atendimento psicológico a seus empregados." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Observação:** Dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 9, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 236, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 16, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas de concretização do direito social à saúde no contexto da reforma tributária." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 17, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 16, de 2021-CAS, de “realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas de concretização do direito social à saúde no contexto da reforma tributária”, a inclusão do seguinte convidado: Sr. Nelson Mussolini, Presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos - Sindusfarma." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 18, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 4/2021 - CAS, que tem como objetivo debater a "Norma Regulamentadora 36 - NR36”." **Autoria:** Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/26

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2016

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, para especificar as doenças incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária de servidores públicos inativos e seus pensionistas.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Paulo Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 05/10/2021.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha para leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Gostei do nobre, Sr. Presidente.

Queria agradecer, inicialmente, pela relatoria desse projeto tão importante, que, conforme o anúncio da ementa, fala claramente que trata de lei para especificar para doenças incapacitantes para fins de incidência sobre a contribuição previdenciária dos servidores públicos.

A matéria é de autoria do Senador Paulo Paim, Parlamentar experiente, estudioso, preparado no assunto. Portanto, é uma matéria muito importante. Além do que – vou passar direto para a análise, Presidente – é uma legislação que pode ser de iniciativa parlamentar, portanto não sofre vícios constitucionais nem legislativos. A matéria está preparada então para ser votada nesta Comissão. Por outro lado, é uma matéria que, como envolve questão financeira e econômica, vai passar pela CAE, porque lá tem uma obrigação terminativa, uma vez que faz parte da Comissão a análise desse tipo de matéria que envolve questão financeira e econômica do Estado brasileiro.

De acordo com o inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado, à CAS compete opinar sobre matérias relacionadas à seguridade social e previdência social. Portanto, é uma matéria afeita à CAS.

De pronto, cumpre ressaltar que até hoje há controvérsia, no plano administrativo e jurisprudencial, nos diversos entes federados brasileiros, sobre quais são as doenças incapacitantes que geram os benefícios do §21 do art. 40 da Constituição Federal. O Constituinte foi sábio, nesse ponto, ao prever o direito de isenção da contribuição previdenciária para essas pessoas, considerando os altos gastos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoais com medicamentos, assistência médica e alimentação especial, entre outros. Entretanto, com a falta de regulamentação legal, criou-se verdadeiro imbróglio jurídico, que dificulta o exercício do direito legítimo à isenção tributária.

Portanto, já foi produto de discussão inclusive no Judiciário. Há julgados que apontam interpretações diferentes para definir quais são as doenças previstas na legislação. Para o Superior Tribunal de Justiça, valem as doenças listadas para o benefício de aposentadoria por invalidez sem o cumprimento de prazo de carência, isso foi resultado da Primeira Turma. Para a Turma Recursal da Fazenda Pública do Rio Grande do Sul, valem as doenças listadas para isenção do Imposto de Renda.

É o momento de o Congresso Nacional pacificar a questão em lei nacional e adotar critério claro e transparente para o exercício desse direito pelos servidores aposentados com doenças incapacitantes, nos termos do §21 do art. 40 da Carta Magna. Nesse sentido, para regular a isenção de contribuição previdenciária, nada mais razoável do que estender as regras referentes ao direito de isenção do Imposto de Renda garantido às pessoas com doenças graves previsto no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Com a solução dessa controvérsia, haverá grandes ganhos sociais, haja vista que servidores e pensionistas acometidos dessas doenças deixarão de ser submetidos a longos e cansativos processos administrativos.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2016.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Coloco a matéria em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente Petecão, permita que eu lhe fale assim, de tantos anos que o conheço. Você pode me chamar de Paim também, viu, Senador? Sabe o respeito que eu tenho pela sua condução dos trabalhos, não só aqui, como também nas Comissões de medidas provisórias. Foi no seu gabinete que a gente acabou construindo caminhos para um possível entendimento.

Sr. Presidente, queria, neste momento, só cumprimentar o Senador Paulo Rocha. Ele foi muito feliz nos seus argumentos. Essa é matéria pacífica já no Supremo, e as pessoas têm que ir ao Supremo para o Supremo dizer: "Já está decidido, ganho de causa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui se refere a toda doença muito grave que exija cuidados constantes e gastos com medicações, exames, tratamento continuado, como falou muito bem o Líder Paulo Rocha.

Portanto, a partir da aprovação do projeto – e vou usar de novo a palavra do meu Líder –, a questão está pacificada, e tanto os trabalhadores como aposentados e pensionistas acometidos por doenças da gravidade dessas gozarão da isenção da contribuição.

É bom lembrar, Sr. Presidente, o que o Relator salientou: são doenças que já geram isenção de Imposto de Renda. Aí há uma lista das doenças, que foram, então, enquadradas também nesse projeto.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senador Paulo Rocha, muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A matéria ainda está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5180, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para dispor sobre o trabalho de médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Paulo Rocha

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha, para leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, para ficar claro para quem está nos ouvindo e quem está participando da nossa reunião, essa aqui é uma lei de iniciativa de sugestão, que chega nas nossas Comissões via e-Cidadania.

Eu estou dando pela prejudicialidade – isso envolve a questão do Mais Médicos. Que ninguém entenda que nós somos contra o Mais Médicos, não é isso. É que já existe uma lei regulamentando a situação e, portanto, não caberia mais essa lei.

A gente, claro, agradece as sugestões dos nossos participantes e ouvintes via o e-Cidadania; no entanto, essa lei já existe.

Portanto, a nossa votação é pela prejudicialidade.

Naturalmente que a gente tem que submeter aos nossos órgãos de definição.

A iniciativa é composta por dois artigos. O art. 1º acrescenta art. 13-A à lei já existente, de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera a lei de dezembro de 1993, que permite que médico brasileiro formado no exterior, sem diploma validado no Brasil, exerça a profissão em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), por até três anos, na forma do regulamento. O art. 2º, cláusula de vigência, estabelece que, caso aprovada, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Então, é uma sugestão importante, mas já existe essa lei desde 1993, que autoriza os médicos a trabalharem no SUS, e a lei que foi criada com o Programa Mais Médicos, que é a Lei 12.871, de 2013.

Portanto, nós analisamos o projeto.

De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno da Casa, compete à CAS opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

Quanto ao mérito, contudo, cabe lembrar que, ao instituir o Programa Mais Médicos para o Brasil, a Lei nº 12.871, de 2013, estabeleceu que ele seria oferecido a médicos formados no Brasil, ou com diploma revalidado no País, bem como àqueles formados em instituições estrangeiras.

Segundo o referido diploma, a ocupação das vagas abertas pelo projeto observa uma ordem de prioridade pré-determinada, a saber: i) médicos formados no Brasil ou com diploma revalidado no País; ii) brasileiros formados em instituições estrangeiras e com habilitação para exercício da Medicina no exterior; e iii) estrangeiros com habilitação para exercício da Medicina no exterior.

Ou seja, já existe previsão legal da participação de brasileiros formados no exterior na atenção básica em saúde, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, ainda que não tenham validado seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diplomas no Brasil, seja em razão de reprovação, seja por não submissão ao exame de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).

O que falta realmente é organizar melhor esse Revalida, mas o direito de participar do programa de saúde básica já existe. De fato, esses profissionais podem ser admitidos no Programa Mais Médicos para o Brasil como médicos intercambistas. Nesse caso, fica dispensada, nos três primeiros anos de participação, a revalidação do diploma (art. 16, *caput*). Além disso, a participação do médico intercambista, atestada pela coordenação do projeto, é condição necessária e suficiente para o exercício da Medicina, nesse contexto (art. 16, §2º).

Note-se que, entre os objetivos do Programa Mais Médicos, destacam-se os seguintes (art. 1º, incisos I, II e IV, respectivamente), que são os mesmos do projeto de lei sob análise, a saber:

– diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde;

– fortalecer a prestação de serviços de atenção básica em saúde no País;

– promover a troca de conhecimentos e experiências entre profissionais da saúde brasileiros e médicos formados em instituições estrangeiras.

Esses são objetivos desde quando foi criado o Mais Médicos. Eles foram cumpridos, por isso é que o Mais Médicos deu certo em nosso País. O próprio povo já está reclamando que esse projeto foi acabado ou, se não, reduzido.

Por isso a gente agradece a sugestão, via e-Cidadania, dos cidadãos que estão atentos aos problemas do nosso País. Felizmente já existe a lei e, portanto, já se atende a preocupação da sugestão enviada via e-Cidadania. Por isso é que concluímos pela prejudicialidade, uma vez que já existe lei para atender essa demanda da sociedade em nosso País.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, o voto é pela prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, é pela recomendação da declaração de prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 4/2021 - CAS, que tem como objetivo debater a "Norma Regulamentadora 36 - NR36".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*)... para que se aprofunde o debate sobre esse tema tão importante, que trata...

Eu não estou com o requerimento aqui em mãos, Presidente. Peço um minutinho só.

É o item 12 – é exatamente o que eu estava pensando. Nós vamos debater nesse requerimento a NR-36, uma norma de segurança em saúde no trabalho. Diz respeito a empresas de abate e processamento de carne e derivados destinados ao consumo humano.

A norma especifica regras. O trabalhador e o empregador têm interesse, porque alguns querem modificar, para que garanta aí a qualidade do produto e, ao mesmo tempo, a segurança do trabalhador.

Esse é o objetivo de debater a NR-36, como debatemos no passado a NR-12 – foi um grande debate – e avançamos na redação final.

Quero lembrar que o não cumprimento da norma poderá acarretar risco ao trabalhador, ao ambiente de trabalho e ao próprio empreendedor.

Por isso, o debate seria interessante para ver aonde vamos com a norma, a NR-36.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Presidente, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senador Paim, a nossa assessoria aqui da Mesa comunica que a sua audiência solicitada já está marcada para o dia 16 de novembro. Depois o seu gabinete entra em contato aqui com a nossa assessoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Eu já agradeço a V. Exa., Presidente.

É muita gente interessada. O próprio Governo Federal abriu consulta pública para a revisão da norma.

Então, é uma parceria de todos, sem entrar nessa de oposição ou situação, para avançarmos nesta importante NR-36.

Que bom que V. Exa. já marcou a data.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1400, DE 2019

- Terminativo -

Obriga empresas de teleatendimento ou telemarketing a oferecerem serviços de ginástica laboral e atendimento psicológico a seus empregados.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 19/10/2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Terceira observação, a votação será nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Leila Barros para leitura do relatório.

Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, bom dia.

Bom dia, Senador Sérgio Petecão, Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais. Cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes no dia de hoje.

Bom, eu vou ao relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 1.400, de 2019, que obriga empresas de teleatendimento ou *telemarketing* a oferecerem serviços de ginástica laboral e atendimento psicológico a seus empregados.

O projeto prevê que:

1) as empresas de teleatendimento ou *telemarketing* com 50 funcionários ou mais deverão manter, durante todo o seu horário de funcionamento, um ou mais profissionais para realização e tutoria de ginástica laboral;

2) a ginástica laboral deve ser oferecida para todos os empregados que trabalhem no atendimento de clientes, e a recusa do empregado em não a praticar não poderá ser utilizada para efeito de qualquer punição;

3) a ginástica laboral deve ser realizada durante o horário de trabalho, não podendo ser realizada nos períodos de descanso previstos;

4) nas empresas com menos de 50 funcionários, deverá ser feito treinamento de ginástica laboral para os funcionários na admissão, e, a cada três meses, sua prática deverá ser estimulada.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta que são profissionais que atuam em um ambiente de estresse significativo, com a necessidade de cumprimento de metas, muitas vezes agressivas, e cobranças constantes dos supervisores, o que pode levar ao surgimento de doenças.

Não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, passamos à análise, Sr. Presidente.

A norma não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito, a proposta é relevante em razão do elevado custo financeiro, social e para a saúde dos trabalhadores relacionados aos agravos decorrentes dos riscos existentes nas atividades laborais.

Em nossa legislação trabalhista, a segurança e a medicina do trabalho são amplamente abordadas e disciplinadas através de disposições da CLT e das Normas Regulamentadoras, emitidas pelo Ministério da Economia, além de outros instrumentos legais afins.

Importante salientar que, se medidas apropriadas não forem tomadas, o desgaste inerente à atividade de teleatendimento ou *telemarketing* pode ser bastante prejudicial. Por esse motivo, o então Ministério do Trabalho editou a Portaria nº 9, de 2007, que aprova o Anexo II da Norma Regulamentadora (NR) 17, que dispõe sobre o trabalho em *telemarketing* e teleatendimento.

A portaria abrange todos os setores de empresas e postos de trabalho dedicados a essas atividades, além daquelas empresas dedicadas exclusivamente ao serviço de teleatendimento ou *call center*.

Quanto aos trabalhadores, a portaria abrange os operadores de *telemarketing*, em centrais de atendimento, para prestação de serviços, informações e comercialização de produtos.

Nesse contexto, insere-se o presente projeto que pretende complementar as normas já existentes, estendendo para todas as empresas de teleatendimento ou *telemarketing* a realização de programas de ginástica laboral, a serem realizadas durante o período de trabalho, que, há mais de uma década, têm-se mostrado bastante exitosos.

Ressalte-se que esses programas seguem as orientações das equipes de segurança e saúde dessas empresas e estão em consonância com a citada portaria. Os resultados têm sido muito positivos e eficientes do ponto de vista da saúde do trabalhador.

Alguns aperfeiçoamentos, todavia, são necessários. Julgamos ser dispensável a manutenção de um ou mais profissionais disponíveis, em tempo integral, para realização e tutoria de ginástica laboral, já que as atividades não são realizadas durante todo o período de trabalho.

Sugerimos também a supressão do art. 2º, que determina que as empresas ofereçam serviço de atendimento psicológico. A necessidade de atendimento psicológico, geralmente, advém de doenças multicausais e, portanto, não se pode estabelecer como obrigação do empregador, já que, nem sempre, essas doenças são decorrentes das atividades exercidas por esses trabalhadores. Ademais, o Anexo II da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Norma Regulamentadora nº 17 já é bastante rigoroso na organização do trabalho, no mapeamento de riscos e na promoção da saúde do trabalhador.

Voto.

Pelas razões expostas, nosso voto é pela aprovação do PL nº 1.400, de 2019, nos termos do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1400, DE 2019
> Determina à empresa de teleatendimento ou telemarketing oferecer serviços de ginástica laboral a seus empregados.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º A empresa de teleatendimento ou telemarketing deverá realizar a tutoria de ginástica laboral para seus trabalhadores, por meio de programas de ginástica laboral que incentive essa prática na frequência recomendada pela equipe de segurança e saúde.
> §1º A ginástica laboral será oferecida para todos os empregados que trabalhem no atendimento de clientes.
> §2º A participação na ginástica laboral não é obrigatória, e a recusa do trabalhador em praticá-la não poderá ser utilizada para efeito de qualquer punição.
> §3º A ginástica laboral será realizada durante o horário de trabalho, ficando vedada nos períodos de descanso previstos pela legislação ou em convenção ou acordo coletivo.
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, eu acho que a inciativa do Senador Veneziano vem muito ao encontro do que já está previsto na nossa CLT e, enfim, em várias normas regulamentadoras, mas acrescenta muito, principalmente pela questão, como nós sabemos, de que é um ambiente muitas vezes puxado, muito estressante. E a gente sabe que a ginástica laboral serve muito mais para relaxar, para corrigir postura. O intervalo dela é de cinco a dez minutos diários.

Então, eu acho que a iniciativa do Senador Veneziano é muito interessante e peço o apoio dos colegas desta Comissão para que possamos, claro, com algumas alterações, aprovar o mais rápido possível esse PL.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em discussão o projeto.

Esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e Senadoras que já vamos abrir o painel para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os colegas que estão *online* já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sérgio Petecão, primeiro, quero cumprimentar o nosso Vice-Presidente da Casa, Senador Veneziano Vital do Rêgo, por esse projeto, que só vai melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores com esse tipo de ginástica laboral. E, ao mesmo tempo, ninguém melhor – ninguém melhor, e todos os outros me desculpem, e eu que me desculpe, porque eu estou me incluindo nisso – que a nossa querida Senadora Leila Barros, que é uma especialista nessa área...

Tanto que me perguntaram, Leila, por que eu pedi desculpa para você. Porque eu tinha falado nas Olimpíadas e não tinha pedido licença para você. Daí eles entenderam! Foi uma forma de homenagear a nossa querida Leila. Eu pedi desculpas a ela, porque eu ia falar em Olimpíadas e, primeiro, tinha que pedir licença para a nossa, eu diria, embaixadora nessa área do esporte no planeta.

Então, meus cumprimentos pelo brilhante relatório, porque aprimora, ajusta o texto. Eu tenho a certeza de que terá aqui uma votação expressiva, espero, por unanimidade.

Parabéns, Senadora!

Parabéns ao autor, o Senador Veneziano!

Parabéns, Leila!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com a palavra o autor do projeto, o Senador Veneziano, nosso Vice-Presidente desta Casa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente, meus cumprimentos, meu abraço!

Quero aqui dirigir a V. Exa. as minhas escusas por não estar ao seu lado, ao lado dos meus companheiros, mas, enfim, eu me sinto muito feliz e honrado de participar, mesmo remotamente, desta reunião da nossa CAS.

Lisonjeiramente, é um item, mais um item que V. Exa., de forma especial, com o tratamento particularmente próprio que reserva a todos os demais, pontua. É uma sugestão modesta, mas, penso, de importância, até por força de sabermos os graus das consequências benfazejas que essa medida poderá gerar se vier a ser aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou muito honrado, mais uma vez, com essa colaboração. Como disse o nosso Professor Paulo Paim, uma pessoa que guarda a força da sua experiência, com a vivência no mundo na prática esportiva, é a nossa querida, estimada e competente – são tantos os gestos nesses rápidos dois anos e meio, com essa competência – Senadora Leila.

Então, eu fico muito feliz, pedindo o voto favorável.

O que nós desejamos, por sabermos o quão importante é você conciliar as atividades ao múnus que é próprio do trabalhador, também, até por força daquilo que repercute emocionalmente, Presidente Petecão, são as atividades laborais com as atividades do desporto, do descanso, daquilo que pode ser ludicamente posto à disposição dos trabalhadores.

Então, eu quero saudá-los e agradecer-lhes as palavras que foram conferidas a essas ideias que estão consignadas no projeto de nossa autoria.

Quero agradecer o aprimoramento, o aperfeiçoamento que pôde, mais uma vez, ser permitido à Senadora Leila, garantindo a aprovação dessa iniciativa.

Obrigado, meu querido Senador Presidente Sérgio Petecão.

Obrigado à nossa Relatora.

Obrigado, pelas palavras do Senador Paulo Paim e a todos e todas demais integrantes da CAS.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Veneziano, nós também queremos parabenizá-lo pela autoria do projeto.

Eu estava aqui observando e vi que estava aqui uma pessoa ligada à sua fala, que é a sua mãe. A nossa querida Senadora Nilda Gondim estava aqui. Ainda bem que você foi perfeito na sua fala, porque a sua mãe estava aqui atenta. Ela estava atenta, torcendo por você. Parabéns, Veneziano!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – É quem mais me chama a atenção! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – E eu queria aqui parabenizar e agradecer. A presença dela aqui é marcante, não falta aqui a nenhuma reunião da nossa Comissão. Ela é uma pessoa extraordinária. Só tenho que agradecer à nossa querida Senadora.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – É só para agradecer tantas palavras gentis do meu Presidente e dizer que a CAS sempre foi para mim uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção toda especial... Quando eu fui Deputada Federal, eu representei a CAS, graças a Deus, fora do País, fui à ONU, tudo... Enfim, para mim, participar da CAS é uma realização.

Vejo que o senhor tem feito tudo e destacado a CAS junto a todas as outras Comissões. Ela é pioneira nas análises que fazem dos projetos.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradeço as palavras da nossa querida Senadora.

Infelizmente, nós temos um problema lá na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que parou e trancou todas as Comissões. Nós estamos aqui agora com problema de projetos... Nós já secamos aqui as gavetas, praticamente, e não temos mais... Esta Comissão aqui, graças a Deus, com a participação de todos os Srs. Senadores e Senadoras... Nós, todas as terças-feiras, às 11h, realizamos reunião aqui e nunca faltamos a uma reunião, porque eu sei – é o que a senhora disse – da importância desta Comissão. A Comissão de Assuntos Sociais é da maior importância tanto para o Senado como para as pessoas deste País. Então, graças a Deus, o trabalho desta Comissão aqui tem sido maravilhoso, graças ao empenho de todos os Senadores – todos, todos. É uma turma boa que nós temos aqui e que tem ajudado muito. (*Pausa.*)

A Senadora Zenaide, com a palavra, mais uma vez dizendo aos colegas que estão *online* que já podem votar – já podem votar –, para que nós possamos finalizar aqui a votação.

Senadora Zenaide, obrigado pelas castanhas maravilhosas que recebi. Quando tiver umas castanhas de caju aí... Agora, falta eu trazer umas castanhas-do-pará lá do Acre para... Adorei!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – É fazendo a propaganda do Rio Grande do Norte, Presidente!

Presidente, eu quero também parabenizar o senhor e falar como a colega Nilda Gondim. A Comissão de Assuntos Sociais tem uma importância fundamental, porque a gente vê essa parte de saúde preventiva, toda essa parte, ou seja, esta Comissão salva vidas, fazendo projetos de leis.

Especialmente sobre o projeto de lei do Senador Veneziano, com a relatoria brilhante da Senadora Leila, com o conhecimento que tem, isso é investir em profissionais saudáveis. O que eles investem com esse tempo mínimo de uma ginástica laboral e um atendimento psicológico vai evitar centenas de atestados médicos. A gente sabe que é uma prevenção, é para a saúde. Uma empresa que tem um olhar diferenciado para os seus trabalhadores, lembrando que são eles que fazem o trabalho... Eu costumo dizer que, às vezes, essa saga de tirar direito de trabalhadores que a gente tem visto nos últimos cinco anos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tento lembrar a quem tem trabalhadores que, até para eles enriquecerem, aumentarem o seu patrimônio, precisam defender seus trabalhadores.

Então, parabéns, Veneziano! Parabéns, Leila!

E vamos aprovar. Vamos aprovar, e vão descobrir que quem trabalha com *telemarketing* vai ter menos atestado e afastamento do trabalho, por não apresentar lesões de repetição – que a gente sabe que eles têm, porque lidam muito com computação –, e a postura, que vai evitar que a coluna vá embora e que eles terminem se afastando e tal. O prejuízo é maior se não houver a prevenção.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós estamos aqui com o nosso querido Senador Mecias de Jesus, que está *online,* mas não votou.

Mecias de Jesus – cadê o homem?

Ah, vai votar, já, já. (*Pausa.*)

Senador Veneziano, por favor, com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Meu irmão, Presidente Senador Sérgio Petecão, V. Exa., ao lado dos nossos sempre muito competentes companheiros de trabalho, poderia consignar o meu voto? Eu não estou conseguindo fazê-lo remotamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com prazer.

Para os colegas que eventualmente não estejam conseguindo votar, é só se manifestar, como o nosso Senador Veneziano fez. Manifestem-se, porque nós vamos registrar.

O voto é "sim", não é isso, Veneziano?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Presidente, mais uma vez. Minhas desculpas.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Valeu, querido! Obrigado. Nós é que agradecemos a sua participação. (*Pausa.*)

Senador Nelsinho Trad, Líder do PSD, estamos aguardando o seu voto. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Angelo Coronel, amigo do PSD também. Angelo Coronel. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, aproveitando esses minutos, estou vendo que há dificuldades para o quórum. Isso acontece, hoje é dia de CPI.

Presidente, o Senador Flávio Arns pediu para mim se eu poderia assinar junto os itens 10 e 11, dois requerimentos. Se V. Exa. entender de botá-los na pauta, eu poderia fazer uma leitura de um minuto para cada, e poderíamos atender o Senador Flávio Arns, que não pôde estar presente. Havia projeto de minha autoria de que ele é o Relator, mas eu entendo que ele não pôde hoje estar presente.

Esse é o pedido, Presidente. Se puder votar os dois requerimentos do Senador Flávio Arns, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Paim. Vamos atender a sua reivindicação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Para ganharmos tempo, como houve uma reivindicação feita pelo nobre Senador Paulo Paim, faremos a leitura de um requerimento.

Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 16, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas de concretização do direito social à saúde no contexto da reforma tributária.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) e outros

Vamos nomear o Senador Paulo Paim Relator *ad hoc* para fazer a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidente, Senador Sérgio Petecão, requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater as perspectivas de concretização do direito social à saúde no contexto da reforma tributária.

O Senador Flávio Arns, que é autor original, propõe para a audiência: o Sr. Fábio Cunha, Diretor do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica; o Sr. Bruno Sobral, Diretor Executivo da Confederação Nacional de Saúde; o Sr. Marco Aurélio Ferreira, Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados; o Sr. Luiz Fernando Corrêa Silva, Presidente da Federação Brasileira de Hospitais; e também cita um representante do Ministério da Saúde.

Só uma síntese: o direito social à saúde, bem como seu acesso, é concebido como um direito de todos e dever do Estado, o qual deve garanti-lo, mediante políticas sociais e econômicas e a oferta de serviços públicos que visem à redução do risco de doenças e outros agravos.

Esse é o objetivo do requerimento.

E o segundo requerimento, se V. Exa. permitir, Presidente, o 11, na verdade, é um adendo. Ele mandou em um segundo momento com o mesmo objetivo. Se V. Exa. entender, votamos um por um, mas podemos votar os dois juntos. Do item 10, está lida a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paim, atendendo à sua justificação, vamos ao item 11 também.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 17, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 16, de 2021-CAS, de "realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas de concretização do direito social à saúde no contexto da reforma tributária", a inclusão do seguinte convidado: Sr. Nelson Mussolini, Presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos - Sindusfarma.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nomeei o Senador Paim como Relator *ad hoc* e passo a palavra a S. Exa. para leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Presidente, o objetivo é o mesmo. O Senador Flávio Arns, na realidade, com esse outro requerimento, introduz para essa audiência pública do requerimento que li o Sr. Nelson Mussolini, Presidente-Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

Esse é o objetivo do item 11. Na verdade, é um adendo de um personagem, estudioso no tema, que é o Sr. Nelson Mussolini.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senador Paim.

Os Srs. Senadores que os aprovam, porque são dois requerimentos, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos lidos pelo Senador Paim foram aprovados.

Precisamos de apenas dois Senadores ou Senadoras, temos nove. Para a nossa votação, precisamos de dois Senadores. Temos nove Senadores.

O Mecias de Jesus está *online* aqui, mas não votou. Mecias de Jesus. (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Conseguimos os 11 votos.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Aprovado o projeto com 11 votos a favor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Dez votos "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora n° 8, de 2021.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 9, DE 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 26/10/2021, a Senadora Zenaide Maia apresentou relatório reformulado.

2- Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à nossa nobre Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente desta Comissão, para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu quero falar sobre este projeto importante, porque – resumo aqui antes de ler – proíbe a venda de refrigerantes e bebidas açucaradas nas escolas de ensino fundamental. A gente sabe que nas privadas hoje eles já não permitem, mas, infelizmente, nas escolas públicas, sim.

Submete-se à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os rótulos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refrigerantes conterem texto de advertência sobre o malefício do consumo abusivo do refrigerante, bem como a proibição de sua comercialização em estabelecimentos escolares de educação básica – crianças, não é?

O projeto é composto de quatro artigos.

O art. 1º torna obrigatório que o rótulo ou a embalagem de refrigerantes contenha advertências acerca dos malefícios decorrentes de seu consumo abusivo. O §1º do *caput* determina que órgão competente do Poder Executivo regulamente a forma e o conteúdo dos rótulos e embalagens dentro do prazo de 180 dias da aprovação do projeto. Por sua vez, o §2º dispõe que, no caso de não haver regulamentação da lei no prazo previsto no §1º, o rótulo ou embalagem do refrigerante deverá conter, de forma "legível e ostensivamente destacada", texto de advertência ocupando pelo menos 30% da área de sua superfície, contendo uma das frases que alertam sobre risco de "diabetes, obesidade e osteoporose" e de "cárie, doenças cardiovasculares, gastrite e envelhecimento precoce" e que o produto é "prejudicial à saúde de seus filhos".

O art. 2º estabelece que o descumprimento das disposições do art. 1º implica infração sanitária, nos termos da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977, e demais disposições aplicáveis.

Já o art. 3º proíbe a venda e a distribuição gratuita de refrigerantes em estabelecimentos de educação básica.

Por fim, o art. 4º, cláusula de vigência, prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos, quanto ao §2º do art. 1º, após transcorridos 180 dias do prazo final estabelecido no §1º do art. 1º.

Na justificação, o autor elenca os potenciais malefícios do uso abusivo de bebidas açucaradas, como a obesidade e o diabetes, por exemplo. Destaca que, em geral, a população não tem acesso às informações sobre esses riscos, ao passo que, em muitos casos, campanhas publicitárias – muitas vezes direcionadas à população infantil – estimulam o consumo desses produtos associando-os a estilo de vida saudável e afortunado. Diante disso, julga que as medidas propostas em seu projeto reduzirão o acesso aos refrigerantes e, por conseguinte, contribuirão para diminuir a incidência e a prevalência de doenças como obesidade, diabetes e cardiopatias.

Anteriormente, a proposição foi aprovada sem alterações pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS de nº 9, de 2017, será apreciado terminativamente pela CAS nos termos do Ato da Comissão Diretora de nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

Como se trata de decisão terminativa, cabe a este Colegiado analisar os aspectos formais da matéria. A esse respeito, não observamos inconformidades de juridicidade ou de regimentalidade.

Todavia, no §1º do art. 1º, a obrigatoriedade imposta a órgão competente do Poder Executivo de regulamentar a matéria é inconstitucional, haja vista que atenta contra o princípio da independência dos Poderes, consignado no art. 2º da Constituição Federal.

Além disso, há também um problema de técnica legislativa. O projeto em análise pretende regulamentar tema extensamente abordado em outra norma legal, qual seja, o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos. Nos termos de seu art. 55, as disposições desse diploma atingem também as bebidas de qualquer tipo ou procedência. Ademais, seu Capítulo III regulamenta os aspectos atinentes à rotulagem.

Portanto, uma lei avulsa sobre matéria já prevista em norma legal – como é o caso do projeto em análise – contraria a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, cujo inciso IV do art. 7º estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei.

Ademais, julgamos que as especificidades relativas à forma e ao conteúdo dos rótulos devem ser deixadas para regulamento. Isso se justifica por se tratar de assunto técnico e, assim, fugir ao escopo de uma lei. Nesse sentido, é mais recomendável que o tema seja regulado em norma infralegal, que, diferentemente de uma lei, é passível de ajustes e aprimoramentos tempestivos.

Em relação ao mérito, concordamos com a iniciativa em tela. De fato, o consumo excessivo de bebidas açucaradas tem relação de causalidade com afecções crônicas que contribuem para os altos índices de mortalidade e de morbidade da população, como é o caso do sobrepeso e da obesidade, que são problemas cujas prevalências vêm aumentando em praticamente todas as faixas etárias no Brasil e em vários países do mundo.

A obesidade infantil é um problema de saúde pública mundial. Segundo o Ministério da Saúde, três a cada dez crianças de cinco a nove anos estão acima do peso no Brasil. Segundo o Atlas Mundial da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obesidade e a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil estará na 5º posição no *ranking* de países com o maior número de crianças e adolescentes com obesidade em 2030, com apenas 2% de chance de reverter essa situação se nada for feito.

De fato, a situação do País é alarmante. O Atlas da Obesidade Infantil publicado em 2019 pelo Ministério da Saúde avaliou os números do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional referentes às crianças atendidas no âmbito da atenção primária à saúde. Observou-se que 18,9% dos menores de 2 anos de idade estão com excesso de peso e 7,9% têm obesidade; 32% dessa população consumem bebidas adoçadas. Já na população com idade entre 2 e 4 anos, 14,3% estavam com excesso de peso e 7,8%, com obesidade. Por sua vez, das crianças entre 5 e 9 anos de idade, 29,3% estavam com excesso de peso (16,1% com sobrepeso; 8,4% com obesidade; e 4,8% com obesidade grave); 63% dessas crianças consumiam bebidas adoçadas.

Segundo dados publicados, em 2020, pela Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, anualmente, no Brasil, o consumo de bebidas açucaradas é responsável por causar excesso de peso em mais de 700 mil crianças e em mais de 2 milhões de adultos. Está também associado ao óbito de cerca de 12 mil pessoas em decorrência das comorbidades, como diabetes *mellitus* (mais de 1 milhão de casos ao ano), doenças cardíacas (137 mil casos ao ano) e doenças cerebrovasculares (91 mil casos ao ano). Segundo o referido instituto, no Brasil, o sistema de saúde gasta R$ 2,995 bilhões, por ano, no cuidado a doenças provocadas pelo consumo de bebidas açucaradas.

Já o posicionamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor assinala que, embora a Organização Mundial da Saúde recomende que a ingestão de açúcar não deva exceder 5% do valor diário de calorias, dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009 apontaram que o consumo de açúcar por crianças e adolescentes brasileiros ultrapassa 17% do valor diário de calorias.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019, entre os alimentos ultraprocessados consumidos no dia anterior, 40,8% dos adolescentes de 13 a 17 anos referiram consumir refrigerantes (40,8%) e cerca de um em cada quatro adolescentes referiu consumo de bebidas achocolatada (25,4%) ou refresco em pó (24,8%) ou sucos de frutas industrializados (24,7%) em 2019. O consumo de duas ou mais bebidas ultraprocessadas foi ainda mais frequente entre os adolescentes mais jovens, entre 13 a 15 anos (40,5%) do que entre aqueles de 16 a 17 anos (36,3%).

Embora esses dados não sejam tão recentes, eles parecem ainda refletir o comportamento atual, tendo em vista que o mencionado Atlas da Obesidade Infantil, de 2019, evidenciou que parcela significativa da população infantil brasileira tem o hábito de consumir bebidas adoçadas. Relatório do Idec informa também que, segundo levantamento publicado em 2014 pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o consumo *per capita* de refrigerantes no Brasil é de 90 litros ao ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bem estabelecido que o excesso de peso contribui para o aparecimento do diabetes *mellitus* do tipo 2, da hipertensão arterial sistêmica e da dislipidemia, que são importantes fatores de risco para as doenças cardiovasculares, que são as causas recordistas de mortalidade no Brasil. Nesse sentido, ações para a prevenção e o tratamento da obesidade infantil são importantes, pois, quanto mais precoce for a intervenção, melhor será o prognóstico e, consequentemente, menor o risco de complicações na fase adulta.

Devemos registrar – este registro eu fiz questão de fazer – que a desnutrição, habitualmente associada ao baixo peso, também acomete as crianças com sobrepeso e obesidade. Isso se explica pelo fato de que suas dietas, por conterem predominantemente gorduras, açúcares e calorias vazias, têm quantidades insuficientes de fibras, vitaminas e proteínas. Então é o que a gente chama... A gente costuma ver dois tipos de desnutrição em crianças: o marasmo – é aquela criança caquética, magra – e o *kwashiorkor* – é aquela criança cheiinha, mas que, na verdade, é cheia de açúcares, pois não tem a proteína.

Não custa lembrar que a desnutrição afeta intensamente a saúde das crianças. Em curto prazo, prejudica o sistema imunológico, aumentando a frequência de quadros infecciosos agudos como, por exemplo, resfriado, gripe e pneumonia. Em longo prazo, interfere na capacidade de manter a concentração e gera alterações de humor, o que impacta negativamente o seu desenvolvimento físico e mental.

No que tange ao tratamento do excesso de peso, são limitados os recursos para intervir na obesidade infantil. A indisponibilidade de opção medicamentosa faz com que essa população, *grosso modo*, conte apenas com medidas de estímulo à alimentação saudável e à atividade física.

Depreende-se que o projeto em comento é uma forma de estimular uma dieta mais saudável mediante a restrição do *marketing* de refrigerantes e do acesso a esses produtos no âmbito das escolas que provêm ensino básico.

Não custa lembrar que se trata de ações endossadas pelas diretrizes da Organização Mundial da Saúde para a prevenção e o tratamento da obesidade infantil. Note-se ainda que algumas unidades da Federação já proíbem a venda de refrigerantes no âmbito de seus estabelecimentos de ensino. É o caso, por exemplo, do Distrito Federal e da Paraíba.

Desse modo, somos da opinião de que o projeto em análise é bastante pertinente. Porém, a matéria necessita de ajustes para sanar as inconformidades apresentadas anteriormente neste relatório.

Propomos ainda uma alteração para incluir, entre os produtos atingidos pelo projeto, todos os tipos de refrigerantes (inclusive *diet*, *light*, zero e sem açúcar), ante as suspeitas, cada vez maiores, de que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoçantes também oferecem risco à saúde ou pelo menos não trazem quaisquer benefícios nutricionais quando consumidos regularmente.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2017, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2017
> Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para regulamentar a rotulagem de refrigerantes e para proibir a comercialização ou distribuição desses produtos em estabelecimentos de ensino básico.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com os seguintes arts. 19-B e 61-A:
> "Art. 19-B. O rótulo dos refrigerantes de qualquer natureza conterá obrigatoriamente advertências sobre os malefícios que o seu consumo abusivo pode provocar à saúde, na forma do regulamento."
> "Art. 61-A. Ficam vedadas a venda e a distribuição gratuita de refrigerantes de qualquer natureza em estabelecimentos de ensino básico públicos e privados."
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Sr. Presidente, eu queria ainda falar algo sobre este projeto.

Eu gostaria de dizer que, normalmente, quando aparece um projeto deste, se fala que as pessoas que têm cantinas nas escolas vão ter prejuízo, vão desempregar. Não é verdade. As cantinas de escolas privadas já fornecem o suco da fruta, o suco natural da fruta para seus alunos. Isso não vai alterar.

Segundo, sem chance de se falar que, com um projeto deste, a venda de refrigerantes como a Coca-Cola vai ter prejuízos e vai desempregar. Eu queria dar o exemplo aqui. A Coca-Cola publicou que, no trimestre de abril, maio e junho, teve um aumento do lucro em 42% e que o lucro líquido foi de US$2,64 bilhões.

Eu só queria pedir o apoio aos colegas, porque, na verdade, a obesidade infantil está deixando de ser das pessoas que têm recursos para ser das crianças mais pobres e de periferia, que estudam em escolas públicas, principalmente; e, dois, não adianta dizer que essa educação de não tomar refrigerantes pode ser só dos pais ou responsáveis. Eu gostaria de saber qual é o pai ou a mãe de família que consegue concorrer com a propaganda de refrigerantes na grande mídia estimulando o uso diariamente e seguidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o relatório, Sr. Presidente.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Só um pouquinho, Senadora.

Coloco a matéria em discussão.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sr. Presidente, essa matéria é altamente louvável. Eu quero, inclusive, parabenizar tanto a Relatora Zenaide Maia como o nosso autor, Randolfe Rodrigues.

Agora, lamentavelmente, eu recebi um apelo... Eu concordo inteiramente, mas o meu Líder Eduardo Braga me pediu vista do projeto. Então, para atender ao apelo dele, eu estou pedindo ao senhor vista – por conta do apelo do nosso Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Antes de conceder vista aqui à nobre Senadora...

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Com todo o carinho que eu tenho pelas duas Senadoras, que são duas grandes Senadoras, pela Senadora Nilda Gondim, um carinho muito grande, como tenho também pelo filho dela e pela nossa querida Zenaide Maia, eu só quero – não vou criar nenhuma polêmica – pedir vista coletiva, Presidente. Assim, a Senadora Nilda e a Zenaide, ambas são contempladas, porque não há problema, a vista é regimental. Eu peço vista coletiva de forma tal que o projeto volte na semana que vem.

Este é o meu pedido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Atendendo ao apelo da nobre Senadora, nós concedemos vista coletiva aos pedidos – há mais de um pedido já na Casa.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada, Sr. Presidente; e obrigada, meu queridíssimo colega Paim, que sempre é de uma coerência, assim, formidável. Muito obrigada, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco para o dia 9 de novembro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Lembro que amanhã, às 10h, haverá uma reunião remota da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, em forma de audiência pública, destinada a discutir o objeto do Projeto de Lei nº 4, de 2020, que institui a Semana Nacional da Valorização e Promoção dos Autodefensores das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), a ser celebrada anualmente na segunda semana de julho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço, mais uma vez, a participação dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Giordano, Lucas Barreto, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2022)**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 19/2021-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022". Relatoria: Senador Nelsinho Trad. Neste momento, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Nelsinho Trad, para proferir seu Relatório. Prosseguindo, a Comissão aprova a apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de quatro emendas de apropriação e de duas emendas de remanejamento à LOA/2022. São as seguintes as emendas de apropriação: Emenda nº 1 - R$ 90.000.000 milhões para a ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Nacional - Nacional - na unidade orçamentária 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social. Emenda nº 2 – R$ 120.000.000 milhões para a ação 8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Nacional – Nacional – na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. Emenda nº 3 – R$ 200.000.000 milhões para a ação 2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas – Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. Emenda nº 4 – R$ 110.000.000 milhões para a ação 8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde – Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde. São as seguintes as emendas de remanejamento: Emenda nº 5 – R$ 11.000.000 milhões para a ação 21BF – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde - Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36201 - Fundação Oswaldo Cruz. Emenda nº 6 – R$ 40.000.000 milhões para a ação 21C9 – Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - Nacional – Nacional - na unidade orçamentária 36211 – Fundação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Saúde. Em seguida, o senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e um minutos. A presente Ata, assinada pelo senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 19, de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

Informo que a reunião ocorre em modo semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores pelo sistema de videoconferência.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para proferir o relatório das emendas à LOA.

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Sérgio Petecão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Bom dia!

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – ... mui digno Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, a quem, primeiramente, eu gostaria de agradecer por confiar a mim a relatoria desta matéria.

Não é uma tarefa simples escolher apenas quatro programações para apresentar emendas dentre as áreas de atuação desta Comissão. Nesta Comissão, saúde, assistência social e trabalho são todas áreas de extrema carência, com inúmeras dificuldades, o que justifica que sejam agraciadas com recursos adicionais do Orçamento Federal.

A solução para esse dilema só foi possível graças às mais de 150 sugestões de emendas recebidas dos meus nobres pares neste Colegiado, porque cada qual, com sua visão sobre áreas de atuação da CAS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicou os caminhos para onde deveríamos direcionar os recursos. Por uma questão regimental, não foi possível atender de forma específica todas as demandas que chegaram até a mim.

Por força da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas de Comissão devem possuir caráter nacional, o que inviabiliza identificarmos unidades de saúde específicas nas programações por nós indicadas. Nada obstante, gostaria de destacar que duas das ações selecionadas para compor as emendas de apropriação destinam-se exclusivamente para unidades hospitalares. Estamos propondo uma emenda no valor de 120 milhões para a ação 8535, que tem como objeto a estruturação de unidades de atenção especializadas em saúde. Além disso, estamos propondo outra emenda no valor de 200 milhões na ação 2E90, que se destina ao custeio dessas emendas das mesmas entidades.

Embora não haja a indicação de uma unidade hospitalar específica, essa foi a forma que encontramos, dentro das limitações impostas pelas normas que regulam o processo orçamentário, para atender às demandas parlamentares por recursos para entidades determinadas, tais como: Hospital de Amor, também conhecido como Hospital do Câncer de Barretos; Hospital Regional do Araguaia Xingu, no Estado de Mato Grosso; e o Hospital Auxiliadora, de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul.

Com essas considerações, conto com a colaboração dos meus pares para aprovar o relatório que ora apresentei ao Colegiado.

Relatório este que passo a ler nesse instante, Sr. Presidente. Relatório e análise.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 158 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto da Lei Orçamentária para 2022. Dentre as propostas apresentadas, 154 referem-se a emendas de apropriação e quatro a emendas de remanejamento. Não foram apresentadas propostas de emendas de texto.

Cabe ressaltar que esta Comissão de Assuntos Sociais pode apresentar até oito emendas ao projeto de lei orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, relativas às matérias que lhe sejam afeitas regimentalmente.

A análise por nós empreendida focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das propostas de emendas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal e à Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, já mencionada anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, com relação às propostas de emenda de apropriação, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Dentro dessa circunstância, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito, diga-se de passagem, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das propostas.

Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes do Colegiado. A seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por essa Comissão materializa, portanto, as ações que obtiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas, selecionadas dentre aquelas em perfeita consonância com a legislação vigente.

Dessa forma, as emendas de apropriação que acolhemos encontram-se discriminadas na tabela a seguir.

Emendas de apropriação a serem apresentadas pela Comissão de Assuntos Sociais:

1) Fundo Nacional de Assistência Social (código da ação 219G). Descritor da ação: Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social; 90 milhões. Autores da proposta de emenda: Eduardo Braga, Dário Berger, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Irajá, Izalci, Kátia Abreu, Lasier Martins, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Nilda Gondim, Paulo Paim, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Veneziano Vital do Rêgo, Zenaide Maia e Zequinha Marinho;

2) Fundo Nacional de Saúde (8535). Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; 120 milhões. Eduardo Gomes, Flávio Arns, Irajá, Kátia Abreu, Leila Barros, Mara Gabrilli, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Zenaide Maia e Zequinha Marinho;

3) Fundo Nacional de Saúde (2E90). Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas; 200 milhões. Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Lasier Martins, Nelsinho Trad, Nilda Gondim, Roberto Rocha, Rose de Freitas e Veneziano Vital do Rêgo;

4) Fundo Nacional de Saúde (8581). Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde; 110 milhões. Mara Gabrilli, Eduardo Gomes, Leila Barros, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Zenaide Maia e Rogério Carvalho.

O valor atribuído às emendas corresponde à média ajustada do valor constante das propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às propostas de emendas de remanejamento, verificamos que as de nºs 66 e 67 não podem ser admitidas, pois favorecem programação de interesse local, em contrariedade com o art. 45 da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional. Nada obstante, ressalto que as ações orçamentárias favorecidas por tais propostas estão contempladas dentre as emendas de apropriação acima indicadas.

Dentre as propostas de emendas de remanejamento admitidas, a de nº 68 sugere remanejar R$20 milhões da Fiocruz e do Fundo Nacional de Saúde em favor de programação destinada a pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde (ação 21BF), no âmbito da Fiocruz.

Já a proposta de Emenda nº 109 sugere cancelar R$40 milhões de recursos alocados em programações da Funasa destinadas a abastecimento de água e esgotamento sanitário urbano e acrescê-los em programação, também da Funasa, destinada ao saneamento rural (ação 21C9).

Tendo em vista que esta Comissão pode apresentar até quatro emendas de remanejamento, entendemos que ambas as propostas podem ser acolhidas por este Colegiado. Contudo, com relação à sugestão de Emenda nº 68, propomos que o acolhimento seja parcial, como forma de preservar as programações da Fiocruz que seriam canceladas. Assim, propomos que o remanejamento seja no valor de R$11 milhões, indicando como cancelamento compensatório programação do Fundo Nacional de Saúde destinada a sistemas de tecnologia de informação e comunicação (sequencial 1720).

Sr. Presidente Petecão, voto do Relator.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Assuntos Sociais, de uma forma competente, liderada por V. Exa., delibere pela apresentação de duas emendas de remanejamento e quatro emendas de apropriação supracitadas, atribuindo-se à Secretaria dessa Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização da apresentação da emenda junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2021.

Assino, Nelsinho Trad, Relator.

Conto com a assinatura de Sérgio Petecão, Presidente.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fique à vontade, Senadora Nilda Gondim

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Presidente, primeiro, quero agradecer a oportunidade que o senhor sempre me deu aqui na Comissão e a todos indistintamente. E, segundo, para dizer que estou muito feliz, porque duas emendas que nós – nós todos aqui – assinamos... É tão importante que uma, que é mais ainda de destaque, que é a da assistência às pessoas que são portadoras dessa pandemia e que a gente sabe que, depois da pandemia, sempre ficam sequelas, e sequelas graves – problema respiratório, dificuldade de caminhar, os músculos são fragilizados... E isso concorre para ajudar essas pessoas. Essa emenda no valor de R$200 milhões vai ajudar muito.

Então, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Lasier Martins, Nelsinho Trad, Nilda Gondim, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, então, nós estamos... Eu acho que todos, em nome dele, eu estou falando, até me atrevendo a falar e a agradecer, porque de fato essa emenda é de substancial importância para aquelas pessoas que foram acometidas dessa tragédia e que sobreviveram, mas que têm muitas sequelas para serem atendidas.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senadora Nilda Gondim, nós é que agradecemos a sua presença. A senhora que é uma Senadora que está sempre presente no nosso trabalho aqui, na Comissão. As nossas palavras são de agradecimento.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas. (*Pausa.*)

Ah, o Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim... Desculpa, Senador Paim. Desculpa. Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente Sérgio Petecão, querido Relator Nelsinho Trad, não é para complicar, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é para elogiar. Na mesma linha da Senadora Nilda Gondim, quero dizer que o Nelsinho sempre é um parceiro, não é? Ele precisa olhar para o todo e, onde tinha mais propostas que iam na linha de construir um grande entendimento, foi essa a linha do relatório dele, sempre numa linha humanista, ele que é médico, não é? Ele que enfrentou o covid, não é, Nelsinho? E, graças a Deus, deu tudo certo, voltou com saúde. É só pra cumprimentar a Comissão e o Relator.

É isso, Presidente Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Resultado: as emendas serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Convoco para o dia 16 de novembro, terça-feira, às 10h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a debater a Norma Regulamentadora 36, NR 36.

Convoco para o dia 17 de novembro, às 10h, reunião extraordinária e semipresencial desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a debater as perspectivas de concretização do direito social à saúde num contexto de reforma tributária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Mais uma vez agradeço à nossa querida Senadora Nilda Gondim pela presença assídua aqui nesta Comissão, obrigado.

A todos que estão *online* também muito obrigado pela presença dos senhores. Um abraço.

(*Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia dezesseis de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Giordano, Zenaide Maia e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Maria Eliza, Daniella Ribeiro e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Flávio Arns, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2021 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 9/2021 - CAS, de autoria Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), e REQ 18/2021 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater a Norma Regulamentadora 36 - NR 36. **Participantes:** Marcelo Osório, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA (representante de: Ricardo Santin); Silvana Moreira Battaglioti, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação e Afins - CNTA; Rafael Ernesto Kieckbusch, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Alexandre Perlatto, Advogado da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC (representante de: Antônio Jorge Camardelli); Gerardo Iglesias, Secretário Regional da América Latina da União Internacional das Associações de Trabalhadores em Alimentos, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins - UITA; Sandro Eduardo Sardá, Procurador do Ministério Público do Trabalho; Luciana Paula Conforti, Vice-Presidente da Associação Nacional de Magistrados do Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Geni Dalla Rosa de Oliveira, Secretária de Comunicação da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação - CONTAC; Roberto Ruiz, Membro da Comissão de Criação da NR 36; Aida Cristina Becker, Representante do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (representante de: Onyx Lorenzoni); e Gil Marcos de Oliveira Reis, Representante da Associação Brasileira de Frigoríficos - ABRAFRIGO (representante de: Paulo Sérgio Mustefaga). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/16

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Estávamos com uma pequena dificuldade, mas agora ajustamos e já vamos iniciar os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 4, 9 e 18, de 2021, da CAS, de minha autoria, mas também de autoria dos Senadores Luis Carlos Heinze e Eduardo Gomes, para a realização de audiência pública destinada a debater a Norma Regulamentadora 36 (NR-36).

Informo que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão (Ouvidoria), através do telefone 0800-0612211 e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirão ao vivo a presente reunião e possibilitarão o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet, e a este Presidente.

Vamos orientar os trabalhos da seguinte forma. Eu farei rápidas considerações neste primeiro momento; apresentarei depois os convidados; serão cinco minutos de fala a cada convidado, mas também terão no final as considerações finais. Eu, ao mesmo tempo em que farei isso, poderei fazer, no encaminhamento final, alguma pergunta que chegar pelo e-Cidadania.

Então, vamos em frente. Eu faço uma pequena abertura.

Bom dia a todos e a todas, Senadores, Senadoras, convidados, aqueles que estão acompanhando esta reunião pelos canais de comunicação de que já alertei aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma satisfação estar aqui com vocês debatendo esse tema tão importante que é a Norma Regulamentadora 36 e seus impactos para os trabalhadores, trabalhadoras, empresários e sociedade em geral, pela importância que tem o setor de frigoríficos.

A NR-36 é uma norma de segurança e saúde no trabalho em empresa de abate e processamento de carne e derivados. Digo isso para esclarecer os nossos ouvintes e aqueles que estão nos acompanhando pelas redes sociais por todo o Brasil e até fora do Brasil.

A norma especifica regras que objetivam garantir a segurança, a saúde e a qualidade de vida do trabalhador nos frigoríficos, normatizando todos os processos industriais. Repito, é de interesse de todos: de empregado, de empregador, de consumidores.

É sem dúvida o instrumento de proteção do trabalhador em um setor que possui grande número de empregados e que cresce ano a ano, representando parcela significativa das exportações brasileiras. Segundo o IBGE, a produção de proteína animal deve bater recorde este ano, com um crescimento no abate de aves e suínos.

O Governo Federal abriu consulta pública para revisão da referida norma regulamentadora. O objetivo é identificar os possíveis problemas regulatórios e alternativas de solução.

Por esse motivo, apresentamos o requerimento junto com os outros dois Senadores para a realização desta importante audiência pública. Os nossos convidados representam instâncias governamentais e entidades envolvidas com o setor. Tenho certeza de que este debate poderá colaborar muito para que tenhamos avanços nos procedimentos obrigatórios da segurança, da saúde dos trabalhadores, das trabalhadoras e do interesse de toda a sociedade.

Eu diria que eu aprendi que uma das coisas da vida que não podemos deixar passar despercebidas é a segurança no trabalho, até porque eu vim de Cipa, fui técnico de segurança também no trabalho e pertenço até hoje ao grupo Tramontina, só estou licenciado, grupo Tramontina pelo qual eu tenho o maior carinho e o maior respeito pelo tempo que trabalhei lá, e até hoje eu pertenço à Forjasul, aqui em Canoas.

Bom, prevenir acidente é caminhar rumo ao futuro. Para tal é preciso refletir, debater, pensar, renovar. Como disse o famoso filósofo grego Sócrates: "Uma vida sem reflexão não vale a pena ser vivida".

É só uma introdução rápida. Desejo a todos um bom debate.

Eu de imediato vou passar para os nossos convidados.

Para ganhar tempo, se assim vocês entenderem, eu chamo o nome do convidado e ele já faz a sua primeira fala de cinco minutos.

Então, vamos à fala dos nossos convidados, cinco minutos para cada convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela lista que eu recebi aqui... Não fui eu que ordenei, estou muito tranquilo quanto a isso – viu, pessoal? Se quiserem fazer alguma troca, não há problema nenhum. Eu estou aqui para presidir, vou mediar o debate. O debate será entre os convidados.

Já agradeço tanto ao Governo como aos empresários e aos representantes dos trabalhadores, que mandaram representantes para conversar sobre um tema tão importante.

Passo, em primeiro lugar, ao Sr. Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, representando o Ministro Onyx Lorenzoni.

Eu fico muito tranquilo com a indicação, porque entendo que, quando a gente convida Ministro, normalmente ele vem para fazer uma fala dele mesmo. E no debate, com esse número de convidados, eu acho que estaremos muito bem representados, aqueles que têm interesse no tema, com a indicação do Sr. Romulo Machado e Silva.

A ele, com satisfação, passo a palavra.

Por favor, Dr. Romulo Machado e Silva.

O SR. ROMULO MACHADO E SILVA (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Paulo Paim; muito bom dia a todos e a todas que acompanham a presente audiência pública.

Senador, é uma honra ter a possibilidade de voltar a participar de uma audiência presidida por V. Exa.

Na época da NR-12, em que tivemos alguns projetos de decreto legislativo buscando a sustação da NR-12, eu também participei de audiências, demonstrando a importância da norma e a importância da construção tripartite, com o diálogo entre trabalhadores e empregadores. O Brasil tem um sistema consolidado. Desde 1996, tem um sistema robusto de construção tripartite com trabalhadores e empregadores e assim segue sendo.

Para falar um pouquinho desse processo de revisão das normas e falar sobre ele em cinco minutos é um tremendo desafio, porque são muitas nuanças. Mas o que eu gostaria de destacar nesse processo? Mais do que falar especificamente da NR-36, eu queria falar um pouquinho do processo como um todo, Senador.

O que nós tínhamos, qual era o nosso cenário em relação às normas estruturantes, que são as normas que tratam do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, do Programa de Controle Médico e de ergonomia? Essas nossas normas eram da década de 90; havia sido produzida em 1990 a de ergonomia, e a NR-7 e a NR-9 eram de 1994. Então, por exemplo, na NR-7, os indicadores biológicos de exposição ocupacional a substâncias químicas eram da década de 90. A ciência evoluiu, o mundo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho evoluiu, o conhecimento científico evoluiu para haver um monitoramento mais preciso da saúde do trabalhador.

Então, qual foi o primeiro passo que nós fizemos nesse processo de revisão das normas regulamentadoras? Trabalhar as nossas normas estruturantes. E assim fizemos, alcançando praticamente 100% de consenso com os representantes de trabalhadores e empregadores da CTPP nesse tema. Então, todo o processo de revisão que nós temos conduzido está baseado na transparência, na participação de toda sociedade por meio de consultas públicas e audiências públicas e, principalmente, na revisão no seio da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), onde estão as organizações mais representativas de trabalhadores e empregadores.

Senador, de forma muito sintética, há uma mudança de paradigma. O senhor, que trabalhou na Cipa como técnico de segurança, sabe que existia desde 1994 o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. O PPRA avaliava os riscos químicos e biológicos, só esses três riscos. A OIT desde 2001 tem diretrizes sobre sistema de gestão. Nós já havíamos tentado elaborar uma norma de gestão por volta de 2012, 2013.

E nós finalmente conseguimos, em 2019, alcançando 100% de consenso. Então, a gente passa a ter no Brasil uma norma de gestão dos riscos ocupacionais aprovada integralmente por consenso.

E o que muda? Se o PPRA avaliava três riscos – químico, físico e biológico –, a norma de gestão, o programa de gestão vai ter que avaliar todos os riscos ocupacionais que há numa empresa: riscos químicos, físicos e biológicos, as questões ergonômicas e os riscos de acidentes. Então, vai ter que avaliar a parte de proteção de máquinas, a parte de segurança elétrica, se há caldeira e vaso sob pressão. E eu estou dando esses exemplos porque o frigorífico tem isso tudo. A gente costuma dizer que o frigorífico talvez seja um dos melhores lugares para você explicar sobre NRs para qualquer pessoa, porque ali há todas.

Então, o programa de gestão de riscos vai ser esse guarda-chuva. A empresa vai ter que avaliar todos – todos! – os riscos ocupacionais. Então, é uma enorme quebra de paradigma, um enorme avanço, em linha com as normas ISO, com as normas da OIT, com as diretrizes da OIT e com as normas que são adotadas nos países mais desenvolvidos do mundo.

Todo esse processo de revisão normativa, Senador, tem sido feito, como eu disse, no seio da Comissão Tripartite Paritária Permanente, onde estão presentes todas as centrais sindicais e as seis confederações.

Nós já revisamos, Senador – só para dar alguns exemplos –, a NR-12, que teve uma década de discussões. A primeira norma que nós revisamos em 2019 foi a NR-12. Foi aprovada integralmente por consenso. Não houve mais barulho aí no Senado, um tentando puxar para um lado, falando que foi dois a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um, não houve nada disso, por quê? Porque nós temos uma mesa tripartite onde são construídas as normas.

Darei mais dois exemplos, rapidamente, porque o tempo está acabando.

Nós revisamos a NR-31, que é a do setor rural, que todos nós sabemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode usar mais um minuto, em vez de 15 segundos, porque é importante essa abertura que você está fazendo dos trabalhos.

O SR. ROMULO MACHADO E SILVA – Maravilha! Obrigado, Senador.

Darei mais dois exemplos: a NR-31, que é a norma do setor rural, e todos nós sabemos da sensibilidade dessa norma, também foi aprovada 100% por consenso – 100% por consenso –; e a NR-18, que é a da construção civil, da mesma forma, integralmente por consenso.

Trata-se de um trabalho que é conduzido por auditores fiscais do trabalho. Todo esse trabalho é conduzido por auditores fiscais do trabalho que têm – eu não digo nem anos – décadas de experiência, colegas com muita experiência e que sempre conduziram esse processo de revisão.

Em relação à NR-36, Senador, nós fizemos a análise de impacto regulatório, como manda o Decreto 10.411, como está previsto na Lei de Liberdade Econômica. E por que a gente precisa revisar a NR-36? Porque ela tem um montão de referências à PPRA, ao PCMSO, à NR-17, que são as nossas normas estruturantes que nós já revisamos. Então, eu preciso fazer essa harmonização do conjunto normativo. E, para quem fala em precarizar, em desfazer a norma, basta que olhe o texto que foi colocado em consulta pública. O texto que está lá, que foi colocado em consulta pública, está harmonizando a NR-36 com as novas normas.

E os próximos passos quais serão? Será o debate tripartite, Senador. Do mesmo jeito que nós fizemos com todas as normas, com a 36 vai ser feito da mesma forma: debate tripartite com as organizações representativas dos trabalhadores e empregadores.

E eu tenho certeza de que nós vamos chegar no final desse processo com elevadíssimo percentual de consenso, quiçá com 100% da norma consensuada, como foi quando foi elaborada.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, representando, conforme entendimento que fizemos, o Ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, que numa outra oportunidade com certeza virá falar na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só, por uma questão de justiça, Dr. Romulo, lembrar aqui o nome do ex-Senador Cássio Cunha Lima: ele nos ajudou muito no debate da NR-12, ele inclusive mudou uma posição que ele tinha, para buscar o entendimento global. Ele não é mais Senador, mas quero aqui lembrar a figura do Senador Cássio Cunha Lima, pelo brilhante trabalho. Foi um grande Senador e fez isso naquela época.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Marcelo Osório, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Proteína Animal (Abpa), representante do Sr. Ricardo Santin.

Dr. Marcelo com a palavra. (*Pausa.*)

Tem que abrir o microfone do Dr. Marcelo. (*Pausa.*)

Dr. Marcelo, estamos sem som ainda. (*Pausa.*)

Só estamos esperando que abra o som do...

O SR. MARCELO OSÓRIO – Bom dia, prezado Senador Paulo Paim. Agora me escuta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

O SR. MARCELO OSÓRIO (Para expor.) – Desculpa, eu estava com o microfone aqui bloqueado.

Primeiramente, Senador, bom dia, em nome do nosso Presidente Ricardo Santin, e na sua pessoa já estendo o bom-dia aos demais Senadores presentes. Vejo a Senadora Rose de Freitas, Senadora Mara Gabrilli e Senadora Zenaide Maia e Senador Izalci Lucas. Muito bom-dia a todos. Na sua pessoa também estendo o bom-dia aos demais colegas debatedores desta importante audiência.

Quero lhe agradecer, Senador, porque nós somos conterrâneos, e o senhor sabe da importância do nosso setor, principalmente na Região Sul do nosso Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Eu gostaria de rapidamente... O tempo realmente é exímio, mas nós gostaríamos de dividir uma pequena apresentação, até para facilitar e para que todos na nossa audiência possam visualizar melhor. Então, vou pedir para o Moacir dividir e colocar na tela uma breve apresentação do setor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São cinco minutos, eu já abri para seis, vamos fazer cinco mais um para todos, o.k.?

O SR. MARCELO OSÓRIO – Obrigado, Senador. Muito obrigado.

Moacir, você consegue dividir a apresentação aqui na tela? (*Pausa.*)

O SR. MARCELO OSÓRIO – Vou ver se consigo... Liberado. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e demais colegas aqui, quero rapidamente apresentar a Associação Brasileira de Proteína Animal, que reúne mais de 140 associados, entre empresas e entidades – e aí não são só as indústrias: nós temos as certificadoras, temos as entidades estaduais, temos os produtores de insumos, enfim, são 140 associados da Associação Brasileira de Proteína Animal. Temos escritórios em São Paulo, Brasília, Bruxelas e Pequim.

O setor em números.

Isso, Senador Paulo Paim, eu gostaria sempre... O senhor mencionou muito oportunamente no início da sua fala a importância do setor para o Brasil e para o mundo, não é? Nós somos hoje o maior exportador de carne de aves do mundo e o quarto maior exportador de carne suína. Nós geramos, entre empregos diretos e indiretos, mais de 4 milhões de empregos. Vamos assumir aqui 500 mil empregos diretos, chão de fábrica, com mais de 150 mil famílias de produção integrada que o senhor conhece muito bem, que teve lá a origem na Região Sul, como eu mencionei.

Aqui o PIB, a importância do PIB hoje para a nossa economia. E eu gostaria aqui de também ressaltar a importância das divisas que nós trazemos para o Brasil, que é praticamente uma renda externa líquida, porque nós não importamos nada e exportamos muito. Portanto, aqui eu trouxe um número que é muito impactante: nos últimos 20 anos, são quase US$150 bilhões para a economia e para o crescimento do Brasil.

Pode passar, por favor.

Nós exportamos para mais de 160 países.

Podemos passar.

E aqui a gente já entra diretamente em alguns comentários que eu gostaria de dividir com os senhores e com as senhoras aqui.

O que que nós temos, em termos de segurança e saúde do trabalho no setor de proteína animal, eu gostaria de destacar alguns pontos que são bem relevantes.

Nós temos a NR-36, que é específica para o nosso setor. É o único segmento industrial do Brasil que tem jornada com pausas psicofísicas.

E aqui um fato muito importante, Senador Paulo Paim: nós melhoramos consideravelmente os nossos níveis aqui, os nossos indicadores de segurança e de saúde no trabalho na última década. E aqui eu gostaria de trazer um dado importantíssimo: em 2010, o nosso setor estava na posição 25ª em acidentes, e hoje nós estamos em 184ª posição. Isso é um avanço brutal, é um avanço importante, é um avanço que representa o que nós fazemos hoje no dia a dia e a proteção que nós trazemos aos nossos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também um último comentário. É que nós fomos demandados a adotar obrigações além das nossas obrigações legais impostas, que são através de TACs, não é? Aqui o Dr. Sandro Sardá sabe muito bem.

Alguns outros pontos... Consulta pública, os direitos... Acho que o Dr. Romulo aqui colocou de uma forma extraordinária, muito bem colocada, é um processo robusto, é um processo transparente, tripartite. A consulta pública terminou agora, na semana passada, dia 8 de novembro.

Nós defendemos evitar conflitos com outros normativos técnicos já existentes. Trata-se de simplificação e oportunizar a segurança jurídica, reduzir a burocracia. Portanto, o pilar para nós, Senadores e demais colegas aqui, é este tripé: harmonização, simplificação e modernização. O Dr. Romulo já colocou muito bem e a ABPA defende isso.

Pode passar, Moacir.

Sem abrirmos mão nunca da necessária e importante... Aqui eu gostaria, assim... A gente, quando fala de NR-36, fala de evolução com preservação – preservação da segurança, da saúde. E aqui é importante também ressaltar que, durante todo esse período de pandemia, nós cuidamos muito bem da saúde dos nossos trabalhadores e não deixamos faltar alimento na mesa do trabalhador – proteína acessível, ovo, frango e carne suína.

Aqui, outras informações importantes. Nenhum outro país tem uma norma específica, como nós temos. Isso é motivo de orgulho e traz essa segurança para nós também. Por isso, temos essa liderança. E, nos últimos anos, evoluímos muito, como eu bem coloquei, de 25º para 184.

Investimentos pesados – pode passar, Moacyr. Eu gostaria aqui de, rapidamente, Senador Paulo Paim e demais Senadores, trazer uma atenção especial, porque nós aqui agrupamos três CNAEs em um único, e isso nos parece, de fato, uma questão desproporcional. O único Cnae de que eu estou falando e sobre o qual respondo é o 1012, que é o de aves e suínos.

Pode passar, Moacyr.

E aqui a massa de trabalhadores que representam... Eu vou depois disponibilizar para o senhor, Senador Paulo Paim, para que fique no Senado e para que consiga passar essa apresentação para os demais.

Aqui é a questão das ocorrências de acidentes. O ponto mais importante é a desproporção, a quantidade de eventos que nós temos atrelados ao nosso Cnae. São 221 eventos. Isso não seria nenhum problema, não fosse o fato de alguns eventos não terem relação direta exclusivamente com o trabalho nos frigoríficos. E aqui eu citei alguns: epilepsia, enxaqueca, vitiligo, tem até hemorroidas. Então, é uma situação, Senador, que, às vezes, é desproporcional e injusta porque outros segmentos não têm...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Quando eu falo aqui... Vejam aqui o nosso *ranking*, a ordem, a classificação. Em 2010, como eu disse e volto a repetir, éramos o 25º e estamos em 184, somente o Cnae de aves e suínos. Portanto, Senador, há um avanço aqui substancial, há um avanço que reflete, quando nós vemos a posição na exportação, na produção, o acesso à alimentação que o nosso povo tem, inclusive, com o aumento do consumo *per capita* tanto de ovo, como da carne de aves, da carne de suíno, e a tendência é melhorar.

Aqui, concluindo, eu gostaria de deixar esta frase que, para nós, representa muito bem o que nós acabamos de apresentar e dividir com os senhores: que haja equidade em todo esse processo, e isso é muito importante, que evitemos ter categorias diferenciadas de trabalhadores em termos de SST, que todos possam ter os mesmos direitos, mas que também todos cumpram com seus deveres constitucionais com zelo e com imparcialidade.

Cientes de que ainda a gente pode melhorar muito, Senador, o segmento de proteína animal está fazendo a sua parte e segue aprimorando, cada dia que passa, os seus processos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Marcelo Osório, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), representando o Sr. Ricardo Santin. Ficou dentro dos cinco minutos e meio.

Eu queria, Dr. Marcelo, ao mesmo tempo em que cumprimento todos os convidados que se fizeram presentes, aproveitar este momento ainda para cumprimentar o Presidente desta Comissão. O Presidente da CAS é o Senador Sérgio Petecão; a Vice-Presidente, a Senadora Zenaide Maia, que está presente. Como eu fui autor do requerimento com mais dois Senadores, eles me deram, digamos, o presente de presidir uma audiência pública tão importante como esta, de repercussão nacional e internacional.

Então, ficam aqui meu reconhecimento e meu abraço ao Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão, e à Senadora Zenaide Maia.

Vamos agora para o terceiro convidado, a Sra. Silvana Moreira Battaglioti, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), Técnica em Segurança do Trabalho, Diretora do Departamento de Saúde do Trabalhador e da Secretaria da Mulher do Sindicato de Marília, São Paulo.

Então, quem está nos ouvindo vai ver que temos aqui representantes do empregado e do empregador, enfim, aqueles que representam nesse setor a sociedade brasileira.

É muito bom recebê-la, Dra. Silvana. A palavra é sua. (*Pausa.*)

Tem que liberar o som. O microfone está fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVANA MOREIRA BATTAGLIOTI (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todas e a todos!

Quero agradecer a indicação da CNTA, na pessoa do Sr. Artur Bueno de Camargo, por aqui representar a CNTA nesta audiência pública.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim por ter viabilizado esta audiência pública e ter convidado a CNTA para tratar de um tema tão importante, que é a segurança e a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor de frigorífico.

Quero agradecer também à Fetiasp, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo, na pessoa do Sr. Antonio Vitor, que é o Presidente, e ao Presidente do Sindicato da Alimentação aqui de Marília, o Sr. Wilson Vidoto Manzon. Quero agradecer a eles também.

A CNTA, juntamente com a Contac, representa, no setor de frigorífico, aproximadamente, mais de 500 mil trabalhadores e trabalhadoras. Então, é bastante gente.

Então, quero falar assim: o movimento sindical, especialmente a categoria profissional do setor de frigorífico, conta com o apoio de organizações internacionais, como, por exemplo, a Uita, para revisar a regulamentação das condições de trabalho no setor de frigorífico. Foram muitos anos de luta, e estamos lutando até hoje.

Não podemos deixar de ressaltar o apoio de várias entidades sindicais da categoria da alimentação que, até não tendo base de frigorífico no setor, nos apoiam nessa luta da NR 36. Quero agradecer a todas as entidades.

A NR 36 foi publicada em 2013. Uma Comissão tripartite chegou a um consenso, depois de muitas horas, de muitos dias, de muitos anos, para haver a publicação da NR 36. Então, ela é muito nova ainda. Ela foi publicada em 2013 e, depois de seis meses, entrou em vigor. Houve alguns itens da NR que foram publicados depois de dois anos, que entraram em vigor depois de dois anos. Então, ela é nova, é uma NR nova no setor de frigorífico.

Qual é o objetivo dessa NR? É estabelecer requisitos mínimos – estou falando "mínimos" –, avaliar, controlar e monitorar os riscos existentes na atividade, com o disposto nessa norma. Então a NR 36 é um marco regulatório mínimo de garantia de saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras das indústrias de abate e de processamento de carne, visando ao controle, à avaliação e ao monitoramento da atividade.

Então, a NR foi uma conquista social importante, que trata melhorias importantes e amplas, que traz exigências como, no trabalho, mobiliário, maquinário, manuseio de objetos perfurocortantes, ruído do local, vestimentas dos funcionários, câmaras frias, jornada de trabalho, postura e, principalmente, as pausas térmicas. Juntamente com a NR 17, fica essa – vamos dizer – harmonização correta, para que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores tenham, no mínimo, esses requisitos para conseguirem trabalhar e evitar acidentes e doenças ocupacionais.

Foram divulgadas as cem maiores empresas do agronegócio brasileiro em 2020, e há quinze frigoríficos, entre essas cem empresas, se destacando. Inclusive, o frigorífico encabeça, em primeiro lugar, em plena pandemia de covid-19. Só lembrando que muitos trabalhadores morreram, que muitos trabalhadores ficaram doentes nos frigoríficos, em plena pandemia. Muitos frigoríficos não fazem a análise ergonômica do trabalho adequadamente, pois deve ser feita a organização dos postos de trabalho, o gerenciamento de risco, já que são vários os perigos inerentes à atividade dentro do ambiente de trabalho. Então, muitos frigoríficos não seguem a norma corretamente, passam por cima da NR-17. Enfim, não é tão simples, só simplificar, harmonizar e desburocratizar; temos que ter um ambiente harmonizado e humanizado dentro dos frigoríficos, o que hoje ainda não temos.

Somos favoráveis à discussão e ao avanço da NR-36, mesmo porque é evidente que precisamos avançar, especialmente no tocante ao ritmo de trabalho, que é muito intenso hoje e precisa ser limitado para humanizar as condições de trabalho. Mas essa discussão não pode ser feita de qualquer forma, apressada, muito menos neste momento de pandemia, que, por conta de questões de segurança, as entidades evitam aglomerações e, consequentemente, impedem a participação dos trabalhadores.

Dessa forma, a CNTA solicita um novo prazo para a discussão da NR-36, objetivando a melhoria da segurança do trabalho e dos trabalhadores dos frigoríficos e a reabertura da consulta pública. É o mínimo que a gente pode fazer para melhorar as condições de trabalho.

Como já foi falado pelos colegas, na fala anterior, está tudo bonito, tudo lindo, mas não está; na realidade, a situação dos trabalhadores dentro dos frigoríficos está muito precária.

O meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Silvana Moreira Battaglioti, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA), técnica em segurança do trabalho; Diretora do Departamento de Saúde do Trabalhador e da Secretaria da Mulher no Sindicato de Marília – São Paulo.

É isso mesmo, esse é o debate. É preciso ponto e contraponto. V. Sa. mostra que precisa de ajustes e pede para ampliar o prazo – é isso, não é? – para que se debata mais a NR. V. Sa. mostra também que é muito bom o debate, enfim, a rodada de discussão, mas que se dê um tempo a mais para se ajustar, digamos, para que todos cheguem a um entendimento, como aconteceu já com outras NRs. Parabéns pela sua fala e vamos avançar.

Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), especialista em política industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL ERNESTO KIECKBUSCH (Para expor.) – Bom dia, Senador, quero agradecer o convite, a oportunidade de estarmos falando do processo de revisão das NRs. Em sua pessoa, quero cumprimentar os demais Senadores. Aproveito para estender meus cumprimentos a todos os participantes aqui da Mesa, uma mesa virtual, e também aos nossos participantes a distância.

Senador, acho que há um ponto importante nesse processo todo de revisão e que faz a conexão com a norma NR-36: é uma mudança de paradigma, até como foi relatado pelo Subsecretário; é um processo que altera uma lógica de funcionamento das NRs.

Nós saímos de um modelo prescritivo, um modelo que a OIT, até a década de 80, havia prescrito, e, como ele mencionou, em 2001, lança umas diretrizes para um sistema de gestão. Lá, em meados de 2005, iniciamos um processo – a própria Fundacentro fez a versão em português desse guia. Em 2007/2008, a CTPP começou a discutir o assunto, até que culminamos numa tentativa de termos o que nós conhecemos hoje como Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

E qual é o principal ponto que a gente tem nesse processo? É uma mudança, com ajustes e harmonizações de expressões. Então, essa nova NR-1, que é a espinha dorsal do processo de revisão, é onde há a necessidade de fazer os ajustes na NR-36 e, principalmente, de uma lógica de funcionamento que se altera.

Primeiro, todo modelo de NR, hoje, parte de dois grandes documentos. Parte do inventário de riscos, um documento muito mais completo, muito mais extenso do que o antigo PPRA, que se baseia em métodos técnicos e, ao mesmo tempo, possui um plano de ação. Esse plano de ação apresenta o planejamento de curto, médio e longo prazos que a empresa vai implementar.

Por que estou destacando esses dois documentos? Porque, primeiro, ele é para ser compartilhado com todos os trabalhadores. No processo recente de revisão da NR-5, da Cipa, que o senhor mencionou na abertura, há uma série de atribuições que foram ajustadas, entre elas participar do processo de elaboração e monitorar o inventário e o plano de ação, algo que não é tão claro hoje nas normas vigentes.

Esse processo todo entra em vigor em 3 de janeiro e cria um novo paradigma, uma mudança no sentido de envolvimento dos trabalhadores, do sistema de autogestão das empresas, e tudo isso está calçado num modelo chamado gerenciamento de risco, que é um processo novo para o mundo de SST no Brasil, mas é algo já existente há pelo menos 30 anos em vários países europeus, americanos e asiáticos. Então, para nós, é novo.

Então, Senador, acho que um desafio também importante nesses processos das NRs é capacitarmos e atualizarmos uma série de profissionais de SST. Então, no modelo em que você olhava para uma NR e via a solução descrita, a gente passou a ter requisitos e a ter diretrizes, ou seja, voltadas para medidas de prevenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente olha para o inventário de risco no setor frigorífico ou em qualquer outro setor empresarial, vai haver um processo de gestão, como foi mencionado pelo Subsecretário. A gente faz uma migração para esse processo, e ele parte para a identificação das fontes, ou seja, onde está o perigo, onde está a identificação desse risco, como é que se faz a avaliação, se é possível mitigá-lo, se é necessário fazer alguma adaptação no processo produtivo ou se pode momentaneamente adotar uma solução intermediária, até que se possa fazer um rearranjo do processo produtivo.

Isso tudo que nós discutimos de forma tripartite e que foi aprovado por consenso precisa constar tanto do plano de ação, quanto do inventário de risco. Só que as mudanças não são pequenas; são mudanças importantes para o mundo de SST, e aqui eu destaco algumas delas.

Acho que o principal ponto que nós temos em todo esse processo é a adoção de um conjunto de ferramentas e práticas já adotadas por várias empresas e vários setores – prática, às vezes, adotada no meio ambiente, no setor de tecnologia da informação. Isso tudo passa a se harmonizar dentro da empresa.

E um ponto que eu destaco é o chamado sistema de melhoria contínua. Então, todo o sistema precisa constantemente melhorar. O que era descrito nas nossas normas, no passado, de forma tímida está descrito na nova NR de forma mais detalhada e expressiva. Então, essa é a melhoria do processo como um todo.

E aí eu chamo a atenção para alguns pontos importantes. Primeiro, a nova NR-1 não se deteve, exclusivamente, ao gerenciamento de risco; ela trouxe duas novidades importantes, deixou mais claros dois pontos que estavam esparsos em várias NRs: um é a análise dos acidentes. Então, você tem uma determinação, hoje, na NR-1, de que todo acidente de trabalho precisa ser analisado. E ele tem uma característica importante: essa análise não é para identificar culpados, e sim para melhorar o processo de gestão como um todo.

O outro destaque que eu faço também é um plano todo voltado para emergências, com cenários, com informações que possam alimentar.

E aí, concluindo aqui minha fala, Senador, o que eu destaco fundamentalmente em todo esse processo é: melhoria de um processo contínuo e incorporação de cenários atuais, como a relação da empresa com todos os seus fornecedores, uma vez harmonizando com a legislação da terceirização.

Então, a NR-1 traz um comando específico para isso, em que o tomador do serviço e o contratado ou o contratante e o contratado precisam compartilhar os seus riscos, precisam apontar: se eu prestar esse serviço dentro da empresa, isso aumenta ou diminui o risco? Qual é a relação dessa integração entre as partes? Então, isso tudo cria um sistema integrado.

E, dentro das ações da NR-36, este é o nosso principal desafio: dar uma característica à 36 no sentido de quais são os principais perigos, quais são os principais riscos e quais são as principais medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de prevenção que possam ser adotadas, de forma que você crie um incentivo de melhoria contínua; de forma que, se eu retirar aquela fonte de perigo ou mitigar aquele risco, talvez aquela medida de prevenção não seja necessária. Por quê? Porque houve uma melhoria do processo. Então, a ênfase aqui é a melhoria contínua.

Então, eu destacaria nesse processo como um todo o processo de melhoria contínua e um desafio como todos de esclarecer, divulgar e informar todo esse processo em relação às NRs. E à 36, a ênfase nossa dentro da CTTP, como representante da CNI na Comissão, é atuar neste sentido: melhorar o sistema, reduzir os acidentes de trabalho e otimizar todo o sistema produtivo brasileiro.

Essas são as minhas palavras, Senador! A gente fica à disposição e agradece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem, Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch, da Confederação Nacional da Indústria e especialista em políticas públicas e indústria.

Eu queria cumprimentá-lo. Vi que V. Sa. falou muitas vezes a palavra "prevenção" – e olha que eu estou afastado da fábrica há quatro décadas já, por ter outros caminhos e fui até a Constituinte até agora, mas já tinha sido afastado, voluntariamente, porque eu me afastei, mas fui sindicalista –, e a palavra que eu mais usava na minha época, e vi que até hoje ela tem força, é "prevenção". Prevenção, prevenção e prevenção! Essa é a palavra-chave, não é? Porque eu me lembro que, na época, ficava aquela análise se era ato inseguro ou condição insegura, procurando quem era o culpado. Se você trabalha na prevenção, você não vai nem discutir se era ato inseguro ou condição insegura.

Mas parabéns a todos os painelistas!

Passo a palavra, de imediato, à Sra. Geni Dalla Rosa de Oliveira, da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (Contac).

Eu acompanhei a Geni mais de perto do que os outros convidados – e me lembro aqui do Siderlei, Geni, enfim, de toda a caminhada bonita que vocês sempre tiveram no movimento sindical. A palavra é sua, é muito bom ouvi-la aqui no Senado da República.

Por favor, Sra. Geni Dalla Rosa de Oliveira.

A SRA. GENI DALLA ROSA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Senador Paim, primeiro, em nome da Contac, eu quero agradecer, mais uma vez. O senhor sabe, pois acompanhou desde o começo. Eu me lembro de que, quando a gente construiu o projeto, a primeira pessoa que o Siderlei procurou foi o senhor, e o senhor deu os encaminhamentos. Então, eu quero agradecer muito, mais uma vez, a sua participação em defesa dos trabalhadores da alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que eu queria dizer é que nós não temos dúvida da importância do setor de frigoríficos. O setor da alimentação é o maior exportador de carne do mundo – nós sabemos disso e da importância –, gera muitos empregos. Inclusive, só nos frigoríficos, há em torno de praticamente 600 mil trabalhadores e trabalhadoras. A grande maioria são trabalhadoras. Então, a consciência da importância, nós temos. Mas nós não podemos nos omitir, nós não podemos deixar de dizer que é um setor que adoece muito.

Então, antes da NR – a NR surgiu de uma necessidade muito grande por causa dos adoecimentos –, em torno de 30% dos trabalhadores estavam doentes. Não que tenha resolvido totalmente a situação, mas reduziu muito. Desses 30% de trabalhadores doentes, em torno de 85% eram mulheres, pela atividade mesmo que era feita.

A NR nasceu de muitas lutas, de 15 anos de lutas, lutas nacionais, lutas internacionais. Trabalhamos muito, e foi discutida com empresários, com o Governo, com profissionais da saúde. Então, a gente chegou à NR, que é muito importante, principalmente pelas pausas, que são o carro-chefe da NR.

E a gente lamenta estar discutindo isso, porque, quando se fala em revisão, já há uma proposta de mexer nas pausas, e as pausas são o carro-chefe da NR, porque reduziram muito as doenças dos trabalhadores dos frigoríficos.

Então, nós temos, sim, essa preocupação.

Em vez de discutir revisão de NR-36, que é uma NR específica, pelo adoecimento dos trabalhadores, nós deveríamos estar discutindo aqui os acidentes de trabalho, que aumentaram muito agora, principalmente na pandemia. É uma realidade. Os números mostram esse aumento de acidentes de trabalho, principalmente, agora, nesta época tão difícil, em que os trabalhadores não tiveram oportunidade de parar. Os trabalhadores da alimentação tiveram que trabalhar, porque estão produzindo alimentos, estão produzindo a energia do homem.

Nós temos que discutir a NR na sua totalidade de implementação, não simplesmente mexer com ela. Nós precisamos discutir para que ela seja cumprida, porque nem todos os frigoríficos cumprem totalmente com a norma regulamentadora dos frigoríficos, que veio para salvar vidas.

Nós estamos falando de vida! Nós estamos falando de saúde! Nós estamos falando de segurança dos trabalhadores! Isso é o mais importante.

Então, nós precisamos estar discutindo a questão do ritmo, que aumentou muito.

Na pandemia, ele aumentou. Reduziu o número de trabalhadores, por muitos estarem afastados, e aumentou a produção. E o ritmo aumentou, porque era a mesma produção; aliás, aumentou a produção e diminuiu o número de trabalhadores. Essa questão é que nós temos que estar discutindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos discutir nenhum retrocesso na NR 36, porque foram 15 anos de luta, de muitas lutas. Não sei se o senhor lembra, Senador, da nossa campanha, e do símbolo da campanha, que era um frango de espuma, em que entrava uma pessoa dentro dele, caminhava uma pessoa dentro dele, e com uma cadeira de rodas, simbolizando o trabalhador doente. A gente fazia essa campanha, em nível internacional, inclusive em Genebra, na Conferência Mundial da Uita.

A Uita foi muito importante também nessa questão toda. Então o que nós precisamos é melhorar e não retroceder. Nós não podemos retroceder nada da NR 36. É um setor importante, mas é um setor que adoece muito, sim. E o que nós queremos? Nós queremos que os trabalhadores continuem, que aumentem, que o setor vá bem, mas nós temos que cuidar da saúde, da segurança dos trabalhadores e, principalmente, da dignidade deles, porque a LER... Esse movimento repetitivo causava muitas LERs, e os trabalhadores adoeciam. No quarto estágio não tinha cura, dormiam com dores, levantavam-se com dor, trabalhavam com dor e era um desastre. E reduziu, sim, significativamente.

Então, nós precisamos manter a NR do jeito que está. Se tiver que melhorar... Se tiver que mudar alguma coisa, precisamos melhorar e não retroceder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Geni Dalla Rosa de Oliveira, da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, que fez com que eu viajasse um pouco no tempo. Serafina Corrêa, aquele interior todo lá, por onde passamos; participei de inúmeros congressos dos trabalhadores da alimentação. Lembro-me aqui do Siderlei, do Artur Bueno de Camargo, um outro também comprometido com essa luta e que esteve conosco por inúmeras vezes.

Mas eu anotei aqui, para a gente fortalecer o debate, que você está preocupada, além de tudo, com a questão dos intervalos. Os intervalos de descanso são fundamentais. Enfim, estão todos com o objetivo de evitar, de combater os acidentes e as doenças no trabalho.

Então, vamos refletindo e conversando aqui.

Agora eu passo a palavra para o senhor Alexandre Perlatto, advogado da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), representante do Sr. Antônio Jorge Camardelli.

Por favor, Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE PERLATTO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Espero que me ouçam bem.

Inicialmente, eu quero saudar todos os Senadores presentes na pessoa do Senador Paulo Paim e parabenizá-lo pela iniciativa da reunião na forma de audiência pública. Trata-se de um tema sempre muito belicoso para nós, porque envolve sentimentos. Então é sempre muito importante discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar a Exma. Sra. Dra. Luciana Conforti, representante aqui do Poder Judiciário. Quero saudar o meu sempre colega, o Exmo. Sr. Procurador do Trabalho, Dr. Sandro Sardá. E rendo aqui uma homenagem, pois fizemos grandes acordos e vultosos trabalhos aqui enquanto eu estive à frente de departamento jurídico de frigorífico. Penso que atingimos resultados muito surpreendentes.

Quero render também homenagem ao Dr. Roberto Ruiz, médico, especialista do assunto. Escreveu trabalhos também significativos. Alguns divergem do que eu penso, mas serviram para o debate. Isso é muito importante. Quero mais uma vez – ele já foi citado aqui – prestar uma homenagem ao Siderlei, colega também sindicalista – e homenageio todos os sindicalistas aqui – que nos deixou recentemente e que durante toda a construção da NR 36 colaborou muito conosco. Quero saudar todos os meus colegas aqui de ABPA, CNI. Enfim, bom dia a todos.

Abiec é uma associação que representa aqui as indústrias exportadoras de carne de bovino. O PIB da pecuária hoje representa aproximadamente 10% de todo o PIB nacional. No ano passado, o movimento do agronegócio de corte rendeu algo em torno de R$747 bilhões para o Brasil, isso em torno da cadeia toda. Para vocês terem uma ideia, daquilo que produzimos aqui no País, apenas um quarto é exportado. Então, para aqueles que acham que nós produzimos apenas para o estrangeiro degustar, não, nós produzimos para o Brasil se alimentar. Então, durante o período de pandemia, a indústria de carne ficou produzindo para alimentar também os brasileiros, a maioria para os brasileiros.

Bom, deixa eu contar um pouquinho daquilo que sei do setor. E eu acho que vai ajudar para o debate. Eu vou evitar aqui criar conflito, porque acho que o Senador Paulo Paim, sereno como sempre, não pensou numa audiência como esta de hoje para criar conflito. Aqui nós viemos para debater. Mas, vamos lá. A NR 36 começou a ser discutida muito antes de 2010. Eu estou no setor há mais de 20 anos. Isso começou lá atrás, lá no Sul. Nem se pensava em bovino ainda na discussão. Em 2010, na verdade, houve a primeira formalização da coisa. E depois, a partir de 2010, é que se criaram os grupos de trabalho, depois o grupo de estudo, depois o grupo técnico.

Então, veio a consulta pública; e, no ano seguinte, a NR foi, então, assinada. Em 2013, o ministro novo, que, na ocasião, era o Sr. Manoel Dias, fez a cerimônia de entrega da CNR de que participei.

Todos que eu citei participaram acirradamente dessa construção da NR, todos. Então, todos aqui sabem como foi difícil construí-la, não foi fácil. O ambiente era muito mais belicoso do que está sendo hoje, eu não tenho dúvida nenhuma, mas uma coisa que eu acho que a gente deve destacar aqui, pessoal, se me permitem, é o seguinte: a gente precisa evitar engessar a coisa. A inovação está aí. A indústria 4.0 está batendo à nossa porta. Então, eu não vejo problema algum em revisar a NR 36.

Eu destaco, na fala da Sra. Geni, que eu acho muito importante quando ela fala que não deve haver retrocesso. Eu não tenho dúvida de que não deve haver retrocesso na norma. Claro, ninguém aqui está buscando retrocesso. Conheço muito bem o Romulo, e, como ele está à frente desse processo, eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certeza de que não vai haver retrocesso, eu não tenho dúvida. Conheço muito bem o Dr. Sandro Sardá, e, se houver retrocesso, ele vai ser o primeiro que vai chacoalhar o bumbo e soltar alguma nota técnica, alguma coisa dizendo que houve retrocesso.

Outra coisa: nós tivemos recentemente uma mudança significativa, que é a Portaria 313, expedida pelo Ministério do Trabalho, que trata da implantação do PPP em meio eletrônico. Isso daí vai impactar muito com relação a qualquer NR, qualquer uma. Então, existe a conjugação de diversos procedimentos de medicina e segurança do trabalho, e não é só uma mudança na NR 36 que vai mudar a gestão de segurança do trabalho das empresas.

E finalizo a minha fala dizendo o seguinte – e assino embaixo do que eu vou dizer: os frigoríficos, em especial as maiores plataformas se organizaram por demais, nesses últimos 15 anos. Departamentos jurídicos inteiros hoje são dirigidos por diretores trabalhistas, são pessoas especializadas que fazem parte do planejamento estratégico da companhia. E outra: são matérias hoje que impactam de forma reputacional no negócio como não impactavam 20 anos, 15 anos atrás.

Então, acreditar hoje que a empresa vai tratar a área de segurança do trabalho, a área de direito do trabalho com desleixo, ainda mais empresas que exportam, olha, eu acredito que é tratar o assunto de forma muito rasa. Então, a mensagem que eu trago do ponto de vista institucional é que tanto o trabalhador quanto o assunto são muito importantes para nós enquanto empresa.

Obrigado pela oportunidade, Senador Paulo Paim, e estou à disposição a partir de agora para qualquer outro tipo de questionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre Perlatto, advogado da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), que está aqui representando também o Sr. Antônio Jorge Camardelli.

Eu guardei aqui uma frase de que eu gostei muito, até pela importância da sua atividade junto à Abiec: que tanto V. Exa. como outros de que já citou o nome não aceitarão o retrocesso. Acho que isso é importante, fica demarcado que ninguém quer retrocesso, muito menos, claro, eu diria, nós aqui no Parlamento, mas, olhando para o trabalho dos senhores e das senhoras, seja empregado, seja empregador, a prevenção, a segurança, a qualidade de vida de todos – quando eu digo de todos, é de consumidores, de trabalhadores e dos próprios empregadores –, de que não vai haver retrocesso no debate desta norma.

Eu vou agora, de imediato, ao Dr. Roberto Ruiz, da Fundação Oswaldo Cruz, médico do trabalho, membro da comissão de criação da NR 36, pesquisador associado da rede de trabalhadores covid-19 ENSP/Fiocruz, doutorando em saúde coletiva UFSC.

O tempo é seu, doutor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO RUIZ (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiramente, cumprimentando o Senador Paim, um guerreiro bem antigo aí das lutas a favor dos trabalhadores, na defesa dos direitos e sempre rumo a um patamar civilizatório do coletivo, agradeço este momento. E, nesse cumprimento, cumprimentamos os outros Senadores e Senadoras, autoridades do Judiciário, do Ministério Público e do Executivo que estão aqui, assim como os colegas e autoridades empresariais e sindicais.

Eu gostaria de fazer um recorte, então, sobre essa questão da ciência, da técnica. A maioria dos senhores aqui são especialistas na discussão da política. E o Senador Paim, que, antes de vir para o Legislativo, já era dirigente sindical, sabe que a política é essa arte de negociar, não é? Ninguém é dono da verdade e a gente negocia e acaba chegando a um bom termo. Eu tenho certeza de que é isso que nós vamos conseguir.

Nesta audiência, Senador, nós vamos lançar um manifesto que tem 81 assinaturas de professores, de doutores, de pesquisadores, de pessoas ligadas, técnica e cientificamente, à área de saúde do trabalhador. Eu verifiquei aqui: só a leitura são quase dez minutos. Então, eu vou selecionar aqui três trechos como lançamento, que é essa parte científica que a gente quer trazer para esta audiência.

Então, o nosso manifesto é: somos contra a revisão da NR 36 no atual momento. Então, desde 1997, o movimento sindical, as universidades, o MPT têm buscado a melhoria geral das condições de trabalho nos frigoríficos. Depois de dez anos de estudo, negociações, avanços científicos e pressão política, com ampla participação, nós chegamos, em 2013, à NR 36.

E aí vamos falar um pouquinho sobre o que foi essa evolução da lei, como isso é uma luta política também para a gente conseguir um arcabouço jurídico e, agora, desde 2017, o rebaixamento desse arcabouço a partir da reforma trabalhista – é justamente sobre essa questão que se manifesta o alerta. O rebaixamento dos padrões de saúde e segurança no trabalho em geral e especificamente nos frigoríficos representa um enorme retrocesso social, já que o referencial normativo em vigor é fruto de décadas de avanços e melhorias nesses ambientes e sua operação açodada vai agravar as condições de trabalho, com o retorno aos alarmantes índices de afastamento de trabalho por incapacidade, devido a motivos ocupacionais que não eram reconhecidos pela empresa nem pelo INSS.

Lembrando que aqui mesmo foi falado sobre a evolução que os frigoríficos tiveram, e nós a reconhecemos: da 25ª posição foram para a 184ª, se eu não me engano. Nós a reconhecemos e não temos dúvida de que foi esta NR 36 que propiciou isso. Portanto, rebaixar direitos agora, direitos que têm a ver com saúde e segurança do trabalho, traria um prejuízo tremendo.

O manifesto fala uma série de coisas e encerra dizendo o seguinte: "a evolução das relações de trabalho para modelos mais equilibrados e sustentáveis, propósitos já alcançados em outros países, indica que a ampliação da participação dos trabalhadores e de suas entidades na gestão dos programas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenção desenvolvidos pela empresa, assim como iniciativas de humanização e valorização das relações de trabalho, o que inclui aumento de autonomia dos trabalhadores, são avanços civilizatórios que beneficiam a todos os interessados e se afastam da sombra da barbárie".

Então, Senador, já caminhando, aqui, para o encerramento – a sua competente assessoria tem esse manifesto, nós o enviamos, se possível divulgar para todos os aqui também -, eu encerro lembrando duas matérias jornalísticas que tivemos: uma da jornalista Vanessa, em um grupo, no Brasil de Fato, onde ela fala o que era, faz um resgate do que eram as doenças do trabalho no setor; e outra que foi publicada, hoje, no UOL, pelo jornalista Carlos Juliano Barros, em que ele fala que a experiência de Brumadinho tem que ser absorvida pela gente, e pode estar se perdendo uma oportunidade, nesta revisão da NR 36, do que nos ensinou aquela experiência.

Ora, toda aquela regulamentação ambiental de Brumadinho, praticamente, em grande parte, era autorregulamentação, era autodeclaração. Então, quando a gente quer tirar da NR 36 normas muito claras para levar para uma outra NR que fala em autodeclaração, nós estamos abrindo o flanco aí para ocorrer a Brumadinho aqui da NR 36, no campo dos frigoríficos. Eu vou dar um exemplo concreto: tirar as pausas da NR 36 e levá-las para a NR 17, na nossa opinião técnica, é um desserviço à Nação brasileira, e por quê? Porque esta autorregulamentação já existia, a NR 17 já previa que, por laudo ergonômico podia se dar pausa . Alguém tem conhecimento de alguma pausa que se deu por laudo ergonômico antes da NR 36? Temos, sim, do ponto de vista do Ministério Público, das negociações. Aí, sim, institui-se pausa, mas autorregulação não existia, então a gente entende como fundamental.

Encerro, Senador, trazendo aqui um pedido ao senhor e lembrando – Dr. Perlatto lembrou dos nossos tempos de discussão de NR 36 – de quanta paixão, não é, Perlatto, nós tínhamos ali na discussão, e eu acho que isso é positivo, porque, apesar de tudo, nós estamos vivos, temos paixões e convicções. Agora, é claro, resolvemos tudo aquilo dentro da democracia, dentro do debate.

Por isso, Senador, um pleito que a gente traz dentro desse campo da ciência é para que o senhor possa fazer uma intervenção também, as quais a gente já tem feito, talvez junto ao Ministro Onyx, para prorrogar esse prazo da consulta pública para a gente ampliar esse debate, sobretudo ampliar o debate técnico-científico sobre as bases para a mudança da NR 36.

Obrigado, e é uma honra estar aqui no Senado da República neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Roberto Ruiz, da Fundação Oswaldo Cruz, grande Fundação Oswaldo Cruz, Médico do Trabalho, membro da Comissão de Criação da NR 36, pesquisador, associado da Rede de Trabalhadores & Covid-19, ENSP, Fiocruz, doutorando em saúde coletiva.

Eu tomei nota aqui de algumas preocupações suas. Eu acho que a frase primeira é muito boa, e eu gosto dela: ninguém é dono da verdade. Ninguém, não é? E quem não muda de opinião ou de posição é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque acha que é dono da verdade. Então, meus cumprimentos por essa frase. E, ao mesmo tempo, lança aqui o manifesto falando da importância de prorrogar, de termos mais debate e construirmos um grande entendimento, como você falou e todos falaram. Como eu venho da área sindical, minha especialidade, confesso, e confesso publicamente, não era fazer greve, não, mas negociar. Às vezes me perguntam no Parlamento como aprovei tantos projetos. Aprovei tantos porque negocio. Esta semana mesmo talvez a gente consiga aprovar, além de um do Alzheimer, que é fundamental, que está previsto para hoje, mais três de combate ao racismo e preconceito, mas tudo negociado. Negociação é fundamental. Meus cumprimentos. Palavras suas também: ninguém quer a barbárie, ninguém quer retrocesso.

Então, vamos avançar, pelo que você está propondo aqui a todos os debatedores, na linha de prorrogar o debate da NR 36.

Vamos em frente.

Passamos, agora, à Sra. Aida Cristina Becker, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional de Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait), grande Sinait.

A SRA. AIDA CRISTINA BECKER (Para expor.) – Bom dia!

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom dia!

Estamos lhe ouvindo bem.

A SRA. AIDA CRISTINA BECKER – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Paim!

É sempre uma satisfação estar participando, e não posso deixar de pontuar e agradecer por esta oportunidade em nome do Sinait, mas que o Senador Paim traz um orgulho todo especial para o Rio Grande do Sul, especialmente para Caxias do Sul, de onde eu falo, porque está sempre à frente das...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a minha cidade natal.

A SRA. AIDA CRISTINA BECKER – Eu me casei com um caxiense e estou aqui há mais de 40 anos. Então, já...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seja bem-vinda! Seja bem-vinda à nossa querida Caxias!

A SRA. AIDA CRISTINA BECKER – ... sou caxiense também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o Senador Paim sempre pronto, previdente, vigilante nas questões dos direitos sociais, especialmente dos direitos dos trabalhadores, né?

Nos meus cinco minutos, eu tinha uma fala bem mais extensa, vou cortar, vou abandonar quase toda minha fala aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas voltará num segundo momento, viu? Todos voltarão a falar outra vez.

A SRA. AIDA CRISTINA BECKER – Está certo.

Já foi extremamente bem colocada a questão da importância da NR 36, das lutas que lhe deram origem e dos resultados efetivos que realmente estamos colhendo com a redução, porque o senhor deve lembrar bem que aqui, em Caxias do Sul, havia vários frigoríficos de aves. Eu trabalhei mais de 30 anos em auditoria fiscal nesse segmento, então, conheço bem as formas de adoecimento, o que realmente melhorou muito, sem dúvida, fruto da NR 36. A minha contribuição aqui, neste momento, eu vou ser bastante específica com relação aos itens da NR 36, porque, naturalmente qualquer guia de regulamentação de boas práticas exige que se tenha uma sistematização, uma harmonização, sem dúvida nenhuma, mas não podemos usar esse momento para descuidar ou dar chance para que se perca alguma coisa, sempre no sentido constitucional da redução dos riscos por meio das normas de segurança e higiene de trabalho. Então, sem mais delongas, eu vou passar para os itens sobre os quais proponho uma reflexão.

Recentemente, na Consulta Pública nº 3, de 2021, que foi publicada dia 8 de outubro, que se encerrou agora no dia 8 de novembro, eu pensei em alguns itens que acho são os mais importantes, sobre que deve se refletir, especialmente pelos trabalhadores.

Logo no início, o item 36.1.1, a redação parece idêntica à redação atual, mas foi suprimida uma palavra, a palavra "mínimos". A redação em vigor afirma: "O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos mínimos para a avaliação, controle e monitoramento dos riscos existentes nas atividades desenvolvidas na indústria de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano, de forma a garantir permanentemente a segurança, a saúde e a qualidade de vida no trabalho, sem prejuízo da observância do disposto nas demais Normas Regulamentadoras". Observem então que o texto proposto na consulta pública não tem mais a palavra "mínimos". Pode parecer uma alteração mínima e ela entra em consonância com o disposto do marco regulatório infralegal do Decreto 10.854, de 10/11/2021 – isso é muito recente aqui –, pois ele dispõe que a auditoria fiscal do trabalho só poderá lançar mão do que está expresso na NR e nas convenções coletivas de trabalho, o que me parece um retrocesso e um impedimento para que se atinja o objetivo da norma.

Observem que essa norma não chama subsidiariamente a aplicação de normas técnicas, exceto na parte de máquinas no conceito oriundo da NR 12. Ainda no objetivo da norma está acertadamente positivada a garantia à saúde. E relembro aqui o conceito mais difundido de saúde, que é o conceito da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OMS, que diz que: "Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença".

Então, nesta senda, eu vou, apenas para exemplificar, citar um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina, que usa como parâmetro a Norma Internacional ISO 11.079, de 2007. Essa norma trata da ergonomia no ambiente térmico e determinação de interpretação do estresse por frio. No estudo, os resultados obtidos por termovisor revelaram que as trabalhadoras da sala de corte, temperatura ambiente de 11 graus, após duas horas de trabalho, já apresentavam segmentos corporais temperaturas indicativas de desconforto e dor. Portanto, essa é uma condição de trabalho que está muito distante do conceito de saúde. E não se pode lançar mão de normas técnicas, por exemplo, vedar o acesso ao estado da técnica e à redução de riscos.

Além desse item, as sugestões que foram recebidas na consulta pública vão no sentido da supressão das palavras "permanentemente" e "qualidade de vida", o que levaria o texto a uma condição de franco retrocesso.

E por favor, Senador, me dê mais um tempinho, porque há dois itens aqui que são de extrema importância, e os trabalhadores precisam ficar atentos.

Seguindo para a avaliação das situações de trabalho, item 36.51, para harmonizar com a nova norma, a NR-17, recentemente publicada, que inova o conceito de avaliação preliminar, avaliação ergonômica preliminar. O texto em consulta dispõe, então, para essa harmonização, que deve ser realizada a avaliação ergonômica preliminar das situações de trabalho ou a análise ergonômica do trabalho, nos termos da NR-17.

A gente deve lembrar que a NR-17 é uma norma geral. Então é aceitável esse instrumento tecnicamente mais simples, com menos registros, como essa avaliação preliminar. E para a NR-36, como é uma norma específica, e a gente sabe que a questão ergonômica está na gênese do adoecimento, não pode ser deixada de lado essa questão. Tem que ser feita realmente a obrigatoriedade da análise ergonômica do trabalho, por ser um instrumento mais robusto tecnicamente e mais bem documentado para rastreio.

A NR-36 em vigor contempla essa obrigatoriedade. Apesar de a análise ergonômica ali estar atrelada a itens mais singelos, é um instrumento superior à avaliação ergonômica preliminar.

E aqui também, as sugestões da consulta pública vêm no sentido de suprimir esse item da NR-36, deixando só o comando na NR-17, o que cristaliza o retrocesso, na medida em que apenas essa avaliação ergonômica preliminar possa ser realizada, como bem também já falou a pessoa que me antecedeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora o tema mais sensível, que é a organização temporal do trabalho. O item 36.6, que trata das pausas. A redação ali está idêntica. Mas com o PL 2.365, de 2011, pairando, basta a alteração do art. 253 da CLT para detonar o item e as pausas.

E aqui as sugestões enviadas na consulta pública são ainda piores, porque elas sugerem que o item seja suprimido, e fique apenas o comando do art. 253, que está por um fio, e ainda, que as pausas sejam regidas apenas pelo comando da nova NR-17, em que perderíamos a obrigatoriedade expressa da observância das pausas, desde a recuperação até a expedição, o quadro 1 e os itens a eles relacionados, em que as pausas quantitativamente são expressas. Então são itens importantes, sobre que a gente tem que refletir.

Eu teria outros aqui para chamar a atenção dos trabalhadores e acho extremamente pertinente que esse prazo de consulta seja estendido, para que sugestões tecnicamente mais aprofundadas sobre esse item possam chegar para a Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Vou encerrar por aqui. Desculpem-me porque passei o horário, mas eu acho importante que esses subsídios técnicos sejam colocados nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Aida Cristina Becker, auditora fiscal do trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinaite), com o qual tenho trabalhado junto muito aqui no Congresso.

E vai na linha de outros que já usaram a palavra, entendendo que é preciso ajustar o texto de forma mais detalhada e, por isso, pede um prazo maior para que se possa construir aquilo do que eu venho falando desde o início: um grande entendimento. Que não haja nenhum tipo de retrocesso.

Eu iria chamar agora ao Sr. Paulo Sérgio, mas ele mandou um representante. Informam-me aqui que, no lugar do seu Paulo Sérgio, falará o Sr. Gil Marcos de Oliveira Reis, representante, no caso aqui, da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo). É o representante, então, do Sr. Paulo Sérgio.

Por favor, Sr. Gil, a palavra é sua.

O SR. GIL MARCOS DE OLIVEIRA REIS (Para expor.) – Bom dia, Senador. Estendo os meus cumprimentos a todos os presentes, independentemente de especialização, cargo ou função. Senador, é um prazer imenso revê-lo. A última vez que nós nos vimos foi na Comissão Mista do Funrural, em que nós dois lutávamos juntos contra aqueles absurdos. Certo? Não sei se o Senador se lembra. A Dra. Aida...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembro-me sim.

O SR. GIL MARCOS DE OLIVEIRA REIS – Para a Dra. Aida. Doutora, eu tive a honra e o prazer de ser aprovado no primeiro concurso de fiscais do trabalho do Brasil, mas não assumi. Não sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum especialista, sou um executivo. Apesar de ser advogado, não é a minha área de atuação. Mas acompanho as falas do Marcelo Osório, da ABPA, que expressou muito, que se expressou muito bem; as do Perlatto, um companheiro de longas datas. Acompanhei junto com ele a elaboração da NR-36. Lembra, Perlatto? Nós trabalhamos muito, nos reunimos tantas vezes em Curitiba e acompanhamos a norma.

O aprimoramento de qualquer norma é uma coisa bem interessante porque existem duas coisas inevitáveis na vida: a morte e a mudança. Os tempos estão mudando rapidamente.

Agora, como representante da Associação Brasileira dos Frigoríficos e um mero conselheiro da associação, posso informar a vocês que nós representamos pequenos e médios frigoríficos deste País afora. É uma situação totalmente diferente. Nós representamos basicamente frigoríficos que prioritariamente atendem o mercado interno. E como pequenos e médios nós entendemos o seguinte: os nossos trabalhadores não são apenas trabalhadores, são colaboradores. E aí fica a minha gratidão não só ao setor frigorífico, mas aos próprios colaboradores, pelo fato de que não nos faltou alimentação durante a pandemia e que todos nós, unidos, sofremos muito.

Foi bom que se abordasse a questão da saúde. Há um outro aspecto da questão da saúde que vai muito além da humanitária, que é a sobrevivência das empresas e do meio empresarial. O setor frigorífico faz parte da cadeia alimentar que começa no produtor e termina no consumidor, são elos da cadeia que não podem ser quebrados. A saúde do trabalhador é muito importante. É muito importante porque mantém não só a vida dele, como a vida dos próprios frigoríficos e dos próprios consumidores.

É interessante abordar esse ponto. A cobertura tem sido muito grande; Marcelo Osório já citou aqui a questão dos acidentes de trabalho, que foi citada também pelo Roberto Luiz: nós saltamos do número 25 em acidentes para o número 184. Isso é uma coisa fantástica e precisa ser reconhecida.

Quanto ao caro Sandro Eduardo Sardá, eu estou na área e trabalhei em direito trabalhista antes mesmo de o Ministério Público Federal do Trabalho ter uma atuação tão destacada. Na época, o destaque era dos auditores fiscais do Trabalho. Eles é que subsidiaram e subsidiam todo o trabalho do Ministério Público Federal do Trabalho.

Eu sou executivo, sou negociador, assim como o Senador Paulo Paim, e acredito que todas as falas têm a sua coerência nesta audiência pública. E eu, que conheço bem a atuação do Senador Paim, sei que ele também é coerente. Eu já lutei ombro a ombro com ele numa questão e sei como funciona o seu raciocínio e que nós somos radicalmente contra a intervenção estatal da iniciativa privada. Tudo que cheirar a intervenção estatal na iniciativa privada é extremamente desagradável, porque aí vem o discurso de que governo não gera emprego, governo não gera riqueza; governo recolhe impostos e cobra impostos. Quem gera riquezas e empregos é a aliança entre os colaboradores e os empresários, ou seja, as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma evolução na norma, desde que seja para melhor, é palatável. O que nós não podemos fazer é inviabilizar o trabalho do colaborador e da própria empresa. Isso tem que ser mantido através da saúde. E esse aspecto da saúde tem sido muito observado. O próprio...

E vou falar sobre autorregulação rapidamente. Nós estamos discutindo no Congresso o autocontrole, e o autocontrole não significa independência absoluta. O autocontrole ou a autorregulamentação tem que ser fiscalizado. Isso não é uma coisa solta no espaço, certo?

Então, seria isso. Eu teria que transferir a minha fala para o Perlatto, mas ele já falou tão bem em nome da irmã Abiec que eu não sinto necessidade. A minha fala, Senador e demais membros, é mais no sentido geral, incluindo o setor que nós estamos discutindo no panorama geral do País, que atravessa uma crise muito séria e que está sendo coagido por forças internacionais.

É o momento de união de todos nós. Nós não podemos nos curvar a imposições externas, e que o mundo não se iluda que o Brasil está seguindo normas internacionais. O Brasil está seguindo normas legais brasileiras, que são muito mais rígidas do que o que tentam nos impingir as normas internacionais, certo?

Então, seria essa a minha fala. E queria desejar boa sorte a todos nós! Que nós consigamos chegar a um ponto de equilíbrio e que possamos proteger os colaboradores e as empresas. Nós não podemos inviabilizar nenhuma das duas atividades, porque uma não existe sem a outra. É bom que isso fique bem claro.

Todas as normas que se impõem e não sejam saudáveis a uma empresa vão atingir a todos nós que somos consumidores, e isso significa o aumento de custo num País em que a sobrevivência fica mais difícil e o povo perdeu a sua capacidade financeira de comprar. Nós não podemos perder de vista isso.

Então, é preciso ter muito cuidado com essa modernização da norma, para que ela seja melhor para todos, inclusive, paro o próprio consumidor.

Eu, uma vez, bati na mesa, numa reunião dos procuradores-gerais da República em Brasília – estavam presentes oito procuradores –, eu bati na mesa e disse: "Por favor, eu preciso descobrir a quem vocês estão defendendo aqui, porque vocês podem impor a norma que quiserem, e o problema vai ser muito simples: nós vamos repassar ao consumidor todos os custos que vocês gerarem".

Então, nós temos que ter muito cuidado com tudo isso. A gente tem que analisar o contexto geral, não só ficar olhando para os nossos próprios umbigos.

É isso aí, Senador. Obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Gil Marcos de Oliveira Reis, representante da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), representante do Sr. Paulo Sérgio Mustefaga.

Só um comentariozinho rápido: meus cumprimentos pela sua fala, que apontou na linha do acordo, do entendimento, de que todos têm que ceder um pouco para chegar a um acordo. E me parece que a sua proposta vai na linha do que os outros falaram, em que eles pedem um tempo maior para aprofundar a discussão, para a construção desse entendimento.

Acho que se formos por aí é possível. Muitas vezes, aqui no Congresso, a gente tira de pauta uma matéria que está pronta para ser votada e, com um pouco mais de conversa, a gente consegue construir acordos.

Permita-me, porque é uma frase que está na minha cabeça há muitos anos e que eu já disse diversas vezes. O Presidente Estados Unidos passava por uma crise gravíssima e ele chama o Henry Ford e diz: "Como é que a tua empresa está indo bem, se a crise no país é enorme, há desemprego, miséria, fome?". E o Henry Ford diz para ele: "Só tem uma saída: cuide bem dos trabalhadores, porque eles, além de serem aqueles que produzem, são os nossos consumidores". E ele fez isso. Investiu muito no emprego, na renda do trabalhador e saíram daquela crise.

Eu me lembro disso. Olha, é o Henry Ford! Estou falando aqui, estou dando um exemplo dos Estados Unidos. Acho que é mais ou menos isso que eu noto que está dando norte para o nosso debate aqui.

Eu queria convidar agora – eu o conheço de muitas e muitas palestras, debates que fizemos juntos – o Sr. Gerardo Iglesias, Secretário Regional da América Latina da União Internacional das Associações de Trabalhadores em Alimentos, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins (Uita).

Muito bom vê-lo, Iglesias.

Você não envelhece nunca, hein, Iglegias?! Só eu que envelheço! (*Pausa.*)

Ele está com o microfone fechado.

O SR. GERARDO IGLESIAS (Para expor.) – Querido Senador, obrigado por suas palavras. Na verdade, sim, são muitos anos compartilhando diferentes lutas. A primeira vez que a gente se encontrou e se conheceu foi numa Conferência Internacional da Uita feita em Porto Alegre, na Federação dos Trabalhadores da Alimentação, na 9ª Conferência Latino-Americana da Uita, que foi a primeira conferência internacional de trabalhadores, na época de ditadura militar ainda.

É um grande prazer reconhecer seu trabalho, querido Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento os demais palestrantes e as companheiras e companheiros que estão dando seguimento a esta audiência.

Antes de começar, eu penso que, sim, querido Senador, que você é muito feliz quando solicita mais tempo, quando também os trabalhadores e as trabalhadoras e as organizações sindicais estão solicitando também mais diálogo e estão solicitando uma construção democrática.

O que nós temos também que entender é que nós estamos num momento da atualidade mundial que é muito complicado. Está comprovado cientificamente que o mundo caminha para a sua destruição.

Na Cúpula do Clima, recentemente concluída em Glasgow, ficou claro que os padrões de produção e consumo devem sofrer mudanças com urgência e que as principais emissões de gases de efeito estufa devem ser mitigadas. O modelo de produção agroalimentar e suas consequências ambientais estão no radar da comunidade científica.

A contaminação do solo e das águas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e seus efeitos na saúde pública, o crescente desmatamento do mundo e, principalmente, do Brasil em decorrência do avanço da fronteira agrícola e pecuária, a perda crescente de nossa biodiversidade são problemas nevrálgicos de nossa atualidade.

Falando do Brasil, o desmatamento da floresta se une à destruição da legislação trabalhista.

A pandemia do covid-19 nos fez refletir sobre a ligação homem-animal. É uma pandemia causada por zoonoses. Cabe destacar que a gripe aviária e outros vírus da gripe são de origem zoonótica, e temos que lembrar também que a resistência aos antibióticos está relacionada com o processo de produção de proteína animal.

Hoje, querido Senador, os consumidores em todo o mundo se perguntam com maior frequência – é interesse – sobre como os alimentos são produzidos, quais são os impactos ambientais e sociais, qual é a situação dos trabalhadores e trabalhadoras. E, da mesma forma, deve-se considerar que há mudanças significativas no consumo de proteína animal. Nesse sentido, a população vegetariana e vegana vem crescendo em todo o mundo.

Para os trabalhadores e trabalhadoras dos frigoríficos brasileiros, o principal problema está na precariedade do ambiente de trabalho. Tentar alterar a NR-36 é mudar seus benefícios. Será uma ação lamentável e brutal contra esses trabalhadores e trabalhadoras, mas também contra a sustentabilidade de todo o setor de carne do Brasil.

A NR-36 é patrimônio da luta do movimento sindical internacional. E temos que compreender que proteger a NR-36 é proteger quem produz alimentos para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, nosso grande dirigente internacional Gerardo Iglesias, Secretário Regional da América Latina da Uita (União Internacional das Associações de Trabalhadores em Alimentos, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins). Ele dá uma inovada no nosso debate. Ele lembrou – e é muito bom mesmo lembrar – a questão do meio ambiente, que é uma questão internacional, planetária, que interessa a todos nós; falou também da preocupação com a pandemia e o resultado não só da questão da crise de saúde, mas também do social; e lembrou a questão da sustentabilidade, o ambiente de trabalho. Eu acho que é uma reflexão muito interessante que o Iglesias faz aqui, uma visão global, já que ele tem esse papel e é um dos líderes da União Internacional de Trabalhadores. Ele fez aqui uma bela reflexão para todos nós, mostrando que o diálogo é fundamental para a construção de qualquer medida de interesse da população.

Eu passo a palavra agora à Dra. Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a nossa querida Anamatra, pela qual eu tenho um enorme carinho e um enorme respeito.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (Para expor.) – Muito bom dia, Senador. Agradecemos mais uma vez, em nome da Anamatra, o convite para participar desse relevantíssimo debate, de extrema importância para toda a sociedade, e, como sempre, pretendemos trazer aqui reflexões, preocupações e, de alguma forma, como eu disse, contribuir com o debate.

É uma honra estar mais uma vez numa audiência pública presidida por V. Exa.

Trouxe também muitas anotações e dados. O tempo é bastante curto, mas vou tentar aqui sintetizar, para que nós possamos avançar na audiência pública.

Gostaria de cumprimentar também todas as pessoas que estão nos acompanhando e os demais convidados e convidadas desta audiência pública.

Bem, o tema é bastante específico, e, de logo, uma ampliação desse debate é bastante interessante, porque traz muitos dados técnicos e envolve muitos trabalhadores e também a sociedade.

Como foi anunciado recentemente, em 2020 o Brasil se destacou como o maior exportador de carnes do mundo e também de carnes de ave em meio à pandemia, mas não necessariamente esse destaque se refletiu no mercado interno na questão do consumo. Há, então, uma relevância inegável do setor em termos de faturamento, em termos de exportação e há também alta empregabilidade no setor – mais de 540 mil trabalhadores diretos nesse segmento –, mas nós também temos que destacar aqui a relevância acidentária e o fator de adoecimento, porque isso também gera reflexos profundos na previdência pública, em toda a sociedade que trabalha naquele local, nas pessoas que dependem dessas outras pessoas. Então, isso também tem que ser analisado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma questão de saúde pública; de meio ambiente geral, nele inserido o do trabalho; de respeito à Constituição, à legislação brasileira – a CLT – e também às normas regulamentadoras, mas também às normas internacionais, sobretudo porque o Brasil negocia muito internacionalmente, e, para a imagem do Brasil, é muito importante que o País cumpra essas normas internacionais, sob pena de ter alguma restrição nessa parte.

Eu trago aqui, Senador, a minha fala muito amparada no documento que foi emitido pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, chamado Análise de Impacto Regulatório da própria NR 36. Ali são colocados vários dados de acidentalidade, como eu disse. O número de acidentes e de doenças do trabalho, entre 2016 e 2020, foi de mais de 85 mil. Só nos anos de 2018 e 2019, mais de 18 mil acidentes típicos por ano. São acidentes, muitas vezes, gravíssimos e fatais, e as doenças, muitas vezes também, incapacitantes. Então, esta é uma preocupação que deve estar em todo o bojo dessa discussão: a alta acidentalidade.

Que bom que tivemos avanços! Qualquer revisão é muito bem-vinda quando é para atualizar a norma – e ela é necessária. Todavia, temos que ter a devida cautela com essas proposições para saber exatamente qual o impacto que ela terá no mercado de trabalho.

A própria Secretaria de Inspeção do Trabalho fala, nesse documento chamado Análise de Impacto Regulatório, sobre a não observância das normas pelas empresas. Então, esse é o primeiro passo que nós temos que destacar; segundo, sobre a baixa efetividade das ações de prevenção; terceiro, sobre o deficitário investimento nas medidas de prevenção, porque, muitas vezes, esses investimentos são considerados como custos apenas; e, quarto, uma ausência de planejamento na área de segurança e saúde do trabalho.

Aqui eu já trago a primeira preocupação. Um dos objetivos principais dessa revisão foi a redução de acidentes e doenças do trabalho, com essa atualização permanente dos processos de segurança, mas nós vemos que a norma já não é cumprida como deveria. E não é só a alteração da norma, como sabemos, que trará esse cumprimento.

Então, digamos assim, esse objetivo fundamental de reduzir acidentes e doenças apenas com uma revisão de normas, como nós sabemos, não é possível. E também fala esse documento sobre um dos objetivos que seria o do aumento da fiscalização. Aqui eu trago um dado concreto: como vamos aumentar essa fiscalização, Senador, se estão faltando mais de 1,5 mil auditores fiscais do trabalho em todo o País? Nós vemos que há uma redução significativa da fiscalização por conta do da diminuição dos fiscais. Então, esse é um dos objetivos que pode não ser alcançado justamente pela falta da fiscalização.

Nós temos também preocupações. Aqui eu peço um pouco mais de tempo só para pontuar a principal preocupação, que é realmente essa remessa da análise das pausas para outra NR, que é uma NR geral. Por que cada NR de setor tem a sua específica? Porque há especificidades em cada setor, e é necessário que haja, naquela norma, toda a regulamentação mínima necessária para a garantia da proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e saúde dos trabalhadores. Então, a norma traz as pausas térmicas e as psicofísicas, que são diferentes. Existe o Projeto de Lei 2.363, de 2011, que prevê essas pausas térmicas, digamos assim, só com trabalhadores que trabalhem abaixo de quatro graus, o que é realmente muito diferente do que nós temos hoje. E há também a necessidade – eu não vejo avanço aqui, por exemplo, e nós poderíamos avançar – da limitação da jornada de trabalho devido aos ritmos, à não observância das pausas, à carga excessiva de trabalho, o que leva à acidentalidade.

Nessa norma, Senador, por exemplo, há a possibilidade de jornadas superiores a nove horas e dez minutos, prevendo pausas com jornadas acima disso, ou seja, já parte do princípio de que vai haver uma jornada que é excessiva para um setor com altos riscos, com vários tipos de riscos – riscos físicos, químicos, biológicos –, em ambiente insalubre, e há, na legislação trabalhista, limitações a essas jornadas. Por exemplo, o intervalo entre uma jornada e outra tem que ser de onze horas. Se o trabalhador trabalha mais de dez horas, como ali pode haver uma previsão, esse intervalo não vai ser respeitado. As pausas não são, às vezes, respeitadas, e isso traz uma grande acidentalidade. Então, esse debate, essa ampliação do debate seria importante porque nós teríamos avanços com essa limitação da jornada, por exemplo, com a observância das pausas. Como vai haver um aumento da fiscalização com esse déficit de fiscais? Como vai haver também esse maior monitoramento dos riscos se hoje já não são observadas as normas? Como vai se fazer para que se observem essas normas se hoje elas já não são observadas?

E o grande risco, para finalizar mesmo, Senador – agradeço a concessão –, é nós remetermos tudo a uma autorregulamentação, a uma autodeclaração, a uma análise prévia, porque, como eu disse, as normas não são observadas e, mais, nós temos diferença de padrões de frigoríficos e de empresas. Nós temos empresas grandes que contam com toda a estrutura realmente, como foi dito aqui, mas nós temos outras que não têm essa estrutura e já não costumam fazer esse tipo de análise. Jogar isso para essa autorregulamentação, autodeclaração e, principalmente, deixar a supressão de pausas específicas previstas para o setor relegadas a uma outra NR será um risco imenso. Como sabemos, há um projeto de lei que pretende essa alteração e que trará ainda mais, lamentavelmente, a devastação do meio ambiente do trabalho.

Então, são preocupações aqui que eu trago.

Nós não podemos ter normas atualizadíssimas de primeiro mundo, ostentando o segundo lugar em acidentes de trabalho dos países do G20, ficando apenas atrás do México. Eu acho que essa preocupação tem que ser externada e, também, porque é um custo para as empresas. As ações regressivas, pelo pagamento de benefícios acidentários, já geraram ações de mais de um R$1 milhão contra as empresas que tiveram esse tipo de acidentalidade e nós sabemos que isso empresa nenhuma quer.

Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Luciana Paula Conforti, juíza do trabalho, Vice-presidente da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que aqui em rápidas pinceladas... Iniciou falando que toda revisão é bem-vinda, com o devido cuidado, com o que eu também concordo: as partes têm que ter muito cuidado.

Ela diz: "Cumprir a norma é fundamental!" Cumprir a norma, o que seria o básico, não é? Fala da falta de fiscalização, falta de fiscais – isso já nós tínhamos vindicado –, repercussão, pausas, jornada de trabalho, enfim, se ficar uma carga de mais de nove, dez horas, como é que ficam os intervalos? Automaticamente são prejudicados. Por tudo isso é preciso, então, na mesma linha dos outros, que haja uma reflexão maior sobre o tema, para construirmos um grande acordo, como já fizemos no passado.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Sandro Sardá, Procurador do Ministério Público do Trabalho, coordenador do Projeto Nacional de Adequação das Condições de Trabalho em Frigorífico.

Dr. Sandro...

O SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ (Para expor.) – Bom dia, Exmo. Senador Paulo Paim, ao qual saúdo; saúdo todas as ilustres palestrantes; os ilustres expositores. Realmente, Senador, acho que é fundamental a prorrogação do período de consulta pública para a NR 36, em face à complexidade da matéria. É uma NR que, na verdade, foi construída ao longo de dez anos, como muito bem indicou o nosso estimado Dr. Perlatto. Não é possível rever a NR 36 em três ou quatro meses, dada a complexidade e por atingir em torno de mais de 500 mil trabalhadores.

Bom, nós estamos a tratar – e eu não gostaria de polemizar, mas de pontuar – de um dos setores industriais que mais geram acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no País. Pela análise de impacto regulatório da NR 36, a qual a Dra. Luciana se reporta muito bem, foram 23 mil acidentes de trabalho, somente em 2019, ou seja, em torno de 90 acidentes de trabalho a cada dia nos frigoríficos brasileiros, e é evidente que nós precisamos contabilizar tanto os frigoríficos de aves, quanto os de suínos e de bovinos, são todos do ramo frigorífico.

Trabalhadores em frigoríficos até hoje chegam a realizar de 80 até 90 movimentos por minuto, em ambientes frios, com riscos de amputações, vazamentos de amônia, baixas taxas de renovação do ar. Então, eu diria que são raríssimas as atividades econômicas que concentram maiores riscos do que os frigoríficos. Não obstante, nos últimos 18 meses, nós tivemos duas preocupantes e substanciais iniciativas de revisão do art. 253 da CLT, como muito bem colocaram a Aida e a Dra. Luciana, tentando aplicar as pausas de recuperação térmica de 20 minutos a cada uma hora e quarenta somente para ambientes com temperaturas inferiores a 4 graus. Então, estavam a defender que uma pessoa poderia trabalhar dez horas por dia em um ambiente com temperatura de 5 graus sem qualquer pausa e sem que isso causasse um prejuízo à sua saúde. Este é o modelo de regulação que se está buscando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nem a maior pandemia da história do Brasil impediu as tentativas de alterações supressoras do art. 253 da CLT, e a mais recente iniciativa de supressão de direitos tem um novo e belíssimo nome: harmonização da NR-36 com a NR-17, que visa, dentre outras medidas, à mera desregulamentação de pausas.

Então, como o Dr. Roberto Ruiz colocou muito bem, a NR-17 já previa pausas e nunca foi efetivada. Agora, nós tivemos uma brutal revisão da NR-17, e as empresas, então, podem optar ou não por estabelecer pausas. Elas têm uma análise ergonômica. Então, a obrigação da NR-17 é fazer uma análise ergonômica e implementar algumas medidas ou não, e as pausas ficam à livre disposição das empresas ou não.

No *site* da consulta pública da NR-36, pode-se verificar que uma das entidades do setor propõe exatamente isto: eventuais necessidades de concessão de pausas serão definidas pelo estudo ergonômico. Nós demoramos uma década para construir a NR-36 – e ela foi fruto de consenso –, e o que estamos discutindo agora é a mera supressão de pausas. A segunda manifestação de uma das entidades do setor na consulta pública é que ela trata de uma obrigação adicional imposta unicamente ao segmento de proteína animal, e eu não poderia deixar de discordar disso, porque o Anexo II da NR-17, que trata de trabalho em teleatendimentos, estabelece duas pausas de recuperação psicofisiológicas e um limite de exposição diária ao trabalho de seis horas ao dia e 36 horas por semana, com 20 minutos de intervalo para almoço, o que seria um padrão fundamental, caso implementado nos setores em frigoríficos.

Então, para concluir, os riscos que nós estamos correndo na NR-36 é destruir todo o belíssimo trabalho que todos nós construímos nos últimos dez anos, foi objeto de consenso. Agora estamos observando essa saga de precarizações, tanto no art. 253 da CLT quanto na NR-17 e na NR-36.

Para encerrar, eu cito aqui a declaração do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, no encerramento da cúpula do meio ambiente, fala: "Basta de brutalizarmos o meio ambiente". E eu não poderia deixar de citar que o art. 200 da Constituição Federal estabelece o meio ambiente de trabalho como integrante do meio ambiente geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dr. Sandro Eduardo Sardá, Procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador do Projeto nacional de Adequação das Condições de Trabalho em Frigoríferos.

O Dr. Sandro não deixa nenhuma dúvida na opinião dele. Ele também entende que é preciso prorrogar o prazo, com mais diálogo, com mais conversa sobre a NR ora em debate. É possível nesse diálogo se construir o entendimento no tempo adequado. Inclusive, ele fala também do manifesto assinado por inúmeras autoridades, referências no País todo pedindo a prorrogação do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora para o encerramento da nossa *live* e, no encerramento da *live,* nós vamos fazer algumas perguntas.

Como nós temos aqui conosco alguns Senadores e Senadoras, e aqui as mulheres tomaram conta... Gostei de ver a Senadora Zenaide na tela, a Senadora Leila na tela, a Senadora Rose de Freitas na tela. E quem pediu a palavra antes...

Agora no encerramento, só para situá-los, Senadora Zenaide, a palavra vai ser sua. Eu vou encaminhar algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania, e cada um de vocês tanto poderá responder às perguntas quanto fazer suas considerações finais. Eu agora vou inverter: os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos. Eu sempre faço isso.

Senadora Zenaide, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente Paulo Paim, estive bastante atenta a esta Norma Regulamentadora 36, de 2013. Eu queria iniciar... Eu também concordo com o senhor e com todos que a gente tem que ter discussão para virem essas reformas, apesar de essas reformas nunca serem boas para os trabalhadores, mesmo com todos sabendo que o trabalho é que gera riqueza.

Eu gostaria de dizer aqui que eu nem tinha conhecimento dessa norma. A gente viu o desmonte da CLT, cujo projeto inicialmente chegou ao Congresso pelo Governo Temer com 22 alterações e saiu com mais de 120. Tirou bastantes direitos dos trabalhadores, e inclusive o trabalho intermitente permitiu que trabalhadores fossem contratados por três horas hoje, por duas horas amanhã, como se fosse um trator, uma retroescavadeira e não uma pessoa que precisa das folgas de final de semana, de direito a férias.

Segundo, eu até concordo... Aqui a gente sabe que nós não tiramos o mérito do agronegócio, como a gente diz, principalmente da proteína animal.

Mas, depois de uma reforma trabalhista, ainda querer tirar o que foi conquistado com muita luta, esse direito à prevenção das doenças, dos que trabalham em frigorífico, onde a gente sabe que o adoecimento é grande e mais de 80% são mulheres! Eu discordo disso.

Eu sei que os senhores exportam para 160 países, como foi dito aqui, e que tinha que mudar esse paradigma – e, aqui, um dos palestrantes, cujo nome não decorei, disse que o Governo não pode interferir na iniciativa privada. Eu discordo disso, porque, quando os senhores querem pagar zero de imposto de exportação... Os senhores têm a Lei Kandir, e essa Lei Kandir foi promulgada pelo Governo junto com a gente, que aceitou e sem. Os senhores não pagam impostos. Eu sei que os senhores são responsáveis pelo PIB, eu sei que a covid-19 também teve essa importância, porque os senhores dão emprego, mas acho que os senhores quererem alterar essa Norma Regulamentadora 36, uma luta grande, botando em risco a saúde do povo... Acho que foi um dos setores do Brasil que não pode reclamar de lucro, porque a maior parte dos produtos foi exportada em dólar com valor altíssimo e com lucros grandes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os trabalhadores têm que ser parceiros mesmo, e parceiro é aquele que se preocupa com a saúde do outro; não é aquele que quer que ele trabalhe até à exaustão e adoeça!

Sem falar – eu queria falar aqui, Paulo Paim, um pouquinho mais sobre isto – no extrativismo animal! O extrativismo no Brasil – o extrativismo no Brasil – retira a riqueza do solo, seja mineral, animal, vegetal; muitas vezes contamina o solo, como foi dito aqui. Sabem quantos novos agrotóxicos foram autorizados, em menos de três anos, pela Anvisa, junto com o ministério, o MAPA, como se diz? Um mil trezentos e trinta novos agrotóxicos. E a gente sabe do desmatamento, da invasão de terras indígenas...

Em relação ao que se falou aqui de que alimenta muita gente, isso toda vida me dói! Saber que nós somos o terceiro maior produtor de alimento do mundo, o segundo maior exportador de proteína animal, e nós temos 20 milhões de brasileiros com fome! Eu não estou nem falando da insegurança alimentar!

Então, tem que haver uma união, porque, quando o prejuízo é coletivo, o Estado brasileiro tem que formar políticas para proteger o seu povo, cuja grande maioria é de trabalhadores, quando tinham emprego. Não estou aqui desmerecendo, Paulo Paim – para não dizer que a gente está aqui contra –, os frigoríficos, o agronegócio. Nós não estamos! Mas a gente queria aqui pedir misericórdia também. Esses trabalhadores praticamente não têm direito a nada. Aí, descobre-se que há essa norma, e é isso que querem modificar, deixando esses trabalhadores mais vulneráveis, lembrando: os senhores não pagam imposto de exportação.

Esse é um país da maravilha: extrai-se a riqueza, e, como não se paga imposto, não sobra nem um pouquinho para a saúde, para a educação, para a assistência social do nosso povo. Os únicos produtos em que se paga imposto aqui, no Brasil, para exportar são cigarro e arma. Foi criada uma lei pelo Governo; o Estado interferiu, viu? O Estado interferiu. E sempre que estiver em jogo a saúde de trabalhadores ou a saúde coletiva, a gente tem, sim... Porque esses trabalhadores, em sua maioria, vão para o SUS, que está subfinanciado, e mesmo assim o Governo está tirando 25 bilhões do SUS para o próximo ano.

Então, queria pedir um olhar diferenciado. A gente está aqui para discutir, mas vamos ver o lado humano também, gente. Não é por aí. A pessoa não... Todos não podem pensar só em lucros, tem que haver esse olhar diferenciado. E também eu queria dizer que empoderar os trabalhadores é botar recursos, salários dignos, porque eles são os principais compradores. Não se sai de uma crise financeira sem o maior investidor, que se chama Estado brasileiro, tomar as condutas corretas, investir na geração de emprego e renda, o que o setor de vocês já faz.

Esqueçam essa mudança, esse paradigma; isso não é um paradigma, isso é a vida real, gente. É a vida real. Adoecem mais sim. Ninguém está dizendo aqui que não adoecem. E não existe mais na previdência nenhuma aposentadoria especial – Paulo Paim sabe disso –, nem para mineiro, nem para eletricitário, nem para médicos e paramédicos que trabalham horas dentro de um laboratório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvendo pesquisas de vírus e bactérias para aumentar a vida média do nosso povo. Não existe mais. E nós queríamos um olhar diferenciado.

Essa discussão nós vamos continuar. Quero parabenizar Paulo Paim e todos os convidados aqui, de cada um a gente ouve um lado, mas a gente tem que ter esse olhar diferenciado na prevenção. Não podemos permitir que se coloquem trabalhadores em lugares precários. E também temos que olhar o meio ambiente, porque o extrativismo, seja qual for, tem prejudicado mesmo, tanto que não somos nós que estamos dizendo, mas nós estamos sabendo que é assim. E como os senhores não pagam nenhum imposto de exportação, ou seja, não deixam nada para a educação, para a saúde desse povo, nem assistência social, essa discussão nós temos que... Os senhores me desculpem, mas nós vamos, sim, debater isso aí. Nós vamos aqui debater em defesa do mais vulnerável nessa cadeia toda.

Obrigada, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, grande Senadora, sempre presente, sempre muito firme, Senadora Zenaide Maia, que, na sua fala, reafirma a importância de termos mais prazo para debater a NR-36, como todos aqui, pelo menos os que têm uma posição diferente, demonstraram que era importante.

Nesse momento nós vamos para o encerramento. Todos terão um tempo de dois minutos, no máximo três. Eu vou fazer algumas perguntas que vêm do e-Cidadania, vêm dos internautas. Quem quiser, responda; quem não quiser, use os seus dois minutos para as suas chamadas considerações finais.

Alan Dourado, da Bahia: "Qual será a estrutura de fiscalização do cumprimento da norma, uma vez que as superintendências regionais do trabalho já têm déficit de pessoal há mais de uma década?".

Rafael dos Santos, do Rio Grande do Sul: "Os custos da regulamentação podem ter impacto negativo no preço da carne?".

Renan Torres, do Paraná: "Quais seriam as mudanças imediatamente impostas em caso de aprovação dessa norma?"

Vinícius Rolim, de São Paulo: "Quais serão os custos da aprovação da NR-36 para os cofres públicos?".

Debora Azevedo, de Alagoas: "Quais os benefícios esperados após a criação da NR-36?".

Eu vou ler mais algumas perguntas.

Agora, quero registrar o nome dos intérpretes de libras que estiveram conosco desde o início: Maria Calado e Caio Oliveira. Obrigado, Maria Calado. Obrigado, Caio.

Mais perguntas que chegaram aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Sabemos que relatos de jornadas fatigantes, lesões e acidentes de trabalho são frequentes. Quais os fatores que podem reduzir esses riscos?".

Mais uma: "Dentro dos frigoríficos, trabalhadores exercem atividade com distanciamento bem reduzido. Como os frigoríficos estão atuando para evitar os riscos de contaminação pelo coronavírus?".

"Muitos trabalhadores e trabalhadoras sofrem abalos psicológicos mediante o abate. Como é conduzido pelas empresas o tratamento nessas oportunidades?". Aqui ele está se referindo ao abate da fêmea gestante.

Por fim, é a última: "O PL 2.363, de 2011, do Deputado Silvio Costa, que está tramitando na Câmara dos Deputados, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, limita os intervalos durante o trabalho e o adicional de insalubridade para empregados de serviços frigoríficos". Aí pergunta: "Quais prejuízos pode trazer para os trabalhadores esse projeto?".

Essas são as perguntas, mas, como eu dizia antes, agora nós vamos inverter: os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos. Então, começamos com o senhor, Dr. Sandro.

Dr. Sandro Eduardo Sardá, Procurador do Ministério Público do Trabalho, Projeto Nacional de Adequação das Condições de Trabalho em Frigoríficos, para os seus dois minutos finais. Fique à vontade.

O SR. SANDRO EDUARDO SARDÁ (Para expor.) – Bom, eu não poderia deixar de saudar e parabenizar a intervenção da Exma. Senadora Zenaide, pelo brilhantismo. Eu só queria ressaltar que o Brasil, com a reforma trabalhista, está atualmente com uma legislação trabalhista que remonta ao ano de 1931, porque em 1931 já houve limitações de jornada a 8 horas diárias e 48 horas na semana e, agora, na reforma trabalhista, com o banco de horas informal, não há mais um módulo diário e nem semanal; nós temos um módulo de seis meses que gira em torno de 1,3 mil horas no semestre.

Então, o Brasil hoje tem uma legislação trabalhista que não se coaduna com as normas internacionais de proteção ao trabalho decente, de proteção ao trabalho digno e de proteção à saúde.

Dito isso, em relação ao PL sobre pausas, o 2.363... A mãe da NR-36... São duas mães: a NR-17 e o art. 253; ambos estão sofrendo substanciais iniciativas de supressão. Então, para aquele que nos escreveu: "quais os riscos que estamos correndo?", os riscos são de um panorama anterior à NR-36, no qual se observava uma verdadeira legião de jovens lesionados em frigorífico e produtos produzidos a fruto de sofrimento humano. E talvez neste debate de hoje quem mais acompanhou a implementação de pausas pelo setor das empresas foi o nosso ilustre Dr. Perlatto, que viu o baixo impacto das pausas e o elevado benefício à proteção à saúde, e é isso que está em jogo.

Eu diria que a NR-36 não é uma norma ideal. Nós precisaríamos reduzir a jornada, como a Dra. Luciana colocou muito bem, nós precisaríamos reduzir o ritmo de trabalho, nós precisaríamos reconhecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esses ambientes de trabalho são insalubres. No entanto, a NR-36 foi um fundamental avanço para o Brasil, porque protege as trabalhadoras e trabalhadores no seu direito mais essencial que é a saúde.

Eu ia dizer que... Vou concluir dizendo que os impactos, realmente, no Sistema Único de Saúde e previdenciário são imensos e nós não podemos... Aí eu diria, para concluir, que a NR-36 é o mínimo do mínimo do mínimo. Aliás, como colocou muito bem a Aida, o mínimo também foi excluído da proposta do Governo.

Eu encerro dizendo que o País não pode, não vai atingir o desenvolvimento social e econômico a custo de sofrimento humano no trabalho. Nós temos que encontrar um desenvolvimento econômico que seja sustentável e adequado do ponto de vista social e ambiental, lembrando que, agora, recentemente, no trimestre, observando os lucros de algumas empresas, elas têm atingido lucros verdadeiramente expressivos que não se coadunam com os movimentos de supressão dos direitos fundamentais nesse setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sandro Eduardo Sardá, a gente agradece a sua fala e manteve a mesma posição quanto à prorrogação, por mais prazo para discutir e construir um acordo sobre a NR-36.

Dra. Luciana Paula Conforti, Juíza do Trabalho e Vice-Presidente da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (Para expor.) – Obrigada, mais uma vez, Senador.

Cumprimento a Senadora Zenaide Maia e os demais Parlamentares que estiveram presentes nesta audiência pública acompanhando os debates.

Voltando aqui à fala anterior, em que eu falei da especificidade do setor, só para continuar exemplificando a questão dos dados, a maior parte dos acidentes verificados no setor relaciona-se com cortes, laceração, feridas contusas ou abertas, 35,39%, e, às vezes, até mutilação; contusão e esmagamento, 18,93%. Mas uma coisa para a qual eu queria chamar a atenção, quanto a essa especificidade, é a necessária manutenção de pausas específicas. Na desossa da perna do frango, é 743% superior, nessa atividade, o risco de causar a questão da tendinite. Então, veja que há realmente uma especificidade muito grande.

Quando eu falei que há também desequilíbrio entre o tamanho e o porte das empresas e a organização na área de segurança do trabalho, nós temos aí mais de 80 mil estabelecimentos ou empresas com até 200 empregados, não é? E aí, nessa escala, temos de até 30 mil, 29, até chegar a esses 80 mil que eu estou dizendo. E, no setor, também mais de 450 mil com mais de 200 empregados. Então, nós temos aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes empresas, mas também empresas que não são tão grandes e que podem não ter a mesma estrutura em segurança e saúde do trabalho para aquele gerenciamento dos riscos, não é?

E aí, então, eu faço aqui esse fechamento com duas observações principais. Como eu já disse, não podemos prescindir das pausas, com a imposição de normas gerais ou com medidas alternativas, por exemplo, com relação a rodízio de atividades, porque isso na prática acaba não funcionando, devido à alta exigência da produtividade, não é? E elas, embora tenham dado um efeito muito importante, ainda assim não são suficientes.

Por isso é que eu trouxe aqui a reflexão sobre a indispensável limitação da jornada do trabalho, o controle do ritmo do trabalho, da intensidade e da carga do trabalho. Nós temos aí riscos ergonômicos, os ambientes podem ou não ser insalubres, a depender da atividade, mas nós temos aí ambientes com amônia, nós temos ambientes alagados, ambientes com, digamos, ruídos. Então, todos esses elementos impactam também, porque não pode haver prorrogação de jornada em atividades insalubres sem autorização da autoridade, que deve fazer uma averiguação no local. Isso está previsto na CLT e não foi alterado pela reforma trabalhista, exceto com relação às atividades com jornadas de 12 por 36 horas. E, mesmo assim, isso é questionado quando a gente fala de meio ambiente do trabalho e de saúde pública.

Então, estamos aí diante – eu já estou concluindo – de assunto muito mais amplo. Não se limita à questão de proteção ou não aos trabalhadores. É, sim, muito importante a questão da saúde dos trabalhadores, mas estamos também falando, como eu disse, de saúde pública, de proteção de meio ambiente de trabalho, que gera impacto social, inclusive custos para a previdência social e também para as empresas, com afastamento de trabalhadores, com a necessária substituição.

E, como teve uma pergunta aí, Senador – para já encerrar –, com relação à pandemia, aqui eu trago uma reflexão também que é bastante importante: é que nós temos reconhecida pela Organização Mundial da Saúde o que se chama de síndrome do edifício doente. Esse reconhecimento foi em 1982. E nós tivemos aí durante a pandemia o adoecimento de milhares de trabalhadores em frigoríficos, em razão da covid-19 – internamentos e, inclusive, morte desses trabalhadores.

Então, aqui o meu fechamento que eu trago é que, na verdade, não podemos continuar a fechar os olhos para a necessária mudança dos processos produtivos e a melhoria dos meios ambientes do trabalho, afastando o que Vincent de Gaulejac traz, gestão como doença social, porque, senão, nós estaremos reforçando a degradação do meio ambiente e da saúde. E nós temos que romper essa lógica definitiva da atenção apenas voltada à produção, sem considerar o elemento humano inserido nesse processo produtivo.

Muito obrigada.

Boa tarde a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Luciana Paula Conforti! Não vou repetir todo o fechamento que V. Exa. fez, mostrando conhecimento de causa profundo do tema, mas isso demonstra que também o ideal é continuar o debate. Nada se encerra aqui. O debate continua, e os argumentos estão aí. Esperamos que a gente caminhe nesse sentido.

Com a palavra o Sr. Gerardo Iglesias, Secretário Regional da América Latina da Uita (União Internacional das Associações de Trabalhadores em Alimentos, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins).

O SR. GERARDO IGLESIAS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu quero cumprimentar, pela participação, os palestrantes.

Quero cumprimentar, reconhecendo a participação valente, a Dra. Luciana e a Senadora Zenaide.

Nós temos que entender que a produção e o processamento de carne no Brasil se fazem com um *dumping* social, e esse *dumping* social são os trabalhadores e as trabalhadoras que estão pagando com sua saúde. Nós temos uma unidade de produção de carne em Sidrolândia que, neste momento... Faz seis meses que se penduravam 12 frangos por minuto; agora estão pendurando 22 frangos por minuto. Como aqui também foi colocado, nesse *dumping* social nós temos o seguinte quadro: temos empregados de frigoríficos que chegam a fazer até 120 movimentos por minuto, quando muitos estudos científicos falam que mais de 30 movimentos por minuto podem gerar graves riscos à saúde.

Então, isso não é possível! São dez anos de negociação da NR-36 para agora tentar desfazê-la, modificá-la, nas próximas semanas. É necessário um diálogo franco, é necessário um diálogo democrático, é necessária a participação ativa das organizações sindicais, é necessário também tempo em um cenário extremamente complicado em que os direitos trabalhistas foram deixados de lado ou destruídos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bom, muito bom, Sr. Gerardo Iglesias, que reafirma que é preciso um debate aberto, democrático, buscando soluções para preservar os direitos dos trabalhadores, para combater os acidentes no trabalho. Com isso, todos ganham. Todos ganham! A empresa também ganha, não é? Então, parabéns, Sr. Gerardo Iglesias!

Agora passamos a palavra para o Sr. Gil Marcos de Oliveira Reis, representante da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GIL MARCOS DE OLIVEIRA REIS (Para expor.) – Obrigado, Senador, por mais essa oportunidade. Eu só vou pontuar algumas coisinhas rápidas.

Só uma lembrancinha antes de pontuar: é que apenas um quarto da produção de carne nacional é exportado.

Segundo: eu peço licença para ser contramajoritário. O título do que está se discutindo é revisão. Nenhuma norma se esgota em si mesma, ela pode ser revisada a qualquer tempo. Agora, com relação à maior discussão, diante da mudança rápida que o mundo vem sofrendo, a cada dia uma mudança, nós não vamos poder ficar aqui discutindo por dez anos a cada mudança. Então, qualquer norma que se faça agora é passível de revisão. Então, a norma não se esgota em si. Isso seria demonstrar que nós somos incompetentes, e não somos. Nós temos que estar preparados para mudar uma norma que nós aprovarmos agora, porque o mundo muda, a população mundial vai crescer a 10 bilhões de habitantes em 2050 e tudo mais.

Com relação ao Dr. Gerardo Iglesias, foi bom ele trazer sustentabilidade para o assunto. Eu traduzo sustentabilidade como perenidade. Então, o que nós temos que perenizar? A saúde, os empregos e as empresas. E lembro que intervenção estatal não é a simples intervenção, mas investimento público. Não se pode, Senador Paim, se manter o quadro que se tem hoje. Os investimentos públicos são sobras orçamentárias. Misturou-se, na Lei de Responsabilidade Fiscal, despesa com investimento. Nós criamos o Estado no mundo, o ser humano criou o Estado, e ele tem dois objetivos hoje: o uso da máquina, que é a autossustentação, e o objetivo da máquina. O objetivo da máquina é promover bem-estar, promover as empresas, promover o desenvolvimento do País, e isso está castrado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Agora, nós temos que receber os parabéns: o setor frigorífico reconhece a competência e a qualidade do trabalho da mulher e tem que vir de público dizer que a grande conquista social no mundo foi pela mulher, que conseguiu ocupar seu lugar no mundo, a despeito da repressão masculina.

E, quanto à fiscalização, os frigoríficos sofrem fiscalização do Ministério da Agricultura, fiscalização do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, fiscalização do trabalho, as secretarias de meio ambiente fiscalizam. Poucas atividades têm tanta fiscalização quanto os frigoríficos.

Agora, com relação a adoecimento, o Brasil nem se compara na área frigorifica com a maior economia do mundo, um país que se diz mais civilizado, como os Estados Unidos da América, que fecharam uma série de frigoríficos por adoecimento, e isso não aconteceu no Brasil, certo? É bom que se pontue isso muito firmemente. E isso pode nos levar a uma tragédia. Qual é a tragédia? – que já aconteceu no setor automobilístico. Na medida em que os americanos tiverem esse nível de adoecimento, esse nível de reconhecimento de acidentes, eles podem começar a desenvolver a robotização dos frigoríficos, que vai levar, inevitavelmente, à perda de empregos. Então, nós temos que ser muito equilibrados no que nós fazemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar, Senador, conhecendo V. Exa.: nenhuma norma se esgota em si mesma. Tanto não se esgota que a própria NR-36 não se esgotou; está sendo revisada agora. E essa revisão que nós estamos fazendo hoje pode ser revisada daqui a seis meses, daqui a um ano. Nós não vamos passar dez anos discutindo para adaptar uma norma a cada mudança que o mundo sofrer, principalmente agora, depois da COP 26, que tende a reduzir a produção agropecuária drasticamente.

É isso aí, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Dr. Gil Marcos de Oliveira Reis, que iniciou dizendo que nenhuma norma é permanente e terminou dizendo que nenhuma norma é permanente.

Isso para mim, Dr. Gil, me permita, com o respeito que sabe que tenho por V. Exa., é que abre o espaço para o diálogo. Acho que, como você colocou, nenhuma norma é permanente; está sendo elaborada, não é permanente. Então, abre-se espaço para a gente aperfeiçoar a redação que está sendo proposta para a gente avançar.

Passo a palavra agora à Sra. Aida Cristina Becker, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

A SRA. AIDA CRISTINA BECKER – Bom... Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. AIDA CRISTINA BECKER (Para expor.) – Pois não.

Nas minhas considerações finais, eu gostaria de salientar que as coisas não são isoladas. Nós estamos vivendo desde 2017 um conjunto de precarização de toda a legislação trabalhista, com formas atípicas de trabalho e, realmente, jornadas muito mais extenuantes. E tudo vem a refletir na segurança e na saúde do trabalhador. Então, temos que olhar com muito cuidado qualquer alteração, mesmo que seja no sentido de harmonização, sistematização, questões básicas de boas práticas na regulamentação. Por quê? Já demonstrei alguns itens que vão trazer prejuízo e que já foram pontuados por outros colegas, mesmo sendo num simples modelo de harmonização. Por quê? Porque a norma tem especificidades, temos pairando esses projetos de lei.

E outra coisa – respondendo até a um dos que estão nos ouvindo, quanto à questão da fiscalização: não basta haver um regulamento, não basta haver uma lei, nós precisamos ter uma fiscalização para que isso seja realmente efetivado. E a nossa fiscalização nunca contou com tão poucos fiscais como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualmente. Quando se fez o conjunto de NRs, lá em 1978, naquele mesmo período houve um aporte significativo na inspeção do trabalho, e em seguida nós despencamos na taxa de mortalidade, de 31 óbitos para cada 100 mil trabalhadores, uma ou duas décadas depois, para 16. Hoje acho que estamos com 6, mas o ideal no mundo civilizado seria 2, seria 1.

Enfim, para isso nós precisamos ter também uma política pública que reforce essa vontade de inspeção, essa importância na saúde do trabalhador – coisa que nós não estamos vendo. O que nós vemos agora é esse marco regulatório infralegal, que ainda estamos debulhando. E ali já notamos que existe um cerceamento até dos instrumentos que podem ser usados pela fiscalização. Então, é o caminho inverso que se tem à luz da constituição, em que toda e qualquer alteração é no sentido de reduzir os riscos, só essas são aceitáveis, seja lá a que título for.

Eu agradeço mais uma vez, parabenizo todos os que discutiram conosco nessa mesa. Todas as opiniões são sempre bem-vindas, mas precisamos qualificar mais esse debate, precisamos ter mais subsídios técnicos para serem confrontados nessa consulta pública, porque quem se deu ao trabalho de ler todas as sugestões que foram colocadas ali vê que realmente precisa de um debate mais ampliado e mais qualificado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Aida Cristina Becker, que reafirma que é preciso haver mais auditores fiscais e avançar no debate. Percebo que é quase – quase – unanimidade aqui da nossa audiência pública.

Permita-me que aproveite o momento do seu nome, Cristina Becker, para lembrar que a Cleonice Back é a minha primeira suplente, e ela foi uma das que me provocou para esta audiência pública. Ela é uma pequena produtora rural e é a minha primeira suplente. Tem um trabalho belíssimo aqui no Rio Grande, dialogando com todos os setores. Eu tenho duas suplentes: a Cleonice e a Reginete, que são as duas suplentes que mais são titulares, porque eu posso estar no Congresso, mas elas viajam quase todos os dias pelo Rio Grande aqui falando da importância da democracia, do Congresso e da agricultura familiar – por que não lembrar?

Vamos em frente. Agora passamos a palavra para o Sr. Roberto Ruiz, da Fundação Oswaldo Cruz, médico do trabalho, membro da comissão da criação da NR-36, pesquisador associado da rede de trabalhadores covid-19, doutorando em saúde coletiva.

O SR. ROBERTO RUIZ (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Então, encerrando rapidamente, duas questões: primeiro, eu participo de um grupo da Fiocruz, não represento a Fiocruz de modo algum; segundo, quando o Dr. Sandro falou sobre o baixo impacto – ele estava falando que as pausas tiveram um baixo impacto –, lembrando o Dr. Perlatto, ele quis dizer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baixo impacto de custo econômico para um alto benefício de proteção. Custaram muito pouco aquelas pausas. Só fazendo... Porque eu estava ouvindo aqui, podia parecer que elas não tiveram impacto. O que mais teve impacto foram as pausas.

Já respondendo a algumas perguntas que o Senador colocou sobre quais foram os benefícios, o grande benefício foi a diminuição de acidentes, mortes no trabalho, doenças no trabalho. Esses foram os grandes benefícios comprovadamente que a NR trouxe. A nossa representante aqui da magistratura, se eu não me engano, trouxe a análise de impacto regulatório do próprio Ministério do Trabalho, e ali, no próprio documento oficial, está escrita e descrita essa diminuição, além de outros. Por exemplo, para a amônia não havia regulação praticamente nenhuma na questão dos frigoríficos e hoje há.

Então, encerrando essa minha participação, eu queria pontuar duas questões. Primeiro, nós somos 212 milhões de brasileiros, Senador, e apenas 81 ocupam essa cadeira, com muita honra, que o senhor ocupa e mais 80, por isso, eu queria... Do senhor a gente sempre fala, o senhor deixa o seu mandato aberto para a sociedade, para as discussões, para avançar, mas queria falar para a Senadora Zenaide que essa fala dela muito nos honra, mostra que as pessoas, pelo menos pelo Senador e pela Senadora, que estão aí nos representam no sentido de ter uma preocupação com a questão econômica e de organização empresarial, que precisa seguir, mas não esqueceram o povo brasileiro. Lembram que o povo brasileiro é quem sofre quando a gente não tem regras mínimas para que não se mutile no trabalho e para que não se adoeça.

Encerro finalmente lembrando e convidando todos a pensar, lembrar, fazer uma homenagem ao nosso Siderlei Silva de Oliveira, que foi um grande guerreiro – o Senador não só o conheceu, mas trabalhou com o Siderlei em tantas demandas – para a gente ter essa NR hoje em pé.

Obrigado e até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Roberto Ruiz.

Boa lembrança do nosso querido amigo, companheiro de jornadas – cansei de viajar com ele pelo Rio Grande, participando de congressos nacionais e internacionais –, o querido Siderlei Oliveira, mas, como todos dizem, nós estamos aqui de passagem.

Quando nós vamos, eu sempre digo, uma estrela estará a mais e brilhará lá no céu. Então, quando eu for, olhem para o céu, vejam lá; já que você lembrou – e lembrou de forma tranquila –, vejam o Siderlei e, quem sabe, estarei ali do lado pegando na sombra do brilho da estrela dele.

A passagem é para todos. Que bom saber que nós estaremos lá no alto ajudando a iluminar a Terra com boas ideias.

Muito bem, Dr. Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, agora, ao Sr. Alexandre Perlatto, advogado da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), representante do Sr. Jorge Camardelli.

O SR. ALEXANDRE PERLATTO (Para expor.) – Eu não vou concluir tomando muito tempo, vou ver se consigo. A gente, que é apaixonado pelo tema, Senador, acaba gostando de falar e a gente...

Já estou vendo aqui, já são 12h40, a reunião era para terminar às 12h.

Enfim, uma reunião composta por pessoas do mais alto gabarito, então a gente acaba se perdendo no tempo.

Obviamente, com todo o respeito ao que eu ouvi aqui da Senadora Zenaide, do Dr. Sandro, da Dra. Luciana, eu quase fiz uma defesa aqui de tudo que eles falaram e, volto a dizer, com todo o respeito.

Só para contemporizar um pouquinho, com relação ao projeto de lei aqui que trata do art. 253, só um pequeno comentário. Esse projeto de lei existe porque houve uma mudança de entendimento em razão da súmula que o Tribunal Superior do Trabalho editou, a Súmula 438, que mudou o texto original do art. 253, que estabeleceu na ocasião o entendimento de que o trabalho em ambiente refrigerado passaria, então, a necessitar das pausas, uma vez que o art. 253 originário era claro no sentido de que as pausas deveriam ser adotadas em trabalhos exclusivos dentro de câmaras frigoríficas ou para quem fazia movimentação de mercadoria de ambiente quente para o frio. E aí sim se estabeleceriam aquelas zonas climáticas para quem fizesse a movimentação de mercadoria daqueles ambientes quentes para o frio.

Então, o lugar adequado para se discutir esse tipo de alteração nada mais é que a Casa do povo, que é o Congresso Nacional. E foi colocada na ocasião uma proposta de alteração legislativa que é adequada num país democrático como o Brasil.

Na questão da redução ou não para quatro graus o ambiente, para fins de conceito de insalubridade, é o seguinte: não há no País uma normativa, um órgão que estabeleça o conceito de frio para fins de insalubridade. Então, a gente tem que se reportar à NR-9, que é o local adequado para a gente estabelecer esse conceito. E na própria NR-9, eu vou ler aqui rapidamente, o item 9.6.1.1:

> Na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos, devem ser utilizados como referência para a adoção de medidas de prevenção aqueles previstos pela American Conference of Governmental Industrial Higyenists - ACGIH.

E lá na ACGIH é estabelecida a temperatura de quatro graus positivos para fins de caracterização de frio que é prejudicial.

Então a adoção dos frigoríficos para fins desse critério nada mais é do que uma metodologia técnica. Não se tira essa metodologia do além, só para a gente estabelecer aqui um critério técnico. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

óbvio que quem não concorda está dentro do direito, mas isso é só para a gente estabelecer aqui uma ponderação técnica.

Com relação – rapidamente aqui – à jornada, ouso dizer mais uma vez que a questão da jornada de trabalho... Desculpa, mas eu vou discordar novamente. Existe o limitador que está lá na CLT, está lá no art. 59. É impossível os frigoríficos estabelecerem jornadas maiores do que dez horas. Está lá no art. 59. E as horas extras ficam limitadas no máximo a duas horas extras. Ainda que exista lá o banco de horas, está lá, são duas horas extras. Fica limitado. E outra, a maioria dos frigoríficos – a maioria dos frigoríficos – trabalha com sete horas e vinte, de segunda a sábado. Ainda se eu fizer as duas horas extras, vou ficar limitado em nove horas e vinte. E ainda se eu fizer a pausa – ainda se eu fizer a pausa –, esse cidadão vai ficar... Principalmente do bovino, que a gente usa a pausa do 253, eles vão trabalhar dentro da suposta área insalubre, que não é, pela interpretação que eu disse agora... Eles vão ficar na suposta área insalubre se forem trabalhar sete horas e vinte. Cinco horas e vinte... Ou melhor, cinco horas e vinte não. Sete horas e vinte, e a pausa não seria de uma hora... Ele vai ficar menos de seis horas na área insalubre, que não o é, como eu estou dizendo.

Então, gente, volto a dizer: se formos transformar o ambiente, deixá-lo belicoso, a gente não vai avançar na reconstrução, ou melhor, na melhoria dessa norma. Eu acho que o caminho não é esse, Senador Paulo Paim. O caminho é: vamos, sim, discutir a norma, vamos estabelecer aqui os pontos de mais conflitos, digamos assim, certo? Vamos superar os demais pontos aqui, e nesses pontos mais controvertidos, vamos discutir o que pode ser feito. Eu acho que caminho é esse. Vamos deixar o ambiente um pouco mais leve. Eu acho que assim a gente vai avançar. Não é estabelecendo o conflito aqui que essa norma vai avançar.

Então, fecho minha fala reiterando os meus respeitosos e cordiais abraços do meu início e pugno aqui pela proposta de que a norma seja, sim, inovada. É necessário, sim, observar os avanços que foram feitos nas outras normas e que foram importantes, em especial a NR-1 e a NR-17, que são as bases de outras normas, em especial desta aqui, que tem muito em ergonomia. Eu acho que dessa forma a gente vai avançar.

Meu muito obrigado e um abraço a todos.

Sandro, um abraço. Espero que nos encontremos em ambientes mais adequados, que não por trás de uma câmera. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre Perlatto, que eu acho que fechou bem ao fazer suas considerações.

Eu quero pegar uma parte da sua fala em que percebo uma boa intenção no ar, quando V. Exa. disse: "Vamos ver os pontos de conflito e vamos sentar e conversar", para sair, assim, num clima de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

harmonia. Quando algo é consenso, é consenso. Onde estão os pontos de conflito? – é a sua fala; eu estou reforçando, mostrando a disposição de dialogar nos pontos de conflito.

Meus cumprimentos.

Passo a palavra agora à Sra. Geni Dalla Rosa de Oliveira, da Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação (Contac).

A SRA. GENI DALLA ROSA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu queria dizer que nós também não queremos conflito nenhum, porque a gente está aqui para dialogar, para se entender e para decidir o que for melhor não somente para os trabalhadores como para as empresas.

Alguém perguntou aqui qual é o custo de implantar a NR-36. Não tem custo; tem ganho, há benefícios, investimentos na saúde dos trabalhadores. Então, é isso que nós estamos buscando.

O que nós defendemos é que se prorrogue mesmo, que se dê mais tempo, prazo para a gente discutir, porque a nossa preocupação... Qual é a maior preocupação quando se falou em revisão? Parece tão simples... Uma simples revisão é complementar uma NR com a outra? Não. Quando se fala em NR-17, que é uma proposta dos empresários, isso não serve para o setor frigorífero. O setor frigorífero tem uma norma específica; é um setor diferenciado sim; é um setor que adoece sim, que, por causa do ritmo do trabalho, juntando o frio, causa muitas lesões por esforço repetitivo. Eu falei no começo que em torno de 30% dos trabalhadores estavam doentes. Continua, mas diminuiu muito, em torno de 70%.

Então, isto é um ganho para os trabalhadores, principalmente, mas para os empresários também, para o Governo também, o empresário ter o trabalhador sadio, ter o trabalhador que trabalha, sem faltas, produzindo mais. Todo mundo ganha com isso. A preocupação existe, sim. Nós lutamos 15 anos para poder aprovar essa NR, que foi consenso e foi construída – não foi imposta; foi construída – com o Governo, empresários, trabalhadores, e vamos defender sempre que não queremos mudança nenhuma, só se for para mudar aquilo que eu falei, porque são dez horas de trabalho, sim; então existe o ritmo, existe o excesso de muitas horas de trabalho, que prejudica os trabalhadores!

Nós queremos, no mínimo, manter do jeito que está, por isso é que pedimos a prorrogação para discutirmos melhor essa questão, inclusive, da NR-17 e da NR-36. As pausas são fundamentais para se evitarem lesões por esforços repetitivos. É isto que a gente implora: que não mexam na NR.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Sra. Geni Dalla Rosa de Oliveira, que representa tão bem os trabalhadores em nível nacional, que reafirma o seu ponto de vista quando diz que não é nem conflito – você apenas atenuou dizendo –, mas a busca de um entendimento em que há discordância. É isto: a busca de um entendimento em que há discordância para podermos, então, aí sim, avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, agora, para Rafael Ernesto Kieckbusch, Confederação Nacional da Indústria (CNI), especialista em políticas e indústria.

O SR. RAFAEL ERNESTO KIECKBUSCH (Para expor.) – Sim, Senador, aproveitando, aqui na minha fala, buscar responder a alguns questionamentos apresentados, destaco um ponto importante nesse processo de elaboração das normas regulamentadoras.

Recentemente, ganhamos uma implementação chamada Análise de Impacto Regulatório, que foi citada, inclusive, por um dos participantes, que é uma forma de tornar o processo mais transparente, mais aberto à sociedade. A própria Lei de Liberdade Econômica e o decreto que a regulou previram uma outra hipótese, a chamada Avaliação de Resultado Regulatório, que é algo sobre o qual a CTTP ainda vai se sentar para discutir como avaliar todo esse processo que nós estamos fazendo.

Então, assim, olhando o processo todo hoje, tivemos tomada pública de subsídios, no começo do ano, com um conjunto de normas, entre elas, a 36; tivemos o processo de um relatório publicado pela equipe de Governo, ouvindo a sociedade, ouvindo os membros da CTTP; chegamos ao momento do texto em que foi colocado em consulta pública – essa é mais uma etapa –; e temos outra pela frente: temos a construção de um GTT, em que será oportunizada a participação de todos – e o Governo já anunciou e já foi discutida na CTTP a abertura desse GTT, em que as partes se sentarão à mesa e avaliarão os detalhes que faltam para a norma.

Destaco mais um ponto que foi incluído em uma das perguntas: a questão de custos. Qualquer regulação vai gerar custos, não temos como fugir disso. A questão é como a gente pondera isso, como a gente coloca isso na balança: quais são os valores, quais são os impactos, o que a gente está reduzindo.

Ter uma norma regulamentadora – e aqui não me refiro especificamente à 36, mas de um modo geral – em que há insegurança jurídica, insegurança técnica, dúvidas na sua aplicabilidade ou uma norma que priorize por vezes ações que vão levar muito mais à monetização do trabalho do que exatamente à adoção de medidas de prevenção também não é benéfico.

Então, quando a gente olha esse processo regulatório, o salto que nós estamos colocando em mais de 30 anos com essas mudanças das NRs que entram em 3 de janeiro, se nós não avançarmos em normas setoriais, entre elas a 36 – há outras normas também que precisam passar pelo processo, e cito aqui a 22, de mineração, 34, de construção naval –, se não as ajustarmos, se não avançarmos no processo tripartite, elas não se beneficiarão de uma série de medidas que as demais normas estão trazendo: maior participação dos trabalhadores, acesso aos inventários de risco, ao plano de ação, e a um ponto fundamental de todo o processo de revisão, que é um mecanismo, um ciclo que se autoalimenta e permite uma evolução, um amadurecimento.

Colocar normas – como algumas que nós temos ainda vigentes – que impõem uma certa medida de controle, que não têm um incentivo de melhoria, é travar todo o sistema, é fazer com que o processo não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhore nunca e a gente fique parado. E achar que três bancadas vão sentar na CTTP e vão conseguir detalhar tudo para todos os riscos, isso é impossível. O que nós temos que discutir é: quais são os principais pontos? Isso aí a NR apontou? Temos que pensar mecanismos para que, no chão de fábrica, no processo produtivo, a gente possa, em conjunto, encontrar soluções. É isso que nós estamos promovendo nas NRs. Essas são as principais defesas que o setor empresarial tem colocado em todo o processo, reduzir os custos associados a inseguranças jurídicas, a judicializações desnecessárias, a uma atrelação a itens que não criam mecanismo de incentivo. Se a gente tem um mecanismo que trava, por que o empresário vai investir? Acho que esse é o ponto de melhoria, e nisso nós estamos avançando. E o próprio normativo da CTTP prevê avaliações constantes; então, isso não fica estanque, como foi colocado aqui. É um passo que a gente precisa avançar para que a gente possa colocar o País efetivamente num novo ciclo das normas regulamentadoras.

Senador, minha parte seria isso. Novamente, agradeço aqui a oportunidade, em nome da CNI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch, que demonstra a disposição de que nem tudo termina aqui nessa mesa, não é? Haverá outras reuniões para aperfeiçoar o texto e construir um entendimento, que é o que percebi aqui da ampla maioria: todos querem construir um entendimento, e isso, só com diálogo e muita conversa. Ulysses Guimarães é quem dizia que, para fazer política, precisamos de três coisas: um, paciência; dois, paciência; e três, paciência. Ou seja, conversar, conversar, conversar e ir construindo alternativas viáveis a todos, trabalhadores, empregadores e sociedade em geral.

Eu passo a palavra agora à Sra. Silvana Moreira Battaglioti, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação e Afins (CNTA), Técnica de Segurança do Trabalho, Diretora do Departamento de Saúde do Trabalhador e da Secretaria da Mulher do sindicato em Marília, São Paulo.

A SRA. SILVANA MOREIRA BATTAGLIOTI (Para expor.) – Minhas considerações finais, Sr. Paulo Paim: a gente precisa ter uma harmonização de tudo que a gente falou hoje, todos os magistrados, Senadores, enfim, todos que estão participando dessa importante audiência pública, para o melhor patrimônio da empresa, para o maior patrimônio da empresa inclusive, que são os trabalhadores e as trabalhadoras. O ambiente de trabalho com a NR-36 melhorou muito, muito significativamente, muito mesmo, mas ainda há muitos frigoríficos que acho que ainda nem conhecem direito a NR-36.

Muitos técnicos de segurança do trabalho, a medicina do trabalho da empresa, a própria Cipa não têm autonomia para colocar o que a NR-36 fala aqui, colocar tudo em prática. Se colocassem em prática o que está aqui, acho que nós não precisaríamos discutir a revisão da NR-36, por exemplo, porque aqui tem uma direção muito boa. Essa NR foi construída, como a D. Geni falou, com técnicos, com tudo, mas precisa ser aperfeiçoada, a gente não está engessada a discutir a NR-36, de maneira alguma. O mundo está diferenciado, toda hora está havendo mudanças, mas tem que mudar para melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os frigoríficos ganham muito dinheiro – e têm que ganhar, é o plano de negócio, senão falirão as empresas e vão mandar milhões de funcionários embora –, mas, da mesma maneira e na mesma velocidade com que ganham milhões em dinheiro e lucratividade, tinham que ter essa mesma velocidade para implementar uma melhoria contínua, uma prevenção contínua dentro do ambiente de trabalho, porque há muita gente doente, muita gente morrendo, muitos acidentes por dia. Então não adianta tampar o sol com a peneira, dizendo que no papel está tudo certo e está tudo bem. Vamos discutir, mas, no ambiente de trabalho, estão entrando em contradição com o que está sendo discutido.

Então temos que ter esse olhar diferenciado e continuar o debate: que volte a reabertura da consulta pública e continuemos debatendo até que se chegue a um consenso que definitivamente melhore o ambiente de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Silvana Moreira Battaglioti, que deixa muito claro que ninguém é contra conversar, debater, até porque eu sou daqueles que dizem que não há lei perfeita. A lei sempre pode ser melhorada; não piorada – olhem o que eu estou dizendo. Toda lei pode ser melhorada; não piorada. Não há lei perfeita, e, pelo que eu percebi hoje aqui, todos querem dialogar, conversar. Até há um manifesto, com cerca de cem pessoas, pedindo para que haja mais conversa, mais diálogo para construir esse entendimento.

Passo a palavra agora ao Sr. Marcelo Osório, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), representante do Sr. Ricardo Santin.

O SR. MARCELO OSÓRIO (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Gostaria aqui de novamente agradecer o convite. Estendo aqui o agradecimento ao Senador Heinze também.

Como o senhor agora acabou de comentar, é muito importante a gente ter esse espaço democrático para debater – muito importante –, inclusive para desmontar algumas narrativas que não ajudam no processo, narrativas que tentam, às vezes, desconstruir o nosso setor. Então, pegando um pouco do gancho do que foi falado agora pelos meus antecessores – e pego a Sra. Geni e a Sra. Silvana, principalmente, que mencionaram muito bem que as empresas são feitas pelos trabalhadores e pelos funcionários –, então, a nossa maior riqueza é o cuidado com o nosso pessoal.

Eu quero de novo, Senador Paulo Paim e demais colegas, ressaltar que houve uma melhora substancial nos índices de acidentes nos últimos dez anos. Talvez a Senadora Zenaide não tenha escutado, mas é importante mencionar que nós saltamos da posição 25 para a 184, e isso ainda levando em consideração o que eu mencionei na minha apresentação: os 221 eventos previstos no nosso Cnae, o que nos prejudica muito. Mesmo assim, nós avançamos muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também destacar na minha fala final que nós somos – e até o senhor recebeu uma pergunta sobre isso –, sim, um ambiente seguro, nós somos um setor seguro. Falamos de evolução com preservação e precisamos harmonizar a NR-36.

Com relação a uma pergunta que o senhor recebeu falando sobre o distanciamento, eu queria dizer que nós cuidamos da saúde dos trabalhadores. Durante toda a pandemia, não deixamos faltar a comida, o alimento no prato do brasileiro. Se nós compararmos o ambiente que o nosso trabalhador tem dentro de uma planta frigorífica com o ambiente que ele vai enfrentar no setor público, por exemplo, de transportes, de comércio, de bares e restaurantes, é muito mais seguro, posso afirmar, o distanciamento que enfrenta ali.

Por último, eu queria dizer que nós... O senhor tem falado e vários falaram da prorrogação. Veja, Senador, a consulta pública foi colocada lá no início do ano. Desde o início deste Governo, nós já sabíamos do cronograma de revisão das NRs, portanto não é novidade para ninguém. Todos estão aqui – ou deveriam estar – preparados para terem feito as suas contribuições e para que pudessem agora dar essa munição para que a equipe técnica faça a discussão. Portanto, nós somos contra a prorrogação. A prorrogação só vai empurrar o problema. Ela vai trazer um limbo jurídico para nós.

Temos que apoiar agora o cronograma previsto pela equipe técnica do Governo, que já contempla a participação de todos os setores. Como o senhor mesmo disse, num ambiente democrático, a discussão e o debate já estão aí e são visíveis todos os argumentos pró e contra.

Portanto, Senador, nós gostaríamos de que não fosse acolhida a prorrogação e, sim, que fosse dado um voto de confiança à equipe técnica do Governo, que tem mostrado competência e tem escutado todos os setores.

Então, agradeço uma vez mais e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Respeitosamente, Sr. Marcelo Osório, o senhor foi mais enfático, quase discordando de 90% dos que falaram até o momento. Todos deixaram aberta a porta para o diálogo, a construção do entendimento. Foi falado por um dos senhores que temos que ver o que é conflito, deixar de lado, e caminhar para aquilo que é o entendimento. Mas tudo bem! Democracia também é a vontade da maioria. Se eu tivesse que, como Presidente, recolher os votos agora, eu tenho certeza de que a ampla maioria é favorável a continuar o diálogo para a construção de um entendimento e a que não haja prejuízo para ninguém. Cada um, claro, tem o seu ponto de vista.

Para encerrar, como ele foi o primeiro a falar, eu achei justo, como sempre faço, que ele faça a última fala: Sr. Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, representante do Ministro Onyx Lorenzoni, do Ministério do Trabalho e Previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMULO MACHADO E SILVA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, primeiro, parabéns pela condução da audiência.

Senador, eu vou destacar duas situações.

Uma primeira situação: em muitas falas, a gente percebe uma fala no sentido de que a revisão da NR caminharia, levaria o setor para uma autorregulação e para o fim da previsão das pausas na NR-36. Isso me preocupa muito, porque claramente deturpa o trabalho que tem sido feito. Há um texto que foi construído pela equipe de governo, pelos auditores fiscais do trabalho, que foi colocado em consulta pública. Esse texto segue tendo uma norma específica para o setor frigorífico, e as pausas seguem da mesma forma no texto da NR-36. Então, quero deixar isso claro para todos os trabalhadores do setor frigorífico, para toda a sociedade que está aqui presente.

Numa segunda dimensão, Senador – e eu concordo enormemente com o que tu falaste, de que o diálogo é fundamental –, eu entendo tanto que o diálogo é fundamental que, ciente da preocupação especialmente dos trabalhadores, eu conversei com os coordenadores dos trabalhadores da CTPP e, na semana passada, eu fui até Campo Grande para uma reunião com representantes dos trabalhadores do setor que estavam preocupados exatamente com essas questões que foram aqui levantadas. E eu falei com eles: "Olha, pode marcar a reunião onde vocês quiserem, porque nós temos tranquilidade e convicção técnica para mostrar e apresentar o que nós estamos fazendo". Nós sabemos que nós estamos conduzindo as normas, esse processo de revisão de normas, com muita responsabilidade técnica.

Então, estive dialogando com os representantes dos trabalhadores nessa reunião na semana passada, em Campo Grande. Estou aqui e fico à disposição tanto do Senador quanto de todas as entidades aqui representadas, de trabalhadores, de empregadores e da sociedade civil. Se desejarem ter alguma reunião específica conosco para discutir pontos específicos, apresentar as preocupações, o meu *e-mail* é romulo.silva@economia.gov.br. Eu fico à disposição para fazer esse diálogo.

Além disso, Senador, nós vamos iniciar o Grupo de Trabalho Tripartite. O Grupo de Trabalho Tripartite é formado por representantes dos trabalhadores e dos empregadores. Então, não há nenhum fim de caminho neste momento; pelo contrário, há um caminho de discussão e de diálogo que vem sendo construído. E a gente fica à disposição, Senador. Eu sei que esse é um tema caro para o senhor, que o senhor acompanha. Fico à disposição para regularmente estar trazendo relatos para o seu gabinete, para a sua assessoria do andamento das discussões, discussões essas que, no âmbito do Grupo de Trabalho Tripartite, também são acompanhadas pelo Ministério Público do Trabalho.

Então, nós temos muita tranquilidade para seguir dialogando e construindo soluções – construindo soluções. A mesa da Comissão Tripartite Paritária Permanente, nós costumamos dizer, é uma mesa redonda, que não tem lado vencedor, porque, a partir do momento em que há um vencedor, é porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém perdeu. E ali, não; ali nós buscamos a construção de consensos com os trabalhadores e com os empregadores, e assim também o será com a revisão da NR-36.

Muito obrigado e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Bela fala, viu, Dr. Romulo? Eu acho que eu acertei ao deixar você para encerrar, viu? Você fez a última fala. Acho que a fala é construtiva, é positiva, ela vai na linha afirmativa, de que o diálogo é importante, mostra a sua disposição para que tudo não termine aqui numa audiência pública – nem poderia, não é? A audiência pública é para trazer a luz ao problema.

Como disse muito bem V. Exa. – e me permita, Dr. Marcelo Osório –, eu fiquei gratificado, porque quem preside uma audiência pública não a preside só para ver alguém marcar posição. Se fosse só para marcar posição, eu baixaria um discurso aqui do meu tempo ainda de fábrica, não é? Mas não! Eu sou hoje um Senador da República e tenho responsabilidade com o empregado, com o empregador, com o Governo. Quando a gente fala de governo, o Congresso é Governo; como o é o Executivo, assim é também o Legislativo.

É nessa linha que saio desta reunião convencido de que o diálogo vai continuar. Não tenho dúvida de que é possível, sim, construir uma regulamentação adequada e segura, de acordo com a realidade, para esse segmento tão importante, no campo econômico e social, para o nosso País. Ninguém tem dúvida quanto a isso, não é?

Por isso, termino, dizendo... Eu tinha uma frase a dizer que, casualmente, coincide com a sua: é preciso continuar caminhando e buscando alternativa para o bem comum, para o trabalhador, para o empregador e para a sociedade no seu todo.

Fico com uma frase da inesquecível Cora Coralina. Ela disse: "O que vale na vida não é o ponto de partida e, sim, a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher". Consequentemente, nós saímos desta reunião com esta visão de que mais importante que a chegada é o caminho da construção. É isso que nós podemos fazer juntos.

Não tendo mais nada a declarar, saio satisfeito da reunião. Confesso que assim saio, porque daqui saio com o entendimento cada vez mais fortalecido de que o diálogo vai continuar para a construção de um caminho, de uma ponte que seja boa para todos.

Muito obrigado a todos vocês.

Que Deus nos ilumine no caminho!

Palmas para todos vocês! (*Palmas.*)

Estão encerrados os trabalhos da audiência pública de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e sete minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Jayme Campos, Paulo Paim, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 16/2021 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 17/2021 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater as Perspectivas de Concretização do Direito Social à Saúde no Contexto da Reforma Tributária. **Participantes:** Fábio Ferreira Cunha, Diretor do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica; Bruno Sobral, Diretor Executivo da Confederação Nacional de Saúde; Marco Aurélio Ferreira, Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados; Nelson Mussolini, Presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos - Sindusfarma; Luciene Ferreira Gaspar Amaral, Servidora da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde; e Luiz Fernando Corrêa Silva, Presidente da Federação Brasileira de Hospitais. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/17

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 16 e 17, de 2021, da CAE, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a debater as perspectivas de concretização do direito social à saúde no contexto da reforma tributária.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão (Ouvidoria), através do telefone 0800-0612211 e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Primeiro, eu já quero cumprimentar o nosso Presidente Sérgio Petecão, que sempre atende os pedidos de audiências públicas para os debates, também já agradecendo a presença dos meus colegas Senadores que eu estou vendo aqui, Jayme Campos, Mecias de Jesus, Rose de Freitas e Paulo Paim.

Quero parabenizar Flávio Arns, Paulo Paim e outros que assinaram esse requerimento: "As Perspectivas de Concretização do Direito Social à Saúde no Contexto da Reforma Tributária".

É um momento muito importante para a gente debater.

Gostaria de dizer que os expositores terão oito minutos, prorrogáveis até dez para cada um dos expositores.

Eu já convido o Sr. Fábio Ferreira Cunha, Diretor do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica; o Sr. Bruno Sobral, Diretor da Confederação Nacional de Saúde; o Sr. Marco Aurélio Ferreira, Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados; o Sr. Luiz Fernando Corrêa Silva, Presidente da Federação Brasileira de Hospitais; o Sr. Nelson Mussolini, Presidente-Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma); e a Sra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luciene Ferreira Gaspar Amaral, servidora da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde.

Agradecendo a presença, já passo a palavra para o Sr. Fábio Ferreira Cunha por oito minutos, podendo se estender até dez.

O SR. FÁBIO FERREIRA CUNHA (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Zenaide Maia.

Eu cumprimento V. Exa. e aproveito para estender os cumprimentos aos demais Senadores e aos meus colegas aqui presentes.

Tendo em vista a quantidade de pessoas e a qualidade dos meus colegas aqui, eu serei bastante breve na minha apresentação.

Eu tenho uma pequena apresentação que eu gostaria de dividir com vocês, se for possível. Eu fiz um PowerPoint, não sei se poderia habilitar aqui a apresentação; se não, posso falar sobre ela.

O que nós temos hoje em dia nas propostas da reforma tributária? Nós temos uma mudança do patamar que existiria hoje, como todo o setor da saúde se organiza.

Hoje nós temos uma cadeia bastante complexa e longa na qual grande parte do nosso custo está...

Alô? Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Está muito calcado em cima do custo de mão de obra.

O custo de mão de obra do setor da saúde não gera créditos, não tem um creditamento. E nós temos um sistema de cumulatividade. Ele não gera crédito. O que se está tentando trazer aqui, com a reforma tributária, é uma não cumulatividade. A não cumulatividade quer dizer que todos aqueles insumos que vêm na sua cadeia você compensa na próxima etapa. Isso é muito favorável para alguns setores que têm pouca mão de obra, porque quando você tem mão de obra, você não consegue utilizar esse crédito. O que acontece? Com essa nova proposta, nós aumentaríamos em muito o custo tributário do setor da saúde, em especial dos prestadores de serviços: hospitais e laboratórios. Porque grande parte do nosso custo é mão de obra, é gente, são médicos, são enfermeiros, são assistentes sociais, são todas aquelas pessoas que fazem parte da assistência direta à saúde da população.

Bom, o que acontece? No mundo inteiro, quando se criou o IVA, que é o que se está tentando implementar aqui no Brasil com outro nome, no mundo inteiro se fez uma proteção ao setor da saúde. Por quê? Sabe-se que se você encarece o setor da saúde suplementar, você está transferindo esse custo para o setor da saúde pública. E vamos lembrar também que o sistema público de saúde é o maior consumidor desses serviços privados. Então, qualquer coisa de que você carece no setor da saúde, na parte tributária, você vai refletir ao Estado. Você está tirando de um bolso e jogando no outro. Ou você está encarecendo os planos de saúde e expulsando as pessoas para a saúde pública e aumentando a fila do SUS, ou está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encarecendo diretamente o SUS quando ele contrata os serviços laboratoriais e hospitalares privados. Os Municípios assim o fazem, eles não têm uma rede pública própria de 100% das suas atividades.

Bom, o que acontece? No mundo inteiro, 82% dos países que utilizam o IVA, que aqui no Brasil nós estamos chamando, na PEC 110, de CBS, 82% deles têm alíquota diferenciada. Eles não têm a mesma alíquota padrão, a mesma alíquota base da indústria. Por quê? Porque como nós não temos crédito, se nós vamos ter a mesma alíquota base da indústria, por exemplo, automobilística, que tem pouca mão de obra e gera muito crédito, nós vamos ficar muito mais caros de uma forma relativa ao setor industrial; ou seja, a saúde, se tiver da mesma alíquota da indústria automobilística ou de qualquer outro tipo de indústria, ela se torna mais cara. E tem mais outro fator: ela desestimula o emprego. E nós somos muito, muito focados no emprego. Nós o tratamos como pessoas, não é? Pessoas tratando de pessoas. Isso não gera crédito e isso encarece.

Bom, é importante dizer que na maioria dos países há um tratamento diferenciado para o setor da saúde, em que a alíquota não é igual à alíquota padrão. Aqui no Brasil se está falando de uma alíquota de 12%. Essa alíquota de 12% – acho que meus colegas vão falar – traria um encarecimento enorme, muito maior do que o que nós temos hoje. Então, nós estaríamos com essa alteração legislativa aumentando o custo tributário da saúde. Outros setores terão seus custos tributários reduzidos por essa questão de gerar mais crédito; mas a saúde estaria pagando e compensando essa redução de outros setores com o aumento tributário da saúde.

Bom, então, se o mundo inteiro entende que o IVA é um bom modelo de tributação e se o mundo inteiro entende que o IVA só funciona para a saúde quando a alíquota da saúde for diferenciada, não se pode permitir que no Brasil não se aplique a mesma lógica. Quer dizer, se 82% dos países dizem que o IVA precisa ter uma alíquota menor para a saúde para que ela não encareça, por que no Brasil está-se buscando algo diferente? Quer dizer, se a gente vai importar essa lógica, se nós vamos importar essa tecnologia do IVA como um imposto referência, por que a gente não o traz a sua lógica completa? Isso porque nós não estamos trazendo a metade e, assim, encarecendo o setor da saúde.

Veja que em muitos países, inclusive, a saúde é isenta de tributação. Aqui nós não estamos nem solicitando isso. Nós não estamos pedindo a isenção, o que já é um padrão mundial. Nós não estamos pedindo que tenhamos uma redução aqui de carga tributária. Pelo contrário, o setor da saúde está única e exclusivamente pleiteando a manutenção da sua carga tributária atual. Que nós não sejamos onerados ainda mais agora, no momento pós-pandemia, em que nós temos essa necessidade de cada vez mais fornecer acesso à população. Trata-se de prejudicar o setor da saúde, que é um setor que, inclusive, está contribuindo com aumento de empregos. É um dos poucos setores que, durante a pandemia, empregou; empregou porque precisava atender uma população, mesmo, muitas vezes, perdendo recursos que estavam entrando. Por exemplo, os hospitais tiveram as suas cirurgias eletivas suspensas durante a pandemia, mas, mesmo assim, nós contratamos mais gente para tratar da covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em muitos países, só recapitulando, a alíquota ou é zero ou é isenta. Em mais de 80% dos países existe uma alíquota diferenciada. Então, não há que se permitir que o Brasil prejudique o setor da saúde aumentando a sua carga de impostos, ainda mais num momento tão sensível, e ainda não utilizando o padrão mundial do IVA.

Bom, uma outra coisa que é importante também, Senadora, é a manutenção da isenção do PIS/Cofins para os insumos médicos e hospitalares, pois também está sendo proposta a retirada dessa isenção que existe hoje. Isso vai obviamente encarecer não só o setor de saúde privada, como também o setor de saúde pública, que consome esses insumos médicos e hospitalares.

Então, o nosso pleito agora, para finalizar, Senadora Zenaide, demais Senadores, é a manutenção da carga tributária para o setor da saúde. Para isso, é muito importante que a PEC estabeleça uma obrigatoriedade para um tratamento diferenciado. Não basta apenas dizer que poderá haver um tratamento diferenciado. Há que se dizer que há necessidade de um tratamento diferenciado para o setor da saúde, como é feito no resto do Brasil.

Muito obrigado.

Agradeço a atenção a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada ao Sr. Fábio Ferreira Cunha.

E passo a palavra agora para o Sr. Bruno Sobral, Diretor Executivo da Confederação Nacional de Saúde.

O SR. BRUNO SOBRAL (Para expor.) – Senadora Zenaide, gostaria de saudá-la e agradecer pelo convite, e, na sua pessoa, agradecer a todos os Senadores presentes e saudá-los.

Gostaria de compartilhar a tela, se possível. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Conseguiu?

O SR. BRUNO SOBRAL – Agora, sim, consegui, estou conseguindo.

Bem, mais uma vez, muito obrigado.

Saúdo todos os presentes nesta reunião.

Eu vou procurar ser o mais breve possível e focar principalmente nos efeitos que as três reformas causam ao setor. Nós temos aí a PEC 110, que é parecida com a PEC 45, e nós temos dois PLs: um sobre PIS/Cofins e ISS, que são impostos sobre consumo, e temos um PL sobre renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, em primeiro lugar, eu quero sempre abordar isso e deixar claro que a gente está abordando aqui, principalmente, dentro dessa questão de concretização do direito à saúde, uma perspectiva de impacto não para os setores somente, não só para o empresariado, mas para o consumidor de saúde privada, que hoje representa mais de 25% da população brasileira e está presente nas grandes capitais, por muitas vezes, com mais de 50% de participação: São Paulo, por exemplo, e Rio de Janeiro é próximo disso.

Primeiramente, os impactos da PEC 110. É uma PEC que engloba alguns impostos. Os impostos que são pagos pelo setor são basicamente PIS/Cofins e ISS, que são impostos que recaem sobre o faturamento, impostos sobre o consumo; portanto, estariam englobados na PEC 110 e no IVA.

Dando um pouco da perspectiva dos números do setor – a gente sempre avaliou qual é o impacto geral e qual é a carga geral do setor –, nós pagamos 3,75% de PIS/Cofins e, em média, 2% de ISS; isso dá os 5,65% sobre o preço bruto, porque ainda há imposto sobre imposto, já que os impostos aqui são em cascata, são sobre o preço bruto ou cobrados por dentro. Na proposta, eles seriam cobrados por fora. Então, a primeira coisa que nós fizemos foi uma conversão desses 5,65% para o que seria a mesma carga sobre o preço líquido, que é como vai ser feito depois da reforma. Então, a nossa carga direta hoje é de 6%, nós pagamos 6% sobre tudo que é vendido no setor. Só que nós carregamos também todos os impostos pagos ao longo da cadeia, que são importantes na formação da nossa carga tributária também, e que junto com os 6% somam 9,9% de resíduo tributário. Todo esse tributo é carreado até o consumidor, e é por isso que nós fizemos a análise do conjunto dos impostos pagos sobre consumo. Obviamente que, além desses impostos, nós pagamos encargos sobre a folha e também pagamos o Imposto de Renda, mas aqui eu estou focando só na carga tributária sobre o consumo.

Planos de saúde é a mesma coisa. Por que eu estou colocando plano de saúde aqui? Porque, no fundo, no fundo, esse é o nosso maior cliente, é para essas empresas que são vendidos os serviços privados de saúde, e isso vai desaguar, obviamente, no preço do plano de saúde lá no final.

Bom, considerando a PEC 110 e a junção de PIS/Cofins com ISS numa alíquota, como se falou aí, de 30%, 35%, nós passaríamos dos 6% atuais para 15,3%. É de quase 10 pontos percentuais, senhores, o aumento para a PEC 110 ou para a PEC 45, que tem o mesmo efeito sobre o setor. Os planos de saúde sairiam de 1,6% de carga para 6,1% de carga, aumento de 4,5 pontos percentuais. É um aumento enorme, mais do que dobra a carga do setor de saúde suplementar de maneira geral.

Bom, mais importante do que isso, ele faz dobrar a carga do que os hospitais pagam, do que os consumidores, na verdade, pagam no final do dia, está certo?

Qual é a consequência final disso? Você teria um aumento de preços de 15,5% de hospitais e laboratórios, aumento de 21,6% de planos de saúde. Esse é o aumento final para o consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que isso acontece? Quando você aumenta preço, na economia, você reduz demanda. Então, você teria um impacto de demanda oriundo da PEC de R$11 bilhões. Só para efeito de comparação, esse valor equivaleria a mais de 1 milhão de beneficiários de planos de saúde, considerando um *ticket* médio de R$777, ou seja, são pessoas que ou vão fazer um *downgrade* no seu plano para um plano com menor acesso de serviços ou vão sair para o SUS e vão onerar o SUS na outra ponta, como o Fábio falou.

Uma das coisas que se aventou é: então, vamos tirar, vamos aliviar a folha e aliviar a renda. Vejam aí que, se eu for converter a carga da renda, que paga de Imposto de Renda, a carga da folha sobre o mesmo valor, sobre o mesmo faturamento, se fossem cobrados sobre o faturamento, daria 3,1% e 6,5%. Nós estamos falando de um aumento de 17 pontos percentuais. Então, nem que eu desonerasse totalmente a folha e desonerasse a renda, não seria suficiente para compensar o impacto que a PEC 110 e a PEC 45 têm para o setor de hospitais e laboratórios, a mesma coisa para planos de saúde, para vocês notarem o tamanho do impacto da PEC 110 e da PEC 45.

Enfim, vou falar da PEC e do importante impacto para os consumidores, falar um pouco do PL 3.887 e dizer que, basicamente, o PL 3.887 sobre a renda, há vários problemas na questão da própria cobrança de dividendos, onera o nosso setor de alguma forma, mas eu queria salientar aqui uma mudança que foi feita, que é ainda mais deletéria não só para os hospitais privados, mas para os hospitais filantrópicos e para os hospitais públicos, que é um certo contrabando nesse PL de uma matéria que nem é renda, que é PIS/Cofins, que é tributação sobre o consumo, não é tributação sobre a renda. Então, para viabilizar do ponto de vista orçamentário todo o PL, incluiu-se aí o fim dos regimes especiais – desculpa, é 2.337/01 – para insumos do setor. Então, vários insumos vão ter impostos aumentados. Acho que o Mussolini vai falar especificamente do caso da Farma.

Aqui eu tenho alguns exemplos que eu peguei da indústria. Então, você tem uma carga de PIS/Cofins saindo de 6,5% para 13,7%, em média, na produção/importação, gerando um aumento de carga de 7,2 pontos percentuais na importação e gerando um aumento de 6,9 pontos percentuais na carga de PIS/Cofins. Para vocês terem alguma ideia dos exemplos, isso aqui é uma média, mas existem produtos que vão aumentar muito mais. Estão aqui alguns dados da ABIIS que mostram, por exemplo, que a desoneração de ICMS é condicionada à desoneração de PIS/COFINS. As vacinas, por exemplo, Senadores, poderão ter um aumento de 37,96% nas operações internas e mais de 40% nas importações; materiais para sutura cirúrgica e reagentes sanguíneos, aumento de 34% nas operações internas e 36% na importação. Tudo isso é custo adicionado ao setor que será repassado ao consumidor; aparelho de cirurgia a laser, aumento de 308% nas operações internas e 343% na importação. Então, é um aumento brutal nos custos do setor que vão ser repassados para o consumidor.

E, por fim, o impacto do PL 3.887 para os consumidores de saúde privada. Aí nós estamos falando de um impacto menor do que o da PEC 110, mas ainda bastante considerável, porque, nesse caso, o ISS não vai estar sendo incorporado, somente o PIS/COFINS. De qualquer forma, da mesma forma, você tem uma aglutinação de alguns impostos com uma alíquota muito maior do que a gente paga hoje, e esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores vão ter que ser repassados, nesse caso do PL 3.887, o impacto de 4,6 bilhões, equivalente a 500 mil planos individuais.

Então, a gente nota que todos os três projetos principais que estão sendo discutidos hoje – a PEC 110, o PL 3.887 e o PL 2.337 – são PLs que agregam custos ao setor, são PLs que vão tirar consumidores do mercado e vão reduzir o acesso de consumidores aos serviços de saúde privada.

Era isso que eu queria falar. Agradeço, mais uma vez, o convite e me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Sr. Bruno Sobral.

Passo a palavra para o Sr. Marco Aurélio Ferreira, Diretor de Relações Governamentais da Associação Nacional de Hospitais Privados.

O SR. MARCO AURÉLIO FERREIRA (Para expor.) – Bom dia, Senadora Zenaide. Bom dia a todos os participantes desta Comissão.

Agradeço a oportunidade e eu lhe peço, também, Senadora, autorização para compartilhar uma tela aqui com vocês para apresentar as nossas percepções sobre o tema.

Agradeço ao Senador Flávio Arns, ao Senador Paulo Paim, que são os proponentes deste debate, e quero dizer que nós da Associação Nacional de Hospitais Privados fazemos coro em tudo aquilo que foi dito aqui, tanto pelo Bruno Sobral quanto pelo Dr. Fábio Cunha, que são de entidades coirmãs da Anahp. A gente vai tentar contribuir com algumas questões aqui relacionadas ao setor de serviços hospitalares também.

Vamos lá. Agora vai. (*Pausa.*)

Bom, nós representamos, então, a Anahp, a Associação Nacional dos Hospitais Privados, fundada há 20 anos, uma associação que nasceu com o intuito de representar os hospitais privados com e sem fins lucrativos. São 124 hospitais associados em todo o País, que têm em comum, além de serem hospitais privados com e sem fins lucrativos, trabalhar e lutar pela melhora da qualidade – todos os hospitais têm em comum acreditações nacionais ou internacionais, ou a busca por acreditações. A qualidade foi um dos principais pontos de convergência desses hospitais para que a gente pudesse, então, criar esta instituição.

A Anahp representa grandes hospitais privados em todo o País que atuam não só no setor de planos de saúde, na saúde suplementar, mas também atendem SUS, como a Santa Casa de Porto Alegre e outros hospitais de grande porte, como Sírio-Libanês, Einstein, Mater Dei, Santa Casa de Maceió e assim por diante. São 124 associados que contemplam a criação da Anahp.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, essa representatividade da Anahp, para os senhores terem uma ideia, teve uma receita bruta, no ano de 2020, de mais de R$38 bilhões. Ela tem mais de 27 mil leitos, quer dizer, 10% de tudo o que há de leitos no País, tem mais de 7 mil leitos de UTI e corresponde a um quarto de todas as despesas, a bem dizer, assistenciais na saúde em 2020.

Nós estamos aqui para falar também um pouquinho sobre essa questão tributária, mas, como nossos colegas já comentaram sobre o tema, nós temos uma tributação direta, nós não geramos créditos. Então, como essa tributação é direta, nós temos uma carga tributária que já é impactante e nós temos, também, uma carga tributária alta sobre a folha. Hoje, 7,3% da receita bruta dos hospitais é de despesa com a folha, despesa de encargos com a folha. Cerca de 38% da receita dos hospitais é de despesa com pessoal e 14% são despesas indiretas, com os terceirizados. Hoje, nós temos muitos terceirizados dentro dos nossos hospitais, mais de 50%, e nós temos um impacto, sobre todo o faturamento do hospital, que é folha de pagamento, e ainda temos, sobre toda a receita dos hospitais, encargos de 7,3%.

Hoje, quanto a gente fala em desoneração da folha, a Câmara fala em desonerar a folha de alguns setores que empregam muito... Nós precisamos deixar claro que o setor de saúde brasileiro vem tendo uma atuação muito positiva no Caged nos últimos anos. Nós estamos com um número de contratações muito superior ao número de demissões. A saúde, no Brasil, só em 2020, teve um resultado de mais de 176 mil contratações, e só o setor hospitalar correspondeu a, praticamente, mais de 60 mil.

Por favor, volta à outra tela.

Aqui, nós temos, só para demonstrar para os senhores, a distribuição, aquilo que eu falava da despesa. Então, a média – nós temos os anos de 2019, 2020 – de encargos diretos é de mais de 35%, uma média de 35% a 37%, e de indiretos gira sempre em torno de 14% a 15%. E, só para se ter uma ideia, nossos 124 hospitais empregam, hoje, 191 mil colaboradores diretos, fora os indiretos. Como eu disse 14,33% do total de colaboradores formais de todo o País estão na área da saúde, estão nas atividades hospitalares.

Próxima tela.

Bom, nós estamos falando de um setor que representa 9,3% do PIB. Isso é muito dinheiro. Foram R$692 bilhões em 2020. E – veja bem –, desse total, R$304 bilhões foram de recursos públicos, 43%, quase 44%, e outros R$388 bilhões foram de recursos privados. Nós precisamos entender que hoje existem mais de 50 milhões de brasileiros, em torno de 50 milhões de brasileiros que possuem plano de saúde, e esses 50 milhões de brasileiros não são da classe A ou B somente, mas trabalhadores. Eles têm o plano de saúde das empresas onde atuam, são colaboradores da indústria, do comércio, do setor de serviços, e nós entendemos que hoje é preciso olhar a saúde brasileira como uma só, como um todo. Já falei sobre a geração de emprego e sobre o impacto da folha de pagamento na receita dos hospitais. Então, quanto mais a saúde privada crescer, mais empregos teremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que hoje nós precisamos começar a discutir a desoneração da folha do setor de saúde. Ele é, sim, um dos principais setores do País. Nós estamos em todos os Municípios brasileiros, nós temos parcerias de atendimento com o SUS, nós estamos trabalhando claramente, mais de 60% dos atendimentos do SUS são realizados no setor privado. Já há uma parceria muito forte entre público e privado no Brasil e nós da Anahp sempre dizemos que a saúde brasileira é uma só. Assim como olhamos para o SUS, precisamos olhar para a saúde suplementar, precisamos olhar que existem 50 milhões de brasileiros ali e que eles também têm plano de saúde, querem acesso. Quanto mais pessoas estão na saúde suplementar mais você diminui a fila lá no SUS.

Próxima tela, por favor.

Como a gente pode demonstrar através desse gráfico, no mundo inteiro a saúde tem uma alíquota diferenciada. Nós podemos ver que, quando a alíquota geral de muitos países, como Espanha, Itália, é muito maior do que 20%, a alíquota aplicada para o setor de saúde dos países membros da OCDE é 0%. Então, quando a gente diz que temos uma alíquota direta próxima de 9% e temos ainda uma alíquota direta na folha de pagamento que supera 7% do faturamento, vejam bem o quanto nós somos onerados neste País. Então, hoje, quando a gente olha tudo que está tramitando no Congresso Nacional, todas as propostas que existem, Senadores, nós entendemos que precisamos olhar também esses números, comparar. Como o Dr. Fábio muito bem disse, nós estamos onerando a saúde e isso vai para o bolso do trabalhador, isso vai para a empresa que paga o plano de saúde, isso retira acesso. E outra coisa que retira acesso é quando você... Existem isenções em medicamentos, insumos, equipamentos, que foram isenções dadas há mais de 20 anos e que agora estão sendo derrubadas. Isso impacta diretamente no dia a dia das nossas instituições. O impacto disso vai encarecer a saúde como um todo. Por isso, nós precisamos olhar a saúde como uma só. Todos os impactos, todas as retiradas de isenções vão impactar na saúde brasileira como um todo. Como eu disse, mais de 60% do SUS é atendido por hospitais privados sem fins lucrativos.

Para finalizar, eu acho que nós precisamos ter a clareza de que há uma ausência de neutralidade tributária especialmente para o setor de saúde. Quando falam em retirar isenções, não estão discutindo ali que isso é um impacto direto, é um aumento direto no imposto do setor de saúde. Nós estamos lutando por uma neutralidade. A gente não quer pagar nem mais nem menos do que se paga hoje. Nós precisamos ter o reconhecimento da essencialidade do setor de saúde, conforme previsto na Constituição, como um direito fundamental do brasileiro. Para cada leito hospitalar que é aberto você precisa em torno de dez profissionais. Isso movimenta o setor de educação, isso movimenta o setor de comércio, isso movimenta todas as demais áreas. E o setor de saúde emprega muito e emprega de forma qualificada. Você tem vários setores que trabalham. Nós precisamos, há uma necessidade de previsão de tratamento diferenciado no âmbito constitucional. Isso já foi apresentado pelo Senador Roberto Rocha, do time inicial da PEC 110, e também pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro, no relatório da PEC 45, na Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós precisamos pensar que existe uma ausência de previsão da carga tributária incidente sobre a folha de pagamento. Quando se fala nos 17 principais setores, quando eu ouço isso repetidamente, eu preciso pedir aos Srs. Senadores que incluam a saúde como um dos principais setores, que emprega e que estabelece a melhora na vida do cidadão brasileiro, que cuida de outras pessoas.

Então, para finalizar, eu quero agradecer aos senhores pela oportunidade e dizer: nós lutamos é por neutralidade, por essencialidade e por excepcionalidade do setor de saúde como um todo, que o setor dos prestadores de serviços seja reconhecido, porque nós estamos, em todo o Brasil, agindo, trabalhando, fazendo parcerias públicas e levando a saúde aos mais de 200 milhões de brasileiros.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Sr. Marco Aurélio Ferreira.

E passo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Corrêa Silva, Presidente da Federação Brasileira de Hospitais.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA SILVA (Para expor.) – Senadora Zenaide, muito obrigado pelo convite para poder participar.

A Federação Brasileira de Hospitais é uma entidade com mais de 55 anos já no mercado, defendendo a rede hospitalar privada do País. E hoje nós realmente temos uma preocupação muito grande, que ficou demonstrada, com relação aos hospitais, principalmente os hospitais de pequeno e médio porte do País, que correspondem a praticamente 70%.

Eu posso iniciar uma apresentação, Senadora, me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sim. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA SILVA – Conseguiu aparecer, ou não? Acho que não. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Está liberado para o senhor compartilhar a tela.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA SILVA – Coloco, ela não volta. Desculpa.

Eu vou ser rápido, vou ser breve. (*Pausa.*)

A federação, representando os pequenos e médios hospitais do País, eles têm hoje, 70% desses hospitais, estão no interior e na periferia dos grandes centros. E eles foram, principalmente nessa época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora também, muito prejudicados com a pandemia, ou seja, houve uma dificuldade, apesar de haver novas contratações pelas dificuldades.

A federação comunga com todos os entendimentos das quatro entidades que estão aqui presentes, com a assistente de saúde, com a Anahp, com a Abramed. E justamente por quê? A redução, nos últimos dez anos, dos hospitais. Houve uma redução de mais de 500 hospitais privados no País, mais de 36 mil leitos no País foram reduzidos nos últimos dez anos.

A consequência, que participa disso também, é justamente a dificuldade da carga tributária federal em cima dos hospitais como um todo. Hoje, os hospitais têm um endividamento muito grande junto à Receita Federal e junto à dívida ativa, o que soma aproximadamente mais de R$75 bilhões. Isso tem preocupado. A apresentação estaria bem clara, com detalhes, inclusive, até por Estados. Eu não tive essa oportunidade.

Se eu fosse detalhar os outros que estão no quadro aqui, justamente... Quero pedir uma consideração em cima de tudo isso o que já foi apresentado. Para a reforma tributária seria a sensibilidade sobre como se encontra, também, a rede hospitalar privada hoje. Ela está hoje deficitária junto ao Governo com a tributação. Eu (*Falha no áudio.*) ... peço até desculpas. A minha importância de participar nisso... Estou até no carro, para poder participar, Senadora. Mas eu queria, justamente, colocar essa dificuldade que o setor tem hoje. Se permanecerem os entendimentos que se vêm propondo na reforma tributária, isso dificultará ainda mais o atendimento, haverá uma redução do atendimento. A população, com certeza, seria a mais prejudicada. Não haveria uma condição de absorção nem tanto do SUS com relação ao fechamento dos hospitais privados. Na oportunidade, posso encaminhar a apresentação com os números, inclusive, da dívida tributária do setor. E mandaremos direto, também, para a senhora. Peço desculpas por não conseguir a apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Tudo bem, Sr. Luiz Fernando. Vai ser ótimo. O senhor pode passar a apresentação para a Comissão e todos os participantes vão ter acesso a ela.

Passo a palavra, agora, a Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

O SR. NELSON MUSSOLINI (Para expor.) – Senadora Zenaide, demais Senadores, muito obrigado pela possibilidade. Que tenhamos todos um bom dia!

Todas as vezes em que eu venho ao Parlamento, faço questão de, antes de começar a minha apresentação, fazer um agradecimento, Senadora. Quero agradecer aos médicos, aos enfermeiros, aos nutricionistas, aos fisioterapeutas, aos auxiliares de enfermagem, ao pessoal da limpeza dos hospitais, aos recepcionistas dos hospitais e aos motoristas de ambulâncias que salvaram milhares e milhares de vidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de brasileiros durante essa pandemia. Sei que, contudo, esse exército de pessoas que salvaram as vidas precisou de munição. E essa munição foi fornecida pela indústria farmacêutica instalada no nosso País.

Eu tenho um conhecido que diz que o maior inimigo da humanidade foi essa pandemia e que o maior inimigo dessa pandemia, Senadora, foi a área de saúde do nosso País, em especial o sistema único brasileiro, que, no final do dia, agrega o sistema público e privado.

Dito isso, Senadora, gostaria de focar a minha fala no PL 2.337, que está sob a relatoria do Senador Angelo Coronel, chamado também de reforma tributária. Eu faço questão – inclusive, escrevi alguns artigos sobre isso – de chamar de remendo tributário. Quando nós começamos a discutir reforma tributária no Brasil, falávamos em três pilares principais. O primeiro era o pilar da simplificação tributária no nosso País. Para a senhora ter uma ideia, para os Srs. Senadores terem uma ideia, considerando uma empresa do mesmo porte no Brasil e nos Estados Unidos, a dos Estados Unidos precisa de duas pessoas para fazer os seus pagamentos de tributos, duas pessoas e meia; no Brasil, nós precisamos de 250 pessoas para cuidar da burocracia do nosso sistema tributário. O segundo ponto, o segundo pilar dessa reforma tributária era a redução da carga tributária no nosso País. O que nós estamos vendo nesse PL nº 2.337 é um aumento da carga tributária, além de uma complicação também no pagamento do tributo. E o terceiro pilar era aquilo que já foi discutido aqui, ou seja, a desoneração de folha de pagamento para gerar mais postos de trabalho e, sem dúvida nenhuma, gerar mais impostos através dos trabalhadores. A gente sabe que sem renda não há tributação, não existe tributação.

Então, quando nós pegamos esse decreto 2.337, nós vemos que, antes de qualquer coisa, ele quer tributar alguns setores a mais e escolheu um setor que é fundamental para a nossa sociedade, o setor de saúde. Medicamentos passarão a ser tributados; medicamentos que hoje estão na lista positiva do PIS/Cofins, que representam 68% de todos os medicamentos de tarja vermelha que são consumidos no nosso Brasil, no nosso País, esses medicamentos serão tributados em 12%.

O consumidor, que gastava R$100, para comprar o seu tratamento mensal, vai gastar R$112. O Estado, que gasta R$1 bilhão, vai gastar R$1,120 bilhão para entregar medicamentos à sociedade. E, no caso do Estado, isso pode complicar ainda mais, porque a legislação que trata da isenção de impostos estaduais, como o ICMS, sempre vincula a isenção estadual à isenção federal. Acabando a isenção federal, alguns Estados poderão – e muito provavelmente o farão – reduzir essa isenção de ICMS, ou seja, para a compra pública, o impacto pode ser de 30%.

Eu tive oportunidade de discutir isso com algumas pessoas do Poder Executivo e, conversando com o Ministro Paulo Guedes, disse a ele que, se eu fosse Ministro da Saúde, eu estaria sentado à mesa dele 24h por dia, para barrar esse absurdo, porque o Ministério da Saúde, que hoje gasta algo perto de R$22 bilhões na compra de medicamentos, vai precisar gastar quase R$25 bilhões para comprar as mesmas caixinhas que ele compra hoje, ou seja, vai onerar o orçamento do Ministério da Saúde. Disse também que, se a tributação sobre a saúde se revertesse para a saúde, não teríamos grandes problemas. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema é que a tributação sobre a saúde vai para os cofres da Receita Federal e não é repassada para a saúde na mesma proporção que nós arrecadamos. Isso é um problema seríssimo, Senadora, que nós estamos enfrentando.

Esta Casa, que tem uma proximidade muito grande com os Estados e Municípios, os Srs. Senadores, que têm uma proximidade muito grande de Estados e Municípios, têm que ficar atentos, porque o custo, aquilo que o Ministério da Saúde não conseguir entregar quem vai ter que entregar à população, através do grande número de judicialização que teremos, serão os Estados e os Municípios. Hoje, nós temos um sistema no Brasil de saúde, um programa de saúde no Brasil que é extremamente exitoso. Aliás, nós temos alguns programas de saúde em nosso País que são exitosos: o PNI está aí mostrando isso, o Programa Nacional de Imunizações; o programa da aids em nosso País é exitoso, e um outro programa muito exitoso é o Farmácia Popular ou o Aqui tem Farmácia Popular.

Com esse aumento de 12% na tributação dos medicamentos, num programa que não sofre reajuste desde a sua criação, em 2003 – ao contrário, ele teve os seus preços reduzidos em duas oportunidades –, esse programa praticamente acabará, Senadores. O que nós veremos é que os Municípios que hoje não precisam entregar um produto para controle de hipertensão arterial, para asma, para diabetes, esses Municípios vão ter que voltar a entregar esses produtos. O programa Farmácia Popular cresceu muito, porque os Municípios transferiram para as farmácias a entrega gratuita desses medicamentos, o que era feito nos postos de saúde, dentro dos programas de saúde dos Municípios e dos Estados.

Então, me preocupa muito quando se fala: "Mas não tem problema aumentar a tributação sobre medicamentos, não tem problema aumentar a tributação sobre saúde". O nosso País tem – eu peço perdão, porque eu uso sempre essa expressão – uma tributação que é pornográfica em relação à saúde. Na hora em que nós vemos que a média sobre uma caixa de medicamentos são 30%, 33%, e a média mundial sem o Brasil é de 6,1%, a gente vê o absurdo que nós temos na tributação no nosso País.

Há um projeto de lei, uma PEC no Senado, do Senador Reguffe, em que ele propõe a isenção sobre medicamentos. Essa isenção iria direto para o bolso do consumidor, iria direto para os cofres a redução dos orçamentos da saúde dos Estados e dos Municípios, porque nós temos os nossos preços controlados. E a legislação determina que qualquer redução ou o aumento da carga tributária é repassado ao preço do medicamento.

Então, os meus colegas que acabaram de falar que representam os hospitais, que representam o setor privado, eles realmente têm que estar muito preocupados, porque haverá um aumento no custo geral na compra de medicamentos. Isso, porque, Senadora, nós estamos com um problema seriíssimo com essa desvalorização do dólar, com custos do frete, com custos de matérias-primas subindo de forma astronômica fora do nosso País e internamente, nós temos que repassar automaticamente um aumento de carga tributária ao preço do medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito nos preocupa. Eu tenho feito uma peregrinação, conversei com a assessoria do Senador Paim, estou conversando com a assessoria de todos os Senadores, vou conversar com a sua assessoria também, Senadora Zenaide, e dos demais Senadores que estão aqui, mostrando a nossa preocupação e entregando dados, entregando informações para colocar muito claro que não se faz reforma tributária mexendo apenas no Imposto de Renda, que foi idealizado pela própria Receita Federal. A Receita Federal não tem o cacoete de reduzir tributo; ela tem o cacoete de aumentar a tributação, e faz parte do papel deles.

O papel dos Srs. Senadores – é o que nós rogamos aqui – é evitar que absurdos como este se perpetuem no nosso País.

Temos que, sim, olhar a saúde como eu disse no começo, como uma forma de salvar vidas. Esse é o objetivo de todos que estamos aqui hoje, falando aos senhores.

Nosso objetivo é entregar uma saúde melhor para a população.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Sr. Nelson Mussolini.

Passo a palavra, imediatamente, à Sra. Luciene Ferreira Gaspar Amaral, servidora da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, do Ministério da Saúde.

A SRA. LUCIENE FERREIRA GASPAR AMARAL (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu gostaria, imensamente, de agradecer esta oportunidade de discutirmos o tema que tem sido realmente muito caro para o Ministério da Saúde.

Nós trabalhamos na Secretaria com as isenções, com o estudo das isenções. Quando fomos surpreendidos efetivamente com a discussão, fizemos um estudo. Esse estudo evidenciou nitidamente todas as questões levantadas pelo Sr. Nelson Mussolini e pelos demais contribuintes, até agora, que falaram conosco.

Realmente nos preocupa muito essa questão pontual relacionada à PIS/Cofins, que são isenções que nos levam a aproximadamente 30%, como disse o Sr. Nelson Mussolini, de isenção. Isso faz com que se onerem absurdamente os nossos cofres públicos. Se nós ficarmos sem essa possibilidade, efetivamente nós teremos, de imediato, uma questão de um aumento de pelo menos 30% nos nossos gastos de compras públicas.

Nós fizemos um estudo muito rápido em relação aos seis medicamentos que foram comprados no componente estratégico em 2020. Esse estudo envolveu medicamentos como infliximabe, etanercepte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adalimumabe e sevelâmer. Na verdade, o que nós conseguimos observar foi que nós teremos um aumento de custo em torno de R$520 milhões, só na compra desses seis medicamentos.

Então, a gente tem que, efetivamente, buscar uma...

Com esse exemplo e mais todos os exemplos que foram citados até aqui, nós precisamos de um direcionamento muito pontual para a saúde, porque, efetivamente, isso vai trazer para nós uma questão de alto custo, de aumento dos custos.

E a gente tem que pensar também em relação às novas tecnologias. Nós temos tecnologias muito novas vindo, que serão, efetivamente, muito mais onerosas do que as tecnologias que temos hoje. Então, a gente tem que ter um cuidado efetivo com o pensar o futuro, em relação a estes custos.

Eu agradeço a oportunidade e devolvo a palavra à Senadora Zenaide.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Sra. Luciene.

Eu já registro aqui a presença da Senadora Leila e gostaria de saber – eu não estou vendo nenhuma mão levantada aqui, dos meus colegas Senadores, Leila, Rose – quem quer se manifestar? Porque se ninguém quiser agora, eu vou para o e-Cidadania, que tem várias perguntas aqui a serem feitas.

Rose, quer se manifestar agora? Rose de Freitas, minha colega Senadora?

Não?

O.k.

Então eu vou fazer as perguntas do e-Cidadania e os senhores vão responder nas considerações finais, certo? Os senhores vão ter dois a três minutos para falarem sobre isso.

Gabriel Abrantes, do Rio de Janeiro: "Qual a solução a seguir para garantir que a reforma tributária do consumo não prejudique o acesso à saúde de qualidade?"

Renan Torres, do Paraná: "A reforma tributária buscará alocar mais recursos no sistema de saúde?"

Débora Torres, de Alagoas: "Quais as medidas que serão implementadas para compensar a extinção dos incentivos fiscais a medicamentos, caso sejam extintos após a reforma?"

E aqui os comentários. Essas foram as perguntas.

Os comentários.

Luana Lima, do Paraná: "O SUS, mais do que nunca, se mostrou essencial, como direito social durante a pandemia da Covid-19 no País."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tacyana Maciel, de Pernambuco: "A expectativa é que, com a reforma tributária, se busque equilibrar e resolver os custos e desvios da saúde pública."

Eu queria me manifestar agora sobre a reforma tributária, porque eu era Deputada Federal e a gente já se debruçava sobre essa reforma tributária. Eu acho que deveria ter reforma tributária com justiça tributária. Eu concordo com os senhores quando os tributos são sobre o consumo, seja ele de alimento ou de medicamento. O mundo todo não é como o Brasil. Quase 50% dos tributos neste País são sobre o consumo. E aí é onde a população mais pobre paga um preço caro, porque, por exemplo, eu posso pagar em um medicamento, com o meu salário de Senadora, ou em uma lata de leite Ninho, o mesmo imposto que o trabalhador que ganha salário mínimo.

Segundo, tributos sobre lucros e dividendos. Como foi falado aqui, nos Estados Unidos, há a desoneração da folha, tudo. Mas nos países mais capitalistas do mundo, como os Estados Unidos, cobram imposto sobre lucros e dividendos. A Receita Federal mostrou, a Unafisco – Rose e todos que estão nos assistindo –, que só em 2021, o Brasil vai deixar de receber R$58,9 bilhões de isenção sobre lucros e dividendos. Acho que a gente poderia, por exemplo... Eu sou a favor, sim, de se reduzir imposto sobre o consumo final. Mas acho que se nós quisermos fazer justiça tributária, vamos ter que revogar essa Lei nº 9.249, de 1995, que entrou em vigor em 1996, que isentou impostos sobre lucros e dividendos. Se os senhores olharem o mundo todo, não tem isso. Há país que chegam a 60% os impostos sobre lucros e dividendos.

Outra coisa, essa história de dizer que a gente tem que ter... Tudo bem, tem que haver o cuidado fiscal, mas cuidado fiscal não é só olhar os gestores e ver se eles estão gastando mais do que arrecadam, porque eu também sou contra isso. Mas a MP de dezembro de 2017, que se transformou no Projeto de Lei nº 13.586, a famosa MP de um trilhão, isenta praticamente todos os impostos para as grandes petrolíferas, imposto sobre importação, IPI, Imposto de Renda. Isso, gente, é tirado dos Estados e dos Municípios. Como foi falado pela nossa última apresentadora, Luciene, o País não pode estar isentando de impostos, porque esse distanciamento social está cada dia maior. O País não pode estar tributando em até mais de 50% os produtos de consumo, sejam eles medicamentos ou alimentos, e fazer isenções bilionárias para acionistas e empresas. A indústria farmacêutica, um exemplo aqui, que faz o tratamento de câncer, já absorve 1,5% do PIB mundial. É muito dinheiro. E me preocupa a questão de medicamentos, porque é vida, ser o mesmo mercado, mercado financeiro e de acionistas. E, no Brasil, há esse privilégio de não pagar imposto. Como foi falado, eu também concordo com os senhores: não se trata só alterar timidamente a tabela de Imposto de Renda. Como é que um acionista, que faz uma retirada de mais de R$300 mil, paga zero de imposto, e um trabalhador, que ganha R$1.905, paga Imposto de Renda? Onde já se viu dizer que até R$2 mil ou R$5 mil é renda?

Então, concordo. Temos urgência de reduzir os impostos sobre o consumo, que é a única maneira de a gente abranger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, outra coisa que foi falada e de que eu gostei sobre o SUS é que a saúde é um direito fundamental. Eu também sei que os hospitais e a iniciativa privada são necessários. O SUS, apesar de ser um plano maravilhoso, não tem como cobrir isso tudo.

Mas, gente, se vocês observarem, a Emenda nº 95, a do teto, contra que a gente lutou, que não deveria existir teto, ou seja, proibiu o aumento de recursos para a saúde durante 20 anos. Está na Constituição. Se vocês olharem, nenhum país do mundo fez isso. Se o País sair da crise, mesmo assim, ele não poderá investir mais na saúde durante 20 anos por causa dessa PEC, em um SUS – e vocês têm razão –, que já é subfinanciado. E isso não é desse Governo atual, já o era; em 2015, a gente já sabia disso. Sabe quanto o SUS paga por uma consulta com um especialista? R$10 por consulta. É claro que são os Municípios e os Estados que estão cobrindo. Sabe quanto o Governo Federal passa para uma equipe mínima de saúde – isso não é desse Governo atual, já vem subfinanciado –, para um médico, um enfermeiro, um técnico de enfermagem, um dentista e um técnico de saúde bucal, fora os agentes comunitários? R$11 mil, ou seja, os Municípios e os Estados estão com esse ônus, porque ninguém consegue médico com esse valor, imagine o custeio.

Outra coisa que eu acho, como foi falado aqui, que a gente tem que deixar claro – eu costumo conversar com o pessoal da Receita, que acaba com essa propaganda do leão avançando nas pessoas – para quem está nos ouvindo: o que a Receita Federal arrecada é para a saúde, para a educação, para a assistência social do nosso povo.

Agora, sim, temos que ter esse olhar diferenciado para retirar os tributos, reduzir ao mínimo os tributos sobre o consumo, seja ele de medicamentos, de alimentos, porque a gente sabe que isso é injusto. Nos países mais desenvolvidos do mundo sobre o consumo é o mínimo, o máximo é sobre lucros e dividendos. Se o senhor olhar, há o Catar, outro país e o Brasil que não tributam. Isso é errado, porque está tirando recurso da saúde, da educação, da ciência e tecnologia e obrigando as pessoas a comprarem medicamento caro, alimento caro. Aí não é uma reforma. Precisamos fazer uma reforma com justiça tributária.

Então, nesse sentido aí, os senhores podem contar comigo. Eu sou médica, não sou tributarista, mas eu costumo dizer que mulher, dona de casa, mãe, avó, a gente é, sim, uma tributarista, porque a gente faz a feira e vê o peso dos tributos sobre os produtos, seja medicamento, seja alimento.

Mais uma vez, agradeço esse olhar diferenciado de Flávio Arns e de Paulo Paim de a gente ouvir todos. Vocês nos enriquecem com conhecimento quando vocês mostram coisas de que – apesar de eu ser da área – não temos conhecimento.

Digo o seguinte: a Bayer, por exemplo, não paga praticamente nenhum imposto quando o Brasil importa. Isso foi uma conquista eu não sei de quando. Então, a gente tem que ter esse olhar no consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que reduzir essa carga tributária urgente para as pessoas poderem ter acesso a alimento e medicamento. E podem contar comigo! E, quando eu vi aqui "direito social à saúde no contexto da reforma tributária", eu achei superinteressante, e a importância de a gente estar debatendo. Esse debate está dando visibilidade às pessoas que estão nos assistindo e orientando as pessoas que a tributação não pode ser uma caixinha de Pandora para poucos, e, sim, para todos. A população tem que saber que está pagando medicamento caríssimo porque os tributos deste País são em cima do consumo. Então, é uma palestra com a sensibilidade de Flávio Arns e Paulo Paim, e eu estou feliz com esse debate.

Concordei com os senhores sobre essa questão de tributar o produto final. Isso nos medicamentos é de uma crueldade sem limite. E nos alimentos também. Mas quero dizer, assim, que eu não estou – uma brincadeira como nordestina – com muita pena da indústria farmacêutica, não. Eles tiveram um lucro exorbitante, mas o povo paga um preço caro por o Governo onerar, tributar o produto na hora da compra, no consumo. Isso não é inventar roda. Os países que tem essa responsabilidade de direito fundamental à saúde ou ao alimento já sabem que não é tributar o produto no consumo final que vai gerar emprego, que vai fazer isso ou aquilo. Isso vai fazer com que as pessoas não tenham aquele direito fundamental à saúde, a uma renda mínima e à educação.

Eu quero agradecer, mais uma vez, e quero saber, nas considerações finais, quem vai responder – qualquer um de vocês – sobre essas perguntas. Vocês querem que eu repita ou anotaram aí as perguntas do e-Cidadania? (*Pausa.*)

Passo para as considerações finais para cada um, certo? Eu vou inverter: quem falou por último vai ter as considerações finais primeiro.

Luciene Ferreira Gaspar Amaral, dois minutos para as suas considerações finais.

A SRA. LUCIENE FERREIRA GASPAR AMARAL (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Zenaide.

Nas considerações finais aqui, eu faço só questão de agradecer muito, deixar claro que a saúde precisa, efetivamente, de uma visão diferenciada nesse tópico, nesse tema, e fazer uma solicitação, efetivamente: que os Senadores pensem com carinho na nossa questão, na questão do consumo, do tributo específico dos produtos finais, que onera assustadoramente o SUS, não só o SUS, mas a própria rede privada, que pode também ser afetada e pode gerar um aumento maior... Perdão, um aumento ainda de judicialização que, obviamente, vai recair sobre o SUS. Então, nós temos que pensar em toda a cadeia, não só na possibilidade dos 30% especificamente – 12% do PIS e 18% do ICMS –, direto nos produtos que são consumidos, comprados e dispensados pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, mas também pelo movimento que pode acontecer na cadeia. Como já foi falado, onerar o sistema dos planos de saúde, o que pode fazer com que as pessoas saiam dos planos de saúde e migrem para o sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde único, para o SUS, podendo, efetivamente, desencadear uma judicialização muito maior do que nós já temos hoje e, com isso, ainda onerar muito mais o SUS.

Infelizmente ou felizmente, coloco a vocês esse desafio. Estamos aqui liberadas para ajudar sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada mais uma vez, Sra. Luciene.

Passo agora para o Sr. Nelson Mussolini, para as considerações finais.

O SR. NELSON MUSSOLINI (Para expor.) – Senadora Zenaide e demais Senadores, quero agradecer, acho que o debate é um debate sempre rico.

A pergunta é: qual a solução para garantir saúde? Sem dúvida nenhuma, Senadora, os pontos que a senhora levanta com relação à tributação são extremamente importantes. Eu só faço um reparo, porque sobre o lucro se paga imposto; não se paga imposto é sobre a distribuição de dividendos, e isso precisa, sem dúvida nenhuma, mudar.

O Brasil tem que estar alinhado com outros países do mundo em relação não só a pagamento de imposto de renda, mas em relação a todas as questões tributárias. É um absurdo pagar 30% de imposto sobre uma caixinha de medicamentos, isso não tem parâmetro em nenhum país do mundo. Um dos países que mais tributa no mundo é a França, nós sabemos disso, e o tributo sobre medicamentos na França é de 2,1%. Os Estados Unidos não cobram tributos sobre medicamentos, os medicamentos de prescrição médica não são tributados; são tributados aqueles de venda livre, que se chamam lá OTC, e que aqui se chamam medicamentos isentos de tributação.

Mas a carga tributária no nosso País é extremamente onerosa, não só sobre o lucro, mas também na folha de pagamento. Então, as empresas pagam as indústrias farmacêuticas, empregam muito, pagam bons salários, pagam uma série de benefícios negociados nas convenções coletivas de trabalho, e um empregado que recebe R$5 mil por mês numa indústria farmacêutica custa quase R$10 mil. Isso não tem parâmetro, também, em lugar nenhum no mundo!

Investimento, Senadora, no nosso País... Se eu pegar um empréstimo no banco agora, para aumentar uma linha de produção de uma indústria farmacêutica, eu pago impostos sobre o empréstimo! Antes de estar gerando riqueza, eu já estou pagando imposto no nosso País. O que os hospitais pagam dos insumos que eles usam de impostos e não podem repassar para ninguém é muito grande.

Então, nós temos que olhar uma reforma tributária como um todo, Senadora. Os senhores têm esta missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a saída? Foi a pergunta que nos veio. A saída é, sim, pegar uma PEC e transformá-la em realidade. Nós estamos... A senhora está no Senado há dois anos no Senado, esteve na Câmara dos Deputados por quatro anos... São seis anos. Eu, Senadora, tenho 43 anos de indústria farmacêutica e ouço essa história de reforma da legislação tributária no Brasil há, mais ou menos, uns 40, e nós nunca tivemos coragem de fazer a reforma tributária, porque alguns benefícios sempre são arraigados. É um absurdo não se pagar tributação, Senadora, sobre aeronave, sobre combustível de aeronave particular, mas se paga tributação, e muita, sobre bens essenciais. Então, temos que deixar de tributar o consumo, deixar de tributar a mão de obra e passar a tributar, sim, a renda e o capital. É isso. Ninguém é contra isso, Senadora.

Muito obrigado. E fico à disposição, o Sindusfarma, para qualquer esclarecimento que os senhores e suas assessorias tiverem.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Sr. Nelson Mussolini.

Passo agora ao Sr. Luiz Fernando Corrêa Silva.

Desculpe-me, Sr. Mussolini, eu não ter dito "dividendos". Mas, quando eu falei em retiradas, o senhor já sabia que eram justamente os dividendos.

Passo agora ao Luiz Fernando Corrêa Silva, para as considerações finais.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA SILVA (Para expor.) – Só para concluir, todo esse reflexo tributário do prestador de serviço reflete em quem? Na população. Tanto o público como o privado. Então, a própria população carente, principalmente, e falo em nome dos pequenos e médios hospitais... Além de eles estarem fechando... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Luiz, eu acho que a gente não está ouvindo. (*Falha no áudio.*)

Enquanto o Sr. Luiz não consegue se conectar, eu queria passar para o Sr. Marco Aurélio Ferreira. (*Pausa.*)

Sr. Luiz, se o senhor desativar o vídeo, talvez a gente consiga ouvi-lo. (*Pausa.*)

Vou passar a palavra agora, enquanto o Sr. Luiz não consegue se reconectar, ao Marco Aurélio Ferreira, para fazer as considerações finais.

O SR. MARCO AURÉLIO FERREIRA (Para expor.) – Bom, Senadora, eu agradeço o espaço que nos foi dado. A senhora não tem ideia do quanto, para o setor de saúde, é importante estar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuindo. A senhora disse, em determinado momento, que se sentiu enriquecida pelo debate, pelas informações, mas somos nós que nos sentimos aqui prestigiados por ter esse espaço para falar, trazer números, trazer dados, trazer perspectivas, trazer tudo aquilo que afeta o dia a dia dos nossos setores, porque a gente vê, como bem disse o Mussolini, outros setores altamente prestigiados e privilegiados com isenções, e a gente está trabalhando aqui para lutar por aquilo que impacta no bolso do cidadão diretamente.

O hospital, setor de saúde, é uma cadeia, é um *hub*, você une profissionais, é gente que cuida de gente. Nós estamos ali nos Municípios brasileiros, nós estamos fazendo a nossa parte.

Nós entendemos que existem caminhos para avançar: nós podemos aplicar novas tecnologias, como muito bem já foi dito aqui; nós temos a questão da telemedicina, em que a gente pode avançar, principalmente nas áreas mais distantes deste País, onde faltam profissionais da área de saúde; nós podemos trabalhar com indicadores de qualidade que mensuram a qualidade dos serviços prestados, e a gente precisa trabalhar isso.

Não é só questão do recurso, enviar o recurso; é mensurar como esse recurso está sendo utilizado. Nós precisamos ter indicadores de qualidade e a Anahp tem um sistema, que é o sistema de indicadores, que há mais de 20 anos é utilizado nos seus hospitais, e está disponibilizando para o Ministério da Saúde, dialogando sobre isso.

Eu acho que nós não podemos olhar para a saúde como mais uma forma de arrecadar mais impostos, seja de medicamentos, seja de serviços. Nós vimos alguns Governadores – e eu falo aqui sobre Governadores porque essa é a Casa dos Estados –, nós vimos alguns Governadores que passaram de 0% para 18% os tributos em plena pandemia. E a sociedade foi lá, reclamou, se manifestou e se posicionou contrária a isso, e inclusive agora estão retirando esses 18%, porque ano que vem é um ano de eleição. Nós não podemos mais ficar à mercê, tratar saúde como uma política de governo somente, mas como uma política de Estado. Nós temos o planejamento plurianual, nós precisamos ter um plano de saúde nacional, um programa de saúde em que a gente possa dialogar, setor público e privado, e a gente possa dizer que essa carga tributária é demais para quem tem o Sistema Único de Saúde brasileiro, em que a gente pensa na saúde suplementar que também está lá dentro.

Então, Senadora, muito obrigado. Vocês nos dão aqui o prestígio de vários Senadores para a gente colocar um pouco dos nossos anseios. Conte com a gente para o que for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Marco Aurélio.

Eu quero agora chamar, para fazer suas considerações final, Bruno Sobral. (*Falha no áudio.*)

O SR. BRUNO SOBRAL (Para expor.) – ... vacinação, enfim, de várias outras formas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É superimportante entender que o setor de saúde privado é um setor muito dinâmico, é um setor que está na busca de maior eficiência, de oferecer serviços cada vez mais baratos, com mais qualidade para a população. É um setor que traz inovações para o País, que depois são utilizadas inclusive pelo próprio Sistema Único de Saúde. Este é o momento, como foi falado aí, de repensar o papel da saúde privada no País.

Saúde, assim como educação, são dois elementos fundamentais para aquilo que o Brasil mais precisa hoje, que é aumento de produtividade. A gente não vai crescer se a produtividade do trabalhador brasileiro não crescer junto e crescer fortemente. E para isso, a gente vai precisar de saúde e a gente vai precisar de educação.

A educação vive o mesmo problema que a gente, com grande número de pessoas que não geram crédito nesse modelo. Então, eu gostaria de falar em nome deles também.

Mas, principalmente, entender que um sistema de saúde que faça mais sentido, do ponto de vista de redução de custos desnecessários, redução de desperdícios aqui e ali, mas, principalmente, uma saúde que cada vez está cuidando mais das pessoas, está se preocupando mais com o cuidado integral das pessoas, precisa ser apoiada, Senadora. E acho que esta Comissão da senhora hoje mostra que a Casa, o Senado Federal, está aí disposta a apoiar a saúde do Brasil como um todo, que, mais uma vez, é pública, é privada, é para todos os brasileiros.

E, se Deus quiser, a gente vai aumentar muito a produtividade deste País para ter um futuro melhor para todo mundo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Bruno Sobral.

Passo agora para Fábio Ferreira Cunha, para as considerações finais.

O SR. FÁBIO FERREIRA CUNHA (Para expor.) – Senadora, já tudo foi dito. Eu queria agradecer realmente a sensibilidade desta Comissão. E lembrar que aqui nós não estamos falando de empresas, nós estamos falando de pacientes. Nós estamos falando de seres humanos que nos procuram nos momentos mais difíceis da sua vida. E naqueles momentos em que as famílias estão mais fragilizadas. Nós não estamos falando de lazer aqui, nós estamos falando da dor, porque nós tratamos é da dor e do coração das pessoas.

Quando a gente fala de reforma tributária, e a senhora tocou muito bem, a gente infelizmente está falando de injustiça tributária, porque, neste momento, a proposta nos coloca em patamares superiores à tributação de bancos, o que mostra que, neste momento, está se valorizando muito mais o mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro do que a vida das pessoas, mesmo num momento de pandemia, mesmo num momento em que a gente quer cuidar, com todo carinho, da população brasileira.

Veja que, com o aumento de carga tributária que se está fazendo para a saúde, que é enorme, como foi trazido pelo Bruno Sobral, e também que é enorme para a educação, nós criamos, Senadora, uma aliança saúde e educação para a reforma tributária, porque são as mesmas dores por que os setores estão passando, e está sendo enfrentado, na reforma tributária, um aumento excessivo de tributos, aumento esse que não chegou para os bancos. Ou seja, a saúde e a educação estão pagando, sim, a conta da desoneração de outros setores. Aqueles que estão sendo reduzidos ou que estão sendo neutralizados assim estão sendo feitos às custas da saúde e da educação, sendo que setor que está empregando, setor que está trazendo riqueza para o País... E, num momento em que a gente precisa aumentar a produtividade, como disse o Bruno, num momento em que a gente tem que garantir emprego, afetar ainda mais a capacidade empregatícia desse setor, que, além de cuidar do ser humano, emprega com bons salários, que traz profissionais qualificados e que traz tecnologia para o Brasil, em detrimento de outros fatores que talvez não estejam colaborando tanto assim para a sociedade e que nos parecem muito tristes.

A gente tem esperança – toda vez que se discute a reforma tributária – de escutar simplificação, de escutar justiça, mas a tradução de reforma tributária, infelizmente, tem sido aumento de carga de impostos para a saúde.

Então, a gente pede aqui, encarecidamente, que se pense na população, que se pense no paciente, que se pense naquele que está sofrendo. Que a gente não o deixe em condições ainda mais desfavoráveis, com a redução do acesso, com o aumento, ainda, de custos para o sistema público de saúde, com a redução da capacidade das santas casas de pagamento dos seus impostos, uma vez que as santas casas também são parte do setor privado de saúde.

As pessoas acham que o setor privado é de hospitais milionários. Não, nós estamos falando dos pequenos hospitais do interior do Brasil, nós estamos falando das santas casas, nós estamos falando das pequenas redes laboratoriais, das famílias que são do interior, dos médicos que criaram seus pequenos laboratórios e que atendem àquelas suas populações locais, onde, infelizmente, o sistema público ainda não consegue estar na sua capacidade máxima. O que nós temos são esses dois setores, que estão trabalhando em conjunto, para atender à população.

E a gente volta a falar... A gente não fala "consumidores"; a gente fala "pacientes". Então, paciente não é consumidor; o paciente é aquele que precisa da gente, num momento, e ele não tem opção de não buscar a saúde, porque, como ele está doente, ele não pode escolher "eu não vou ao hospital, não vou ao médico, não vou ao laboratório". Então, e com isso que a gente tem que tomar cuidado. É essencial porque não se pode escolher não utilizar. É essencial porque ele faz parte da necessidade básica da população brasileira, e a gente não pode, assim, trair a população brasileira, tirando-a desse setor e a entregando a outros que, talvez, não mereçam tanto neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, mais uma vez, a cada um dos participantes e aos meus colegas Senadores: Rose de Freitas, Leila Barros. Parabéns, mais uma vez, a Paulo Paim.

O diálogo, é importante o diálogo. Mas eu queria terminar aqui pedindo aos homens. O Novembro Azul não é só para a gente usar o azul. Lembro a todos os homens deste País acima de 40 anos que o PSA não substitui o exame clínico. Precisam, sim, ir ao urologista. Segundo: vão se vacinar, gente, por favor. Sou médica infectologista. Tomem a segunda dose. Feliz da gente que, hoje, tem... Feliz da patologia para a qual a gente tem uma vacina para se prevenir. Isso é um privilégio. A gente sabe que o que mais aumentou a vida média da população mundial foram vacinas e água tratada. E, enquanto isso, mesmo vacinado, use máscara. Não interessa quem diga a você que não é para usar. Não precisa ser cientista nem médico, é uma barreira física. E gostaria de lembrar que Emílio Ribas, do Hospital Emílio Ribas, fez um trabalho agora, mostrando. Pegou pacientes que ainda estavam eliminando o vírus, e a parte interna da máscara tinha a presença dos vírus – em praticamente todas as máscaras – e a externa não. Isso quer dizer que a máscara é, sim, eficiente.

Independentemente do que digam, se cuidem. O vírus, o coronavírus é uma família que a gente já conhece, mas, dessa família, parece que o mais valente é esse aí. E a gente sabe que ele pode sofrer mutações, ter outros e você os transmitir.

Eu tenho uma opinião: você não vai ser obrigado a se vacinar, mas você não tem o direito de contaminar. Então, por isso, eu sou a favor do passaporte.

E também nós sabemos, como foi mostrado, que os hospitais tiveram um prejuízo com... Enquanto a gente não tinha vacina, tudo bem; mas, agora, com vacina, não se justifica a gente ainda estar pedindo ao povo que vá se vacinar, que é a única maneira de voltar a economia. Se não for pela vida, lembrem-se da economia também.

Um abraço em cada um de vocês e, mais uma vez, obrigada a todos pelo debate importante. Eu costumo dizer que conhecimento é poder, e o que a gente fez aqui hoje, nesta audiência pública, foi dar visibilidade e conhecimento a uma parte da população brasileira que está nos assistindo.

E quero dizer que tributação não é coisa de outro mundo e que é necessária para podermos ter os recursos para os gastos essenciais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e hum minuto do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um, remotamente, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Paulo Paim, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2020 - CAS, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) e REQ 12/2020 - CAS, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senadora Leila Barros (PSB/DF) e Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2015, e os Projetos de Lei do Senado nº 323 e 443, de 2015, que tramitam em conjunto, os quais dispõem sobre o Dia Nacional de Prevenção ao Alcoolismo e às Drogas e vedam a propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação social. **Participantes:** Francisco Inácio Bastos, Pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (representante de: Rodrigo Murtinho); Marina Pita, Membro do Conselho Diretor do Instituto Intervozes; João de Aguiar Coelho, Advogado do Instituto Alana; Lúcia Ancona Lopez de Magalhães Dias, Consultora Jurídica da Associação Brasileira de Anunciantes; José Eduardo Cidade, Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas; e Carlos Lima, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro da Cachaça. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Zenaide Maia

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Dário Berger, Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Roberto Rocha, José Aníbal, Lasier Martins, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Carlos Fávaro, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Carlos Portinho, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Luiz do Carmo. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Telmário Mota e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 28, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera a Constituição Federal, para fins de reforma político-eleitoral." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com a rejeição do parágrafo único do art. 16, dos arts. 61, § 2º e 3º, e 82 da Constituição Federal, na forma proposta pela presente proposição, pela rejeição dos incisos II e III do art. 4º da proposição, pela rejeição, por inconstitucionalidade, do § 1º do art. 17 da Constituição Federal, igualmente proposta, com três emendas de redação que apresenta, e contrário as Emendas nº 1, 3, 4, 5 e 6. **Resultado:** Aprovado o Parecer, por unanimidade, favorável à Proposta, com a rejeição do parágrafo único do art. 16, dos arts. 61, § 2º e 3º da Constituição Federal, na forma proposta pela presente proposição; rejeição dos incisos II e III do art. 4º da proposição; rejeição, por inconstitucionalidade, do § 1º do art. 17 da Constituição Federal; pelo acolhimento das Emendas nºs 2 e 7 para, na forma do art.133, IV, do RISF, tramitarem como proposições autônomas; com as Emendas nºs 9-CCJ(DE REDAÇÃO) a 11-CCJ (DE REDAÇÃO), e pela rejeição das Emendas 1, 3, 4, 5, 6 e 8. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5919, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6º Região; altera a Lei nº 11.798, de 29 de outubro de 2008; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 2-CCJ (DE REDAÇÃO) a 5-CCJ (DE REDAÇÃO) e pela rejeição da Emenda nº 1. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2505, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 2.505,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2021, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com as Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 41. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado requerimento de audiência pública. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 3, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2505/2021, que “altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa”." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Queria cumprimentar os nossos Senadores – Senador Alvaro, nosso Líder; bom dia, Líder, tudo bem? –; os Senadores e as Senadoras aqui presentes; os nossos servidores do Senado Federal, os nossos convidados, os assessores dos Senadores e das Senadoras que estão aqui na nossa Comissão de Constituição e Justiça, participando da nossa reunião extraordinária. Queria agradecer também a presença da imprensa e iniciar os nossos trabalhos na sessão de hoje.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Queria consultar a Secretaria sobre se os Senadores, não só os presentes, mas os que estão participando remotamente, foram comunicados da abertura da reunião. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 3.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou também no *chat*, que é uma ferramenta para os Senadores que estão participando da reunião da Comissão de maneira remota.

Para a leitura dos relatórios, aqueles que não os tiverem em mão poderão acessar a pauta cheia das reuniões, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste plenário.

Os relatórios foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal.

O acesso à sala de reunião estará restrito aos Senadores e Senadoras e aos servidores das áreas de tecnologia do Senado Federal também no exercício das suas atividades. Caso necessário, como fiz o registro ainda há pouco, os assessores dos Senadores estarão participando, auxiliando seus respectivos Parlamentares.

As regras e os procedimentos desta reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão da covid no âmbito do Senado Federal e, no que couber, de acordo com os decretos legislativos.

Primeiro item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 28, DE 2021

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera a Constituição Federal, para fins de reforma político-eleitoral.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Simone Tebet

Relatório: Pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2021, e, no mérito, pela sua aprovação, com a rejeição do parágrafo único do art. 16, dos arts. 61, §§2º e 3º, e 82 da Constituição Federal, na forma proposta pela presente proposição, pela rejeição dos incisos II e III do art. 4º da proposição, pela rejeição, por inconstitucionalidade, do §1º do art. 17 da Constituição Federal, igualmente proposta, com três emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1, 3, 4, 5 e 6.

Observações:

Em 15/09/21, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Acolhemos as Emendas nºs 2 e 7 para, na forma do art. 133, IV, do Regimento Interno, tramitarem como proposições autônomas, rejeitando-se as demais.

Em 14/09/2021, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Eliziane, e a Emenda nº 3, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Em 15/09, foram recebidas as Emendas nºs 4 a 6, de autoria do Senador Eduardo Girão, e a Emenda nº 7, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Em 15/09/2021, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 21/09/2021, foi recebida a Emenda nº 8, de autoria da Senadora Rose de Freitas, dependendo do relatório.

Gostaria novamente de conceder a palavra à Relatora da matéria, Senadora Simone Tebet, para relatar a Emenda nº 8.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito rapidamente, quero dizer que lamentavelmente nós temos que rejeitar a Emenda nº 8, em que pese, no mérito, ser extremamente favorável a ela. Por uma única razão, Sr. Presidente, como ela altera um texto que nós já aprovamos no nosso relatório e a Câmara também, a aprovação dessa emenda implicaria o retorno da PEC à Câmara dos Deputados.

Nós estamos no limite temporal de aprovarmos essa PEC até o prazo de um ano, pelo princípio da anterioridade do pleito de 2022. Consequentemente, aprová-la, poderia estar também enterrando, se não houver tempo hábil para a Câmara aprovar, toda a PEC 28. Isso faria também com que deixássemos de avançar em algo que eu sei que é muito caro para a Senadora Rose de Freitas, tanto que é objeto de emenda, que é a aprovação desta PEC no quesito de mulheres e negros eleitos pelos partidos contarem em dobro para o cálculo dos fundos da eleição de 2022 até o ano eleitoral de 2030. Portanto, eu preciso rejeitá-la por uma questão não no mérito, mas por uma questão estratégica.

Já passando, Sr. Presidente, a colocar aqui, muito rapidamente – não vou mais ler o relatório –, que nós estamos rejeitando a volta das coligações nas eleições proporcionais, que foi extinta em 2017, e ainda não valeu para a eleição majoritária, só valeu para a eleição de 2018, na qual elegemos os nossos Vereadores e Prefeitos.

Além disso, estamos rejeitando a aplicação do princípio da anterioridade eleitoral, que valeria para decisões administrativas judiciais do Supremo e TSE, porque, em conversa com o nosso Professor, Senador Anastasia, há uma discussão, inclusive, da legalidade e constitucionalidade de restringirmos as decisões judiciais. Também estamos rejeitando essa mudança muito drástica, embora ache que possamos conversar sobre esse assunto da apresentação de PL de iniciativa popular que passaria de 1,5 milhão de assinaturas para 100 mil. Acho que temos que chegar num meio termo, acho que essa ideia é realmente interessante.

E, por fim, Sr. Presidente, naquilo que estamos realmente avançando: mulheres e negros, a partir da aprovação e promulgação dessa PEC, contarão em dobro para fins de cálculo do valor dos fundos até 2030; estamos abrindo mais uma porta – e essa já é praticamente aceita pelos tribunais – no sentido de que o eleito que tem mandato de Deputado ou Vereador e que se desliga do partido, com a anuência do partido de origem, não perde o cargo – isso já tem sido, a princípio, defendido e sustentado nos tribunais; a pedido de todos os Senadores – parece-me que é uma unanimidade –, nós passaríamos a posse do Presidente da República para o dia 5 de janeiro, e a dos Governadores e Vices, para o dia 6 de janeiro, a partir das eleições de 2026, que é o texto que veio da Câmara; também a possibilidade de aproveitar as eleições municipais nas câmaras para resolver questões locais de plebiscito, questões sobre o uso de espaços públicos, aquelas questões ligadas à legislação municipal poderem ser discutidas de forma democrática, envolvendo a sociedade e o eleitor para ali depositar o seu voto e a sua decisão naquilo que impacta a vida do Município; e uma regra partidária transitória, enquanto não sobrevier a lei específica, acerca da questão da incorporação dos partidos, prevendo que as sanções aplicadas aos dirigentes do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partido incorporado não passem ao incorporador, porque isso já é praxe. Não existe responsabilidade objetiva no Direito nesses casos específicos, especialmente na área envolvendo aqui não só a questão criminal, mas em relação também à questão de multa.

Então, é isso, Sr. Presidente, me colocando à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É só para esclarecer uma dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou colocar em discussão agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Aí V. Exa. já está inscrito.

Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Passamos, agora, à discussão da matéria.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Esperidião Amin.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – ... mas é uma particularidade nessa síntese que a Senadora Simone Tebet apresentou.

Nessa questão de poupar o mandato, ou seja, respeitar o mandato do Parlamentar, no caso, Deputado ou Vereador, qual é... Na legislação brasileira, o partido é nacional; não existe, como figura jurídica política, o partido estadual nem o partido no nível municipal.

Então, essa autoanuência, essa anuência – é claro que isso não vai ficar escrito na Constituição – será necessariamente do partido, como manda a Constituição, nacional.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – É muito importante a pergunta do Senador Espiridião Amin. Nós podemos até deixar claro na lei de partidos políticos, na legislação infraconstitucional – não aqui porque é uma questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, na própria Constituição, os partidos são nacionais.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, sim, sem dúvida. Eu estou dizendo que qualquer dúvida que se tenha em relação a qual é o diretório que tem a legitimidade para autorizar a saída do Parlamentar possa ser feita por lei infraconstitucional na alteração do texto partidário.

Particularmente, é só um mero entendimento e não significa que eu tenha a convicção do que eu vou dizer, é apenas o que me surgiu agora, por exemplo, no caso de um Vereador, acredito que o próprio diretório municipal poderia, mas isso mostra que o questionamento do Senador Amin tem total procedência. Nós vamos, depois, por lei, talvez, ter que regulamentar, mas não por...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a minha opinião é exatamente o contrário.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É. Por isso que eu estou dizendo que acho que é uma questão que poderemos discutir em forma de lei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, o diretório municipal ou a comissão provisória municipal, que é muito comum... Quantos partidos? É só ver a proporção. Senador Fernando Bezerra, o partido mais organizado do Brasil, do ponto de vista legal...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É o PT.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... do ponto de vista legal, deve ser o MDB, mas, do ponto de vista doutrinário...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, do ponto de vista de organização e diretórios municipais, tudo organizado, sem comissão provisória, numa eleição honesta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o diretório municipal, o diretório municipal... Então, admitamos que seja, admitamos que seja, não vamos... Mas o meu partido também tem o orgulho de ter uma base muito sólida, mas essa base não decide essa questão, porque trata... A Constituição é clara ao dizer que os partidos têm obrigatoriedade de existência nacional. No regime velho havia partidos estaduais. Isso não existe no Brasil. Na Alemanha o Partido Democrata Cristão, que hoje governa a Alemanha, é um partido diferente na Baviera. Até o nome do partido na Baviera é diferente. Na Baviera o Partido Democrata Cristão é o UDC, diferente do nacional, ou seja, são peculiaridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer é que eu acho que no mérito essa matéria faz sentido, mas ela esbarra no que a própria Constituição estabelece como sendo a organização. É nacional, tanto é que o partido nacional pode destituir não apenas as comissões provisórias, mas até diretórios.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só para corroborar, Senador Amin, ela não esbarra na Constituição porque ela não contradiz o texto principal da Constituição. Ela não fala...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu estou falando é que a operacionalização disso vai demandar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas entendo que possa ser objeto de lei na alteração da Lei dos Partidos Políticos. Acho importante a colocação do Senador Esperidião Amin para evitar judicialização, discussão da...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fica aqui lançada a dúvida quanto a uma lei...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – À competência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a uma legislação correta para não aumentar a confusão e, sim...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... da Lei dos Partido Políticos para tratar dessa questão. Como não se trata de algo que tem a ver com a eleição, mas com a questão partidária, não tem a questão da anterioridade, a qualquer momento poderemos... O Senador Esperidião Amin poderia, de repente, apresentar um projeto alterando no sentido de regulamentar num sentido ou noutro e traremos o debate para esta Comissão.

Agradeço ao Senador Esperidião Amin pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente, registro mais uma vez o desconforto de votar matéria dessa natureza, porque, se nós fomos francos e transparentes, teremos que afirmar que estamos votando matéria que interessa a partidos políticos e a Parlamentares, a candidatos. Não estamos votando na amplitude que se exige uma reforma política para atender à sociedade, para atender à Nação e, enfim, à democracia. Os temas aqui abordados interessam diretamente aos militantes da política e não àqueles que constituem a nacionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, Presidente, por exemplo, há quanto tempo se fala, se discute e se promete acabar com a reeleição para cargo executivo? O próprio Presidente da República prometeu durante a campanha eleitoral de 2018. Nós não estamos tratando desse tema. Há quanto tempo se discute? Pelo menos, há projetos tramitando?

Desde 1999, eu sou autor de projetos dessa natureza e que reduzem o número de Parlamentares no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias e nas Câmaras de Vereadores. Vejam, eu fiz uma avaliação rápida: apenas no Senado e na Câmara, se esse projeto fosse discutido e aprovado, nós teríamos uma economia, no Senado Federal, de 1,4 bilhão no ano e, na Câmara dos Deputados, de 1,3 bilhão no ano. Economia total de 2,7 bilhões no Senado e na Câmara dos Deputados.

Eu creio que alguém dirá: "A democracia não tem preço". Não tem mesmo. Não tem preço. Mas nós teríamos, certamente, o exercício democrático nas Casas de representação do Estado e da população, o exercício da representação democrática, mais qualificado. Nós teríamos um Legislativo mais enxuto, mais econômico e mais qualificado, mais respeitado pela sociedade brasileira, Sr. Presidente.

Então, fica difícil discutir matérias dessa natureza quando nós não estamos considerando o interesse coletivo e, sim, especialmente o interesse partidário ou daqueles que disputam eleições.

Por essa razão, é preciso reposicionar o Senado no bicameralismo. Quase sempre nós não podemos aprimorar as propostas que chegam, porque aqui vêm ao apagar das luzes da tramitação delas. É o caso. Nós não somos aqui, como disse na última reunião, um deserto de ideias. Certamente os Senadores que aqui se encontram, de larga experiência, de competência, teriam sugestões para o aprimoramento da lei, sobretudo porque nós não estamos tratando de uma reforma política; nós estamos tratando, eu repito, de um remendo a uma colcha de retalhos, e não podendo sequer melhorar a proposta.

Coloca-se aqui como um grande feito do Senado a rejeição à proposta da Câmara de coligações, como se nós estivéssemos salvando a lisura dos procedimentos eleitorais com essa medida. Longe disso! Eu, sinceramente, não sei se a coligação, no quadro atual, no cenário atual, não seria até melhor do que o que resta, porque certamente há um benefício, há uma concorrência que se torna desigual para aqueles partidos que possuem Governadores no momento, que podem, sim, cooptar lideranças eleitorais de força para os seus próprios partidos, dizimando, inclusive, partidos aliados. Isso tem sido feito, eu repito, não por todos os Governadores, mas alguns que se dedicam mais à militância partidária atuam dessa forma.

Portanto, Sr. Presidente, nós não estamos aprimorando a legislação – é preciso ser franco e dizer isso. Nós não estamos oferecendo ao País um novo modelo político. Nós não estamos cumprindo os compromissos de sempre: de oferecer à Nação um modelo político compatível com as exigências da nossa sociedade, sobretudo reduzindo as hipóteses de corrupção que há no processo eleitoral e modernizando a atividade pública no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma proposta, que, evidentemente, não terá êxito, que foi uma sugestão do Senador Marcelo Castro, de que nós poderíamos dar um passo atrás admitindo a coligação nesta eleição para dar dois passos à frente, adotando o sistema distrital misto para a outra eleição. Essa tese está sendo derrotada neste momento, tanto é que nós estamos rejeitando o requerimento de destaque, Sr. Presidente, porque sabemos que temos que ser pragmáticos, ganhar tempo e não obviamente teimar com empreitadas impossíveis – nesta hora, se tornou impossível essa empreitada, porque o projeto retornaria à Câmara dos Deputados e não haveria tempo da sua validade para as eleições do próximo ano.

Por essa razão, Sr. Presidente, seria interessante um pacto de que, na nova legislatura, este Congresso ofereceria ao povo brasileiro um novo modelo político, um pacto não entre nós que aqui estamos, pois nem todos voltaremos na próxima legislatura, mas certamente um pacto entre aqueles que almejam ocupar um lugar no Senado ou na Câmara dos Deputados, um compromisso real, sincero de que vai se discutir, se debater aqui uma reforma política para valer e vai se oferecer ao País um modelo político compatível com as suas exigências.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Alvaro. Eu também queria agradecer a V. Exa. e à Bancada do Podemos, que retirou o destaque, já que a Senadora Simone Tebet acolheu, numa proposição autônoma, a proposta levantada por V. Exa. Então, isso nos ajuda na celeridade da nossa pauta de hoje.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, com o objetivo de dar celeridade a esta decisão, tendo em vista que nós tivemos na reunião da CCJ da semana passada uma ampla discussão sobre este tema e que o relatório da Senadora Simone Tebet já é do conhecimento de todos os membros desta Comissão, eu pergunto a V. Exa. se não poderíamos abrir a votação para que, com este quórum já muito elevado, a gente desse início à votação do relatório da Senadora Simone Tebet.

E, antecipando, a orientação do Governo nesta questão é a favor do relatório. Nós vamos acompanhar o relatório da Senadora Simone Tebet, que estrutura um novo marco partidário no nosso País, mantendo as regras eleitorais que foram instituídas na eleição de 2020, para que a gente possa ter um quadro partidário mais representativo e dar condições de maior governabilidade nas três esferas de poder, tanto no âmbito federal como no âmbito estadual e municipal. Esta é uma matéria muito importante, que vai determinar um novo marco partidário no nosso País.

Portanto, encaminhamos a favor do relatório da Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fernando, eu estava consultando a Secretaria-Geral. Como é só instrução da matéria e a votação nominal da emenda constitucional é no Plenário, aqui a gente vai votar simbolicamente.

É por isso que, não tendo mais oradores inscritos, eu vou encerrar a discussão.

Está encerrada a discussão.

Vou colocar em votação o relatório apresentado pela Senadora Simone Tebet, com as alterações mencionadas.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Eu gostaria de informar também ao Plenário que já há um entendimento com o Presidente Rodrigo Pacheco no sentido de que a matéria será pautada no dia de hoje no Plenário do Senado Federal, e eu peço a presença dos Senadores, porque nós, possivelmente, votaremos em dois turnos, ainda na sessão de hoje.

Senadora Simone Tebet, que construiu esse entendimento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É para agradecer a V. Exa., ao Líder Eduardo Braga pela confiança e por me darem a relatoria desse projeto tão importante, e especialmente aos líderes partidários pela construção. Esse foi um relatório construído por diversas mãos, e, de forma democrática, procurei atender a todos os pleitos.

Os demais, Sr. Presidente... Nós teremos ainda a discussão de um código eleitoral. Já me comprometi com o Senador Alvaro Dias e com a Presidente do partido dele, Deputada Renata, que foi uma gigante na construção também de um acordo na Câmara dos Deputados, para que possamos avançar com o processo eleitoral e jamais retroceder naquilo que possa garantir regras seguras, transparentes, éticas para garantirmos, acima de tudo, a soberania popular, que é realmente termos uma base legislativa sólida, igualitária – leia-se uma alteração e aperfeiçoamento da lei eleitoral, da lei partidária e do Código Eleitoral.

Então, eu me coloco à disposição também para construir futuros compromissos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço imensamente a contribuição de todos. Obrigada!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, Sr. Presidente, primeiro, cumprimentar a Senadora Simone Tebet pela relatoria, pelo trabalho que ela teve de preparar esse relatório e manter vários temas em discussão, não interrompendo, assim, o debate sobre a reforma política.

Parabéns, Senadora, e minha solidariedade com V. Exa. pelas agressões que V. Exa. sofreu ontem, o machismo que foi explícito contra V. Exa. na Comissão Parlamentar de Inquérito! Nossa solidariedade e parabéns, mais uma vez, pelo excelente trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Rogério Carvalho, eu queria aproveitar a fala de V. Exa. também para me solidarizar com a Senadora Simone Tebet e cumprimentar os Senadores que, no episódio de ontem da CPI, manifestadamente se colocaram contrários às agressões do convidado que estava depondo na CPI, um Ministro de Estado, mas, de forma nenhuma, podemos aceitar a forma deselegante, grosseira com que foi tratada a Senadora da República Simone Tebet, mulher, que tem o nosso respeito, que exerce um mandato outorgado pelo povo do Estado no Mato Grosso do Sul e que tem assento nesta Casa.

Eu queria me solidarizar com V. Exa. e dizer para V. Exa. que aquelas agressões foram agressões ao Senado Federal, a esta Casa, não foi só a V. Exa. Por isso, eu queria me congratular com todos os Senadores que se levantaram, no episódio do dia de ontem. É uma oportunidade que eu tenho também, Presidente Simone, de abraçar V. Exa. e dizer que V. Exa. tem o nosso apoio incondicional no exercício do mandato de V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente, V. Exa. me permite, rapidamente, expor o meu posicionamento: primeiro que, para mim, enquanto mulher, enquanto cidadã, enquanto brasileira, isso é página virada. Como Líder da Bancada Feminina, eu não posso tratar dessa maneira, mas a minha fala... E eu vou deixar para o momento oportuno para continuar e vamos continuar nesta luta: mulher tem que ter sempre voz e vez numa sociedade tão plural como a nossa e que tanto ainda discrimina aqueles que são considerados minoria, embora sejamos a maioria da população brasileira.

Mas minha fala aqui é outra, e é importante também olhar o lado bom de tudo que acontece. Foi surpreendentemente positivo perante a mídia e nas redes sociais – não para mim nem por mim, eu já esperava isso – a atitude dos Senadores da República que se fizeram presentes na Comissão Parlamentar de Inquérito. Ali nós vimos Senador Otto, Senador Rogério, Senador Alessandro, Senador Omar Aziz, Senador Renan Calheiros, Senador Randolfe, todos os Senadores, o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, o Senador Jean Paul na defesa intransigente do espaço da mulher na vida pública – não é na vida só política. Ali eles fizeram uma defesa dos direitos da mulher. Então, é importante lembrar e mostrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a sociedade brasileira que o Senado tem homens públicos valorosos que estão antenados, estão preocupados também com essa pauta.

Não quero aqui fulanizar, mas se isso pode ser algo de alguma forma educativo, Senador Anastasia, vai aqui apenas algo de quem vivencia na pele isso. Há uma palavra que é muito cara para a mulher brasileira, para a mulher que faz política ou para a mulher que ocupa espaço de poder, e não é falar que a mulher é feia, que a mulher é gorda, que a mulher está velha. Nós sabemos nos defender também em relação a esse tipo de ataques. É que quando a mulher tenta, desde o século passado – no início do século passado isso foi muito forte – buscar espaços de poder, quando a mulher se recusava a casar com um homem que era indicado pelo seu pai, quando a mulher se recusava a ter que ter autorização do marido para ir para a rua e buscar trabalho, ter direito a trabalhar – ela só podia trabalhar se tivesse autorização do marido –, se a mulher ousava no século passado abrir a boca para divergir, naquele momento na sociedade ela era chamada de louca, de histérica, de exaltada. Então, isso nós trazemos até hoje. Toda vez que a mulher ousa discordar, ousa enfrentar, ela é chamada de descontrolada. Essa palavra, para nós que ocupamos espaços públicos, é inadmissível.

Fica aqui um pedido aos senhores: que possam levar a todos que esta palavra é emblemática e ela não pode ser dirigida a uma mulher enquanto ela está falando, posicionando-se ou defendendo as suas ideias.

Fica aqui o meu reconhecimento ao Senado Federal. O Senado Federal saiu maior e melhor a partir de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senadora Simone.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem de inscrição aqui, Senadora Daniella, eu vou passar a palavra ao Senador Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Rapidamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Vice-Presidente Senador Anastasia e Senadores e Senadoras.

Quero parabenizar a Senadora Simone Tebet pelo relatório, pela condução do tema. E fazendo uma correlação, Senadora Simone, com o triste fato ocorrido ontem – e fico feliz de fazer parte desta Casa neste momento em que nós achamos e encontramos solidariedade dos nossos pares –, esse avanço na legislação eleitoral que estamos promovendo nesta Casa com equilíbrio, com sabedoria, sem retroceder e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalecendo os partidos políticos passa também pelo fortalecimento da participação das mulheres na política. Eu sou autor de PEC, de projeto de lei que faz a inclusão efetiva de mulheres na política. A sua fala é muito contundente, e me sinto ainda mais motivado a trabalhar para que essa efetivação aconteça.

Lembro que nós temos hoje 948 Municípios brasileiros, Senador Anastasia, sem nenhuma mulher Vereadora, representando a população feminina.

Nós temos 1,3 mil Municípios brasileiros com apenas uma representante na Câmara de Vereadores, e isso precisa mudar. Nós precisamos trabalhar para dar mais dignidade às mulheres, que são tão competentes e dedicadas a este País. Com isso, tenha certeza do meu empenho e dedicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fávaro.

Com a palavra o Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Senadora Simone Tebet recebeu a solidariedade e o apoio de todos os membros da Comissão Parlamenta de Inquérito, mas acho que também é importante registrar que o próprio Ministro Wagner Rosário pediu escusas à Senadora Simone Tebet pelo calor das emoções, das discussões que foram travadas. Ele tomou a iniciativa de se desculpar da fala que fez de forma mais agressiva e desrespeitosa à nossa Líder, amiga e companheira de partido, Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Daniella Ribeiro, nossa Líder.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, em especial nossa Líder da Bancada Feminina, Senadora Simone Tebet...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ela perguntou, Senadora Daniella, se V. Exa. é nossa líder, se eu estou mudando de partido. Pode ser que V. Exa. mude para o novo partido da fusão.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, não me coloque numa saia justa.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente, ela já está convidada pelo PSD há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Desculpe-me, eu não sabia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Voltemos para o tema, Sr. Presidente, por gentileza.

Primeiro, parabenizar nossa tão competente Senadora Simone Tebet pelo relatório da reforma eleitoral e, da mesma forma, Sr. Presidente e Senadora Simone, eu me dirijo a V. Exa. de forma assim muito especial, principalmente porque, em tão pouco tempo, vivemos experiências de violência política contra a mulher, em tão pouco tempo, em que em um momento eu busquei o seu auxílio como Líder da Bancada Feminina, como mulher, como parceira, e obtive essa solidariedade. E, no mesmo instante, assisti àquela cena, porque eu não estava aqui em Brasília, deprimente, deplorável, e posso dizer que quem estava descontrolado, lamentavelmente, era o Ministro, que teve que ser segurado pelo advogado, porque foi essa a cena que eu vi. V. Exa. se comportava de uma forma tranquila, inquirindo, fazendo o seu papel de Senadora, e este Senado se mantendo como sempre se mantém, da forma que se conduz dentro de um momento necessário na CPI, e uma cena lamentável. E aí eu preciso dizer que, porque também para mim é um desabafo, na própria desculpa ou retratação do Ministro ele mesmo coloca que quem estava descontrolado era ele próprio.

Então, aqui ninguém pisa em quem pede desculpa, em quem venha a público se retratar, mas, vamos dizer, fica a dica, sabe? E o mais importante é que a gente nunca esqueça isso que ficou de importante aqui e que você colocou... Os colegas, os homens... E ali, interessante, eu sabia que você sabia se defender, e você se defendeu muito bem, mostrando que você é uma Senadora como qualquer Senador aqui.

Não tinha essa... Aquele jogo de cena de dizer "descontrolada" é uma coisa antiga, e a gente sabe disso, para tentar tirar o equilíbrio da mulher. A gente já sabe disso, isso é antigo. Esse jogo é antigo. Até ontem, os homens estariam do seu lado, os nossos colegas estariam do seu lado e iriam dizer àquele homem: "Epa, lá! Pare aí. Aqui não. Nós não aceitamos isso". Estava em jogo era essa solidariedade entre todos nós, homens e mulheres, Senadores e Senadoras, o nosso Senado Federal, representante do povo brasileiro, das mulheres que estão em casa esperando isso. E todos nós fomos eleitos por elas e por eles, pelos jovens, pelas crianças, pelos negros, enfim, por todos aqueles que esperam esse comportamento no século XXI.

Então, por isso, Simone, nossa Líder da Bancada Feminina, é tão importante essa voz feminina dentro da CPI, dentro das Comissões, dentro do nosso Senado Federal. Tão importante essa liderança feminina e o quanto tem feito diferença e avançado para nossas as mulheres diante de todas essas violências que sofremos. Antes sofríamos em silêncio por trás das cortinas, e agora têm sido descortinadas, ao vivo, para todo mundo ver. E que bom que sabemos nos defender, assim defendemos as mulheres que têm vivido isso; e que bom que os homens têm estado de mãos dadas aqui, servindo de exemplo para que outros possam também dar as mãos e não permitir que episódios como esse possam se repetir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Presidente. É sobre isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Daniella.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5919, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região; altera a Lei nº 11.798, de 29 de outubro de 2008; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto, com quatro emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

Em 15/09/21, a Presidência concedeu vistas ao Senador Alessandro Vieira.

Até o momento o Senador Alessandro Vieira não se manifestou.

Em 21/09 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Paulo Paim, dependendo do relatório do Relator da matéria.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o relatório sobre a Emenda nº 1.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me previamente uma nota de admiração às mulheres na política em geral, em especial às nossas queridas Senadoras, e com um recorte – se me permitem – à querida Senadora Simone Tebet, pelo seu competentíssimo trabalho.

Muito bem, eu li na semana passada o relatório, mas por uma solicitação distintíssima do Senador Alvaro Dias, que surgiu aqui com uma indagação, com a que aquiescência do Presidente, antes de analisar a emenda do Senador Paim, eu gostaria de relembrar ao douto Plenário rapidamente o histórico desse projeto de lei de criação do TRF da 6ª Região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início do ano 2000, houve uma proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Arlindo Porto, de Minas Gerais, para a criação de alguns tribunais regionais federais no Brasil.

Foram criados naquela oportunidade, salvo engano, quatro tribunais. Foi uma PEC aprovada nas duas Casas, que, todavia, foi impugnada perante o Supremo Tribunal Federal e sua tramitação foi suspensa, tendo em vista o argumento de que, por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição, não teria origem no Poder Judiciário, o que, pela Constituição, sendo uma cláusula pétrea, não poderia, portanto, ter uma iniciativa de lei em matéria de organização judiciária. É um tema controverso, mas, de todo modo, o Supremo assim entendeu naquele momento e suspendeu a tramitação.

Qual seria a solução, eminente Senador Alvaro Dias? Que a iniciativa partisse do Judiciário, como aconteceu neste projeto, iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, do eminente Ministro João Otávio de Noronha, à sua época, que apresentou o projeto, foi votado na Câmara e agora está aqui no Senado, tratando-se neste momento da criação tão somente da 6ª Região. E por que a 6ª Região em primeiro lugar? Porque a 1ª Região, que hoje ocupa três Estados, tem uma situação muito delicada pelo volume exacerbado de processos, sendo que Minas Gerais conta com quase 40% desse acervo. Então, todos os aspectos técnicos foram considerados e a própria Justiça Federal considera que um primeiro passo dessa desconcentração seria nesse 6º Tribunal Regional Federal para Minas Gerais.

E, mais do que isso, e é o amparo fundamental deste projeto, é um projeto inovador na medida em que não cria nenhuma despesa, sendo que nós sabemos que o orçamento, pelo teto de gastos, pela emenda constitucional do teto de gastos, não permite aumento das despesas públicas. Então, nós vamos gastar na Justiça Eleitoral com a 6ª Região o mesmo que gastávamos com as cinco regiões, ou seja, a Justiça Federal vai fazer um remanejamento interno de suas dotações para exatamente sustentar esse novo tribunal, que nasce num enfoque muito moderno de digitalização e de avanço tecnológico. Também, em razão da votação que fizemos ano passado, não há nenhuma criação de cargo, o que é proibido hoje. Não podemos criar nenhum cargo público. Então, não há nenhum cargo criado, tão somente remanejamento.

Feitos esses esclarecimentos, houve a apresentação, da semana passada para esta, Sr. Presidente, de uma emenda de autoria do Senador Paulo Paim, a quem eu cumprimento, solicitando a inserção de um dispositivo no sentido de nós permitirmos uma remoção diferenciada dos servidores do tribunal. Mas, no relatório que eu já distribuí, na complementação do voto, eu explico que são regras diferentes. As remoções dos servidores administrativos do Poder Judiciário se dão numa seleção nacional, não por tribunal, ao contrário das remoções dos magistrados, que concorrem na sua carreira no âmbito do próprio tribunal. Então, na verdade, são critérios distintos e, como eu aqui aponto, infelizmente, apesar de reconhecer a relevância e mesmo a preocupação do Senador Paim, o parecer é pela rejeição da emenda do eminente Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador inscrito Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente Davi Alcolumbre, Relator, Senador Anastasia, causou-nos preocupação realmente a apresentação dessa proposta de emenda à Constituição, já que o Congresso havia anteriormente deliberado sobre a matéria e porque há uma decisão monocrática do Supremo que suspendeu a eficácia da decisão congressual, aguardando uma deliberação do Pleno da Suprema Corte.

Aquela Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2013, constituía o TRF 6 com sede no Paraná. Foram criados pela PEC que alterou o art. 27 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Curitiba, no Paraná, e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e jurisdição no Estado de Minas Gerais; da 8ª Região, em Salvador, na Bahia e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; da 9ª Região, com sede em Manaus e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Portanto, há agora uma alteração. O TRF-6 passa a ser em Belo Horizonte e nós ficamos aguardando deliberações vindouras em relação a Santa Catarina, do Esperidião Amin, ao nosso Paraná, enfim, aos demais Estados.

Portanto, Sr. Presidente, é preciso que todos nós assumamos esse compromisso, de dar prosseguimento a essas tratativas, visando a um sistema judicial mais próximo do cidadão. Na verdade, é possível que digam que a justiça fica cara, mas eu acho que a justiça cara é a justiça ineficaz, a justiça que não chega ao cidadão. Imagino que a restruturação do sistema judicial brasileiro é fundamental na busca da eficácia, sobretudo no atendimento do direito adquirido do cidadão, de ver prevalecendo a justiça sobre a impunidade.

Nós poderíamos dizer: olha, não podemos aprovar um projeto agora que contraria uma emenda à Constituição já aprovada. No entanto, nós sabemos que aquela proposta provavelmente será considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, já que, com o equívoco da origem, ela tem origem no próprio Congresso Nacional, e como se sabe, matéria dessa natureza deve ter origem no Poder Judiciário.

Dessa forma, nós não temos muito a fazer, não é, Senador Esperidião Amin? Temos que convalidar essa decisão, aprovar essa matéria e trabalhar no prosseguimento da restruturação do sistema judiciário brasileiro.

Presidente, era o que eu tinha que registrar nesta hora, porque realmente nós estamos indo e voltando, não é? Já aprovamos uma matéria, fizemos uma estruturação diferente da que se propõe agora, mas não temos outra alternativa a não ser votar favoravelmente, já que seria perverso da nossa parte não entender que o Estado de Minas Gerais, do Senador Anastasia, merece esse avanço do Poder Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, tristemente estamos aqui acolhendo a proposta, porque ela é incompleta. Ela não chega aos outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir a atenção do Plenário, porque agora eu vou passar a inscrição ao Senador Oriovisto Guimarães, que está no modo remoto.

Peço à Secretaria que conceda a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero aproveitar para parabenizar o Senador Anastasia, dizer que gostei muito do parecer, sobretudo porque ele traz algo que para mim é extremamente importante, que é a busca da produtividade no setor público. Vão fazer um outro tribunal sem aumentar gastos. Acho isso fascinante e absolutamente lógico, porque, ao ter mais um tribunal, o trabalho vai diminuir para outros tribunais. Então, trata-se de um deslocamento tanto de quantidade de trabalho a ser realizado e, ao mesmo tempo, claro, os recursos que ficariam, por certo, ociosos nos outros tribunais pela diminuição do trabalho, esses recursos passam a ser aproveitados e vão lá para Minas Gerais sem a necessidade de que a União gaste mais com esse novo tribunal.

Isso é fascinante, isso é muito bonito, e eu fico pensando na economia que isso vai produzir para os advogados de Belo Horizonte, em toda a facilidade que vai criar, em quantas viagens isso vai evitar, não é? Economia para as empresas, economia para as pessoas. Isso é muito bom, a economia não é só do dinheiro público, é economia do setor privado, que vai ter uma Justiça mais próxima.

E exatamente baseado nesse belíssimo exemplo – e eu quero dizer que votarei a favor do parecer do Senador Anastasia, com certeza –, mas eu aqui fico pensando por que não estender esse mesmo raciocínio para o tribunal que poderia ser criado aqui em Curitiba. Igualmente, seriam deslocados recursos; o trabalho em Porto Alegre seria bastante diminuído e poderiam, obviamente, deslocar recursos para cá. Quer dizer, eu não vejo por que esse mesmo raciocínio não possa ser aplicado para beneficiar também outros Estados.

Então, fica aqui o meu pleito à Justiça Federal de que tome como exemplo isso que estão fazendo em Belo Horizonte e que estendam essa lógica para todo o Brasil.

E também aproveito, Sr. Presidente, para fazer um apelo a V. Exa. no sentido de que eu tenho uma PEC protocolada na CCJ... (*Pausa.*)

Presidente Davi, agora eu estou falando especificamente com o senhor e o senhor estava sendo devidamente interrompido por um assessor. Então, eu lhe peço atenção um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E o pior é que ele estava pedindo para eu prestar atenção em V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito obrigado, muito obrigado.

Eu tenho uma PEC protocolada que disciplina as decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal. Ela está na CCJ, e eu acho que, nesses dois anos que se passaram, desde 2019 para cá, o número de crises, o número de problemas que essas decisões monocráticas criaram em nosso País – eu não vou enumerá-las aqui –, mas, veja, esse caso de agora, a que suspendeu as decisões anteriores foi uma decisão monocrática.

Então, eu acho que... Eu não quero terminar com as decisões monocráticas; não, elas continuam, mas eu acho que nós precisamos regulamentar isso, regulamentar essas decisões monocráticas. Eu acho que essa é uma tarefa urgente do Senado, não é uma medida contra o Supremo, não é uma medida contra o Supremo! O próprio Presidente do Supremo já pediu que o Senado faça isso – já tentou regulamentar internamente –, e eu acho que viria em bom momento se, para essa PEC, pudesse ser designado um Relator, e nós pudéssemos analisá-la à luz dos novos fatos dos últimos dois anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Senador Alvaro Dias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está sem som. É porque estava no remoto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Aí, agora acho que foi.

Dando sustentação à tese do Senador Oriovisto de que nós poderíamos ampliar rapidamente para outros Estados, com base exatamente na estruturação feita em relação a Minas Gerais, no Paraná, em 2019 só, os números aqui, sem contar os juizados especiais: tramitam atualmente 338,104 mil ações no primeiro grau; em Santa Catarina, 278,515 mil; no Rio Grande do Sul, 462,838 mil. No novo TRF do Paraná, contando apenas os processos do Paraná e de Santa Catarina, sem incluir Mato Grosso do Sul, haveria 616,619 mil processos em primeiro grau, com mais 462 mil do Rio Grande do Sul; nos juizados especiais do Paraná, são mais de 509 mil processos. Portanto, esses números justificam providências urgentes, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Alvaro.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, a propósito tanto do relatório, do voto do Senador Anastasia, que merece o nosso aplauso, quanto a propósito das lúcidas colocações tanto do Senador Alvaro Dias, como do Senador Oriovisto, eu tenho três pontos a frisar. Primeiro, o nosso grande problema é e será sempre o mosaico, e não o azulejo, ou seja, se nós formos analisar o que acontece no âmbito de uma região, como a 1ª Região da Justiça Federal, o TRF1, esse raciocínio do Senador Oriovisto vai ficar mais complicado ainda, porque imagine a dimensão geográfica – não estou falando em termos de densidade jurisdicional – do TRF1.

No caso do TRF4, eu só quero complementar as informações, eu repito, muito lúcidas do Senador Alvaro Dias e do Senador Oriovisto, dizendo o seguinte: nos três que integram hoje, a maior produtividade é de Santa Catarina – eu tenho acompanhado isso –, ou seja, a resolutividade, apenas de ser menos dotado de gente, de juízes e de assessores, a maior produtividade é de Santa Catarina, assim como no STJ a maior produtividade é de um catarinense há dois anos. E vou dizer o nome: Ministro Marco Aurélio Buzzi. Existe esse controle. O que não existe é a transformação desse instrumento de controle em alguma coisa que resulte em prático. Quer dizer: qual é a recompensa para quem é produtivo? Não existe. Estou mencionando aqui um caso, episodicamente. Justiça seja feita, a Senadora Kátia Abreu já fez isso também. Qual é a produtividade? É muito difícil você resumir num número. Há processos muito mais complexos do que outros, mas tem que se criar um dispositivo que afira, que permita aferir a produtividade, sob pena de nós nos conformarmos com o que dizia o Ruy Barbosa: a pior Justiça é aquela que tarda.

Então, eu creio, Senador Alvaro Dias, que a sua ideia, que eu endosso – nós estamos na fila –, deve mais... Só que, aí, nós já estaremos interferindo na, vamos dizer, organização e na operação do Poder Judiciário, o que é inconstitucional. Mas tem que haver uma forma de o serviço público em geral, inclusive o judicial, aferir a maior ou a menor eficiência e, de alguma forma, de haver esse argumento da produtividade presente. No caso, nós todos sabemos que há velhas convicções de todos nós: é melhor um mau acordo do que uma boa demanda. Por quê? Porque demora. Isso não é uma invenção minha. Então, acho que este azulejo é mais do que justificável, mas o mosaico continua lá, indevassável.

A propósito da colocação do Senador Oriovisto, eu pretendo me estender um pouquinho mais. Eu fui o Relator da Proposta de Emenda à Constituição que regulamentava – eu não vou dizer que restringia – decisões monocráticas e pedidos de vista. E faço justiça ao Ministro Fux que, ao assumir a Presidência, declarou: isso não pode continuar assim, mesmo com a não aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não digo que a PEC 82, de 2019, foi rejeitada. Ela foi mal deliberada, porque foi deliberada com 53 votos. Eu fui o Relator. Ninguém vota matéria que exige quórum qualificado com 53. Votou! No dia da votação, o então Presidente recebeu apelos meus para que não se efetivasse, mas isso já passou. Foram 38 votos a favor; e 15, contra, inclusive merecendo o seu voto, Senador Anastasia. Eu tenho a relação nominal.

O que não pode é nós ficarmos dependendo da boa vontade. E eu reconheço essa boa vontade e a lucidez do Ministro Fux, que declarou o seguinte: é ruim para o Supremo que seja assim, que decisões monocráticas sejam tomadas sem a decisão do Colegiado e passem a vigorar de maneira pendular, ora vale, ora não vale. Especialmente as decisões monocráticas são sujeitas a isso. Há também os casos de pedidos de vista, que se prolongam sem medida e sem qualquer espécie de providência republicanamente coercitiva.

Então, eu endosso o pedido do Senador Oriovisto, como sou signatário também desta nova Proposta de Emenda à Constituição, porque isso não é contra o Supremo; isso é a favor. Deliberar dessa forma converge com a convicção do próprio Presidente Luiz Fux e de todos os ministros que percebem que o princípio republicano deve prevalecer.

Então, anuncio que, com essa precarização da não visão do mosaico, votarei a favor do projeto de lei em questão.

Peço ao Presidente Davi Alcolumbre que designe o Relator, conforme pediu o Senador Oriovisto, e faça tramitar. (*Pausa.*)

Agora é PEC nº 8, não é? O número da PEC é oito? (*Pausa.*)

Porque isso amadureceu.

Finalmente, queria pedir ao Presidente, com a maior consideração, eu já lhe pedi a designação do Relator para o Projeto de Lei, que eu apresentei, nº 3.118, não sei se já foi efetivada, e queria, com apreço, viu, Senador? Agora é pessoal, com apreço. Não deixe que o Ministro Lewandowski, cumprindo a sua obrigação, avalie quais são as razões que o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça tem para não botar em votação a sabatina do Dr. André Mendonça.

Os jornais hoje estão publicando isso, que o Ministro Lewandowski deu o despacho seguinte: que o Senador Alcolumbre, na condição de Presidente, explique esse atraso. Antes de explicar para ele, explique para nós. É o que eu estou pedindo a V. Exa., muito respeitosamente, para não ficarmos com esse constrangimento de sermos cobrados pelo Judiciário sobre uma matéria cujo o andamento é da nossa responsabilidade, no caso, não apenas pessoal seu, mas do Senado. Poupe-nos desse constrangimento, é um pedido pessoal que eu lhe faço, com muito respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Não temos mais nenhum Senador inscrito. Vou encerrar.

Ah, perdão. Está encerrada a discussão, mas eu vou passar a palavra para o Senador Antonio Anastasia, que gostaria de fazer algumas ponderações diante das manifestações dos Senadores.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente. Também de maneira rápida, mas eu não poderia deixar de fazer aqui alguns registros. Primeiro, ao Senador Alvaro Dias, dizendo que V. Exa. tem toda razão na questão da origem da PEC. V. Exa. historiou bem e mostrou aquela votação que tinha acontecido, mas infelizmente o Supremo, em razão dessa dúvida sobre o vício de iniciativa, fez a sustação da sua eficácia.

Então, nós temos esse quadro. E eu queria ponderar a V. Exa. que, como essa proposta é muito inovadora, nesse projeto de lei, em termos da forma de funcionamento do tribunal, o projeto de lei inova em vários aspectos, inclusive do funcionamento comum das secretarias, com as sessões, com as varas judiciais e com as sessões judiciais. Então, acho que nós vamos ter aqui um modelo, quase um protótipo de uma nova Justiça Federal, que permitiu a concepção desse edifício próprio, que está sendo aprovado agora, caso seja, sem custo novo, sem adição de despesas.

Então, nós teríamos aqui, de fato, um exemplo que, se bem-sucedido a curto prazo, e oxalá o seja, eu tenho a convicção de que assim o será, nós teremos a condição de, imediatamente, partirmos para o apoio à desconcentração dos demais tribunais. E, no caso o Paraná, pelos números que V. Exa. coloca, não há dúvida alguma de que há toda uma procedência nesse ponto. Então, tem todo o nosso apoio e aplauso.

Por isso mesmo, eu pediria a V. Exa. – quando falou, ao final, que "tristemente vota" – que votasse alegremente, porque nós estamos votando aqui na verdade um novo modelo, uma nova ideia que vai certamente representar uma desconcentração.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Anastasia, voto feliz por Minas e triste pelo Paraná, que não está incluído ainda.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Ainda, mas será.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Mas espero que seja brevemente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Será brevemente.

Eu queria agradecer também ao Senador Oriovisto pelas ponderações, ele que está remotamente, e dizer de fato que toda a construção foi feita com o fito de não criar despesas nesse modelo novo que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

citava há pouco para o Senador Alvaro Dias. E queria dizer que referente à PEC do qual ele é autor – e o Senador Amin já lembrou –, pessoalmente, tenho posição totalmente favorável e assim já votei no passado. Então, aquiesço integralmente às posições também do Senador Amin nessa nova proposta que me parece lúcida e procedente.

Senador Esperidião Amin, eu acho que V. Exa., quando fala do mosaico e dos azulejos em especial, está correto, porque há uma tendência futura, não agora, de uma desconcentração da Justiça Federal aos moldes do que foi a trabalhista no passado. Cada Estado terá, a seu tempo e a seu turno, a sua unidade, claro, talvez já nessa modelagem nova, porque nós não podemos ter com a tecnologia funcionando tão bem despesas novas desnecessárias. Até a sede do novo tribunal, eminente Líder, Senador Fernando Bezerra, não será nova; vai funcionar num prédio que já existe, que já é da Justiça Federal. Então, será uma economia vigorosa. Nós vamos tentar aqui diminuir despesas voluptuárias, despesas mesmo que são completamente inadequadas para fazer uma Justiça mais célere, mais enxuta, mais rápida e, obviamente, mais justa.

Então, agradeço muito as ponderações dos nobres pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, eu não vou discutir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Para discutir.) – Não vou discutir. Na verdade, só quero parabenizar aqui o relatório do eminente Senador Antonio Anastasia. Tanto a demanda do 6, Minas Gerais, quanto a demanda do 1, que já foi aprovado na quarta-feira passada, são altamente necessárias. Penso que todos os Estados que estão aqui representados sabem da importância que tem essa matéria. Então, eu peço de já, com a aprovação, a urgência para que nós tratemos os dois assuntos no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Na verdade, Senador Weverton, esse foi o entendimento que nós construímos com a Comissão de Constituição e Justiça, na semana passada, quando do pedido de vista da votação do TRF 6, porque V. Exa. era Relator da modernização do TRF 1.

Qual é o entendimento que está acordado com os Líderes e com o Presidente Rodrigo Pacheco, com este Presidente e com esta Comissão?

Eu estou tendo a oportunidade de esclarecer novamente pela quinta vez. É que tanto o TRF 1 como o TRF 6 são matérias conexas. Portanto, era para serem votadas juntamente na Comissão e também no mesmo dia no Plenário, que é o acordo construído com os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para registrar, o TRF 6 se juntará à modernização do TRF 1 e serão encaminhadas as duas matérias para o Plenário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Presidente, uma pequena correção: é a modernização de todos os demais TRFs – o 1, o 2, o 3, o 4 e o 5. E vamos colocar em conjunto com o TRF 6, que é uma justa conquista de Minas Gerais, no momento em que a Casa é presidida por um mineiro e a Comissão de Constituição e Justiça tem como Vice-Presidente o nobre e ex-Governador e Senador por Minas Gerais, Antonio Anastasia.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – E o Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É isso que ele falou.

Então, está encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório – cumprimento o Senador Anastasia –, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 3.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente, foi aprovada a urgência, então, para o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Os dois, é o acordo, tanto que o outro relatório ficou na Comissão, o processado, para mandar junto com esse, da semana passada até o dia de hoje.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2505, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 2.505, de 2021, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com as Emendas que seguem e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 41.

Observações:

Em 15/09/21, a Presidência concedeu vistas coletivas, nos termos regimentais.

Favorável ao projeto, com as emendas que apresenta.

Favorável à Emenda nº 40 e contrário às Emendas nºs 1 a 39 e também à Emenda nº 41.

Foram recebidas as Emendas nºs 1, de Plenário, a 19, de Plenário.

Em 13/09, foi recebida a Emenda nº 20, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Em 14/09, foram recebidas as Emendas nºs 21 a 23, de autoria do Senador Telmário Mota, e as Emendas nºs 24 a 39, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Em 15/09, foi recebida a Emenda nº 40, de autoria do Senador Dário Berger.

Em 17/09, foi recebida a Emenda nº 41, de autoria do Senador Marcos Rogério.

Em 15/09, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Em 21/09, foi recebido o voto em separado, de autoria do nobre Senador Lasier Martins.

Gostaria de informar ao Plenário que há dois requerimentos sobre a mesa, de iniciativa dos Senadores Alvaro Dias e José Aníbal, para instruir a matéria.

Em votação...

Informo ao Plenário do Senado que o requerimento é para solicitação de audiência pública para instruir a matéria, só que esta Comissão já concedeu vista coletiva nesse período de sete dias.

Portanto, os Senadores que desejarem votar a matéria no dia de hoje... (*Pausa.*)

Entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento do Senador José Aníbal, regimentalmente, fica prejudicado porque ele precisa de uma votação do Plenário do Senado Federal. Então, ele não pode ser apreciado na reunião de hoje.

Vamos votar apenas o requerimento do Senador Alvaro Dias, de audiência pública.

Os Senadores que desejarem fazer a deliberação da matéria hoje têm que votar contrário ao requerimento; os que desejarem mais uma audiência pública para a instrução da matéria votam a favor do requerimento.

Vou conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias, para defender o requerimento, e boto em votação.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu também queria dar uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Em seguida, vou passar para o José Aníbal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para encaminhar.) – Presidente, em todas as oportunidades que compartilhamos a responsabilidade de legislar com representantes da sociedade civil fomos bem-sucedidos.

Nós entendemos que essa é uma matéria polêmica, de complexidade ímpar, especialmente no momento que nós estamos vivendo, em que as autoridades públicas são constantemente questionadas do ponto de vista do comportamento ético.

A Lei de Improbidade Administrativa vem de longe, evidentemente – todos nós sabemos disso –, e houve uma proposta de alteração dessa legislação, procurando a sua modernização, da parte do Deputado Roberto de Lucena, que é do nosso partido, o Podemos.

No entanto, na Câmara dos Deputados, as alterações foram fundamentais para que o projeto, ao invés de se modernizar na direção do combate à impunidade, se flexibilize de tal modo que a impunidade passe a ser a vitoriosa, se esse projeto for aprovado, nos termos em que está posto.

Por essa razão, Sr. Presidente, nós não nos recusamos a votar o projeto – não é esse o nosso propósito –, mas queremos votar conscientemente, convocando a sociedade civil para participar do debate. Alguém poderá dizer: "Mas tivemos uma sessão de debates no Plenário". No entanto, os representantes da sociedade civil não foram convidados e não participaram.

Então, a nossa proposta de audiência pública... Nós não temos nenhuma justificativa para atropelar os procedimentos. Nós temos justificativas de sobra para ter prudência, cautela, a fim de que não sejamos acusados futuramente de legislarmos mal em matéria tão importante para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos propondo uma única audiência pública com a presença do Sr. Roberto Livianu, Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção; do Sr. Marcelo Kalil Issa, líder do Movimento Transparência Partidária; do Sr. Gil Castelo Branco, membro da Associação Contas Abertas; do Sr. Henrique Parra Filho, Diretor do Instituto Cidade Democrática e Mestre em Gestão de Políticas Públicas, na USP; e do Sr. Manoel Galdino, membro da Transparência Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, eu creio que esse cuidado é necessário. Nós não podemos continuar sendo acusados de legislarmos mal. Eu não pretendo discorrer sobre os pontos que chamam atenção das pessoas que querem a construção de uma atividade pública de decência e de responsabilidade. Existem pontos críticos nessa proposta que precisam ser debatidos e, por isso, a necessidade dessa audiência pública.

Eu elencaria, sem comentar: dificulta a condenação por improbidade administrativa; impunidade de violação da Lei de Acesso à Informação; favorecimento da impunidade em geral. São tópicos que nós devemos debater: nepotismo, favorecimento a partidos políticos, risco a investigações. Esses são pontos fundamentais, e eu os estou apenas sintetizando, sem discorrer sobre eles, exatamente buscando economizar o tempo, Sr. Presidente, mas esperando contar com a compreensão dos Srs. Senadores para que possamos ter essa audiência pública e amadurecer melhor o tema.

Eu repito: a proposta original tinha o propósito do avanço, do Deputado Roberto Lucena, que, inclusive, votou contra esta proposta que chega ao Senado, porque o seu objetivo era o avanço da legislação e não o retrocesso – e nós corremos o risco do retrocesso.

É com a necessidade desta prudência, desta cautela, que nós estamos propondo um debate, numa audiência pública e, depois, poderemos, então, deliberar sobre essa matéria, Sr. Presidente.

Esse é o objetivo desse requerimento.

Sinceramente, eu gostaria de contar com o apoio de todos os membros desta Comissão, em nome, obviamente, da responsabilidade que temos diante da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou passar para o Senador José Aníbal que está inscrito; em seguida, ao Senador Lasier.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, de fato, houve um erro aqui no procedimento que fizemos, e eu quero me associar, então, à iniciativa do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Davi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, na mesma linha das considerações do ilustre Senador Alvaro, eu também quero dizer que apoio integralmente esse pedido de audiência pública porque essa matéria, Presidente e Srs. Senadores e Senadoras, é de uma relevância extraordinária considerando a época que estamos vivendo, em que estamos, permanentemente, sob o crivo crítico da sociedade brasileira, pelas situações antiéticas, pelo desprezo à transparência em vários setores da Administração Pública.

E essa matéria passou numa discussão relâmpago de apenas oito minutos na Câmara dos Deputados, o que nos faz entender como não perceberam os defeitos gravíssimos e profundos desse projeto da Lei da Improbidade.

E aqui abro um parêntese para dizer ao meu prezado amigo Weverton, ao qual eu devo, e não faço favor nenhum, todo o respeito, mas uma coisa é respeitar o nosso eminente Relator Weverton e outra coisa é ter divergência, e essas divergências são inevitáveis. Nós precisamos tomar conhecimento profundo.

Eu fiz um voto em separado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e trouxe hoje o resumo, porque o voto em separado é extenso, e consegui arrolar nove, nove defeitos que conspiram contra os princípios constitucionais da transparência, da moralidade, da impessoalidade, e isso tudo está contido.

Nós não podemos deixar sair daqui essa matéria da maneira desfigurada como veio da Câmara dos Deputados, a tal ponto que o autor do projeto lá, Deputado Lucena, votou contra. Lembro ainda que essa matéria foi objeto de uma comissão de juristas liderada pelo Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, num trabalho meticuloso, mas nada daquilo foi considerado. E aí fizeram essa coisa, uma verdadeira coisa o que vem para nós aqui votarmos. Não é possível deixar ir adiante, não apenas pelo aspecto da crítica que receberemos da sociedade brasileira, mas pelas consequências, pelas facilidades, e, eu diria mais, pelas licenciosidades administrativas que contém esse projeto de lei.

Então, eu acho que é indispensável, Presidente Davi e Srs. Senadores, que nós levemos adiante. Precisamos ter uma audiência pública séria para o debate e o reconhecimento dos seus defeitos.

Era o que eu queria dizer e disse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus caros colegas, eu queria agradecer toda a sensibilidade do nosso Relator Weverton.

Eu levei a ele, hoje, agora há pouco, um assunto que me chegou pelo grupo que representa pessoas com deficiência, especialmente os cegos, que chamou a atenção, Senador Weverton, para a questão de um inciso que foi retirado nesse projeto e que era o único que aplicava alguma sanção, ou seja, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compelia o gestor público a respeitar, nas obras públicas, nos contratos, nas concessões, as regras para acessibilidade. Esse é um tema muito caro para a nossa sociedade.

Eu adverti, lembrando ao Senador Weverton, que, com muito carinho, está analisando, que não deu tempo de fazer a emenda. Por isso, agradeço a ele por refletir sobre essa matéria, a partir desse grupo que me procurou e que eu transmiti a ele, porque a legislação que trata do deficiente, das pessoas com deficiência – essa é uma luta –, ela, na maioria das vezes, não traz sanção. A sanção estaria ali na Lei de Improbidade. E ele me trouxe um exemplo do Município que licitou o serviço de ônibus na cidade. Pelo fato de o edital não prever a acessibilidade, os ônibus estão circulando, mas em nenhum deles oferece acessibilidade àqueles que precisam. Então, ao suprimir isso da Lei de Improbidade, talvez a gente esteja tirando o último bastião, a última determinação legal que impõe o cumprimento de regras de acessibilidade. Pode parecer uma coisa pequena, mas a gente sabe que, para essa causa, para as pessoas que precisam e para esse movimento, que é um movimento solidário, socialmente responsável, de igualdade, de tratamento igual àqueles desiguais muitas vezes, isso seria importante.

Então, eu faço o registro de que fui procurado pelo grupo e levei essa situação ao Senador Weverton. E quero agradecer-lhe, inclusive, porque que ele está fazendo a reflexão a respeito desse tema, se ainda for possível incluir no seu relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só lembrando que está em discussão o requerimento de audiência pública apresentado pelo Líder Alvaro Dias.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

Já passo para V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou ser o mais conciso possível.

Eu acho que o requerimento do Senador Alvaro Dias é uma solicitação de prudência, que eu acato. O que nós perdemos se concordarmos com essa audiência pública? Tempo? Engano! Nós adquiriremos certeza e convicção a respeito do que estaremos votando.

E reitero apenas que fiquei desconsertado quando recebi a carta do Deputado Roberto de Lucena, que eu conheço do tempo da Câmara – é um homem sensato –, apresentando a sua discordância, que, afinal, foi resumida no seu voto contrário ao texto. Eu não sei quantas vezes eu assisti a esta cena: eu faço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um projeto – fazendo aqui uma analogia, não é uma acusação –, do qual o Senador Alessandro é o Relator, e, no fim, eu voto contra o meu projeto relatado por ele. Na linguagem popular, a gente diz: "Houve um curto-circuito". E, brincando, apenas brincando, a gente diz: "Houve um turco-circuito".

Então, para evitar esse tipo de marca que o projeto terá, se for levado à votação sem essa medida prudente, eu voto com o requerimento do Senador Alvaro Dias e não vou indicar ninguém, porque eu não quero espichar. Teria até... Em Santa Catarina, nós temos um promotor que se notabilizou pelo seu esforço no combate à corrupção, chama-se Affonso Ghizzo Neto. Mas eu não vou incluí-lo na relação porque, primeiro, ele é um profissional, tem o seu trabalho conhecido e o que o Senador Alvaro Dias está pedindo, convenhamos, é uma concessão à serenidade. E eu gosto, sempre que posso, de aplaudir, de fazer meu elogio à serenidade e à cautela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria pedir vênia aqui aos colegas Senadores e ao autor do pedido de prorrogação da discussão e da votação dessa matéria no dia de hoje. Peço licença e vênia a eles para dizer que nós entendemos que o projeto ele está pronto, sim, para ser votado. Nós estamos falando de um projeto que é de 2019, essa Comissão de Juristas, que fez esse debate profundo lá no Congresso, isso não foi em oito minutos, só para deixar bem claro, foram anos, foram 14 audiências públicas realizadas no Brasil – 14. A votação que foi em oito minutos por conta de 14 audiências públicas e todo um debate profundo que houve na Comissão. Quando você chega com um assunto amadurecido no Plenário, claro que a votação é rápida, tanto que nós estamos falando aqui de 410 votos a favor, não foi uma votação disputada, acirrada.

Então, eu queria pedir vênia aos senhores porque eu conversei novamente com o Presidente da Comissão de Juristas, o Ministro Mauro Campbell; com o Relator da Comissão, que foi o Desembargador Federal Ney Bello; com vários juristas que participaram e todos – claro, não é 100% que ficou... mas se avançou muito na modernidade e no aperfeiçoamento da lei que trata sobre a improbidade administrativa.

Então, ela está pronta, sim, para ser votada. E a gente gostaria, claro que agora, após a análise do pedido do Senador Alvaro nós iremos entrar nos pontos que são elencados. Inclusive, quero esclarecer ao nobre colega – até pedir a ele desculpas por ontem não ter podido, não ter tido a oportunidade de esclarecer alguns pontos que foram levados no Plenário – Senador Lasier, mas aqui eu vou ter essa oportunidade de esclarecer para eles alguns pontos de que, ao meu ver, ao meu juízo, os argumentos são totalmente claros, os pontos também e não vai haver nenhum tipo de dificuldade de a gente fazer aqui esse bom debate dentro da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu queria encaminhar contra esse pedido e, claro, me colocar aqui à disposição para, logo em seguida, sendo decidido por esta Casa, por esta Comissão, entrar nos pontos divergentes e fazer aqui de forma muito franca esse debate, claro, respeitosamente. Como o colega Senador Lazer falou, há matérias em que nós não concordamos ou divergimos e isso faz parte do Parlamento. Nós vamos parlar, nós vamos discutir, nós vamos avançar e, claro, a maioria será respeitada através da sua decisão e do seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu estava conversando aqui com o Dr. Ednaldo, nós estamos entrando no mérito da discussão da matéria e ainda não é o momento porque nós estamos ainda discutindo um requerimento de audiência pública. Porque, se o requerimento for vencedor, a gente está discutindo uma coisa que não se vai discutir porque vai para uma audiência pública.

Eu queria botar – há só o Senador Alessandro, se ele concordar, porque, como eu abri a palavra para todos que estão aqui, porque ele pediu a palavra e eu queria passar a palavra para ele –, eu queria que a gente fosse para a votação.

Nós temos um quórum de 26 Senadores presentes.

Eu vou colocar em votação, e nós vamos...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Por esse motivo, Presidente, que eu não fiz aqui nenhum... Não entrei em nenhum ponto que trata do nepotismo, da condenação de honorários em caso de procedência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Há vários requerimentos aqui discutindo...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Há vários. Então, mas isso aí é no mérito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – E a gente vai estar aqui pronto. Vamos discutir um a um, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou passar a palavra ao Senador Alessandro, como último inscrito, e vou colocar em votação o requerimento de audiência pública.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Serei muito breve, Sr. Presidente. Agradeço pela vênia.

É uma questão absolutamente objetiva. Como bem relatou o nobre Relator Weverton, a Câmara dos Deputados teve direito a 14 audiências públicas para tratar sobre o tema. Catorze. E o que o Senado pede é tão somente uma audiência pública para que possa debater qualificadamente esse tema.

Então é persistir, para que se possa ter essa audiência. Acompanho em paralelo aqui a fala do Líder do Governo, para que se marque com brevidade a audiência pública, mas que se faça um debate respeitoso, consciente, uma vez que a matéria é relevante.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Eu gostaria só de lembrar que nós já fizemos uma, geral, aqui na Casa, presidida pelo Senador Nelsinho Trad, transmitida ao vivo pela TV Senado, aqui nesta Casa, tá? Um mês atrás.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi uma sessão de debates temáticos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É, mas como eu disse,...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Houve vários convidados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... a sociedade civil não participou desse debate.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tá, mas eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu acho que a gente tem que votar o requerimento de audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas que fique claro, na Comissão de Constituição e Justiça, não houve audiência pública, e é isso que está sendo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, nós vamos colocar em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho o Senador Oriovisto, que está inscrito para discutir, mas a gente vai colher o voto dele do requerimento de audiência pública.

Em votação. O quórum é de 26 Senadores.

Em votação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de votar, eu acho que os argumentos do Senador Weverton devem ser considerados, mas os argumentos do Senador Alessandro e do Senador Alvaro Dias também, e do Senador Esperidião Amim.

Eu acho que nós poderíamos fazer um acordo de entendimento, como foi sugerido pelo Senador Alessandro, no sentido de que a gente marque essa audiência pública com brevidade, ou seja, para a próxima segunda-feira. E na quarta-feira, a gente votaria. Nós vamos adiar por uma semana, mas vamos dar oportunidade de atender o apelo daqueles que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me permite, Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... divergem do texto, e a gente vai para voto. Essa é uma matéria que vai ser resolvida pelo voto, mas para não tirar o direito da Comissão de Constituição e Justiça da Casa de ter pelo menos uma audiência pública, eu acho que essa seria uma posição de equilíbrio, a que todos convergiriam, e nós estaríamos, já foi dado o pedido de vista, e nós votaríamos já na próxima semana, atendendo apenas a audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero lembrar uma pequenina frase: eu nunca vi, na minha vida, atalho dar certo. É melhor fazer o caminho aparentemente prolongado e chegarmos a uma decisão cristalina.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Eu só queria novamente, Presidente, fazer aqui o seguinte esclarecimento: essa sessão de debates que houve aqui na Casa não foi pela CCJ porque ela não estava instalada, tá? Só para lembrar.

E segundo, se quiserem marcar para 31 de dezembro do ano que vem, também não tenho pressa e não tenho problema. Agora, colocar que foi açodado, que foi da noite para o dia é, no mínimo, nós aqui desmerecermos o trabalho que uma comissão de juristas fez no Brasil afora. Foram várias audiências públicas discutindo, sim, com a sociedade civil. Não foi uma Comissão de Deputados Federais apenas, tá? Havia ministros presentes, havia representantes do Judiciário presentes e de várias outras instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, debate houve e está amadurecido o projeto. Se politicamente é importante votar agora ou não é a Casa que vai decidir. Agora, dizer que ele não está maduro ou que não houve discussão... Eu queria pedir vênia, não concordo com quem pensa assim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Weverton, eu estou ouvindo as ponderações de vários Senadores. Outros Senadores se manifestaram contrários ao requerimento aqui pelo sistema remoto de votação, de deliberação. Estou vendo que há, de fato, o desejo de muitos Senadores de deliberar a matéria na reunião de hoje.

Eu gostaria de lembrar que, na semana passada, houve um pedido de vista feito pelo Senador Alessandro e por outros Senadores, pelo Senador Lasier, pelo Senador Alvaro, sobre essa matéria. Na semana passada, nenhum Parlamentar levantou essa questão da audiência pública aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Então, é só para fazer uma referência. Eu reconheço que não houve a audiência pública, mas o Senador Weverton também coloca o debate que foi realizado na Comissão temática e em outras deliberações, tanto na Câmara dos Deputados quanto aqui no Senado.

Eu preciso decidir. Estou vendo que aqui no Plenário, entre os presentes, está praticamente empatado, pelas manifestações dos que me pediram para votar hoje. Só que nós temos 26 Senadores de quem vou ter que consultar o voto de cada um. Então, queria fazer uma proposta, mas que a gente não pudesse... Na semana que vem, depois da audiência pública realizada, que a gente pudesse deliberar a matéria, porque o que todo mundo pede aqui é para votar a matéria. As pessoas chegam à Presidência pedindo celeridade para designar relator, celeridade para deliberar matéria para ouvir a voz do Plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O que eu queria era que a semana que vem, se a gente decidir agora, diante das manifestações, que vamos fazer audiência pública na terça e votar na quarta, é que a gente, na terça-feira que vem não diga: vamos fazer mais outro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sem dúvida, Presidente. Até porque o que nós estamos pedindo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é atalho, mas é mais rápido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – O que nós estamos pedindo é uma audiência pública. V. Exa. estabelece o cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Anastasia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E poderemos votar no Plenário na própria quarta-feira essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A matéria iria para o Plenário hoje, depois da votação. Então, ela vai ficar com o mesmo cronograma para a próxima quarta: CCJ - Requerimento de urgência para o Plenário.

Senador Anastasia...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Agradeço.

Eu concordo com V. Exa. O tema, nós sabemos que é um tema polêmico – eu não vou antecipar a discussão de mérito aqui –, mas acho que, de fato, a realização da audiência não vai se prejudicar por uma semana a mais; então, acho que é ouvir o segmento, é atender o requerimento do Senado Alvaro para ouvir a sociedade. Houve, de fato, a sessão temática – até participei dela –, houve a participação da sociedade civil, mas ela, de fato, foi há mais tempo e não foi na CCJ. Então, para atender esse requisito, parece-me confortável. E a Presidência, certamente, ficará mais adequada e tolerante se concordarmos com a condição que o senhor colocou. Nós teremos isso e, na quarta, a deliberação para que, imediatamente, de uma forma ou de outra, o tema vá ao Plenário.

Obrigado.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar encaminhado para que eu pudesse fazer a indicação de dois ou três participantes dessa audiência para que eles pudessem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Acho que, diante do entendimento, temos alguns convidados do Senador Alvaro Dias, cinco convidados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Reduza para dois de cada lado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Reduza para três os do Senador Alvaro Dias e o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E três. Pronto, três e três.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Eu acho indispensável, Presidente,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou dois e dois.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... e se indicasse seria a minha indicação, o Deputado Roberto de Lucena, que fez um projeto, que foi totalmente desfigurado, e precisa mostrar por que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Lasier, eu acho que, se a gente colocar em votação, os Senadores que estão ausentes aqui podem aprovar a discussão na matéria e nós vamos prolongar a discussão hoje.

Já houve um pedido de vista de uma semana. Eu estou tentando fazer uma conciliação, porque acabou que dividiu...

Então, vão ficar três nomes que serão indicados... (*Pausa.*)

Três. Acabaram de pedir, três e três.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Três e três, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria indicar o nome do...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Ou dois e dois também, não tem problema, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Três do Alvaro Dias e dois do Relator. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E uma da nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – É mais justo – é mais justo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Não. São três a três.

Eu queria indicar o Alvaro Serrano.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Olha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, deixe-me, Senador Rogério Carvalho, Líder, deixe-me falar.

Alguém procura o Senador Weverton, que é o Relator da matéria, e alguém procura o Senador Alvaro, que é o autor do requerimento.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – É a primeira vez em que eu vejo o Relator, na arrancada, já ser a minoria. Ave Maria! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, são dois polos: três de um polo e três do outro, no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto.

Eu vou aprovar o requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – "Polo lopes" não indicará ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o terceiro polo do mundo, é Paulo Lopes – "polo lopes". É uma cidade de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou colocar em votação o requerimento da audiência pública com seis convidados.

Nós não temos os nomes dos seis convidados, porque o Senador Alvaro, autor do requerimento, vai indicar três e o Relator da matéria vai indicar três.

Em votação o requerimento para a realização de audiência pública na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça, na terça-feira, com seis convidados.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Permita-me, também, por favor, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, já que V. Exa. acabou de tomar uma decisão...

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Ficou para quando a audiência?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Audiência pública, terça-feira.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – A que horas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Às 9 horas da manhã.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E sessão...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... primeiro item da pauta, na quarta, aqui na CCJ.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que V. Exa. acabou de tomar, de construir uma decisão que uniu toda a Comissão de Constituição e Justiça, eu não queria parecer inoportuno, mas queria apelar para esse espírito de que V. Exa. hoje está possuído de poder fazer uma indagação sobre a sabatina do nosso Ministro André Mendonça. V. Exa. poderia definir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Positivamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a data para a apreciação da indicação do Ministro André Mendonça.

Esse é o apelo que lhe faço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Fernando.

Vamos deixar o meu espírito para este entendimento. Para outros entendimentos, vai ser outro dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, mas não na linha do nosso elegante Líder do Governo, eu lhe faço...

Elegante. Fernando Bezerra tem vários defeitos, mas é um homem elegante.

Não há como não repetir, nos termos em que lhe fiz a pergunta na sessão passada: o senhor tem condição de apontar um único motivo republicano para não fazer o agendamento de uma sabatina, Sr. Davi?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Alessandro, depois que V. Exa. se lançou como candidato a Presidente da República, V. Exa. começou com essas frases de efeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, não. Eu estou lhe cobrando como lhe cobro não é de hoje. E não é de hoje!

O senhor não tem capacidade de pegar esse microfone, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Fique tranquilo, porque a minha paciência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... e dizer qual é o motivo que o senhor tem para não agendar uma sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... é ilimitada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Fique tranquilo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Espero que a vergonha também o seja.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Fique tranquilo, Senador.

V. Exa. respeite um Senador da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Da mesma forma. Respeito vai e vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe apresentei uma questão de ordem. O senhor não me respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – V. Exa. está, há alguns meses, ofendendo este Senador, seja na Presidência do Senado ou como Senador da República.

Eu peço para V. Exa. respeito a um colega Senador. Nunca lhe desrespeitei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Peço a V. Exa. respeito à sua função como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – V. Exa. repete, em todas as reuniões, falas de efeito para os veículos de comunicação depois que V. Exa. lançou a sua pré-campanha a Presidente da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, eu critico V. Exa. desde 2019. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Fique tranquilo, porque eu vou presidir esta Comissão com seriedade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Assim espero.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, José Aníbal, Giordano, Lasier Martins, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Davi Alcolumbre, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Jader Barbalho, Mecias de Jesus, Tasso Jereissati, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Telmário Mota e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2505, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto com dez emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 45. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 46-CCJ a 55-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1 a 45. Votam vencidos os Senadores Jorge Kajuru, Alvaro Dias, Lasier Martins, Alessandro Vieira, Esperidião Amin e Soraya Tronicke. **Observação:** Durante a discussão, foram retirados os Requerimentos de destaque e o Voto em Separado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina à deliberação de item único.

Item único.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2505, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao projeto, com as emendas que apresenta, favorável à Emenda nº 40 e contrário às Emendas nºs 1 a 39 e 41.

Observações:

Em 15/09/2021, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Em 21/09/2021, foi recebido voto em separado de autoria do Senador Lasier Martins.

Em 22/09/2021, foi recebida a Emenda 42, de autoria do Senador Carlos Portinho, dependendo de relatório.

Em 27/09/2021, foi recebida a Emenda 43, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, igualmente dependendo de relatório.

Em 28/09/2021, foi recebida a Emenda 44, de autoria do Senador José Aníbal, também dependendo de relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 28/09/2021, foi realizada audiência pública para instruir a matéria.

Desse modo, concedo a palavra...

Eu pediria, por gentileza, às senhoras e aos senhores tomarem assento à mesa – os que estão em pé –, porque nós estamos aqui em regime de excepcionalidade em razão da covid – por gentileza – e porque não podem estar na sala também muitas pessoas.

Concedo a palavra ao eminente Senador Weverton para relatar as Emendas nºs 42 a 45 e também sobre os demais pontos que terá a oportunidade de abordar.

Com a palavra S. Exa. o Senador Weverton, Relator do projeto.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, nós estamos optando pela rejeição das emendas.

Vou fazer aqui a rejeição global e, depois, partir para a solução que nós estamos aqui construindo com as Sras. e os Srs. Senadores.

Então, ficam rejeitadas as emendas apresentadas, da 42 à 46.

Presidente, eu queria também aproveitar para agradecer a iniciativa do Senador Alvaro Dias, junto com o Senador Lasier, o Senador Alessandro, o Senador Esperidião Amin e todos Senadores que optaram por realizar a audiência pública no dia de ontem. V. Exa. a conduziu de forma muito oportuna, dando essa possibilidade de que, através do diálogo, nós conseguíssemos evoluir um pouco mais e construir algumas possibilidades para se fazer um texto melhor.

Então, logo após a audiência pública, como eu me comprometi, com representantes da sociedade civil e os Senadores interessados nós nos reunimos, às 15h do dia de ontem e passamos o restante do dia trabalhando em cima dessa possível construção que nós estamos fazendo no dia de hoje.

Nós estamos chegando não à solução ideal, mas à real – não é 100%, mas é o que deu para se evoluir. E acredito que conseguimos avançar bastante.

Para o senhor ter uma ideia, nós combinamos uma reunião agora pela manhã, às 8h30. Já trocamos algumas informações com esses mesmos representantes, tanto do Ministério Público quanto da sociedade civil organizada e com os Senadores que agora eu registrei. Com os que nós conversamos – eu fiz o diálogo na Câmara ontem, com o Presidente da Câmara, Arthur Lira, já à noite –, evoluímos em alguns pontos que, no nosso relatório, eu gostaria de alterar, já com o compromisso dos Senadores de não haver o pedido de vista para que cumpramos o prazo de se votar hoje aqui, na CCJ, e de apreciar, à tarde, no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quanto ao que nós estamos cedendo e que eu vou ler agora – cedendo não, construindo dentro do relatório –, há três pontos cruciais com que, por este motivo, os Senadores que não concordam irão fazer aqui seu registro contrário na votação. Mas, desses três, um deles eu ainda estou trabalhando junto à Câmara – agora à tarde, estarei lá, antes da reunião do Plenário – para que a gente tente evoluir na construção desse acordo. Em dando certo, aí nós iremos ainda fazer um ajuste no texto principal lá no Plenário.

Esses três pontos o Senador Lasier pediu que eu deixasse registrados nominalmente, para ficar claro quais são os pontos com os quais eles não concordam e que precisam ser revistos. Um é a questão da transcrição intercorrente – transcrição intercorrente –, sobre a qual eu vou tentar conversar com a Câmara agora à tarde; outro ponto, além da transcrição intercorrente, é o dolo específico; e a culpa grave. Esses são os três pontos.

Passo aos pontos que nós conseguimos aqui resolver.

Houve um pedido aqui do Ministério Público para deixar claro no texto – estou incluindo agora no texto –, para ressalvar a condenação em honorários de sucumbência apenas para os casos de comprovada má-fé. Está resolvido esse ponto.

Senador Alessandro, eu fiz aqui um relato rápido do que aconteceu de ontem para hoje.

Segundo ponto: aumento do prazo de inquérito para um ano, prorrogável por mais uma única vez, mediante o fundamento submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

Terceiro ponto: aumento do prazo de transição para a manifestação do interesse do Ministério Público. Nós estamos mudando de 120 dias para um ano, a contar da publicação da lei.

Quarto ponto: nós estamos excluindo a necessidade de dolo específico dos atos de improbidade decorrentes do descumprimento da legislação de acesso à informação. Esse foi um dos pedidos que a sociedade civil fez ontem, e estamos atendendo.

Incluí a ressalva quanto à possibilidade de configuração de nepotismo na hipótese de indicação política. Lá, nós estamos também arrumando o texto, deixando claro e resolvendo a questão do nepotismo, que era uma das preocupações do Senador Lasier.

Sexto ponto: nós estamos suprimindo a disposição quanto à aplicabilidade retroativa das disposições da lei. A emenda que foi apresentada aqui deixava especificado que ela retroage. Nós estamos retirando essa emenda também do texto.

E o sétimo ponto: no texto que nós estamos ajustando, nós estamos dando a garantia da imprescritibilidade do ressarcimento ao Erário haja vista que as ações de improbidades eram utilizadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através do art. 37, § 5º. Quando você separa, nós estamos criando uma lei própria da improbidade, então, lá na no art. 37, as procuradorias continuam com a condição de pedir ressarcimento ao Erário, e ele é imprescritível. Então, resolve também o problema, que era uma demanda fruto dessa reunião, eu repito, comandada e articulada pelo Senador Lasier, pelo Senador Alvaro, pelo Senador Alessandro, acompanhada atentamente aqui por V. Exa.

Então, eram essas as considerações, Presidente.

Quero agradecer.

Claro, se eu não pude evoluir mais, repito, nós temos que entender que a Casa tem limitações. Nós estamos aqui no papel de revisor. Então, não dá para fazer também de qualquer jeito, voltar para Câmara e perder todo o trabalho que foi construído aqui. A cada passo dado aqui, tem-se que combinar lá para poder ir ajustando, e, com isso, a gente poder fazer a maior contenção de danos possível.

Então, acredito que, depois de todos estes anos...

Registre-se: essa comissão de juristas não foi instituída na gestão atual do Rodrigo Pacheco e nem na gestão atual do Arthur Lira. Ela o foi na época do Rodrigo Maia, em 2019. Com essa comissão de juristas, de lá para cá, com toda evolução que foi feita, acredito que a lei vai estar bem mais ajustada, os prefeitos e os bons gestores vão ter e as pessoas de bem vão ter mais segurança para entrar na vida pública, para concorrer a uma vaga, a um cargo no Executivo. E isso, sem dúvida, vai dar à população também a segurança acerca dos maus gestores, porque é importante lembrar que, aqui, nesta lei, se aumenta a pena, e ela endurece para quem comete o crime de improbidade. Então, o crime de improbidade está sendo endurecido aqui, e sua pena, sendo aumentada.

Então, isso é muito importante, porque a gente vai separar os maus gestores, que erram tecnicamente, mas sem vontade ou sem intenção de lesar o patrimônio público, dos que cometem o ato de improbidade, que é o ato de corrupção.

Então, nós vamos separar isso, e, aí, fica muito mais seguro para que a gente possa continuar incentivando as pessoas do bem a ajudar na construção das boas políticas públicas do País.

Eram essas as considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Weverton.

Antes de dar sequência aos nossos oradores, me permita um registro a V. Exa., especialmente ao Senador Alvaro Dias, que foi o autor do requerimento da audiência pública.

O que se observa aqui, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é que a atividade parlamentar se reflete exatamente nesse trabalho realizado com maestria pelo Senador Weverton, juntamente com os pares aqui mencionados e com a representação da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência pública que, num primeiro momento, havia dúvida, felizmente foi realizada, foi o *start* para realizar um acordo e, como disse o eminente relator, todo acordo, como diz o nome, tem pontos positivos e negativos. É uma composição.

Então eu faço aqui este registro, eminente Senador Weverton, para parabenizá-lo pelo trabalho, mercê da habilidade de V. Exa., inclusive nas tratativas também, como lembrou V. Exa., com a Câmara dos Deputados, tendo em vista a necessidade da matéria, que lá teve origem, retornar àquela Casa, à Câmara dos Deputados, para que o esforço realizado no Senado, no seu papel de revisão, não seja baldado.

Então, de fato, que nós tenhamos as condições para o aperfeiçoamento da legislação sem que haja, como se temia, algum tipo de ferimento das instituições e de fato algum desvirtuamento desse controle.

Então eu queria cumprimentá-lo aqui de público pela habilidade, como relator de um projeto tão complexo, na condução desse acordo, e parabenizar os Senadores que dele participaram e a iniciativa do Senador Alvaro Dias, que foi clara e evidente ao propor a audiência pública. Eu, pessoalmente, sempre defendo audiências públicas, porque acho importante ouvir, auscultar, porque resultam exatamente em ponderações como essa. Então eu fico muito feliz de estar acompanhando aqui esse desdobramento. Claro que não há o ideal, mas é o possível, como lembrou o Senador Weverton.

Desse modo, eu concedo a palavra, em primeiro lugar, ao eminente Senador Lasier Martins para se manifestar a respeito do voto em separado que havia apresentado.

Com a palavra S. Exa., Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Antonio Anastasia, Senador Weverton e colegas. A boa construção, Sr. Presidente e Srs. Senadores, está muito bem encaminhada e haverá de ser completada hoje na sessão plenária do Senado. E eu diria, como ponto de partida, que está imperando o bom senso, porque nós recebemos da Câmara dos Deputados um projeto que não era bom. Não era bom porque ele confirmava um mau conceito que os políticos vêm tendo na sociedade brasileira, já há algum tempo, que acusa a degeneração da política e dos políticos. E havia pontos nesse projeto de lei que confirmavam isso. Então a primeira medida que tomei, reunido com a minha equipe, foi propor um voto em separado, que correu o risco de não ser levado em conta, se não fosse a providencial iniciativa do Senador Alvaro com o pedido da audiência pública.

Essa audiência pública foi determinante, porque ela permitiu uma série de reuniões e ampliou um diálogo que parece que está chegando a um bom termo. E aí eu destaco o papel dedicado do Senador Weverton, que foi realmente incansável, inclusive numa reunião, ontem à noite, com lideranças da Câmara e com o Presidente Lira, porque isso era muito importante. De nada adianta nós estarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhando aqui numa construção que poderia ser derrubada depois lá. Então nós estamos bem encaminhados, falta o arremate que, ao que tudo indica, vai acontecer hoje à tarde, digo.

Agora, para isso, nós tivemos inúmeras participações, a Associação do Ministério Público foi muito importante. O Dr. Roberto Livianu trabalhou muito também nesse projeto. Nós já estávamos sendo atropelados por artigos de jornal, por editoriais que criticavam a nova lei da improbidade que de certo modo facilitava improbidades. E isso era muito negativo para todos nós do Congresso Nacional.

Então, apresentei um voto em separado com nove itens que considerava retrocessos ou defeitos. Pois vários desses itens foram considerados nesse diálogo e mais alguns outros de outras procedências.

Eu até quero reforçar porque, num primeiro momento, parece que a sociedade brasileira não se deu conta da importância dessa lei. Essa lei é fundamental para o combate à corrupção no Brasil, porque ela diz respeito a todos os gestores de qualquer instância, com relação ao trabalho com o dinheiro público.

E aí, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu recebi uma porção de moções que nós anotamos pedindo que fosse alterada aquela lei que veio da Câmara, por parte da Associação Nacional dos Advogados da União; Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal; Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, Unacon; Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno dos Órgãos de Controle Interno Público do Brasil, Fenaud; da Federação das Associações das Carreiras do Estado do Rio Grande do Sul, integrada pelas Associações dos Juízes do Rio Grande do Sul; Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul; Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul; Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais, Afisvec; Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul; Associação dos Oficiais da Brigada Militar; Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul.

Então, vejam, Srs. Senadores, o quanto essa matéria despertou a sociedade e os órgãos de controle, porque se fosse adiante aquele projeto que veio para cá, seria muito difícil ter controle. Então, ficaram alguns pontos mencionados pelo Senador Weverton, principalmente esse da prescrição intercorrente, que ainda vai para a discussão no Plenário. Mas, no essencial, quase tudo foi aceito, foi acolhido. E aí estamos modificando e haveremos de conceder à sociedade brasileira uma nova lei de improbidade boa, o que não acontecia antes. Então, isso é fruto do esforço de muita gente. Eu até lastimo que não possa aqui estar citando todos aquele que estiveram o tempo todo reunidos, debatendo, propondo, reformando. E agora vamos para os finalmentes, com a certeza de que a Câmara dos Deputados vai concordar com isso.

Então, diante disso, eu retiro os destaques das minhas emendas. Acho que V. Exa., Senador Anastasia, vai ouvir aqui ainda a concordância – não, é? –, o bom senso, como eu disse. E eu acho que nós todos, coletivamente, estamos de parabéns porque nós estamos mostrando à sociedade brasileira que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senado Federal está muito vigilante, está em perfeita sintonia com as aspirações da moralidade, dos princípios constitucionais do art. 37.

Então, eu espero ter aqui dito, sucintamente, aquilo que precisava dizer. E vamos para as conclusões hoje à tarde, depois, na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado e meus cumprimentos a esse trabalho coletivo que concorreu até aqui para o êxito dos principais pontos contra os quais nos insurgíamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Lasier Martins. Cumprimento V. Exa. pela participação decisiva no acordo aqui realizado, relatado pelo Senador Weverton e que teve de fato esse empenho igualmente de V. Exa., com os seus destaques e o voto em separado, que agora retira em razão do acordo realizado. Parabéns e muito obrigado.

Dando sequência aos oradores para a apresentação de suas manifestações, concedo a palavra ao eminente Líder Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente Anastasia, primeiramente, os cumprimentos a V. Exa., que conduziu com maestria a audiência pública, possibilitando a apresentação de sugestões importantes da parte, especialmente, da sociedade civil e do Ministério Público, que levaram o Senador Weverton, Relator desse importante projeto, que é um projeto emblemático porque nós estamos vivendo retrocessos imperdoáveis em matéria de combate à corrupção no País... Quando se prometeu, durante uma campanha eleitoral, a institucionalização de uma política permanente de Estado de combate à corrupção, o que se assiste são retrocessos imperdoáveis.

E é por essa razão que eu quero aplaudir o Senador Weverton, que, como um ourives competente, vem lapidando uma pedra bruta recebida da Câmara dos Deputados e, certamente, vai nos conduzir hoje à tarde a um acordo memorável, porque nós não imaginávamos mais essa hipótese. O Senador Lasier apresentou um voto em separado competente, representando o nosso partido, exatamente porque desacreditávamos na hipótese de um acordo que nos levasse a avanços significativos. E V. Exa. já apresentou, no início da sua exposição, os sete pontos que consubstanciam um avanço importante que temos que reconhecer. Por essa razão, nós queremos aplaudi-lo. É muito importante que alguém, Senador Amin – V. Exa., com essa experiência de décadas, como nós, conhece que no Parlamento há os pacientes, aqueles que articulam, aqueles que conversam, aqueles que se reúnem incansavelmente para buscar soluções... O Parlamento não é só a tribuna do Plenário do Senado Federal. Nos bastidores, há uma construção interminável, permanente. E o Senador Weverton apresenta esse perfil adequado para essa construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, evidentemente, vamos fixar a nossa posição. O nosso voto será contrário ao projeto, porque queremos mais avanço, pelo menos mais um avanço importante, que o Senador Weverton haverá de construir junto às Lideranças da Câmara dos Deputados antes da sessão plenária de hoje à tarde.

Nós imaginávamos um projeto que incluísse, também, três pontos que ainda faltam ser incluídos, que são: com relação à culpa grave, não houve acordo para que fosse colocado, no texto, punição para os casos em que há culpa grave ou erro grosseiro. Esse é um ponto que nós considerávamos importante, e não foi possível avançar nessa direção, em razão da resistência na Câmara dos Deputados. O outro ponto, com relação às condutas previstas no art. 11 de proteção dos princípios da administração pública, que prevê um rol taxativo de condutas. A esse também não ouve atendimento. E, finalmente, com relação à prescrição intercorrente, que está prevista, no projeto, em quatro anos, ameaçando que sejam considerados prescritos vários dos processos que, hoje, encontram-se em andamento, vários dos processos que, certamente, acumulados demandariam um trabalho enorme da área judiciária.

Bem, Presidente, nós temos esperança, ainda, de que essa questão da prescrição intercorrente possa ser resolvida em acordo com as Lideranças da Câmara. O Senador Weverton fará todo o esforço, certamente, para que isso ocorra. Isso ocorrendo, à tarde, certamente, nós teremos um amplo entendimento capaz de permitir a votação desta proposta sem destaques. O único destaque seria este, que seria submetido para a apreciação do Plenário do Senado Federal. Portanto, nós vamos registrar o nosso voto contrário ao projeto, mas na expectativa de que até a reunião no Plenário, à tarde, às 16h, nós possamos evoluir para o voto favorável.

E quero, também, Sr. Presidente, destacar a importância da participação da sociedade civil nesse debate. Aqueles que, sem mandato eletivo, dispõem-se a esse trabalho, como nós verificamos, e eu cito o Procurador Roberto Livianu, incansável Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, e outros que aqui estiveram, como o Dr. Herman Benjamin, Ministro do STJ, que é um especialista na matéria e se dispôs a participar conosco, participando, durante horas, dessa audiência pública, no dia de ontem. A Transparência Brasil, que esteve conosco, e aqueles que foram convidados, também, do Senador Weverton, como o Marçal Justen, o Dr. Lucas, o Prefeito que aqui esteve também.

Enfim, nós temos que manifestar a nossa gratidão pela presença deles e, sobretudo, pela atuação de representantes do Ministério Público, representantes de Prefeitos municipais que participaram, também, ativamente, do debate dessa matéria nos bastidores. Alguns puderam participar aqui, publicamente, e outros participaram nos bastidores, oferecendo sua contribuição.

Portanto, Presidente, o nosso agradecimento pela realização dessa audiência pública. Nós sabemos que não é usual, depois de um pedido de vista, interromper o processo para a realização de uma audiência pública. Houve boa vontade desta Comissão, especialmente do Presidente Davi Alcolumbre, que estava presidindo naquele momento, e V. Exa. e todos os Senadores que apoiaram já no primeiro momento, como o Senador Esperidião Amin e os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos retirando os destaques... Havíamos apresentado dois destaques e os estamos retirando. Vamos registrar nosso voto contrário, porque não concordávamos com o texto que veio da Câmara. Já há uma evolução, e nós aguardamos a evolução definitiva para que possamos votar, certamente, favoravelmente no Plenário do Senado. Esta é a nossa posição.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Alvaro Dias.

Quero, mais uma vez, cumprimentá-lo pela iniciativa.

Estou fazendo as inscrições, Senador Oriovisto. Vou inscrever V. Exa. também. Parece que já há alguns inscritos.

Eu queria tão somente, por dever de verdade e de justiça, com a chegada do Senador Fernando Bezerra, relembrar aqui que foi a palavra dele, na semana passada, que contribuiu de modo decisivo para a aquiescência da realização da audiência pública, com nosso aplauso, e que foi objeto, portanto, desse acordo realizado. Então, para registro da justiça e dos fatos, eu cumprimento o Senador Fernando Bezerra e parabenizo o Senador Alvaro mais uma vez pela iniciativa e pela participação no acordo.

O próximo inscrito – vou ler a lista dos inscritos – é o Senador Alessandro. Em seguida, o Senador José Aníbal, remotamente, o Senador Esperidião Amin, o Senador Oriovisto e o Senador Kajuru, remotamente também.

Então, Senador Alessandro, por gentileza, com a palavra V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero registrar o esforço do Sr. Relator, Senador Weverton, na construção de um texto que reduz os danos do projeto original na Câmara dos Deputados. Sob o ponto de vista processual legislativo, quero registrar que nós vamos retirar os destaques aqui da Comissão e apresentaremos destaque para Plenário, vamos ajustar aqui com os colegas mais dois pontos em particular, Senador Weverton, que são a questão da prescrição e a questão da legitimidade da AGU para apresentação da ação de improbidade. Mas eu preciso chamar a atenção de quem nos acompanha e dos colegas para a gravidade do que nós estamos votando.

A aprovação do texto da forma como está no relatório importa no arquivamento, por prescrição intercorrente, de mais de 40% das ações de improbidade em trâmite, ações que envolvem Líderes na Câmara dos Deputados e também Senadores da República. É desarrazoado fazer uma votação dessa. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atentado à moralidade administrativa. Como pode a gente ter aqui a falta de percepção de realidade de fazer aprovar um projeto que vai beneficiar pessoas que deram causa ao atraso?

Vou citar um exemplo sem citar o nome do santo.

Um processo de 2012 em que só se consegue a citação por edital em 2020, de um Parlamentar. Esse abuso das brechas que a Justiça permite, somado ao projeto que vamos votar, acarreta impunidade, contraria todos os compromissos assumidos pelo Brasil no tocante ao combate à corrupção, afronta a população.

Então, registro, na mesma linha dos colegas Lasier e Alvaro, o voto contrário, ressalto o esforço do Relator para corrigir problemas, mas deixo registrado nos *Anais* desta Casa que estamos dando mais um passo no sentido da impunidade e do prejuízo às contas públicas, o que é profundamente lamentável.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Agradeço, Senador Alessandro, as palavras de V. Exa. e o cumprimento também pela participação nesse esforço.

Eu quero dar sequência, portanto, aos oradores inscritos convidando, remotamente – e peço à Secretaria para fazê-lo –, o eminente Senador José Aníbal, que se encontra no Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – V. Exa. me ouve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeitamente, Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir. *Por videoconferência*.) – É um prazer estar acompanhando a reunião, ainda que de modo remoto.

Eu também quero me associar a todos que já comentaram a importância daquela audiência pública de ontem, o quanto ela fez avançar, aprimorar o processo de construção dessa lei que é tão polêmica e tão necessária, digamos. Certamente há um esforço conjunto de todos os Senadores para que ela responda bem, adequadamente e necessariamente, aos anseios da sociedade no combate a todo tipo de improbidade que possa ocorrer na administração pública.

Eu apresentei uma emenda com relação ao art. 11 que vai na direção de algo que já foi mencionado pelo Senador Alvaro Dias. O eminente Ministro Herman Benjamin ontem chamou atenção para isso. O art. 11 prevê então as condutas que configuram improbidade administrativa, que agridem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e discrimina quais são essas condutas. Trata-se de um rol taxativo, fechado. E a minha emenda vem justamente no sentido de ampliar esse rol, tendo como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência aquilo que já foi caracterizado como conduta de improbidade administrativa, como se configura a improbidade administrativa, pelo Superior Tribunal de Justiça, e que não estariam presentes nesse art. 11. E aqui quero mencionar algumas: prisão ilegal e tortura praticada por policial, rachadinha, disparo de arma de fogo por policial em público, médico do SUS que cobra honorários, entre outras.

Eu gostaria muito que o nosso Relator, a quem quero saudar pelo trabalho, abertura, disposição de criar a maior convergência possível no projeto que está relatando, queria encarecer a ele a possibilidade de considerar a ampliação desse rol de condutas, posturas que configuram, atentam, caracterizam a improbidade administrativa, acrescentar essa possibilidade de que aquilo que já foi caracterizado pelo Superior Tribunal de Justiça tenha guarida nesse art. 11, porque senão, com a dinâmica da sociedade, logo as situações vão sendo criadas e configurando esses atos de improbidade. Portanto, seria fundamental que a gente pudesse acrescentar ao art. 11, a esse rol definido no art. 11, essas condutas que já foram caracterizadas pelo Superior Tribunal de Justiça como condutas que configuram improbidade administrativa. Quero repetir algumas delas que eu menciono aí: prisão ilegal e tortura praticada por policial, rachadinha, disparo de arma de fogo por policial em público e médico do SUS que cobra honorários indevidamente.

É isso, Sr. Presidente.

E queria aproveitar a oportunidade para me solidarizar com a Senadora Mara Gabrilli, que apresentou uma emenda também para que se suprima, nos arts. 2º e 4º do projeto de lei, a revogação do inciso que se refere ao dever do agente público de promover a acessibilidade prevista em lei. Isso é fundamental. O Brasil é um país que tem um percentual muito expressivo da população que carece de acessibilidade garantida pelo setor público para se locomover.

Não faz sentido que se suprima, nessa legislação, esses arts. 2º e 4º do projeto de lei nos incisos que estão mencionados aí. Não quero, enfim, ficar mencionando números aqui, mas é a ideia. Não é possível que, através desse texto que estamos construindo, se suprima algo que já está estabelecido e que estimula, favorece a acessibilidade para os cidadãos brasileiros portadores de deficiência, cidadãos e cidadãs brasileiros portadores de deficiência física, e que não são poucos, Sr. Presidente.

Fora isso, mais uma vez, a importância da audiência pública de ontem torna isso praticamente uma necessidade em qualquer projeto. Ouve-se a sociedade, ouvem-se agentes públicos envolvidos na matéria e se aprimora, como se aprimorou, e eu acho que vamos continuar aprimorando até o momento do voto no Plenário, que deve ocorrer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador José Aníbal. Eu folgo em vê-lo, ainda que virtualmente, bem e assintomático. Espero que esteja já apto para retorno breve a Brasília. Meus cumprimentos. Agradeço a participação de V. Exa. nesta discussão.

Seguindo com a discussão, concedo a palavra ao eminente Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa., Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, eu não posso deixar de registrar também a minha palavra de admiração e meus votos de pleno e total, e acredito certo, restabelecimento do Senador José Aníbal, que mostra o seu espírito público, a sua abnegação até exagerada em participar remotamente desta reunião, uma vez que está acometido pela covid. Desejo total, e acredito, sem dúvida, no seu total restabelecimento o mais imediatamente possível.

Quanto à questão, eu não vou repisar o que foi dito, com muita propriedade, especialmente pelo Senador Lasier, que foi um dedicado estudioso, detalhado no seu discurso, detalhista no seu discurso na semana passada.

Eu subscrevi o requerimento do Senador Alvaro Dias e, portanto, fiz coro a essa manifestação. Subscrevo, inclusive nos nomes, todos os aplausos que o Senador Alvaro Dias consignou. Acrescento até aqueles que eu não convidei, como foi o caso do Promotor Affonso Ghizzo Neto. Não o incluí na lista porque seria uma sobreposição, quando nós estamos retirando, para compor e tornar a participação de ontem, que foi muito importante, mais plural.

Subscrevo, também, a minha palavra de aplauso ao Líder Fernando Bezerra Coelho. Não vou repetir o que eu disse ontem. Ontem eu disse, mas não vou dizer hoje, que eu queria ter um Líder assim também, mas hoje eu não vou dizer que queria ter um Líder assim pelo seu espírito conciliador. Acho que política é a arte do possível.

Quero louvar o esforço do Senador Weverton no sentido de dialogar, de ouvir e de procurar, de alguma forma, chegar ao razoável ou, como diz o Senador Alessandro Vieira, reduzir danos. Reduzir danos faz parte da nossa vida, principalmente agora com a pandemia. O que nós temos feito é reduzir danos e atenuar prejuízos. De sorte que eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Relator Weverton pelo esforço que fez, pela demonstração de humildade, ouvindo críticas ao projeto que, muitas vezes, se confundem com críticas à pessoa. É muito difícil estabelecer uma divisória eficiente nesse caso.

Quero assinalar que eu vou votar contra por divergir no tocante à oportunidade e à avaliação de extensão do que estamos aceitando como acordo, mas concordo com a forma da tramitação e registrarei o meu voto, sem que isso seja uma censura ao esforço de conciliação política que foi feito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Esperidião Amin. V. Exa. me lembra, com suas palavras, de um famoso livro de um jornalista mineiro chamado Carmo Chagas – não Carlos, Carmo –, um jornalista político que escreveu um livro famoso chamado *Política,* a arte do diálogo, que é exatamente esse esforço. Parabéns a V. Exa pelos cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo e dando sequência à discussão, convido o Senador Oriovisto Guimarães para o seu pronunciamento.

Por gentileza, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero também, como os que me antecederam, parabenizar o espírito democrático, tanto do nosso Líder do Governo, Fernando Bezerra, que colaborou com esse debate, quanto do Senador Weverton, pela capacidade de ser um grande Relator capaz de conciliar opiniões divergentes, capaz de negociar com a Câmara dos Deputados.

Aliás, tarefa essa muito difícil, Senador Werveton. O nosso Presidente Rodrigo Pacheco, da última vez que negociou com a Câmara dos Deputados, foi fragorosamente traído, já em seguida, quando tudo o que havia sido acordado simplesmente a Câmara ignorou. Até aquela censura que cabe ao Presidente do Senado fazer, de declarar como matéria não pertinente, de expurgar da relatoria, foi retomada pela Câmara, e a prerrogativa do Presidente do Senado foi devidamente desrespeitada.

Nosso Presidente disse, à época, que tomaria as providências, que estava conversando com a Câmara dos Deputados sobre aquele flagrante desrespeito a um acordo e também o flagrante desrespeito à autoridade do Presidente do Senado. Eu não sei quais as providências que ele tomou, acredito que as tenha tomado e não sei que resultado essas providências terão.

Mas, por esse antecedente da Câmara dos Deputados, embora elogiando o papel importantíssimo que o Senador Weverton está desempenhando com esta negociação, para que as nossas modificações, para que nossos avanços não sejam apenas um jogo de cena que deixa o Senado numa posição boa e deixa a Câmara numa posição muito ruim quando ela anular esses avanços que aqui foram feitos nesta lei e voltar à sua redação original, ela poderá fazer isso se desrespeitar este acordo, então eu acho que todos nós Senadores temos que estar muito prevenidos e acompanhando muito de perto a votação na Câmara dos Deputados. Se novamente formos enganados, Sr. Presidente, será a segunda vez. Será muito sério e eu acho que, se isso acontecer, nós teremos que repensar, com muita profundidade, como é que nós vamos nos comportar com relação à Câmara dos Deputados, porque aí seria uma prova cabal de que os tratos não são confiáveis.

Então, eu acho que este projeto, além de ter o condão de ser o testemunho de um grande acordo aqui no Senado, uma prova da capacidade de negociação, uma prova da capacidade de saber ceder lado a lado, também será uma prova final sobre a confiabilidade dos acordos com a Câmara dos Deputados.

Então, eu o parabenizo, parabenizo o Relator, parabenizo a todos pelos esforços que foram feitos pela muito proveitosa audiência pública que tivemos e desejo, realmente, que a Câmara dos Deputados aceite e cumpra este acordo tão bem costurado pelo Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a última consideração minha é a respeito do que disse o Senador Alessandro sobre a retroatividade do prazo de prescrições de processos, que passou a ser de quatro anos. Acho que existem duas análises que têm que ser feitas. Uma é com relação à morosidade da nossa Justiça. Eu entendo que não é viável, não é aceitável que um cidadão fique oito, dez, doze anos respondendo a um processo e não haja uma solução.

Então, um erro não pode justificar outro. Eu acho que quatro anos é um prazo mais do que razoável para uma Justiça, que não seja nem tão rápida, definir se é culpado ou condenar. Acho apenas que ficaria muito bem, mas duvido que a Câmara dos Deputados aceite esta minha sugestão, Senador Weverton, ficaria muito bem se houvesse um pequeno adendo dizendo que este prazo de quatro anos se aplicará daqui para frente, que ele não vai retroagir, que ele não vai beneficiar processos que já existam.

Se isso fosse possível, ficaria muito bom para... Não sei nem se isso juridicamente é possível, Presidente Anastasia, talvez não o seja, porque, quando é para beneficiar, a lei retroage, mas este seria, talvez, o único ponto. Mas, se esse for o preço que teremos que pagar para que o acordo seja cumprido, eu acho que tudo bem, vale o acordo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu me sinto na obrigação, porque o Senador Oriovisto, além de ser um grande companheiro de todos nós, é uma pessoa com quem eu tenho uma grande afinidade sobre pontos de vista.

Eu acho que... Eu queria chamar a atenção de que prazo não quer dizer calendário. Há suspensões, há medidas que suspendem o transcurso do prazo, e essas medidas estão previstas acho que no Código de Processo Penal, no caso. Então, não significa calendário do dia tal ao dia tal. Quando há uma diligência, quando há uma providência apropriada, o prazo é suspenso.

Então, eu acho que essa questão o senhor colocou muito bem. Um erro não justifica o outro, mas o erro judiciário, o do Judiciário na questão da demora, nós não podemos corrigir com esta lei, e, sim, talvez, considerar isso também um abuso. Eu acho que isso é um abuso.

Vou usar aqui uma comparação. O hebraico usa a expressão *anglut* para acorrentado. Isso vale até para divórcio, já que, pela Lei de Moisés, quem concede o divórcio é o marido. E isso está em vigor lá, em Israel. Em 2019, remanesceram três casos de divórcio em que o marido não concordou. Resultado: o Código Penal estabelece que quem não concordar pode ser preso, mas não mexe na Lei de Moisés; então, a mulher fica acorrentada, *anglut*, por uma discrepância legal. Nesse caso, o réu, o investigado, o denunciado fica *anglut,* porque o Judiciário não decidiu. Isso também é injusto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é nesse sentido. Sempre que for para beneficiar, toda lei penal retroage, isso é universal: *nullum crimen, nulla poena sine lege*. Daqui para frente vale o anterior, ou seja, vale para os casos pregressos, se beneficiar.

Então, eu acho que nesse ponto, essa...

Eu só queria esclarecer. Pelo que eu soube, ficou cinco, quatro e três; ou tudo quatro?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Isso está sendo ainda discutido, é exatamente o que alertou o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que está sendo discutido é que seja cinco, quatro e três. No total, dá igual à soma?

Então, eu acho que ficou razoável, ficando pendente esse caso do *anglut*, porque ficar acorrentado também pela decisão judicial que não acontece ou pelo processo judicial que não acontece também não é justo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu queria, Senador Oriovisto, dizer que, de fato, as preocupações que V. Exa. esposa são procedentes por precedentes ocorridos.

Eu já estou inscrevendo a Senadora Soraya e, depois, o Senador Kajuru.

Eu queria, então, dizer que estamos confiando muito no tirocínio e na capacidade de articulação do Relator junto à Câmara e que certamente vai levar a bom êxito esse acordo. Como o Senador já esclareceu a V. Exa., de fato, a matéria de retroatividade tem natureza constitucional.

Muito bem, vamos dar sequência aos nossos – agradeço a V. Exa. – oradores.

O próximo, remotamente, é o Senador Kajuru. E, logo em seguida, é a Senadora Soraya.

Senador Kajuru, por gentileza. Virtualmente, V. Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

Parece que há uma dificuldade com o Senador Kajuru? Então, eu vou dar a palavra à Senadora Soraya. Depois, voltamos ao Senador Kajuru, enquanto se restabelece a conexão remota.

Senadora Soraya, por gentileza, com a palavra V. Exa. **A SRA. SORAYA THRONICKE** (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Weverton, eu gostaria, aqui, de parabenizar o Relator pelo avanço das negociações, pelo acatamento das propostas, das emendas do Senador Lasier, pela sensibilidade de que nós não podemos retroceder nestas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões de combate à corrupção, enfim, em tudo isso que tem sido, no nosso País, há muito anos, um ponto nevrálgico.

Então, eu fiquei muito contente quando eu vi que V. Exa. acolheu todos esses pontos que são de extrema importância. Porém, a questão da prescrição intercorrente no prazo de cinco anos é também um ponto assim nodal para nós, em que nós precisamos, sim, avançar.

Então, acreditando que V. Exa. vai conseguir articular da melhor maneira com a Câmara dos Deputados, eu quero, aqui – porque eu preciso sair, Senador Lasier, e acompanhar o Senador Alvaro Dias –, deixar registrado o meu voto contrário quando for o momento da votação, mas, justamente, me comprometendo, no Plenário, a abraçar, sem dúvida nenhuma.

Mas eu acredito que nós precisamos, neste momento, marcar a nossa posição sobre o que é importante para o País. Não podemos deixar correr tão solto assim.

Então, é só para deixar registrado o meu voto contrário, caso não consigamos fazer isso antes da votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senadora Soraya.

Conforme o acordo que foi aqui construído, para informação a V. Exa., nós teremos a votação simbólica, mas vamos registrar todos os votos contrários.

Eu passo a palavra, agora, ao Senador Kajuru, que está remotamente, pois foi restabelecida a sua ligação.

Com a palavra o eminente Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente Antonio Anastasia, nossa referência.

Primeiro, justificando ao senhor e a todos, porque isto raramente acontece, eu só não estou aí presente porque vivo um momento de pré-cirurgia, de exames. Terei uma cirurgia tranquila, se Deus quiser, nesta sexta-feira, à 1h da tarde. Eu queria estar aí, claro, pessoalmente.

Os precedentes da Câmara dos Deputados nos levam a uma escuridão, mas eu vou preferir, hoje, ser otimista e acreditar nesse acordo de hoje à tarde e, por consequência, acompanhar, aqui, as mesmas palavras do Líder Alvaro Dias, do Senador Alessandro, do Oriovisto, do Lasier Martins, do Amin. Enfim, eu fico muito orgulhoso de poder ter aqui a mesma opinião desses homens públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Weverton vem fazendo de tudo para que o Brasil não se decepcione com esta Casa, com este Congresso Nacional, e que, hoje, a gente tenha, se Deus quiser, à tarde, uma vitória da democracia, da legalidade e do respeito ao País.

Obrigado novamente, Presidente Antonio Anastasia.

E a todos um abraço e saúde.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Jorge Kajuru.

Estamos aqui todos unidos augurando uma boa cirurgia e um bom preparo à V. Exa.

O Senador Fernando Bezerra tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente Senador Antonio Anastasia, Sr. Relator Senador Weverton, eu peço a palavra apenas para fazer justiça.

Embora tenha sido o proponente da realização – não o proponente, mas o apoiador para a realização – da audiência pública, conforme sugerido pelo Senador Alvaro e pelo Senador Lasier, é importante destacar que foram os argumentos oferecidos pelo Senador Antonio Anastasia ao Presidente Davi Alcolumbre que fizeram com que ele pudesse aquiescer na realização dessa audiência.

O nosso Senador Antonio Anastasia, todos sabem do seu preparo, do seu conhecimento, da sua capacidade, e ele, no momento certo, adequado, fez a ponderação auricular, ao ouvido do Presidente Davi, para que a gente pudesse ter construído aquele amplo entendimento que se desdobrou numa belíssima audiência pública. E hoje nós estamos aqui brindados, mais uma vez, pelo talento do Senador Weverton, que, com muita paciência, soube ouvir, dialogar; construiu pontes, conversou com a Câmara dos Deputados e oferece um relatório que, se não é perfeito, é o melhor relatório possível para conciliar os interesses envolvidos. Mas todos – todos! – nós queremos preservar os instrumentos necessários para a defesa da coisa pública, do interesse público, para que a gente dê os instrumentos necessários, para que a gente possa coibir atos de corrupção na administração pública federal, estadual e municipal.

Portanto, Senador Weverton, meus parabéns por, mais uma vez, essa demonstração de talento e de capacidade na apresentação de um relatório difícil, mas que V. Exa. soube tão bem construir e conduzir!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Líder Fernando Bezerra. Agradeço muito as palavras de V. Exa. e permito-me aqui repetir as observações do Senador Amin: o Senador Bezerra é o Líder que todos gostaríamos de ter. Feliz é o Governo que tem como Líder o Senador Fernando Bezerra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Universalizou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – ... Senador que também opera milagres, como o Senador Weverton.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Universalizou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Universalizou – V. Exa., como sempre, Senador Amin, nos orientando.

E quero cumprimentá-lo também e, mais uma vez, reiterar ao Senador Weverton, Relator, que ele é o herói do dia ou da semana, pelo menos, ou até do mês.

Senador Weverton, por gentileza, com o encerramento da discussão, eu devolvo, antes de encerrá-la, a V. Exa. a palavra para os esclarecimentos finais àqueles que indagaram, especialmente ao Senador José Aníbal.

Com a palavra V. Exa.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Antonio Anastasia e todos os Senadores aqui que utilizaram a palavra – Senador Lasier, Senador Alvaro Dias, Senador Oriovisto, Senador Fernando Bezerra, Senador Esperidião Amin –, todos remotamente e os que já estiveram aqui presentes na reunião do dia de hoje.

Eu queria aqui pedir vênia ao Senador Aníbal e esclarecer para ele que, em relação a esse retorno exemplificado, aberto, do art. 11, das violações a princípios da administração pública, entendo que suprimimos, na verdade, uma grave inconstitucionalidade da lei atual até.

Não é possível, por força do princípio constitucional da reserva legal, que o sujeito de direito no caso, principalmente o gestor, não saiba antes as condutas pelas quais ele pode ou não ser processado. É preciso punir o mau gestor, mas respeitando os direitos e as garantias individuais, respeitando-se o princípio da reserva legal da taxatividade. Vejo um avanço louvável a essa alteração, sem prejuízo de que o mau gestor seja punido dentro das leis que já estão aí estipuladas. Então, as exigências que estão já colocadas no Código Penal, aqui na Constituição Federal, na Lei Anticorrupção, tudo isso dá essa garantia. E tenha a certeza de que nós estamos aqui dando a garantia para as pessoas do bem, de bem, de que você pode ir para o Executivo e você saber de verdade que, quando você cometer um ato de improbidade, você saberá de verdade o que é esse ato e, aí sim, você responderá.

Também, Presidente, por último, queria aqui lembrar que, quando se fala da questão de retroagir, nós não estamos aqui tratando de pessoas. A nossa Carta Magna, a Constituição Federal, está bem clara lá no art. 5º, inciso XL, quando diz: " A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu". E, lá no inciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LXXVIII, ela também é clara quando diz: "A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

Então, não se está inventando roda. Nós estamos aqui tentando construir um prazo razoável para fazer essa construção.

Então, eram essas as considerações, e vou continuar o trabalho. Nós estamos aí desde ontem fazendo inúmeras, dezenas de conversas, e daqui já vou continuar para ver se até às 4h a gente consegue avançar um pouco mais dentro do que foi discutido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Relator Senador Weverton. V. Exa. lembrou bem, citando garantias individuais, que são, inclusive, cláusulas pétreas da nossa Constituição, como direitos individuais.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 46-CCJ, 55-CCJ, e contrário às Emendas de nºs 1 a 45.

Votam vencidos os Senadores Lasier Martins, Alvaro Dias, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Soraya Thronicke e Jorge Kajuru.

Desse modo, antes de encerrar esta reunião, eu quero, por fim, mais uma vez – acho que não faltará jamais, não faltarão palavras para registrar a necessidade de – cumprimentar o Relator pelo seu trabalho hercúleo, exitoso, com grande denodo e com grande êxito e sucesso, Senador Weverton. Tenho certeza de que vai concluí-lo bem na tarde de hoje junto à Câmara. Parabéns! Acho que o Congresso deve a V. Exa. a construção desse acordo.

E quero registrar também a sociedade civil, as entidades, Senador Alvaro Dias, que V. Exa. mencionou juntamente com o Senador Lasier, que foram fundamentais e que demonstram de fato, reitero, como é importante o Parlamento manter as portas abertas para esse diálogo. Portanto, quero agradecer à sociedade civil, especialmente às entidades ontem convidadas para audiência pública.

Eu cumprimento a todos.

E declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores e Senadoras: Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Eduardo Girão, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão e Paulo Rocha (não membro). Deixam de comparecer os Senadores e senadoras: Renan Calheiros, Jader Barbalho, Chiquinho Feitosa, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Telmário Mota, Eliziane Gama, Weverton e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Emendas ao PLOA/2022. Finalidade: Discussão e deliberação das Emendas da CCJ ao PLOA/2022 (Projeto de Lei nº 19/2021-CN), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2022". Relator: Senador Eduardo Braga. Resultado: Aprovadas as Emendas de Apropriação nºs 1-CCJ a 4-CCJ, nos termos do Relatório: **Emenda nº 1-CCJ**: Ação: 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional; Valor: 100.000.000. **Emenda nº 2-CCJ**: 20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional; Valor: 100.000.000. **Emenda nº 3-CCJ**: Ação: 21AR – Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos - Nacional; Valor: 100.000.000. **Emenda nº 4-CCJ**: Ação: 20UF - Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados – Nacional; Valor: 150.000.000. **Valor total R$ 450.000.000**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos. Ao final da Reunião, a presente ata foi aprovada pela Comissão e será publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/09

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência. *Fazendo soar a campainha*.) – Bom dia.

Gostaria de cumprimentar os Senadores e as Senadoras. Queria cumprimentar os nossos servidores e, na pessoa do Ednaldo, todos os colaboradores do Senado Federal, consultores, assessores, Parlamentares e imprensa aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, semipresencial, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queriam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao PLN nº 19, de 2021, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

As emendas aprovadas serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião.

Concedo a palavra ao Relator da proposta, o Senador e Líder Eduardo Braga, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu peço permissão a V. Exa., tendo em vista que o relatório foi publicado com antecedência, para fazer uma leitura sintética do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Permissão concedida, Líder.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Então, Sr. Presidente, sob a análise desta Comissão, encontram-se 108 sugestões de emendas apresentadas pelas Senadoras Eliziane, Simone e Soraya e pelos Senadores Alessandro, Davi Alcolumbre,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Braga, Esperidião Amin, Fabiano Contarato, Fernando Bezerra, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Jader Barbalho, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Jorge Kajuru, Lasier Martins, Luiz do Carmo, Marcio Bittar, Marcos do Val, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Paulo Paim, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo.

As indicações contemplam as programações orçamentárias variadas e estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda pela Secretaria desta Comissão.

Esse é o relatório.

Análise.

Não foram apresentadas indicações de emendas ao texto, nem de emendas de remanejamento.

Importa consignar que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais. Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, devemos selecionar, como critério primordial, programações orçamentárias com bom número de indicações pelos Parlamentares, alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Assim, propomos emendas que destinem recursos às seguintes ações:

– "21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que foi objeto de indicações de 20 Parlamentares;

– "20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional", no âmbito do Fundo Nacional Antidrogras, sugerida por 13 Parlamentares, na forma da Sugestão de nº 23;

– "21AR – Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos – Nacional", no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sugerida por 5 Parlamentares, na forma da Sugestão de nº 43;

– "20UF – Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados – Nacional", no âmbito da Fundação Nacional do Índio (Funai), sugerida por 6 Parlamentares na forma da Sugestão nº 34.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2022 por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania das seguintes emendas, conforme o quadro abaixo.

O quadro também está publicado, Sr. Presidente. Eu dispenso a leitura do quadro. Vamos à conclusão do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, e esse é o meu voto, agradecendo a V. Exa. pela oportunidade que V. Exa. me dá para relatar essas emendas na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo.

Queria agradecer ao Senador Fernando e ao Senador Rogério Carvalho e agradecer a todos membros da Comissão. A gente sabe do significado, da importância das emendas de Comissão.

Infelizmente, no ano passado, todas as emendas das Comissões do Senado Federal, já que a Câmara dos Deputados não tinha instalado as suas Comissões Temáticas, foram canceladas em relação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Foram vetadas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... vetadas pelo Governo Federal. Enfim, acabou-se que tirou a prerrogativa das Comissões, e a gente sabe da importância das emendas das Comissões.

O Senado Federal instalou suas Comissões; as Comissões deliberaram, as Comissões aprovaram. V. Exa. acaba de relatar 108 emendas apresentadas pelos Parlamentares, 27 Senadores desta Comissão. Tanto os titulares como os suplentes participaram efetivamente, sabendo da importância dessas emendas de Comissão para as políticas públicas no Orçamento Geral da União. Infelizmente, no ano passado, a Câmara dos Deputados não instalou suas Comissões. Acabou que o Senado instalou, cumpriu o dever de casa, mas foi penalizado em relação ao veto presidencial, e acabou que a gente não conseguiu ver executadas emendas importantes da nossa Comissão.

Então, eu estou muito satisfeito. Agradeço a V. Exa., porque eu sei da importância desses recursos, são dotações orçamentárias importantes, rubricas importantes, e nós estamos acrescendo recursos junto ao Orçamento da União para políticas públicas importantes no cenário nacional, ainda mais após a pandemia do covid-19, que, se Deus quiser, a partir do ano que vem, a gente vai enfrentar vivendo um novo normal com a vacinação no Brasil.

Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Agradeço a todos os Senadores pela participação.

Colocamos em discussão o relatório de V. Exa. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós encerramos a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocamos em votação as emendas da Comissão.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas por unanimidade.

A matéria segue agora para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Também proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo aos Senadores e às Senadoras que nós teremos amanhã uma reunião extraordinária, às 9h30, aqui, na Comissão de Constituição e Justiça.

Fizemos uma reunião com vários Senadores e também com o Vice-Presidente Anastasia aqui com os servidores da Comissão. Vamos resgatar a pauta remanescente. Já tinham sido incluídos em pauta projetos importantes, alguns terminativos, e vamos acrescer propostas que foram solicitadas pelos Líderes tanto na reunião de Colégio de Líderes como por documentos oficializados para a Secretaria da Comissão.

Nós estamos fazendo uma triagem para fazer uma matéria que seja bem proveitosa na sessão de amanhã da CCJ, com temas importantes, haja vista que há, por parte dos Senadores, uma cobrança de que a gente possa deliberar naturalmente as matérias e projetos de lei que estão em tramitação na CCJ. Eu concordo plenamente.

Por isso, aviso que convocarei e publicarei a ata, ainda hoje, da reunião extraordinária amanhã, às 9h30 da manhã, com itens remanescentes da sessão anterior e propostas novas que foram solicitadas pelos Líderes partidários.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dez minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Plínio Valério, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, José Aníbal, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Paulo Paim e Rogério Carvalho, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Omar Aziz, Telmário Mota, Eliziane Gama, Weverton e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Geral do Esporte." **Autoria:** Comissão Diretora. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com 40 emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 37, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (PMDB/MS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 115, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 287, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1822, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da emenda nº 2-CDH e com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Resolução do Senado n° 18, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Advocacia no Senado Federal." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4840, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz." **Autoria:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/10

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 8.

A reunião ocorre de modo semipresencial.

Nós temos 16 Senadores conectados tanto no modelo semipresencial como presencialmente.

Senador Plínio, parabéns pelo discurso ontem, em relação ao evento na Escócia.

Temos 16 Senadores presentes na nossa reunião, que contará com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no Plenário poderá utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar "botão de votações", "votações abertas em Comissões", procurar a votação da CCJ em curso e identificar pelo nome da matéria. Nos termos do ATC 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR), é escolhido o voto. Também é necessário enquadrar o rosto na área reservada para a captura da foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que cada voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta remota dos Senadores.

Para a leitura dos relatórios, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia das reuniões disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário.

Os referidos relatórios foram apresentados à Comissão e divulgados no portal do Senado Federal.

O acesso à sala de reuniões estará restrito aos Srs. Senadores e Senadoras e, naturalmente, aos nossos convidados, que estão aqui em um número expressivo, mas com todo o cuidado do distanciamento, do uso de máscara, do álcool em gel, e à Secretaria das Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal. No exercício de suas atribuições, caso necessário, um assessor poderá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adentrar a sala de reuniões para atender a demanda do respectivo Senador. Assim que cumprida, poderá se retirar se o desejar.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fins de prevenção da transmissão do covid-19 – obrigado, Presidente Veneziano; bom trabalho; um abraço! –, no âmbito do Senado Federal, e, no que couber, naturalmente, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; também com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; combinados com os Atos do Presidente nºs 2, 4 e 6, de 2020, e de nº 2, de 2021, que alterou o Ato nº 3, de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa de nº 14, de 2020; com o Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2020; e o Ato nº 3, de 2021.

Primeiro item da pauta.

Foi encaminhado um requerimento pelo Relator da matéria, que pede a retirada de pauta do requerimento. Como o Relator das duas matérias, que foram duas demandas levantadas, se eu não me engano, pela Senadora Leila – foi o pedido da bancada do partido da Senadora Leila –, que fez o pedido pessoalmente ao Senador Anastasia, a mim, ao Senador Romário... Aliás, perdão, o Senador Romário também pediu que a gente pudesse colocar esse projeto na pauta. Essa foi a última reunião da Comissão em que havia esses pedidos, então nós colocamos para atender, porque era um pedido... Como disse ainda há pouco, vamos tentar contemplar todas as bancadas e todas as solicitações.

Então, ficam retirados – ele não está presente – o item 1 e o item 8, que eram os dois pedidos que tinham sido feitos pelos autores e pelos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 2017

- Não terminativo -

Institui a Lei Geral do Esporte.

Autoria: Comissão Diretora

Relatoria: Roberto Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com 40 emendas que apresenta

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 4840, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz.

Autoria: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)

Relatoria: Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta

Observações:

- *Votação nominal.*)

A Senadora Eliziane também fez uma solicitação, um pedido por ofício, que nós incluímos: ela está em viagem e não gostaria que fosse transferido para outro Relator *ad hoc*. Então ela solicitou que a gente pudesse retirar.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1822, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da emenda nº 2-CDH e com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1-CDH

Observações:

- *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal.*)

Então, eu já quero também anunciar, para aproveitar que nós vamos organizar a outra reunião, a inclusão na pauta novamente desses três projetos que estão retirados de hoje. Vamos fazer uma reunião hoje à tarde, eu e o Senador Anastasia, para organizarmos...

Senador Wilder, grande líder carismático do Estado de Goiás. Seja bem-vindo, líder! Saudade de V. Exa. Bem-vindo ao nosso Senado Federal.

Nós vamos organizar a reunião hoje à tarde da Comissão. Nós encaminhamos um documento aos Líderes partidários para que eles pudessem renovar os pedidos de projetos para a pauta, porque eles conversam com as suas bancadas e estão autorizados por mim e pelo Presidente Anastasia a receber essas demandas dos Senadores para a gente organizar a pauta prioritária da próxima quarta-feira.

Então, foi retirado aqui e já entra na pauta, aguardando hoje a nossa reunião com a Secretaria, porque, se eu não me engano, há 158 pedidos de prioridade, e nós vamos organizar e pedir para cada bancada indicar um ou dois prioritários para gente ir trabalhando.

Deixe-me sugerir aqui, Senador Plínio, Senador Lucas, Senador Amin: o item 4 tem o Relator presente. Também foi um pedido da Bancada do PSD que se incluísse na pauta de hoje esse projeto. O Senador Anastasia está aqui, eu quero aproveitar.

Há algum projeto relatado pelo Senador Lucas, que está aqui, ou por algum Senador que está virtualmente? (*Pausa.*)

Então, deixa...

Eu posso iniciar pelo item 4 aqui, para a gente poder...

Eu repito: quero aguardar a indicação pelos Senadores dos projetos para que a gente bote em votação. Há um projeto do Senador... Só para concluir, porque eu lembrei agora: o Senador Plínio Valério solicitou há mais ou menos 45 dias que eu incluísse na pauta da CCJ a questão do plebiscito. É a prioridade da Bancada do PSDB. Eu queria que a Secretaria incluísse na próxima quarta. É o projeto da solicitação da Bancada do PSDB, que foi a única bancada que não tinha encaminhado ainda naquela relação das prioridades. Então eu acho que é a prioridade, porque o Senador Plínio está aqui. Eu determino que seja incluído na próxima reunião o projeto de lei solicitado pelo Bancada do PSDB através do Senador Plínio Valério. É um projeto... Eu não sei o número, mas é sobre a realização de um plebiscito...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Do Estado de Tapajós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... para a criação do Estado de Tapajós.

Então, eu queria incluí-lo na pauta, aproveitando que ele está aqui, para atendê-lo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, eu vou só à minha sala. Vou aproveitar para votar virtualmente, para checar também... Há um pessoal na minha sala. Vou aproveitar para votar virtualmente, para checar o sistema também. Está bom? Aí, depois da primeira votação, eu venho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Plínio, a Secretaria pede, como eu vou incluí-lo agora, para a semana que vem, para V. Exa. entregar o relatório, senão não dá para incluí-lo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Já entrego, sim! O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está bom.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Estou aqui ao lado, no meu gabinete. Eu vou aproveitar para checar o sistema virtual de votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Entendi. Mas já está atendido o pleito da bancada de V. Exa. Obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado. Eu agradeço em nome dos Municípios do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

Eu vou iniciar o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: *a matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.*

Concedo a palavra ao Relator da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para questão de ordem.) – É uma questão de ordem.

Não sei se está incluído na pauta ou não um requerimento, inicialmente apresentado pelo Senador Alvaro Dias e pelo Senador Jorge Kajuru e reiterado por mim, que versa sobre um assunto mais do que recorrente, cansativamente recorrente.

Eu apreciei a sua fala. Como sempre, foi muito cordial, muito afetuoso. Quero compartilhar aqui os seus cumprimentos ao nosso querido amigo Lucas Barreto, seu amigo de infância. Ele é o meu mais novo amigo de infância também, porque eu só o conheci aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu sou o novo amigo de infância dele. Fico satisfeito de nós termos esse ponto em comum.

Agora, eu não posso ficar silente com a digressão que V. Exa. fez a respeito do não funcionamento da Comissão de Constituição e Justiça. Como eu não quero me alongar, eu quero dizer que não aceito as colocações feitas. O espaço aqui é grande. A Comissão de Constituição e Justiça ou a CPI tinham várias salas para escolher se quisessem funcionar.

Eu o ouvi, fiz um esforço. E o senhor vai fazer um pequeno esforço, porque eu vou ser muito breve. Apenas estou dizendo que não concordo com o que o senhor falou. A Comissão de Constituição e Justiça tinha que funcionar! Mas isso já passou. Se V. Exa. está querendo dar curso agora normal, eu não posso deixar de fazer um reparo: ela não tinha motivos para não funcionar. Todas as outras Comissões funcionaram, às vezes no mesmo plenário, pois havia hora para começar e hora para terminar. Dessa forma, eu apenas quero deixar patente e registrado que eu repilo o conteúdo meritório, no mérito, da sua reflexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, quero dizer que eu tenho um requerimento que não é novo. Se o senhor vai dar preferência para partido A ou para partido B... Nós temos algo que já ensejou requerimento meu, subscrito por muitos outros Senadores, para levar ao Plenário assuntos que estão pendentes aqui, e a Comissão está descumprindo o Regimento, o art. 118 do Regimento, que estabelece para cada Comissão o prazo regimental para a apreciação de determinadas matérias. E o da Comissão de Justiça, aliás, é o maior prazo – é de 20 dias úteis corridos.

Então, é sobre esse requerimento que eu queria saber quando é que o senhor vai pautar, pelo menos o requerimento, que é de autoria, eu repito, dos Senadores Alvaro Dias e Jorge Kajuru, datado de 8 de novembro, e o meu, que é datado de hoje, que apenas o complementa. Esse requerimento, para que fique bem claro, é um a mais que pede para que seja pautada a sabatina do Sr. André Mendonça. Ou nós vamos ignorar aqui que esse assunto já tem 17 membros efetivos e 16 suplentes que pediram urgência? Esse requerimento foi apresentado a todos nós pelo Senador Fernando Bezerra. Portanto, é a maioria absoluta desta Comissão – a maioria absoluta –, tanto de titulares quanto de suplentes.

E todos sabem que o descumprimento do Regimento é continuado, é uma contravenção continuada, é uma irregularidade continuada. Eu não vou participar desta Comissão. Não vou faltar, mas eu quero pedir desculpas, finalmente, ao meu querido amigo Senador Anastasia. No mérito, eu conheço o projeto, é muito bom. Agora, eu vou deliberar ao meu jeito enquanto V. Exa. conduzir ao seu jeito a Comissão.

Essa é a nossa divergência, e eu quero deixá-la explicitada. V. Exa. está descumprindo o art. 118 do Regimento, que estabelece prazos para matérias que não são emendas e que tais nos vários incisos do art. 118.

Então, V. Exa. está devendo cumprimento do Regimento, e a Mesa também está devendo, porque compete ao Presidente da Casa cumprir e fazer cumprir a Constituição, as leis e o Regimento. Diante desse *lockdown* muito estranho, porque não é republicano, eu também me reservo o direito de ter a atitude respeitosa, mas veemente, primeiro, de não concordar com a sua reflexão; segundo, de não concordar com a forma como V. Exa. pretende conduzir a organização da pauta, porque é discricionária e fere princípio republicano e regimental.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu recolho as manifestações de V. Exa. e quero retomar a apreciação do item 4, que está com o Relator.

Concedo a palavra ao Relator Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente. Vou pedir licença para tirar a máscara, para facilitar a leitura, sob pena de embaçamento dos óculos.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2017 (nº 5.675, de 2016, na origem), de autoria do Deputado Marcio Alvino, dispondo sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.

Dotado de cinco artigos, o projeto, em seu art. 1º, indica o objeto da lei a ser aprovada e o respectivo âmbito de aplicação, já retratados em sua ementa, que é o intento de tornar impenhoráveis os bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia mantidos por entidades devidamente certificadas como beneficentes, nos termos da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, que "dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social" e dá outras providências.

O art. 2º estatui a impenhorabilidade dos bens dessas instituições de saúde, explicitando, ainda, que elas não responderão por nenhum tipo de dívida, seja civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de qualquer outra natureza, ressalvadas as hipóteses previstas na própria lei em que se converter o projeto. O parágrafo único desse mesmo artigo procura discriminar o alcance da impenhorabilidade pretendida, a compreender os imóveis sobre os quais se assentam as construções e suas benfeitorias, além de equipamentos e móveis que os guarnecem, desde que quitados.

O art. 3º prevê as exceções à impenhorabilidade prevista no projeto, quais sejam as obras de arte e os adornos suntuosos, sendo que o parágrafo único desse mesmo artigo estatui que a impenhorabilidade também deverá recair sobre os bens móveis quitados que guarneçam o imóvel locado pelas mesmas entidades beneficentes.

O art. 4º dispõe que a impenhorabilidade de bens prevista no art. 2º é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, com exceção das seguintes hipóteses, previstas nos seus três incisos: i) para a cobrança de dívida relativa ao próprio bem; ii) para a execução de garantia real; e iii) em razão de créditos trabalhistas e respectivas contribuições previdenciárias.

Finalmente, o art. 5º encerra cláusula de vigência para a data da publicação da lei em que vier a ser convertido o projeto.

Antes da chegada a esta Comissão, o PLC 115, de 2017, foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob a relatoria do Senador Luiz Carlos Heinze, que se manifestou favoravelmente à matéria, sem alterações, mediante o Parecer 45, de 2019, aprovado em 14 de agosto de 2019.

À matéria não foram oferecidas emendas.

Análise.

O projeto cuida de tema relativo ao Direito Processual Civil, sendo, portanto, inserido na competência legislativa privativa da União, nos termos do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Além de caber ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, é legítima a iniciativa parlamentar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Em acréscimo, cabe dizer que não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal a lei complementar.

No que concerne à juridicidade da proposição em análise, verifica-se que: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é adequado; ii) apresenta o atributo da generalidade; iii) afigura-se dotada de potencial coercitividade; iv) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e v) a matéria nela vertida inova o ordenamento jurídico.

No mérito, a matéria mostra-se louvável, na medida em que aponta solução para uma questão de fundo de relevante cunho social, que é o quadro de notória dificuldade financeira por que têm passado os hospitais filantrópicos e as Santas Casas de Misericórdia pelo País afora, assim colocando em risco o importante papel por essas entidades exercido no atendimento de saúde à população menos favorecida, com seguidas ameaças de interrupção de seus serviços ou mesmo de fechamento dos hospitais em pior situação.

Como bem salientou o parecer da CAS, reconhecemos o elevado mérito social do projeto e de sua intenção de ajudar essas instituições, dando-lhes uma salvaguarda para que elas possam manter seus equipamentos e seu mobiliário, continuando, dessa forma, a prestar seus relevantes serviços à sociedade brasileira.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC 115, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação.

Portanto, Sr. Presidente, este é o relatório que apresento sobre a matéria para a qual fui designado Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Colocamos em discussão a matéria.

Senador inscrito para discutir a matéria, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Senador Antonio Anastasia, eu cheguei há pouco e não tive a oportunidade de acompanhar toda a manifestação de V. Exa., mas acredito que a manifestação tenha sido favorável à impenhorabilidade dos bens e ativos de instituições filantrópicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Como Relator.) – Eminente Senador Fernando Bezerra, exatamente esse é o objeto do projeto de lei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – O projeto foi aprovado na Câmara, veio ao Senado, já foi apreciado no mérito pela CAS e foi aprovado. Agora, de fato, a questão é a impenhorabilidade dos bens, imóveis e equipamentos vinculados à prestação de serviço de saúde das santas casas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito bem.

A minha pergunta é, na eventualidade de um passivo trabalhista, para responder aos direitos líquidos e certos de trabalhadores...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Está excluído, art. 4º, inciso III.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, estaria feita a exclusão?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Isso. A execução da garantia real...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso seria apenas para créditos relativos a empréstimos...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Sim, contratos civis, mercantis, exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Contratos civis. Mas guardados os direitos trabalhistas daqueles que atuam e trabalham nas santas casas e nas instituições filantrópicas?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG) – Para o esclarecimento de V. Exa., o art. 4º arrola as exceções. Ela é oponível, salvo se movido... Então, as exceções que não se aplicam: i) para a cobrança de dívida relativa ao próprio bem, inclusive aquela contraída para a sua aquisição, porque, senão, poderia haver a má-fé, a pessoa compra e depois não quer pagar; ii) para a execução de garantia real, ou seja, que foi dado na penhora o próprio bem em garantia; iii) em razão de créditos trabalhistas e respectivas contribuições previdenciárias. Então, essa parte está resguardada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou devidamente esclarecido.

Vamos acompanhar o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, colocamos em votação o relatório ao projeto.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 7 da pauta.

Quero aproveitar essa oportunidade de público, cumprimentar o meu Líder Senador Marcos Rogério, Líder da nossa bancada no Senado Federal, e parabenizá-lo pela atuação e pela participação efetiva na CPI da covid, no Senado Federal. Sempre muito aguerrido, estudioso, V. Exa., sem dúvida nenhuma, orgulhou a nossa bancada, como nosso Líder, como membro da Comissão. Nesta oportunidade – já o fiz pessoalmente –, quero fazer publicamente, pelo espírito público, pelo grande Senador, grande Líder do Norte do Brasil, do Estado de Rondônia, como seu liderado, como Líder da bancada do meu partido, e parabenizar a atuação de V. Exa., que foi destacada, sem dúvida nenhuma, nos trabalhos da CPI. Foi um belo trabalho realizado pela Comissão, em que V. Exa. teve participação efetiva.

Cumprimento V. Exa. e a nossa assessoria, em nome do Jairo, Coordenador-Geral da frente de resistência do partido no Senado Federal, que é o nosso Chefe da Assessoria e coordena todos os nossos colaboradores do nosso partido. Quero dar um abraço em você, Jairo, e cumprimentar os nossos colaboradores da Liderança do Democratas no Senado, que está em processo de fusão com o PSL na criação de um novo partido, União Brasil.

Quero aproveitar que V. Exa. está aqui e passar para o item 7, aproveitando os Relatores presentes, Líder Fernando.

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 18, DE 2019

- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Frente Parlamentar da Advocacia no Senado Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

Relatoria: Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Aqui foi uma agenda solicitada pelo Presidente, porque ele é o autor do projeto; e, o Relator, é o Senador Marcos Rogério. Esse foi um pleito da Liderança do Democratas: Senador autor, Presidente Rodrigo, e Relator, Líder Marcos.

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora, que é uma observação que eu gostaria de fazer, após a votação da CCJ.

Concedo a palavra ao nosso jurista, constitucionalista, Senador e Professor Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, eu quero inicialmente agradecer a V. Exa. pelas palavras e pelos votos em relação ao trabalho que fizemos junto à CPI da Pandemia neste Senado Federal. Foi justamente nesta sala que nós atuamos ao longo de praticamente seis meses nos trabalhos da CPI, um momento de muitos embates, de muitos enfrentamentos.

Aqui estava o Senador Líder Fernando Coelho; e cada um, defendendo o seu ponto de vista naquilo que acreditava, quem é da oposição, quem é da base do Governo, quem é independente. Ao final, tivemos aqui o desfecho com um relatório produzido pelo Relator. Obviamente que eu apresentei um voto em separado, fui vencido, mas não convencido, e continuo convicto de que muitas coisas acontecem, Professor Anastasia, no campo da política. No campo da técnica, no campo da lealdade processual, poderia haver um outro caminho, mas esta Casa é uma Casa política, e é preciso compreender as circunstâncias da política a par de cada momento.

Mas combatemos aqui o bom combate, vamos em frente porque o Brasil tem desafios maiores. Nós estamos ainda num processo de enfrentamento da pandemia, ainda não finalizamos esse enfrentamento, mas a gente precisa pensar o Brasil já com a visão, com a concepção do pós-pandemia.

Mesmo fazendo essa transição, nós precisamos pensar o Brasil pós-pandemia, com as consequências derivadas desse período todo que nós vivemos, que têm impacto na vida da população como um todo, impactos sociais, impactos econômicos, impacto cultural e na saúde das pessoas. Não é só o fato de quem teve a covid-19: muitas pessoas estão sofrendo as consequências disso, o índice de pessoas com problemas, inclusive de depressão, aumentou muito, outras pessoas precisam de acompanhamento médico. É para essas pessoas que a gente tem que ter um olhar diferenciado nesse momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cuidar da economia, o que é fundamental, muitos países acabaram abrindo mão desse aspecto, focaram apenas num dos pontos de enfrentamento, que foi o enfrentamento à crise sanitária, e se perderam na economia, estão com problemas, problemas graves. Há países sofrendo desabastecimento.

O Brasil tem a graça, a benção de ser um país que é um celeiro de produção, terra fértil, solo fértil, povo trabalhador, que produz muito. Nós não temos problemas de abastecimento; pelo contrário, nós temos alimentos para abastecer o Brasil e para contribuir com o mundo com os alimentos que aqui produzimos, mas nós precisamos mais do que isso. Os preços estão pressionados, é preciso adotar políticas públicas que contornem isso, porque toda a cadeia de consumo acaba afetada em razão disso.

Por isso, eu digo que enfrentar a pandemia é um desafio, mas pensar no pós-pandemia é também um desafio grande que deve mobilizar todos os nossos esforços pelo Brasil e pelos brasileiros.

E sair desse ambiente de tensão permanente que não faz bem à nossa sociedade.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que V. Exa. me dá de relatar este projeto, como disse V. Exa., de autoria do Senador Presidente do Senado Federal, Senador, nosso amigo, Rodrigo Pacheco, que trata de um tema também importante.

Eu passarei diretamente à análise para economia de tempo.

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos arts. 101, I, e 401, §2º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e o mérito da proposição em exame. Embora o último dispositivo citado aluda à alteração do Regimento Interno, não deve ser entendido como se referindo apenas a modificações no texto principal que reúne as normas regimentais, mas a todas as normas correlatas, ainda que não o integrem, mas que disciplinem o funcionamento da Casa Legislativa.

No plano da constitucionalidade, cabe registrar que as frentes parlamentares possuem clara natureza associativa e, portanto, gozam da proteção constitucional atribuída a entidades com essa característica; congregam Parlamentares que se irmanam na defesa de determinadas ideias e propostas que extrapolam o âmbito partidário; estão longe de ser um fenômeno incomum ou encontrado apenas no Brasil, mesmo porque as segmentações partidárias, a despeito de sua importância no processo político, não são capazes de espelhar em toda a sua inteireza o conjunto de bandeiras e preferências sociais que os Parlamentares são incumbidos por seus eleitores de representar.

O reconhecimento pela Casa Legislativa das frentes parlamentares não se destina a impor-lhes um regramento definido ou promover ingerência em seu funcionamento. Fosse assim, estaria violando o inciso XVIII do art. 5º da Constituição. Bem ao contrário disso, o reconhecimento se destina sobretudo a sinalizar a disposição, da parte do órgão legislativo, de promover esforços direcionados a facilitar o exercício do direito de associação. Por isso, o projeto: (i) realça o elemento volitivo, como necessário à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetiva criação da frente parlamentar, cuja instalação depende da subscrição de ato por Senadores e Senadoras; (ii) assegura a autonomia da frente, que será regida por regulamento próprio, aprovado pelos seus membros; (iii) oferece o espaço físico das dependências do Senado Federal para viabilizar as reuniões da frente; (iv) e dispõe que o Senado prestará colaboração à frente parlamentar. É à luz do estabelecimento desses deveres de colaboração que se justifica seja editada resolução sobre o assunto.

Quanto à juridicidade e à regimentalidade, não há reparos a fazer ao projeto.

No mérito, consideramos bem-vinda a criação de uma Frente Parlamentar da Advocacia.

Com efeito, a importância dessa atividade foi reconhecida no próprio texto original da Constituição de 1988, bem como no resultante de reformas promovidas pelo Constituinte derivado, ao: (i) qualificar a advocacia como função essencial à justiça; (ii) garantir a inviolabilidade do advogado pelos seus atos e manifestações no exercício da profissão; (iii) conferir diversas prerrogativas à Ordem dos Advogados do Brasil, como a de participar na organização dos concursos para a magistratura e o Ministério Público, propor ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade, indicar representantes para compor o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

O relevantíssimo papel da advocacia e da OAB também é reconhecido pela legislação infraconstitucional. Conforme a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, o advogado, no seu ministério privado, presta serviço público e exerce função social (art. 2º, § 1º da referida lei). Já a OAB constitui serviço público e tem entre suas finalidades as de defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas (art. 44, I).

A própria história nacional e o conjunto de tradições e valores que definem o Brasil confirmam o papel de destaque que a advocacia sempre teve em nosso meio. Entre os líderes da Inconfidência Mineira, figuravam juristas, como Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Quando, no período que se seguiu à independência, foram criados os primeiros cursos superiores no Brasil, entre eles estava o de Direito, ministrado em Olinda e em São Paulo (Lei de 11 de agosto de 1827). Algumas das personalidades de maior destaque na política nacional tiveram formação jurídica, como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Getúlio Vargas, João Goulart, Afonso Arinos, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

Como acentuado pelo autor do projeto, Senador Rodrigo Pacheco, o ofício da advocacia, dada a sua importância, deve merecer regulação legal especialmente protetiva. Quando os mais caros direitos de uma pessoa estão em risco, sua defesa depende, de modo decisivo, da figura de um bom advogado. É assim relativamente ao direito à vida, à liberdade de ir e vir, à liberdade de expressão, ao direito à saúde, ao direito de propriedade. Por isso, é mais do que justificável a criação, nesta Casa, de uma frente parlamentar da advocacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 18, de 2019.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Marcos, Líder.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

Informo ao Plenário da Comissão que a matéria vai para a Comissão Diretora do Senado.

Gostaria de informar também que, da nossa pauta, os itens 2, 3 e 5 são não terminativos e, portanto... Perdão! Eles são terminativos. Perdão! E, como são terminativos, nós precisamos de um quórum elevado para colocá-los em apreciação. Assim, ficam adiados para a próxima reunião por falta de quórum e também pela ausência dos Relatores das matérias.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 37, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal.

Autoria: Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)

Relatoria: Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2494, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta.

Observações:

Votação nominal

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 287, DE 2018

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Relatoria: Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- *Votação nominal.*)

Dezenove Senadores registraram presença, mas no momento apenas cinco Senadores estão participando de forma remota, semipresencial, e eu agradeço ao Vice-Presidente Antonio Anastasia e ao Senador Marcos Rogério pela presença aqui na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como está claro e nítido que o quórum não é adequado para que a gente possa deliberar – e nem é permitido pelo Regimento deliberar uma matéria tão importante, terminativa aqui na CCJ –, eu não posso prosseguir com a reunião.

Portanto, ficam transferidos esses itens para a próxima semana, e nós vamos fazer a reunião hoje com a Secretaria da Comissão para fazer uma compilação de todas as solicitações que foram feitas.

Dr. Danilo, nosso Consultor-Geral do Senado Federal, uma presença ilustre, seja bem-vindo à nossa Comissão e parabéns pelo trabalho que a Consultoria do Senado Federal exerce, auxiliando todos os Senadores! Em sua pessoa, queria cumprimentar todos os nossos Consultores do Senado Federal, que nos orientam e nos auxiliam nos nossos afazeres do mandato de Senador da República.

Como não há quórum, vou ter que encerrar a reunião.

Novamente informo que, na próxima quarta-feira, nós teremos reunião deliberativa da CCJ, e a Presidência da Comissão na próxima semana, por motivo de viagem deste Presidente, será coordenada, dirigida pelo Presidente Anastasia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatro minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Giordano, Lasier Martins, Alvaro Dias, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Jorginho Mello, Carlos Portinho, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e ainda do Senador não membro Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Telmário Mota, Alessandro Vieira e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 508, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós, nos termos dos arts. 18, § 3º, e 49, XV, ambos da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Siqueira Campos (DEM/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 68, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Geral do Esporte." **Autoria:** Comissão Diretora. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com 40 emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 66, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a emissão gratuita da segunda via de documentos necessários ao exercício da cidadania que tenham sido furtados, roubados ou destruídos devido a ocorrência de desastres, para pessoas que recebam até 1 (um) salário mínimo e/ou para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, do Governo Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 56, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 6-CCT. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Proposta de Emenda à Constituição n° 2, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 120, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para isentar o advogado do pagamento de custas processuais em execução de honorários advocatícios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 41, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 9, nos termos da emenda nº 7-CAE (Substitutivo), com quatro subemendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 676, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública- FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1334, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a atenção à saúde de condutores reincidentes em infrações de trânsito oriundas do uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência entre as destinações da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 37, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (PMDB/MS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 287, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1822, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da emenda nº 2-CDH e com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4840, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz." **Autoria:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhoras e senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 14.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Srs. Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicado Senado Digital, como de praxe.

Recebemos a comunicação do Senador Roberto Rocha, que se encontra em missão internacional, para a retirada dos itens 2 e 14, como Relator, e da retirada também, a pedido do Senador Alessandro Vieira, Líder do Cidadania, do item 10.

Então, nós vamos retirar esses três itens da nossa pauta.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 68, DE 2017

- Não terminativo -

Institui a Lei Geral do Esporte.

Autoria: Comissão Diretora

Relatoria: Roberto Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com 40 emendas que apresenta

Observações:

- Em 09/11/2021, foram recebidas as Emendas nº 2 e 4 de autoria do Senador Paulo Paim e a Emenda n° 3 de autoria dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Girão (todas dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 37, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal.

Autoria: Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)

Relatoria: Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 4840, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz.

Autoria: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)

Relatoria: Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta

Observações:

- Votação nominal.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, o item 7 porventura o Relator pediu para retirar? Se ele não pediu, eu queria, antecipadamente, pedir a V. Exa., porque há uma dúvida com relação a ele. Se ele pudesse sair de pauta, seria melhor; senão, vou pedir vista, já antecipo, do item 7, porque há dúvidas do ponto de vista de possível impacto na Zona Franca de Manaus, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeito.

O Relator nesse caso, eminente Senador, sou eu mesmo. Então, não há dificuldade. Atendendo ao seu pedido, eu vou retirar de pauta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nada melhor do que estando sob a guarda de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu farei contato consigo, de pronto, após a reunião, porque o Senador Amin, que é autor do projeto que já foi aprovado na CAE tem empenho na sua aprovação. E terei toda abertura para ouvir as suas ponderações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Então, está retirado também da pauta, à solicitação do Senador Eduardo Braga, o item nº 7.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 7

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 41, DE 2019

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa, e dá outras providências.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda nº 7-CAE (Substitutivo), com quatro subemendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.)

Então, nós vamos ao item nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 508, DE 2019

- Não terminativo -

Convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós, nos termos dos arts. 18, § 3º, e 49, XV, ambos da Constituição Federal.

Autoria: Senador Siqueira Campos (DEM/TO) e outros

Relatoria: Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta

Concedo a palavra ao eminente Senador Plínio Valério para proferir o seu relatório.

Senador Plínio, com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Bom dia, Presidente! Bom dia, Senadores! Bom dia, Senadoras!

Vou pedir permissão, Presidente... Acho que, isolado aqui, dá para tirar pelo menos momentaneamente a máscara. Fica mais fácil.

Antes de ler o relatório, eu quero faz um resumo pequeno sobre a importância desse projeto.

Há alguns pareceres favoráveis. Em 1973, a Câmara dos Deputados fez o projeto de resolução que criou a comissão do Estado para estudar redivisões territoriais no Brasil. Em 1974, simpósio na Câmara dos Deputados reafirmou a necessidade da integração nacional e soberania, recomendando a criação de Territórios federais. Em 1980, o Ministério da Defesa se posicionou favorável pelo mesmo motivo. Em 1988, a Constituinte decretou a criação de comissão para estudar essas divisões territoriais e com parecer favorável à criação do Tapajós; foi decretado o plebiscito, que foi arquivado. Em 2000, houve o plebiscito, mas colocaram Carajás e Tapajós junto, e a população do Pará foi contra, mas com a particularidade de que, desses 23 Municípios que constam no Estado do Tapajós, o mínimo que deu foram 80% favoráveis. Em 1995, a Assembleia Estadual do Pará deu parecer pela viabilidade; e hoje há mais de 350 mil assinaturas por esse plebiscito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ao relatório, Presidente.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2019, do Senador Siqueira Campos e outros, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós, nos termos dos arts. 18, §3º, e 49, XV, da Constituição Federal.

Relatório.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 508, de 2019, subscrito por 27 Senadores e cujo primeiro signatário é o Senador Siqueira Campos, foi protocolado em 13 de agosto de 2019. No mesmo dia, o avulso inicial foi encaminhado à publicação e a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria foi publicada no *Diário do Senado Federal* nº 115, de 2019, do dia 14 de agosto, referente à sessão realizada no dia anterior.

Em 20 de agosto de 2019, seis dias após a publicação do PDL – é bom fazer esse histórico, Presidente –, o Senador Zequinha Marinho solicitou, mediante requerimento, a retirada de sua assinatura do Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2019, que convoca para a criação do Estado do Tapajós.

O PDL aguardou designação de Relator da data de sua publicação no *Diário do Senado Federal* até o dia 5 de abril de 2021, quando nos foi distribuído para relatoria.

Hoje, o Senador Zequinha vai até se posicionar e não tem nada a opor.

A proposição contém quatro artigos.

O primeiro enuncia a convocação de plebiscito para que o eleitorado do Estado do Pará decida sobre a conveniência da criação do Estado de Tapajós mediante desmembramento de 23 Municípios. É bom que a gente relacione aqui, Senador Eduardo, Senador Kajuru, os 23 Municípios: Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa, Trairão e Uruará. Destaco também que há Município que fica acerca de 2 mil quilômetros da capital, Belém – só para citar por que essa gente anseia tanto pela autonomia.

O parágrafo único do art. 1º explica que os Municípios que vierem a ser criados a partir do desmembramento de qualquer um dos relacionados no *caput* integrarão o Estado de Tapajós.

O art. 2º estabelece critério temporal de habilitação dos eleitores aptos a participar do plebiscito: somente poderão participar aqueles cuja inscrição ou transferência – de título de eleitor – tiver sido requerida antes de 150 dias da realização da consulta popular.

O art. 3º – lembrando que são quatro – informa que o Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação do decreto legislativo ao Tribunal Superior Eleitoral, conforme dispõe o art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º, último, prevê a entrada em vigor do decreto autorizativo na data de sua publicação, sem dispor sobre prazo para a realização do plebiscito.

Na justificação, os marcos constitucionais do normativo foram apresentados, com especial ênfase nos arts. 18, §3º, e 49.

Da análise, Presidente.

O inciso XV do art. 49 da Constituição Federal prevê, entre as competências exclusivas do Congresso Nacional, a convocação de plebiscito mediante decreto legislativo.

Nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União e, em especial, sobre a criação de Estado e Territórios, incorporação ou desmembramento de áreas a eles pertencentes.

Compete ainda à CCJ opinar sobre as matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário.

O §3º do art. 18 da Constituição Federal estabelece que os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados ou Territórios Federais mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito.

O art. 3º da Lei nº 9.709, de 1998 – eu registro aqui –, que regula as manifestações populares na forma de plebiscito, referendo e lei de iniciativa popular, dispõe que:

> Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta lei.

Nos termos do art. 7º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, entende-se por "população diretamente interessada" tanto a do Território que se pretende desmembrar, quanto a do Território que sofrerá desmembramento. Por isso, propomos o aperfeiçoamento da redação do art. 2º do PDL, conforme vou ler ao final.

Vale lembrar que dez anos atrás se realizou o plebiscito sobre a divisão do Estado do Pará em três – Pará, Carajás e Tapajós –, a partir da aprovação de um projeto de decreto legislativo que tramitava desde o século passado. Vejam só: é uma luta, na realidade, de 270 anos mais ou menos, Presidente, que essa gente está enfrentando, os antepassados nesses Municípios já pugnavam e brigavam por essa autonomia. O PDS nº 19, de 1999 (PDC nº 731, de 2000, na Câmara dos Deputados), determinava a realização do plebiscito no prazo de seis meses, contados da promulgação do decreto legislativo. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria foi remetida à Câmara dos Deputados para revisão ao fim do ano 2000 e retornou ao Senado em junho de 2011. O Decreto Legislativo nº 137 foi publicado no *Diário Oficial da União* em 3 de junho de 2011.

O plebiscito ocorreu, Sr. Presidente, no dia 11 de dezembro de 2011, ao fim do prazo previsto de seis meses. Na redação original da matéria, buscava-se que a votação ocorresse junto às eleições municipais, o que não se verificou.

Na ocasião, propunha-se que o Estado de Tapajós tivesse 28 Municípios – hoje são 23, como está no PDL em exame. Os eleitores da população diretamente interessada puderam regularizar sua situação junto à Justiça Eleitoral em até dois meses antes do plebiscito, conforme cronograma elaborado pelo TSE. A proposição em exame propõe prazo maior, de 150 dias antes da realização da consulta.

A nossa sugestão no art. 2º do presente PDL: que seja modificado no sentido de determinar que o plebiscito ocorra na mesma data que as eleições, gerais ou municipais, que sucederem à aprovação do decreto legislativo.

Dessa maneira, aplicar-se-á o mesmo prazo de regularização da situação dos eleitores que se adota nas eleições ordinárias, que também é de 150 dias, nos termos do art. 91 da Lei nº 9.504, de 1997, sem deixar margem para eventual resolução do TSE dispor sobre prazo diverso. Outra vantagem dessa proposta é a economia de recursos, por vincular a realização do plebiscito às primeiras eleições que ocorrerem após a promulgação do decreto legislativo.

Ainda, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, efetuamos ajustes de técnica e redação legislativa na minuta apresentada, também a compatibilizando com as disposições adotadas no Decreto Legislativo que convocou o plebiscito de 2011.

Quanto ao mérito da proposição, resgatamos que o movimento de emancipação do Tapajós existe há pelo menos 170 anos. Na realidade, há registros históricos que falam em mais de 200 anos.

Apesar da derrota, o plebiscito de 2011 foi marco para o movimento separatista, que saiu fortalecido e passou a angariar assinaturas para a apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular visando à criação do Estado do Tapajós.

Para esclarecer aos Senadores e Senadoras, o Tapajós teria 43,15% do atual território do Estado do Pará, totalizando 538,049 mil de quilômetros quadrados, com 23 Municípios e cerca de 2 milhões de habitantes. O Produto Interno Bruto estimado hoje – e é bom que a gente diga isso, porque virão muitas críticas. Aqueles que são contrários dirão que haverá muitas despesas com a criação de tribunais, etc. – da região é de aproximadamente R$18 bilhões, segundo dados de 2018.

Em 2011, a população dos Municípios que comporiam o Estado de Tapajós manifestou, de forma inequívoca, o seu desejo de emancipação do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passados dez anos, essa vontade é mantida.

O voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2019, e quanto ao mérito, votamos pela sua aprovação na forma do seguinte Substitutivo.

E aí a nossa proposta final.

O Congresso Nacional convoca plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós.

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica convocado plebiscito para consultar os eleitores de Estado do Pará sobre a conveniência da criação do Estado de Tapajós mediante desmembramento [daqueles 23 Municípios que eu citei...]
> Art. 2º O Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste Decreto Legislativo ao Tribunal Superior Eleitoral, para que sejam adotadas as providências a que alude o art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.
> Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará para organização, realização, apuração, fiscalização e proclamação de resultado do plebiscito.
> Art. 3º O plebiscito ocorrerá simultaneamente às eleições gerais ou municipais que sucederem a aprovação deste Decreto Legislativo.
> Parágrafo único. A população diretamente interessada a ser consultada compreende os eleitores em situação de regularidade junto à Justiça Eleitoral no Estado do Pará, no prazo de cento e cinquenta dias antes da realização do plebiscito.
> Art. 4º No prazo de 2 (dois) meses, contado da proclamação do resultado do plebiscito, se este for favorável à criação do Estado de Tapajós, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará procederá ao questionamento dos seus membros sobre a medida, participando o resultado, em 3 (três) dias úteis, ao Congresso Nacional, para fins de cumprimento do disposto no § 3º, do art. 18, combinado com o inciso VI, do art. 48, da Constituição Federal.
> Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o nosso relatório, Presidente, mas, antes de devolver a palavra, eu só quero acentuar, falar desse movimento que existe oficialmente há 170 anos; falar de Municípios que ficam distantes mil, 1,5 mil, 2 mil quilômetros da capital, Pará; falar de Municípios que hoje são ligados muito mais ao Estado do Amazonas. Hoje nós temos, Eduardo, nesses Municípios praticamente lá no Amazonas, em Manaus, cerca de 300 mil – há quem diga 400 mil – paraenses morando conosco. Para se ter uma ideia, há 200 mil eleitores paraenses registrados no nosso TSE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como exemplos mais recentes de desmembramento a gente pode citar os Estados do Mato Grosso, Goiás – quando se criou o Mato Grosso, ficou: Mato Groso e Mato Grosso do Sul – e Tocantins, que hoje são Estados que se sustentam.

Portanto, nessa região, Kajuru, eu até anotei aqui, eles são produtores de cacau... Se você pegar Bahia e entorno, lá, o Município, por percentual, é o maior produtor de cacau. Eles têm bauxita, que extraem, têm ouro, têm diamante e têm a maior reserva de urânio, talvez, do planeta. Portanto, não estamos falando de Municípios que vão se juntar para sugar. Estamos falando de Municípios, 23 Municípios que, juntos, arrecadam cerca de 1,5 bilhão e recebem de volta – em ICMS, FPM e tal – apenas 207 milhões. Portanto, nós estamos falando de uma viabilidade clara e cristalina.

Por isso eu peço que os Srs. Senadores e Senadoras aprovem o nosso relatório.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Plínio Valério. Meus cumprimentos.

Antes de dar início aqui à nossa discussão, quero indagar ao Senador Jorginho Mello se V. Exa. está confortável aonde se encontra, porque, talvez, aqui haja mais espaço físico. Mas, se V. Exa. está bem, às ordens.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Obrigado, amigo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito bem.

Então, dando início à discussão, nós temos já três inscritos: os eminentes Senadores Jader Barbalho e Carlos Portinho por via remota e o Senador Eduardo Braga presencialmente. Então, desse modo...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não, Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Sim, Senador Paulo Rocha.

Para se inscrever? Perfeitamente.

O Senador Paulo Rocha é o quarto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, me inscreva também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – O Senador Alvaro Dias é o quinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, só para constar, digo ao Senador Jader que procurei contato com o senhor várias vezes, e não consegui, para discutir, para colocar, como foi colocado com o Paulo e colocado para o Zequinha... Só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Feito o registro, eu convido o eminente Senador Jader Barbalho, que se encontra por via remota, para que se pronuncie na discussão desse tema.

Com a palavra S. Exa. o Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

Senador Jader, V. Exa. está com o microfone desligado.

Eu pediria ao Senador Jader Barbalho a gentileza de... Vamos ver... (*Pausa.*)

Ainda está desligado.

Agora vamos tentar. Tente, por favor.

Continua desligado, Senador Jader. O microfone de V. Exa. está desligado. Nós estamos vendo V. Exa., mas não o ouvimos. Há um ícone pequeno de microfone, vermelho, cruzado, no computador, abaixo, à sua esquerda. No cantinho abaixo, à sua esquerda, um microfone vermelho. O senhor identificou? No canto esquerdo, abaixo, à esquerda, há um microfone vermelho com um x.

Eu vou fazer o seguinte, Senador Jader: vou dar a palavra ao Senador Carlos Portinho e pedir à assessoria para fazer contato com V. Exa. por telefone para orientação sobre o som. Perfeito?

Com a palavra, então, o Senador Carlos Portinho.

Peço à Secretaria para, por telefone, orientar o eminente Senador Jader Barbalho, a quem retornarei a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus colegas de CCJ, um bom dia a todos.

Presidente, com algumas... Do meu feitio... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Portinho... Senador Portinho, eu vou sugerir a V. Exa... (*Pausa.*)

Senador Portinho, desculpe interrompê-lo, mas... Senador Portinho, V. Exa. me escuta? (*Pausa.*)

Senador Portinho... Senador Portinho, nós não estamos ouvindo V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, desligue o som dele e toque em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Vamos tocar a campainha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Portinho, o som de V. Exa. está cortando muito. Eu tomo a liberdade de sugerir que V. Exa. desligue a câmera, porque há um problema na sua conexão. Aliás, ontem, no Plenário, nós notamos também que havia talvez essa deficiência de internet, infelizmente um mal que aflige a muitos nós pelo Brasil – sinal fraco. E agora o senhor está até paralisado, significa que o sinal caiu de vez, infelizmente. (*Risos.*)

Então, eu não sei se o senhor... A tela está congelada, então, nós não sabemos o que está acontecendo. De fato, a informática ajuda em alguns momentos, mas, em outros, ela é um pesadelo.

Senador Portinho, me escuta?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já, de volta. Acho que agora...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Não, o senhor desligue a câmera para melhorar o som. Desligue a câmera, por gentileza. Vamos ser privados de vê-lo, mas vamos ouvi-lo melhor.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Agora melhorou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Vou retomar, então, aqui a minha posição. Agora, eu fui para o 5G, dizem. Vamos ver.

O que eu queria colocar, Sr. Presidente, de forma alguma para constrangê-lo – nunca faria isso –, mas na verdade todos, muitos aqui, já estão constrangidos com a situação da sabatina das autoridades. A gente precisa nomear o relator que vai sabatinar o Sr. André Mendonça. Se essa sabatina, como determinou o Presidente Rodrigo Pacheco, vai se dar num esforço concentrado do dia 30 ao dia 3, pelo menos nessa sessão nós devemos indicar o relator para que ele tenha o tempo suficiente para poder desempenhar a sua incumbência.

Então, Sr. Presidente, gostaria de colocar, e se V. Exa. puder encaminhar aos nossos pares presentes, se todos concordam que a gente possa aqui definir quem será o relator do Sr. André Mendonça. Posso fazê-lo por requerimento também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Portinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mas acho que essa questão pode ser suprida aqui com a vontade da maioria, se eu não estou enganado. V. Exa. conhece o regimento melhor do que eu. É o meu pedido e o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Portinho, desculpe interrompê-lo. Como nós estamos no meio da discussão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é uma questão de ordem, Presidente. Nesse sentido, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Nós estamos no meio da discussão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vai me perdoar, mas é uma questão de ordem e de desordem – de desordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Há uma coisa muito grave que está ocorrendo na Casa – muito grave. Há notícias, promovidas, inclusive, por Senador daqui, e estranho que não esteja presente, o Senador Alessandro Vieira, de que ele notificou o Supremo de que a Polícia Legislativa está sendo utilizada para pressionar pessoas que teriam participado do incidente rachadinha. Portanto, isso já é público.

Segundo, o requerimento de minha autoria e o requerimento de autoria de Alvaro Dias e de Jorge Kajuru – respectivamente, o meu é do dia 10, e o deles, do dia 8 de novembro – não foram considerados protocolados pela Comissão de Justiça. O que é isso? Nós estamos, portanto, navegando em um pântano, em um pântano! Eu não discuto nenhum outro assunto – e me perdoe, Senador Plínio – sem que saiba aquilo com que estou lidando! Essa é uma coisa cavernosa!

Eu tenho o maior respeito e apreço por V. Exa., tenho apreço pelo Senador Rodrigo Pacheco, mas tenho muita ojeriza a olhar de paisagem. Nós estamos sabendo de coisas indevidas. E as autoridades fazem olhar de paisagem a descumprimento de Regimento, abusivamente, pelo titular desta Comissão de Justiça? E eu disse isso para ele na semana passada, disse de viva voz! Portanto, eu não posso esconder!

Eu estou aqui para cumprir um mandato, que não é meu, e quero saber quem é que está ao lado da lei e quem é que está ao lado de manobras escusas, essa deste requerimento, essa da Polícia Legislativa! O que é isso?

Senador Plínio Valério, eu não vou tratar desse assunto, que, como o senhor disse, tem 170 anos de história, sem tratar do atual, do presente e daquele com que estou lidando.

Então, a minha questão de ordem é a seguinte: foi protocolado ou não foi? Vai ser deliberado ou não vai?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro requerimento tem 34 assinaturas. São 34 assinaturas, são 17 titulares e 16 suplentes. Todo mundo faz olhar de paisagem? É isso? Não! Se é olhar de paisagem que todo mundo faz, eu gostaria de sair da paisagem.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pela ordem! Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, eu gostaria também de, pela ordem, dar sequência a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Todos terão a palavra. Todos terão a palavra, é claro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu sou autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Claro, claro.

Então, Senador Alvaro e depois o Senador Eduardo...

Senador Alvaro, por favor, V. Exa...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, com todo o respeito a V. Exa., que tem uma biografia a ser preservada, nós não temos como não deliberar sobre esse requerimento na reunião de hoje, ou esta reunião não existe. Há um requerimento que foi protocolado há dias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – No dia 8 e no dia 10.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – O Senador Amin faz referência às datas: um no dia 8 e, depois, o outro no dia 10. No dia 8, foi o de minha autoria e do Senador Jorge Kajuru; no dia 10, o do Senador Amin. Nós estamos aqui desconfortáveis. Eu confesso a V. Exa. que nunca me senti tão desconfortável nesta Casa como atualmente.

Nós elegemos um Presidente para dirigir os trabalhos da Casa. O Regimento impõe que esta Comissão se reúna nas quartas-feiras, às 10h – é regimental. E, quando não está presente o Presidente, assume o Vice-Presidente. Basta um quórum de seis Senadores para que os trabalhos possam ter início. V. Exa. tem a autoridade de Presidente neste momento, e nós estamos invocando o Regimento para convocar uma reunião extraordinária no próximo dia 23, a fim de que o Sr. Dr. André Mendonça possa ser sabatinado, cumprindo o rito que é tradição nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há razão para protelação, já protelamos demais. Isso é inusitado, é como se esta Comissão estivesse a serviço de interesses escusos. Nós não podemos compactuar com isso, Presidente. O Senado Federal, a instituição, o Congresso Nacional sofre desgaste em razão de problemas que não podem ser imputados a todos os Parlamentares. Nós queremos preservar a nossa biografia, não desejamos compactuar com esse apagão na Comissão de Constituição e Justiça, com a leniência, com a irresponsabilidade, com esse achincalhe contra uma instituição que é essencial ao Estado de direito.

Portanto, Presidente, nós estamos apelando a V. Exa., porque a Comissão de Constituição e Justiça não está apenas comprometendo os trabalhos do Senado Federal; está comprometendo o trabalho de outras instituições fundamentais, como o Supremo Tribunal Federal, que já vive um impasse em razão da ausência de um dos ministros desde a aposentadoria do Ministro Marco Aurélio. Nós estamos comprometendo os trabalhos do Conselho Nacional de Justiça, que não se reúne mais porque há buracos na constituição do conselho. O Conselho Nacional do Ministério Público da mesma forma, nós estamos comprometendo os trabalhos dessa instituição. E, acima de tudo, nós estamos desrespeitando a sociedade. Não é um desrespeito apenas ao Senador Kajuru, ao Senador Amin, e a todos quantos não concordam com esta leniência e com esta irresponsabilidade. É um desrespeito a esta instituição e, acima de tudo, um desrespeito ao povo brasileiro.

Presidente Anastasia, nós não podemos abrir mão da deliberação desse requerimento, ou então nós vamos consagrar a tese de que esta Comissão tem um proprietário, que é o Sr. Davi Alcolumbre. Um proprietário ausente! Nós não estamos num regime ditatorial na Comissão de Constituição e Justiça, onde um único Senador decide os destinos da Casa, e, mais do que isso, decide os destinos de instituições importantes no Estado de direito.

Portanto, Sr. Presidente, eu creio que não há necessidade de acrescentar argumentos, porque é elementar, tem clareza solar. Ou nós achincalhamos ainda mais essa instituição ou deliberamos sobre essa matéria. Quem não quer Dr. André Mendonça Ministro do Supremo Tribunal Federal, vote contra, faça as indagações, questione. Nós queremos é cumprir o nosso dever. O ritual é este.

Nós não mudamos o sistema de escolha dos ministros dos tribunais superiores ainda. Queremos mudar – V. Exa. inclusive é Relator de uma das propostas – esse sistema do apadrinhamento político que impõe suspeição, quase sempre, nas decisões do Supremo, pela meritocracia. Mas, por hora, o sistema é este: é o Presidente da República que indica. Ele escolheu o Dr. André Mendonça e nós temos que deliberar sobre a sua escolha. Podemos nos opor a ela, mas não podemos colocar na gaveta. A gaveta não é o melhor lugar neste momento, Presidente.

Fica o nosso apelo. E temos certeza de que V. Exa. vai zelar pela sua biografia.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente, até porque fui eu que puxei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – O Senador Eduardo Braga já está inscrito.

Senador Eduardo, com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Bem, Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero aqui cumprimentar V. Exa., que há anos participa ou como Vice-Presidente ou como Presidente ou como membro destacado da CCJ. Eu estou aqui no Senado completando agora 11 anos; o Senador Alvaro Dias aqui é o nosso decano, juntamente com o Senador Renan Calheiros; o Senador Amin também é um homem experiente, com vários mandatos no Parlamento e no Senado da República; e eu represento, Sr. Presidente, a maior bancada do Senado, e bancada construída no voto, portanto legitimada pela urna.

Durante todo esse período, Sr. Presidente, eu procurei, com cautela, com habilidade, não me manifestar sobre o tema, mas eu creio que os requerimentos apresentados pelo eminente Senador Kajuru, pelo eminente Senador Esperidião Amin e pelo eminente Senador Alvaro Dias, além de receberem o Sedol, devem receber, por parte da Comissão de Justiça, a numeração para estarem aptos a serem pautados – e eu compreendo a limitação de V. Exa. em função da ausência do titular – na próxima reunião da CCJ. Eles teriam que ser numerados, numa demonstração, inclusive, de respeito ao mandato popular dos Srs. Senadores. Nós não podemos simplesmente ignorar um requerimento apresentado por Senadores, eleitos pelo voto direto, que têm representatividade popular, mandato constitucionalmente adquirido pelo voto direto. Cada requerimento desses está aposto por votos que eles receberam na urna.

Então, faço este apelo a V. Exa., para que a Mesa acate o requerimento – já está protocolado –, numere, e ele esteja apto para ser pautado, respeitando obviamente a ausência do Senador Davi Alcolumbre.

E quero aqui manifestar a minha posição como Líder do MDB. No esforço concentrado, o Sr. André Mendonça precisa ser sabatinado na CCJ e levado a votos no Plenário desta Casa. Não dá mais, Sr. Presidente. Essa é uma resposta que o Senado da República precisa dar ao Brasil, seja para aprovar, seja para rejeitar, mas nós precisamos pautar a questão da indicação do Sr. André Mendonça, na CCJ para sabatina e no Plenário para a votação da indicação com o parecer da CCJ.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não, Senador Plínio. Nós estamos... Foi feito um parêntese na discussão do projeto de V. Exa...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – ... porque esse é um tema delicado, e está havendo certa... Então, eu vou só concluir...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Foi por isso que eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não. Com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Foi por isso que eu pedi pela ordem, Sr. Presidente, porque todo mundo aqui tem direito, todo mundo fala, mas estamos falando de impaciência. Os Senadores já não suportam mais, estão impacientes. Imagine esse pessoal que veio do Pará aqui, que está esperando a gente deliberar e votar isso; a impaciência de quem já luta há 170 anos por isso.

Então, eu lamento que essa discussão, que é viável, que é justa, esteja sendo feita durante a discussão de um projeto e não tenha sido feita no começo da reunião, nem depois da votação. Então, eu queria, pela ordem, estabelecer a ordem, Presidente, em respeito aos paraenses, a esses 350 mil que querem essa emancipação, que nós possamos levar adiante.

Mas eu sei que logo vai surgir um pedido de vista. Eu só queria que o senhor me falasse do prazo desse pedido de vista – tenho certeza de que vai aparecer. Então, pela ordem, eu gostaria de continuar na ordem. É o nosso projeto que está em discussão. O requerimento a gente pode discutir depois da votação do projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Claro.

Eu vou tomar o seguinte procedimento: em respeito ao eminente Relator, nós vamos concluir esse item 1, para o qual aparentemente haverá um pedido de vista, e voltaremos a tratar das solicitações colocadas pelos Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só queria fazer uma retificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu falei agora com o Senador Eduardo Braga, agradeci todas as suas palavras, subscrevo-as, especialmente. O senhor sabe disto, o senhor sabe do apreço, do carinho, do profundo respeito que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – E é recíproco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... na minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É muito especial.

Agora, eu só queria dizer que o requerimento já deu entrada. Eu falei sobre isso com o Presidente da Casa. Pegue os *Anais* aí. Eu peguei o requerimento dos Senadores Alvaro e Kajuru, aditei o meu com uma data posterior, que é dia 10, ou seja, eles já foram debatidos. O Presidente estava aqui. Ele declarou, Presidente Anastasia, que a Comissão de Justiça não funcionou por falta de espaço. Eu lhe peço, rogo que tenha acesso às minhas palavras. Não funcionou por causa da CPI que ocupou o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Nós voltaremos já a esse item, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu execrei, repeli, fui veemente, mas respeitoso. Essa eu não aceito. E, finalmente, eu apresentei o meu requerimento separado do deles porque o deles tinha dois dias de antecedência. Então, o requerimento já está na Casa. A única retificação... Não precisa de Sedol nem de número.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele foi debatido...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... na semana passada. Só isso que eu quero dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Paulo Rocha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O documento já existe de fato ou então eu fui um fantasma na reunião...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Jamais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e o Presidente também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Aliás, eu estava aqui e vi.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Com todo o respeito aos mais experientes, aos mais velhos aqui, vamos chamar o feito à ordem. Vamos resolver primeiro... Matar um leão de cada vez. Vamos resolver primeiro o item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Claro, claro. Nós vamos fazer isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e depois vamos enfrentar essa discussão aí.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Claro, claro.

É o que eu farei.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E a notícia que eu queria dar à Casa, eu acho que é a mesma notícia que o Senador Eduardo Braga tem, é que o Senador Jader Barbalho, meu colega de Estado e bancada, realmente está com dificuldade de contato aqui com a Casa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... então ele me deu notícia para oficializar perante a Mesa o pedido de vista dele.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeito.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E eu chamo também o testemunho do Líder da bancada, do Líder do PMDB, que é Líder da bancada do Senador, que também tem a mesma informação. O Senador me pediu para ser também o porta-voz desse pedido de vista dele, que, Sr. Presidente, é fundamental em respeito...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Claro!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... ao problema de comunicação do Senador Jader Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeito.

Obrigado, Senador Paulo.

Por deferência, nós vamos tentar mais uma vez, pois, recebendo comunicação da Secretaria, aparentemente foi feito um novo contato com o Senador Jader.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ótimo.

Eu falo após o Jader.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Do contrário, nós vamos conceder vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, que o pedido de vista seja coletivo, e o senhor me informe quantos dias há para devolver.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeitamente, mas primeiro vamos ouvir o Senador Jader.

Vamos ver se a conexão funciona agora.

Com a palavra S. Exa. o Senador Jader Barbalho.

Vamos ver se a internet agora funciona. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Está muito ruim até por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu tenho a impressão de que não está sendo possível nem a conexão, não é verdade? (*Pausa.*)

É, não está conseguindo.

De todo modo, passo a palavra ao Senador Eduardo Braga para falar em nome dele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu aqui vou fazer uso da palavra, Sr. Presidente, com dois chapéus.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Um, como Senador da República, e, outro, no papel de Líder.

Primeiramente no papel de Líder.

No papel de Líder, eu recebi um telefonema do eminente Senador Jader Barbalho, um dos Senadores decanos desta Casa, representante do Estado do Pará, juntamente com o Senador Paulo Rocha e com o Senador Zequinha, e me pediu... Pediu escusas, inclusive, a todos, dizendo que não é contra a matéria, quer apenas se aprofundar com relação ao relatório, e pediu que nós apresentássemos, então, em nome dele, um pedido de vista – e, aí, um pedido de vista coletivo, inclusive do MDB e do PT, na figura do eminente Senador Paulo Rocha – a V. Exa.

Agora, quero falar como Senador da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu sou filho de um brasileiro que nasceu em Santarém. Eu conheço Santarém desde os meus cinco anos de idade. Vivi a minha infância e todas as minhas férias eram em Santarém. Minha avó era de Santarém e o meu avô paterno também era de Santarém. Eu tenho, portanto, laços familiares e laços emotivos com a cidade de Santarém.

Conheço a economia do futuro Estado do Tapajós com muita profundidade. Esse Estado não tem apenas riquezas minerais, como foi dito pelo eminente Senador Plínio Valério. Esse Estado, hoje, faz parte de uma das mais vigorosas fronteiras agrícolas do Brasil. O asfaltamento da BR 164, que liga Santarém ao Mato Grosso, transformou o oeste do Pará na nova fronteira agrícola do Brasil. O porto de Miritituba, no Estado do Tapajós, no futuro pretenso Estado do Tapajós e, portanto, no Estado do Pará, é um dos portos mais importantes da Amazônia brasileira, Sr. Presidente, porque por lá escoa boa parte da soja do Mato Grosso e por lá também escoa, por incrível que pareça, boa parte dos componentes que vão para a zona franca de Manaus, além da importância do porto de Tapajós. Portanto, a produção de cacau, a produção agrícola, a produção mineral, a agroindústria que se instala naquela região do Estado do Pará, sem dúvida nenhuma, dá àquela região uma economia e uma dinâmica econômica que evidencia, aos olhos de quem visita aquela região, desenvolvimento, prosperidade, etc.

Há uma questão geográfica clara: o distanciamento da capital do Estado do Pará, sede do Governo paraense, dessas que são regiões com uma dinâmica econômica muito pujante. E como bem disse o Senador Plínio Valério, há um intercâmbio no Baixo Amazonas, tanto do Baixo Amazonas do Estado do Amazonas como do Baixo Amazonas do Estado do Pará, muito grande. Portanto, muitos amazonenses se sentem emocionalmente relacionados, pelo que disse o Senador Plínio Valério. Há uma colônia paraense, mais especialmente uma colônia do oeste do Pará muito grande, na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas, em Parintins, em Nhamundá, em Barreirinha, em Boa Vista do Ramos, em Urucará. Existem muitos paraenses que vivem no Amazonas. Um exemplo desse é o Senador que vos fala. Eu nasci no Estado do Pará, eu nasci em Belém e vim para o Amazonas com nove anos de idade, e o Amazonas muito generoso me recebeu de braços abertos.

E nós não estamos decidindo se será criado ou não o Estado do Tapajós: nós estamos dando a autorização para que o povo paraense decida por plebiscito se quer ou não criar o Estado do Tapajós. Portanto, eu quero antecipar meu voto. Eu votarei a favor do relatório apresentado pelo Senador Plínio Valério.

Agora, coloco novamente o meu chapéu de Líder, mas como Líder eu tenho que aqui representar a posição do Senador Jader Barbalho e peço vista – e vista coletiva –, para que o Senador possa se manifestar na próxima reunião marcada por V. Exa.

Muito obrigado, mais uma vez, pela competentíssima forma, sempre gentil e cavalheira, com que V. Exa. conduz a CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente, permita a...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, muito obrigado...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – A minha última participação nesse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – O Relator. Depois, nós vamos deliberar sobre esse pedido.

Pois não, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – A última participação.

O Eduardo fala e provou da viabilidade econômica e financeira, da pujança. Só que toda essa riqueza não chega a esses Municípios, daí o sentimento de autonomia. Essa riqueza de que o Eduardo fala, que é certo e mostra a viabilidade, por si só já dá para provar e me permite chutar a bola em gol e dizer que esses Municípios, Senador Amin, são os que reclamam autonomia porque não têm as benesses dessa pujança, desse progresso, dessa soja. Lá não existe estrutura nenhuma. Esses Municípios que ficam distantes não têm estrutura nenhuma! Os hospitais de Manaus são lotados por pacientes dos Municípios do oeste do Pará.

Portanto, Eduardo, só me permita chutar em gol. Tudo de que você provou a viabilidade econômica, eu provo com os argumentos sociais. Essa gente quer também partilhar dessa riqueza, e através da autonomia do Estado, sim, eles partilharão.

É a minha última participação nisso, Presidente. Só gostaria de saber o prazo do andamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeitamente.

O Senador Paulo Rocha, que é do Estado do Pará, está mexendo a mão. É sobre o pedido de vista?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vou concordar com o pedido de vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – O pedido de vista vai suspender a discussão, que retornará na próxima reunião. Só para lembrar que nós não vamos encerrar a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Claro. Acho que ainda nem começou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Exatamente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vou respeitar o seu encaminhamento, até porque eu pedi o feito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Exatamente, para nós seguirmos aqui o ritual.

Senador Bezerra, é sobre o pedido de vista que V. Exa. quer se manifestar?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Apenas para concordar com o pedido de vista, mas queria a minha inscrição para tratar de outro assunto que já foi aqui abordado no início desta reunião, Sr. Presidente. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Então, nós vamos deliberar no item 1, de acordo com a norma regimental, concedendo a vista coletiva pelo prazo de cinco dias, ou seja, até a próxima reunião, quando continuaremos no momento oportuno a discussão.

Em razão do tema que foi discutido anteriormente, levantado pelos eminentes Senadores Esperidião Amin e Alvaro Dias e também comentado pelo Senador Eduardo Braga e pelo Senador Portinho, sobre esse assunto quer se manifestar o Senador Fernando Bezerra, me parece, e depois o Senador Jorginho.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria me juntar às falas do Senador Esperidião Amin e do Senador Alvaro Dias e dizer do meu esforço como Líder do Governo junto ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Davi Alcolumbre, para que a gente possa dar um ponto-final nessa longa demora para a definição da data da sabatina do indicado pelo Presidente da República, Dr. André Mendonça, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Eu quero lembrar aos membros da Comissão de Constituição e Justiça que eu encaminhei requerimento, entregando em mãos ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, a assinatura e o apoiamento de 17 membros titulares desta CCJ e o apoio de 16 suplentes da Comissão, falando da elasticidade demasiada que foi adotada pelo Presidente Davi Alcolumbre para a marcação desta sabatina. Portanto, o que está a nos inquietar, mais uma vez, é que, no esforço concentrado, decidido em boa hora pelo Presidente Rodrigo Pacheco e que iremos realizar na semana do dia 30 de novembro e dos dias 1º e 2 de dezembro, até o momento, nós não temos uma palavra do Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCJ se neste esforço concentrado nós vamos realizar a sabatina e submeter ao Plenário do Senado Federal o nome do indicado do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Eu sei que V. Exa. está respondendo pela Presidência da Comissão, mas, pela sua trajetória, pelo peso político que V. Exa. ostenta nesta Casa, eu queria que V. Exa. se somasse aos apelos de tantos Líderes e de tantos Senadores para que o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da Casa, e o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ, pudessem atender a esses reiterados apelos.

Não é favor. Nós entendemos que isso é uma obrigação do ponto de vista regimental, do ponto de vista legal e do ponto de vista constitucional. Nós entendemos que, muitas vezes, não deliberar é uma posição política que temos que aceitar, mas nós não podemos, de forma demasiada, não levar ao escrutínio da Comissão de Constituição e Justiça a sabatina do Dr. André Mendonça.

Portanto, eu queria me somar aos apelos que foram feitos, dirigidos a V. Exa., para que a gente possa – eu já fiz isso ontem, com o retorno do Senador Rodrigo Pacheco, com quem estive pessoalmente, falando desse incômodo para o Governo, porque isso é uma desatenção com a indicação do Presidente da República, é uma desatenção com o indicado, o Ministro André Mendonça – vencer essa dificuldade e que se marque a data da sabatina e posterior deliberação.

Além do meu requerimento, foram encaminhados os requerimentos do Senador Alvaro Dias, do Senador Esperidião Amin e do Senador Kajuru. Portanto, Sr. Presidente, eu confio em que V. Exa., certamente também inconformado e inquieto com essa situação, haverá de colocar a sua voz e o peso da sua liderança nesta Casa para que a gente possa chegar a um bom termo: senão na data sugerida pelos requerimentos da próxima semana, que, pelo menos, se anuncie que, no esforço concentrado, nós vamos realizar a sabatina e a votação. Na realidade, não podemos passar o esforço concentrado, e o Senado Federal atropelar, desrespeitar o gesto do Presidente da República, quando a maioria da Comissão quer deliberar e quando a maioria, penso eu – isso está por se verificar, mas o sentimento que a gente colhe também no Plenário é este –, do Plenário, independentemente do apoiamento ou não, deseja também deliberar.

Portanto, nós queremos que V. Exa. possa se somar a essas manifestações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Presidente, apenas 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – É para dizer o seguinte: o nosso requerimento está indicando, no dia 23, uma reunião extraordinária da Comissão para sabatina. Como essa será uma sabatina longa – certamente será uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabatina longa até pela expectativa –, nós não podemos deixar a sabatina para o esforço concentrado porque não teremos condições. São inúmeras matérias que estarão em deliberação no esforço concentrado, autoridades inúmeras serão colocadas na Ordem do Dia durante o esforço concentrado, portanto é prudente que se realize a sabatina com antecedência.

Por essa razão, nós estamos sugerindo o dia 23 de novembro, às 9h, aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Essa é a indicação do requerimento assinado por mim e pelo Senador Kajuru.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Pois não, Senador Eduardo Braga!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – ... só 30 segundos, pedindo permissão ao Senador Jorginho Mello!

Presidente, veja, o esforço concentrado... É óbvio, existem várias matérias importantes para serem votadas, mas, com todo respeito às demais autoridades, nenhuma – nenhuma – é tão relevante quanto a indicação do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, eu queria dizer a V. Exa. que – e já disse ao Presidente Davi Alcolumbre e já disse ao Rodrigo Pacheco – eu acho que esta Comissão tem como data limite – data limite, se for no dia 23, não há problema nenhum... A data limite não pode ser depois do dia 30, porque senão nós não votaremos no esforço concentrado, e, se nós não votarmos no esforço concentrado, o povo brasileiro, as autoridades, as instituições democráticas não entenderão por que o Senado não se manifestou. Nós não estamos falando aqui se vai ser aprovado ou não vai ser aprovado. Nós estamos falando aqui que o nosso dever constitucional é de sabatinarmos e de nos manifestarmos sobre a matéria.

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Perfeito.

Senador Jorginho Mello, com a palavra V. Exa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero me manifestar de forma muito respeitosa e até fazer um apelo ao Senador Davi, que é o Presidente da CCJ: não é possível e não é inteligente isso que está sendo feito. A CCJ tem tradição nesta Casa, como tem em todas as Casas Legislativas, de uma Comissão com muita responsabilidade.

V. Exa. eu sei que está muito preocupado e muito entristecido, porque eu conheço V. Exa., todos nós conhecemos a envergadura política que V. Exa. tem, o respeito, a credibilidade nesta Casa. Eu faço um apelo ao Senador Davi, porque isso não vai servir para a Casa e muito menos para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Partido Liberal apoia o André Mendonça. É um problema nosso, é uma decisão nossa. Cada um pode votar e deve votar conforme entender. Agora, é um absurdo nós arrastarmos isso. Eu me solidarizo com o Senador Esperidião, com o Senador Kajuru e com o Senador Alvaro em todas as manifestações deles. Isso está ficando feio, está ficando ruim para a Casa. Por favor!

Eu fui Presidente da Assembleia Legislativa e muitas vezes, quando a CCJ não deliberava, o que era muito raro, eu chamava para o plenário, decidia e encerrava o assunto. Esse é um assunto que está se arrastando, desgastando a CCJ, desgastando o Senado, sem necessidade. Por favor! Quem quiser votar contra a indicação do André Mendonça vai se manifestar. Por favor! O Senado não pode... Eu apelo a V. Exa., com toda a sabedoria e credibilidade que V. Exa. tem, para que marque isso. Marque! Se infelizmente o Senador Davi não comparecer, a gente pode deliberar, mesmo sem a presença dele. Por favor! Nós temos que... Chega dia 29, não vai dar tempo, vai haver uma série de autoridades para deliberar, aí nós vamos pedalar isso de novo e vai ficar muito ruim.

Eu faço um apelo de forma muito respeitosa. Quero me somar ao Senador Esperidião e a todos os outros que se manifestaram nesse sentido, não querendo constrangê-lo, nada disso – V. Exa. é o Presidente desta Comissão e merece todo o nosso respeito. Eu gostaria que pudesse ser marcado e a gente pudesse deliberar definitivamente isso.

Essa é a minha manifestação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Obrigado, Senador Jorginho. Agradeço as palavras de V. Exa.

Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Presidente, querido, estimado Anastasia, eu vou ser curto e grosso, como fui durante 40 anos na minha carreira de jornalista na televisão brasileira.

O que eu não consigo entender – eu, Alvaro, Jorginho, Bezerra, Eduardo Braga – é que um mês atrás, naquela cadeira ali, onde está o Bezerra, estava o Presidente Davi Alcolumbre a conversar comigo, sabendo ele da posição que eu tenho em relação à indicação de André Mendonça. Nada pessoal, apenas o meu posicionamento. Ele, Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CCJ, afirmou a mim que já tinha 50 votos contra a indicação de André Mendonça. Se isso, um mês atrás, era verdade, por que até hoje ele não colocou na pauta? É porque certamente ele se equivocou: ele não tem os 50 votos que ele afirmou ter, rigorosamente, um mês atrás.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pediu a palavra também sobre o tema o Senador Carlos Portinho, que se encontra remoto. Peço até escusas porque, como remoto a gente não vê... Senador Portinho, me desculpe. Com a palavra V. Exa. Espero que esteja melhor agora a conexão de V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Se não, cancelo meu vídeo aqui, Presidente. Avise-me.

Na verdade, primeiro eu queria pedir desculpa ao Senador Plínio Valério. A reunião remota prega essas peças. Eu não quis interromper a discussão do seu projeto. Aliás, peço desculpa, porque eu havia pedido para me manifestar sobre o tema no início da reunião, mas, infelizmente, a reunião remota tem dessas coisas. Então, quero deixar bem claro que tenho todo o respeito ao Senador Plínio Valério, ao tema que ele está trazendo, que é de suma importância a um Estado da nossa Federação.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa. de novo que eu tenho o maior respeito por V. Exa.; na verdade, eu tenho a maior admiração. Outros Senadores não se sintam menosprezados, mas eu tenho por você uma admiração enorme, talvez maior do que por muitos, porque eu acompanho a sua trajetória política há muitos anos e com muito gosto. Então, quero também deixar isso registrado.

Acho que é a reunião da CCJ o foro apropriado para tratarmos das nossas questões. Por isso que eu trouxe este assunto. Acredito no Presidente Rodrigo Pacheco e acredito que o Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, pela consideração que tem com o Presidente Rodrigo Pacheco, não o colocaria em maus lençóis. O Presidente Rodrigo Pacheco foi claro: haverá um esforço concentrado e, nesse esforço, todas as autoridades e todas as Comissões. E é me fiando nisso que eu aproveito esta, que é a primeira seguinte, praticamente, sem saber que V. Exa. iria presidir... Se soubesse que seria o Senador Davi Alcolumbre, diria o mesmo, porque sinto falta do grande Presidente do Senado que foi, não o arremedo que é, com todo respeito, a sua Presidência na CCJ. E acho que todos que têm consideração e carinho por ele vêm me falando a mesma coisa, porque o desconforto não sou eu que tenho em relação a V. Exa. e em relação a ele, é um desconforto que paira sobre todos os membros da CCJ, até aqueles que podem se inclinar a votar contra o Sr. André Mendonça. É um desconforto, é claro, e a gente precisa superar isso. E, para superar isso, com todo o respeito aos requerimentos, o primeiro passo é ter um relator, porque, se ele não tiver relator, não tem o que deliberar, não tem relatório. Então, o que eu venho trazer aqui, para consultar meus pares e V. Exa., é a possibilidade de, pelo menos nesta reunião, sairmos com um relator indicado.

Assim me coloco, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Carlos Portinho. Agradeço muito as palavras de V. Exa., em primeiro lugar, pela sua gentileza.

O Senador Lasier está inscrito, Senador Amin. Como ele está inscrito há mais tempo e já pediu três vezes, vou pedir só paciência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não tem problema, não. Posso me reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – ... a paciência de V. Exa. por mais um minuto.

Mais uma vez agradecendo ao Senador Portinho, convido o Senador Lasier, também remotamente, para se pronunciar.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente Anastasia. Elogio, mais uma vez, sua proverbial sensibilidade na direção dos trabalhos.

Na mesma linha dos colegas que já se manifestaram, eu entendo, Presidente Anastasia, que nós não temos condições de seguir normalmente uma Ordem do Dia se há uma questão mais relevante, que é a desordem que nós estamos vivendo – não encontro outra palavra mais adequada: a desordem que estamos vivendo – na Comissão de Constituição e Justiça, que está extremamente atrasada em relação aos trabalhos das outras Comissões, onde há a designação de um nome para ocupar o Supremo Tribunal Federal, onde há um mundo de projetos represados, relevantes, urgentes para o País, e nós não conseguimos discutir. Eu, por exemplo, estou esperando há horas – e até vou aproveitar já, entre parêntese, para pedir a V. Exa., como Presidente que está aí mais constantemente – que paute a PEC 35, da qual V. Exa. é o Relator. Está esperando há tanto tempo! O Brasil inteiro quer ouvir o Plenário discutindo sobre o sistema de indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Corte contra a qual há tantas queixas, reclamações e insatisfações. E V. Exa. haverá de pautar, porque está na hora de V. Exa. assumir a Presidência de fato e de direito, já que o titular escolhido – não com o meu voto, porque eu já previa isso... A CCJ precisa funcionar, e não vem funcionando.

Há questão de duas semanas, Srs. Senadores, Senadoras e Presidente, da tribuna do Senado – há duas semanas –, eu sugeri que o Presidente Alcolumbre renunciasse ao posto em razão de suas omissões. Ele não comparece, ele não trabalha, ele não pauta as matérias relevantes. Nós não podemos continuar com essa desordem.

Por fim, eu adiro a todos os requerimentos encaminhados até agora – do Senador Esperidião, do Senador Alvaro, do Senador Kajuru. Alguma coisa tem que ser feita, Presidente Anastasia. Alguma coisa tem que ser feita. Nós não podemos continuar da mesma maneira. O ano está terminando, estamos atrasados demais nesta Comissão, o Plenário quase não tem matérias... Não tem matérias importantes porque não passaram, porque a CCJ não funciona. E é uma Comissão, é a Comissão mais importante do Senado. Alguma coisa precisa ser feita.

O Brasil inteiro está percebendo isso, está acompanhando essa situação. Os protestos são veementes. E eu nem falei aqui até agora das rachadinhas do Presidente da Comissão, denúncia feita com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amplos detalhes pela revista *Veja*. As pessoas estão perguntando: "Mas e o Conselho de Ética? Não vai fazer nada?". Eu endosso essa reclamação. O Conselho de Ética precisa tomar uma atitude. É o nome do Senado que está em jogo. É o nosso nome que está também sendo considerado.

Enfim, Presidente, eu espero que V. Exa., com equilíbrio, com a cultura, com a prudência, com a sensibilidade que tem, assuma esse posto. E, se for necessário – quero encaminhar o pedido –, que a Comissão decida e vote sobre o afastamento do titular, que simplesmente não trabalha.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Agradeço as palavras, Senador Lasier Martins.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu pediria só um minuto, Senador Esperidião, porque há um certo tumulto na sala. Então, nós estamos até em dificuldade.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a propósito da fala do Senador Lasier Martins, muito oportuna, eu vou lhe fazer uma pergunta e garanto que ninguém sabe aqui responder. Quem é o Presidente do Conselho de Ética?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não! Já venceu o mandato. Já venceu o mandato, ou seja, o Conselho de Ética está acéfalo. Isso é uma informação que eu tenho e pode ser conferida por todos. O Presidente do Conselho de Ética, meu querido amigo Jayme Campos, cumpriu um mandato. O mandato expirou. Não me consta que tenha sido prorrogado. Portanto, isso não é uma falha do Senador Davi Alcolumbre; isso é uma falha da Mesa do Senado e do Senado, por consequência.

Eu queria resumir a questão ao seguinte ponto: é lógico que nós gostaríamos de chegar a um termo com o Presidente da Casa, e eu considero que é fundamental que nós lhe demos, ao Presidente Rodrigo Pacheco, o argumento, a força que nós podemos construir – nós podemos. Trata-se, portanto, de votar o requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias, do Senador Kajuru, subscrito também, em adendo, por mim. Repito: a Comissão de Justiça já conhece esse requerimento, porque ele foi reiterado por mim longamente na sessão do dia 10 de novembro.

Quanto ao requerimento do Senador Fernando Bezerra, eu não sei, ele entregou para o Presidente da Casa, e eu estava presente na reunião. Tenho a impressão de que não foi protocolado também, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse aqui foi entregue e debatido. Portanto, o nosso pedido é: Presidente Antonio Anastasia, ponha o requerimento em votação.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, com a aprovação da Comissão de Justiça, se for para se chegar ao acordo para passar para o dia 30, não há dúvida, não há problema nenhum. Agora, nós precisamos ter um trunfo. Isso é uma negociação! Senador Alvaro Dias, se nós sairmos daqui sem data deliberada, nós vamos continuar navegando às escuras, sem ter sequer perspectiva de que esse assunto seja tratado antes do tal esforço concentrado.

Portanto, em nome da preservação da palavra do Presidente Rodrigo Pacheco quando ele disse que todos os assuntos seriam apreciados, eu defendo a aprovação do requerimento, às 9h do dia 23 de novembro, podendo ser remarcada em função de uma negociação. Até talvez o Senador Davi Alcolumbre se sensibilize, porque, na última reunião, ele simplesmente disse o seguinte: "Recolho as suas palavras". Mas eu não sei onde é que ele colocou as palavras. (*Risos.*)

Recolheu! Ele as recolheu. Agora qual o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Kajuru está me dizendo que bom destino ele não deu. (*Risos.*)

Então, eu fico aqui... Essa pitada de humor que o Kajuru nos propicia é até boa para descontrair um pouco. A panela de pressão não pode ser elevada acima do seu limite.

Senador Anastasia, o senhor foi voto vencido. Nós queremos votar o requerimento, para, a partir dele, chegarmos a uma negociação que reabilite todos. Agora, nós não podemos é, contendo a maioria, sair derrotados daqui. A maioria não pode ser derrotada por nenhuma espécie de procrastinação. O meu apelo é este: aceite, coloque em votação. Se alguém pedir verificação, ela será nominal, e garanto quer vai ser aprovado por unanimidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu é que agradeço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Peço desculpas ao amigo, mas muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Não, de forma alguma!

Pediu também, para falar sobre o mesmo tema, a palavra – eu a estou cedendo a todos – o eminente Senador Carlos Viana, por via remota.

Então, vamos ouvir o Senador Carlos Viana, meu eminente conterrâneo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Senador Anastasia, meu abraço a V. Exa. e a todos os Senadores que estão acompanhando a CCJ!

Hoje, estou aproveitando o dia para fazer visitas aos Municípios do nosso Estado, trazendo um abraço para o senhor de todos os nossos companheiros, naturalmente pelo respeito que eles têm pelo seu nome e pelo trabalho.

Eu quero reforçar aqui, Excelência, o pedido sobre o requerimento, que está sendo colocado, para a sabatina. Eu me junto a todos os Senadores da Comissão de Constituição e Justiça em defesa de que o Senado cumpra o seu papel. Nem é em defesa do candidato André Mendonça, que merece todo o nosso apoio, mas principalmente para que o Senado cumpra constitucionalmente aquilo para o que nós fomos eleitos.

É um absurdo que nós estejamos sendo manobra de questões particulares e políticas, locais, ou com quem quer que seja! No Senado, isso nos envergonha! Por onde tenho passado aqui, por Minas Gerais, onde tenho visitado – e não são poucas as cidades –, as pessoas nos questionam se nós não vamos fazer nada, se o Senado vai continuar apático, enfraquecido e titubeante, que é como nós estamos neste momento de condução nacional.

Por isso, louvo o Senador Kajuru, o Senador Amin, o Fernando Bezerra, nosso Líder do Governo, com o qual encaminhei o requerimento para a sabatina.

Quero pedir a V. Exa.: vamos colocar esse requerimento em votação! Nós somos maioria, e a maioria responde pela Casa.

Com muita tranquilidade (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Travou, meu caro Senador Carlos Viana. Infelizmente, o sinal, em algumas estradas do interior de Minas, não é bom. Mas agradeço muito as palavras de V. Exa. e desejo que siga em uma boa visita às nossas cidades mineiras.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Chegou ao pé da montanha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – É verdade.

Todos já se manifestaram.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer, Senador Amin, Senador Alvaro e Senador Kajuru, que fizeram a manifestação dos requerimentos – o Senador Fernando Bezerra daqui se ausentou –, que é claro que eu escuto e observo as manifestações, que compartilho das manifestações e dos sentimentos aqui colocados, pela necessidade disso, da realização da sabatina. Aliás, eu pessoalmente, nem como membro da CCJ, mas como Senador, dei uma entrevista esse final de semana na imprensa nacional nesse sentido, e até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num caso excepcional, porque nunca faço isso, porque sempre aguardo a sabatina, eu já me manifestei pessoalmente a favor da indicação, porque acredito que o Ministro André Mendonça tem as condições de exercer as funções no Supremo. Então, eu já disse isso publicamente.

Agora, todavia, eu queria, mais uma vez, apelar aqui à compreensão dos senhores membros da CCJ por uma questão formal, é uma questão de competência. O Vice-Presidente, quer da CCJ, quer da CAE, quer da Comissão de Educação, de qualquer uma das comissões, tem uma função tão somente, exclusivamente, de presidir a sessão na ausência eventual do Presidente. Não tem a atribuição ou a competência nem de designar relator nem de fazer a pauta, isso é matéria do Presidente. Então, significa que na minha função aqui, infelizmente – e V. Exas. sabem disso, eu compreendo as posições que devem ser feitas e manifestadas – eu não tenho uma atribuição formal para fazer as modificações na pauta que foi colocada. Então, eu peço essa compreensão. Os requerimentos existem, estão aqui formalmente apresentados, foram protocolados, e eles serão incluídos na pauta pelo Presidente da Comissão naquele momento em que o Presidente considerar oportuno.

Eu, pessoalmente, reiterarei a ele, que retorna do exterior salvo engano amanhã, esse clamor unânime que observo aqui na Comissão, como também levarei ao Presidente Rodrigo Pacheco. E quero dizer ainda mais: que o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da Casa, tem reiterado publicamente diversas vezes, inclusive esta semana, que esses temas das sabatinas, incluindo a do Ministro André Mendonça, serão resolvidos no esforço concentrado dos dias 30 de novembro, 1º e 2 de dezembro. Eu tenho convicção de que isso ocorrerá e nós teremos, então, nessa primeira semana de dezembro, essa matéria resolvida e encaminhada.

Eu, portanto, me somarei a essas solicitações para que a matéria avance, mas peço a V. Exas. que compreendam as limitações formais e de competência que tenho nesse momento, que é tão somente a Presidência eventual para dirigir os trabalhos, e não para a condução formal de deliberação desta Comissão.

Então, fazendo escusas aqui por não poder atender àquilo que me foi apresentado, mas na certeza da compreensão, porque conhecem bem, até porque são Senadores mais experimentados do que eu, o papel do Vice-Presidente nessas comissões, é que eu vou, portanto, pedir essa escusa. E já dou a palavra ao Senador Alvaro Dias, que se manifesta fisicamente para falar.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Presidente, respeito a posição de V. Exa., embora discorde em relação ao desejo nosso de deliberação do requerimento. Eu creio que, mesmo sendo Vice-Presidente no exercício da Presidência, quando há uma solicitação de votação de requerimento extrapauta, quem delibera sobre a votação ou não é quem está presidindo a reunião. Então, V. Exa. teria plenos poderes para colocar em votação esse requerimento. Em relação a isso eu discordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, nós estamos sendo informados de que o próprio Presidente Rodrigo Pacheco assegura que no dia 30 nós teremos a sabatina do Dr. André Mendonça. Se isso é verdadeiro, não há porque não aceitar esta data como data limite para a sabatina, já que no dia 1º nós deliberaríamos no Plenário do Senado Federal.

Portanto, Presidente, em que pese o inconformismo em relação às decisões adotadas, preservando evidentemente a estima que nós devotamos a V. Exa. e a admiração, o reconhecimento pelo Parlamentar competente que é, Senador Anastasia, nós não podemos deixar de registrar aqui o nosso protesto, mais uma vez, em relação a essa estratégia deliberada – uma estratégia deliberada – de protelação inusitada. O Presidente desta Comissão já pode comemorar, que ganhou a medalha de ouro na olimpíada do desrespeito a esta instituição e ao povo brasileiro.

Vamos aguardar, portanto, o dia 30, Presidente Anastasia, e, se essa sabatina não se realizar, certamente nesta Casa não haverá espaço para deliberar sobre matéria alguma. Se nós não deliberarmos sobre essa matéria no prazo estabelecido, não há razão para deliberar sobre matéria alguma. Nós teremos que obstruir os trabalhos da Casa se não houver essa deliberação. Acho que isso é uma questão de honra para todos nós, mas é uma questão de honra para a instituição que nós representamos.

Por isso, Presidente, nós vamos aceitar as ponderações de V. Exa., sobretudo em respeito à sua trajetória, mas fica o registro do protesto e a certeza de que, se realmente os compromissos que foram assumidos nos bastidores não forem respeitados no dia 30, nós teremos, obviamente, que reagir de outra forma.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Agradeço, Senador Alvaro Dias, muito as palavras de V. Exa. Sabe V. Exa. que a nossa admiração e estima é mais do que recíproca. V. Exa. é o decano e sempre nos inspira muito pelo seu trabalho. Agradeço muito essa compreensão das minhas limitações circunstanciais neste momento e que de fato me impedem, nesta função de Vice-Presidente, de avançar.

Mas volto a dizer, insisto e reitero, que a minha posição pública, inclusive por essa entrevista que acabei de mencionar, é no sentido de que nós tenhamos todas as sabatinas – a do Ministro e a de vários conselheiros, ministros do TST –, para que nós cumpramos a nossa função, e de que o esforço concentrado seja de fato o *locus* e o momento adequado para nós limparmos, como se diz popularmente, a pauta desta nossa Comissão.

Agradeço muito as palavras de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Luiz do Carmo, salvo engano, também pediu a palavra remotamente, parece-me que sobre o mesmo tema. E, sendo sobre o mesmo tema – isso nós seguimos –, eu concedo, como concedi a todos e com muito gosto, a palavra ao Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – O senhor está aí, é o Vice-Presidente; está assumindo aí, está na cadeira... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Luiz...

Parece que o Senador Luiz do Carmo...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – ... não tenho como sair na rua em Goiás, com meus pares aqui em Goiás, e não ter justificativa de por que não colocar o nome do André. Eles não entendem que eu não sou Presidente da Comissão. Eles entendem que eu sou Senador da República. E, como Senador da República, eu tenho o dever e a obrigação de votar, certo? E a população não entende isso. Então, não tem como nós não votarmos no dia 30 o nome do Dr. André Mendonça. É isso que eu peço ao Presidente neste momento, que é o senhor, um homem capacitado, um homem que fala com todo mundo, um homem que tem liderança para marcar a sabatina do Dr. André para o dia 30.

Aqui, em Goiás, está difícil, como Senador da República, eu justificar essa protelação que está para indicar o nome do André Mendonça como Ministro do Supremo.

É indicar! Vamos votar! Se vai passar, é outra história, mas vamos fazer o papel bem. O Davi não pode fazer o que está fazendo. O Davi não tem competência para isso. O Davi não é maior que o Plenário. O Davi não é maior que qualquer Senador. O Davi tem que colocar o nome do André agora, no dia 30, para ser sabatinado. Eu não tenho como justificar isso aqui em Goiás mais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Compreendo e agradeço as palavras, Senador Luiz do Carmo, de V. Exa., que de fato está no mesmo tom e na mesma linha daqueles que se pronunciaram aqui há alguns instantes, tanto presencialmente quanto remotamente. Nós vamos de fato reiterar esses assuntos ao Presidente da Comissão e ao Presidente da Casa nesse momento.

Dando sequência, portanto, à nossa pauta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero dizer para V. Exa., com todo respeito, que para mim não existe mais pauta de hoje. Eu tenho sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assíduo em todos os momentos, mas eu me reservo o direito... Já tinha dito isto na minha interlocução com o Senador Davi Alcolumbre: se ele monta a pauta do jeito dele, eu ajo de acordo com o Regimento. Então, eu considero as suas palavras, eu tenho que respeitar – não concordo, mas respeito.

E quero informar a V. Exa., além de pedir que V. Exa. transmita ao Presidente Rodrigo Pacheco, que esse assunto para mim não é mais Davi Alcolumbre. O Presidente da Comissão de Justiça é um desertor do Regimento. Disse isto a ele na semana passada e repito agora: ele está praticando um desrespeito continuado ao art. 118, que prescreve 20 dias úteis corridos para deliberar sobre matérias tais. Fez *lockdown* da Comissão; tentou ensaiar uma reflexão aqui, na semana passada, dizendo que é por falta de espaço; eu repeli – isso está gravado, documentado, espero que não tenha sido retirado dos *Anais*. E apenas lhe peço para transmitir ao Senador Rodrigo Pacheco o que foi dito aqui sobre o compromisso dele.

Eu vou levar esse assunto para o Plenário hoje, confiando que V. Exa. informe ao Presidente. Vou levar ao Plenário porque o requerimento não foi apreciado não por falta e apoio; ele é unânime.

Segundo, a data 23 de novembro constava do requerimento. Se há um acordo para votar no dia 30, eu não vou criar nenhuma espécie de desídia. Agora, eu não estou descumprindo o Regimento. Quem está descumprindo o regimento sem qualquer sanção da Mesa, contrariando, então, o art. 48, inciso VIII, do Regimento, que diz: "Ao Presidente da Casa [incumbe cumprir e fazer cumprir] [...] a Constituição, as leis e [o] [...] Regimento". Então, eu não estou sendo omisso nem sou faltoso, mas eu me reservo o direito de, a partir deste momento, declinar de me manifestar a respeito de assuntos da nossa pauta de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Amin, mais uma vez cumprimento V. Exa. Evidentemente levarei ao Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da Casa, as ponderações feitas por V. Exa. e o relato desta nossa reunião.

A informação da Secretaria também, de fato, é que o nosso quórum virtual não está ocorrendo mais, então, nós não temos quórum de deliberação.

Pois não, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Obrigado, querido Anastasia.

Como juvenil aqui, no Senado, e diante de um profissional, nós ouvimos, Amin, Alvaro e eu, nós três ouvimos, de um Senador de muita credibilidade, que o Presidente Rodrigo Pacheco vai, nesta sexta-feira, comunicar ao Davi Alcolumbre, Presidente desta CCJ, que faça a sabatina até o dia 30. Ele disse isso ontem categoricamente ao Senador, amigo nosso, que veio... E ao Senador Eduardo Braga, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, então, ele deu a palavra ao Senador Eduardo Braga. Eu acredito na palavra do Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu só quero fazer essa pergunta simples ao senhor.

Fosse o senhor o Presidente da CCJ e recebesse essa comunicação de sexta-feira do Rodrigo Pacheco para colocar em pauta a sabatina do André Mendonça, o senhor acataria o pedido do Presidente Rodrigo Pacheco ou o senhor teria direito de não acatar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Senador Kajuru, primeiro, cumprimentando V. Exa. mais uma vez, é uma indagação que se coloca de maneira totalmente teórica.

Na realidade, o que se tem é que cabe aos Presidentes das Comissões fazerem as respectivas pautas, mas, como lembrou também o Senador Amin, é claro que o Presidente da Casa tem a responsabilidade pela condução geral. Então, acredito que esse tema vai se resolver de maneira, digamos assim, numa convergência, como eu disse aqui há pouco.

No momento em que o Presidente Rodrigo Pacheco convoca um esforço concentrado nos dias 30 de novembro e 1º e 2 de dezembro e determina que as Comissões se reúnam nessas datas para deliberar as matérias pendentes, eu acredito que nós teremos, de fato, essas agendas nesses dias.

Então, é a posição que eu tenho e volto a dizer, claro que cada qual no seu estilo, cada qual no seu perfil, mas eu acredito que nós teremos a solução dessa questão nos primeiros dias de dezembro e farei empenho nesse sentido, como, aliás, eu tenho dito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sim, mas, pelo Regimento, o Davi Alcolumbre, como Presidente da CCJ, tem?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Quem faz a pauta da Comissão é a própria Comissão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – ... mas nada impede...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Ele pode discordar do Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Nada impede que o Presidente também avoque a matéria diretamente ao Plenário, em tese também existe essa possibilidade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Dele fazer diretamente no Plenário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu acredito, Senador Kajuru, permita-me aqui, com a nossa liberdade e amizade, que não precisamos nem cogitar isso, porque acho que haverá uma convergência nesse sentido...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Tomara.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – ... porque são as duas Presidências mais relevantes, o Presidente da Mesa e o Presidente da CCJ, que é a Comissão, de fato, como nós sempre falamos, o coração ou o cérebro do Senado em matéria legislativa.

Não tendo, portanto, mais quórum para deliberação...

O Senador Nelsinho quer se manifestar? Está com a mão no microfone.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, apenas quero ressaltar aqui que esse assunto tem de ser resolvido, não dá mais para se postergar isso.

Realmente é uma situação que não está sendo boa para ninguém, nem para quem está à frente dessa situação como protagonista, como nós coadjuvantes. Isso pode gerar uma situação mais delicada ainda entre os pares, e nós não podemos deixar isso acontecer. Nós temos que, dentro de um amadurecimento, de uma sensatez, de um equilíbrio, buscar essas virtudes de fazer com que essa história possa ser devidamente resolvida antes do esforço concentrado, a fim de que possamos ter também a oportunidade de nos manifestarmos, seja a favor ou contra. Agora, ficar da forma que está não é mais concebível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Eu agradeço ao meu Líder, Senador Nelsinho Trad, e, como já manifestei anteriormente, reitero também que, sob sua liderança, a minha posição igualmente é pela realização da sabatina, como já disse várias vezes.

O Senador Portinho pediu a palavra mais uma vez remotamente e agora que ele está com vínculo muito bom e muito forte do sinal da internet, é com ele a palavra. Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente. Ouvi atentamente e vou aprendendo com relação ao Regimento. Eu só tenho para mim que, se for um requerimento de matéria extrapauta e se for a vontade da maioria, eu acho que a gente poderia votar, sim. Mas acho que é de bom termo, até em respeito a V. Exa., não o fazermos nesta sessão. Mas fica aí só registrado que eu entendo que sendo requerimento extrapauta, poderíamos – poderíamos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei só com uma dúvida, Sr. Presidente. Na verdade, já superada essa questão, o quórum remoto caiu, ele está pequeno ou a gente não pode mais votar remotamente nas Comissões? Eu fiquei com essa dúvida até para outras matérias.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. PSD - MG) – Não, não, não. Só nesta reunião nossa, Senador Portinho. É porque vários se desvincularam do sistema e como nós só temos nesse momento três Senadores presencialmente e não temos os outros onze como permanentes no sistema remoto... O sistema remoto continua funcionando normalmente nas sessões semipresenciais; é só nesse momento que nós não temos um quórum para deliberar, e, como são matérias importantes, recomenda o bom tom que nós de fato venhamos a dar por encerrada esta reunião.

Indago ao Senador Portinho se compreendeu então, portanto, que nós somente nesse caso específico, desse momento, não temos o quórum.

Sendo assim, eu declaro encerrada essa nossa reunião e agradeço a participação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Maria Eliza, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Plínio Valério, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Paulo Rocha e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2021 - CE, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Finalidade:** Explicar a justificativa para a dissolução do Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior determinada pela Portaria n.º 146, de 2021, da Presidência da CAPES, além de outras questões relativas à gestão deste órgão. **Participante:** Claudia Queda de Toledo, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Rose de Freitas, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Plínio Valério, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira e Luis Carlos Heinze, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Maria Eliza, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Roberto Rocha, Antonio Anastasia, Vanderlan Cardoso, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 5189/2019, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), e REQ 11/2021 - CE, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Finalidade:** Audiência Pública Interativa, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei n. 5189, de 2019, que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Trânsito, em atendimento ao Requerimento n. 11, de 2021-CE. **Participantes:** Flávio Emir Adura, Diretor Científico da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - Abramet.; Fernando Alberto da Costa Diniz, Presidente da ONG Trânsito Amigo.; Everaldo Valenga Alves, Coordenador-Geral de Educação de Trânsito da Secretaria Nacional do Trânsito - SENATRAN.; Francisco Vieira Garonce, Observatório Nacional de Segurança Viária.; Juliana Guimarães, Diretora Científica da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego - Abrapsit.; Luis Carlos Paulino, Coordenador-Geral da Associação Brasileira de Educação de Trânsito no Nordeste - ABETRAN; e Édina de Almeida Poleto, Diretora Técnica do Departamento de Trânsito do Espirito Santo - DETRAN/ES.. **Resultado:** Reunião Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fabiano Contarato

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Styvenson Valentim

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Rose de Freitas, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Luis Carlos Heinze, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Carlos Portinho, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1501, de 2019 - Terminativo -** que: "Reconhece o carnaval do Município de Aracati, no Estado do Ceará, como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3594, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Doutora Zilda Arns", o trecho da rodovia BR-101 no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 340, de 2018 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5226, de 2019 - Terminativo -** que: "Concede ao Município de Itajaí, em Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Pesca." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senadora Maria Eliza (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 487, de 2017 - Terminativo -** que: "Institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado no dia 27 de março." **Autoria:** Senador Romário (PODE/RJ). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 321, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Bom Repouso (MG) o título de Capital Nacional do Morango." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 173, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Cachaça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6553, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 16, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema ProUni - Desafios sobre o futuro e as propostas de reformas tributárias." **Autoria:** Senadora Maria Eliza (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/07

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Nós temos vários itens aqui na pauta: uns terminativos; outros não.

Como está presente, aqui, o Senador Nelsinho Trad e ele é o Relator do item 5, nós vamos então... Ele pediu a inversão de pauta.

Eu peço a concordância dos nobres colegas para a gente ir ao item 5 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, vamos ao item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2017

- Terminativo -

Institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado no dia 27 de março.

Autoria: Senador Romário (PODE/RJ)

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, peço licença a V. Exa. para ler de pronto a análise do nosso relatório.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em projetos que versem sobre datas comemorativas, tema da proposição em análise.

A neuromielite óptica é, de fato, uma doença rara, de caráter autoimune e que causa sofrimento agudo aos seus portadores. Os sintomas abrangem perda de visão, acometimento de medula, dificuldade para andar, dores neuropáticas, dormência e espasticidade dos nervos até a paralisia total dos membros, e tendem a ocorrer na forma de surtos recorrentes.

Embora ainda não haja cura, os tratamentos existentes reduzem a duração, a intensidade e a recorrência dos surtos. O diagnóstico precoce é um fator-chave para impedir o avanço e o agravamento da doença. Acreditamos que a instituição do Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica irá contribuir para a sensibilização da necessidade de diagnóstico precoce e, consequentemente, para uma melhor qualidade de vida dos pacientes.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a proposição, compete à Comissão de Educação analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

Com relação a esses aspectos, não vislumbramos óbice à sua aprovação. A matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Além disso, não há reserva de iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a redação é adequada e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, o projeto atende às determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

O referido diploma legal estabelece que a instituição de datas comemorativas deverá obedecer ao critério da alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Dispõe, ainda, que a definição do critério de alta significação será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados.

Em atendimento a essas determinações, o autor informou a realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 6 de dezembro de 2017, convocada em consequência da aprovação do Requerimento nº 159, de 2017. A audiência teve por finalidade discutir a criação do Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica. Estiveram presentes na reunião portadores da doença, médicos especialistas e pesquisadores do tema.

Assim, consideramos cumpridas as exigências legais para a apresentação de projetos que visem a instituir data comemorativa.

O voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 487, de 2017.

Sala da Comissão, na data de hoje, 7 de outubro de 2021.

Relator, Nelsinho Trad; Presidente, Marcelo Castro; e o Autor dessa matéria é o nobre Senador – nosso campeão do mundo – Romário, do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Nelsinho, agradecendo a V. Exa. aí pelo brilhante relatório, eu vou passar aos próximos PLs, que são terminativos.

E aí eu queria pedir a concordância dos nobres colegas, como nós já fizemos em outras oportunidades: devido a essa questão do quórum, lermos todos os PLs terminativos e, ao final, votarmos em globo, se não houver discordância. Se alguém quiser destacar algum, tudo bem.

Eu vou passar a palavra ao Senador Flávio Arns, que pede para discutir o item 5, o PLS 487, de 2017, de autoria do nobre Senador Romário e tão bem relatado pelo Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu só quero me manifestar favoravelmente. Eu considero datas, como a relatada pelo colega Nelsinho Trad, muito importantes. São oportunidades para sensibilizar, discutir, achar alternativas, fazer propostas. Então, estou inteiramente de acordo com a proposta do Senador Romário e também com o relatório do colega Nelsinho Trad.

Eu só gostaria de aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir: em 2019, nós aprovamos o Dia Nacional do Ecumenismo, na Comissão de Educação. É um projeto originário da Câmara dos Deputados, foi aprovado pela Comissão de Educação e é terminativo no Plenário. Eu fui indagado por pessoas e instituições interessadas na aprovação do projeto, então, indago de V. Exa. a possibilidade de se fazer o contato com o Presidente Rodrigo Pacheco, porque já existe o relatório, é só questão de entrar na pauta e eu penso que haja um consenso, particularmente nos dias de hoje, em relação ao ecumenismo. É o apelo que eu faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Flávio Arns. Como sempre, V. Exa. será atendido. Já até determinei aqui à Secretaria para anotar. Vamos tomar as providências.

Passo a palavra, então, ao nobre Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na qualidade de médico, pois nós temos o privilégio de ter esse dom, eu, V. Exa. e aqueles colegas que estão também nos assistindo, é muito importante ressaltar aqui a sensibilidade de quem apresentou essa matéria, que deve ter sido demandado por algum grupo ou alguns pacientes que já sofreram dessa doença. Então, eu registro aqui a importância de se trazer uma matéria dessa natureza e, similar a essa questão, sobre as outras doenças raras. Nós temos aqui no nosso Colegiado a Senadora Mara Gabrilli, que sempre se debruça sobre esses temas, e quero enaltecer a atuação do Senador Romário, que sempre traz para esta Casa questões que realmente tocam a nossa sensibilidade.

Nós estamos em outubro, caro colega médico e Senador Marcelo Castro. Outubro a gente remete à prevenção do câncer de mama e do câncer do colo uterino na mulher, que é o Outubro Rosa. É uma das situações em que mais se noticia, em que se manifestam, em que se atinge o objetivo de fazer a mulher se autoexaminar na questão dos seus seios e, em vendo qualquer alteração diferente, que possa procurar ajuda no Sistema Único de Saúde ou em algum local que presta essa assistência, porque nós que somos médicos sabemos: o diagnóstico, quer dizer, a descoberta precoce da doença, principalmente a doença maligna, com o avanço que a Medicina tem hoje não só no que tange à busca do diagnóstico com exames sofisticados, mas também ao tratamento, faz com que a chance de se curar uma doença que antigamente era praticamente fatal hoje seja uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toda vez que a gente fala de Outubro Rosa, principalmente eu, que sou urologista, remeto ao Novembro Azul. Aí é a vez dos homens na questão da conscientização do exame preventivo do câncer de próstata. Havia muito mito em volta dessa questão, e ainda há. Muitos homens refutam em fazer e se submeter a esse exame físico, clínico, e nós, desde o primeiro ano que estamos aqui no Senado, promovemos sessão especial para conscientização do Novembro Azul. Essa sessão será dia 8 de novembro, numa segunda-feira, às 10h da manhã, com representantes do mais alto gabarito, não só na área da urologia como também na área da oncologia. E digo aos homens que estão nos assistindo para deixar o tabu de lado e procurar fazer o seu exame preventivo.

A gente costuma ter uma cultura masculina de se cuidar menos do que as mulheres. As mulheres se cuidam mais. Eu me lembro, no meu consultório, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, que muitas vezes em que o homem foi, pela primeira vez, para ser submetido a esse exame do toque retal da próstata, ele foi levado pela mulher, mal dava bom dia para a gente e sempre falando assim: "Eu só estou aqui de tanto que ela me incomodou para poder aqui estar".

Eu queria apenas também trazer mais uma lembrança: o exame preventivo da mulher leva muito mais tempo, tem que colocar a mulher numa posição ginecológica que é extremamente desconfortável; na mamografia, você coloca as mamas no aparelho, aquilo aperta a mulher. Se você vir o tempo que ela leva para fazer um exame preventivo do colo do útero e uma mamografia, ela leva de 20 a 30 minutos, ao passo que o toque retal no homem não passa de dez segundos. Então, tem que deixar o tabu de lado. E relembro aqui a frase que aprendi com o meu professor de urologia: "O melhor exame, o melhor ultrassom, a melhor tomografia que se tem para examinar a próstata é a ponta do dedo do urologista".

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Nelsinho, eu pediria a V. Exa. que assumisse a Presidência aqui, por um momento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Nelsinho, eu estou presidindo aqui a CMO, mas eu preciso pedir vista do PLS 340, no item 3. Pedido de vista, está bom? Eu estou presidindo aqui a CMO.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está registrado o pedido de vista de V. Exa., mas eu não posso submetê-lo agora à apreciação, porque segundo a assessoria que está aqui me auxiliando, tem que ler o relatório antes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k., Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, tão logo o Relator leia o relatório, já está engatada aqui essa solicitação de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou pedindo vista de um projeto na Comissão de Educação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Izalci, pode tocar sua reunião aí tranquilo que a sua missão aqui, nesse pedido de vista, já está feita.

Tão logo o Senador Paulo Paim leia o relatório, eu submeto à apreciação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Zenaide Maia pede a palavra, colega médica também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, só para falar da importância desse projeto de lei que o nosso Presidente aí relatou, a conscientização da neuromielite óptica, uma doença autoimune, que não é de fácil diagnóstico e que, no caso de se celebrar um dia, vai se dar informações e chamar a atenção principalmente dos médicos, porque não é uma doença de fácil diagnóstico, é quase que excluir outras para entrar. E é uma doença que não deixa de ser grave porque, na verdade, a gente não sabe por que, o organismo passa a desconhecer o seu próprio organismo e deixa as pessoas com uma dessas doenças da neuromielite óptica.

A gente sabe que o diagnóstico é importante, porque tem tratamento e, assim como todas as doenças autoimunes, tem surtos maiores ou menores.

Então, quero parabenizar aqui Romário e também o nosso Relator Nelsinho Trad.

Também não poderia deixar de falar sobre o Outubro Rosa. O câncer de mama não tem prevenção, tem diagnóstico precoce. Então, mulheres brasileiras, esse Outubro Rosa veio fazer um diferencial. O câncer de mama, em mais de 90% dos casos, quando diagnosticado precocemente tem cura, gente! A ciência evoluiu muito nisso e nós mulheres temos sim que fazer o autoexame mas também fazer as ultrassonografias e as mamografias a partir de 40 anos para o diagnóstico precoce. Então, a gente tem que dar visibilidade a isso, cada vez mais. Eu sei que o Outubro Rosa já está, como a gente diz, juramentado, mas a gente sabe que sempre precisa dar mais visibilidade porque senão... Alguns produtos colocam propaganda todo dia, mesmo com todo mundo conhecendo, então, esse trabalho da gente aqui do Congresso Nacional é de uma importância fundamental.

Mulheres, procurem fazer mamografia, ultrassonografia e seu autoexame. Há cura, sim, quando diagnosticado precocemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Nelsinho Trad, na verdade, eu me inscrevi com o objetivo, claro, de apoiar o projeto do Romário tão bem relatado pelo Senador Nelsinho Trad, mas, ao mesmo tempo, para falar sobre o item 3.

Quanto ao item 3, nós fizemos um acordo um acordo na sessão passada. Inclusive, esse projeto já estava, por uma articulação que eu não entendi, no Plenário para ir para Relações Exteriores e, graças ao movimento feito por esta Comissão – eu quero dar aqui meus cumprimentos ao nosso querido Presidente, Senador Marcelo Castro, à Vice-Presidente, Senadora Leila Barros – felizmente o projeto volta então para a Comissão. É um projeto, Sr. Presidente, que faz justiça. Para se ter uma ideia, eu apresentei esse projeto em 2007. Depois houve uma série de manobras para não deixarem votar o projeto, o que eu noto que se repete agora, porque veja bem, em 2007 eu apresentei, e acabou o projeto sendo arquivado.

O Senador Lindbergh Farias apresenta o projeto. E por uma questão de justiça, pediu então à Comissão, já que eu não pude, na época, deliberar sobre o projeto, que eu então assumisse a relatoria. E assim eu o fiz.

E quando eu assumo a relatoria, mais uma vez vem um movimento. Felizmente o projeto hoje vem para a Ordem do Dia – veja, 2007! – fazendo justiça, para se ver como o racismo estrutural é forte neste País. Por que é que não se admite? Como é que outros, na história, independentemente do lado em que ficaram num momento de conflito... Podemos ver aí dezenas que são heróis da Pátria, e aprovamos um na semana passada, indicado pelo Major Olímpio inclusive, por ter uma visão até ideológica em relação àquela que eu tenho. Mas, para mim, o debate ideológico é coisa que não pode permanecer eternamente, o que passou, passou. Vamos dar o mérito a quem tem direito.

E eu queria que V. Exa. me desse a oportunidade, não sei se agora ou em outro momento, de eu ler um pouquinho da história de João Cândido, para que o Brasil saiba quem é João Cândido e por que é que há esse preconceito, que remonta aqui à época da escravidão. É inadmissível dezenas e dezenas terem entrado como heróis da Pátria, e um negro, João Cândido, um almirante negro que virou até música da nossa história... Simplesmente não admitem o mérito da sua luta, inclusive na conquista do Acre; estava lá na luta.

Inclusive acabou com a chibata na Marinha, Sr. Presidente. Agora quem vai dizer que não havia chibata naquela época? A Marinha reconhece que foi um erro, e a revolta dele, o trabalho dele, a liderança dele foram reconhecidos por almirantes outros, generais da época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, mais uma vez, mais uma vez, a gente vê, depois de um acordo firmado... Eu entendi que seria uma votação simbólica. Perguntaram-me se alguém seria contra e eu disse: "é impossível alguém ser contra; é impossível alguém ser contra".. É um gesto de que o Brasil não quer mais a escravidão, não quer mais o escravocrata. Senão nós vamos ter que de novo nos posicionar entre os abolicionistas e os escravocratas.

E lembrar que o próprio Senado já votou, lá atrás, na época, uma lei que acabava com a reforma da chibata, combinado inclusive com o Presidente da República da época, que era também um militar. O que foi que aconteceu? Infelizmente a chibata continuou em cima dos marinheiros, e aí houve a revolta para não haver mais a chibata. Inclusive, em um dos marinheiros – militar, porque ele era marinheiro –, foram 250 chibatadas. Ali foi o ápice, foi quando foi dito: "não, não queremos mais, não aceitamos que fiquem tratando assim nossos marinheiros.". Isso, para mim, é bonito para a própria história da Marinha. E acabou dali para a frente. E o almirante negro é punido por esse movimento que ele fez.

Em tempos como este, Sr. Presidente, não dá para a gente continuar com essa filosofia. O que nós queremos aqui só é dizer que negros e brancos terão o mesmo direito, inclusive na história.

Quando, na semana passada, eu votei, numa posição em que me recomendaram que eu votasse contra, eu disse: "eu quero esquecer o passado"! E bom, se grande parte do povo brasileiro – ninguém vai ser unanimidade – entende que ele pode ser um herói, que o seja. Mas vamos reconhecer também os heróis negros. Por que é que não pode, neste País, haver herói negro, para que nossos filhos, para que nossos netos peguem os livros e tenham referência lá? De homens, na nossa história, negros e brancos, que se dedicaram a grandes causas. Acabar com a chibata não é uma grande causa? Um conflito em que nós asseguramos o Acre para o Brasil não é uma grande causa? Ser instrutor de marinheiros, numa época tão difícil, viajando pelo mundo em nome do Brasil, e depois ser excluído?

Por isso, Presidente, eu quero ter oportunidade. Não dá para fugir do debate, simplesmente pede vista e sai fora, com todo o respeito que eu tenho ao Senador Izalci. Com todo o respeito, com todo o respeito. Se quiser, vamos fazer debate, mas vamos fazer aqui na Comissão e votar a matéria, e não mais uma vez protelar. Qual é o motivo por que não aceitam que um negro que foi almirante...

Olha, me permita que eu diga, até há uma música que foi feita para o João Cândido, escrita por Elis Regina, cantada por Elis Regina. Eu já vou falar aqui uma parte que diz o seguinte: O Mestre-Sala dos Mares, para enaltecer a grandeza do Almirante João Cândido. E ela diz, só vou pegar um pedacinho, Presidente, e encerro aqui. E vamos ver se continuamos no debate.

Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história não esquecemos jamais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Salve o [almirante] negro
Que tem por monumento as pedras pisadas do cais

Esse é o monumento que ele tem, porque não permitem reconhecer a história do almirante negro. Eu diria, essa foi a luta do almirante negro: acabar com o preconceito. Ou alguém aqui vai negar que havia escravidão e preconceito no País? Até hoje há, é só ver um vídeo, que está passando hoje inclusive, de um menino, que é um artista, em que ele foi abordado só porque estava com o celular no ouvido.

A luta do almirante foi a luta humanista. É a luta de hoje também dos humanistas, dos brancos e negros humanistas. Os brancos e negros humanistas fazem a mesma luta hoje. Eu não quero remoer o passado, eu quero falar do presente, olhando para trás, mas andar para frente, como eu digo. E reconhecer. Ninguém cometeu erro na história? Cometeram. De todos os lados cometeram, mas esses erros estão sendo consertados com pequenas homenagens. Não repercute em dinheiro, não repercute em nada. É apenas dizer que ele foi um herói da revolta da chibata. É só isso que eu estou pedindo.

Por isso eu faço um apelo que a gente vote a matéria e reconheça. Eu tenho aqui muito material que eu posso apresentar, e, se vocês permitirem, eu vou lendo tudo que eu tenho aqui para contar a verdadeira história do almirante negro.

Era isso, Presidente. Obrigado aí pela tolerância de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Paulo Paim, nós vamos aproveitar que este assunto já veio à baila, que é o item 3, do qual V. Exa. é o Relator, e há outros inscritos para poderem falar sobre essa questão, e vamos já o colocar, como inversão, para poder ser discutido agora. Posteriormente, em função do pedido de vista do Senador Izalci Lucas, a Presidência haverá de se manifestar.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2018

- Terminativo -

Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, eu passo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório, que tem que ser lido para poder caber, até, qualquer manifestação a posteriori.

É o PLS nº 340, de 2018, que inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Com a palavra o Relator Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Devolvo a Presidência a quem de direito e agradeço o privilégio de poder tê-lo substituído por esses poucos minutos, Senador Marcelo Castro.

Informou-me a assessoria legislativa que o pedido de vista só pode ser submetido após a leitura do relatório.

Então, vamos aguardar a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

Passo a Presidência ao Senador Marcelo Castro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, querido Nelsinho Trad e registro a minha satisfação, também, de poder ler o meu relatório na presença do grande Senador Presidente desta Comissão, que cumpriu, na íntegra, o que havia falado. Disse: "Olha, está no Plenário e eu vou sugestionar para que venha à Comissão", e assim ele o fez.

Eu só peço a tolerância, porque, para nós, e, neste momento, vocês podem crer que a Comissão de Educação está sendo acompanhada por todo o movimento negro e de brancos humanistas do Brasil. Eles estavam acompanhando este debate há muitos e muitos anos, como foi o debate de Tiradentes, como foi o debate de Zumbi. E aí eu poderia citar muitos e muitos e muitos que foram esquartejados. E quem esquartejou Zumbi? E por que ele foi reconhecido como herói da Pátria? Quem enforcou Tiradentes?

Então, nem eles poderiam, se a lógica é a mesma, se algum ou outro cidadão discorda do que aconteceu...

Mas eu peço a paciência, Presidente, porque eu vou ler a introdução para situar a matéria e, se V. Exa. permitir, eu leio a minha justificativa que eu tenho em mãos aqui de forma mais resumida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente, nobre Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vossa excelência tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, querido Presidente Senador Marcelo Castro.

Submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2018, do nobre Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, que inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O art. 1º da proposição determina que seja inscrito o nome de João Cândido Felisberto no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves.

O art. 2º estabelece a vigência da futura lei a partir de sua publicação.

E aí, Presidente, eu me permito, agora, porque eu li o objetivo, eu vou fazer a minha justificativa.

E aí eu digo, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, hoje é um dia, para mim, de felicidade, e para o povo negro do nosso Brasil e também para os brancos humanistas.

Eu diria que Almirante Negro, por ser gaúcho, aqui de Encruzilhada do Sul, há uma atenção muito grande, como há também do povo do Rio de Janeiro – e vou descrever aqui – e, naturalmente, de todo o Brasil.

Eu diria, senhores e senhoras, que estamos fazendo história e escrevendo na história do nosso País o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

João Cândido Felisberto, conhecido como Almirante Negro, foi um militar, com orgulho, foi um militar da Marinha, da nossa querida Marinha, sim. Independentemente do que houve no passado, foi um militar da Marinha de Guerra do Brasil e líder da Revolta da Chibata.

Ele nasceu em 24 de junho de 1880 em Encruzilhada do Sul, aqui, no meu querido Rio Grande, onde eu estou neste momento. João Cândido Felisberto, filho dos ex-escravos João Felisberto e Inácia Cândido Felisberto, mudou-se para Porto Alegre aos dez anos de idade sob tutela do querido Almirante Alexandrino de Alencar, então patrão do seu pai, mas amiguíssimo da família. Ele era o protetor do Almirante.

Aos 14 anos de idade, apresentou-se na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Rio Grande do Sul sob a orientação e recomendação especial do Almirante Alexandrino de Alencar. Em 1895, João Cândido foi transferido para compor o quadro dos marinheiros da Companhia do Corpo de Marinheiros Nacionais do Rio de Janeiro. Destacou-se devido ao seu espírito de liderança e foi rapidamente promovido a cabo. Aos 20 anos de idade, já era instrutor de aprendizes-marinheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano de 1900, fez parte, senhores e senhoras, da missão em que o Brasil disputou com a Bolívia o então Território do Acre. João Cândido teve uma carreira extensa durante os mais de 15 anos na ativa na Marinha de Guerra, com viagens de instrução no Brasil e no exterior. Lembro eu, segundo os livros, durante uma missão brasileira para a Inglaterra, em 1909, a bordo do navio de guerra Minas Geraes, João Cândido e demais marinheiros tiveram contato com os marinheiros ingleses que estavam entre os grupos mais organizados e politizados naquele momento da história e que não permitiam agressão aos marinheiros por parte dos superiores.

No Brasil, o uso da chibata na Marinha havia sido proibido em 1889 pelo Presidente da República Marechal – Marechal, repito – Deodoro da Fonseca. No entanto, o castigo cruel continuava a ser aplicado a critério de quem estivesse no comando em um contingente de marinheiros formado em sua grande maioria por pretos e pardos. Eram espancados com chibata – quem está nos ouvindo –, com chicote os marinheiros pretos e pardos.

João Cândido foi um dos combatentes desse sistema de violência e passou a sofrer, então, a partir daí, um infindável processo. Acusado de conspiração, foi expulso, então, e ficou preso por dois anos na Ilha das Cobras. Quantos heróis nossos não ficaram presos por lutarem por liberdade e pelo fim da escravidão?

Embora – e, agora, vem um detalhe importante – inocentado das acusações, assim mesmo ele é expulso. Após seu banimento, trabalhou na Marinha Mercante, mas, diante das perseguições, viu-se obrigado a atuar como pescador e como estivador na Praça XV, no Rio de Janeiro.

O Almirante Negro, como foi batizado pela imprensa à época da revolta, faleceu aos 89 anos, em 6 de dezembro de 1969, vítima de câncer de intestino.

Entre as homenagens a João Cândido, destaca-se a música O Mestre-Sala dos Mares, de autoria de Aldir Blanc e João Bosco, lançada na voz de Elis Regina.

A Lei nº 11.753, de 23 de julho de 2008, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedeu anistia póstuma a João Cândido e aos demais participantes da Revolta da Chibata. Houve anistia para todos.

João Cândido, o Almirante Negro, militar, brasileiro, líder da Revolta da Chibata, foi morador de São João de Meriti, Rio de Janeiro. A cidade é homenageada com a inscrição do seu nome nas ruas. Nas ruas de São João de Meriti, em inúmeras delas, está lá o seu nome pelo seu gesto heroico ao longo da sua vida. Espaços culturais levam o seu nome, bibliotecas levam seu nome, ainda hoje vivem lá seus netos e bisnetos onde viveu os seus últimos anos.

Em 2018, Presidente, Senadores e Senadoras, ficou autorizado pelo Decreto nº 6.129, do Município de São João de Meriti, terra em que mora grande parte de sua família, a criação, inclusive, para não serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só as pedras do cais, a criação do museu em sua homenagem, que servirá como repositório da memória desse herói nacional.

Na década de 60, ainda em vida, João Cândido foi homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na Presidência – vejam a coincidência – do Deputado Carlos Santos, negro também, que chegou a ser Governador, o primeiro negro eleito para Presidente daquela Casa.

João Cândido não representa apenas a luta do povo negro e pobre do nosso País. O Almirante Negro representa a luta das mulheres negras e brancas, dos negros, dos indígenas, das pessoas com deficiência, dos LGBTQIA+, migrantes, refugiados e outros que, com as suas mais variadas especificidades, lutam pelo direito de serem humanos – de serem humanos.

Permitir e garantir que os livros escolares contenham a verdadeira história do Brasil é essencial para que possamos olhar um nos olhos dos outros, combater o racismo estrutural e não nos sentirmos piores ou melhores; e, sim, termos a certeza de que somos iguais, iguais em direitos e deveres. O Estado do Rio de Janeiro nos deu outro exemplo e aprovou a Lei nº 9.349, de 2021, que prevê que, em novembro – olhem bem a importância dessa decisão –, o mês da Consciência Negra, as escolas promoverão atividades relacionadas à Revolta da Chibata, para ensinar às nossas crianças o que aconteceu, em parceria com órgãos públicos e movimentos culturais da sociedade civil.

João Cândido morreu sem justo reconhecimento na história, sem patente e na maior miséria. Não ficou com nenhuma pensão, não ficou com nada, não teve nenhuma indenização, embora tenha sido considerado inocente por todos os órgãos que o julgaram.

Sueli Carneiro disse um dia: "O racismo é um sistema de dominação, de exploração, de exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos oprimidos, e a organização política é essencial para esse enfrentamento". Combater o racismo é uma obrigação de nós todos, entes políticos, brancos e negros, independentemente de classe social.

Termino dizendo, Sr. Presidente, de novo recorrendo a essa poesia, que é uma canção. E eu só falo duas frases aqui:

> [Glória, meus amigos]
> [...]
> Glória a todas as lutas inglórias
> Que através da nossa história não esquecemos jamais
> Salve o navegante negro
> Que tem por monumento as pedras pisadas do cais.
> [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Termino dizendo: esse foi o Almirante Negro que fez os movimentos humanistas que brancos e negros haverão de fazer ao longo das nossas vidas, para que a gente tenha uma sociedade, de fato, igual para todos.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

Muito obrigado, Senadores e Senadoras, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Senador Paulo Paim, e o parabenizamos pela sua luta tão importante para a nossa sociedade, essa luta contra o racismo e o preconceito, que é dever e é obrigação de todo ser humano.

Concedo a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas, que a pede.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar o nosso querido Senador Paim.

Paim, não vou dizer a V. Exa. que combato as discriminações mais do que V. Exa. Todo mundo reconhece e sabe da dedicação, do trabalho que V. Exa. faz para diminuir realmente todas essas questões, já do passado e atuais, que discriminam as minorias. E eu quero dizer a V. Exa. que conte sempre comigo.

Eu, sinceramente, de uma forma muito clara, se tivesse que votar, neste momento, esse relatório de V. Exa., teria o maior prazer do mundo, seria o primeiro a votar favoravelmente.

O que eu pedi... Primeiro, lamentar que tive que vir aqui.

Estou aqui presidindo a CMO, porque hoje ainda tem reunião do Congresso, e V. Exa. sabe que o PLN 16, que trata de produtos radioterápicos, se a gente não votar essa matéria hoje nós vamos ter dificuldade de ter produtos contra o câncer.

Mas eu fui procurado ontem, Senador Paim, pela Marinha. Como eu sempre, desde quando entrei no Parlamento, na Câmara Federal... a Marinha me pediu – eu não conheço, sinceramente, vi agora a história, não conhecia –, mas a Marinha me pediu que eu pedisse vista, porque ela me traria vários argumentos e documentos que eu não conheço.

Então, a única coisa que eu peço é apenas o pedido de vista, já com o compromisso de, na primeira sessão aí, a próxima, já levar a minha concordância ou discordância.

Eu não sei exatamente qual é a posição oficial. A Marinha me disse algumas coisas, mas eu pedi que me fundamentassem tudo isso. Como é uma instituição que eu respeito muito – e eu também sou militar do Exército –, então, eu peço a compreensão de V. Exa. Dito o que foi dito no relatório de V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa., confirmado tudo isso, não tenha nenhuma dúvida de que eu vou não só votar, como vou pedir voto para os meus colegas também.

Mas eu pediria a V. Exa. e ao Presidente a compreensão, porque não conversei ainda com a Marinha, nós ficamos de nos reunir hoje à tarde para que eu possa verificar e trazer na próxima reunião um posicionamento.

Mas, se confirmado tudo isso que V. Exa. falou, eu faço questão de votar com louvor. Eu sempre defendi o artigo da Constituição que proíbe qualquer que seja a discriminação. Muito pelo contrário, eu sou favorável a que a gente reponha, reconheça, recupere o máximo possível de tudo aquilo que foi cometido de errado no passado.

Então, eu só vou pedir a compreensão de V. Exa., por uma questão regimental, só para que eu possa ouvir as Forças Armadas, a Marinha brasileira, que me pediu, mas com o compromisso, Senador Marcelo, de, na primeira reunião, trazer uma posição definitiva, e a Marinha terá que me convencer sobre isso.

Peço desculpas pelo adiamento, mas eu vou pedir a compreensão do pedido de vista com o compromisso de levar na próxima reunião.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Izalci Lucas. Concedida, então, vista a V. Exa. Esperamos que V. Exa., na reunião seguinte, traga com as observações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pede a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e todos que estão nos assistindo, eu só queria lembrar da importância de colocar João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis.

Acho que estão esquecendo de que quem juntou os negros foi o nosso Henrique Dias, para a Batalha dos Guararapes. Foi o nosso Filipe Camarão, índio, que se uniu – foi aí quando se formou o Exército brasileiro. Os negros, mesmo sendo escravos, resolveram se reunir e defender este País. Eu estou falando de uma memória para lembrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois: os índios, mesmo vendo suas terras, como até hoje, serem confiscadas, abatidas, mas, na hora de defender o País, os índios se uniram e formaram o Exército brasileiro.

Não dá para acreditar que não se possa considerar um negro, que já deve ter tido a dificuldade do mundo todinho, chegar a almirante... Devia ser um cara grande mesmo!

Gente, não adianta ficar falando aqui que são democratas, que falam em democracia e, na verdade, enquanto tiver racismo, não tem democracia. E como a gente vê aqui, homenagear, considerar o Livro de Heróis e Heroínas vai fazer mal a quem?

Não tem custo e ele merece. Era um cara negro, mas que era líder, que chegou a almirante da Marinha, de uma das Forças Armadas, e que foi um exemplo, que não baixou a cabeça, que não foi servil e achou que não havia necessidade de bater, de esmagar as pessoas só porque eram negras.

Esta Casa, este Congresso Nacional não pode, a gente não pode... Como vamos dar exemplo para os nossos filhos e para os nossos netos? Só pode ser herói e heroína neste País se for branco? Se for negro não pode?

Então, Paulo Paim, pense assim no orgulho disso aí... Lembrem-se, negros e índios, que ainda são tão desconsiderados até hoje, foram aqueles que criaram o Exército brasileiro, e, mesmo sendo massacrados, sendo escravos, eles resolveram ir para a Batalha dos Guararapes defender esta Pátria.

Então, nós devemos respeito a esse povo, e eu vou esperar aí para votar: João Cândido Felisberto, Livro dos Heróis – heróis, aqueles que têm coragem de levantar a cabeça e defender a democracia e o povo negro, porque não existe explicação cristã para você discriminar, esmagar e desrespeitar uma pessoa porque é negra, e um cara que era um líder, não é?

E eu acho que a punição para ele já foi grande. Foi retirado e, como o Paulo Paim disse, morreu praticamente na miséria em defesa antirracista, porque não tinha explicação para isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo à Senadora Zenaide Maia, passo a palavra, porque a pede, ao Senador Paulo Paim novamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu sei que V. Exa., como estudioso que é do Regimento da Casa – e cumpriu um papel fundamental no debate também da reforma, da discussão política eleitoral –, em todos os temas V. Exa. é um estudioso, eu sei que V. Exa. não tem outra alternativa a não ser pedir vista. Mas eu queria duas coisinhas bem rápidas, Sr. Presidente. Primeiro, que a vista seja coletiva para que, de fato, o tema volte na próxima semana. E, se V. Exa. me der mais – eu acho que não dá um minuto –, eu recebi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento aqui uma carta da OAB, chegou agora na minha mão, só para ficar registrado nos *Anais* da Casa, ela é pequena...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Fique à vontade, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

> Excelentíssimo Senador da República Paulo Paim.
> Referente ao Projeto do Senado 340, de 2018.
> A Presidência da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil, 19º Subseção, São João de Meriti, nos termos da Lei Federal 8.901, de 1994, e de seu Regimento, vem mui respeitosamente perante V. Exas. expor e requerer o que segue:
> É de bom alvitre destacar que esta Comissão, como também o seu Presidente, ora postulante em nome dos demais membros da Comissão, manifesta total apoio ao parecer do Exmo. Senador no tocante ao reconhecimento da memória de João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, já reconhecido pela sua luta no cenário nacional, sendo, em nossa cidade, reconhecido como Herói Municipal [como Herói Municipal], Cidadão Benemérito e Cidadão Honorário, sendo o acolhimento do referido pleito uma importante medida de reparação e reconhecimento dos relevantes feitos históricos desempenhados por esse que foi valoroso Cidadão Municipal e grande herói nacional.
> Reiteramos aqui nossos protestos aos senhores e senhoras.
> Evandro Pinheiro, Presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra (OAB).

É isso, Sr. Presidente, que eu deixo para registro, neste momento em que nós estamos – permita-me que eu diga –escrevendo a história. Eu queria muito, Presidente, que a verdadeira história da formação do povo brasileiro, de negros e índios, fosse contada na sala de aula, e essa é uma parte da história que não é contada, e que talvez o Senado, agora, esteja fazendo uma justiça àquele que deu a sua vida para acabar com a chibata em cima dos marinheiros.

Obrigado, Presidente, e pela tolerância de todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Por nada, Senador Paim. Nós é que agradecemos e parabenizamos V. Exa. pela sua postura sempre em defesa da cidadania e dos direitos humanos contra o racismo e o preconceito.

E passamos a palavra agora ao nobre Senador Flávio Arns, que a pede.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero, Sr. Presidente, só destacar que esse assunto foi trazido para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, na semana passada, pelo fato de o projeto ter ido para a Comissão de Relações Exteriores. E chegamos à conclusão, na reunião, de que isso não poderia acontecer e seria, inclusive, antirregimental. Então, quero parabenizar V. Exa., em primeiro lugar, por trazer já o projeto para a pauta no dia de hoje. O Senador Izalci Lucas, que pediu vista, já se comprometeu a trazer essa matéria na primeira reunião da Comissão de Educação, que deve acontecer, creio, na semana que vem.

Mas eu quero lembrar também a todos que nós temos tido exemplos assim bonitos pelo mundo, inclusive de pedido de desculpas. O Papa Francisco, que é a maior autoridade da Igreja Católica, com milhões, centenas de milhões de pessoas, publicamente pediu desculpas por coisas que aconteceram e acontecem ou irão acontecer dentro da Igreja Católica, como acontece em outros locais também. Líderes mundiais, os alemães, em função de atrocidades acontecidas, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, também pediram desculpas: "Olha, não deveria ter acontecido".

E aqui no Brasil, se nós formos analisar muitos fatos que aconteceram, eu acho que o pedir desculpas, inclusive, eleva a condição de entidades, de instituições, de pessoas, dizendo: "Olha, não deveria ter acontecido." Aconteceu, foi uma violação da cidadania, da dignidade, dos direitos humanos. Então, nós temos que, no Brasil, também nos acostumar com o fato de que pedir desculpas não significa a diminuição das pessoas, significa o reconhecimento de coisas importantíssimas que não poderiam ter acontecido, porém, aconteceram.

Nós estamos falando dos bandeirantes, por exemplo, bastante agora, inclusive com as imagens lá em São Paulo. A gente tem que reconhecer que, por um lado também, os bandeirantes dizimaram populações indígenas, negras. E a gente tem de pedir desculpas para os povos indígenas e dizer: "Olha, nós estamos agora, 100, 200, 300 anos depois, mas não deveria ter acontecido". Então, acho que isso pode ajudar nesse debate e, inclusive, a engrandecer a sensibilidade de muita gente pelo Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nobre Senador Flávio Arns, agradecendo a V. Exa., passamos ao próximo inscrito, Senador Dário Berger. (*Pausa.*)

Senador Dário Berger. (*Pausa.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Desculpa, Presidente, é que eu não tinha....

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ah, pois não, Senador, pode falar. Está com a palavra. Estamos ouvindo bem V. Exa.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, Senador Marcelo Castro, nosso doutor, nosso médico, as minhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homenagens a V. Exa., estendendo as minhas homenagens também às nossas Senadoras e aos nossos Senadores.

Eu quero acrescentar a V. Exa. que eu sou Relator do item 7 e que eu estou pronto para relatar o projeto, se V. Exa. me permitir. Não querendo atrapalhar a pauta, mas, se V. Exa. me permitir, estou pronto, estou apto a fazer o relatório, a apresentar o relatório para a apreciação dos Srs. e das Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Dário Berger, é porque nós estamos fazendo aqui uma votação em globo dos PLs terminativos, e o PL de V. Exa. não é terminativo. Não é que seja impeditivo, mas, se V. Exa. concordasse, nos PLs terminativos, e nós já lemos dois, o próximo aqui seria da relatoria do Senador Flávio Arns, que está presente também.

E ele vai ler... Ele é o Relator de dois PLNs: o item 3 e o item 6.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu faço um apelo ao Senador Dário Berger que deixe o Flávio Arns falar primeiro. (*Risos.*)

E ele vai concordar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu secundo aqui as palavras do nobre Senador Esperidião Amin e faço um apelo a V. Exa. que após, então, o Senador Flávio Arns fazer esses dois relatórios e a gente submeter à votação esses PLs terminativos, nós, então, passaríamos a palavra a V. Exa., se V. Exa. estiver de acordo.

Então, sendo assim, com a palavra o nobre Senador Flávio Arns, para o item 2 da pauta, que é o Projeto de Lei nº 3.594, de 2019, terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3594, DE 2019

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Doutora Zilda Arns", o trecho da rodovia BR-101 no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo, então, a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Capriche, Flávio Arns! Capriche!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Está bem, Senador Esperidião Amin. Capricharei.

Zilda Arns – eu passo à análise diretamente –, minha tia, filha de descendentes de alemães e irmã de D. Paulo Evaristo Arns e de Osvaldo Arns, meu pai, nasceu na cidade de Forquilhinha, no Estado de Santa Catarina, também do Senador Dário Berger, do Senador Jorginho Mello e de Esperidião Amin, autor deste projeto, em 25 de agosto de 1934.

Médica, dedicada à saúde pública, em especial a de crianças em situação de vulnerabilidade, fundou a Pastoral da Criança em 1983, juntamente com um pequeno grupo de voluntários, a pedido da CNBB. Seu trabalho à frente da Pastoral ao longo de 30 anos chegou a abranger 71% do Território nacional e 20 países na África e na América do Sul.

Com o reconhecimento de sua atuação, recebeu da CNBB, segundo o autor do projeto, Senador Esperidião Amin, mais uma missão: fundar e coordenar a Pastoral da Pessoa Idosa, hoje com mais de 100 mil idosos, acompanhados mensalmente por milhares de voluntários, em quase 600 Municípios de 25 Estados brasileiros.

Recebeu, em 2014, a mais elevada honraria de Santa Catarina, a Medalha Anita Garibaldi, e foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, em 2006.

Faleceu no terremoto da cidade Porto Príncipe, em 2010, fazendo o que sabia de melhor: contribuir para a saúde e o bem-estar dos mais necessitados.

O projeto é, portanto, meritório. Denominar o referido trecho da Rodovia BR-101 com o nome de Zilda Arns é questão de justiça e de memória.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre estas proposições que tratem de homenagens cívicas, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O exame da matéria por esta Comissão possui, portanto, respaldo regimental, tendo em vista o caráter exclusivo de distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, ainda no âmbito deste Colegiado, apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, o projeto obedece aos requisitos constitucionais, formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. A presente iniciativa é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto e 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras de arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação.

Além disso, a matéria também está em consonância com as exigências impostas pela Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Ainda no que se refere à juridicidade, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando ele de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, o projeto de lei em análise atende também aos aspectos de natureza constitucional e jurídica.

Conforme o exposto, Sr. Presidente, Senador Esperidião Amin, amigo, Senador de Santa Catarina, assim como o Senador Dário Berger e o Senador Jorginho Mello, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.594, de 2019.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós que agradecemos a V. Exa.

Submeto à discussão.

Vou, então, passar ao Senador Paim, que pede a palavra para discutir a matéria.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

Não há como não homenagear os dois Senadores, Senador Esperidião Amin, autor, e Flávio Arns, Relator, porque a nossa querida Zilda Arns, Presidente, encarnava as políticas humanitárias. Ela era uma humanista, viajava o mundo e faleceu por essa causa. Então, homens e mulheres como ela merecem sempre, sempre as nossas homenagens.

Quero dar este depoimento porque eu tive a alegria, Senador Flávio Arns, de recebê-la, inclusive, na Comissão de Direitos Humanos. Ela era uma estrela mundial já, mas o assunto era criança, adolescente e, claro, idoso. E ela veio falar na Comissão de Direitos Humanos.

Então, a imagem que eu tenho dela é ela defendendo as grandes causas da humanidade aqui, no nosso Congresso, na Comissão de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica, aqui, o meu aplauso à memória dela para sempre e também ao autor e ao Relator por esta bela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Paulo Paim.

Vamos, agora, ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, DE 2018

- Terminativo -

Confere ao Município de Bom Repouso (MG) o título de Capital Nacional do Morango.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Ao Relator *ad hoc*, Senador Flávio Arns, concedo a palavra, no lugar do Senador Roberto Rocha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Isso. O Senador Roberto Rocha me solicitou que relatasse, como Relator *ad hoc*, esta matéria. Agradeço a sua iniciativa e o convite.

Passo diretamente à análise, só dizendo, Sr. Presidente, que, como está no relatório, todos os aspectos legais, constitucionais e regimentais estão sendo observados neste projeto de lei do Senador Roberto Rocha, cujo autor é o Senador Anastasia, grande amigo também de Minas Gerais.

Em relação ao mérito, o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo, atrás apenas da China e da Índia. O morango, porém, ainda ocupa um espaço restrito nesse cenário.

O Estado de Minas Gerais se mantém em destaque como o maior produtor da fruta no Brasil. Sozinha, a região do sul do Estado foi responsável, em 2017, pela produção de 73 mil toneladas de morango, em uma área plantada de 1,6 mil hectares.

Nesse contexto, o Município de Bom Repouso se destaca. Conforme dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), de março de 2018, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade, com uma área de 500 ha (quinhentos hectares) destinada ao plantio de morangos, totaliza 25 milhões de mudas, cultivadas por 3 mil produtores, e é recordista na plantação desse fruto no País.

Essas somas expressivas são resultado, entre outros fatores, do clima favorável, o qual assegura a produção o ano inteiro e garante, assim, a renda de boa parte da população. Além do mercado de trabalho, a cidade tem sua história e economia intimamente ligadas a essa cultura – aqui compreendida na acepção sociológica e agrícola da palavra –, levando à formação de uma verdadeira tradição local e regional.

É em Bom Repouso que ocorre, anualmente, a já tradicional Festa do Morango, reflexo da proeminência da cidade, a principal do Polo de Incentivo à Cultura do Morango na região sul de Minas, criada pela Lei Estadual nº 20.619, de 14 de janeiro de 2013.

Mas o papel do morango não se limita ao campo, onde muitos empregos são gerados: estende-se ao comércio local, movimentando negócios, incrementando o turismo e aquecendo até mesmo o mercado imobiliário, por meio de novos empreendimentos. Além disso, com a visibilidade que a concessão do título trará ao Município, mais investimentos serão atraídos, contribuindo sobremaneira para a consolidação dessa atividade e, mais importante, no cenário brasileiro, para a geração de empregos na cidade e no Estado.

Pelo amplo significado cultural do desenvolvimento dessa importante tradição na região sul de Minas Gerais, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional do Morango à cidade de Bom Repouso.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto do Senador Roberto Rocha, e eu sirvo como relator *ad hoc*, mas com prazer e concordando com o relatório do Senador Roberto Rocha, é pela aprovação do Projeto de Lei de autoria do Senador Anastasia nº 321, de 2018.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao nobre Senador Anastasia, que pede para discutir a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Marcelo Castro. Agradeço muito a V. Exa.

Eu quero registrar, antes de tudo, os meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns pelo relatório do projeto anterior e ao Senador Amin pela sua iniciativa da belíssima homenagem à memória da Dra. Zilda Arns, na rodovia nominada, no Estado de Santa Catarina. Ela, que certamente é um ícone de todos os brasileiros, pelo belíssimo trabalho que realizou, de que tanta falta nós sentimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, meus cumprimentos a ambos, ao Senador Flávio e ao Senador Esperidião, pela iniciativa.

Quero agradecer ao Senador Flávio Arns a imensa gentileza de ser o relator *ad hoc* e também agradecer nosso Senador Roberto Rocha por preparar o relatório desse projeto singelo de minha autoria, no sentido de conferir ao Município de Bom Repouso, no sul do Estado de Minas, o título de Capital Nacional do Morango, pela imensa produção de morango que tem e, ao mesmo tempo, pela festa que já realiza, objeto de uma lei estadual, e, de fato, pelo reconhecimento nacional dessa qualidade do Município, gerando empregos na região e desenvolvimento. É um projeto singelo para o qual peço apoio dos pares.

E quero, por fim, mais uma vez agradecer a gentileza do Senador Flávio Arns, como sempre, atendendo aqui à solicitação de ser o relator e apresentando um relatório tão adequado, juntamente com o Senador Roberto Rocha.

Presidente Marcelo Castro, muito obrigado pela deferência de ceder a palavra. Agradeço muito a todos os pares.

Os meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. Nós é que agradecemos a participação de V. Exa., como sempre brilhante, e passamos ao Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5226, DE 2019

- Terminativo -

Concede ao Município de Itajaí, em Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Pesca.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pela aprovação.

O gabinete do Senador Jorginho comunica que o mesmo encontra-se em voo e pediu que nós designássemos aqui a Senadora Maria Eliza para ser relatora *ad hoc*, o que faço com imenso prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo então a palavra à nobre Senadora Maria Eliza, para fazer o relatório desse projeto tão importante.

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente, caros Senadores, nobres Senadores, é com muita honra que eu o faço.

O relatório.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 5.226, de 2019, de autoria do Senador Esperidião Amin, que confere ao Município de Itajaí, em Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Pesca.

O projeto contém dois artigos. O primeiro tem o mesmo teor da ementa, tal como acima transcrita, enquanto o segundo determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor expõe a relevância que a atividade pesqueira tem para a socioeconomia do Município de Itajaí.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Da análise.

Nos termos do disposto pelo inciso I, do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros, sobre temas relacionados à cultura, a exemplo da proposição em debate.

Erguida no encontro do rio Itajaí-Açu com o mar, Itajaí fica situada no litoral norte de Santa Catarina. Colonizada por portugueses em meados do século XVIII e alemães no século XIX, a cidade tem, desde os seus primórdios, uma forte ligação com a navegação.

Estudos históricos revelam que a vocação para a pesca em Itajaí surgiu ainda no Brasil Colônia, por volta de 1820, quando D. João VI mandou trazer famílias de tradicionais pescadores portugueses da cidade de Ericeira para colonizar o litoral catarinense.

Com uma frota aproximada de 500 embarcações de pesca industrial, nas mais variadas modalidades de captura, e cerca de 50 empresas beneficiadoras de peixe instaladas no Município, produzindo mais de 1 milhão de latas de sardinha e atum por dia, Itajaí e sua região são responsáveis por 20% da produção brasileira de pescados, correspondentes a 100 mil toneladas anuais.

Atualmente, quase 20 mil pessoas trabalham direta ou indiretamente no setor da pesca na cidade. Com a visibilidade que a concessão do título trará ao Município, mais investimentos serão atraídos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuindo sobremaneira para a consolidação dessa atividade e, mais importante no cenário brasileiro, para a geração de empregos na cidade e no Estado.

Assim, pelo reconhecimento da importância da pesca nos contextos local, regional e nacional, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Pesca ao Município de Itajaí.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade e, em especial, no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Do voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.226, de 2019.

O.k.? Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos à nobre Senadora Maria Eliza pela relatoria *ad hoc* desse projeto.

Colocamos em discussão a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu só quero agradecer tanto ao Senador Flávio Arns quanto ao Senador Jorginho Mello, que concordou, através da sua assessoria, que fosse feita a leitura do seu parecer pela querida Senadora Maria Eliza. Quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecer, portanto, a ela, ao Senador Jorginho e ao Senador Flávio Arns e agradecer a V. Exa. também, uma vez que, se não fosse lido hoje, semana que vem não seria.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ficaria para o final do mês. Como esse matéria tem que ir para a Câmara, eu quero agradecer pela presteza, pelo menos, de colocar em deliberação.

E agora aguardar e já vou anunciando o meu voto favorável aos projetos terminativos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, a gente tendo concluído essa etapa aqui, eram seis itens terminativos... O primeiro, o Relator, Senador Cid Gomes, não compareceu; e o terceiro, o Senador Izalci pediu vista.

Então, nós vamos submeter aqui em bloco, em conjunto, a votação dos itens 2, 4, 5 e 6 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3594, DE 2019

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Doutora Zilda Arns", o trecho da rodovia BR-101 no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5226, DE 2019

- Terminativo -

Concede ao Município de Itajaí, em Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Pesca.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Maria Eliza

Relatório: Pela aprovação.

Tivemos a honra de ter como Relatora *ad hoc* aqui a nossa *nouveau* Senadora Maria Eliza.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, DE 2017

- Terminativo -

Institui o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica, a ser celebrado no dia 27 de março.

Autoria: Senador Romário (PODE/RJ)

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, DE 2018

- Terminativo -

Confere ao Município de Bom Repouso (MG) o título de Capital Nacional do Morango.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, submeto à votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria que abra o painel para a votação nominal dos nossos membros da Comissão. (*Pausa.*)

A Senadora Leila pede a palavra.

V. Exa. está...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Só um minuto. (*Pausa.*)

Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Melhorou. Pode falar.

Pois não, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu estou com problema de áudio. Eu não estou ouvindo o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois é. Nós estamos ouvindo bem aqui V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu não estou ouvindo, mas enfim...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... primeiro, eu quero cumprimentar o senhor e todas as Senadoras e Senadores.

Eu tenho uma breve fala aqui de um tema muito importante para o mês de outubro, que é um assunto de grande importância para todas as mulheres brasileiras, que é a questão do Outubro Rosa. E aí eu gostaria de aproveitar a audiência da nossa reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para reforçar a campanha do Outubro Rosa aqui também no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde 2011, o Senado Federal participa ativamente da campanha internacional do Outubro Rosa, que tem como objetivo divulgar informações sobre o controle do câncer de mama e fortalecer as recomendações do Ministério da Saúde para prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento da doença.

Neste ano de 2021, tenho a honra de participar da campanha do Outubro Rosa aqui no Congresso Nacional, na condição de Procuradora Especial da Mulher, o que torna ainda maior a minha motivação e responsabilidade de promover ao máximo a importância do exame periódico e frequente para todas as mulheres brasileiras com idade indicada.

Sr. Presidente e todos que nos acompanham, o câncer de mama é a primeira causa de mortes por câncer na população feminina em quase todas as regiões do Brasil, exceto na Região Norte, onde o câncer do colo do útero ainda ocupa o primeiro lugar. Em 2019, 18 mil pacientes, cerca de 16% de todas as mulheres que morreram de câncer no período, não resistiram à doença, que tem a taxa de mortalidade superior a 14 óbitos a cada 100 mil pacientes.

Os números assustam, mas o câncer de mama, Sr. Presidente, pode ser controlado ou até mesmo vencido. Se a doença é identificada nas fases iniciais, a chance de cura é mais de 95%. Lamentavelmente, 40% dos casos ainda são diagnosticados em fase avançada, quando o tumor já é maior, está crescendo em tecidos adjacentes ou já se disseminou em outros órgãos. Há espaço, portanto, para melhorarmos e muito esse indicador.

A detecção precoce do câncer de mama salva vidas. Por isso, convido a todas as mulheres que nos ouvem para que, durante este Outubro Rosa e ao longo de todo o ano, busquem e compartilhem informações a respeito do diagnóstico precoce do câncer de mama com todas as suas conhecidas. Alguns minutos de atenção, uma breve conversa e um rápido exame podem salvar a vida não apenas de uma pessoa, mas, com o empenho de cada uma e de cada um de nós, de milhares de mulheres brasileiras.

Ainda falta informação, ainda falta conscientização, e é para suprir essas carências que precisamos de esforços organizados e redobrados, como a campanha do Outubro Rosa.

E, neste ano, mesmo respeitando as limitações decorrentes da pandemia, temos uma programação, Sr. Presidente, muito especial e ela começou nessa segunda-feira, com a abertura oficial da campanha no Congresso Nacional, quando houve o acendimento das luzes cor-de-rosa em nosso prédio. Além disso, em conjunto com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e também a Procuradoria da Casa, vamos promover audiências públicas todas as quintas-feiras deste mês de outubro, sempre a partir das 15h, onde discutiremos vários aspectos do combate do câncer de mama aqui no Brasil.

Todas as audiências serão transmitidas ao vivo pelos canais do YouTube, da Câmara e da Secretaria, e hoje, dia 7/10, será a primeira delas, quando debateremos a importância da navegação de pacientes para a melhoria da atenção ao câncer de mama; na próxima quinta, dia 14, o enfrentamento ao câncer de mama nas mulheres jovens de 18 a 49 anos; no dia 21, as consequências da pandemia para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico e tratamento do câncer de mama e de útero aqui no nosso País; e, no dia 28, véspera do encerramento do nosso Outubro Rosa, que será no dia 29, a aplicabilidade das Leis 10.223, de 2001, 12.802, de 2013, e 13.770, de 2018, da reconstrução mamária no Brasil.

Gostaria também de convidar a todos a visitar uma linda exposição, Sr. Presidente. O nome da exposição é "Simplesmente Amor". São fotos de mulheres mastectomizadas, da Associação Recomeçar, e essa exposição estará durante todo este mês no Espaço Galeria, aqui na Casa, aqui em Brasília.

Neste ano de 2021, nós temos ainda um desafio maior. Depois de um crescimento constante do número de mamografias realizadas no País ano a ano, em 2020, em decorrência da pandemia, foram realizadas no ano inteiro não mais do que 1,8 milhão exames, o que representa, Sr. Presidente, uma queda de 42% de exames de mamografia em relação a 2019, quando foram feitos mais de 3 milhões na rede pública. E, ao longo de 2021, a recuperação tem sido lenta, com a realização, de janeiro até agosto, de menos de 1,5 milhão de exames.

Por isso, é ainda mais importante divulgarmos e nos engajarmos. Aí eu peço não só aos membros da Comissão, mas ao Senado Federal, nas suas redes, enfim, em todos os meios de comunicação de cada Senador, que nos engajemos na campanha do Outubro Rosa, para que possamos bater todos os recordes de exames realizados neste mês e que seja possível retornarmos àquela trajetória de crescimento ano após ano das mamografias realizadas aqui no nosso País.

Sr. Presidente, eu agradeço ao senhor esta oportunidade de poder falar um pouquinho sobre o nosso trabalho e toda a nossa programação e peço não só o apoio do senhor, como Presidente desta importante Comissão para a nossa Casa e para o nosso País, mas como o de todos os membros Senadoras e Senadores aqui do Congresso Nacional.

E aproveito também para parabenizar, é claro, pela pauta, mas pelos dois projetos que foram alvos de muito debate, que foi o item 3, o PL 340, que inscreve o nome de João Cândido no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, uma iniciativa importante – nós temos uma dívida histórica –; e também o PL 3.594, de iniciativa do Senador Esperidião Amin e relatoria do Senador Flávio Arns. Nada mais do que indicado, correto, termos aí o sobrinho da Dra. Zilda Arns sendo Relator desse projeto tão importante.

E já adiantando o meu voto "sim" a esse primeiro bloco, Sr. Presidente.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos e ficamos muito honrados e felizes com a participação de V. Exa., nobre Senadora.

Senador Paulo Paim com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Paulo Paim.

Agradecendo aqui a participação da Senadora Leila, passo, então, a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está me ouvindo, Presidente? Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Estamos ouvindo bem. V. Exa. não me ouve?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não o estou ouvindo, mas posso falar se o senhor entender que está me ouvindo. Se der um positivo, eu posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero chamar aqui os técnicos porque não pode ser coincidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Está ouvindo agora?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu queria....

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. me ouve, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... primeiro, dizer que o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não ouve.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu votei "sim", acompanhando todos os projetos importantes que demarcam a história. Por isso, os nomes dados merecem todo o nosso carinho e elogio.

Mas eu queria fazer também, Presidente, uma pergunta a V. Exa. A pergunta é: considerando que na semana que vem temos um feriado, que sempre cria um imbróglio nas votações, V. Exa. pretende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votar o projeto de que foi pedido vista na semana que vem ou na outra? Essa é a pergunta que eu gostaria que você pudesse me ajudar, até para me organizar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. me ouve, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então foi restabelecida a comunicação.

Senador Paulo Paim, não tenho uma decisão definitiva ainda, mas a informação que me chegou é de que não haverá atividades aqui no Senado, nas Comissões, na próxima semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois é. Por isso que eu perguntei, Presidente. Isso também chegou a mim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se houver, nós submeteremos o projeto na quinta-feira; se não houver, fica, então, para a semana seguinte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Sinto-me contemplado com a sua resposta, sempre com muita elegância e muita gentileza.

Muito obrigado, Presidente e todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Exa. é merecedor disso e muito mais.

Passo a palavra, então, à nobre Senadora Daniella Ribeiro, que a pede.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, cumprimentando a todos e a todas – eu não sei se consegui votar aí na votação nominal –, eu gostaria de consignar o meu voto "sim", Sr. Presidente, com as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem. Agradeço muito a V. Exa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pede a palavra o Senador Dário Berger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu não estou conseguindo votar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode votar ao vivo, Senador. Pode consignar seu voto.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Então, quero consignar meu voto "sim".

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Muito obrigado.

Com a palavra a nobre Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu não estava conseguindo votar, mas já consegui. Eu ia votar "sim" para o Bloco.

Outra coisa para a qual eu queria chamar a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Por exemplo, eu estou vendo aqui o Projeto de Lei nº 6.553, da Câmara dos Deputados, que institui o Dia Nacional da Mulher Empresária. A Relatora é a Senadora Mailza.

Eu mandei um comunicado para ela para ver se eu poderia ler *ad hoc*, porque é do interesse das mulheres esse dia das mulheres empresárias, mas, na verdade, eu estou aguardando o retorno dela. Eu estou vendo que toda semana ele está sendo pautado, mas não está sendo feita nem a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem, Senadora.

A assessoria me comunica que já havia sido designado Relator *ad hoc* o Senador Flávio Arns. Se ele não se opuser, nós poderemos passar para V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O Flávio Arns não tem problema. O que eu quero é ver se a gente faz a leitura. É não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, tudo bem, tranquilo.

Senadora Leila Barros, com a palavra, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, é só para reforçar o pedido, justamente isso. Eu já havia levantado também, era para reforçar o mesmo pedido da Senadora Zenaide com relação ao Item 8, do Dia Nacional da Mulher Empresária. Então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ai, que bom! Ótimo!

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, não só não me oponho como transfiro para a Senadora Zenaide Maia com a máxima alegria,...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Que bom!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – ... uma pessoa que tem se destacado no Senado Federal, e é muito importante que uma mulher relate o projeto relacionado à mulher empresária. Poderia ser a Senadora Leila também, mas, como a Senadora Zenaide Maia já havia solicitado, então, com alegria, Zenaide. Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Estamos de acordo. Vamos passar, depois para a Senadora Zenaide Maia para ser Relatora *ad hoc*.

Então, peço à Secretaria que encerre a votação para a gente proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós temos um quórum de 17, com 16 SIM, nenhum NÃO e nenhuma abstenção.

Então, os quatro projetos terminativos aqui foram aprovados.

Agradecemos a participação de todos, e vamos agora aos projetos não terminativos.

Item 7 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2017

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Cachaça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Dário Berger

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa é do Deputado Federal Valdir Colatto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dário Berger para a leitura do seu relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, aproveito a oportunidade para saudar de maneira especial o Senador Flávio Arns, querido e distinto amigo com que estive junto nos dois anos que antecederam a presidência de V. Exa., Senador Marcelo Castro.

Penso que realizamos um trabalho digno de merecer vários elogios. Primeiro, porque nos dedicamos substancialmente à aprovação do Fundeb. O Senador Flávio Arns foi o Relator do Fundeb no Senado Federal e se dedicou de maneira exemplar. Conhecedor profundo da matéria, é um amante da educação, fez várias audiências públicas, conversou muitas vezes com a Câmara dos Deputados, com a Deputada Professora Dorinha, e nós aprovamos praticamente por unanimidade o Novo Fundeb, que representa a esperança viva da educação básica no Brasil.

Então, minhas homenagens. Sempre que estou com o Senador Flávio Arns, eu me lembro da fidalguia que ele representa, da paciência, do equilíbrio, da serenidade, e agora eu sou Relator de outro projeto de autoria do Senador Flávio Arns muito importante, que é o marco que vai consolidar a educação básica no Brasil e a educação brasileira, que é, sem dúvida nenhuma, um projeto muito interessante que está quase pronto. Eu também tenho feito muitas reuniões, Senador Flávio Arns, e talvez este ano ainda a gente delibere sobre ele para que a gente possa ter também mais esse instrumento importante para a educação brasileira.

Eu recebi essa relatoria com muito prazer, embora eu seja um homem que beba pouco. Eu bebo só socialmente, mas aqui, em Santa Catarina, nós temos duas cidades que se destacam na produção de cachaça, que são Gaspar e Luiz Alves. E, sinceramente, me causa bastante satisfação por ser um projeto de autoria do Deputado Valdir Colatto, que foi um dos Deputados mais atuantes no Congresso Nacional, reconhecido não só em Santa Catarina, mas no Brasil inteiro, e que eu quero aproveitar, inicialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para render as minhas justas e sinceras homenagens a esse Parlamentar, esse correligionário, esse amigo que muito fez por Santa Catarina e também pelo Brasil. É um defensor da agroindústria, do agronegócio, uma pessoa realmente extremamente preparada.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, passo, então, a fazer a análise do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2017, que institui o dia 13 de setembro como o Dia Nacional da Cachaça.

Evidentemente, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre datas comemorativas, conforme o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A cachaça, surgida nos engenhos de cana-de-açúcar no litoral brasileiro na primeira metade do século XVI, é considerada a primeira bebida destilada da América Latina. Consumida inicialmente pelos escravos, sua apreciação, o gosto e o apreço pela cachaça foi se estendendo pela população brasileira, o que levou a Coroa Portuguesa a proibir sua fabricação e comércio, que à época prejudicavam a importação do vinho e da bagaceira (aguardente de uva) vindos da metrópole. Em 1660, há uma insubordinação de produtores fluminenses contra a proibição, resultando no episódio conhecido como Revolta da Cachaça. A revolta, na qual ocorreu até mesmo a execução de um dos líderes, leva, por sua vez, à legalização do comércio da cachaça, por Ordem Régia de 13 de setembro de 1661, data escolhida pelo projeto de lei como referência para a efeméride proposta.

Atualmente a cachaça é produzida em todos os Estados brasileiros e é, por larga vantagem, o destilado de maior consumo no País, além de ser a terceira bebida destilada mais consumida do mundo.

A produção anual brasileira é de cerca de 1,4 bilhão de litros por ano. O aperfeiçoamento do controle de qualidade da bebida, tanto a de produção artesanal como industrial, é um instrumento importante para a conquista de um mercado externo de grande potencial, que vem crescendo sistematicamente com o passar dos anos. Outra pauta de destaque para a categoria é o reconhecimento, por um maior número de países, da denominação "cachaça" como exclusivamente nacional.

O mercado de produção de cachaça no Brasil gera 600 mil empregos diretos e indiretos, movimentando mais de R$7 bilhões em nossa economia. São mais de 40 mil produtores da bebida, responsáveis por mais de 4 mil marcas espalhadas por todo o Brasil.

No Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo são os Estados que mais produzem a cachaça. Em Santa Catarina, como já mencionei, destacam-se na produção da bebida os Municípios de Luiz Alves e Gaspar. Os dois Municípios catarinenses, diga-se de passagem, também se destacaram na 28ª edição da Expocachaça, em 2018, tradicional festa realizada em Belo Horizonte. Luiz Alves conquistou a medalha de ouro na categoria Extra Premium Armazenada Acima de 3 Anos; já Gaspar recebeu a medalha de ouro na categoria Armazenada em Carvalho Americano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela grande relevância cultural e econômica da cachaça para o País, entendemos que a proposição é meritória e deva prosperar. A aprovação desta matéria representa uma justa homenagem às empresas e famílias produtoras, responsáveis pela qualidade da cachaça brasileira.

No que tange à constitucionalidade, que deve ser também examinada por esta Comissão, não há reparos a fazer, assim como à sua regimentalidade.

Quanto à sua adequação às normas e princípios jurídicos, deve ser observado que a proposição sob exame iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados, identificada como Projeto de Lei nº 5.428, de 2009 ainda, antes da publicação da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixou critérios para a instituição de data comemorativa.

Assim, de acordo com o Parecer nº 219, de 2012, da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça do Senado Federal, os projetos de lei que estabeleçam data comemorativa, independentemente da data de início de sua tramitação, têm que atender ao critério disposto no art. 1º da Lei nº 12.345, de 2010, segundo o qual a efeméride deve se revestir de alta significação para os diferentes segmentos da sociedade.

Desse modo, e face às considerações já emitidas sobre o mérito que atestam sobre a alta significação para a sociedade brasileira da data comemorativa a ser instituída, concluímos que a proposição não apresenta problemas relativos à juridicidade.

Portanto, consoante o exposto, o nosso voto não poderia ser outro senão pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2017, de autoria do eminente e brilhante Deputado Federal Valdir Colatto.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a V. Exa. pelo relatório preciso, profundo, abrangente, que trata de todos os aspectos da nossa queridíssima e tão útil cachaça, vamos então, do ponto de vista da economia, submeter a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão e a submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Vamos ao item 8 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 6553, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa da Deputada Federal Carmen Zanotto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia, como Relatora *ad hoc*, para fazer a leitura do relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero aqui já parabenizar de antemão a grande Deputada Carmen Zanotto e a nossa colega Senadora Mailza Gomes, e também o Senador Flávio Arns, por conceder a relatoria *ad hoc* desse tema que tem uma importância fundamental para as mulheres deste País.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei nº 6.553, de 2019 (Projeto de Lei nº 5.680, de 2016, na origem), da Deputada Carmen Zanotto, que institui o Dia Nacional da Mulher Empresária.

A proposição contém três artigos. O primeiro institui a referida efeméride, estabelecendo para sua celebração o dia 17 de agosto. O segundo define mulher empresária como aquela que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. O terceiro estabelece que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora afirma que a construção de um tecido cultural e institucional envolvendo aprendizagem e definições de políticas públicas pode ser o caminho para a eliminação gradativa das barreiras que limitam tanto a mulher em sua trajetória empreendedora, como a própria atividade empreendedora.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva da Comissão de Educação, de onde deverá seguir para o Plenário.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem sobre a instituição de datas comemorativas.

Ademais, por ser a única Comissão a se pronunciar sobre a matéria, cabe à Comissão de Educação, Esporte e Cultura, ainda, manifestar-se acerca dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

A proposição trata de matéria cuja competência legislativa é concorrente da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a posterior sanção do Presidente da República. A iniciativa parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de assunto cuja iniciativa esteja reservada a outro Poder (Constituição Federal, art. 61, *caput*).

Igualmente, atende ao disposto na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critérios para a instituição de datas comemorativas.

De acordo com essa lei, a instituição de datas comemorativas destinadas a vigorar no Território nacional obedecerá ao critério da alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira (art. 1º). A definição do critério de alta significação, de acordo com o art. 2º, será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas realizadas, e devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos setores interessados.

Em atendimento a essa determinação, a autora anexou ao projeto original a Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, ocorrida em 21 de junho de 2016, na qual se realizou audiência pública com o objetivo de debater sobre a instituição do Dia Nacional da Mulher Empresária.

Os segmentos ouvidos reconheceram a alta significação da homenagem. A data acordada para a comemoração – 17 de agosto – é a mesma adotada por Santa Catarina, Estado de origem da proponente, Deputada Carmen Zanotto, para se celebrar o Dia Estadual da Mulher Empresária.

Com relação ao mérito, consideramos que a proposição também merece acolhida. Segundo dados do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, em parceria com o Sebrae, 51% dos empreendedores em estágio inicial são formados por mulheres.

Ademais, as mulheres empreendedoras possuem nível de escolaridade 16% superior ao dos homens. Todavia, ganham 22% a menos que os empresários. Homens e mulheres também empreendem por motivos diferentes. Enquanto eles apostam na possibilidade de obter maior renda e crescimento profissional, as mulheres buscam maior flexibilidade de horários – o que está relacionado à maternidade e cuidados com a família. Além disso, quanto menor a renda da mulher, maior é a dedicação que ela deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter com a família, o que faz com que possa dedicar menos tempo à sua atividade empreendedora. Isso resulta em ganhos menores, descrevendo uma cruel equação.

A proposição em análise nos oferece a oportunidade de refletirmos sobre a redefinição do papel da mulher na sociedade brasileira. É, também, um instrumento para que se reconheça o valor da contribuição feminina para a renovação da atividade empresarial e se reflita sobre a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade entre os gêneros e favoreçam a eliminação gradativa das barreiras que ainda limitam as empresárias brasileiras.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.553, de 2019.

E já justificando e parabenizando a autora e a nossa Relatora, tanta a Deputada Carmen Zanotto como a Mailza nossa Senadora, quero dizer o seguinte: o que mostra aqui é a realidade. Independentemente de sermos políticas ou empresárias, temos uma família de que fazemos parte. É aquele terceiro ou quarto expediente, como é dito. Por isso que, quando veio a reforma da previdência, eu lutei muito pra que as mulheres não fossem penalizadas por mais sete anos de trabalho. Eu sei que isso não tem a ver com ser empresária ou não.

E há algo aqui que não foi dito: a gente sabe, o Brasil sabe, o mundo sabe que, se quiser diminuir a violência contra a mulher, nós temos que empoderá-la. Então, tem que haver um incentivo. Já existem alguns países que mostram que vale a pena a mulher não ficar oito, dez horas no trabalho, e cuidar dos filhos, porque os filhos muitas vezes, sem a presença feminina e dos pais, criam muitas doenças psicológicas. A violência é maior na maioria dos filhos que não têm muito a presença dos pais, principalmente no nosso País, que ainda não temos uma educação pública em tempo integral para as nossas crianças e nossos jovens.

Então, é por isso que eu peço aqui aos colegas a aprovação. Isso é de uma importância fundamental para mais de 50% da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo aí a relatoria da nobre Senadora Zenaide Maia, submetemos, então, o referido projeto de lei à discussão.

O Senador Paulo Paim pede a palavra para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito rápido, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Flávio Arns, a nossa querida Carmen Zanotto, que está sempre na linha de frente também nesses temas, e a nossa Relatora, Zenaide Maia, que, como a Leila, que está também conosco neste momento, representam muito, muito bem a luta das mulheres.

Este relatório qualificado e muito bem explicado só enaltece mais a nossa Comissão e a igualdade, porque é inegável que a mulher também, em relação ao homem, é discriminada na sociedade e que projetos como esse fazem com que ela possa alavancar o seu próprio negócio como empresária.

É só isso, Presidente.

Agradeço muito a todos. E um carinho especial às mulheres, aí representadas pela Senadora Zenaide Maia no seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira... (*Pausa.*)

Senadora Leila Barros com a palavra para discutir a matéria.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Desculpa, Sr. Presidente. É para, rapidamente, só agradecer o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não. Fique à vontade.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... por nos ter dado essa atenção especial em uma pauta que é importante, porque para todas nós mulheres é importante incluir esse Dia Nacional da Mulher Empresária, justamente no intuito de valorizar mais ainda e promover essa questão da iniciativa das mulheres, que hoje tanto buscam espaço, não um espaço de poder, mas esse espaço na caminhada, nos investimentos, na vida social e econômica do País.

E também quero agradecer o Senador Flávio Arns por ter cedido a relatoria para a Zenaide, que, para todas nós, é uma inspiração, uma Senadora muito combativa, que luta muito por essas pautas. É isso.

Agradeço por esse trabalho e pela aprovação deste projeto a todos os Senadores da Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nos que agradecemos a participação de V. Exa., nobre Senadora Leila Barros. O Senador Flávio Arns jamais negaria um pedido desse, feito pela Senadora Zenaide Maia. O Senador Flávio Arns é um *lord*, pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educadíssima, que, evidentemente, está sempre disposto a colaborar, ajudar e contribuir com a nossa Comissão de Educação.

Senadora Leila, quer falar novamente?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não. Só quero dizer que o senhor também. O senhor é uma pessoa muito solícita, muito parceiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço a V. Exa. a gentileza.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Comunico aos membros da Comissão que nós temos aqui um requerimento sobre a Mesa, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 16, DE 2021

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema ProUni - Desafios sobre o futuro e as propostas de reformas tributárias.

Autoria: Senadora Maria Eliza (MDB/RO)

Propondo para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Wagner Vilas Boas de Souza, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação; a Sra. Amábile Pacios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e Conselheira do Conselho Nacional de Educação; o Sr. Emerson Casali, Assessor Institucional do Fórum das Entidades Representativas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ensino Superior Particular; o Sr. Rodrigo Capelato, Diretor Executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp); e o Sr. Adolfo Sachsida, Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia.

Autora: a nobre Senadora Mailza Gomes... Perdão, a Mailza Gomes é a Relatora. Autora: a nossa queridíssima Senadora Maria Eliza, que assume aqui a cadeira de Senadora e já é uma pessoa ligada à área da educação. A gente sabe que é empreendedora e empresária da educação e apresenta esse requerimento.

Então, submeto o requerimento à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto à votação.

As senhoras e os senhores...

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar.) – Presidente, eu gostaria de agradecer muito pela sensibilidade e pela gentileza de colocar esse requerimento, que é de muita importância para a sociedade brasileira.

Muito obrigada. Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com certeza, Senadora. E nós ficamos muito honrados com a participação de V. Exa.

Então, os Srs. Senadores que concordam permaneça como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada mais esta reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Antonio Anastasia, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Fernando Collor, Cid Gomes e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é abertaPassa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2021 - CE, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Debater a atualização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), prevista na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. **Participantes:** Fátima Gavioli, Secretária de Estado de Educação de Goiás (representante de: Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)); Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) Região Nordeste; Antônio Correa Neto, Coordenador-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição de Arrecadação do Salário-Educação (CGFSE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Armando Amorim Simões, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (representante de: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)); Marta Vanelli, Secretária de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; Mariza Abreu, Consultora da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Amabile Pacios, Vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Plínio Valério, Eduardo Girão, Antonio Anastasia, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Leila Barros, Fabiano Contarato e Alessandro Vieira, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Maria Eliza, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Carlos Portinho, Carlos Viana, Vanderlan Cardoso, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Fernando Collor e Cid Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 340, de 2018 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 871, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PPS/ES). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 211, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2151, de 2019 - Terminativo -** que: "Declara Lupicínio Rodrigues Patrono da Música Popular Brasileira." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODE/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1749, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve os nomes do Chefe Tupiniquim Tibiriçá e do Chefe Temiminó Arariboia no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6030, de 2019 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR)." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PROS/RR). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Presidente da República, na forma do art. 224, I, do RISF, com alterações na redação do art. 1º do PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6030/2019. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 89, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 278, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 605, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 89/2011, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos PLS nº 278/2015 e 605/2015. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Tramita em conjunto com o PLS 278/2015 e PLS 605/2015. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2108, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar na educação básica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 36, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização pelo Não Desperdício de Alimentos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 798, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 414, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 6565, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Fissura Labiopalatina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 8, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei n° 5536, de 2019, que altera o Anexo Metas e Estratégias à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 17, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 16/2021 - CE, seja incluída a seguinte convidada: Senhora Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 18, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ nº16/2021 - CE, de autoria da Senadora Maria Eliza, para incluir três convidados na referida audiência pública." **Autoria:** Senador Flávio Arns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PODEMOS/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 20, de 2021** que: "Requer a inclusão do Professor Celso Niskier, Secretário Executivo do Fórum das Entidades de Ensino Superior e Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMS) na Audiência Pública objeto do REQ 16/2021 - CE" **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/28

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 11ª à 15ª Reuniões da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência comunica que ontem foi aberto o prazo para apresentação de emendas da Comissão ao Projeto da LOA 2022, PLN 19, de 2021, do Congresso Nacional, com encerramento no dia 9 de novembro, terça-feira, às 16 horas. A reunião para a deliberação das emendas da Comissão será realizada no dia 11 de novembro de 2021.

A presente reunião se destina à apreciação dos itens de 1 a 15 da pauta.

Ficam retirados os itens 2, 3, 7, 8 e 10 a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 871, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar.

Autoria: Senador Marcos do Val (PPS/ES)

Relatoria: Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 10/7/2019, com parecer favorável ao projeto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 211, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta.

Observações:

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa, em 14/12/2017, com parecer favorável ao projeto.

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 89, DE 2011

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 278, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para estender sua duração por mais dez anos, aumentar o total de dedução do imposto devido e aumentar exigências para proponentes e beneficiários.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 605, DE 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo.

Autoria: Senador Roberto Rocha (PSB/MA)

Relatoria: Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 89/2011, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição dos PLS nº 278/2015 e 605/2015.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2108, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre o fornecimento de uniforme escolar na educação básica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 798, DE 2015

- Não terminativo -

Institui o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria: Jorginho Mello

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Sras. e Srs. Senadores, hoje é o Dia Nacional do Servidor Público, e nós queremos aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, fazer uma homenagem aos milhares de brasileiros do serviço público federal, estadual e municipal, que trabalham com dedicação, com denodo, com amor à causa e que muitas vezes têm mal reconhecido seu trabalho em forma de salário, em forma de incentivo e, às vezes até, de certa forma, pela própria sociedade. Mas fica aqui a nossa homenagem a esses anônimos que colocam o serviço público do nosso País para funcionar.

Gostaria também, antes de iniciarmos a nossa pauta, de falar aqui sobre o Congresso em Foco, que é um portal que cobre as ações do Congresso Nacional há 17 anos e, há 15 anos, instituiu um prêmio aos Congressistas que se destacam. Todo ano acontece essa premiação e várias categorias são destacadas, na saúde, na educação, os melhores do Congresso, os mais influentes – a seleção é feita pelo corpo técnico e acontece também uma votação pela internet.

Esse *site* é dirigido pelo conceituado e respeitadíssimo jornalista Sylvio Costa. É um *site* de grande respeito, com respeitabilidade no meio político e no meio social, e essa premiação para os Congressistas é como se fosse o Oscar do Congresso, dos políticos. Então, todo ano é aguardado pelos políticos, pelos Congressistas em particular, com grande ansiedade.

O jornalista Edson Sardinha chefia a redação do Portal Congresso em Foco e que dá a cobertura, aqui, mais próxima, do Congresso Nacional.

Estou fazendo essa observação, porque, neste ano, na categoria de Parlamentares mais influentes e dedicados à causa da educação, nós tivemos a honra de ser um dos cinco considerados mais influentes que têm uma atuação que valoriza as políticas educacionais. Então, para honra e orgulho nosso, fomos dois Senadores: eu, Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação, e o Senador Jean Paul Prates, grande representante do Rio Grande do Norte. E, de Deputados, nós tivemos o Deputado Idilvan Alencar, o Deputado Israel Batista e a Deputada Rosa Neide. Então, nós fomos os cincos Congressistas considerados os mais influentes em defesa da educação. E eu quero agradecer aqui ao júri técnico que fez esse reconhecimento que recebo com humildade e com senso de dever e de responsabilidade muito grande para essa causa que entendo – acho que entendemos todos nós – a causa mais nobre, mais importante de qualquer país e evidentemente do nosso Brasil, que é a causa de uma educação de qualidade.

Também quero aqui brevemente fazer referência a este final do Outubro Rosa, que é o mês dedicado à conscientização sobre o combate ao câncer de mama. V. Exas. podem perceber que eu estou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde ontem, aqui, vestido a caráter: camisa rosa, gravata rosa, máscara rosa, com o símbolo aqui do combate ao câncer de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Senador Styvenson disse que eu estou exagerado. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não... O senhor permite? Eu não vou falar em nenhum móvel de casa, mas ele explicitou! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – São muito importantes, Senador Styvenson, Senador Paulo Rocha, Senador Esperidião Amin e todos que estão nos acompanhando, essa conscientização e essa posição nossa, firme, em defesa do combate ao câncer de mama, porque é simples de a gente entender: hoje, das pessoas diagnosticadas com câncer de mama no Brasil, 27% dessas pessoas morrem. E, se nós detectássemos esse câncer de mama por um rastreamento, como a lei determina, através de mamografia para pegar esses casos em estágio inicial, nós poderíamos ter um nível de cura superior a 95%. Olhem a diferença! Se nós fizermos o que está na lei, o que é preconizado, o que é determinado pela lei, que é que fizéssemos rastreamento elevado de mulheres, através das mamografias, com idade superior a 40 anos, detectando precocemente esse câncer e sendo imediatamente tratado, com as técnicas modernas que estão à disposição da Medicina, nós teríamos um nível de cura superior a 95%, o que é uma coisa fantástica. Infelizmente os números – e contra números não há argumento – nos demonstram o contrário.

Então, quero fazer também essa referência aqui. Estamos chegando ao final do mês de outubro, o mês dedicado à conscientização sobre o combate ao câncer de mama, esse flagelo que afeta as mulheres do mundo inteiro.

A média do Brasil de casos e de morte não é diferente da média mundial. Nós perdemos, evidentemente, para os países mais desenvolvidos, como os países nórdicos, escandinavos, que têm os melhores índices do mundo.

Pois não, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esta semana eu comandei a CCT, justamente para falar sobre o diagnóstico, a tecnologia e a inovação na prevenção e combate ao câncer. Tudo que o senhor falou, como médico, está corretíssimo, mas ainda há um detalhe que não é cumprido nem observado: o acesso. Muitas pessoas procuram um médico – quando tem médico ou exame, quando tem – quando já estão num ponto bem avançado, já com um desenvolvimento quase irreversível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quando é detectável já pelo toque, quando o tumor já é palpável.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, já é um estágio bem mais avançado, e poderia ter sido detectado antes através de uma mamografia, de um exame preventivo, como a gente faz exame de toque retal para o controle do câncer de próstata, e por assim por diante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Continuando, os palestrantes que aqui estiveram presentes explicitaram que a tecnologia 80% da população brasileira já usa – a gente chega a ter mais celulares do que até mesmo brasileiros hoje neste País. E já existe tecnologia na área privada que pode ser aproveitada pela rede pública, que pode ser aproveitada pela maioria das pessoas para trazer justamente essa prevenção, esse pequeno acesso. A gente ainda sofre com a falta de hospitais, com a falta de exames de ultrassom, de exames com precisão para combater o câncer.

Então, quero deixar claro que este mês é o mês em que o senhor está de rosa, é o mês em que todos nós fazemos essa manifestação para que as pessoas procurem, principalmente as mulheres, atendimento para fazer essa prevenção. Mas a palavra acesso, dita aqui na Comissão durante a reunião com os especialistas do Hospital de Amor, do Hospital do Câncer, vários do Brasil todo, ainda é difícil a gente aproximar da população. A população que precisa não vai, porque não sabe onde existe essa especialidade. No interior dos nossos Estados do Nordeste, é muito complicado, na parte rural.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Verdade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Então, levar o atendimento, a prevenção até essas pessoas talvez seja mais eficiente, com a tecnologia ou presencialmente.

Era isso que eu tinha que comentar sobre este mês.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Styvenson Valentim. Agradeço a contribuição, a colaboração de V. Exa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, que a pede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Meu caro Presidente Marcelo Castro, também colegas Senadores e Senadoras da Comissão, eu quero só destacar, rapidamente, alguns itens que considero importantes para a Comissão.

Primeiro, congratular com V. Exa. pela lembrança do Prêmio Congresso em Foco e dizer para a Comissão e para o Brasil todo que V. Exa. tem sido, de fato, um grande defensor da área da educação, seja na própria Comissão ou no Plenário. Então, quero me congratular com V. Exa., assim como com o Senador Jean Paul Prates e com as Deputadas e Deputados, porque é um prêmio merecido. Então, parabéns, Sr. Presidente! Vamos continuar firmes nessa batalha porque educação é prioridade absoluta.

O segundo aspecto que eu gostaria de levantar é o que V. Exa. colocou: hoje é o Dia do Servidor Público. Que todos nós possamos nos unir a favor de uma estrutura pública administrativa essencial para o Brasil. O servidor público tem que ser valorizado, prestigiado, o plano de carreira, o salário, mas, principalmente, a estabilidade, porque isso vai significar segurança e transparência em áreas essenciais – não se sentir ameaçado por iniciativas que venham de fora da carreira para beneficiar, normalmente, aspectos escusos. Então é a luta a favor do servidor e da servidora pública.

Nós temos, no terceiro aspecto, a Subcomissão da Educação na Pandemia. A Senadora Zenaide Maia é a Vice-Presidente dessa Subcomissão. Os Senadores Anastasia, Confúcio Moura – Maria Eliza agora – e também o Senador Wellington Fagundes fazem parte da Subcomissão. E nós estamos nos reunindo todas as segundas-feiras, até o final do ano, às 10h da manhã, sempre com dois convidados. Tivemos nesta semana a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Todos pela Educação, e foi uma audiência muito interessante e muito boa, com estudos profundos já realizados por essas organizações, que vão contribuir muito para o resultado final da Subcomissão.

Como segunda-feira é feriado, em vez de ser na segunda-feira, será na quarta-feira, às 10h da manhã.

E quero agradecer todo o apoio que o Thiago e toda a estrutura da Comissão têm emprestado para essa iniciativa.

Finalmente, Sr. Presidente, eu pedi para retirar de pauta o item 3, o PL 211, de 2017, do Senador Romário, inclusive e pedido do Senador Romário, que pediu para estudar um pouco mais alguns itens. É um PL importante no sentido de se propiciar a profissionalização da pessoa com deficiência, sempre destacando que o projeto previa 500 horas de formação, e a gente aponta que na área da pessoa com deficiência nós temos uma diversidade gigantesca: pessoas que precisam de cursos de 20, 40, 100, 500 ou 2.000 horas, dependendo da condição da pessoa com deficiência.

E é sempre bom lembrar a importância dessa área para a nossa Comissão, inclusive lembrando que nós temos as pestalozzis no Brasil, que estão nesta semana comemorando 95 anos de existência, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase um século de atuação no Brasil – sociedades, institutos pestalozzis –, com trabalhos gigantescos a favor da pessoa com deficiência.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de que esse PL 211 voltasse à pauta na semana que vem, para que pudéssemos apreciá-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Flávio Arns. Agradeço, mais uma vez, as generosíssimas palavras com que V. Exa. tem me distinguido em todas as oportunidades. Eu já fico até sem graça, por tantas palavras de estímulo que V. Exa. tem dirigido a mim.

Estamos de acordo com esse PLS de que V. Exa. falou. Então, proximamente, a gente o retorna à pauta.

Vou passar a palavra agora à Senadora Zenaide Maia, que a solicita.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, parabenizamos os premiados do Congresso em Foco, que é uma merecida homenagem.

Eu quero aqui falar sobre o Dia do Servidor.

Como meu colega Styvenson Valentim falou, filas para fazer mamografia, filas para chegar ao mastologista, isso tem tudo a ver com o serviço público. Eu quero aqui fazer o nosso reconhecimento aos que, todos os dias, estão nas escolas; nas unidades de saúde; nos hospitais; nas ruas, fazendo a nossa segurança; nas defensorias públicas, assegurando justiça principalmente para os mais pobres; na defesa do meio ambiente; nos laboratórios de pesquisa, arriscando a vida para descobrir um medicamento, um antibiótico ou uma nova vacina para a cura de epidemias, como a gente está vendo, ou de pandemias e também aumentando a vida média.

Quero aqui também dizer dos servidores federais de universidades e de institutos federais, dos que estão na pesquisa, dos servidores da área de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação. Sabemos que esses servidores estão presentes na menor cidade e na maior cidade, em todos os rincões deste País, levando serviços básicos, necessários à cidadania plena, nas mais diversas atividades.

Parabéns especiais aos servidores da saúde, que, mesmo arriscando a própria vida e a de seus familiares, não deixaram de ir para os hospitais e para as unidades de saúde para salvar vidas.

Também quero parabenizar aquele servidor público que denuncia a má gestão, sem medo de perder o emprego. Eles não foram indicados políticos, submeteram-se a concurso público concorridíssimo e foram selecionados para atuar com independência em relação ao governo de plantão. A esses servidores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, Presidente Marcelo, o nosso maior agradecimento e respeito, o nosso compromisso de defendê-los no Congresso.

Nós não temos excesso de servidor, e todas as audiências públicas que a gente faz mostram a dificuldade de serem cumpridas leis como essa do câncer de mama, a de 30 dias para diagnóstico e de 60 dias para começar o tratamento, o que, como a gente sabe, salvaria milhares de vidas de mães, mulheres deste País.

Neste ano, nós temos algo que ameaça os servidores, que é a PEC 32, que simplesmente desmonta o serviço público do País, prejudicando principalmente a maioria da população brasileira, que são os pobres, que não têm condições de pagar o serviço particular.

Então, neste Congresso, nós tínhamos uma responsabilidade grande com esses trabalhadores que estão presentes em nossa vida desde a hora em que a gente nasce até a hora em que a gente morre.

Digo ao senhor parabéns, mais uma vez, por essa defesa à educação que a gente tem aqui, como vários outros, e a gente sabe que educação é a base de tudo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição de nobre Senadora Zenaide Maia, vamos passar ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 340, DE 2018

- Terminativo -

Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

Observações: *Em 7/10/2021, após leitura do relatório, foi concedida vista coletiva da matéria.*

Coloco em discussão a matéria.

Senador Jean Paul Prates pede a palavra para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, na verdade, o pedido de fala era anterior a isso. Acho que esse assunto já está peremptoriamente discutido e pronto para ser votado.

Eu queria apenas corroborar as suas palavras e agradecer a gentileza também de citar nosso nome entre os premiados pelo Congresso em Foco, elogiar a iniciativa, como V. Exa. bem mencionou, do Oscar do Parlamento brasileiro. De fato, é um prêmio neutro, com critérios objetivos, absolutamente desvinculado de viés político, de viés ideológico, e, portanto, também premiando segmentos importantes, como esse da educação, do qual, neste ano, fazemos parte juntos. Eu tenho muita honra de estar ao seu lado nessa lembrança do júri do Congresso em Foco, bem como dos Deputados e das Deputadas que estiveram conosco.

Também fico muito honrado pelas palavras do nosso querido Senador Flávio Arns, que também é um baluarte dessa defesa da educação. Para nós, é uma grande honra – tenho certeza de que para V. Exa. também – as felicitações vindas da parte dele e dos demais colegas Senadores e Senadoras. Todos, na verdade, estamos juntos nesse processo. Se, em um ano ou outro, temos um pouco mais de destaque, é porque nos revezamos, todos nós, em favor da educação, principalmente da educação pública, gratuita, de qualidade, que não é um serviço – é bom lembrar –, é um direito fundamental e constitucional de cada brasileiro e de cada brasileira.

Quero fazer minhas as palavras da Senadora Zenaide, que acabou de colocar tão extensa e brilhantemente a importância da carreira pública, não só das carreiras de Estado, como até daqueles que se tornam servidores eventuais, por estarem prestando seus serviços, seu tempo, seus conhecimentos aos Municípios, aos Estados e à União.

Então, era basicamente isto que queria: saudá-lo, Presidente Marcelo, inclusive pela sua indumentária, em homenagem ao Outubro Rosa, porque é muito importante nós todos estarmos engajados, e, como Presidente da Comissão de Educação, é muito importante esse simbolismo.

Parabéns e obrigado pela palavra!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos, Senador Jean Paul Prates.

E vamos, então, ao item 1 da pauta.

A matéria está em discussão.

Pede a palavra o Senador Paulo Paim, para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcelo Castro, como eu sou o Relator da matéria, se V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir... Eu fiz uma exposição na semana passada, o nosso colega Izalci pediu vista e colocaria o seu ponto de vista neste momento. Que eu pudesse falar, então, depois dessa exposição. Provavelmente ele vai ter uma...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – O.k., Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passo, então, a palavra ao nobre Senador Izalci Lucas para fazer a sua manifestação uma vez que pediu vista do processo.

Com a palavra o nobre Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, quero, primeiro dizer que estou participando virtualmente porque tenho reunião aqui na Comissão Mista de Orçamentos.

Quero também parabenizar todos os servidores públicos pela importância. Lamentavelmente, nós não temos no País políticas públicas de Estado, o que acaba comprometendo a qualidade do serviço, porque, muitas vezes, em muitos Estados, Municípios e na própria União, você não tem um projeto de Estado, não tem um plano de metas – muitas vezes, você não sabe nem o que fazer –, não tem infraestrutura. Então, eu quero aqui saudar esses guerreiros pelo trabalho, pela dedicação. Contem comigo na discussão da PEC 32. Sou totalmente contra a forma como está. Então, quero saudar todos.

E quero aqui, Presidente, dizer que retirei, pedi vista do projeto, Senador Paim, a pedido da Marinha. V. Exa. sabe, eu fui Deputado também e participei da Comissão de Defesa Nacional, então tenho uma consideração muito grande pelas Forças Armadas, em especial pela Marinha brasileira. Assim, em consideração à Marinha, ao posicionamento da Marinha, eu pedi vista para conhecer um pouco mais a matéria.

Quero dizer já antecipadamente, Paim, que vou acompanhar o seu relatório, mas eu preciso ler aqui oficialmente a posição da Marinha brasileira.

Então, se me permite, Presidente, eu vou ler a nota da Marinha com relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador. Fique à vontade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob a ótica da Marinha do Brasil, a Revolta dos Marinheiros, ocorrida em 1910, constituiu-se em um triste episódio da história do País e da própria Instituição. Hoje, dificilmente podemos aquilatar, com precisão, as origens e desdobramentos daquela ruptura do preceito hierárquico. Em todos os momentos da sua história, a Marinha se pautou pela firme convicção de que as questões envolvendo qualquer tipo de reivindicação somente obteriam a devida compreensão e respaldo dos superiores por meio da argumentação e, sobretudo, do diálogo entre as partes envolvidas. Aspectos esses fundamentais para o pleno exercício da liderança e para a manutenção dos vínculos de lealdade.

Por essa razão, considera-se que o movimento ocorrido em novembro de 1910 não pode ser considerado como "ato de bravura" ou de "caráter humanitário". Vidas foram sacrificadas, incluindo duas crianças mortas, atingidas indiretamente após disparos de canhões pelos rebelados. Ademais, material da Fazenda foi danificado, a integridade da Capital Federal foi ameaçada, e uma crise institucional de extrema gravidade foi instalada.

A ameaça de bombardear a cidade do Rio de Janeiro, mantendo-a na mira de poderosos canhões dos navios, é um aspecto importante para entender como a população civil foi tomada refém para que fossem atendidas as demandas apresentadas pelos amotinados.

Quaisquer que tenham sido as intenções do Sr. João Cândido Felisberto e dos demais que participaram da Revolta, a fizeram sem esgotar outras formas de persuasão e convencimento. Tomaram os navios pela força e romperam as estruturas basilares de toda e qualquer instituição militar: a hierarquia e a disciplina. Essa é a razão pela qual a Marinha não reconhece o heroísmo das ações daquele movimento e o considera uma rebelião.

Assim, a elevação de um indivíduo à condição de Herói Nacional o insere na expectativa de que sua vida, trajetória, ou atuação em evento específico torne-se exemplo a ser seguido pelas futuras gerações. Sua vida e seu legado poderiam se tornar um modelo de conduta para toda a sociedade. Entende-se que as ações de João Cândido no contexto da Revolta de 1910, bem como suas punições na carreira militar, algumas delas relacionadas a atos de violência contra os seus pares, não são aderentes aos aspectos de heroísmo.

Por sua vez, com base na História Naval Brasileira, a Marinha não considera que os castigos físicos aplicados na época estavam corretos. Entretanto, castigos corporais começaram a ser aplicados ainda no século quinze, ante faltas disciplinares a bordo de navios à vela. As Marinhas da Grã-Bretanha, da Espanha, da França, dos Estados Unidos e da Alemanha os mantiveram até o século XIX e início do século XX. No entanto, esse tipo de punição nunca esteve associado a questões raciais ou quaisquer outras, senão ao mau comportamento.

Porquanto a Lei 11.756/2008, aprovada Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, anistiou João Cândido e os demais revoltosos. Ainda em ato muito anterior à Lei agora exposta, o Congresso Nacional já havia conseguido anistia aos revoltosos em 25 de novembro de 1910 por meio do Decreto 2.280. Naquela ocasião, os Parlamentares saíram de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> uma posição de repulsa e indignação para encarar a anistia como única solução para aquele grave problema.
> Nesse contexto, cabe ressaltar que a Lei 11.597, de 2007, que trata da inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, é condicionado ao laureado ter "oferecido a vida à Pátria para a sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo". Ato que não se verifica na Revolta dos Marinheiros de 1910, considerada uma insurreição, provocou mortes a inocentes, a desordem e a ruptura institucional.
> A revolta dos marinheiros de 1910 foi, de fato, um acontecimento na história do país. Todos os envolvidos, dentre eles a Marinha, setores do Governo, os revoltosos e outras instituições tiveram culpas e omissões. Mas reconhecer erros não justifica avalizar outros e, por conseguinte, exaltar as ações dos revoltosos.
>
> Portanto, remanesce considerar a revolta dos marinheiros ocorrida em 1910 como um péssimo exemplo e um episódio a ser lamentado. Exaltar esse ou qualquer outro acontecimento de semelhança, violência e gravidade em nada contribui para a educação e formação de uma sociedade democrática.

Então, Presidente essa é a nota oficial da Marinha brasileira, que eu estou lendo aqui para registrar nos anais, mas quero novamente parabenizar o Senador Paim, os membros da Comissão e dizer que eu vou acompanhar o voto do Relator, Presidente. O meu voto é "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Izalci Lucas, agradecendo a colaboração de V. Exa, passo a palavra, então, ao Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, eu quero agradecer muito, muito mesmo ao Senador Izalci.

Como ele havia dito na última reunião, ele apresentaria a posição da Marinha, mas ele não havia decidido o voto dele, e ele o fez agora com muita elegância e muito compromisso.

Izalci, atos como esse fazem com que eu respeite cada vez mais o Congresso Nacional e principalmente o Senado.

Eu poderia aqui, neste momento, Presidente, só lembrar rapidamente a nota da Marinha. Não pense que eu fiquei aqui a olhá-la, porque eu a tenho aqui também, como se fosse um polo racista no Brasil. Não! Eu respeito a Marinha. O nosso próprio homenageado, o Almirante Negro, que, para o movimento e para a sociedade, já é um herói, escreveu a sua história dentro da Marinha, mas a Marinha, no documento, reconhece que ela discordou também da chibata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, no momento em que o teu povo – ali, no caso, os marinheiros e operários dos navios – ou um deles, naquele momento, iria receber 250 chibatadas dentro do navio, que era, no caso, o marinheiro Marcelino Menezes, é natural que haja uma rebeldia.

Presidente, permita-me e desculpe um pouco dessa emoção – e não pensem que é uma emoção fabricada, porque eu seguro, mas ela vem –, mas, se não fosse um rebelde, eu não seria Senador da República, eu não teria sido Constituinte, eu não teria atravessado as barreiras do preconceito e do racismo – que existem, todo mundo sabe, no Brasil – e não estaria aqui participando de um debate, porque, quando eu nasci, ele estava no cais do porto, fazendo pela vida o que já tinha sofrido penas.

Presidente, rapidamente, João Cândido foi homenageado num ato lindo aqui no Rio Grande do Sul, no Teatro São Pedro, pela Secretaria Estadual da Cultura do Rio Grande do Sul. Foi homenageado – onde eu felizmente depois também fui, mas quero me lembrar dele – pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Recebeu homenagem, inclusive, do Governo do Estado, do Executivo. Recebeu homenagem da Fundação Cultural Palmares. Existe a estátua em homenagem ao Almirante Negro nos jardins do Museu da República.

Em 24 de julho de 2008, 39 nove anos depois da morte de João Cândido Felisberto, publicou-se, como a própria Marinha reconhece, no *Diário Oficial da União*, anistia total e irrestrita àqueles que lideraram a Revolta da Chibata.

Em 7 de maio de 2010 – olhe bem –, a Transpetro, a pedido do Presidente da República, batizou com o nome de João Cândido o primeiro navio do Promef (Programa de Modernização e Expansão da Frota).

O Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo ressalta aqui – me manda documentos – a importância de João Cândido para combater a luta de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, são oprimidos e discriminados.

A Defensoria Pública da União, a Coordenadoria de Assuntos Raciais, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as e a Coalizão Negra por Direitos, frente composta por mais de 170 entidades, apoiam a aprovação deste PL ora em pauta.

A Frente Nacional Antirracista, que é composta por brancos e negros, apoia a inscrição de João Cândido no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

A Associação Brasileira de História apoia este PL.

Sindicatos, federações, confederações me mandaram aqui inúmeros documentos, que eu não vou ler, mas agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Artistas exaltam João Cândido, com a letra original da música – lembro eu que falei outro dia – Mestre Sala dos Mares, dos compositores, que não citei e quero que fique registrado, Aldir Blanc e João Bosco, interpretado por Elis Regina. Ali diz:

> [...]
> Glória a todas as lutas inglórias
> Que através da nossa história
> Não esquecemos jamais!
> Salve o navegante negro
> Que tem por monumento as pedras pisadas do cais!

Complementando, Presidente, João Cândido é, na verdade, um agente social, que lutou e deu sua vida em defesa da dignidade e da justiça, uma personagem da história brasileira. À época dos acontecimentos, ele já era tratado como herói, tornando-se então figura lendária. É cantado em verso e prosa até os dias de hoje.

Por muitos e muitos anos, o assunto não veio ao debate, mas as raízes, que são profundas e verdadeiras, jamais morrem. Elas não morrem, elas ficarão sempre vivas. Eu sempre digo que as causas são indomáveis e ninguém consegue vencer as causas onde elas são justas. Elas se eternizam, elas tornam-se povo, e isso também faz a história de um povo e de um país.

Grandes nomes da crônica brasileira já escreveram sobre João Cândido: Rubem Braga, Sérgio Porto, Paulo Mendes Campos, Joel Silveira, Eneida de Moraes.

João Cândido, na década de 50, como eu dizia antes, continuava vendendo peixes na Praça XV, no Rio de Janeiro, em situação de pobreza, quando Edmar Morel lançou o livro sobre a Revolta da Chibata. No lançamento, ele estava presente, estava lá João Cândido. Lá também estava Vinícius de Moraes, para abraçar João Cândido. Eu gostaria muito de tê-lo abraçado, não consegui. Lá estavam Vinícius de Moraes, Manuel Bandeira, Clarice Lispector, para conhecê-lo, queriam somente abraçá-lo. João Cândido era um trabalhador do mar, era um operário do mar.

A primeira película de um dos maiores cineastas brasileiros, Silvio Tendler, é sobre João Cândido; a peça teatral João Cândido do Brasil já teve mais de mil apresentações. A Escola de Samba Camisa Verde e Branco, de São Paulo, fez homenagem a ele na avenida: João Cândido, um Sonho de Liberdade:

> Glória ao nosso povo brasileiro
> Meu sonho hoje é verdadeiro
> Sou mestre-sala João Cândido, o guerreiro

Em 2006, ele recebeu homenagem especial na entrega da 18ª Medalha Chico Mendes, em cerimônia no Arquivo Nacional. A Fundação Banco do Brasil, em 2008, no Projeto Memórias, fez a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homenagem num conjunto de multimídias distribuído para todas as escolas e bibliotecas do País. Grande Banco do Brasil!

Jornais – estou dizendo porque eu destaco aqui – como *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Zero Hora*, entre tantos outros, fizeram lindas matérias sobre esse personagem, bem como as TVs, TV Globo, Globo News, SBT, Band, Record.

Presidente, terminando.

Reconhecer as nossas histórias, os nossos heróis, nossas heroínas é mostrar que a história brasileira é feita de diversidade, como a Marinha reconheceu que foi um erro do passado. Reconhecer João Cândido herói da Pátria é fortalecer a democracia e a cidadania. Como escreveu Edgar Morel, na década de 50, relembrar João Cândido significa compreender que seus gestos e palavras trazem à tona problemas inquietantes para a sociedade brasileira que estão a ser discutidos: desigualdade social, violência, preconceito e racismo.

Presidente, permita que eu ouse uma frase nesse momento: Se o critério fosse rebeldia, se contrapor aos poderes constituídos, Nelson Mandela, que ficou 27 anos no cárcere e se voltou contra o poder constituído no seu país, não seria um herói do mundo. Se isso fosse verdade, o grande Zumbi dos Palmares, que se rebelou também na época, foi morto e esquartejado depois de preso, e está aqui, está aqui, Presidente, neste momento, aqui no ar com a gente, porque ele é herói da Pátria, reconhecido por este Senado! Zumbi, herói da Pátria, reconhecido por este Senado.

Nós queremos só que ele esteja lá, Presidente. Morreu pobre, na miséria, sem nada. É resgatar a história de heróis negros. Como eu queria muito, Presidente, que um dia se escrevesse um livro contando a história dos verdadeiros heróis da caminhada do povo negro na formação do Brasil. São muitos, Presidente, são muitos.

Eu lhe confesso, Presidente – aqui eu tremendo, de coração, sei da tolerância de V. Exa., Presidente –, quando eu estava na sala de aula – claro, eu já tenho idade avançada e por isso a emoção às vezes avança –, eu procurava nos livros os heróis negros e não achava nada. Eu dizia: "Mas quem é meu herói? Onde estão? Por que eu não posso ter heróis como os brancos têm e os outros têm?". E é legítimo, eu não sou contra que todos tenham heróis. E eu não encontrava, Presidente. Sabe o que me diziam de Zumbi, Presidente? Que era um morto-vivo, se eu não fosse um bom menino, ele vinha me pegar e me machucar nos meus sonhos. Depois, com o tempo, eu descobri, Presidente, que o meu grande herói era e é Zumbi dos Palmares.

É com essa visão, Presidente, de pensar numa sociedade para todos... E que fique bem claro que eu não considero a Marinha racista, não, houve um erro lá atrás na questão da chibata que eles reconhecem. Quantos Presidentes pediram perdão pela escravidão? Quantos pediram perdão pelo que fizeram com os judeus? Então, reconhecer é um gesto de grandeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto já aprovado na principal Comissão, que é da Educação, não tem essa! Eu também estava lá, no Congresso em Foco, achei mais do que justo que o seu nome, como um dos grandes líderes, como outros desta Comissão de Educação... Porque é aqui, na Comissão de Educação que a gente pode dizer como contar a história verdadeira da formação do povo brasileiro. Há até uma lei que pede isso e até hoje não é aplicada.

Por isso, Presidente, ficam aqui meus cumprimentos. Esse projeto, eu sei que ainda pode ir para o Senado, pode ir, como vai para a Câmara para o debate. O debate continua. E quero dizer para a Marinha que eu tenho o maior respeito – não só pela Marinha, pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica, pelas nossas Forças Armadas.

Era isso e faço um apelo a todos os Senadores, que a gente vote o projeto que vai ser uma referência para combater todo tipo de discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo aí as palavras do Senador Paulo Paim, que nos dá uma aula de História e traz aqui a história do nosso João Cândido Felisberto, que fez essa rebelião em favor da dignidade e do respeito que têm que existir entre os seres humanos, independente de sexo, credo, cor, nada disso tem importância, o que vale são os seres humanos e o caráter das pessoas.

Restaurando aí a história, é evidente que a gente sabe que os tempos eram outros, outras Marinhas de outros países, como da Espanha, de Portugal e da França, usavam também desse expediente, mas evidentemente que a revolta é legítima, ninguém em sã consciência pode admitir que não seria legítimo a pessoa se rebelar contra 250 chibatadas, o que evidentemente é intolerável, inadmissível.

Pede a palavra aqui para discutir a matéria também o nobre Senador Flávio Arns. Com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu quero, no meu ponto de vista, reforçar, ratificar, apoiar toda a argumentação do Senador Paulo Paim. Nós vivemos um momento histórico não só no Brasil, mas na humanidade, de respeito à diversidade, de luta contra o racismo, de promoção de direitos humanos, de cidadania, de chances e oportunidades para todas as pessoas.

E, como V. Exa. mesmo colocou, Senador Marcelo Castro, isso aconteceu num período. Isso não quer dizer que nós estejamos nos referindo à Marinha como uma instituição que eventualmente apoia uma iniciativa dessa. Aconteceu naquela época, e eu já me manifestei em outra reunião da Comissão dizendo que o comportamento mais adequado da Marinha teria sido pedir perdão por aquilo que aconteceu. Quer dizer, não poderia ter acontecido, e, hoje em dia, analisando o que aconteceu, a gente deveria pedir perdão para a sociedade pelos fatos ocorridos, como o Brasil, na verdade, deveria pedir perdão pela escravidão que aconteceu em nosso País, crianças sendo separadas de pais, pais sendo torturados, mortos, mães. Quer dizer, foi um absurdo o que aconteceu. Agora, nós temos que chegar no ponto e dizer: "Olha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Brasil cometeu isso, só que não pode se repetir, e nós temos que reparar aquilo que nós cometemos". Ou seja, temos que dar chances e oportunidades na educação, na saúde, nas decisões, nos cargos, para que aquelas pessoas vitimadas, que sofreram tanto naquela ocasião, sejam valorizadas e compensadas hoje em dia, para que a gente possa chegar num nível de equilíbrio.

Vocês imaginem se o João Cândido Felisberto, que, na verdade, tomou essa iniciativa porque não concordava com 250 chibatadas... Quer dizer, se eu fosse uma pessoa branca lá recebendo 250 chibatadas... Não eram brancos, eram negros que estavam recebendo 250 chibatadas! Então, eu diria até para a Marinha repensar um pouco a argumentação e dizer: "Olha, de fato, não estava certo, as ordens eram contrárias ao que estava acontecendo. Aconteceu e pedimos perdão".

O Papa Francisco está pedindo perdão para a humanidade por tantas coisas, presidentes de países desenvolvidos estão pedindo perdão por tantas atrocidades que aconteceram no passado. Isso ajuda a construir uma sociedade de paz.

Então, eu sou a favor do projeto e argumento para que a Marinha do nosso País, tão importante, tão necessária, um órgão tão prestigiado e valorizado por toda a sociedade, assim como o Exército e a Aeronáutica, se coloque definitivamente ao lado das instituições, da democracia e do respeito ao ser humano na história – na história, porque isso foi lá atrás –, para reconhecer que aconteceu, que não vai ser negado. Não vamos negar, aconteceu, mas o respeito existe.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que sempre agradecemos a contribuição prestimosa de V. Exa., nobre Senador Flávio Arns.

Eu vou comunicar a todos que vou abrir o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, as Sras. e os Srs. Senadores já podem votar pelo aplicativo.

Vou passar a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, que a solicita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, apesar de não ser a melhor fotografia que eu possa apresentar, eu não posso ficar escondido atrás da foto oficial.

Eu ouvi com muita atenção o que foi aqui debatido. Considero o assunto muito sério e muito complexo. E já vou antecipando que a minha posição será – o voto que vai para o painel – a favor, mas não posso deixar de considerar o tema muito complexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu gosto muito de História e já li bastante sobre História. Eu acho que a nota técnica da Marinha, que foi lida pelo Senador Izalci, deve constar por inteiro nos *Anais* desta reunião. Por quê? Porque uma coisa é homenagear uma pessoa, outra coisa é interpretar um movimento – no caso, um movimento que não foi de um dia.

A chibata foi empregada em Marinhas até o século XX, até pelo menos a Primeira Guerra Mundial, portanto, depois de 1910, por Marinhas que tinham – se é que tinham algum – contingente de afrodescendentes muito pouco expressivo, como é o caso da Marinha da Alemanha. A Marinha da Alemanha era a elite das Forças Armadas alemãs, só superada pela Força Aérea na Primeira Guerra Mundial, em que os barões é que tinham o apanágio de serem os guerreiros do ar, como é o caso do Barão von Richthofen, famoso Barão Vermelho da Primeira Guerra Mundial, com seu triplano – vocês lembram? –, o avião dele tinha três asas superpostas.

De sorte que analisar aqui um movimento, se foi sedição, se foi uma inovação, eu não quero fazer. Eu acho que o movimento é algo em que a interpretação histórica ainda não amadureceu, assim como há movimentos mais recentes em que tal amadurecimento... Porque o tempo é que faz consolidar juízos, juízos sobre movimentos históricos.

Já que se fala da África do Sul, será que o primeiro campo de concentração não nasceu lá? É o que consta em novas interpretações. Portanto, o primeiro campo de concentração não foi alemão, foi britânico. Isso são coisas que quem gosta de História e se dedica a isso... Eu gostava muito de discutir isso, Senador Paim, com o Chico Alencar – discutíamos até sobre o que é ser historiador e o que é ser professor de História, uma diferença muito grande. Quem sabe, se eu tiver tempo ainda no curso da minha vida, eu vá enveredar por esse caminho.

Agora, outra coisa é o personagem. Então, o movimento histórico é controverso, sem dúvida nenhuma. Eu jamais colocarei a Revolta da Chibata como uma coisa fundamental para a nacionalidade brasileira sem antes considerar, esgotar o que foi Guararapes – Guararapes I, Guararapes II –, que foi a primeira expressão da fusão do elemento branco, do índio e do negro para fundar, talvez, o ideal de nacionalidade. Pode ser que seja, mas pode ser que outras revoltas, como a dos emboabas, sobre a qual nós lemos pouco, e tantas outras...

Nós temos aqui a questão do Contestado, que a historiografia brasileira não consegue ainda digerir. Talvez tenha sido o movimento social maior que o Brasil já teve em expressão. Todas as unidades do Exército Brasileiro – prestem bem atenção: todas – estiveram na Guerra do Contestado, e não foi para nos ajudar, foi para combater. É uma versão muito ampliada em relação a Canudos, por exemplo. Foram quatro anos. Todas as unidades estiveram aqui – não ao mesmo tempo. Pela primeira vez se usou avião em operação de guerra. O primeiro piloto brasileiro que morreu foi aqui em Santa Catarina, perto de Caçador, chama-se Tenente Kirk, que é o Patrono da Aviação de guerra no Brasil, nascido em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você dizer que aquele movimento foi um movimento libertário e exemplar – e, portanto, seus personagens – é uma coisa que ainda não amadureceu. Já celebramos os cem anos... Outro dia eu fiz o registro dos 109 anos do Combate do Irani. Você vê que a coisa é tão complexa que o mesmo Coronel João Gualberto, Senador Flávio Arns, que é o Patrono da Polícia Militar do Paraná, em Santa Catarina, não é herói. A sua metralhadora Maxim, quando passava por um rio perto de Irani, não funcionou. Por isso, o jagunço, do lado de cá, com um facão de guamirim, que é uma madeira que se usa para bater a erva-mate, conseguiu derrotar o regimento de segurança da força policial paranaense. Essa é a nossa versão; do outro lado do Rio Guaçu, a versão é outra. Então, é muito cedo para nós termos nitidez de um movimento histórico de cem anos.

De sorte que, separando o movimento, eu acho que, neste ponto, a Marinha tem razão: aplaudir uma insurreição que teve desdobramentos sociais, como o documento da Marinha nos mostra – colocar uma cidade como refém, ameaçar atirar contra a população civil do Rio de Janeiro –, isso tudo é uma coisa que a gente não pode decidir com nitidez. Agora, a pessoa que lutou, todas as pessoas que lutaram para que as mutilações físicas, a chibata, o chicote, o açoite, que nem em animal hoje...

Eu já fui cavaleiro. Eu nunca gostei de usar o chicotinho pendurado na mão. É melhor conversar. Com o cavalo dá para conversar. O cavalo é uma criatura que os árabes, principalmente, consideram a segunda mais perfeita criatura de Deus. Quer dizer, há outras versões de comportamento e de relacionamento que a gente deve explorar. Então, a chibata como instrumento de disciplina significa a redução da importância da consciência. Eu acho que a preocupação da Marinha, que é uma instituição que nos orgulha, como regra, desde as batalhas que a gente aprendeu na Guerra do Paraguai, muito bem descritas, tanto no tocante a Tamandaré, que os gaúchos se orgulham de ter como coestaduano, quanto o Almirante Barroso, tudo isso faz parte da história.

Então, eu acho que o personagem merece, sim, o meu voto favorável porque, de alguma forma, contribuiu para uma evolução. Isso que o Senador Flávio Arns focalizou seria o meu começo de focalização. Vai ser o final, graças a Deus!

Vou terminar.

O Revisionismo, assim chamado de reanálise histórica, faz parte desse momento da humanidade, não pelo racismo somente, não somente pelo racismo; para a mulher – para a mulher. Eu estou relendo aqui um livro sobre Antonieta de Barros. Não sei se a Senadora Leila Barros está acompanhando. Antonieta de Barros e a sua irmã, Leonor de Barros, são um ponto altíssimo da história de Santa Catarina. Antonieta de Barros, negra, foi a primeira Deputada do Brasil. Olha lá, em Santa Catarina. Então, um ponto fora da curva. Eu tive o privilégio de ser alfabetizado pela irmã dela – ela já tinha morrido, quando eu entrei na escola –, a D. Nonô. Se me permite dizer assim, carinhosamente, até com emoção, aquela negrona – ela era alta, grande –, quando ela abriu o sorriso para mim, me tirou todos os medos que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha da escola. Eu era um guri franzino. Então, essas coisas fazem parte do meu imaginário, do filho de imigrante que eu sou. Eu sou primeira geração.

Então, todas as questões que ligam pessoas à quebra de preconceitos e quebra de paradigmas, que hoje nós não aceitamos, mas infelizmente a história da humanidade aceitou, desde a inquisição, desde uma visão heroica das cruzadas, tudo isso... O movimento é complicado, eu já disse. Agora, o personagem que ajudou, mesmo afrontando padrões que hoje nós temos que preservar, como é a questão da hierarquia, especialmente das Forças Armadas... Então, vamos separar uma coisa da outra. Eu não tenho opinião definitiva ou definida sobre o que foi no mundo e no Brasil... Porque no mundo houve a revolta da chibata, não foi só no Brasil. Se uma lá foi em 1895, aqui foi em 1910, isso apenas mostra que não foi um movimento sincronizado, como não o foi em nada. A mulher não começou a votar no mesmo dia no mundo inteiro. Os direitos das mulheres não estão sendo resgatados com a mesma velocidade no mundo inteiro. Então, esse movimento de equalização de direitos e de responsabilidades não é uma coisa sincronizada na história da humanidade, nem mesmo é considerado prioritário em todos os lugares

Desta sorte, meu voto vai ser favorável, com muito respeito pela nota que a Marinha fez, respeito que eu quero aqui reiterar.

Eu concordo com o Senador Flávio Arns. A todo aquele que, independentemente de outros aspectos da sua vida, tenha contribuído para construir igualdade, liberdade, fraternidade, humanidade, que são os ideais da Revolução Francesa, tantas vezes vilipendiados por ela – igualdade, liberdade, fraternidade e unidade, tantas vezes, ela própria, no curso do seu desenvolvimento, afrontou –, a todo aquele que tenha ajudado a iluminar esse caminho muito complicado e doloroso, eu acho que eu não posso, pela minha própria experiência de vida, negar o voto favorável, com as advertências que a minha responsabilidade... Já fui Governador, já fui Prefeito e tive que, muitas vezes, dizer "não" para amigos. Eu acho que a conquista do direito exige isto que se chama rebeldia.

Prefiro dizer, para encerrar, o seguinte: inconformidade é sinal de saúde, questionar é sinal de saúde, e todo aquele que, apesar das circunstâncias, contribuiu para iluminar o nosso caminho merece, como esse vai merecer, nessa proposição do Paulo Paim, o meu voto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a contribuição do nobre Senador Esperidião Amin, que nos deu uma aula de história, citando vários episódios da nossa história e da história mundial.

Continuamos aqui com a votação em curso.

Eu pediria ao próprio Senador Esperidião Amin que votasse, porque não o fez ainda.

A Senadora Rose de Freitas também não votou ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Daniella Ribeiro, Senador Nelsinho Trad, Senador Izalci Lucas, Senador Roberto Rocha, Senador Jorginho Mello, Senadora Leila Barros, Senador Fabiano Contarato, Senador Plínio Valério, Senador Eduardo Girão, Senador Alessandro Vieira, por obséquio, V. Exas. estão presentes, e é preciso o voto de V. Exas., para a gente concluir a nossa votação.

A Senadora Leila Barros pede a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com muito prazer, Senadora, concedemos a palavra a V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente Marcelo Castro, Senadoras e Senadores!

Senador Paim, o senhor nos emociona. Toda vez que eu escuto o senhor, se o senhor não tem... Até desliguei um pouco a minha câmera aqui, para chorar um pouquinho, porque, a sua história de vida, para todos nós, nos orgulha, e o senhor é um exemplo para todos nós aqui, na Casa. Eu queria só interagir... Eu já falei para o senhor várias vezes isso, mas eu não me canso, porque o senhor sempre traz pautas importantes, faz um debate muito verdadeiro, muito legítimo, uma coisa muito do coração, e o senhor é um exemplo para todos nós.

Eu queria dizer isso para o senhor pessoalmente, o quanto eu tenho essa satisfação, não só de caminhar com o senhor, mas com todos os membros daqui da CE. Nossa! Bota aprendizado! Quero dizer, de todo o meu coração, o quanto é bom estar com todos vocês aqui, Senador Flávio Arns, Esperidião, Dário Berger, Presidente Marcelo Castro, Zenaide também.

Hoje eu acordei um pouco emotiva e, ouvindo suas palavras, eu fiquei mais ainda.

Então, parabéns pela iniciativa. O senhor sabe que tem todo o nosso apoio, porque todas as pautas que o senhor traz aqui são muito legítimas. Então, quero registrar o meu voto, apoiando essa iniciativa.

Também, Sr. Presidente, sobre o PLS 89, eu pedi para o senhor retirar de pauta porque o nosso parecer, por causa da pandemia, é de 2019. Nós precisamos fazer alguns pequenos ajustes, e a Consultoria encaminhou agora, pela manhã; nós vamos sentar para avaliar esses ajustes que foram feitos. Já pediram ao senhor, se possível, para a próxima sessão. Se puder pautá-lo, eu agradeço e peço desculpas por não tê-lo pronto para leitura.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senadora Leila, por favor, vote. Nós estamos precisando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Sim. O meu voto é "sim". Se o senhor puder registrar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não. Obrigado.

Senador Paulo Paim pede a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, me permita a liberdade. Como eu sei que alguns não conseguem votar... Mas eu me lembro de que o nosso querido Senador Esperidião Amin e o querido Izalci Lucas já declararam os seus votos nas falas deles, a questão de declarar o voto "sim", tanto um como o outro.

Só isso, Presidente, para colaborar com o bom andamento dos trabalhos. Já digo muito obrigado e parabéns a toda a Comissão pela grandeza do debate, a forma clara, límpida, e o projeto está caminhando.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu peço à Secretaria que consigne o voto do Senador Izalci Lucas, que já o manifestou na sua intervenção.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança.) – Sr. Presidente. Quero falar, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui, no Senado.

Como essa matéria provocou todo esse debate... É de autoria, tanto a iniciativa quando a relatoria, de dois Senadores do PT, iniciativa do Lindbergh Farias e relatoria do companheiro Senador Paulo Paim, que já discorreu, na sua intervenção, na sua relatoria, sobre a importância dessa homenagem.

Eu, na verdade, me inscrevi só para esclarecer aqui a relação com as Forças Armadas e, principalmente, neste caso, com a Marinha.

Eu fui procurado, inclusive, pelo Comando da Marinha, para saber qual era o sentimento que o Partido dos Trabalhadores teria em relação à Marinha. A homenagem aqui já foi muito esclarecida pelo companheiro Paulo Paim. A homenagem a João Cândido não significa que nós temos uma posição de aversão ou de qualquer outra posição, que temos uma visão, a partir da Marinha, uma visão preconceituosa no atual momento que nós estamos vivendo no nosso País, na história do nosso País. Ao contrário, nós consideramos – eu, pelo menos, que sou lá da Amazônia, considero – a Marinha uma das Forças Armadas mais próximas da situação do nosso povo, pelo menos na Amazônia. Eu mesmo tenho sido um parceiro muito grande da Marinha. A Marinha, por exemplo, tem um navio que foi transformado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em navio-hospital, e esse navio estava parado há dois anos porque a Marinha não tinha condições, inclusive, de recuperar o motor para poder rodar na região, atendendo o povo ribeirinho, principalmente da Ilha do Marajó, que é uma região muito pobre lá do nosso Estado. Foi através de uma emenda minha que recuperamos o motor, e o hospital voltou a funcionar, o hospital dentro do navio.

Eu quero demonstrar com isso o sentimento que nós temos em relação à Marinha, para poder não colocar essa questão que o companheiro Paulo Paim colocou na defesa e na homenagem a esse grande brasileiro chamado João Cândido... Porque ele não atuou só como marinheiro; ele foi um personagem muito importante na luta dos negros, dos povos daquela época. Então, eu queria justificar, Sr. Presidente, a nossa posição em relação à Marinha brasileira, ao reconhecimento do seu valor, e que os comandantes atuais não tenham esse sentimento se, porventura, lá atrás, algum comandante cometeu alguma atrocidade.

Depois, em relação ao que o Senador Esperidião Amin colocou, realmente a nossa história é complicada, uma vez que nós, o nosso povo, já nascemos sob uma forma de dominação. Aqueles nossos descobridores já começaram a dominar os nossos índios e, depois, trouxeram os negros para cá para poderem produzir as riquezas para eles. Então, a história do Brasil é realmente complicadíssima no que tange à exploração, à escravidão, às injustiças, às opressões. Então, bem-vindos! Ainda bem que há rebeldes a cada momento da história do nosso País. A rebeldia tem exatamente esse condão de se rebelar contra a exploração, contra a escravidão, contra o preconceito, contra o racismo, etc. Aliás, precisa-se hoje de mais rebeldes na rua deste País, para a gente enfrentar a crise que o Governo está levando ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Obrigado, nobre Senador Paulo Rocha.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra. Está conectado? (*Pausa.*)

Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu vou pelo menos ler...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Esperidião Amin? (*Pausa.*)

Senador Dário Berger pede a palavra.

Pois não, Senador Dário Berger. Com a palavra V. Exa.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto o Senador Esperidião Amin fica a postos, eu queria pedir a V. Exa.: eu sou Relator do item 9 da pauta, e, na verdade, a reunião da Comissão está se estendendo, e eu tenho um compromisso inadiável agora por volta das 11h, então eu queria pedir para V. Exa. – parece-me que essa reunião vai se prolongar – para retirar o meu de pauta também, para que eu possa relatar na próxima reunião da Comissão. Se V. Exa. permitir, eu lhe agradeço de maneira muito especial.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador Dário Berger. Está retirado de pauta o item 9. Fica, então, para a próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 36, DE 2018

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização pelo Não Desperdício de Alimentos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Dário Berger

Relatório: Pela aprovação.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Leila Barros pede a palavra. (*Pausa.*)

Bom, vamos, então, encerrar a votação, já temos quórum.

Peço que a Mesa publique o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, 13 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o item 1 da pauta, que inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, parabenizando aqui o trabalho, a persistência e a luta, que a gente sabe que vem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos anos, do Senador Paulo Paim, que, finalmente, hoje se concretiza com essa grande vitória, entendo eu.

O Senador Nelsinho Trad, que é Relator do item 12 da pauta, que tem outro compromisso urgente na Comissão de Relações Exteriores, pede para relatar a sua matéria.

Então, eu vou pedir licença a todos os Srs. e Sras. Senadoras para a gente passar, então, para o item 12 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, vamos, então.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 6565, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Fissura Labiopalatina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

Iniciativa do Deputado Federal Pedro Uczai.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, colega Senador Styvenson e demais colegas que se encontram não só presencialmente como também remotamente, nós, que somos médicos, colega Marcelo Castro, sabemos o que é uma fissura labiopalatina, mas para quem não é nós vamos explicar aqui.

Vou direto à análise, se V. Exa. permitir e os demais pares.

A fissura labiopalatina, conhecida popularmente como lábio leporino, é uma malformação congênita que ocorre no desenvolvimento da fase embrionária e afeta, no Brasil, uma criança a cada 650 nascimentos, ou seja, não é tão rara assim.

Ainda não se conhecem as causas dessas anomalias, que podem ocorrer isoladamente ou em conjunto, ou ser um dos componentes de uma síndrome genética. Sabe-se, entretanto, que determinados fatores de risco podem estar envolvidos em sua manifestação, a exemplo da ocorrência de deficiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nutricionais e doenças maternas durante a gestação, como a exposição à radiação, uso frequente de medicamentos, álcool, fumo ou presença de fatores hereditários.

A escolha da data remete à fundação, em 24 de junho de 1967, do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (USP). Reconhecido como hospital de ensino pelos Ministérios da Saúde e da Educação, também é pioneiro em suas áreas de atuação e centro de referência no tratamento e pesquisa das anomalias craniofaciais congênitas, síndromes associadas e deficiências auditivas, com assistência disponibilizada via Sistema Único de Saúde.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, muito oportuna, muito justa e muito meritória a iniciativa de instituir o Dia Nacional de Conscientização sobre a Fissura Labiopalatina.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Por outro ângulo, em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, cabe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade do projeto.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública por iniciativa da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, em 5 de julho de 2017, para tratar sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com fissura labiopalatina. Cabe ressaltar que, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa de origem, tanto a Comissão de Seguridade Social e Família quanto a de Constituição e Justiça e de Cidadania consideraram que esse evento cumpriu as determinações contidas na Lei nº 12.345, de 2010.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, Sr. Presidente Senador Marcelo Castro, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.565, de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório apresentado.

Declaro encerrada a discussão e ponho em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Sras. e Srs. Senadores, quero fazer aqui uma observação.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, apenas um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – O Senador Flávio Arns me contactou para solicitar que V. Exa. ponha para apreciação dois requerimentos, um de autoria dele e outro nosso: o Requerimento 17 e o Requerimento 18, que são só para incluir convidados em audiência. Estão com o seu Secretário aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente, nobre Senador. Serão atendidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 1 da pauta eu não o concluí, quando deveria ter dito o destino que vai ter esse item 1 após aprovado. Então, voltando ao item 1 da pauta, eu declaro aqui que, após aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa da Casa para as providências cabíveis.

Foi um lapso e eu peço desculpas.

Nós temos aqui os requerimentos, o item 14 e o item 15 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 17, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 16/2021 - CE, seja incluída a seguinte convidada: Senhora Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O item 15 da pauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE N° 18, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ nº16/2021 - CE, de autoria da Senadora Maria Eliza, para incluir três convidados na referida audiência pública.

Autoria: Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, que a pede.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero, primeiro, agradecer naturalmente a V. Exa. e a todos os Senadores e Senadoras pela aprovação do projeto, mas aqui eu recebi um telefonema do Senador Jean Paul, e ele pergunta se V. Exa. não poderia colocar em votação o item 13, que eu assinaria juntamente com ele. É um requerimento. É um simples requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 8, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei nº 5536, de 2019, que altera o Anexo Metas e Estratégias à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN).

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Atendendo ao pedido da nobre Senadora Zenaide Maia, que pede a inversão de pauta – e nós vamos atendê-la, como não poderia deixar de ser –, vamos então ao item 11 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 414, DE 2020

- Não terminativo -

Institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação.

A iniciativa da proposição é do Deputado Federal Roberto de Lucena e da Deputada Federal Daniela do Waguinho.

Concedo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia, para leitura do seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 414, de 2020 (Projeto de Lei nº 6.215, de 2013, na Casa de origem), de autoria do Deputado Roberto de Lucena e coautoria da Deputada Daniela do Waguinho, o qual propõe sejam instituídos o Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a serem celebrados, anualmente, no dia e na semana de 13 de março.

A proposição consta de quatro artigos.

Os arts. 1º e 2º instituem respectivamente os citados dia e semana nacionais.

O art. 3º relaciona os objetivos da Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a saber: i – chamar a atenção para o problema da endometriose; ii – divulgar ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relativas à endometriose; iii – orientar as portadoras de endometriose a buscar diagnóstico precoce e tratamento integral e oportuno; iv – contribuir para a implementação de propostas que possibilitem o acesso universal e equitativo aos serviços públicos para portadoras de endometriose; v – democratizar informações sobre as técnicas de diagnóstico e tratamento, bem como o acesso a essas técnicas; vi – sensibilizar todos os setores da sociedade para o problema da endometriose; e vii – divulgar, prestar informações e orientar mulheres que busquem alternativa para a infertilidade.

Por fim, no art. 4º consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua justificação, o autor da matéria aponta a grande incidência da endometriose entre as mulheres e destaca a importância da disseminação de informações sobre a doença, bem como sobre as medidas de prevenção e de tratamento.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família e pelo Plenário. No Senado Federal, o PL nº 414, de 2020, foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte apreciar matérias que versem sobre datas comemorativas, caso da proposição em análise. Ademais, o PL nº 414, de 2020, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigido de acordo com a boa técnica legislativa, pelo que não se vislumbrariam óbices à aprovação da matéria no tocante a esses aspectos.

Além disso, impende ressaltar que a matéria está em consonância com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Em atendimento a essa determinação, o autor da matéria informou em sua justificação que foi realizada audiência pública que resultou na aprovação unânime da instituição da efeméride.

Comum entre as mulheres, a endometriose causa impacto direto na qualidade de vida e dificulta os planos de quem deseja engravidar.

O desconhecimento dos sintomas pode agravar o problema e trazer ainda mais prejuízos às mulheres, principalmente jovens que estão em idade fértil.

A Organização Mundial da Saúde estima que quase 180 milhões de mulheres enfrentam a endometriose no mundo; só no Brasil são sete milhões, algo como uma a cada dez mulheres em idade reprodutiva. O diagnóstico certeiro pode demorar até os 35 anos de idade.

Levantamento da Sociedade Brasileira de Endometriose revela que mais de 60% das mulheres desconhecem os sintomas da doença. De acordo com os especialistas, quanto antes for realizada a vistoria clínica, maiores serão as chances de tratamento. Esclarecem que algumas das formas de diagnosticar a endometriose são exame de toque, histórico clínico da paciente, ressonância magnética e exames de ultrassom endovaginal especializado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, é sem dúvida pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir data nacional dedicada a debater as questões relativas à endometriose, no sentido de contribuir para a disseminação do conhecimento da doença e de suas formas de prevenção e de tratamento.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 414, de 2020.

Sr. Presidente e colegas Senadores, a coisa mais importante disso aqui... Isso é como o Outubro Rosa. Se me perguntarem o que é mais importante no Outubro Rosa, direi que é dar conhecimento. Conhecimento é poder. A endometriose ainda é uma doença em que as mulheres passam muito tempo sem diagnóstico por falta de visibilidade da doença, de algo que chame a atenção das pacientes e das próprias unidades básicas de saúde, dos setores de ginecologia.

E não é uma doença simples, porque, se uma em cada sete mulheres a têm e é no mundo todo... E ela não é uma doença que fique restrita só à parte ginecológica feminina. Ela também pode atingir os intestinos e, numa fase avançada, vem a questão de mulheres em idade fértil não conseguirem ter filhos. Por isso a importância de uma data, de uma semana para empoderar as mulheres, dar-lhes conhecimento e visibilidade aos sintomas para que elas próprias possam suspeitar da doença. Como outras patologias, como o câncer de mama, quanto mais cedo o diagnóstico, quanto mais cedo o tratamento, melhor prognóstico tem essa doença em mulheres jovens. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo à nobre Senadora Zenaide Maia por seu relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Srs. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao... (*Pausa.*)

Sras. e Srs. Senadores, alguns Relatores de matérias que estão na pauta de hoje estão ausentes... (*Pausa.*)

Ah, o Senador Paulo Paim voltou.

Senador Paulo Paim, V. Exa. é Relator do item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2151, DE 2019

- Terminativo -

Declara Lupicínio Rodrigues Patrono da Música Popular Brasileira.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODE/RS)

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação.

V. Exa. está em condições de relatar o projeto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência*.) – Tranquilamente.

Se V. Exa. entender e concordar, como é um projeto simples, eu faço um resumo do projeto...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu passo a V. Exa. a palavra para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Presidente Marcelo Castro, primeiro, agradeço, mais uma vez, a V. Exa. e a esta Comissão pela votação dos projetos no dia de hoje – entre eles, o do João Cândido.

Eu falei muito na primeira reunião de debates que tivemos, coordenada por V. Exa., mas quero deixar registrado nos *Anais* da Comissão que eu recebi aqui inúmeros documentos cumprimentando esta Comissão e V. Exa. E quero também deixar registrado, mais uma vez, uma homenagem ao ex-Senador Lindbergh Farias pela autoria do PL do qual fui Relator, o que fiz com muita história dessa caminhada do João Cândido por ser gaúcho, mas, na verdade, a história dele se escreveu principalmente no Rio de Janeiro, e o Lindbergh Farias, a quem rendo homenagem, foi o autor.

Presidente, vamos ao tema, simplificado.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei 2.151, de 2019, de autoria do nobre Senador Lasier Martins, o qual propõe que o compositor Lupicínio Rodrigues seja declarado Patrono da Música Popular Brasileira.

Aqui, vou simplificar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi um presente para mim poder relatar este projeto de autoria do nobre Senador gaúcho Lasier Martins, que propõe que o compositor Lupicínio Rodrigues seja declarado Patrono da Música Popular Brasileira. Eu fui um admirador dele e, por isso, me sinto presenteado.

Gaúcho de Porto Alegre, boêmio confesso e autor de canções que transbordam poesia, sentimento, melancolia e dores de amores perdidos, a obra de Lupicínio é rica e bela, sendo um dos compositores mais originais da nossa música popular.

Além das inúmeras qualidades do seu trabalho, ele se destacou como criador da "dor de cotovelo". A expressão, graças a ele, passou a designar um estilo de canção que trata das desventuras amorosas, um tema sobre o qual Lupicínio foi um criador imbatível. Quem de nós, ao menos uma vez na vida, não foi refém do amor? Digo isso com alegria.

Podemos citar algumas músicas inesquecíveis dele que foram interpretadas com brilhantismo: "Esses moços, pobres moços"... "Se acaso você chegasse"... E aqui eu vou parar, senão vocês vão desligar a televisão. Felicidade é dele também, o Hino do Grêmio, em 1953, Nervos de Aço, e a lindíssima Volta, entre outras. O mangueirense Jamelão foi seu intérprete definitivo e, até bem próximo de morrer, regravava e depurava o repertório desse grande compositor gaúcho.

Importante destacar que a obra dele é original, sensível e fiel a ele mesmo.

Por fim, dizia Lupi, e aqui eu termino:

> Volta
> Vem viver outra vez ao meu lado
> Não consigo dormir sem teu braço
> Pois meu corpo está acostumado.

Essa é a obra, Sr. Presidente, e aqui eu termino.

Meus parabéns! O meu voto é favorável ao belo projeto apresentado pelo Senador Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Paim, agradecendo a V. Exa. pela relatoria, comunico a todos que, pelo andar da hora e ausência da maioria dos que estavam presentes na Comissão, nós vamos considerar lido relatório de V. Exa., mas não vamos submetê-lo à votação nominal hoje. Vamos deixar para a próxima reunião.

Também vou propor requerimento para fazer um aditamento ao Requerimento nº 16, de 2021, para inclusão do Professor e Presidente da ABMES e Secretário-Executivo do Fórum das Entidades do Ensino Superior para que ele possa participar também da audiência pública.

Submeto o requerimento à discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro a discussão.

As Sras. e os Srs. Senhores Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado esse aditamento ao Requerimento nº 16.

Esta audiência do Requerimento nº 16 está agendada para o dia 10 de novembro.

Nada mais havendo a tratar, declaro então encerrada a reunião de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Luis Carlos Heinze, Giordano, Izalci Lucas, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Jorginho Mello e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 19, de 2021** que: "Requer o aditamento do REQ 9/2021-CI, para inclusão do Sindicato Nacional dos Aeronautas entre os convidados para a audiência pública." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 20, de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Rafael Vitale Rodrigues, informações sobre em que ponto se encontra o processo da concessão da BR-163, especialmente no que tange ao cumprimento das condicionantes pela concessionária, para que possa efetivamente ser firmado o contrato entre o Governo Federal e a Concessionária." **Autoria:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 21, de 2021** que: "Requer nos termos do art 90, IX, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 20/2021-CI, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Rafael Vitale Rodrigues, informações sobre em que ponto se encontra o processo da concessão da BR-163, especialmente no que tange ao cumprimento das condicionantes pela concessionária, para que possa efetivamente ser firmado o contrato entre o Governo Federal e a Concessionária." **Autoria:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 22, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de que se tenha uma discussão mais ampla sobre a Privatização do Porto de Itajaí – SC, especialmente no tópico referente à natureza pública ou privada da Autoridade Portuária." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 23, de 2021** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 22/2021-CI, seja incluído na condição de convidado o senhor Volnei Morastoni, Prefeito Municipal de Itajaí/SC." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 24, de 2021** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 22/2021-CI, seja incluído o Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, Prefeito de Navegantes (SC)." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 25, de 2021 que: "Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, com o objetivo de entender a profundidade dos problemas envolvendo a crise hídrica e quais soluções o Governo Federal vem adotando para se precaver de possíveis racionamentos de energia, além de debater os aumentos tarifários que atingem todos os brasileiros e saber do planejamento que a pasta está adotando para o próximo ano." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 26, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, com o objetivo de debater as perspectivas do Governo Federal com o leilão do 5G, a infraestrutura brasileira no ramo de internet e telecomunicações, além dos programas adotados pelo Ministério das Comunicações para o aumento da conectividade brasileira e saber qual é o planejamento da pasta para o próximo ano." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 27, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, com o objetivo de debater as obras federais a serem executadas pelo Ministério da Infraestrutura no próximo período, além de analisar o planejamento orçamentário da pasta." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 28, de 2021** que: "Requer a inclusão de dois convidados na audiência pública objeto do REQ 22/2021-CI." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 29, de 2021** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 22/2021-CI sejam incluídos dois convidados adicionais (vereadores do município de Itajaí/SC)." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 30, de 2021** que: "Requer o aditamento do REQ 22/2021-CI, para inclusão entre os convidados de Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Carlos Fávaro e Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/26

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A Presidência comunica que foram encaminhadas para a Comissão os seguintes documentos: Avisos de nºs 1.656 e 1.657 do Tribunal de Contas da União, que tratam de pedido de reexame, interpostos pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), e pela Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. contra acordão do TCU decorrente do pedido de fiscalização da ANTT para examinar a conformidade do contrato de concessão da BR-101, a cargo da concessionária Eco101.

Aviso 17.343, do Tribunal de Contas da União, que trata do relatório de auditoria constante do Fiscobras, que teve como objeto as obras da nova subida da Serra de Petrópolis, pertencente à rodovia BR-040, trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro.

Ofício 187, de 2021, da Câmara Municipal de Tabatinga, que encaminha solicitação pela continuidade do Projeto Amazônia Conectada.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos estão disponíveis para consulta na página da Comissão e aguardarão eventuais manifestações dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados.

Informamos ainda o arquivamento de todos os expedientes que tiveram seu recebimento comunicado na reunião anterior.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer o aditamento do REQ 9/2021-CI, para inclusão do Sindicato Nacional dos Aeronautas entre os convidados para a audiência pública.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Requerimento de autoria do Senador Jean Paul Prates de nº 19, de 2021, que requer audiência pública, cujo objeto requer que seja incluído o convidado Sr. Comandante Ondino Dutra Cavalheiro Neto, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

É para incluir ao Requerimento nº 19, de 2021.

Submeto o requerimento do Senador Jean Paul Prates à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

O requerimento é de autoria dos Senadores Carlos Fávaro, Wellington Fagundes e Jayme Campos, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e do Regimento Interno.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 20, DE 2021

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Rafael Vitale Rodrigues, informações sobre em que ponto se encontra o processo da concessão da BR-163, especialmente no que tange ao cumprimento das condicionantes pela concessionária, para que possa efetivamente ser firmado o contrato entre o Governo Federal e a Concessionária.

Autoria: Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Wellington Fagundes e Jayme Campos.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 21, DE 2021

- Não terminativo -

Requer nos termos do art 90, IX, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 20/2021-CI, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Rafael Vitale Rodrigues, informações sobre em que ponto se encontra o processo da concessão da BR-163, especialmente no que tange ao cumprimento das condicionantes pela concessionária, para que possa efetivamente ser firmado o contrato entre o Governo Federal e a Concessionária.

Autoria: Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Wellington Fagundes e Jayme Campos.

Não entendi isso aqui. É um aditamento do quê? (*Pausa.*)

Entendi, então, muda-se o fundamento, mas o objetivo é o mesmo.

Então, submeto-o à discussão dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e o coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 22, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de que se tenha uma discussão mais ampla sobre a Privatização do Porto de Itajaí – SC, especialmente no tópico referente à natureza pública ou privada da Autoridade Portuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Sr. Diogo Piloni, Secretário Nacional de Portos e Transporte Aquaviário - Ministério da Infraestrutura;

• o Sr. Arthur Luis Pinho de Lima, Diretor-Presidente da EPL;

• o Sr. Fabio da Veiga, Superintendente do Porto de Itajaí;

• o Sr. Frederico Bussinger, Consultor de Projetos da Univali;

• o Sr. Osvaldo Agripino, Advogado - Escritório de Projetos da Univali;

• o Sr. Adão Paulo Ferreira, Advogado - Escritório de Projetos da Univali.

Depois tem o aditamento aqui do Prefeito, não tem? Está na sequência? Está na sequência. (*Pausa.*)

Então, deixe-me só eu alterar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dos dois Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Requerimento de minha autoria, em aditamento, convidando o Prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, que já se encontra presente, e também o Prefeito de Navegantes, que é o Prefeito Libardoni Lauro Claudino Fronza, que também, por requerimento do Senador Esperidião Amin, foi convidado para participar da nossa reunião.

Então, coloco em discussão o requerimento para a realização da nossa audiência pública, como já mencionei. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e coloco-o em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou colocar o item 7 também em deliberação.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, com o objetivo de entender a profundidade dos problemas envolvendo a crise hídrica e quais soluções o Governo Federal vem adotando para se precaver de possíveis racionamentos de energia, além de debater os aumentos tarifários que atingem todos os brasileiros e saber do planejamento que a pasta está adotando para o próximo ano.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

É de minha autoria o requerimento.

Eu proponho, para a audiência, a presença do Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 8.

Requerimento também de minha autoria.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 26, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, com o objetivo de debater as perspectivas do Governo Federal com o leilão do 5G, a infraestrutura brasileira no ramo de internet e telecomunicações, além dos programas adotados pelo Ministério das Comunicações para o aumento da conectividade brasileira e saber qual é o planejamento da pasta para o próximo ano.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho, para a audiência pública, a presença do Sr. Fábio Faria, Ministro de Estado das Comunicações.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco-o em votação

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Fávaro, seja bem-vindo.

Item 9 da pauta.

Requerimento também de minha autoria nesta Comissão.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 27, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, com o objetivo de debater as obras federais a serem executadas pelo Ministério da Infraestrutura no próximo período, além de analisar o planejamento orçamentário da pasta.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Proponho, para a audiência pública, a presença do Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 10 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento também de minha autoria.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a inclusão de dois convidados na audiência pública objeto do REQ 22/2021-CI.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Requeiro que sejam incluídos, na condição de convidados, o Sr. Mário Teixeira, Presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Cargas e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias; e o Sr. Tiago Lima, representante do Instituto Brasil Logística.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 11 da pauta, do Senador Esperidião Amin.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 29, DE 2021

- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 22/2021-CI sejam incluídos dois convidados adicionais (vereadores do município de Itajaí/SC).

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São os seguintes convidados a serem incluídos: o Sr. Marcelo Werner, Presidente da Câmara Municipal de Itajaí, e o Sr. Beto Cunha, Vereador do Município de Itajaí.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto-o à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Este requerimento faz parte da nossa reunião que deveria estar na sequência.

Item 12 da pauta, de minha autoria também.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 30, DE 2021

- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 22/2021-CI, para inclusão entre os convidados de Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Acho que posso submeter à votação direto.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Acho que nós podemos, então, encerrar, Senador Esperidião e Senador Fávaro, esta reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou suspender, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ou suspender.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Fávaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Bom, primeiro, eu queria agradecer-lhe e saudá-lo, nosso Presidente, e também o Senador Esperidião Amin e todos os colegas que estão aqui nesta Comissão.

Agradeço a leitura e a aprovação dos colegas dos requerimentos de minha autoria, do Senador Jayme Campos e do Senador Wellington Fagundes, que tratam de informações sobre a concessão da BR-163, por conta do Diretor-Geral da ANTT. Agradeço por ter feito a leitura.

Serão informações muito relevantes para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil sobre essa rodovia, cujas obras estão atrasadas há cinco anos. E é de fundamental importância o esclarecimento da ANTT a esta Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Chegou a ser rescindido o contrato de concessão?

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Não, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Houve uma cogitação nesse sentido.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Isso.

No último dia 21 de outubro, semana passada, os diretores da Agência Nacional deliberaram pelo início do processo de caducidade, mas ainda há um termo de ajustamento de conduta de fevereiro, que está com os seus prazos limites vencendo, para troca do controle acionário, apresentando uma outra concessionária, que seria a cura do contrato. Poderia ser uma alternativa interessante, para que nós pudéssemos ter as obras mais rapidamente.

Essa proposta feita pelos novos controladores não foi aceita pela ANTT, e, portanto, deve seguir mesmo o processo de caducidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para seu conhecimento, no nosso caso, da concessão de Santa Catarina, da BR-101 Trecho Norte, não houve a caducidade. Houve a transferência do controle...

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – A cura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... por acordo.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Que é o melhor caminho. Pelo menos, para a população, é menos traumático porque, rapidamente, consegue ter um outro controlador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fazer uma nova licitação é...

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – É muito mais traumático e muito mais difícil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vai haver um hiato.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Exato, exato, de obras e de manutenções.

Portanto, é importante que esta Comissão receba a presença aqui do Diretor-Geral da ANTT para nos esclarecer, para que nós possamos ajudar para que este processo seja o menos traumático possível.

Para finalizar, Sr. Presidente, até pelo adiantado da hora, pelos compromissos que todos temos, eu estou vendo que está no primeiro item da pauta do Plenário de hoje o Projeto de Lei nº 826, de 2021, de autoria do Senador Jean Paul Prates, com relatoria do Senador José Aníbal.

O tema susta os efeitos dos incisos I e II do art. 9º da Portaria 131, de 14 de outubro de 2021, que é o projeto de lei, o PLS 261, que ficou anos sendo debatido, das ferrovias – acabamos de votá-lo há pouco mais de quinze dias, e é tão importante. Acho que não houve tempo e nem nós... Eu não consigo entender do que se trata e por que esse projeto de lei que já vai sustar os efeitos de uma portaria do Ministério da Infraestrutura.

Então, o meu encaminhamento a esta Comissão, através do Sr. Presidente, é no sentido de que nós possamos falar com o Presidente Rodrigo Pacheco, pedir a ele para tirar esse item de pauta para que nós possamos analisar, inclusive nesta Comissão, Senador Esperidião, e daí termos um parecer sobre esse projeto de lei que, diga-se de passagem, Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não... Projeto de Decreto Legislativo feito para sustar?

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Sustar. Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma coisa complicada isso.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Então, eu gostaria de que nós pudéssemos debater nesta Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Veja bem o que está acontecendo, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sustar a medida provisória, é isso?

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Não, é para sustar os efeitos de um artigo do projeto de lei que nós acabamos de aprovar.

Desculpe, de um decreto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O decreto legislativo tem como objetivo sustar...

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Os efeitos de uma portaria do Ministério da Infraestrutura – de uma portaria do Ministério da Infraestrutura. O decreto legislativo tem função de suspender os efeitos de uma portaria do Ministério da Infraestrutura, num tema que nós acabamos de votar. E há uma medida provisória vigente e há o PLS que acabamos de aprovar.

Portanto, eu não me sinto confortável a levar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso aí, para o Mato Grosso, vai representar o seguinte.

Vocês fizeram força para conseguir a autorização, não é?

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse decreto legislativo, salvo erro de minha parte, tem como objetivo sustar os efeitos da portaria, que permite a utilização.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Que permite o chamamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, todo aquele convescote que vocês fizeram vai sofrer...

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Um corte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... uma constrição.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Então, Sr. Presidente, eu até compreendo que o Senador Jean Paul é um perito no assunto, conhecedor da matéria, assim como o Senador José Aníbal e o próprio Senador José Serra, que foi o autor do PLS que nós votamos há poucos dias. O problema é que sobre a matéria hoje há uma medida provisória, há um PLS que foi votado no Senado e ainda precisa ir à Câmara dos Deputados, e há essa portaria do Ministério da Infraestrutura, cujos efeitos estão sendo revogados através desse novo projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que nós precisamos de um pouco de tempo para entender tudo isso, trazer a esta Comissão, pedir ao Presidente Rodrigo Pacheco que tire esse item de pauta, traga o assunto para a Comissão de Infraestrutura, para que nós possamos debater, e aí, sim, se necessário, levar ao Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com um detalhe: a Medida Provisória 1.065 está no ar...

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Está vigente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Hoje, pela manhã, eu falei com o Secretário Sabóia, e o PL que nós aprovamos ainda não foi para a Câmara.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Não foi para a Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, tem muito vetor, um contra o outro, e poucos indicando um rumo.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vou solicitar à Comissão que expeça um expediente relatando a preocupação do Senador Carlos Fávaro, para que eu possa entrar em contato com o Presidente Rodrigo Pacheco e pedir a retirada de pauta do item 1, solicitando também que o item possa ser remetido a esta Comissão para que nós possamos discutir aqui e depois mandá-lo ao Plenário.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Dando continuidade à nossa reunião, só para mencionar um item bastante importante, gostaria de lembrar tanto aos Srs. Senadores quanto às Sras. Senadoras membros desta Comissão que já se encontra em aberto, Senador Esperidião Amin e Senador Carlos Fávaro, o prazo para a apresentação de sugestões de emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual 2022 (LOA).

O prazo para a apresentação das sugestões será encerrado na próxima quinta-feira, dia 4 de novembro, ao meio-dia. As sugestões de emenda devem ser encaminhadas pelo Sistema de Elaboração de Emendas às Leis Orçamentárias (LexOr).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, ainda informo que é interessante observar que o Relator na Comissão de Infraestrutura será o Senador Esperidião Amin e que a reunião para a deliberação das emendas que serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento está prevista para ser realizada no dia 9 de novembro, terça-feira, às 9h30.

Então, é só para lembrar, porque me parece que esse tema é um tema importante e interessante, e nós estamos já antecipadamente nos organizando para discutir as emendas, então, da Comissão ao Orçamento da União.

Eu acho que agora posso encerrar esta reunião. Não tem por que, Senador Esperidião Amin, suspendê-la, porque não temos nada a deliberar, já que os requerimentos todos foram aprovados pelo quórum que se faz presente. Então, parece-me que não há problema nós encerrarmos a nossa reunião.

Então, agradecendo a presença especialmente dos Senadores, declaro encerrada a presente reunião deliberativa.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Luis Carlos Heinze, Giordano, Izalci Lucas, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 22/2021 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 23/2021 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC), REQ 24/2021 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 28/2021 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC), REQ 29/2021 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 30/2021 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC). **Finalidade:** Discutir sobre a privatização do Porto de Itajaí (SC), especialmente no tópico referente à natureza pública ou privada da Autoridade Portuária. **Participantes:** Diogo Piloni, Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - Ministério da Infraestrutura; Arthur Luis Pinho de Lima, Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL); Martha Seillier, Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos; Volnei Morastoni, Prefeito Municipal de Itajaí (SC); Frederico Bussinger, Consultor - Escritório de Projetos da Univali; Adão Paulo Ferreira, Advogado - Escritório de Projetos da Univali; Osvaldo Agripino, Advogado - Escritório de Projetos da Univali; Mário Teixeira, Presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, nas Atividades Portuárias (FENCCOVIB); Tiago Lima, Vice-Presidente do Conselho Gestor do Instituto Brasil Logística (IBL); Fabio da Veiga, Superintendente do Porto de Itajaí; Libardoni Lauro Claudino Fronza, Prefeito Municipal de Navegantes (SC); Marcelo Werner, Presidente da Câmara Municipal de Itajaí (SC); e Beto Cunha, Vereador do município de Itajaí (SC). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jorginho Melo, os Deputados Federais Angela Amin e Hélio Costa, o Deputado Estadual Ivan Naatz (SC), o Vereador Thiago Morastoni (Itajaí) e Edinho Bez, da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Plínio Valério, Lasier Martins, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Giordano, Carlos Viana, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI ao PLOA 2022**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura a serem apresentadas ao PLOA 2022 (PL 19/2021-CN), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022". Relator das emendas na CI: Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), das seguintes emendas: Emendas de apropriação de despesa: **Emenda 1** - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO - No Município de Xambioá - TO, no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); **Emenda 2** - Adequação de Trecho Rodoviário - Guaíra/PR - Itapiranga/SC - na BR-163/PR/SC - Na Região Sul, com valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); **Emenda 3** - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC, no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); **Emenda 4** - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional, no valor de R$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). Emendas de remanejamento de despesa: **Emenda 5** - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS (Rota Bioceânica), no valor de R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais); **Emenda 6** - Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária - Região Centro-Oeste, com valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); **Emenda 7** - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI, no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); **Emenda 8** - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS, no valor de R$ 56.040.000,00 (cinquenta e seis milhões e quarenta mil reais). Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos, Marcelo Castro, Carlos Fávaro e Mecias de Jesus. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. Aprovada, a presente Ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/09

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

A relatoria é do Senador Esperidião Amin, a quem concedo a palavra para apresentar seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero saudar igualmente a assessoria aqui presente, a assessoria da Comissão e as dos Senadores aqui participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos dos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, o PLN 19, de 2021, do Congresso Nacional, no limite de quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento entre as 87 propostas apresentadas no prazo regimental.

Entre as emendas de remanejamento, por onde eu começo, propomos a inadmissão da sugestão nº 15, do ilustre Senador Luis Carlos Heinze. Lamentavelmente, tenho que considerar inadmitida, pois apresenta como fonte exclusiva de recursos o cancelamento de dotação inscrita em reserva de contingência, ao arrepio do art. 38, *caput*, da já citada Resolução nº 1 do Congresso Nacional.

Quanto às demais sugestões de emendas de remanejamento, verificou-se a sua compatibilidade, incidindo cancelamentos e acréscimos sobre programações do mesmo órgão, com o mesmo grupo de natureza de despesa e compatibilidade das fontes de recurso. Estão, pois, adequadas ao regramento processual orçamentário. Ademais, são coincidentes as propostas 52 e 69 e as propostas 53 e 70, o que reduz sobremaneira a rivalidade por acolhimento pela Comissão.

Nesses termos, somos pela aprovação das seguintes propostas, a serem convertidas em emendas de remanejamento de autoria do Colegiado:

1. Sugestão de Emenda nº 53, para Adequação de Trecho Rodoviário Bataguassu – Porto Murtinho, na BR-267/MS (Rota Bioceânica), de autoria da Senadora Soraya Thronicke, no valor de R$90 milhões, com ajuste redacional no subtítulo, abarcando também o objeto da Sugestão da Emenda nº 70, apresentada pelo Senador Carlos Fávaro;

2. Sugestão de Emenda nº 54, para Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária – Região Centro-Oeste, da Senadora Soraya Thronicke, com valor de R$300 milhões;

3. Sugestão de Emenda nº 62, para Construção de Trecho Rodoviário – Divisa BA/PI, Divisa PI/MA –, na BR-235/PI, do Senador Marcelo Castro, no valor de R$100 milhões; e

4. Sugestão de Emenda nº 69, para Construção de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso), Entroncamento BR-262 (Aquidauana) –, na BR-419/MS, de autoria do Senador Carlos Fávaro, no valor de R$56,040 milhões, abarcando também o objeto da Sugestão de Emenda nº 52, apresentada pela Senadora Soraya Thronicke.

Essa solução, portanto, Sr. Presidente, compreendendo várias emendas apresentadas e convergentes, não enfrenta rivalidade. Naturalmente, isso deve ter sido fruto de alguma sessão de psicoterapia entre os Senadores concorrentes e presidida, liderada, pelo Senador Marcelo Castro, bem-sucedida desta vez!

Respeitante às emendas de apropriação, realizamos a análise de admissibilidade em face das normas regimentais expressas, da interpretação destas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CMO e do esforço deste Relator por conferir eficácia normativa a cláusulas de conteúdo aberto. O desafio é definição axiológica de caráter institucional e interesse nacional, previstos, ambos, no art. 44, inciso II, da Resolução nº 1.

Assim, estribados nos critérios pormenorizados no relatório, manifestamo-nos pela inadequação das Sugestões de Emendas nºs 1, 7, 12, 13, 19, 21, 32, 33, 38, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 58, 59, 60, 73, 75, 77, 78 e 87, por ausência de caráter institucional. São iniciativas que fogem à seara competencial da Comissão de Serviços de Infraestrutura, ou que têm reduzida afinidade com as matérias com que regimentalmente o Colegiado lida.

De outra sorte, instruímos a inadmissão da Proposta nº 79, em razão de não identificar com clareza o objeto de execução no subtítulo, e das Propostas nºs 3, 4, 8, 9 e 10, de números 29, 35, 37 e 41, e de número 42, por comportarem multiplicidade de obras. As propostas não delimitam, respectivamente, a localidade do aeroporto ou aeródromo de interesse regional, o trecho rodoviário a sofrer a intervenção, ou a localização do terminal fluvial, ferindo o art. 44, inciso II, da referida Resolução nº 1.

Consoante interpretação do dispositivo pelo Comitê de Admissibilidade, só é possível aditar valor a programações mais inespecíficas que já constem do projeto do Poder Executivo. Essas diretrizes do Comitê de Admissibilidade, inclusive, foram atualizadas na semana retrasada.

Também não recomendamos a admissão das sugestões apostas aos números 50 e 86, por lhes faltar interesse nacional. Essa é uma das regras que nós já tínhamos adotado no ano passado, Sr. Presidente. São programações que, conquanto encerrem indubitável mérito e versem sobre áreas de políticas públicas pertinentes com o universo de atribuições da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinam-se a apoiar demandas localizadas por meio de transferências voluntárias para aportar recursos a iniciativas subnacionais.

Por fim, igualmente não parece cabível o acolhimento das proposituras protocolizadas sob os números 17, 18, 22, 43, 59 e 82, pois, sem indicação de produto e unidade de medida, assacam do Parlamento condições mínimas para aferir os elementos de custo, cronograma e financiamento, ao desamparo dos arts. 44, inciso II, e 47, inciso V, da Resolução nº 1, já mencionados.

As demais propostas veiculam programações sob exclusivo tratamento desta Comissão, por pertinência temática, com destaque para o provimento de equipamentos públicos voltados à macrologística.

Pormenorizando a análise, selecionamos sugestões que apresentaram objetos coincidentes ou similares, de sorte a contemplar os interesses catalisados por um número maior de Parlamentares, ou que estivessem espacialmente dispersos, de sorte a espraiar os benefícios de forma convergente entre os espaços subnacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses termos, indicamos as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de apropriação: Sugestão de Emenda nº 16, para Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá, na BR-153/TO, no Município de Xambioá/TO, do Senador Eduardo Gomes, no valor de R$60 milhões com o ajuste redacional proposto para coincidir a descrição com o da ação 7L92 constante do projeto de lei, que também contempla o objeto da sugestão de emenda número 67, de autoria da Senadora Kátia Abreu; Sugestão de Emenda nº 28, para Adequação de Trecho Rodoviário, Guaíra/PR, Itapiranga/SC, na BR-163/PR/SC, na Região Sul, do Senador Dário Berger, com valor de R$100 milhões, com subtítulo retificado para circunscrever a intervenção à macrorregião Sul; Sugestão de Emenda nº 39, para Adequação de Trecho Rodoviário, Navegantes, Rio do Sul, na BR-470/SC, de autoria deste Relator, no valor de R$100 milhões; e Sugestão de Emenda nº 71, para Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes, Nacional, do Senador Carlos Fávaro, no valor de R$170 milhões, que incorpora o objeto das propostas de números 44 e 45.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, não obstante o seu inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de quatro emendas.

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva à intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões nas funções de governo da sua área regimental de atuação, segundo o interesse dos Parlamentares do Colegiado, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade. Por essa razão, votamos pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, instruímos:

I) pela inadmissibilidade, já reportada, da Emenda de Remanejamento nº 15;

II) pela inadmissibilidade, também, das sugestões de Emendas de Apropriação de nºs 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 29, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 58, 59, 60, 73, 75, 77, 78, 79, 82, 86 e 87;

III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Remanejamento de nºs 53, 54, 62 e 69;

IV) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação de nºs 16, 28, 39 e 71; e

V) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Esse, Sr. Presidente, é o resumo do relatório que já tinha sido apresentado ontem, portanto, tempestivamente, e de que aqui eu apresento a sua síntese.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia a todos, prezado Relator, querido amigo Senador Esperidião Amin, Marcelo Castro, demais!

Eu gostaria aqui, diante da apresentação do relatório do eminente e competente Senador Esperidião Amin, de indagar a V. Exas., sobretudo ao Sr. Presidente, tendo em vista que o relatório aqui com certeza foi feito de forma muito zelosa. Todavia, Esperidião Amin, que conhece o Brasil, dizendo como nós do Mato Grosso, de cabo a rabo, de ponta a ponta, eu queria fazer aqui, se for possível, uma emenda, mesmo atrasado – eu sei que o relatório do senhor está confeccionado –, em relação à BR-158. A BR-158 corta também o Estado do Mato Grosso. Lamentavelmente, essa rodovia tem trazido tanto prejuízo a milhares e milhares de brasileiros que abriram uma nova fronteira agrícola na região do Médio e do Baixo Araguaia – essa região se confunde também com o Estado do Pará e com o Estado de Goiás.

O que ocorre? Essa rodovia, já há muitos anos, era para ter sido concretizada. Lamentavelmente, por falta recursos, ainda precisávamos de alguns milhões de reais para nós construímos para a exportação de nossa produção, Marcelo Castro, ali, que é uma nova fronteira agrícola do Brasil – uma nova fronteira agrícola do Brasil. E nós temos um trecho ainda em que lamentavelmente surgiu um problema de ordem de componente indígena: ao longo da BR-163, surgiu uma reserva indígena. Nós temos que fazer um contorno para que esse asfalto que está parado na divisa dessa reserva indígena possa emendar lá em cima, com isso demandando sair pelo Estado do Pará ou sair pelo Maranhão para atender a exportação dessa produção nossa pelo porto do Estado do Maranhão.

Eu queria pedir a V. Exa., prezado e ilustre Relator, meu amigo, Esperidião Amin, se V. Exa. acataria uma emenda do Senador Jayme aqui para nós colocarmos nessa emenda de Comissão – ou seja, aqui – um recurso pelo menos para sinalizar essa possibilidade de nós termos... Óbvio, evidente que vai depender muito do Governo Federal, se vai acatar lá na Comissão de Orçamento parte dessas emendas – via de regra, muito pouco ou quase nada o Relator atende essas emendas de Comissão. E o que eu gostaria de pedir a V. Exa., diante de ver aqui os valores bastante razoáveis, é nós inserirmos pelo menos uns R$70 milhões, R$80 milhões para nós prosseguirmos com essa rodovia. Ela é tão importante para nós quanto a BR-163, a 174, a 242. Mato Grosso é um Estado de dimensão continental, com 900 mil quilômetros quadrados; não tem uma população de bastante densidade, é uma população rarefeita, mas hoje ela contribui sobremaneira com a produção do Brasil. É o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão. Hoje nós temos a privilégio de dizer que nós somos quase o maior produtor de etanol também do Brasil – estamos perdendo apenas para o Estado de São Paulo, que, nesses próximos cinco anos, tenho certeza, vamos ultrapassar, porque nós estamos transformando também milho em etanol e no subproduto, que é o DDG, que você vai dar para bovino, dar para peixe, dar para frango, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero pedir ao Senador Esperidião Amin se é possível atender aqui. De forma muito humilde, eu quero pedir para o senhor, porque eu estou acompanhando o suprimento da população. Agora recebi três telefonemas. Saí às pressas para tentar sensibilizar meus colegas Senadores, o nosso Presidente, Senador Dário Berger, o Relator, Senador Esperidião, para ver se nós damos pelo menos uma esperança de colocarmos nesse relatório aqui, nessa emenda de Comissão, nessa proposta essa possibilidade. Eu sei que é uma luta que nós vamos ter que ter, travar, para que, primeiro, seja aprovada e, segundo, consigamos a liberação para que o Dnit possa continuar.

Aí você pergunta por quê? Porque o Ministro Tarcísio nos disse: "Olha, se não houver dinheiro no orçamento de bancada, se a bancada não destinar recursos, não vai haver a obra. Não vai haver a obra. Vocês esqueçam!". A prioridade estabelecida não é essa lá.

Já há projeto, o primeiro lote já está licitado, e precisamos ter, com certeza, pelo menos um recurso para iniciar. Daí para frente, vamos colocar um pouco de emenda de bancada, de emendas individuais, junto com toda a bancada federal de Mato Grosso, para fazer prosseguir essa obra, porque ela é muito importante.

Se os senhores virem a produção daquela região... Marcelo Castro, você vai ficar encantado! É um novo Brasil, é uma califórnia no Estado de Mato Grosso, com alta produtividade, tudo feito com a preservação da questão ambiental! Agora não temos estrada para retirar a produção. Dá pena ver a gauchada, os catarinenses, os paranaenses plantando ali, mas, quando chega a época de escoamento da produção, quase 30% da produção se perde, porque não há estrada. Chega a ficar por dez dias interrompida essa rodovia. E aí como é que se faz? Você é competente da porteira para dentro, mas, quando sai para fora... É papel do Governo dar estrada para se fazer o escoamento da produção, mas não há.

Faço um apelo a V. Exa.: por acaso, é possível, na forma regimental – confesso que não conheço aqui –, V. Exa. acatar uma emenda minha para a BR-158? Se precisar fazer isso por escrito, eu o farei, mas já estou fazendo isso de forma verbal, para que nós possamos, com certeza, ter a obra dessa rodovia reiniciada, para que se dê a sua conclusão nesse ano de 2022. Caso contrário, não sei quando isso vai acontecer. Com isso, vão padecer, vão sofrer milhares e milhares de brasileiros que estão ali plantando, produzindo e, com certeza, gerando riqueza e emprego para o nosso País. Eu faço esse apelo a V. Exa., querido amigo Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Quero comentar, Sr. Presidente, primeiro, que, cada vez que o Senador Jayme Campos fala apaixonadamente da nossa capacidade, da extraordinária capacidade do Brasil e, especialmente, do Centro-Oeste e do seu querido Mato Grosso, não apenas da região metropolitana de Várzea Grande, mas de Mato Grosso como um todo, eu também fico emocionado, porque a gente vê o extraordinário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horizonte que o Brasil tem, a capacidade que nós temos de competir, Senador Marcelo Castro, sem concorrente.

Ontem, eu participei, com muita honra, da sessão de homenagem a Alysson Paolinelli...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Grande brasileiro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... nosso candidato a Prêmio Nobel da Paz, mensageiro da paz e da abundância.

Não conheço, nem na Bíblia nem na história, paz com fome. Não existe isso. Pode haver paz se houver fome? É impossível! Então, desde José do Egito, o Faraó se precaveu.

Eu tive a oportunidade de ouvir o que ele falou, de ouvir a descrição dele sobre o Centro-Oeste, sobre o Cerrado.

Homenageamos também o Glauco Olinger, com 99 anos de idade, que foi pioneiro na assistência técnica e extensão rural.

Então, ouvir aqui o Senador Jayme Campos nos mostra que nós não temos concorrente. No sul do Piauí, há fertilidade, riqueza. E é a única produção honesta no sentido pleno da palavra, porque, no restante da economia, Marcelo Castro, você pode considerar o seguinte: ou você tira da terra, planta um grão e, com tecnologia, colhe cinquenta, cem, mil – dependendo da inteligência e da tecnologia, você multiplica; é a única oportunidade que o homem tem de multiplicar –, ou tira de alguém. Na economia é: ou você tira da terra ou tira de alguém. Bolsa de valores, especulação: você tira de alguém. Então, são as oportunidades que a gente perde.

A BR-158, Senador Dário Berger, é um problema para nós em Santa Catarina também, porque ela é longitudinal, junto com a 163. E eu subscreveria com a maior serenidade a sua emenda, o problema é que ela não foi apresentada. O que o Ministro Tarcísio disse para o senhor, para bancada do Mato Grosso, ele já disse para a nossa também: "Querem dinheiro? Façam uma emenda". E eu até me sinto mortificado, porque eu fui o Relator no Senado da Emenda Constitucional nº 100, que criou a emenda de bancada representativa de Estado, esses cerca de R$250 milhões que queriam mudar. Tentaram agora, na Comissão Mista de Orçamento, fazer com que não fosse o mesmo valor para todos os Estados, como é hoje.

Então, eu choro no seu ombro e ofereço aqui, Sr. Presidente, apenas a seguinte informação: nós aceitamos uma emenda que atende fundamentalmente pedidos do Mato Grosso, que é a Emenda nº 8, Sugestão de Emenda nº 71 para estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transporte, do Senador Carlos Fávaro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Meu Líder, me permite um aparte a V. Exa.?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, só deixe... Eu queria remeter ao senhor para o item 8, do Senador Carlos Fávaro, que, se não me engano, também é do Mato Grosso e que foi acompanhado por outros Senadores. E, por isso, pelo critério de coletividade – não chega a ser comunismo, mas é coletivização –, ela ganhou densidade.

Se o senhor conseguir, com o seu alto prestígio, sensibilizar o Senador Carlos Fávaro, a gente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Meu caro Esperidião Amin, o senhor me permite, rapidamente, aqui?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pela informação do nosso assessor aqui, ele está me dizendo que, na medida em que V. Exa. está acatando a emenda da ilustre Senadora Soraya Thronicke, que é a 54...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que também é apoiada por Wellington Fagundes e Carlos Fávaro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Exato, que é essa emenda de R$300 milhões. Ela atende nosso Estado na medida em que aqui é conservação, manutenção da malha rodoviária...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, é conservação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... da Região Centro-Oeste.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E isso é a nº 2, essa é de remanejamento inclusive. Ela foi apoiada pelos Senadores Carlos Fávaro e Wellington Fagundes. E tenho que lhe dizer que teve como lobista implícito o Nelsinho Trad e agora está tendo como lobista explícito V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Então, está de bom tamanho.

Olha, quero agradecer a V. Exa., mas a nossa assessoria aqui está nos informando que é perfeitamente factível de ser encaixado na BR-158 através dessa emenda que V. Exa. já apresentou no relatório em R$300 milhões. Estou plenamente contemplado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu troco todas essas suas palavras generosas por um muito obrigado. Em árabe se diz *shukran*.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – *Thank you very much*! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, uma vitória doce a mais.

Agora, com o Senador Marcelo Castro sempre é um pouco mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós não tínhamos como não atender o Senador Jayme Campos pela...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – De um jeito ou de outro, conseguimos ser atendidos aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, ao contrário do que o Romário falava – dizia que o outro era poeta quando ficava de boca fechada –, o Senador Jayme Campos é poeta quando fala.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – É muita bondade de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sobretudo porque o Senador Jayme Campos também é o Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas não por isso; é pela defesa enfática que V. Exa. faz dos interesses do Mato Grosso, que são legítimos, são justos.

Diga-se de passagem, todas as nossas reivindicações são justas e legítimas; entretanto, nós temos direito a quatro emendas apenas e temos 81 Senadores. O Relator fica numa situação extremamente difícil de encontrar um critério que possa atender o maior número de Senadores possível. E exalto a capacidade do Senador Esperidião Amin de considerar a coletividade como um fator importante para a definição das emendas.

É evidente que eu teria grande honra e empenho para atender V. Exa. por todos esses aspectos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Fico grato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ofereço a palavra para o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobres colegas...

Em primeiro lugar, Sr. Presidente Dário Berger, quero parabenizar V. Exa. pela condução que faz com maestria aqui da Comissão de Infraestrutura, uma das Comissões mais importantes do Senado. Cada Comissão é importante e tem sua área de atuação, mas sem nenhuma dúvida a Comissão de Infraestrutura é a que traz os resultados mais concretos, mais palpáveis para o nosso País, que tanto precisa de melhorar sua infraestrutura, sua logística. Nós somos um dos maiores produtores de grãos do mundo, assim como de carne, de frango, de suínos, e evidentemente precisamos de toda a logística, de toda a infraestrutura, o que é tema aqui da nossa Comissão: portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, rodovias; tudo está afeto à nossa Comissão.

E quero também aproveitar para parabenizar o nosso colega Senador Esperidião Amin pela sua competência, pela sua capacidade de fazer um relatório que, dadas as limitações que o Relator tem, atende ao nosso País como um todo. Acredito que praticamente todas as regiões do País foram contempladas. A dificuldade não é pequena porque foram, se não me falha a memória, 84 emendas para, dessas 84, ele extrair 4 emendas de apropriação e 4 emendas de remanejamento. Então, fica muito restrita a capacidade do Relator.

E quero também agradecer a ele por ter o nosso Estado, que não é só o nosso Estado... É toda uma região que é contemplada com a BR-235, que é uma rodovia que nasce em Sergipe, atravessa toda a Bahia, atravessa o Estado do Piauí, do Maranhão, do Tocantins e entra no Pará. Então, é uma rodovia de grande importância para o desenvolvimento regional do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, evidentemente, para o desenvolvimento do País. E, no Piauí, só faltam esses poucos quilômetros para concluir e ela estar 100% concluída no Estado do Piauí.

No ano passado, nós aprovamos, aqui na Comissão, outra emenda, mas, infelizmente, o Presidente Bolsonaro – não sei que mau conselho ele recebeu – vetou, pela primeira vez na nossa história, todas as emendas de bancada feitas por todos as bancadas do Brasil, as RP2, as autorizativas, porque as impositivas naturalmente ele não pode vetar. E vetou todas as emendas de Comissão, o que é assim um absurdo. Isso nunca aconteceu na nossa história. Quer dizer, no final, Senador Dário Berger, Senador Esperidião Amin, Senador Jayme Campos, o orçamento que subsiste hoje no Brasil, você pode dizer, *grosso modo*, que ele foi feito por quatro mãos: as duas do Paulo Guedes e as duas do nosso Relator Marcio Bittar, porque não tem um risco feito por 513 Deputados Federais e 81 Senadores.

Porque o que é que nós fizemos? Nas emendas individuais impositivas, ninguém pode mexer. Nas emendas de bancada impositivas não podem mexer. O que é que a gente fez? Nós fizemos as emendas de bancada autorizativas e as emendas de Comissão. E foram vetadas! Somando as duas, dá R$3,2 bilhões. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí esse problema que está acontecendo hoje, Senador Esperidião Amin, com a decisão da Ministra Rosa Weber, é por quê? Porque houve um exagero. E Relator sozinho fez R$30 bilhões de emenda RP9. Os 81 Senadores e os 513 Deputados modificaram o Orçamento da União em R$3,2 bilhões. O Relator sozinho, por mais importante que seja o cara, fez R$30 bilhões, ou seja, todos juntos, nós só fizemos 10% do que o Relator geral fez.

Então, evidentemente que tudo tem que ter termos, não é? Não pode ficar a coisa sem limite, basta ver os escândalos que já houve, anões do orçamento... Eu não estava aqui no Congresso nesse tempo, mas é do domínio público. E tudo isso porque realmente houve um excesso, houve um exagero.

Então, vamos aprovar aqui hoje nesta Comissão o relatório do Senador Esperidião Amin, que é tão bem elaborado, e vamos torcer e pedir às pessoas que têm influência com o Presidente da República para aconselhá-lo a não vetar o trabalho importante que nós fazemos aqui que são as emendas de bancada, que são as emendas de Comissão, porque, Senador Dário Berger, é fácil de entender. O Brasil é um país continental, diverso, díspar, desigual. É evidente que a burocracia de Brasília não dá conta do Brasil. Não tem como! Eles não têm o conhecimento, não têm a vivência que nós temos. E evidentemente que nós estamos aqui para corrigir, para aperfeiçoar, para melhorar o orçamento que vem do Poder Executivo.

Por exemplo, essa estrada lá do Piauí vem com R$15 milhões. Ora, R$15 milhões para uma rodovia federal que custa mais ou menos R$1 milhão um quilômetro, vão fazer 15km e não resolve nada. A firma fica até com dificuldade de instalar um canteiro de obras para começar uma obra só com R$15 milhões e, evidentemente, a gente precisa aumentar esse valor para, se tudo correr bem, no próximo ano a gente estar inaugurando essa obra tão importante para o desenvolvimento do Brasil, não só do Piauí.

E mais, essa estrada, Senador Jayme Campos, dá acesso ao Cerrado do Piauí, que hoje é a região mais dinâmica, mais produtora do Estado do Piauí, que mais cresce, que mais desenvolve, exatamente pela produção de grãos, tendo a soja como o carro-chefe no Piauí e no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Inclusive pelos catarinenses que foram para lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Inclusive lá está cheio de catarinenses, paranaenses, paulistas, gaúchos, produzindo, trazendo riqueza e desenvolvimento para o nosso Estado e para toda a nossa região.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Um breve comentário.

O Senador Marcelo Castro já falou isso da tribuna e falou de maneira que ninguém pode contraditar, irretorquível. Gostou?

O que ele falou? Eu acho que essa maluquice, isso é uma maluquice da RP 9, que vai dar, no final das contas, um resultado razoável. Em vez de ficar a quatro mãos, é o Congresso que tem de fazer a distribuição na elaboração do orçamento desses recursos.

Isso apenas demonstra...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Como sempre foi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que, em vez da porção que hoje se converte em emenda individual, pode ser duplicada, sem problema nenhum.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – As emendas de bancada também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Espere aí. E as emendas de bancada impositivas também podem ser ampliadas.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – E as emendas de Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E as emendas de Comissão podem passar a ser impositivas e, aí sim...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quem melhor saberia distribuir os recursos da infraestrutura do Brasil do que a Comissão de Infraestrutura? É evidente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tudo será feito de maneira transparente, pré-determinada.

Em vez de nós termos aqui, era o que eu iria concluir, apenas quatro emendas de apropriação, a Comissão de Infraestrutura vai ser para valer, vamos tratar de outros meios de transporte, porque nós ficamos e nos ativemos a rodovias. Ninguém fez uma emenda, ninguém pode aprovar uma emenda inédita, por exemplo, para a logística em geral, para aquilo que é infraestrutura mesmo para valer.

Nós temos que nos ater: "Olha, a 158 está pendurada, a 163 está assim, a 235...". Quer dizer, nós temos que focalizar pontos específicos enquanto que o grosso do dinheiro – o grosso, porque eu não sei se são R$30 bilhões ou R$18 bilhões que perfazem a RP9 – será distribuído de maneira não transparente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Amin e Senador Marcelo Castro se me permitem, chama-me muito a atenção quando o Senador Marcelo diz que são R$30 bilhões de RP9. Eu tive notícia de que eram apenas, no ano passado, R$16 bilhões.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não. Eu explico.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que o relator fez foram R$30 bilhões. Aí deu uma crise com o Paulo Guedes,...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Lembro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... que disse que não tinha autorizado, e terminou o Presidente vetando uma parte, e subsistiram R$16,5 bilhões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Perfeito.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas o que ele fez foram 30. E nós fizemos 3...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Apesar...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós, nós todos!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu não quero fazer uma defesa intransigente, apesar de que essa RP 9... Da mesma forma como as emendas de bancada e as emendas individuais são destinadas aos Estados e destinadas aos Municípios... O que ocorre? Está havendo dois pesos e muitas vezes duas medidas. Um Senador ou um Deputado, às vezes, pode até levar uma participação maior desse bolo, sendo R$16 bilhões mesmo.

A minha tese é mais ou menos parecida com a do Amin aqui e a dos demais senhores. Por que não aumentar as emendas de bancada, por que não aumentar as emendas individuais? Se aumentar, se dobrar esses recursos que há hoje...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Se duplicar, não chega nem a...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Se duplicar? Se brincar, se triplicar. Eu não fiz essa conta ainda, para fechar essa conta de padeiro. Mas eu acho que fica bem menos e acaba essa celeuma. E, sobretudo, isso está passando diante da opinião pública como uma coisa desonesta. E, na verdade, não tem nada de desonestidade! Muito pelo contrário! Os recursos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente cada um de nós conseguíamos para a RP 9 são destinados aos Estados, ao seu Estado, e aos Municípios.

Agora, para ficar uma coisa muito melhor, mais transparente, por que não aumentar os valores das emendas individuais e das emendas de bancada? Com isso, nós acabaríamos de uma vez por todas com esse fato que criaram, dando a entender que existe Senador ou Deputado fazendo coisa que não é de forma republicana.

De maneira que V. Exa. tem toda razão e tem meu apoio e minha solidariedade. Nós temos que discutir esse assunto, até porque não foi votado ainda, e é um momento ímpar para que possamos discutir na Comissão do Orçamento e acabarmos de uma vez por todas com essa questiúncula que construíram, que criaram aí, basicamente um factoide, mas que significa o quê? Talvez uma péssima repercussão no âmbito da opinião pública brasileira.

Nosso prezado amigo, Senador Carlos Fávaro, também nos honra aqui com sua presença. Só quero comentar com V. Exa. que eu estive aqui falando sobre a BR-158, e o nosso ilustre e eminente Relator já tinha acatado o requerimento da Soraya, do investimento da ordem de R$300 milhões para conservação e manutenção da malha rodoviária na Região Centro-Oeste do Brasil.

Com isso, nós podemos tentar aprovar, lá na Comissão do Orçamento, porque nós temos direito a quatro emendas de remanejamento e quatro de apuração, fazendo com que aceitem pelo menos um pequeno valor, pelo menos uns R$50 milhões, para nós tocarmos a BR-158. E nós vamos bater duro de hoje para, se Deus quiser, até o fechamento do Orçamento, Senador Carlos Fávaro, V. Exa. que é um competente e grande Senador que bem representa o Mato Grosso, juntamente com o Senador Wellington. Vamos trabalhar na Comissão do Orçamento. Já fomos bem atendidos.

Encerrando a minha participação, para não tomar mais tempo, agradeço aqui ao ilustre e competente Presidente Dário, que vem fazendo um trabalho exitoso aqui. E, sem sombra de dúvida, eu me orgulho de ser Vice-Presidente de V. Exa., até pelo trabalho competente, um trabalho que certamente está prestigiando todos os Senadores. Particularmente, eu tenho só que agradecer a V. Exa., até pela confiança que tem por minha pessoa em ser seu Vice.

Os demais aqui, com certeza, todos têm feito um trabalho em defesa dos interesses da coletividade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para discutir.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizá-lo pelos trabalhos; parabenizar também Esperidião Amin, nosso Senador que acatou... E o Senador Jayme Campos tem autoridade e autorização de falar por nossa bancada, principalmente aqui no Senado, por mim, pelo Senador Wellington Fagundes, defendendo os interesses do Centro-Oeste e do Brasil, Senador.

Quero apartear a sua fala e o seu posicionamento. Como bem disse – estava ouvindo e chegando para a Comissão, mas já sabendo o que se estava debatendo aqui – o Senador Marcelo Castro, com muita propriedade traz esta Comissão um tema muito importante: nós discutirmos as emendas de relatoria. O Relator... Da forma como se está fazendo, está ficando pejorativo para nós; está parecendo, como disse muito bem o Senador Jayme Campos, que estamos fazendo coisa errada, e não estamos fazendo coisa errada. Nós temos de democratizar o debate no Parlamento com relação ao Orçamento, e os Parlamentares vão defender as infraestruturas, as obras e a saúde nos seus Estados e nas suas regiões. Da forma como fica na mão do Relator sozinho, está parecendo para a população que estamos fazendo coisa errada, e não estamos fazendo coisa errada. Portanto, esta Comissão levanta um bom debate: a clareza dos recursos do Orçamento da União, para que possa levar a políticas públicas de qualidade.

Agradeço ao nosso Relator, Senador Esperidião Amin, que com muito carinho acatou as indicações e vai contemplar a bancada do Mato Grosso e o Centro-Oeste, principalmente a região da BR-158. Hoje estão aqui muitos Prefeitos e Parlamentares do Estado tendo uma reunião com a nossa bancada, na ânsia de verem esta rodovia sair do papel e ter o trecho sem pavimentação virando realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Senador Jayme Campos, pelo pronunciamento!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero cumprimentar todos os Senadores presentes; o Senador Esperidião Amin, Relator das emendas desta Comissão; quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, sempre brilhante nas suas manifestações em defesa do nosso Mato Grosso, o maior produtor de alimentos do Brasil.

Santa Catarina também tem uma participação importante no agronegócio. Eu só lamento que nós não sejamos superavitários com relação aos insumos para atender à nossa cadeia produtiva e tenhamos de buscar, eventualmente, milho do Mato Grosso. E, Senador Marcelo Castro, por incrível que pareça, o custo do transporte do Mato Grosso para Santa Catarina é maior, mais expressivo do que o próprio insumo, o que se significa dizer que a infraestrutura no Brasil está anos-luz em atraso em suas condições elementares para distribuir a nossa riqueza para o Brasil inteiro.

Mas eu queria mesmo era enaltecer o pronunciamento, a manifestação de V. Exa., que traz uma luz a um problema que se agravou nos últimos tempos. Eu já fui Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o que me deu muito orgulho. Entretanto, me parece que, a cada ano que passa, nós avançamos mais com atitudes personalistas específicas, dificultando o coletivo e nos levando a reduzir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminuir, arranhar a nossa imagem como Parlamento do Congresso Nacional. Acho extremamente relevante e importante o tema da democratização dessas questões de forma objetiva e transparente.

Eu até acho que deveríamos ter um critério relativamente proporcional de desenvolvimento, um plano estratégico de infraestrutura, que, me parece, não temos. Quer dizer, a cada dia que passa, a cada ano que passa, nós nos debruçamos sobre as nossas emendas na expectativa que temos de atender os nossos Estados, e nós estamos aqui trabalhando sem nenhuma esperança de que os resultados vão ser aqueles que nós almejamos, porque nós não temos nenhuma expectativa, como V. Exa. mencionou – ah, não foi o Senador Marcelo Castro que mencionou –, já que as nossas emendas todas foram rejeitadas. Quer dizer, é um negócio inaceitável do ponto de vista da relação política e da representatividade dos nossos Estados, e isso não pode permanecer como está.

Por isso, eu quero enaltecer e cumprimentar V. Exa. mais uma vez pelo seu pronunciamento e dizer que, certamente, nós estamos atrasados com a infraestrutura no mínimo em 20 anos. E a situação está se agravando, porque nós deveríamos aplicar pelo menos 5% do PIB em infraestrutura e estamos aplicando 2%, o que significa dizer que, em vez de nós estarmos recuperando nossa malha rodoviária e as nossas obras de infraestrutura como um todo, a logística como um todo, nós estamos ainda contribuindo para ampliar a defasagem que se apresenta no Brasil, o que é muito desolador e muito triste. Lamentavelmente é a triste realidade que nós temos a oferecer neste momento.

Não havendo mais quem queira discutir, vou submeter à votação então o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

O Senador Mecias está remotamente ligado pelo Zoom e pediu a palavra; então, vou oferecer a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigado, muito obrigado, Presidente Dário Berger; quero cumprimentar V. Exa., e cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras.

Eu não poderia deixar de participar do debate inicial, até porque chama a atenção de todo o País, em especial de todos os Senadores, essa história mal contada, por enquanto, eu não diria pelo Senado, mas pelo Relator do Orçamento. Eu creio que o Senador Marcio Bittar, Relator do Orçamento, deveria, no mínimo, reunir os Senadores e explicar o que, de fato, tem acontecido com essas emendas de RP 9, tão clamadas hoje pelo Brasil inteiro. Nós temos uma decisão do Supremo Tribunal Federal mandando suspender as emendas de RP 9, como se fosse uma coisa generalizada para todos os Senadores.

Eu não tive absolutamente nenhum real liberado de qualquer emenda de Relator, mas me foi prometido, sim – me foi prometido, sim. E eu conversei com Prefeitos, com Vereadores, com lideranças, mas essa distância entre a elaboração do projeto de RP 9, das emendas de Relator... Foi garantido para todos os Senadores, e isso é uma coisa que não deveria ficar às escondidas. Até hoje eu não sei, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade, o que cada Senador teria. Vai haver, mas ninguém sabe quanto, como e onde será colocado. E eu não posso me envergonhar de falar sobre isso, são recursos que eu quero para o meu Estado para fazer infraestrutura, fazer estradas, fazer saúde, fazer educação, construir pontes.

Nós tivemos em Roraima agora, Senador Esperidião Amin, o maior inverno, o maior período chuvoso de todos os tempos, dos últimos cem anos, em Roraima. Pontes destruídas: quase todos os dias há pontes destruídas em nosso Estado. O Governo do Estado não tem condições de construir essas pontes, nós precisamos de ajuda do Governo Federal.

Nós temos duas pandemias, Presidente Dário Berger, em Roraima: a covid-19 e também a pandemia da migração venezuelana. Nós temos mais de 100 mil venezuelanos nas ruas do nosso Estado. Nós temos cerca de 6 mil venezuelanos dormindo nas ruas no Município de Pacaraima, que tem 8 mil habitantes, fazendo necessidades fisiológicas em praça pública, porque não há condições de dar apoio.

E de onde nós temos esperanças de trazer recursos para isso? O Governo Federal nunca mandou um real para ajuda humanitária para os venezuelanos; quando manda, é para a Operação Acolhida, que fica restrita a almoço, janta, café da manhã e segurança para os venezuelanos dentro dos abrigos. Os que estão fora dos abrigos, é nas ruas que eles vão comer. E os que estão dentro dos abrigos, para ir para a escola, é na escola do Governo; hospital é o do Governo; posto de saúde é o da Prefeitura. E o Governo Federal não nos ajuda, não nos apoia.

Há decisão judicial do Supremo Tribunal Federal mandando o Governo Federal indenizar o Estado de Roraima. Infelizmente, ainda estamos implorando ao Ministério da Economia e implorando à Advocacia-Geral da União para que intercedam e façam a liberação desses recursos para o Estado de Roraima, cumprindo uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

E aí nós estamos olhando as emendas de RP 9, que seriam para todos os Senadores. Fica parecendo que todos os Senadores têm um montão de dinheiro para ser distribuído, mas isso não aparece. O Relator deveria, no mínimo, dar uma explicação individual para cada Senador da República. Eu estou, praticamente, cumprimentando a Ministra Rosa Weber pela decisão de suspender isso. Que se exija esclarecimento, que se coloquem às claras as emendas de RP 9!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito obrigado, Senador Mecias de Jesus, por sua manifestação.

Então, encerro a discussão e submeto o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Aprovadas as emendas, serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Antes de fazer o encerramento, esta Presidência comunica que foi encaminhado para a Comissão o seguinte documento.

– Aviso n° 1.689, do Tribunal de Contas da União, que trata do acompanhamento para identificar riscos e oportunidades de melhoria na condição da política pública do Novo Mercado de Gás, que visa a abertura do mercado de gás natural no Brasil.

Nos termos da Instrução Normativa n° 12, de 2019, os documentos disponíveis para consulta na página da Comissão aguardarão eventuais manifestações dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados.

Informo que foram arquivados todos os expedientes que foram mencionados e comunicados na reunião anterior.

Partimos para o encerramento, mas é necessário antes aprovar a ata.

Antes de encerrarmos os trabalhos, então, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a presença de todos e observo que, às 10h, era para nós termos começado a audiência pública com o Ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque.

Vou encerrar a reunião, dar um tempo de dez minutos para que a nossa assessoria, os nossos técnicos e a nossa tecnologia possam se readaptar e conectar para receber o Ministro, que já se encontra na Casa e que, já em seguida, eu convidarei para fazer parte da nossa Mesa.

Portanto, está encerrada a reunião.

Cumprimento os Srs. Senadores.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (11ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA. (2ª REUNIÃO), EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Eduardo Girão e José Aníbal. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Giordano, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Carlos Viana, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2021 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC), e REQ 25/2021 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC). **Finalidade:** Entender a profundidade dos problemas envolvendo a crise hídrica e quais soluções o Governo Federal vem adotando para se precaver de possíveis racionamentos de energia, além de debater os aumentos tarifários que atingem todos os brasileiros e saber do planejamento que a pasta está adotando para o próximo ano. Também ceder espaço ao Ministro de Minas e Energia e sua equipe para que possam prestar esclarecimentos acerca das obras e programas prioritários que estão sendo encampados pelo Governo Federal no âmbito do Ministério. **Participante:** Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Usaram da palavra os Senadores Esperidião Amin, José Aníbal, Carlos Fávaro e Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, Sr. Ministro de Minas e Energia, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Serviço de Infraestrutura conjunta com a 2ª Reunião da Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise energética hidrelétrica, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800-0612211.

A presente audiência pública destina-se à realização de audiência pública interativa com o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, em atendimento aos Requerimentos nºs 4 e 25, de 2021, da Comissão de Serviço de Infraestrutura, e ao Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética, Comissão esta que é presidida pelo Senador Jean Paul Prates e tem o Senador José Aníbal como Relator.

Além do Ministro Bento Albuquerque, a quem quero saudar... E já comunico que S. Exa. se encontra sentado aqui ao meu lado direito. Quero agradecer a presença de V. Exa., cumprimentá-lo e agradecer-lhe a pronta e imediata marcação da nossa audiência, o que foi um ato de consideração e de respeito a esta Comissão no Senado. Preliminarmente, já agradeço a V. Exa. por essa iniciativa.

Além do Ministro de Minas e Energia, honram-nos com suas presenças aqui o Sr. Paulo Cesar Magalhaes Domingues, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético; o Sr. Christiano Vieira da Silva, Secretário de Energia Elétrica; o Sr. Domingos Romeu Andreatta, Secretário Adjunto de Energia Elétrica; o Sr. Rafael Bastos da Silva, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; o Sr. Pedro Paulo Dias Mesquita, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; e também o Sr. Pedro Hugo Teixeira de Oliveira Júnior, Chefe da Assessoria Parlamentar de S. Exa., o Ministro de Minas e Energia.

Em razão das limitações de ordem sanitária impostas pela pandemia, a presente audiência pública interativa será realizada em formato semipresencial, com a possibilidade de participação por meio do aplicativo Zoom. Então, os Senadores que desejam participar podem fazê-lo de forma remota, o que nós teremos imenso prazer de aceitar através do Zoom.

Eu não vou estabelecer tempo, porque uma indelicadeza tanto para o Ministro quanto para os próprios Parlamentares. Em todas as Comissões que presido eu procuro não estabelecer tempo, porque, muitas vezes, um minuto a mais ou um minuto a menos são importantes para ampliar o debate e as discussões. De maneira que, antes de passar a palavra a V. Exa., Ministro Bento Albuquerque, eu queria aqui fazer um registro que julgo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. me concede, logo depois, pela ordem, uma pequena intervenção, depois da sua fala?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

Quero fazer apenas uma manifestação que julgo pertinente e necessária, na condição de Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo que não é de hoje que o Brasil enfrenta crises hídricas e consequentes crises energéticas. Há muito tempo ouvimos falar que o Brasil precisa diversificar sua matriz energética, de modo a baratear o custo da energia à população e também para o setor produtivo brasileiro. E, para isso, é preciso que haja investimento maciço em infraestrutura. Segundo o estudo de competitividade do Brasil, publicado em 2020, dentre os 18 países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil ficou na última posição no quesito infraestrutura energética.

Estamos atrás de países como Colômbia, Peru, Argentina e Chile. O País tem o maior custo de energia elétrica para os clientes industriais e a segunda pior qualidade de fornecimento de energia elétrica.

Nos últimos 12 meses, a energia elétrica subiu quase 29%, sendo o segundo item que mais pesa no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo o estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o aumento de preço da energia elétrica resultará em uma queda que ultrapassa os R$8 bilhões do PIB deste ano em comparação com o que ocorreria se não tivéssemos a crise energética.

As previsões não são boas em relação ao emprego também. Estima-se que a crise energética tenha impactado a perda de quase 170 mil vagas de emprego em 2021, e o número pode chegar a 290 mil até o final de 2022.

O estudo ainda segue com os dados alarmantes. Em 2022, a previsão é de que as perdas do PIB ultrapassem a R$14 bilhões. O consumo das famílias se reduzirá em R$7 bilhões. As exportações terão perdas equivalentes a R$3 bilhões. O PIB industrial, que inclui indústrias extrativas, de transformação, serviços industriais e de utilidade pública e também a construção civil, deve se reduzir R$2,2 bilhões.

Desse modo e nesse cenário, é preciso que o Governo Federal aja o mais rapidamente possível e aponte caminhos para a superação desta crise, que já vem de anos. É preciso pacificar o País para que os investidores privados possam e passem a investir e se sentir confiantes e voltem a considerar o Brasil como um País para os seus respectivos investimentos.

Sabemos que, para a retomada econômica, os investimentos em infraestrutura, especialmente no setor energético, são importantes e fundamentais. E é nesse intuito de hoje a nossa reunião: saber exatamente, discutir especificamente como está o planejamento do Ministério de Minas e Energia, como está o atual cenário de fornecimento de energia e quais são os planos e os projetos, os programas e as ações do ministério para o final de 2021 e para o ano de 2022.

Feita essa introdução, eu ofereço a palavra então ao Senador Esperidião Amin, que a solicitou. Em seguida, eu ofereço a palavra ao Senador José Aníbal, que é autor também, conjuntamente, de um requerimento que nós apresentamos, e os autores do requerimento têm a preferência na fala. Em seguida, ofereço a palavra para V. Exa., para depois oferecer a palavra, se o Senador Carlos Fávaro quiser se manifestar antes, eu ofereço a palavra para V. Exa. também. Caso contrário, ofereço a palavra ao Ministro, para que ele faça a sua exposição, e depois nós possamos discutir e debater aqui os problemas e as soluções para o setor elétrico do Brasil e também de Santa Catarina, que é importante para nós, como representantes daquele Estado, cuja economia é forte e diversificada e depende muito da energia para ampliar a sua área de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu serei muito conciso, quero fazer três rápidos comentários.

O primeiro, como eu vou ter que sair para participar da reunião do fórum da bancada catarinense... Até, se V. Exa. sair em bom estado daqui, sem nenhuma avaria na embarcação, será muito bem acolhido ali, no Plenário 9, onde a Bancada de Santa Catarina, no começo, desfalcada, pela ausência do Senador Dário Berger, estará reunida, tratando das questões do orçamento da União. Mas a mesma bancada e a Assembleia Legislativa também cobraram do Ministério, no ano passado e durante o primeiro semestre deste ano, com muita persistência, a busca de uma solução para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. E eu próprio a considerava uma tarefa muito difícil de ser resolvida.

Solicitamos que V. Exa. apresentasse relatórios mensais, e acho que foi uma boa experiência, porque, mensalmente, a gente recebia informações do grupo de trabalho – no Brasil, é costume dizer que grupo de trabalho não funciona; funcionou –, e o negócio, pelo que se sabe, resultou numa transação com boa parte dela liquidada e paga – boa parte.

Então, a gente tem voz para reclamar, para duvidar e deveria ter voz também para registrar quando uma questão difícil como essa chega a um termo, que não resolveu todos os nossos problemas, mas encaminhou um problema de difícil solução, em que o Governo não poderia ser o agente "fazejador", como diria Odorico Paraguaçu. Então, quero deixar isso consignado.

Segundo, eu e, certamente, outros aqui presentes fomos testemunhas dos problemas do apagão de 2001. Eu era Governador do Estado na época. O Dário Berger era Prefeito. Nós convivemos com aquele drama e estávamos nos preparando para um drama similar neste ano. A verdade é que o Brasil teve, nesses 20 anos, uma evolução satisfatória, no mínimo, razoável, ainda que não seja um paradigma absolutamente atual, mas teve uma solução, um conjunto, um arcabouço de medidas e dispositivos, que, salvo melhor juízo, causaram muito mais temor do que dano econômico ao País, que foi o resultado da estiagem, comprometendo, principalmente, a região mais rica e produtora do País, que é o Sudeste.

Eu acho que os dispositivos funcionaram, não de maneira a elidir todo o problema, mas a reduzir substancialmente tanto o temor quanto os danos, e é sobre isso que nós queremos ouvir o que é preciso fazer para aperfeiçoar isso. Afinal, é esse o escopo do requerimento do Senador José Aníbal, que todos nós aplaudimos. Então, é nesse sentido.

O terceiro ponto é um ponto muito localizado e diz respeito àquela discrepância de tarifa energética em partes de Municípios catarinenses, em função do não subsídio a pequenas empresas, que, na verdade, são antieconômicas, infelizmente. Tudo isso resulta de uma prorrogação absoluta de contratos de todo tipo havida em 2013.

Mas acho que o Ministério também está sendo solidário, e eu queria fazer esses três registros positivos, discrepando da minha tradição de sempre reclamar.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar.) – ... Senador Dário Berger, ao Ministro, que está aqui conosco hoje, Bento Albuquerque, e ao Senador Esperidião Amin, que, com muita pertinência, falou antes de mim.

Ministro, nós temos, hoje, uma Comissão Especial para analisar a crise hidroenergética e nós gostaríamos muito de ter a sua presença lá. Há um sentimento comum de que houve falhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no planejamento energético brasileiro que nos colocaram diante de uma situação de emergência que tem um impacto muito expressivo na atividade econômica e também na vida das pessoas.

No orçamento doméstico, a conta de luz pesa, e as notícias sobre inadimplência são grandes. E eu sei que as próprias distribuidoras, quando cortam, não cortam com satisfação; cortam porque não podem admitir que realmente seja feito o fornecimento sem que haja retorno. Mas é uma coisa que é pungente em certas áreas: o brasileiro não tem energia em casa para o básico. E isso porque o custo da energia no Brasil é muito elevado, apesar de a matriz energética que nós temos ser uma das mais limpas do mundo.

Mas eu tenho aqui, inclusive, um caso em que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, criado no Governo Dilma, em 3 de junho, mencionava a elevada segurança energética que o Brasil apresenta com reduzido despacho de geração termoelétrica por ordem de mérito de custo, até porque o despacho termoelétrico é mais caro sempre no nosso caso. E, no dia 16 de outubro, quatro meses depois, eles informaram a deliberação pelo despacho de geração termoelétrica, fora da ordem de mérito, e importação de energia elétrica, sem substituição, a partir da Argentina e Uruguai, entre outras medidas emergenciais. Isso foi em 2020; não é agora.

Mas, agora, há uma inquietação sobre como anda a nossa capacidade de planejamento energético. Eu próprio, como Relator dessa Comissão, gostaria muito de logo ter o pessoal da EPE, que é uma empresa de reconhecida competência. Vocês viram ou não viram isso? Vocês tinham ou não tinham isso no radar?

Evidentemente que tinham. Então, como é que explicam esse alerta todo? Isso não é nem um alerta, isso é uma ação sistemática da EPE. Quem não ouviu? Quem desenhou? Quem não considerou relevante aquilo que estava sendo mostrado? Porque o nosso propósito é ver se a gente consegue uma boa reflexão para dar mais segurança ao setor energético. Estão sempre criando novos órgãos, novos... Esse Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico foi criado no Governo Dilma, que provocou, talvez, um dos maiores desastres do setor elétrico brasileiro, não é?

Eu insisti muito quando ela fez, conversei com ela: "Com isso aí você vai estar dando com uma mão pequena e vai tirar com uma mão grande, modicidade tarifária é bonito de falar; difícil de fazer, e o caminho que você está adotando não vai chegar". E, felizmente, nós conseguimos organizar – eu era o Secretário de Energia de São Paulo – uma frente de São Paulo, Minas e Paraná, e inviabilizou-se totalmente o projeto dela.

Agora, eu paguei R$10 bilhões, Ministro: R$6,2 bilhões de dívidas da Cesp liquidadas; R$3,8 bilhões de dividendos. Vendemos energia a quase R$1 mil o megawatt – R$980 –, e eu ficava imaginando: quem vai pagar isso é o povo brasileiro. Um erro grave de governo, e o povo brasileiro pagou por isso, tanto que apareceram todos esses recursos, para, nós vendedores de energia, que, no nosso caso, permitiu quitar a dívida da Cesp, que era uma grande empresa de geração de energia, e, ao mesmo tempo, distribuir dividendos, com a conta luz lá em cima.

Todos pagamos, na conta ou nos produtos, enfim, a conta chegou. Então, de novo, temos...Temos o apagão de 2001. O que não está funcionando bem no setor elétrico brasileiro, onde o Brasil é reconhecido por uma notória competência do ponto de vista de engenharia, de interligação, sistema interligado? Enfim, as alternativas todas, as energias alternativas estão se desenvolvendo... O que dificulta o Brasil ter um planejamento que seja mais antecipatório? Até porque nos preocupa: tem gente já dizendo que no ano que vem pode haver uma crise hídrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pior do que a deste ano. Se isso se realizar – Deus queira que não – é algo para o que a gente tem que se preparar desde já.

Então, são essas questões que nos ocupam na Comissão e, por isso, embora eu saiba que isso quebra um pouco a rotina do Ministro, nós gostaríamos de ouvi-lo quando for... A Comissão vai definir o seu plano de trabalho agora. Definido o plano de trabalho, a gente faz uma consulta com o Ministro, com o Ministério para ver o melhor momento de ele vir. E que hoje a Comissão de Infraestrutura tenha toda a condição de conversar mais com o Ministro, ver se o Senador está interessado – há outros Senadores aqui – e deixo... Nem vou franquear a palavra, é muito mais deles do que minha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou oferecer a palavra agora, Excelência, ao Ministro, para fazer a sua exposição.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de, inicialmente, mencionar o que nós conversamos um pouco antes de começar esta audiência pública: eu considero a Comissão de Infraestrutura uma Comissão que é a extensão, no Legislativo, do Ministério de Minas e Energia.

Eu tive a oportunidade, em 2019, de estar aqui, ainda no primeiro semestre de 2019, para poder justamente apresentar o planejamento do nosso ministério, as políticas públicas que seriam desenvolvidas, e, infelizmente no ano passado, nós não pudemos estar aqui presentes. Mas eu fico feliz de, em 2021, estar aqui no dia de hoje para realizar esse balanço, falar um pouquinho sobre o setor de energia e de mineração do nosso País não só no contexto internacional, mas também no contexto nacional.

Eu agradeço as manifestações do Senador Esperidião Amin e eu vou mencionar aqui também, durante a minha explanação, quão importante foi essa relação do Ministério de Minas e Energia com o Congresso Nacional e, particularmente, com as Comissões de Infraestrutura e de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, no decorrer desses quase três anos.

E também, Senador José Aníbal, eu gostaria de dizer ao senhor que a criação da Comissão Especial da Crise Hidroenergética, se não me falha a memória aqui do nome dela, é muito bem-vinda. Nós entendemos que isso pode contribuir em muito, agregar muito valor à nossa governança desse sistema interligado nacional – o senhor fez aí algumas menções – que é de um País continental. Eu não conheço outro país do mundo que tenha algo semelhante ao nosso. Nós costumamos dizer que cada país tem as suas próprias características, as suas vantagens competitivas, e o Brasil tem muitas vantagens competitivas – nós vamos ver isso também. E eu acho que isto só soma: a Comissão, a criação. O Ministério de Minas e Energia está de portas abertas, e eu terei o máximo prazer de comparecer à Comissão.

E hoje aqui, até por conta da sua manifestação e de o senhor ser o Relator da Comissão, nós preparamos algumas informações que eu acho que poderão esclarecer alguns pontos e também contribuir até para a condução dos trabalhos da Comissão.

Então, dito isso, eu vou tentar ser o mais breve possível, mas eu confesso que o setor de minas e energia, que é a base da infraestrutura brasileira, é de uma dimensão de que às vezes nós não nos damos conta.

Então, eu vou iniciar a nossa apresentação.

Peço a gentileza de colocar na tela, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu tenho que apontar para cá... (*Pausa.*)
Não está dando certo. Você passa para mim? (*Pausa.*)
Deixe-me ver... Deixe-me fazer mais uma tentativa. (*Pausa.*)
Também não deu certo.
Então, eu peço a gentileza de passar o eslaide, por favor.
Bom, é o contexto.
Vamos começar pelo contexto internacional. Como nós estamos inseridos no mundo, o setor de minas e energia?
Hoje, em 2021, nós somos o sétimo maior produtor de petróleo do mundo, sendo superado apenas pelos Estados Unidos, Rússia, Arábia Saudita, China, Iraque e Canadá. Somos também – passamos a ser – exportadores de líquidos de petróleo em 2019, em setembro de 2019, e hoje já somos o sétimo maior exportador de petróleo do mundo.
Somos o segundo maior produtor e mercado consumidor de biocombustíveis do mundo, sendo superados apenas pelos Estados Unidos. E somos o quarto maior mercado de combustíveis automotivos do mundo. Até o ano passado, nós éramos o terceiro, fomos ultrapassados pela Índia. Então, Estados Unidos, China, Índia estão na nossa frente, como mercado consumidor de combustíveis automotivos.
Temos o Sistema Interligado Nacional, que tem a sétima maior capacidade instalada do mundo. E somos o segundo maior em geração hidrelétrica do mundo, sendo superados apenas pela China. Daí a importância de uma crise hídrica como essa, como nos afeta no nosso sistema.
Somos o segundo maior produtor de minério de ferro do mundo, ultrapassado apenas pela Austrália e o nono maior produtor mineral do mundo. E temos um potencial muito grande. Temos mais de 80 tipos de minerais no nosso Território. Então isso mostra o potencial do nosso País.
Adiante por favor.
E vamos ver como nós fomos nos últimos três anos. O senhor falou em investimento, o senhor falou em questões que são importantes para um país em desenvolvimento como o Brasil e também da dimensão do nosso País, como vimos anteriormente.
Presidente, nós temos de investimento contratado, na carteira do PPI, nesses três anos, 460 bilhões, só no setor de minas e energia, que corresponde a 76% do setor de infraestrutura do País – isso de investimentos contratados, que são dados de relevância. Se nós formos ver aqui, no setor elétrico de transmissão e de geração de energia, nós temos 40 bilhões de investimentos. Se formos ver, no setor de petróleo e gás, que é o maior aporte disso, são 420 bilhões. E vamos ver o porquê disso muito em breve.
E ali, no setor de mineração, eu não estou falando dos investimentos, não, que são da ordem de 160 bilhões, nesses três anos, e os 198 bilhões, que serão até 2025, mas também começamos a abrir, depois de 50 anos, ofertas diárias, tanto da CPRM, do serviço geológico do Brasil, quanto da Agência Nacional de Mineração.
Então esses são os dados.
Adiante, por favor.
No que diz respeito a investimento estrangeiro direto. Quando é que o investimento estrangeiro vem? Quando a gente tem governança, segurança jurídica e regulatória, transparência e previsibilidade; aí os investimentos vêm. Então, nós podemos ver que os investimentos diretos de 186 bilhões vieram de dez países, de todos os continentes, exceto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

África, e isso nos últimos três anos. E é ali, no setor de mineração, elétrico, de petróleo e gás, também de biocombustíveis. Tudo está sendo realizado. Esses são dados oficiais.

Adiante, por favor.

Bom, e o que nós temos pela frente, o balanço? O senhor falou muito em planejamento e vamos ver que planejamento é essencial.

Adiante, por favor.

Aqui, eu faço uma referência e uma reverência ao Congresso Nacional. Essas coisas aconteceram não só por meio das políticas públicas, mas principalmente pela interação que o Governo teve com o Congresso Nacional.

Nesses últimos quase três anos, nós aprovamos aqui no Congresso Nacional cinco medidas provisórias do setor elétrico – a última que foi aprovada aqui foi em 2016 –, nós aprovamos cinco medidas provisórias que proporcionaram isenção da conta de energia para consumidores de baixa renda, também alívio tarifário dentro dessa tarifa que foi citada aqui pelo Senador José Aníbal e também pelo senhor, no início. É uma das tarifas mais caras do mundo, e nós temos que trabalhar isso.

Também permitimos a manutenção e segurança do setor elétrico. Apesar da pandemia, nós não tivemos e fomos reconhecidos, inclusive, por agências internacionais de energia, como um dos primeiros países que tomaram providências para a estabilidade do setor, tendo em vista também a imprevisibilidade que nós tínhamos e ainda temos para o futuro.

Realizamos, nesses três anos, doze leilões de geração de energia e transmissão de energia, proporcionando investimentos, como eu já mencionei, de R$40 bilhões, geração de mais de 50 mil empregos, o que mostra a atratividade do nosso setor, com deságio de 31% na geração e de quase 60% nos leilões de transmissão. E vamos realizar agora, no final do ano, o leilão de capacidade, de reserva de capacidade, que será fundamental, Senador José Aníbal, para que nós não enfrentemos futuras crises hídricas ou escassez hídrica que nós possamos ter, e também com geração de empregos, e por aí vai.

E ali, por fim, está a modernização do setor elétrico, que nasceu aqui, nesta Comissão, no ano de 2019, foi aprovada, por unanimidade, e agora está em tramitação final na Câmara dos Deputados e que vai permitir, sim, que as nossas tarifas, a modicidade tarifária seja o alvo principal desse projeto de lei.

Adiante, por favor.

Bom, eu falei do setor elétrico; agora, do setor de biocombustíveis.

Ali estão os programas principais que vêm do Conselho Nacional de Política Energética. Eu gostaria de destacar dois ali, o Reat (Reativação da Produção de Petróleo e Gás em Áreas Terrestres) e o Promar, que é um programa que visa à revitalização de poços maduros em áreas marítimas, *offshore*. Esses dois programas são fruto de desinvestimento da Petrobras.

E o que ocorreu com esses dois programas? Nós temos diversos campos no Nordeste, em área terrestre, e na Bacia de Campos, em área marítima, que mais do que dobraram a sua produção, e novas empresas entraram de pequeno e médio porte. Isso é muito positivo! E nós vemos que a arrecadação, no período de 2016 a 2018, em termos de *royalties* e de participações especiais, a nossa arrecadação foi de R$71 bilhões; nesses últimos três anos, foi de R$208 bilhões, ou seja, mais que triplicou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós formos ver agora os leilões, realizamos o leilão da cessão onerosa, que estava para ser realizado desde 2014, e só foi possível porque o Congresso Nacional aprovou uma PEC e um projeto de lei complementar, e aí realizamos o maior leilão de petróleo e gás do mundo, que foram os campos de Búzios e Itapu, em que houve a maior arrecadação de bônus do País: R$70 bilhões. Até 2019, nós arrecadamos, com todos os leilões de petróleo e gás no Brasil, R$60 bilhões; apenas em novembro de 2019, no dia 6 de novembro de 2019, foram R$70 bilhões. Com os outros leilões, foram R$84 bilhões arrecadados em bônus de assinatura. Também realizamos a maior transferência voluntária desses bônus, cerca de R$12 bilhões, para Estados e Municípios, ao longo de 2019 e 2020.

E o que nós temos pela frente, em 2021, agora, no dia 17 de dezembro? Vamos realizar o segundo maior leilão de petróleo e gás do mundo, que são os campos da cessão onerosa de Sépia e Atapu, que vai permitir investimentos da ordem de R$200 bilhões, vai aumentar as nossas reservas conhecidas em 12% e vai aumentar a nossa produção de petróleo e gás em 20%. Se hoje nós já somos o sétimo maior produtor de petróleo do mundo, em 2030, nós seremos o quinto maior produtor de petróleo e gás do mundo. E está aqui um leilão que vai ocorrer no dia 17 de dezembro, e vai haver uma transferência também para Estados e Municípios de R$7,7 bilhões.

Adiante, por favor.

No setor de mineração, também foram bastante exitosos os resultados. Nós podemos ver que a arrecadação da Cefem, que é o *royalty* da mineração, cresceu 133%: em 2019, foram R$4,5 bilhões; em 2021, R$10,5 bilhões. Se nós formos ver a produção – lógico, se a arrecadação aumentou, a produção tem que ter aumentado –, ela cresceu 15%, nesses três anos, e aumentou também o faturamento em 95%. Isso, evidentemente, está realizado.

Já falei dos leilões da CPRM e da ANP.

A mineração brasileira, particularmente o minério de ferro, passou a ser a primeira na balança comercial brasileira, nas exportações brasileiras. O primeiro é o minério de ferro, o segundo é a soja e o terceiro é o petróleo – os três principais itens das nossas exportações.

Adiante, por favor.

E o que nós temos pela frente, fruto do nosso planejamento, no nosso plano decenal de expansão da energia? O que vem pela frente? Investimentos de R$2,1 trilhões em exploração e produção de petróleo e gás; R$95 bilhões em gás natural; derivados de petróleo, R$22 bilhões; biocombustível, R$68 bilhões; num total de R$2,31 trilhões. E, somado tudo o que há ali no setor elétrico, são mais R$400 bilhões. E, para se ter ideia dos investimentos na mineração, que tem outra governança, no período até 2025, nós temos programado, como eu já tinha adiantado, R$198 bilhões.

Adiante, por favor.

Agora, vamos falar do preço dos combustíveis, que é um assunto que está na ordem do dia que eu não poderia deixar de mencionar na reunião aqui hoje. Vamos lá ao que ocorreu e que foi mencionado aqui, particularmente em 2021, como aumentou. Então, por que houve aumento nesses valores? Principalmente pela alta do petróleo, que, só em 2021, foi de 60%, e com tendência agora, com a chegada do inverno no hemisfério norte, de o preço do petróleo subir um pouco mais. Aí os senhores vão me perguntar ou poderiam me perguntar: "Mas, Ministro, o Brasil aumentou a produção dele". Mas a produção no mundo caiu. Os investimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em petróleo e gás no mundo, nos últimos três anos, caíram 40%. E agora nós temos uma crise de oferta e demanda. A demanda é maior do que a oferta. Daí o aumento. Então, se nós formos ver ali, o preço saiu de US$66, em janeiro de 2020... O preço do barril de petróleo, em abril do ano passado, chegou a US$17, em abril de 2020, com a produção caindo, a produção caindo. Aí veio o aumento da demanda. Aí o valor dele subiu e hoje está na ordem ali dos US$84. E, se nós formos ver a desvalorização cambial, o nosso câmbio saiu, em janeiro de 2020, de R$4 e hoje está na ordem de R$5,55. Então, isso tudo leva a esse aumento no preço dos combustíveis.

Além disso – volte, por gentileza –, na questão tributária, que é uma coisa que está sendo discutida aqui no Congresso Nacional, o ICMS é *ad valorem*, ou seja, ele é calculado sobre o preço total do combustível. Da forma que o preço do combustível na refinaria vai subindo, ele vai crescendo numa proporção maior do que o preço na própria refinaria.

E o Brasil ainda é importador de derivados de petróleo. Nós importamos hoje cerca de 27% a 30% do nosso GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), importamos cerca de 25% do nosso óleo diesel e importamos de 6% a 8% de gasolina que consumimos aqui no Brasil, só lembrando que nós somos o quarto maior consumidor de combustíveis automotivos do mundo.

Adiante, por favor.

Aqui, para a gente ter noção desses números, o valor de mercado, em bilhões de reais, é de R$607 bilhões, que correspondem, por exemplo, a 50% da receita líquida da União em 2020. Isso é o comércio de combustíveis no Brasil, daí a importância deles para a União, para os Estados e até mesmo para os Municípios. É para a gente ter noção da grandeza desse mercado.

Ali eu botei apenas estes gráficos, sempre para mostrar quais são as alíquotas: há o produtor, o importador, quanto é que custa ali na parte azul; depois, nós temos o biocombustível no Brasil, que é um programa que se iniciou 50 anos atrás e que tem crescido, e isso tem sido muito bom, porque nós temos uma matriz de transporte que talvez seja considerada, em termos de tamanho de país, a mais limpa do mundo, por conta dos biocombustíveis, que têm uma importância grande; e ali há os impostos que são tributos estaduais e as margens de distribuição.

Adiante, por favor.

Nós vamos agora falar... Mas como é que é esse preço? Fala-se muito do preço de paridade internacional, porque é que ele é praticado, porque é que a empresa...

Primeiro, não existe só uma empresa de petróleo e gás no Brasil; a maior delas é a Petrobras, mas há outras empresas, como nós vimos, que estão entrando no mercado. A Petrobras já se desfez de duas refinarias e está em processo com mais quatro, talvez, no final deste ano, no início do próximo ano. E outros agentes estão entrando.

Se a gente for à Lei do Petróleo, ao art. 61, que é a lei de 1997, a gente vê que a Petrobras é uma sociedade de economia mista. E isso é muito importante. A maior parte dos acionistas não é a União, 63% dos acionistas são privados – fundos de pensão do exterior, do Brasil... Então, a Petrobras é uma sociedade de economia mista que é vinculada ao Ministério de Minas e Energia e que, como está ali, é responsável pela pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte... E lá no §1º deste artigo: "As atividades econômicas referidas neste artigo serão desenvolvidas pela Petrobras em caráter de livre competição com outras empresas, em função das condições de mercado". É por isso que eu mencionei aos senhores, antes, as condições do mercado e, agora, estou citando o caso particular da Petrobras.

Adiante, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós vamos à Lei das S.As., que é de 1976, para mostrar que não pode haver interferência. E não há e nunca houve interferência na Petrobras ou no mercado de combustíveis, onde quer que seja.

Está ali, no seu artigo, §1º, na alínea "c": "promover alteração estatutária, emissão de valores mobiliários...", inclusive "que não tenham por fim o interesse da companhia e visem a causar prejuízo a acionistas minoritários...". Foi a esses que eu me referi, Presidente, que são os acionistas minoritários da própria Petrobras, aos que trabalham na empresa e aos investidores, aos investidores.

Adiante, por favor.

E agora a gente vem à lei das estatais, que é mais recente, de 2016.

> Art. 90. As ações e deliberações do órgão ou ente de controle [no caso, o Ministério de Minas e Energia, poderia ser o Conselho Nacional de Política Energética] não podem implicar interferência na gestão das empresas públicas [no caso, a Petrobras é uma empresa pública de economia mista] [...] a ele submetidas nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.

Adiante, por favor.

O Estatuto da Petrobras diz:

> Art.3 º... §6º - Quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidades...
> I - que respeitem as condições de mercado definidas.... [e]
> II - ... a União compensará, a cada exercício social, a companhia pela diferença entre as condições de mercado definidas e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida...

Adiante.

Bom, e o que fazer com tudo isso, com essa situação, com essa conjuntura? Temos temas em tramitação aqui no Congresso Nacional: a questão da monofasia para o ICMS; alíquotas *ad rem*, o que está no momento aqui no Senado Federal; a alteração da metodologia do preço médio ponderado a consumidor final, que é realizado hoje de 15 em 15 dias. Esse é outro ponto importante que tem que ser considerado, porque ele vai contribuir mais ainda para o aumento do preço final para o consumidor. No Executivo, também alguns tributos já foram reduzidos, outros estão em análise porque tem que haver compensação; o colchão tributário, que é uma medida que pode permitir que, ao longo do tempo, essas variações dos preços do petróleo e também dos combustíveis possam ser compensadas de alguma forma; e uma reserva estabilizadora de preços, que seria uma reserva de capital para ser aplicada quando houvesse uma volatilidade muito grande.

Adiante, por favor.

Senador José Aníbal, chegou agora a nossa parte em que vamos falar da situação hidroenergética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Situação hidroenergética.

O que que nos levou, no ano de 2021, a ter que enfrentar esse grande desafio? É que nós tivemos a pior afluência histórica, de setembro de 2020 a setembro de 2021, dos últimos 91 anos. Essa foi a pior afluência que nós tivemos. Isso em todos os nossos subsistemas. Nós podemos dizer que temos o sistema Centro-Oeste/Sudeste, que é responsável por 70%; nós temos o da Região Nordeste, que é responsável aproximadamente por 17%; temos o da Região Sul, que é responsável por 8%, e da Região Norte, que é responsável por aproximadamente 5%. Então, nós tivemos a pior afluência em todos os subsistemas do País.

E começamos a adotar medidas de segurança, para garantir o fornecimento de energia elétrica tanto para o ano de 2021 quanto também – evidentemente vai impactar no ano de 2022 – para outubro de 2020. Nós vamos ver depois ali, numa linha do tempo, as medidas, as principais medidas que começamos a adotar desde então. Então, em setembro de 2020, quando nós observamos que nós tivemos a pior afluência dos últimos 91 anos, isso chamou a atenção e nos levou a começar a adotar medidas, por meio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

Adiante, por favor.

Bom, como é que é a governança? O nosso Senador José Aníbal já mencionou algumas, mas, apenas para contextualizar, nós temos Conselho Nacional de Política Energética, que é composto por dez ministérios e é presidido pelo Ministério de Minas e Energia, que é o assessoramento direto ao Presidente da República e também é responsável por formulação de políticas e diretrizes de energia; temos o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, já mencionado aqui pelo Senador José Aníbal, que compreende o Operador Nacional do Sistema, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética, também já mencionada aqui, e a Agência Nacional de Energia Elétrica; e, quando necessário, a Agência Nacional de Petróleo, a Agência Nacional de Águas, o Ibama e outros órgãos que possam contribuir para a governança do setor elétrico. Então, esses são os membros principais.

E criamos, em caráter emergencial, a Câmara de Regras Excepcionais de Gestão Hidroenergética, que iniciou os seus trabalhos no dia 1º de junho, se eu não me engano, deste ano.

Adiante, por favor.

Agora é importante, não é? Falou-se aqui em 2001, em 2014 também tivemos um ano bastante rigoroso em termos de escassez hídrica, e agora, 2021. Então aqui nós estamos falando de capacidade instalada, de geração de energia no nosso País. Em 2001, nós tínhamos 81GW. Hoje nós temos 186GW.

Também foi mencionada aqui a importância da complementariedade das fontes de geração energética. Se nós formos ver, em 2001, nós tínhamos apenas quatro fontes de geração de energia. Hoje temos nove – muito mais diversificada. A matriz hidráulica, que correspondia a 85% da nossa matriz em 2001, hoje representa 61%. E em 2030 representará, fruto do planejamento, 49%, ou seja, a nossa matriz está se tornando cada vez mais diversificada e cada vez mais complementar.

É bom que se diga também que, desde 2001, não é construída nenhuma hidrelétrica com reservatório. Tudo é a fio d'água. Belo Monte, por exemplo, que é a maior hidrelétrica brasileira, só produz energia de janeiro a maio.

Adiante, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as linhas de transmissão também são fundamentais. Como eu disse, nós temos essa peculiaridade de ser um sistema interligado. Não sei se o senhor se recorda, acho que foi em fevereiro deste ano ou do ano passado, de que o Texas teve um apagão e ficou alguns dias com apagão, porque lá o sistema não é interligado com os outros Estados. E, se nós hoje passamos ou estamos passando por essa escassez hídrica sem ter racionamento e sem ter apagão, é também por conta de que o nosso sistema cresceu muito de 2001 a 2021.

Em 2001, nós tivemos que adotar o racionamento, entre outras razões, porque nós não tínhamos como transferir, por exemplo, a energia do sul do País para o centro de carga, que era o Sudeste. Nós não tínhamos linhas de transmissão suficientes. Neste ano, o Nordeste foi importantíssimo para que se transferisse energia para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Isso foi fundamental também para o enfrentamento dessa situação hidroenergética.

Então, esses números aí também são bastante significativos.

Adiante, por favor.

E qual é o nosso planejamento? O senhor já mencionou, o planejamento é fundamental, e nós temos, em termos de planejamento energético, dois planos. Um é o Plano Decenal de Expansão de Energia, que nós atualizamos ano a ano. A última atualização dele, antes de 2019, tinha sido em 2017. Nós já fizemos três atualizações do plano, em que o maior instrumento é a EPE – o senhor tem razão nisso. Nós o atualizamos a cada ano. Vamos apresentar agora, em fevereiro, o próximo. E temos também o nosso Plano Nacional de Energia, que não era atualizado, se eu não me engano, há 16 anos. Um País como o nosso não pode viver sem um plano de longo prazo, de 30 anos e que seja atualizado, até fruto do desenvolvimento tecnológico que ocorre, com o surgimento de novas fontes. Então, esse plano, depois de 16, 17 anos, foi atualizado, em 2019 e, agora, será atualizado a cada cinco anos ou quando se fizer necessário.

Então, é essa a expansão que a vemos, e, aqui, como eu falei para os senhores, em 2030, teremos apenas 49% de geração hidráulica.

Adiante, por favor.

Agora, Senador José Aníbal, o senhor me desculpa eu me dirigir ao senhor, mas é apenas para mostrar, naquela linha do tempo que eu havia mencionado, que foi a gestão da situação de escassez hidroenergética, e, se eu não me engano, o senhor até mencionou algumas medidas que foram adotadas, em junho, eu anotei aqui, em junho de 2020 e, depois, em outubro de 2020. Em junho, nós não utilizamos, fruto da reunião do CMSE, o nosso parque termelétrico, porque houve uma queda na demanda de energia muito grande, porque foi o ano da pandemia, ano passado, 2020, em junho. Então, a energia caiu, os nossos reservatórios estavam cheios. E nós não poderíamos prever o futuro, que, em setembro, teríamos a pior afluência dos últimos 91 anos. Aí, como eu falei, em outubro, como o Senador também mencionou muito corretamente, nós começamos o despacho da geração termoelétrica adicional, fora da ordem de mérito, e também a importação de energia do Uruguai e da Argentina. Em dezembro de 2020, iniciamos uma campanha de uso consciente de água e energia. Em maio de 2021, criamos uma sala de situação. Tudo isso é extragovernança, tudo isso é extra-Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, tudo isso foi feito.

E aqui eu quero dizer que, nesse período, de abril a maio de 2021, eu estive com o Presidente do Senado Federal, com o Presidente da Câmara Federal, eu estive com o Presidente do STF, eu estive com o Procurador-Geral da República, eu estive com os Presidentes de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os tribunais, apresentando a situação, como também conversei com diversos atores que conduziram o processo em 2001. Tive oportunidade de conversar com o Ministro Pedro Parente, tive oportunidade de conversar com o Diretor-Geral da Aneel e com outras consultorias que trabalharam e atuaram em 2001, que estão presentes hoje em dia e que deram grande contribuição à nossa gestão.

Então, dentro desse processo, também em maio de 2021, já começamos a antecipar a entrada de geração e transmissão de energia, trabalhando de forma coordenada com todos os agentes setoriais, porque isso não depende de um órgão só. A própria Creg foi criada, mas não houve limitação de competência de nenhum órgão, seja ele do meio ambiente, seja ele do setor elétrico.

Promovemos também ações mais técnicas para a flexibilização de restrições hidráulicas, flexibilização de intercâmbio de energia elétrica; desenvolvemos o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para consumidores regulados, o Programa de Resposta Voluntária da Demanda; redução do consumo de energia elétrica entre 10% e 20% dos órgãos públicos; realizamos um leilão também de contratação simplificada, já visando o período de 2022 a 2025. Ou seja, uma série de medidas foram adotadas ao longo do último ano para o enfrentamento dessa escassez hidroenergética.

Adiante, por favor.

Bom, e quais foram os ganhos que nós tivemos com essas medidas todas adotadas? Talvez, muitos dos senhores e das senhoras tenham lido na imprensa que, a partir do final de agosto, se iniciaria um racionamento de energia em nosso País. E é verdade se nós considerarmos apenas uma fotografia do que estava no início do ano: com 23,7% da capacidade de armazenamento, que foi, lá em outubro do ano passado, chegaríamos ali, em agosto de 2021, com 10% da nossa capacidade de armazenamento hidráulica.

Sabe o que isso significa? Perda de governança do setor elétrico. É racionamento e apagão. Com as medidas que nós adotamos, nós chegamos a agosto com 21%, chegamos a setembro com 16,7% e agora já estamos com 18,7%, ou seja, as medidas adotadas permitiram que o País permanecesse com a segurança energética e com o fornecimento de energia para todos os consumidores. E a nossa perspectiva para o final de novembro é 25,4%, ou seja, não há nenhuma indicação de que nós possamos ter qualquer problema em termos de racionamento ou mesmo apagão.

Adiante, por favor.

E para 2022, que é a grande questão colocada? Como será 2022? Como eu falei, as medidas que começaram a ser adotadas em outubro de 2020 visavam não só a 2021 mas também aos anos vindouros. Então, se nós observarmos ali, nessa linha do tempo, que vai de outubro de 2021 até maio de 2022, os senhores podem observar, se nós tivermos a mesma escassez hídrica, que foi a pior dos últimos 90 anos, nesse período úmido que começou agora, nós vamos chegar com 42,6%, em maio de 2022, o que nos permite a governança com certa tranquilidade em relação ao ano de 2022. E só lembro aos senhores que nós começamos abril de 2021 com 35,4%, e aqui nós estamos falando em 42,6%. E, se as condições forem iguais à média histórica, que é o que está mostrando aqui, nós vamos chegar a maio de 2022 com 51,1%, ou seja, em condições bem mais tranquilas.

Adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, considerações finais. Eu peço desculpas, Presidente, por ter me alongado um pouquinho demais, mas é isso. O que nós temos procurado fazer é conduzir as nossas políticas públicas para que possamos alcançar os resultados que nós alcançamos e apresentamos aqui nesse período de três anos. Tudo isso, como eu falei para o senhor, só é possível com governança, segurança jurídica e regulatória, transparência e previsibilidade. E também aquilo que eu reforço muito: o Executivo e o Legislativo são fundamentais dentro desse processo, que foi o que permitiu que nós estabelecêssemos políticas emergenciais estruturantes e passássemos por esse período de pandemia.

E, por fim, essa reverência que eu faço ao Congresso Nacional, que foi fundamental para os setores de mineração e energia do nosso País nos últimos três anos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós que agradecemos a V. Exa. e o cumprimentamos pela apresentação.

Vamos, então, ao debate.

Pede-me a palavra o Senador Carlos Fávaro. Em seguida, eu vou passar a palavra para o Senador Mecias de Jesus, que está no Zoom, e, posteriormente, passarei a palavra, então, para o Senador Chico Rodrigues.

V. Exa. tem a palavra, Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Dário Berger.

Também queria cumprimentar o nosso Relator, Senador José Aníbal, que está ausente um pouquinho – está por aqui – desta importante reunião, deste debate, e cumprimentar o Senador Vanderlan e o Senador Chico Rodrigues e, em especial, o Ministro Bento. Quero agradecer-lhe pela presteza de vir a esta Comissão para debater, apresentar os números tão relevantes nessa crise energética que o nosso País vive, tanto na questão elétrica como também na dos combustíveis, como bem foi explanado pelo senhor.

Quero que me permita, primeiro, fazer algumas considerações com relação à sua apresentação, Sr. Ministro. A crise energética, sem sombra de dúvida, é a grande fonte geradora... A crise hídrica – desculpe-me –, a falta de chuvas no ano de 2020 é que foi a grande geradora dessa escassez de energia elétrica.

Eu entendo, como o senhor bem disse, que não era possível planejar ou prever a falta de chuva no verão nos anos de 2020 e 2021, mas o Executivo vive de previsibilidade, de antever as situações. É claro que uma questão climática dessas foi até extrapolada, com uma seca sem precedentes no ano de 2020, mas, em razão das consequências e, talvez, da tomada de decisão do enfrentamento, agora, como o senhor bem apresentou, estamos superando a iminência de uma escassez de energia e apagões. Fica claro que, graças a Deus e à competência que tiveram o senhor e sua equipe, nós vamos superar esse desafio. Mas a que preço?

Por isso, eu quero, primeiramente, entender qual foi a lógica da contratação de energia nessa reserva emergencial. No último leilão, por exemplo, foi lançada pelo Governo a compra de dois novos modelos para gás e biodiesel para termelétrica. É claro... Qual é a lógica? É que é mais rápido para se instalar e a resposta é muito mais rápida. Mas foi comprado o megawatt-hora a R$1,7 mil ou até mais que isso, e os brasileiros estão pagando essa conta – nós todos brasileiros estamos pagando essa conta. E por que não contratar, incentivar mais a biomassa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também é rápida para se instalar? Nós temos matéria-prima pronta para se instalar e, nos mesmos poucos meses – em cinco, seis meses de instalação de uma termelétrica a gás ou a diesel –, poderíamos instalar mais usinas de biomassa, sendo contratada a R$345, e não a R$1,7 mil.

E o estímulo também, Sr. Ministro, para que nós possamos fazer investimentos em hidrelétricas. Nos leilões, há contratação de energia hidrelétrica hoje, Senador Vanderlan, a R$180, R$190. Se, estrategicamente, nós puxarmos o preço para R$300... "Ah, mas é caro, num futuro, para o brasileiro pagar R$300 o megawatt-hora". Mas e agora que estamos pagando R$1,7 mil? Se nós estimulássemos a construção de novas hidrelétricas ou PCHs a R$300, o mercado buscaria financiamento e começaria a aprovar projetos, e nós teríamos a certeza, num futuro muito próximo, de uma estabilidade de energia. Então, esse era o primeiro ponto. Queria entender a lógica. Eu sei que foi emergencial. "Vamos contratar energia a diesel e a gás a R$1,7 mil". Mas por que não estimular a de biomassa a R$345, que é cinco vezes mais barata?

O segundo ponto, Sr. Ministro, é um questionamento com relação aos combustíveis.

Também são fatores extragovernança nacional. Como o senhor bem disse, os preços do combustível, é óbvio, chegarem a US$17 o barril foi pela pauta de consumo. O mundo parou – o mundo parou! Houve momentos em que deram combustível, que estava boiando em águas internacionais; estavam dano combustível para alguém queimar. Aí, o preço médio caiu para US$17 em abril de 2020, mas a retomada, a volta da economia acelerada e, claro, o velho modelo de combustíveis, do cartel dos produtores de combustíveis mundiais, fez esse barril chegar a US$83, podendo, como o senhor mesmo disse, passar, ultrapassar esse preço de US$82, US$83 o barril.

Também, Sr. Ministro, nós temos que pensar nos brasileiros. Como o senhor mesmo disse, o Brasil produz gasolina – importa 6%, o que significa que 94% são produzidos aqui. E a Petrobras é uma empresa brasileira, dos brasileiros. Eu entendo a lógica, sou empresário, de que a formação de preço atrelado ao dólar traz um saneamento econômico à empresa, mas também traz dividendos a seus acionistas. Nós temos que pensar é nos brasileiros, que não estão aguentando pagar R$7, R$8 por um litro de combustível. Será que não é a hora de, nessa formação de preço – já que o custo de produção da Petrobras é em reais, o custo dos nossos trabalhadores, servidores da Petrobras, da companhia, da exploração, é feito em reais –, nós bancarmos esse preço para os brasileiros superarem este momento de crise e não transformamos isso em dividendos e em lucro, como a Petrobras está tendo, sem sombra de dúvida?

Quero também aproveitar, nessa mesma linha, para compreender um pouco a lógica do ministério em diminuir o incremento de biodiesel no diesel. O Brasil tem que ter estímulo para a sua produção. Como o senhor mesmo disse, nós temos uma política de biocombustíveis de 50 anos. Com o planejamento das empresas que se instalaram neste País, que investiram, acreditaram, era para nós estarmos já incrementando o B15 – 15% de biodiesel no diesel brasileiro –, um produto verde, ecologicamente correto, sustentável, que gera empregos, que não depende da importação. "Ah, mas o biodiesel, neste momento de *commodities* caros, da soja cara, do óleo de soja caro também, vai encarecer ainda mais a produção!" Mas apenas R$0,03. Foi reduzido de B13 para B10, para se economizarem R$0,03 no litro de biodiesel, colocando em risco, Sr. Ministro, mais de 100 mil empregos diretos. Nós não podemos fazer isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os brasileiros, em detrimento de importar diesel S500. O S500 é um diesel sujo, poluente. Trazer isso para o Brasil e deixar de gerar empregos por R$0,03? São questionamentos que eu não consigo compreender, porque, se R$0,03 resolvessem o preço do diesel, eu iria dar a mão à palmatória e falar: "É hora de nós deixarmos um pouco a indústria brasileira". Mas economizar R$0,03 não resolve a carestia do preço do diesel e desemprega brasileiros, desestimula a indústria nacional a continuar investindo, inovando, preparando novas tecnologias, melhorando a condição do nosso biocombustível, para nós garantirmos um futuro próspero. Primeiro, combustível verde, renovável, que gera emprego; e autonomia aos brasileiros. São questionamentos simples, para entender a lógica do enfrentamento.

Também reconheço o esforço do senhor, da sua equipe, do ministério, para enfrentar a questão e não deixar que o Brasil entrasse numa escassez sem precedente e, talvez, em um apagão elétrico, como já aconteceu no Brasil, e o senhor conseguiu, com competência, evitar.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu consulto se o Senador Mecias de Jesus está conectado. (*Pausa.*)

Não está.

Não estando conectado, então, Senador Chico Rodrigues, ofereço a palavra para V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, Senador Dário Berger, Sr. Ministro, meus colegas Senadores, o tema hoje desta audiência do Ministro Bento Albuquerque é basicamente em relação à crise hídrica. No entanto, eu gostaria de derivar para outros temas que também são importantes e relevantes para o País, para a Região Amazônica, para o meu Estado especificamente, e que são afetos ao Ministério de Minas e Energia.

Primeiramente eu gostaria de deixar uma pergunta ao Sr. Ministro em relação ao estágio em que se encontra a construção do Linhão de Tucuruí, um problema que vem se arrastando há muitos anos – e felizmente o Governo do Presidente Bolsonaro tem impulsionado o Ministério de Minas e Energia a fazer um esforço ingente no sentido de viabilizá-lo. Há uma série de condicionantes que atrapalham a construção desse linhão, mas, obviamente, enquanto isso a população fica desassistida de uma energia segura, apesar de outras energias que estarem sendo utilizadas e implantadas no nosso Estado. No entanto, o Linhão de Tucuruí é o grande fator de integração, porque nós somos o único Estado da Federação que não está interligado ao sistema nacional. Então, especificamente em relação ao tema energia, era isso.

Como segundo questionamento, Sr. Ministro, eu gostaria de solicitar a V. Exa. explicações e, ao mesmo tempo, um encaminhamento de solução sobre a viabilidade de nós podermos ter o potássio para a nossa agricultura atendida, visto que em Autazes, no Estado do Amazonas, há uma mina de mais de 3 bilhões de toneladas, e o potássio é um macroelemento importantíssimo para a atividade agrícola do nosso País. Na verdade, seu fornecimento começa a apresentar uma crise monumental por conta do maior fornecedor, que é a Bielorrússia, e isso tem causado problemas seríssimos, já ameaçando a produção de alimentos no mundo e especificamente nosso País.

O terceiro assunto de que eu gostaria de falar é exatamente em relação ao nosso Estado, que tem praticamente, Sr. Ministro, como V. Exa. sabe, a tabela periódica. Nós temos a tabela periódica. É claro, é evidente, é inquestionável que em um momento ou outro, agora ou mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarde, essas riquezas deverão ser racionalmente exploradas. Há questões e condicionantes terríveis, principalmente com relação a organizações não governamentais, as ONGs, questões ambientais e de regularização. Nós vivemos num Estado pobre, miserável, sob um solo rico, com abundância de minerais estratégicos de toda ordem.

E apenas para citar alguns, nós temos as terras-raras, que são minerais cobiçado por todos os países do mundo. Nós as temos em vários locais já identificados, na Serra do Ajarani, no Repartimento, no Município de Caroebe, no Município de Mucajaí. Temos grafeno em quantidade abundante também e entendemos que tem de ser ordenada a sua exploração. Temos diamante nas rajas do Rio Mucajaí, do Rio Maú, na região da Serra do Sol. De ouro nem se fala! Por isso, temos mais de 30 mil garimpeiros na área dos ianomâmis, de forma ilegal, é bem verdade, mas porque a abundância de ouro ali é uma coisa inexplicável, bem como de vanádio, nióbio, fosfato, cassiterita, entre outros.

Então, o Ministério de Minas e Energia tem um arco e abriga vários segmentos de interesse da economia nacional. Na área específica dos minerais, nós entendemos que o Estado é um largo estuário em que se dirigem para todos os lados, de norte a sul, de leste a oeste, essas ocorrências minerais, e, no momento de crise em que vive a humanidade, em que vive o Brasil etc., deve-se explorar essas riquezas, o que seria importante para Roraima, para a Amazônia e para o Brasil.

Portanto, eu gostaria que V. Exa., apesar... Volto a dizer: o tema específico é o da crise hídrica; no entanto, esta é uma oportunidade que nós temos de ver, no Brasil, nessa televisão que hoje tem um alcance enorme, as explicações para essas questões que são recorrentes no momento atual em que vivemos.

Então, Presidente Dário Berger, perdoe-me por desviar do tema fundamental dessa apresentação do Sr. Ministro, mas tenho a certeza de que o Brasil inteiro deve olhar para este mapa aqui e ver que somos um Estado que merece uma atenção especial do Governo, dos Governos, obviamente, mas especialmente do Governo atual.

Muito obrigado, Ministro Bento e meu querido colega Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Exa.

Ministro, o Senador Wellington Fagundes, que é um homem da infraestrutura, deixou aqui algumas perguntas. Eu estava aqui observando, e me parece que a maioria delas o senhor já sanou na sua longa e brilhante apresentação.

Eu também fiz algumas perguntas aqui. Há um tema, vários temas. O tema principal que eu tinha abordado seria a crise hídrica vivida no Brasil agora, com as tarifas que subiram consideravelmente. O Senador Carlos Fávaro fez uma brilhante explanação a respeito do assunto, o que, certamente, vai me contemplar na resposta. Mas eu não poderia deixar de fazer uma pergunta para V. Exa. com todo o respeito.

A desestatização da Eletrobras foi alvo aqui de muitos debates, de ampla discussão, com algumas divergências de encaminhamento no Congresso Nacional e na própria sociedade, porque é um tema extremamente sensível e polêmico. Passados alguns meses da sua votação, qual é a sua visão? Qual é a expectativa que o ministério tem tido com relação aos investimentos privados? E como ficarão, na sua opinião, as tarifas de energia elétrica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema é caro para o Brasil porque envolve a nossa soberania energética, e, pelo que eu tenho de informações e pelo que estudei da matéria, as economias mais destacadas do mundo inteiro, a maioria delas – se não quase todas, se não todas –, não abriram mão dessa autonomia pública, porque energia é vital para o desenvolvimento do país. O poder público... O lucro do poder público é o desenvolvimento do país, é a qualidade de vida das pessoas, enquanto a iniciativa privada – e eu sou da iniciativa privada – tem por objetivo único e principal o lucro. Se não for atraente, não se investe. Então, é uma questão que sempre me preocupou, continua me preocupando, porque envolve também a nossa soberania hídrica, já que a nossa matriz energética, preponderantemente, se dá pelo sistema das nossas águas e dos nossos rios – essa questão me preocupa bastante.

Então, acrescentando às perguntas que foram feita a V. Exa., eu gostaria de acrescentar essa questão da Eletrobras, que é um tema recorrente, que muito nos interessa a opinião do Governo, especialmente a opinião de V. Exa.

Eu ofereço a palavra a V. Exa. para responder.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Queria agradecer todas as perguntas, os comentários. Eu acho que poderão até, com as minhas respostas, complementar um pouquinho o que a gente apresentou aqui.

Em relação à gestão hidroenergética, que o senhor comentou, Senador Carlos Fávaro, do custo, o custo efetivamente aumentou. Para o senhor ter ideia, para nós alcançarmos aquela capacidade de armazenamento que é fundamental para a nossa segurança energética, nós gastamos R$28 bilhões, e não tivemos, como sabemos, nem racionamento, nem apagão. Em 2001, houve também algo semelhante em termos de escassez hídrica, houve também uma gestão, e houve racionamento, alguns apagões, e se gastaram R$120 bilhões.

Então, os números são esses. Evidentemente, eu não estou aqui querendo fazer comparação, até porque a situação é completamente diferente. Em 2001, tínhamos uma realidade em termos de capacidade instalada e de capacidade de transporte de energia de uma região para a outra; hoje temos uma diferença. Mas é para a gente ter a noção dos custos disso. Realmente o custo é elevado.

No que diz respeito à biomassa, nós procuramos, até porque fomos procurados. E nós trabalhamos dessa forma bastante transparente com as associações, que têm contribuído muito para o desenvolvimento do setor, mas infelizmente os geradores de biomassa não conseguiram fazer as entregas que talvez pudessem ser feitas, por questões diversas. Às vezes até há capacidade de gerar, mas não há capacidade de colocar isso na rede. Nesse leilão a que o senhor se referiu, emergencial, por exemplo, só um de biomassa apareceu. Nós não fizemos apenas para geração termoelétrica a gás – só ganhou gás, não é? – ou a diesel, não; tudo aberto. Só apareceram dois de renováveis: um de fotovoltaica e um de biomassa. E eles não chegaram, porque, se eles tivessem chegado e tivessem condições dentro do edital do leilão, eles seriam... Agora, o senhor tem razão: R$1.700. Hoje nós chegamos a pagar R$2.450. Então, vai haver uma redução nisso.

E isso, no caso, a inflexibilidade... Aquilo que ele tem que gerar é de 60%, 63%, alguma coisa assim. Se nós tivermos boas condições, ele vai gerar isso. E aquilo que hoje em dia nós já despachamos superior a R$1.700 nós vamos deixar de despachar, e aí nós vamos ter um alívio, vamos dizer assim, para o consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos incentivado, sim, evidentemente dentro do planejamento, a geração de PCHs, que cresceu muito nos últimos anos. Mas não é só fazer o leilão em que ganha PCH; há o licenciamento, há uma porção de coisas que têm que ser feitas, e o nosso Senador Chico Rodrigues sabe disso.

A questão – desculpa, eu vou tentar responder agora em conjunto – do Linhão de Tucuruí é um empreendimento que teve o leilão 10 anos atrás, 11 anos atrás, e só agora conseguimos a licença de instalação. Em setembro fomos lá e vamos construir o linhão, mas foi um trabalho muito grande para a gente conseguir; levamos 11 anos. Imagina repactuar contrato... É uma coisa assim... E quanto isso teve de custo de oportunidade? Nós gastamos 2,5 bilhões de combustíveis por ano, que quem paga é o consumidor nacional, por conta de não haver esse Linhão de Tucuruí.

Agora, o primeiro leilão do Ministério de Minas e Energia em 2019 foi justamente para atender o Estado de Roraima, que foi no dia 31 de maio – leilão de biomassa, geração a gás natural. Isso está reduzindo já o custo para o consumidor nacional em 1 bilhão/ano, só por conta desse leilão.

Portanto, é um sistema complementar em que nós temos que considerar todas as frentes. E o Brasil é o segundo país com maior potencial hidráulico do mundo, só é superado pela Rússia.

Então, temos que incentivar isso, temos que ter políticas públicas, mas são políticas públicas que não demandam apenas do Governo Federal ou do Congresso Nacional. Isso depende de outros agentes, do Ministério Público, do próprio Poder Judiciário. E nós temos trabalhado isso, como vamos trabalhar nesta semana. Temos uma reunião na Procuradoria-Geral da República, em que vamos conversar com o Ministério Público Federal, em todas as esferas, em todas as áreas, para que a gente possa mostrar isto que o senhor falou, que há Estado que tem a tabela periódica, que o País tem uma dependência de 90% em fertilizantes, mas temos o potencial para ser autossuficientes em potássio, em nitrogênio, em fósforo, em tudo. Então, todos têm que fazer parte da solução. E a solução não vem apenas de um lado.

Quero garantir ao senhor, Senador Carlos Fávaro, que o programa de biocombustíveis – eu falo isso publicamente, nacionalmente e internacionalmente – é uma política do Estado brasileiro, talvez uma das políticas de que os brasileiros devam mais se orgulhar, como o senhor colocou aí a questão dos biocombustíveis. Foi reduzida temporariamente de 13% para 10% a questão do biodiesel não só pelo preço do diesel; muito pelo contrário, foi pela própria competição que estava havendo no próprio setor. No ano passado, nós tivemos que reduzir, porque não havia biodiesel. E o senhor imagina que, dentro de um país que é o quarto maior consumidor de combustível automotivo do mundo, o senhor não pode ficar mudando a mistura mês a mês, porque isso é todo um processo. Quem é encarregado da mistura, que hoje é de 10%, 12% e vamos a 13%... O CNPE está para decidir agora na reunião, se não me falha a memória, em 22 de novembro, quando nós vamos ter a reunião do CNPE, que é onde se decide, onde tem que ser decidido isso, de forma transparente, com a participação de todos, com o setor. E temos conversado, até porque é uma política de Estado, não é uma política de governo. E eu não tenho dúvida nenhuma de que isso ainda trará muitos frutos para o nosso País.

O senhor perguntou sobre a política de preço também, sobre a formação de preço, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Isso.

Vou falar para o senhor que, até 2016 – essa política de preço foi alterada em 2016 –, a Petrobras importava todo o combustível. Esses 27%, 25%, 6%, 8%, todo ele era importado pela Petrobras, junto com o que ela refinava, e aí era o preço. Houve efetivamente o controle de preço, que não só levou a Petrobras a pagar multas bilionárias para a Bolsa de Valores de Nova York, por exemplo, para investidores internacionais, mas levou a Petrobras também a ser a empresa de petróleo e gás mais endividada do mundo por conta dessa política de controle de preços que estava também contrariando o nosso próprio arcabouço legal, que, eu mostrei aqui, vem desde 1997.

Então, a nosso ver, é lógico que não pode deixar... Não é questão de deixar ou não deixar, mas o preço da energia cresceu no mundo todo, o preço dos combustíveis cresceu no mundo todo. O que nós temos que fazer é, de acordo com as nossas características e as nossas vantagens competitivas, estabelecer as nossas políticas públicas para que o consumidor brasileiro tenha o preço mais justo possível e minimizar os impactos socioeconômicos em nossa sociedade. Então, é isso que tem de ser feito, e eu acho que é isso que tem de ser construído junto com o Congresso Nacional e junto com todos os agentes setoriais para que a gente possa chegar lá.

As coisas não são tão simples assim. Ontem, eu fui à Itaboraí visitar o Comperj. Não visitar o Comperj, porque o Comperj, se as pessoas não sabem, é uma refinaria cuja construção começou em 2006 e deveria ter terminado em 2012, mas não foi concluída até hoje. E nem será concluída, mas lá agora vai ter uma unidade de processamento de gás natural que vai receber, a partir do final do ano que vem, início de 2023, 21 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, ou seja, vai permitir que diversas empresas, que já estão se instalando lá, possam utilizar o gás natural para os seus processos industriais e tudo. Então, eu fui lá.

Aquela refinaria... O senhor viu, eu falei 2006, 2012, que é o que normalmente leva de tempo para uma refinaria apta a refinar de 150 a 200 mil barris por dia entrar em operação. Sabe quanto se perdeu lá em recursos? R$28 bilhões – R$28 bilhões!

Nós poderíamos, com esses R$28 bilhões, em termos de políticas públicas, por exemplo, atender todos os brasileiros do Cadastro Único com gás liquefeito de petróleo por três anos, ou seja, temos que ter políticas públicas que possam efetivamente atender aquele que mais necessita dessas orientações por parte do poder público, no caso o poder concedente.

Senador Chico Rodrigues, eu acho que a questão de Autazes é uma questão que está no âmbito do ministério já desde 2019, como uma prioridade que pode tornar o nosso País autossuficiente em potássio. Em relação ao Linhão de Tucuruí, a implantação dos canteiros e início das obras se dará no início do ano que vem. Então, eu acho que isso é um ganho para o Estado de Roraima, é um ganho para o Brasil como um todo, que terá o seu País efetivamente totalmente interligado.

Eu acho que eu já respondi as coisas aqui no que diz respeito ao que nós estamos fazendo de trabalho junto ao Ministério Público para essa questão desses empreendimentos de mineração no País como um todo.

Agora, Senador e Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Dário Berger, a Eletrobras, que o senhor muito bem colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu gostaria de tranquilizar a todos. Em termos hídricos... A capitalização da Eletrobras, ou desestatização como o senhor colocou, ou vamos falar da privatização, porque a Eletrobras vai se tornar uma corporação: na realidade, ninguém terá mais do que 10% de poder de voto, a União permanecerá com cerca de 45% a 47% das ações, o que será muito bom para a própria União. Agora, no que diz respeito aos recursos hídricos, isso pertence à União. O operador de uma usina hidrelétrica não gera da forma como ele quer, utilizando os recursos hídricos como ele bem entender. E esse foi um dos processos em relação ao qual nós tivemos muita preocupação agora, durante a gestão dessa crise, porque nós temos as vazões mínimas, e os reservatórios têm que ser preservados. Quem controla tudo isso é a Agência Nacional de Águas, como quem controla também as tarifas é a Agência Nacional de Energia Elétrica. Isso tudo continuará sendo como vem sendo já há alguns anos, desde 1996 se eu não me engano, e isso vai continuar da mesma forma.

O que nós entendemos que será benéfico para a sociedade brasileira é que a Eletrobras, se não me falha a memória, deixou de participar de leilões desde 2010. Hoje ela tem cerca de 30% da geração de energia e 45% da transmissão de energia; há dez anos, era bem mais, ou seja, ela está cada vez perdendo mais participação do mercado brasileiro, e isso não é bom. Essa capitalização vai permitir que ela volte a realizar investimentos. Ela vai tornar o mercado mais competitivo. A Eletrobras é a maior empresa de energia renovável da América Latina, a quarta do mundo se eu não me engano, e ela precisa de investimentos para ter essa participação importante no mercado de energia. Então, ela vai trazer esse benefício.

E também a capitalização da Eletrobras vai permitir – e isso está no projeto que foi aprovado aqui – investimentos na recuperação das nossas bacias hidrográficas. Hoje o Ministério de Desenvolvimento Regional tem cerca de R$40 milhões para investir por ano; com a capitalização da Eletrobras, serão investidos R$8,5 bilhões na recuperação das nossas bacias hidrográficas. Além disso, na Região Norte do País, todos os sistemas isolados e a geração termoelétrica, óleo, combustível e diesel, serão substituídos por energias renováveis: biomassa, fotovoltaica e, se for o caso, eólica.

Então, esses são os benefícios da capitalização da Eletrobras. E, no nosso entendimento, Senador, o arcabouço legal existente me permite dizer ao senhor que nós não vamos perder soberania, nós não vamos ficar à mercê do capital para uma atividade que é essencial, que é a energia, para qualquer país do mundo. Então, nós temos, do nosso ponto de vista, todo um arcabouço legal que nos garante isso. E esperamos ter uma empresa, uma corporação, como ocorre na maior parte do mundo, que possa trazer muitos benefícios e, principalmente, uma redução na geração da energia para o consumidor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Senador Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, abusando da sua bondade e agradecendo sua presença, permita-me uma réplica e, depois, se possível, ouvi-lo na tréplica. O bom debate é que nos esclarece e nos faz dar respostas cada vez melhores à população.

Com relação à Petrobras, Sr. Ministro, não tenha dúvida, os brasileiros já deram a resposta, nós não queremos mais aquele modelo. O que levou a Petrobras àquela formação de preço foi a corrupção. Os brasileiros já deram a resposta nas urnas. Aquele modelo não nos interessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais, temos que olhar para frente. Uma refinaria que era para ser construída em seis anos até hoje não ficou pronta e agora está sendo substituído seu objetivo inicial por objetivos mais sólidos, republicanos, de geração de gás. É isso mesmo que esperamos. E aí vêm os parabéns, é louvável a iniciativa.

Mas eu quero olhar para frente. O questionamento que fiz... É claro que eu sei o que gerou aquele controle de preços, a corrupção instalada. Mas, como disse e repito, os brasileiros já deram a resposta, não queremos mais aquilo lá não. E graças a Deus que superamos! E temos um Governo no qual eu não vejo uma fumaça de corrupção acontecendo, nem na Petrobras e nem nos outros órgãos, por isso tem todos os méritos.

Mas o questionamento – eu queria ouvir do senhor – é: se conseguimos evoluir, se nós temos lá aqueles números, 27, 25 e 26% de importação de combustíveis prontos e somos autossuficientes na produção de petróleo bruto, será que não seria a hora de essa empresa pública brasileira de capital misto, que tem, sim, que levar seus dividendos aos seus acionistas... Mas que possa falar: "Olha, vamos ganhar um pouco menos, porque os brasileiros estão pagando essa conta! Essa empresa é dos brasileiros!" A Argentina está vendendo gasolina a R$3,60, R$3,80, na divisa do Brasil. Então, será que não é a hora de nós, todos juntos, termos mais orgulho ainda do novo momento que a Petrobras vive? É preciso minimizar o impacto do preço para os brasileiros. Não é o momento de termos essa consciência, inclusive com os acionistas?

Com relação à geração de energia hidroelétrica na formação de preço, eu compreendo muito bem. Como o senhor disse, a instalação de usinas a gás e a diesel era o que nos restava para fazer o enfrentamento rápido, com poucos meses vão lá e instalam. Assim como a fotovoltaica dá essa resposta, a eólica também dá uma resposta mais rápida que a hidrelétrica, que demora. E nós sabemos da burocracia do licenciamento brasileiro, dos órgãos intervenientes.

E temos aqui nesta Casa a obrigação de votarmos o novo marco regulatório do licenciamento ambiental, que já foi feito pela Câmara, para que nós possamos não precarizar o meio ambiente, mas destravar a burocracia, Sr. Presidente. Está aqui com a relatoria da Senadora Kátia Abreu, com um combinado, um acordo de que isso venha à pauta ainda neste ano, para que nós possamos ter investimentos em estradas, em hidrelétricas, para fazer o Brasil crescer em infraestrutura sem o atrapalho da burocracia do licenciamento.

Nesse ponto, se o ministério lançasse mão de contratos de compra a, por exemplo, R$300, a iniciativa privada ia sair correndo atrás de projetos para aproveitar esses recursos hídricos tão abundantes, porque têm viabilidade econômica. Com isso, no futuro, pois o Brasil vai crescer, o Brasil está dando certo e vai dar cada vez mais certo, nós teríamos minimizado qualquer impacto de, a qualquer sobrepasso climático, ter que lançar mão de contratar termoelétrica a diesel a 1,7 mil, a 1,8 mil, porque nós teríamos abundância de hidrelétricas sendo geradas no futuro próximo.

Era mais ou menos nesse sentido o questionamento.

Parabenizo e reconheço todo o esforço e o avanço que tivemos. Eu não quero o modelo passado, não. Eu quero que daqui nós olhemos para a frente, cada vez melhor.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Ministro, Sr. Presidente e demais colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Ministro, Srs. Parlamentares, eu quero prestigiar aqui os nossos internautas que participam através do e-Cidadania e tenho quatro brasileiros que fizeram comentários e perguntas.

Primeiro comentário que eu queria tornar público é o do Pedro Modesto, do Espírito Santo. Ele faz um comentário, não faz pergunta, dizendo: "A energia fotovoltaica fará as usinas hidroelétricas economizarem grande quantidade de água nos horários de pico de consumo". É o comentário que ele faz.

A Anna Christina, de Minas Gerais, diz: "Precisamos de leis [mais] severas para reflorestamento e proteção de nossas florestas, criando maior número de RPPN possível".

As perguntas.

Vem de Santa Catarina uma, que certamente é uma questão interessante que eu queria abordar com o senhor: "Por que não combatem as causas que estão na devastação das florestas?". É uma afirmação que o Arlei David, de Santa Catarina, faz: "Grandes porções de florestas regulam as chuvas [...] por que continuar com uma matriz energética com dependência única nas chuvas? Por que não tem investimento na [energia] solar?". O senhor já falou sobre isso, mas eu quero prestigiar o internauta, porque eu acho muito importante as pessoas participarem. E, certamente, quando ele fez a pergunta, talvez o senhor não tenha abordado isso especificamente já naquele tempo.

Já a Erica Correia, de Goiás, pergunta: "Quais são as possíveis soluções para a atual e intensa crise hídrica?". Essa foi a primeira indagação do Senador Carlos Fávaro. E ela quer saber o que é mais importante para milhões de brasileiros: se a conta vai continuar alta do jeito que está, se existe possibilidade de reduzir a tarifa de energia elétrica.

Com essas derradeiras e talvez com a tréplica ao Senador Carlos Fávaro, nós vamos finalizando a nossa audiência pública de hoje.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. E quem sou eu para fazer tréplica, Senador? Mas é apenas um comentário.

Eu acredito que a Petrobras, pela governança dela e até pela forma como ela tem procurado cooperar com a sociedade brasileira, tem sensibilidade, sim, tanto que ela lançou diversos programas sociais para atender às famílias de mais baixa renda durante a pandemia e depois da pandemia. Agora está com um projeto, inclusive, social do gás etc.

A questão do combustível é aquilo que eu falei para o senhor: até 2016, a Petrobras importava todo o combustível. Então, os seus acionistas teriam que se reunir e dizer assim: "Vamos fazer esse esforço aqui e chegar a essa conclusão". Não somos nós que vamos... e não podemos, como vimos aqui.

E temos que ter uma preocupação agora muito grande com o desabastecimento, porque a importação do combustível que a gente pensa leva, no mínimo, 90 dias – para a pessoa fechar o contrato e tal, não sei o quê. Então, hoje nós temos uma parcela do mercado, cerca de 20% do mercado de combustíveis, que não é da Petrobras. Então, mudar qualquer coisa tem que ser uma mudança com bastante critério, com bastante transparência e governança, para que a gente possa atingir os objetivos. E eu não tenho dúvida de que todos nós estamos trabalhando nisso, o Congresso Nacional, o Executivo, para que a gente possa dar uma resposta à sociedade. Eu acredito que isso vá ocorrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito aos nossos leilões, a gente procura fazer a expansão, como eu procurei mostrar aqui, dentro de um planejamento que é atualizado anualmente. Esse planejamento dos nossos leilões são programados para três anos, e isso para dar previsibilidade. E, a cada ano, nós renovamos o planejamento, atualizamos o planejamento, para que a gente possa... e outras fontes entrem, e têm entrado. A própria biomassa tem entrado.

Falando das perguntas e dos comentários agora, Presidente, eu esqueci o nome de uma senhora que falou depois do Pedro ou fez algum comentário depois do Pedro, o Arlei e a Erica... Anna Christina, de Minas Gerais. E aqui a gente tem uma participação boa do Sul, do Centro-Oeste, do Sudeste... Então, eu fico feliz por isso. Todos comentários e perguntas superpertinentes e uma preocupação muito grande com o meio ambiente.

E, nesse aspecto, eu acabei de voltar, como o senhor sabe, da COP 26. Eu estava lá, na semana passada, cheguei no domingo cedo aqui. E o Brasil... lá nós tivemos oportunidade de mostrar essa nossa preocupação e assumimos determinados compromissos que foram muito bem recebidos pela comunidade internacional. Mas o mais importante é que essas pessoas aqui, o Pedro, a Anna, o Arlei e a Erica, que têm essa preocupação com o futuro do País, saibam que os brasileiros têm que não só assumir compromissos, mas realizá-los, executá-los, e nós assumimos o compromisso de não só eliminar o deflorestamento até 2028 como de fazer um reflorestamento também até essa data expressiva, para que a gente possa recuperar aquilo que foi devastado. Então, essa é uma preocupação.

A energia fotovoltaica é importantíssima e foi a que mais cresceu nos últimos três anos, mas ela não dobrou, não; ela triplicou! Quando eu mostrei ali a evolução da nossa matriz, em 2014, a solar era inexistente; a eólica, que é outra renovável, era 1% da nossa matriz. Hoje, as duas já são 16% da nossa matriz e, em 2030, as duas serão 25% da nossa matriz. A solar é a que mais cresce. O Pedro está certo quando ele diz que a energia solar pode aliviar o pico. Isso foi fundamental. Diga-se de passagem – eu citei aqui –, batemos recorde de geração eólica e solar agora nos meses de agosto, setembro e outubro principalmente na Região Nordeste e também no norte de Minas Gerais – a Anna é de Minas Gerais –, e isso foi fundamental para que a gente pudesse ter a estabilidade.

A pergunta que não quer calar é a questão de se a conta vai continuar alta ou não. Esse é o trabalho que nós fazemos permanentemente, é uma busca que não só o Governo, o Executivo, mas o próprio Congresso Nacional faz. Aqui vimos diversas iniciativas que estão em tramitação e que visam justamente a que o consumidor tenha cada vez mais tarifas mais baixas e que possa manter a sua segurança energética. Então, eu posso dizer que esse é o objetivo permanente do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, de todos os agentes setoriais e também do Congresso Nacional, que não só nos cobra, mas também desenvolve políticas públicas aqui por meio de leis que efetivamente trarão benefícios aos consumidores brasileiros.

Então, Presidente, essas são as minhas palavras finais, agradecendo mais uma vez o convite. Como eu falei, eu considero a Comissão de Infraestrutura uma estação, no Senado Federal, do Ministério de Minas e Energia, e acredito que esse diálogo, esse debate é bastante profícuo para todos. É só nos convidar que estaremos aqui presentes com muito prazer e com muita honra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Somos nós que agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos a nossa reunião de hoje, eu proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por fim, agradeço a presença especial dos nossos Parlamentares que aqui estiveram e indagaram S. Exa. o Ministro Bento. Agradeço à sua assessoria que se fez presente e, em especial, agradeço ao nosso convidado, que prontamente aceitou o nosso convite para aqui estar e fez uma longa e brilhante apresentação de um planejamento de curto, de médio e de longo prazo de um tema que, na minha opinião, é extremamente importante, extremamente relevante para o desenvolvimento do País que é a questão da energia. Sem energia, nós não chegaremos a lugar nenhum.

E nós não podemos poupar recursos nem investimentos para dotar o Brasil com a energia necessária para fomentarmos cada vez mais o crescimento, porque, se o País crescer, as pessoas crescem junto, e nós vamos ficar conscientes de que estamos cumprindo com a nossa responsabilidade.

Ministro, muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença. Desejamos sucesso e êxito à frente do ministério, porque o sucesso do ministério é o sucesso do Brasil.

Muito obrigado.

Por aqui, dou por encerrada a nossa reunião de hoje.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 07ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezessete horas e zero minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Izalci Lucas e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim, Veneziano Vital do Rêgo, Eliane Nogueira, Flávio Bolsonaro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jaques Wagner, Alessandro Vieira e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública para instrução do PL 5462/2019**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2021 - CDR, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), e PL 5462/2019, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5462/2019, que "dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados". **Participantes:** Sr. José Antônio Bertotti Júnior, Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco e Coordenador da Câmara Temática do Meio Ambiente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste; (representante de: Paulo Câmara, Governador de Pernambuco e responsável pela Câmara Temática de Meio Ambiente;); Sr. João Carlos De Carli, Consultor de Meio Ambiente da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA; (representante de: Instituto Pensar Agropecuária - IPA;); e Sr. José Felipe Ribeiro, Pesquisador da Embrapa Cerrados. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/25

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Senhoras e senhores, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, destinada à audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5.462/2019, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado por todos nós e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Alguns comunicados.

Atendendo solicitação de S. Exa. o Senador Jean Paul Prates, declaro prejudicado o Requerimento nº 5, de 2021, da CDR, que solicita reunião com o mesmo objetivo da presente reunião.

Encontra-se aberto no âmbito da CDR o recebimento de sugestões de emendas para a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022; como de praxe, as emendas deverão ser encaminhadas a esta Comissão pelo Sistema Lexor.

Recebemos, na Secretaria da Comissão, os seguintes documentos, que ora divulgamos: OfícioSECRE-PRESInº 2019/227, do Banco da Amazônia, que trata do repasse de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e também da falha redacional no art. 9º, §2º, da Lei 7.827/89, que instituiu a competência de aprovar as operações de crédito das instituições operadores ao Condel (Conselho Deliberativo da Sudam); recebemos o Ofício SMF nº 015/2020, da Prefeitura de Bragança Paulista, em São Paulo, que trata de operação de crédito para financiamento de obras de canalização do córrego Lavapés; e também recebemos o Ofício Presidência nº 504, de 2021, da Câmara Municipal de Ouro Fino, Minas Gerais, que trata de moção de apelo para a instalação de um posto de atendimento da Receita Federal no Município de Ouro Fino, em Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação dos documentos, estabelece-se um prazo de 15 dias para a manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, os documentos serão encaminhados ao Plenário para autuação.

Como não houve manifestação dos membros da Comissão, findo o prazo de 15 dias após a sua divulgação, a seguinte resolução será encaminha ao Arquivo.

Recebemos também a Resolução do Condel/Sudene nº 146, de 9 de agosto de 2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo (Condel) e acompanhada do Parecer Técnico Conjunto nº 2, de 2021, MDR/Sudene, e da Proposição 147, de 2021, referentes ao Relatório de Resultados e Impactos do FNE, exercício de 2020.

Vamos agora ao nosso expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à instrução do PL 5.462, de 2019, que "dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a Política de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Cerrado e dos ecossistemas, da flora e da fauna associados", decorrente de aprovação do Requerimento nº 6, de 2021, da CDR, de autoria de S. Exa. o Senador Jean Paul Prates.

Esclareço que adotaremos os procedimentos de praxe: será dada a palavra aos senhores palestrantes e, depois, a S. Exas. os Srs. Senadores.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, eu informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e Ouvidoria do Senado, cujo número é 0800-0612211.

Integram a nossa Mesa os seguintes palestrantes: Sr. José Antônio Bertotti Júnior, Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco e Coordenador da Câmara Temática de Meio Ambiente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), representando, na oportunidade, S. Exa. o Sr. Paulo Câmara, muito digno Governador do Estado de Pernambuco e responsável pela Câmara Temática do Meio Ambiente; o Sr. João Carlos De Carli, Consultor de Meio Ambiente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), representando o Instituto Pensar Agropecuária (IPA); o Sr. César Adriano de Souza Barbosa, Coordenador de Eventos da Rede Pouso Alto Agroecologia; e o Sr. José Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa Cerrados.

Infelizmente, da parte da Casa Civil da Presidência, não houve possibilidade de se designar ninguém para participar desta nossa audiência, deste nosso encontro, devido à mobilização dos ministérios que lidam com esse tema em prol da COP 26, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que será realizada brevemente em Glasgow.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao primeiro palestrante, eu gostaria de dar conhecimento de algumas perguntas e comentários, com um resumo das perguntas e comentários que chegam dos nossos internautas. Eu pediria aos senhores palestrantes que, na medida do possível, ao tempo em que fossem usando da palavra, pudessem responder ou comentar algumas dessas perguntas e indagações que são feitas.

Luciano Vilela, de Goiás, pergunta: "Esse novo projeto de lei prevê a criação de mais algumas unidades de conservação da natureza no bioma Cerrado do Centro-Oeste?".

Continua ele: "O Projeto de Lei 5.462/2019 prevê alguma política pública de prevenção a incêndios florestais no bioma Cerrado do Centro-Oeste e MG?".

Lucelia Brito, do Rio de Janeiro: "Quais as principais medidas para a proteção do Cerrado?".

Poliana Soares, de Minas Gerais: "Como enfrentar o processo de desertificação?".

Como comentários temos o de Bernardo Batista, do Rio de Janeiro, que diz: "Além da riqueza intrínseca da paisagem e da biodiversidade, há riqueza científica a ser derivada de nossos biomas".

Anna Christina, de Minas Gerais, diz: "Necessitamos urgentemente da conservação do nosso bioma do Cerrado, juntamente com políticas de conscientização para a sustentabilidade".

Obrigado, mais uma vez, aos nossos internautas pela participação de todos.

Dando início agora ao nosso expediente do dia de hoje, eu tenho a satisfação de passar a palavra ao Sr. José Antônio Bertotti Júnior.

O senhor tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO BERTOTTI JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Fernando Collor, digníssimo Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

Quero cumprimentar também o Senador Jean Paul Prates, Relator deste importante projeto de lei, que trata da questão da sustentabilidade do Cerrado, que, a exemplo da Lei da Mata Atlântica, pode vir a dar um novo direcionamento para que a gente cuide desse importante bioma.

Eu gostaria também de dizer que é, com muita honra, que represento aqui o Governador Paulo Câmara, que é o coordenador técnico da Câmara Temática do Meio Ambiente do Consórcio Nordeste, que é presidido pelo Governador Wellington Dias, do Piauí.

Eu cumprimento também todos os demais membros da Mesa. Depois, poderemos, juntos, responder essas perguntas que serão feitas pelos internautas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, então, aqui de fazer alguns comentários.

O Cerrado brasileiro, a nossa savana mais antiga e biodiversa, é quase do tamanho da Alemanha, da França, da Inglaterra, da Itália e da Espanha juntas, o que corresponde a 25% do Território brasileiro. Ele abriga 5% de todas as espécies do planeta Terra, e 40% só ocorrem neste bioma, no Cerrado brasileiro.

É importante destacar que ele também é uma bacia hidrográfica imensa, fornecendo 40% de toda a água doce do Brasil, e abastece o Pantanal. Por isso, há o destaque a este momento que a gente vive de crise hídrica e energética, já que o Brasil é um país que também investiu fortemente na energia renovável. Estamos falando de tempos de COP 26, de enfrentamento das mudanças climáticas. Mas a água no Brasil é fundamental para que a gente avance na nossa matriz renovável, inclusive substituindo as matrizes fósseis.

Os solos profundos do nosso Cerrado atuam como – permitam-me aqui falar – uma esponja gigante, que absorve e estoca chuva suficiente na estação chuvosa, para distribuir água por milhões de nascentes durante todo o ano, mesmo no auge da estação seca. Isso é possível pela característica das suas árvores próprias e dos seus arbustos, que possuem folhas grandes e raízes muito profundas, características desse bioma, duas vezes maiores que as partes visíveis das plantas, permitindo que a água possa penetrar profundamente no solo. Daí a referência ao nosso Cerrado como sendo uma floresta de cabeça para baixo.

O Cerrado, então, é também um estoque de carbono de vital importância, totalizando cerca de 13,7 bilhões de toneladas de carbono, que seriam equivalentes ao CO_2 e que, se queimados, comprometeriam ainda mais o aquecimento global. Mas eles são uma fonte importante de carbono que fica escondida e armazenada no solo, nas raízes profundas.

Por último, e não menos importante, o Cerrado é o lar de centenas de povos indígenas e comunidades tradicionais, inclusive quilombolas.

A região é também um dos maiores e mais ativos polos agrícolas do mundo – é importante destacar isso, é importante destacar isso para o nosso País –, sendo que as principais atividades são criação de gado, cultivo de soja, de milho, de algodão, de cana de açúcar. No entanto, metade do Cerrado foi devastada pela expansão agrícola, que deixou o restante sob ameaça imediata, e isso é importante ser observado para que a gente possa garantir a existência do nosso Cerrado em concomitância com atividades econômicas e atividades sustentáveis. Em média, a área devastada tem chegado a um milhão de hectares por ano, com uma taxa de desmatamento que atinge o valor de 0,5% ao ano. Nesse ritmo, no ano de 2050, teremos apenas 15% ou menos do bioma. Na realidade, hoje a gente tem 50%, mas esses números são indicativos de que é necessário que se tomem medidas preventivas em relação à existência desse importante bioma. Esse volume de desmatamento ou de retirada do bioma natural equivale a eliminar uma área do tamanho da cidade de Nova York por mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas 8% do Cerrado são oficialmente protegidos, e menos de 3% estão sob proteção integral. Isso pode ajudar a responder uma pergunta que foi feita, se o projeto de lei incentiva a criação de novas unidades de conservação. Na realidade, ele fala da necessidade de criação de novas unidades de conservação para se garantir, seja como área de proteção sustentável, seja como área de proteção integral, a existência do Cerrado como bioma, com as suas funções ambientais, com os serviços ambientais que ele presta ao Brasil e ao planeta.

Os proprietários hoje... O nosso Código Florestal, talvez, seja uma das leis mais importantes a serem observadas no Brasil. Se for observado, ele pode ajudar, mas, mesmo assim, ele determina que apenas 25% das terras do Cerrado permaneçam como área de proteção integral na forma de reserva legal. Mas, infelizmente, isso não tem sido aplicado, e é necessário que se observe isso. Atualmente, o Cerrado tem 50% da sua área original, como eu disse, seja de mata nativa ou por reflorestamento.

Um estudo recente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra uma projeção: sem mudança no clima, o PIB brasileiro pode variar até R$15,3 trilhões, em 2050. Mas é importante destacar o que nós queremos fazer para que esse nosso crescimento do PIB possa acontecer.

Evidentemente, as atividades agrícolas no Brasil e no mundo são absolutamente necessárias, mas é importante compreender que a atividade sustentável, a identificação desse bioma como único, as atividades de identificação das árvores e dos biomas protegidos permitem, hoje, segundo dados e estudos, que a floresta em pé seja tão lucrativa quanto a atividade agrícola. Esse equilíbrio precisa ser pensado.

Acho que o Senado Federal é o ambiente, é claro, mais adequado, junto com a Câmara dos Deputados, para que a gente possa fazer esse debate franco, claro, objetivo, para que se garanta a sustentabilidade dos biomas brasileiros, no caso aqui o Cerrado, fundamentalmente para que a gente possa desenvolver as atividades econômicas com base na boa ciência, com base na necessidade de geração de emprego e renda, com base na preservação dos interesses das populações tradicionais, evidentemente podendo fazer com que o Brasil se desenvolva, mas entendendo toda essa complexidade. Para isso, um debate franco é muito importante que aconteça.

Eu encerro por aqui minhas considerações iniciais, para poder ouvir também os demais integrantes da Mesa. Fico disponível também para responder aquilo que estiver ao meu alcance.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Sr. José Antônio Bertotti Júnior, pela sua explanação.

Passo agora a palavra ao Sr. João Carlos De Carli.

O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fernando Collor, é um prazer estar aqui com esses colegas de renome, como o José Antônio Bertotti, que é meu conterrâneo. Minha família também é pernambucana.

Um abraço para o senhor!

O Dr. Felipe Ribeiro, da Embrapa, é um colega antigo em vários trabalhos que nós tínhamos em relação ao uso sustentável do Cerrado.

Nós temos aqui também o Senador Jean Paul Prates.

Eu acho que o Senador Izalci estava aqui presente também. Ele está aqui. É um prazer.

Um abraço a todos!

Nós temos uma discussão sobre a questão dessas legislações que estão vindo em relação ao uso do bioma e que são extremamente interessantes. Como já foi dito aqui pelo nosso secretário, nós já temos legislações existentes, e um exemplo bem forte disso é o Código Florestal, que, como a gente pode dizer, é uma das leis mais atuais em relação à legislação ambiental no mundo, mais rígidas. Também houve mais de uma década de discussão dentro das duas Casas, da Câmara e do Senado, e houve um acordo entre o setor agropecuário e o setor ambiental sobre a forma como você vai tentar fazer o uso da sua propriedade rural e também sobre a proteção da vegetação nativa existente nos biomas. Nós temos hoje seis biomas no Brasil e acreditamos que, se você tentar fazer uma legislação específica para cada bioma, você pode começar a trazer um problema sério, porque, na discussão nas duas Casas, em cada tempo, em cada momento, existe um diálogo, uma conversa diferenciada.

Então, quando a gente observa... Nós já temos hoje a Lei da Mata Atlântica, em que há resquícios florestais, em que há aquela questão dos fragmentos florestais que adentram outros biomas. Isso é claro na região da Caatinga. Quando você fizer a lei de bioma da Caatinga, você vai começar a ter um choque entre as duas legislações de bioma, por conta dessa questão dos limites.

Imagine quando tivermos a legislação do bioma Amazônia, onde grande parte faz limite com outros biomas, com o bioma Cerrado e também com o bioma Mata Atlântica, lá em cima, perto do Maranhão. Nós vamos começar a ter um choque de legislação de biomas, e isso pode trazer um problema seriíssimo tanto na proteção quanto na questão de uso da propriedade rural.

Nós temos hoje o Código Florestal, como eu disse para vocês, uma legislação que trata de preservação ambiental e também de uso sustentável, que coloca como você pode fazer o uso dentro da propriedade rural. Nós temos o exemplo claro, que já foi colocado aqui pelo nosso Secretário, da reserva legal e também das áreas de preservação permanente, que são duas áreas extremamente importantes, e o produtor rural reconhece a necessidade dessa preservação. É lógico que isso tudo tem que ser observado, porque a legislação veio posteriormente à abertura de algumas áreas. Então, tem que haver aquela questão da lei na época e no tempo, e você também tem que respeitar essa questão. Nós temos a Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Snuc, que é a Lei 9.985, extremamente importante, que trata da criação das unidades de conservação tanto de proteção integral quanto de uso sustentável. Nós temos a Lei 6.938, que é a Política Nacional do Meio Ambiente. Nós temos a Lei de Crimes Ambientais, a Lei 9.605, que rege toda essa questão dos desvios de conduta que podem acontecer nessas legislações que eu acabei de colocar.

E temos também uma questão extremamente importante, que também não pode deixar de ser observada, que é quando você fala do direito de propriedade. Quando você coloca a responsabilidade da reserva legal e da área de preservação permanente dentro da propriedade rural, você está colocando uma pessoa como responsável pela proteção dessa área, sendo que a Constituição fala que a proteção tem que ser da coletividade. Então, quando você joga toda essa responsabilidade nas costas de um produtor rural, nós temos que observar que não é uma coisa fácil de se cuidar, é difícil, é cara, não é barata, porque não é só abandonar, pois você tem que tomar conta dela ali também. Nós temos as questões também de invasão de áreas que estão acontecendo e que vão diretamente à reserva legal ou à área de preservação permanente, que, dependendo do local, têm madeiras nobres ainda. Então, os movimentos vão lá e cortam essa madeira, porque é uma madeira mais fácil de se vender e cara, e a responsabilidade da multa, depois, é do proprietário rural, mesmo a propriedade dele sendo invadida. Ele sofre aí nessa questão dessa violência dentro da propriedade rural dele. Por mais que ele tenha protegido aquela área, acontecendo alguma coisa dessa, a responsabilidade fica nas costas dele.

São várias questões extremamente importantes que nós temos que colocar que nos levam a crer que nós devemos, primeiro, trabalhar na legislação existente hoje, como o Código Florestal. Na hora em que a gente coloca a questão da Lei do Snuc, como o Secretário colocou aqui na fala dele, da necessidade de criação de unidade de conservação, é necessário, sim, seguir aquela premissa de como você tem que fazer uma desapropriação, com a questão da desapropriação da área e o pagamento daquela área. O primeiro parque nacional brasileiro até hoje tem proprietário rural dentro dele, onde a desapropriação não foi efetivada, não foi paga para ele. Então, nós temos um problema seriíssimo, pois não é só criar novas áreas. Criar é fácil, com uma canetada você assina, mas nós temos que gerir aquilo que já existe. Então, nós temos que ter uma responsabilidade muito grande nessas questões.

Colocando um pouco sobre a questão das áreas de preservação permanente e reserva legal dentro do bioma Cerrado, segundo um estudo feito pela Embrapa, hoje aproximadamente 17% do bioma, se eu não me engano, estão dentro dessas áreas, áreas de preservação permanente e reserva legal. Assim, são áreas que têm a sua proteção já efetivada e que são analisadas pelo CAR, e, havendo algum desmatamento dentro dessa área, o próprio Cadastro Ambiental Rural já acusa e manda para os órgãos de fiscalização que têm que fazer a devida análise do que aconteceu naquela região. Nós temos, de unidade de conservação como um todo, mais de 8%. Então, se nós fizermos a somatória desses dois aqui, já há uma área muito grande em relação ao que se deve preservar legalmente dentro do bioma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós formos observar, a Resolução 6 – eu peço desculpa por não me lembrar do ano – da Conabio, quando internalizou a Meta de Aichi para o Brasil na Meta 11, se eu não me engano, colocou isso lá, o que foi aceito pelo setor agropecuário brasileiro. A Meta de Aichi colocava, se eu não me engano, 11% ou 17% de áreas protegidas dentro de um país. Na internalizada, nós colocamos 11% ou 17% dentro de cada bioma brasileiro, ou seja, foi internalizada uma resolução da Conabio extrapolando o que o mundo colocou, em que aceitamos colocar mais áreas protegidas em cada bioma brasileiro contanto que se incluíssem, no cálculo, reserva legal, área de preservação permanente, áreas indígenas. Por quê? Porque, quando se colocam todas essas áreas que são legalmente protegidas, nós já havíamos ultrapassado a Meta de Aichi, que era, em nível nacional, nessa porcentagem – nós colocamos por bioma e nós já ultrapassaríamos essa questão.

É extremamente importante conhecer os dados. O CAR – desculpem-me por usar um trocadilho – foi uma bola dentro, foi um golaço que o Congresso Nacional fez. Hoje, com esses dados... Para se fazer qualquer coisa, nós precisamos de dados. Quando se colocam esses dados, mostrando o que é área de propriedade, o que é reserva legal, o que é unidade de conservação, qual é a área que precisa ser melhorada – acredito que o Dr. Felipe vai falar um pouco disso, de que se deve fazer a recuperação de algumas áreas –, quando se colocam esses números, nós mostramos para o mundo que nós estamos dando aula em relação à preservação – nós estamos dando aula!

Se a sociedade deseja que existam mais áreas protegidas, existe uma legislação para isso, que é aquela que eu falei para vocês aqui: o Snuc. O Estado tem que prover, ou seja, o Estado tem que fazer a desapropriação e a transformação daquela área produtiva em área protegida. Não podemos dizer que isso não seja importante. É extremamente importante, sim, só que nós temos que fazer o dever de casa em relação a tudo aquilo que já existe de unidade de conservação hoje. Nós precisamos, sim, fazer um gerenciamento dessas áreas, porque algumas dessas áreas estão abandonadas, e, em algumas áreas, ainda existem proprietários lá dentro que não podem trabalhar. Por quê? Porque a legislação desapropriou, mas não pagou. Então, o proprietário fica naquele limbo jurídico entre o uso e o não uso da propriedade dele. São propriedades pequenas, são propriedades médias, são propriedades grandes, em que as pessoas estão esquecidas. Os anos passam, e continua havendo o mesmo problema.

Nós achamos que nós temos que nos debruçar e trabalhar melhor nas legislações já existentes e que não são poucas, são muitas! Daqui a pouco, nós vamos começar a fazer legislação em que uma vai começar a chocar com a outra. A insegurança jurídica, tanto na questão ambiental de proteção quanto na questão de uso da propriedade, vai dar sérios problemas, e não é isso que a gente deseja. A gente deseja que haja uma união entre a preservação e o uso sustentável da área, para que cada um consiga viver de uma forma mais clara e calma e consiga fazer a função social da propriedade rural, que é exatamente produzir alimento para a população brasileira.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado ao Sr. João Carlos De Carli por suas palavras.

Passo agora a palavra ao Sr. José Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa Cerrados.

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – Boa tarde! Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sim.

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – Obrigado.

Eu vou compartilhar a minha tela, só um segundo. (*Pausa.*)

Está a tela inteira aqui?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sim.

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu gostaria de iniciar agradecendo o convite, o requerimento para a realização da audiência ao Senador Jean Paul Prates, ao Senador Jaques Wagner, ao Presidente da reunião, o Senador Fernando Collor – estivemos juntos na ECO 92, não vai se lembrar de mim, mas estivemos juntos lá na ECO 92, tanto tempo trabalhando nisso, o senhor como Presidente do Brasil, lembro-me muito bem. Este assunto de trabalhar com o que se dispõe sobre conservação, proteção e regeneração da vegetação nativa como uma política de desenvolvimento sustentável é interessante. É bom lembrar que nós tivemos um documento da Embrapa, naquela época, de quase 400 páginas, mostrando como a agricultura estava colaborando para o desenvolvimento e a conservação da biodiversidade aqui no Brasil. Então, agradeço muito o convite.

Agradeço estar aqui com o José Antônio, com o João Carlos. Neste momento, cumprimento a todos sobre essas ações.

Quero contar aqui a vocês do que é que a gente foi capaz, dentro da Embrapa, nessa proposta. A gente criou um grupo de trabalho com a elaboração de uma nota técnica para esta proposição legislativa com análise técnica, sugestões de alteração, posicionamento sobre o projeto, recomendações, fontes de informação consultadas, no final, concluindo como é que nós vamos conservar o Cerrado dentro das suas culturas – ouviu, José Antônio? –, espécies e o agro dentro dessa expectativa. Essa equipe técnica, com oito pessoas, trabalhou conosco aqui na Embrapa Cerrados para que a gente pudesse considerar, nessa análise técnica, a complexidade do bioma, a sua biodiversidade, o alto nível de endemismo e a aptidão que essas áreas têm no Cerrado para a expansão agrícola. Então, um desafio, se você quer conservar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biodiversidade, se você quer conservar o Cerrado, é aliar a produção agrícola e a expansão urbana e industrial para a manutenção desses recursos naturais que nós temos no Cerrado.

O projeto de lei ora em análise deve contribuir para a conservação da biodiversidade, mas, como o João Carlos já falou, ele guarda uma relação com as leis em vigor do Estado brasileiro. Então, sugerimos verificar sobreposições e incongruências com essas legislações. E aqui citamos algumas – o João falou do Snuc, nós trouxemos uma a uma. A nossa preocupação é essa superposição não atrapalhar que o projeto de lei aconteça.

Vou dar um exemplo aqui de várias sugestões de alteração, como, no caso de coleta de subprodutos, o que é que a gente sugere adicionar. Quando se fala em subprodutos de espécie nativas do Cerrado, tal como cascas, frutos, nós temos um período fenológico para que isso aconteça, não é em qualquer época do ano. Nós temos que ter um volume desse subproduto para ser coletado. Então, a justificativa é que consideramos esse período fenológico e esse volume para não afetar a manutenção dessas espécies. O Ministério do Meio Ambiente já tem algumas orientações sobre boas práticas de coleta para algumas dessas espécies.

Quando a gente fala do Cerrado, nós temos 12 mil espécies. O Cerrado só perde em número de diversidade para a Amazônia, em termos de plantas. O Brasil tem 45 mil espécies de plantas. Imaginem que o Cerrado tem 12 mil. Então, quando a gente fala, é fundamental que a gente leve em conta isso aí.

O caso da outra sugestão é sobre o que diz ali, que pelo menos 17% da área terrestre virem unidade de conservação. Será que isso vai garantir a biodiversidade? Vou mostrar a vocês que pode ser que não, mas nós temos de remunerar quem está conservando, como o João já destacou, o papel do produtor rural. E temos que indicar, neste projeto de lei, de onde saiu esse valor de 17%. Por que não 16%? Por que não 18%? De onde veio?

A qualidade, quando se fala em termos de pastagem, dessa degradação de pastagem... Como o objetivo do projeto de lei é focado na conservação, se faz necessária essa classificação do que é uma pastagem degradada, se ela vai virar conservação de vegetação nativa ou se ela vai voltar a ser uma pastagem produtiva. Isso é fundamental.

Quando o projeto de lei fala "é vedada a prática de carvoejamento", nós temos de entender o carvoejamento com espécies nativas, porque há muitas áreas de florestas plantadas no bioma com fins energéticos, sobretudo para a siderurgia. Isso é parte da sustentabilidade para essas ações.

Quando a gente fala de sustentabilidade ecológica, que é um termo que pode ser subjetivo, nós temos que ter uma base científica para estruturar o período de coleta e o volume, como eu já disse, para ser coletado em cada uma dessas espécies.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pagamento por serviço ambiental. É fundamental que isso seja levado em conta, mas temos que levar em consideração também que foi assinada em janeiro de 2021 a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Essa proposta é posterior ao início da tramitação deste projeto. Então, isso é tratado no projeto de lei em diferentes pontos. Nós estamos preocupados com que isso seja consistente.

Nesse ponto, a nossa posição sobre o projeto de lei foi favorável, com essas adequações, com as recomendações – vou listar umas quatro ou cinco recomendações.

Ele fala em área de preservação permanente autorizada para a continuidade das atividades agrossilvipastoris. O texto do projeto de lei deve esclarecer de maneira inequívoca o que é que nós estamos tratando como remanescente de vegetação nativa para evitar interpretações dúbias do contexto.

Dentro desta recomendação, é fundamental isto – e, de certa maneira, o João passou por este assunto –: o que é que é a classificação da vegetação brasileira diz, o que é que o IBGE... O projeto de lei fala baseado no IBGE, mas o IBGE não utiliza, comumente, o termo bioma Cerrado. Ele fala das paisagens, das fitofisionomias, mas no texto do IBGE não são contempladas essas fitofisionomias como o bioma Cerrado tem, que são abrangidas pelo projeto de lei. Eu quero destacar aqui essa classificação. As formações florestais que o bioma Cerrado tem, como mata ciliar, como mata de galeria, que são fitofisionomias ligadas à água, mata seca, cerradão, que são ligadas ao interflúvio, entre rios, são paisagens fundamentais para a vida, inclusive do próprio Cerrado. Nós temos várias espécies da fauna que vivem nas matas ciliares, mas se reproduzem e utilizam o Cerrado. As formações savânicas são o que a maioria das pessoas entende o que é o Cerrado, mas não, o Cerrado é muito mais do que formações savânicas. Nós temos as paisagens dessa savana seca e úmida, temos as formações campestres, que são a esponja da qual o José Antônio falou aqui. É nessas áreas campestres que se absorve essa água, é ali que se capta essa água nas áreas, principalmente, de maior altitude, para irrigar o restante do País. Essa é a preocupação.

O que o IBGE também tem são dois limites nas escalas dos mapas. Isso daí é onde passa uma linha – onde está uma coisa, onde está outra coisa. É fundamental que isso esteja bem claro no projeto de lei.

Outra palavra que há lá: avaliação ambiental estratégica. Esclarecer como essa avaliação ambiental se coaduna com os critérios estabelecidos no EIA/Rima.

O projeto de lei fala dos estágios sucessionais de regeneração das fisionomias que o integram. Esse aspecto, gente, é fundamental. A gente tem que rever, porque é muito clara a sucessão em floresta: uma árvore sombreia, e aí a sucessão acontece. No caso de ambientes savânicos e campestres, isso não funciona. A escala de mapeamento utilizada pelo IBGE não é compatível com essa realidade local.

Outro termo utilizado na legislação: quando se fala em pequena propriedade ou posse rural, o termo na legislação é agricultura familiar e empreendimento familiar rural. Vamos tomar cuidado com isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos deixar claro, como o João já disse, quando há legislações similares, uma por cima da outra. Aparentemente, no projeto de lei há pontos contraditórios com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, que é o que a gente chama, tradicionalmente, de Código Florestal.

Então, aqui estão as fontes de informação que a gente consultou para este parecer. A gente procurou dar um subsídio para que o projeto de lei tenha uma boa condução.

E, finalizando, eu quero falar de conservar o Cerrado. Quero destacar: não deixar a espécie humana de fora da conservação do Cerrado; em termos de espécies, animais e vegetais; e como o agro estaria embutido nesse sistema.

A nossa preocupação é: conservar ou preservar? Diferenciar essas duas coisas para a gente saber muito bem o que é que a gente pode ter com o uso racional de um recurso e aquilo que vai ser protegido, mantido como está, mesmo que, racionalmente, a gente não possa utilizá-lo. Então, são duas coisas diferentes. Temos de saber o que a gente pode utilizar, falar do manejo, entender que nós estamos aqui com uma consideração da espécie humana dentro do uso dessa biodiversidade.

A gente sabe hoje que, das 12 mil espécies... Só para a gente ter uma ideia de quão diverso é o bioma Cerrado, das 12 mil espécies, só na fitofisionomia – aqui no canto direito embaixo, nós estamos falando das savanas – são 951 espécies lenhosas, 121 espécies bem distribuídas e só 38 que acontecem, praticamente, em mais de 50% desses locais. São 70 mil quilômetros que a gente andou neste Brasil afora, de carro, visitando esses lugares, para entender que, apesar daquela aparência de savana, aquele Cerrado, nós temos uma diversidade de espécies enorme. Só 38 acontecem em ampla distribuição. Vejam só, de 951 espécies, nós temos uma diversidade grande. Então, se a gente deixar isso apenas em unidades de conservação, não vai acontecer essa conservação, não vai acontecer. Por isso, nós temos que manejar, aprender como manejar essas espécies dentro de propriedades, trabalhar com o produtor rural e remunerá-lo quando necessário.

Então, quando a gente tem esse aparente dilema da preservação e da produção... O João conhece essa fala, não é, João? A gente já esteve junto aqui. Isso aqui é lá no Monte Pascoal, lá na origem do Brasil. Isso aqui é uma unidade de conservação que a gente não pode utilizar. A gente tem as pastagens visitadas, ali naquele lado, e tem esse dilema, não é, João? Lembra disso aqui, de quando a gente olhou? Não queremos isso aqui como agricultura. Nós não estamos conservando nem a biodiversidade do Brasil e nem a agricultura do Brasil, usando, irracionalmente, os recursos solo e água para fazer manejo de agricultura.

Então, é para isso que eu gostaria de chamar a atenção. Isso aqui é em Mato Grosso do Sul, Presidente Senador Fernando Collor, João Carlos, José Antônio. Olhem só como é que o produtor está gerindo essa propriedade em termos de pasto. Que lucro ele vai ter com este pasto aqui? Quando a gente fala em rio... Isso aqui é a conservação do rio, nessa mesma propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que trazer para o nosso lado esse agricultor, fazer com que ele seja parceiro. Quando a gente está falando de conservação, nós temos que entender como a conservação do pasto, como a conservação da agricultura está fazendo parte na gestão ambiental produtiva, integrando pesquisa, gerenciamento, transferência de tecnologias, com essas ferramentas para diagnóstico e planejamento, implementação e monitoramento da propriedade. Temos que, efetivamente, diminuir a distância entre a produção rural e o ambiente. Isso acontece junto, e, assim, nós vamos ter sucesso, neste País, quando a gente fizer essa integração entre pesquisa, gerenciamento e transferência de tecnologia.

Estou quase acabando aqui.

O que a gente quer com a gestão ambiental produtiva, não é estimular essa briga entre ambiente e produção, é colocar as cartas na mesma mesa. Esse jogo é para se jogar junto, essa moeda tem frente e verso, ela só funciona se as coisas estiverem junto.

Quando eu olho para uma propriedade sendo manejada dessa maneira, olhando erro em recursos de mata ciliar, que não tem, agricultura morro abaixo, fogo; quando a gente fala nessas coisas, como a nascente, aqui, sendo represada; quando a gente olha isso aqui, nós temos que trabalhar com esse produtor, mudar a mentalidade dele, passo a passo, fazer essa gestão ambiental de modo que a gente possa desenvolver com ele a agricultura e o ambiente na parte de conservação e transformar essa propriedade, depois, naquilo que a gente tem como ideal de gestão de uma propriedade rural de sucesso, para que ele possa ter o verde. Quem está no vermelho não toma conta do verde, não é? Essa é a posição.

Então, inovação não é somente o que a gente faz não, mas também o como, e esse é o desafio. A gente tem que ser capaz de: identificar essas características; quais são os estágios de degradação da agricultura e da natureza; essas estratégias; apoiar a instalação e monitoramento desses projetos no campo.

Estou quase terminando aqui.

Quero passar para vocês, viu, José Antônio? Quando você fala nessa coisa da esponja, muita gente fala nesse número de 40% que você trouxe para a gente. Eu quero esclarecer para vocês que esses são dados nossos, lá da equipe de Hidrologia da Embrapa Cerrados.

Analisando as grandes bacias, quando a gente olha a Bacia do Paraná-Paraguai, nós estamos falando em 48% da área dela que está dentro do Cerrado – é esse verdinho aqui embaixo. Ela está em 48%, mas o volume de água que chove dentro do Cerrado e circula nessa bacia é de 71%. Então, é muito chocante ver qual é o papel que o Cerrado tem nas águas que vão na Bacia do Paraná-Paraguai. Quando a gente fala que há falta de água, nós vamos falar disso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala na Araguaia-Tocantins, a área dessa coisa branquinha aqui em cima é de 78%, no Cerrado, e 71% da água que circula nessa bacia cai no Cerrado. Então, nós temos a participação das chuvas na Amazônia...

Vejam o contraste na Bacia do São Francisco: 47% da área está aqui no Cerrado. Olhem por quanto do volume dessa água é responsável o Cerrado.

Então, quando a gente fala que Itaipu pode fechar no ano em geração de energia, vejam só o problema que nós temos, de onde está saindo, por que essa água não está chegando lá em Itaipu: ela sai daqui do Cerrado. Nós temos essa preocupação. Então, 48% da área, esse volume dá aí uma Bacia do Paraná-Paraguai. Quando a gente fala em preparo da terra, se ele não está associado com a chuva, você prepara a terra e deixa o solo exposto – essas imagens são todas da internet. Se você deixa o solo exposto, nós vamos trazer esse tipo de situação. Se não chove numa época em que o solo está exposto, nós vamos ter esse tipo de situação aqui. Então, a nossa preocupação é fazer a gestão.

Eu estou terminando, faltam dois eslaides apenas.

Como é que a gente pode... Isso é uma reportagem grande da *Folha de S.Paulo* falando da divisão de atividades na região aqui do Pantanal. Você falou da importância do Cerrado para a água que circula no Pantanal. O Pantanal, de alguma maneira, é o ralo do nosso Cerrado, o ralo no bom sentido. A água que é coletada aqui no Cerrado vai para o Pantanal. Nós temos aqui, quando você faz gestão da agricultura, os processos erosivos são controlados pelo uso do plantio direto, aí vocês veem a ciência atuando em favor da conservação do solo e da água. Quando você fala em gestão ruim do solo, quando você deixa o solo exposto, o mal manejo, principalmente pela pecuária, erros da pecuária, você mostra a quantidade de erosão, voçorocas enormes. Olhem aqui um precipício de dezenas de metros num lugar que era plano. Então, nós temos que fazer essa gestão ambiental produtiva.

Concluindo – vou concluir aqui a minha fala –, aqui está como é o Cerrado participando... Aqui é um exemplo do Rio Taquari muito forte, como é que vai desembocar lá no Pantanal – isso aqui é tudo Pantanal –, mostrando o papel de uma gestão malfeita. Então, se você divide a agricultura com a conservação do Cerrado, nós temos que diminuir essa distância entre a produção rural e o ambiente.

Eu gostaria de concluir aqui a minha fala.

Se estamos pensando na conservação da biodiversidade, da paisagem, dos recursos naturais presentes no bioma Cerrado, a gente tem que ajudar a garantir essa prestação dos serviços ecossistêmicos, do serviço ambiental. Que a agricultura, com conservação de água, do solo e da biodiversidade, que a produção rural faça parte desse processo. É isso que nós estamos tentando em projetos, como o Biomas, que nós tivemos aí na parceria com a Confederação Nacional da Agricultura, como o Paisagens Rurais, em que temos todos esses parceiros aqui, a cooperação do Senar, a cooperação do Serviço Florestal Brasileiro, para trazer a esse Cerrado sustentabilidade, produtividade e renda. E agora um projeto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valer que nós estamos querendo levar nacionalmente com o Serviço Florestal para que a gente possa fazer essa gestão ambiental produtiva e ter conservação do Cerrado e conservação da agricultura.

Muito obrigado pelo tempo, Senador.

Muito obrigado, José Antônio e João Carlos, por estar aqui com vocês e poder contribuir nesse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Por videoconferência*.) – Muito grato ao Sr. José Felipe Ribeiro, que é pesquisador da Embrapa Cerrados, por esse percuciente depoimento que presta hoje nesta nossa reunião.

E tenho a satisfação de passar agora a palavra a S. Exa. o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência*.) – Acho que está com a tela pronta. Agora, sim.

Meu querido Presidente, Senador Presidente Collor, eu não fazia... Que nem o José Felipe disse aí, acho que o Presidente Collor também não se lembrava de mim, da ECO 92, certamente, porque ele era o Presidente da República, e nós éramos meramente pessoas que estavam ali colaborando com o processo, não é? Mas, enfim, é o nosso grande mestre, guia aí nesse processo, porque, como eu sempre digo, faço questão de repetir aqui, o Presidente Collor conseguiu algo inédito, com aquela quantidade de Chefes de Estado, pela primeira vez na história do mundo, reunidos no Rio de Janeiro em 1992, um fato histórico, inédito, um pontapé – com todo o bom sentido nisso –, um pontapé inicial fabuloso para todas essas questões que agora anualmente e, mais do que anualmente, regularmente são discutidas globalmente, como agora na COP 26, para a qual todos estamos nos preparando para participar pelo Brasil, que é um País, inclusive por conta desse pontapé inicial, é o País líder, não é? E jamais perderá essa condição. Por mais que façamos o esforço, não perderemos jamais essa condição de grande líder da biodiversidade, grande líder da sustentabilidade, da energia renovável, das tecnologias disruptivas, das metodologias de trato com os nossos biomas, tão diversos, tão diferentes, em função da nossa própria geografia, que, ao contrário de outras nações mais horizontais, é vertical. E isso, já de cara, nos dá essa condição de biodiversidade e de biomas tão diferentes.

Eu queria saudar aqui o Secretário Bertotti; o João Carlos de Carli, já nos conhecemos de tantas discussões aqui – isso já é quase um grupo de trabalho, não é? –; e o César também, que vai falar.

Eu pedi só para intercalar aqui a minha fala, porque eu vou ter que correr de Natal para Recife para pegar o voo. Os horários aqui ficaram muito difíceis. Com a pandemia, cortaram muitas rotas aéreas, e a gente está tendo que fazer aqui acrobacias para viajar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo também o José Felipe, que eu já mencionei aqui; e, claro, sempre, Presidente Collor, a nossa equipe valorosa aí da Comissão de Desenvolvimento Regional, que nos dá todo esse apoio.

Quero saudar também o Senador Izalci Lucas, que, eu digo aqui, é o grande representante do Cerrado presente aqui entre nós e certamente falará com muita proficiência a respeito do tema.

Quero dizer que, genericamente, claro, sendo o Líder da Minoria e da Oposição, não se poderia esperar que eu tivesse uma posição condescendente com a atual gestão federal em relação ao meio ambiente. E evidentemente isso vem depois de constatar também o retorno da inflação, o retorno ao mapa da fome, os programas de distribuição de renda e geração de emprego pífios. Mesmo esse agora que está anunciado não consegue sair da estaca zero, porque me parece que a equipe não tem essa capacidade, não tem a empatia, a sensibilidade e a sabedoria em lidar com programas sociais e, ao mesmo tempo, lidar com a macroeconomia brasileira e com a segurança que a gente tem que passar para o investidor, para o mercado, enfim.

Para piorar, tivemos a pandemia, que nos impediu de discutir vários temas, porque tivemos que ficar, não só aqui no Senado, como na Câmara e em várias outras dimensões dos Poderes brasileiros, concentrados em atuar numa coisa que nós não sabíamos o que era exatamente; turbados, ainda, com posicionamentos conflitantes políticos, ideológicos, equivocados, negacionistas.

Enfim, nesse caos todo, temos, ainda por cima, não há como negar, porque isso é constatado por fóruns neutros, não é uma questão política, a permissividade e a, praticamente, total inoperância do Governo atual em lidar com o avanço da degradação ambiental em geral no nosso País.

Então, esse processo, e eu aqui não quero inculpar qualquer atividade ou entidade, até porque sabemos aqui, por exemplo, no caso do rural, do agro, que ele tem representantes e digníssimas representações a falar e a justificar o quanto este setor faz para buscar a preservação e buscar formas de convivência e de atuação menos danosas, mitigando ao máximo os efeitos, equilibrando essa equação difícil de termos que produzir alimentos e também produtos para exportação – sabemos que os alimentos, na sua maioria, acabam vindo da agricultura familiar, pelo menos os que nós consumimos no Brasil –, mas, se há gente organizada e cumprindo procedimentos, Presidente Collor, é forçoso admitir que há muita gente que não está cumprindo procedimentos, não está agindo com diligência e não está sendo criminalizada. Por que digo isso com toda a certeza absoluta? Porque os números e a própria natureza, como mostrou agora a apresentação anterior, gritam ao contrário do que se tenta impingir a nós todos.

Então, não é possível que a gente admita que nós estamos indo bem neste assunto. Nós não estamos indo bem neste assunto, mesmo fazendo esforço, mesmo nos organizando do ponto de vista das atividades privadas, mesmo, inclusive, com a própria pressão daqueles que compram os nossos produtos, que acabam fazendo pressão nos nossos produtores mais organizados e que acabam sucumbindo a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressão, dizendo: "Olha, preciso produzir de forma mais sustentável, porque, senão, eu não vou conseguir vender, eu vou sofrer penalidades".

Portanto, diante deste vácuo, desta insuficiência absoluta, também nós do Poder Legislativo precisamos assumir tarefas de preservação da biodiversidade do Brasil.

Eu tinha feito aqui uma exposição sobre a questão do Cerrado, vou deixá-la, porque já foi exposta, mas, claramente, nós estamos vendo que o Brasil, como eu disse inicialmente, precisa, sim, definir algumas políticas e alguns projetos de lei que sejam regionalizados por bioma, mais do que por Estado, mais do que por região geográfica e mais, é claro, até mesmo do que as legislações nacionais, que são legislações basicamente procedimentais. Os procedimentos devem ser harmônicos, os procedimentos devem ser estandardizados, padronizados, mas há uma diferença muito grande entre biomas e esta pressão vem de todos os lados, não vem só de organizações ambientalistas. Vem da população, vem das populações originárias, vem das pessoas... O Senador Izalci, com certeza, as ouve muito mais de perto, porque está no Distrito Federal, mas também nossos Estados nordestinos têm parcela do Cerrado e, por isso, está aqui o Bertotti, que trabalha na Câmara ambiental do Consórcio Nordeste integralmente, trabalhando também com os Estados do Nordeste.

Então, temos representações de todos os lados e esses biomas não respeitam essas nossas divisões geográficas humanas, essas que a gente traçou no papel; eles perpassam isso tudo e eles têm, de fato, situações bem diferenciadas que merecem cuidados específicos.

Por isso, esses 26 artigos do PL nº 5.462, de autoria do Senador Jaques Wagner, que eu tenho a honra de relatar nesta Comissão, definem, primeiramente, a abrangência desse bioma, do bioma Cerrado, e conseguem começar a estabelecer diretrizes e princípios quanto à sua conservação, proteção, regeneração, utilização, políticas de desenvolvimento sustentável, traz a articulação obrigatória com outras políticas públicas; porque é importante pensar meio ambiente não apenas do ponto de vista ambiental, mas também por outras dimensões, inclusive como a educação, a infraestrutura e várias outras políticas públicas importantes, mormente as sociais; situações de vedação absoluta, vedação relativa de corte e supressão vegetal nativa, proibindo esse carvoejamento – e já anotei aqui a sugestão colocada quanto às florestas energéticas. Eventualmente, claro, vamos fazer alterações. Estou anotando aqui todos os pontos. O pagamento por serviços ambientais, que tem que ser claro também. É uma atividade, é uma relação jurídica importante, que precisa, como qualquer outra, também de segurança.

Portanto, não se trata aqui absolutamente de proibir o progresso, a atividade econômica, mas, sim, de amparar essas atividades com políticas públicas bem discutidas, bem elaboradas, racionais, equilibradas e, sobretudo, bem financiadas, porque a sustentabilidade dessas políticas públicas depende do dinheiro público também. É parte do dever do Estado brasileiro garantir que essas políticas sejam aplicáveis e sejam viáveis. E, para isso tudo, também é necessário esse arcabouço legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos choques e zonas de transição possíveis sim. Teremos isso. Teremos entre Caatinga e Cerrado, teremos entre Cerrado e Amazônia. Teremos esses choques, e serão administrados com certeza, mas essas legislações são importantes para complementar, como eu disse, as gerais, nacionais e também as estaduais.

Em relação ao CAR, queria fazer uma observação. Ele realmente é extremamente bem-vindo, mas ele precisa de um reforço. Eu acho que todo mundo que trabalha com meio ambiente e até com licenciamento, mais especificamente de agricultura, de projetos energéticos com parques eólicos, fazendas solares etc., se ressente ainda de uma aceleração maior e, sobretudo, de uma ajuda para que os proprietários, principalmente os que têm menos condições, possam ser orientados e até financiados quanto a regularizar o CAR.

E, por fim, quero agradecer aqui a todos os que vieram nos ajudar. Eu sempre digo isso nas Comissões, Presidente Collor, que as pessoas que vêm conversar conosco aqui são nossos convidados, querem nos ajudar e estão aqui para isso; portanto, merecem todo o nosso agradecimento e admiração.

E quero dizer que estamos, sim, nos preparando para uma COP 26, em que nós teremos uma árdua tarefa de defender que o Brasil é maior do que o governo de ocasião e, Independentemente de criticá-lo, ajudar a todos na conscientização. Estaremos com o Ministro do Meio Ambiente por lá, estaremos com outras autoridades ambientais brasileiras, e a nossa postura, mesmo na liderança da oposição, Liderança da Minoria, aqui, no Congresso, como todos já conhecem e já sabem, é sempre no sentido construtivo, é sempre no sentido de trazer novas sugestões, novas contribuições, ter a nossa ótica, evidentemente, sobre o que o Brasil precisa, mas prosseguir ouvindo muito, ouvindo e dialogando muito acerca desse tema e dos outros. E é por isso que estamos aqui totalmente à disposição não só de vocês como de todos que nos assistem quanto a esse PL 5.462.

Muito obrigado pelo espaço. Desculpem interromper a sequência dos quatro convidados. Peço desculpas ao último, que ficou o... Quem foi que ficou por último aí? Eu não sei se foi o De Carli... (*Pausa.*)

Passou da tela aqui.

Mas agradeço muito a presença de vocês.

Presidente Collor, o seu comando é nossa ordem, e vamos trabalhar juntos aqui. Eu, daqui a pouco, terei que realmente me ausentar, mas a nossa Assessoria está prestando atenção. Certamente, ouviremos mais sugestões, inclusive, as dos internautas.

Muito obrigado a todos. Parabéns pelo trabalho e, mais uma vez, obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Jean Paulo Prates, que tanto tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhado e lutado pelos nossos ecossistemas, pelo meio ambiente de um modo geral, pela sustentabilidade, o que tem feito com que o Brasil não perca o seu papel de proeminência na discussão ambiental, papel esse arduamente conquistado, como aqui foi dito, de forma um pouco generosa, em função de ter sido eu o Presidente da conferência, mas que foi o ponto de partida para que o tema ambiental em relação ao planeta tivesse no Brasil uma referência importante.

Eu espero que nessa COP 26 nós possamos avançar bastante. O discurso que o Presidente da República fez no G20 foi um discurso muito incisivo, muito objetivo. Resta que nós coloquemos em prática tudo aquilo que ele colocou. O importante é que o Brasil não perca esse papel de interlocutor confiável, parceiro confiável do planeta Terra, no sentido de nós preservarmos essa casquinha em que nós vivemos, que é o nosso mundo.

Portanto, muito obrigado a V. Exa., Senador Jean Paul Prates, pela sua participação, sempre muito correta, sempre muito objetiva e que dignifica bastante o nosso trabalho no Senado Federal.

Tenho a honra de passar, agora, a palavra a S. Exa. o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente Collor, primeiro, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa, quero cumprimentar o meu amigo Jean Paul e dizer para o Jean Paul que, hoje de manhã, nós fizemos o debate sobre a Ceitec. Foi muito bom.

Quero cumprimentar o Felipe Ribeiro, da Embrapa Cerrados, e parabenizá-lo. A Embrapa é um patrimônio nosso. Quero cumprimentar também o João Carlos e o José Antônio.

Lógico, eu, como Senador aqui do DF, tenho uma grande preocupação exatamente com o cerrado, acho que toda bancada nossa tem essa preocupação. Primeiro, é verificar – e esse é o motivo principal – se esse projeto, realmente, o PL 5.462, vai delimitar bem essa questão da utilização do Cerrado de uma forma sustentável. Eu fiz algumas audiências públicas com a participação, inclusive, da Embrapa; chamei Paolinelli, inclusive, que participou do debate.

Lógico, a gente tem que preservar, até porque as nascentes todas praticamente estão aqui e, sinceramente, a gente fica muito preocupado com o descaso, vamos dizer assim, com relação à questão hídrica, a questão de preservação do meio ambiente, mas, de uma forma especial, dos córregos e dos rios, das nascentes. É incrível como as pessoas não reconhecem o óbvio.

Eu acompanhei a apresentação, a preocupação, e é evidente que nós temos hoje uma economia sustentada pelo agro e que basicamente deve muito à Embrapa. Sinceramente, eu fico assim preocupado. Você pega a Embrapa, que é o maior patrimônio que nós temos, que provou realmente, que fez do Cerrado o que é hoje, em termos de produção, mas talvez tenhamos exagerado um pouco ao utilizá-lo de uma forma não muito sustentável. Basta ver o reflexo agora das outras regiões, em função dessa crise que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está acontecendo – que já aconteceu, está acontecendo – e vai acontecer mais ainda se a gente não buscar uma forma de preservação, de cuidado com relação ao bioma Cerrado.

Mas, primeiro, quero verificar se existe alguma sugestão por parte dos técnicos, que são especialistas nessa área, para ver se esse PL realmente está adequado e se é necessário ou não aperfeiçoá-lo, para que a gente possa continuar tendo um agro forte, mas sustentável.

Eu vi aqui várias apresentações do ex-Presidente da Embrapa, o Maurício, e também do Wallace Paulinelli. Participamos de um grande debate sobre o agro do futuro. E me preocupa muito essa questão, principalmente das nascentes aqui. Estão todas aqui. Nós temos aqui Águas Emendadas, que praticamente hoje estão bastante prejudicadas em função da manutenção, do olhar da preservação. A gente tem realmente sofrido muitos problemas aqui.

No mais, quero parabenizar e agradecer por esse debate interessante. Mas qualquer sugestão... Porque nós temos que manter realmente o agro funcionando bem, a nossa economia funcionando bem, mas, de fato, sem prejudicar o nosso bioma, que é fundamental.

Então, eu cumprimento e parabenizo o José Felipe aí, que é da Embrapa Cerrado. Eu tive... Não sei se o Felipe lembra o grande debate que fizemos aqui, em 2011 e 2012. O nosso Governador queria, na época, criar o Minha Casa, Minha Vida na área da Embrapa Cerrado, que há 40 anos vinha cuidando da área, acompanhando diariamente, e queriam substituir pelo Minha Casa, Minha Vida. Então, a gente tem isso.

Com a Ceitec, hoje de manhã, é a mesma coisa. Há a crise violenta nos *chips*, que ninguém está produzindo mais. Até a indústria automobilística não entrega mais o carro. E o pessoal fechando a Ceitec. É lógico que ela tem lá seus problemas, mas você não pode matar a galinha dos ovos de ouro. Você tem que preservá-la.

Então, não poderia deixar aqui de parabenizar a Embrapa, que foi a grande responsável para que a gente pudesse ter um Cerrado produtivo e que dê a sustentação ao País. Mas temos esse desafio agora de manter o desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, de preservação desse bioma tão importante, principalmente para nós aqui do Centro-Oeste.

Então, eu o parabenizo, Senador Fernando Collor, pela iniciativa, e espero que vocês possam contribuir com a melhoria do projeto. Que a gente tenha realmente a maior proteção possível deste bioma importante.

Agradeço aí a oportunidade.

Parabenizo a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Por videoconferência*.) – Obrigado a S. Exa. o Senador Izalci Lucas pela sua sempre presente participação nas nossas audiências públicas, sobretudo quando são relacionadas ao meio ambiente, particularmente.

Eu teria uma pergunta a fazer ao Sr. José Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa Cerrados.

Cerrados e savanas, pelo que eu entendo, são dois ecossistemas muito parecidos. Nós temos, por exemplo, as savanas em Roraima. As savanas de Roraima têm 230 mil ou 240 mil quilômetros quadrados, o que equivale quase a todo o território do Estado de Rondônia, e essas savanas são parecidas com os nossos Cerrados. A diferença entre Cerrado e savana – por favor, corrija-me – são diferenças tênues. A minha observação se refere às savanas de Roraima. O que, hoje, se é que o Dr. Felipe tem essa informação, está sendo feito com essas savanas? Elas estão sendo preservadas, conservadas, ou estão tendo uma utilidade para a agropecuária, de modo geral? Era essa a informação que eu gostaria de obter do senhor.

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou começar pela explicação. O termo savana é mais genérico. Há savanas na África, há savanas na Austrália. O termo savana, fazendo uma analogia muito rápida, seria o seguinte: o que não é campo e onde só há estrato herbáceo, o que não é floresta, qualquer coisa que está ali num estado intermediário é uma savana. Ela acontece por conta de funções do solo e, principalmente, por conta dessa sazonalidade que nós temos aqui. É o caso do Cerrado, em que há uma estação seca bem definida e uma estação chuvosa bem definida. Então, as espécies que fazem parte desse ambiente convivem, aprenderam a conviver com essa condição.

No caso das savanas do Norte do Brasil, a gente tem que entender exatamente o que a gente espera desse ambiente. Ela foi utilizada como pasto em grande parte do tempo e, agora, tem entrado com a agricultura. Isto é o que eu tenho de informação no momento: usa-se para a agricultura, mas há uma atenção na preservação muito intensa. Então, existe esta dicotomia entre utilizar ou não essa savana. O que a gente tem que entender é isto: são os mesmos solos pobres. Às vezes, em alguns solos existe até um problema hídrico, porque a hidrologia nesse lugar de baixo para cima é muito grande. Eu teria dificuldade de conseguir essa informação para agora, mas eu prometo que eu posso entrar em contato com a unidade nossa da Região Norte para conseguir a informação de como estão sendo utilizadas essas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Muito obrigado ao Dr. José Felipe Ribeiro, que é pesquisador da nossa Embrapa.

Ao finalizar a nossa conversa, a nossa audiência pública, eu quero agradecer, mais uma vez, a S. Exa. o Senador Jean Paul Prates, agradecer a S. Exa. o Senador Izalci Lucas, agradecer ao Sr. José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antônio Bertotti Júnior, ao Sr. João Carlos De Carli e ao Sr. José Felipe Ribeiro pela participação sempre prestigiosa nessas nossas audiências públicas que tratam de questões do meio ambiente, de fundamental importância para o futuro do nosso planeta e do nosso Brasil.

Muito obrigado a todos os senhores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que, logo após esta nossa audiência pública, nós iniciaremos a 10ª Reunião do Ciclo de Debates sobre Turismo, com o tema "Ecoturismo como Eixo para o Desenvolvimento Sustentável".

Muito boa noite a V. Exas.

Muito boa noite aos senhores que participaram deste nosso encontro.

(*Iniciada às 17 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho e Paulo Rocha, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa (Req 12/2021-CRA), atendendo ao requerimento REQ 12/2021 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Finalidade: Debater a ameaça da falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022. Participantes: Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil - CPRM (representante de: Ministério de Minas e Energia - MME); Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Christian Lohbauer, Presidente da CropLife Brasil; Antônio da Justa Feijão, Geólogo e Presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migrações e Meio Ambiente – Finama; e Cláudio Zancanaro, Diretor-Presidente da Companhia Norte de Navegação e Portos - Cianport. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores Esperidião Amin, Zequinha Marinho e o Presidente desta Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/28

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública para debater a ameaça de falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022, em atendimento ao Requerimento n° 12, de 2021, da CRA, de iniciativa do Senador Zequinha Marinho.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800-612211.

Os convidados de hoje são: Dr. Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil do Ministério de Minas e Energia; o Dr. Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, indicado pelo Deputado Sergio Souza; Dr. Christian Lohbauer, Presidente da CropLife Brasil; Dr. Antônio da Justa Feijão, Geólogo e Presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migrações e Meio Ambiente (Finama); e também o Dr. Cláudio Zancanaro, Diretor-Presidente da Companhia Norte de Navegação e Portos – Cianport.

Temos alguns ofícios para ler.

Comunicado da Presidência sobre o PLOA 2022.

Esta Presidência ratifica que, desde o dia 25 de outubro, em conformidade com o cronograma oficial divulgado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), está aberto o prazo para as Comissões do Congresso Nacional apresentarem emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Ploa 2022.

Os Senadores membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que ainda não apresentaram suas propostas de emenda poderão fazê-lo até o dia 3 de novembro, quarta-feira, às 14h. As emendas deverão ser elaboradas e enviadas remotamente pelo sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas LexOr, de acordo com a Instrução Normativa 14, de 2020, do Senado Federal e o Ato Conjunto n° 2, de 2020, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A deliberação das emendas desta Comissão ao Ploa 2022 ocorrerá na próxima semana, dia 4/11, na próxima quarta-feira, às 8h da manhã.

Solicito aos nossos colegas Senadores e Senadoras com relatoria nesta Comissão que enviem os relatórios que já estiverem finalizados para, oportunamente, deliberarmos tais projetos. Nós temos vários projetos que estão distribuídos aos nossos Senadores, e é importante deliberarmos. Para isso, precisamos dos relatórios para que a gente possa fazer uma reunião deliberativa e deliberar sobre os projetos que são importantes, com certeza, para o nosso País.

Informo também que o Relator das nossas emendas ao Orçamento é o Senador Jayme Campos, que estará na próxima quarta-feira, provavelmente remotamente... (*Pausa.*)

Quinta-feira – será na quinta-feira.

Ele estará provavelmente remotamente lendo o seu relatório. E eu convido a todos os Senadores e Senadoras a participarem no dia 4, quinta-feira, 8h da manhã, para que a gente possa deliberar. Nós precisamos de quórum para tal. Então, a partir das 8h da próxima quinta-feira, vamos deliberar sobre as emendas do Ploa 2022.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas: a Carta 114, de 2021, da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, em que pede esforço no sentido de agilizar o processo de votação do PL 4.199, de 2020; e também o Ofício nº 122, de 2021, da Associação Empresarial de Joinville, em que encaminha moção de apoio à aprovação do texto-base do PL 2.159, de 2021, conforme aprovado na Câmara dos Deputados, com uma proposta de modificação legislativa.

Nos termos do art. 261, §2º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, autorizo a anexação desses documentos pela Secretaria desta Comissão ao PL 4.199, de 2020, e também ao PL 2.159, de 2021.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e também ao Senador Wellington, eu faço algumas considerações.

A crise global de fertilizantes não é uma coisa passageira. Ela começou com o aumento do consumo dos três principais nutrientes para a agricultura, o nitrogênio, o fósforo e o potássio, e se agravou por conta da redução da produção desses insumos na China, da crise geopolítica no Leste Europeu e também da pandemia.

Na semana passada, iniciamos aqui, na Comissão de Agricultura, um debate sobre essa crise e já vislumbramos dois caminhos para o Brasil. Primeiro, garantir a importação para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximas safras usando a diplomacia, novas operações comerciais e o cumprimento dos acordos internacionais; e ampliar a exploração das jazidas de potássio, fosfato, nitrogênio, calcário e outros minérios usados na indústria de fertilizantes, incentivando também a indústria brasileira a aumentar a sua produção.

Para afastarmos o risco de uma crise na agricultura brasileira com a elevação considerável dos custos de produção e do preço da comida na mesa dos brasileiros, precisamos definir uma série de estratégias e ações para todas as cadeias produtivas de nossa agricultura. A pedido do Senador Zequinha Marinho, chegamos a agendar uma reunião técnica de trabalho para a última quarta-feira, dia 26, mas não foi possível realizá-la por conta do conflito de agenda dos participantes. Certamente, nesta audiência pública de hoje, teremos muitas contribuições que poderão ser usadas no trabalho técnico da comissão de trabalho ministerial criada para elaborar o Plano Nacional de Fertilizantes.

Como diagnosticamos, a crise dos fertilizantes é resultado de um choque de demanda internacional, ou seja, do aumento do consumo, confrontando com a redução da oferta dos insumos. Esse é um problema global sobre o qual temos pouca ingerência, mas há também o choque cambial, porque o dólar a R$5,50 nos coloca em desvantagem na importação. O que podemos é, junto com o Ministério da Agricultura e o Ministério das Relações Exteriores, ajustar os caminhos comerciais e diplomáticos para conseguirmos importar a quantidade de fertilizantes necessários para a nossa agricultura com preço e tarifa mais atraentes.

Na semana passada, o Embaixador Dr. Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores, nos relatou os esforços do Governo para superar as dificuldades de importação, principalmente da Rússia e da Bielorrússia. O Governo estuda mercados alternativos para a compra de cloreto de potássio e também busca novas formas diplomáticas e comerciais de superar o regime de sanções aplicadas pela União Europeia à Bielorrússia. O maior problema do Brasil, no entanto, é que dependemos quase que exclusivamente de fertilizantes produzidos no estrangeiro. No caso do cloreto de potássio, chega a 94% a nossa importação. Hoje as importações brasileiras concentram-se desta forma: Canadá, 32,5%; Rússia, 26%; Bielorrúsia, 18%; e Israel, 11%.

A solução definitiva para essa crise é reduzirmos essa dependência. O Brasil precisa e tem condições de explorar suas jazidas e adotar medidas que estimulem a produção de fertilizantes e agroquímicos pela indústria brasileira. Temos matéria-prima, capacidade industrial e tecnologia suficiente para isso. Falta apenas uma estratégia bem definida para colocar o Brasil em condições de destaque. Esse é o nosso grande desafio. Por isso essas audiências públicas e a importância da participação dos senhores convidados neste debate.

Quem pede a palavra é o Senador Wellington Fagundes. Não sei se... Ele estava em trânsito, não sei se está ainda... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Creio que não.

Depois nós passaremos a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que pedia a palavra pela ordem, mas ele deveria estar, se não me falha a memória, em trânsito no aeroporto em algum momento.

Pergunto ao Líder Zequinha Marinho se deseja usar a palavra agora ou mais tarde. (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente, bom dia a todos. Nós estamos remotamente. Na anterior, estivemos aí presencialmente, mas agora temos que estar um tanto distantes, a trabalho.

Quero aqui agradecer a V. Exa. por pautar tão prontamente o nosso Requerimento nº 12, que vai continuar o debate sobre a falta de insumos ou a ameaça disso para o plantio da safra 2021/2022. Essa é uma segunda bancada, uma segunda audiência pública com foco mais precisamente na questão de levantamentos daquilo que a gente tem como reserva no Brasil e que pode ser explorado para isso. Tenho certeza de que nossos convidados vão nos trazer informações importantíssimas e subsidiar esta Comissão para que ela possa avançar trabalhando.

E a gente mantém, Presidente, aquela mesma opinião de montarmos um grupo de trabalho lá com o Almirante Flávio Rocha e com aquelas pessoas que nós solicitamos na reunião passada, para que a gente possa contribuir com o Governo no sentido de que se possa colocar em prática aquilo que já é decreto do Presidente da República e que precisa sair do papel, que seria o Plano Nacional de Fertilizantes para o Brasil. Um País com agricultura e pecuária da envergadura que é o Brasil não pode ficar nessa dependência toda. Nós temos que urgentemente trabalhar no sentido de diminuir essa dependência e até chegar à autossuficiência de todos esses insumos tão importantes. Quando eu falo de insumo, eu quero aqui – claro, eu sou leigo – incluir também não só fertilizantes, mas também os herbicidas, que são os defensivos agrícolas de que se precisa para cuidar da planta, porque a planta precisa da vitamina, que é o NPK, mas precisa também, quando adoece ou é atacada por algum tipo de inseto ou fungos, se livrar deles. Então, o defensivo agrícola é muito importante estar na pauta, porque ele é igual ao fertilizante para a sobrevivência da planta.

Eu quero aqui desde já cumprimentar – tenho certeza de que estão todos aí a postos – o Dr. Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil da CPRM, que representa o Ministério das Minas e Energia aqui neste debate; cumprimentar também o Dr. Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CNA é uma força, uma união de lideranças, que, tenho certeza, precisam, neste momento, junto com todos, buscar saídas para essa situação.

O Dr. Christian Lohbauer é o Presidente da CropLife do Brasil. Segundo nos passou o pessoal da FPA, é importantíssimo ouvir as informações dessa liderança.

Antônio da Justa Feijão é geólogo e Presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migrações e Meio Ambiente. Antônio Feijão, que já foi Deputado Federal, é advogado, é geólogo e tem amplo conhecimento nessa área da mineração.

Por último, o Dr. Cláudio Zancanaro, Diretor-Presidente da Companhia Norte de Navegação e Portos (Cianport), é um executivo também de muita vivência, de muita visão não só nas questões nacionais, mas também lá fora.

Tenho a certeza de que eles estarão contribuindo de forma direta e efetiva para que a gente tenha a oportunidade de juntar e catalogar as melhores informações sobre aquilo que o Brasil tem de reserva e as possibilidades de construir, a partir deste momento, nossa autossuficiência em insumos para a agricultura e a pecuária brasileiras.

Muito obrigado, Presidente.

Desejo que tenhamos uma ótima audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que lhe agradecemos, Senador Zequinha Marinho, pela sua participação e pelo seu requerimento para que nós pudéssemos fazer essas duas audiências públicas.

Antes de passar a palavra ao Senador Esperidião Amin, eu saúdo todos os servidores públicos pelo seu dia. Na pessoa do nosso Secretário da Comissão, Pedro Nunes, eu cumprimento todos os servidores públicos do Senado, os servidores públicos estaduais e federais e os municipais também. Minha saudação a todos os servidores que fazem este País andar! Meus cumprimentos a todos pelo trabalho que executam à frente das obras públicas, das ações públicas ou do gerenciamento da nossa Nação!

Passo a palavra, agora, pela ordem, ao Senador Esperidião Amin.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu vou falar agora. Só um minutinho, por favor!

Presidente, eu estou aqui em um diálogo com o ex-Prefeito de Joinville Udo Döhler, mas não poderia deixar de assinalar aqui o meu reconhecimento ao Senador Zequinha Marinho, especialmente no enunciado que ele faz da necessidade desse plano nacional visando suprir a nossa agroindústria de fertilizantes, NPK, nitrogenados... Eu queria me congratular e dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é muito importante para um setor que está carregando pelo menos a parte boa dos nossos resultados comerciais. Nós temos outros resultados comerciais positivos, mas, certamente, os da agroindústria são, neste momento, imbatíveis.

Então, não ter esse plano, ficar à mercê de situações como aquela que nós ouvimos da Belarus, das sanções dos Estados Unidos ao Irã ou da Belarus, que impedem a chegada de fertilizantes ao Brasil, e ficar só dizendo "hã-hã", acho que isso não resolve, especialmente porque nós temos aqui o elemento químico, o produto natural que, devidamente processado, pode nos dar pelo menos uma razoável autossuficiência.

Por isso, o meu cumprimento a ele, meus cumprimentos ao Zequinha e à nossa Comissão, bem como a todos esses que estão prestando a sua colaboração. Inclusive, este nome simbólico: Antônio da Justa Feijão, que eu estou vendo aqui. Como diziam As Frenéticas, dez entre dez brasileiros preferem feijão.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passamos, então, a palavra aos nossos convidados.

Pela sequência, nós teremos Dr. Esteves, Dr. Reginaldo, Dr. Christian, Dr. Antônio e Dr. Cláudio, nessa ordem. Depois, na segunda rodada, nós inverteremos: quem for o último passará a ser o primeiro; quem for o primeiro passará a ser o último.

Então, com a palavra agora o Dr. Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil, representando o Ministério de Minas e Energia. V. Sa. tem 20 minutos para as suas colocações, já agradecendo a sua presença junto conosco.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade ímpar para nós de estarmos presentes neste evento convocado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para falarmos sobre a situação dos fertilizantes brasileiros.

Eu gostaria de ter a oportunidade de fazer uma apresentação de alguns eslaides para poder direcionar melhor a minha apresentação aos senhores. Eu peço permissão para poder fazer isso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Já está autorizado, Dr. Esteves.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento também todos os Senadores presentes aqui na Comissão, que estão participando deste evento, e as diversas outras autoridades que se fazem presentes também neste evento.

Eu acho que nós estamos participando de uma reunião que tem uma importância singular para o momento do Brasil hoje, em função da dependência que nós temos com respeito aos fertilizantes, que são fundamentais para a expansão e o crescimento da nossa agricultura.

Eu gostaria de dizer para os senhores que nós somos uma entidade que tem 52 anos. O Serviço Geológico do Brasil é uma entidade que foi criada há 52 anos, e nós temos o compromisso de gerar o conhecimento necessário para o desenvolvimento da utilidade mineral brasileira. Nós estamos aqui para gerar e disseminar o conhecimento geocientífico para o desenvolvimento do País.

Nós vamos apresentar, nesta manifestação, um cenário que nós conhecemos, que nós temos identificado, um cenário de oferta *versus* demandas de longo prazo para esses macronutrientes: fosfato, fósforo e nitrogênio. Então, eu gostaria de utilizar estes eslaides para fazer esta manifestação.

Nós somos uma instituição do Estado com responsabilidade de executar as atividades relacionadas ao serviço geológico. A nossa missão é gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do Brasil. Nós temos reconhecido o fato de que nós estamos, hoje, em déficit, nós estamos hoje devendo à sociedade brasileira informações muito importantes para a oportunidade de desenvolvimento da exploração mineral no Brasil, mas nós estamos fazendo um esforço muito grande.

Nós estamos passando por uma fase de baixa disponibilidade de recursos, em função da ausência de recursos no Governo brasileiro, mas isso não nos tem desestimulado. Nós estamos num contexto em que, se não podemos fazer tudo aquilo que precisamos fazer, nós temos que focar naquilo que é mais importante e, para isso, nós selecionamos aquelas atividades que têm uma significância maior para o Estado brasileiro, que são especialmente os fertilizantes e os minerais, para a transição energética que o mundo está demandando.

Nós somos uma entidade ligada ao Ministério de Minas e Energia e, assim como a Agência Nacional de Mineração, prestamos os serviços direcionados por esse ministério para a atividade de mineração. Nós somos responsáveis pelo conhecimento geocientífico, enquanto a Agência Nacional de Mineração cuida dos aspectos legais e normativos para o trabalho junto às empresas mineradoras. E nós temos a responsabilidade de oferecer informações para a sociedade, para que especialmente os empresários conheçam as informações de que nós dispomos, disso que nós colocamos em disponibilidade, para que eles possam iniciar os trabalhos, os seus investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos operando em todas as regiões do País para a realização do mais completo banco de dados geocientíficos nas áreas de geologia, geofísica, geoquímica, recursos minerais, hidrologia, sustentabilidade e desastres naturais. Nós não somos apenas uma empresa mineração; nós cuidamos também dos aspectos referentes àquelas atividades relacionadas à hidrologia, aos desastres naturais e à sustentabilidade.

Nossa área de atuação compreende a geologia básica, especialmente direcionada para ouro e metais de base, os minerais estratégicos, agrominerais, rochas e minerais industriais; atuamos na geoquímica, geofísica e sensoriamento remoto; atuamos em geologia marinha – estamos hoje assumindo a responsabilidade sobre uma área de quase 5 milhões de quilômetros quadrados, que é a costa continental brasileira, para podermos responder à obrigação do Governo brasileiro de cuidar dessa costa brasileira; essa responsabilidade ficou conosco, no Serviço Geológico do Brasil –; estamos operando com geodinâmica, estratigrafia, paleontologia e sedimentologia, áreas superficiais e subterrâneas, risco geológico e geodiversidade.

O nosso corpo técnico qualificado compreende um conjunto de cerca de 1.560 funcionários, sendo mil deles de nível superior, dos quais 140 são doutores, 350 são mestres e cerca de 178 são especialistas diversos.

Então, é uma empresa que tem uma responsabilidade muito grande e está estruturada para poder oferecer informações à sociedade brasileira da melhor qualidade. Estamos passando por uma fase difícil neste momento em função da dependência de recursos financeiros e em função da pandemia, que impossibilitou de nos movimentarmos com a flexibilidade e com a facilidade com que nós nos movimentávamos em anos anteriores.

O nosso objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro diz respeito ao detalhamento do potencial exploratório em área de relevante interesse mineral; identificando novas áreas com potencial mineral do País; ampliando o conhecimento sobre minerais estratégicos, como grafita, cobalto, lítio, fosfato, potássio e terras raras; para isso, realizando levantamentos geológicos, aerogeofísicos e geoquímicos.

Nos projetos que nós focamos para atrair investimento privado em prospecção, nós precisamos realizar novas descobertas minerais. Hoje o Brasil apresenta uma baixa atratividade prospectiva, tudo em função da disponibilidade de recursos que nós temos disponíveis para trabalhar. As atividades de levantamento, especialmente aerogeofísica e geoquímica, exigem investimentos vultosos para nós trabalharmos. E nós não temos conseguido evoluir o nosso orçamento na opção de poder realizar essas atividades. Então, como nós não temos condições de fazer uma atuação envolvendo todo o contingente brasileiro, nós estamos focando em algumas áreas e em alguns minerais estratégicos, como foi dito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles minerais que são responsáveis para o desenvolvimento especialmente da nossa agricultura, que são os minerais potássio, fósforo e nitrogênio, e os minerais que são aqueles que nos permitem fazer a transposição para a nova energia que estará sendo desenvolvida. Esses são os minerais estratégicos a que nós estamos dando uma atenção especial.

Nós precisamos ressaltar a importância do Serviço Geológico diante de um mundo em transformação: o surgimento da indústria 4.0, a crescente produção agrícola, a criação de novos equipamentos e materiais, novas demandas por minerais especiais, o uso racional de água e o aquecimento global. Então, nós estamos procurando, orientados pelo Plano Nacional de Mineração, organizar a nossa empresa para focarmos uma atuação nossa na busca de informações que indiquem ocorrências de minerais de alta relevância para o Brasil. Nós estamos, então, atacando basicamente a busca de informações em agrominerais – é o caso do fosfato e do potássio – e em minerais estratégicos, como foi dito aqui – o cobre, o cobalto, o lítio, a grafita, as terras raras, e o nióbio. Então, são minerais a que nós estamos dando uma atenção especial, procurando encontrar ocorrências minerais que nos permitam fazer essas indicações.

Nós temos que procurar, na interação com o setor produtivo, mitigar o risco prospectivo com os mapas de qualidade. Eu digo, mais uma vez, que nós temos uma deficiência muito forte aqui no Serviço Geológico porque nós não conseguimos avançar com a produção de mapas de maior qualidade para mostrar as oportunidades de ocorrências minerais brasileiras como um todo no País. Nós estamos em déficit. Nós precisamos gerar novas ideias geológicas, com impacto econômico. Isso nós estamos fazendo.

Hoje nós somos uma ICT, nós estamos hoje integrados ao movimento de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Nós não éramos uma ICT. Há cerca de dois anos, nós nos qualificamos para isso e estamos viabilizando possibilidades de captar recursos que são originários dos movimentos de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Então, isso nos permite, sendo uma ICT, a captação desses recursos, tanto em áreas do Governo como em áreas da iniciativa privada.

Nós estamos, hoje, desenvolvendo uma dezena de pesquisas, nas quais nós nos incorporamos ao esforço da academia junto com as universidades para juntarmos energia e força para buscarmos conhecimento e novas ideias geológicas que possam impactar no desenvolvimento nacional.

Estamos realizando estudos visando atrair capitais privados para a prospecção mineral. Eu vou dar um exemplo para os senhores a propósito disso: nós estamos desenvolvendo, junto com o serviço geológico alemão (Dera), um projeto de recuperação de cobalto em resíduos da exploração de níquel laterítico. A empresa que produz esse níquel, com quem estamos em interação, é uma empresa de origem alemã, e nós estamos sendo apoiados pelo Governo alemão, através dos seus serviços geológicos, para poder fazer o aproveitamento de cobalto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses resíduos da exploração do níquel laterítico. É um projeto que está em evolução, e nós estamos introduzindo microbiologia para poder fazer essa recuperação. É um trabalho de alta importância tecnológica, e nós, brevemente, estaremos dando retorno sobre os seus resultados.

Nós procuramos focar nos projetos de maior impacto social, aqueles projetos que geram muito mais empregos. Nós estamos procurando focar tanto nos minerais estratégicos como naqueles projetos que deem maior impacto social e minimizem a assimetria hídrica.

Nós estamos hoje numa situação complicadíssima no País, na qual nós tivemos a oportunidade de verificar grandes enchentes decorrentes das últimas cheias, como aconteceu na bacia do Amazonas, na bacia do Rio Madeira e em algumas bacias do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, nós estamos hoje acompanhando a grande seca que está acontecendo na região do Pantanal para podermos mitigar, para podermos minimizar a assimetria hídrica e fazendo maior inserção tecnológica no monitoramento dos riscos. Na medida em que essas chuvas chegam com mais intensidade no País, nós temos muitas áreas no Brasil que correm riscos de desabamento e que fazem com que nós sejamos muito chamados, convocados muitas vezes para fazer levantamentos que direcionem as comunidades para áreas de maior segurança. Nós estamos tendo hoje um trabalho intenso para procurar ter maior inserção tecnológica no monitoramento desses riscos.

Nós estamos também, dentro do Serviço Geológico do Brasil, nos adaptando à modernidade. Nós estamos fazendo reformas estruturantes na casa, mudando o perfil de gastos e aumentando a nossa produtividade, atuando em projetos com aderência ao setor produtivo e eliminando *gaps* tecnológicos com ênfase em P&D. Como eu disse, nós somos uma ICT, uma Instituição de Ciência e Tecnologia, e estamos procurando desenvolver bastantes ações nesse segmento.

Quando falamos em análise estratégica de competitividade na indústria de fertilizantes, nós precisamos analisar quatro aspectos: nós precisamos analisar os aspectos de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Visando facilitar as reflexões sobre as análises estratégicas da indústria de fertilizantes, é interessante particularizar duas das forças, as forças estruturais que estão apresentadas nesse quadro que estou apresentando aos senhores.

No primeiro momento, localização da produção em relação aos polos e à demanda de fertilizantes. Os principais polos brasileiros produtores de fertilizantes fosfatos encontram-se localizados relativamente próximos da grande região do Cerrado, na qual se processa uma vertiginosa expansão da fronteira agrícola do Brasil. Recentemente, há cerca de 30, 90 dias, nós assinamos um contrato com uma empresa brasileira que vai explorar uma ocorrência de fosfato na região de Miriri, que fica entre os Estados de Pernambuco e Paraíba. Essa exploração desse mineral vai dar uma injeção de ânimo para os produtores localizados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente na região nordestina, com a produção de fosfato que estará sendo produzido naquele ambiente.

Segundo item, perspectiva de integração intra e interpolos produtores. Em alguns polos produtores de matéria-prima de produtos fertilizantes, são observadas perspectivas convergentes de integração da produção de nitrogenados, fosfatados e potássios. Como exemplo, pode-se destacar a integração de nitrogenados potássicos no polo produtor que se delineia no Estado de Sergipe, assim como a perspectiva de idêntica integração, em previsível futuro, do polo do leste do Estado do Amazonas.

Como os senhores sabem, nós acabamos de demonstrar, de mostrar à sociedade brasileira uma grande ocorrência de potássio na região da Bacia Amazônica, no Rio Amazonas e na Bacia Amazônica, onde se encontram reservas importantes de potássio que estão aguardando por definições sobre o ponto de vista de sustentabilidade para que possam ser iniciadas suas explorações.

Com respeito a fraquezas, nós precisamos conhecer, como identidade, a capacidade ociosa dos produtores internacionais. A indústria mundial de fertilizantes passou por intensa consolidação nas últimas décadas e, em consequência, a sua atual capacidade instalada é concentrada em pequeno número de produtores, com sistemas produtivos mineroindustriais localizados em pequeno número de países. Cabe ressaltar que tal indústria vem operando com capacidade ociosa, porque eles estimulam investimento de expansão da produção.

Extrema dependência de importação dos quatro produtos principais: nitrogênio, fósforo, potássio e enxofre. A intensa e crescente dependência do País de importação de matérias-primas e produtos da indústria de fertilizantes evidencia uma ameaça que poderá constranger a posição competitiva do agronegócio brasileiro. Cabe destacar que o nível de dependência relativa a fósforo e potássio se acentuou, respectivamente, de 44% e 87%, em 2000, para valores da ordem de 72% e 97%, em 2020.

Fertilizantes fosfatados – estrutura de oferta, reservas minerais. De acordo com a ANM, em 2020, as atuais reservas minerais brasileiras de rochas fosfáticas são de 2,9 bilhões de toneladas, com 317 milhões de toneladas de P_2O_5 contido, num teor médio da ordem 10% de P_2O_5.

No que diz respeito aos fertilizantes potássicos com respeito à estrutura de oferta, quanto às reservas minerais brasileiras, de acordo com a ANM, em 2020, temos uma reserva medida de rochas potássicas da ordem de 3,7 bilhões, com 523 milhões de toneladas de óxido de potássio equivalente, com teor médio de 18% de K_2O.

Com respeito ao cenário de projeção da demanda de fertilizantes, o presente item caracteriza as variáveis motrizes e de resultado que delineiam o cenário de demanda futura de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fertilizantes fosfatados e potássicos e, ao final, apresenta as correspondentes projeções de demanda.

Principais tendências de produção agropecuária e do consumo de alimentos. Tendências mundiais: a produção agrícola mundial anual deverá crescer cerca de 60%, de 2006 a 2050, com aumento de 77% nos países em desenvolvimento e de 24% nos países desenvolvidos. No mesmo período, projeta-se que a produção mundial crescerá cerca de 39%, o que significa que a produção e o consumo *per capita* aumentariam cerca de 15%.

Tendências nacionais: crescimento da produção agropecuária brasileira. Segundo avaliações efetuadas pela Embrapa e pelo Departamento de Estatística da UnB em conjunto com outras entidades, no período de 2020 a 2030 deverá ocorrer um acréscimo da ordem de 67 milhões de toneladas na produção de grãos e de 7 milhões de toneladas de carnes, e de 11 milhões de hectares na área agricultável, evidenciando um crescimento de 27%, 24% e 17%, respectivamente.

Crescimento previsto na produção de grão. No Brasil, nos últimos dez anos, a produção de grãos cresceu 54,4%. Segundo o MAPA em 2020, de 2019 para 2029 e 2030, a produção do grão do Brasil deverá crescer a uma taxa de 2,4% anuais. Em dez anos, tal acréscimo será de 27%, devendo passar de 251 milhões de toneladas para 318 milhões de toneladas.

Com respeito ao aumento da área agricultável, a área de grãos deverá se expandir dos atuais 65 milhões de hectares para 76 milhões de hectares, em 2029 e 2030, o que representa um aumento de 17%.

Melhoria na nutrição do gado. Do atual rebanho brasileiro de 214 milhões de cabeças, apenas 70 milhões recebem suplemento correto, com uso de fosfato de cálcio. Destaca-se, portanto, um potencial de crescimento da demanda de fosfato contido em nutriente animal. Segundo o MAPA, a produção de carne bovina deve crescer 16% no período 2020-2030.

Cenário de oferta *versus* demanda.

Encontram-se a seguir apresentadas as projeções, em termos de macronutrientes fosfatados e potássicos, do índice de dependência de importações. Variável resultado determinada mediante o balanceamento no cenário de evolução da oferta, *vis-à-vis* a projeção de demandas.

No caso dos fertilizantes fosfatados, consolidando as estimativas apresentadas nos itens anteriores, os tópicos seguintes apresentam o balanceamento oferta *versus* demanda e a projeção da variável resultado no horizonte de 2022 a 2050. Tal balanceamento foi elaborado para cada um dos três cenários anteriormente considerados de evolução da oferta futura, a saber: o Cenário I não considera que a evolução da oferta futura seja potencializada por uma nova dinâmica de expansão de reservas e de investimento em P,D&I. No Cenário II, admite-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a evolução da oferta será potencializada, a partir de 2035, por uma dinâmica virtuosa de expansão de reservas e de investimentos em P,D&I, em determinados empreendimentos específicos, mediante descoberta de novos depósitos minerais e/ou melhorias tecnológicas e de gestão, com repercussão sobre a conversão de recursos em reservas, sob efeito, por exemplo, de melhoria de processos produtivos com redução de custos operacionais e consequente redução do teor de corte. O Cenário III admite que a mesma dinâmica virtuosa de expansão de reservas e de investimentos em P,D&I, que potencializa a evolução da oferta no cenário anterior, terá um alcance mais abrangente, envolvendo um número expressivo de empreendimentos.

Cenário de oferta *versus* demandas.

No Cenário I, como está mostrado no gráfico, a oferta futura evoluirá em estrita sintonia com as previsões de implantação, de expansão de capacidade instalada. Ou seja, os projetos já existentes. As informações permitem concluir que, no período de 2022 a 2050, a oferta deverá crescer a uma taxa média de 3,3% ao ano, enquanto a demanda evoluirá à taxa de 1,9% ao ano.

Tomando por referência o Cenário B, ou seja, o cenário intermediário de crescimento de demanda, a evolução do referido indicador evidencia queda de dependência constatada em 2019, que era de 68%, para 53% em 2025; 41% em 2030; 27% em 2040, e 40% em 2050.

No Cenário II, oferta futura e potencializada por uma dinâmica virtuosa de expansão de reserva e de investimentos em P,D&I em determinados empreendimentos específicos. As informações no quadro e ilustração permitem concluir que, no período 2022 a 2050, a oferta deverá crescer a uma taxa média de 4,1% ao ano, enquanto a demanda evolui nas mesmas taxas apontadas anteriormente de 1,9% ao ano no Cenário A, 2,2% no Cenário B e 2,6% no Cenário C.

Tomando por referência o cenário de demanda intermediário B, a evolução do referido indicador evidencia queda para 26% em 2050.

O Cenário III, oferta futura potencializada por uma dinâmica virtuosa de expansão de reservas e de investimentos em P,D&I, tem aumento mais expressivo de empreendimentos. As informações permitem concluir que, no período de 2022 a 2050, a oferta deverá crescer a uma taxa média de 4,6% ao ano. O nível de dependência de importações poderá ser de 25% no cenário mais pessimista. Então, conclui-se que, para fertilizantes fosfatados, o empenho na expansão das reservas e investimentos em P,D&I é fundamental.

Cenários de oferta *versus* demanda de fertilizantes potássicos.

Fertilizantes potássicos. No horizonte de 2022 a 2050, como cenário de oferta adotou-se a soma das projeções de capacidade de produção dos empreendimentos atuais previstas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programadas, condicionadas, previsíveis e hipotéticas, sendo considerado, a partir de 2035, o crescimento da oferta à taxa média de 3,5% ao ano – é considerado a partir de 2035 por uma análise sensível e realista. As informações permitem concluir que, no período de 2022 a 2050, a oferta deverá crescer a uma taxa média de 15% ao ano, desde que adotadas as devidas medidas de estímulo, enquanto a demanda evoluirá à taxa de 2,5% ao ano no Cenário A; 4,2% no Cenário B; e 5,2% no Cenário C.

Partindo do nível de dependência a importações verificado em 2020, que foi de 96%, tal indicador evoluirá, em 2050, para superávit de 15% no Cenário A ou déficits de 31% no Cenário B e de 48% no Cenário C. Tomando por referência o Cenário B, teríamos déficit de 86% em 2025, 36% em 2030 e 31% em 2040 e 2050.

Meus senhores, essa é a apresentação que imaginei trazer para os senhores neste momento. Coloco-me à disposição para os questionamentos que porventura possam ser apresentados. Sou muito grato pela oportunidade. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Esteves, por suas colocações.

Conforme todos os cenários que V. Sa. nos apresentou, é evidente que nós temos matéria-prima para a produção de fertilizantes. O que de fato nós precisamos é incrementar e acelerar essa produção para que a gente possa sair dessa dependência de importação de fertilizantes. Vamos trabalhar nesse sentido com o que nós aqui pudermos fazer. Com certeza estaremos juntos nessa luta para que possamos atravessar este momento delicado de falta de fertilizantes e passarmos a ser autossuficientes, que é a nossa meta com relação a esse tema.

Passo a palavra agora ao Dr. Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Agradecendo mais uma vez a sua presença, passo a palavra a V. Sa.

O SR. REGINALDO MINARÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Acir, em cuja pessoa cumprimento todos os Senadores presentes, os colegas expositores desta audiência e quem nos ouve.

Agradeço, em nome da FBA, da CNA, o convite feito.

Parabenizo o Senador Zequinha pela proposição do debate do tema, extremamente importante, que envolve insumos que representam não só uma peça fundamental da produção agrícola como também uma relevante parte da planilha de custos dos agricultores.

A agricultura, neste universo de fertilizantes e defensivos, é um consumidor. Nós temos esta característica: somos consumidores de insumos agrícolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos 30 anos, não registramos falta de fornecimento, o que é interessante. Neste momento, salvo no que diz respeito ao glifosato, do qual falarei mais adiante, nós também não vislumbramos uma falta de matéria-prima para a produção. O que nós enxergamos é efetivamente uma crise de energia, uma crise de logística de transporte e alguns pontos específicos de problemas relacionados à geopolítica. Essa é a nossa visão um pouco macro da situação atual.

A ausência de maior volume de gás e o elevado preço do gás na Europa levaram à redução de nitrogenados, aproximadamente 40% do que se produzia deixaram de ser produzidos na Europa. E isso tem que ser suprido com a produção de outras plantas espalhadas pelo mundo. Então, é um concorrente a mais essa ausência de produção na União Europeia. Também há algumas dificuldades da China por conta de energia. E temos uma dificuldade de vislumbrar efetivamente, como o palestrante Esteves colocou anteriormente, a capacidade de produção dessas unidades espalhadas pelo mundo para suprir onde não está sendo produzido. São informações que a gente ainda não tem de forma clara.

No que diz respeito a defensivos agrícolas, nós temos uma dificuldade maior com relação ao fósforo amarelo, que é matéria-prima básica para produção de herbicidas como glifosato e glufosinato. O grande produtor mundial é a China, aproximadamente um terço da produção mundial de fósforo amarelo ocorre na China; outra parte significativa ocorre no Vietnã e no Cazaquistão. A produção de fósforo amarelo é uma produção que exige muitos recursos naturais, principalmente energia e água. Os países industrializados, os países ricos praticamente deixaram de produzir esse produto. A China, com a pretensão de redução das emissões e com um pouco de tentativa de mudança de matriz energética, há dois anos, começou a reduzir a produção de fósforo amarelo e, neste ano, teve uma redução radical. As províncias que produzem o maior volume de fósforo amarelo tiveram que reduzir a produção em 90%. E essa matéria é a matéria-prima para o glifosato. Então, a China está com essa redução de setembro a dezembro, e nós não temos uma informação precisa – isso foi confirmado, inclusive, pelo escritório da CNA na China – de que essa produção seja retomada em janeiro do próximo ano com uma capacidade semelhante à que existia antes da paralisação.

Outro ponto é, pelo fato de ser um processo que consome muito recurso natural, a China vem trabalhando a possibilidade de mudança de rota tecnológica para minimizar os impactos da produção desse fósforo amarelo. Isso poderá certamente influenciar no preço desse produto, que é um produto importante para o Brasil.

Então, no que diz respeito aos fertilizantes, temos essa crise energética, essa dificuldade, o preço elevado do gás, que dificulta a produção em alguns lugares, e, no que diz respeito aos defensivos, temos essa queda de produção de fósforo amarelo. Isso reduz a oferta do produto no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Esteves colocou e o Senador Acir muito bem pontuou no início da audiência, começa a se criar um processo inflacionário, isso somado à desvalorização da nossa moeda – houve uma forte desvalorização nesses últimos dois anos. Isso inflou a planilha de custos dos agricultores. Para os agricultores, que estavam dentro de um universo um pouco mais confortável no ano passado, este ano, já está se consolidando um aumento no custo de produção, no custo operacional efetivo, em alguns lugares, de 31%, em outros, de 41% para esta safra. É o caso de Dourados, onde o custo operacional de produção da soja teve um aumento de 51%; do milho, de 31%. Em Cascavel, 31% na soja, 31% no milho.

Esse impacto na planilha de custos para os agricultores é absolutamente preocupante. O agricultor que não trabalhou com contratos futuros garantindo o preço e que também não antecipou as suas compras para pegar um preço menor vai ficar com a espada no pescoço, esperando para ver como se comportará o preço dos grãos na safra dele, porque ele não tem o controle do valor da venda do produto e, se ele não produzir com um custo que permita a ele ter uma margem de lucro, ele pode, talvez, empatar ou pode ter prejuízo.

Então, é um cenário preocupante. A gente está procurando acompanhar dia a dia a evolução dessa escalada de preços dos insumos e também a perspectiva para o ano que vem, que, num primeiro momento, está preocupando mais do que neste final de ano. Esse é um ponto, é uma leitura que nós estamos fazendo da situação.

Com relação à solução para esse problema, efetivamente não é um problema que tem uma solução rápida. Nós não temos condições de, por ações do nosso Governo ou do nosso setor produtivo, resolver o problema. O que nós podemos fazer no curto prazo é tentar administrar da melhor forma o problema. Para o futuro, é interessante mapearmos... O trabalho do serviço geológico é importante, o mapeamento de todo o Território nacional para identificar o que realmente temos de potencial e, do outro lado, o trabalho do Governo, de criar um plano de desenvolvimento da produção de insumos no Território nacional.

Agora, temos uma observação que, para a agricultura, é muito importante: o fomento da produção nacional não pode ter a ela acoplada a taxação do fertilizante importado para melhorar o ambiente de produção no âmbito nacional. Isso faria elevar sobremaneira o custo de produção da agricultura e correria o risco de, em algumas regiões, talvez até inviabilizar a produção por ausência de competitividade. Entendemos que o incentivo à produção de fertilizantes no Território nacional deva ocorrer com a redução da carga tributária em cima tanto da instalação das plantas de produção quanto do comércio dessa produção, pelo menos nos primeiros dez anos. Não é uma atividade que hoje floresce no Brasil, o Governo não conta com a arrecadação desses possíveis tributos, seria uma atividade nova e o Governo teria um ganho bastante grande indireto. Se ele viabilizar a produção nacional, mesmo zerando tributos, inclusive se os Estados que tenham essas jazidas reduzirem a carga de ICMS para viabilizar essa produção nacional, mesmo assim seria um ganho muito grande para o País – reduziria a dependência; é um insumo estratégico. Todo o dinheiro que o agricultor manda para o exterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo ano comprando aproximadamente 85% dos fertilizantes, se não a totalidade, pelo menos a metade poderia ficar no Território nacional, geraríamos empregos, ou seja, o Governo teria, sim, ganhos indiretos significativos, e a sociedade também.

A gente pondera nesse ponto, para viabilizar a produção nacional sem aumentar a taxação, sem taxar o importado, porque nós observamos que ao longo desses anos a nossa indústria de fertilizantes não floresceu. E, se ela não floresceu, certamente é porque não tem viabilidade econômica para florescer no nosso mercado, inclusive a produção de nitrogenados, porque temos gases, mas não temos um ambiente favorável para a produção. Recentemente, as poucas plantas que produziam nitrogenados no Brasil, a Petrobras fechou. E, se a Petrobras não conseguia produzir com preço competitivo, muito dificilmente uma iniciativa privada poderá conseguir. A matéria-prima, o gás, é um elemento importante, e aí teria que haver um bom ambiente de custos para essa produção doméstica.

Um outro ponto é o incentivo aos produtos biológicos, fertilizantes biológicos, defensivos biológicos. É muito importante que tenha, no plano nacional de desenvolvimento de fertilizantes, essa matriz também de incentivar a produção de insumos biológicos, seja como material com excrementos de aves e suínos, que têm uma digestão não muito boa e têm muitos nutrientes nesses excrementos, seja com a produção de algas. A China já está produzindo muitos insumos, muitos fertilizantes com base em algas, ricas em fósforo e potássio.

Então, todas essas iniciativas são interessantes, e o Governo poderia usar o potencial da nossa ciência e tecnologia, da riqueza do mineral do nosso Território e criar esse ambiente favorável. E seria interessante, friso, ter grandes incentivos tributários para que esse florescimento ocorra, até porque a produção de fertilizantes, salvo se o serviço geológico nos trouxer grandes e boas informações de que, no futuro, seremos uma potência de produção de fertilizantes e um grande exportador de fertilizantes...

O cenário em que nós trabalhamos é: o Brasil continuará sendo uma potência na produção agropecuária, que é uma vocação natural que o Brasil tem. Então, a produção de fertilizantes seria uma produção auxiliar. Provavelmente, produzindo de 30% a 50% do que nós consumimos, esse já seria um grande negócio.

Então, o foco que não poderia sobrecarregar a planilha de custos seria o do agricultor, para viabilizar a competitividade da agricultura brasileira e para nos manter nesse mercado, que é absolutamente competitivo.

Num primeiro momento, Senador Acir, minhas ponderações seriam essas, nesse sentido. Fico à disposição para os debates ao longo da audiência.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença, Dr. Reginaldo.

De fato, nós temos que ter uma política de Estado para que possamos aumentar a produção de fertilizantes no nosso País. Nós estaremos atentos aqui. Os nossos consultores estão trabalhando para nos informar aquilo que nós podemos fazer para contribuir com o aumento da produtividade de fertilizantes no nosso País, pois já sabemos que matéria-prima o Brasil tem; o que falta é investimento para industrializarmos isso. Isso depende, de fato, de uma política de Estado, para que a gente possa avançar.

Imaginemos nós: no Brasil, se continuar a aumentar a nossa produção de alimentos da maneira como isso está projetado, é de fundamental importância nós aumentarmos substancialmente a produção de fertilizantes e de defensivos também, de remédios para as nossas plantas.

Passo a palavra agora ao Dr. Christian Lohbauer, Presidente da CropLife do Brasil.

V. Sa. tem a palavra, agradecendo, mais uma vez, a sua presença conosco.

Muito obrigado.

O SR. CHRISTIAN LOHBAUER (*Por videoconferência*.) – Senador, acho que o Senador Esperidião pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Dr. Christian, se V. Sa. me permite, antes de passar a palavra...

O SR. CHRISTIAN LOHBAUER – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... a V. Sa., o Senador Esperidião Amin pede a palavra pela ordem.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu queria, neste ponto da nossa conversa, que é muito instrutiva e, ao mesmo tempo, muito aflitiva... É impossível assistir a uma reunião como esta, associada à reunião da semana passada, sem sentir angústia, aflição.

Eu queria só circunstanciar o seguinte: se esta aqui fosse uma reunião para prejudicar o nosso concorrente Brasil... Nós somos do país X e queremos saber como reduzir a competitividade, como reduzir a importância e a extraordinária capacidade do *player* Brasil. Esse cenário, com a falta de um programa que nos supra de fertilizantes, de nitrogenados, enfim, de NPK e nitrogenados, Senador Zequinha Marinho, esse cenário é perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem quisesse destruir o poder competitivo do Brasil sem fazer investidas contra a Amazônia, denunciar, como há 40 anos fazem... Só queria lembrar que nós fomos denunciados porque a vaca louca existiu no Brasil. Era uma doença brasileira. Quem nos denunciava eram o Reino Unido e o Canadá. Em Calgary, na Província de Alberta, no Canadá, foram descobertos os casos mais escandalosos, e na Inglaterra. Então, sem precisar recorrer a essa *fake news*, hoje o cenário do Brasil é o cenário ideal para quem quisesse quebrar as nossas pernas, porque, sem fertilizantes, seja por sanções dos Estados Unidos à Belarus ou ao Irã, e sem que nós exploremos o que temos, Senador Zequinha, ou seja, sem um plano, como V. Exa. bem delimitou no começo, para reduzir nessa proporção que nós ouvimos agora, fazendo crescer um pouco mais do que cresce a demanda para, no final, sermos quase autossuficientes, irmos reduzindo a nossa dependência, sem esse plano, não é preciso fazer mais nada para desmontar esse grande titã lá do agronegócio no mundo, que é o Brasil.

É isto que eu queria contextualizar: sem o plano, nós vamos nos suicidar coletivamente, como grande *player*, imbatível *player* da agroindústria no mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Amin. De fato, esse plano precisa acontecer rapidamente para que a gente possa avançar e socorrer os nossos produtores, que hoje são responsáveis pelo saldo positivo da balança comercial brasileira. Temos que continuar ampliando a produção e, para isso, nós precisamos, de fato, de uma ação efetiva de Governo ou de Estado, para que a gente possa ampliar a produção de fertilizantes no Brasil.

Portanto, passo a palavra agora ao Dr. Christian Lohbauer, Presidente da CropLife Brasil.

O SR. CHRISTIAN LOHBAUER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Acir. Queria agradecer a oportunidade de tratar desse tema realmente aflitivo, como diz o Senador Esperidião, e cumprimentar o Senador Zequinha, cumprimentar o Senador Carlos Fávaro, os Senadores presentes e os meus colegas de Mesa.

Eu vou tratar aqui da questão dos defensivos agrícolas. A CropLife Brasil é a associação brasileira das empresas de defesa vegetal, considerando defensivos químicos, biodefensivos e sementes. Todas as tecnologias vegetais estão concentradas aqui, na CropLife Brasil. Ela é uma associação recente, que integrou a conhecida Andef, que era a Associação Nacional de Defesa Vegetal, mais a ABCbio, que era a associação brasileira de biodefensivos, mais a Agrobio, que era a associação brasileira de biotecnologia, mais a Braspov, que era a Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais, mais o CIB, que era o Conselho de Informações sobre Biotecnologia, que é uma *fintech* de *biotech*. Todo esse universo está integrado hoje na CropLife Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós fazemos aqui é representar as empresas. Hoje somos 50 empresas, as maiores empresas brasileiras, ou melhor, no Brasil de produção de defesa vegetal. Estamos falando aqui e de empresas como Bayer, Basf, Syngenta, Corteva, Sumitomo, Ihara, Koppert e mais quarenta e poucas empresas brasileiras e internacionais que tratam desse universo da defesa vegetal – dos remédios para as plantas, como foi colocado aqui.

Em relação a esse universo, eu acho importante iniciar colocando que nós temos um problema estrutural diante de nós, como já foi dito pelos meus antecessores; não é uma questão conjuntural. E ela começa com uma agenda internacional bastante complexa, que tem na sua cadeia logística fabril um desafio muito grande para vários outros setores da economia. É um ambiente onde há uma questão energética envolvida, como foi colocado também aqui. É muito maior do que um problema chinês, mas é um rearranjo, um reajuste internacional energético que tem efeitos, enfim, sobre a produção e a transformação das matérias primas, que é aqui o nosso desafio do nosso debate de hoje. Então, há um desafio energético, na China em particular, e, como nós nos tornamos cada vez mais importadores da China, então o efeito é imediato no fornecimento de insumos para o Brasil.

Setenta e dois por cento dos ingredientes ativos utilizados nos defensivos agrícolas são importados no Brasil. Os chineses têm 32% desse mercado de importação; seguidos pelos Estados Unidos, com 11%; e Índia, com mais 11%. Depois, pulveriza-se para outros países.

Apesar da pandemia, apesar do ambiente de pandemia, o ambiente agrícola, como todos nós sabemos, continuou pujante. E, no ano de 2021, pelos dados da própria Camex, a gente tem um aumento de importações de defensivos em geral. De janeiro a agosto de 2021, o Brasil importou 253 mil toneladas de produtos formulados. Para os senhores terem uma ideia, no ano passado inteiro, em 2020, o Brasil tinha importado 235 mil toneladas. Então, além da questão da pandemia, além do problema estrutural, nós tivemos um aumento de importações, justamente pela pujança, pelas condições favoráveis, como disse o Minaré, que o produtor enfrentou nos últimos anos, em relação a um câmbio favorável, em que se anteciparam, inclusive, compras de insumos agrícolas, incluindo uma parte de defensivos. Então, nós vamos vendo aqui uma série de fatores que vão se acumulando.

A questão da logística, como todos já têm acompanhado, também se transformou em um problema mundial. Há uma redução nas linhas de frete para a América do Sul e em geral, no mundo inteiro, o que gerou um aumento, uma elevação no custo dos fretes. A consequência disso também é um aumento no custo dos contêineres – quanto menos linhas, menos movimento de contêineres existe, mais caro fica o contêiner. Nós temos aqui o último cálculo: segundo o World Container Index, o preço do frete marítimo em 2021 subiu mais de quatro vezes.

E, ao mesmo tempo, a demanda internacional por *commodities* se manteve – e aumentou em alguns casos. Há uma saturação de muitos portos importantes do mundo, com destaque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para Los Angeles. E essa situação nos leva, então, a um desafio que não é conjuntural; ele é realmente um desafio de infraestrutura internacional.

Eu dizia que a China, por sua vez, tomou a decisão de alterar seu modelo energético, também por essa nova agenda de compromisso de atingir a neutralidade de carbono, mas não é só isso. A China decidiu impor restrições a várias províncias na produção de energia. E o que ela considerou zonas vermelhas – ela definiu zonas vermelhas, verdes e amarelas –, as zonas vermelhas tiveram redução de 90%, em alguns casos, de disponibilidade de energia. E é o caso, infelizmente, de duas províncias chinesas que têm a produção do fósforo amarelo, aquele a que o nosso colega Minaré fez referência. O fósforo amarelo é a matéria-prima para glifosato, também para glufosinato, para acefato, para malation, que são produtos já genéricos aí e muito importantes, boa parte herbicidas fundamentais para agricultura mundial e brasileira. O fósforo amarelo demanda muita energia, e as províncias de Yunnan e Jiangsu estão entre as mais punidas em relação à redução da disponibilidade de energia.

Como se não fosse suficiente, nos Estados Unidos, nós tivemos o furacão Ida, que causou uma destruição em algumas regiões do sul do país, entre elas o estado da Louisiana, o que afetou uma fábrica importante de uma das maiores empresas de defensivos do mundo, em Luling, uma fábrica de glifosato. É uma fábrica da Bayer – Bayer e Monsanto. E o efeito também foi importante. A própria Syngenta também teve problemas com a sua operação nos Estados Unidos em função do Ida.

Então, essa combinação de fatores, essa tempestade perfeita nos leva a um quadro muito complicado.

Nós temos feito na CropLife um monitoramento intenso sobre essa questão. As empresas, evidentemente, com o começo da safra de soja, agora, estão totalmente focadas em fornecer produtos. O que a gente identifica é que haverá problemas localizados, problemas pontuais no fornecimento de alguns produtos. Talvez o glifosato seja o mais afetado, mas nós ainda não sabemos qual será a intensidade do problema. Nós acreditamos que será uma baixíssima intensidade. Se for para fazer uma estimativa, não passa de 10% o problema de oferta de glifosato para essa safra 2021-2022.

Fica aí a questão em aberto para o que vai acontecer a partir de fevereiro/março do ano que vem, se não houver um reajuste nessa questão estrutural, nessa questão chinesa, nessa questão dos fretes, nessa questão dos contêineres, etc. Dá para imaginar que o problema certamente estará presente na nossa agenda, Senador Zequinha; a gente não vai ficar livre dessa agenda tão cedo. Mas a gente quer crer que o pior já passou.

As empresas têm feito um trabalho muito intenso de trazer os produtos para cá. Para se ter uma ideia – acho que vale a pena citar –, a Syngenta já fez uma operação para trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos de avião. Ela trouxe três voos de um produto da empresa, 10 mil litros desse produto foram trazidos em três voos recentemente, na semana passada.

Então, o esforço que as empresas têm feito para trazer produto e não deixar o produtor sem insumo é realmente intenso, mas o Brasil é muito grande e o quadro é muito complexo, deve haver aí um ou outro problema localizado.

A gente também tem que esperar os dados oficiais desse trimestre, desse último trimestre, para ter mais precisão nas estimativas. A gente ainda não tem esses dados de importação e operação das empresas.

Nós estamos trabalhando intensamente com o Ministério da Economia, que fez uma série de solicitações a todas as empresas e também aos produtores, para ter um quadro mais preciso do que está acontecendo com a disponibilidade tanto de estoques quanto de produtos em todas as empresas, nos distribuidores, nas cooperativas, para que o Governo possa, aí sim, tomar alguma decisão que for necessária para evitar especulação, evitar a falta de produtos e assim por diante, mas é um trabalho de cooperação muito intenso com o Ministério da Economia e com o Ministério da Agricultura e acho que o Senado também deve estar sabendo, deve ser informado disso. A frente parlamentar conhece esse trabalho, nós já participamos de audiências na Câmara, já participamos de audiências também em conversas permanentes com a frente parlamentar através do IPA, estamos aqui hoje e provavelmente estaremos juntos nos próximos meses tratando desse tema.

Para concluir, eu acho que há dois comentários a fazer.

Primeiro, é muito importante... O que o Brasil pode fazer? Algumas coisas já foram ditas, o Senador Esperidião abriu uma avaliação do cenário sobre a oportunidade de outros países, de que há outros países, em função dessa fragilidade brasileira... O que o Brasil pode fazer? A gente é perguntado muitas vezes: como é que faz para voltar a ter fábricas no Brasil? E a resposta é sempre a mesma, é a questão da competitividade, quer dizer, a gente tem um trabalho estrutural brasileiro para aumentar a competitividade. Nos últimos tempos, o Brasil perdeu mais da sua metade de competitividade, deixou de ser 23% do PIB para ser alguma coisa em torno de 10%. Essa indústria química faz parte desse universo, produzir defensivos ou até formulações no Brasil não é uma atividade competitiva, deixou de ser nos últimos 25 anos e, portanto, há um trabalho estrutural a ser feito: tributário, custo do trabalho, infraestrutura, enfim, escala.

Mas há uma coisa que se pode se fazer. Há um projeto de lei na Câmara, o PL 6.299, que, entre outras coisas, promove a modernização da nossa lei de defensivos, que faria com que novos produtos pudessem ser aprovados de forma mais célere, o que significa dizer novas moléculas que estão na fila podem ser aprovadas ou outros produtos que são produzidos em outros países, não necessariamente na China, mas que vêm da Europa, que vêm dos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos, que vêm de outros países, até do México, e que poderiam ser integrados nesse fornecimento de defensivos. O PL 6.299 está para ser pautado, há uma expectativa muito grande do setor inteiro há muitos anos, e essa seria uma pequena parte da solução, de várias soluções que têm de ser feitas no Brasil.

E, a outra, mais importante, é essa que foi colocada aqui, é um debate sobre política industrial, Senador Acir. A política industrial é uma política pública. Ela daria um novo caminho, a médio e longo prazo, para a produção não só de fertilizantes, mas de defensivos. O Brasil tem fábricas ainda de defensivos, mas elas sofrem muito com a competitividade baixa da nossa economia em relação aos países no mundo.

Então, é um desafio grande, é uma política de Estado, e nós vamos ter que enfrentar isso, sim, nos próximos anos, porque a agricultura, como foi dito, continua sendo o motor da nossa economia e, para ela continuar sendo pujante, precisa de insumos. Então, temos esse desafio pela frente.

Estou à disposição de senhores para qualquer (*Falha no áudio.*) ... ou fornecimento.

Agradeço a oportunidade por esta exposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Christian pela sua participação.

De fato, é política de Estado. Nós já pedimos para a Consultoria do Senado, através do nosso Secretário da Comissão de Agricultura, sugestões para que a gente possa, a depender desses estudos, apresentar projetos, para tramitar com urgência, para contribuir com essa questão de nós produzirmos no País, já que nós temos matéria-prima e faltam condições, faltam trabalhos para que nós possamos ser competitivos. Não é possível que o Brasil não possa ser competitivo com relação à produção desses fertilizantes ou defensivos no nosso País. Vamos trabalhar, a Consultoria já está com essa missão de nos auxiliar para podermos apresentar aos nossos colegas Senadores e à sociedade soluções e contribuições nesse sentido.

Passo a palavra agora ao Dr. Antônio da Justa Feijão, geólogo e Presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migrações e Meio Ambiente (Finama).

Mais uma vez agradecendo a sua presença junto conosco, V. Sa. tem a palavra. (*Pausa.*)

Nós não estamos conseguindo ouvi-lo, Dr. Antônio. Talvez deva aumentar o volume do seu microfone. (*Pausa.*)

Agora desligou o microfone, Dr. Antônio. (*Pausa.*)

Está ligado agora... Desligou de novo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, continua desligado o seu microfone, Dr. Antônio. (*Pausa.*)

Agora ligou. (*Pausa.*)

Nós continuamos a não ouvi-lo, Dr. Antônio. (*Pausa.*)

Façamos o seguinte, Dr. Antônio: os nossos técnicos entrarão em contato consigo por telefone e eu passaria a palavra ao Dr. Cláudio Zancanaro, enquanto nós resolvemos essa questão de tecnologia tanto nossa quanto de V. Sa. Pode ser? (*Pausa.*)

O.k. Muito obrigado, então.

Passo a palavra, então, ao Dr. Cláudio Zancanaro.

O SR. CLÁUDIO ZANCANARO (*Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia a todos. Ouvem-me aí?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. CLÁUDIO ZANCANARO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ah, muito bem.

Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Zequinha pelo convite. Em nome do Acir, meu conterrâneo lá de Cascavel, quero cumprimentar a todos e dizer que é uma honra participarmos dessa discussão importantíssima nessa atual situação em que o Brasil se encontra nessa questão de insumos.

Eu queria ressaltar o que falou o Senador de Santa Catarina, Esperidião Amin, dizendo que este Brasil que trabalha contra a gente é muito feroz. Nós temos alguns exemplos aí, como falou o DNPM, nós temos bastantes reservas no País, mas com a dificuldade do custo Brasil e deste Brasil que impede a gente de trabalhar, é importante.

Eu queria ressaltar a questão do cloreto de Autazes, que é um exemplo claro disso. Já era para estar sendo explorada essa mina há muito tempo, mas em função de questões ambientais que devem ser respeitadas, e nós entendemos que agricultura depende muito disso, quer dizer, ninguém quer mais respeitar o meio ambiente e quer tratar de forma correta os nossos ativos minerais, como a agricultura, nós dependemos disso. No entanto, a gente tem as dificuldades todas aí que todos já conhecem. No caso de Autazes, é a consulta da OIT 169, que é um grande empecilho, não dá para entender qual é a dificuldade que tem de se fazer, deixar explorar isso.

Eu imagino que nós deveríamos... Eu não entendo a questão da Justiça brasileira, talvez o que tivesse que fazer fosse uma conscientização ou uma mobilização, em função de mostrar a importância disso, dessa exploração, dessa independência ou um pouco de independência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Brasil precisa ter na questão de insumos agrícolas. Nós costumamos dizer que somos uma potência agrícola, mas é uma potência agrícola manca. Nós temos uma dependência muito grande de insumos importados. A gente tem aqui no Brasil as nossas reservas. Como explicou o DNPM, não são gigantes, nós não somos um campeão de reservas, mas temos condições de suprir boa parte das nossas necessidades.

Então, eu acho que o principal ponto aqui, além do que os colegas já colocaram que é importante, a questão do ambiente de negócios que precisa ser desenvolvido, é preciso também sensibilizar a Justiça brasileira do benefício que isso pode trazer para o Brasil. Quer dizer, nós todos dependemos... Nós somos um país exclusivamente agrícola. Nós todos dependemos disso. Se a gente não tiver um pouco de autonomia nos insumos... Nós não somos uma potência agrícola, nós somos uma dependência agrícola. Então, eu queria ressaltar principalmente isso, essa necessidade.

Nós temos a questão da Renca, no Amapá e no Pará, que foi impedida de se estudar; nós temos a questão de Autazes, que está impedida de se estudar também. Na questão logística, nós temos a questão da Ferrogrão, que está impedida de se estudar, em função de questão na Justiça. Então, eu acho que o Brasil realmente precisa olhar para ele mesmo, se valorizar, entender que a necessidade nossa de insumos é fundamental. Sem isso, nós não somos... É uma questão de soberania nacional até. A gente tem as questões logísticas nossas, as questões ambientais, as questões da Justiça, isso tudo impede o Brasil de caminhar.

Nós temos, na questão de nitrogenados, a reserva de Urucu, que trocou de mãos recentemente. Essa é uma atividade de capital intenso, precisa de muito recurso para explorar, mas a gente tem potencial investidor para esse negócio, vamos conversar com os novos proprietários de Urucu. Mas o que assusta o investidor são essas questões todas que temos: começa-se a explorar, aí vem a Justiça e impede a exploração por razões banais. Tenho certeza de que ninguém quer aqui burlar nenhuma regra, mas quer agilidade, quer que o processo realmente seja ágil.

Nessa questão da nossa dependência, eu acho que os colegas já colocaram bem, a gente tem soluções. A gente tem vivido quase uma tempestade perfeita: todo mundo querendo aumentar a área, os acidentes que ocorreram no Canadá, a questão de energia na China e no leste europeu e a questão geopolítica, tudo isso veio no momento, veio junto para atingir a agricultura.

Então, vamos sentir isso no próximo ano, o agricultor ainda vive dos bons momentos do passado, mas nós devemos ter dificuldade. E, quando a agricultura tiver dificuldades, o PIB brasileiro todo vai ter dificuldades.

Então, eu acho que é uma questão fundamental a gente tratar desse custo Brasil. Isso envolve a questão de mão de obra, do custo de mão de obra, o custo de investimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental, das questões burocráticas. Se você olhar todos os países do mundo que exploram os seus minerais, dos quais compramos, quer dizer, nós consumindo o produto deles, eles têm muito mais facilidade do que a gente. Quer dizer, as explorações nossas aqui são muito difíceis. Acho que esse é o ponto principal.

É isso que eu queria deixar como mensagem para os Senadores, que a gente precisa de ajuda. Nós, como empresários aqui, atuamos no ramo de logística e há a questão dos produtores, temos demanda para o produto e precisamos buscar essa independência.

Quero me colocar à disposição para discutir essa questão do gás de Urucu, que é uma província importante que o Brasil tem, está bem localizada, impacto ambiental baixo. Eu acho que esse é um ponto principal. A gente tem alternativas para explorar e precisa fazer isso.

Outra coisa que eu acho importante, que acho que foi o Lohbauer que colocou, é a questão de fertilizantes biológicos. Eu acho que a gente precisa dos fertilizantes orgânicos, é outra alternativa que o Brasil tem, é pouco explorada. Se você visitar a Alemanha e outros países, você vai ver que a questão de biodigestores, algas e excrementos de aves principalmente e de suínos são uma fonte importante também de nutrientes. E o Brasil tem também, de novo, nas questões regulatórias, muitos impedimentos, muitas coisas que podem ser desobstruídas para a gente poder explorar. Porque essa é uma fonte natural e o Brasil produz, mas explora muito pouco. Acho que esse é o negócio.

Basicamente é isso. Eu vou ficar à disposição de vocês para debater.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Zancanaro, por sua participação conosco, nosso conterrâneo de Cascavel. Agradeço a sua presença.

Paralelamente a este debate que estamos fazendo hoje, Zancanaro, nós também estamos fazendo um outro debate, que é com relação à regularização fundiária e o novo Marco Legal do Licenciamento Ambiental. São duas matérias que eu considero da maior para o nosso País.

Estamos debatendo – nós teremos mais uma audiência pública para cada tema – e queremos discutir o relatório e depois aprová-lo, se assim for do interesse e conforme a compreensão dos demais Senadores e Senadoras, em dezembro já, para que a gente possa avançar. O Brasil precisa avançar.

Esse novo marco regulatório do licenciamento ambiental, eu considero da maior importância para o futuro do País. É preciso responsabilidade ambiental sempre, evidentemente, mas nós temos que desburocratizar para poder avançar tanto na produção de alimentos, de grãos, etc., como na industrialização de toda a produção brasileira. Considero isso da maior importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos avançar, nós estamos avançando. É a contribuição que o Congresso, não só o Senado, mas também a Câmara dos Deputados, está dando para que a gente possa avançar na produção no nosso País e também nas obras de infraestrutura. Nós precisamos de ter uma situação mais desburocratizada para poder avançar nas obras importantes, estruturantes para o País.

Vamos ver se agora nós conseguimos contato com o Dr. Antônio da Justa Feijão, mais uma vez agradecendo a sua presença conosco. V. Sa. tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO DA JUSTA FEIJÃO – Gostaria de saber se estão me escutando bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora sim; um pouco baixo, mas estamos lhe ouvindo.

O SR. ANTÔNIO DA JUSTA FEIJÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou avançar e pedir para exporem a palestra.

De forma um pouco diferente em relação aos outros especialistas, eu vou falar um pouco de como, na prática, o Brasil inviabiliza uma solução para o agronegócio, falando de uma mina importante já além da era balzaquiana – já vai entrar para os 40 anos –, no meio de uma grande plataforma de produção, que é o Rio Amazonas, onde você tem a conectividade com o Madeira, a conectividade com o Tapajós. A ideia é mostrar, se estiverem me ouvindo e puderem colocar a apresentação, rapidamente, a questão do complexo de Maicuru, onde estão mapeados mais de 200 milhões de toneladas de fósforo. (*Pausa.*)

Conseguiu colocar a palestra? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – O senhor mesmo pode fazer a sua apresentação. Nós não conseguimos fazer isso por aqui, nós não conseguimos fazer esse *link*. Então, se V. Sa. pudesse fazê-lo diretamente seria melhor.

O SR. ANTÔNIO DA JUSTA FEIJÃO – Bom, eu estou tendo dificuldades aqui. Nós vamos fazer o seguinte... Eu também não tenho muita habilidade para usar aqui a plataforma.

Então, vejam bem, eu vou narrar e, lamentavelmente, a gente vai perder um pouco a qualidade, mas não é problema.

Em 1984, entre o Pará e o Amapá, foi criada a Reserva Nacional do Cobre e, aí, criou-se, como se diz no Nordeste, o forró do Chico Bento: quem está dentro não sai – quase 186 requerimentos já existiam antes da criação da Reserva Nacional do Cobre – e quem está dentro também não faz a exploração.

A CPRM, com muita luta, em 1983, conseguiu exercitar, com uma empresa canadense, a exploração de ouro em duas áreas. A partir daí, mesmo assim, a Vale do Rio Doce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prospectou dois complexos: um de titânio, mais a leste e a sul da Renca, e um, importantíssimo para o debate de hoje, onde estão cubados... Quando um geólogo fala em cubados, significa dizer que se gastou dinheiro. É como a Autazes: a Autazes tem 3,2 bilhões de toneladas cubadas, porque se gastou um quarto de bilhão de dólares lá.

Voltando para as reservas de fósforo dentro da Reserva Nacional do Cobre, o que aconteceu? Por questões políticas – e aí a escritora canadense já falecida Barbara Tuchman escreveu em 1986 um livro chamado *A marcha da insensatez* –, foi-se criando, de 1982, dentro dessa reserva mineral, um paradoxo ambiental. Foram-se criando unidades ambientais, unidades indígenas. E eu não estou, nem como ex-político, nem como advogado, discutindo o mérito, eu estou só falando. O que chamou a atenção ao longo do tempo é que, em cima do complexo de mais de 200 milhões de toneladas de fósforo, foram criadas pelo Governo do Pará, no apagar das luzes do Governo do Pará de 1986, faltando 15 dias para encerrar o Governo, duas unidades de conservação em cima dos maiores complexos de ouro, de titânio, de fósforo, de ferro, de estanho, ou seja, se colocou um manto com duas unidades estaduais onde uma delas proíbe a mineração, o que eu chamo de metafederalismo, que já é uma palavra extremamente usada no mundo do Direito Constitucional. O Estado do Pará removeu da Constituição a competência da União de legislar sobre bens minerais – é privativo da União legislar sobre os bens minerais. Quando um Estado, sobre um decreto federal, pega e revoga o decreto federal – tecnicamente, não pode – com um decreto estadual, nós estamos aí diante de um impasse. Do mesmo modo que há coronavírus Alfa, Beta, Manaus, China, se criaram várias variáveis da Constituição.

O que eu iria mostrar com mais detalhes é que nós estamos agora: a CPRM apresentou outros cenários, ela não tocou em Autazes diretamente, mas também a CPRM tem outras reservas importantes, no Tapajós, de gipsita, que hoje é uma demanda grande para o agronegócio. E o que nós sugerimos – e aqui eu encerro dando as contribuições – é que o Senado da República, à luz dessa angústia que o Senador Esperidião Amin externou, crie três níveis de licenciamento: o licenciamento dos minerais estratégicos, o licenciamento da geração de energia e o licenciamento do alimento.

Quando você licencia um bem de suporte à agricultura – porque hoje, no mundo, quem controla a agricultura não é quem produz, é quem tem insumos para a produção –, quando nós não temos um licenciamento rápido, essa curva que a CPRM colocou nos cenários poderá ser projetada, por mais importação, mais para cima. Na questão lá da Reserva de Maicuru, de fósforo, já tem 30 anos que a jazida está lá, não há nenhum empecilho que não seja esse licenciamento complexo, trifásico, altamente monitorado por questões ideológicas, e essa singularidade de transformar uma reserva mineral numa pseudorreserva ambiental.

Então, era essa a contribuição.

Vamos ficar à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Antônio da Justa Feijão.

Eu pergunto ao Senador Zequinha Marinho se gostaria de usar a palavra.

V. Exa. tem a palavra Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, muito obrigado. Eu quero aqui agradecer a todos os palestrantes: Dr. Esteves; Dr. Reginaldo; Dr. Christian; o Feijão, estudioso, pessoa que acompanha os problemas e as questões aqui da Amazônia de uma forma diferenciada; o Cláudio Zancanaro, que é empresário e lida com isso todo dia.

Naturalmente, nós vamos continuar dependendo e precisando dessas informações que ouvimos. Eu consegui anotar alguma coisa. E só queria fazer um pedido a todos eles. Nós vamos trabalhar dentro do Governo para tentar ajudá-lo a logo tirar do papel a intenção e montar um projeto que possa efetivamente responder a essa demanda e a essa urgência por um plano nacional de fertilizantes, assim como também de defensivos, porque a situação não é fácil nem para um lado nem para o outro. E aí eu queria fazer um pedido – nós vamos pegar o contato –: que nessas reuniões a gente pudesse ligar, fazer uma videoconferência, ou não, colocando em viva voz na reunião, para abordar o assunto de cada um, dentro daquilo que trouxeram de contribuição para esta audiência. Porque só mesmo ouvindo, no momento de trabalho em que cada um pode explicar a sua parte, a gente vai poder, lá dentro, com o Secretário Nacional de Assuntos Estratégicos e aquela equipe de Governo que a gente solicitou na reunião passada, montar, colocar de pé esse trabalho de (*Falha no áudio.*) ... muito rapidamente, só em termos de resumo. Não é uma nova audiência pública, é apenas uma contribuição numa reunião de trabalho. Era isto que eu queria pedir a cada um: que nos dessem a liberdade de, no dia da reunião, poder ligar, conversar e ouvir, coisa rápida, para que se possa, então, clarear tudo e ajudar o Secretário e o grupo de trabalho a anotar e se municiar das informações necessárias para poder facilitar o trabalho, o.k.?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senador Zequinha Marinho, pela sua contribuição.

E vamos agrupar a esse trabalho de estudos aquilo que a Consultoria nos trará como contribuição da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para que a gente possa avançar nesse tema.

Nós inverteremos, portanto, a lista de participantes, para as suas considerações finais, mais uma vez agradecendo a sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Dr. Antônio da Justa Feijão, para colocar as suas considerações finais. (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo-o, Feijão.

Agora fechou o microfone, tem que abrir o microfone.

O SR. ANTÔNIO DA JUSTA FEIJÃO – Consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Agora sim.

O SR. ANTÔNIO DA JUSTA FEIJÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu faço minhas considerações finais pinçando o que o Senador Esperidião Amin disse quando retornou: ante a anterior reunião feita por esta Comissão e ao incremento dessas importantíssimas apresentações, eu transformo todo o meu saber em angústia e eu resumo isso numa frase de Fernando Pessoa, quando ele colocou uma frase curta que estendia, na sua sabedoria de poeta, a profundidade do conhecimento. Fernando Pessoa, ao abordar sobre um assunto, ele disse: "Pensar dói".

Então, graças a esta Comissão, que está trazendo informações importantes e diversas e de riquezas de vários setores, nós tomamos conhecimento amplo da realidade. CPRM trouxe um cenário amplo, a CNA trouxe o pragmatismo de que não pode haver uma simetria entre o Estado permitir que o mundo que compra os nossos produtos possa dar o preço dos nossos insumos.

Então, eu diria o seguinte, é a hora de o Senado da República nivelar todas as metaconstituições em uma só constituição e criar uma criar uma via de licenciamento especial para o alimento, licenciar insumos da agricultura, licenciar alimentos.

Era essa a minha última contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Antônio da Justa Feijão. De fato, é uma sugestão importantíssima. Nós estamos realmente atentos a esse tema. Volto a dizer: toda a Consultoria do Senado está, desde a primeira audiência, estudando uma forma de podermos contribuir, para que possamos avançar com soluções para esse tema. Muito obrigado por sua presença junto conosco.

Agradecemos também ao Cláudio Zancanaro a sua presença conosco, o Diretor-Presidente da Companhia Norte de Navegação e Portos (Cianport).

Passo a palavra a V. Sa. para as suas considerações finais.

O SR. CLÁUDIO ZANCANARO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem, eu acho que, basicamente, o nosso... Quero parabenizá-los pela iniciativa. Eu espero que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente dê resultados, porque confesso que, com esses anos todos de trabalho na Amazônia com agricultura e tal, a gente fica desanimado.

Eu confesso que ver o Brasil na situação em que está, não podendo explorar as minas e os potenciais que existem com pouco impacto... A gente conhece isso e sabe que os impactos são muito menores do que os de onde a gente compra. Por exemplo, se você for visitar os locais de onde se originam as nossas matérias-primas para fazer fertilizantes, você fica espantando com a forma com que eles tratam o meio ambiente lá, com que tratam as questões trabalhistas. É muita exigência para nós, para impedir... Eu só posso pensar que, realmente, como disse o Senador Amin, deve haver alguém contra o nosso negócio, porque é inadmissível tanto empecilho para se produzir, como essas questões de licenciamento, a Convenção 169, da OIT, essas regras todas. Nós estamos sendo muito mais chatos conosco do que os nossos concorrentes.

Então, acho que a gente tem que pensar nisso. Se dá para importar produto que trata dessa forma o meio ambiente lá fora, nós temos que repensar o nosso aqui. Nós entendemos que queremos respeitar isso – e devemos respeitar, pois, afinal de contas, nós vivemos disso – , mas não podemos admitir que a Justiça sente em cima da Ferrogrão, sente em cima de Autazes e que isso fique indefinidamente sem solução. Nós temos que sentar e conversar.

A nossa esperança, como produtores, são vocês Senadores e políticos, para que realmente consigam avançar nessa questão. Acho que é uma bela iniciativa. Desejo sucesso para o trabalho de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Zancanaro. Mas não desanime, não! Nós estamos todos muito preocupados e atentos para contribuir e resolver os problemas do País.

Você citou algumas questões do meio ambiente travando algumas obras. Eu cito só mais uma, que é a BR-319, ligando Porto Velho a Manaus. É inadmissível que, em uma BR que já foi construída, que já foi asfaltada, hoje não se possa refazer o asfalto, ou seria uma operação tapa-buracos. Dependemos do licenciamento ambiental para fazer ou refazer o asfalto, que já existia desde a década de 70! Então, eu me somo às colocações que você fez, colocando essa também sobre o reasfaltamento da BR-319.

Nós estamos exatamente trabalhando nesse novo marco regulatório do licenciamento ambiental, respeitando sempre o meio ambiente, criando compensações ambientais, mas não deixando de fazer as obras estruturantes para o nosso País.

Então, agradeço a sua participação e as suas colocações. Não desanime Zancanaro! Nós estamos aqui, assim como também outros Senadores e Senadoras, Deputados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputadas, contribuindo para que a gente possa avançar. O Brasil precisa avançar; nós estamos perdendo muitas indústrias para países vizinhos, inclusive – vocês sabem muito bem disso –, por conta o custo Brasil.

Nós estamos trabalhando no sentido de aliviarmos essa carga que têm as empresas brasileiras, muitas delas, algumas delas, aliás, já deixando o País, empresas multinacionais, deixando o Brasil por conta da preocupação, do custo Brasil, da instabilidade política. Isso não pode acontecer. O Brasil tem uma condição enorme de continuar avançando na industrialização, não só do que nós produzimos na agricultura, mas também em outros segmentos, para gerar emprego, renda e fazer com que o PIB brasileiro possa aumentar.

Passo a palavra agora ao Dr. Christian Lohbauer, Presidente da CropLife Brasil.

V. Sa. tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. CHRISTIAN LOHBAUER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Queria agradecer a oportunidade de debater aqui a questão estrutural que enfrenta o fornecimento de insumos para a agricultura no Brasil. Na área de defensivos, a gente está fazendo um esforço muito grande para não haver impacto nesta safra; acho que vamos conseguir, mas temos, realmente, que ter uma política de médio e longo prazo, e essa política é uma política pública que passa, certamente, por uma política industrial que não deve ser como as outras, do passado, que são políticas protecionistas, nem de estatais produtoras de determinado produto; pelo contrário, passa pela redução dos custos de produção no Brasil, para que possa capital do mundo inteiro, inclusive brasileiro, investir em emprego e renda aqui, no Brasil, porque este País é capaz de produzir tudo isso. Todos os produtos que a gente importa este País é capaz de produzir; é só uma questão de competitividade.

Queria deixar uma sugestão, Senador Zequinha. O Secretário Carlos da Costa está fazendo o início de um levantamento no Ministério da Economia também pensando em uma política industrial. Então, o pessoal do Senado, da Consultoria, poderia contatá-lo, porque é o mesmo projeto; na verdade, é um pensamento de país.

Nós estamos aqui à disposição. A CropLife e a associação das empresas todas que estão vinculadas à agricultura estão à disposição do Senado e todos os colegas aqui neste novo momento deste grupo de trabalho em que nós vamos transformar esse tema para a gente encontrar uma solução de benefício ao Brasil.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, sim, encaminhar a sua sugestão para que a gente possa ampliar esse grupo de debates para fortalecer a indústria brasileira.

Passo a palavra ao Dr. Reginaldo Minaré, da CNA, para suas considerações finais, mais uma vez agradecendo a sua presença conosco.

O SR. REGINALDO MINARÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Grato, Senador. É sempre uma satisfação participar e um aprendizado. O ambiente multidisciplinar é sempre desejado e rico. Isso é muito importante.

Nós temos já um impacto na agricultura, nessa safra, na produção, como considerei na minha fala anterior. A CNA, por meio do projeto Campo Futuro, já identificou aumento significativo no preço de insumos, de janeiro até o momento – alguns, como no caso do glifosato, com aumento de 126%; o potássio, com aumento de 150%; o nitrogênio, com 70%; o fosfato, com 74% –, e esses aumentos impactam significativamente a planilha de custos dos agricultores. Como disse, quem não tem uma garantia de venda já com preço estabelecido, se, porventura, no período da safra, o preço dos grãos reduzir, certamente esse agricultor terá uma grande dificuldade de cobrir a sua planilha de custos; poderá ter trabalhado com prejuízo. Esse é o risco que o agricultor sempre corre.

A cultura de seguro no Brasil, principalmente seguro de renda, não é uma cultura muito consolidada. A ministra está trabalhando muito para desenvolver, e nós estamos apoiando bastante. Tem melhorado, mas ainda precisa avançar. Então, é realmente um tema sensível. Como o senhor disse no início, é de uma política de Estado que nós precisamos, uma política sólida.

Nesse curto prazo, a gente espera que o Ministério da Agricultura continue com a eficiência com que ele tem acompanhado esse tema, identificando as oportunidades de suprir esse abastecimento com fontes distintas de fornecimento; acompanhar para ver o que é efetivamente elevação de preço com base em custo ou elevação por meio de especulação; rompimento de contrato efetivamente por motivo de força maior ou rompimento de contrato por desejo de especulação, quando o contrato não tem cláusulas no que diz respeito ao rompimento de cláusulas mais seguras para o agricultor – muitas vezes temos contratos de adesão. Estamos fazendo um alerta aos agricultores para que fiquem atentos aos contratos. É muito importante ler o contrato para saber se aquele contrato lhe oferece garantias e até quando essa garantia é ofertada pelo contrato, porque muitas vezes a pessoa tem o contrato, mas não o leu e não conhece a fragilidade do contrato ou até onde está descoberto.

Então, são orientações que nós estamos passando aos agricultores neste momento, acompanhando o cenário internacional, junto com o Ministério da Agricultura, com os adidos agrícolas do Ministério da Agricultura, buscando prospectar informações que são importantes para desenho do cenário, e também junto com os escritórios da CNA na China e em Singapura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que agora estão procurando levantar a produção de fósforo amarelo no Vietnã, saber como está, para a gente ter um desenho do cenário. O desenho do cenário é fundamental para o agricultor administrar a planilha de custos. Para o agricultor hoje, mais importante do que ele ter um bom agrônomo é ele ter um bom contador, que faça um bom custo de produção. Isso é fundamental. A agricultura moderna exige isso. Não dá mais para ser naquele modelo de "vamos produzir, e depois a gente resume e vê o que dá". Aí já é tarde.

São essas as minhas considerações finais, Senador.

Grato pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Reginaldo.

Passo a palavra agora ao Dr. Esteves Pedro Colnago, do Ministério de Minas e Energia, para suas considerações finais, já, mais uma vez, agradecendo a sua presença junto conosco.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. A satisfação se renova.

Eu quero, nesse momento, agradecer ao Senador Zequinha Marinho o convite que ele me formulou um tempo atrás para que pudesse participar deste evento. E, na pessoa do Senador Zequinha Marinho, eu cumprimento todos os Senadores que estão presentes nesse evento.

E gostaria de dizer para os senhores, numa palavra final nossa, que nós estamos muito integrados, muito envolvidos nesse ambiente de produção, de busca de solução para os problemas de suprimento dos minerais estratégicos brasileiros, especialmente aqueles destinados ao agronegócio. Fosfato e potássio, especialmente, têm merecido, por parte do nosso Serviço Geológico, uma atenção muito especial. Nós reconhecemos a importância que eles têm para o desenvolvimento do País, na medida em que eles são essenciais para o desenvolvimento do agronegócio.

Nós estamos num trabalho praticamente diuturno junto à Secretaria de Assuntos Estratégicos para ajudar na formulação do Plano Nacional de Fertilizantes. Eu acho que será uma oportunidade ímpar, que se está construído no País, para que nós possamos encarar de frente a resolução desse problema da oferta dos fertilizantes brasileiros.

Como foi dito aqui seguidamente por alguns dos senhores, o Brasil tem potencial; o Brasil tem possibilidade de ter oferta desses minerais. O que nós precisamos fazer é intensificar a pesquisa deles, buscar mais ocorrências desses minerais. E esse esforço nós estamos fazendo, nós priorizamos dentro da empresa. Na medida em que a gente não tem de condições de fazer os mapas do continente brasileiro, ou da área oceanográfica brasileira, nas dimensões que são feitas para poder dar oportunidade do conhecimento do nosso Território, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dirigindo as nossas ações para alguns ambientes específicos. Estamos direcionando as nossas ações.

Mais recentemente, nós fizemos um acordo com a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo e nós estaremos recebendo todo o acervo resultante das pesquisas feitas em óleo e gás no Brasil, no Território brasileiro. Então, na medida em que nós tenhamos a oportunidade de receber esse acervo – eu acredito que, a partir do próximo ano, isso já começará a acontecer, porque nós estamos criando um ambiente para isso –, nós teremos condições de aprofundar o nosso conhecimento, especialmente nas bacias sedimentares brasileiras.

Durante todos esses anos, nós ficamos ausentes dos levantamentos das bacias sedimentares brasileiras, porque foi uma atividade delegada à Petrobras. Nós ficamos ausentes das bacias sedimentares, e nas bacias sedimentares é onde a gente encontra alguns minerais específicos, particularmente o potássio e particularmente o fósforo. Eles estão mais disponibilizados nessas áreas das bacias sedimentares brasileiras. Como aconteceu lá em casa, no caso de Autazes: resultante de pesquisas feitas pela Petrobras buscando o petróleo e gás, encontrou-se potássio e houve um desdobramento da informação original lá de Nova Olinda do Norte, no Amazonas, para outras regiões da Bacia Amazônica. E nós estamos hoje identificando um potencial de mais de 3 bilhões de toneladas de fosfato naquele ambiente da Bacia Amazônica brasileira. Precisaria haver solução no que diz respeito à liberação das áreas para exploração efetiva delas.

Eu gostaria de informar, e todos os senhores conhecem muito bem, mas não custa nada lembrar, que a exploração mineral não ocupa mais do que 4% do Território brasileiro, é uma presença muito dispersa dentro do ambiente do Território brasileiro e ocupa muito pouco espaço.

Hoje a nossa legislação está muito bem moderna e está indicando que é necessário ter responsabilidade com respeito à sustentabilidade. É preciso ter preocupações quanto a isso e os mineradores, na sua maioria, têm esse entendimento de que devem ter respeito com a sustentabilidade.

Então, eu não vejo risco na exploração desses minerais de que nós estamos fazendo indicações das suas explorações e que eles sejam efetivamente minerados, porque as empresas que vão atuar nele são empresas de responsabilidade, que têm compromisso com o meio ambiente, com o respeito às comunidades que estão presentes naqueles ambientes. Nós temos visto isso Brasil afora. Temos visto Brasil afora o respeito que as mineradoras estão tendo com as pessoas que estão próximas às áreas de exploração, respeito ao meio ambiente e tudo mais. Então, nós temos que prestar atenção nisso.

E nós estamos com muita confiança de que o Plano Nacional de Fertilizantes estará brevemente disponibilizado e nós, então, poderemos ter um caminho crítico melhor para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percorrer. Nós temos dificuldades, eu disse para os senhores que nós estamos em débito. Nós estamos em débito com a sociedade brasileira, porque nós não conseguimos dar avanço às nossas pesquisas. Nós precisamos avançar, nós precisamos possivelmente do apoio do Congresso para que o Congresso nos ajude com disponibilidade de recursos para que a gente possa viabilizar as nossas ações.

Nós estamos, hoje, impossibilitados, em função da lei do teto, de podemos ampliar os nossos orçamentos que têm uma série histórica de valores reduzidos. E, nós, na medida em que nós temos que respeitar a lei do teto, continuamos com uma disponibilidade de recursos bastante reduzida para nós operarmos, mas isso não nos desanima.

Nós temos procurado os Estados para conversar sobre a interação entre os serviços geológicos dos Estados para que a gente possa desenvolver atividades em conjunto, para que a gente possa juntar as nossas forças, juntar os nossos parcos recursos, para que a gente possa ter a oportunidade de fazer os levantamentos necessários, direcionando-os para algumas áreas que nós consideramos como áreas mais atrativas, mais indicativas de oportunidades. Isso nós estamos fazendo ali em torno da região do Carajás, estamos fazendo em torno da região do Quadrilátero Ferrífero, estamos fazendo na região do sul do Amazonas, sul do Pará e norte do Mato Grosso, onde há vidências importantíssimas de cobre, que são minerais importantíssimos para nós. Então, nós estamos direcionando as nossas ações. Estamos procurando fazer com que nós voltemos os nossos olhos para aqueles ambientes que têm mais potencialidades.

Acredito que, recebendo esse material das petrolíferas brasileiras, que foram pesquisados durante esses anos todos, nós vamos ter a oportunidade de aprofundar o conhecimento das bacias sedimentares e acredito que nós vamos ter oportunidade, nesse contexto, de evidenciar muito mais áreas com um potencial para exploração de fósforo e potássio especialmente.

Eu agradeço aos senhores a oportunidade.

Vou encaminhar à Comissão o nome de dois funcionários nossos, o nosso Diretor Márcio Remédio e o nosso assessor Leandro, para que eles também possam ser consultados no momento em que a Comissão achar necessário nos convocar para podermos dar esclarecimentos complementares.

Eu encaminharei para o Secretário da Comissão os nomes, os telefones e os *e-mails* das duas pessoas para que possam merecer a atenção dos senhores em termos de necessidade de informações.

De outra sorte, eu sou muito agradecido, mais uma vez, pela oportunidade. Estamos permanentemente à disposição dos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema é relevante, e nós temos o maior interesse em acompanhar as discussões que se realizam em torno dele.

Muito obrigado e um bom dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos a sua presença, Dr. Esteves.

Tenham todos a certeza de que V. Sas. contribuíram e muito para esta comissão interministerial criada para elaborar esse plano nacional para ajudar a resolver essa questão de fertilizantes do nosso País.

Passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, só para agora finalizar, eu queria pedir a V. Exa. que continuasse na perspectiva de a gente conversar com o Governo, com o Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Hoje é quinta-feira, estamos praticamente no fim de semana, mas, na próxima semana, com certeza. Eu fico aqui na escuta. Na hora em que V. Exa. disser e agendar para tal dia e tal hora, nós vamos estar prontos para essa participação presencial ou remota, mas queremos muito que ela aconteça, porque eu considero extremamente importante, após essas duas rodadas de exposições e de informações para, se Deus quiser, avançarmos rumo ao início daquilo que nós chamamos de autossuficiência na elaboração desses insumos fundamentais para a agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho. Nós tentamos a reunião para o dia 26 e não deu certo, mas nós a remarcamos para o dia 4, às 11h da manhã. Esperamos que os nossos convidados possam confirmar e possamos fazê-la. Nós temos que avançar nesse tema. Essa reunião é de fundamental importância. Portanto, está previamente marcada para o próximo dia 4, às 11h da manhã, para a gente fazer essa reunião importantíssima para esse tema.

Mais uma vez agradecendo a presença de todos, temos aqui algumas colocações dos nossos internautas.

O Renan Torres, do Paraná, diz o seguinte: "Quais medidas estão sendo tomadas para que essa alta não interfira tão fortemente nos preços da safra?".

Renan, nós estamos exatamente debatendo esse tema para ver como é que nós podemos contribuir com relação a não aumentar os custos e, dessa forma, não aumentar os preços dos alimentos para o nosso País e também para a exportação. Esse é, de fato, o tema das nossas audiências públicas e do nosso trabalho. E você tem toda razão de fazer essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta de quais são as medidas. As medidas têm que aparecer urgentemente para a gente colaborar e ajudar na produção de alimentos para o País e para a exportação também.

O Alisson Carneiro, do Pará, diz o seguinte: "Com a falta de insumos, vem a baixa na produção e, consequentemente, o aumento no preço dos produtos, prejudicando ainda mais os pobres".

De fato, Alisson, esta é a grande preocupação de todos nós. Nós, juntamente com você, estamos preocupados com essa questão e estamos trabalhando para contribuir nessa questão.

O Carlos Augusto, de Santa Catarina, diz o seguinte: "Com a alta do dólar, os insumos agrícolas estarão inviáveis, podendo acarretar mais inflação para o ano de 2022".

Carlos Augusto, de Santa Catarina, você tem toda razão. Esperamos que o Banco Central e o Ministério da Economia possam fazer ações e atos para diminuir o dólar, que tem encarecido demais a produção brasileira, a importação dos insumos. Dá-se sempre aquela impressão de que o dólar alto está favorecendo a exportação, mas, como nós somos dependentes de importação de muita coisa para a produção, isso não se torna uma realidade e, sim, um problema, uma preocupação com relação à produção de alimentos no nosso País.

Agradecemos aqui aos nossos convidados Dr. Esteves Pedro Colnago, Dr. Reginaldo Minaré, Dr. Christian Lohbauer, Dr. Antônio da Justa Feijão e o nosso conterrâneo Dr. Cláudio Zancanaro pela presença juntamente conosco. Também agradecemos ao Senador Zequinha Marinho, ao Senador Carlos Fávaro, ao Senador Esperidião Amin, ao Senador Wellington Fagundes, ao Senador Luiz do Carmo, ao Senador Angelo Coronel e também ao Senador Jayme Campos pela presença e participação juntamente conosco nesta audiência pública.

Dia 30, no próximo sábado, nós estaremos em Ji-Paraná, Rondônia, onde o Estado receberá o selo da Organização Mundial de Saúde Animal como área livre de aftosa sem vacinação. É um marco na história do nosso Estado. Isso também está acontecendo nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul; Santa Catarina já tinha esse selo. Nós, em Rondônia, receberemos agora, no próximo dia 30/10, esse selo de área livre de aftosa sem vacinação. É importante para a economia do País, especialmente a economia do Estado; nós alcançaremos outros mercados para exportação da carne produzida em Rondônia. Assim como o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, que já têm muito tempo, nós temos, em Rondônia, a nossa "carne verde", que tem um apelo maior na exportação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quatro minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Espiridião Amin, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Zenaide Maia. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Senador não membro Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da Reunião anterior, que é aprovada. Esta Reunião destina-se à deliberação das Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Orçamento da União – Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 – PLOA 2022 (PLN 19/2021). Relatoria das Emendas da CRA: Senador Jayme Campos. O Senhor Presidente comunica terem sido apresentadas 85 (oitenta e cinco) Propostas de Emenda, sendo 82 (oitenta e dois) de Apropriação e 3 (três) de Texto. O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jayme Campos, para leitura do Relatório que conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de Apropriação e 3 (três) Emendas de Texto. Lido o Relatório e encerrada a discussão, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das seguintes Emendas: 1-CRA) 20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - R$ 200.000.000,00; 2-CRA) 210V - Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais - R$ 100.000.000,00; 3-CRA) 211C - Reforma Agrária e Regularização Fundiária - R$ 300.000.000,00; 4-CRA) 211A - Consolidação dos Assentamentos Rurais - R$ 100.000.000,00; 5-CRA) Aditiva – Referência: Anexo V – Texto proposto: “Reestruturação Remuneratória do Plano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária – PCTAF, de que trata o art. 47 da Lei nº 13.324, de 29 de julho de 2016”; 6-CRA) Aditiva – Anexo V – Texto proposto: “Inclua-se no Anexo V - ´Autorizações Específicas de que trata o art. 169, § 1º, Inciso II, da Constituição, e o art.93, Inciso IV, do PLDo-2020, Relativas as despesas de pessoal e Encargos Sociais para 2020´, em seu item II – ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:, subitem 2 – Poder Executivo, a seguinte alínea: ´2.1 Anteprojeto de lei relativos a reestruturação, remuneratória da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei n° 10.883, de 16 de junho de 2004- aumento de subsídios e criação de Bônus de Eficiência e Produtividade´. Despesa no exercício (primária): R$ 723.343.447,08. Despesa no exercício (financeira): R$ 76.170.929,87. Despesa no exercício (total): R$ 799.514.376,95. Despesa anualizada (primária): R$ 723.343.447,08. Despesa anualizada (financeira): R$ 76.170.929,87. Despesa anualizada (total): R$ 799.514.376,95”; 7-CRA) Aditiva – Anexo V – Texto proposto: “2.1 Anteprojeto de lei relativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a reestruturação, remuneratória da Carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei n° 10.883, de 16 de junho de 2004- aumento de subsídios e criação de Bônus de Eficiência e Produtividade. Despesa no exercício (primária): R$ 723.343.447,08. Despesa no exercício (financeira): R$ 76.170.929,87. Despesa no exercício (total): R$ 799.514.376,95. Despesa anualizada (primária): R$ 723.343.447,08. Despesa anualizada (financeira): R$ 76.170.929,87. Despesa anualizada (total): R$ 799.514.376,95". O Senhor Presidente submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta Reunião, que é aprovada. Usam da palavra os Senadores Eduardo Braga, Esperidião Amin, Jayme Campos e o Presidente desta Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **ACIR GURGACZ**

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2022, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

No total, foram recebidas 85 propostas de emendas de Senadores membros desta Comissão, sendo 82 de apropriação, acréscimo e inclusão de despesa e 3 emendas de texto.

Antes de iniciar e passar a palavra ao nosso Relator, Senador Jayme Campos, só faço uma colocação rápida sobre o que aconteceu sábado último em Ji-Paraná, em Rondônia. A colonização e exploração de agropecuária do Paraná e Rio Grande do Sul datam da década de 30. Evoluíram desde aquela época, e a nossa Rondônia avança muito mais rápido. Tivemos a satisfação de receber o selo de área livre de aftosa sem vacinação, junto com os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, sendo que o Estado de Santa Catarina era o único que tinha esse *status* de livre de aftosa sem vacinação. Esse é o ritmo com que avança e se desenvolve o nosso Estado de Rondônia. Foi uma alegria muito grande, uma festa muito bonita, com todas as autoridades do Estado, do Fefa, do Idaron, do Governo Estadual, e um representante do Ministério da Agricultura.

Muito bem, passamos, então, aos nossos Senadores que já estão inscritos e pedem a palavra pela ordem.

Antes de passar a palavra ao Senador Jayme Campos, pede pela ordem o Senador Eduardo Braga.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Meu Presidente Acir Gurgacz, meu querido Relator, Senador Jayme Campos, é sempre uma alegria e uma satisfação poder estar falando com ambos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço a palavra, Sr. Presidente, para fazer um apelo ao nosso eminente Relator. Eu tive a oportunidade de tomar conhecimento do relatório que ele vai ler daqui a pouco e faço um apelo ao Relator porque o Senador Acir e o próprio Senador Jayme Campos conhecem a realidade dos assentamentos agrícolas na Amazônia brasileira e, de resto, em todo o Brasil.

Eu apresentei a Emenda nº 12, que trata de uma ação orçamentária, a 211A, da consolidação dos assentamentos rurais. Essa ação tem como descrição: implantação ou recuperação de infraestrutura; gestão ambiental dos projetos; supervisão, fiscalização e acompanhamento das famílias assentadas na aplicação do Crédito Instalação; fomento à agroindustrialização e à comercialização – Terra Sol; apoio a implantação e recuperação de agroindústria; aquisição de máquinas e equipamentos; construção ou recuperação de edificações e instalações; promoção, divulgação e comercialização dos produtos; titulação e destinação de imóveis rurais; Título de Domínio (TD); Concessão de Direito Real de Uso (CDRU); Contrato de Concessão de Uso (CCU); Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU); procedimentos para destinação de imóveis rurais em áreas de projeto de assentamento para entidades públicas ou privadas; vistorias para emissão de documentos.

Objetos financiados: serviços de topografia, infraestrutura, demarcação topográfica, ações ambientais, Crédito Instalação aplicado e fiscalizado, aquisição de máquinas e equipamentos, agroindústrias, instalações, georreferenciamento, serviços de vistoria, gestão e regularização ambiental, tudo o que é necessário para os nossos assentamentos, que, lamentavelmente, em boa parte, estão abandonados e esquecidos por falta de recursos orçamentários e precisam disso, para que nós possamos ter regularização fundiária nesses assentamentos, para que nós possamos ter a agroindústria dentro desses assentamentos, para que nós possamos ter mecanização agrícola dentro desses assentamentos e para que nós possamos ter melhoria da infraestrutura dentro desses assentamentos.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senador Jayme Campos no sentido de acatar essa emenda, que é importante não só para a Amazônia, mas também para o Centro-Oeste brasileiro, no sentido de dar condições ao Incra de poder ter um instrumento orçamentário para agir nos assentamentos agrícolas. Eu queria fazer esse apelo porque sei da sensibilidade. A emenda é a Emenda nº 12. Eu faço esse apelo ao Jayme e ao companheiro Acir Gurgacz, que conhecem a realidade dos assentamentos e, com certeza, se sensibilizarão por esse apelo que faço.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Relator Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senador Eduardo Braga. Sabemos da importância desse tema não só para, é lógico, o Estado do Amazonas, mas para toda a Amazônia.

Pede, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu, de minha parte, quero em primeiro lugar saudá-lo, dar um bom dia a todos.

Eu estou em sessão remota, excepcionalmente – estou aqui no norte do Estado de Santa Catarina –, mas quero deixar consignado o meu aplauso ao relato do nosso querido Senador Jayme Campos, respeitando as palavras do Senador Eduardo Braga, e quero deixar assinalada a minha posição a respeito do item 2 da pauta, o Projeto de Lei 194.

Eu divirjo do parecer do nosso querido Senador Jean Paul Prates. Subscrevi o requerimento de audiência pública e, caso esse requerimento não seja aprovado, peço vista do projeto. Como não sei se haverá condições de comunicação, deixo isso consignado desde já. Com o maior respeito ao trabalho do Senador Jean Paul, eu tenho uma posição que quero deixar muito esclarecida perante a Comissão a respeito desse projeto de lei. Repito: não concordo com o seu parecer e, como não vou poder debater o suficiente, reitero o pedido que está expresso no meu requerimento de uma audiência pública. Caso não seja aprovado o requerimento, o que eu não acredito, faço desde já o pedido de vista do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Agora passo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos, que é o Relator das nossas emendas, já agradecendo mais uma vez a gentileza de relatar essa matéria tão importante para nós.

Senador Jayme Campos com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Positivo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente e querido amigo Senador Acir Gurgacz, demais Senadores e Senadoras que estão presentes aí na Comissão ou que estão remotamente acompanhando a nossa reunião.

Primeiro, eu quero cumprimentar a população do Estado de Rondônia por essa conquista, esse avanço. O Estado da Rondônia agora está livre da campanha de vacinação. Eu acho que esse é um passo significativo, na medida em que o seu Estado, com certeza... Parece-me que são três ou quatro Estados da Federação que estão livres da vacina. Portanto, eu cumprimento todas as autoridades; sobretudo, os pecuaristas e os produtores do Estado de Rondônia; e, particularmente, o próprio Ministério da Agricultura e os órgãos que têm a ver com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso. Isso é muito bom. Eu fico muito feliz de saber que o Estado de Rondônia hoje está livre da aftosa.

Sr. Presidente, eu quero dizer que, nessa proposta do ilustre e eminente Senador Eduardo Braga, da minha parte, mesmo já tendo apresentado o relatório, não tive nenhuma dificuldade, até porque ele está pedindo para que nós acatemos, como Relator... V. Exa. me deu essa honra de relatar aqui esse PLN. Não vejo nenhuma dificuldade no caso da Unidade Orçamentária 22.201, Ação 211A. Da minha parte, estou com toda a disposição de acatá-la, até porque é mais do que justa, como vimos na breve explanação dele em relação aos atendimentos que vão ser feitos através dessa emenda, em relação ao Incra, à questão fundiária, à questão da comercialização da produção, do transporte, etc. Pelo que me consta aqui, é quase habitual a Unidade Orçamentária 22.101, Senador, que é a Ação 20ZV – todos os anos, a Câmara já está fazendo, ou seja, já está acatando e já está propondo. Então, não há nenhuma dificuldade de minha parte em retirarmos o item 3 aqui na medida em que a Câmara, por três anos consecutivos, já alocou recursos para atender a essa unidade orçamentária aqui. Então, de minha parte, se V. Exa. entender que pode acatar, eu, como Relator, já estou com toda a disposição para acatar. Evidentemente, depende, se for o caso, em última hipótese, pelo fato de eu já ter apresentado o relatório, de V. Exa. colocar para o Colegiado votar. Assim, estaremos, com certeza, dando transparência, da melhor forma possível, em relação à proposta do Senador Eduardo Braga. De minha parte, eu acato.

Eu vou ler aqui o relatório, Sr. Presidente. V. Exa. não leu o cabeçalho dele e, se me permite, com a devida vênia...

Da Comissão da Reforma Agrária (CRA) sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 019, de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. É da Comissão da Agricultura, e V. Exa. me designou como Relator.

Eu vou à fase do relatório, Sr. Presidente, para ficar bem explícito aqui, até porque não é longo.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006 – CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Congresso Nacional 19/2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2022.

O projeto foi encaminhado por intermédio da Mensagem 421, de 31 de agosto de 2021.

De acordo com o art. 44, §1º, da Resolução nº 1/2006, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao Ploa 2022 oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Encontram-se em análise por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, como V. Exa. bem disse, 85 propostas de emendas. Das propostas de emendas apresentadas, 3 são de texto e 82 de apropriação. As propostas foram diversificadas, albergando ações de grande interesse nacional no âmbito da administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Embrapa e do Incra.

Agora eu vou à fase da análise, Sr. Presidente.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até oito emendas de despesa ao Ploa 2022, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

A Resolução nº 1, de 2006 – CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões permanentes a serem apresentadas ao Ploa. Em conformidade com o art. 43, as emendas de Comissões devem ser efetivadas no âmbito das competências regimentais de cada Comissão. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação; devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Em vista das restrições regimentais, procuramos em nosso parecer acolher as emendas que albergassem o maior número possível dos Parlamentares dessa Comissão, ao mesmo tempo que versam sobre tema e ações de grande interesse nacional.

Voto.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), das três emendas de texto apresentadas e de emendas à despesa ao Ploa 2022, nas seguintes ações abaixo relacionadas, detalhadas com as respectivas propostas de emendas:

1. U. O. (Unidade Orçamentária) 22.202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ação 20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária, no valor de R$200 milhões. Propostas de Emendas nºs 4, 5, 9, 11, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 35, 40, 44, 46, 55, 59, 63, 64, 65, 71, 74, 77 e 81, dos Senadores: Presidente Acir Gurgacz, Dário Berger, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Esperidião Amin, Irajá, Izalci Lucas, Jayme Campos, Jean Paul, Kátia Abreu, Lasier Martins, Lasier Martins, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Rose de Freitas, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho e Chico Rodrigues. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 000880.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2. Unidade Orçamentária 22.101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - administração direta, Ação 210V - Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais, no valor de R$100 milhões. Propostas de Emendas nºs 10, 18, 22, 28, 31, 41, 48, 60, 67, 72 e 78, dos Senadores Dário Berger, Elmano Férrer, Irajá, Izalci Lucas, Jean Paul, Lasier Martins, Luis Carlos Heinze, Paulo Rocha, Soraya Thronicke, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 000821. Essa é a segunda.

A terceira, que eu estou lhes propondo, obviamente com a aquiescência de V. Exa. e dos demais membros desta Comissão, é a retirada do terceiro item aqui, que é a Unidade Orçamentária 22.101, para nós acatarmos a Unidade Orçamentária 22.201, na medida em que essa ação que é a Ação 20ZV já é quase tradicional, pois todos os anos a Câmara dos Deputados já está colocando recursos nessa área, ou seja, nessa atividade. Então, se não houver nenhum questionamento, eu, como Relator da matéria, concordo plenamente com as observações e as palavras do Senador Eduardo Braga, mas é óbvio e evidente que V. Exa. deverá colocar em Plenário para ser votado para não haver nenhum questionamento.

Prosseguindo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Tem o nosso apoio, Sr. Relator.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

De qualquer forma, esse item 3, se V. Exa. me permitir, eu já vou pular – porque todo mundo já tem acesso a ele aqui – na leitura, e já para o item do crédito para dar bastante celeridade a esta reunião.

4. Unidade Orçamentária 22.101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - administração direta, Ação 211C - Reforma Agrária e Regularização Fundiária, no valor de R$300 milhões. Propostas de Emendas nºs 7, 13, 24, 27, 32, 38, 47, 61, 68 e 73, dos Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Irajá, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Luis Carlos Heinze, Paulo Rocha, Soraya Thronicke e Wellington Fagundes. Emenda de acréscimo à despesa no sequencial 000835.

Vamos concluindo aqui, Sr. Presidente.

Nesse caso, Sr. Presidente, fica a Secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emendas ora apreciadas, a fim de formalizá-las de forma adequada como emendas de autoria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Este é o meu relatório, Sr. Presidente, só aguardando, com certeza, essa possibilidade da mudança de nós retirarmos aqui a nossa 22.101 e colocamos a 22.201, porque eu acho que ela é muito pertinente, pela fala do Senador Eduardo Braga. Portanto, este é o relatório, querido Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Senador Jayme Campos.

Só para deixar bem claro, nós aqui estamos votando, então, a Emenda nº 1, Unidade Orçamentária 22.202, a ação é da Embrapa, Ação 20Y6, R$200 milhões; a Unidade Orçamentária 22.101, da administração direta, a Ação 210V, no valor de R$100 milhões; a Unidade Orçamentária 22.101, administração direta, a Ação 211C, para reforma agrária e regularização fundiária no valor de R$300 milhões; e a Unidade Orçamentária 22.201, do Incra, a Ação 211A, consolidação de assentamentos rurais, ao valor de R$100 milhões.

É assim que determina o seu relatório, Sr. Relator?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Nós estamos retirando a 22.101 – correto? – de R$160 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... para nós acatarmos a 22.201. É bom que a assessoria da Mesa desta Comissão já anote: estamos acatando a 22.201, com a Ação nº 211A. Essa foi a proposta feita pelo Senador, amigo, Eduardo Braga, de forma que, retirando o item 3, que é a 22.101, nós estaremos atendendo a 22.201. Está certo? É a Ação 211A.

Da minha parte, eu concordo perfeitamente, apenas naturalmente ouvindo V. Exa. se é possível acatá-la também aí pela Mesa, e a Mesa, como é o caso, coloque em votação para os demais pares para que não haja nenhum questionamento em relação a alguns Senadores e Senadoras. Da minha parte, está perfeito o raciocínio do senhor, a sua observação, e concordo em número, gênero e grau com o atendimento ao Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Os consultores nos recomendam o acatamento também pela emenda que V. Exa. coloca juntamente com o Senador Eduardo Braga. Portanto, nós passamos, então, à votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação o relatório do Senador Jayme Campos pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Ploa 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer com as emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Ploa 2022.

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Agradeço a presença de todos os Senadores que participaram, agradecendo ao nosso Relator, o Senador Jayme Campos, que prontamente aceitou o nosso convite para relatar essa matéria.

E esta, Senador Jayme Campos, Sras. e Srs. Senadores, é a Comissão que primeiro aprovou as emendas do Ploa deste ano, com muito prazer, com a presença das Sras. e Srs. Senadores.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Líder do MDB, Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu pedi a palavra para agradecer a V. Exa. e agradecer ao Senador Jayme Campos pela sensibilidade de acatar a emenda que trata de assentamentos agrícolas não apenas na Amazônia, mas em todo o Brasil – em especial, na Amazônia. Portanto, quero agradecer a sensibilidade do Senador Jayme Campos, de V. Exa. e de todos os Senadores e Senadoras da Comissão.

O meu abraço e o meu reconhecimento ao trabalho por ser a primeira Comissão, como bem disse V. Exa., a aprovar as emendas para o Projeto de Lei Orçamentária do ano de 2022. Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga e demais Senadores que participaram.

Vamos agora à segunda... (*Pausa.*)

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Na sequência, abriremos outra, para que nós possamos deliberar matérias da nossa Comissão, permanecendo o quórum inicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 8 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues, Paulo Rocha e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Kátia Abreu, Lasier Martins, Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Jean Paul Prates. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 465, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências" Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pelo arquivamento do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 194, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica." Autoria: Senadora Ana Amélia (PP/RS). Relatoria: Senador Jean Paul Prates. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido "ad hoc" o Relatório pelo Senador Paulo Rocha. A matéria é retirada de Pauta para atender ao Requerimento nº 14, de 2021-CRA, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa dos Senadores Espiridião Amim e Paulo Rocha, solicitando Audiência Pública para instruir o Projeto. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2874, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6546, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do período de pousio por meio de registro da data do seu início no Cadastro Ambiental Rural." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Irajá. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Soraya Thronicke. Aprovado Parecer favorável ao Projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6560, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qualidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 790, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural." Autoria: Senador Donizeti Nogueira (PT/TO). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 14, de 2021 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 194/2018, que “dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica”. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); • representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); • representante da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); • representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); • representante da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)." Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Paulo Rocha (PT/PA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 15, de 2021 que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora Vanessa Shotz, Representante de entidades que atuam com Segurança Alimentar e Nutricional - SAN; • o Senhor Marcos José de Abreu, Mestre em Agroecossistema, representante de entidades que atuam com Tratamento de Resíduos orgânicos; • representante de Agricultores/as Urbanos/as; • representante de Articulação Nacional de Agroecologia / Movimento Agroecológico." Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 16, de 2021 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a regularização fundiária das mais de 1.200 chácaras localizadas no Lago Oeste, Distrito Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • representante ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade); • representante SPU (Secretaria do Patrimônio da União); • representante TERRACAP/DF (Companhia Imobiliária de Brasília); • representante SEMA/DF (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal); • representante do IBRAM/DF (Instituto Brasília Ambiental); • representante ASPROESTE/DF (Associação de Produtores do Lago Oeste); • o Senhor Djalma Nunes da Silva, representante dos moradores; • o Senhor Marcos Santa Rosa, representante dos moradores." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Paulo Rocha (PT/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra a Senadora Soraya Thronicke e os Senadores Esperidião Amin, Paulo Rocha, e o Presidente desta Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação de cinco itens não terminativos e um item terminativo, conforme pauta previamente divulgada. (*Pausa.*)

item nº 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 465, DE 2016
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Relatoria: Chico Rodrigues

Relatório: Pelo arquivamento do Projeto.

Observações:

- Em 13.12.17, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CDR a 6-CDR.

- Em 26.08.2021, LIDO o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Pergunto se o Senador Chico Rodrigues está conectado conosco. (*Pausa.*)

Não estando neste momento, passamos ao item nº 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 194, DE 2018
- Não terminativo -

Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.

Autoria: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Relatoria: Jean Paul Prates

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Paulo Rocha, que fará o relatório *ad hoc* desta matéria, já agradecendo ao Senador Paulo Rocha a sua presença junto conosco para fazer esse relatório.

Já temos uma discussão antecipada sobre a matéria, mas é importante fazer a leitura do relatório, para que a gente possa, a partir da sua leitura, fazer o debate e abrir para a discussão. E, na discussão, faremos os encaminhamentos necessários para darmos prosseguimento aos demais itens.

Nós temos cinco itens para votarmos hoje: quatro itens não terminativos e um item terminativo. O primeiro item, portanto, era o Projeto 465, de 2016, não terminativo. Estamos aguardando o Senador Chico Rodrigues para que possa fazer a leitura do seu relatório.

O segundo item é o item do Senador Jean Paul Prates.

Passo a palavra agora, como Relator *ad hoc*, ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, estou substituindo aqui o companheiro Jean Paul Prates, porque ele está cumprindo uma tarefa na COP 26. Portanto, o impedimento de ele participar hoje aqui é porque ele está lá na COP 26.

Item 2, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Item 2.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2018, da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.

Sr. Presidente, por designação de V. Exa., cabe-nos relatar o projeto de lei de autoria da Senadora Ana Amélia. A Proposição é composta de 29 artigos, distribuídos em cinco títulos.

O Título I propõe as definições, os objetivos e os princípios do regime jurídico dos Campos de Altitude do bioma Mata Atlântica.

O Título II, por seu turno, estabelece o regime jurídico geral dos Campos de Altitude do bioma Mata Atlântica.

Em seguida, o Título III, composto pelos Capítulos I a VI, dispõe sobre o regime jurídico especial dos Campos de Altitude do bioma Mata Atlântica.

O Título IV, que trata das penalidades, prevê que a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos descritos sujeitarão os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de fevereiro de 1998, a Lei dos Crimes Ambientais.

Por fim, o Título V, relativo às disposições finais, estatui a cláusula de vigência.

A ilustre autora argumenta que é preciso promover uma flexibilização da legislação que mantenha a proteção dos Campos de Altitude.

A proposição foi distribuída para análise aqui da nossa Comissão e também da Comissão de Meio Ambiente.

Não foram apresentadas emendas.

Inicialmente, cumpre informar que, mesmo com o fim da legislatura anterior, por força do disposto no inciso III do art. 332 do Regimento Interno, a proposição continua em tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta oportunidade, compete a esta Comissão, nos termos dos incisos VIII e IX do art. 104-B do Regimento Interno, opinar em assuntos relativos a uso e conservação do solo e à utilização e conservação dos recursos hídricos e genéticos na agricultura.

Infelizmente é disseminada a cultura de que os Campos de Altitude são pobres, vazios, improdutivos, subutilizados. Talvez resida aí a motivação da proposição, que pretende imprimir a esses espaços um aproveitamento mais racional.

Ocorre que essa visão equivocada e desprovida de fundamentação científica tem induzido a elaboração e a execução de políticas desastrosas, como, por exemplo, o incentivo à silvicultura nesses ambientes.

Ademais, o regime proposto no PLS sequer pode ser considerado de proteção, dado que se destaca pela perigosa ampliação das possibilidades de exploração e descaracterização da vegetação existente nesses ecossistemas.

Lembramos que os campos de altitude são um dos componentes da Mata Atlântica e, com esse bioma, mantém uma relação de interdependência e influência recíproca. E a Mata Atlântica é o único bioma que possui uma regra particular de proteção, precisamente por conta de sua elevada biodiversidade e pelo fato de ser a formação vegetal brasileira que mais sofreu degradação, existindo atualmente apenas cerca de 7% de sua cobertura vegetal original. Não é cabível uma alteração legislativa que fragilize e deteriore um dos mais importantes biomas nacionais que teima em resistir aos efeitos da ocupação antrópica irrefletida.

A Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, a Lei da Mata Atlântica, fruto de amadurecida discussão travada pelo Congresso Nacional e pela sociedade brasileira durante os 14 anos de sua tramitação, regula a conservação dos campos de altitude de maneira adequada, garantindo o equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável preconizado na Constituição brasileira.

Debilitar seus efeitos, consequência inevitável deste projeto, constitui grave retrocesso colidente com os princípios basilares da nossa Carta Magna.

Voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado Federal nº 194, de 2018.

Sr. Presidente, por sugestão nossa, da relatoria, e como se trata de um projeto muito importante, cujo debate é muito polêmico, principalmente porque se trata de uma região como a Mata Atlântica, que envolve as principais cidades e as principais áreas de ocupação populacional, naturalmente é um projeto polêmico, embora já esteja aqui há algum tempo, mas a gente admite que ele precisa realmente de discussão profunda. Daí a gente, além do debate aqui, dá a sugestão de vista coletiva para que se oportunize a todos os componentes desta Comissão debater, aprofundar, fazer os seus estudos, para a gente estar preparado para decidir uma matéria dessa, tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Senador.

Nós temos outra proposta, Senador Paulo Rocha – eu peço a atenção do Senador Paulo Rocha –, enviada pelo Senador Esperidião Amin: ao invés de darmos vista coletiva ou vista, nós pudéssemos aprovar aqui um requerimento de audiência pública; e manteríamos a relatoria com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senador Jean Paul Prates, para que ele possa continuar, e não vista coletiva, para que possamos, inclusive, ter até outro relatório, outro Relator. Se V. Exa....

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Concordamos e subscrevemos, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... subscrever esse pedido de audiência pública, seria uma forma até de homenagearmos o nosso Senador Jean Paul Prates...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... para que ele continue nessa relatoria e possamos fazer o debate que V. Exa. mesmo coloca, diz ter a importância. Portanto, eu retiro de pauta o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2018, antes de iniciar a discussão, para que nós possamos continuar o debate posteriormente. E coloco de pronto o requerimento do Senador Esperidião Amin.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 194, de 2018, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos campos de altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica.

Proponho para essa audiência a presença dos seguintes convidados: representantes da CNA, representantes da Embrapa, representantes da OCB, representantes do Ministério do Meio Ambiente e representantes da Farsul.

O Senador Paulo Rocha subscreve o requerimento. Portanto, colocamos em votação o requerimento.

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, o requerimento. E façamos, assim, o mais rápido possível esta audiência para que a gente possa instruir o Projeto 194, de relatoria do Senador Jean Paul Prates, muito bem feito aqui como Relator *ad hoc* pelo Senador Paulo Rocha, que é de autoria da Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

Vamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 2874, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.
Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Relatoria: Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

O Senador Sérgio Petecão pediu para retirar de pauta. Então, fica a retirado de pauta a pedido do Relator.

Pedindo pela ordem, Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem a palavra, Senadora Soraya. A senhora pediu pela ordem?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sim, eu pedi, Sr. Presidente. Bom dia. Obrigada por me dar a palavra.

Eu só gostaria de saber da possibilidade de inversão de ordem na pauta, justamente porque eu estou com uma agenda bastante difícil hoje aqui, no Mato Grosso do Sul. E aí eu verifiquei que o Senador Chico Rodrigues, que é o Relator do item 1 da pauta, não está disponível ainda. Conforme a possibilidade, gostaria que o senhor me desse esse privilégio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – V. Exa. sempre tem prioridade nesta Comissão e no Plenário, Senadora Soraya Thronicke

Consulto os demais Senadores: se concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aceita a sua proposição, iremos, então, ao item nº 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 6560, DE 2019
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de Qualidade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Com a palavra, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Só um minutinho, Sr. Presidente, deixa eu só me localizar aqui.

Sr. Presidente, este projeto de lei que hoje relato aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, institui a Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera, assim como o desenvolvimento de produtos e serviços apícolas e meliponícolas de qualidade, com o objetivo de promover mais eficiência econômica à apicultura e à meliponicultura brasileira e garantir elevado padrão de qualidade dos produtos e serviços ofertados ao consumidor final.

O nosso País tem um grande potencial para o crescimento do mercado de mel a ser explorado. Dados da Food and Agriculture Organization (FAO) mostram que o Brasil era o 11º maior produtor de mel do mundo em 2017, com 41,5 mil toneladas ano.

Já em 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção aumentou para 45,9 mil toneladas ano, volume 10,6% maior que em 2017, mas que não foram suficientes para incluir o Brasil na lista dos dez maiores do mundo.

Em relação ao mercado interno, o meu Estado de Mato Grosso do Sul é o 10º no *ranking* nacional de produção de mel. De acordo ainda com o IBGE, em 2019 foram produzidos 973,6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil quilos de mel em Mato Grosso do Sul, o que representa uma alta de 36%, comparada à produção de 2018.

Os Municípios de maior produção de mel aqui no meu Estado são Três Lagoas, que é a terra da Senadora Simone Tebet, Brasilândia, Angélica, Dourados, a minha terra natal, e Jaraguari.

Os números da safra do Estado e também do Brasil em 2020 ainda não foram divulgados, mas nós sabemos que apesar da evolução do setor no meu Estado, a apicultura enfrentou dificuldades no ano passado devido à seca intensa que registramos no Estado. Com isso, o setor foi afetado e a produção caiu.

A estimativa, Presidente, é a de que houve uma perda em torno de 20% de produção. O que segurou as nossas pontas aqui, no Estado, foi o aumento de preço do mel com a alta do dólar e o consumo otimizado durante a pandemia que levou a população a buscar uma alimentação mais saudável.

Esses dados demonstram que o Brasil tem grande capacidade para aumentar sua produção melífera por meio do incentivo de uma política nacional que estabeleça diretrizes e forneça instrumentos que promovam o pleno desenvolvimento do setor buscando qualidade, sustentabilidade e eficiência.

Passo, portanto, ao meu relatório, Sr. Presidente.

Vou passar diretamente à análise, se V. Exa. não se importa. Acredito que seja mais proveitoso.

Análise.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes a planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, a comercialização e fiscalização de produtos e insumos, e a inspeção e fiscalização de alimentos, nos termos dos incisos II e VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Por ser a CRA a única Comissão de instrução da matéria, a presente análise abordará, além do mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e a regimentalidade da matéria.

Inicialmente, destacamos que a proposição não padece de vícios de inconstitucionalidade. A competência para disciplinar a matéria está abrangida pela competência comum da União – com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios – a fim de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, na forma do art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal, e pela competência concorrente da União – com Estados e o Distrito Federal – para legislar sobre produção e consumo, conforme dita o art. 24, inciso V, também da Constituição Federal.

Ademais, a matéria não está reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, que está disposta no art. 61, §1º, da Constituição, nem à sua competência privativa, que está disposta no art. 84, inciso VI, da Constituição Federal, cabendo sua iniciativa, portanto, a qualquer membro ou Comissão das Casas do Congresso Nacional.

A matéria também não está reservada à disciplina por meio de lei complementar, sendo adequado o seu trâmite por meio de projeto de lei ordinária. Além disso, as disposições do PL não conflitam com qualquer disposição material da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à juridicidade da proposição, as disposições veiculadas são dotadas das características de generalidade e abstração que demandam o texto legal, inovam o ordenamento pátrio e possuem coercitividade adequada à natureza de suas disposições.

No que concerne à técnica legislativa adotada, o PL nº 6.560, de 2019, se harmoniza com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em adição, a proposição em análise tramita de acordo com o que dispõe o Regimento Interno desta Casa e os demais atos que regulamentam o trâmite de proposições legislativas no Senado Federal.

Entendemos, portanto, que não há óbices com relação à adequação orçamentária e financeira da proposta, pois, uma vez que a futura norma é de caráter essencialmente programático, não tem, portanto, implicação de natureza orçamentária ou financeira.

No mérito, Sr. Presidente, nós estamos de acordo que a organização da cadeia produtiva da apicultura e meliponicultura ainda se mostra precária no Brasil, devido à escassez de entrepostos e de estruturas para beneficiamento dos produtos e também por falta de assistência técnica adequada aos produtores familiares, a grande maioria dos apicultores e meliponicultores nacionais.

Assim, a proposta veiculada pelo PL nº 6.560, de 2019, deve ser apoiada, considerando que procura fomentar – e esse é o cerne da questão – as condições indispensáveis para criação das bases que propiciem a plena exploração do imenso potencial da apicultura e da meliponicultura nacional e, sobretudo, para apoiar os pequenos produtores rurais a melhorarem seus rendimentos e suas condições de vida.

Então, nós opinamos pela aprovação do Projeto nº 6.560, de 2019, de autoria do Deputado Federal Evair de Melo, a quem eu parabenizo, neste momento, pela grande colaboração que nos dá no seu trabalho legislativo, no seu dia a dia, para o agronegócio brasileiro.

Deputado Evair, parabéns.

Eu acredito que os nossos colegas irão apoiar, porque este projeto de lei é importante para o fomento dessa atividade tão necessária para todos nós. Também precisamos melhorar a capacitação dos nossos produtores de mel no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos V. Exa. pelo belíssimo relatório que faz.

Antes de colocarmos em discussão, há um pedido aqui para V. Exa. também ler o item nº 4. Se V. Exa. concordar, rapidamente, nós agradeceríamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Em discussão o relatório lido pela Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 6.560, de 2019.

A matéria vai ao Plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

Voltamos, então, ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 6546, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do período de pousio por meio de registro da data do seu início no Cadastro Ambiental Rural.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Soraya Thronicke
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.

Relatoria: Senador Irajá. Agora, como Relatora *ad hoc*, Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra, mais uma vez agradecendo a sua gentileza, a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. e também a indicação feita pelo colega, Senador Irajá.

Passo à leitura do relatório.

Sob exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei nº 6.546, de 2019, de autoria do Deputado Cleber Verde, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do período de pousio por meio de registro da data do seu início no Cadastro Ambiental Rural.

O PL é composto de três artigos.

Inicialmente, o art. 1º estatui o objetivo da futura Lei.

O art. 2º, por seu turno, acresce o §2º ao art. 3º da Lei nº 12.651, que é o Código Florestal brasileiro, para determinar a obrigatoriedade de comprovação do período de pousio por meio de registro da data do seu início no CAR (Cadastro Ambiental Rural).

Por fim, o art. 3º estabelece a cláusula de vigência da futura Lei.

O PL nº 6.546, de 2019, foi distribuído apenas a esta Comissão.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso VIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão se manifestar sobre proposições referentes a uso e conservação do solo na agricultura.

Nesta oportunidade, por ser a única Comissão de instrução da matéria, cabe-nos realizar análise tanto quanto ao mérito, como quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa do PL 6.546, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos requisitos de regimentalidade, constatamos que o projeto tramita de acordo com o que preconiza o Regimento Interno desta Casa, o qual também se demonstra compatível com os requisitos de constitucionalidade, haja vista o disposto no art. 61 da Carta Magna, combinado com o art. 23, incisos VI e VIII, que determinam ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal, bem como dos Municípios a proteção do meio ambiente e o fomento da produção agropecuária.

No que concerne à juridicidade, o PL em análise afigura-se apropriado, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, considerando que não há exigência constitucional de utilização de projeto de lei complementar; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) afigura-se dotado de potencial coercitividade.

No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que o projeto está vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No mérito, Sr. Presidente, entendemos que o PL é oportuno por tornar obrigatória a comprovação da data de início do pousio. A Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, introduziu o conceito de pousio no inciso XXIV do art. 3º do Código Florestal brasileiro: "prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo 5 (cinco) anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo".

Entretanto, sem a obrigatoriedade de averbação de seu início no CAR, torna-se impossível a fiscalização do cumprimento da posse e, por outro lado, fragiliza-se o objetivo colimado pela alteração introduzida no próprio Código Florestal brasileiro.

Assim, entendemos que a aprovação do PL promoverá eficácia à utilização do conceito de pousio e produzirá maior segurança jurídica para os produtores rurais e também para a atuação da fiscalização ambiental do Estado.

Dessa forma, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.546, de 2019.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Senadora Soraya Thronicke, pela sua gentileza de fazer essa relatoria *ad hoc* nesse projeto também muito importante.

Lida a matéria, ela está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 6.546, de 2019.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Mais uma vez, agradeço aos Relatores que relataram os projetos e também à Senadora Soraya Thronicke, que leu os dois relatórios.

Desejo um bom dia ao Mato Grosso do Sul e que nós possamos manter esse sistema de votação híbrida: presencial e virtual. Eu entendo que isso veio realmente para ficar, atendendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às necessidades da população brasileira, atendendo às necessidades das Comissões e do Plenário, e também avançando com os projetos, projetos da maior importância como os que hoje foram aprovados aqui na nossa Comissão e que, em todas as semanas, têm sido aprovados ou rejeitados, enfim, votados no Plenário do Senado Federal. Isso possibilita a todos nós mantermos as nossas atividades presenciais quando possível aqui no Senado e a distância, como, no caso, hoje, o nosso querido Relator Senador Jayme Campos, lá no Mato Grosso, e a Senadora Soraya Thronicke, Relatora, também, lá no Mato Grosso do Sul. É um sistema que realmente tem ajudado muito o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Item nº 6.

A matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame do relatório. Portanto, fica retirado de pauta o item nº 6.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 790, DE 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira (PT/TO)

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Em 07.11.2017 a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável à matéria.

- Votação nominal.)

Temos dois requerimentos.

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Vanessa Schottz, representante de entidades que atuam com segurança alimentar e nutricional; o Sr. Marcos José de Abreu, Mestre em Agroecossistema, representante de entidades que atuam com o tratamento de resíduos orgânicos; representante de agricultores urbanos; representante da Articulação Nacional de Agroecologia, movimento agroecológico.

Autoria: Senador Jean Paul Prates e Senador Paulo Rocha.

Pergunto ao Senador Paulo Rocha se gostaria de fazer observação sobre a matéria.

V. Exa. tem a palavra.

(É o seguinte o requerimento:

EXTRAPAUTA
ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, DE 2021

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• a Senhora Vanessa Shotz, Representante de entidades que atuam com Segurança Alimentar e Nutricional - SAN;

• o Senhor Marcos José de Abreu, Mestre em Agroecossistema, representante de entidades que atuam com Tratamento de Resíduos orgânicos;

• representante de Agricultores/as Urbanos/as;

• representante de Articulação Nacional de Agroecologia / Movimento Agroecológico.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN))

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento é autoexplicativo, uma vez que cresce muito nas regiões urbanas, principalmente naquelas áreas onde há terrenos grandes, lotes em que as próprias famílias começam a busca de alimentação mais agradável, a produção de alimento como verduras e outros tipos. Então, é fundamental a gente fazer esse debate e incentivar esse setor, que acaba ajudando a questão do abastecimento de alimentação saudável para o nosso povo, para a nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. De fato, é uma matéria importante. Nós estamos constatando, em praticamente todas as cidades brasileiras, o aumento da produção de hortifrutigranjeiros nas cidades, em terrenos grandes, e é preciso dar uma atenção especial porque são pessoas com uma capacidade financeira muito pequena e que precisam sempre de um apoio, seja do Governo municipal, dos Governos estaduais, do Governo Federal, e tem que haver também, evidentemente, a nossa atenção aqui no Congresso Nacional. Portanto, esse debate é da maior importância.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Outro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a regularização fundiária das mais de 2,2 mil chácaras localizadas no Lago Oeste, Distrito Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do ICMBio, representante da SPU, representante da Terracap/DF e Sema/DF, representante do Ibram/DF, representante da Asproeste/DF e também do Sr. Djalma Nunes da Silva e do Sr. Marcos Santa Rosa, representantes dos moradores.

A justificação.

Esta audiência tem por desiderato levantar as dificuldades e possíveis soluções para que ocorra a regularização fundiária das unidades rurais situadas no Núcleo Rural Lago Oeste, de Brasília-DF, em observância à legislação vigente.

Autor: Senador Izalci Lucas, subscrito pelo Senador Paulo Rocha, que está aqui presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o requerimento:

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a regularização fundiária das mais de 1.200 chácaras localizadas no Lago Oeste, Distrito Federal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- *representante ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade);*
- *representante SPU (Secretaria do Patrimônio da União);*
- *representante TERRACAP/DF (Companhia Imobiliária de Brasília);*
- *representante SEMA/DF (Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal);*
- *representante do IBRAM/DF (Instituto Brasília Ambiental);*
- *representante ASPROESTE/DF (Associação de Produtores do Lago Oeste);*
- *o Senhor Djalma Nunes da Silva, representante dos moradores;*
- *o Senhor Marcos Santa Rosa, representante dos moradores.*

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – V. Exa. tem a palavra, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Presidente, todo mundo sabe como foi construída a transferência da nossa Capital do Rio de Janeiro aqui para o centro do País. E, naturalmente, quem veio ocupou grandes áreas aqui. Primeiro foi a cidade de Brasília, mas, ao mesmo tempo, como uma capital vai chamando outras populações ao redor, isso naturalmente foi provocando uma desoneração fundiária. As próprias cidades satélites... Aqui mesmo temos o exemplo da Vila Planalto, que é nossa vizinha, vizinha dos dois palácios, e que até há pouco tempo também não eram regulamentados os terrenos ali. Vocês sabem da história da Vila Planalto: ela é diferente de outros setores daqui, das asas, Asa Sul e Asa Norte, porque ali foi o assentamento, o acampamento dos operários que vieram construir Brasília. A partir dali se consolidou como uma vila, como um local de moradia daqueles que ficaram aqui. Inclusive, há uma diferença lá entre a área dos operários e a área também dos engenheiros, e acabaram ficando as duas áreas ali. Até há pouco tempo, ainda não tinham regulamentado e ninguém tinha a autorização desses terrenos. Foi mais recentemente que se estabeleceu essa regularização.

É o produto desse debate que o Senador Izalci propõe, sobre áreas que, à medida que vão expandindo a cidade e as áreas urbanas, inclusive a questão das chácaras, que é produto daquele outro requerimento que nós aprovamos, já que essas chácaras também produzem muitos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Hortifrutigranjeiros, na verdade.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... hortifrutigranjeiros, pequenos víveres, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objetivo desse requerimento é debater essa questão e buscar solução para a regularização fundiária.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Regularização fundiária: é sempre muito importante que isso aconteça – aqui no DF, lá na Rondônia, em qualquer lugar do Brasil. Temos que dar documento aos nossos agricultores.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores que esta Presidência recebeu o convite do Exmo. Sr. Presidente do Senado, Pacheco, para acompanhá-lo na COP 26, juntamente com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Portanto, nós estaremos, a partir de amanhã, nos deslocando à COP 26, onde representaremos, junto com o Presidente do Senado e os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e de Meio Ambiente, esta Comissão na COP 26.

Creio que o Brasil vai demonstrar que pode ampliar as metas ambientais, em busca de recuperar a credibilidade para as suas políticas ambientais e a gestão da Floresta Amazônica. O Governo brasileiro vai assumir o compromisso de adiantar, de 2060 para 2050, sua meta de neutralidade de carbono ou zerar as emissões de gases de efeito estufa. Creio que a agricultura pode ser uma grande aliada nesse sentido.

É importante, Senador Paulo Rocha... Nós sabemos que a nossa produção é sustentável, mas é preciso mostrar para o resto do mundo que isso é verdadeiro, que nós temos uma produção sustentável, tanto na agricultura quanto, principalmente, na geração de energia – a nossa energia é uma energia limpa. O que é preciso é demonstrarmos isso para o resto do mundo, para que a gente possa ter esse reconhecimento de que nós cuidamos das nossas florestas, nós cuidamos das nossas reservas. Ninguém aqui, nem da agricultura, nem do meio ambiente, está disputando quem é que quer mais ajudar o meio ambiente e segurar o desmatamento ilegal. Todos nós queremos paralisar o desmatamento ilegal, seja no Norte, no Sul, no Leste, no Oeste.

Nós temos um Código Florestal, que foi amplamente debatido e discutido em 2012, e, de lá para cá, alguns ajustes estão sendo feitos. No tocante a um deles, nós temos uma audiência pública já marcada para o dia 12 de novembro, para encerrar a discussão com relação à regularização fundiária. No dia 12 nós estaremos de volta para debater esse tema de regularização fundiária, que é da maior importância para o nosso País. A regularização fundiária tem o objetivo de dar documento aos nossos agricultores, e esses agricultores, com a posse dos seus documentos, vão ter acesso a financiamentos, a programas de governo, com certeza vão ter uma consciência ambiental muito mais apurada e vão nos ajudar a combater o desmatamento ilegal no País, principalmente na Amazônia.

É através da regularização, Senador Paulo Rocha, que eu acredito na nossa capacidade de acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia, porque, numa terra que não tem dono... Está dito: não tem dono, não tem responsável. A partir do momento em que uma pessoa tem a responsabilidade daquela terra, tem ali o seu CPF, ele vai ter uma atenção especial para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada ilegal aconteça, porque, se algo acontecer, ele será responsabilizado, ao passo que, se não houver regularização, não houver documento, não há dono, não há responsável por algo que possa ter havido ou possa haver com relação a alguma ilegalidade.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Senador Paulo Rocha, com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é fundamental essa ida com essa nova visão. Que bom que V. Exa., o Jaques Wagner e outros daqui do Senado vão acompanhar o Presidente para levar exatamente essa visão.

O senhor, como homem da Amazônia, já sabe as experiências positivas que a gente tem buscado lá na Amazônia, porque a Amazônia só aparece lá com a fama da devastação, o que também é verdade. No entanto, os próprios amazônidas, sejam os empresários, seja o povo – os trabalhadores, os indígenas –, têm uma história muito da busca dessa questão de como combinar o desenvolvimento e a questão ambiental, que é o chamado desenvolvimento sustentável. Eu acho que a gente tem que ir lá com essa bagagem.

E o próprio setor que era considerado o mais devastador, que era o setor madeireiro, hoje tem esta visão da autossustentabilidade, que é o rodízio na floresta, a busca da matéria-prima para alimentar a sua indústria. Então, há um processo de autossustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Plano de manejo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Plano de manejo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu queria – e queria também a sua coautoria – fazer um requerimento aqui que envolve esse debate, para a gente discutir a questão do cacau na Amazônia.

O senhor sabe que tem crescido muito a produção do cacau, e a gente precisa chamar aqui uma entidade muito importante na estrutura pública do nosso País, que é a Ceplac. E a gente tem que valorizá-la, tanto quanto nós estamos valorizando a Embrapa, porque as experiências com o cacau que têm avançado na Amazônia são muito importantes, inclusive na verticalização, com fábricas pequenas de produção do chocolate etc.

Presidente, o senhor sabe que, com o cacau, é só fazer uma brocagem – para o pessoal entender, na verdade, é uma roçagem dentro da floresta –, que tira as pequenas árvores e substitui por plantações extrativistas. É o caso do cacau, que cresce na sombra das grandes árvores. Então, essa é uma combinação concreta de produção sustentável, sem derrubar floresta; pelo contrário, mantém a floresta em pé.

Assim, eu acho importante... Não sei no seu Estado, mas no meu Estado já está avançando muito a produção do cacau e, inclusive, a produção do chocolate para o mundo inclusive. Acho que seria muito importante a gente debater isso aqui, dada a importância da produção de um alimento de que todo mundo gosta – inclusive aqueles que não gostam de engordar gostam do cacau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mas tem o chocolate amargo, que não engorda. (*Risos.*)

É um tema importante. De fato, em uma viagem em que tivemos o prazer de acompanhar a então Ministra Kátia Abreu, numa exposição em Moscou, na Rússia, lá estavam alguns estandes brasileiros com a venda de chocolate brasileiro produzido em pequenas escalas por associações e cooperativas, e era um sucesso absoluto. De forma que V. Exa. tem razão. Subscrevo com V. Exa. esse requerimento.

Depois, eu peço para os nossos consultores enviarem o requerimento, mas já o coloco em votação para que a gente possa já tê-lo aprovado. Depois nós escolheremos as pessoas para virem, mas o principal objetivo é a Ceplac. A Ceplac tem de vir aqui realmente colocar para todos nós como andam o investimento e o avanço da produção do cacau. No seu Estado, o Pará, V. Exa. está dizendo que é grande; em Rondônia, também houve uma evolução grande, porque acabaram desenvolvendo uma planta com capacidade de produção muito maior que resiste à vassoura-de-bruxa e a outras pragas. Com isso, tem avançado muito a produção do cacau, que já foi grande no passado. Ela já foi grande no Pará, já foi grande em Rondônia, diminuiu, e, agora, há uma retomada novamente na plantação e na produção.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Mais uma vez, agradeço aos nossos Senadores que participaram da nossa audiência pública.

Eu peço apoio aos demais Senadores, Senador Paulo Rocha, para dois projetos que nós temos tramitando na Casa.

Um é o Projeto de Lei nº 403, de 2017, que se chama Restaura Amazônia e prevê incentivos fiscais para a restauração de áreas degradadas, como a isenção de Imposto de Renda e também do Imposto Territorial Rural.

O que são áreas degradadas, Senador e Senadoras? São áreas que já foram transformadas e que hoje são áreas improdutivas. No Estado de Rondônia, nós temos aproximadamente 30% das áreas transformadas improdutivas; no Brasil, nós temos 140 milhões de hectares de áreas degradadas que poderiam ser usadas para a agricultura e a pecuária se fossem recuperadas. Metade dessas, 70 milhões de hectares, Senador Paulo Rocha, está na nossa Amazônia – 70 milhões de hectares em áreas degradadas! Então, nós precisamos de um programa específico para isso, para que a gente possa dar condições para que os nossos agricultores possam recuperar essas áreas. Uma delas é a regularização fundiária, é o básico; segundo, é um programa como esse que se chama Restaura Amazônia. Nós vamos recuperar as áreas já transformadas que estão lá sem produtividade alguma. Enquanto algumas pessoas insistem em derrubar áreas que não deveriam derrubar, nós temos áreas degradadas que precisamos recuperar.

Eu peço o apoio de V. Exa. para que a gente possa ter sucesso nesse programa, que eu entendo que é importante para todos nós, principalmente na recuperação das nossas reservas. Ele já está no Plenário para ser votado; já passou pelas Comissões todas e está pronto, no Plenário, para ser votado. Eu já pedi aos Líderes para que aprovem essa votação, pedi ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Rodrigo Pacheco também que nos ajude a colocar em pauta essa matéria, que eu entendo que é da maior importância.

Assim como também é a produção de cana na Amazônia, com toda a responsabilidade, sem desmatamento, em áreas já transformadas. Por que não produzir? Não é esse projeto, é um projeto paralelo, mas é um projeto que é importante para a nossa região. Se a área já está transformada, qual o problema de plantarmos cana, arroz, soja ou de termos capim para o gado? Não vejo nenhuma diferença.

Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, nesse outro tema que V. Exa. levantou da regulação fundiária, há uma questão que a gente tem que aduzir a esse debate da regulação fundiária: a questão dos conflitos entre terras da União e terras do Estado.

Não sei se há esse conflito lá em Rondônia, mas lá no Pará há muito, porque, na época dos militares, quando foram abertas as grandes estradas, o Governo Federal chamou para si o controle das terras ao longo das estradas, das BRs. Se eu não me engano, são 100 quilômetros de um lado e do outro, ao redor. Essas áreas foram ocupadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Foi a pedido do Governo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Foi a pedido do Governo, inclusive. Transamazônica, Belém-Brasília, etc. Umas se transformaram em grandes produções, e outras estão lá.

Há um conflito. Quando a gente bate lá para resolver o problema, "não, isso aqui é do Incra; não, isso aqui é do Interpa" – no caso, o Instituto de Terras do Pará. Então, quando a gente for tratar de regulação fundiária, a gente também tem que aduzir a esse debate essa questão desses conflitos. Afinal, de quem é responsabilidade para regularizar, regulamentar? É uma situação muito forte. Como o Pará é cortado por grandes BRs – Transamazônica, Belém-Brasília, BR-163 –, é muito forte esse conflito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. É uma matéria importante.

Nós temos também o PLS nº 375, de 2017, que cria uma compensação aos Estados da Amazônia Legal que abrigam unidades de conservação ou terras indígenas demarcadas em seus territórios. Eu entendo que é justo para os Estados, principalmente para os Municípios, que recebam algo a mais pelo FPM ou FPE por terem áreas de conservação além ou a mais do que outros Municípios e outros Estados. É exatamente o caso do Pará, o caso de Rondônia, o caso do Amazonas, o caso do Acre, em que nós temos áreas muito grandes de conservação, áreas de terras indígenas já demarcadas também. Então, nós precisamos para esses Municípios de uma compensação através do FPM – melhorar o FPM desses Municípios. Nós estamos criando que 2% do FPM passem para os Municípios que têm... Por exemplo, seria criar um fundo para esse fundo atender aos Municípios que têm maiores áreas de unidades de conservação ou terras indígenas demarcadas em seus territórios. É o PLS 375, de 2017, que também está no Plenário para a votação.

Só para concluir, dos 70 milhões de hectares da Amazônia, 4 milhões de hectares de pasto em processo de degradação e aproximadamente 1 milhão de hectares em outras áreas já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

degradadas são no Estado de Rondônia, no nosso Estado de Rondônia. Então, nós estamos preocupados. Nós queremos combater o desmatamento, principalmente o desmatamento ilegal, mas, para isso, nós temos que ter uma opção, dar uma opção, uma condição para que os nossos agricultores possam aumentar a sua renda. E a opção mais importante, mais inteligente e mais barata para o meio ambiente e para o mercado é a recuperação dessas áreas degradadas, que eu entendo que é uma forma de nós atendermos o não desmatamento ou o não desmatamento ilegal na Amazônia, principalmente.

Eu agradeço aos Senadores presentes junto conosco nesta manhã: Senador Eduardo Braga, Senador Esperidião Amin, Senador Jayme Campos, Senador Roberto Rocha, Senadora Rose de Freitas, Senadora Soraya Thronicke, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Carlos Fávaro, Senador Angelo Coronel, Senadora Zenaide Maia, Senador Paulo Rocha, Senador Chico Rodrigues, Senador Luiz do Carmo, Senador Zequinha Marinho e Senador Wellington Fagundes.

Nós teremos, daqui a pouco, uma reunião que foi combinada com os atores para que a gente pudesse discutir...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... possível falta de fertilizantes no ano que vem. Então, foi pedido que se marcasse uma reunião, e essa reunião está marcada para agora, às 10h da manhã. Faremos aqui mesmo neste plenário. Parte dos convidados estará presente, e outros não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, tem que pagar hora extra. A gente começa a trabalhar desde as 7h da manhã... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Mas, na agricultura, o agricultor começa a trabalhar cedo, o tirador de leite começa a trabalhar às 5h da manhã. Então, está tudo certo.

Reunião de trabalho sobre o Plano Nacional de Fertilizantes, proposta pelo Senador Zequinha Marinho. Estarão hoje presentes: Bruno Caligaris, Diretor de Projetos e responsável pelo GTI-PNF na Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos; Dr. José Carlos Polidoro, da Embrapa; Dr. Alexandre Nina, Alexandre Giacomelli, Ministério das Relações Exteriores; e também o Sr. Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária. E nós teremos a satisfação de mediar esta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião... Voltaremos, portanto, dia 12 com a última audiência pública para debater e discutir o projeto de regularização fundiária, com a relatoria do Senador Carlos Fávaro. No dia 12, pela manhã, estaremos aqui para esse debate.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

ÀS OITO HORAS E DOIS MINUTOS DO DIA DOZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NO ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Lasier Martins, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Zequinha Marinho. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6417, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA)." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2874, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 18, de 2021 que: "Requeiro nos termos regimentais, realização de Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão, a se realizar no dia 06 de dezembro de 2021, segunda-feira, às 8 horas de Rondônia (9 horas, horário de Brasília), na cidade de Buritis-RO, para debater a implementação de projetos visando o desenvolvimento regional; os novos instrumentos para a regularização fundiária; os estudos visando a conclusão da BR-421 e os processos visando a duplicação da BR- 364, face as necessidades de infraestrutura para o crescimento da agricultura sustentável na região e no estado de Rondônia. Com a presença dos seguintes convidados: • Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA • Representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER • Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON • Representante da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO • Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) • Representante do Governo do Estado de Rondônia • Prefeito Municipal de Buritis A audiência terá transmissão pela TV Senado, com a possibilidade de participação por meio do Alô Senado – 0800 61 22 11, ou pelo twitter: @AloSenado." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. Usa da palavra o Presidente da Comissão Senador Acir Gurgacz. Nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Esta Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes:

1 – Ofício nº 51, de 2021, do Centro dos Capitães da Marinha Mercante com manifestação sobre o PL 4.199, de 2020.

2 – Manifestação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos na Pesca e nos Portos em referência ao Ofício 27, de 2021, desta Confederação, enviado a S. Exa. o Sr. Ministro do Estado da Infraestrutura, registrando as preocupações dos trabalhadores marítimos com o PL 4.199, de 2020.

Nos termos do art. 261, §2º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, autorizo a anexação destes documentos pela Secretaria desta Comissão ao PL 4.199, de 2020.

A presente reunião está destinada à deliberação de dois itens não terminativos, conforme pauta previamente divulgada e distribuída aos nossos Senadores e Senadoras.

Antes de iniciarmos a nossa reunião deliberativa de hoje, faço um breve relato sobre nossa participação na COP 26, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, que se encerra hoje em Glasgow, na Escócia.

Participei como integrante da comitiva do Senado Federal, presidida pelo Presidente Rodrigo Pacheco, representando eu a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, juntamente com o Senador Jaques Wagner, representando como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão das Relações Exteriores. Conosco estavam o 1º Secretário da Mesa, Senador Irajá, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Fabiano Contarato.

Encontramos lá vários representantes do Brasil, um estande muito bem montado, com participação de brasileiros de todas as áreas, com oficinas feitas a cada hora. O estande do Brasil estava muito movimentado, eu diria que um dos estandes mais bonitos que estavam presentes na COP 26.

Participamos como observadores, mas, em diversos momentos, em encontros com líderes mundiais, pudemos apresentar os resultados já alcançados pelo Brasil na redução de emissão de gases de efeito estufa e outras metas ambientais para o enfrentamento das mudanças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

climáticas. Conseguimos, sobretudo, mostrar que o Brasil tem uma agricultura moderna, produtiva e que está num processo de transformação para ter uma das agriculturas mais sustentáveis do Planeta. Essa foi a grande mensagem que lá fomos nós levar.

Podemos dizer que somos um dos maiores produtores e exportadores de alimentos e que conseguimos fazer isso com sustentabilidade, protegendo as florestas, sem precisar derrubar uma árvore ilegal sequer. Mesmo ocupando uma área de agricultura muito menor que a da China, que a dos Estados Unidos e que a da Europa e com uma área muito maior de florestas e unidades de conservação, nós conseguimos produzir e competir no mercado global.

Demonstramos que temos a maior cobertura florestal do Planeta, que precisa, sim, ser protegida, mas que é nossa, e vamos cuidar dela com autonomia e com soberania.

Também falamos aos negociadores do clima que queremos a ajuda dos países ricos, que já destruíram suas florestas e precisam compensar ambientalmente quem ainda possui e protege as suas florestas.

E também pudemos dizer ao mundo que, aqui no Brasil, produzimos energia limpa, de matriz hidráulica, solar e eólica, que alimentam a nossa indústria e também as nossas cidades. Enfim, estamos prontos para cumprir as nossas metas ambientais, que são mais ousadas do que as metas de muitos países ricos, que são os maiores poluidores.

O Brasil está pronto para aumentar a sua produção agrícola, sem derrubar mais nenhuma árvore, sem desmatar ou queimar a Amazônia, adotando o desmatamento ilegal zero como política pública, aplicando tecnologia nacional de ponta para produzir com segurança e também com muita qualidade.

Enfim, o principal aprendizado que trago da COP 26 é que o Brasil precisa exercer o seu papel de potência ambiental. Não há um país com maior potencial ambiental do que o nosso País, e nós precisamos retomar a dianteira disso. É o Brasil que precisa levar à frente, exercer esse papel de líder no Planeta.

A participação do Senado, da Comissão de Agricultura e demais Comissões na COP 26 foi no sentido de dizer ao mundo que a sociedade brasileira, a população brasileira tem consciência desse papel e está cobrando dos seus líderes que o Brasil exerça essa liderança e dê exemplo ao mundo. Hoje, a população brasileira está consciente de que nós preservamos e temos que preservar e cobra de todos os seus Parlamentares, os seus representantes, essa liderança. Nós temos que fazer o nosso trabalho e exercer esse lugar que é nosso, é brasileiro. Somos uma grande potência agrícola e ambiental e precisamos exercer essa liderança.

Um detalhe importante que todo mundo sabe, mas é preciso sempre lembrar: os gases de efeito estufa são emitidos e não se dissipam, não saem da atmosfera, eles ficam em torno da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terra, e é importante que se coloque claramente quem são ou que foram os maiores produtores de gases de efeito estufa.

Isso começou basicamente e se intensificou depois da guerra industrial, em 1850... Depois da Revolução Industrial, mais ou menos em torno de 1850, 1856. Acontece que os países desenvolvidos começaram a fazer as suas transformações lá naquela época. Fizeram todas as transformações. Já não têm mais as suas reservas, as suas florestas... Não que isso seja, que nós queiramos criminalizá-los. É o que aconteceu, é fato, e eles fizeram porque tinham necessidade, necessidade de plantar, necessidade de produzir energia através do calor do carvão ou da própria lenha que eram retirados das suas florestas. E assim construíram as suas riquezas, através de todo esse processo.

Também as suas indústrias se iniciaram com muita poluição, e, na época, não havia nenhuma preocupação. Em 1850, 1900, não havia essa preocupação com o meio ambiente.

Agora, o fato é que, depois de tudo isso feito, esses países conseguiram, através do seu trabalho, através da utilização das suas riquezas naturais, a transformação dessas riquezas em moeda, em poder aquisitivo, em qualidade de vida para as pessoas que moram na Europa, nos Estados Unidos, ou seja, nos países desenvolvidos.

Hoje, no Brasil, o nosso PIB é R$7,4 trilhões. Nos Estados Unidos, o PIB é R$115 trilhões. Per capita, no Brasil, R$35 mil por habitante; nos Estados Unidos, R$350 mil, dez vezes mais do que nós temos aqui no Brasil. União Europeia, R$80 trilhões; per capita, R$180 mil por ano, ou seja, eles conseguiram fazer das suas naturezas, das suas riquezas naturais, a melhoria de qualidade de vida da sua população.

Ora, o que que eu quero dizer com isso? Que o Brasil começou bem mais tarde o seu desenvolvimento, os seus investimentos e a transformação das nossas riquezas naturais em poder aquisitivo da nossa população. E agora, como países emergentes, estão querendo nos colocar no mesmo grau de poluidores dos países que estão poluindo desde 1850. É evidente que isso não é justo, por isso nós estamos cobrando. Não queremos uma esmola de outros países, nós não queremos uma ajuda de outros países, nós queremos uma compensação, porque, se nós estamos produzindo ainda muito menos do que esses países – muito menos do que esses países –, nós não conseguimos fazer uma melhoria financeira ou uma melhoria do PIB para o nosso País, como fizeram os países desenvolvidos. Por quê? Porque começaram mais cedo. E agora que chegou a nossa hora de aumentarmos a nossa produtividade, aumentarmos a produção agrícola, mineral, explorarmos as nossas riquezas no subsolo, nós não podemos. "Não, o Brasil não pode. O Brasil não pode porque vai emitir gases de efeito estufa".

Muito bem. E qual é a lista dos países que mais produziram ao longo desses anos todos, depois da revolução da indústria mundial? Nós temos aqui os dados: em primeiro lugar, os Estados Unidos; segundo, China; terceiro, Rússia; quarto, Alemanha; quinto, Índia; sexto, Reino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unido; sétimo, Japão; oitavo, França; nono, Itália, e o Brasil não aparece nesta lista dos países que mais produziram gases de efeito estufa na sua história. Mesmo agora produzindo, nós somos o quarto ou quinto neste momento. Mas nós não podemos pegar a produção atual, nós temos que pegar a produção de gases do efeito estufa desde o começo da história – essa análise tem que ser feita. Esse foi o grande debate que nós também fizemos em Glasgow com relação a isto: nós estamos começando agora, há pouco tempo, a transformar as nossas riquezas naturais em melhoria do PIB brasileiro. É por isso que os países desenvolvidos estão muito acima de nós com relação ao PIB per capita.

E nós temos que ter uma compensação por nós não podermos avançar com relação ao aumento do PIB per capita brasileiro por conta dos gases de efeito estufa, em detrimento da manutenção do planeta, com o que nós concordamos. Não há discordância nisso. Nós temos que ajudar o planeta a se manter vivo. Esse é o grande objetivo da COP 26 e de todas as outras. Mas os países que causaram esse estrago todo e que, digamos assim, contribuíram diretamente, sendo os principais produtores de gás de efeito estufa têm que fazer uma compensação aos países em desenvolvimento, senão nós poderíamos continuar o desmatamento, continuar o aumento da produtividade, e isso aumentaria o problema do planeta, o que não queremos. Não é esse o nosso objetivo. Agora nós não podemos ficar com 10%, por exemplo, do PIB dos Estados Unidos. Não é justo. Por que nós brasileiros não podemos avançar, não podemos aumentar o PIB per capita aqui no País?

Então, esses são os desafios de uma conferência tão importante como essa que reuniu 194 países.

Foi importante a participação do Brasil na COP 26. Estivemos lá com Governadores: o Governador Marcos Rocha, de Rondônia, esteve lá, e foi importante a participação dele; outros Governadores, como o Governador do Pará, Helder Barbalho, e o Governador de Santa Catarina também estiveram presentes, além de vários Deputados Federais.

E por que é importante a presença de representantes brasileiros numa conferência como essa? Porque aquilo que é decidido numa conferência como essa vai afetar a vida de toda a população brasileira: afeta a vida de quem produz carne, de quem produz soja, de quem produz café, de quem é da agricultura familiar, de quem é da agricultura de grande produção, afeta as nossas indústrias, a matéria energética. Então, há uma influência grande. Por isso, foi bom todos nós irmos. Todos aqueles empresários que estavam lá foram, deram o seu recado e exigiram uma compensação e os direitos que o Brasil tem, porque, se ninguém do Brasil vai, nós jamais seremos lembrados. Depois, acontecerão as sanções contra os nossos produtos, contra a nossa indústria, contra os nossos agricultores, e não se poderia reclamar se ninguém tivesse ido à COP 26.

Por isso, a importância da participação, como fez o Governo brasileiro, através do Ministro do Meio Ambiente, que lá esteve, e houve várias videoconferências com outros ministros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. Foram muito importantes as reuniões bilaterais. Nós tivemos reunião com líderes chineses, com líderes do Reino Unido, com líderes da ONU, sempre colocando a importância que o Brasil tem na produção de alimentos do planeta e a nossa preocupação com o fato de estarmos hoje ajudando a alimentar parte das pessoas do planeta e termos no Brasil pessoas que não estão tendo acesso à alimentação mínima necessária. Essa é a grande preocupação nossa. Nós temos a responsabilidade de cuidar do meio ambiente, mas, antes disso, nós temos uma responsabilidade de cuidar do povo brasileiro – as pessoas que não estão tendo acesso ao emprego, as pessoas que não estão tendo acesso à alimentação mínima, pessoas que não estão tendo acesso à educação básica, ao ensino superior.

Nós temos essa preocupação, e não podem debitar a nós uma conta que não é nossa. Nessa conta da produção de gás de efeito estufa, o Brasil é um dos menores participante dessa produção. Os grandes participantes são exatamente os países mais desenvolvidos. Portanto, tem que haver uma compensação por aquilo que eles fizeram, para ajudar os países em desenvolvimento a cuidar do seu povo, levar comida à mesa dos brasileiros. Nós não podemos estar exportando alimento e não cuidando da nossa população, que está passando necessidade – necessidade de alimentação.

Então, essa é uma das preocupações que nós levamos à COP 26. Espero que sejam assinados acordos principalmente para cumprir o que foi feito na COP da França, o que foi acordado na COP da França, o acordo que foi feito no Acordo de Paris – desculpe. O Acordo de Paris foi um avanço muito grande, só que não se começou ainda a executá-lo. Portanto, fica aqui um registro do que nós vimos, ouvimos e falamos na COP 26.

Cumprimento e agradeço ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco pela comitiva por ele formada para a gente poder participar da COP 26.

Nós teríamos hoje uma audiência pública para discutir o nosso projeto de regularização fundiária, que estamos debatendo em conjunto, a Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente. E nós tínhamos já há muito tempo marcado para hoje, dia 12, o último debate para discutirmos o projeto de lei para avançarmos na regularização fundiária.

É um tema importante. É importante para o meio ambiente, é importante para os nossos agricultores – agricultores que estão em suas áreas já há vinte, trinta anos e não têm o documento da sua terra; portanto, não têm acesso aos programas do Governo, não têm acesso a financiamento, porque não têm o documento da sua área. E também não têm a responsabilidade ambiental, pois não têm o documento da sua terra, não têm lá carimbado o seu CPF na sua área. A partir do momento em que o agricultor, seja ele pequeno, médio ou grande, tem o documento da sua área com o seu CPF, com certeza absoluta ele vai ter um cuidado muito maior com relação ao meio ambiente. É isso que nós estamos defendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, elevando para 2,5 mil hectares, há possibilidade de fazer a regularização fundiária sem a vistoria presencial. Com toda a tecnologia que nós temos hoje, não há essa necessidade de ter vistoria presencial – apenas onde não há conflito; onde há conflito é evidente que tem que haver a vistoria presencial, mas nós entendemos que temos que atualizar o Código Florestal. Aliás, o nosso Código Florestal é o melhor do planeta, não há outro melhor. Sobre a regularização fundiária, que está no Código Florestal, está ali bem claro o que se pode fazer e o que não se pode fazer. O que nós estamos aqui tentando fazer é um pequeno ajuste para desburocratizar a regularização fundiária.

Então, nós adiamos essa nossa última audiência pública conjunta para discutir o PL 2.633, de 2020, de origem da Câmara dos Deputados, que "altera as Leis nºs 11.952, de 25 de julho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências", da relatoria do Deputado Zé Silva, e o PL 510, de 2021, de autoria do Senador Irajá, com a relatoria do Senador Carlos Fávaro.

A pedido de colegas, nós transferimos para o próximo dia 18, quando teremos mais uma audiência pública, para discutir licenciamento ambiental. Queremos fazer, no mesmo dia, o debate desse tema também, ficando a cargo, então, a partir daí, do Senador Jaques Wagner, que teve um problema de transporte; ele estava conosco em Glasgow e não conseguiu chegar ao Brasil. Estava tudo certo, correto, nós alinhamos todo o procedimento antes de viajarmos, durante a viagem, mas é uma viagem longa, e atrapalhos podem acontecer, como aconteceram: aconteceu conosco na ida – perdemos as conexões, ficamos um dia a mais na estrada, no caminho –, e, na volta, o Senador Jaques Wagner ficou um dia a mais no caminho; como nós ficamos na ida, ele ficou na volta. Faz parte, infelizmente; isso é coisa que acontece. Portanto, fica transferida para o dia 18 a audiência pública. Nessa semana, dia 17 ou 18, vamos fazer essas duas audiências públicas, para encerrarmos e entregarmos para os Relatores, para que eles façam os seus relatórios e entreguem aos nobres Deputados, Senadores e Senadoras, para fazerem o debate e a discussão do projeto já com o relatório.

Agora, nós temos, portanto, alguns requerimentos e projetos para votarmos.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 6417, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Relatoria: Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Esta Comissão realizou Audiências Públicas para a instrução do Projeto, nas seguintes Reuniões: 13ª (23.09.21), 14ª (28.09.21) e 16ª (06.10.21).

- A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

A autoria é dos Senadores Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze e Soraya Thronicke, e a relatoria é desta Presidência.

O relatório é pela aprovação do projeto e das duas emendas que apresenta.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prosseguimento e tramitação.

Nós teremos uma votação simbólica, e eu passo à leitura do relatório.

Chega a esta Comissão para exame o Projeto de Lei (PL) nº 6.417, de 2019, de autoria do Senador Styvenson Valentim, do Senador Luis Carlos Heinze e da Senadora Soraya Thronicke, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária.

O PL nº 6.417, de 2019, é constituído de quatro artigos.

O primeiro enuncia o objeto da futura lei.

O art. 2º inclui os arts. 11-A a 11-D na Lei nº 8.171, de 1991, conhecida como Lei Agrícola.

O art. 11-A proposto institui o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária, integrante do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, previsto no art. 219-B da Constituição Federal.

No art. 11-B, são previstos planos plurianuais e planos operativos anuais elaborados pelo poder público, ouvidos vários integrantes dos setores público e privado, na forma do regulamento.

O PL ainda prevê, no art. 11-C, que o SNPA será estruturado em rede articulada, por meio de plataforma digital a ser concebida, desenvolvida e gerida pelo poder público, que conterá, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma padronizada, conforme regulamento, diversas informações, especificando-as em seus incisos e alíneas.

O §1º do art. 11-C proposto enumera as instituições que poderão integrar a rede do SNPA, de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, sem prejuízo de outras definidas em regulamento.

E, pelo §2º, a pesquisa agropecuária é aquela que desenvolve conhecimento científico e tecnológico em todas as áreas da ciência, conforme classificação oficial.

O §3º aponta para a importância de as instituições integrantes do SNPA identificarem, nos bancos brasileiros e internacionais de patentes, as informações tecnológicas sobre o processo de desenvolvimento das respectivas invenções, com auxílio do órgão oficial de propriedade industrial.

O §4º proposto ao art. 11-C prevê que a plataforma digital deverá ter a capacidade de se integrar às demais redes, sistemas e plataformas oficiais de informação.

E o §5º remete ao regulamento a especificação dos incentivos que poderão ser adotados para a adesão das instituições públicas e privadas à rede do SNPA, ou seja, criaremos uma rede a que todas as instituições públicas e privadas poderão ter acesso; portanto, desburocratizando e levando informação a todos os brasileiros.

O PL nº 6.417, de 2019, propõe ainda um art. 11-D, permitindo que as instituições públicas e privadas participantes do SNPA estabeleçam parcerias com base nas disposições constantes da Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, e demais leis pertinentes.

O art. 3º da proposição revoga o parágrafo único do art. 11 e o art. 12 e incisos da Lei nº 8.171 de 1991.

E o art. 4º, por fim, trata da cláusula de vigência da futura lei.

Na justificação, os autores destacam a Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que institui o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e prevê que o Estado, na execução das atividades de desenvolvimento científico, pesquisa, capacitação científica e tecnológica e inovação, deve estimular a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas do Governo, por instrumentos de cooperação e compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada.

Destacam ainda a importância da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no âmbito produtivo, do processo de avaliação do SNPA pela CRA em 2017, e das reuniões promovidas pelos gabinetes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentares com a participação de diversas entidades, que embasaram a apresentação deste PL.

O PL nº 6.417, de 2019, foi distribuído inicialmente para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, seguindo depois para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em deliberação terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Vamos, portanto, à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos II e XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos às áreas de planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, e à política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, mediante estímulos fiscais, financeiros e creditícios à pesquisa.

Como os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa serão analisados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, à qual cabe a análise terminativa, nos deteremos apenas na análise dos aspectos do mérito do PL.

São inegáveis a evolução e a importância do setor agropecuário no desenvolvimento socioeconômico brasileiro, bem como do papel histórico da pesquisa agropecuária para o desenvolvimento desse setor. Boa parte desse desenvolvimento foi devido à incorporação de inovações produzidas pelas instituições de pesquisa públicas (como, por exemplo, a Embrapa, universidades e organizações estaduais de pesquisa) e também pesquisas privadas.

No Brasil, os investimentos em ciência, tecnologia e inovação foram e ainda são historicamente baixos, tanto em função da demanda por recursos pela comunidade científica quanto na proporção do Produto Interno Bruto, comparativamente aos países desenvolvidos, com economias mais competitivas.

As alterações promovidas pela Lei nº 13.243, de 2016, na Lei nº 10.973, de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, foram objeto de regulamento ainda mais recente pelo Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Como ainda há que se avaliar o impacto legislativo dessa mudança no marco regulatório das parcerias público-privadas no financiamento do desenvolvimento nacional, de fato, seria prematuro pensar em novas alterações legislativas.

Não obstante, há outros gargalos no SNPA, cujo marco regulatório estabelecido na Lei Agrícola há 30 anos, encontra-se muito defasado e é incapaz de fornecer instrumentos não financeiros para melhor desempenho do sistema, frente aos enormes desafios presentes e futuros. E entre os desafios está o do aumento da produtividade e sustentabilidade da produção agropecuária num contexto de desmatamento ilegal zero, de mudanças climáticas e de demanda mundial e nacional crescente por alimentos, fibras e agroenergia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, os sites de busca na internet retornam resultados de pesquisa por informações de forma dirigida por interesses econômicos de seus anunciantes e patrocinadores, tornando muito ineficiente o acesso à informação oficial e de qualidade por parte do usuário, o que prejudica enormemente os processos de geração e difusão de inovações pelas instituições de pesquisa, tornando mais lenta e ineficaz a sua adoção no setor agropecuário, com prejuízos incalculáveis para os produtores rurais e para toda a sociedade brasileira.

Nesse contexto de crescente digitalização dos processos de comunicação de inovações, urge que o SNPA potencialize o uso da internet como forma de aperfeiçoar a articulação horizontal, mas também planejada entre os pesquisadores e os beneficiários e usuários das inovações e suas instituições e organizações e também com a sociedade em geral.

A plataforma sugerida pelo PL, ainda sem paralelo nas diversas iniciativas de integração e acesso a informações oficiais no âmbito do Poder Executivo federal (como políticas de Governo), terá a capacidade de oferecer uma política de Estado de longo prazo, portanto, para o setor produtivo público e privado, hoje inexistente ou inadequada.

Ao longo de 2017, a CRA avaliou a política de pesquisa agropecuária, e esse debate foi retomado pelo Senador Styvenson Valentim, pelo Senador Luis Carlos Heinze e pela Senadora Soraya Thronicke, que ouviram diversas entidades públicas e privadas em três reuniões realizadas no segundo semestre de 2019 para elaborar o PL ora em análise.

Para instruir esse relatório, a CRA ouviu novamente representantes de diversas entidades em três audiências públicas: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Instituto Nacional da Propriedade Industrial; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e Companhia Nacional de Abastecimento.

Destaque-se que todas as instituições ouvidas apresentaram suas atuações e visões sobre o processo de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação para o setor agropecuário e elogiaram a iniciativa do PL 6.417, de 2019.

A CNA, no entanto, apresentou proposta de modificação da proposição em questão, sugerindo que, no art. 11-C, se institua a obrigatoriedade de participação das instituições. Achamos relevante a instituição dessa obrigatoriedade.

A CNA propôs ainda a disponibilização de informações sobre as tecnologias e processos já desenvolvidos e que ainda não contam com parceiros para fazer chegar o produto ou o processo aos consumidores, que, em grande medida, serão os agricultores. Entendemos, no entanto, que essa previsão já está contida no inciso II, proposto no art. 11-C, pelo qual a plataforma deve conter o conhecimento científico e tecnológico e das inovações já produzidas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas diversas formas de publicação em linguagem técnico-acadêmica e para o público leigo em forma de pesquisa, artigos científicos, notícias e informativos, atividades de extensão e quaisquer outras que contribuam para a difusão das inovações.

Por fim, consideramos que a definição de pesquisa agropecuária como aquela que desenvolve conhecimento científico e tecnológico em todas as áreas da ciência, conforme classificação oficial, é demasiadamente vaga, sendo necessário melhor contextualizá-la, fazendo referências setoriais e territoriais, pelo que apresentamos emenda para melhor detalhar o conceito.

Por fim, o voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, com as emendas a seguir apresentadas:

EMENDA Nº – CRA
Dê-se ao § 1º do art. 11-C proposto no art. 2º do Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 11-C. .....
§ 1º Integrar-se-ão obrigatoriamente à rede do SNPA, de forma colaborativa e cooperativa, as instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICT), públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária, nos termos desta Lei, e recebam recursos públicos de origem federal de qualquer fonte e para qualquer finalidade, destacando-se universidades, escolas de ensino superior e institutos federais e estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação; núcleos de inovação tecnológica (NIT) institutos nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT); institutos e empresas federais, do Distrito Federal e estaduais de pesquisa; agências de fomento; fundações de amparo à pesquisa; incubadoras de empresas; parques e polos tecnológicos; cooperativas, sindicatos, e associações de produtores rurais; empresas privadas; e os órgãos oficiais de propriedade industrial e de informação em Ciência e Tecnologia do País, sem prejuízo de outras, definidas em regulamento.
....."
EMENDA Nº – CRA
Dê-se ao § 2º do art. 11-C proposto no art. 2º do Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 11-C. .....
§ 2º Para os fins desta Lei, compreende-se por Pesquisa Agropecuária aquela que desenvolve conhecimento científico e tecnológico, em todas as áreas da Ciência, conforme classificação oficial, voltado para o desenvolvimento do meio rural e das atividades socioeconômicas nele desenvolvidas, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas em regulamento.
....."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2021.

Esse é o relatório.

Não vamos, portanto, abrir a discussão. Vamos deixar à disposição para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras este relatório para que todos os Senadores e Senadoras possam fazer a sua leitura, a sua análise, para que a gente possa fazer um amplo debate, pois entendemos que essa matéria, o SNPA, é muito importante, bastante complexa e muito abrangente com relação à ciência, tecnologia e inovação em nosso País no que tange à agropecuária. Ela é de fundamental importância para o futuro da produção de alimentos no País, para nós brasileiros e para a exportação também.

Portanto, todo debate e toda contribuição são de suma importância para que a gente possa avançar com este projeto de forma bastante pacífica entre todos os Senadores e Senadoras, com as contribuições de diversos órgãos, tanto públicos como privados, que nós já tivemos, mas que continuarão ocorrendo, agora diretamente, diretamente com os Senadores e Senadoras, para que a gente possa receber aqui as últimas opiniões dos nossos colegas Parlamentares para debatermos e aprovarmos essa matéria, que é da maior importância para o agronegócio brasileiro.

Fica suspensa a discussão para a próxima reunião.

Vamos ao próximo item.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 18, DE 2021

Requeiro nos termos regimentais, realização de Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão, a se realizar no dia 06 de dezembro de 2021, segunda-feira, às 8 horas de Rondônia (9 horas, horário de Brasília), na cidade de Buritis-RO, para debater a implementação de projetos visando o desenvolvimento regional; os novos instrumentos para a regularização fundiária; os estudos visando a conclusão da BR-421 e os processos visando a duplicação da BR- 364, face as necessidades de infraestrutura para o crescimento da agricultura sustentável na região e no estado de Rondônia.

Com a presença dos seguintes convidados:

• Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

• Representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON

• Representante da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO

• Representante do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

• Representante do Governo do Estado de Rondônia

• Prefeito Municipal de Buritis

A audiência terá transmissão pela TV Senado, com a possibilidade de participação por meio do Alô Senado – 0800 61 22 11, ou pelo twitter: @AloSenado.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de ciclo de palestras e debates desta Comissão a realizar-se no dia 6 de dezembro de 2021, segunda-feira, às 8h da manhã de Rondônia, às 9h de Brasília portanto, na cidade de Buritis, em Rondônia, para debater a implementação de projetos visando ao desenvolvimento regional, os novos instrumentos para a regularização fundiária, estudos visando à conclusão da BR-421 e os processos visando à duplicação da BR-364, face às necessidades de infraestrutura para o crescimento da agricultura sustentável na região e em nosso Estado de Rondônia, com a presença dos seguintes convidados: representante do Incra, representante da Emater, representante da Faperon, representante da Fiero, representante do Dnit, representante do Governo do Estado de Rondônia e, também, representante da Prefeitura Municipal de Buritis.

Será um prazer levarmos a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o interior da Amazônia, para o interior do Estado de Rondônia, para que nós possamos mostrar ao Brasil como é pujante o desenvolvimento sustentável da região de Buritis, do Estado de Rondônia.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O item 2 não dá para a gente fazer ad hoc? A pedido do próprio... Ou ele não pediu? (Pausa.)

Eu poderia fazer essa leitura ad hoc para ficar lido e suspendemos... Suspenderia...

Como é um pedido do Relator, nós poderíamos fazer como Relator ad hoc e suspenderíamos a discussão, para que a gente pudesse avançar.

Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2874, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Faço a leitura a pedido do Senador Sérgio Petecão, que solicitou que fosse feita a leitura por um Senador ad hoc.

Eu me coloco à disposição para fazer essa relatoria.

Relatório.

Chega a esta Comissão para exame o Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.

Com quatro artigos, o art. 1º trata do objeto da futura lei, a obrigatoriedade da doação de alimentos para entidades beneficentes de assistência social, assim identificadas nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, por parte de estabelecimentos atacadistas e varejistas que não se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte e que comercializem tais produtos.

O art. 2º obriga os estabelecimentos a doarem os alimentos não destinados à venda e que estiverem em condições de serem consumidos de forma segura. O §1º desse artigo obriga os referidos estabelecimentos a celebrarem contratos com as entidades beneficentes de assistência social. O §2º estabelece exceção ao regime da responsabilidade objetiva, consagrado no art. 931 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e nos arts. 12 e 13 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor). E o §3º estatui que o doador de alimentos apenas responderá civilmente por danos ocasionados pelos alimentos doados quando houver dolo, nos termos do art. 392 da Lei 10.406, de 2002 (Código Civil).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º dispõe que os estabelecimentos atacadistas e varejistas que não cumprirem o disposto na futura lei estarão sujeitos ao pagamento de multa, a ser regulamentada pelo órgão competente.

O art. 4º estabelece que a futura lei entra em vigor 180 dias após a data de sua promulgação.

Em sua justificação, o autor destaca o enorme volume de desperdício de alimentos no mundo e os impactos negativos ao meio ambiente, assim como a potencialidade dos benefícios da doação às pessoas hipossuficientes.

O PL será analisado, também, pela Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos III e IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos às áreas de abastecimento e segurança alimentar, respectivamente.

Com respeito ao mérito, cumpre destacar que a insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de pessoas ao menos em alguns momentos entre 2017 e 2018. Dos 68,9 milhões de domicílios do País, 36,7% estavam com algum nível de insegurança alimentar, atingindo, ao todo, 84,9 milhões de pessoas. É o que retratou a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil, divulgada em setembro de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme notícia da Agência Brasil (EBC), o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, mostra que, nos últimos meses de 2020, a situação piorou muito, pois 19 milhões de brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios no País enfrentou algum grau de insegurança alimentar.

A sondagem inédita estima que 55,2% dos lares brasileiros ou o correspondente a 116,8 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020 e 9% deles vivenciaram insegurança alimentar grave e passaram fome nos três meses anteriores ao período de coleta, feita em dezembro de 2020 em 2.180 domicílios.

A pesquisa “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, coordenada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, com sede na Universidade Livre de Berlim, mostrou dados ainda piores que os da Rede Penssan, ao afirmar que 59,3% dos brasileiros – ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

125,6 milhões de pessoas – não comeram em quantidade e qualidade ideais desde a chegada do novo coronavírus.

Paralelamente a essa triste realidade, relatório final de pesquisa liderada pela Embrapa, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGVEAESP), financiada pelo programa de cooperação Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil e publicado no final de 2018, revelou que a família brasileira desperdiça, em média, 128kg de comida por ano.

Nunca é demais lembrar o compromisso global assinado em 2015 também pelo Brasil do cumprimento das 169 metas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS nº 12 é garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, e a meta 12.3 é, "até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial nos níveis de varejo e do consumidor e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita". Temos menos de dez anos para cumprir tal meta, o que dá a dimensão da importância do adequado tratamento legal desse tema.

O tratamento legal da doação de alimentos não é tema novo, nem no Brasil, nem em outros países. Em outubro de 1996, o Congresso americano aprovou a Lei Pública 104-210, de Doação de Alimentos, do bom samaritano Bill Emerson. Inspirado nessa iniciativa, o Senador Lúcio Alcântara apresentou o Projeto de Lei (PL) do Senado n° 165, de 1997, que altera o Código Civil e o Código Penal, para que a pessoa natural ou jurídica que doar alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, a pessoas carentes, diretamente ou por intermédio de entidades, associações ou fundações sem fins lucrativos, é isenta de responsabilidade civil ou penal, resultante de dano ou morte ocasionados ao beneficiário pelo consumo do bem doado, desde que não se caracterize dolo ou negligência.

Projeto chamado de "Bom Samaritano", a referida proposição, no entanto, ainda aguarda apreciação da Câmara dos Deputados, onde tramita como PL nº 4.747, de 1998.

Há quase 10 anos, o Senador Ivo Cassol protocolou o PLS nº 102, de 2012, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para permitir a reutilização de alimentos preparados para fins de doação. Aprovado no Senado Federal e ainda tramitando na Câmara dos Deputados como PL nº 5.958, de 2013, a esse PLS estão apensados outros 20 projetos de lei, de autoria de diversos Deputados e Senadores. Um destes é o PLS nº 672, de 2015, do Senador Ataídes Oliveira, que foi analisado em caráter terminativo na CRA, conjuntamente com os PLS nº 675, da Senadora Maria do Carmo Alves, e nº 738, do Senador Jorge Viana, ambos de 2015.

Por requerimentos dos Senadores Acir Gurgacz e Ana Amélia, e do Relator, Senador Lasier Martins, foram realizadas três audiências públicas nos dias 10 de março, 19 de maio e 16 de junho de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após extensos debates com representantes de diversas entidades públicas e privadas, a CRA aprovou um texto substitutivo ao PLS nº 672, de 2015, que tramita na Câmara como PL nº 6.898, de 2017. É importante observar que foi consenso nestas audiências que a doação de alimentos não deve ser obrigatória, ao contrário, portanto, do que propõe o PL nº 2.874, de 2019.

No final de 2018, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos, órgão técnico-consultivo vinculado à Presidência da Câmara dos Deputados, publicou a edição nº 3 da Série Cadernos de Trabalhos e Debates, intitulado "Perdas e Desperdício de Alimentos: Estratégias para Redução". No entanto, tais iniciativas não foram suficientes para que o tema lograsse a atenção necessária para avançar no processo legislativo naquela Casa, não foram realizadas audiências públicas e o PL nº 5.958, de 2013, e seus 20 PLs apensados, embora tenham sido aprovados na forma de um substitutivo nas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Seguridade Social e Família, ainda aguardam, desde 2018, apreciação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O PL nº 2.874, de 2019, ao ser apresentado em maio daquele ano, manteve as nobres intenções de destravar a doação de alimentos.

Entretanto, com a pandemia, o PL nº 1.194, de 2020, apresentado dez meses depois pelo nobre Senador Fernando Collor, logrou mais atenção e obteve o apoio político necessário, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para ser rapidamente aprovado nos respectivos Plenários, e transformado na Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e à doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.

Em que pesem as boas intenções dos PLs nº 2.874, de 2019, e nº 1.194, de 2020, para eliminar os entraves à doação de alimentos, o combate ao desperdício demanda marco regulatório com um tratamento mais aprofundado e que tenha sido objeto de debates efetivos e adequados no Congresso, o que não foi o caso do PL.

Em nossa opinião, este tratamento é mais adequadamente conferido nos termos do texto substitutivo aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, ao PL nº 5.958, de 2013, e seus apensados, com algumas alterações que julgamos pertinentes.

Esse substitutivo institui uma Política Nacional de Combate ao Desperdício e à Perda de Alimentos, prevendo conceitos, princípios, objetivos, instrumentos, dando tratamento à doação de alimentos, a questões fiscais e sanitárias, e fazendo as remissões e alterações legais devidas, como demanda a boa técnica legislativa.

Todavia, o termo consagrado é "Perdas e Desperdício de Alimentos", pelo que sugerimos a troca para Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA) – ; Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessa alteração, o substitutivo prevê o aumento da dedução do imposto de renda de pessoas jurídicas da apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de 2% para 5%, no caso de alimentos embalados doados dentro do prazo de validade, e de alimentos in natura doados conforme normas sanitárias vigentes. Permite, ainda, aumento da dedução de 2% para 4% no caso de alimentos doados cuja validade para a venda tenha passado, mas que ainda estejam seguros para consumo, conforme regulamento que ainda terá de ser expedido pela autoridade sanitária. A diferença percentual visa estimular a doação antes do prazo de validade para venda.

O aumento da dedução é necessário, pois o limite de 2% hoje instituído não é suficiente para alcançar todo o volume de alimentos que podem ser potencialmente doados, e que, na verdade, são descartados, sobretudo pelos varejistas.

Já a autorização da doação de alimentos fora do prazo de validade para venda difere da medida que propunha a obrigatoriedade da informação nos rótulos dos alimentos embalados sobre a diferença entre prazo de validade para venda e validade para consumo seguro. Sabe-se que não há orientação dos fabricantes de alimentos embalados para que sejam descartados após vencido o prazo de validade para venda, que é o que garante as melhores características do produto. Isso porque os alimentos têm de possuir um prazo de consumo seguro que perdure após o prazo da validade da venda, a fim de resguardar a sua segurança sanitária e qualidade.

Esse consumo seguro, naturalmente, depende de o consumidor seguir as orientações de armazenamento do alimento, fornecidas pelo fabricante, mas o volume de alimentos que não podem mais ser postos à venda por terem ultrapassado o prazo de validade ainda é enorme e responsável por grande parte do desperdício. Por isso, propomos que, mediante regulamento a ser estabelecido pelas autoridades sanitárias, tais alimentos, ainda próprios para consumo, possam ser doados, e usufruam de incentivos fiscais, embora inferiores aos propostos aos alimentos doados ainda dentro do prazo de validade.

Observe-se que o impacto fiscal de tal dedução ainda está por ser calculado, pois não há estatísticas de desperdício de alimentos potencialmente doáveis. Mas é certo que as externalidades positivas, socioeconômicas e ambientais, ultrapassam, em muito, a renúncia fiscal que se apresentará, diferentemente de outras renúncias fiscais atualmente existentes, cujo impacto socioeconômico é desconhecido.

E, por não haver estatísticas sobre desperdício de alimentos e o eventual impacto que deduções fiscais podem vir a ocasionar, propomos, no substitutivo abaixo, que os doadores que usufruírem destas deduções sejam obrigados a passar às autoridades fiscal e sanitária federais as informações referentes às doações realizadas, que comporão sistema de informação que venha a ser criado por estas autoridades com esse fim, conforme regulamento. Assim, o País estará contribuindo com um controle detalhado de informações estatísticas e geográficas sobre a doação de alimentos, essencial para informar sobre o cumprimento da Meta 12.3 dos ODS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, importa destacar que, com o fim do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, cessaram os efeitos do art. 5º da Lei nº 14.016, de 2020, que previa a aquisição preferencial, pelo Governo Federal, de produção de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em decorrência das dificuldades da sua comercialização tradicional, por causa das restrições de isolamento e funcionamento de feiras e mercados, algo que não mais se verifica.

Como se trata de alterações consideráveis, apresentamos texto substitutivo ao PL nº 2.874, de 2019, que altera quase integralmente a Lei nº 14.016, de 2020.

O voto.

Por todo o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 2.874, de 2019, na forma do seguinte projeto de lei substitutivo:

> Altera as Leis nº 14.016, de 23 de junho de 2020, nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para instituir a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA).
> Art. 1º Dê-se à ementa da Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, a seguinte redação:
> “Institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA) e altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.”
> Art. 2º A Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS"
> "Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos (PNCPDA) e altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
> Parágrafo único. A execução da PNCPDA deverá observar o disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente; e na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos." (NR)
> "Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se os seguintes conceitos:
> I – perda de alimentos: diminuição da massa de matéria seca, do valor nutricional ou da segurança sanitária de alimentos causada por ineficiências nas cadeias de abastecimento alimentar;
> II – desperdício de alimentos: descarte voluntário de alimentos decorrente de:
> a) vencimento do prazo de validade para venda;
> b) dano à embalagem;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) dano parcial ou aspecto comercialmente indesejável, embora mantidas as propriedades nutricionais e a segurança sanitária, no caso de produtos in natura;
d) outras circunstâncias definidas em regulamento;
III – doador de alimentos: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que doa alimentos voluntariamente;
IV – banco de alimentos: estrutura física ou logística que oferta serviços de captação ou recepção e de distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores públicos e privados e que são direcionados a instituições receptoras públicas ou privadas;
V – instituição receptora: instituição pública ou privada, preferencialmente sem fins lucrativos, que atua como intermediária entre doadores de alimentos ou banco de alimentos e beneficiários das doações e que possui estrutura de armazenamento, preparo ou distribuição final dos alimentos a consumidores;
VI – microcoleta: coleta de pequenas quantidades de alimentos, seja de pessoas físicas ou jurídicas." (NR)
"CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS"
"Art. 3º A PNCPDA observará os seguintes princípios:
I – visão sistêmica do desperdício e da perda de alimentos, considerando suas consequências para o meio ambiente, a cultura, a economia e a saúde pública;
II – reconhecimento do direito humano à alimentação, em consonância com o art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e com o art. 6º da Constituição Federal de 1988;
III – conscientização de produtores, distribuidores e consumidores, especialmente crianças e jovens, a respeito das consequências do desperdício e da perda de alimentos para a sociedade;
IV – responsabilidade compartilhada sobre os alimentos, desde sua produção até seu consumo e descarte final;
V – cooperação entre os entes da Federação, as organizações com e sem fins lucrativos e os demais segmentos da sociedade;
VI – educação voltada a despertar a consciência de consumo sustentável, a partir de ações concretas para conter o desperdício de alimentos;
VII – viabilização das microcoletas, por meio de soluções como aplicativos, sites e outras que aproximam diretamente as pontas que querem doar e as que querem receber.
Art. 4º A PNCPDA terá os seguintes objetivos:
I – aumentar o aproveitamento dos gêneros alimentícios disponíveis para consumo humano em território nacional;
II – mitigar o desperdício de alimentos, contribuindo para a redução da insegurança alimentar;
III – ampliar o uso de alimentos sem valor comercial por meio de doação destinada:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) ao consumo humano, prioritariamente;
b) ao consumo animal;
c) à utilização em compostagem, se impróprios para o consumo humano e animal;
IV – incentivar os estabelecimentos comerciais que atuem com alimentos a promover a educação e a conscientização para combater o desperdício, seja nas próprias instituições, seja incentivando projetos educativos na área.
Art. 5º O poder público federal é autorizado a estabelecer programas e parcerias com Estados, o Distrito Federal, Municípios e organizações privadas, a fim de reduzir o desperdício e a perda de alimentos no País.
Art. 6º Os programas de combate ao desperdício e à perda de alimentos priorizarão as seguintes estratégias:
I – incentivo a pesquisas que identifiquem as formas e a dimensão do desperdício e das perdas de alimentos e que desenvolvam tecnologias e boas práticas de produção e de gestão de alimentos;
II – capacitação dos responsáveis pela produção, colheita, armazenamento, transporte, beneficiamento, industrialização, comercialização, preparo e doação de alimentos;
III – difusão de informações, nos meios de comunicação, sobre a importância e os meios de combate ao desperdício e à perda de alimentos, desde a produção até o consumo, o descarte ou a compostagem;
IV – inserção da educação alimentar nas atividades do ensino fundamental e médio, de modo a destacar os meios de combate e as consequências do desperdício e da perda de alimentos;
V – estabelecimento de incentivos fiscais, na forma da lei:
.....
.....
VI – estabelecimento de incentivos creditícios, na forma do regulamento, à formação ou à ampliação de bancos de alimentos, de instituições receptoras e de suas respectivas redes;
VII – planejamento, monitoramento contínuo e avaliação de resultados de cada programa, segundo indicadores e metas preestabelecidos, e divulgação dessas informações à sociedade, por meio da internet, obrigatória quando houver a utilização de recursos públicos.
Parágrafo único. Os incentivos a que se refere o inciso VI deste artigo serão destinados prioritariamente a Municípios nos quais o poder público tenha constatado situação de maior insegurança alimentar e volume elevado de desperdício e de perda de alimentos."
"Art. 7º. O poder público e as organizações participantes dos programas integrantes da PNCPDA farão campanhas educativas no sentido de sensibilizar e de estimular o consumidor final a:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – adquirir produtos in natura que, embora não tenham a melhor aparência, mantenham suas propriedades nutricionais e sejam seguros para consumo;
II – adotar boas práticas de armazenamento, preparo, reaproveitamento e conservação de alimentos."
[...]
Art. 8º. Desde que mantidas as propriedades nutricionais e a segurança para consumo, os alimentos industrializados ou embalados, respeitado o prazo de validade para venda, e os alimentos preparados ou in natura que tenham perdido sua condição de comercialização podem ser doados, no âmbito da PNCPDA, a bancos de alimentos, instituições receptoras e diretamente ao consumidor final.
.....
"Art. 9º. A doação de alimentos, nos termos desta Lei, constitui exceção ao regime da responsabilidade objetiva consagrado no art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 [...], e nos arts. 12 e 13 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 [...]."
"Art. 10. O doador de alimentos apenas responderá civilmente por danos ocasionados pelos alimentos doados quando houver dolo, nos termos do art. 392 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 [...]."
"Art. 11. A doação de alimentos, nos termos desta Lei, não configura, em hipótese alguma, relação de consumo, ainda que haja finalidade de publicidade direta ou indireta."
"Art. 12. Os alimentos que não apresentem condições apropriadas ao consumo humano podem ser destinados à fabricação de ração animal ou compostagem agrícola e a entidades cadastradas junto ao estabelecimento comercial."
.....
"Art. 13.....
.....
'.....
§3º. Nas doações de alimentos ainda no prazo de validade previsto na embalagem, e de alimentos in natura em condições de consumo seguro e na forma das normas sanitárias vigentes, o limite da dedução prevista no inciso III do §2º desta Lei será de 5% (cinco por cento).
§4º. Nas doações de alimentos fora do prazo de validade previsto na embalagem, mas em condições de consumo seguro segundo a avaliação do doador e conforme regulamento, o limite da dedução prevista no inciso III do §2º deste artigo será de 4% (quatro por cento).
§5º. As pessoas jurídicas que doarem alimentos e fizerem jus à dedução prevista no inciso III do §2º deste artigo ficam obrigadas a prestar informações sobre volume, espécie de alimento, valor, organizações intermediárias, beneficiários das doações, entre outras, sempre que solicitado pelas autoridades fiscais e sanitárias, e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comporão sistema de registro de informações estatísticas e geográficas sobre doações de alimentos, na forma do regulamento."
"Art. 14. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 61-A:
'Art. 61-A. Descartar, sem justo motivo, alimentos processados ou industrializados, embalados ou não, dentro do prazo de validade para venda, alimentos in natura ainda próprios para consumo, segundo as normas sanitárias vigentes, ou em desacordo com as disposições da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Pena – multa.
Parágrafo único. Os critérios técnicos de avaliação do cumprimento do disposto no caput serão definidos em regulamento.'"
.....
Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muito bem.

Esse é o relatório.

Cumprimento o Senador Sérgio Petecão pelo relatório, que eu li aqui como ad hoc, mas todo o mérito é do autor e do nobre Relator Sérgio Petecão. Nossos cumprimentos ao autor e ao Relator. O Senador Ciro Nogueira é o autor, e o Senador Sérgio Petecão é o Relator.

Lido o relatório, ficam adiadas as discussões e a votação da matéria.

Temos notícias de hoje, logo de manhã, sobre a COP 26, publicadas hoje. Dizem o seguinte:

[...] O documento divulgado nesta sexta-feira de manhã na [...] [COP 26] mantém a ideia de revisão dos cortes de emissão no final de 2022, mas tem agora em atenção as diferentes circunstâncias nacionais – o que pode ser um alçapão no texto legal para alguns países se libertarem deste compromisso.
Neste momento, o conjunto das contribuições de cada país é insuficiente para alcançar o Acordo de Paris [que estabeleceu como meta limitar o aumento da temperatura média global do planeta em 1,5ºC a 2ºC acima dos valores da época pré-industrial].
Em cima da mesa da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) está o cenário de revisões mais frequentes do cumprimento de metas nacionais de reduções de emissões, de forma a alinhá-las com a necessidade de não fazer aumentar a temperatura média global em 1,5 grau até 2030.
O Acordo de Paris previa revisões de cinco em cinco anos, mas o descarrilamento das emissões obriga a apertar a malha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Também no rascunho desta manhã [de sexta] não há ainda uma conclusão em relação aos 100 mil milhões de dólares anuais para apoiar, com financiamento climático, os países mais vulneráveis.
> Lamenta-se que essa meta não tenha sido alcançada nos últimos anos, mas pede-se que a mesma possa ser cumprida até 2025. Contudo, não está ainda tudo fechado nesta matéria. [...]

Essa matéria saiu hoje nos jornais da Europa, deve também sair nos nossos jornais, nos nossos periódicos, nos sites do nosso País.

Esperamos que, ao final do dia, nós tenhamos um relatório positivo com relação ao ajuste dos gases de efeito estufa. Tem que haver um comprometimento dos países já desenvolvidos, não eles apenas querendo apenas, como já desenvolvidos, como falei no começo, com sua renda per capita muito bem ativa às suas populações, cobrar apenas dos países em desenvolvimento. No caso, onde entra o nosso País, a nossa população brasileira, nós não podemos arcar com esse custo em benefício dos países que já se desenvolveram. E são esses países já desenvolvidos que não querem cumprir essas metas e também não definir esses US$100 bilhões anuais para serem investidos em países em desenvolvimento, meta essa aprovada no Acordo de Paris e que tem de ser regulamentada. Até agora não foi regulamentada; esperamos que, até o final da tarde, nós tenhamos avanço com relação a isso.

Agradeço aos Senadores presentes na sessão de hoje: Senador Esperidião Amin, Senador Jayme Campos, Senador Carlos Fávaro, Senador Zequinha Marinho, Senador Lasier Martins, Senador Rodrigo Cunha, Senador Luis Carlos Heinze e Senador Wellington Fagundes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Izalci Lucas, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates e Paulo Rocha, e ainda da Senadora não membro Eliane Nogueira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 7ª e 8ª reuniões da CCT, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte) Deliberativa**: **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 14, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública visando a esclarecer com especialistas e representantes do governo a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 15, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Sr. Fábio Faria, Ministro das Comunicações, com o objetivo de esclarecer a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 16, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Sr. Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), com o objetivo de esclarecer a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado com alterações apresentadas pelo autor, Senador Jean Paul Prates: 1) substituição do ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República por representante do GSI/PR; 2) inclusão de representantes da Nokia, Ericsson, Huawei e de Especialista em Cibersegurança; 3) adequação do objetivo da audiência que contemple "discutir o tema específico da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cibersegurança e segurança nacional frente à realidade do 5G". **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 17, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios e oportunidades da indústria 4.0 e a chegada do 5G no Brasil, no âmbito da avaliação da política pública relativa à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Observação:** No encaminhamento da votação, o Senador Jean Paul Prates sugere que o objeto deste Requerimento 17/2021-CCT seja discutido na audiência pública que discutirá o objeto do Requerimento 16/2021-CCT. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 18, de 2021,** que: " Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, informações relativas a atos do Poder Executivo que tratam da política pública para a implantação das redes móveis de quinta geração (5G) no Brasil." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, do requerimento de informações. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 19, de 2021,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2021-CCT, destinada a debater o uso de veículos elétricos ultracompactos no meio urbano." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 20, de 2021,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 9/2021-CCT, destinada a debater as soluções tecnológicas para atender as demandas do setor do agronegócio." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 21, de 2021,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as modificações realizadas no PLN nº 16/2021, que abria crédito suplementar para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, ocorridas a partir do ofício enviado pelo Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 22, de 2021,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2021-CCT, destinada a debater o uso de veículos elétricos ultracompactos no meio urbano." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 23, de 2021,** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos sobre a produção científica e tecnológica do país da aprovação do PLN 12/2021 e do PLN 16/2021." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Encerrada a primeira parte da reunião, passa-se à **2ª Parte) Audiência Pública Interativa**, aprovada pelo Requerimento nº 6, de 2021-CCT, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), aditado pelos Requerimentos nº 19 e 22, de 2021-CCT, com a finalidade de debater o uso de veículos elétricos ultracompactos no meio urbano, com a participação de José Antônio Silvério, Coordenador-Geral de Ambientes Inovadores e Startups do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Adalberto Maluf,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE); Marcus Tulius Barros Florentino, Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL); Daniel Mariz Tavares, Diretor do Departamento de Segurança no Trânsito da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran); Sr. Igor Calvet, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); e Rodrigo José de Almeida Vieira Dias, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Proprietarios de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores.

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura, bem como a aprovação das Atas da 7ª e da 8ª Reuniões da CCT.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão agora publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A primeira parte da presente reunião se destina justamente à apreciação dos requerimentos que foram apresentados a esta Comissão, e a segunda parte será destinada à realização de uma audiência pública.

Nós temos aqui os requerimentos, os itens 1, 2, 3 e 5, que eu vou ler em bloco. São requerimentos do Senador Jean Paul Prates, que aqui está presente, além de um item extrapauta, que apresentou. Então, inclusive antes de colocar em votação e fazer a leitura do item 1, eu coloco já diretamente a inclusão do item extrapauta, solicitado pelo Senador Jean Paul Prates, a quem eu concedo a palavra para que faça a leitura.

1ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 14, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública visando a esclarecer com especialistas e representantes do governo a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

1ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 15, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Sr. Fábio Faria, Ministro das Comunicações, com o objetivo de esclarecer a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

1ª PARTE
ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 16, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Sr. Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), com o objetivo de esclarecer a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

1ª PARTE
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 18, DE 2021
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, informações relativas a atos do Poder Executivo que tratam da política pública para a implantação das redes móveis de quinta geração (5G) no Brasil.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 23, DE 2021

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os impactos sobre a produção científica e tecnológica do país da aprovação do PLN 12/2021 e do PLN 16/2021.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Dando continuidade aos nossos trabalhos sobre 5G... Portanto, são os Requerimentos nºs 14, 15 e 16, relativos às audiências públicas por vir.

O leilão está previsto para o dia 4. Nós deveremos fazer uma audiência agora, no dia 28, que é o teor desse primeiro requerimento. O requerimento, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e 93, inciso II, do Regimento Interno, pede a realização de audiência pública com o objetivo de cumprir o plano de trabalho relativo à avaliação de política pública e implementação de redes móveis de quinta geração (5G), já aprovado nesta Comissão, visando esclarecer, com especialistas e representantes do Governo, a situação atual do processo de licitação de radiofrequência já iniciado pela Anatel e as expectativas para a implementação dessa tecnologia no País, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nessa audiência especificamente, que seria a próxima, a proposta é a presença dos seguintes convidados: representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), representante da Associação NEO, representante da Fundação CPQD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), representante da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), representante do Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), representante da Coalizão de Direitos na Rede e representante do Instituto de Defesa do Direito do Consumidor.

Vou resumir aqui as justificativas, lendo apenas o parágrafo final da proposição.

Convidaremos representantes dos prestadores de telecomunicações e da sociedade civil, além de especialistas e acadêmicos do setor, a fim de debater os benefícios a serem alcançados com a implantação do 5G em termos de preços, qualidade de serviço e diversidade de aplicações para consumidores. Além disso, será importante discutir não apenas as possibilidades de potencial aumento da produtividade econômica, mas também a inserção do País nas futuras revoluções das tecnologias de redes móveis, razão pela qual conto com o apoio dos colegas na aprovação deste requerimento.

Já emendando com o outro, o de nº 15, também nos termos dos artigos já mencionados, a audiência com a presença do Exmo. Sr. Ministro Fábio Faria, Ministro das Comunicações, pelas mesmas razões, também para discutir as condições do leilão de 5G.

Finalmente, o Requerimento nº 16, que propunha audiência na presença do Exmo. Sr. Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), nós acabamos aqui por acordo, inclusive conversando com o senhor, transformando numa audiência mais aberta, com a presença do próprio representante do GSI, da empresa Nokia, da empresa Ericsson, da empresa Huawei e especialista em cibersegurança.

Então, se transformaria, portanto, esse requerimento, que eu faço aqui de forma oral, em um requerimento para mais uma audiência coletiva, não apenas de um indivíduo. Já que o Ministro não consegue vir e mandaria representante, nós achamos que, diante disso, inseriremos o representante do GSI, junto com outros convidados, para discutir o tema específico da cibersegurança e segurança nacional frente à realidade do 5G.

Justificativa: a mesma dos itens anteriores.

Portanto, submeto esses três requerimentos que compõem o conjunto, além da audiência que já realizamos aqui nesta Comissão, de quatro audiências públicas para discutir o 5G no Brasil.

Há um requerimento também de informação que está no mesmo pacote.

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Fábio Faria, informações relativas a atos do Poder Executivo que tratam da política pública para a implantação das redes móveis de quinta geração (5G) no Brasil.

Requisita-se:

1. a exposição de motivos que fundamentou a edição dos seguintes atos normativos: (i) Portaria nº 1.924, de 29 de janeiro de 2021, que estabelece diretrizes para os certames licitatórios das faixas de radiofrequências de 700MHz, 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz e define critérios para a proteção dos usuários que recebem sinais de TV aberta e gratuita por meio de antenas parabólicas na Banda C satelital, adjacente à faixa de 3,5 GHz; (ii) Decreto nº 10.799, de 17 de setembro de 2021, que altera o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas de telecomunicações; e (iii) Decreto nº 10.800, de 17 de setembro de 2021, que institui o Programa Amazônia Integrada Sustentável e o seu Comitê Gestor;

2. o parecer jurídico de cada ato normativo;

3. o parecer de mérito de cada ato normativo;

4. os pareceres e as manifestações a que os documentos anteriores fizerem remissão;

5. o detalhamento das metodologias de cálculo do valor do espectro de radiofrequências e de valoração dos compromissos associados à exploração das radiofrequências referidas na Portaria nº 1.924;

6. notas técnicas, estudos, análises, relatórios, pareceres, avaliações de impacto regulatório e quaisquer outros documentos que avaliem o uso de metodologias citadas no item 5, em termos de eficácia, eficiência e efetividade, em relação a licitações anteriores em que elas tenham sido aplicadas.

A justificativa é que o Decreto nº 9.191, de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado, incumbe a essas autoridades a proposição das normas relacionadas às áreas de competência dos órgãos sob seu comando (art. 22).

Nesse sentido, o encaminhamento das propostas de atos normativos à Casa Civil e à Secretaria-Geral da Presidência da República por Ministros de Estado deve ser realizado por meio de exposição de motivos do titular da pasta (art. 26), contendo justificativa e fundamentação claras e objetivas, com a síntese do problema que a norma visa solucionar e com a identificação daqueles por ela atingidos (art. 27).

A referida exposição de motivos deve ainda estar acompanhada de outros documentos necessários à sua análise, quais sejam a proposta do próprio ato normativo, o parecer jurídico, o parecer de mérito e os pareceres e manifestações a que fazem remissão (art. 30).

Por oportuno, portanto, convém mencionar que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deste Senado Federal selecionou como política pública a ser avaliada nesta sessão legislativa a implantação das redes móveis de quinta geração (5G) no Brasil. Nesse sentido, entendemos que o acesso aos documentos requeridos, que tratam da formulação dessa política no âmbito do Poder Executivo, é fundamental para que esta CCT possa cumprir sua função.

Este Requerimento 18, Presidente, completa o processo. Temos as quatro audiências públicas – os requerimentos das próximas aqui, especificamente com suas datas – e esse aqui é o pedido informação que constrói, digamos assim, o dossiê técnico de respaldo de tudo que está sendo preconizado e realizado em termos de 5G nesse momento do leilão do edital.

E aí o requerimento extraordinário. Esse não tem a ver necessariamente com o 5G e, sim, com o requerimento de sua autoria em relação à audiência sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Quero apenas aduzir a proposta de audiência também dos seguintes convidados: um representante da SBPC; um representante da Andifes; um representante da Anprotec e um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então deixo aqui para consideração o Requerimento Extrapauta que já está aqui com o nº 23.

São esses os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente. Desculpe a leitura rápida aí, mas eu quis poupar tempo. Fica registrado todo o processo aqui, de forma clara e transparente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Senador Jean Paul, V. Exa., de maneira muito eficiente, aqui fez a leitura dos itens 1, 2, 3, 5, referentes aos Requerimentos 14, 15, 16 e 18 – aqui eu faço menção para que quem está nos acompanhando, inclusive virtualmente, possa se manifestar também – e apresentou um requerimento, que é o item 10, extrapauta, esse requerimento de V. Exa.

Eu vou fazer a leitura do item 8 agora para que a gente possa votar em bloco todos esses itens, tendo em vista que os quatro primeiros itens são relacionados ao plano de trabalho da política pública aprovada por esta Comissão de focar as nossas energias em contribuir para a chegada da tecnologia 5G ao nosso País e o item 10 se refere também ao item 8, que eu passo à leitura. É um requerimento de minha autoria.

1ª PARTE
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 21, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as modificações realizadas no PLN nº 16/2021, que abria crédito suplementar para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, ocorridas a partir do ofício enviado pelo Ministério da Economia.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Então, é uma preocupação nacional e esta Casa aqui tem total competência e legitimidade para tratar. Sendo assim, somo o item 8 da pauta aos que foram lidos pelo Senador Jean Paul Prates e encaminho para votação.

Alguém quer discutir algum desses itens? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agora a Secretaria da Comissão irá tomar as providências cabíveis.

Faço aqui o chamamento do Senador Vanderlan Cardoso – já percebo que está com o vídeo aberto – para a leitura do item 4.

Então, Senador Vanderlan, V. Exa. está com a palavra para fazer a leitura do item 4, um requerimento de V. Exa.

1ª PARTE
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 17, DE 2021
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios e oportunidades da indústria 4.0 e a chegada do 5G no Brasil, no âmbito da avaliação da política pública relativa à quinta geração de redes móveis (5G) no Brasil.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. É uma honra estar aí na nossa Comissão, na CCT. Cumprimento as Senadoras e os Senadores presentes. Estava aqui acompanhando o requerimento do Senador Jean Paul Prates.

Sr. Presidente, este requerimento, na verdade, é para a realização de audiência pública com o objetivo de debater os desafios e oportunidades da indústria 4.0 e a chegada do 5G ao Brasil.

Considerando que, em 2021, a CCT está dedicada a avaliar a política pública voltada para redes móveis de quinta geração (5G), cujo Relator é o nobre Senador Jean Paul Prates, submeto o tema para apreciação dos eminentes Senadores para aprofundarmos esse debate.

Proponho para a audiência a presença, Sr. Presidente, dos seguintes convidados: representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); o Sr. Leonardo Euler de Morais, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e o senhor... No requerimento, Sr. Presidente, está o nome do Sr. Augusto de Souza Ferreira. Eu só queria solicitar a atualização do nome do Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) – o nome aí ficou errado –, que atualmente é o Sr. Igor Nogueira Calvet. Então, peço aí essa substituição.

Sr. Presidente, a indústria 4.0 é considerada a quarta revolução industrial por gerar novas oportunidades, estratégias e modelos de negócios inovadores e disruptivos. Tem por alicerce a automação informatizada e uma visão de negócios voltada à transformação da economia digital. Assenta-se na integração de tecnologias de informação e comunicação que permitem alcançar novos patamares de produtividade, qualidade, flexibilidade e gerenciamento. A revolução industrial 4.0 refere-se ainda à agregação de tecnologias como inteligência artificial, internet das coisas, *big data*, computação em nuvem e segurança da informação. Com a chegada da tecnologia 5G ao Brasil a partir de 2022, esse processo será dinamizado e trará grandes oportunidades para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação desse requerimento.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Vanderlan, o nosso colega Senador Jean Paul Prates bem recordou que dois dos convidados sugeridos por V. Exa. já participaram aqui de uma audiência pública com esse mesmo teor recentemente. Eu vou passar a ele a palavra justamente para que ele possa dizer quem são, para saber se também V. Exa. se sente contemplado.

Então, com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Senador Vanderlan, com grande prazer, quero dizer que apoio integralmente a sua preocupação, sobretudo em relação ao 4G e ao 3G.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo dizer aqui – inclusive, na primeira audiência, deixei isto claro e fiz várias interrogações aos participantes – sobre a questão de nós atingirmos aí um ponto em que teremos pessoas abastadas em Campos do Jordão andando num carro sem motorista, enquanto há lugares de Brasília – de Brasília, inclusive alguns lugares pelos quais a gente passa todos os dias – onde nem o 3G pega, que dirá o interior do Brasil e os cantões aí que ainda não são atingidos pela universalização de serviço de telefonia móvel. Portanto, esse assunto está mais do que na pauta e a internet das coisas também.

Aí eu queria propor, em função de o calendário já ter sido aprovado com quatro audiências, que a gente... Aconteceram duas coisas. Primeiro, o MCTI esteve aqui representado – e até bem muito bem representado pelo Rubens Caetano, que falou bastante conosco sobre isso, com transmissão para todo o Brasil, enfim –, e a Anatel também esteve – o Sr. Nilo Pasquali esteve aqui também. Eles estão à disposição do nosso trabalho, inclusive, de relatoria da análise dessa política. A CNI e a ABDI, que são as outras duas sugestões, não estavam na primeira audiência. Portanto, nesta próxima audiência que nós nos propomos a fazer sobre cibersegurança, a gente pode não só incluir o tema de internet das coisas e da universalização do 4G e 3G, mas também trazer o representante da CNI e o representante da ABDI, que, por coincidência, inclusive, está aqui hoje para audiência que nós vamos ter sobre eletromobilidade, o mesmo Sr. Igor Nogueira. Portanto, se ele não se incomodar de fazer a viagem mais uma vez, ele será muito bem-vindo conosco para discutir também o 5G.

Eu espero que isso o atenda. E, portanto, eu aduziria àquele nosso requerimento em relação àquela audiência que seria apenas com o Ministro Augusto Heleno, que agora foi transformada numa audiência coletiva, o representante da CNI e o representante da ABDI para contemplar a sua justíssima e pertinente reivindicação.

O.k., Presidente? O.k., Senador Vanderlan?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu passo a palavra ao Senador Vanderlan. Acredito que o Senador Jean Paul Prates está buscando aqui eficiência, até mesmo porque esse material está disponível – se fosse em outras épocas em que não seria possível resgatar esse momento, poderia trazer algum tipo de prejuízo –, mas, se V. Exa. não se sente contemplado, também é importante saber. Passo a palavra ao Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu me sinto contemplado, até mesmo porque o Senador Jean Paul está conduzindo esse trabalho muito bem.

Essas audiências públicas, Presidente Rodrigo, Senador Jean, são muito importantes, com as discussões, para aprofundar. É até o momento agora de estar falando em 5G, já vem o leilão, e na internet das coisas. Já estamos debatendo isso aí desde 2019. Tivemos grandes avanços aí, inclusive com a aprovação do PLC 79 nesta Comissão – e V. Exa. também participou, Jean Paul participou. Ontem, nós tivemos uma audiência pública na CAE debatendo as privatizações dos Correios, um debate muito bom. Até disse ontem que, em cerca de 70% do projeto da privatização dos Correios, através da audiência pública, ontem se esclareceu muita coisa. E nós Senadores e Senadoras temos a oportunidade de, através dessas audiências públicas, entender melhor essas matérias, esses projetos importantes e que mexem, como esse daí – 5G, indústria 4.0, internet das coisas e tudo mais –, com a vida do cidadão brasileiro, das mais altas empresas até daquela empresa menor, do homem do campo, de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sinto-me contemplado, sim, Senador Jean Paul, com a inclusão do representante da CNI e do... Estou sem o outro nome aqui, mas me sinto contemplado, sim, com a sua observação para nós fazermos essa audiência pública incluindo esses dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço, Senador Vanderlan.

Passaremos agora à votação simbólica.

Para encaminhar a votação, há algum Senador que queira fazer algum encaminhamento? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, passo à votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão irá tomar as providências cabíveis.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, rapidamente, é apenas para resumir aqui como ficou o quadro, então – para quem está nos assistindo em casa também –, sobre a questão do 5G.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeitamente, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senador Vanderlan e todos que estão nos assistindo, com o respaldo aqui do Presidente Rodrigo, nós teremos a metodologia das discussões da seguinte forma.

Teremos o Ministro sendo ouvido na data que está sendo acertada aqui. Já tivemos uma audiência pública, que eu chamaria de quadro institucional e regulatório, com representantes do Governo, ministério, agência reguladora, etc. Teremos ainda duas outras audiências, a que eu chamaria de quadro técnico/tecnológico; portanto, trata-se de entender a tecnologia em si, suas complexidades, seus desafios e suas vantagens, como a tecnologia em si, implantação, tudo isso. Por fim, essa que nós acabamos de criar aqui, em cima da audiência que seria do GSI, que eu chamarei de quadro de aplicações e usuários, Presidente, que seriam os usuários do 5G, a preocupação em relação a eles, e, aí sim, entrariam a internet das coisas, a questão do 4G, a universalidade e a cibersegurança.

Ficou até bastante bem consolidado o processo. E, com isso, nós teremos condição de fazer um relatório bastante completo, mesmo *a posteriori* em relação ao leilão, já que o leilão vai acontecer agora, no dia 4 de novembro – eu até acharia apropriado que ele ocorresse afastado do feriado, porque é uma questão bem importante, mas, enfim, já está posto assim. Vamos analisá-lo. E o nosso relatório sairá depois disso, mas terá habilidade e condição de verificar, de fato, os desafios, os eventuais defeitos e, principalmente, as virtudes, espero, desse processo.

Lembro a todos que o nosso ânimo aqui, tanto do Presidente, como o meu, como Relator, e de toda esta Comissão, não é absolutamente acossar ninguém, nem incomodar o Governo nem procurar defeito onde não existe, mas simplesmente assegurar, de fato, que esse processo não tenha problemas e não cause problemas no futuro. E há desafios muito importantes que as primeiras audiências revelaram em relação à inserção, à capilaridade, à acessibilidade dos usuários a essa nova tecnologia, à sua extensão ou, eventualmente, ao descuidado com as outras faixas, 4G e 3G, preocupação que o próprio Senador Vanderlan colocou, aos desafios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

regulatórios, à questão das penalidades – como é que se penaliza uma operadora que não cumpra os seus compromissos, não se penaliza mais o usuário do que a própria operadora se se fosse desligar ou desconectar, por exemplo? Então, há vários senões e várias coisas que a gente precisa iluminar, e esse é justamente o espírito desse trabalho.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Estamos caminhando para isso, Senador Jean Paul. Parabéns pela condução!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Para dar celeridade a esta primeira parte – até agradeço aos convidados que já estão aqui para participar da audiência pública –, temos aqui quatro itens... Inclusive, o item 8 já foi lido e aprovado, mas, dos itens 6, 7 e 9, que são de minha autoria e se referem aos Requerimentos 19, 20, 21 e 22, passarei à leitura, em bloco, para a análise dos senhores.

1ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 19, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2021-CCT, destinada a debater o uso de veículos elétricos ultracompactos no meio urbano.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

O item é sobre esta audiência que nós vamos realizar em seguida. Então, foram acrescentados – e já estão aqui presentes – alguns convidados. Não tinha sido lido este requerimento.

1ª PARTE
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 20, DE 2021
- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 9/2021-CCT, destinada a debater as soluções tecnológicas para atender as demandas do setor do agronegócio.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Também é um assunto que tem que estar diretamente relacionado com esta Comissão, porque a tecnologia hoje faz parte do crescimento do nosso agronegócio.

1ª PARTE
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 22, DE 2021
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 6/2021-CCT, destinada a debater o uso de veículos elétricos ultracompactos no meio urbano.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Também faltou a leitura deste requerimento na reunião anterior, e, por isso, passamos essa formalidade.

Sendo assim, coloco para votação simbólica.

Para encaminhar a votação... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, passo à votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agora a Secretaria da Comissão irá tomar as providências cabíveis.

Dessa forma, encerramos a primeira parte da reunião de hoje.

Passamos agora para a segunda parte, uma parte da qual eu tenho certeza de que iremos ter desdobramentos, pois é um assunto de interesse não só nacional, mas poderia dizer também mundial: um requerimento foi aprovado por esta Comissão para realizar audiência pública com o objetivo de debater o uso de veículos elétricos.

Aqui nós conseguimos separar bem os veículos elétricos mais comuns hoje, cada vez mais conhecidos da população, das grandes montadoras, mas focando especificamente em outros tipos de veículos elétricos, aqueles ultracompactos, que têm um potencial gigantesco no nosso País, que o mundo inteiro já aprovou, de que já está fazendo uso, seja para fins comerciais, seja para fins pessoais, e que conseguem reduzir custos.

Sinceramente, Senador Jean Paul, eu sei que o preço da gasolina está altíssimo – isso tem, sim, que ser debatido, sem dúvida nenhuma, temos que buscar fórmulas, não fórmulas mágicas, mas fórmulas baseadas em resultados de longo prazo e de maneira imediata, com certeza também, e baixar impostos estaduais é um dos caminhos –, mas, se o Brasil inteiro, os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo ficarem olhando apenas para o momento atual, esquecemos de olhar para o futuro. E a discussão e nossas energias têm que ter este direcionamento que é o futuro. E o futuro não é mais o combustível como nós conhecemos, não é mais a gasolina, não é mais o álcool, não é mais o diesel; o combustível são os veículos elétricos.

Então, nós temos ainda uma defasagem enorme em relação a outros países no que se refere à utilização pessoal e à utilização em massa, digamos assim, de veículos elétricos. Vários e vários países já delimitaram algumas áreas em que veículos à combustão não passam, em que só passam veículos elétricos. Outros já proíbem a fabricação de veículos que não sejam elétricos. Outras montadoras já estão fabricando apenas veículos elétricos. E nós, aqui no Brasil, temos muito ainda em que avançar, não só com o viés da sustentabilidade, mas também com esse viés, que é importantíssimo não só para as gerações atuais, mas também para as próximas gerações, e também com o viés econômico. Hoje, ainda pode parecer uma tecnologia cara. E é por isso que nós estamos aqui.

Ao falar sobre veículos elétricos ultracompactos, eu percebo que o País hoje tem condições de ter várias *startups*, várias empresas, várias pessoas direcionadas a destinarem suas energias e suas economias a projetos que possam viabilizar uma gama muito maior de veículos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ultracompactos, mas a nossa legislação, seja ela tributária, seja ela de trânsito, inibe ou coloca obstáculos, e se torna inviável o estímulo a esse tipo de veículo. Então, nós estamos aqui buscando uma segurança jurídica, que não se dá de um dia para outro, para identificar onde estão os gargalos que são capazes de inibir esse avanço, de maneira galopante, no nosso País, dos veículos elétricos ultracompactos. Essa é a função também desta Comissão.

Por isso, encontram-se presentes no plenário o Sr. Adalberto Maluf, que é Presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE); o Sr. Marcus Tulius Barros Florentino, que é Professor do Instituto Federal de Alagoas (Ifal); o Sr. Igor Calvet, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); o Sr. Rodrigo José de Almeida Vieira Dias, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei).

Participam também pelo sistema de videoconferência os seguintes expositores: José Antônio Silvério, Coordenador-Geral de Ambientes Inovadores e Startups do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; e Daniel Mariz Tavares, Diretor do Departamento de Segurança no Trânsito, da Secretaria Nacional de Trânsito.

Então, esses senhores estão presentes.

Eu gostaria aqui de convidar, inicialmente, o Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, o Sr. Igor Calvet, para se fazer presente aqui à mesa – vou chamar um a um, até por conta do distanciamento –, para que possa fazer uso da palavra por 15 minutos.

Eu tive o prazer de visitar a ABDI na semana passada e fui muito bem recebido. O Brasil inteiro já conta com o trabalho da ABDI espalhado, mas que tem, com certeza, um potencial gigantesco de melhorar o nosso ecossistema produtivo na área tecnológica e de encontrar soluções para mudar a vida das pessoas, seja com as cidades inteligentes, seja com os projetos inovadores, seja com as caixas de areia, seja com os formatos de inovação, que vão fazer bem não só para o bolso, mas também para a qualidade de vida dos cidadãos.

Então, dessa forma, concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Igor, Presidente da ABDI.

O SR. IGOR NOGUEIRA CALVET (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria saudar, cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Rodrigo Cunha, e agradecer pelas palavras.

Queria também saudar os outros Senadores aqui presentes, na pessoa do Senador Jean Paul Prates, e também, remotamente, o Senador Vanderlan, de Goiás.

Bem, para mim é uma satisfação estar aqui nesta Comissão numa discussão sobre veículos elétricos compactos e ultracompactos, e há alguns pontos que vou levantar.

Primeiro, quero dizer que a ABDI tem trabalhado com o assunto mobilidade, mobilidade elétrica, sobretudo, e urbana, embora eu pessoalmente não seja um especialista no assunto veículos, muito menos veículos elétricos. Então, o que eu vou trazer, Senador, se o senhor assim me permitir, são alguns comentários, eu diria, que não são tão profundos, mas comentários necessários para o aprimoramento de uma discussão que se faz necessária no País.

A primeira informação importante, eu acho, para todos que nos assistem é de que nós vivemos – isso pode parecer trivial, mas é algo que precisa ser dito – uma transição bastante forte na mobilidade urbana em todo o mundo. E essa transição de mobilidade guarda, do ponto de vista das tendências tecnológicas, algumas características e três vetores de desenvolvimento principais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro é que esse mercado, o mercado de mobilidade, do meu ponto de vista, se guia por uma tendência tecnológica de novas formas de propulsão. Nós vimos de uma tradição, pelo menos desde o início do século XX, de combustão – a forma de motorização de propulsão é a combustão –, e agora a gente faz uma transição para a eletrificação; em alguns casos, fala-se sobre hibridização também ou mesmo sobre células de combustível. Essa é uma tendência tecnológica. E quero registrar, inclusive, que, do meu ponto de vista, olhando, Senador, o mercado mundial, ainda não vejo como um caminho sem volta nenhuma dessas tecnologias. Há empresas, há países investindo, seja em eletrificação, cujo caso hoje mais notório... No caso da eletrificação, o mundo inteiro segue, mas a China está seguindo muito fortemente o caminho da eletrificação. Um outro caminho, que é o das células – de hidrogênio sobretudo – de combustível, há também outras empresas seguindo. E o Brasil, com tecnologia híbrida também, vem usando etanol, que não é um combustível, é uma fonte de energia, mas tem também sido utilizado.

Uma outra tendência nesse mercado, Senador, Senadores e todos que nos assistem, é a tendência de despersonalização e de não aquisição ou de não patrimônio dos veículos. Isso também é algo que afeta esse mercado. Hoje há fenômenos, como a economia digital, em que as pessoas tendem a não querer mais ter os seus próprios veículos, e isso causa economias de compartilhamento. Essa é também uma outra tendência que nós vemos nesse mercado mundial.

E esse mercado se guia também por uma terceira tecnologia, que é a tecnologia dos veículos autônomos. Então, há muito investimento também em questão de autonomia, que é muita tecnologia embarcada, e os veículos passam – eu, você, todos que nos assistem – a não mais ser conduzidos por nós mesmos, mas por inteligência artificial e coisas do gênero.

Esses três ramos tecnológicos, essas três tendências, seja em novas formas de propulsão, seja em compartilhamento ou não de veículos – o que tem a ver com a aquisição, com o patrimônio –, seja na autonomia, gerem, do meu ponto de vista, a nova fronteira do que vai ser a mobilidade.

Por que eu digo isso? Porque, quando nós falamos sobre autonomia veicular, Senador Rodrigo Cunha, Senador Jean Paul Prates, nós estamos falando de uma mudança também no cenário urbano, porque, se o veículo passa a não ser mais um veículo conduzido por pessoas... Você vê que, ao longo do processo de construção das cidades, isso foi um fator importante, porque nós tínhamos veículos individuais, que são a segunda tendência que falei tecnológica, guiados por pessoas, aos quais se destinavam, por exemplo, aquela questão dos *real estates*, o mercado imobiliário foi alterado, você precisava de grandes estacionamentos. Se a tendência tecnológica perseguir dessa forma – veículos sendo compartilhados, mas eu queria dizer assim, não adquiridos por pessoas, mas ali focados em produtividade –, nós teremos, por exemplo, no espaço urbano, uma alteração: não precisaremos mais daqueles grandes estacionamentos. Isso é um fato importante. Por isso que eu digo que cada uma dessas três grandes tendências tecnológicas afetam o ambiente urbano.

Nós podemos falar, por exemplo, de um mercado que poucos pensam: o mercado de seguros começa a ser afetado grandemente pela autonomia veicular, porque hoje é segurado o condutor do veículo. Quando começar a ser, por exemplo, uma inteligência artificial, como é que o mercado de seguros se comportará?

E hoje nós estamos aqui especificamente para comentar sobre os veículos elétricos, mas não só os veículos elétricos leves, os ultracompactos, que também são decorrência desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

processo tecnológico e que eu, do meu ponto de vista, entendo, como ABDI, que não pode ser dissociado também do grande mercado de veículos elétricos no País.

Temos aqui outros representantes, especialistas, aí sim, em veículos elétricos e, sim, compactos, mas o que nós temos hoje no Brasil especificamente é a não manifestação de um mercado muito pujante em relação a outros lugares do mundo. Se nós pensarmos que apenas 1,4%, Senadores, da participação nas vendas, em 2021, foi de veículos elétricos, nós temos que ainda há um mercado enormemente grande a ser atingido. Eu estou falando aqui especificamente de veículos elétricos e não dos ultracompactos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IGOR NOGUEIRA CALVET – No Brasil, 1,4 apenas.

Esse mercado, embora ainda em franca expansão... Então você tem, pelo menos... Eu acho que o pessoal da Abravei e o próprio Adalberto aqui podem nos dizer isso, esse mercado cresce a dois dígitos pelo menos nos últimos anos. Ainda assim, nós temos um mercado ainda muito incipiente em relação ao total.

Alguns anos atrás, eu tive a oportunidade, Senador Jean Paul Prates, de ir à China e, em conversas com representantes do Governo chinês, eles me informavam que a China produziria, em 2020 ou 2021, algo em torno de 3 milhões de veículos elétricos naquele país, o que significa dizer que é mais do que a capacidade total de produção de veículos à combustão no Brasil, anual – fora os de combustíveis, os movidos à propulsão fóssil; só de elétricos, eles produziriam o que o Brasil produz em veículos totais. Isso significa dizer que o mercado, por assim dizer, do ponto de vista da oferta, crescerá no mundo de forma muito exponencial. E o Brasil ainda tem um caminho muito grande especificamente em veículos elétricos. E aí eu queria fazer essa disposição.

Mas por que eu falo de veículos elétricos leves nesse caso e não dos ultracompactos? Porque se o mercado de elétricos leves ainda está com essa dificuldade de inserção... E aí há várias questões que nós podemos pensar em como fazer.

A primeira questão que eu acho importante, que eu trago como ABDI, é que nós precisamos, tanto para os leves quanto para os ultracompactos, viabilizar acesso – primeiro ponto. Segundo ponto: viabilizar a possibilidade de produção também nacional e integrar o Brasil a essas cadeias globais de produção também ou de partes ou de veículos elétricos inteiros no País.

E o que nós temos são várias e várias questões importantes de serem registradas aqui, questões tributárias – e eu falo isso como Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – de IPI ou de II. No caso, por exemplo, dos ultracompactos, que seguem muito a legislação das bicicletas elétricas no Brasil hoje, nós temos impostos de importação e IPI que beiram mais... Se não me engano, estão no teto: 35%, Senadores. E há uma discussão obviamente de redução desses impostos, sobretudo do IPI, uma discussão que não avança no País há muito tempo.

Eu falo de redução de impostos no sentido de ter que haver um ponto ótimo, Senador, que diga respeito a esses meus dois vetores que são importantes: viabilizar acesso, por um lado, e viabilizar produção, para que um não mate o outro, no seguinte sentido: eu não posso viabilizar acesso sem permitir, por exemplo, que haja uma produção nacional ou de partes ou do todo. Eu não posso permitir que haja produção nacional sem que haja acesso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse equilíbrio, essas duas verticais, essas vertentes são muito importantes hoje no País. Por quê? Especificamente porque nós temos o primeiro dado que eu dei, de 1,4% apenas de veículos elétricos, que estão associados... Veja também a questão dos veículos ultracompactos – e esse número pode ser ainda muito pior se eu falar só dos ultracompactos, porque a legislação não é a mesma dos veículos leves. E nós temos uma dimensão mundial de crescimento dessa demanda. E o Brasil não está acompanhando essa demanda.

O ponto importante, Senador, é que nós precisamos atuar ao mesmo tempo, a um só tempo, na equalização tanto da garantia de acesso quanto da garantia de produção nacional.

Importante o que o senhor mesmo mencionou: há *startups* brasileiras, há empresas brasileiras que procuram e já têm... Posso falar aqui de bicicletas elétricas, posso falar de quadriciclos, podemos falar ainda de *buggys,* que também é uma outra discussão. Nós temos aqui uma dimensão de já haver uma possibilidade de produção nacional e, salvo melhor juízo – posso também estar enganado aqui –, inclusive na Zona Franca de Manaus, há empresas investindo nessa produção aqui no Brasil.

E, para concluir, Senadores aqui presentes, Senador Vanderlan – eu não sei se ainda está virtualmente –, é importante destacar que para que isso aconteça, para que haja essa equalização entre, por um lado, a viabilização de acesso e a viabilização de produção por outro, eu queria mencionar apenas algum exemplo, Senador Jean Paul Prates, do que a ABDI tem feito para viabilizar esse tipo de iniciativa.

O Senador Rodrigo esteve conosco na ABDI e viu, por exemplo, que nós estamos promovendo, através de pontos de recarga para veículos elétricos no Brasil... Aqui, só em Brasília, há mais de 35 pontos públicos, através de um projeto chamado VEM DF. Nesse aspecto específico dessas duas tendências tecnológicas a que eu fiz referência, há duas pelo menos, que é o compartilhamento de veículos e o compartilhamento de veículos à nova propulsão que é elétrica.

Nós estamos aqui, numa parceria com o Governo do Distrito Federal, com 16 veículos elétricos e 35 pontos de recarga pública. Talvez seja a maior infraestrutura pública brasileira, em termos de cidades, que nós temos no País.

Por que isso é importante, Senadores que nos ouvem e que debatem este tema conosco? Porque é preciso, Senador, que nós tenhamos exatamente qual é o modelo de negócio, quais são os principais marcadores importantes para que esse mercado evolua. Caso contrário, se nós não fizermos esses pilotos, nós não saberemos, nem aqui nesta Casa, nem em debates fora, como e em que condições esses mercados, seja de leves, seja de ultracompactos, devem ser inseridos no Brasil.

Um dado importante que eu poderia trazer deste projeto aqui – que já teve, no jargão da inovação, um *spin-off*, quer dizer, uma filial, no Paraná também – é que, a cada veículo elétrico compartilhado que nós colocamos aqui, Senador Jean Paul Prates, oito veículos à combustão saíram das ruas. O que significa isso? Para o poder público, significa um custo de manutenção menor; significa também para o poder público a possibilidade de diminuir a sua frota. No longo prazo, significa que... Aqui, por exemplo, nós tivemos 2,4 mil litros de combustível economizados em um ano e cinco meses de projeto, sem contar o aspecto ambiental, pois nós conseguimos evitar 8,4 toneladas de CO_2 na atmosfera.

Por que eu trago esses dados? Porque, da mesma maneira que nós temos os dados para veículos elétricos leves e que podem subsidiar esta Casa, subsidiar o Governo Federal na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

proposição de políticas públicas, tanto do ponto de vista produtivo quanto do ponto de vista urbano, nós poderemos fazer também modelagens pilotos para veículos leves e ultracompactos também, mostrando a viabilidade, tanto do ponto de vista produtivo, que é a maneira vertical de viabilizar a produção, quanto também do ponto de vista ambiental e também do ponto de vista urbano para o País.

Com esta pequena introdução, eu espero ter contribuído, Senador, ainda dentro do meu tempo aqui – estou com 14 minutos e 20 segundos –, para o debate aqui, nesta Comissão, esperando ainda aproveitar o debate e aprender um pouco mais com todos os que nos acompanham, que debaterão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Igor, sua participação aqui é essencial. Eu confesso que não sou um especialista no assunto, mas eu quero me tornar um, porque a gente sente a potencialidade quando se fala dos veículos elétricos – e vou me restringir – ultracompactos.

Eu já dirigi, há um ano, há dois anos, um que foi fabricado no meu Estado, em Alagoas, pela Tuka Motors. Inclusive, eu conheci o Sr. Antônio e depois visitei a oficina, a fábrica que ele tem, de maneira ainda quase artesanal, fazendo as fibras e colocando lá o motor.

Conversando com ele, eu comecei a refletir. Primeiro, na minha cidade, Arapiraca, existe um hospital que é a Unidade de Emergência do Agreste. Arapiraca é uma cidade de cerca de 220 mil habitantes, mas é uma cidade que é polo na região. E 91% dos acidentes, com as pessoas feridas que foram atendidas no ano de 2020, tiveram como origem as motos. Então, a moto é um veículo barato, é um veículo acessível, e, com o veículo ultracompacto, eu imagino, a gente vai chegar a esse nível. Então, eu observo a segurança que ele pode dar, por exemplo, para uma senhora que hoje pega um mototáxi para se locomover, para o próprio mototaxista. Se a gente fala da obrigatoriedade de ser ter um capacete, então, imagine você protegido com o casco, o controle que se pode ter da velocidade. Então, é muito possível que esse seja o novo caminho.

E aí a gente já entra na questão do combustível, no caso, a gasolina, o álcool. A tendência é a gente buscar meios alternativos, e esse é um meio alternativo.

Comecei a conversar com as pessoas – eu ainda não falo nem em estudar, mas em conversar com as pessoas –, e faço a seguinte reflexão. Disseram-me que, para se ter a fabricação do veículo ultracompacto aqui no Brasil, é necessário que ele tenha *airbag* e freios ABS. Aí eu imagino: por quê? A velocidade em que ele anda hoje é uma velocidade para a qual os estudos demonstram que é necessário ter esse tipo de equipamento? Não estou dizendo que sou contra, eu preciso ter essas informações – e, no dia de hoje, também vou tentar fomentar isso e aqui quero jogar a pergunta para todos que tenham esse conhecimento para que respondam quando puderem se manifestar. Se sim, se se diz que, realmente, para se colocar um veículo ultracompacto para circular, tem que ter *airbag*, tem que ter ABS, lembro que o bugre que é vendido hoje tem uma velocidade muito maior, um peso muito maior e não necessita ter *airbags* – pelo menos, até onde eu sei, até onde eu tenho informação. E se disse que, para o veículo, poderiam fazer uma legislação para que fique restrito a andar nas vias públicas municipais, para que não passe de uma cidade para outra. Isto pode ser uma solução: tentar criar um mecanismo para que não vá para as grandes rodovias a fim de que, pelo peso e pela velocidade que ele alcança, não se coloquem em risco – isso nos ultracompactos que alcançam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

até uma determinada velocidade – outros automóveis, com chance de haver acidente. Então, todos esses estudos serão feitos. Acredito que os senhores, que são da área, têm esses dados. E aqui fica já essa solicitação a quem puder nos municiar de informações, para que a gente possa avançar.

V. Exa., Igor, disse aqui que cerca de 35% do valor de um automóvel são referentes ao IPI, 35% do valor de um veículo são referentes ao imposto, ao IPI. Então, é saber: por que isso? É possível mexer nisso? Vamos buscar agora uma reforma tributária. Será que não seria a hora de estimular a fabricação interna?

A segurança jurídica que nós buscamos. Eu estou aqui em Brasília há dois anos e meio. Quando cheguei aqui, em todos os locais, a gente encontrava bicicleta e patinete elétrico, era uma febre. A criançada gostava, os jovens gostavam. As pessoas já estavam tentando até, como se fazia em São Paulo também, se locomover para o trabalho usando esses veículos, mas a insegurança jurídica fez com que as empresas recuassem. E a gente não está falando aqui nem de segurança pública; eu estou falando de segurança jurídica.

Por que isso acontece? Será que seremos irresponsáveis fazendo isso com quem investir nos ultracompactos? O que fazer para que isso não aconteça? Como antecipar esse debate? Quem são as pessoas que poderiam falar sobre esse assunto? É em busca delas que esta Comissão aqui está se debruçando.

A ABDI tem o seu próprio veículo, já tive oportunidade também de conhecê-lo. Inclusive, ele já está na exposição aqui – nós iremos demonstrar depois na TV Senado.

Dessa forma, vamos conseguir caminhar. Então, quem puder dar essas informações, principalmente relacionadas aos quadriciclos, porque acho que hoje a regra é a do quadriciclos, se não me engano...

O SR. IGOR NOGUEIRA CALVET – É.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Mas o quadriciclo – eu não o imagino com guidom – não tem a necessidade de *airbag*.

O SR. IGOR NOGUEIRA CALVET – E ele tem limitação também de espaço urbano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Espaço urbano exatamente.

Será que não é possível avançar nesse ponto? A quem puder, durante a manhã, falar sobre esses tópicos, eu agradecerei bastante.

Passo a palavra a V. Exa., se quiser pontuar alguma coisa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Antes, o Senador Jean Paul também quer contribuir, para a gente finalizar e passar para o próximo convidado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – É só para agregar.

Eu tenho certeza de que o Adalberto, quando chegar também, e o Igor vão nos ilustrar sobre esse assunto, especificamente, que é muito pertinente, mas vai com ele também a questão da autorização do condutor. Havia esse tipo de autorização mais simples do que a própria Carteira Nacional de Habilitação e que era mais acessível para pessoas do interior, para pessoas que estão trabalhando, inclusive, em veículos à combustão – não era necessariamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eletromobilidade. Isso ajudaria muito a mobilidade também, porque não há só a questão do equipamento, há também a questão da habilitação para dirigir, de se dar acessibilidade a essa licença, à licença de conduzir. Então, também existia essa ACC, e ela passou a ter um custo tão grande quanto o da CNH. Então, se as pessoas vão fazer uma, já fazem logo a completa. Esse é um debate sobre o qual, no mandato, a gente tem se debruçado também, para tentar voltar a haver uma autorização de condutor que seja mais acessível, mais simplificada, claro, com limitações também, mas que poderia ajudar também ao usuário dessa tecnologia e, certamente, na implementação da eletromobilidade também.

Era só para aduzir esse aspecto, além dessa questão dos leves e dos ultracompactos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito.

Sendo assim, eu gostaria de fazer um novo convite – agradecendo novamente, Igor, a sua participação – ao Sr. José Antônio Silvério, Coordenador-Geral de Ambientes Inovadores e Startups do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Por favor, pode fazer-se presente. (*Pausa.*)

Ele não está presente fisicamente, mas virtualmente. Então, solicito que seja aberto o sinal para o Sr. José Antônio.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

É com muita satisfação que represento o Ministério da Ciência e Tecnologia nesta audiência pública.

Inicialmente, eu cumprimento o Senador Rodrigo Cunha, na pessoa de quem estendo esse cumprimento aos demais representantes do Poder Legislativo, e também cumprimento os meus colegas que irão se manifestar nesta audiência.

Senhores, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações tem como premissa básica três linhas de atuação. A primeira é produzir conhecimento. Então, nisso, o Brasil tem uma atuação muito bonita, que nos deixa mais ou menos na 12ª posição. A segunda premissa é produzir riqueza por intermédio desses conhecimentos. Nós estamos agora com novos instrumentos em que o Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação, tem a possibilidade de implementar novas linhas de atuação para incentivar *startups* e pesquisas oriundas das universidades na transformação de produtos, processos e serviços.

O MCTI... Eu vou me ater... Minha fala será mais voltada para o uso em vias públicas dos veículos ultracompactos. Eu não vou me ater muito ao sistema tecnológico, porque creio que outros debatedores terão mais informações e têm mais possibilidade de se manifestarem.

O MCTI, na qualidade de representante ou de membro do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), participa na elaboração de suas resoluções e também da Política Nacional de Trânsito, oferecendo, contribuindo com seus instrumentos, apoio à inovação tecnológica em favor de um trânsito seguro, com mobilidade e para que a sociedade não tenha esse transtorno e essa desfaçatez que a gente tem com respeito à grande quantidade não só de acidentes como também de prejuízos para toda a Nação.

Por outro lado, nós temos várias linhas de incentivos para que a indústria nacional possa se desenvolver, através dos nossos institutos e da infraestrutura criada no Brasil para ciência e tecnologia, para o desenvolvimento de veículos tecnologicamente avançados não só do ponto de vista da segurança veicular como também da necessidade de produção de produtos não poluentes. Nessa linha, nós estamos antenados com o restante do mundo, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preocupação em diminuir essas emissões causadas pelos combustíveis fósseis, como forma de reduzir as consequências ambientais que caem sobre nossas cabeças, já assusta todas as grandes nações, onde o desenvolvimento de veículos híbridos e elétricos consome grandes somas de recursos e esforços tecnológicos para o desenvolvimento de soluções não poluentes.

Nessa linha de raciocínio, eu acredito que, muito em breve, conforme foi dito aí pelo Sr. Igor, da ABDI, deveremos contar com a produção em massa de veículos elétricos de baixo custo, destinados principalmente ao transporte de pessoas e pequenas cargas, para atender a uma demanda dos grandes centros, que possuem grande concentração populacional, com o objetivo da redução das emissões e de melhorar a mobilidade das pessoas que circulam nesse tipo de ambiente.

Outra coisa importante, que já foi dita pelo Senador, é que possivelmente nós vamos ter aí a possibilidade de ter compartilhamento, principalmente quando nós falamos de veículos compactos, ou seja, isso vai facilitar muito a possibilidade e a mobilidade de locomoção de pessoas nesses grandes centros, onde a aglomeração por espaço e a necessidade também de estacionamento hoje em dia se transformam em um transtorno muito grande não só para o cidadão como também para o gestor do ambiente público.

No Brasil, nós temos que o veículo automotor elétrico com cabine fechada, com massa em ordem de marcha não superior a 400kg e, para o caso de carga, a 550kg, está classificado, de acordo com a Resolução 573, de 2017, como quadriciclo e deve atender um conjunto de requisitos de segurança que foram especificados através dessa resolução. Conforme disse o Senador, há alguns desses requisitos que são questionáveis, ou seja, será que há necessidade de ter *airbag*? Será que há necessidade de ter ABS? Eu, enquanto engenheiro, acredito que sim. Agora, quem vai responder essas questões é o pessoal especializado, ou seja, da Secretaria Nacional de Trânsito. Eles têm mais condição de avaliar essa situação, mas eu acredito que tudo isso possa ser avaliado para que esses veículos possam rodar em situações e locais segregados, para que não causem transtorno no trânsito normal.

No entanto, essa mesma resolução, no seu art. 4º, especifica os requisitos de circulação nas vias públicas. Nesse quesito, eu faço duas observações. No item 3 desse art. 4º, ele fala a sobre a possibilidade de transporte apenas de passageiros maiores de sete anos. E o item 5 restringe a circulação às vias urbanas, sendo proibida a sua circulação em rodovias federais, estaduais e do Distrito Federal.

Quanto à restrição de circulação somente em vias urbanas, de fato, na minha opinião, isso pode causar transtornos para o proprietário desse tipo de veículo, considerando que, em muitas cidades, partes de rodovias estaduais e federais se misturam com as vias urbanas que cortam estes Municípios, ou seja, constituindo-se de leito viário de ligação entre regiões do mesmo Município. Foi citado – todo mundo conhece – que Brasília é um caso típico. Várias avenidas urbanas de ligação entre quadras e bairros são consideradas como rodovias. No caso de um veículo compacto classificado como quadriciclo, ele fica impedido de se deslocar de um ponto A para o ponto B, possivelmente em linha reta, pelo fato dessa proibição, ou seja, seria obrigado a fazer recortes e dificultar talvez a vida do condutor.

Eu acredito que a tendência, não só mundial, como também no Brasil, é que o aumento desse tipo de transporte seja acelerado, principalmente com veículos elétricos no trânsito urbano, de maneira que vamos ter que nos organizar para ter um ordenamento legal adequado para a nova situação que está por vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Ciência e Tecnologia coloca-se à disposição da Senatran para estudar uma possibilidade de alteração, do ponto de vista tecnológico, destas resoluções, para permitir que esses veículos, que nós estamos chamando aqui de compactos elétricos de cabine fechada, possam circular em todas as vias urbanas, mesmo que consideradas como rodovias. Nesse sentido, entendemos também que a circulação desses veículos em rodovias fora do perímetro urbano é inadequada e insegura, devendo, de fato, haver algum tipo de proibição.

No entanto, eu faço coro com os demais: nós temos aqui no Brasil diversas possibilidades de ter esses veículos compactos fabricados com tecnologia nacional, tanto é que temos algumas *startups* – nós acompanhamos algumas aqui no ministério – que estão desenvolvendo plataformas para esse tipo de condução. Nós temos algumas lá no Estado do Paraná e estamos fomentando, através das agências de fomento Finep e CNPq, estudos e pesquisas de maneira que possam contribuir para que a nossa diversificação da matriz de transporte urbano seja não só alcançada, como também tenha ganhos de mobilidade a custo acessível a toda a população. Conforme foi dito, hoje um veículo elétrico tem um alto custo, ele está praticamente fora do alcance da classe média e, à medida que a gente passa investir em novas tecnologias e na possibilidade, como foi dito pelo Dr. Calvet, para que se tenha no Brasil uma produção nacional, a gente vai ao encontro das necessidades não só do povo brasileiro, mas também fica *up-to-date* com a tecnologia que se está desenvolvendo no mundo todo.

Nesse ponto, mais uma vez, nós aqui nos colocamos à disposição para que os nossos institutos e os demais atores que atuam conosco, ou seja, as ICTs, possam desenvolver algum tipo de atividade de interesse da Senatran para que essa resolução dê garantias legais e seguras para o transporte de pessoas e pequenas cargas nos centros urbanos.

Conforme foi dito, nós não podemos fugir dessa lógica, ou seja, o veículo de combustão interna, não só pelo preço do petróleo, mas também por causa das necessidades urgentes de redução de emissões, ele vai... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Pelo que percebo, travou o áudio no final, José Silvério, mas justamente no nosso tempo – foram finalizados agora os 15 minutos.

Não sei se você chegou a concluir ou se quer finalizar com alguma fala, se já se dá por satisfeito...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO – Eu concluí, Senador, dizendo que nós nos colocamos à disposição, juntamente com os nossos institutos e com as ICTs, para que possamos contribuir para um trânsito seguro e adequado para esse tipo de veículo, de maneira que se possa desembaraçar e dar segurança para todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao José Silvério pela participação. Acredito que o Ministério de Ciência e Tecnologia vai passar a interagir ainda mais com esta Comissão. Vou solicitar os estudos de como são hoje tratados os veículos ultracompactos elétricos aqui no Brasil, das *startups* que se destacam e também, como foi colocado, quanto à questão da segurança, qual é a opinião do próprio ministério, baseado nos estudos e nos especialistas que possui em seus quadros. Dessa forma, agradeço a participação.

Gostaria aqui de convidar o Sr. Adalberto Maluf, que está aqui presente, Presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico – não sei se se chama ABVE ou Abve –, para que faça uso da palavra por 15 minutos, a quem já agradeço a presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer também – isto aqui é um relato pessoal, mas não é único – que a presença, quando o convidado se faz presente fisicamente, tem uma valia muito boa, muito mais produtiva, até pelo áudio, pela circunstância, pelas conversas que podemos ter ao lado. Sempre que possível, solicito a todos os senhores que puderem comparecer presencialmente que façam isso. Apesar de a tecnologia ajudar, em algumas situações, sendo possível a presença física, ela contribui também em outros aspectos, não só no aspecto da informação. Agora mesmo, acompanhei a conversa do Senador Jean Paul com o Presidente da ABDI. Uma pergunta que ele fez já abriu outro horizonte. Então, este momento aqui também é de *network*, de relacionamento quanto a um assunto que todos os convidados têm em comum.

Então, agradeço muito a participação do Presidente Adalberto, a quem passo a palavra por até 15 minutos.

O SR. ADALBERTO MALUF (Para expor.) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha, pelo convite, em nome da Associação Brasileira do Veículo Elétrico. Na pessoa do Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria, também cumprimento todos os Senadores e Senadoras e nos acompanham.

Primeiro, parabenizo vocês, a Comissão de Ciência e Tecnologia, exatamente por trazer este debate sobre o veículo elétrico. Como o Secretário Igor comentou – o Secretário Igor foi uma pessoa muito importante para debater as grandes melhorias que foram feitas no setor automotivo brasileiro –, o mundo passa pela maior transformação tecnológica da sua história. Tanto o setor elétrico quanto o setor automotivo estão passando por uma revolução do ponto de vista das tecnologias e dos produtos. Certamente colocar o Brasil nesse debate é muito importante para a gente conseguir, de alguma maneira, fazer com que essas empresas brasileiras, essas *startups* brasileiras consigam, de alguma maneira, realmente, avançar essa agenda.

Vou pedir para o pessoal colocar ali...

A nossa associação, acho que talvez a Associação Brasileira do Veículo Elétrico esteja numa situação muito boa para poder falar aqui hoje, porque a gente reúne não só fabricantes de veículos quanto empresas de energia, empresas de geração distribuída, de fabricantes de componentes, de bicicleta, de patinete, de ônibus, caminhão e veículo leve. Então, é um ecossistema muito, muito grande que está sendo criado e mudado. E, quando a gente fala do veículo elétrico, não é só o veículo, não é só a indústria automotiva. Se nós não tivermos mercado e não criarmos oportunidade, não serão empresas brasileiras que vão criar as tecnologias desse novo mundo. Por isso a importância ainda maior desse debate que a gente acompanha na Comissão do 5G, que é um debate muito importante e que dialoga muito com essa transição.

A associação reúne várias dessas empresas, todas as grandes líderes do setor elétrico automotivo no Brasil. A gente é dividido em diferentes pastas: micromobilidade, veículos para o consumidor final, infraestrutura.

O tema da micromobilidade ganhou uma importância muito maior no período da pandemia e pós-pandemia. As pessoas vão relutar muito em voltar para o transporte público. Então, oferecer soluções de micromobilidade acessível, limpa, para as pessoas é uma maneira de sobrevivência, de ter acesso a serviços, de ter acesso às cidades.

O crescimento dessa infraestrutura urbana também vai gerar essas oportunidades que a gente tanto quer no desenvolvimento de tecnologias. O Brasil é líder em eletrônica de potência. A gente tem um potencial muito grande. No ano passado, a gente viu novos modelos ocorrendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no Brasil, frotas públicas. Por exemplo, a Guarda de São José dos Campos tem 100% da sua frota com veículos elétricos. O tema da logística urbana avançou muito no Brasil. A agenda ESG das empresas fez, por exemplo, com que o segundo carro elétrico mais emplacado no primeiro semestre fosse um furgão elétrico. Então, isso mostra como a gente está se transformando.

E aqui é interessante a gente ver o Twizy, aquele carrinho da Renault, que é um carro que você emplaca – ele é homologado, ele tem CAT, ele emplaca; as pessoas tiram carteira de motorista para rodar com ele –, mas ele está enquadrado aqui, como os compactos urbanos, que a gente vai debater mais para frente, na categoria L7. Ele, por exemplo, é um dos veículos que não consegue rodar, passar em rodovias. Então, você tem o exemplo da própria Renault, fabricante, que tem a sua fábrica em Curitiba. Para levar o veículo para fora da fábrica, ela não consegue dirigir, porque há uma rodovia bem na frente. A gente vê esse problema em muitas cidades do interior, onde há grandes rodovias estaduais e federais cortando as cidades. Posso citar Praia Grande, no litoral de São Paulo – lá no Rio Grande do Norte, tenho certeza de que o Senador Jean Paul Prates tem vários exemplos –, onde, às vezes, a pessoa não pode passar de um lado para o outro da cidade, porque, se ela cruzar a rodovia, estará cometendo a ilegalidade de colocar esse veículo na rua, estando sujeito à apreensão pela polícia e a todos os problemas.

Então, é uma área que cresce, que traz grandes oportunidades. Então, é muito bom que a gente possa realmente debater esse tema.

Os veículos pesados... Em nível mundial, foi o primeiro grande setor que se eletrificou. No ano passado, pelo menos 40% de todos os ônibus vendidos no mundo já foram elétricos. O Brasil sempre foi líder nesse setor. Indústrias brasileiras... A Marcopolo já foi a maior fabricante de ônibus do mundo. Infelizmente, nós estamos perdendo os grandes mercados. A América Latina, no ano passado, por exemplo, comprou 2,5 mil ônibus, a grande maioria elétrica, mas, como a indústria local brasileira não é competitiva e não está atuando, infelizmente, foram os exportadores chineses que ocuparam os espaços dos nossos ônibus em Santiago, em Bogotá, em Medellín.

Então, fomentar toda essa indústria também tem a ver com a sobrevivência da indústria, com a transição para essa indústria do futuro. Vejam os caminhões: a gente mostra o caso do Rio de Janeiro, que foi pioneiro no tema e que hoje tem 10% da frota de caminhões já elétricos, rodando, trazendo vários benefícios. A coleta seletiva noturna é feita sem ruído, melhorando muito a qualidade de vida.

Hoje, existem grandes tendências – desde 2018, o Fórum Econômico Mundial vem falando isto – de que o setor elétrico passa pela maior transformação da sua história, para a descentralização, a geração distribuída, descarbonizada, a digitalização e a eletrificação. Na opinião do Fórum Econômico Mundial e depois da Agência Internacional de Renováveis, o veículo elétrico vai ser centro de uma nova economia cada vez mais compartilhada, autônoma, e, de outro lado, de um sistema elétrico mais descentralizado e mais digital. Então, neste momento, a gente vê que as casas das pessoas, as empresas vão estar cada vez mais conectadas, gerando a sua energia, com pequenas baterias, e o veículo elétrico pode ocupar esse espaço de dar flexibilidade para a rede elétrica. O nosso problema de falta de energia não é no dia inteiro: é só no horário de pico. Então, com a geração distribuída, por exemplo, numa residência, hoje você gera, joga na rede, e o vizinho consome instantaneamente. Maravilha, não há perdas, mas, se viesse lá de uma geradora, 17% de energia se perderiam. Então, a GD é muito boa, reduz a conta de todo mundo, reduz a tarifa vermelha. Você poderia jogar também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esses excedentes, e aí o veículo elétrico no horário de pico tiraria a casa da rede ou no momento em que faltasse energia da casa.

É uma transformação muito rápida, a gente vê essas novas redes do sistema elétrico mais inteligentes. Você vai ter, em pouco tempo, em microrredes, uma casa que tem um veículo elétrico, e, então, ele é um consumidor ali. Um veículo elétrico consome o mesmo que um ar-condicionado ou um chuveiro elétrico – então, não é um vilão do consumo de energia. Você vai ter casas que têm só geração de solar e casas com solar e veículo elétrico. Então, precisa ser criado, cada vez mais, inteligência para a gestão dessa rede mais eficiente. E a mobilidade elétrica é central nesse processo. Você tem hoje já muitos exemplos de gente que gera energia, que tem o veículo elétrico, que aí, no horário de pico, tira ali a energia, o seu centro logístico, a sua casa, para pagar tarifas mais baratas. Isso já ocorre.

E o veículo elétrico, inclusive na opinião da Aneel – agora numa audiência pública que eles vêm trabalhando para pensar os atributos distribuídos das redes do Brasil –, pode, sim, fazer um papel muito importante. Você tem veículos elétricos que podem ir para algum lugar onde não existe energia, e o próprio veículo ser a fonte de energia – ele pode abastecer uma escola lá no interior, ele pode abastecer ali um cinema ao ar livre. Então, a flexibilidade que o carro elétrico traz é, inclusive, de melhoria de tecnologias de gestão do setor elétrico.

Ao não fomentar os veículos elétricos, ao não criar mercado para soluções de veículo elétrico, também não serão empresas brasileiras que vão criar esses *softwares*, esses aplicativos para essa gestão inteligente.

Cada vez mais a gente caminha para microrredes urbanas, cada vez mais eficientes, onde o veículo elétrico e a geração distribuída vão criar um ecossistema muito inovador.

Hoje, existem tecnologias que se viabilizaram muito rapidamente. O Senador Jean Paul Prates tem uma história de vida importante com as renováveis lá no Rio Grande do Norte, conhece mais de renováveis do que quase todos nós aqui e sabe como o armazenamento, as renováveis, o hidrogênio são tecnologias que chegaram ao ponto de maturação e que agora elas vão ser aplicadas. Então, os países que criam demanda, que criam mercado para os primeiros protótipos, para as primeiras aplicações estão saindo na frente.

Esse modelo da energia como um serviço, a mobilidade como um serviço, caminha rapidamente para empoderar os consumidores, a saber: quanto ele consome? Que equipamento consome o quê? Que horas ele consome? Vale a pena eu consumir nesse horário, que é mais caro? "Ah não, não vou ligar a máquina de lavar roupa agora, vou ligar depois das 10h da noite. Ah, não vou fazer isso em tal horário, vou fazer em outro." Então, esse empoderamento do consumidor é muito bom, na medida em que, nos últimos cem anos, a gente vê um processo de eletrificação das economias globais.

Todos os produtos e itens da sua residência, quando você eletrifica, você não volta mais, da luz ao equipamento na sua casa, se você tem disponibilidade de energia, você não vai querer voltar atrás. Então, esse ecossistema todo que se forma, é muito importante que a gente viabilize também no Brasil para criar soluções de tecnologias aqui.

A gente vê: só no ano passado, por exemplo, o Outlook, da Bloomberg, em março do ano passado, previa que o mercado de veículos elétricos iria cair, no ano passado, 18%, para 1,7 milhão de veículos – projeção, em março do ano passado, de que ia cair 18%. Na prática, o que aconteceu? A gente viu o pacote verde da União Europeia colocando muita ênfase na energia renovável, na mobilidade elétrica; o 14º Plano de desenvolvimento da China nas indústrias do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

futuro, 5G, mobilidade; os Estados Unidos, neste ano, com Joe Biden, plano trilionário de pesquisa e inovação na indústria do futuro. Então, na prática, não só não caiu 18% a venda de veículos elétricos no ano passado, como subiu 43%. Imagina um instituto desse renome errar, de março a dezembro, quase que para o dobro, metade da projeção. Enquanto o mercado de combustão cai, o mercado de veículos elétricos passa por uma transformação muito rápida.

Em 2021, meus amigos, é uma coisa incrível. Até o ano passado a gente estava falando que 11% dos veículos vendidos no mundo eram ou elétricos ou híbridos – 11%. Este ano, 2021, com pandemia e crise, vai passar de 25%, mais do que dobrou. As projeções eram de que, em 2030, iria chegar em 20%. Em 2022 vai chegar nesse número!

Eu sinto um pouco de angústia de que a gente não está participando do debate internacional que vigora hoje sobre o futuro e a sobrevivência dos parques automotivos do mundo. Há 100 milhões de capacidade de produção de veículos no mundo, só que o mundo compra 70 milhões. Há 30 milhões de capacidade de fabricação que vão fechar.

A gente já perdeu, no ano passado, fábricas importantes, ali na minha vizinha Piracicaba, ali em Iracemápolis, fábrica da Mercedes, Senador Jean Paul Prates sabe bem. O Senador Jaques Wagner tem hoje um trabalho, um PL novo sobre a indústria automotiva. A Bahia perdeu a Ford, que era um dos maiores geradores de impostos. Então, se a gente não entrar nessa transição numa velocidade rápida...

Eu mostro aqui o exemplo da Alemanha, não só porque as nossas indústrias estão muito ligadas à Europa e, na Europa, a Alemanha está no centro, mas olha lá: em 2019, foram 3% de venda; 2020, foram 14%; agora em 2021, já está em 28%!

Como o Secretário Igor comentou, o Brasil chegou a 1% só de híbridos e este ano foi para 1,4%; somando setembro, vai para 1,5%. Aqui, o número que eu estou mostrando da Europa, de 27; a China, 30, é só elétrico, *plug-in* ou 100% elétrico. Se eu pusesse híbrido ali, esse número estaria acima de 50.

Então, a gente está comparando 28% na Alemanha contra 0,3% no Brasil. A gente está se defasando muito! Antes, a gente tinha cinco, seis anos de diferença, em relação a Europa, nos padrões de emissão e poluição. Euro 5, o nosso Proconve P7. Hoje, a gente foi para 12, 13 anos de diferença.

Eu estou bastante angustiado com a sobrevivência desse parque produtivo, que está 13 anos obsoleto!

Para uma matriz, em nível mundial, fechar simplesmente porque aquela fábrica ficou obsoleta, é muito fácil, ainda mais no momento de crise econômica que a gente vive.

As projeções para 2026, por exemplo – 2026, agora, daqui a pouco –, é de que metade do mercado mundial já vai ser de híbridos ou elétricos. Então, eles projetam que 64% na China vai ser hibrido ou elétrico; 49% na Europa; 50% no Japão e da Coreia; 30% na América do Norte; e só 6% na América do Sul.

A gente viu projeções, agora, recentes também, feitas pela Anfavea. Contrataram um estudo com a BCG, um estudo muito bem-feito, muito detalhado de cenários, e a Anfavea chegou à conclusão de que, em 2035, 60% do mercado americano, 66% do mercado europeu, 68% do mercado chinês, em 2035, serão elétricos – 100% elétricos ou *plug-in*. E a mesma projeção diz que o Brasil será 6%!

Desculpem-me, mas não faz sentido! Num mundo globalizado, interdependente, sem imposto de importação. Lembram? A gente aprovou aqui, Mercosul e União Europeia, imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

zero. Então, como a Europa vai estar com 70% de veículo elétrico em 2035, e o Brasil vai ter 6%? Não faz sentido para mim. Não faz sentido que o Brasil fique tão desconectado dessa realidade mundial.

Então, a sobrevivência do nosso parque produtivo e a possibilidade de gerar as tecnologias do futuro – em que o Senador Rodrigo Cunha atua tanto, lidera bastante aqui dentro esse debate de tecnologias, inovações para a nossa indústria – têm muito a ver com a sobrevivência da indústria de transformação, em que o setor automotivo é importante.

A gente vê, por exemplo, a venda de levíssimos, que são os veículos de duas rodas, um pouco do que a gente debate: hoje, a China já vende 60% de veículos elétricos – bicicletas elétricas, triciclos, patinetes. A Europa, 40%, indo para 60%. Todos os cenários de crescimento são muito grandes.

E o Brasil, especialmente na área de levíssimos, tem potencial ainda para se industrializar, porque a gente tem um monte de fábrica. Lá em Alagoas, há; no Rio Grande do Norte, há; no Ceará, há; em todo o Brasil, há. A gente faz de *buggy* a patinete, bicicleta, tudo. Então, é uma área cuja indústria a gente ainda não perdeu, a nossa indústria não é obsoleta. A gente tem que fazer essa transição.

O mundo tem rotas tecnológicas muito claras. A Europa, os Estados Unidos e a China definiram: será veículo elétrico! Há um monte de país na Europa: em 2025, a Noruega já não vende mais carro à combustão; em 2030, dois terços dos países da Europa já não vendem carro à combustão; em 2035, entra Japão, entram outros; em 2040, acabou o mercado de veículo à combustão.

O Senador Jean Paul Prates relatou um PL aqui, em que a gente colocava 2060, um pouco acima do resto, mas, pelo menos, já é uma sinalização. Precisamos tentar avançar esses PLs.

O Brasil, óbvio, tem uma situação diferente. O nosso Rota 2030 trouxe isso. Nós temos o etanol, que é um biocombustível limpo, renovável, muito importante, que gera milhões de empregos no Brasil e reduz a emissão; o RenovaBio, novo programa, muito bem-feito, também criou mecanismos importantes para que o etanol faça parte disso; o novo programa Combustível do Futuro. E talvez os híbridos flex, híbridos com etanol sejam, sim, a grande vocação nossa, no curto prazo, porque temos um potencial muito grande de nos consolidarmos como líderes.

A Índia, por exemplo, agora quer apostar em flex também, com o etanol. Se o Brasil se preparar e criar a indústria primeiro, a gente pode exportar para a Índia, para a Colômbia, para a África do Sul, porque é uma área em que a gente tem vocação, a gente é líder mundial, mas a gente não está conseguindo explorar isso em nível mundial.

Então, quando a gente vê, por exemplo, o começo dos anos 1980, quando eu nasci, a indústria de transformação representava 35% do PIB brasileiro. Hoje ela representa 11%. A indústria automotiva, que já representou mais de 5%, hoje representa 3%, 2%. Quando a gente vê, por exemplo, o Brasil nos últimos dez anos – eu vi isso agora, até, no relatório da CPI da Covid –, em 2011, a gente representava 3,5% do PIB mundial em dólar. Agora a gente representa 1,5% do PIB mundial em dólar, segundo o relatório, que eu li ontem, da CPI da Covid. Isso mostra que a gente realmente está perdendo espaço mundial.

E país grande que não tem indústria não tem futuro. Não adianta achar que o agronegócio, que o minério de ferro e a soja, que exportar minério de ferro, vai dar emprego para todo mundo. Não vai ter emprego lá em Alagoas, na periferia de Natal, no interior de São Paulo. O interior de São Paulo é mais rico e é desenvolvido como é porque ainda mantém a participação da indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de transformação acima de 20% do PIB, como a Alemanha, a França, a China, os Estados Unidos. Nenhum deles abriu mão da indústria de transformação, porque é a que paga melhor salário, porque ela gera oportunidades. Então, a gente precisa rapidamente olhar isso no contexto, em especial pelo caso brasileiro.

O Brasil tem, sim, muita coisa legal acontecendo. A gente tem muita liderança de Prefeitos, de Governadores, governos subnacionais. São José dos Campos acaba de implementar o primeiro corredor eletrificado de ônibus. A gente tem *retrofit* de veículos, feito por associados. Campinas, com a primeira frota. Em São Paulo, a lei do clima. Há metas de renováveis, há um monte de cidades, como Palmas, com solar, Belo Horizonte, Brasília. Um monte de coisa está sendo feita. Isso é bom, mas ainda falta um pouco de articulação geral para a gente poder crescer no nosso potencial.

Veja só a venda de veículos híbridos e elétricos. A gente teve alguns estímulos, inclusive o Secretário Igor foi o grande líder desse processo, da redução do imposto de importação, no início, para os elétricos e para os híbridos. O mercado foi crescendo, chegou no ano passado a 19 mil de vendas, 1%; este ano já, de janeiro a setembro, vendeu 24 mil, comparando com 14 mil no mesmo período do ano passado. Então, já tivemos um aumento de 80% e vamos terminar o ano acima de 30 mil veículos híbridos e elétricos. Isso é bom. A gente já tem associados nossos lá, a Toyota, que está fabricando o híbrido flex no Brasil, está gerando emprego. Em Indaiatuba, em Sorocaba, as fábricas estão girando, mas esse valor é 1,4%, enquanto o mundo inteiro vai estar acima de 25%.

Mesmo na venda de levíssimos, de bicicletas, por exemplo, que é uma área em que a gente tem um potencial... Um estudo feito pela Aliança Bike, que eu acho que é a principal aliança que reúne aí todos os atores desse ecossistema das bicicletas, mostra ali um crescimento importante na produção e na venda de bicicletas elétricas no Brasil. A gente tem um parque de produção em Manaus, tem um terço da produção lá, um terço espalhado pelo Brasil e um terço de importação, que ajuda a viabilizar o mercado. A expectativa da Aliança Bike e a projeção deles é de um crescimento significativo de vendas ainda este ano.

Então, é um setor que tem potencial. Mas a China é 50% de bicicleta elétrica, a gente é nada! E por que a gente é nada? Porque bicicleta elétrica paga a maior tarifa de IPI de todas, igual a cigarro. A lei de IPI fala da essencialidade do bem, do benefício ambiental do bem. Faz sentido uma bicicleta elétrica pagar 35% de IPI enquanto arma paga nada? Não faz sentido, não é? Ou a gente resolve esses gargalos tributários que dificultam esses setores a crescer ou bicicleta elétrica vai estar na Faria Lima, com o pessoal na ciclovia em São Paulo, um pouquinho em Floripa, um pouquinho em Maceió, mas não vai chegar ao interior.

O Senador Jean Paul Prates tem um projeto muito legal com cidades do interior no Rio Grande do Norte para fazer mobilidade elétrica com bicicleta, integrando ônibus elétrico. Se se viabilizarem os projetos que o Senador quer, vai gerar desenvolvimento, oportunidades, mas pagando 35% de IPI não vai conseguir nunca! A gente precisa resolver isso.

Para finalizar, eu entro no chamamento hoje da audiência pública, Senador, da Resolução Contran 573. Essa categoria, que nós chamamos de levíssimos na associação, especialmente a L7, a norma ABNT 13.766 regula, são os com menos de 450kg; 600kg de transporte; no máximo, 90km, mas eles atingem entre 75km e 90km. Então, em tese, podem rodar em rodovia. Lembrem que a restrição para rodar em rodovia é que você não pode rodar a menos de 50% da velocidade. Então, eles, em tese, conseguem chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Você tem lá a divisão de subcategorias. Obviamente a gente tem que pensar na questão da segurança. A gente não quer um quadriciclo rodando na rodovia à vontade, pegando a estrada, porque tem o tema da segurança, mas existem veículos, inclusive, que são emplacados, como o Twizy, e que não podem entrar na rodovia. Então, a gente acredita que essa categoria é de veículos de dimensões pequenas, são mais seguros, são mais fáceis de ser controlados, há limitadores da própria velocidade. Então, você pode criar muita oportunidade: de gerar emprego mesmo, ou para fazer coleta seletiva nas cidades – em vez de empurrar um carrinho, você vai ter um carrinho elétrico –, para fazer entregas urbanas, para deficientes – você consegue criar veículos mais próprios para deficientes –, mas é óbvio que a gente tem que pensar o tema da segurança.

Como o nosso representante do Ministério de Ciência e Tecnologia disse, a ABVE não estudou com calma para dizer se tem que ter ou não o ABS. Isso aí é uma decisão técnica que o Contran tem que fazer, olhando os estudos, olhando os relatórios. Nesse tema a gente não quer se envolver, mas a resolução Contran traz, no art. 4º: "Devem ser observados os seguintes requisitos de circulação nas vias públicas para os veículos previstos no art. 3º [...]". Olhem o item IV: "Circulação restrita às vias urbanas, sendo proibida sua circulação em rodovias federais, estaduais e do Distrito Federal". É um limitador.

Muita gente que poderia... Porque um veículo elétrico é caro! É caro veículo elétrico, e também paga maior tarifa de IPI. Você sabe, Senador: aqui um carro à combustão paga 7% de IPI; um carro elétrico, um híbrido paga 11%, 13%; e a maioria dos carros elétricos paga 14% e 18%. Faz sentido? Também não faz. Não conheço nenhum país no mundo que sobretaxa o elétrico, não conheço, de verdade. Já tentamos pesquisar. Eu falei: "Vamos ver se algum país do mundo faz isso". Não consegui achar ainda. Mas os levíssimos são mais acessíveis. A gente está falando de veículos mais baratos, que, eventualmente, no interior do Brasil, onde você não tem oportunidade, podem ser veículos de circulação. Hoje eles andam nas ruas da cidade e tal, mas, passou uma rodovia, eles não podem. Ele não pode atravessar a rodovia porque ele está fazendo ilegalmente. Você está aqui rodando desse lado e aí tem que só andar um pouquinho para pegar o retorno para passar do outro lado da pista, não pode.

Então, esse tema, eu gostaria de sugerir, Senador, que a gente pudesse tentar olhar, estudar com calma para superar esse gargalo, a não ser que haja algum motivo melhor, a que eu ainda não tive acesso, que não pude estudar, mas, assim, não me parece que faça muito sentido uma proibição absoluta. É claro que tem que haver restrição. Você não pode pegar um Twizy ou um quadriciclo, sair de uma cidade e andar 100km para outra. Isso eu acho que é ponto pacífico. Mas e esses casos do meio ambiente urbano, de cidades pequenas que são cortadas por rodovia? Eu acho que seria importante a gente revisitar esse tema.

Há esse tema do gargalo fiscal. O Imposto de Importação hoje para os levíssimos é 20%. O IPI é 35%. Sinceramente, eu não sei como não mudou isso até agora. Precisa mudar! Bicicleta é acesso à mobilidade. Se as pessoas não conseguem comprar uma bicicleta, elas não têm acesso a nada, a serviço, não conseguem ir para o médico, não conseguem ir para o hospital.

Então, eu acho que a gente precisa estudar melhor a Resolução 573 para tentar retirar essa insegurança que gera para os condutores no tema de poder ou não cruzar as rodovias. Ao mesmo tempo, é uma oportunidade incrível para a gente de melhorar a mobilidade, de ofertar opções e modais limpos, renováveis, mais baratos e acessíveis, a importância que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

micromobilidade vai ter pós-covid. Eu não preciso dizer isso. Todo mundo aqui sabe o impacto negativo da poluição na saúde pública.

Há um estudo, Senador Rodrigo, que Harvard fez em Nova York: regiões mais poluídas de Nova York têm 2,5 mais mortes por covid do que regiões menos poluídas. A Universidade de Siena fez um estudo igual em Milão: regiões poluídas de Milão têm três vezes mais mortes proporcionalmente por covid do que regiões menos poluídas de Milão. Então, a poluição tem um impacto. Quem mora em São Paulo perde 3,5 anos de expectativa de vida em relação a quem mora em Curitiba. Todo paulistano fuma dois cigarros por dia sem querer. A gente tem que reduzir a poluição. E com a micromobilidade, em especial se for elétrica, você consegue substituir modais que são mais poluentes. Então, é uma oportunidade, sim, de reindustrialização, de sobrevivência da indústria da transformação no Brasil, especialmente esses pequenos espalhados pelo Brasil, que geram muito emprego. Ao mesmo tempo, são oportunidades de negócios novos que a gente pode criar, como eu comentei, entregas, coletas seletivas, pequenos deslocamentos *off-road*.

É um grande momento de transformação, o Brasil tem tudo para se consolidar como um líder disso, a gente já é líder em energia renovável, temos uma matriz superlimpa. Mesmo que toda a frota brasileira, de um dia para o outro, virasse elétrica – uma projeção de Itaipu, por exemplo –, diz-se que isso representaria 10% do consumo de energia em 20 anos. Então, é possível a gente planejar. E o veículo elétrico não consome energia no pico, ele vai carregar à noite, porque as eólicas lá no nosso Rio Grande do Norte, lá no Ceará, na Bahia... Alagoas também tem um pouco, não é? Não tem tanto ali quanto os nossos amigos aqui, mas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Eólica não.

O SR. ADALBERTO MALUF – Eólica não? Mas lá tem muito sol também, muita solar.

Mas pega as eólicas lá do Rio Grande do Norte, do Ceará, da Bahia, à noite eles estão gerando e ninguém está consumindo energia. Então, o veículo elétrico pode ser consumido à noite, ele não é um gargalo hoje. "Ah, está faltando energia, não tem que fomentar o elétrico". Muito pelo contrário! Como eu tentei mostrar, o carro elétrico é parte dessa rede inteligente.

Então, para finalizar, eu parabenizo o Senador Rodrigo Cunha, todos os Senadores que estão participando aqui, por trazer esse debate que vai muito além da resolução da possibilidade ou não de o carro elétrico entrar na rodovia. A gente está falando da sobrevivência de 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos na indústria automotiva. A gente está falando de oportunidade para as pessoas terem acesso a bens e serviços, melhorarem a qualidade de vida. Então, espero que a gente consiga, devagarzinho, ir resolvendo esses gargalos, porque o Brasil tem tudo para ser um grande líder desse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao Adalberto, Presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos. Adalberto, sua participação aqui foi muito produtiva. Eu ouvi, atentamente, cada palavra que você falou aqui, primeiro, para demonstrar que nós não estamos falando do futuro, não é? É o presente do qual o Brasil não faz parte. Você mostrou aqui nos números, acabou-se. Então, é a realidade nos outros países e aqui não é uma realidade, a gente está muito longe disso.

Então, o dia de hoje vai servir para isso, não só para mim, mas todos aqueles outros Senadores que estão acompanhando, fora o Senador Jean Paul, porque ele já conhece bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aqui, deu para perceber, não só pela sua fala, mas por todas as intervenções que ele faz aqui no Plenário e aqui na Comissão, é um grande conhecedor do assunto. Mas farei questão de fazer com que esse momento seja reproduzido também para outros colegas. Iremos dar sequência, sim, a este assunto. Hoje, o tema específico foi os ultracompactos. Como eu falei no início, não sou um especialista, mas eu quero ser, sim, vou estudar sobre o assunto, porque não é que é a tendência: é a realidade. É a realidade, e a gente não pode pagar caro por isso.

Então, muito obrigado pela presença de V. Sa. aqui, presencialmente, no plenário desta Comissão.

Gostaria, também, de ouvir o Senador Jean Paul falar. Temos aqui mais três outros convidados para falar, mas tenho certeza de que não traz nenhum prejuízo termos estendido um pouco o horário da audiência, mas, com certeza, essas contribuições são muito bem-vindas. Senador Jean Paul, eu não sei se é melhor fazer uma palestra, também, aqui, é um dos convidados, mas, com certeza, tem bastante coisa para contribuir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar.) – Rapidamente, Presidente Rodrigo, para ressaltar a importância gigantesca desta audiência pública. Quando eu soube dela, dois meses atrás, um mês atrás, quando começamos a falar sobre a questão do 5G também, eu imediatamente salientei e me coloquei solidário, mas, como talvez eu tenha que sair daqui a pouco para a CMO, que é a Comissão Mista de Orçamento, da qual eu sou membro também, eu não queria sair sem deixar registrada aqui a enorme importância desta audiência, Rodrigo, Presidente da CCT, e das pessoas que vieram aqui presencialmente falar conosco e também das que estão em remoto, mas, como V. Exa. salientou bem, pessoas que se deslocam de outros Estados e vêm aqui já agora, nesta retomada das atividades presenciais. Isso tem um valor enorme, porque nos propiciam iniciativas muito importantes.

Vejam: nós estamos diante da eletromobilidade olhando para um objeto estranho ainda no Brasil, como se fosse uma coisa ainda de Professor Pardal, de ilusão, de "algum dia chega", e, na verdade, é a realidade. Nós temos aqui fábricas. A BYD, que o Adalberto conduz aqui no Brasil, é uma fábrica já de veículos elétricos. Nos nossos Estados, inclusive no Rio Grande do Norte, como ele mesmo mencionou, já existem fabricantes, claro que alguns até, de certa forma, um pouco artesanais e que acabam importando os componentes e fabricando seus veículos elétricos, mas isso está por toda parte. Só que está subjacente a atenção do Governo e até mesmo de nós legisladores.

Nós estamos, agora, trabalhando nesse marco da eletromobilidade, que será muito importante. Inicialmente, a ideia da proposta do Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, em que eu estou, inclusive, trabalhando para fazer a relatoria, é ter uma regra geral, pelo menos um compêndio inicial de princípios, diretrizes e até conceitos técnicos, para que a gente não se perca em terminologias técnicas, mas há duas outras coisas muito importantes que eu queria mencionar e para as quais eu gostaria de convidá-lo para participar imediatamente.

Uma é desses três projetos que a gente está fazendo com as associações, pegando uma cidade de região metropolitana, uma cidade polo do interior – e nossos Estados se parecem muito nisso, porque tem aquela cidade polo que está afastada da capital, mas que é polo importante, que já tem ali seus 30 mil, 50 mil habitantes –, nós pegamos uma também, e um pequena, pequena mesmo, uma cidade daquela do interior do Nordeste, que as pessoas meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que desprezam. Eu dizia para o Adalberto há meses, quando falei isso pela primeira vez. As pessoas dizem: "Ah, vamos começar logo por São Paulo, Avenida Paulista, Faria Lima, o cara lá com o patinetezinho dele e tal". Não! Eu quero começar pelas nossas cidades, pela cidade onde a senhorinha nunca visitou o outro lado da cidade porque tem que ir a pé, com uma sombrinha, talvez, para encontrar uma pessoa do outro lado. Tem gente que mora de um lado da cidade e não conhece o outro lado.

Então, a solução que a gente está propondo é mobilidade mesmo, gratuidade evolutiva, porque aquilo que o Adalberto mencionou como muito importante, que é essa questão da mobilidade como serviço, tem que chegar no espírito público também. Isso não é um *gadget*, não é apenas uma coisa bonitinha, moderninha, como a gente diz, para quem tem dinheiro comprar.

A mobilidade elétrica – eu fiz campanha para Prefeito de Natal falando isto –, no futuro próximo, permitirá que o transporte urbano, que a mobilidade urbana seja gratuita. Claro que isso vai acontecer gradualmente. Em alguns lugares, isso pode acontecer em 20 anos; em outros, pode acontecer em cinco, sete anos. Mas o fato é que a mobilidade, a eletromobilidade, juntamente com o 5G e a possibilidade de você tarifar de forma diferente, com um cartão, *chip*, etc. e tal, ou mesmo sem *chip*, vai permitir que a gente tenha gratuidades comandadas pela empresa de ônibus ou pela concessionária gradualmente, estendendo essas gratuidades para o estudante, para o percurso que o estudante faz na hora em que ele vai ter aula, e não para outros percursos e para outros horários... Então, você começa a imaginar quantas coisas você pode fazer com eletromobilidade, em função dos custos muito mais baixos de manutenção que o veículo tem e do próprio custo de combustível, que fica praticamente zerado, ou muito próximo disso, e também da facilidade tarifária, da tecnologia de tarifação, que pode permitir que você faça todo tipo de tarifa diferente, para um mesmo indivíduo ter tarifas diferentes em horários diferentes, percursos diferentes, até chegarmos a um ponto em que o serviço público de mobilidade será, sim, gratuito, até porque o serviço privado vai ser tão barato também, que se o serviço público não for gratuito, ele não atrairá mais ninguém.

Eu tive um exemplo concreto, sem querer me alongar, lá na campanha. Uma pessoa me disse: "Olha, se eu sair da Zona Norte de Natal e for à Praia de Ponta Negra, é mais barato para mim pegar um Uber com a minha família, com mais três pessoas, do que pegar um ônibus". Ora, quando você chega a um ponto desse, Presidente Rodrigo, Adalberto, Igor e demais convidados, quando você chega a um ponto em que, numa cidade, para ir à praia, pegar um Uber é mais barato que pegar um ônibus... Isso está muito errado.

Então, esse dilema todo nós vamos tentar resolver com esses modelos. E eu quero convidar o Presidente Rodrigo, inclusive, para participar conosco disso e, de repente, reproduzir isso em Alagoas também, porque dois Estados pequenos fazendo isso, para mim isso é um modelo máximo. Diz: "Olha, os caras lá pequenos, com dificuldade, nordestinos, com cidades complexas, com outros problemas para resolver também, conseguiram aqui avançar na questão da mobilidade, com a questão de gratuidade tarifária progressiva e eletromobilidade e inserção também gradual" – claro, nós não estamos aqui vendendo ilusão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Até mesmo, só interrompendo, porque há outras formas de ser atrativo para empresas de ônibus, que ela receba valores de outra maneira, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso. Isso é um ponto muito importante. Em nenhum momento aqui se está propondo que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

empresas de ônibus deixem de fazer o seu serviço. Pelo contrário, elas passam a ser garantidas em outras receitas que elas podem utilizar – propaganda, serviços, coisas que têm a ver com a própria mobilidade, com atração de pessoas para dentro de um local naquele momento. E você garante... A gente mostra isto, é este que é o espírito do modelo: é mostrar que não é necessariamente estatizar o transporte público. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Você pode continuar com concessionárias, que vão ter, elas mesmas, custos muito mais baixos, portanto uma possibilidade de lucrar maior, e você vai reajustar o modelo e ter essas empresas operando com lucro, sem problema nenhum. Claro que é com um lucro comportado, porque se trata de um serviço público concessionado. Elas mesmas sabem disso.

Mas você consegue dar a gratuidade... Parece um milagre, mas você consegue dar a gratuidade, por um lado, e, ao mesmo tempo, ter empresas privadas fazendo esse serviço ou, em casos específicos em que se queira, dependendo do gestor, empresas públicas também. Então, essa é uma ressalva muito importante, Presidente.

E, por fim, quero dizer que nós estaremos trabalhando hoje à tarde, aproveitando a vinda do Adalberto e dos demais componentes aqui, na construção, na finalização da Frente Parlamentar da Eletromobilidade. E eu quero justamente convidar o Rodrigo para presidir, ou copresidir, ou vice-presidir conosco essa iniciativa, que vai juntar os Parlamentares – e selecionar também Deputados, mas Senadores também, já que a iniciativa parte de nós – com empresas, com entidades governamentais, com o Governo em si, com os ministérios que estão envolvidos nisso, e usuários, gestores das cidades, enfim. A Frente Parlamentar da Eletromobilidade terminará hoje a sua configuração, vamos configurá-la. E, logo em breve, Adalberto, vamos lançá-la com o apoio das associações do setor, fabricantes e também usuários.

Então, essa é uma grande notícia que eu trago aqui, em primeira mão, para todos, aproveitando e premiando esta audiência pública fantástica que nós estamos tendo aqui em via remota e via presencial, presidida pelo Presidente Rodrigo.

Obrigado, Presidente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Nós que agradecemos, Senador Jean Paul, não só pela sua participação, mas também pela sua empolgação, por acreditar no que faz e saber que é necessário remover montanhas ainda. Mas o caminho é este.

Então, agradeço a presença do Dr. Adalberto.

Muito obrigado. Iremos nos encontrar bastante ainda.

E convido para fazer uso da palavra, também pelo tempo máximo de 15 minutos, o Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores, Sr. Rodrigo José de Almeida Vieira Dias, por gentileza.

V. Exa. está com a palavra por 15 minutos.

O SR. RODRIGO JOSÉ DE ALMEIDA VIEIRA DIAS (Para expor.) – Gostaria, primeiramente, de agradecer a V. Exa. pelo convite. É uma oportunidade única a nós, como consumidores, porque a Abravei é uma associação que representa consumidores, poder participar de um debate tão importante, tão salutar. E fico ainda mais feliz em perceber o engajamento de V. Exa. e do Senador Jean Paul com o tema. É muito gratificante ver dois importantes membros do nosso Legislativo tão envolvidos com determinado assunto.

Começando pelo que o Senador Jean Paul falou, realmente, veículos elétricos não são coisa do futuro. A Abravei, que eu estou representando neste momento, é a prova disso, mas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

espero voltar, em algum momento durante esta breve apresentação, a esse tema – é uma realidade ainda distante da maioria da população.

Como o nosso foco aqui é falar sobre a visão dos usuários, creio que vale a pena retomar um pouquinho da história para que vocês entendam que nós estamos hoje repetindo o que já aconteceu no passado. Existe uma foto – é fácil de pesquisar na internet – de Nova York no início do século XX, quando estava acontecendo a transição de veículos de tração animal para veículos automotores, automóveis. A cidade estava doente por causa dos excrementos dos animais, dos cavalos, e os automóveis vieram como uma solução para tornar as cidades um ambiente mais saudável. Hoje, as nossas cidades estão doentes de novo por causa dos automóveis, da combustão, e os veículos elétricos, nos seus mais variados modais – leves, levíssimos, ultracompactos –, podem e devem ser a solução para essa doença que a gente vive hoje.

Corroborando esta informação, dois fatos: durante a greve dos caminhoneiros que ocorreu há alguns anos, em uma semana, a poluição da cidade de São Paulo despencou em 50%; e o volume de atendimentos médicos no sistema de saúde por causa de crises e problemas respiratórios caiu notoriamente. Outra coisa importante é que São Paulo tem 72,6% dos gases de efeito estufa emitidos por automóveis. Evidentemente, automóvel, seja elétrico, seja híbrido, seja biocombustível, seja do que for, não é a solução ideal para a mobilidade urbana, mas será uma realidade nas nossas cidades durante muito tempo, muito, muito tempo. Então, que eles ser não poluentes, que eles possam ser elétricos.

Hoje, a Abravei representa *early adopters*, pessoas entusiastas que adquirem veículos elétricos de suas mais variadas expressões sem a preocupação de "será que ele vai se pagar ou não?", embora tenhamos entre os associados motoristas de aplicativo que fazem uso de carros elétricos. Mas a gente tem que transformar essa tecnologia em algo acessível. Isso foi falado por V. Exa.

Vou citar para os nossos ouvintes, participantes desta audiência, presencial ou remotamente, por que alguém adquire um veículo elétrico, seja um veículo ultracompacto, um veículo leve ou levíssimo. Primeira coisa: vou fazer um pequeno esclarecimento sobre custo. Esse é um dos motivos para várias pessoas, apesar de ser um veículo ainda caro. Ontem, quando recebi o convite, fiz uma pequena conta de padaria com números reais, e minha esposa entrou um pouco em depressão, Senador, porque nós descobrimos que, para eu rodar 100km com meu veículo elétrico, eu gasto, em Brasília – eu resido em Brasília já –, com a tarifa atual e com todos os impostos inclusos, R$10,58 de energia elétrica e, no veículo dela, ela gasta, para percorrer o mesmo trajeto, mais de R$50,00.

E por que eu estou falando disso? Porque, se a gente quer que os veículos elétricos sejam algo que tenha uma ampla adoção popular – e não estou falando só de automóveis, estou falando também dos levíssimos –, nós temos que dar condição de acesso da população a esses veículos. Infelizmente, quando a gente extrapola esse ambiente dos entusiastas, os *early adopters*, cuja motivação, novamente, não é o custo e sim o benefício, isso não reflete o anseio da maioria da população.

A gente precisa transformar essas tecnologias, esses veículos em algo palpável, algo concreto, algo possível, viável financeiramente. Se a gente conseguir fazer isso, os veículos elétricos aqui no Brasil vão, sim, ter uma grande e ampla adoção, sejam leves, sejam levíssimos, seja qualquer outro tipo de transporte eletrificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No caso, uma coisa que é importante trazer aqui para conhecimento: entre os principais argumentos contrários à eletromobilidade está o fato de que muitos países utilizam energia baseada em termoelétricas, usinas a carvão, para gerar energia. Eu costumo brincar com o fato de que o Brasil é, na minha opinião, talvez o melhor país do mundo para a mobilidade elétrica sustentável, porque a nossa matriz elétrica já é baseada – 83% dela – em energias renováveis. E, puxando um pouquinho da apresentação do Adalberto, o potencial que nós temos de geração limpa baseada em usinas solares fotovoltaicas e eólicas é gigantesco. A gente tem condição, sim, de ser autossuficiente na geração da energia para a nossa mobilidade se houver uma política clara que leve o País nesse sentido. E os cidadãos, tendo acesso à tecnologia, vão se tornar consumidores e apoiadores, porque, uma vez que você, como consumidor, passa a adotar uma *mini-scooter* elétrica ou um automóvel elétrico, ou o que seja, a experiência é tão prazerosa que você não volta atrás.

Voltando aos argumentos de por que alguém compra um veículo elétrico, há uma coisa interessante, fora o custo da locomoção em si, o custo que você gasta por essa energia, que é a possibilidade de o consumidor, pela primeira vez na história, ser autossuficiente na geração da energia para poder se movimentar. Mas como assim? Se você tem painéis solares fotovoltaicos, microgeração distribuída, já foi falado na apresentação do nosso colega Adalberto, você tem, entre aspas, "o seu posto de combustível" no telhado da sua casa. E isso é uma coisa inacreditável. Em que momento no nosso País nós tivemos uma possibilidade de que isto fosse acontecer: você, como consumidor, ser autossuficiente na geração de energia para você se movimentar?

Outra coisa importante que infelizmente é um problema em relação aos veículos que usam combustível: a qualidade, a adulteração do combustível. Não existe – até onde eu saiba – eletricidade batizada. Então, em qualquer tomada, em qualquer lugar, você vai ter o seu posto de abastecimento com qualidade daquilo que está sendo inserido dentro do seu veículo, injetado como energia.

A necessidade de manutenção de veículos elétricos leves e levíssimos é mínima, porque você não tem câmbio, não tem óleo de câmbio, não tem filtro de ar. Então, o custo dessa manutenção e a necessidade dessa manutenção periódica é extremamente reduzida. Até pastilhas de freio, quando existem nesses veículos – são automóveis –, duram muito mais porque, ao tirar o pé do acelerador desse veículo ou se deixar de acelerar, o próprio motor exerce um freio motor e regenera até a energia.

Conforto, silêncio, ausência de vibração. Uma experiência que se repete todas as vezes que nós convidamos alguém para poder ter a oportunidade de dirigir um veículo elétrico – e eu já convido a quem tiver disponibilidade de conhecer – é: "Mas está ligado?". Essa é a pergunta, porque é extremamente confortável e silencioso.

Uma coisa importante, apesar de eu ter falado como consumidor... E, além de ter um veículo elétrico, Senador, eu também tenho *mini-scooter*. Durante nove meses, em São Paulo – eu morava, há um ano e meio, em São Paulo –, em plena pandemia, inclusive já pegando o início dela, eu me deslocava e usava como última milha um veículo levíssimo – é como se fosse um patinete com um banco basicamente –, inclusive junto com o metrô. De fato, as cidades estão doentes; de fato, a gente precisa e pode ter, nesses veículos elétricos leves, uma alternativa excelente de transporte, principalmente para a última milha. Mas eu consegui perceber – e eu sou vítima disto, eu sofri um acidente por causa disto – a falta de regulamentação e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização sobre o aspecto de segurança. Você tem que definir as regras para a utilização desses veículos para poder conviver harmonicamente com o restante da população. Mas isso é algo endereçável, é algo factível.

E, mais uma vez, aconteceu aquele fenômeno dos patinetes de aluguel, que depois sumiram. Eu não acredito que a questão de um serviço de aluguel em que o valor da hora de um veículo desse saia mais caro que o Uber seja algo exitoso em longo prazo.

Voltando para o que interessa sobre a nossa apresentação: como usuários, defendemos uma mobilidade elétrica sustentável. Acreditamos em um país muito melhor. E o Brasil é um país que tem condição de ser protagonista nesse mercado, porque temos energia limpa, potencial de crescimento de energia limpa abundante e matérias-primas que o mercado já está desejando – e não é só a questão de nióbio e grafeno, até lítio nós temos no Brasil.

Temos possibilidade de fazer uma transição tranquila, porque o mesmo estudo da Anfavea que foi citado pelo Adalberto também mostra, como um dos cenários possíveis, que, até 2035, 67% dos veículos novos ainda seriam à combustão, mesmo que fossem em versões híbridas com biocombustível. Não se vira a chave de um momento para outro e transforma-se todo um parque – nós temos toda uma frota instalada – em elétrico. Aliás, o mundo – o mundo – chegou a 10 milhões de veículos elétricos neste ano, e o Brasil tem 42 milhões de automóveis à combustão.

Mas nós estamos perdendo oportunidade. E eu compartilho da mesma angústia demonstrada na palestra anterior, porque sou cidadão, além de consumidor, e eu vejo o quanto o Brasil está ficando para trás.

Tivemos a oportunidade, como Abravei, de participar do grupo de eletromobilidade do Rota 2030 e participamos hoje da Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica. Na época do início dos trabalhos do grupo de eletromobilidade, o GT7 – e ainda era no Governo Temer –, nós falamos algo que infelizmente está se provando verdadeiro: que o Brasil, ao não dar foco e atenção e não ter uma política clara de incentivo à eletromobilidade, iria acabar recebendo tecnologias defasadas e iria começar a perder mercado de exportação. Basta uma breve pesquisa no Google para ver que uma importante montadora desativou uma fábrica de motores na Europa, motores à combustão evidentemente, para transferi-la para o país. Colômbia e Chile já estão passando a perna no Brasil em relação às suas políticas claras de incentivo à mobilidade elétrica.

E vou encerrar falando de incentivo, porque eu não quero me alongar. Apesar de sermos consumidores... Já tivemos uma audiência com um colega seu aqui que é o Senador Carlos Portinho e viemos pleitear não o incentivo ao consumo como principal requisição, e sim, porque somos cidadãos, o incentivo à produção local, para mantermos uma indústria competitiva e termos, de uma forma sustentada, a redução de preço inerente a partir do momento em que nós começarmos a produzir localmente.

Então, é isso, Senador Rodrigo.

Muito obrigado, novamente, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu agradeço ao Rodrigo Vieira Dias, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores.

E vou fazer uma pergunta, se puder colaborar: qual país você poderia indicar como sendo um modelo ou de eletromobilidade ou de legislação voltada também para os veículos elétricos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

especialmente os ultracompactos? Qual seria o modelo que poderia ser importado, digamos assim, ou pelo menos servir como referência para o nosso País?

O SR. RODRIGO JOSÉ DE ALMEIDA VIEIRA DIAS – O país mais avançado do mundo quando se fala de eletromobilidade em qualquer das suas manifestações é a Noruega.

Cabe aqui uma observação curiosa. A Noruega é, entre os países europeus, o maior produtor de petróleo – não sei se vocês sabiam disso. É claro que o Oriente Médio produz muito mais, mas, dos países europeus, a Noruega é o maior produtor e, no entanto, ela virou a chave para a mobilidade elétrica e prefere exportar petróleo do que o consumir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem. Então, agradeço a participação.

Tenho a felicidade e a alegria de convidar para falar também para o nosso público, durante 15 minutos, e fazer uma exposição o Professor Marcus Tulius Barros Florentino, ele que é Professor do Instituto Federal de Alagoas e tem um estudo muito interessante sobre o tema. É um prazer enorme receber um conterrâneo para contribuir com o conhecimento.

Seja muito bem-vindo ao Senado Federal! Sinta-se à vontade aqui para representar o Ifal.

Com a palavra V. Sa.

O SR. MARCUS TULIUS BARROS FLORENTINO (Para expor.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Cunha. Bom dia, senhoras e senhores presentes e ouvintes que estão nos acompanhando aí nos canais da TV Senado.

Hoje nós viemos aqui primeiramente com o sentimento de gratidão pelo convite, em nome também do Reitor do Ifal, o Professor Carlos Guedes e da Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, a Professora Eunice Palmeira. Viemos, de certa forma, contribuir, sabendo que esse assunto é amplo, que não se esgota aqui e que envolve diversos setores, inclusive o setor da educação, que é o setor formativo daqueles profissionais que vão construir esse mercado, que vão fazer parte dessa indústria em plena expansão. Então, vamos tentar falar um pouco aqui sobre o presente e o futuro do Ifal, como uma instituição da rede federal de ensino técnico e tecnológico, para o desenvolvimento da eletromobilidade.

Antes de mais nada, queremos apenas situar as senhoras e senhores aqui presentes. O Ifal está localizado no Estado de Alagoas, nós temos uma capilaridade muito boa em relação à quantidade de Municípios atendidos pela rede. São cerca de 16 *campi*. Fazemos parte do Campus Palmeira dos Índios e temos sede na capital Maceió.

São cerca de 16 *campi*, então, em 15 Municípios. Nós temos mais de 180 cursos técnicos, tecnológicos, graduações, pós-graduações e cursos com outros níveis de formação, sendo, então, mais de 20 mil estudantes matriculados, que representam um excelente número para o nosso Estado.

No eixo tecnológico de controle e processos industriais do qual fazemos parte, nós temos cerca de oito modalidades de cursos técnicos, entre eles, técnico em eletroeletrônica, técnico em eletrotécnica, instrumentista industrial, entre outros desse eixo informativo, sendo uma graduação em Engenharia Elétrica, com ênfase em controle e automação e eletrotécnica.

Dentro do Ifal, como um todo, nós temos mais de 60 docentes especialistas nesse eixo tecnológico; desses docentes nós temos mais de 20 doutores; e nós temos 2,8 mil estudantes matriculados em cursos desse eixo formativo de controle e processos industriais, entre os quais, 125 estudantes de graduação, que consideramos um número expressivo pelo fato de o nosso curso de Engenharia Elétrica no Campus de Palmeira dos Índios ser relativamente novo. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

temos três anos de funcionamento, como curso de graduação, e adianto aos senhores que, entre esses 125 estudantes, nós temos diversos talentos, inclusive, talentos esses que já estamos conseguindo inserir no mercado de trabalho, através de programas de estágio e também como efetivação mesmo.

No Ifal como um todo, nós temos 25 projetos, pelo menos, em execução nas áreas de automação e inteligência artificial. Nós temos projetos – um deles eu faço parte – voltados a tecnologias para o agrário; projetos de tecnologias assistivas, de maneira assim majoritária, sendo liderados por estudantes; projetos na área de biotecnologia, principalmente na área de sensores; projetos que envolvem ferramentas IoT (internet das coisas) e demais áreas que envolvem esse eixo tecnológico. Para que esses projetos se desenvolvam, nós contamos com alguns laboratórios de grupos de pesquisa, principalmente na área de energias renováveis, na área de sistemas inteligentes e na área de eletroeletrônica, que é bastante forte no nosso instituto.

Para demonstrar como nós estamos nos preparando para o desenvolvimento de tecnologias que estão em pleno vapor, no mundo todo e no Brasil, nós estamos buscando inserir esse desenvolvimento de forma mais incisiva.

Nós recebemos, recentemente – aí um agradecimento ao Senador Rodrigo Cunha, porque veio através de uma emenda do Senador –, o primeiro Espaço 4.0, que são espaços de laboratórios instalados em contêineres. Nós recebemos, no nosso *campus* Palmeira dos Índios, o primeiro Espaço 4.0, que são espaços para desenvolvimento de tecnologia, para capacitação desses estudantes e, principalmente, para facilitar a eles o acesso ao mercado de trabalho através da aprendizagem de ferramentas tecnológicas de última geração.

Esses espaços contam com laboratórios *maker*, laboratórios de desenvolvimento de *software*, laboratórios de inovação compartilhados, equipamentos como impressoras 3D, computadores, *kit* de internet das coisas, *drones*, tudo isso para auxiliar os estudantes no desenvolvimento de habilidades e de ferramentas tecnológicas para que eles se sintam capazes, capacitados para buscarem vaga neste mercado de trabalho que está em expansão.

Além disso, nós temos duas iniciativas bastante relevantes no nosso instituto, que são a InovIFAL e as Oficinas 4.0, que são, na verdade, ecossistemas de inovação que criam essa cultura de empreendedorismo e inovação.

Através da InovIFAL, nós estamos em plena criação em vários *campi* das células incubadoras de empreendimento, além das Oficinas 4.0, que visam formar e apoiar o desenvolvimento de *startups* entre os estudantes que estão matriculados e os estudantes egressos.

Nós temos o objetivo de fomentar a criação de modelos de negócio a partir de projetos desenvolvidos na Instituição, o que é muito relevante, porque mostra a preocupação em desenvolver atividades e projetos que envolvam realidades no mercado, que busquem resolver problemas reais dos setores produtivos.

Nós temos também como objetivo criar uma cultura de empreendedorismo e inovação baseada na sustentabilidade e no impacto social e desenvolver soluções de base tecnológica para as demandas do mercado.

Para que a gente possa conversar sobre o assunto tema da nossa audiência pública de hoje, nós precisamos justificar por que estamos estudando eletromobilidade. Por que que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

olhamos com mais carinho para este tema? Por que é tão importante para nós fomentar o seu desenvolvimento?

Uma primeira coisa que talvez eu diria, de forma, vou dizer assim, radical, como uma única razão para que a gente, de uma vez por todas, assim como o mundo vem fazendo, vire a chave para o desenvolvimento da eletromobilidade, seria falar em termos de eficiência energética.

Se formos olhar para motores elétricos de veículos movidos, alimentados por baterias, nós vamos falar de uma eficiência em torno de 90%, o que significa uma quantidade de energia dissipada muito menor do que nós teríamos no motor equivalente à combustão interna, veículos motores que utilizam os combustíveis fósseis, em que a eficiência gira em torno de 30% – e a gente está falando aqui de veículos de passeio. O que significa isso? Nós estamos falando de 70% da energia disponibilizada ou demandada pelo motor sendo dissipada, principalmente na forma de calor.

O Sr. Rodrigo falou a respeito do custo de uma rodagem de 100km. Então, seria cerca de 70% daquele custo transformado em calor. Apenas 30%, então, seria utilizado para transformar essa energia disponível em energia cinética, ou seja, em movimento. Então, essa seria a única razão, para mim, já para motivar o estudo dessa tecnologia, o desenvolvimento de tecnologias que envolvam a eletromobilidade.

Um outro dado importante, não menos importante que o primeiro, é a questão da emissão de gases poluentes. Nós temos, em motores elétricos, cerca de zero, por volta de zero emissão de carbono. Só que isso deve estar associado a sistemas de carregamento por fontes renováveis. Não adianta de nada carregarmos o carro quando nós geramos a partir das termoelétricas, como estamos fazendo atualmente, porque as termoelétricas estarão emitindo esse carbono. Quando associados a fontes renováveis – e por isso é importante também o desenvolvimento desse mercado de energia renovável –, nós temos praticamente zero emissão de carbono, na operação do veículo.

Por outro lado, quando a gente está falando de motores de combustão interna, de veículos convencionais, como temos hoje, para se ter uma ideia, em veículos de passeio, nós temos entre 53g a 256g por quilômetro percorrido de emissão de carbono nesses veículos de passeio. Se a gente fizer uma conta rápida, em uma rodagem média de 100 mil quilômetros, o que é perfeitamente natural, para um veículo pequeno, de pequeno porte, ele vai gerar, nesses 100 mil quilômetros, na sua vida útil, vamos dizer assim, praticamente, em média, 5,3 toneladas de carbono emitidos na atmosfera. Como falou o Sr. Adalberto e o Sr. Rodrigo, é bastante poluição. E a gente está falando de um veículo apenas.

Uma outra questão que foi trazida pelo Sr. Adalberto Maluf é a questão da evolução do estoque global, que demonstra essa virada de chave do mercado global automotivo. Veja como a curva é bonita de se ver. É uma exponencial maravilhosa. Nesta década, nós crescemos para 11 milhões de unidades, em estoque global de veículos elétricos, no final de 2020, o que significou 4,6% do total de veículos comercializados no ano de 2020, em plena pandemia.

Estima-se, segundo o relatório da Agência Internacional de Energia, que, em 2025, nós teremos um estoque global de 55 milhões a 73 milhões de unidades de veículos elétricos. Então, não está mais no futuro, como bem falado pelo Senador Rodrigo Cunha, está no presente a necessidade de nós desenvolvermos esse mercado.

No Brasil, para a gente ter uma ideia, há um dado da Anfavea – eu não conhecia essa pronúncia, eu conhecia como "Anfavea", mas obrigado por nos corrigir; Anfavea, correto? – de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que nós tivemos cerca de 19 mil emplacamentos, licenciamentos de veículos elétricos no Brasil, no ano de 2020, o que também representa um certo movimento, mas em número muito menos expressivo do que no mundo, e, no ano de 2021, o Adalberto trouxe dados mais atualizados, mas até junho, nós tínhamos cerca de 14 mil emplacamentos; em setembro já temos 24 – não é isso? –, o que representa também um crescimento do mercado no Brasil, mas ainda de forma muito tímida.

O que leva o mundo a estar virando a chave para veículos elétricos? O que é que trouxe até aqui, a este momento, e o que nos espera no futuro? Uma palavra, ou duas palavras: desenvolvimento tecnológico. Nós vencemos, estamos vencendo barreiras que no passado eram praticamente intransponíveis, principalmente nas unidades de armazenamento de energia, nas baterias. Porque o que fez os carros elétricos do passado... Se a gente for falar em história de carro elétrico, de veículo elétrico, ou de mobilidade elétrica, a gente está falando de mais de um século. Nós temos carros elétricos do começo do século XX, de 1906, 1905, carro da Ford, inclusive.

Então, o que é que fez nós deixarmos de adotar a propulsão elétrica? Primeiro, a dificuldade de autonomia das baterias; segundo, o alto tempo de recarga; e, terceiro, o custo desses veículos, em comparação aos veículos de combustão interna. Então, a partir da Primeira Guerra Mundial é que os veículos de combustão interna tiveram desenvolvimento mais pujante, exatamente por conta da facilidade do seu desenvolvimento, deslocamento, e tudo isso.

E o que é que nós temos hoje? Quais são as barreiras que nós estamos conseguindo vencer? Primeiro, em termos da densidade da energia, que é a quantidade de energia que se pode acumular dentro da bateria em termos do seu volume, nós temos o uso de compostos mais avançados, que tem aumentado a autonomia dessas baterias. Aquele EV1, lá de 1996, da General Motors, tinha uma autonomia de 100 a 150km por carga. Nós chegamos a veículos que hoje alcançam 600km, 660km, 700km de autonomia por carga, tudo isso por conta do desenvolvimento desses novos materiais, que também têm permitido aumentar a vida útil das baterias e diminuído aí o seu peso e o seu volume, o que representa uma certa diminuição de custo, porque, com a mesma quantidade de potência, você consegue ter mais autonomia com um peso menor, e um conforto para o usuário, porque o volume diminui. Então, o *pack* de baterias ocupa menos espaço, o que representa, em temos de *design*, em termos de desenvolvimento do chassi uma redução de custo produtivo, que é atrativo para a indústria.

Além disso, nós tivemos investimentos em novos materiais e estações de recarga que permitiram – nesse caso, estações de recarga de alta potência – e permitem maximizar o fluxo de potência entre a rede e o veículo. Aqui no Brasil nós já temos algumas estações de recarga que recarregam o veículo, recarregam a bateria do veículo em 80% de sua carga total em até 30 minutos. Daqui a pouco, a gente vai mostrar um mapinha que vai mostrar algumas dessas unidades de estação. E há dados aí também da Agência Internacional de Energia e da GM Authority de que o custo das baterias tem diminuído progressivamente, o que está se tornando atrativo para a indústria. Então, não é só uma questão ecológica, não é só uma questão de eficiência, mas de custo que tem sido diminuído, por conta do desenvolvimento de novas tecnologias e do aprimoramento, em termos da eficiência do veículo, do motor, da unidade de armazenamento de energia, que são as baterias, dos inversores.

E há um dado importante. Uma questão importante é que hoje, na indústria de semicondutores, nós estamos alcançando inversores que operam com mais alta frequência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com mais alta temperatura, e, portanto, podemos aumentar o nível – vamos dizer assim, para tornar mais fácil para o entendimento de todos –, aumentar o fluxo de potência e diminuir o tempo de recarga, por exemplo, por conta dessa mais alta frequência da operação e por conta desses níveis de temperatura de operação se permitirem ser mais elevados.

Além disso, nós temos hoje um esforço coletivo muito grande em termos da diminuição dos riscos associados à operação das baterias. Todos sabem que uma bateria, de acordo com algumas condições de operação ou algum acidente, por alguma razão, pode vir a provocar acidentes com o veículo. Então, os fabricantes e os órgãos de normatização têm investido pesadamente em testagem e em segurança.

E aí quais são os desafios e oportunidades? Como o Ifal, como toda a rede federal de ensino técnico e tecnológico e como as universidades federais se inserem nesse contexto? Porque falamos aqui de mercado, falamos de indústria, mas nos esquecemos, muitas vezes, de que um mercado forte, uma indústria fortalecida necessita de pessoal qualificado. Quando a gente fala de educação, a gente não está envolvendo só o setor de educação, a gente está envolvendo todo o setor produtivo. A cadeia produtiva necessita de pessoal qualificado, e a gente não está conseguindo formar esse pessoal qualificado na velocidade que o mercado está demandando. Além disso, nós estamos perdendo talentos para o exterior, porque os mercados do exterior estão mais desenvolvidos.

Então, quais são os desafios e oportunidades que nós vislumbramos do ponto de vista de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico, de inovação? Primeiro, a autonomia das baterias. A gente precisa aumentar a autonomia das baterias, que é o *range*, que é a faixa de quilometragem que ela consegue atingir com uma única carga. Segundo, a vida útil, a reciclagem das baterias e o seu impacto ambiental, porque, apesar de nós considerarmos a operação do veículo elétrico associada a fontes renováveis – basicamente é um recurso que não cessa, porque é do vento e do sol, e a gente não vai ter a diminuição da oferta do sol e do vento –, os recursos, o material, os compostos utilizados na construção das baterias são limitados, eles são escassos. A gente precisa envolver pesquisas nesse campo. Há dados que estimam que, em 2030, nós vamos ter cerca de 100GW/h a 120GW/h de bateria com vida útil perdida. Isso é bastante coisa.

Uma outra coisa: o custo de produção por quilowatt do motor elétrico tem diminuído progressivamente. Tenho um artigo aqui de pesquisadores da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, em que eles mostram que, em relação ao motor, nós teremos uma diminuição de custo, até 2025 – coloca-se como objetivo isso –, de 30%, o que é uma parcela relevante de custo. Isso tudo por conta do desenvolvimento de novas tecnologias e de novos materiais na construção dos motores. Por exemplo, hoje talvez o motor mais caro para se produzir para veículos elétricos é o motor que utiliza materiais de ímãs permanentes e os terras-raras – o Brasil é um dos grandes produtores de terras-raras no mundo junto com a China –, mas ainda tem custo elevado. Esses motores têm maior eficiência, e os custos dos materiais para construção desses motores, o desenho desses motores tem sido modificado para aumentar a sua eficiência e diminuir esses custos. Então, a gente vai sair aí de por volta de US$5 por quilowatt para produzir um motor elétrico para cerca de US$3,3 no ano de 2025.

Um outro dado importante: por que o Brasil ainda está engatinhando nesse mercado? A oferta de rede de estação de recarga no Brasil ainda é muito tímida em relação a outros países, principalmente os da Europa. Daqui a pouco, a gente vai mostrar um gráfico para demonstrar essa diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Professor Marcus, só para a gente conseguir conciliar, porque a gente tem um prazo limite aqui na Comissão e há mais um expositor para falar. Normalmente, às 14h, a gente tem que encerrar.

O SR. MARCUS TULIUS BARROS FLORENTINO – Finalizando aqui, nós temos que considerar também os impactos no sistema elétrico de potência e levar em consideração também... E um trabalho que estamos fazendo é estudar padronização e regulamentação desse setor.

Aí um dado importante: no aplicativo PlugShare, nós temos cerca de mil, não alcançamos mil pontos de recarga no Brasil, como se vê aí no mapa. Os verdinhos são estações de recarga comuns, e os em laranja são estações de recarga de alta potência. Na Europa, cada bolinha azul dessa não representa uma estação de recarga, mas um aglomerado de estações. E algumas bolinhas dessas aglomeram cerca de 2 mil a 3 mil estações. Então, é uma diferença gritante.

Incentivos para a rede federal. Nós temos hoje o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, do Governo Federal, que incentiva a indústria a desenvolver o setor automotivo. E o setor de educação se insere nisso na formação de pessoal e no desenvolvimento de pesquisas.

Outra coisa: o setor automotivo e, principalmente, o de tecnologia têm alta demanda de profissionais. Nós precisamos, então, nos preocupar na formação desses profissionais de forma eficiente e qualitativa. Nós temos desafios tecnológicos que surgem todos os dias e temos, graças a Deus, no Brasil, capacidade criativa e corpo de especialistas. Nós precisamos de investimento, nós precisamos de preocupação no desenvolvimento do setor de educação, porque ele envolve, como dissemos, o setor produtivo.

Eu agradeço a atenção de todos e agradeço ao Senador Rodrigo Cunha pela oportunidade. Fico à disposição dos senhores para tirar dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Professor Marcus, fico muito feliz com sua explanação, representando muito bem o Instituto Federal de Alagoas e, mais do que isso, demonstrando ter um conhecimento técnico, um conhecimento de que é essencial a educação também estar junto nesse momento de desenvolvimento. Então, com certeza, iremos interagir ainda muito mais nos próximos capítulos. Então, seja bem-vindo! Obrigado.

E, por fim, temos a última participação, uma participação também bem aguardada, do Sr. Daniel Mariz Tavares, que é Diretor do Departamento de Segurança no Trânsito da Secretaria Nacional de Trânsito.

Eu gostaria até de levantar alguns questionamentos para que, se possível, Daniel, na sua fala, você deixe claro. Como eu disse aqui no início, a nossa vontade em fazer com que os veículos elétricos ultracompactos – eu me restringia um pouco a esse tipo de veículo – circulem pelos Municípios com segurança – é o que todos nós queremos –, e que a nossa legislação não seja um problema para atrair os investimentos necessários. Relembramos aqui, não só eu, mas vários outros, em suas falas, o que aconteceu com as bicicletas e os patinetes elétricos, que chegaram aqui e, depois, alguns Municípios começaram a legislar – pode andar na calçada, não pode andar na calçada, tem que ter capacete, joelheira, cotoveleira, tem que ter só capacete, um dizia que tinha que ter mais de 18 anos –, ou seja, vários Municípios legislando criaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

insegurança jurídica, o que fez com que esse tipo de investimento desaparecesse no nosso País. Isso aqui falando sobre o aluguel, o aluguel desses veículos.

Então, eu queria aqui saber se hoje, com a nossa legislação, há algum entrave, há algum enquadramento que foi feito em 1910, 1911, 1912 que a legislação não mudou, e isso atrapalha o funcionamento, o estimulo a trazer novas indústrias, como, por exemplo, foi falado aqui sobre a legislação do quadriciclo, que é utilizada para os veículos também elétricos ultracompactos. Fizemos uma relação aqui com a legislação que abrange o Buggy, a questão da segurança de o veículo poder rodar em rodovias apenas municipais. Então, isso, hoje, está completamente enquadrado com a realidade dos veículos elétricos ultracompactos, ou os veículos ultracompactos estão chegando, e a nossa legislação está engessada, e é necessário ter algum tipo de alteração no seu ponto de vista?

Eu gostaria, Daniel, por favor, se possível, na sua fala, também, deixar esses apontamentos.

O SR. DANIEL MARIZ TAVARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador.

Uma boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite feito à Secretaria Nacional de Trânsito para participar desse rico debate, muito oportuno, muito interessante. Cumprimento, na sua pessoa, Senador Rodrigo Cunha, todos os Senadores e Senadoras presentes, as demais autoridades e os nossos colegas painelistas. Parabenizo-os, também, pelas exposições feitas, porque demonstram, muito claramente, o panorama da situação da eletromobilidade no nosso País, nas suas mais diversas faces, nas suas mais diversas vertentes.

Eu gostaria, então, de tratar, um pouquinho, desse lado da segurança, da segurança viária e segurança veicular, que é o que compete a nós aqui na Senatran. De antemão, caso o nosso tempo não seja suficiente para expor todos os temas levantados e responder a todas as suas questões, Senador, nós nos colocamos à disposição para uma eventual, uma nova oportunidade para tratarmos de todos os temas.

Bom, inicialmente, eu queria... O cenário apontado mostra que nós temos diversos desafios, e, sem dúvida, é um desafio muito grande regulamentar essas tecnologias no campo do trânsito e da segurança viária. Isso porque nós temos produtos com diversas especificidades, diversas características, e cada uma requer um olhar atento, um olhar cuidadoso, para que se permita ser sua circulação de maneira segura nas nossas vias, no nosso País, um país em que ainda morre muita gente no trânsito. Nós temos, embora em um cenário de redução na questão de mortalidade em sinistros de trânsito, nós temos ainda cerca de 30 mil, 35 mil mortes no trânsito todos os anos. Então, esse é um cenário que a gente precisa ter em mente e ter a consciência de que segurança é muito importante, é muito cara, principalmente, nos nossos veículos.

Bom, fazendo um histórico tratando de veículos elétricos ultracompactos, foram citados, aqui, diversos tipos, diversas tecnologias, mas o requerimento fala, especificamente, na questão dos quadriciclos, que estariam regulamentados pela Resolução Contran 573/2015, ressaltando que cabe ao Conselho Nacional de Trânsito, ao Contran, a regulamentação dos itens de segurança, e à Senatran, como órgão máximo executivo de trânsito da União, cabe dar o suporte técnico, o suporte executivo às ações do Contran. E digo isso para citar que todos os nossos normativos, tudo o que foi publicado – como bem o colega Silvério, do Ministério da Ciência, citou –, é debatido pelo Conselho, com o apoio, também, de câmeras temáticas, câmaras essas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

envolvem não só órgãos do Governo das várias esferas – federal, estadual e municipal –, como também membros e especialistas da sociedade, da sociedade civil organizada.

Em especial, a Resolução 573, que trata de quadriciclos, foi debatida, à época, inclusive, envolvendo os fabricantes de veículos, envolvendo outros interessados. Isso porque, naquela época, nós tínhamos um cenário de incerteza, inclusive, do que seria o quadriciclo, esse veículo elétrico ultracompacto, num período em que estávamos discutindo, inclusive, a segurança dos quadriciclos oriundos de motocicletas, aqueles com guidão. E a gente, por meio da 573, criaram-se os normativos e a regulamentação dos requisitos técnicos específicos, dentro de um cenário em que surgiam esses primeiros veículos elétricos ultracompactos no País de uma forma incipiente, principalmente a reboque dos grandes eventos que nós estávamos sediando, como a Copa do Mundo e, principalmente, os jogos olímpicos em 2016.

Então, nós tínhamos esse cenário de um produto chegando ao País com várias incertezas ainda, com desafios de regulamentação inclusive no âmbito internacional, o desafio da regulamentação dos veículos L6 e L7, que persistem em muitos lugares, não é algo ainda concluso, está em evolução, e, agora, mais recentemente, com o advento da importância da eletromobilidade e dando-se mais importância a esse tema no nosso País também como mundo afora, obviamente, nós temos diversos desafios a superar ainda.

Então, aqui, na questão da Senatran e do Contran, nós temos a questão dos requisitos técnicos de segurança e das disposições de circulação. O desafio maior envolvendo os outros produtos também que o senhor citou, Senador Rodrigo, é que cabe à legislação tratar do tema de uma maneira ampla, da maneira mais ampla possível. Porém, nós temos as especificidades de cada cidade, de cada Município na circulação, e o Código de Trânsito dá condição de os Municípios ou o órgão com circunscrição sobre a via permitirem ou proibirem a circulação de determinado modal caso entenda em razão de aspectos de segurança.

Então, essa questão da circulação dos veículos já existe, já está disciplinada – existem resoluções do Contran tratando do tema –, mas entendemos que há desafios, sim, há medos, há receios, e as restrições dos mais variados tipos nos Municípios para permitir a circulação desses veículos é algo que nós nos propomos aqui a debater. Estamos abertos aqui e receptivos a todo auxilio, a toda contribuição e sugestão de modificação dos normativos infralegais. Naquilo que compete à Senatran e ao Contran, podemos debater, discutir e acolher as sugestões para podermos avançar nos nossos normativos, obviamente sem perder o foco na segurança viária, na segurança veicular, que é exatamente o tema mais caro à Secretaria.

Bom, voltando, então, à questão do quadriciclo, nós tínhamos, então, essa melhoria dos requisitos técnicos para os veículos com guidão. Surgiram, então, os veículos dotados de volante. Num primeiro momento, parecem ser veículos mais seguros, mas temos que entender que eles se assemelham mais às motos do que aos automóveis. Então, tem toda uma questão a ser tratada nesse aspecto. Existem estudos internacionais...

O senhor perguntou, no início da exposição, sobre o uso de *airbags*, a exigência de *airbags*. Hoje, o normativo exige, sim, que esses veículos, falando dos dotados de volante, tenham *airbags*. Embora eles tenham ali uma carenagem, uma carroceria, o aspecto importante é garantir a segurança dos ocupantes desses veículos, e, portanto, nós precisamos avançar nesses requisitos. Existem alguns testes sendo feitos mundo afora que demonstram baixo nível de segurança de alguns veículos, e a gente precisa, então, entender dessa forma e olhar para o veículo não com os itens de segurança, com os equipamentos, mas, fundamentalmente, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

requisitos de desempenho desse veículo que protejam os seus ocupantes e protejam os demais usuários da via.

Bom, sendo bem breve, eu queria trazer esses aspectos a esta Comissão, a esta audiência pública, colocar-nos à disposição para interagir mais uma vez e avaliar todas as propostas. Nós temos mantido o diálogo com alguns atores nesse universo.

A ABVE tem tido alguns contatos conosco, inclusive para melhorar as definições do que são esses veículos ultracompactos, como é que nós podemos aprimorar a legislação, os requisitos técnicos.

Essa questão vem muito ao encontro da inovação tecnológica, e eu gostaria de citar que o tema da inovação é um ponto muito importante e que está alinhado, está previsto ali no pilar 3, da segurança veicular, do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans), instituído pela Lei 13.614, de 2018, que é a nossa grande bússola na promoção da segurança viária no País nos próximos dez anos, no intuito de salvar 86 mil vidas até o final de 2028, alinhado a todas as iniciativas da Década de Ação para a Segurança Viária, para a promoção da segurança viária, estabelecida pelas Nações Unidas.

Bom, mais uma vez então, Senador, fico à disposição. Eram esses os pontos que eu gostaria de destacar. Acho, sim, que há espaço para que a gente possa tratar desses temas.

A questão da circulação dos veículos ultracompactos em rodovias, a restrição vem muito da primeira análise inicial, comparativa aos triciclos com cabines, para que também há essa restrição. Mas havendo segurança, sendo demonstrada a segurança, e dentro de aspectos mais claros ou melhor regulamentados de restrição, obviamente entendo que não deva ser uma restrição ampla de circulação desses veículos em toda e qualquer rodovia, mas em ambiente urbano, pode ser avaliado nessas condições. Em ambiente urbano, em vias mais locais, vias coletoras, é possível, sim, avaliar essa condição.

Estamos abertos aqui ao debate, ao diálogo, aguardando sugestões para que possamos, dentro da estrutura do Contran e da Senatran, discutir o tema e aprimorar a nossa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu agradeço ao Sr. Daniel Mariz Tavares, Diretor do Departamento de Segurança do Trânsito da Secretaria Nacional de Trânsito.

Realmente eu acho que temos um espaço ainda para avançar, fazer até um comparativo com outros países para saber onde é que já foi testado um modelo, onde já foi testado outro. Lógico que com a segurança em primeiro lugar.

Mas esta audiência pública, ao meu ver, conseguiu o seu objetivo. Primeiro, é trazer esse assunto para o Senado. Repito, mais uma vez: quero ficar restrito, neste primeiro momento, aos veículos ultracompactos, por acreditar na sua potencialidade, por acreditar que o Brasil está realmente muito atrasado nesse aspecto; na questão de segurança, pode ser uma alternativa às motos, e também por questões econômicas, financeiras e de orçamento doméstico, pode ser, sim, uma substituição à gasolina, que está com valor altíssimo.

Então, temos um caminho longo a ser seguido. Conversarei com outros Senadores sobre o tema, conversarei com outros também que já atuaram, em outros momentos, sobre isso. Tive contato com grandes especialistas aqui, que demonstraram que há uma dissonância entre o Brasil e outros países, inclusive da América Latina. E nosso objetivo é fazer com que essa Comissão de inovação e de tecnologia possa, sim, contribuir para o desenvolvimento do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos que participaram presencialmente e a todos que participaram virtualmente.

Um agradecimento especial a todos que interagiram através do canal e-Cidadania: Geova Costa, de Minas Gerais; Wagner Higashi, de São Paulo; Hebe Albuquerque, do Rio de Janeiro; Adma Reis, de São Paulo; todos participando aqui e contribuindo com alguns questionamentos que foram abordados na manhã de hoje.

Então, a todos uma boa tarde.

Está encerrada a reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e um, remotamente, com a utilização do sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 8, de 2021-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA), com a finalidade de debater a extinção do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), com a participação de Paulino Marinho, Coordenador-Geral de Orientação a Conselheiros e Apoio à CEGPAR do Ministério da Economia (ME); Martha Seillier, Secretária Especial do Programa de Parcerias e Investimentos do Ministério da Economia (ME); Júlio Cesar Ferreira Pereira, Consultor Jurídico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Sérgio Bampi, Diretor Técnico da Associação Civil do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A, de 2004 a 2008; Miguel Rossetto, Ministro do Trabalho e Previdência Social, no período de 2 de outubro de 2015 a 12 de maio de 2016; Silvio Luís dos Reis Santos Junior, Presidente da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A (ACCEITEC); Tiago Roberto Balen, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Microeletrônica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e Luiz Carlos Pessanha, Controlador da Fundação do Instituto InvestBrasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/104067

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Paulo Rocha e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Rose de Freitas, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o arquivamento dos seguintes expedientes, sem que tenha havido manifestação de interesse de membro desta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019: Avisos nº 1179, 1419, 996, 874, 853 e 744/2021, do Tribunal de Contas da União; Ofício nº 17/2021/PS-GSE, da Câmara dos Deputados, relativo ao CAC nº 1/2021, Rádio Imprensa de Madureira de Anápolis Ltda.; Ofício nº 183/2019, da Câmara Municipal de Virginópolis (MG); Oficio nº 003/2020, da Câmara Municipal de Coronel Sapucaia (MS); Oficio S/Nº, da Editora Boa Vista Ltda; Oficio S/Nº, do Portal Diário do Rio Revista Eletrônica Ltda; Oficio nº 11/2020, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Oficio nº 4051/2020, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 10, de 2021-CCT, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), com a finalidade de debater sobre inovações tecnológicas na prevenção, diagnóstico e tratamento do Câncer, com a participação de Luís Romagnolo, Diretor de Inovação do Hospital de Amor de Barretos; Ricardo Cesar Cavalcanti, Diretor Presidente do Hospital do Coração de Alagoas; Clarissa Mathias, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); Arn Migowski Rocha dos Santos, Chefe da Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede do Ministério da Saúde (MS); Marcos Cesar de Oliveira Pinto, Diretor do Departamento de Empreendedorismo Inovador do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); e Guilherme Sanchez, Gerente de Inovação do Hospital de Amor de Barretos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Styvenson Valentim
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 14, de 2021-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), em cumprimento ao plano de trabalho da Avaliação da Política Pública de implementação das redes móveis de quinta geração (5G), desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento nº 5, de 2021-CCT, conforme ao disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, com a finalidade de esclarecer com especialistas e representantes do governo a situação atual do processo de licitação de radiofrequências já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as expectativas para implementação dessa tecnologia no país, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas, com a participação de Alex Jucius, Diretor-Geral da Associação NEO; Cristiane Sanches, Conselheira da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint); Francisco Soares, Vice-Diretor do Grupo Setorial de Telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); Gustavo Correa, Diretor de Tecnologia Sem Fio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); Flávia Lefevre, Integrante do Coletivo Intervozes e da Coalizão Direitos na Rede; e Diogo Moyses, Coordenador do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas, bom dia convidados *online* e presentes.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial com a utilização do sistema de videoconferência adotado pelo Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores em modo remoto que desejarem fazer uso da palavra podem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" ou registrar seu pedido no *chat* da plataforma.

O público interessado em participar da audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania – www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligar para o telefone 0800-0612211.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer com especialistas e representantes do Governo a situação atual do processo de licitação de radiofrequências, já iniciado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e as expectativas de implementação dessa tecnologia no País, além de aprofundar questões relativas à segurança cibernética das redes que serão implementadas, em cumprimento ao Requerimento nº 14, de 2021, CCT, de minha autoria, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública de implementação das redes móveis de quinta geração no exercício 2021.

Com a missão desta Comissão de Ciência e Tecnologia em avaliar, neste ano, as políticas públicas relativas à quinta geração de redes móveis, 5G, no Brasil, tornou-se indispensável promovermos um ciclo de audiências para aprofundarmos os debates a respeito do tema e a implementação da própria tecnologia 5G no Brasil.

Lembro que esta é a segunda audiência pública que realizamos. Na primeira contamos com a participação de representantes dos órgãos públicos executivos e consultivos envolvidos na implementação das redes móveis do 5G. Ouvimos representantes da Agência Nacional de Telecomunicações, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações, do Tribunal de Contas da União e da Subcomissão do 5G da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, na qual tratamos do modelo de licitação, dos prazos para implementação da tecnologia e dos compromissos de atendimento à população.

Nessa ocasião, convidamos representantes dos prestadores de serviço de telecomunicações, da sociedade civil e especialistas, a fim de debater o leilão do 5G, os benefícios a serem alcançados com a implantação dessa tecnologia em termos de preço, qualidade de serviço e diversidade de aplicações para consumidores. Além disso, vai ser importante aqui analisarmos também não apenas as possibilidades de potencial aumento da produtividade econômica – e sabemos que serão muitos –, mas também como ficará o cidadão comum, lá do interior; quando ele terá acesso a essa tecnologia; como ficará ele servido das atuais tecnologias, que já estão ofertadas, mas com baixa qualidade; como e quando essas tecnologias vão proporcionar maior bem-estar social, melhor qualidade de vida a esses cidadãos e cidadãs; e, ainda, como se dará a inserção no País das futuras evoluções das tecnologias de redes móveis, tendo em vista que diversos países já estudam a implantação da tecnologia 6G.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa também será uma oportunidade para debatermos algumas críticas de diversas entidades ao processo do leilão para o 5G, como a rapidez para a aprovação do edital, o suposto erro na precificação das faixas, os compromissos de atendimento insuficientes, a sobreposição de infraestrutura, os compromissos de conectividade abaixo do necessário, entre outros. São alegações que se fazem e, portanto, estamos aqui para esclarecê-las.

Enfim, por todas essas razões, estamos aqui hoje. E tenho certeza de que será um proveitoso debate.

Encontram-se presentes, por meio do sistema de videoconferência, os seguintes expositores: Cristiane Sanches, Conselheira da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint); Flávia Lefèvre, integrante do Coletivo Intervozes e da Coalizão Direitos na Rede; Alex Jucius, Diretor-Geral da Associação NEO; Francisco Soares, Vice-Diretor do Grupo Setorial de Telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); Gustavo Correa, Diretor de Tecnologia Sem Fio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); Diogo Moyses, Coordenador do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Meus amigos, vou conceder a palavra por dez minutos a cada um dos nossos convidados.

Temos aqui já, para referência de vocês, algumas manifestações dos cidadãos e cidadãs brasileiras:

Rafael dos Santos, do Rio Grande do Sul, dizendo: "Internet, sendo hoje mais uma necessidade básica, deve ser distribuída com a melhor qualidade para toda a população". Concordo plenamente.

Ruan Pinheiro, do Rio de Janeiro: "A internet 5G apresenta grande superioridade à 4G!".

Alisson Carneiro, do Pará: "Será uma grande conquista para o povo brasileiro".

Geová Chagas, de Minas Gerais: "Desejamos que essa implementação ocorra o mais rápido possível. Parabéns!".

Weverton Dias, de São Paulo: "Um grande avanço e é necessário o debate, pois o Brasil não pode ficar de fora dessa tecnologia que pode beneficiar o País em todas as áreas".

Renan Torres, do Paraná: "Já existe algum prazo para o início dessa implementação?". Essa é uma dúvida que também assola muitas pessoas.

Enfim, aqui são vários detalhes que vamos discutir.

Portanto, concedo a palavra... A ordem de fala, meus queridos amigos, foi alterada em função de uma premência do Alex, que tem que se retirar. Então, vou dar logo a palavra a ele, por dez minutos. Alex Jucius; logo depois, para vocês se programarem, Cristiane; terceiro, Francisco Soares; quarto, Gustavo Correa; quinto, Flávia Lefèvre; sexto, Diogo Moyses. Pode ser assim? Todos concordam? (*Pausa.*)

Alex Jucius, Diretor-Geral da Associação NEO, com a palavra por dez minutos, sendo avisado aos quinze segundos, bem como todos aqui nesta Casa já estão acostumados a ouvir a voz dos quinze segundos. Você será premiado com ela assim que chegar ao horário, claro, com tolerância, mas apenas para avisá-lo, para referência. Dez minutos, Alex Jucius, Diretor-Geral da Associação NEO.

Obrigado, Alex.

O SR. ALEX JUCIUS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu queria agradecer primeiro a CCT pela oportunidade de promover esse debate importante para a sociedade. Esse processo é um processo muito longo, que vem acontecendo, mas eu acho que sempre é tempo para discuti-lo. Então, quero agradecer, na pessoa no Senador Jean Paul Prates, pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É um assunto muito amplo, acho que são vários temas aqui para se debater. Vou tentar ficar aqui dentro dos dez minutos, acho que nas principais questões.

A gente sabe que esse leilão talvez seja o maior leilão de radiofrequência do mundo, somando todas as faixas, a faixa de 700, a faixa de 2.3, 3.5 e 26 GHz. Então, somadas todas essas faixas, é o maior leilão de radiofrequência do mundo e dá oportunidade aqui para que várias empresas possam atuar nisso.

Foram mais de três anos de debates, promovidos tanto pelo ministério, colocando as políticas públicas necessárias e discutindo com a sociedade, mas especialmente pela Anatel. E a gente entende que chegamos num formato que é fruto de todos esses debates entre todos os agentes da sociedade. Então, no final, falando em nome das empresas de pequeno porte, das empresas entrantes nesse mercado, um mercado da mobilidade que está extremamente concentrado na mão de quatro empresas, a gente entende que houve sim oportunidade para que as empresas menores pudessem entrar. Isso não ocorreu nos leilões anteriores. Então, é um avanço com relação às políticas que vinham sendo implementadas anteriormente.

Há alguns conceitos do edital que eu queria colocar, que são muito interessantes e foram adotados. Vou colocar alguns exemplos. Ele tem, por exemplo, o caráter não arrecadatório. E o caráter não arrecadatório a gente entende que é um fato positivo, mas obviamente não está solto, está apoiado em compromissos. Diversos compromissos estão sendo colocados nas diversas faixas, seja para atendimento de estradas, seja para atendimento de escolas, para atendimento de *backhaul*, de distritos, de cidades pequenas e mesmo da própria Amazônia. Então, de alguma maneira, isso aqui foi colocado e distribuído dentro das diversas faixas de frequência e obviamente foi dada uma certa simetria entre as empresas de grande porte e as empresas de pequeno porte. E para as empresas de pequeno porte ficou uma quantidade menor de investimento e mesmo de garantia para que elas pudessem entrar nesse edital.

Outra grande coisa, importante, que aconteceu foi o fato de que a gente tem também blocos regionais, e anteriormente você não tinha essa oportunidade. Foram blocos regionais de verdade, um pouco maiores do que talvez numa licitação de 2015 que a Anatel tenha feito, mas, pelo caráter do 5G, a gente entendeu que foi um bloco que se tornou adequado para que as empresas pudessem se juntar e eventualmente montar consórcios para atender. A gente pode ver isso em diversas faixas de frequência em que isso aqui foi adotado. Então, nos blocos regionais, especialmente na faixa de 3.5 giga, que a gente entende que é a grande vedete do leilão.

Ontem, quando foram entregues, quando foram qualificadas as empresas, a gente teve uma grata surpresa desse trabalho. Normalmente, num leilão desses, apareciam quatro prestadoras, as quatro conhecidas, e ontem nós tivemos 15 proponentes que se habilitaram para participar desse leilão, o que indica que realmente foi uma decisão acertada da agência buscar novos entrantes para que pudessem vir para esse mercado novo da mobilidade.

De tudo isso, de se discutir diversas tecnologias, quando a gente pensa na inclusão digital, ela não necessariamente será feita com o 5G, mas pode ser feita através do 5G, com os investimentos decorrentes, com esses compromissos que estão sendo colocados. Grande parte desses compromissos estão sendo colocados com a implantação da tecnologia 4G, da tecnologia LTE, que vai ser levada para lugares que hoje não estão cobertos.

Na minha opinião, o 5G talvez vá promover a maior inclusão digital que já houve neste País com relação à parte de mobilidade. Não falo da parte fixa, porque, da parte fixa, a Cris está aqui também para falar depois. As empresas de pequeno porte vêm fazendo um trabalho muito grande ao longo desses últimos anos, sem nenhum tipo de incentivo público, sem nenhum tipo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de apoio. Hoje, praticamente 50% do mercado de banda larga fixo no Brasil é ocupado pelas prestadoras de pequeno porte, carinhosamente conhecidas como PPPs, que vêm levando essa conectividade, especialmente de fibra óptica, para os quatro cantos do Brasil. É um pouco da expectativa dessas empresas de pequeno porte, seja de maneira direta ou indireta, dentro do edital do 5G, que elas possam continuar a fazer essa revolução digital feita na banda larga fixa na banda larga móvel também.

Quando se trata da banda larga móvel, é importante destacar, Senador, que não existem as mesmas facilidades de atendimento da banda larga móvel e da banda larga fixa, porque na fixa – estou sendo muito simplista – basta fazer o lançamento de uma fibra num poste, pagar para a concessionária, ter os seus equipamentos e teoricamente você pode atuar. Quando diz respeito à banda larga móvel, você trata de estradas digitais, as estradas que são chamadas espectro, nas quais simplesmente você não pode ir ocupar, pois depende de uma licitação, depende, na verdade, que, de alguma maneira, em caráter primário, haja um detentor desse espectro, dessa frequência, e ele está hoje no Brasil basicamente bastante concentrado na mão de quatro operadoras.

Hoje há uma discussão a respeito da compra dessas quatro operadoras com relação à Oi. Então, de quatro operadoras – há uma discussão tanto no Cade quanto na Anatel –, haveria uma diminuição para três operadoras no Brasil.

A gente está tratando de espectro, a gente está tratando de escassez, a gente está tratando na verdade de um bem, de um insumo que é finito e não pode ser replicado. Então, a faixa de frequência que está na mão de uma determinada operadora fica na mão daquela operadora e não é compartilhada. A gente tem grande preocupação com esse assunto.

Eu lembro aqui uma frase do ex-Ministro do STF, Eros Grau: que a Constituição não pode ser analisada em pedaços. Da mesma maneira, quando a gente trata do espectro, Senador, a gente também não pode analisar o atendimento apenas em 5G, a gente deve olhar em todas as tecnologias, em todas as frequências, a gente deve olhar de uma maneira... É muito importante que o Senado, especialmente na figura do Senador, esteja trazendo esse debate de conectividade, que é superimportante, com pessoas aqui, com a Flávia, com o Diogo, que sempre vêm buscando a ampliação da conectividade no Brasil.

Então, para mim, a gente não pode olhar apenas a questão do próprio 5G em si. Já colocando com relação à parte do edital, foi bem construído dentro do debate. Sempre pode ser melhor? Óbvio. Sempre pode ser melhor, sempre com mais discussão, mas há uma certa hora em que você deve dar um corte para não ficar para trás. Quantos anos mais a gente ficaria discutindo esse assunto até concluirmos isso? Então, há um certo momento em que precisamos evoluir, colocar, implementar, ficar muito atento com relação à questão dos próprios compromissos e ver se conseguimos adiantar determinados compromissos que estão colocados dentro do edital. Isso aqui será muito importante para que a gente antecipe cidades, especialmente do interior do Brasil, que possam receber o 5G de maneira mais breve do que o que está no cronograma colocado pela própria Anatel.

O Senado e a sociedade civil terão um papel muito importante para exercer essa pressão, para que esses compromissos que estão colocados numa determinada data possam acontecer numa data a priori.

Com relação à questão técnica, operacional, política e econômica, eu vou rapidamente... Do ponto de vista técnico, o 5G representa um grande salto tecnológico. A gente está se alinhando a grandes países do mundo que já vêm fazendo isso. Ele traz mais velocidade. Dependendo da faixa de frequência, há uma menor latência, o que vai trazer uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de novos modelos de negócio e novas aplicações que poderão ser desenvolvidas sobre essa tecnologia. Então, o que se fala é: basicamente, esqueçam todas as aplicações que vêm sendo feitas até hoje, porque será criada uma série de outras aplicações que até hoje não surgiram e serão desenvolvidas por esse ecossistema.

Isso é um grande trabalho que precisa ser feito com políticas públicas, para que a gente desenvolva uma cadeia de valor – estou vendo aqui o CPQD presente, o Francisco da Qualcomm –, para que se crie a mão de obra necessária, para que se trabalhe nessas questões, para que não fique a utilização de tecnologias apenas vindas de fora, mas que a sociedade desenvolva aplicações e aplicativos aqui dentro do Brasil. Muitas vezes, grande parte do dinheiro não fica na camada de rede, mas fica na camada de aplicação. Então, precisamos estar muito atentos a esse desenvolvimento e para que isso seja equânime, não chegue apenas para alguns, mas que chegue para todos.

Há uma grande preocupação no sentido de que isso não fique restrito aos grandes centros. O edital não fala isso, o edital faz, de alguma maneira, você ter uma entrada pelas próprias capitais... Ao mesmo tempo, você vem pelas pequenas cidades. Isso também é uma grande revolução, é um grande avanço com relação aos editais anteriores, pois permite que a tecnologia chegue junto numa cidade pequena e numa cidade grande, para que não haja discriminação com relação às pessoas que estão utilizando essa tecnologia.

Basicamente é isso, Senador. Eu poderia falar bastante aqui desse assunto, mas quis apenas dar uma introdução.

Agradeço novamente pelo convite e fico à disposição. Ficarei muito feliz aqui ao ver os meus debatedores, os outros debatedores aqui nesse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Alex. Fique à vontade. Eu sei que você tem que se retirar eventualmente em algum momento aqui da nossa audiência. Muito obrigado pela sua presença. E vamos continuar em contato, porque esse trabalho é um trabalho contínuo; nós temos que produzir um relatório ao final.

Passamos a palavra à Cristiane Sanches, Conselheira da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint).

Obrigado, Cristiane, pela sua presença.

A SRA. CRISTIANE SANCHES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Jean Paul Prates. Eu pergunto se vocês conseguem me ouvir. (*Pausa.*)

É um prazer estar junto à CCT novamente. Peço desculpas pela minha falta de voz hoje. Eu vou me esforçar aqui para manter o ritmo muito bem endereçado inicialmente pelo Alex, um grande colega, que eu respeito muito.

Eu acredito que, se nós fizermos um balanço do histórico do edital do 5G, que começou lá atrás, em 2018, quando nós ainda discutíamos só o 700, a faixa dos 700, nós vamos ver que tivemos um balanço muito positivo, muito bom, especialmente com relação à entrada de novas operadoras que antes só trabalhavam dentro das redes fixas. Sem dúvida nenhuma, isso traz uma dinâmica diferenciada para o mercado móvel. E por que eu digo isso? A Anatel tem um histórico de tratamento dos leilões das faixas de frequência bastante amplo. São mais de dez anos de referência com relação à mobilidade. Esse mercado sempre foi muito maduro; muito maduro com as grandes operadoras. Essa maturidade não significa a competição que nós temos hoje dentro da banda larga fixa. Hoje, dentro da banda larga fixa, nós estamos falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

praticamente 20 milhões de acessos providos pelas PPPs, que são aquelas prestadoras de pequeno porte que o Alex bem endereçou.

Quando nós tratamos dessas empresas, qual é o grande diferencial brasileiro? E esse diferencial é reconhecido pela OIT e muito aclamado por vários países que perseguem a inclusão digital. O grande diferencial está na capilaridade dessas redes construídas com base no próprio empreendedorismo dessas empresas.

Então, a Abrint defende de todas as formas possíveis, numa agenda muito positiva, a participação dessas empresas no mercado, a simetria regulatória que foi conquistada ao longo dos anos através da própria regulação e principalmente a entrada dessas empresas agora no mercado da mobilidade.

O 5G vai muito além de mobilidade. O 5G realmente quebra paradigmas do ponto de vista de serviços que poderão ser oferecidos no final. Se a gente olha todo o histórico das frequências e da banda larga móvel, a gente vê que o 5G quebra um paradigma no sentido de latência, de tempo de resposta natural dentro da banda larga móvel. Isso vai permitir uma mudança significativa na cadeia de valor tanto das empresas que prestam o serviço, tanto das operadoras entrantes quanto de toda cadeia de fornecimento de equipamentos dentro da estrutura de telecom hoje. Com base nisso, sem dúvida nenhuma, o 5G parece, a meu ver, uma luz no final do túnel diante de todas as dificuldades que tanto o Brasil quanto o mundo vêm sofrendo nesses últimos anos.

Com relação ao próprio edital, acho que é muito pertinente aqui, inclusive em face da história de que a CCT dispõe, explicar e tentar responder a algumas dúvidas clássicas. Uma das dúvidas clássicas de toda a população em geral seria: esse edital foi bem construído? Esse edital conta com lotes adequados para o País? E a resposta é sim. O edital contempla uma regionalização que pode não ter sido aquela granularidade que a gente pretendia no início, mas ela é, sim, suficiente. E a gente viu, pelas apresentações das propostas de ontem, o quanto vai dar vazão para a entrada de novas operadoras.

Além disso, a formatação que foi construída dentro do edital permite que a gente tenha acesso a redes neutras. O que significa isso? O espectro é, sim, um bem escasso – o Alex já colocou muito bem – e o futuro do espectro é o compartilhamento. Se nós não tivermos esse compartilhamento e um acesso diferenciado à rede móvel, nada vai funcionar, e o interior vai restar prejudicado. Então, a formatação dos lotes junto com os compromissos que devem ser assumidos pelas empresas permite essa flexibilidade. E o edital tem vários gatilhos que garantem essa flexibilidade entre interior e capitais. Esses gatilhos vão desde um Município que cumpre com a Lei Geral das Antenas até com a convivência com aquelas faixas adjacentes do modelo satelital.

Então, são diversas hipóteses ali, além do dia a dia mesmo, que, sem dúvida nenhuma, vão trazer como se fosse uma intersecção entre os serviços que são providos dentro das capitais e os serviços que são oferecidos no interior.

Além disso, os compromissos de investimento foram assertivos, embora a gente tenha dúvidas ainda sobre como vai ser o futuro do atendimento das escolas, e isso é bom pontuar, mas, particularmente, eu acredito que isso vai ser bem desenvolvido como política de Estado. Nós teremos um avanço da própria rede 4G naquelas localidades mais remotas e afastadas.

E por que eu entro no tema de localidades remotas e afastadas? Porque na banda larga fixa, embora a gente esteja falando, no Brasil, em termos de 84% de capilaridade de todas as redes dos provedores, ainda existem *gaps* com relação a essas áreas, e não é o 5G que, nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

momento inicial da sua operação, vai resolver isso, mas os compromissos com relação ao 4G, sem dúvida, vão endereçar esses *gaps* de acesso.

Então, dito isso, a gente segue para alguns outros questionamentos que são bastante naturais da nossa população.

O Brasil está dentro do *timing* correto para se fazer o leilão e para verificar as empresas que entram em operação? Sim, nós temos alguns mercados bastante evoluídos do ponto de vista do 5G, como Coreia, Japão e China, e nós temos mercados extremamente bem desenvolvidos em termos de padronização – e aqui o Francisco vai contribuir, certamente, com esse ponto, junto com o Gustavo –, que é a própria Alemanha. O Brasil pode e deve aprender com esses exemplos.

Inclusive, o mercado móvel tende a trazer uma padronização maior para as próprias redes fixas que vão atuar em conjunto com a vazão de tráfico dessas redes móveis. E por que essa vazão de tráfico? Porque, dentro da rede móvel, o usuário é, sim, um gerador de tráfego. Ele posta os seus vídeos, e a mobilidade trouxe uma mudança de perspectiva da nossa comunicação entre as pessoas como nunca existiu antes. Então, nós acreditamos que as tecnologias são convergentes, elas são complementares, e nós vamos conseguir fazer uso da capilaridade que nós temos dentro das redes fixas para todo o desenvolvimento do próprio 5G.

Sem dúvida nenhuma, existem dúvidas ainda a respeito da precificação dos lotes, mas, particularmente, a Abrint entende que a precificação, dentro da lógica de uma empresa entrante no mercado e dentro da lógica de um leilão não arrecadatório, em que se fixam preços mínimos para se buscar uma valorização daquele lote para uma empresa que possa dar conta dos compromissos de atendimento, foi dentro da medida correta da Anatel. E o próprio perfil das 15 propostas apresentadas mostra um pouco isso.

Nós teremos, sem dúvida nenhuma, a Região Sul do País muitíssimo bem atendida dentro do edital, as Regiões Norte e Nordeste também muito bem atendidas, e a região de São Paulo e o Centro-Oeste dentro da esfera da competitividade que a gente já imagina para os lotes nacionais.

A carteira do nosso usuário brasileiro é a mesma e vai continuar sendo a mesma. Nós esperamos que não haja um prejuízo maior para essa carteira, digamos, para a aquisição dos serviços. A oferta de serviços 5G vai dar continuidade nos preços atuais, para que se mantenha competitiva aos clientes finais. A gente espera, assim, que todos possam ter acesso e que a gente tenha uma amplitude ainda maior dessa inclusão digital que vem acontecendo.

Agradeço a participação e espero, ansiosamente, ouvir todos os colegas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Cristiane. Obrigado sobretudo pelo sacrifício da voz a nosso favor. Espero que nós consigamos conversar contigo e com o pessoal da Abrint – que eu já também conheço há muito tempo, e temos uma boa relação – durante este trabalho aqui da nossa relatoria. Muito obrigado, mais uma vez, pelo esforço de estar conosco aqui. Isto aqui é complicado; às vezes, a gente não está em condições 100%. Agradeço muito.

Francisco Soares é o nosso próximo convidado a expor. Ele é o Vice-Diretor do Grupo Setorial de Telecomunicações da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Francisco, por favor, dez minutos para suas considerações. Obrigado.

O SR. FRANCISCO SOARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. É um prazer muito grande estar aqui! Queria cumprimentar V. Exa., todos os Senadores aqui presentes e também os colegas que estão participando desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui uma apresentação que eu queria compartilhar, mas estou tentando compartilhar aqui, e não permite, não está permitindo. Eu não sei se tem alguma... Não está sendo permitido compartilhar a apresentação, os eslaides. (*Pausa.*)

Bem, eu vou tentar, então, falar apenas, e deixar a apresentação um pouco de lado.

Eu escutei o Alex e a Cristiane colocarem as suas visões, os seus pontos de vista também extremamente relevantes sobre o leilão do 5G e a tecnologia que está vindo. Eu queria dizer que aqui, representando a Abinee (Associação da Indústria Elétrica e Eletrônica), eu tenho que...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Francisco, me desculpe. É só para dizer para você – eles não estavam conseguindo comunicar – que já pode compartilhar a tela. Desculpe.

O SR. FRANCISCO SOARES – Deixa eu tentar aqui, então, compartilhar.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ainda não está aqui. Agora, sim.

O SR. FRANCISCO SOARES – O.k.

Bom, então, como eu estava dizendo, Senador, eu queria endereçar alguns pontos aqui desse roteiro que eu preparei para me ajudar nesta apresentação de hoje, em nome da Abinee.

Eu concordo plenamente com praticamente tudo o que foi dito pelos colegas, o Alex e a Cristiane, sobre as questões relativas a esse leilão de espectro em que a gente, como Abinee, tem trabalhado, desde 2018, muito com a Anatel e com os órgãos de Governo para que esse leilão saísse. A gente tem uma grande expectativa de que, realmente, acontecendo agora, no dia 4 de novembro, muita coisa vai mudar em relação às telecomunicações neste País. A gente tem uma grande esperança com tudo aquilo que possa vir a trazer esse leilão do 5G.

Embora a gente tenha a ideia, tenha a convicção de que o 5G, como uma tecnologia, é fundamental, como uma tecnologia que vai transformar, que não é só uma evolução, mas uma revolução que a gente está tendo na área de telecomunicações, uma vez que não se trata apenas de uma capacidade maior, uma evolução de um G para outro G, mas a gente tem aquilo que foi comentado aqui, já, anteriormente: características importantes de muito baixa latência e também de confiabilidade na rede, quer dizer, a confiabilidade de que os dados que são entregues, que são transmitidos são recebidos na sua totalidade. Então, é por isso que a gente diz que o 5G vai trazer uma grande transformação, no sentido de que vai ser uma conectividade, agora, para suportar infraestrutura crítica, que é alguma coisa que a gente não tinha com as versões anteriores. Isso é uma característica fundamental e revolucionária do 5G. O 5G vai poder substituir tecnologias, por exemplo, do tipo cabo óptico, que tem uma confiabilidade muito grande, e o 5G deseja, pelo menos é o seu objetivo principal, chegar a este mesmo tipo de confiabilidade: 99,9999% dos dados entregues são recebidos na sua integralidade.

Mas há alguns desafios, Senador. É importante a gente falar que não é só a conectividade que é importante, não é só o 5G que vai ser... Temos agora o 5G, vamos implementar o 5G, e os desafios são só para a implementação dessa conectividade e a evolução dessa conectividade. Nós temos que casar isso com as aplicações.

O 5G, por ter essas características, vai proporcionar o desenvolvimento e o surgimento de uma grande quantidade de novas aplicações, de novos negócios, de novos benefícios sociais e econômicos que estão vindo por trás disso. Então, a conectividade, o ecossistema de conectividade é importante, porque sem ele você não consegue desenvolver todas essas aplicações.

Então, as políticas públicas implementadas pelo Governo devem, sim, endereçar a conectividade do 5G, que vai começar agora, a partir do leilão, e a gente prevê... Alguém até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

perguntou, na introdução, sobre para quando está previsto o leilão. Nas regras do leilão, está previsto começar a implementar as redes em julho do ano que vem. Então, em julho do ano que vem, a gente vai começar a ter em algumas capitais, em grandes capitais, já a implementação dessa tecnologia. Mas é importante também desenvolver políticas públicas para endereçar as aplicações, para endereçar a inteligência artificial, a realidade virtual e todas as aplicações novas que vão surgir com essas novas tecnologias.

Uma coisa é fundamental para que isso aconteça, e existe uma preocupação realmente com a substituição do trabalho manual e econômico para processos automatizados que vão acontecer. As indústrias vão sofrer muita evolução desse processo manual para o processo automatizado, justamente por causa dessa característica de baixa latência. Robôs se comunicando um com o outro de forma muito mais rápida e muito mais eficiente vão trazer um benefício grande para a indústria, e muita mão de obra que a gente utiliza hoje talvez sofra um processo de evolução para processos mais automatizados.

É importante também ter políticas para capacitação e treinamento dessas pessoas. Então, atividades dentro dos currículos escolares, cursos, essas coisas todas vão ser importantes nessa transformação que a gente vai sofrer.

E um aspecto muito importante também é o fomento da indústria de semicondutores e das tecnologias inovadoras. A gente tem uma discussão que está acontecendo no País, até, no meu entendimento, um pouco ao revés do que deveria ser feito. Existem alguns instrumentos que são utilizados, como Padis e a Lei de Informática, que são instrumentos de sucesso, que aconteceram e que estão presentes, disponíveis para a indústria, para o desenvolvimento. Parece que existe uma certa divergência no sentido de achar que esses instrumentos não estão sendo eficientes, não estão alcançando os seus objetivos, o que eu acho que não é uma verdade. Eu acho que esses instrumentos, sim, estão alcançando. O que está faltando talvez seja a criação de novos instrumentos. Não é terminando com esses que vai se resolver o problema; pelo contrário, vai se agravar o problema.

Então, a indústria de semicondutores precisa de incentivos outros além do Padis e da Lei de Informática, que sejam desenvolvidos. E eu acho que isso seria também alguma coisa que deve ser endereçada e seriamente encarada neste momento atual. A Abinee apoia extremamente o desenvolvimento dessa política de semicondutores, a manutenção do Padis, a manutenção da Lei de Informática e a criação de outros instrumentos também.

Nesse eslaide aí, a gente pensa um pouco em como está o 5G no Brasil em relação a outros países. Ora, o 5G, em outros países, começou em 2019, em janeiro de 2019, então, já se vão aí três anos, mais ou menos, que as coisas já se implementaram. Todos esses benefícios sociais e econômicos, em muitos desses países, já começaram há três anos. Então, nós temos um *gap*. É um *gap* pequeno? É um *gap* pequeno, não é um *gap* muito grande. E quanto mais tempo demorar para a gente centrar o 5G, esse *gap* tende a ser maior e os benefícios dessa tecnologia, então, vão ser retardados, vão demorar a chegar à sociedade. Por isso a importância de a gente acelerar isso.

Pelos eslaides, a gente pode perceber que já existem mais de 175 operadoras de 5G comercialmente, no mundo, há mais de 70 países que já implementaram o 5G e há 285 outras operadoras já se preparando para introduzir o 5G. Aqui, na América Latina, o Chile foi o primeiro que fez o leilão. Ele está na frente da gente um pouquinho, em relação ao Brasil. Nós seremos agora o segundo país aqui, na América Latina, o Brasil, com leilão de espectro no dia 4 de novembro, e, aí, sim, a gente tem condições, toda condição, evidentemente, de acompanhar esse processo, de se engajar nesse processo de evolução e começar a tirar proveito dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia o mais rápido possível, desde que a gente se prepare bem e, sem dúvida nenhuma, existam políticas públicas mais fortes.

Bom, o outro ponto também que é importante falar é sobre as reformas tributárias. É necessário, todo mundo fala sobre a questão das dificuldades em termos de custo, de taxas que a gente tem. O *backlog* do processo de patentes é algo extremamente importante também, porque inovação é embasada na questão das patências; e, como eu falei, políticas adicionais de incentivos fiscais são extremamente importantes.

Em relação à cobertura da população, embora a gente tenha uma grande parte da população coberta hoje com tecnologias móveis, a gente tem grande área ainda descoberta; a gente tem estradas em que há dificuldades para conectividade, e nós entendemos que o leilão vai cobrir essa deficiência que a gente tem.

E, sobre as tecnologias anteriores, a gente acha que é bom evoluir para as tecnologias de 4G e 5G e que o 2G e o 3G, provavelmente, vão passar por um processo de apagamento de compartilhamento e vão diminuindo aos poucos.

Esse é o meu último eslaide. Eu queria só comentar em relação à implantação das redes móveis de quinta geração o impacto disso para o desenvolvimento nacional. Aqui a gente pode ver uma ilustração de diversas verticais que serão fortemente impactadas pelo 5G, ou seja, toda a indústria, todo o setor de saúde, de cidades inteligentes, indústria, agricultura, a parte de energia. O 5G vai trazer economias importantíssimas na produção e distribuição de energia; hoje se perdem quase 25% do que se produz até chegar ao usuário. Com o 5G, haverá aplicações que serão desenvolvidas em cima do 5G, e esses números tendem a diminuir para algo em torno de 5% ou talvez menos.

Na parte de varejo, na parte de carro inteligente... Muito pouco está se falando de fabricar carro autônomo e carro conectado. Existem tecnologias todas baseadas no 5G para serem aplicadas no trânsito inteligente, tornando o trânsito mais eficiente e mais seguro usando a tecnologia 5G. Módulos que serão instalados dentro dos carros se comunicarão com as pessoas, com infraestrutura entre um carro e outro, dando a preferência e conseguindo controlar acidentes que poderiam vir a ser fatais. Isso tende a diminuir bastante com uso da tecnologia 5G.

Na manufatura, como eu falei, nem se fala. Na indústria 4.0, essa capacidade de os robôs se comunicarem, de fazerem manutenção preditiva, prever o que vai acontecer antes que aconteça vai ser extremamente importante também. Então, em todos os aspectos, isso vai trazer desenvolvimento nacional.

É importante que, para cada uma dessas verticais, para todas elas, a conectividade 5G vai suportar tudo isso, mas, para que isso aconteça, aplicações vão ter de ser desenvolvidas para cada uma dessas diferentes atividades. Então, é importantíssimo também se preocupar com desenvolver políticas públicas que auxiliem as empresas que vão surgir, empresas de *softwares* para que esse desenvolvimento tenha essas soluções presentes e utilizando a conectividade 5G após o leilão.

Obrigado, Senador. Era isso que eu tinha que comentar.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Francisco.

Eu vou pedir ao meu querido colega Líder do Partido do Trabalhadores, mestre Paulo Rocha, que assuma a Presidência da Comissão. Eu vou rapidamente fazer a instalação da Comissão Temporária Externa da Crise Energética. Portanto, vou deixá-los em boas mãos, em bons cuidados aqui, com o nosso querido Senador Paulo Rocha, membro desta Comissão. Ele vai chamar, então, os próximos palestrantes, os próximos conferencistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez a presença de todos.

Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria saudar o Presidente desta Comissão, desta audiência pública, Senador Jean Paul, que sempre nos traz para o debate nas Comissões temas importantes que o Brasil, principalmente o Congresso Nacional, tem de enfrentar para buscar soluções para a situação que vive o nosso País, principalmente neste processo de modernização do sistema de comunicação e de automação, que tem de vir para cá não só no sentido de modernizar, mas também para ajudar a resolver os graves problemas do nosso País, principalmente seu desenvolvimento econômico e social.

Eu queria saudar os convidados.

Aqui temos um sistema, senhores convidados, os senhores já devem saber, que nós chamamos de e-Cidadania, pelo qual ocorre uma interação com a população que nos acompanha. E sempre vêm logo perguntas. Então, eu quero ler algumas perguntas que já estão comigo e que podem ser respondidas tanto nas intervenções dos próximos convidados quanto por aqueles que já falaram, para poder fazer a interação com aqueles que participam também das nossas audiências públicas.

Por exemplo: "Os senhores consideram que os aspectos mais relevantes técnicos e/ou jurídicos justificam o prazo de tramitação do processo do leilão das radiofrequências para o 5G, tendo em vista a importância dessa tecnologia para o desenvolvimento econômico e social para o País?".

"Como podemos comparar o estágio de implantação do 5G no Brasil com o de outros países? Alguns representantes aqui sabem nos informar?"

"Quais são os principais obstáculos enfrentados pelo Governo e empresas do Brasil?"

"Como está sendo conduzido o interesse do consumidor nesse processo?"

"Quais os benefícios e problemas que o cidadão comum lá do interior irá enfrentar?"

Essas são perguntas que vêm ao longo da audiência pública e que, se possível, os nossos convidados podem responder nas suas intervenções.

Passo a palavra ao Gustavo Correa, que é Diretor de Tecnologia Sem Fio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. GUSTAVO CORREA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Bom dia, Senador! Bom dia aos Senadores e aos colegas! Agradeço o convite à CCT.

Vou colocar aqui uma breve apresentação.

Vocês veem minha tela? (*Pausa.*)

Estão vendo minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

O SR. GUSTAVO CORREA – Vou começar aqui, iniciando pelo contexto do CPQD dentro do ecossistema do 5G e de como a gente tem verificado a questão da chegada da tecnologia.

O CPQD é um centro de inovação oriundo do Sistema Telebras. Em 1998, com a privatização, se tornou um centro de inovação privado sem fins lucrativos. Ele é independente e 100% nacional. Nós temos mais de 900 colaboradores e uma rica produção de propriedade intelectual para o País. O CPQD é um dos principais depositantes em INPI de registros de *softwares,* de patentes, e temos duas *spin-offs* ligadas ao setor de telecomunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nossa atuação é tanto nacional quanto internacional. Nós trabalhamos no segmento, desde o nosso DNA de origem, em telecomunicações; também trabalhamos no setor de *utilities*, de energia, na parte de indústria, na parte financeira. Também fazemos transferência tecnológica para outras empresas, trabalhamos na área de defesa e segurança, agronegócio e cidades inteligentes.

Nossa área de atuação envolve uma base tecnológica que tem desde a parte de conectividade, internet das coisas e inteligência artificial, *blockchain*, segurança e privacidade, sistemas de sensoriamento e mobilidade elétrica.

Em relação à tecnologia 5G, nós vemos a tecnologia como sendo realmente transformacional. Ela tem a perspectiva de ser uma tecnologia que vai conectar o mundo a partir de uma infraestrutura sem fio e que traz aqueles paradigmas que aumentam a taxa de dados, uma coisa normal a toda evolução tecnológica das comunicações sem fio; traz também, pensado desde o início, a comunicação de máquinas, como o Francisco já bem colocou. Isso também é transformacional. O 5G é apontado como uma tecnologia habilitadora que vai transformar a sociedade, assim como foi a máquina a vapor, a prensa de Gutenberg. E tudo isso aqui está relacionado, porque agora nós estamos trazendo conexão entre máquinas e entre máquinas e pessoas. E há uma nova funcionalidade chamada de baixíssima latência, que leva aplicações que até então não eram disponíveis em nenhuma outra geração, como os robôs conectados, uma planta de produção industrial conectada e até mesmo os veículos autônomos.

Quando nós falamos do leilão, já foi comentada aqui a importância dessas faixas de frequência. O espectro é um recurso escasso de propriedade do Estado brasileiro. Então, é ele que viabiliza a introdução de todas essas capacidades de atendimento de serviços.

Dentro desse edital, nós temos diferentes faixas de frequência. Aí, algumas características físicas dessas faixas de frequência: nas frequências mais baixas, a gente tem uma ampla cobertura; cobrem-se até dezenas de quilômetros com uma célula, uma antena, mas a taxa de dados não é aquela esperada do 5G, uma altíssima faixa de dados. No outro extremo, nós temos faixas de altíssima frequência, mas cuja cobertura é muito limitada; nós temos a possibilidade de cobrir de centenas de metros a até alguns quilômetros. Ela, sim, é de altíssima capacidade, é ela que traz toda transformação, mas essa cobertura exígua traz desafios nos investimentos na rede. Por isso, foi comentado no início que a faixa principal, a grande vedete do leilão, essa faixa intermediária de 3,5, tenha uma solução de compromisso entre cobertura e capacidade, podendo atender a essas diferentes aplicações.

Uma coisa que sempre é questionada e que foi levantada é a dúvida da população: quando o 5G efetivamente vai me atender? Isso aqui é um estudo do Fórum Econômico Mundial. Então, o próprio Fórum Econômico Mundial reconhece que o 5G tem uma curva de adoção que começa pelas grandes cidades, por áreas mais urbanas, e, na medida em que o tempo passa, a gente vai conseguindo ter essa cobertura fora dos grandes centros urbanos e até mesmo em áreas rurais e remotas. Isso está muito relacionado com o eslaide anterior, em que comentei que a alta capacidade está ligada a uma baixa área de cobertura. Então, você tem de investir em um número maior de antenas, de rádio base para se ter uma cobertura maior numa determinada região. Então, realmente o investimento nas redes 5G para que elas cheguem às áreas menos densamente povoadas é maior, o que leva a um prazo de adoção maior.

Em relação ao leilão, nós verificamos alguns aspectos estratégicos já mencionados. Trata-se de um leilão não arrecadatório, o que fomenta a universalização, a redução da desigualdade digital, a competitividade no nosso País e a produtividade, afinal de contas o 5G tem essa promessa muito forte de potencializar a questão econômica, a produção industrial no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos expectativas de investimentos da monta de 47 bilhões com os compromissos elencados no edital. Então, passarão a ser atendidas, no mínimo, com coberturas 4G, localidades que hoje não têm acesso. Nós temos obrigações para cobertura de Municípios de até 600 mil habitantes. Hoje, nós temos quase 2 mil cidades sem cobertura plena, em que há a rádio base, mas que não cobre toda a região urbana. E vamos ter a possibilidade de cobertura de 48 mil quilômetros de rodovias federais. Uma coisa superimportante: a gente fala muito das antenas, de rádio base, mas, segundo levantamento da Anatel no meio do ano, há aproximadamente mil Municípios brasileiros que ainda não contam com uma infraestrutura de alta capacidade de fibra ótica. Então, isso também foi contemplado como sendo obrigações desse leilão, as quais vão conectar cidades a uma rede nacional.

E há uma expectativa de 7,6 bilhões para a gente também ter a conexão das escolas públicas de educação brasileiras. O Francisco trouxe, assim como outros, a importância de a gente capacitar mão de obra. Então, levar essa educação desde a sua base com essa infraestrutura digital é importante para que a gente prepare as gerações futuras do País.

Outro aspecto que a gente considerou estratégico nesse leilão foi a diversificação e o aumento da competição entre prestadores de serviços. Nós tivemos destinação de blocos de espectro para licenciamento regional – já foi mencionado –, tivemos destinação de blocos de espectro para os prestadores de pequeno porte, e o resultado: ontem, com a apresentação dos interessados, nós verificamos quinze interessados no leilão, sendo dez empresas classificadas como novos entrantes na prestação do serviço móvel e sendo que vários deles são prestadores de pequeno porte, que hoje têm um protagonismo em levar conectividade para áreas fora dos grandes centros urbanos do País. Já foi mencionado aí hoje: mais de 50% da banda larga fixa é coberta por esses prestadores, e esperamos realmente que a possibilidade, a oportunidade que se oferece a eles de conseguir participar do leilão em condições mais vantajosas do que grandes operadoras traga a participação deles e que eles levem também essa conectividade a essas áreas que às vezes não atraem interesse comercial das grandes operadoras.

Sobre cibersegurança, aqui a gente também está discutindo esse assunto, e é importante destacar que o cibercrime é uma indústria altamente rentável hoje no planeta: nós estamos falando de um custo, em 2020, de US$6 trilhões – isso é equivalente ao terceiro PIB mundial se a gente considerar os vários países. Trata-se de um setor que é mais rentável do que o próprio tráfico de drogas global e é mais alto do que o custo que nós temos, por ano, com todo tipo de desastre natural no planeta. Então, é efetivamente uma preocupação que se tem que ter em relação à cibersegurança.

Existe já uma conscientização disso no setor público e privado. Há uma pesquisa de 2021, feita pela PricewaterhouseCoopers com vários CEOs em todo o mundo, e nota-se que globalmente a gente tinha uma preocupação com a cibersegurança que estava lá em quarta colocação, e passou a estar em segunda colocação em 2021. No Brasil, a gente ainda carece de maior conscientização: a preocupação com segurança cibernética estava apenas na décima terceira posição em 2020. Em 2021 tivemos uma elevação, mas ainda é a nona preocupação dos CEOs brasileiros.

Quando a gente fala de segurança cibernética nas redes 5G, existem aí vários estudos sobre análise de riscos e melhores práticas internacionais. Aqui eu só levanto dois exemplos: da União Europeia, que tem todo um material sobre o assunto, e também do Centro Nacional de Cibersegurança do Reino Unido.

Aqui no Brasil nós já temos um arcabouço preparado para lidar com essa questão: a Resolução Anatel 470, de dezembro de 2020, traz uma série de princípios, uma série de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

diretrizes, práticas e procedimentos que levam à aplicação de políticas de cibersegurança dentro das operadoras brasileiras. E aqui eu destaco o art. 5º, em que se coloca uma série de diretrizes, como a adoção dessas normas e padrões nacionais e internacionais e as referências de boas práticas em segurança cibernética e a questão da disseminação da cultura de segurança cibernética, afinal de contas, a segurança cibernética tem, sim, uma parcela de responsabilidade dos ofertantes do serviço de conectividade, mas há também uma grande importância da conscientização do usuário. Hoje o que nós vemos aí é uma vulnerabilidade principalmente na questão dos usuários, que às vezes caem em esquemas de cibercrime por não conhecerem as melhores práticas para se protegerem.

Essa resolução também fomenta a cooperação entre os diversos agentes envolvidos e o incentivo à adoção de conceitos de *security by design* e privacidade por *design* no desenvolvimento e aquisição de produtos e serviços no setor de telecomunicações. Então, a Agência Nacional de Telecomunicações já tem o seu arcabouço, inclusive para especificar quando se vai homologar e certificar equipamentos que vão adentrar as redes de telecomunicações brasileiras.

Falando um pouco sobre a nossa atuação, nós estamos muito ativos no ecossistema 5G com o desenvolvimento de tecnologia nacional. É importante, como foi mencionado aqui por várias pessoas, que o Brasil se aproprie da tecnologia e não seja meramente um usuário. O CPQD é um dos institutos que participa desse ecossistema. Tivemos já a inauguração de laboratórios dedicados à certificação de equipamentos, participamos de testes de rede 5G na indústria 4.0, fizemos parceria com grandes empresas internacionais num novo paradigma chamado Open RAN, que abre oportunidades à indústria nacional de se inserir efetivamente no desenvolvimento de soluções. E aqui eu até destaco: o CPQD hoje é o mais bem posicionado nessa questão de Open RAN aqui – e na América Latina, provavelmente –, porque somos filiados a três das grandes iniciativas ligadas a esse ecossistema e somos um dos grupos fundadores da iniciativa Open RAN Brasil.

Tivemos aí, recentemente, no dia 8, uma inauguração do Complexo Laboratorial de Conectividade, cuja responsabilidade é efetivamente apoiar o Estado brasileiro, apoiar a Anatel na certificação de equipamentos, inclusive trazendo questões de segurança cibernética – esse laboratório vai passar a oferecer também esse tipo de serviço – e também fizemos a demonstração ali aos convidados, às autoridades presentes, de todo esse contexto de desenvolvimento de tecnologia nacional do qual o CPQD participa, apresentando já os primeiros resultados de tecnologia nacional 5G com várias vertentes.

Basicamente, era isso que eu tinha para apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Gustavo.

Avançando a nossa audiência, dando prosseguimento ao debate, passo a palavra à convidada Flávia Lefèvre.

V. Sa. dispõe de dez minutos iniciais, sem prejuízo de alguma conclusão a mais.

A SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Paulo Rocha. Quero agradecer, em nome da Coalizão Direitos na Rede, a oportunidade. Quero dizer que a Coalizão Direitos na Rede é um coletivo de mais de 48 entidades, ativistas e acadêmicos que trabalham com direitos digitais, direitos do consumidor, direito à comunicação, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui compartilhar a minha tela. Deixe-me ver aqui – um minutinho só – como é que eu faço isso. (*Pausa.*)

Não estou conseguindo aqui abrir a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Fique tranquila.

A SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Eu vou... Deixe-me ver aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quer uma ajuda daqui?

A SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – É, se pudesse, eu agradeceria. Eu estou tentando abrir o Microsoft PowerPoint aqui, mas não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Estão dizendo aqui para a senhora clicar em "*share screen*".

A SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Sim, eu estou fazendo isso na tela PowerPoint, no Microsoft PowePoint e aqui na tela, e não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Aplicativo Zoom. É isso que a senhora está usando?

A SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Sim. (*Pausa.*)

Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Deu.

A SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES – Ótimo. O.k., muito obrigada.

Bom, então, voltando, quero agradecer a oportunidade, cumprimentar meus companheiros de mesa e quero, antes de tudo, destacar que as entidades da coalizão reconhecem na tecnologia 5G grandes oportunidades de alavancar diversos setores da economia e consequentemente estimular também o desenvolvimento social, com a democratização do acesso à internet, acesso à educação e acesso à comunicação.

Entretanto, a gente sabe que o Brasil hoje se encontra na situação de um fosso digital profundo e injustificável, se a gente considerar que todos os consumidores de serviços de telecomunicações pagaram, ao longo dos últimos mais de 20 anos, o Fust, que é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, e que, sem políticas públicas que dessem consequência a esses recursos, menos de 2% do que se recolheu ao longo desse tempo todo foi aplicado em universalização de serviços.

Então, nós entendemos que o desenho, a modelagem do edital do 5G não poderia ter sido feita sem essa perspectiva de que nós temos hoje mais de 70 milhões de brasileiros com um acesso precário à internet, com planos móveis com acesso de franquia com uma média de 1GB de dados por mês em que, ao final dessa franquia, as pessoas só têm acesso ao Facebook, ao WhatsApp, o que tem sido um prejuízo muito grande para o Brasil, por várias razões que não cabe aqui a gente trazer. Convido a todos para visitarem o *site* que está indicado aí e conhecerem qual é a posição da coalizão com relação a esse tema.

Pode passar, por favor, ao próximo eslaide.

Com base nisso, nós compartilhamos do que foi dito pelo Ministro Aroldo Cedraz, que teve o voto vencido no julgamento do edital do 5G no TCU, quando ele diz que, apesar de ser urgente, como já outros palestrantes falaram aqui hoje, a gente se inserir no mercado do 5G, seria um verdadeiro atraso se a gente permitisse o prosseguimento da licitação nos moldes como estão propostos pela Anatel.

Pode passar, por favor, o próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, por conta disso, entidades da Coalizão Direitos na Rede – o Intervozes, o Nupef, o Instituto Telecom e o Instituto Bem-Estar Brasil – apresentaram ao Ministério Público Federal uma representação com o objetivo de que fossem acompanhadas todas as irregularidades que foram apontadas pela Secretaria de Infraestrutura e Comunicações do TCU, que embasaram o voto vencido do Ministro Aroldo Cedraz. Nós entendemos que isso é fundamental, porque, na realidade, como já foi dito pelo representante da Aneel, nós estamos licitando as frequências de 700MHz; 3,5 GHz; 2,3GHz e 26 GHz, quer dizer, é uma quantidade de espectro brasileiro que nunca se licitou nem aqui e nem no mundo, como já foi dito antes, e por um prazo de 20 anos. Seria muito importante que isso fosse feito com mais cautela, com mais segurança do que o açodamento que, na nossa compreensão, está orientando essa licitação.

Quero lembrar que, no Tribunal de Contas da União, esse edital foi analisado por seis meses, entre idas e vindas, e sem o atendimento de todas as questões que foram colocadas pela SeinfraCom.

Pode passar, por favor.

Os fundamentos para essa representação que nós fizemos ao Ministério Público Federal, primeiro, são as graves inconsistências que foram apontadas pela SeinfraCom e que foram acolhidas no voto do Ministro Cedraz. Primeiro: erros grosseiros na precificação das faixas de frequência.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Uma antes. (*Pausa.*)

Mais uma antes. (*Pausa.*)

Antes, antes. Aqui.

O que acontece é o seguinte: foram considerados como Municípios economicamente viáveis, entre os 5.570 Municípios brasileiros, apenas 60 Municípios. Em função disso, o que acontece? Se você licita as faixas de espectro para serem exploradas em Municípios economicamente não viáveis, isso implica uma redução do valor da licitação, uma subavaliação que, primeiro, não condiz com a realidade do País e, depois, apesar de a Anatel dizer que é um leilão não arrecadatório porque estaria reduzindo o valor para impor contrapartidas aos licitantes para estimular a inclusão digital, a gente vê que, na realidade, está havendo uma redução desse valor de uma forma artificial e em descompasso com a realidade brasileira.

Pode passar à próxima tabela, por favor.

Para vocês terem ideia, são considerados – isso aqui é tabela da Anatel – como economicamente inviáveis os seguintes Municípios: Brasília, Guarulhos, Salvador, Campinas, Manaus, São Bernardo do Campo, Curitiba, São José dos Campos, enfim, cidades que claramente são economicamente viáveis, que já contam com uma estrutura de telecomunicações, ainda que distribuída de uma forma desigual, como nós veremos.

Essa análise certamente impactou para baixo o valor da licitação, e isso representa um prejuízo ao Erário e um prejuízo na definição das contrapartidas que estão sendo colocadas pela Anatel.

Pode passar, por favor.

Outro aspecto que foi apontado pela SeinfraCom e adotado pelo Ministro Cedraz foi o superdimensionamento quanto ao número de ERBs a serem instaladas. A gente sabe que, nas frequências com mais capacidade de tráfego, elas têm uma abrangência diária mais reduzida, o que já foi dito pelo Gustavo agora, e, portanto, você precisa de muito mais antenas. Ocorre que, nos relatórios da SeinfraCom, a gente vê que a Anatel superestimou, em muitos casos, o número de antenas e desconsiderou ERBs já instaladas em algumas localidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Aqui a gente vê as contrapartidas, um quadro resumo das contrapartidas para cada frequência que está sendo licitada: para os 700 MHz, a gente tem contrapartidas de 4G em determinadas localidades; na 2,3, também obrigações de 4G; e, na de 26GHz, a gente tem a contrapartida de conexão das escolas públicas, o que foi incluído no edital por pressão do Parlamento, dos Parlamentares e também do Tribunal de Contas da União.

Pode passar, por favor.

Então, nesse quadro, essas duas irregularidades que a gente apontou são apenas duas entre muitas que a SeinfraCom, de uma forma robusta e com muitos fundamentos, apresentou. Mas, para além dessas questões que estão no relatório da SeinfraCom, a nossa preocupação é que, para nós, as contrapartidas que foram colocadas no edital são desproporcionais ao grande ganho que as empresas vencedoras terão com a autorização de exploração desse espectro durante 20 anos.

As obrigações – e isso é importante que fique claro – relacionadas ao 4G são de implantação de ERBs para um plano de sinalização e com prazos de instalação até 2029, tanto nas localidades das cidades quanto nos trechos de rodovias.

Pode passar, por favor.

Eu trouxe aqui um trecho do Anexo 4 do edital, que é onde está o compromisso de abrangência de 4G. A gente tem na cláusula – e esse é só para um caso específico, é um exemplo, mas todos seguem esse padrão – que vão ser consideradas atendidas as localidades mediante a implantação de pelo menos uma ERB, uma Estação Rádio Base, dentro do polígono censitário do IBGE, com capacidade instalada de interface S1 – isso é importante a gente ressaltar – igual ou superior a 50Mbps, com obrigações que vão de 2022 a 2029.

O que acontece? Essa interface S1 é uma interface de sinalização. Não há obrigação de conexão de consumidores. Os consumidores vão depender de que empresas locais tenham interesse de prestar o serviço para a população e para os cidadãos dessas localidades.

Pode passar, por favor.

A realidade que nós temos hoje – essa é uma pesquisa muito recente feita aqui, e aqui nós estamos considerando São Paulo – é a seguinte: nós temos uma distribuição extremamente desigual na infraestrutura de acesso a telecomunicações e especialmente na questão da rede móvel.

Aqui nós temos no Itaim Bibi, aqui em São Paulo – que é uma situação ideal em comparação a todo o País – por quilômetro quadrado, 48,3 ERBs; em Marsilac, que é um bairro de periferia de São Paulo, a gente tem 0,02 antenas por quilômetro quadrado. Essa situação nos levou a esse nível de segregação de estudantes e de consumidores e cidadãos de baixa renda que, nesse período de pandemia, tiveram extrema dificuldade de se conectar. Hoje a gente tem uma evasão escolar imensa por conta da impossibilidade de milhões de estudantes de se conectarem à internet. E nós entendemos que as contrapartidas que constam desse edital não dão conta dessa realidade. A gente vai ter um pulo de tecnologia que é fundamental para a indústria e para vários setores da economia, mas nós vamos puxar para trás milhões de brasileiros que hoje não têm um acesso qualificado à internet.

Pode passar, por favor.

Com relação às escolas...

Pode passar mais um, por favor. O meu tempo está acabando.

Com relação às escolas...

Pode passar também, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É importante que a gente diga o seguinte: as obrigações de conexão das escolas não estão definidas no edital; elas serão definidas por uma entidade administradora da conexão das escolas em conjunto com o MEC e depois deverão ser aprovadas pelo GAP, que é o grupo de acompanhamento desses programas. Nenhum desses grupos têm a participação da sociedade civil. E mais: a gente sabe que obrigações de conexão das escolas, desde 2008 no Programa Banda Larga nas Escolas, como tem sido verificado por análises inclusive do NIC.br, que fez uma pesquisa recente, não têm sido atendidas. Apenas 20% das escolas públicas, em média, no Brasil têm uma conexão considerada boa; 25%, regular; e o restante ou não tem conexão ou tem uma conexão considerada ruim.

Pode passar, por favor.

Por fim, nós entendemos que o edital perde a oportunidade para que o Brasil possa estabelecer um novo paradigma tecnológico estimulando pesquisa e desenvolvimento aqui dentro. Há várias universidades que participaram de outras audiências públicas aqui – e de uma delas eu participei também – que levantam essa questão. Além disso, nós entendemos, ainda que tenham sido apresentadas ontem 15 propostas para a Anatel, 15 empresas que se habilitaram para o leilão – e a gente espera que elas consigam vencer –, que, da forma como o leilão foi desenhado para pequenas e médias empresas e para atender ao que determina a Constituição Federal quando trata dos princípios que devem orientar a atividade econômica no País, a gente tem pouco estímulo para pequenas e médias empresas e para acabar com a desigualdade regional e social no País.

Nós entendemos, sim, que é necessário a gente correr, o Brasil correr e se inserir no mercado do 5G, mas de uma forma mais qualificada, e também que nós não entreguemos uma quantidade de espectro fundamental para o Brasil por 20 anos com base numa situação de insegurança e de irregularidades que foram tão bem apontadas no relatório da SeinfraCom.

Pode passar, por favor.

É isso. Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Dra. Flávia. A Dra. Flávia é integrante do coletivo Intervozes e da Coalizão Direitos na Rede. Muito obrigado pela participação, que, com certeza, contribuiu muito aqui para o nosso debate com as informações da sua intervenção.

Por último, por derradeiro e não menos importante, passo a palavra ao Diogo Moyses, que é Coordenador do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Tem a palavra, Diogo, por dez minutos.

O SR. DIOGO MOYSES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o convite formulado pela CCT ao Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) para discutir esse tema evidentemente de interesse de todos os brasileiros, uma vez que o acesso à internet é um direito que se consolida cada vez mais como essencial e fundamental para o exercício de uma série de direitos humanos.

Nós temos, pelo Idec, acompanhado este tema com bastante interesse, evidentemente, e gostaríamos, Senador, inicialmente, de reforçar a perspectiva apresentada pela Dra. Flávia há pouco. O Idec é membro da Coalizão Direitos na Rede, tem acompanhado as reflexões que têm sido produzidas no âmbito da Coalizão Direitos na Rede, e também acompanha a coalizão na representação que foi produzida e enviada ao Ministério Público Federal com uma série de questões já levantadas pela Dra. Flávia aqui de maneira bastante clara e objetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós gostaríamos, inicialmente, Senador, de reforçar três questões em relação ao edital para licitação das faixas do 5G. A primeira, conforme a Dra. Flávia já apontou, tem ligação com a precificação subdimensionada de uma série de faixas de frequência; em segundo lugar, como decorrência desse primeiro ponto, o estabelecimento de compromissos que nos parecem insuficientes e desproporcionais ao ganho que as operadoras vencedoras terão nos próximos anos; e também é um edital que, sob a nossa perspectiva, vem com algumas incertezas, especialmente em relação ao atendimento necessário e urgente das escolas brasileiras.

Nesse processo, nos chama atenção o silêncio de reguladores e agentes partícipes desse processo em relação ao voto divergente do Ministro Aroldo Cedraz, do TCU, um voto bastante consistente, bastante assertivo, baseado nas produções da área técnica do Tribunal de Contas União, mas um voto vencido, evidentemente. Nos chama atenção, em função da força e das questões que foram ali apresentadas, o silêncio com o qual uma série de agentes interessados e a sociedade brasileira como um todo vem, de alguma forma, se estabelecendo nesse processo.

Nós gostaríamos, evidentemente, Senador Paulo Rocha, em função do nosso lugar de fala como uma organização parte do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, de chamar atenção para o fato de que, na nossa visão, o consumidor, especialmente aquele mais vulnerável e que mais precisa de políticas públicas, está sendo desconsiderado ou pelo menos secundarizado nesse processo. É evidente que o 5G traz uma série de inovações, é uma tecnologia disruptiva que pode trazer uma série de benefícios e novos serviços à sociedade, mas nós temos, como já apontado por outros colegas aqui participantes da audiência, um fosso digital que não é pequeno aqui no Brasil e que trouxe, nos últimos dois anos, situações dramáticas aqui para o País.

Nós tivemos aproximadamente 40% das crianças e jovens deixando, de alguma forma, de ter pontos de contato com a escola, numa evasão brutal nos últimos anos. Tivemos também, como apresenta e aponta uma série de pesquisas realizadas nesse período, obstáculos imensos para que os consumidores mais vulneráveis tivessem acesso a serviços públicos essenciais – estamos falando aí de programas sociais objetivos de transferência de renda, estamos falando de acesso a serviços financeiros, estamos falando de acesso a serviços de saúde, entre outros. A situação em que o País se encontra em relação à universalização do acesso à internet ainda é, apesar de já estarmos nessa luta pela universalização do acesso há 20 anos, dramática, Senador. E esse é o ponto de partida com o qual nós estamos trabalhando nesse ambiente de potencialidade e de possibilidades que são abertas com a entrada da tecnologia 5G.

Boa parte da população brasileira – aproximadamente 40% – tem como forma de acesso exclusiva à internet a telefonia móvel, e, como já se sabe, trata-se de um modelo comercial baseado em franquias no qual boa parte desses usuários mais vulneráveis passa boa parte do tempo sem qualquer acesso à internet. Várias pesquisas também dão conta de que, nas classes C, D e E, por aproximadamente 50% do tempo, esses consumidores vulneráveis estão com a internet bloqueada, somente com acesso a algumas aplicações específicas.

Nesse contexto, nós acreditamos que o foco desta e de outras iniciativas deve ser uma melhoria radical da infraestrutura do 4G colocada e uma mudança também no modelo de negócios hoje no qual se estabelecem as relações entre as operadoras e estes usuários.

Veja que nós acreditamos que os compromissos, como bem apontou a Dra. Flávia, em relação ao 4G são insuficientes. Nós acreditamos que os ganhos econômicos que as operadoras terão nesse processo poderiam ensejar uma expansão rápida e radical da tecnologia 4G, e isso não está sendo feito nesse edital.

Também consideramos que, em função desses ganhos astronômicos, em função da própria natureza da tecnologia 5G, esse processo poderia ensejar uma mudança desse modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comercial de acesso que nós temos atualmente, que faz – repito – com que boa parte da população brasileira passe mais da metade do mês sem qualquer acesso à internet. Isso não é secundário.

Então, até em função da natureza desse processo, que vai fazer com que sejam conectadas por meio de fibra, nós acreditamos que esse processo de introdução da tecnologia 5G deveria necessariamente levar a uma transformação do modelo de negócio que nós temos hoje.

E nos preocupa também, colegas, Senadores, Senadoras, cidadãs e cidadãos que nos assistem aqui, como será o acesso aos usuários, especialmente os mais vulneráveis, propriamente à tecnologia 5G.

Já temos pesquisas internacionais bastante consistentes que apontam para um encarecimento do preço dos planos oferecidos, e hoje os preços são uma barreira fundamental no acesso de qualidade dos mais vulneráveis, porque se veem preços a planos pré-pagos com baixíssimo volume de dados para serem consumidos.

E nos preocupam também, Senador, embora possam parecer secundários, os preços que serão estabelecidos para os dispositivos capazes de acessar a tecnologia 5G. Nós desconsideramos muitas vezes esse aspecto, mas hoje um *smartphone* custa em média, por baixo, R$1 mil. Numa família de quatro, cinco pessoas, esse custo passa a ser bastante relevante. Boa parte das famílias brasileiras passa o ano inteiro pagando seus telefones celulares, divididos em 12, 24 vezes, e depois já emendam em outra dívida para poder atualizar o seu celular. E o preço dos dispositivos 5G, segundo as pesquisas, será mais elevado, numa curva de barateamento que ainda não está clara. E nos preocupa nesse sentido também essa questão do acesso aos consumidores mais vulneráveis aos dispositivos capazes de receber a tecnologia 5G.

Então, em suma, Senador Paulo Rocha, essas são as nossas preocupações. Acreditamos que infelizmente o consumidor mais vulnerável não está fazendo parte da conversa nesse processo e em outros processos também ligados ao setor das telecomunicações e que esse deveria ser o foco total das políticas públicas a serem estabelecidas pelo Governo brasileiro. Infelizmente não é isso que nós temos visto. Temos assistido, nos últimos anos, praticamente a um deserto em relação às políticas públicas de telecomunicações.

Os usuários mais pobres, os consumidores mais vulneráveis têm sido esquecidos nesses processos, e esperamos que essa questão seja o mais brevemente possível reintroduzida no centro das políticas públicas de telecomunicações, porque é dever do Estado garantir o acesso de qualidade à internet de todos os cidadãos brasileiros.

Muito obrigado, Senador. Estamos à disposição para a continuidade da conversa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito obrigado, Diogo.

É muito importante para nós esse debate, essa discussão, uma vez que volta de novo a volúpia de governos nesse processo de discussão de privatização, precisamente em serviços públicos tão importantes. É o caso.

Eu estou aqui desde 1991, participei de todo esse debate, principalmente na época do debate da privatização das telecomunicações. E a gente colocava exatamente esse debate que você coloca, Diogo, e fazia uma menção muito entre o filé e o osso, de que as empresas interessadas vão exatamente em busca do filé. O osso fica para quem? O osso que se diz é o caso, por exemplo, dos lugares mais distantes. E isso teve consequência, por exemplo, na telecomunicação – e nós estamos discutindo agora aqui o avanço da modernização –, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

esses serviços privados não deram conta de resolver os problemas dos rincões do País, problema de internet. Enfim, nem às escolas, nem aos postos de saúde, serviços públicos primários não chegaram.

Então, esse debate aqui é muito importante. Essas informações que vocês estão trazendo são muito importantes para a gente não avançar no sentido de que tem que modernizar, sem que se leve em preocupação a vida e as soluções do cidadão que vive ainda lá.

Quando eu cheguei aqui numa das apresentações, falaram que estava aí em 47km de estradas que seriam investidas e beneficiadas, mas eu pergunto: e os rios da Amazônia, que são as estradas dos amazônidas, onde toda a população mora exatamente na beira dos grandes rios? Qual é a solução para lá? Busca de quê, como é que é? Então, tem que ficar muito claro isso nos editais.

Agora mesmo o Governo está usando muito a questão do saneamento. Foi aprovado aqui o saneamento, não sei o que mais. Quero saber quem vai investir em saneamento básico lá na cidadezinha que só tem mil, 2 mil moradores etc., uma vez que a visão privada – e é óbvio – quer depois o retorno dos investimentos através da lucratividade. E vai acontecer como já aconteceu em várias cidades importantes da Europa: ao final, depois do investimento, vai repassar o preço total da tarifa, e é exatamente o consumidor mais vulnerável, que mora lá mais distante – portanto, mais precisado do apoio de políticas públicas –, que vai arcar com as grandes tarifas. É o caso que já está acontecendo na Europa, com algumas reestatizações, inclusive no saneamento básico.

Então, a presença de vocês, com esses dados, com essas informações, é fundamental para a gente trazer aqui para o Congresso Nacional informações. E a vivência de vocês, a experiência de vocês, o estudo de vocês, a pesquisa de vocês são fundamentais para contribuir aqui para a gente realmente avançar na modernização do nosso País, nos investimentos, que têm como objetivo realmente resolver o problema do desenvolvimento e, com isso, através de políticas públicas, distribuir dignidade e cidadania para o nosso povo.

Então, quero agradecer a presença de vocês.

Queria abrir para o debate; no entanto, não há nenhum Senador inscrito para o debate. Eu vou já partir para o encerramento da reunião, dando a palavra a vocês por um ou dois minutos, se alguém quiser fazer só a conclusão ou se quiser dar alguma informação.

No entanto, já autorizo a Secretaria a receber também de vocês alguns documentos que vocês querem acrescentar para trazer aqui para a nossa Comissão e ficar como instrumento de informações e pesquisa para os nossos Senadores. É fundamental também que vocês possam contribuir com algum documento, algumas informações que a nossa Secretaria pode receber para ficarem aqui à disposição dos nossos Parlamentares.

Por fim, então, passo a palavra a quem quer usá-la nas conclusões finais ou para alguma informação, por dois minutos.

Vamos começar por onde se começou, Alex Jucius.

O SR. ALEX JUCIUS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, obrigado, Senador, pela oportunidade aqui de debater um assunto tão relevante. Acho que o debate foi rico, está trazendo aqui várias perspectivas: a perspectiva da sociedade civil, dos consumidores, das associações, de empresas que tenham um caráter mais técnico para explorar tecnologias, possibilidades e aplicações também.

Eu queria concluir minha fala explicando da importância... Estamos falando do futuro, mas o presente hoje é necessário de se resolver, de se debater – acho que a Cris abordou isso também na questão do espectro. E acho que esse é o tema talvez mais importante em que todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aqui deveríamos unir forças, principalmente a sociedade civil, as entidades de consumidores, porque eu acho que a fusão da Oi Móvel com as três maiores empresas do Brasil fecha mercado e talvez traga prejuízos imediatos para os consumidores do ponto de vista de conectividade.

Esse é um assunto que a gente vem tratando tanto no âmbito do Cade quanto no âmbito da Anatel. A gente teve a oportunidade de ter recentemente – eu e o Diogo estivemos presentes – um debate numa audiência pública na Câmara dos Deputados. Acho que foi bastante rica a discussão com as prestadoras e eu acho que seria muito importante o Senado também se envolver nesse debate, porque basicamente a gente entende que estamos tratando de decisões, como a Flávia colocou, de 20 anos. Não são decisões imediatas, quando você trata de espectro; são decisões que levam a consequências a largo prazo. Especialmente estamos falando de frequências mais baixas, Flávia, frequências que são super-relevantes. Estamos tratando de frequências que não são replicáveis e são importantes realmente para exploração de outros agentes, outros *players* entrantes, regionais. Como eu destaquei na minha fala, a gente teve a grata surpresa de ter mais de 15 proponentes participando do edital do 5G, o que vai trazer realmente uma expansão da conectividade, não só agora no fixo, mas no móvel também. Então, eu acho superimportante a Câmara estar puxando esse fio da meada com o 5G, mas eu queria destacar esse assunto aqui para chamar a atenção dos demais presentes e dos Senadores para esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Dr. Alex.

Passo a palavra imediatamente para a Dra. Cristiane Sanches.

A SRA. CRISTIANE SANCHES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador, pela oportunidade; obrigada a toda a CCT pela oportunidade.

Eu puxaria o que o Alex deixou. Nós não estamos falando apenas de vinte anos; agora, nós temos todos os cenários de prorrogações, então, no mínimo, mais dez. Isso leva a gente a discutir também as dificuldades para atender as áreas remotas e as áreas afastadas.

Particularmente eu entendo que esse ponto de áreas remotas e afastadas deve ser endereçado de três maneiras: primeiro, fazendo o uso da melhor tecnologia, ou seja, utilizando os rádios cognitivos; depois, também fazendo uso de uma locação de espectro dinâmica, com ênfase nesse compartilhamento efetivo; e, obviamente, fazendo o uso de toda uma reforma tributária e todos os incentivos possíveis para um serviço que é essencial.

Se depender das empresas de pequeno porte e da sua capilaridade de redes fixas, sem dúvida a gente vai ter evolução; se depender também dos compromissos atrelados do 4G dentro do edital 5G, também nós vamos ver uma evolução, mas o cenário das áreas remotas e afastadas continua sendo um desafio em qualquer lugar do mundo. Se a gente não tiver um regulador firme que trate desse compartilhamento de rede, a gente vai pedalar.

Então, eu gostaria de agradecer a todos os colegas, colegas esses cujo posicionamento eu admiro muito e respeito, e eu acho maravilhosa a oportunidade de estar discutindo isso aqui hoje na CCT.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Passo a palavra ao Francisco Soares.

O SR. FRANCISCO SOARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu só queria concluir aqui, e acho que foi alguma das perguntas que foram colocadas – inclusive, eu respondi durante a minha apresentação –, e queria pontuar alguma coisa específica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em relação, por exemplo, a essa obrigatoriedade de conectividade nas escolas, que todos nós achamos que é fundamental e algo que se persegue a cada leilão de espectro da Anatel – sempre existe alguma obrigação nesse sentido; como houve também em outros, nesse leilão também existe aí uma obrigação de isso acontecer.

O que acontece é que, em relação a essa obrigação, está associada às bandas milimétricas. Então, essas bandas milimétricas, apesar de ter dito aqui que têm uma restrição em termos de cobertura, têm uma grande vantagem em termos de capacidade. Não é uma banda que deve ser associada ao desafio da cobertura, mas, sim, à possibilidade de ela atender com aplicações de grande capacidade. Isso que foi dado nesse leilão de espectro.

Uma coisa que eu acho importante e que talvez tenha faltado é que não é só a conectividade. A gente sempre fala só de conectividade, mas os recursos devem ser também direcionados para aquisição de equipamentos pelos alunos – por exemplo, para aqueles que são mais necessitados. Não adianta você ter conectividade se o aluno não tiver um *laptop*, não tiver um dispositivo móvel que possa ser utilizado e que ele saiba utilizar aquilo com aquela conectividade que ele tem. Então, acho que isto é uma coisa que sempre falta em algumas políticas públicas: focar um pouco mais para a aquisição desses equipamentos, para poder proporcionar que os alunos tenham uma experiência mais eficiente. Isso, então, é algo que não tem sido endereçado muito nessas licitações e também não está nessa licitação do espectro aqui agora.

Então, eu acho que esse é um ponto que eu queria colocar apenas para chamar a atenção, no final aqui da minha fala.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Dr. Francisco.

Gustavo Correa, tem a palavra V. Sa.

O SR. GUSTAVO CORREA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Acho que todos aqui já trouxeram importantes pontos de vista, importantes contribuições ao debate. O CPQD, como instituição muito ligada à questão tecnológica, vê grandes oportunidades na adoção do 5G. O leilão e o acesso a espectro, que foram bem mencionados pela Cristiane e pelo Alex, são elementos essenciais para que a gente possa fomentar efetivamente o acesso dessa tecnologia também a quem não participou do leilão. E a discussão de redes em caráter secundário, acesso secundário ao espectro, é algo que está em evolução dentro da agência. Recentemente, inclusive, foi aprovado o regulamento de uso dos *white spaces*, que compartilham do espectro junto com a radiodifusão. E nós do lado tecnológico sempre ficamos aguardando esse *pari passu* também de onde há as oportunidades do lado regulatório, para que possa ser explorada a tecnologia, seja a de rádios cognitivos, seja outras tecnologias que estamos desenvolvendo para que seja mais fácil o acesso para aqueles que não têm porte hoje de acessar esse leilão.

Então, eu acho que nós temos uma série de ações muito além do leilão para que a tecnologia, o seu acesso, efetivamente chegue aos usuários e, como bem colocou o Francisco, se transforme não apenas no acesso, mas no uso pleno da tecnologia através de ações que capacitem as pessoas para fazer o melhor uso e que também desenvolvam aí uma indústria nacional capaz de agregar valor – e não apenas para as pessoas serem usuárias dessas tecnologias.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Dr. Gustavo.

E, para encerrar o nosso debate e a nossa audiência pública, retorno a Presidência ao Presidente e solicitador deste debate aqui, para concluir, já que é um dos Parlamentares da nossa bancada e do Senado, com autoridade para não só presidir, mas também para discutir esse tema tão importante.

Volta aqui para presidir o Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meus caros amigos, obrigado. E, mais uma vez, peço desculpas por ter tido que me retirar ali, rapidamente, para a instalação da outra Comissão, que é uma Comissão emergencial.

Gostaria de verificar se mais alguém deseja fazer alguma colocação, alguma réplica. Acho que a Flávia... Flávia, por favor.

E também vou, entrementes, receber – se eventualmente houve – mais alguma contribuição pela internet.

Flávia, por favor, com a palavra, por dois minutos.

A SRA. FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Para terminar, eu gostaria de deixar claro aqui que a pergunta que tem orientado nós da Coalizão Direitos na Rede com relação a esse edital é a seguinte: 5G para quem? Quem se beneficiará dessa nova tecnologia?

É claro que, num primeiro momento, é a indústria, é a medicina, são os segmentos do setor produtivo que vão se beneficiar disso, mas, como disse a Cristiane, as áreas remotas não serão atendidas – e é importante que se deixe claro – se outras políticas públicas não forem adotadas complementarmente ao que está sendo dito aí. E mais: eu não digo nem só as áreas remotas, Cristiane, eu digo as áreas periféricas dos grandes centros urbanos, como é o caso de São Paulo, com aquele número da pesquisa que a gente mostrou de a periferia ter 0,02 antenas por quilômetro quadrado e as áreas economicamente interessantes de São Paulo terem mais de 48 antenas.

Então, nós entendemos que o edital não atende, não vai no sentido de aproveitar essa grande oportunidade, porque, como disse o Alex, essa é a maior licitação de espectro do mundo. Nenhum país licitou tanto espectro como nós estamos licitando agora no mercado de telecomunicações, que é reconhecidamente significativo no mundo e para o qual a gente poderia estar exigindo contrapartidas mais audaciosas e que atendessem mais milhões de consumidores, que, apesar de terem pago o Fust durante mais de 20 anos, apesar de estarem excluídos, não estão sendo atendidos, o que também coloca o País numa situação de subdesenvolvimento, porque, enquanto a gente não tem os estudantes na escola e a gente não tem os pequenos comerciantes com acesso à internet para alavancar os seus negócios, a gente coloca o País para trás, a gente não forma trabalhadores habilitados para as novas tecnologias e a gente aprofunda o fosso digital.

Queria dizer que, sim, vai ser muito importante que o edital propicie mais empresas no segmento móvel, porque, hoje, isso está concentrado em quatro empresas, mas a gente tem que aproveitar a lição que a gente aprendeu com a privatização das telecomunicações que nos levam a esta situação hoje de a gente não ter telefonia móvel nas estradas, não ter telefonia móvel para todo mundo. Isso poderia ter sido visto lá atrás, em 1998, no Governo do Presidente Fernando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Henrique Cardoso, e não vimos. Então, estamos agora entregando e pagando esse preço, com as nossas frequências subavaliadas.

Então, entendemos que é importante que o País faça essa reflexão e que a gente não fique só seduzido pelos grandes ganhos que o 5G pode trazer e esqueçamos aí dos *gaps* todos e das deficiências que causam a não democratização do acesso à comunicação no País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Flávia.

Sem querer alongar muito, mas quero dizer que concordo plenamente com as suas palavras nesse momento aí. E uma das grandes preocupações que a gente tem, inclusive nesta própria Comissão, é justamente essa ampliação do que você chamou de "fosso digital". Na verdade, esse acesso iníquo vai distanciar ainda mais não só pessoas como segmentos: educação pública, saúde, transporte público. Se não forem cuidadas com políticas públicas, como você disse, a educação privada vai ficar muito diferente da educação pública, a saúde privada vai ficar muito mais diferente do que a saúde pública. Enfim, esse fosso digital aumenta o fosso social, o fosso de acesso, o fosso de direitos. E também o transporte público vai ficar diferente do transporte privado. Esse é o papel do Estado justamente ao fazer a vigilância, mas não é só isso: é o de ser o poder concedente desse espectro, dessa faixa de frequência – tem que ter essa preocupação, com certeza.

Quero passar a palavra ao Diogo, que era o último que estava programado aqui para fazer, acho, a réplica. Não é, Diogo? (*Pausa.*)

Obrigado.

Por dois minutos, para a gente logo conduzir para a finalização desta audiência.

O SR. DIOGO MOYSES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Jean Paul, mais uma vez, pelo convite da CCT para discutir esse importante tema. Nesse último período o Congresso Nacional tem sido, certamente, um *locus* importante de diálogo sobre os temas relevantes para o País, e gostaríamos de agradecer a oportunidade nesse sentido.

Só quero reforçar, Senador, que, certamente, estamos aqui discutindo o futuro do País, uma tecnologia disruptiva, mas acreditamos que o foco desse planejamento do futuro deve estar calcado num olhar sobre o presente, e o presente é um ambiente de extrema desigualdade – não é? –, uma desigualdade, como o senhor mesmo pontuou, que acaba radicalizando outras desigualdades que temos na nossa sociedade, ao invés de servir como instrumento para diluí-las e reduzi-las.

Em que pese a tecnologia possa gerar ganhos imediatos a setores econômicos específicos, e isso é relevante; em que pese o edital também tenha permitido a entrada de novos atores nesse mercado, o que é extremamente relevante, nós acreditamos que, infelizmente, esse processo não está observando com o cuidado necessário os usuários mais vulneráveis, não está implementando compromissos satisfatórios para garantir a conectividade desses usuários para que eles deixem de ser usuários de segunda classe e passem a ser usuários de internet como todos os outros. Mas nós temos a esperança de que, no futuro próximo, outras políticas públicas possam ser implementadas para que a gente supere esse abismo que, infelizmente, vem sendo consolidado nos últimos anos em relação à inclusão digital da população brasileira.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Diogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, meus amigos e amigas que nos assistem remotamente, participantes aqui do nosso debate, mais uma audiência chega ao final. Nós estamos com um programa de trabalho bastante intenso, teremos mais duas audiências ainda pela frente, inclusive uma sobre cibersegurança e aplicações da tecnologia 5G. Como nós dizíamos aqui, o desafio é justamente o papel do Estado, o papel dos gestores públicos neste momento. Como a Flávia colocou antes, houve outros momentos de mudanças tecnológicas também em que deixamos a desejar em relação às exigências que o poder público poderia e deveria fazer, em nome dos cidadãos brasileiros e das cidadãs brasileiras, para recepcionar novas tecnologias.

Absolutamente, passa ao largo e muito distante de qualquer um de nós aqui achar que a implantação do 5G é algo negativo. Absolutamente! Ela é uma realidade premente, e o desafio é justamente esse. Se nós pudéssemos deixar para depois: "Ah, vamos entregar o 3G completamente, para depois fazer o 4G e depois fazer o 5G"... Não é assim: é tudo concomitante, e o mundo gira, e a tecnologia vai evoluindo, e a gente é que tem que correr atrás desse processo. E os Estados nacionais que forem mais hábeis, mais rápidos e mais inteligentes ao usar o seu poder concedente para exigir inclusão digital e eliminar ou, pelo menos, mitigar os efeitos de crescimento de desigualdades em função do acesso ou não a essas tecnologias – esse papel é que será esperado –, esses Estados terão mais sucesso obviamente, inclusive em relação a tudo o mais: à competitividade na economia etc. O acesso para inclusão digital é importante para todos, para tudo. Mesmo que o sujeito seja o mais insensível de todos e pense apenas nos ganhos econômicos, até para ele é essencial que a gente tenha igualdade de acesso. Do contrário, você deixa consumidores de fora da roda, não é?

Então, é esse papel de recepcionar, de prover o espectro – já que é colocado nos ombros do Estado e é responsabilidade sua –, o objeto de troca que nós temos para prover um ambiente operacional e também de consumo que assegure maior equanimidade possível no acesso ao 5G e a tudo o mais que virá depois.

Nós temos que nos acostumar com a ideia de que o Estado brasileiro não é poder concedente só porque ele quer ter poder, só porque é bom exercer o martelo de dizer quem vai operar em tal frequência ou quem vai explorar tal bloco marítimo de petróleo ou quem vai fazer tal gasoduto ou tal linha de transmissão. Esse poder concedente existe para fazer exigências, para exigir contrapartidas, para equalizar esse processo de ganho econômico de parte do concessionário, autorizatário, *versus* o que ele vai prover para a sociedade brasileira como um todo. Então, esse papel cabe ao Estado e, neste momento, cabe aos gestores que estão a cargo desse edital e de tudo o mais que virá em sequência.

Alguns podem perguntar: "Mas esta Comissão está trabalhando e dia 4, agora, acaba o objeto dela porque o edital se perfaz?". Não é assim. Eu quero finalizar aqui justamente convidando a todos que estão hoje aqui nesta audiência para que nós continuemos trabalhando. Nós vamos continuar conversando com vocês, porque a análise desse processo, embora ele esteja em curso... Em momento nenhum aqui houve a intenção de interromper ou abalroar o processo a ponto de deixar que ele não ocorresse. É o contrário: é uma análise dinâmica. Então, nós vamos continuar ouvindo e tratando de tudo que o 5G trará para nós, e esse é exatamente o grande desafio de todos nós, não só os gestores a cargo disso, como nós Parlamentares, na missão de fiscalização, vigilância e implementação de sugestões positivas em nome do povo brasileiro, que foi quem nos colocou aqui para justamente fiscalizar e fazer o papel do Poder Legislativo.

Tendo em vista tudo isso e deixando esta audiência – como as outras audiências, também, sempre presentemente abertas – permanentemente acessível a todos vocês, que nos brindaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

hoje com suas apresentações e discussões, e não havendo mais a tratar hoje, agradecendo a todos eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se semipresencialmente a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Rogério Carvalho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Maria Eliza, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Jean Paul Prates, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª reuniões da CCT, que são aprovadas. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas oitenta e sete propostas de emendas perante a CCT. Após a leitura do relatório do Senador Rodrigo Cunha e não havendo inscrição para discussão, a Comissão aprova as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CCT:** UO: 52101, Ação: 151S – Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, Valor: R$ 40.000.000,00; **Emenda nº 2-CCT:** UO: 24101, Ação: 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo, Valor: R$ 600.000.000,00; **Emenda nº 3-CCT:** UO: 53101, Ação: 00SY – Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas, Valor: R$ 10.000.000,00; **Emenda nº 4-CCT:** UO: 41101, Ação: 20V8 – Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital, Valor: R$ 200.000.000,00. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Aprovação de ata.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura, bem como a aprovação das Atas da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Reuniões da CCT.

As senhoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial, com a utilização do sistema de videoconferência adotado pelo Senado Federal.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que serão apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022".

Informo que foram apresentadas propostas de emendas perante a CCT.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Rodrigo Cunha, para fazer a leitura de seu relatório.

Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Plínio Valério, já começo parabenizando V. Exa. pela forma onipresente de atuação no Senado Federal, participando ao mesmo tempo de várias reuniões de várias Comissões.

Passarei diretamente à leitura do relatório.

Trata-se do parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre as indicações de emendas ao projeto de lei orçamentária para 2022, Projeto de Lei nº 19, de 2021.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31/08/2021, o projeto de lei orçamentária anual para 2022, que, em seguida, foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme o art. 166, §1º, da Constituição Federal.

A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de Comissão, em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidir por sua apresentação. Devem também possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Nesse contexto, esta CCT do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2022.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 87 indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores Carlos Viana, Chico Rodrigues, Daniella Ribeiro, Eduardo Gomes, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Luis Carlos Heinze, Maria Eliza, Paulo Rocha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Plínio Valério, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Rogério Carvalho, Rose de Freitas, Simone Tebet, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão. Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta CCT.

Esse é o relatório.

Dessa forma, Sr. Presidente, de maneira muito rápida e sucinta, passarei à leitura da análise.

Não foram apresentadas indicações de emendas ao texto, nem de emendas de remanejamento. O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à CCT. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e apresentam interesse nacional. Todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, os critérios de seleção consistiram em selecionar três programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares (151S, 20V6 e 20V8) e eleger uma quarta que ampliasse a contribuição da CCT para uma importante política pública de referência para qualidade da vida, bem-estar e desenvolvimento urbano.

O Brasil deve avançar no conceito de cidades inteligentes, precisamos contemplar o planejamento urbano e a gestão dos Municípios, de modo que atendam, de modo integrado, a requisitos básicos de saúde, educação, transporte, meio ambiente, habitação e segurança. Assim, entendo que a ação 00SY – Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica deve ser indicada por esta CCT dada a relevância da intervenção pública em tema fundamental do dia a dia do cidadão. Será uma contribuição desta Comissão na modernização para o planejamento urbano, fomentando a implantação de tecnologia e comunicação para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do conceito de cidades inteligentes, utilizando dados e informações visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população e também garantir o desenvolvimento urbano sustentável.

Dessa forma, além de atendermos a praticamente todos os Parlamentares que indicaram emendas, atendemos quatro ministérios fundamentais à promoção da ciência e tecnologia no Brasil, quais sejam: Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações, Ministério da Defesa e Ministério do Desenvolvimento Regional.

Chegamos ao voto, que passo a relatar.

Diante do exposto, votamos pela apresentação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, das seguintes emendas, conforme o seguinte quadro:

– 151S - Implantação da Infraestrutura para o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), no valor de R$40 milhões, Sugestões 1, 7, 8, 14, 23, 33, 38, 41, 48, 74;

– 20V6 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo, no valor de R$600 milhões, que foram as Sugestões 5, 10, 18, 22, 28, 37, 52, 56, 58, 59, 62, 64, 67, 70, 84;

– 00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas, no valor de R$10 milhões, com a Sugestão 39; e, por fim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

– 20V8 - Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital, no valor de R$200 milhões, correspondente às Sugestões 12, 13, 20, 36, 40, 44, 51, 54, 56, 68, 73.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências e ajustes que se fizerem necessários à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2021.

Sr. Presidente, esse é o relatório apresentado para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Com certeza, a Secretaria desta Comissão vai tratar dos ajustes que se fazem necessários, se for o caso.

Em votação o relatório do Senador Rodrigo Cunha.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta CCT.

As emendas desta Comissão, aprovadas, serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Solicito a permanência das Sras. e dos Srs. Senadores para iniciarmos a 14ª Reunião, que ocorrerá imediatamente após o encerramento desta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os presentes.

(*Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Plínio Valério, Angelo Coronel e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 12, de 2021** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater as novas modalidades da economia colaborativa como instrumentos de inclusão produtiva" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 13, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Educação e a covid-19: o desafio da superação das deficiências acumuladas" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 14, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a organização e a consolidação de uma política pública de Estado para a Agricultura Irrigada no Brasil" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/08

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data de 8 de outubro de 2021.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Reuniões, realizadas nos dias 09/08, 20/08, 27/08, 24/09 e dia 01/10.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 12, DE 2021

Requer a realização de Audiência Pública para debater as novas modalidades da economia colaborativa como instrumentos de inclusão produtiva.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater as novas modalidades da economia colaborativa como instrumentos de inclusão produtiva.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Sebrae Nacional; representante do Sebrae DF; representante da Federação Habitacional do Sol Nascente, aqui do DF; o Sr. Rafael Barbosa, fundador da empresa XporY.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 13, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Educação e a covid-19: o desafio da superação das deficiências acumuladas.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Educação e a covid-19: o desafio da superação das deficiências acumuladas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Cláudia Maria Costin, Diretora do Centro de Inovação e Excelência em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas e Professora visitante na Faculdade de Educação da Universidade de Harvard; o Sr. Mozart Neves Ramos, Professor da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, no Polo de Ribeirão Preto do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; o Sr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; o Sr. Vitor de Angelo, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); o Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 14, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a organização e a consolidação de uma política pública de Estado para a Agricultura Irrigada no Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a organização e a consolidação de uma política pública de Estado para a agricultura irrigada no Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Paulo Afonso Romano, Diretor de Infraestrutura Geocientífica da Companhia de Pesquisas de Recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minerais; o Sr. Paulo Estevão Cruvinel, pesquisador do Centro de Instrumentação da Embrapa em São Carlos; o Sr. Francisco Soares de Lima Junior, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano; o Sr. Gabriel Delgado, representante no Brasil do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Em discussão os Requerimentos 12, 13 e 14. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação os Requerimentos 12, 13 e 14.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

A Comissão aprova os Requerimentos 12, 13 e 14.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 12/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater as novas modalidades da economia colaborativa como instrumentos de inclusão produtiva. **Participantes:** Sr. Ivan Lemos Tonet, Analista Técnico da Unidade de Competitividade do Sebrae Nacional; Sr. Jorge Adriano Soares da Silva, Gerente da Assessoria de Gestão Estratégica e Políticas Públicas do Sebrae/DF; Sra. Edilamar Souza, Presidente da Federação Habitacional do Sol Nascente - FEHSOLNA; e Sr. Rafael Barbosa, Sócio-Fundador da empresa XporY.com. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/22

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de outubro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "As novas modalidades da economia criativa como instrumento de inclusão produtiva".

Foram convidados a participar o Sr. Ivan Lemos Tonet, Analista Técnico da Unidade de Competitividade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae Nacional; Sr. Jorge Adriano Soares da Silva, Gerente da Assessoria de Gestão Estratégica e Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/DF; a Sra. Edilamar de Souza, Presidente da Federação Habitacional do Sol Nascente (Fehsolna); e o Sr. Rafael Barbosa, Sócio-Fundador da empresa XporY.com.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão da palavra por até 20 minutos. Antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais em 10 minutos.

Já passo, imediatamente, a palavra ao Ivan Lemos Tonet. O Ivan é do Sebrae Nacional e também analista técnico, formado em Publicidade e Propaganda, possui pós-graduação em Inteligência Competitiva, *Marketing* Digital e Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral e também é especialista em vendas por canais digitais. Lidera o tema de mercado digital no Sistema Sebrae além de atuar como mentor de *startups* do maior programa de aceleração do País, o InovAtiva Brasil.

Com a palavra, Ivan Lemos.

O SR. IVAN LEMOS TONET (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação enorme estar aqui. Um cumprimento do Presidente Melles, que não pôde estar conosco, mas deseja que tenhamos aqui uma excelente reunião. O tema é bastante importante, não só para o País, mas para a sustentabilidade do mundo como um todo.

Eu vou encaminhar aqui uma apresentação para que a gente entenda um pouquinho mais sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A economia colaborativa veio para ficar. Não há mais como voltar atrás em um tema que domina, de certa forma, os anseios dos nossos cidadãos, e é isso que move um pouco aqui este ambiente em que nós estamos hoje e que passa por entender a economia colaborativa com outros termos também. Pode ser um consumo colaborativo, uma economia compartilhada, que é até bastante difundida, um capitalismo comunitário, uma outra forma de ver com esses olhos do compartilhamento, da colaboração. E vem sendo amplamente difundido na literatura; então, quem quiser se aprofundar no tema consegue encontrar, portanto, muito conteúdo sobre e traçar estratégias para poder atuar também nesse mercado. Ponto importantíssimo porque há anos, dez anos atrás a gente ainda não se valia de tanto consumo, de tantos negócios e, portanto, de tanta tradução disso em literaturas que embasassem novos negócios. No caso do Sebrae, isso é um ponto muito importante para que a gente facilite esse processo de criação de novas empresas.

E de onde vem isto aqui? Eu quis trazer um pouquinho da etimologia da palavra, para que a gente consiga entender que, de colaborativo, nós estamos falando basicamente de cooperação, mas a gente já traz uma outra palavra importante também, que tem a ver com cooperativo, cooperar, cooperativas, que é um modelo também muito trabalhado pelo Sebrae, e eu comento aqui um pouquinho. Então, a gente começa a fazer algumas conexões.

E aqui a gente vem para outro ponto que tem a ver com produzido em conjunto, em que eu tenho uma produção coletiva, uma produção cocriada, o que é muito importante também para que a gente traga visões diferentes. Quando a gente fala da diversidade, ainda mais num país como o Brasil, um país de mais de 213 milhões de habitantes com várias culturas, desde a indígena, passando pela imigração, numa fusão cultural importante, e que a gente se ache inclusive numa cidade, num Estado, quase que como o DF, e cidades como São Paulo, metrópoles onde há população basicamente do mundo inteiro, essa confluência pode ser trazida em trabalhos mais colaborativos que visem facilitar a vida de milhões de pessoas. Olha que coisa mais interessante também. Então, não somente a gente produz coletivamente, produz em conjunto, mas a gente quer beneficiar a maior quantidade de pessoas possível dentro dessa visão não individualista, mas de uma visão coletiva.

De onde que, então, a gente parte para uma economia colaborativa? De um entendimento aqui de que há muitos problemas sociais e ambientais que precisam ser resolvidos e que eles, se a gente não prestar atenção e agir sobre, vão se agravar cada dia mais. Então, eu parto do pressuposto de que eu preciso tomar decisões importantes hoje e agir hoje, coletivamente, em prol da maior quantidade de pessoas possível. E essa visão passa por dividir mais e não necessariamente acumular. Então, eu passo a não desejar mais ter, mas, sim, utilizar algo de que eu preciso naquele momento e, a partir de um segundo momento, eu coloco de volta para girar no mercado, naquela economia, aquele produto que ainda é bom, aquele produto que serve para mais de uma pessoa.

Portanto, trata-se aqui de uma forma que não impacta só as pessoas em si ou como nós vivemos a nossa rotina de trabalho, mas, sobretudo, da forma com a qual nós fazemos negócio. E aí é onde a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa os desejos e ansiedades e a mudança do comportamento do consumidor – de que a gente fala um pouquinho já – para o ambiente dos negócios e como isso impacta a economia dos pequenos negócios, sobretudo, que conseguem se valer de diferenciais importantes para poderem se manter no mercado, criar novos mercados, girar uma economia para pequenos negócios feitos por pessoas que estão ali trabalhando para conquistar um lugar ao sol.

E aí a gente passa, portanto, a entender um pouco desse consumidor que já tem o que a gente chama de *mindset*, esse pensamento, essa dedicação de uma forma mais positiva. A gente olha para a humanidade e fala assim: nós não só precisamos ter este pensamento... Eu penso que a economia precisa melhorar, mas eu preciso melhorar a economia tendo a sustentabilidade na linha de frente. Então, a gente tem que entender que a natureza precisa ser preservada, a gente precisa entender que as relações sociais precisam ser preservadas, que a gente tem hoje a possibilidade de uma atuação global, mas que a gente pode e deve utilizar o local como primeiro ponto, como âncora para que a gente consiga ir para frente, para que a gente consiga evoluir e transformar, portanto, aquela nossa comunidade. E esses 75% a gente começa a olhar... Opa! Espere aí, são três quartos de uma população que já olha e fala assim: nós precisamos agir também. Não é só pensar positivo, mas é transformar para que o positivo chegue ao que nós efetivamente desejamos.

E aí há pontos importantes que tratam de um consumidor interconectado. Ele está, o tempo todo, ligado não só na tomada, nos 220V, querendo as coisas, mas também na internet, tendo acesso fácil ao consumo de informação, ao compartilhamento, à produção e à disseminação. Nós estamos falando aqui de experiência, de algo compartilhado. Nós estamos falando aqui de uma série de comportamentos que são mais fluidos, que são mais naturais, inclusive. Ele se engaja em ideias e propósitos. Olhem que coisa mais bacana! Aqui ele está totalmente conectado com as informações de que a gente vem falando. Ele está conectado e está querendo fazer algo positivo. Ele tem propósito e vai exigir, cada vez mais, isso de todo mundo que o cerca, sejam os negócios, sejam pessoas, sejam representantes de Poderes.

Enfim, isto é fundamental: ter o propósito de transformar a sociedade em algo melhor. É este o otimista criativo: "Eu quero fazer e vou fazer de formas que não foram feitas ainda". Ter a mesma atitude vai levá-lo ao mesmo lugar. Então, eu tenho que mudar o que faço, tenho que ter criatividade para fazer com baixo custo, para fazer mais rápido, para chegar a mais pessoas.

É uma jornada desse consumidor também não linear. Ele não parte de um ponto A, para ir em uma reta e passar pelo ponto B, chegando ao ponto C e indo para o D. Ele vai fazendo a jornada da forma que ele quiser, no horário em que ele quiser, se ele quer consumir *on-line*, se ele vai no presencial, se ele consome a informação primeiro ou o produto. Ele avalia se vai ao amigo para perguntar. Então, essas coisas mudam completamente a forma com que a gente, enquanto negócio, também fala com ele. Ele opina, ele tem paixão, ele quer que as empresas e os negócios defendam as causas em que ele acredita. Ele quer isso agora. E ele reage. Então, quando algo não está certo, ele não se torna passivo ao que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um comportamento que traz para nós pontos importantes, o de ele ser digital e onipresente, estar em várias redes e em vários lugares ao mesmo tempo. É o consumo repensado. Ele não quer mais consumir pelo consumo desenfreado. Há o aumento da infidelidade. Ele não se importa mais em deixar uma marca e em ir até outra que converse mais e melhor com aquilo em que ele realmente acredita. Há um consumo seguro. Sobretudo nesta época de pandemia, isso foi intensificadíssimo! É a saúde e a qualidade de vida, prezando para que a gente tenha realmente mais tempo e um tempo de melhor qualidade. Ele traz um novo papel da casa. A casa se configura não mais como o lugar onde ele dorme, mas, sim, onde ele vive, onde ele convive, onde ele quer uma rotina boa para ele. A casualização e a indulgência... Ele acredita que as coisas devem ser... Ele se presenteia por isso. A sustentabilidade é redefinida como prioridade na vida deles. Há um propósito – a gente já falou sobre isso. Há uma desvalorização da metrópole, acreditando que há outros lugares no País que são mais tranquilos para ele viver. E, com o trabalho remoto, isso se tornou possível.

E a gente chega a um ponto de avaliação aqui do SPC com a CNDL, em pesquisas recorrentes dele – e uma trouxe esta informação –, de que ele já considera, no caso o consumidor, como vantagens de alugar em relação a comprar, a redução do desperdício, com quase metade dos consumidores falando isso; o combate ao consumo excessivo – eu não quero consumir e deixar na minha casa aquele tanto de coisas que realmente não utilizo. Eu abro lá o meu guarda-roupa e vejo que, há anos, eu não utilizo uma peça de roupa – ou os brinquedos do filho ou, enfim, qualquer coisa na cozinha... Você passa a ter um comportamento frente a isso de mais critério, você quer comprar o que realmente faça sentido, e o que não fizer, você acaba passando para frente nessa economia compartilhada, nesse giro de que a gente fala. E 40% estão ligados a preço, você barateia também o seu consumo.

E os serviços mais utilizados estão aqui: o aluguel de casas e apartamentos, em que a gente tem casos célebres, e cito já muito rapidamente o Airbnb; 39% com caronas para trabalho e faculdade, a mobilidade, facilitando inclusive a questão dos congestionamentos em grandes cidades; e 31% com as compras de roupas usadas, também trazendo, portanto, um ponto importante, esse giro na moda.

E tecnologia é outro ponto que facilitou bastante que isso acontecesse. Aqui eu trouxe só alguns dados, poucos dados, mas importantes: nós já temos esses 160 milhões de internautas no Brasil, dos 213 milhões, então são 70%; redes sociais, 150 milhões; compradores que já fazem alguma compra *online* são mais de 100 milhões. Isso, portanto, faz com que, se eu tenho acesso à tecnologia, se a tecnologia está mais barata, se está mais fácil implantar a tecnologia, a população, enquanto consumidor, passa a ter acesso à internet de melhor qualidade, a aparelhos conectados mais baratos – sobretudo, aqui a gente está falando de aparelhos celulares, os *smartphones*, conectados, que permitem acessar a qualquer momento essas tecnologias.

E, com a confiança sendo gerada, a gente tem o consumo. Se eu tenho o consumo, eu tenho incentivo para que novas tecnologias, novas plataformas surjam, ou seja, aquele consumidor criativo, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propósito, torna-se depois um empreendedor, a partir do momento em que ele encontra uma dificuldade ou uma oportunidade – se forem as duas coisas juntas, melhor ainda –, ele passa a acessar mais facilmente a tecnologia, inclusive muitas vezes com o apoio do Sebrae. Ele acessa essa tecnologia, inova, coloca na rua, testa e, nesse momento, do outro lado, há um consumidor que adota a tecnologia dele, tem o poder de consumo, o que, portanto, faz com que isso se retroalimente, transformando essas plataformas, essas iniciativas em algo sustentável no longo prazo e que transformam, impactam positivamente o cenário também da nossa sociedade.

E há algumas vantagens que a gente traz aqui que passam pelo poder social: quando falamos da economia compartilhada, nós estamos falando de uma população utilizando e uma população produzindo também. Então, o poder social fica presente ali, se apresenta e fica presente, nesse momento da economia compartilhada, muito fortemente, da economia colaborativa.

O ciberativismo: as pessoas se unem em torno de causas e têm exponencialidade, elas ganham escala e conseguem, portanto, movimentar num cenário que até então era muito local, era muito regional; era difícil você conseguir adesão para além das linhas geográficas que limitavam os negócios.

O barateamento de custos, como eu falei: a tecnologia vem, ao longo dos anos, barateando, e isso faz com que a gente consiga ter acesso de uma forma mais ampla. Também, a partir do momento em que eu trabalho colaborativamente, outros custos são barateados – se eu falo de custos divididos ali, sejam financeiros, de aporte, econômicos, como a gente chama, de trabalho, que precisam ser rateados. Eu deixo de contratar pessoas para trabalhar naquele momento. E, principalmente, quando eu tenho posse – a gente está falando de imóveis, de automóveis, de roupas, de máquinas –, se eu coloco para alugar e eu trago, portanto, esse aluguel para o meu negócio ou para a minha casa, eu não preciso comprar, então barateia para mim também. Assim, barateia para quem faz, que ganha na escala, não precisa mais trabalhar com a venda e demorar, pois ganha numa nova economia; e barateia para quem consome, porque consegue pagar menos por algo que ele não precisaria ter na verdade. Imagine se todo mundo quisesse ter uma casa de veraneio, quando você precisa necessariamente usar ali somente durante uma semana no ano.

Então, faz muito mais sentido trabalhar nessa vertente, para vários produtos, vários negócios. Isso faz com que, portanto, a população que não tinha acesso consiga acessar algumas iniciativas em que havia mais dificuldade por conta de custo, por conta talvez de uma impossibilidade muito financeira, nesse caso. E outros também ali podem ser considerados, porque agora você consegue ter produtos, muitas vezes, que são produtos produzidos com uma baixa oferta e que passam a estar disponíveis no mercado também. Então, existe tanto uma relação de demanda e oferta, quanto uma relação de custos aqui, permitindo, portanto, que haja esse acesso mais facilitado.

E também há visibilidade dos pequenos, que podem ganhar força nesse modelo – associando-se, trabalhando colaborativamente –, o que num outro modelo de trabalho individualizado seria mais difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ganham corpo, ganham força, ganham energia e ganham, portanto, também visibilidade dentro de plataformas, não só pelo trabalho em si, mas pela colaboração que as plataformas têm nesse momento de ampliar a visibilidade desses pequenos negócios, para chegarem ao mundo inteiro, o que já é possível. Então, a gente fala de vendas – obviamente são mais corriqueiras, mais frequentes e mais simplificadas no próprio local –, nós estamos falando ali de uma venda regional, enfim, mas também das que se valem de uma possibilidade de exportar, de fazer um *cross border*, como a gente chama, utilizando plataformas de uma forma muito mais simples do que se elas fossem ter que fazer todo o processo individualmente.

E aí a gente puxa, então – como já estamos falando –, para os negócios.

Em uma pesquisa da PricewaterhouseCoopers, ela cita que 30% do PIB dos serviços até 2025 devem vir da economia colaborativa – algo muito interessante que a gente já vê acontecer. E aí há aqui, da Patricia Matsuda, um consolidado de algumas informações desses US$15 bilhões da economia compartilhada. Nós temos que um em cada cinco brasileiros já conhecem isso – lá atrás, isso tem cerca três, quatro anos –, nós estamos falando de 20%. Com certeza, no cenário pandêmico agora, isso se expandiu mais, por necessidade; e nós estamos passando, também, por um momento que traz essa reflexão da sustentabilidade para o nosso consumo. E chega esse potencial aqui a esses US$335 bilhões de economia compartilhada até 2025. Então, nós estamos falando de um número muito grande.

E a gente pode realmente se valer disso em negócios – como o próprio Airbnb, que já é responsável por 2,5 bilhões do PIB brasileiro, no mesmo estudo da PwC, com 1 bilhão gerado na cidade do Rio de Janeiro. "Mas, Ivan, isso aqui é algo que foi feito por uma grande empresa?" Não, eles começaram pequenos e foram escalando o modelo, porque fazia todo o sentido.

Outros nascem também nesse sentido, como o próprio guarda-roupa compartilhado, que aqui vem como uma imagem, mostrando a possibilidade. Já existem vários no País que utilizam esse modelo de colocar algumas roupas que pegam de várias clientes e deixar disponíveis para aluguel, clientes também vêm alugar. Então, são plataformas que trazem o lado *online*, em que a pessoa pode acessar e conferir, e o lado *offline*, o lado presencial dessa experiência de busca. Ela prova ou recebe na casa dela o produto, o que a gente chama do *online to offline*. Eu o compro, eu o vejo, eu o monitoro *online* e eu tenho o consumo dele sendo realizado no *offline*.

São exemplos de negócio aqui: empréstimo de objetos diversos – a gente fala desde a própria moda colocada aqui, passando por imóveis, automóveis, ferramentas e vários outros –; *coworking,* espaços que até a gente trouxe na tela inicial e que já fazem com que esse compartilhamento, inclusive, seja fluido e traga vantagens para os próprios negócios ali estabelecidos, muitas vezes a gente aqui, enquanto Sebrae, fala de pequenos negócios que se conectam ali e trazem, portanto, essa sinergia como pontos fortes para a geração de novos negócios; os ateliês compartilhados; e a troca de serviços. Aqui o XporY vai falar um pouco sobre isto, sobre como a gente consegue conectar pessoas para tratar de uma forma muito mais fluida, muito mais ganha-ganha para esses negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui há alguns exemplos, há um guia de consumo colaborativo que traz vários exemplos de plataformas. Sobretudo, eles focam muito no digital, mas são modelos que, inclusive, são válidos para o presencial, que a gente traz aqui.

Há aqui alguns exemplos de troca, de plataformas de troca, plataformas de finanças. A gente fala de *crowdfunding*, muito utilizado para poder gerar este capital inicial ou para alguns projetos de que as empresas precisem; até segurança, o que facilita muito quando a gente tem o *crowdsourcing*, já falado, que é o trabalho colaborativo aqui para gerar dados para algum tipo de aplicação que traga benefícios para todo mundo.

Um ponto importante é que a gente traz tudo isso... É importante trazer à luz aqui um modelo que reforce isso tudo que está sendo falado. Muito embora você tenha obviamente, em plataformas, a possibilidade de criar uma plataforma e trazer pessoas e negócios diferentes – e isso, de alguma forma, é colaborar para gerar iniciativas para o bem da sociedade –, há modelos de associativismo e cooperativismo que são fundamentais para que o modelo de negócio se estabeleça. A gente fala – aqui nós vamos ter também a representante Edilamar falando sobre isso – desses modelos que funcionam muito bem e que o Sebrae incentiva diuturnamente por projetos como o Indicações Geográficas, em que os territórios se conectam, as empresas e os negócios que estão presentes ali. Faz sentido proteger um determinado produto, um determinado serviço que é só daquela região, mas essas pessoas que estão lá representando os negócios precisam trabalhar colaborativamente para que aquilo funcione. Então, o associativismo e o cooperativismo são fundamentais.

E a gente vê isso em crédito, a gente vê isso em divulgação de negócios, a gente vê isso na formação de um modelo de negócio específico, seja uma cooperativa de artesãs, uma cooperativa de reciclagem, que a gente incentiva, apoia, produz para isso, seja no modelo de centrais de negócios, que a gente também traz à luz, que é uma formação diferente de uma entidade jurídica e que permite que várias empresas se conectem para a mesma finalidade, que pode ser adquirir produtos de forma mais barata para todo mundo que vai comprar o mesmo tipo de produto, que pode ser negociar melhor, tendo o poder de negociação para mídia, para *marketing*, para propaganda, o planejamento de ações de vendas, a formação de uma rede de negócios em que você tenha a mesma fachada, você consiga ganhar em escala, em visibilidade para o consumidor e até em linhas de crédito melhores.

Então, esse é... um projeto não; é uma solução que o Sebrae oferece, que é muito bem vista, que apoia diversas iniciativas já pelo Brasil e que vai ser reforçada agora com uma nova metodologia sendo lançada nos próximos dias, seja um apoio às plataformas, com chamadas de edital como o Sebrae-São Paulo tem, que disponibiliza aqui a Helpie!, a XporY, a Pertinho de Casa, que são plataformas que conectam de certa forma compradores e vendedores em uma economia de serviço e em uma economia de produto e fazem com que girem melhor os pequenos negócios também, seja por eventos, como essa Feira Internacional de Negócios Criativos e Colaborativos, já realizada há três anos e que traz muita discussão para segmentos da economia criativa, publicidade, artesanato, moda, *design* de jogos, música, teatro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfim, vários outros, discutindo como fazer melhor e como fazer juntos, o que é mais importante. Não adianta só a gente pensar em melhorar o nosso negócio, melhorar a nossa atuação; é o como a gente cocria, o como a gente constrói juntos para fazer este mundo melhor, e isso foi discutido aqui, portanto, nessa feira, em soluções, como a gente comentou lá atrás sobre o associativismo e o cooperativismo, cursos que a gente tem, oficinas. A gente faz o tempo todo um incentivo a essa temática por entender que isso muda: isso muda a empresa, isso muda a pessoa, isso muda a comunidade e, no final, isso muda todo um ecossistema, muda o País.

Então, eu fico à disposição aqui. O que eu tinha inicialmente para falar era isso.

Agradeço mais uma vez esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ivan. Muito boa tua apresentação, tua fala.

Já passo imediatamente para o Jorge Adriano Soares da Silva, que é Gerente da Assessoria de Gestão Estratégica e Políticas Públicas do Sebrae-DF. Formado em Administração de Empresas, especialista em Gestão Estratégica e Gestão Pública, atua já há 12 anos no Sebrae-DF, especificamente em programas de acesso a mercado e inovação. Atualmente ele coordena os projetos em conjunto com o Governo do Distrito Federal para a promoção de um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de pequenos negócios aqui na Capital.

Com a palavra, então, Jorge Adriano.

O SR. JORGE ADRIANO SOARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agradeço a oportunidade, Senador. Cumprimento os demais colegas.

O Ivan falou muito do que a gente percebe e imagina em cima da economia compartilhada. Na última parte da sua fala, Ivan, quando você mencionou associativismo e cooperativismo, a gente vê a economia compartilhada nascer dentro desse contexto, em que aquilo que a gente já tinha de intenção, de proposta no passado se transforma em algo que é viabilizado pela tecnologia, em algo que é viabilizado pela internet para mudar um pouco o nosso modelo mental de desenvolvimento econômico e social.

Então, bom dia a todos. Eu me chamo Jorge Adriano, eu sou Gerente Estratégico de Políticas Públicas no Sebrae-DF. E eu venho tendo a feliz oportunidade de estudar e conhecer inovação, tecnologia e modernidade em diversas comunidades dentro e fora do País. Ainda nesta semana, eu estive em São Paulo conhecendo alguns atores do ecossistema de inovação brasileira, como: Inovabra, Cubo, Learning Village, State, Artemisia e alguns outros que são dedicados a promover negócios, iniciativas inovadoras com um potencial para transformar pessoas e comunidades.

Como cidadão brasileiro, eu parabenizo o Senado Federal pela simples existência de uma banca como a Comissão Senado do Futuro, porque discutir estratégia, tendência e suprir as necessidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentares para se criar o futuro das gerações de brasileiros e brasileiras é sem dúvida uma das mais nobres pautas que esta Casa pode defender. O Peter Drucker já dizia que é a melhor forma de prever o futuro é criá-lo.

Antes de abordar diretamente o tema de economia colaborativa, eu queria contar uma história que eu ouvi do Professor Tim Ash, em um programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: a história sobre como os humanos dominaram a Terra. Eu não sou biólogo, nem antropólogo, não tenho credenciais para falar sobre teoria evolucionária, mas vou reproduzir aqui um pouco do que eu ouvi dos estudos desse professor, que também estão disponíveis no livro dele que se chama *Unleash your Primal Brain*, que, em tradução livre, seria alguma coisa como "liberte o seu cérebro primitivo".

A ciência defende que, quando nós éramos macacos, vivíamos nas árvores como os nossos primos mais próximos, os chimpanzés e os gorilas. Em algum momento, a gente desceu das árvores e começou a caçar no solo pela savana da África Oriental, por volta de 200 mil anos atrás. Nós nos espalhamos, chegamos a lugares como o norte oriental, o Ártico, começamos a caçar mamutes, nos espalhamos para longe em direção ao norte e ao sul. Subimos montanha, avançamos para as ilhas, começamos a viajar por milhares de quilômetros, mas basicamente nós éramos nômades. Então, a gente percebeu aos poucos que juntos a gente podia caçar animais maiores, garantir mais tempo de sobrevivência. E a gente começou a estabelecer raízes. Passamos a ter objetos, armas, usamos roupas para nos proteger do frio, desenvolvemos a agricultura e começamos a permanecer em lugares fixos. A partir daí, as comunidades cresceram em tamanho, em complexidade, levando os grupos humanos a se tornarem naturalmente mais sofisticados e a dominarem a terra como a gente vê hoje. Essa é a história que a gente ouve na escola. Só que toda essa narrativa só é possível por conta de um elemento essencial que é o cérebro humano. Ele é diferente e mais complexo do que qualquer outro sistema processador de informação e é capaz de aprender.

O cérebro de um mamífero tem o que a gente chama de neurônios espelhos. Eles são capazes de observar o que os outros animais estão fazendo e criar modelos e padrões de repetição. Os seres humanos têm um número muito maior dessas células, elas são mais sofisticadas na gente do que em qualquer outra espécie. É por isso que os seres humanos são capazes de construir novos conhecimentos e comportamentos a partir da base de repetição do que eles veem nos pais e nos outros concidadãos. Segundo esse Professor Tim Ash, nós somos incríveis imitadores e copiadores fiéis do comportamento de outras pessoas.

Uma outra coisa que destaca a gente é que nós ficamos idosos por muito mais tempo. Nenhuma outra espécie continua vivendo por décadas depois do seu período reprodutivo. De uma perspectiva evolucionária, não tem muito sentido nem benefício uma vida se estender por tanto tempo incapaz de gerar outras vidas e de continuar transmitindo os seus genes adiante, mas, no nosso caso, há um segredo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natural nesse tempo extra de vida, alguma coisa relacionada com o passar adiante a experiência, para que se construa um novo a partir do aprendizado com o antigo.

Ainda sob uma perspectiva evolucionária, as outras espécies tomaram formas, tamanhos, composição óssea, pele e outros artifícios para se adaptar ao ambiente. O ser humano, onde quer que ele esteja – num frio congelante ou em temperaturas mais altas que o próprio corpo; pode estar no alto de uma montanha ou em regiões abaixo do nível do mar –, aprendeu a modificar o ambiente, a criar meios externos ao seu próprio organismo para facilitar a sua sobrevivência às mais variadas hostilidades ambientais.

Quando essas pessoas se juntam, elas estabelecem padrões culturais e trocam conhecimento. Essa é a resposta humana ao desafio de perpetuidade da espécie. Ela está baseada na habilidade do nosso cérebro de se beneficiar da transmissão de aprendizagem cultural com as pessoas que estão ao nosso redor. É esse o nosso superpoder, a habilidade que só nós temos.

Toda essa história que eu contei parece fazer muito sentido para os evolucionistas, mas também os criacionistas vão concordar com a citação do livro de Gênesis de que, nas sábias palavras do Todo-Poderoso, "Não é bom que o homem viva só". A coletividade gera aprendizado. Esse aprendizado surge indistinta e invariavelmente através do compartilhamento.

Se a nossa evolução depende do que nós aprendemos, eu quero compartilhar com vocês duas coisas que a gente vem aprendendo nos últimos anos.

A primeira é que a teoria do crescimento econômico infinito é uma farsa. Em 2011, a BBC realizou uma série de interações com alguns economistas pelo mundo levantando as opiniões sobre o fracasso do capitalismo. Tim Jackson, Professor da Universidade de Surrey e autor de um livro que se chama *Prosperidade sem Crescimento: Economia para um Planeta Finito*, defende o abandono desse mito de crescimento infinito, explicando que é possível alcançar a prosperidade longe do consumo desenfreado. O próprio Banco Mundial diz que, se a população global de fato chegar em 9,6 bilhões de pessoas em 2050, nós vamos precisar de quase três planetas Terra para proporcionar os recursos naturais necessários para a gente manter o nosso estilo de vida atual da humanidade. Então, este é o nosso primeiro aprendizado: que crescimento econômico infinito é irreal.

O segundo é um processo histórico do crescimento econômico. Ele produziu na verdade uma fábrica de desigualdades. Se a gente fizer uma breve análise sobre a geração de riquezas no mundo, a gente consegue ver que, em diversas partes do planeta, o crescimento das civilizações aconteceu a partir da exploração do espólio de outras civilizações, da exploração dos recursos naturais, da mão de obra barata, quando não foi escrava, a partir da guerra. Esse modelo criou, entre os países ou entre as comunidades e o mesmo território, um sistema de distanciamento social cada vez mais aterrorizante e desesperador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que a gente faz com isso que a gente aprendeu, como um *homo sapiens* que a gente é? Precisamos ser inteligentes o suficiente para criar novos conhecimentos, novos padrões de comportamento que garantam a nossa sobrevivência, o equilíbrio da nossa espécie com o ambiente que está ao nosso redor e, mais ainda, a segurança da dignidade humana a qualquer de nossos semelhantes. Nossa geração está vivendo hoje avanços científicos, tecnológicos, econômicos, sociais que nenhuma geração viveu antes de nós.

O meu último desejo – acredito que de todo mundo que está comigo hoje – é completar o nosso tempo aqui deixando o legado que Elis Regina cantou quando ela dizia:

> Minha dor é perceber
> Que, apesar de termos
> Feito tudo o que fizemos,
> Ainda somos os mesmos
> E vivemos
> [...]
> Como os nossos pais.

A economia colaborativa seria uma alternativa inimaginável num cenário de tecnologia ou de senso comum de 70 a 60 anos atrás. Para implantar um modelo tão moderno e evoluído, é necessária uma consciência que está viralizando na nossa geração e que consta do discurso capitalista, mas não da prática, que é o direito de oportunidade para todos. Esse novo modelo demanda também ferramentas tecnológicas que ampliem o acesso de todos ao benefício de um bem ou serviço e não necessariamente à sua posse, como o Ivan falou agora há pouco.

É a economia compartilhada, a economia colaborativa, como movimento de concretização de uma percepção diferente do mundo, que consolida o entendimento de que, com os problemas sociais e ambientais que a gente vê e que se agravam a cada dia, estamos passando da hora de dividir e não de acumular.

A economia colaborativa funciona em cima de três pilares básicos: o pilar social, que é o resultado do aumento da densidade populacional das cidades do mundo – a gente precisa pensar em conceitos como sustentabilidade de negócios e estimular o sentimento de comunidade na proliferação desses novos negócios –; o pilar econômico, que está pautado na ocorrência de produtos com estoque excedente ou sem uso que estão aí gerando desperdício – a economia colaborativa pode agregar a flexibilidade financeira, dando preferência ao acesso a esses produtos, o que reduz desperdício e acúmulo –; e, por fim, o pilar tecnológico, que está conectado com a democratização do uso da internet. E o Ivan também mencionou isto: a economia colaborativa é beneficiada pelo acesso cada vez maior às redes sociais, aos dispositivos, plataformas, sistemas de pagamento *online* etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, a gente está falando aqui de compartilhar recursos. Se eu tenho uma necessidade de transporte, não preciso necessariamente possuir um automóvel. Esse é um pensamento muito antigo. Basta que eu tenha acesso ao benefício que ele me oferece no momento e no lugar em que eu precisar. Se eu trabalho no centro da cidade, preciso estar próximo ao local de trabalho a ponto de aproveitar melhor o meu tempo produtivo ou o meu tempo de descanso, mas quem de nós consegue ter o luxo de possuir um imóvel próximo do seu local de trabalho ou mesmo de possuir um escritório nos centros urbanos para desenvolver uma atividade empreendedora? O *site* do Coworking Brasil diz que esse tipo de serviço de *coworking* tem uma taxa de crescimento de 25% ao ano. Então, se querem morar próximo ao local de trabalho nos grandes centros urbanos, mas são vítimas aí dos abusos do mercado imobiliário, o *coliving* já é uma realidade no Brasil.

A economia compartilhada nos permite exercer uma das atividades mais humanas: a troca. Esse elemento é um poderoso ingrediente para inclusão produtiva. Pessoas que estão à margem do sistema produtivo tradicional conseguem encontrar oportunidades de ocupação e renda com investimento inicial muito reduzido. Você imagina artesãos serem capazes de vender sua produção num espaço comercial compartilhado, seja esse espaço no centro comercial ou numa plataforma digital de *marketplace*. Pessoas podem realizar entregas e associar-se a plataformas de prestação de serviço com eliminação de custos de intermediação e ampliando a sua própria renda. Isso é dignidade da pessoa humana.

O Ivan mencionou o número da PwC que diz que no futuro cerca de 30% do PIB de serviço até 2025 vai estar dependente da economia colaborativa e vai haver um movimento aí de US$335 bilhões nesse período em todo o mundo.

Representando o interesse dos pequenos negócios, o Sebrae conhece muito bem essa realidade: quantos são os empreendedores que levam para casa a frustração de uma boa ideia de negócio e de um plano promissor, mas que não conseguiram viabilizar um financiamento para pôr esse negócio para funcionar? Os modelos tradicionais não conseguem atender a necessidade de quem quer começar um negócio, e, para essas pessoas, o investimento coletivo, como o *crowdfunding*, é uma alternativa real de solução financeira, que foi apresentada pela economia compartilhada, e hoje já temos inclusive regulamento: a Instrução Normativa 588, da Comissão de Valores Mobiliários, disciplinou como esses investimentos alternativos devem funcionar.

E aí a gente tem um exemplo de uma empresa como a Moccato, uma empresa do segmento de cafés em cápsulas, que testou o seu modelo de negócio com investimento inicial de *crowdfunding* e hoje está em pleno funcionamento, atendendo aí a um público com alto nível de exigência e de qualidade, sem falar também do exemplo dos motoristas de aplicativos ou dos agentes de *delivery*.

Nós vivemos num país com cerca de 14 milhões de desempregados. A tecnologia e o compartilhamento permitem a oportunidade de ocupação para milhares de pessoas e acesso ao benefício desses serviços a outros milhares. Segundo o IBGE, o número de motoristas de aplicativo cresceu 137,6%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos últimos oito anos. Os números desse instituto mostram ainda que 20% de todos os motoristas do Uber no mundo estão no mercado brasileiro. Então, é inegável a tendência de crescimento desse modelo de economia colaborativa, que se caracteriza pela democratização do acesso ao valor gerado pelo produto e serviço e não necessariamente à sua posse.

O número de pessoas dispostas a adotar mais práticas de consumo colaborativo todos os dias, nos próximos dois anos, cresceu de 68% em 2018 para 81% em 2019 – é a pesquisa da CNDL com o SPC, que o Ivan também mencionou. Entre as pessoas que são adeptas a essa modalidade de consumo compartilhado, os serviços mais usados foram caronas, aluguel de imóvel para curta temporada, compartilhamento de roupas, e os usuários ainda dizem que serviços que eles podem utilizar no futuro são o *coworking*, o aluguel ou a troca de brinquedo, a hospedagem de animais de estimação em casa de terceiro – esse último eu uso bastante.

O futuro tem tudo para ser promissor. Um estudo divulgado aí pela BCC Research mostrou que a economia compartilhada encerrou 2019 com o valor de mercado de US$373 bilhões e deve chegar a US$1,5 trilhão em 2024, um crescimento anual, médio, de 31%. Desse total, quase US$1 trilhão vem de plataformas como P2P, como *crowdfunding* e plataformas de empréstimo.

Agora, falando um pouquinho sobre o DF, considerando a nossa missão no Sebrae de criar oportunidades para desenvolver pequenos negócios, a gente tem acompanhado e apoiado o surgimento de novos arranjos produtivos e, entre eles, o modelo da economia colaborativa. No momento da democratização de aplicativos e de modelos compartilhados, a gente tem alguns exemplos que rodam aqui em Brasília e que são o maior sucesso. A loja Minha Nossa!, por exemplo, da Marina Marques, é um exemplo de como o pilar de moda circular e compartilhada funciona de forma interessante, diminuindo o impacto na indústria da moda e consequentemente no consumo desenfreado. A loja trabalha com um formato de assinaturas mensais em que o público feminino pode desfrutar do guarda-roupa compartilhado. No ano de 2021, devido ao crescimento do modelo de negócios dessa empresária, ela precisou investir em um espaço maior para melhor atender os clientes e, assim, ter mais diversidade de produtos para oferecer.

A gente acredita que, para muitos criativos, o formato colaborativo é a primeira porta de entrada de quem deseja empreender, mesmo que com poucos recursos. Uma das plataformas de incentivo para os negócios criativos é o modelo da Nós - Mercado Criativo, que foi criado pela Lili Brasil e por sua sócia, Lúbia, que sempre buscaram esforços para potencializar os negócios de empreendedores locais que não tinham oportunidade de ter um ponto comercial. O modelo delas tem dois pontos físicos de venda em Brasília hoje para produtos criativos locais: tem um ponto no Shopping Iguatemi e outro na Infinu BSB, que fica na 506 Sul, além de contar com venda de WhatsApp e *sites.*

Em síntese, a nossa posição é de que a economia compartilhada é um elemento muito importante para inclusão produtiva, porque ela viabiliza o acesso à ocupação e à renda dos cidadãos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendedores, democratizando esse acesso à oportunidade de ocupação. A economia colaborativa estimula a qualidade de vida das pessoas, reduz custos e contribui também para a redução das desigualdades, além do fato de que ela exerce um papel importantíssimo na promoção do desenvolvimento sustentável e do uso consciente dos recursos naturais.

Então, os modelos de negócios que exploram a economia compartilhada associada com tecnologia apresentam uma forte tendência de crescimento, e o nosso País precisa estar conectado a esse vetor. O futuro das próximas gerações depende do que a gente faz hoje com o aprendizado que a gente obteve e que nos faz de fato evoluir como comunidades, como país e como seres humanos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Jorge.

Vou passar, imediatamente, à Edilamar de Souza, que é Presidente da Federação Habitacional do Sol Nascente, uma grande empreendedora que atua em uma região muito carente e que exerce realmente essa economia colaborativa. Tem diversos empreendimentos sociais colaborativos, trabalha com diversas associações e em uma comunidade muito carente.

Então, vamos ver, na prática, como se faz essa economia colaborativa lá no Sol Nascente.

Dila, a palavra é sua.

Seu microfone está fechado.

A SRA. EDILAMAR DE SOUZA E SOUZA CORREIA – Estou tentando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Tranquilo. Está bom.

Pode falar um pouquinho da sua associação, que é muito bacana.

A SRA. EDILAMAR DE SOUZA E SOUZA CORREIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Então, eu sou a Edilamar, sou Presidente da Federação Habitacional do Sol Nascente, onde nós fazemos um trabalho voltado para a comunidade, dando vários tipos de assistência. Uma das maiores assistências que a gente dá aqui são os cursos profissionalizantes, ensinando, passando um pouquinho a comunidade a entender o que é uma economia criativa. A gente atua bastante nessa área. Nós atuamos aqui através da costura, nós damos cursos de costura profissionalizante; nós aqui treinamos, capacitamos e colocamos no mercado de trabalho essas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devido à pandemia, nós fomos obrigados – acho que todo mundo, o mundo inteiro – a nos reinventar. Com as grandes dificuldades que a gente vem atravessando, criamos uma marca chamada Raízes do Sol, na área da costura, que vem dando bons frutos. Inclusive, nós estamos fazendo a economia girar dentro da nossa comunidade, gerando emprego e renda para essas mulheres que atuam aqui na instituição.

Nós criamos a marca, que é voltada totalmente para a área da reciclagem do jeans. Nós transformamos o jeans usado, que é o segundo maior poluente do planeta, em peças belíssimas. Nós juntamos o artesanato, valorizando o artesanato, e o reaproveitamento do que a gente tem. Devido às condições, que são bem precárias, a gente juntou o útil ao agradável, formando com isso uma rede bem forte com a marca Raízes do Sol. A gente criou não só a parte do vestuário como também as bolsas, que estão tendo muito boa aceitação por toda a população.

Deixe-me pegar uma aqui. Não sei se eu posso pegar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode, lógico. Não só pode como deve.

A SRA. EDILAMAR DE SOUZA E SOUZA CORREIA – Estamos gerando emprego e renda com essas bolsas que são feitas de calças reaproveitadas, doadas pela própria comunidade também, e pela lona. Então, é uma bolsa de grande utilidade para ir fazer compra no mercado. Como a maioria dos mercados... Há questão do meio ambiente e, como todo mundo está em prol da causa, não vão poder consumir as sacolas plásticas mais. Então, a maioria dos mercados já está aderindo a ideia, e a população está consumindo bem. Com isso, a gente está fazendo a economia girar aqui dentro da nossa comunidade e no entorno.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Muito bem, Dila.

Mas, além disso, a Edilamar tem realmente ajudado muitas associações, incentivando realmente o associativismo, o cooperativismo. É uma pessoa guerreira. A gente sabe da situação do Sol Nascente, mas ela realmente tem sido um exemplo em termos de dividir o conhecimento, dando oportunidade para muitas famílias, principalmente nesse período de pandemia.

Parabéns, Dila!

A SRA. EDILAMAR DE SOUZA E SOUZA CORREIA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vou passar a palavra agora ao Rafael Barbosa, sócio-fundador da empresa XporY, uma plataforma de permuta multilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é formado em Engenharia Mecatrônica pela Unicamp, em Engenharia Industrial pela Texas A&M University e tem especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas. É especialista também em Inovação, Empreendedorismo e em Economia Compartilhada. Ao longo da sua carreira profissional, passou por várias multinacionais. Foi Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei) entre 2013 e 2015 e Diretor de Inovação da Confederação Nacional de Jovens Empresários.

Rafael, a palavra é sua.

O SR. RAFAEL BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu queria parabenizar o senhor inicialmente por ter trazido o assunto à pauta. Eu acho que é uma pauta fundamental para o momento que a gente vive.

Quero agradecer também aos meus colegas, o Ivan Tonet e o Jorge, que deram uma conceitualizada no assunto. Esse assunto é uma tendência clara, já há anos é uma tendência clara no mundo inteiro, e agora a gente está realmente conseguindo fazer aplicações mais práticas desse modelo.

Nossa empresa, a XporY.com, é um caso prático de uma aplicação dentro de um subconjunto, como eu chamo. A economia colaborativa acaba sendo muito ampla, e a permuta multilateral, que é o universo em que a gente trabalha – eu vou daqui a alguns minutos colocar um eslaide na tela que deixa um pouquinho mais claro o que vem a ser a permuta multilateral –, é uma aplicação prática do conceito da economia colaborativa.

Ressalto aqui também a importância do Sebrae nesse papel. O Sebrae, com a sua capilaridade nacional e sua importância para o pequeno empresário, entendeu que esse modelo de negociação da permuta é um modelo que na prática faz muita diferença. Nós estamos com um trabalho com o Sebrae São Paulo demonstrando a eficiência, aplicada nas rodadas de negócio, da permuta multilateral. Com isso, houve um edital público em que o Sebrae São Paulo começou a trabalhar melhor essa questão da permuta multilateral. E hoje nós estamos junto com o Sebrae nacional e o Sebrae DF também fazendo essa aplicação da permuta multilateral nas transações comerciais.

E é importante essa metodologia porque a gente, de fato, com esse conceito... Muito se fala sobre o conceito da economia colaborativa, e todo mundo tem muito apreço pela economia colaborativa, mas, na prática, como é que a gente realmente entrega valor para esse empresário?

Eu vou compartilhar minha tela aqui, Senador, mais para deixar um pouco mais ilustrativo o que é de fato a permuta multilateral e como na prática ela consegue traduzir esses benefícios que os colegas falaram aí. É uma das vertentes; o Uber tem a sua entrega, o Airbnb também, mas aqui é como a permuta multilateral tem a sua entrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a permuta multilateral faz é quebrar o paradigma da permuta tradicional. Na permuta tradicional, que existe desde que o mundo é mundo, há uma necessidade do interesse mútuo: então, o João tem interesse no produto da Maria, e a Maria tem que ter interesse no produto do João para dar negócio; caso contrário, não há possibilidade de negócio. Isso é muito raro de acontecer, ou seja, quando acontece, o.k., é uma situação em que os dois têm os seus interesses atendidos, mas não dá para escalar, num nível nacional, falando de milhares de empresas, um sistema desse. Então, o que de fato é a permuta multilateral?

E eu preciso fazer também um reconhecimento: a nossa empresa, a XporY.com, teve apoio público, a gente recebeu recurso da Finep para fazer o projeto. Fica aqui o meu agradecimento realmente por esse caminhar que estamos tendo, apesar de estarmos ainda bastante atrasados em relação aos outros países, mas estamos nos movimentando nessa direção.

A permuta multilateral quebra o paradigma do interesse mútuo que é necessário na permuta bilateral. Com isso, ela amplia muito as possibilidades de negócio. Então, o João tem interesse no produto da Maria; a Maria não precisa estar amarrada ao João, ela pode ter interesse em outros produtos, e com isso a roda gira. Com isso, é muito mais provável, estatisticamente, matematicamente, dar negócio. Essa metodologia, que a gente usou junto ao Sebrae, aplicada às rodadas de negócio, conseguiu resultados muito superiores aos que o Sebrae vinha conseguindo nas efetivações das transações, com isso entregando muito mais resultados aos clientes que atendiam às rodadas de negócio.

Com esse mecanismo, a gente está agora, com a ajuda do Sebrae, entrando em outros Estados, tendo essa capilaridade do Sebrae como meio, acessando o pequeno empresário e fazendo com que ele tenha essa aplicação um pouco mais clara. Com isso, a gente consegue dar uma condição financeira melhor para aquele empresário.

Eu conheço muito o trabalho da Dila na Sol Nascente. Ela tem uma aplicação não exatamente como o que a gente faz, mas, se você for ver, há uma colaboração ali em que um consegue acessar o produto do outro também. E a gente vai implementar a ferramenta para eles lá, para realmente ser um caso mais prático.

Mas, voltando aqui ao que a gente já está fazendo com os pequenos empresários do Estado de São Paulo, a gente tem dado a condição de monetizar aquilo em que eles estão ociosos, a capacidade ociosa deles, que é uma coisa que o Sebrae trabalha bem, mas que ainda é um paradigma para o pequeno empresário: algumas vezes ele não sabe medir a capacidade ociosa dele, outras vezes ele consegue medir, mas não consegue dar solução. Então, com a permuta multilateral, quando a gente entra junto com o Sebrae na empresa, a gente consegue mensurar ali o que ela tem de capacidade ociosa, oferece isso dentro da XporY, que é um *marketplace*, ele consegue ter novos clientes e, com isso, ele recebe um crédito interno da plataforma colaborativa, e com esse crédito ele consegue comprar produtos e serviços de que essa empresa ou profissional liberal esteja precisando para o seu negócio. Com isso, ele preserva o caixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da empresa. O impacto disso é direto no fluxo de caixa, e a gente consegue ter uma ferramenta de reativação econômica, que é do que o País está precisando no momento.

Então, a nossa aplicação é bem prática no dia a dia do empresário. É importante dizer que ela atende qualquer segmento; não é um segmento específico, nem só de serviço, nem só de produto, nem só comércio, nem só indústria. O objetivo é de fato que a gente monetize a capacidade ociosa das empresas e faça com que elas usem esse crédito para adquirir produtos e serviços de que precisa e, com isso, ela tenha uma condição financeira um pouco melhor, dentro dessa inovação que é a permuta multilateral.

Faço questão de apresentar só um outro eslaide aqui para deixar os casos mais práticos mesmo, o que vem sendo feito. A gente montou uma loja colaborativa – a primeira loja colaborativa do Brasil –, que usa a permuta multilateral de uma maneira mais prática, porque o que acontece com a loja? Ela atende mais os lojistas, quem vende produto. O lojista tem ali produtos parados na sua loja e gostaria e precisaria de crédito para acessar outros produtos e serviços de que ele precisa na empresa dele. O que a gente fez? Criou um ambiente para onde as empresas e profissionais liberais, artesãos, trazem seus produtos e serviços. A gente funciona ali como um expositor – a posse do produto é nossa, mas a propriedade é do dono do produto mesmo –, de forma que ele traz o excesso de produção, o que ele não vendeu, e, na mesma visita à loja, ele já compra ali o que ele precisa. No próprio aplicativo, quando ele compra, o crédito já vai para aqueles outros parceiros que são participantes ali da rede. É uma forma com que a gente consegue economizar até no frete de que uma empresa precisa. Então, a loja é colaborativa nesse nível, ou seja, a gente consegue fazer com que cada visitante consiga trazer seu excesso e pegar o que está faltando. É o que o *site* faz, mas na loja fica mais palpável, fica mais lúdica essa experiência.

Já o pessoal de serviço, que não tem produto para vender, a aplicação que a gente faz junto com o Sebrae é, de fato, nas rodadas de negócios, tanto presenciais, que eram feitas antes da pandemia, quanto nas virtuais também, onde cada um consegue se apresentar, apresentar o seu produto e serviço, e consegue acessar outros produtos e serviços de quem está na rede, de uma forma colaborativa, sem de fato expor capital.

Logicamente, existem demandas diferentes, alguns produtos são mais demandados que outros. Isso, a própria inteligência do *site*... Com o próprio recurso que a gente já conseguiu da Finep, a gente conseguiu montar essa estrutura de inteligência, que faz com que sejamos mais eficientes e consigamos conectar, de fato, quem demanda tal produto e quem precisa de tal produto.

Eu vou voltar, tirar o compartilhamento aqui, só para voltar a falar com vocês.

Eu sou muito grato e fiz questão de participar nesta audiência com o convite justamente para começar a dar um pouco mais de praticidade. O Sebrae sempre esteve nessa luta para atender o pequeno empresário. Eu acho que o pequeno empresário está realmente muito dolorido ultimamente, agora, depois da pandemia, e eu fico muito feliz em ser parceiro do Sebrae e, agora, ser chamado por esta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mostrar um pouco do que a gente vem fazendo e as entregas práticas do que a nossa ferramenta tem conseguido fazer para os pequenos empresários.

Lembro, Senador e todo mundo que está nos vendo aqui, que é importante dizer que existe uma metodologia de crédito também dentro dessa rede, porque, realmente, a pessoa pode entrar, o empresário pode entrar e consumir primeiro, antes mesmo de ter fornecido o seu produto ou serviço. Existe toda uma lógica de qual é a demanda para o produto dele, então a gente já empresta dentro do crédito colaborativo que existe para ele conseguir acessar as suas demandas, tanto para o nível empresarial quanto para o nível pessoal. Com isso, a gente, de fato, consegue ser tanto um mecanismo de fomento quanto também um intensificador de compra e venda da própria empresa, fazendo, assim, o que a gente se propõe a fazer, uma reativação econômica dos pequenos empresários.

Então, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui com vocês e de dividir com vocês essa paixão, para mim, que é a economia colaborativa. E fico feliz em ser uma peça que está contribuindo nesse universo, que é muito grande, como o Jorge mencionou, de um potencial realmente muito maior do que a gente está vendo atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Rafael.

Nós recebemos aqui diversas questões no e-Cidadania. Vou fazer aqui algumas considerações também e, nas considerações finais, aqueles que quiserem comentar ou responder, agradeço.

Há algumas perguntas aqui.

Janaína Mortari, do Rio Grande do Sul: "Como vocês pensam em ajudar as iniciativas que já existem a sobreviver no sistema econômico capitalista? E sustentar a transição para a economia criativa?".

Renan Torres, do Paraná: "Existe algum projeto de lei que incentive ou beneficie o desenvolvimento da economia colaborativa?".

Comentários aqui da Sônia Bernabe, do Rio de Janeiro: "A economia colaborativa é uma estratégia democrática, solidária e emancipadora".

Geová da Costa, de Minas Gerais: "Um ponto crucial dessa modalidade é a preocupação com o social. Só isso já é fantástico".

Diego Pereira, Goiás: "Como o pequeno pode ter acesso a esses trabalhos e parcerias que o Sebrae tem feito?".

O Diego também coloca: "Ótimo ter citado exemplos práticos. Como aumentar o número desses casos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria Eduarda Abe, de São Paulo: "Quais os impactos positivos dessas novas modalidades da economia colaborativa?".

São conhecidos vários casos de empresas que atingem sucesso por serem adeptas do compartilhamento e da troca de serviços. Isso traz vantagens, como a diminuição dos custos fixos. No entanto, a economia colaborativa tem muito espaço para crescimento ainda, principalmente junto aos pequenos negócios. Como vocês acham que o poder público pode ajudar na disseminação da economia colaborativa como instrumento de inclusão produtiva?

Várias *startups* promovem a economia colaborativa por meio de aplicativos que atingem um número muito grande de pessoas. Sabemos, no entanto, que esse modelo de negócio pode enfrentar dificuldades jurídicas, como foi o caso do Uber. Uma regulamentação acerca da utilização de aplicativos seria positiva ou poderia ter um efeito adverso de engessar as inovações?

De que forma os avanços tecnológicos alcançados nos últimos anos contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento da modalidade?

Todos sabemos que o enfrentamento da crise passa pela geração de emprego e renda. O fortalecimento das organizações que atuam com foco na economia compartilhada poderia ser um caminho para a solução desses problemas?

Gostaria, por fim, que V. Sas. comentassem a importância da economia colaborativa para minimizar a situação que enfrentamos de exclusão histórica de muitos grupos, como mulheres, negros e jovens.

Então, eu passo já a palavra para responder ou comentar sobre essas colocações e também para já fazer as considerações finais, agradecendo a cada um de vocês pela participação. Quero dizer que é uma alegria estar presidindo e poder colocar esse tema em um debate tão importante, num momento em que existe hoje um grande número de desempregados, pessoas com dificuldades, que, em sua grande maioria – é quase unanimidade –, o que querem é dignidade, querem emprego, querem oportunidade. Ninguém quer viver a vida toda de cesta básica e de programa social. As pessoas precisam de oportunidade.

Acho que nós estamos trazendo aqui hoje uma bela ferramenta, um belo instrumento para que a gente possa dar oportunidade, principalmente para os excluídos, como eu disse há pouco. Nós temos um grande número de mulheres, negros e jovens totalmente excluídos. Então, isso aqui, essa economia colaborativa, esta reunião de hoje pode colaborar muito com isso, de que forma que nós aqui também, no Senado, no Parlamento, podemos contribuir.

Então, passo aqui para as considerações finais e também para os comentários sobre o que foi colocado aqui pelos nossos internautas – e já agradeço também a participação deles, de todos, seja pelo e-Cidadania ou pelo telefone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, então, para o Ivan Lemos fazer os seus comentários e suas considerações finais.

Ivan.

O SR. IVAN LEMOS TONET (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador; agradeço a todas as perguntas também, ao pessoal conectado, interessado no tema, como não é de se estranhar, porque realmente traz muitos benefícios para a nossa sociedade, como foi falado por todos aqui.

Quando a gente entende – pegando aqui o Diego como primeiro gancho – como o Sebrae pode auxiliar, como ele pode acessar isso... O Jorge vai poder falar um pouco melhor sobre isso porque está na ponta, trabalhando ali com as empresas efetivamente, mas o Sebrae tem uma amplitude de soluções que passam, como eu já coloquei aqui, por cursos, iniciativas e chamadas, editais, parcerias. O Rafael comentou sobre rodadas de negócios. A gente tem consultorias subsidiadas para o desenvolvimento de aplicativos, de ideias inovadoras, produtos, *design*. São inúmeras soluções, portanto, que os empreendedores, sejam eles interessados em empreender ou sejam já efetivos empresários que querem trazer isso para a rotina do seu negócio, podem acessar. Então, desde consultorias para planejamento, planos de negócios, até, portanto, essas iniciativas que trazem oportunidades mais direcionadas de negócio.

Porém, é importante, Senador, a gente entender que o mundo mudou, a sociedade mudou, o comportamento do consumidor mudou, e as empresas estão correndo atrás dessa mudança porque elas estão vendo os empreendedores atuais, empreendedores novos, vindo com essas ideias também da economia compartilhada, da economia colaborativa. E muitas empresas que atuam de forma tradicional, portanto, têm que se transformar.

Então, nós estamos falando de alguns mundos aqui: um primeiro mundo, que é o mundo de quem atua no tradicional, como eu estou dizendo, e que precisa se transformar; um segundo mundo é o dos empreendedores, que até então eram consumidores, que identificam os desafios e oportunidades e têm um potencial, um conhecimento ou buscam isso, e até com o apoio do Sebrae, para se transformar; e um terceiro mundo, bem citado inclusive pelo senhor, é o de oportunidades para pessoas que estão à margem hoje de uma atuação econômica e que precisam gerar renda para dentro de casa, trazer renda todos os dias ali para colocar comida no prato, para dar educação ao filho, para que tenham vestimentas, como a Edilamar colocou – por sinal, Edilamar, quero muito conhecer vocês, vou buscar o contato para ir aí e a gente poder trabalhar de alguma forma juntos. Eu sou muito empolgado com um tema como esse e vi que o trabalho é realmente excelente, então já ficam os meus parabéns aqui pela sua atuação. Enfim, a gente tem essas pessoas que estão à margem, sejam elas de um grupo que perdeu o emprego ao longo dos últimos anos por uma crise econômica, por uma crise pandêmica, sejam pessoas de grupos minoritários, como bem citado também, e que acabam tendo menos chance numa economia tradicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos projetos de empoderamento feminino. Nós podemos atuar – poder público, iniciativa privada, entidades de classe e representações desses grupos – de uma forma colaborativa também em iniciativas de eventos, de projetos, de acesso a crédito, com garantias, como o Fampe, que o Sebrae já fornece; garantias para que consiga ter o acesso ao crédito ou a um *crowdfunding*, como a gente comentou aqui, utilizando da própria economia compartilhada para dinamizar esses segmentos; e, inclusive, conectar com iniciativas, no Brasil e no exterior, que já existam e que sirvam de exemplo de boas práticas para quem está começando, para quem tem um grupo ou já, de alguma forma, começou a atuar, não decolou ainda e precisa de um apoio. Portanto, essas entidades e empresas precisam estar juntas num projeto de fomento, num projeto – um não, não é? –, em vários projetos, várias iniciativas em que a gente consiga trabalhar juntos para implementá-las.

Então, quando a gente fala do associativismo e do cooperativismo, o Sebrae já vem trabalhando muito isso, mas não sozinho. Há entidades que estão juntas nessa labuta diária, e a gente consegue, portanto, levar adiante. Quando a gente fala de trabalhar regiões que tenham destaques em determinados momentos, de produtos ou de serviços, como a gente comentou a indicação geográfica, nós trabalhamos juntos com os líderes locais e outras iniciativas que podem ser feitas.

Além disso, há o incentivo que o Rafael bem comentou e deve reforçar na fala dele, que é o financiamento do próprio Governo, da Finep ou de outras associações que permitem que esses empreendedores... Porque, Senador, muitas vezes, na grande maioria delas, qualquer negócio é um risco em que os empreendedores estão colocando o dinheiro, neste caso para melhorar a economia do País de alguma forma e melhorar o convívio social e a sustentabilidade do planeta, e não sabem se vai dar certo. Então, conseguir um recurso para testar esses modelos, aprender, errar e ajustar é fundamental. E aí a gente tem do outro lado não somente o financiamento, mas o apoio à excelência na execução daquilo, do planejamento, do teste organizado, de algo em que ele consiga ter um passo a passo para fazer realmente valer aquilo que está sendo ganho de um lado e as ideias que ele tem. Não é pegar dinheiro, fazer qualquer coisa e dizer "não deu certo". Se não deu certo, pode ter sido por a execução não ter sido bem realizada.

Então, o apoio de entidades, como o Sebrae, de mentorias, como o próprio InovAtiva Brasil ou outros programas de mentoria, de incubação e de aceleração que existem pelo País – e a gente trabalha isso muito fortemente na nossa área de inovação – é fundamental para que se tenha acesso, claro, saia da ideia e se produza efetivamente o que deve ser desenvolvido; isso permita que haja acesso ao crédito e, após o acesso ao crédito, se consiga aplicar aquele recurso de uma forma planejada e organizada, gerando as mensurações necessárias para ver se o caminho está correto; e, estando correto, escalar isso e fazer chegar, portanto, que é o total objetivo, à maior parte das pessoas, aos milhões de pessoas, que é o que a gente deseja, mudando esse cenário do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Levar também essas pessoas, cooperativas e associações e incentivar a que, primeiro, se unam em cooperativas, em associações, como a própria Sol Nascente, é fundamental para que ganhem corpo, ganhem escala, aprendam a fazer. E o trabalho que eles vêm realizando de formar na comunidade novos profissionais e incluí-los, portanto, nesse ambiente profissional é muito interessante. Então, você, enquanto ente público, enquanto ente de fomento da economia do País, e os pequenos negócios do Sebrae, por exemplo, juntam o público com o privado naquele ambiente da comunidade, fomentando essas cooperativas, essas associações, formando o entorno delas para que se agreguem a esse trabalho e, mais do que isso, conseguindo acesso a mercado para elas. Então, hoje a cooperativa, por exemplo, distribui renda e faz a comercialização dela, vamos supor, ali na comunidade, o que é muito interessante, mas o que falta para ela é utilizar plataformas de comercialização em âmbito nacional, para sair do local e mostrar todo o padrão de excelência do artesanato que eles produzem hoje para qualquer lugar do Brasil primeiramente e do mundo depois. É muito simples fazer isso.

Então, o apoio que nós precisamos dar não acaba na formação da associação nem deve parar na formação das pessoas no entorno, mas sim no como levar estes produtos – no caso de serviços, é um pouco mais difícil, mas inclusive os serviços que podem ser prestados de forma *online* – para que eles saiam da estrutura daquela região e, quebrando essas amarras de limites demográficos que a gente tem, ampliem isso para chegar a qualquer lugar deste nosso País. Então, esse trabalho pode e deve ser realizado por nós diuturnamente.

Nós estamos, no caso do Sebrae, aqui colocando à disposição uma série de parcerias. A gente vem conversando com plataformas, como a XporY – que já entrou por São Paulo, já vem dinamizando a economia no resto do País também, mas, daqui a pouco, explode nesse sentido – e outras plataformas de comercialização, sejam elas de serviço, sejam elas de produtos, colocando à disposição da população com condições diferenciadas para que eles realmente entendam... E preparando para vender, o que é importante, Senador, porque também não adianta a gente jogar lá e dizer assim: "Entrem e vendam". E a pessoa, depois disso, não sabe fazer uma precificação correta, chega ao futuro, está vendendo muito e cada vez que vende tem prejuízo e, no prejuízo, acaba influenciando negativamente toda uma comunidade que ali vive e trabalha coletivamente. Depois disso, comercializou e não sabe entregar direito; faz uma entrega que não é adequada e, por não ser adequada, é penalizado numa plataforma e deixa de vender. E, a partir desse momento, você perde uma oportunidade importantíssima, em que nós temos hoje, como a gente viu aqui, mais de 100 milhões de compradores, com 84% do faturamento do *e-commerce* no Brasil, por exemplo, do que é monitorado, passando por plataformas de *market place*. E como é que a gente não tem o incentivo a esses produtos e a esses pequenos negócios para que eles comercializem lá?

Então, é fundamental que a gente inclua digitalmente essas pessoas, essas iniciativas de negócio, portanto, para finalizar a cadeia e fazer com que elas girem essa economia, passando desde o fomento, em que a gente investe em pesquisa, desenvolve os produtos com elas, coloca no planejamento, faz acessar o mercado; depois, à continuidade desse serviço, que a gente deve fazer enquanto poder público e enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa privada, mas que está aqui muito ligada e determinada a fomentar essa economia no País; e às empresas e aos grandes negócios que se conectam conosco, numa tríade de facilitação do acesso dessa economia colaborativa e compartilhada às pessoas e depois ao mercado.

Agradeço, portanto, finalizando aqui a minha fala, não só em meu nome por essa oportunidade, mas, principalmente, em nome do Sebrae Nacional, o qual represento aqui – o Presidente Melles e toda a diretoria –, porque é um tema fundamental e é um tema que vai, como a gente já mostrou com alguns números aqui, ocupar muito do cenário de negócios. E isso não daqui para diante, porque, de alguns anos para trás, já vimos mostrando realmente para que ponto nós devemos orientar os nossos negócios.

E ficamos, como Sebrae, à disposição de todos vocês que estão nos assistindo aqui, do Senador e, enfim, dos participantes também, Rafael – com o Jorge a gente já tem conexões aqui – e Edilamar, para que a gente possa trazer mais resultados positivos para a nossa sociedade com esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ivan.

Eu quero aproveitar e agradecer muito ao meu colega – nós fomos Deputados juntos –, o nosso querido Deputado Carlos Melles, que vem fazendo um belo trabalho no Sebrae Nacional, bem como também ao nosso querido amigo aqui, Presidente do Sebrae-DF, Valdir, que com muita competência vem tocando aqui o DF.

Eu, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, coloco-me à disposição. Acho que a gente precisa buscar aperfeiçoar e facilitar realmente esse novo modelo de negócio, porque eu o vejo como a solução para a inclusão dessas pessoas que estão hoje à margem dos financiamentos, das oportunidades, da própria capacitação. Então, coloco-me à disposição do Sebrae, para que possa inclusive sugerir mudanças na legislação ou criação de mecanismos que financiem, facilitem... Apesar de termos aprovado recentemente o marco regulatório das *startups*, nós precisamos também buscar mecanismos para incentivar realmente a questão colaborativa e associativa compartilhada. Tudo isso são modelos importantes que merecem realmente uma atenção especial do poder público.

Coloco-me à disposição aqui, inclusive, como Presidente da Frente de Apoio aos Investimentos Estrangeiros para o Brasil. Sei que há muito recurso para investir aqui, e a gente pode muito bem criar mecanismos para facilitar a entrada de recursos, de financiamentos para essas modalidades.

Obrigado Ivan. Obrigado ao Sebrae Nacional e ao Sebrae-DF.

Passo também a palavra para as considerações finais e agradeço ao Jorge Adriano, que é daqui do Sebrae-DF.

Obrigado, Jorge.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE ADRIANO SOARES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado pela oportunidade, Senador.

A gente tem muito prazer e muito orgulho de falar sobre como o Sebrae ajuda o desenvolvimento dessas empresas que estão pensando em inovação. Eu não sei se o senhor tem essa informação, e os demais colegas, mas uma das metas do planejamento do Sistema Sebrae é o número de empresas atendidas com soluções de inovação, e nós temos uma diretriz orçamentária que determina que 20% de todo recurso alocado em atendimento seja direcionado para o atendimento com conteúdo de inovação, o que está diretamente conectado com economia compartilhada.

Então, nós temos soluções como o Sebraetec. Se o empresário tem necessidade de desenvolver um aplicativo, de repensar o seu processo produtivo, de inserir tecnologia no seu modelo de negócio, nós temos uma linha específica de serviços e de consultorias subsidiadas através do Sebraetec, que tem justamente o objetivo de estimular os negócios inovadores e o pensamento da economia colaborativa.

Temos programas como o programa do Agente Local de Inovação, em que nós destacamos pessoas para acompanhar as empresas durante um período determinado, oferecendo gratuitamente um serviço de mentoria para estimular a inovação dentro dessa empresa.

Aqui no Distrito Federal e espalhados pelo País nós temos diversos SebraeLabs – aqui em Brasília, funciona na Granja do Torto –, um espaço destinado para ampliar as discussões sobre inovação. Nós temos um espaço de *coworking* lá, a gente faz muito evento de ativação do ecossistema de inovação. Então, a gente sempre tem muito contato, recebe muito empresário, recebe muitas pessoas interessadas em conhecer e em investir nesse modelo de gestão inovadora e modelo de negócio inovador. Então, a gente tem diversas soluções que estão à disposição para serem utilizadas pelo empresário, pelo empreendedor do Brasil.

Nós já temos mais de 2 mil soluções diferentes mapeadas no sistema entre capacitação, consultoria, participação em eventos para acesso a mercados, para exposição da marca dos empresários que estão começando ou que já são empresários há algum tempo. Estamos estimulando editais, envolvendo-nos com outras instituições de fomento, aqui no DF em especial, juntamente com a FAP, juntamente com a Universidade de Brasília; vínhamos trabalhando aí nos Cocreation Labs, em fazer conexão das pessoas que têm as ideias de negócios com seus potenciais investidores.

Já trabalhamos muito e continuamos avançando na linha de comércio justo, de Comunidades que Sustentam a Agricultura, que são, por si, pela própria natureza, um modelo de economia compartilhada.

Aqui no Distrito Federal, lançamos, este ano, o Programa Cidade Empreendedora, em que nós aceleramos negócios de bases de pirâmide social. Então, para as pessoas que são microempreendedores individuais e que estão nas regiões administrativas aqui no DF, nós temos um programa de aceleração desses negócios, um programa de dois meses, onde nós vamos ajudar esse empresário a fazer uma melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão desse negócio, conseguir acessar mercado, conseguir vender os seus produtos, oferecer os seus serviços.

Disponibilizamos recurso para o fundo de aval da MPE, para que os empresários que precisam alcançar crédito dentro do sistema financeiro tradicional consigam receber, consigam contar com o aval do Sebrae nessas operações de crédito. Então, existe todo um arcabouço muito grande do que o Sebrae vem fazendo como política pública, estimulando nos Estados as frentes parlamentares, as discussões em favor do pequeno negócio, o estímulo às compras públicas, o acesso do pequeno negócio, as compras realizadas pelo Governo.

Então, a gente vem trabalhando bastante diversas soluções, olhando para o empresário, olhando para o setor e olhando para o ambiente de negócio. Essas vertentes não estão perdidas, elas estão no nosso radar e compõem a base do nosso planejamento. Mas o ideal... Eu vi algumas perguntas que foram colocadas aqui: "Como o Sebrae pode ajudar? Como eu posso acessar?". Em qualquer lugar do País você consegue acessar o Sebrae, pelo portal do Sebrae ou pelo 0800-5700800, e você vai ser direcionado diretamente a uma das unidades em todos os Estados da Federação.

Dê uma ligadinha e você consegue agendar um café, vá lá conversar com a gente e conhecer um pouco de como o Sebrae pode ajudá-lo a acessar esses serviços que estão disponíveis.

E a gente vem trabalhando muito. O Sebrae aí já está chegando aos seus 50 anos. Vimos trabalhando bastante, durante toda a nossa história, na proposição de medidas que ajudem o pequeno negócio, que estimulem o empreendedorismo.

O senhor mencionou, Senador, a importância da economia colaborativa para minimizar a exclusão histórica de mulheres, de jovens, de negros. Nós temos, aqui no Distrito Federal e em vários outros Estados do País, um projeto de empreendedorismo feminino em que a gente estimula empresárias, a gente apoia as mulheres nas dificuldades que elas possam vir a ter de inserção nesse mercado de negócios, nesse mercado empreendedor. Então, a gente trabalha diretamente o público feminino nesses programas e o público masculino, "eles por elas", nesse modelo aí de os homens estarem trabalhando também juntamente com as mulheres pela igualdade de gênero e pela igualdade de oportunidades.

Trabalhamos muito com empreendedorismo jovem. Temos aí o Programa de Educação Empreendedora, que trabalha desde a escola, ensino fundamental, ensino médio, estimulando os estudantes a pensarem em empreendedorismo desde cedo. Inclusive, nós estamos aí agora com o programa Se Liga na Escola, em que nós pretendemos reunir mais de cem mil alunos da Rede Pública do Distrito Federal para falar de empreendedorismo, de criatividade, de economia compartilhada, para estimular desde cedo nos nossos jovens esse pensamento do empreendedorismo como uma alternativa real para o seu futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Sebrae está à disposição. Deixo aí os nossos cumprimentos, em nome do nosso Diretor Superintendente Antônio Valdir e de toda a Casa. Estamos aí à disposição de todos para construir esse Brasil que nós tanto queremos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Jorge.

Lembro também, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, que a gente tem trabalhando muito aqui no incentivo à inovação. Então, é importante qualquer sugestão de mudança, de alteração para melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

Eu vou passar a palavra para considerações finais e já agradecendo à minha querida amiga Dila, Edilamar Souza, ao mesmo tempo parabenizando e agradecendo a participação dela aqui neste debate, que é a prática daquilo que nós estamos falando aqui.

Obrigado, Dila.

A SRA. EDILAMAR DE SOUZA E SOUZA CORREIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Eu que agradeço. E as portas estão abertas aqui para quem quiser vir conhecer o nosso trabalho, como é que funciona. Vamos recebê-los de braços abertos.

Obrigada. Eu que agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Edilamar. Você é um exemplo de empreendedorismo, de trabalho social e colaborativo. Parabéns para você!

Passo a palavra então, também, para suas considerações finais, ao nosso Sócio-Fundador da empresa XporY.com, Rafael Barbosa.

O SR. RAFAEL BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigado. Gostaria de agradecer pela oportunidade de falar com todos vocês – há muita gente nos assistindo aqui –, ao colega Ivan, ao Jorge, do Sebrae também, à Dila, que eu realmente queria parabenizar novamente pelo trabalho que vem fazendo. O Ivan falou que vai lá conhecer. Eu recomendo mesmo, Ivan. É bom ver na prática a pessoa que lidera uma comunidade fazer esse envolvimento. Não é fácil. É um trabalho de anos que ela vem fazendo.

Sobre as considerações que foram feitas pelo público, houve uma pergunta – se não me engano, da Janaína, do Rio Grande do Sul – sobre projeto de lei. Nós temos um exemplo, em Goiás, de um projeto de lei focado nessa parte de economia colaborativa. Ainda está em tramitação: já passou pela CCJ e está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indo para Plenário. Então, é um caso de exemplo que depois eu poderia compartilhar com a Comissão aqui, para a gente usar como referência e trabalhar em cima.

Um ponto específico desse projeto de lei – que é um dos pontos que na prática a gente já vem trabalhando com o Sebrae – é a aplicação da economia corporativa para tirar os endividados dessa situação. A gente falou muito sobre a questão da reativação econômica, que é o foco do edital do Sebrae para o qual a gente foi contratado, mas existe uma outra aplicação, que é a questão de resolver o problema entre credor e devedor, ou seja, o devedor não tem dinheiro para pagar, fica com o nome negativado, isso tem uma série de complicações para ele no mercado, e o credor também fica sem receber ali, tudo travado.

A economia colaborativa na aplicação da permuta multilateral consegue resolver isso, ou seja: "Olha, devedor, venha aqui para a rede; credor, também. Devedor, começa a fornecer o seu produto e serviço. Você não tem dinheiro? Tudo bem. Começa a atender a rede colaborativa, você vai ter crédito; com isso, você consegue pagar o seu credor". E o credor, por sua vez, também tem uma rede ali de mais de 10 mil profissionais liberais, empresas em que ele pode consumir o que ele precisa. E as coisas começam a se... Esses nós começam a ser desatados, porque o que acontece é que a economia está toda travada; está todo mundo um negativando o outro e, quando você vê, está todo mundo prejudicando o próximo. E a permuta conseguiu também atuar nessa parte aí. Então, é importante citar que essa parte do endividamento é uma parte muito significativa. A XporY começou a atuar muito na parte de ociosidade, mas depois a gente começou a ver que essa parte do endividamento é até maior em alguns aspectos do que a parte da ociosidade.

O Ivan comentou e houve uma pergunta também de alguém sobre como o Sebrae pode ajudar. De fato, o Sebrae está com uma série de parcerias. Nós somos um exemplo disso, nós somos um parceiro oficial do Sebrae – a Helpie também é, como o Ivan mencionou. E todas essas são plataformas de economia colaborativa. Como é difícil ainda, estamos precisando talvez de uma divulgação um pouco maior; para o grande público ainda não são muito claras essas parcerias que o Sebrae tem. Hoje nós somos um produto do Sebrae, essa é uma questão, como a Helpie, e há outras empresas também. Realmente, cabe aqui uma consideração para que a gente torne isso mais público para que a gente consiga acessar a maioria dos pequenos empresários, que, na maioria das vezes, está focado no seu negócio e não consegue acessar essas informações aí.

Outro ponto, Senador, e aí eu acho que o senhor deve ter esses números um pouco mais fáceis, é que eu fui informado... Nessa questão, há muita gente falando de inovação, recursos para a inovação, que o Ivan também comentou. Nós somos uma empresa contemplada e estivemos e estamos aqui hoje porque tivemos esses apoios tanto do Sebrae quanto da Finep, da Fapeg em Goiás, mas o número que me chegou e que me assusta é o seguinte: existem por volta de 5 bilhões destinados à inovação no País, somando as várias fontes aí, como a Finep; e, desse total, 1,7 bilhão não é acessado, é devolvido por falta de projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que só na Fapesp, que, proporcionalmente, em números absolutos é a maior, são devolvidos 300 milhões/ano por falta de projeto. Então, realmente a gente faz pouco no País em comparação aos outros países, e o pouco que a gente faz parece que mesmo assim não é totalmente aproveitado. Então, fica aqui também... Entendendo que a XporY é um fruto desse acesso, dessa ajuda, mas que de fato a maioria dos empresários não tem acesso e nem conhecimento desses recursos que estão aí disponíveis.

Para finalizar, sobre o assunto de comunidades mais carentes, a Dila é um exemplo disso. Nós estamos com uma parceria também com o Sebrae São Paulo e com a Cufa (Central Única das Favelas), no Jabaquara, também nessa mesma questão de usar a ferramenta da XporY – e aí muito do que o Jorge falou –, para uma reativação da economia local, ou seja, a gente realmente dá preferência para o local, um consumindo do outro. Logicamente a rede é conectada, e o que não tiver na comunidade você acessa fora, mas a gente começa a ter dados, começa a ter um senso de comunidade e um senso de reativação econômica muito focado em ajudar quem está consumindo um do outro, e assim a gente começa a movimentar. A gente começou com esse projeto no Jabaquara, que é, para quem não conhece, um bairro de São Paulo, um bairro populoso, que a gente conseguiu realmente mapear, e estamos junto com o Sebrae, além da ferramenta logicamente, com toda a capacitação do Sebrae para capacitar a pessoa a participar das rodadas de negócio, do atendimento ao cliente, tanto antes da rodada quanto ao longo do processo de reativação econômica.

Então, esses eram os pontos, respondendo às perguntas que foram feitas.

Queria agradecer mais uma vez, em nome de toda a comunidade de economia colaborativa, que eu aqui represento também, e parabenizar a todos que estão levantando essa bandeira, mais especificamente na pessoa do Senador, porque essa pauta é realmente muito importante e pode mudar a situação do nosso País frente aos outros países que estão mais avançados nesse tema.

Então, muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Rafael.

Só para esclarecer, porque essas informações precisam, de certa forma, ficar mais claras para a comunidade, para as pessoas que estão nos ouvindo, eu, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, venho lutando há anos. Primeiro, nós modificamos o Marco Regulatório de Ciência e Tecnologia, colocamos inovação na Constituição. E o grande desafio agora são os recursos para inovação e pesquisa.

Eu consegui aprovar um projeto, de minha autoria, do FNDCT, que é exatamente para proibir o Governo de contingenciar ou desviar para outras atividades os recursos destinados à ciência, tecnologia, inovação e pesquisa. Isso foi no final de dezembro de 2020. O Presidente vetou, mas a gente conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociar a derrubada do veto, abrindo mão de 2020 e colocando, então, para a partir de 2021 os recursos no fundo.

Esse fundo tem recursos reembolsáveis e não reembolsáveis. Daqueles que são reembolsáveis, que são financiados pela Finep, hoje há mais de quase 8 bilhões, mas a taxa de juros da Finep hoje é TJLP, que é mais do que o dobro da Selic. Então, não há interesse de pegar esse financiamento porque é melhor ir ao BNDES ou no fundo constitucional FCO ou no do Nordeste, FNE, do que buscar recursos da Finep. Então, o Governo ficou de mandar, e não mandou ainda, porque inovação, ciência, tecnologia e pesquisa normalmente são investimentos de médio e longo prazos, e no Brasil só se pensa na próxima eleição, não se preocupa com a próxima geração. Então, é uma luta em que nós estamos brigando aqui todo dia.

Neste ano de 2021, o Governo liberou quase 3 bilhões do reembolsável – por isso é que há lá 8 bilhões, que vão continuar lá enquanto a taxa de juros for TJLP, equivocadamente ou de uma forma proposital. O Ministro da Economia acho que não sabe ou se faz desentendido e fala que há muito recurso na ciência e tecnologia, só que no reembolsável, com a TJLP. Do que é não reembolsável, que é o que interessa para os editais, para a pesquisa, para os institutos, há lá 2,7 bilhões que ainda não foram disponibilizados. Tinham feito um PLN de 690 milhões, que foram, para surpresa nossa, na última reunião, retirados da ciência e tecnologia e jogado em outros ministérios, com os editais todos prontos.

Então, eu, como membro da Comissão Mista do Orçamento, pedi o apoio dos colegas, porque houve um acordo agora para que esse dinheiro fosse reposto imediatamente, não só os R$690 milhões, mas os R$2,1 bilhões, que ainda faltam, porque o fundo agora é financeiro. O Governo, até então, quando o fundo era contábil, soltava o recurso em dezembro, como não dava tempo de lançar os editais, e aí devolvia o dinheiro.

É muito comum nessas Fundações de Amparo à Pesquisa, aqui no DF, inclusive, e em outros Estados, da mesma forma: "Ah, há muito recurso!". Só que não liberam o recurso. Aí, depois, dizem que não executaram porque não há projeto. O que mais existe aí é projeto. O que não existe é vontade política de executar a política de inovação, ciência e tecnologia, porque não é de retorno imediato. É uma luta! É um leão todo dia para matar aqui com relação a essa questão da educação, ciência e tecnologia. Na educação, é a mesma coisa. Na educação, a prioridade é só no discurso, não é? Quando se fala em recurso, há uma série de restrições.

Mas estamos avançando. A gente tem que ser criativo, fazer milagre, como o Sebrae faz milagre. O Sebrae, realmente, é uma... Não só o Sebrae, mas o Senai, o Senac, o Senat são instituições que, realmente, merecem todo o nosso respeito pela qualidade da qualificação do trabalho oferecido para a indústria, para o comércio e também para as pequenas e microempresas. E, na área da agricultura e do transporte, isso tem funcionado bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa questão de que há recurso... Não há, não! Falta recurso. O que há é inviável, não é atrativo, porque você consegue isso aí em qualquer instituição. Então, só para esclarecer: não está sobrando dinheiro, não. Realmente, o juro está muito alto. O Governo ficou de mudar, mas não mandou aqui o que prometeu, uma medida provisória mudando essa TJLP para taxa Selic ou alguma coisa... Mas, agora, com essas confusões aí, isso passa a ser até inviável também.

Eu quero muito agradecer a presença de cada um de vocês. Foi uma bela apresentação. Eu acho que esse é o caminho para a inclusão principalmente das pessoas que têm mais dificuldade.

Essa plataforma sua, Barbosa, é fundamental. Muita gente está devendo muito, mas pode pagar, com certeza, de outra forma, por serviço ou troca de alguma coisa. Então, essa brilhante ideia dessa plataforma é fundamental. Ninguém quer dar calote em ninguém nesta situação. Eu falo sempre aqui: quem decide as coisas, quem tem o poder de mudança deveria ser, pelo menos por um ano, empresário, para saber o que é pagar o salário no quinto dia útil, pagar os impostos, com a maior taxa tributária do mundo, uma das maiores do mundo, sem ter retorno ainda. E ainda há isto: a gente paga muito, e não tem retorno nenhum.

Mas é isso. Eu quero parabenizar vocês, porque, realmente, não é fácil, e vocês têm feito um belo trabalho para a sociedade.

Quero agradecer a todos e declarar, então, encerrada a presente reunião.

Obrigado pela presença.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e um minuto do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Plínio Valério, Angelo Coronel e Zequinha Marinho, e ainda dos Senadores não membros Rodrigo Cunha e Marcos Rogério. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Omar Aziz, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater a Educação e a COVID-19: o desafio da superação das deficiências acumuladas. **Participantes:** Sra. Cláudia Maria Costin, Diretora-Geral do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas – FGV - Rio de Janeiro e Professora convidada da Faculdade de Educação da Universidade de Harvard; Sr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; e Sra. Shirley Ana Dutra, Professora de Educação Básica na Secretaria de Educação do DF e Especialista em Gestão Escolar. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/05

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de novembro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "A educação e a covid-19: o desafio da superação das deficiências acumuladas".

Foram convidados a participar a Sra. Claudia Maria Costin, Diretora-Geral do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, e também professora convidada da Faculdade de Educação da Universidade de Harvard.

Foram convidados também para participar conosco o Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Sra. Shirley Ana Dutra, pedagoga e professora de educação básica na Secretaria de Educação do DF e também especialista em gestão escolar.

Também foi convidado o Sr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação.

Esta reunião é de suma importância. Todos acompanham e sabem das dificuldades com relação à nossa educação. Já tínhamos muitas dificuldades, muitas deficiências no normal e, agora, com o covid, com a pandemia, as coisas ficaram ainda mais difíceis.

Eu acho que essa pandemia trouxe uma luz para demonstrar e mostrar claramente o aumento das desigualdades. De fato, no Brasil, as comunidades mais carentes têm muita dificuldade. Principalmente agora, no no século XXI, na era da tecnologia, da inovação, lamentavelmente os nossos jovens não têm os instrumentos necessários realmente para ter uma educação compatível com o nosso século XXI.

Então, essa pandemia trouxe exatamente agora – a gente já sabia – luz a esse distanciamento, a essas dificuldades. E falo isso como ex-aluno de escola pública. Quando cheguei aqui ao Distrito Federal, com 13 anos, terminei meu ensino fundamental e iniciei meu ensino médio na escola pública. Minha mãe era servente de escola e meu pai era vigia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho nenhuma dúvida – e acho que nenhum dos convidados e, de um modo geral, todo mundo também não têm – de que há uma diferença muito grande entre o discurso e a prática. Não se faz educação com discurso, e o que a gente percebe, na prática, é que quem decide as coisas, seja no Legislativo, seja no Executivo... Educação ainda é discurso, não é prioridade. Basta ver o que que está acontecendo aí. E agora, depois da pandemia, é que a situação ficou caótica.

Então, esta reunião nossa tem este objetivo de buscar ,realmente, com os especialistas – e vocês são especialistas, são comprometidos e envolvidos na educação –, como é que nós podemos amenizar e melhorar essa dificuldade toda que todos sabem que enfrentamos na educação.

Agradeço muito a participação de cada um dos convidados.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e também aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-0612211 – 0800-0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar ainda suas considerações finais em mais dez minutos.

Então, eu já vou passar imediatamente a palavra para os convidados.

Vou passar primeiro para a Professora Claudia Maria Costin, que é fundadora e Diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ceipe) do Rio de Janeiro; é professora visitante da Faculdade de Educação da Universidade de Harvard; é também graduada em Administração Pública, com mestrado em Economia Aplicada à Administração e doutorado também em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas; foi Diretora Global de Educação do Banco Mundial e membro da Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT); lecionou também na PUC de São Paulo, no Insper e na Enap Canadá; foi Ministra da Administração e Reforma do Estado, Secretária de Cultura do Estado de São Paulo e Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro; é articulista da *Folha de S.Paulo* e também cofundadora do movimento da sociedade civil Todos pela Educação; e também integra, desde o final de 2020, o UIL (Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida da Unesco) e também o Conselho da Fundação Catar.

Se a gente pudesse falar aqui da Claudia, a gente iria ficar aqui a manhã toda falando dela, porque já prestou relevante serviço à educação. Inclusive, aqui no Distrito Federal, tive a oportunidade de participar um pouco com ela, ainda como Secretário de Ciência e Tecnologia, ajudando no plano de metas e alguma coisa aqui no Governo do Distrito Federal.

Então, Professora Claudia, passo a palavra, por 20 minutos, mas a gente é bastante tolerante aqui. O objetivo nosso é realmente poder ouvir e aproveitar todo o conhecimento de vocês, para a gente poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar melhorar a legislação, buscar alternativas para a gente superar essa dificuldade que estamos enfrentando hoje.

Com a palavra a Professora Claudia.

A SRA. CLAUDIA MARIA COSTIN (Para expor.) – Em primeiro lugar, muito obrigada, Senador Izalci. É um prazer poder comparecer nesta audiência pública.

Queria saudar meus colegas de painel. Não vou nominar todos, mas queria saudar, em particular, o Luiz Miguel e o Secretário de Educação Básica do MEC, Mauro Luiz Rabelo, com quem converso com alguma frequência.

Queria começar compartilhando minha apresentação – um momentinho só, vou aqui clicar no... Vou pôr em tela cheia para ficar mais fácil.

O tema que me solicitaram para falar, Senador, é "A educação e a covid: o desafio da superação das deficiências acumuladas", e, como bem colocou o Senador Izalci, não é que nós começamos a ter problema com a pandemia; a pandemia, num certo sentido, iluminou desafios que nós já tínhamos, mas infelizmente os aprofundou também.

Como eu faço em todas as minhas apresentações, eu começo retomando compromissos que nós, como País, assumimos no Planeta, que são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 4.

Eu, como Diretora Global de Educação do Banco Mundial, participei do processo de elaboração dos ODS e desse ODS 4 em particular, e o ODS 4 diz que nós – 194 países signatários, entre eles o Brasil – nos comprometemos a assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos. Isso é, no contexto das Nações Unidas, bastante inovador, porque nós não estamos falando só de assegurar educação; nós estamos falando que tipo de educação é essa. Ela tem que ser inclusiva, não pode ser uma educação de primeira linha para quem nasceu em família mais afluente e outra de segunda linha para os mais pobres; tem que ter qualidade, e qualidade, no contexto da ODS 4, como eu vou mostrar para vocês daqui a pouquinho, quer dizer aprendizagem, não quer dizer escola com cinema dentro dela, piscina ou coisas sofisticadas; quer dizer criança e jovem aprendendo o que é esperado para cada etapa; e, finalmente, promover a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos, ou seja: aqueles que ficaram para trás têm o direito de voltar a aprender, e aqueles cujas funções foram extintas pelo avanço da tecnologia, como eu vou ter a chance de falar daqui a pouquinho, também.

Essa ODS se desdobra em metas. Eu trouxe uma primeira para compartilhar, que coloca desafios grandes que se conectam com o tema da apresentação, como o de que, até 2030 – portanto, faltam só nove anos... Aliás, menos de nove anos –, nós vamos assegurar que todas as meninas e meninos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completem – não só tenham acesso – a educação primária e secundária, lembrando que a gente ainda não garante acesso de todos ao ensino médio e nem todos concluem o ensino médio.

Só que não basta completar; tem que ser de qualidade e tem que ser equitativa, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e efetivos, o que quer dizer que nós vamos ter que mensurar a aprendizagem e saber como lidar com os resultados.

Em tempos de um certo negacionismo científico em saúde, é importante que nós que trabalhamos com educação tampouco possamos cair em negacionismo em educação. Educação tem que ser baseada em evidências científicas, no que funciona. Há muito risco de olharmos para a educação como um campo só aberto à experimentação, sem avaliação do que gera impacto em aprendizagem e em acesso.

Indo para frente.

Como é que nós estávamos em aprendizagem e em desigualdade educacional antes da pandemia? Infelizmente, as notícias não são boas. O nosso problema começa cedo: cerca de 55% das crianças no terceiro ano do ensino fundamental, numa avaliação feita em 2016, a Avaliação Nacional de Alfabetização, eram analfabetas no final do terceiro ano. Então, tem razão o MEC nesse aspecto: há algo de profundamente errado que nós estávamos fazendo em alfabetização, seja por um aspecto que o MEC não ilumina tanto, que é a questão das baixas expectativas de aprendizagem em relação aos alunos de escolas públicas, seja porque, provavelmente, a abordagem que a gente tinha em alfabetização, embora muito bonita, poética, não estava dando certo, e a gente tem que olhar para esse dado com firmeza.

Se eu olhar para a outra ponta, para o ensino médio, só 10,8% dos jovens do terceiro ano do ensino médio apreenderam o suficiente em matemática. Esses são dados do Saeb de 2019, mas reparem que já é um avanço em relação a 2017, quando era de 9,1% só. Em português ou em leitura e interpretação de textos, que é o que a prova de português verifica, nós estávamos com 37,1% de jovens aprendendo o suficiente ou o necessário, e também foi um avanço em relação ao resultado anterior, que era de 21,9% em 2017. Ou seja: não é que nós não estejamos avançando, mas nós estamos avançando no ritmo errado; nós estamos avançando devagar demais para a 12ª economia do mundo em termos de PIB.

Mas um outro dado que me chamou atenção é que, quando eu olho para os resultados do PISA de 2018, que foi o último aplicado, metade dos jovens brasileiros de 15 anos não tinha nível básico em proficiência em leitura e interpretação de textos, que é uma competência fundamental para o exercício de qualquer profissão e para o exercício da cidadania. Então há algo complicado.

Mas o Pisa não traz só esse resultado para a nossa reflexão; traz outros resultados, como o fato de que, desde 2012, a gente não vem avançando no Pisa – os nossos resultados estão estagnados e num patamar baixo – e, além disso, nós fomos considerados, entre os 79 territórios que participaram no último Pisa, o segundo mais desigual do ponto de vista educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é importante apenas melhorar em aprendizagem; é importante que a desigualdade educacional brasileira, que já é muito grande, não cresça mais ainda, que ela diminua. E vocês vão ver que, com a pandemia, essa desigualdade vai se aprofundar de uma maneira inacreditável. Vamos falar disso daqui a pouco.

O Pisa também entregou questionários para os alunos que participaram da mostra brasileira e para professores e gestores escolares. Perguntados qual a profissão dos seus sonhos, só dois 2,7% dos alunos brasileiros disseram que sonhavam ser professor de educação básica. Eu, como tendo começado a minha vida profissional como professora de educação básica, isso me dói no coração. Além disso, a formação que eles recebem para a profissão foi considerada pelo pelos próprios professores como muito desconectada para o preparo para a mais complexa das profissões, aquela que forma para as outras profissões. Então, os nossos professores consideram que eles não se sentiram preparados quando entraram na escola pelo curso superior que eles fizeram para essa profissão. Não é à toa que o Conselho Nacional de Educação definiu a nova Base Nacional Docente e colocou lá a importância de um maior diálogo entre teoria e prática.

No entanto, Senador Izalci, Mauro Rabelo, Professora Shirley e outros, não há só dados de copo meio vazio: há dados de copo meio cheio também. Houve avanços no Ideb, o índice que mede a qualidade da educação no Fundamental I. A cada edição do Saeb, desde 2005, a gente vem melhorando num ritmo que eu gostaria que fosse muito mais acelerado, mas vem melhorando. Nas duas últimas edições... Desculpe: no Fundamental II, nas cinco últimas edições, nós tivemos melhoras também. E, na edição de 2019, nós demos um salto no ensino médio. Por que que demos um salto no ensino médio? Por que que nós conseguimos melhorar? Por dois motivos. Um dos motivos é porque as melhoras que foram sendo progressivamente introduzidas no ensino fundamental – como colocar um ano a mais no ensino fundamental, que tinha sido tirado em 1971, e passar a avaliar continuamente a aprendizagem, entre outras medidas – tiveram impacto, porque essas crianças chegaram finalmente ao terceiro ano do ensino médio e se beneficiaram disso. Além disso, a expansão da rede de escolas de ensino médio em tempo integral, em vários Estados, também ajudou a melhorar o ensino médio. Mesmo assim, nós estamos num patamar baixo no ensino médio. Daí por que nós vamos ter que olhar com mais atenção em como fazer avançar o ensino médio.

E outro dado de copo meio cheio é o fato de que, a despeito daquilo que eu disse no começo, de que nem todos têm acesso a ensino médio e nem todos concluem, observem que, em 2020, 69% dos jovens de 19 anos tinham concluído o ensino médio no Brasil, o que é uma evolução contra 2012, quando eram apenas 52%.

Indo para frente.

Para complicar o nosso cenário pré-pandemia, está em curso que é chamado de Revolução 4.0 ou Quarta Revolução Industrial ou futuro do trabalho, com o advento da inteligência artificial e de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

automação e robotização aceleradas. O que vem acontecendo tem acarretado a extinção massiva e acelerada de postos de trabalho. Osborne e Frey, dois pesquisadores da Universidade de Oxford, falam em 2 bilhões de postos de trabalho extintos até 2030, mas, como em outras revoluções industriais, não vamos sair quebrando máquinas. A educação pode ser um mecanismo de nos preparar para essa realidade, só que o mundo do trabalho vem demandando competências muito mais sofisticadas – já vou mostrar quais são elas. Se nós não agirmos, nos alertam Martin Ford e Yuval Harari, vai haver um grande crescimento da desigualdade social no Brasil, que já é grande.

Então, o que que os países vêm fazendo para se preparar para essa transformação no mundo do trabalho? Transformando sua educação, colocando o foco em resolução colaborativa de problemas com criatividade – os robôs não sabem ser criativos nem colaboram em problemas complexos – e em pensamento sistêmico e crítico. Além disso, em flexibilização dos currículos e interdisciplinariedade, olhando para estratégias como a aprendizagem baseada em projetos ou aprendizagem baseada em problemas.

Muitas escolas públicas brasileiras já estão caminhando nessa direção. A própria cultura digital vem sendo trabalhada por esses países antes da pandemia, e, nesse sentido, a pandemia serviu como um acelerador aqui no Brasil do desenvolvimento cultura digital, que acabou entrando na base nacional docente. O próprio ensino híbrido: também nós fomos obrigados a fazer um esboço de ensino híbrido com esse rodízio entre os alunos, que também trouxe alguns aprendizados. Ele não foi perfeito, longe disso, mas trouxe algumas aprendizagens importantes.

Mas há outro ponto que os países com bons sistemas educacionais – se olhar para o *ranking* do Pisa – vêm desenvolvendo, que é promover competências para o século XXI, as chamadas competências socioemocionais. Elas não são modismo, é algo profundamente testado e que mostra ter impacto em competências cognitivas e, inclusive, uma educação para valores e atitudes. E nesse sentido eu queria saudar o educador já falecido Antonio Carlos Gomes da Costa, que promoveu a ideia que irradiou pelo País mais recentemente de trabalhar o protagonismo do aluno, ensinar o aluno de que ele é empreendedor da própria vida. Ele é portador de sonhos, e aquilo que ele aprende na escola é fundamental para construção do seu projeto de vida. E ele tem de ser formado por uma autonomia em que ele se sinta não alguém que deva se beneficiar de dependência, mas um ser independente que, ao mesmo tempo, é solidário e contribuiu para uma cidadania global.

Nesse sentido, vai haver uma transformação importante na profissão de professor, e o professor vai tender a deixar de ser percebido e se perceber – e eu comecei a minha vida profissional como professora de educação básica; então, para mim, isso é muito forte – com essa ideia de ensino híbrido, em que cada vez mais se manda para casa a "aula expositiva", entre aspas, em que o professor prepara um pequeno vídeo ou cura entre os professores youtubers da internet pequenos vídeos com os conceitos que ele quer ensinar e usa o melhor do seu talento na sala de aula, num conceito de sala de aula invertida, para ensinar o aluno a aplicar esses conceitos que ele aprendeu em situações da realidade, a pensar historicamente, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensar cientificamente, a pensar matematicamente ou sistemicamente. Então, nesse sentido, o professor vai deixar de ser percebido como um mero fornecedor de aulas expositivas e ser cada vez mais um assegurador de aprendizagem, realizando a promessa do ODS 4, que é todos aprenderem com excelência.

Outro ponto importante que se conecta com o que estamos conversando aqui é desenvolver o sentido de urgência no resgate das aprendizagens perdidas. Vamos parar de mascarar a realidade. Sim, muitas aprendizagens foram perdidas. Agora virou um modismo dizer que não é verdade que se perderam. Então, se for verdade isso que alguns estão falando, vão fechar as escolas, e eu acho que esse não é o caso. Com um ano e meio de escolas fechadas, muita aprendizagem foi perdida. Agora, nós vamos ter de ter um sentido de urgência em resgatar essas aprendizagens. Lógico que todas aprendizagens podem ser resgatas, mas vai ter de haver um esforço com intencionalidade para que isso aconteça.

Compensar a formação inicial que o próprio professor no questionário do Pisa disse que é divorciada da realidade do chão da escola – e disse com razão – por aprendizagem colaborativa. Professor aprende mais com outro professor. Então, tornar as escolas espaços de aprendizagem colaborativa e de planejamento colaborativo.

Vocês devem estar pensando agora: "Mas como é que faz isso se eu dou aula em três, quatro lugares?". Isso tem que terminar. Eu vou falar daqui a pouco do ambiente da escola em que eu construa uma escola que não seja excludente e que não torne os alunos invisíveis, mas ao mesmo tempo escolas em tempo integral, em turno único.

Quando eu fui Diretora Global de Educação do Banco Mundial, eu fiquei impressionada ao descobrir que no México, no Chile, no Líbano não havia o turno da manhã e o turno da tarde. As aulas se dão em um turno único – alguns com sete horas de aula, a grande maioria, e alguns até com 9 horas.

O modelo de escolas de ensino médio em tempo integral no Brasil já foi testado e mostrou que o impacto é essencial, inclusive no Ideb, inclusive no não abandono, e assim por diante.

Então, vai ser muito importante que a gente avance nessa direção e que os professores tenham dedicação exclusiva a uma única escola, não fiquem rodando escolas. E isso vai ser importante no resgate das aprendizagens dos alunos, porque tem que haver tempo para um certo estudo dirigido, para uma certa orientação para aqueles que não têm ambiente para estudar em casa e recuperar suas aprendizagens. Cada vez mais, as salas de leitura vão se transformar não só em bibliotecas no sentido de livros físicos, mas também em espaços de multimídia, colocar espaços para prototipação de soluções ou cultura *maker* dentro das escolas. Algumas redes vêm fazendo isso já, e isso vai nos ajudar a fazer resolução colaborativa de problemas. E laboratórios equipados; não dá para ter um ensino significativo sem experimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ensino híbrido, com conceito de aula invertida, como eu falei há pouco, e, cada vez mais, o professor como um pesquisador, mas não sobre questões etéreas; sobre as suas próprias práticas e sobre como os seus alunos aprendem, formando o aluno para ele ser um pesquisador da sua própria vida, do que funciona ou não funciona na sua vida.

Nesse sentido, a covid-19; o que nós perdemos com ela? Todas as avaliações diagnósticas que têm sido feitas por institutos muito sérios, como, na Universidade Federal de Juiz de Fora, o CAEd, têm demonstrado retrocessos nos avanços ainda reduzidos que nós tivemos em educação a patamares de muitos anos atrás, uma piora brutal no processo de alfabetização, que já era ruim, um agravamento da desigualdade educacional. Um ano em casa, fechados em casa, uns com casas com livros, conectividade, equipamentos, os pais em teletrabalho, organizando o ambiente de aprendizagem, enquanto, para outros, os pais estavam na rua, buscando fonte de renda para colocar comida na mesa, e não tinham nem conectividade. Evidentemente, a desigualdade educacional aumentou.

Mas o que mais me dói no coração – eu sou do Observatório dos Direitos Humanos do CNJ – é que têm chagado muitas denúncias de retomada de trabalho infantil. E eu não estou falando de trabalho de jovens de 17 anos; estou falando de 10, 11 anos e exploração sexual de meninas. Isso não pode continuar assim. É importante que a gente olhe para essas perdas, porque elas não são só de aprendizagens.

Para que isso se resolva – e eu vou terminar; eu vi que o meu tempo já terminou, mas eu vou tentar avançar agora mais rápido –, nós vamos precisar fazer uma série de coisas. Uma delas: priorização curricular. Não dá tempo de ensinar tudo; em que nós vamos focar? Quais são as competências mais importantes? A outra é olhar para o ensino híbrido como uma oportunidade de repensar o aprendizado, no caminho de um aprendizado mais profundo que aquele exigido pela quarta revolução industrial; usar muito o conceito de sala de aula invertida, formando os professores para metodologias ativas, para um engajamento maior dos alunos; criar um sistema sólido de recuperação escolar, seja no contraturno, seja realfabetizando alunos, até eventualmente desenturmando alunos de 4° ano que não estão alfabetizados para que, primeiro, eles se realfabetizem e, depois, voltem para sua turma; aceleração; cursos de férias – várias redes estão organizando cursos de férias para aqueles que foram mais prejudicados.

Mas um ponto fundamental é: se o ensino em tempo integral vem trazendo avanços nas ainda poucas comunidades que o criaram, que o expandiram, que têm uma rede de escola em tempo integral, que tal fazer isso como uma estratégia para lidar com o pós-pandemia para a recuperação das aprendizagens e manter daí para frente isso?

Queria contar que o Estado de Pernambuco avançou muito, praticamente todo o ensino médio e parte do fundamental II estão em tempo integral; a Paraíba avançou na mesma direção e na mesma velocidade; o Ceará avançou nessa direção; São Paulo, em três anos, vai ter toda a sua rede em tempo integral; o Espírito Santo também fez um esforço, inclusive em regime de colaboração, para ampliar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo integral para os seus Municípios; o Estado de Tocantins deu os primeiros passos nessa direção – só para dar alguns exemplos.

Além disso, é preciso avançar no caminho de aprendizagem baseada em projetos e problemas integrando as disciplinas, por exemplo tematizando a própria pandemia.

Eu termino falando do legado da pandemia, se me permitem falar mais um minutinho. Sim, porque a pandemia trouxe muitas perdas, foi um período de muito sofrimento, mas, como em outros momentos históricos, a pandemia também trouxe quebras de paradigmas. Crises são momentos em que a gente é obrigada a sair da zona de conforto, inovar e aprender com a crise.

Houve uma brutal aceleração da inclusão digital tanto de professores como de alunos, tanto que as competências digitais vão acabar entrando na formação inicial e continuada dos professores por decisão do CNE e do MEC.

Há agora uma urgência de formar para o uso de metodologias ativas, como eu disse atrás, e colocar a conectividade de escolas e residências na agenda, e eu saúdo hoje o leilão do 5G, que incluiu a conectividade de escolas nesse contexto.

E algumas competências do século XXI acabaram sendo desenvolvidas entre nossos alunos na pandemia e vão ser úteis depois, porque eles tiveram que desenvolver adaptabilidade – todos nós tivemos que nos adaptar a uma circunstância não prevista –; abertura ao novo, que nesse mundo de *startups* é tão importante; resolução colaborativa de problemas em família; e autonomia para aprender.

Há uma coisa que ninguém está falando: os estudantes brasileiros, uma parte deles, tiveram que aprender sozinhos e desenvolveram muito mais autonomia para aprender. A escola precisa aproveitar essa experiência e possibilitar que nós voltemos para uma educação transformada.

E que educação é essa? E eu compartilho aqui minha utopia no sentido de algo que ainda não se realizou, mas que pode se realizar: é uma escola em que todos aprendam e em que se possa combinar excelência com equidade, não são ilhas de excelência para alguns e nada para os outros, mas excelência com equidade combinadas; uma escola em que tanto alunos como professores trabalhem colaborativamente, porque isso vai ser fundamental para o século XXI; uma escola em que o aluno aprenda a se reinventar na medida das ondas sucessivas de extinção de postos de trabalho que vão acontecer, e ele vai ter que se reinventar profissionalmente; uma escola em que os saberes não estejam fragmentados, como diz o Edgar Morin, mas lembrando que a BNCC passou, pelo menos no ensino médio, a integrar saberes em áreas de conhecimento; uma escola que ensine a pensar, não é decorar a visão de mundo do professor, é ser um pensador independente e ser um aprendiz independente; e, finalmente, uma escola que reserve tempo e espaço para formar para a autonomia.

Era isso que eu trouxe para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela oportunidade de partilhar minhas visões.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero pedir a compreensão dos demais convidados, porque normalmente a gente fala alguma coisa no final, mas, nas últimas audiências, foi tanta coisa que a gente acaba esquecendo de algumas coisas importantes. Então, eu vou pedir licença para que a Professora Claudia possa fazer aí algumas anotações para no final a gente, nas considerações finais, que também servem para os outros...

Mas eu queria fazer algumas ponderações. Primeiro, agradecer. Foi ótima essa apresentação, essa fala. Mas eu queria... Eu fico assim, não é? Eu vi agora, semana passada, uma pesquisa de opinião, uma pesquisa para saber quais são as prioridades hoje do País. E aí vi lá nove prioridades, de saúde, emprego, geração disso, daquilo. Impressionante: não aparece educação. Então, a gente vê que parece que a comunidade de um modo geral está satisfeita com a educação no Brasil. Então, eu não entendo, sinceramente, e talvez seja esse o motivo... Como grande parte dos nossos governantes só pensam na próxima eleição, ninguém está preocupado com a próxima geração. A gente percebe talvez nas pesquisas, como a educação não aparece, que fica em escanteio.

Eu estou vendo aqui, por exemplo, o problema foi colocado: 54,73% dos estudantes acima de oito anos estão em níveis insuficientes de leitura. Lógico: nosso Plano Nacional de Educação permite alfabetização aos oito anos. Então, agora que eu fiz a relatoria do Fundeb, nesse último Fundeb, é que a gente acordou e colocou alguma coisa na educação infantil. É evidente que a educação infantil é a base da educação. Não adianta: a pré-escola é fundamental.

Hoje você tem criança... Minha neta, eu tenho uma netinha de quatro anos. Fala inglês, mexe no computador, faz tudo, me ensina muita coisa. E aí o nosso aluno entra com oito anos na rede pública, sendo alfabetizado, muitas vezes, de forma não adequada, e vai carregar esse problema o resto da vida. É o que a gente percebe claramente com relação a isso.

Então, Claudia, não sei o que acontece aí que a própria população não vê a educação como o maior problema. Eu acho que a saúde está matando todo mundo no momento, mas a educação mata a geração toda. Então, eu queria uma consideração: por que você acha que a população acha que está tudo bem? Porque é o que eu vejo nas pesquisas. Todas as pesquisas dizem isso, ninguém fala que a educação é uma prioridade, parece que está tudo o.k.

Eu vi que há uma melhora na aprovação do ensino médio, mas será que é a melhora mesmo? Porque hoje eu vi um pai entrando na Justiça para reprovar o filho dele.

Então, da mesma forma como existe a aprovação – e eu acho que essas aprovações têm muito a ver com estatística, porque o que a gente percebe nesses jovens, e eu acompanho isso diariamente, é que os meninos, coitados, saem do ensino médio sem perspectiva –, nós temos jovens hoje de 13, 14 anos se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suicidando porque não têm o quê? Não têm perspectiva, não têm oportunidade mais, as drogas estão tomando conta. É um negócio assustador.

O que eu perguntaria também, Claudia, é se você acha – eu acredito ainda – que é possível recuperar. Não é fácil, mas, se não investirmos realmente em educação integral para voltar a recuperar, como foi dito aqui, fizermos essas recuperações, realfabetizarmos todo mundo, essa turma toda, continuarmos com essa questão da formação inicial desconectada, divorciada da realidade, do chão...

Educação profissional agora que nós colocamos também, um novo ensino médio. Todos os países desenvolvidos têm 60% dos jovens fazendo curso técnico. Eu fui da época em que se saía do ensino médio com uma profissão. Depois, acabou, mas agora está voltando. Eu também tive a oportunidade de ser Secretário de Educação Profissional e percebi claramente: não adianta a formação profissional, não basta, ter professor teórico. O melhor professor é aquele que está no chão da fábrica, que está trabalhando. Aqui em Brasília, a gente tem uma experiência – mas vão acabar agora com ela – de ter um dos melhores cursos de Medicina e Enfermagem do Brasil. E por quê? Porque quem dá aula para esses alunos de Medicina e Enfermagem são os próprios médicos e enfermeiros da rede pública. O aluno está, desde o primeiro semestre, nos hospitais. Agora criaram aqui a universidade distrital, já estão fazendo concurso e vão passar para a Secretaria de Educação, porque era vinculada à de Saúde.

Então, essa desvinculação da educação do mundo real, que, muitas vezes, não conversa com o mercado... Quer dizer, nós temos jovens... Eu falei com o Ministro outro dia sobre o Fies – o Fies é um financiamento para cursos. O cara pega um Fies para fazer Administração, Economia e, quando termina o curso, fica desempregado, fica com dívida no Serasa, acaba com a perspectiva do jovem. Enquanto isso, está faltando médico, falta engenheiro, falta físico, falta químico. São uns negócios que a gente fala, fala, e não resolve.

Foi falado aí – a Claudia falou sobre isso – da dedicação exclusiva. Eu me lembro da luta que foi para tirar da CLT – e eu era Deputado – o que ela dizia: que nenhum professor pode dar mais que quatro aulas consecutivas ou seis intercaladas no mesmo estabelecimento. Aí, o que o pessoal fazia? Tinha que ir para outra escola, porque, pela CLT, não podia. Na hora de tirar esse troço daqui, foram 20 anos. Então, é um negócio que a gente precisa...

Sobre a questão do trabalho infantil, eu não sei... Agora, com essa pandemia, para trazer de volta o aluno do ensino médio, de um modo geral, se não houver uma poupança, um incentivo para ele voltar, não volta. Quem está fazendo um bico lá fora não vê na escola uma perspectiva, depois, de futuro, de empregabilidade, de melhoria nas condições.

Então, eu fico assim... Eu tenho, inclusive, aqui – não sei nem quem fez o artigo, mas eu o guardei; a Claudia talvez até conheça o autor –, um artigo que fala sobre como a escola acaba com a criatividade, com o raciocínio próprio do aluno. Será que as escolas matam a criatividade? Ele pergunta aqui: "A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola é uma prisão e está destruindo as nossas crianças?". Ele fala aqui de um monte de coisas, inclusive valorizando a pré-escola, que é fundamental.

Ele diz aqui quais deveriam ser as prioridades em uma escola de currículo próprio: o falar em público – ninguém mais consegue falar em público, não há essa formação –; o conhecimento do direito, não para ser advogado, mas para conhecer a regra do jogo básica de sobrevivência; a nutrição, talvez pela questão da obesidade; finanças pessoais. O pessoal está aprendendo com o Brasil. O Brasil gasta muito, gasta mal, entra no cheque especial, tem uma dívida total, e os jovens também estão fazendo a mesma coisa. Mesmo aqueles que têm uma poupança... Não é poupança, mas aquilo que recebem diariamente. Como é que se chama? Eu não recebi isso, mas as crianças recebem dos pais. É mesada que se chama. É mesada. Hoje o menino gasta tudo, não tem controle de nada. Antigamente, ele tinha um cofrinho, para saber finanças direitinho.

Há também a inteligência emocional, o empreendedorismo, os primeiros socorros para jovens, velhos e crianças, para a criança aprender isso. E há mais: serviço social voluntário em comunidades carentes, idioma. A segunda língua nossa aqui é para inglês ver, não é? O menino sai sem saber nada. Essa questão da segunda língua, se não for uma coisa bem-feita, é melhor não fazer! Aí fala aqui: língua portuguesa, interpretação de texto, redação.

Então, são coisas, conteúdos básicos, fundamentais. E a gente não vê isso, não é? É lógico que há escolas que ainda se preocupam com isso. Mas é como foi falado aqui: isso tem que ser universal, todo mundo tem que ter acesso a tudo isso.

Então, desculpem-me os convidados, mas eu tive que anotar isso, porque senão daqui a pouco eu esqueço.

Fala-se em conectividade das escolas. Nós aprovamos no Senado e aprovamos na Câmara a banda larga nas escolas – nós a aprovamos no Senado e na Câmara –, e a vetaram. Derrubamos o veto, e aí vem uma medida provisória adiando de novo esse troço. É uma coisa básica, importante, fundamental, e o troço não acontece, talvez porque, nas pesquisas, as pessoas achem que, na educação, está tudo bem, que basta o menino ir lá, tomar um lanche, comer alguma coisa.

Então, esses são... Não sei... Claudia, você tem muita experiência. Eu acho que ainda há jeito, mas não é fácil, não, porque ainda há muito discurso aqui na educação. Mas tudo bem, é só para você comentar sobre isso no final. Desculpa aí o tempo.

Eu queria já passar, imediatamente, agradecendo à Claudia, a palavra para o Mauro Luiz Rabelo. O Mauro é Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação. O Mauro também é graduado, tem mestrado e doutorado em Matemática pela Universidade de Brasília e pós-doutorado pela Universidade de Stanford, na Califórnia. Possui 40 anos de experiência como docente na educação superior. Foi decano no ensino de graduação da UnB e Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação. Atua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como Professor Titular do Departamento de Matemática da Universidade de Brasília. No Ministério da Educação, exerceu os cargos de Secretário de Educação Superior, de Secretário de Educação Superior Substituto, de Diretor de Relações Internacionais da Capes e de Diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior e também foi parecerista e coordenador adjunto da análise de livros didáticos de Matemática no Programa Nacional do Livro Didático.

Então, com a palavra o Professor Mauro.

O SR. MAURO LUIZ RABELO (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos, bom dia, Senador Izalci.

Gostaria de, inicialmente, agradecer o convite para participar aqui deste debate sobre a temática que acho que é a mais cara para nós nesse momento de retorno à presencialidade na pós-pandemia.

Eu queria cumprimentar os meus colegas de Mesa, especialmente a Claudia Costin, e já parabenizá-la pela excelente apresentação, pela excelente reflexão que trouxe, abrindo o nosso debate; cumprimentar o Luiz Miguel, nosso parceiro aqui, Presidente da Undime. A gente já tem dito que não passa nem uma semana sem a gente conversar. Nós temos aqui, de fato, muitas ações, muitas reflexões e muitos desafios conjuntos. Nós temos trabalhado nessa perspectiva.

Quero cumprimentar a Professora Shirley, professora da educação básica da Secretaria de Educação. Bom dia, Professora.

Eu vou começar compartilhando aqui uma apresentação, deixa eu ver aqui se vai funcionar direitinho. (*Pausa.*)

Gostaria de saber se está projetado corretamente?

A SRA. CLAUDIA MARIA COSTIN – Está sim.

O SR. MAURO LUIZ RABELO – Vou passar um eslaide para ver se não trava porque em tecnologia há esses problemas.

Mudou o eslaide?

A SRA. CLAUDIA MARIA COSTIN – Mudou.

O SR. MAURO LUIZ RABELO – Olhando para a temática da nossa conversa, do nosso diálogo aqui de hoje de manhã, eu resolvi trabalhar na seguinte lógica. Eu trouxe uma reflexão inicial sobre alguns desafios, que são vários. Eu não vou aqui repetir os que já foram comentados pelo Senador e que já foram comentados pela Professora Claudia Costin e, em cada um desses desafios, eu vou comentar muito brevemente algumas ações que têm sido feitas no âmbito do ministério a esse respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que o primeiro desafio da educação básica no pós-pandemia – alguns já são desafios de sempre e de décadas – é a dimensão do nosso sistema e a multiplicidade das redes escolares brasileiras; o combate à evasão e ao abandono e, obviamente, isso em conjunto com a realização de busca ativa. Essa é uma temática a que tem sido dado realce, que se ampliou nestes dois anos, 2020 e 2021. Então, nós temos agora um trabalho forte em relação à questão da busca ativa, uma ação conjunta que a gente discute com a Undime.

Pelo fato de os nossos estudantes terem ficado tanto tempo longe da escola, existe essa questão do resgate do vínculo dos estudantes, trabalharmos a questão do pertencimento, principalmente para as crianças pequenas – acho que esse é um trabalho forte que as escolas estão agora desenvolvendo no retorno –, e o fortalecimento do vínculo escola-família. Nós vimos que esse movimento em que a escola migrou para dentro das casas e houve o envolvimento dos pais, familiares e responsáveis, de fato, fortaleceu essa questão do vínculo. Então, nós aqui no âmbito do ministério criamos, inclusive, um programa para ajudar as escolas a manterem e a potencializarem cada vez mais essa relação, porque tem que andar junto, esse binômio escola/família tem que caminhar junto o tempo todo.

Assim, acho que o problema maior para nós todos foi o retrocesso no processo educacional e da aprendizagem. Então, nós temos falado aqui muito sobre como recuperar as lacunas de aprendizagem decorrentes desses dois anos. A Professora Claudia Costin trouxe muito bem já os resultados anteriores ao Saeb, mostrando que as dificuldades já eram grandes, havia alguma melhora, mas o nosso receio é que todo o esforço que tinha sido feito para melhorar agora se perca com esses quase dois anos com os estudantes afastados da presencialidade nas escolas.

Aí vem a grande questão que foi debate o tempo todo que é a falta de equidade no tratamento em relação ao direito de acesso às tecnologias. Nós temos que continuar esse debate, porque, nessa experiência como legado da pandemia, como a própria Professora Claudia colocou, emerge o ensino híbrido com mais força, e a gente precisa, então, dar garantia de infraestrutura tecnológica no âmbito das escolas inicialmente, para que o ensino híbrido seja desenvolvido.

Então, se a gente fosse fazer de uma forma macro as ações do MEC para o enfrentamento da pandemia, a gente poderia dividir em três eixos: os educacionais digitais, as nossas plataformas... A nossa plataforma, o nosso ambiente virtual de aprendizagem do MEC, o Avamec, nunca foi tão demandado. Então, nós, de fato, usamos esse ambiente na sua potencialidade. Hoje nós estamos com mais de 2,6 milhões de cursistas fazendo as formações que nós temos disponibilizado.

No âmbito dos recursos educacionais digitais, há a discussão sobre o ensino híbrido e os conteúdos pedagógicos, os materiais pedagógicos que a gente vai precisar desenvolver, em especial nesse ano de 2022, para a recuperação de aprendizagem dos nossos alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra dimensão é a dimensão das avaliações. Nós estamos com algumas iniciativas no âmbito de avaliação diagnóstica e formativa, mas não é suficiente fazermos o diagnóstico. Então, nós estamos com um programa – eu vou falar sobre ele mais à frente um pouquinho – que é a ação de fazer o acompanhamento personalizado de estudantes a partir de uma sequência de avaliações formativas que iniciaram agora em novembro e vão acontecer em quatro momentos no próximo ano. Essas avaliações estarão acompanhando exatamente esse trabalho, esse desenvolvimento de tutoria etc. Esse projeto está bem avançado, estamos exatamente na discussão com os Municípios em relação a essa ação.

E a outra é a dimensão da infraestrutura: na conectividade, nós temos o Programa de Inovação Educação Conectada; e há as ações no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola e do Plano de Ações Articuladas (PAR).

De forma bastante sintética, tudo isso, de acordo com o art. 211 da Constituição, a gente não consegue fazer sem o apoio dos Estados e Municípios. A gente faz cumprindo o papel que é constitucionalmente estabelecido ao MEC, que é fazer isso em articulação, de forma supletiva, fazendo com os entes subnacionais ações de suporte.

Então, muito brevemente... Na dimensão do sistema e multiplicidade das redes escolares, eu vou passar brevemente. Eu queria só falar um pouco da questão da governança.

O gigantismo do nosso sistema, trazendo os grandes números: são 47 milhões de estudantes na educação básica, são 179,5 mil estabelecimentos de ensino, e são quase 2,2 milhões de docentes. Só com esse eslaide, olhando para o gigantismo e olhando para a diversidade – se a gente olhar para as diversas Regiões e as especificidades de cada Região –, a gente aqui já pode fazer um grande debate do desafio que é qualquer ação em âmbito nacional, de coordenação nacional.

No âmbito dessa governança, o MEC criou esse Comitê Operativo de Emergência. Ele funciona com reuniões quinzenais, desde março do ano passado. As discussões eram as ações no âmbito da pandemia, e agora são discussões são as ações no pós-pandemia. Ele envolve todos esses atores aqui. Eu vou dar destaque a Consed, Undime e CNE, mas envolve tanto a educação básica quanto a educação superior.

Nós criamos recentemente, vinculadas a esse comitê, as câmaras temáticas: uma câmara técnica da educação infantil, outra do ensino fundamental, outra do ensino médio e outra da EJA, porque nós avaliamos que as discussões no comitê eram às vezes amplas demais, e a gente precisava, de fato, lidar com as especificidades de cada etapa de ensino. Então, começamos agora com essas reuniões das câmaras, de que participam as secretarias finalísticas do MEC, representantes do Consed e representantes da Undime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que esses serão fóruns extremamente relevantes para poder dar pistas de ações estratégicas a serem desenvolvidas para ajudar a que a gente, de fato, garanta o direito à aprendizagem a todas as nossas crianças e jovens.

No âmbito da governança, nós temos aí a Instância Permanente, que se reúne pelo menos duas vezes por ano, e nós estamos fazendo, neste momento de pandemia, três reuniões; a Comissão Intergovernamental, relacionada ao Fundeb – não vou muito entrar em detalhes sobre isso –, em que fizemos uma reunião e tomamos decisões extremamente relevantes na semana passada, sendo a primeira reunião no âmbito do novo Fundeb; e vamos ter a reunião do CACS (Conselho de Acompanhamento e Controle Social).

No âmbito dessas ações de governança, nós iniciamos aí, na parceria com Consed e Undime, encontros regionais. Fizemos um encontro com todas as representações estaduais e regionais da Undime e do Consed na Região Norte, exatamente a equipe aqui do Ministério com os secretários da região para conhecer *in loco* as especificidades, como lidaram com a pandemia e lançar luzes para ações futuras.

Então, de fato, nós fomos *in loco,* porque a gente precisa conhecer, de fato, as realidades das escolas indígenas, a realidade dos imigrantes e dos refugiados. Essa ação era uma ação de escuta ativa, então o MEC não foi lá para apresentar propostas, o MEC foi lá para escutar para que as políticas traçadas aqui sejam as mais aderentes possíveis às realidades, de acordo com as nossas diversidades.

Eu queria só destacar um desdobramento dessa reunião, desse encontro, que foi a criação do PDDE para imigrantes e refugiados. Então, nós estamos aqui finalizando um programa específico para imigrantes e refugiados como resultado dessa ação do MEC em conjunto com a Undime e o Consed. Nós vamos ter agora um encontro da Região Norte e estamos desenhando um programa, eu vou dizer assim, de aceleração da aprendizagem no âmbito do Norte e do Nordeste. Seria, em princípio, o Educa Mais Norte e Nordeste, e, a partir da finalização da reunião com os Estados da Região Nordeste, nós vamos finalizar essa proposta para fechar junto com a Undime e o Consed e submeter aos órgãos competentes.

Também na linha da governança, nós temos o Plano de Ações Articuladas. O MEC criou uma plataforma +PNE, que é extremamente relevante no ponto da governança para acompanhar as ações no âmbito dos planos subnacionais. Era uma lacuna que nós tínhamos em termos de coordenação das ações e do desenvolvimento das metas no âmbito dos planos subnacionais.

Criamos painéis de investimento em educação básica, e isso dá transparência ao processo. Há um projeto grande sendo desenvolvido, que é o Sala de Situação da Educação Básica, com foco na gestão e governança, em especial a governança dos recursos públicos que chegam às nossas escolas, aos nossos Municípios. Hoje nós temos mais de 1,5 mil Municípios que já aderiram a esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o Painel de Monitoramento da Educação Básica no Contexto da Pandemia. Nós estamos agora fechando com a Undime a aplicação do próximo questionário para disponibilizar nesse painel e agora exatamente o monitoramento do retorno às atividades escolares presenciais.

Temos aplicativos como o ClipEscola, com mais de 200 mil usuários, que acompanham as informações e que têm resultados, inclusive, sobre desempenho das escolas, sobre o que as escolas têm de recurso em suas contas. Como nós temos problema orçamentário, que é nítido e todos conhecem, fizemos um estudo e fizemos a repactuação dos saldos em conta das escolas, cerca de R$1,1 bilhão, permitindo que as escolas desenvolvessem uma série de ações específicas para esse retorno à presencialidade com recursos que não são de um orçamento novo, é um recurso que já está disponível nas contas das escolas. Então, acho que, do ponto de vista da governança, acho que está bom, não vou nem falar desse programa.

Vamos ao ponto que eu acho que tem mais aderência aqui com as nossas ações: combate à evasão e ao abandono escolar, e realização de busca ativa. Dentro do Programa Brasil na Escola, que é um programa direcionado aos anos finais do ensino fundamental, dentro dos seus objetivos, a gente tenta induzir e fomentar a permanência. É um programa com três eixos: apoio técnico e financeiro, valorização de boas práticas e inovação. Dentro desse programa, nós temos uma ação de busca ativa, e os objetivos são diminuir os índices de evasão e abandono escolar no ensino fundamental nos anos finais. Então, existe uma ação específica de busca ativa sendo desenvolvida. O Brasil na Escola está aí a pleno vapor. Temos três etapas e estamos lançando o edital das escolas inovadoras. É um investimento da ordem de R$200 milhões no eixo um; de R$50 milhões no eixo dois; e, para os projetos inovadores, que, em princípio, são 54, com R$100 mil para cada projeto.

Em relação ao desafio do resgate do vínculo dos estudantes com a escola e do fortalecimento das ações do vínculo escola-família, eu cito aqui como ação o Programa Educação e Família. Esse programa foi lançado recentemente, em setembro, e nós estamos avaliando os planos submetidos – já foram 4.934 planos recebidos. Neste primeiro momento, a meta é atingir 6 mil escolas. Essa é uma ação que se inicia neste ano e continua em 2022.

Nós lançamos, no âmbito da Avamec, um aperfeiçoamento em bem-estar no contexto escolar. Então, é um curso com muita receptividade e muito coerente com o momento em que vivemos e com este em que ainda estamos, de retorno. Nós já temos mais de 71 mil inscritos e mais de 15 turmas oferecidas no âmbito dessa formação.

Lançamos, agora em 17 de setembro, uma formação no âmbito do ensino médio, que é o Programa Itinerários Formativos. Nós estávamos exatamente finalizando ontem as adesões no âmbito desse programa, para começarmos a fazer o aporte financeiro, e essa é uma ação que ajuda no grande desafio que nós temos a partir de 2022 que é o da implementação de fato, a virada de chave, para que todas as escolas implementem o novo ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lançamos o programa de formação para educação infantil para professores de creches e pré-escolas. Em uma semana apenas de programa, nós já tivemos 55 mil inscritos – é uma formação de 200 horas, com seis módulos –, o que mostra que, de fato, os nossos professores estão ávidos por formações continuadas que ajudem nos desafios lá do chão da escola. Quem é professor sabe muito bem que não é fácil o dia a dia da escola, não é fácil. Então, nós, de fato, temos que fazer o máximo possível para ajudar os nossos docentes a exercer essa missão tão nobre.

Lançamos, agora recentemente, formações no âmbito do ensino médio. São cinco formações em quatro grandes áreas de conhecimento, e um módulo específico de projeto de vida e formação técnica profissional. São 900 horas de formação, 180 horas em cada uma dessas áreas em formações. Já está disponibilizada a de ciências da natureza, e as outras vão ser disponibilizadas na sequência. E nós estamos com o projeto, de fato, de transformar isso aqui num curso de especialização para os nossos professores, com certificação.

Numa parceria com o Sebrae, nós criamos uma formação também dos professores em educação empreendedora e, numa parceria com a CVM, em educação financeira. Então, acho que é dispensável falar da relevância dessas duas temáticas no âmbito da formação dos nossos estudantes. E o que a gente está fazendo é preparar os nossos professores para poder preparar os estudantes com essas duas temáticas que são transversais à educação básica e ao ensino superior, de modo geral.

Agora, acho que o ponto mais relevante é exatamente a questão da recuperação dos *gaps* de aprendizagem, das lacunas de aprendizagem. Então, nós criamos uma parceria com o CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora. É uma ação de avaliações diagnósticas informativas. A ideia é apoiar as redes na retomada das aulas, apoiar as redes na realização de diagnósticos de aprendizagem, fornecer instrumentos e metodologias e materiais para possibilitar a ampliação da capacidade técnica das redes e na recomposição das aprendizagens. Então, por que essa avaliação não é uma avaliação somativa e não é só diagnosticar, ela é formativa? Porque ela vem com uma metodologia de recomposição das aprendizagens, com um desenho inclusive inspirado já em outros países, onde isso já deu certo; ela está vinculada aos dois programas Tempo de Aprender e Brasil na Escola, mas ela não se restringe aos dois programas, ela está aberta para que todas as nossas escolas façam adesão. Nós já temos um quantitativo bastante elevado de adesão ao programa.

Aqui esse eslaide eu acho que eu vou pular. Na realidade é a parte conceitual dos objetivos, das avaliações diagnósticas informativas.

Quanto aos resultados dessas avaliações de fato, nós vamos ter um acompanhamento da aprendizagem para tirar os estudantes, vamos dizer assim, da faixa precária de aprendizagem. A avaliação vem e localiza os estudantes nos níveis de aprendizagem na escala do Saeb e a ação pedagógica vem para tirar os estudantes de determinado nível e passar pelo menos para o nível seguinte. Então, isso vai acontecer... Há um pacote de aplicação agora em outubro, mas vai acontecer ao longo do ano que vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo. E, a cada aplicação, gera-se automaticamente o resultado, localiza os estudantes e vem a ação pedagógica com esses estudantes para poder, de fato, ajudá-los na recuperação das aprendizagens.

As áreas que nós escolhemos – nós não temos condições de fazer todas as disciplinas – foram língua portuguesa, fluência em língua portuguesa, língua portuguesa-redação, Matemática e ciências. Estamos aqui com algumas outras discussões de ampliação. Existe uma associação de ampliação com o ensino médio dessa ação também e de ampliação para outras áreas, mas, por enquanto, o que está desenvolvido dentro da nossa parceria com o Caed é esse desenho nessa perspectiva. Eu digo que essa é a ação mais importante neste momento, porque ela, de fato, foca naquilo que nos é mais caro em torno da escola, que é garantir que todos aprendam e que aprendam na idade correta.

Eu não poderia deixar de falar também do Saeb. Nós vamos aplicar também o Saeb agora, de 08 de novembro até 10 de dezembro. Como nós temos o resultado de 2019 do Saeb, essa avaliação do Saeb será extremamente importante para que, de fato, a gente faça o diagnóstico do que aconteceu com a aprendizagem dos estudantes durante o período 2020-2021.

Eu acho que todos estão ansiosos. Uma promessa que a gente tem feito nas conversas com a Undime e com o Consed é que, de fato, o resultado dessa avaliação tem de sair o mais rapidamente possível. A gente sabe que é complexo, porque o País é gigante, mas em fevereiro a gente já tem de ter algumas pistas para poder vir com algumas intervenções pedagógicas, porque o Saeb tem amplitude nacional e isso é necessário para que a gente faça as intervenções.

No âmbito dos dois últimos desafios que eu coloquei – o direito de acesso às tecnologias e a garantia de infraestrutura tecnológica –, há um projeto em construção aqui para apoiar a questão da educação híbrida, que é, de fato, a criação de laboratórios. Aqui a gente batizou não oficialmente como "Rede Brasileira de Educação Híbrida", mas, na realidade, é uma infraestrutura com capacidade técnica a ser ofertada para as equipes de gestão e professores sobre o uso das tecnologias para fazer as atividades no ambiente remoto. Essa é uma ação com investimento da ordem de R$23 milhões. A gente espera implantar no primeiro momento 50 desses centros nos Estados brasileiros. Vamos usar também o critério socioeconômico, nas regiões que são mais carentes, que mais necessitam.

Nós temos o Programa de Inovação e Educação Conectada (Piec) que é um programa com quatro dimensões. A dimensão que foi mais exigida ao longo desse período é de dimensão da infraestrutura, porque, por meio desse programa, a gente oferta um apoio financeiro para que as escolas consigam manter a sua infraestrutura de tecnologia, de conectividade, na realidade, mas a outra dimensão foi a dos recursos educacionais digitais, que ampliou a oferta dentro da plataforma Avamec, e aqui, naturalmente, a dimensão da formação dos profissionais de educação.

No âmbito desse programa nós temos os níveis de maturidade – só vou tentar terminar aqui. O nível de maturidade da adoção de tecnologia, um questionário que é aplicado e um sistema que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalado para que, a partir disso, as redes desenvolvam seus planos de inovação. Nós estamos fazendo a formação de articuladores nacionais para ajudar as redes no desenvolvimento desses planos de inovação. As ações do MEC em 2021, apoio financeiro a 104 mil escolas, o repasse de R$320 milhões. Nós já repassamos, até ontem, eu tenho o dado de ontem... De 25/10, desculpa: R$308 milhões. Nós temos R$320 reservados para isso. Temos mais R$60 milhões, numa parceria com o Ministério das Comunicações também, em que a gente leva a conectividade inclusive a escolas da zona rural.

No âmbito das plataformas aqui, só para vocês verem a nossa plataforma Avamec, como ela era antes de 2020 e o número de acessos depois disso. Então, de fato ela se fortaleceu como um ambiente de aprendizagem em que nós disponibilizamos as ações gratuitamente para os nossos professores. Lançamos agora – isto aqui acho que eu vou pular – dentro da Avamec, um curso de aperfeiçoamento em ciência e tecnologia muito importante, para ajudar os professores no antes e no pós-pandemia, um curso de atualização de gestão em sala de aula, tanto no ambiente virtual quanto no ambiente remoto. Está em fase de implementação, numa parceria com a Embaixada do Reino Unido, que é um curso de segurança cibernética, de que, de fato, nós pouco sabemos. Nós começamos a usar e pouco sabemos sobre isso.

Desculpe, acho que é uma das coisas mais importantes – não entrou aqui, nesta apresentação – a criação que nós lançamos no programa, são os Laboratórios de Criatividade e Inovação para a Educação Básica. Nós ofertamos para cada um dos Estados brasileiros um laboratório, toda a infraestrutura necessária para a criação desse laboratório, os passos de experimentação e formação de professores para uso pedagógico das tecnologias. Isso está sendo extremamente relevante para este momento do retorno e para o conselho híbrido. Obviamente, o MEC, qualquer ação do MEC não é só financeira; ela vem com a parte de formação, que eu acho fundamental. Vem nesse programa, a formação de gestores desse espaço e a formação de professores para o uso da tecnologia para desenvolver materiais pedagógicos para utilizar no ensino presencial e no ensino híbrido também. Então, acho que essa é uma ação que...

Com isso eu encerro, só dizendo que realmente o desafio é extremamente gigante – gigante. Aqui é só uma visão ampla de algumas das ações do ministério. O portfólio é muito grande, mas eu quis dar uma visão geral de como é que nós estamos lidando com esse desafio no âmbito do órgão central do Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Mauro.

É um desafio imenso. Uma das coisas que nós precisamos implantar no Brasil são políticas de Estado e não de governo. Preocupa-nos que, quando terminar esse planejamento, se começar a implantação... Aí, numa mudança de governo, muda tudo e começa tudo de novo – no Brasil tem isso, não é? Então, uma das coisas que é preciso ensinar para a população é que é política de Estado, isso é importante. Quantos projetos eu conheci que eram, assim, maravilhosos, mas mudou o governo e acabaram com eles por acabar mesmo, principalmente os programas bons. Então, é uma preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma experiência que eu tive também muito boa, Mauro, que deu certo quando implantei... Aliás, não fui nem eu que implantei, mas o Conselho de Secretários, eu era Vice-Presidente de Ciência e Tecnologia. Refiro-me às contrapartidas: quando você exige contrapartidas dos Estados e Municípios, em qualquer programa, isso incentiva a participação. O grande problema hoje é que, em determinados programas, há contrapartida de 1 para 20, 1 para 15, um real para cada quinze do Governo Federal, e, aí, entre optar por não ter contrapartida nenhuma... Na ciência e tecnologia nós conseguimos 1 para 2, 1 para 3... Lógico que o prefeito sempre vai querer um programa que tenha 1 para 15, 1 para 20, mas eu acho que a gente precisa começar a envolver essas pessoas. Acho que as coisas que são de graça, parece, as pessoas não valorizam; o Estado, o Município, parece que não valorizam muito, mas, quando ele tem que botar alguma coisa dele, ele se envolve mais no processo.

Mas eu quero agradecê-lo e já passar imediatamente a palavra ao Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Eu vi na apresentação, Mauro, uma experiência do Sebrae. Por acaso, ontem estive no Sebrae vendo algumas experiências da educação de empreendedorismo e tal. Acho que o novo ensino médio tem que botar muita participação, envolvimento do Senac, do Senai, do Senat, botar todo mundo participando, porque se tem alguém que tem experiência no Brasil de educação profissional é o Sistema S. Então, tem que envolvê-lo. Não existe mais educação, principalmente profissional, sem a participação das empresas, da comunidade. Então, é só para colocarem aí no radar essa questão do Sistema S, que eu acho que é superimportante.

Passo a palavra, então, ao Luiz Miguel Martins Garcia, que é Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); também é graduado em Letras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, e também Doutorado em Linguística Aplicada pela PEPG-LAEL/PUC São Paulo; também atuou como Professor Substituto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Estadual Paulista e também na Universidade Estadual de Minas Gerais; foi professor e coordenador do Curso de Letras da Faculdade Integrada da Fipar, Paranaíba. Tem experiência acadêmica na área de Linguística, Linguística Aplicada, Literatura, Linguagem Jurídica e Comunicação e Expressão e atualmente dedica especial atenção à pesquisa do uso da linguagem na educação a distância. Exerce hoje o cargo de Secretário Municipal de Educação do Município de Sud Mennucci, São Paulo, desde o ano de 2013, e exerce também a função de Dirigente Municipal da Educação em São Paulo.

Então, com a palavra nosso querido Professor Luiz Miguel.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci.

O Senador fez um raio-X na nossa na nossa vida. Viram, Claudia, Mauro, Shirley, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui a querida Claudia Costin, grande companheira de discussões e debates; o Professor Mauro Rabelo, que tem feito um tratamento muito humanizado e com muita escuta e parceria no MEC, na Secretaria de Educação Básica, onde se concentram quase que a totalidade das discussões de interesse das redes municipais de educação, não é? Quero cumprimentar a Professora Shirley, que trará também aqui a voz da sala de aula neste momento, e talvez seja a mais importante de todas essas falas, porque é quem está sentindo ali na pele este momento.

Eu vou me aproveitar da fala, depois, dessas duas grandes aulas, da aula da Claudia, para quem eu até já pedi a apresentação, e também a do Mauro, que traz todo o conjunto de elementos hoje disponíveis, e também os comentários do Senador Izalci. O Senador traz uma questão que é muito séria: de nove pontos destacados como prioridade, a sociedade não reconhece a educação. Eu acho que nós estamos errando muito. O erro é nosso, de não mostrar o impacto da educação.

Ao mesmo tempo, quando nós olhamos a história de vida de cada família... eu fui o primeiro a ter curso superior na minha família. E, assim como o Senador Izalci, o meu pai era o servente da escola, o que lavava o banheiro, varria o chão e ficava no portão. E a educação conseguiu permitir que eu pudesse trabalhar na sombra, em condições muito melhores. Então, acho que nós estamos falhando, agentes públicos, nós secretários de educação, nós governo, em comunicar esse processo e também de oportunizar... E aí tem o desconhecimento, a falta da educação transformando a vida das pessoas é que também pode levar a essa questão.

Quando a Claudia traz a questão do professor, pesquisador, da sua própria prática, Claudia, acho que esse é o fundamento, esse é o centro, não é? Nós precisamos desse diálogo, e é muito importante a sua presença, assim como, também, esse diálogo da academia com a gestão, academia com a sala de aula. E eu tenho dito que nós professores precisamos aprender a pesquisar com a academia, fazer essa pesquisa da própria prática, da nossa sala, da nossa prática e, ao mesmo tempo, a academia precisa beber de fontes reais e muitos aprendizados.

Hoje, às vezes, o tempo que se demora para a aprovação de um artigo científico numa revista de peso é o tempo suficiente para aquilo já ter perdido a validade. Então, nós precisamos ter mais versatilidade nesse processo, e é esse casamento. Porque o que que nós temos hoje na prática? E aí, Secretário Mauro, temos discutido muito isso, sobre formação inicial, formação continuada. Nós temos um processo em que pequenas instituições, e muitas delas estão, assim, se deteriorando, fechando até, as de formação de professores, pelo centro do País. Quem forma o professor que vai para a sala da educação básica são instituições pequenas que têm sido engolidas também num processo de desenvolvimento e, cada vez menos, têm condição de oferecer um curso na qualidade reconhecida para o exercício profissional, o que foi corroborado pelo comentário da Professora Claudia também sobre a visão dos próprios professores, olhando e falando: "Eu não estou pronto", essa angústia que se gera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago aqui uma série de questões – e vou compartilhar com vocês – na perspectiva dos dirigentes municipais de educação. A Undime representa os 5.568 Municípios – não se inclui aí Brasília, o Distrito Federal, e também Fernando de Noronha, por isso, 5.568.

Vocês conseguem ver a projeção?

Então, está ótimo.

Eu vou mesclar aqui um pouquinho dessas questões que foram colocadas, vivenciadas em 2020 e 2021. Elas já sinalizam, nas fragilidades do sistema, aquilo que a gente precisa ter, sobretudo indicações de infraestrutura, questão básica, para ter essa superação e sanar essas lacunas que existem, sim, que são reais e angustiantes, como a Professora Claudia trouxe.

Então, vejam bem, nós temos já um desafio imediato, que é o cumprimento da Lei 14.172, que destina 3,5 bilhões para investimento em acessibilidade e tecnologia para a educação. A lei, no seu formato final, precisa de um olhar, precisa de definições. Primeiro, a gente precisa encerrar a questão das discussões em torno dela, dos recursos, para que ela seja efetivada, e, nessa efetivação, nós precisamos discutir a forma de aplicação, porque, como está hoje, simplesmente esses recursos vão para os Estados e os Municípios acabam não tendo acesso a eles se o Estado não fizer um processo de redistribuição. Nós temos conversado com o Consed, tentando pactuar nacionalmente esse processo que acho que acabou sendo uma lacuna, uma janela que ficou aberta no processo de implementação dessa lei, do texto final.

Nós temos – agora foi lançado, na semana anterior – o texto, o relatório sobre o projeto do Sistema Nacional de Educação. O Sistema Nacional de Educação precisa ser debatido, conhecido por toda a sociedade, e os profissionais de educação, então, precisam tê-lo como um instrumento fundamental. E aquilo que nós ancoramos, como o Senador Izalci acabou de falar, que foi a questão, Senador...

Aliás, Senador, eu fiquei tão sensibilizado com a sua apresentação, seu histórico familiar que deixei o seu nome para saudar por último, me empolguei e já entrei, mas quero saudá-lo, Senador, mesmo que tardiamente, por todo esse momento que a gente tem vivido junto, pelo seu trabalho junto ao Fundeb, por seu trabalho junto às outras temáticas de educação, sua coragem, disposição em dialogar. Quantas vezes, nos momentos mais diferentes possíveis, estava o senhor dialogando conosco e, de uma forma muito especial, agora, recentemente, no empenho feito para que a tivéssemos a garantia no leilão do 5G! Então, o senhor, a Deputada Dorinha, o Deputado Idilvan, toda a equipe dos Deputados mais compromissados com a educação... Então, muito obrigado, Senador. É muito confortante para nós termos uma liderança como o senhor levando essa pauta.

Nós temos essa discussão do Sistema Nacional de Educação que será fundamental. Ele traz algumas questões importantes, que não nos cabe discutir aqui, mas que serão fundamentais para a organização das políticas nesse processo de pós-pandemia e de reorganização do sistema com base em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo aquilo que a Claudia Costin trouxe. Do que Claudia trouxe, tenho certeza, muitas daquelas coisas, daquelas questões, serão pontos essenciais e estratégicos para a Undime trabalhar.

Claudia, muito obrigado por aquela apresentação.

O sistema traz a questão das câmaras tripartites e bipartites. O que é importante nisso? Muitas vezes, as políticas públicas acabam se perdendo porque são construídas em rompantes de criatividade, muitas vezes com muito boa intenção, mas com falta de conectividade. Nós aprendemos, na Undime, a trabalhar, durante esse período da pandemia, com consultas, com pesquisas. Nós fizemos cinco ondas de pesquisas que nortearam o nosso trabalho. Nessas pesquisas, estamos agora com uma sexta onda, já trabalhando para organizar o processo do próximo ano letivo, para entender como ele se desenha agora e no próximo ano. Isso foi fundamental para que nós, vamos dizer assim, fizéssemos a roupa na medida certa. Então, nós temos a expectativa de que o sistema nacional possa trazer mais assertividade para os programas, e essa assertividade se fará pela construção conjunta.

Eu vi, na apresentação do Secretário Mauro, um conjunto extenso de programas. Nós temos discutido praticamente todos que nós conhecíamos. Agora esses programas precisam ser revestidos de uma estratégia que interligue, de uma estratégia que dê uma dimensão nacional, para que, efetivamente, a gente consiga sanar esses déficits de aprendizagem, oferecer os direitos de aprendizagem contemplados na Base Nacional Comum Curricular que não foram desenvolvidos e possíveis neste momento.

Nós temos que ter um olhar para os planos decenais com muita seriedade. O Plano Nacional de Educação está aí. Essa é a grande política. O Plano Municipal de Educação está aí. Nas últimas eleições, eu disse aos candidatos, a todos os candidatos: "Vocês vão pensar o plano de educação de vocês? Olhem o Plano Municipal de Educação. É um compromisso, é uma lei". Nós estamos deixando muito em segundo plano o olhar para o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, como se ele não houvesse. Nós tivemos uma pandemia? Tivemos. Tivemos uma série de coisas? Tivemos. Mas, por exemplo, hoje se fala em flexibilização – há quem a defenda – da aplicação dos 25% na educação. Olhem lá: o impacto na educação e na transformação, nós sabemos qual é. E olhar para... Enxergar que, entre nove pontos, não se colocou a educação... Se não houver esse compromisso firmando, gente, sinceramente, a educação some, ou seja, nós perdemos o nosso valor estratégico de trabalho e de transformação do País.

Outra questão muito importante é isto que estamos fazendo agora, essa discussão desse retorno seguro às aulas presenciais de maneira híbrida, as possibilidades que vão potencializar a ação e vão fazer... Nós estamos em um momento muito delicado. Se nós errarmos aqui, nós vamos perder o potencial de transformação e de ter uma educação que promova um aprendizado mais intenso, mais efetivo, por falta de instrumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora, é aquele caminho, nós vamos seguir quem vai entender que aprendizado se faz de uma forma nova ou nós vamos ficar patinando naqueles que por falta de recursos, de estratégia de pensamento, de compromisso, vão ficar com uma educação que está superada?

Nós temos o desafio da implementação do Fundeb, há uma série de questões que têm de ser pensadas, organizadas, estruturadas. Nós temos a questão do financiamento, e é muito difícil dimensionar uma coisa que é fundamental, que é o custo de cada aluno, o que nós chamamos o Custo Aluno-Qualidade, ou seja, quanto custa oferecer com qualidade a educação para um aluno da educação infantil, do fundamental e do médio. Sem isso, ficam a Undime e o Consed puxando um cobertor que é de um tamanho só: "Ah, o ensino médio tem o desafio das questões do novo ensino médio", "ah, a educação infantil está longe de atingir as suas metas"... E, assim, nós não conseguimos.

Então, tivemos, como o Secretário Mauro disse, uma reunião muito importante na semana anterior e nós pactuamos, de uma forma bastante consensual, responsável, a Undime e o Consed, para que permanecessem para o próximo ano os mesmos fatores de ponderação que definem o financiamento, para não impactar exatamente nesse processo de recuperação que a gente precisa fazer. O Inep se comprometeu a fornecer os instrumentos para o próximo ano, a fim de que esse trabalho seja mais técnico e menos um processo de negociação.

Nós temos o desafio da realização do Saeb, 2021. Nós entendemos, eu fico muito feliz com as últimas compreensões do MEC da impossibilidade de se gerar um Ideb classificatório, mas de se ter um Saeb que mostre o tamanho, as dimensões disso e que a gente acelere ao máximo possível a oferta dos resultados para as redes refletirem. Nós precisamos olhar para isso muito rapidamente.

Paralelamente a isso, a Undime tem trabalhado muito fortemente no incentivo à realização de avaliações diagnósticas, não só no retorno, no momento que volta, mas transformar isso numa prática. Nós temos que perder o medo de avaliação. São as avaliações que permitem fazer as correções de rumo.

Sabe aquele mito, "da porta para frente, mando eu", que a gente ouvia na escola? Não cabe mais. Não cabe, até porque a escola derrubou porta, parede, janela, muro e se estendeu. Então, nós precisamos ter isso como questões contínuas, do nosso dia a dia.

Nós temos a questão da implementação dos currículos à luz da BNCC, o que foi interrompido.

A BNCC teve o seu primeiro passo de implementação subsidiando a construção de currículos. Todos os Estados construíram e essa construção foi conjunta com o Municípios também, dos currículos de cada um dos Estados, referenciais curriculares. Agora, nós precisamos fazer a implementação efetiva do currículo que foi construído à luz da BNCC. Se não tivéssemos a BNCC, nós não teríamos hoje um termômetro para medir tudo isso que a Claudia trouxe e que é de uma gravidade grande. Nós temos lá um referencial. É muito interessante quando a gente começa fazer as avaliações e os professores começam a identificar. Eles falam: "Olha, é verdade, isso aqui está lá".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão fundamental diz respeito à valorização da carreira dos profissionais de educação, com carreira e formação. Então, a formação continuada para grande parte dos profissionais – e a fala da Professora Claudia também mostrou e demonstrou isso – é forjada no seu trabalho, no dia a dia. É a Shirley conversando com uma professora mais experiente que ela, é a Shirley recebendo o professor que está chegando e dando a ele dicas e orientações, é a formação oferecida pela secretaria municipal, pelas secretarias estaduais... Então, nós precisamos otimizar esse processo e também precisamos olhar lá para... É uma conquista!

Este ano está um pouco no sufoco aqui e ali para fazer o processo de gestão, mas é uma conquista a questão da aplicação dos 70% conseguidos no último Fundeb para os profissionais do magistério. A gente precisa da educação. Era magistério, mas agora está educação. Então, nós precisamos também definir esse termo. No projeto do sistema, ele traz essa definição, porque, definitivamente, nós estamos falando de tudo isso aqui que já foi dito, do profissional, do profissional que tem o desafio.

Gente, é um absurdo se aceitar uma jornada para o professor de mais de 60 horas de trabalho. Onde existe isso? É desumano, é irracional. Vou economizar adjetivos, mas a pergunta é: como é que a gente consegue preparar a aula? Como é que nós conseguimos refletir sobre a prática profissional com uma jornada dessa? Então, acho que isso é fundamental.

Ao mesmo tempo, nós estamos falando de uma profissão que, embora tenha toda também a "poeticidade", só que poesia também sozinha não paga conta. Ela ameniza a dor, mas ela não paga conta. Esse profissional, com tudo isso que nós estamos falando, recebe dois salários mínimos, pouquinha coisa mais do que isso, e a pouquinha coisa ainda fica na diferença do custo de transporte e não sei o quê, não sei o quê. Então, o nosso piso salarial é um elemento que tem feito a gente perder grandes professores para o mercado de trabalho em outras funções. Hoje, se a pessoa utilizar as suas habilidades de comunicação, aquilo que ela aprende num curso de formação de professores e for vender produtos na mídia digital, financeiramente, ela tem muita chance de receber mais do que como professor.

Então, nós precisamos quebrar esse ponto. Nós precisamos olhar a formação inicial do professor, e – isso não é uma posição da instituição, mas minha, pessoal – eu tenho uma defesa de que a formação de professor seja assumida pelo setor público; que o professor possa ter uma formação integral, de período integral, da integralidade do conteúdo, que ele seja, num período, nas suas discussões do seu curso e, no outro período, que ele esteja em sala de aula, acompanhando, trocando, e que ele receba por isso aí uma bolsa referente a um salário mínimo, que é mais ou menos o que ganham as pessoas que vão fazer formação de professor, trabalham no comércio e trabalham em diversas outras atividades, porque cada vez mais nós já temos, hoje... Os professores têm a menor média de nota de Enem. Isso reflete a necessidade de dar um aparato maior para que esse professor crie um arcabouço teórico, técnico, de encantamentos para encantar os seus alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o desafio de fazer a busca ativa escolar. Não dá para aceitar esse quadro que foi colocado aqui também já exaustivamente.

O Senador Izalci colocou a dificuldade de trazer esse aluno do ensino médio. Sabe, Senador, a gente tem percebido que aquilo que acontecia só lá no ensino médio ao aluno já está se antecipando para os anos finais do fundamental. Os alunos de 6º ano estão sendo impactados por tudo aquilo: pela necessidade do trabalho, pela perda para as questões, às vezes, do mundo do crime, das drogas. Então, o ensino fundamental, nos seus anos finais, já demanda esse olhar muito delicado.

Nós tínhamos, segundo a Unicef, em torno de 1 milhão de alunos fora da escola antes da pandemia e nós temos um número superior a 5 milhões que não deram respostas à pandemia. As razões? Todas aquelas que já foram aqui insistentemente colocadas.

Eu vou disponibilizar esse material. Então, vou saltar uma série de questões, só dizendo que a Undime se manteve muito atuante nesse período da pandemia, fazendo posicionamentos, publicações, orientando secretaria, fazendo pesquisas para trazer e fazer pontualmente algumas questões que foram muito importantes. Levamos isso ao Parlamento, levamos ao MEC, levamos ao Conselho Nacional de Educação. Então, nós participamos ativamente desse processo e é isto que nós precisamos continuar fazendo: construir conjuntamente, porque, quando nós construímos conjuntamente, nós somos parte, e não é uma roupa que não nos serve. Ela pode não ter a cor e o desenho na estampa que me agrada, porque eu abri mão para que a estampa seja a do outro, mas veste todo mundo.

Nós também fizemos a construção de muitos conteúdos da plataforma Conviva Educação e na Busca Ativa Escolar, porque, agora, a grande questão que nós colocamos é exatamente essa do trazer, estando na escola, esse trabalho também de educação emocional. Estão todos muito abalados. Nós precisamos construir isso, reconstruir. É nítido, é o que a gente já sente e já vive na escola.

Nós temos aí, no contexto da educação híbrida, sobretudo a dificuldade, a fragilidade das questões tecnológicas. As questões do 5G vêm como a esperança, mas nós pedimos sempre – o Mauro está sempre ouvindo esse pedido, tem feito o que é possível e a gente espera sempre que seja feito mais ainda –, no sentido da aceleração do Programa de Inovação e Educação Conectada, que todas as escolas tenham essa conexão.

E nós temos que pensar, sim, em ir além e garantir conectividade aos alunos para que o processo de educação híbrida seja um processo real a todos os alunos. Essa desigualdade está mais cruel ainda agora, neste momento, com quem tem e quem não tem conectividade. "Ah, é possível fazer educação híbrida sem internet?" Sim, claro que é. É um trabalho, quer dizer, os alunos realmente se organizam, mas nós não podemos abrir mão, daqui para a frente, da tecnologia e dos recursos que a internet traz para a aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aqui uma série de outras questões colocadas para o gerenciamento da pandemia. Eu acho que isso pode... Eu não quero atrapalhar, eu estou doido para ouvir a Shirley. Então, nós trazemos aqui uma série de outros elementos que precisam ser pontuados, discutidos.

No âmbito da Lei 14.172 e da Medida Provisória 1.060, de 2021, nós temos aí um pedido, juntamente com o Consed, para definir esse processo de cálculo.

Há um pedido de alteração das prioridades, porque não adianta também soltar um recurso tão pequeno, que seja incapaz de ter um impacto para todos os alunos. Então, nós pedimos para que seja feita uma alteração das prioridades, para que possamos ter a condição, com isso, de ter a aquisição de equipamentos portáteis e de conectividade para alunos, sobretudo para alguns segmentos específicos: 5º ano, 9º ano e 3º ano do ensino médio, dentro do público alvo. Esse aí é um volume maior, é uma garantia de conectividade a esses públicos que são de mudança de ciclo.

Há outra coisa muito importante: nós precisamos ter atas de preços, atas de registro de preços de âmbito nacional e/ou estaduais. A gente tem conversado. Já passamos isso ao Mauro, ao FNDE. As atas de registro de preços disciplinam o processo até mesmo de licitações locais e regionais. Isso é urgente, não dá mais para esperar. E há a definição dos prazos do repasse desses recursos pela União.

Nós trazemos aqui uma série de outras informações relativas à conectividade, mas eu vou economizar esse tempo, só mostrando que nós temos muitas diferenças na conectividade. A Região Norte e a Região Nordeste têm um verdadeiro vazio. E, quando a gente fala de ensino básico, de ensino fundamental, ele é maior ainda que o do ensino médio. É um desafio dos Municípios. E, por isso, então, a gente precisa de um olhar muito forte para isso. Está bom?

Então, eu me coloco aqui à disposição, com muita vontade de ouvir a Shirley, que vai trazer uma realidade muito importante para a gente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Luiz. Eu é que agradeço. São muito importantes essas colocações.

Nesta semana, a gente votou a questão do clima, um plano. É igual ao Plano Nacional de Educação, que fica muito na base das intenções. A gente o debateu por tanto tempo, não é? Sei lá! Eu andei por este Brasil todo discutindo esse Plano Nacional de Educação, e a gente vê que muitas metas ainda não foram atingidas. E também fica por isso mesmo. Não há nenhuma consequência prática, não é?

Eu fico pensando aqui... Eu estava falando que política de Estado praticamente não existe no Brasil. Política de governo, tudo bem, só altera quando muda o governo. Agora, você imagina que estamos com o quinto Secretário de Educação, aqui no DF, e com o sexto Secretário de Saúde! Então, já nem é mais política de governo, é política semestral. Entra um, muda tudo, acaba com... É uma loucura!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas estamos atentos a toda essa questão que você levantou aqui sobre o projeto, sobre o sistema nacional, à regulamentação da questão do Fundeb, à interpretação de profissionais da educação, a esta questão da internet, da banda larga. Essas coisas a gente está acompanhando. Eu fico imaginando a hora em que a gente receber o resultado do Saeb 2021. Acho que a gente vai ficar estarrecido. É lógico que já tem que preparar a turma, porque a coisa está muito difícil.

Mas vamos lá! Agora é a ponta, quem está lá na escola, que pode dar um testemunho para a gente de como anda... Eu falo sempre: papel aceita tudo, há planos maravilhosos, muito bacanas, muito bem intencionados, agora, lá na ponta... E olhem que a Shirley é aqui do DF, da Capital da República. Nós não estamos falando aqui do interior do Amazonas ou do Pará.

A Shirley Ana Dutra é pedagoga, especialista em gestão escolar, professora de educação básica na Secretaria de Educação.

Vamos lá, Shirley, todo mundo ansioso para te ouvir.

A SRA. SHIRLEY ANA DUTRA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Você está dentro da escola, Shirley?

A SRA. SHIRLEY ANA DUTRA – Não, não estou dentro da escola, mas eu estou dentro das escolas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, sim, mas digo aqui agora, porque, se estivesse na escola, talvez estivesse com problema de conexão, mas só para...

A SRA. SHIRLEY ANA DUTRA (Para expor.) – Ah, não, isso é verdade.

Eu me sinto muito lisonjeada de estar aqui com vocês, do grande *know-how*, um pessoal a que, quando eu olhei a lista, falei: "Nossa, que honra, que maravilha estar com vocês".

Desde já agradeço ao Professor Luiz Miguel pelas referências feitas. Realmente, se eu for falar aqui tudo, nós ficaríamos aqui o dia todo.

Como o Senador falou, não estou dentro da escola, pois aqui, no DF, se eu estivesse dentro, possivelmente estaria sem internet. Então, nós temos um problema gravíssimo de conectividade aqui no Distrito Federal.

Mas é uma satisfação muito grande estar aqui falando em repensar o fazer pedagógico, porque o fazer pedagógico diz tudo dentro da escola. Nós estamos agora diante de uma realidade em que estamos todos muito ansiosos, com medo, apreensivos e cheios de perguntas. São tantas perguntas sem respostas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, na verdade, todos nós estudamos, todos nós tivemos um preparo acadêmico, mas, dentro desse preparo acadêmico, nós não tivemos nenhuma aula sobre como trabalhar durante ou após uma pandemia. Nós não tivemos esse preparo. Nós estudamos leis, psicologias, metodologias, didáticas, nós estudamos tudo, mas nós não estudamos como nos portar diante de uma pandemia ou de uma pós-pandemia. Isso nós estamos estudando agora, e é na prática, e é na dor, porque tem sido muito dolorido isso, tem sido muito difícil.

Com o retorno dos nossos alunos agora para as escolas, nós precisamos reinventar e descobrir novos caminhos. Como fazer isso? Como nós podemos descobrir isso, que é tão desafiador para nós?

Eu costumo dizer que o professor da rede pública é muito criativo, tem uma habilidade fora do comum e, sim, consegue ressignificar.

Foi dita aqui, na fala de todos, a questão da formação do professor, precisamos trabalhar na formação do professor. Eu trago aqui uma realidade acerca do professor que nós precisamos ainda, que é cuidar do professor, o professor precisa ser cuidado. Assim como o aluno precisa ser cuidado, o professor precisa ser cuidado. Muitas vezes, referem-se ao professor como se ele fosse um robô, como se ele estivesse ali e fosse só uma mão de obra, mas nós passamos por um período em que todas as pessoas tiveram grandes perdas – e foram perdas humanas –, em que as pessoas, o nosso aluno, as famílias dos nossos alunos e os nossos professores tiveram essas perdas e estão todos doentes emocionalmente.

Eu estava aqui agora e meus colegas... Eu fui diretora e gestora escolar por 17 anos, aqui no Distrito Federal. E meus colegas, sabendo que eu estaria aqui, estão me mandando mensagens e falando assim, inclusive: "Shirley, fale aí que nós recebemos atividades dos alunos às 5h da manhã, às vezes um pouco antes". Por que recebem atividades às 5h da manhã? Porque os pais que saem às 6h para trabalhar estão acordando os seus filhos, às vezes, às 4h da manhã para fazer as atividades e, na hora em que terminam, já encaminham para o professor. Então, o professor estava trabalhando e está trabalhando 24 horas por dia. É bacana? Está se reinventando? Está criando? Está superando? Mas isso traz uma carga muito pesada, e é uma carga emocional muito forte que poucos conseguem carregar. Foram mudanças muito abruptas, inesperadas. Então, não é fácil.

E aí a pergunta que nós precisamos fazer: como é que os nossos professores, como é que os nossos alunos estão voltando para as escolas? É esse diagnóstico que vai ser determinante nesse novo fazer pedagógico. Nós temos aí, sim, a situação dos mais vulneráveis e desfavorecidos, e esses alunos vêm trazendo uma carga muito pesada para a escola. Eu vejo os professores planejando, vou a todas as escolas, visito as escolas aqui da minha cidade de Planaltina, vou, chego lá, converso com os professores, com os diretores. E eles estão ali se preparando muitas vezes com aquela ansiedade, com aquela vontade. Fazendo uma analogia, é como se eles estivessem cozinhando o conhecimento, são cozinheiros, estão cozinhando, estão preparando o alimento para aqueles alunos. Mas será que os alunos, esses convidados para esse almoço estão com apetite? Será que eles estão com fome desse alimento mesmo? O que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alunos precisam comer? Qual é o conhecimento? Será que eles vão conseguir, nesse momento, comer? E os professores estão preparando.

Mas nós precisamos pensar de uma forma muito sensível e construir, no ambiente escolar, um ambiente socioemocional. Por quê? Nós precisamos entender, primeiro, como o nosso aluno está retornando, qual é a bagagem dele agora diante de tudo que aconteceu. Nesse momento, a estrutura curricular conteudista não vai ser eficiente se não for feito um diagnóstico para saber de onde retomar, qual é o ponto de partida. É preciso o quê? Ressignificar, ressignificar valores, ressignificar o que o aluno precisa realmente nesse momento.

Eu tenho usado muito o termo de que os nossos alunos, uma boa parte, passaram pelo processo do abandono escolar involuntário. O que é o abandono escolar involuntário? Porque a evasão escolar é quando o aluno deixa de se matricular na escola, o abandono escolar é quando ele está matriculado, mas não estuda, não participa das aulas mais. E o nosso aluno, no período de pandemia, sofreu o abandono escolar involuntário. Não era esse o desejo do estudante, mas a falta de condições, a falta de recursos levou o aluno a isso.

Eu estava olhando ontem a planilha de uma sala de aula com 40 alunos, onde somente 12 conseguiram fazer as tarefas, somente 12 conseguiram fazer a avaliação. Somente 12 alunos de 40, ou seja, 30% conseguiram acompanhar o processo. Nós vemos nisso questões socioeconômicas de desigualdade que estão dentro do ambiente familiar e que comprometeram muito os estudos, a educação, e isso trouxe um déficit enorme.

Os problemas educacionais do nosso País são históricos. São históricos, nós sabemos disso. E, por conta desses problemas históricos, nós temos hoje pais dos nossos alunos que pouco estudaram, então não têm preparo para acompanhar os filhos nas atividades. E eles não têm tempo porque estão trabalhando. Durante esse período de pandemia, eu ouvi tantos relatos dos pais, indignados, enfurecidos com a escola e com os professores porque cobravam demais deles, e eles não conseguiam tempo para ajudar os filhos em casa. Aqueles que tinham condições pagavam alguém para acompanhar, pagavam aquela aula de reforço e iam acompanhando nas atividades; os que não tinham simplesmente desistiram porque não tinham celular, porque não tinham computador, porque não tinham internet. E eles não tinham os pais em casa para ajudar. Nós temos uma realidade de mães solteiras que trabalham longe de casa – aqui em Planaltina a maioria trabalha a 40km de casa – e que, quando chegam, vão fazer ainda a janta para levar a marmita no outro dia e não têm tempo de olhar os filhos, que já ficavam sozinhos o dia inteiro, por quê? Porque eles não estão na escola.

Os serviços essenciais não pararam. E aí nós podemos ver com isso que a escola é, sim, essencial na vida não só do aluno, mas das famílias. A escola é um serviço essencial, o professor é insubstituível, o professor é essencial. E nós precisamos de políticas públicas para cuidar desse professor. Como estão esses professores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As dificuldades enfrentadas foram muitas, todos nós sabemos. As nossas crianças tiveram a alimentação comprometida. Os professores até hoje estão confusos, ansiosos; não têm experiência com o ensino remoto, com o uso das tecnologias. Eles ficaram sem saber como manter um vínculo com os seus alunos. Então, são professores que ficaram num primeiro momento desesperados.

Nós tivemos... Problema com conectividade? Isso aí a gente não tem nem como falar. A rotina social, escolar que o aluno perdeu trouxe uma ausência irreparável na vida dessas crianças.

Então, nós precisamos entender que esse diagnóstico de cada aluno, de cada sala de aula, de cada região, de cada território precisa ser levado em consideração.

Então, por todos esses motivos que eu citei, os alunos acabaram desistindo, abandonando os estudos, e a pergunta é: e agora, por onde recomeçar? Aumentou consideravelmente a desigualdade entre os estudantes. Muito! Nós temos a desigualdade socioeconômica, da zona rural para a zona urbana. São inúmeras, mas, quando nós falamos de educação, nós falamos de pessoas. São pessoas que estão inseridas num contexto de diversidades. Essas diversidades são determinantes. São pessoas que sofrem. O Senador ali perguntou: "Será que essas pessoas não estão vendo que a educação não está acontecendo?". E eu posso falar que essas pessoas até estão vendo, mas elas têm, neste momento, a prioridade de sobrevivência. Elas estão atrás de trazer o alimento para dentro de casa, alimento para os seus filhos, e elas não estão tendo, muitas vezes, tempo para pensar nisso, porque a corrida é muito grande, o desemprego é muito grande. Então, com a educação elas se preocupam, sim, mas, infelizmente, se não tem sido uma prioridade para os Estados, para eles, eles não têm o poder para isso, neste momento eles estão em busca de sobrevivência.

Então, a educação socioemocional, essa sensibilidade é muito importante. É ela que traz a capacidade de reinventar, de ressignificar valores, ações, estratégias, ressignificar pessoas. Eu sempre falo que uma esperança que eu tenho é que, depois de tudo isso, a gente possa renascer numa sociedade melhor, uma sociedade mais humana, uma sociedade que consiga olhar para as pessoas. É necessário otimizar todas as esferas do Governo, direcionar forças para superar todos esses transtornos, todas essas consequências vivenciadas. Nós precisamos, sim, de políticas públicas de investimento que acompanhem e que formem os profissionais de educação. E não é só formar, eles precisam de acompanhamento. Os professores, os profissionais de educação estão com depressão, isso é fato! Eles estão doentes. Toda vez que nós entramos dentro de uma escola nós sabemos, nós vemos que os professores estão adoecidos. Então, mais do que nunca, nós podemos ver o quanto a educação está defasada em todos os sentidos: tecnologicamente, sem recursos, sem humanização. Vimos o quanto o nosso aluno não consegue se manter sozinho fora da escola; o quanto a presença do professor é essencial. Os nossos alunos foram atingidos, sim, por um déficit de aprendizagem, um déficit na alimentação – isso é real, é real –, foram atingidos com a falta do convívio social, com problema de saúde físico, mental e emocional, que contribui ainda mais para as outras crises que nós estamos vivenciando no País – e uma delas é a crise da saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque hoje o professor e o aluno estão adoecidos, e o sistema de saúde não tem como atender. Os professores do Distrito Federal – vou dizer sobre os daqui, que eu conheço – não têm um plano de saúde. Então, eles estão sem acompanhamento. E isso é uma realidade muito triste.

Nós precisamos olhar para a desigualdade social como algo determinante na forma como a pandemia impactou a vida das pessoas. A falta de investimento tecnológico tirou de nossas crianças o direito de estudar. A falta de investimento na tecnologia simplesmente tirou das nossas crianças o direito de estudar; deixou sem oportunidade, em desvantagem enorme de crescimento e desenvolvimento. O nosso sistema educacional se revelou ainda mais precário, excludente e defasado e precisa ser repensado com base na recuperação de valores e de aprendizagem. A simples retomada hoje de onde se parou deixa uma enorme lacuna. Por quê? Nós tivemos um prejuízo talvez irreparável, e esse investimento na educação, esse investimento socioemocional precisa ser ampliado em recursos tecnológicos, em recursos humanos. Precisa haver investimento em pessoas que estão inseridas no processo, porque estão todas comprometidas. É uma nova realidade que precisa ser redefinida. É uma nova realidade que precisa ser olhada com os olhos da sensibilidade. Hoje, mais do que nunca, os compromissos globais com a educação precisam ser mantidos e ampliados – mais do que nunca! É certo que não há uma solução perfeita, principalmente devido à grande desigualdade de que estamos falando, às diferentes realidades dos nossos territórios, e o cenário é crítico, as incertezas estão cada vez mais latentes diante de uma crise sem precedentes, mas nós precisamos preencher essas lacunas. Eu acredito ainda que nós somos capazes.

Ainda são muitas as perguntas sem respostas, mas nós precisamos ir em busca de cada uma dessas respostas. De todos nós é preciso empenho em buscar alternativas e soluções para minimizar esses prejuízos e as perdas dos nossos estudantes. É preciso resgatar, em primeira mão, o convívio e a rotina social de forma segura; ter o acolhimento; evitar os atropelos; é preciso trabalhar as fases desse processo de resgate, para que seja eficaz. Essas fases do processo precisam ter flexibilidade. Temos que tirar o gesso: está tudo muito engessado, as pessoas estão muito preocupadas em cumprir os protocolos, em cumprir aquele currículo conteudista, e, no entanto, os alunos estão hoje precisando de autonomia, de criatividade, de desenvolver as suas habilidades, que hoje são tecnológicas – como o Senador falou, a neta dele hoje ensina para ele. E, no momento em que o nosso aluno teve a oportunidade de mostrar aquilo de que ele era capaz, foi tirada dele essa oportunidade porque não tinha recurso, não tinha investimento. E os nossos alunos não conseguiram aprender não é porque eles não são capazes, não é porque eles não sabem, é porque eles não têm oportunidade. Então, precisamos é do resgate humano, do resgate afetivo. Precisamos reordenar a programação curricular, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Nós precisamos que a escola receba esses alunos que foram impactados de forma diferente e receba com um olhar sensível. Esses alunos abandonaram os estudos. Qual é o ponto de partida? Qual é o ponto de retomada neste momento? Eles não conseguiram ter assistência e nós não podemos ainda saber a dimensão de tudo isso. É preciso, sim, fazer um diagnóstico. É preciso saber como está, em que pé está realmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, esse diagnóstico é primordial. Sem ele, a corrida para a busca de recuperar a perda curricular não terá êxito. A avaliação diagnóstica de cada estudante, de cada sala de aula, de cada território vai possibilitar uma visão global e indicará o ponto de partida, com foco na aprendizagem, na defasagem, vai facilitar a organização do planejamento, com foco na recuperação e na reposição necessária.

A retomada do currículo precisa ser feita de forma gradual e responsável. Não é uma corrida contra o tempo, somente para cumprir protocolos. Trata-se de uma preocupação em retomar a vida de novo, voltar a adquirir conhecimentos em meio ao caos emocional. É um novo contexto. Cada estudante tem a sua história, e ela influencia diretamente esse processo de ensino-aprendizagem. A falta de oportunidade traz um prejuízo enorme.

Eu vou dar um exemplo para vocês: nos meses de outubro e novembro, eu fui convocada a participar do júri popular. Eu já participei de seis julgamentos, agora no mês de novembro tenho mais oito para participar. E, todas as vezes que eu chego lá, o juiz apresenta o réu, e, todas as vezes, o réu, nesses que eu fui, tinha menos de 30 anos de idade, cometendo crimes de roubo, de homicídio, crimes diversos.

O juiz da vara criminal pede para o réu se apresentar, falar sua data de nascimento. O réu fala seu nome e a data de nascimento. Quando o juiz pergunta: "Qual a sua escolaridade?", o réu, todas as vezes – eu observei isso –, pergunta: "Hã?", porque ele não sabe o que é escolaridade. Aí o juiz pergunta: "Você estudou até que série?". Aí ele responde. E todas as vezes estudou pouquíssimo ou quase nada. E o juiz todas as vezes fala a mesma coisa: "Você já pensou em retomar os seus estudos? Antes de começar esse julgamento, o conselho que eu te dou é que você, mesmo que esteja no sistema prisional, retome os seus estudos, porque os estudos vão poder mudar a sua vida".

Então, esse é o conselho que o juiz dá todas as vezes no julgamento. E eu achei tão interessante, tão bonita a forma como o juiz se dirige ao réu, falando de educação de uma forma tão bonita que a gente pode ver que realmente a educação é determinante na vida das pessoas.

Para terminar, eu quero falar do ensino médio. Eu defendo muito a questão do ensino médio profissionalizante, eu sou fruto disso. Eu vim de uma família carente também, de poucas oportunidades, de poucos recursos e eu fiz o ensino médio profissionalizante, eu fiz o magistério. Eu pude fazer o curso Normal, que foi um curso maravilhoso na minha vida, e, assim que eu terminei o ensino médio, eu fiz concurso público e passei. Então, eu tenho hoje 25 anos de Secretaria de Educação.

Quando o jovem hoje termina o ensino médio, como o Senador falou, fica sem perspectivas. Eu conheço muitos jovens, através da igreja, através das escolas que eu visito, e realmente a depressão entre os jovens é muito grande, o suicídio entre os jovens é muito grande. As pessoas muitas vezes apontam e criticam, mas qual é a oportunidade que está sendo dada a esses jovens? O que tem sido oferecido a esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovens? A falta de oportunidade muitas vezes leva a caminhos não muito legais. Vamos pensar nos nossos jovens e nas nossas crianças, vamos trabalhar, porque eu acredito que nós ainda somos capazes e que nós ainda podemos conseguir.

A reflexão é o melhor caminho sempre. O estudo, a educação é sempre o melhor caminho. Não podemos perder a esperança.

Eu falei no início que nós temos medos, mas o medo motiva a ação. Então, quando você tem medo de alguma coisa, você tem uma reação, uma atitude. Então, que possamos usar esse medo para ter atitude, para fazer acontecer, para correr daquilo que nos causa esse desconforto.

Eu agradeço muito esta oportunidade. Fico muito feliz.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigada, Shirley. Foram ótimas as suas colocações. Excelentes!

Eu tenho recebido inclusive muitos elogios da audiência. Vou registrar alguns aqui.

Elinadja Targino do Nascimento, de Alagoas: "Excelente debate!".

Gledys Lutfi, de São Paulo: "A implantação ensino híbrido é a melhor proposta para recuperação devido às proporções territoriais do nosso País".

Rafaela Silva, de Pernambuco: "A defasagem no ensino superior atingirá a qualidade de futuros profissionais da área vigente e a jornada universitária mais desafiadora".

Wandreah Gomes, do Maranhão: "A cada dois meses as escolas deveria ter reunião nas escolas para cobrar dos pais a aprendizagem que está tendo em sala de aula".

Geová Chagas, de Minas Gerais: "São quase dois anos de defasagem no ensino; os meses de novembro e dezembro é uma luz no fim do túnel com a volta às aulas presenciais".

Raquel Prado, do Tocantins: "O sistema educacional terá grandes problemas em redefinir um modo ativo de interatividade".

Bem, em função do tempo – nós já extrapolamos aqui, e eu não quis interromper nenhuma das falas, até porque foram todas elas excepcionais, muito importantes –, eu só vou passar rapidamente para cada um fazer as suas considerações finais. No início, eu disse dez minutos, mas vamos reduzir um pouquinho, só para a gente cumprir o horário, porque ainda há outras atividades aqui. Então, vamos ver se a gente consegue fazer isso em três minutos para cada um fazer as suas considerações finais.

Então, na mesma ordem, eu vou passar para a Claudia, depois para o Mauro, o Luiz e a Shirley.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claudia, obrigado pela tua participação.

A SRA. CLAUDIA MARIA COSTIN (Para expor.) – Imagina! Olha, foi um grande prazer conversar com vocês e poder olhar para esse cenário tão desafiador que nós estamos vivendo.

É importante a gente entender que teremos desafios à frente gigantescos, que se somam não só ao que foi apontado pelo Luiz Miguel e, em especial, pela Shirley, sobre o processo de profissionalização do professor. O que o Mauro nos contou aqui de como o MEC, em especial a Secretaria de Educação Básica vem se estruturando para responder às urgências e também ao processo de reconstrução da educação, para a gente não voltar à 2019... Nós queremos voltar melhores do que em 2019 no processo de transformação da educação.

E também prestemos muita atenção em alguns pontos, Senador Izalci, que o senhor levantou aqui, como a importância da pré-escola, da educação infantil de uma maneira geral. O Heckman dizia que a educação infantil é a época, por excelência, de maior potência em nivelar as diferenças de origem socioeconômica no desempenho escolar futuro. Então, foi muito importante o que discutimos aqui, e saber que, apesar de os desafios serem enormes, nós aprendemos muito na dor, como disse a Shirley, durante esse processo todo. Que esses aprendizados dolorosos sirvam para nos dar energia para reconstruir melhor, para nos reconstruirmos, nós da educação, melhores do que nós éramos, menos desiguais, combinando, como dizia o ODS 4, excelência com equidade, qualidade da educação para todos.

Muito obrigada pela possibilidade de participar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Claudia.

Antes de passar para o Mauro, eu quero ressaltar aqui, até porque fui o Relator do Fundeb, essa questão da educação infantil. Muitas vezes, eu, particularmente, falava muito aqui que a nossa educação a gente começa pelo telhado, porque a responsabilidade do ensino superior ficou com a União, que detém mais recursos; depois, ajudada pelos Estados, o ensino fundamental; e a pré-escola ficou na educação infantil, nos Municípios, que, normalmente, estão todos quebrados, e é onde existe realmente a cobrança. Mas eu vejo que não é só isso, porque aqui, no DF, por exemplo, nós somos Estado e Município, e é da mesma forma.

Então, o que a gente precisa, de fato, no Ministério da Educação, é buscar uma forma de utilização melhor desses recursos do Fundeb, para que a gente possa ter realmente um investimento maciço não só em obra, porque a questão de obra é muito fácil. Construir uma escola, construir uma creche é muito fácil. O impedimento que normalmente leva os Prefeitos a não darem andamento é o custeio depois, porque o custeio de uma creche é praticamente 30%, 40% da construção. Então, você constrói uma creche hoje... Apesar de o Governo ainda estar na faixa de 1.900 a 3.800, hoje você não constrói uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creche com menos de 4 milhões. E manter esse custeio exige dos Prefeitos e dos Governadores – no caso especial das creches, os Prefeitos – uma prioridade. Governar é eleger prioridades, então você tem que colocar a educação, a pré-escola e a educação infantil, a primeira infância, como prioridade, porque é ela que faz a base de todo o resto. Por isso é que está aí: 74% das crianças com 8 anos não estão alfabetizadas, e aí, lógico, carregam essa defasagem, essas dificuldades pelo resto da vida.

Então, Mauro, passo para o senhor também fazer as suas considerações finais; depois, o Luiz Miguel e a Shirley.

O SR. MAURO LUIZ RABELO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Queria mesmo agradecer a oportunidade de estar aqui nesta manhã – aqui em Brasília, uma manhã chuvosa, está boa a manhã chuvosa – e participar desta conversa bastante produtiva, relevante, importante.

Acho que estes momentos são momentos de aprendizado para nós todos. Acho que a pandemia, como a própria Professora Claudia Costin falou, deixou legados. Entre os bons legados, ela mostrou que atuar no previsível já ficou para trás. A gente, de fato, precisou lidar com o desconhecido e tomar decisões muito rápidas, o que aconteceu no âmbito da saúde e aconteceu no âmbito da educação.

Então, acho que esse aprendizado, esse movimento de transformação, esse rompimento com a inércia... Porque nós vivenciamos, dentro da educação, o debate do uso da tecnologia para fazer isto que nós estamos fazendo aqui hoje: romper com a questão do espaço. Havia muitas resistências – não quer dizer que todas foram resolvidas – no meio acadêmico, e eu posso dizer isso inclusive sobre o meio em que atuo, que é o meio universitário. Isso, de algum modo, mudou. Eu participo de vários fóruns com colegas, e alguns disseram "eu estou completamente adaptado a essa nova metodologia", ou seja, daqui para frente, é possível, de fato, potencializarmos ao máximo o uso das atividades remotas, vamos dizer assim, para acelerar, para ajudar, para trazer luzes para os professores e outras formas de ensinar, e até de favorecer o aprendizado de estudantes nas diversas etapas. Não vai resolver tudo, mas eu acho que vai ajudar, vai colaborar. Nós já vivenciamos isso quando o computador chegou, alguém achou que o computador ia ser a revolução e a escola ia mudar completamente a partir do uso do computador. E não é isso. De fato, a vida fica mais fácil, e algumas coisas realmente são muito mais rápidas de serem resolvidas.

Ontem houve uma audiência na... Está havendo um evento do V Fórum do TCU, e tive a oportunidade de participar de uma mesa exatamente falando das tecnologias. E eu trouxe o exemplo. O Izalci conhece o nosso querido chefe de gabinete, o Barone, o Ataíde, um grande amigo. E ele falou: "Olha, a primeira profissão que eu tive anotada na minha carteira de trabalho foi entregador de telegrama". Ele era o WhatsApp daquela época. Estava na agência dos Correios, o telegrama chegava, ele pegava a bicicleta, cuidava de uma certa região ali em São Paulo, e ia entregar o telegrama. Então, ele era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o WhatsApp daquela época, quer dizer, quando você pensa nisso aí há 40 anos e hoje o que a gente tem de evolução...

Então, acho que a criatividade instantânea emergiu nesse período, e a gente tem que, com isso, colocar isso na sua potencialidade agora no âmbito das nossas escolas. Às vezes, a gente acha que o ensino híbrido é o momento remoto separado do momento presencial, mas ele pode acontecer dentro do espaço da sala de aula presencial. Ali estão acontecendo atividades remotas, atividades compartilhadas no próprio grupo que está reunido presencialmente ou eventualmente com alguém que está acompanhando de fora, e isso sendo coordenado pelo professor. Eu acho que vai ser agora o grande aprendizado dos nossos professores, quer dizer, quais são os papéis que os professores deverão exercer daqui para a frente. Eu acho que isso que é legal, uma reflexão.

Acho que a Claudia trouxe vários pontos. E não é só o professor que muda; é o aluno que muda. O aluno vivenciou essa questão da aprendizagem invertida. Antes ele estava ali naquele grupo, dentro da sala de aula, aprendendo uns com os outros, o professor tentando identificar um outro... E agora ele estava na sua casa, no seu espaço, no seu computador, tentando de algum modo interagir com o grupo e a aprendizagem ali, ele exercendo a sua autonomia, aprendendo a ser autônomo, que é uma competência extremamente relevante, que a gente quer que os nossos jovens desenvolvam, em que as pessoas às vezes têm muita dificuldade.

Então, assim, é um debate muito, muito, muito rico. Eu acho que há muita coisa para a gente conversar, há muito o que fazer. Eu acho que é isso que nos move na educação. Eu sempre digo que educação está no sangue: eu sou professor há mais de 40 anos. A gente está nesse processo de aprendizado contínuo e é isso que a gente vai levar, tentar aqui fazer com que o que a gente desenvolver de bom favoreça a aprendizagem dos nossos estudantes, que é o objetivo central da escola, é o objetivo central da educação. O restante contribui, mas esse é o foco.

Muito obrigado. Obrigado pela manhã tão gostosa, que foi participar com vocês do debate.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Mauro.

Eu só quero aproveitar a sua fala, primeiro, para que a gente possa aproximar, talvez, as universidades, os institutos federais – em especial, as universidades, que detêm o conhecimento – um pouco mais do mundo real, porque hoje o conhecimento está muito dentro das universidades, e a sociedade está precisando realmente do apoio, da orientação, da experiência que a gente tem nas universidades. Acho que, cada universidade – a gente tem o programa do CDR, que é o Centro de Desenvolvimento Regional – deve tomar conta da sua região, do seu Município, colocando o seu conhecimento científico a serviço do Município, da população. A gente tem que ter mais isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação à educação, basta ver todo o passado. As tecnologias e as inovações... A educação é uma das últimas a ter realmente, a usar as novas tecnologias. A gente precisava inverter isso. Acho que essas coisas têm que começar nas escolas, nas universidades. Realmente, a escola tem ficado muito por último com relação à inovação, mas é só uma reflexão.

Vou para passar para o Luiz Miguel.

O SR. MAURO LUIZ RABELO – Senador... Senador...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Oi, Mauro.

O SR. MAURO LUIZ RABELO – O senhor me permite falar algo importante?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Lógico.

O SR. MAURO LUIZ RABELO – Só queria dizer, e na minha fala isso eu não trouxe, que nós estamos com ações conjuntas – setor produtivo, universidade, institutos federais – no âmbito do ensino médio. Um programa de que eu falei muito rapidamente, que são os itinerários formativos, tem exatamente uma dimensão que é esta de ajudar o estudante no desenvolvimento do seu projeto de vida. Então, está lá esta articulação: setor produtivo, institutos federais, universidades e educação básica.

No âmbito do Brasil na Escola, que tem o eixo da inovação, nós também estamos fazendo uma ação conjunta com a Secretaria de Educação Superior e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Então, a série que está interagindo com o ensino superior também. Estou trazendo um pouco da experiência desenvolvida ao longo dos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Na educação profissional, isso é fundamental. Agora, eu não tenho nenhuma dúvida de que as universidades podem ajudar a resolver os problemas das regiões. Nós temos diversos problemas nas cidades e há o conhecimento lá na universidade, mas é preciso extrapolar o muro da universidade. É só uma reflexão para que a gente possa buscar, fazer com que a escola tenha mais... Porque eu não tenho nenhuma dúvida de que a única forma, o único instrumento de transformação, de oportunidade – de igualdade e oportunidade, porque não é só oportunidade; tem que ter igualdade, equidade –, é a educação, não há outra forma.

Passo, então, para o Luiz Miguel também fazer as suas considerações finais, agradecendo já a participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Foi uma satisfação aprender com vocês nesse momento, com a Claudia, com o Mauro, com a Shirley, com o Senador Izalci.

Há uma questão importante, Senador Izalci: a Undime hoje já participa da cátedra da Universidade de São Paulo, do Instituto de Estudos Avançados. Participamos agora com o Observatório de Educação da UNB, estamos estabelecendo conversas e nós criaremos um grupo de trabalho acadêmico da Undime que terá como objetivo que, em cada um dos Estados, haja um ponto focal para diálogo com as universidades, as públicas e as privadas, e que, aos poucos, nós possamos também implementar isso no dia a dia, na rotina escolar.

É claro que quero aqui fazer uma exaltação à Cátedra de Educação Básica do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo pela postura, por aquela postura, por aquele jeito de fazer, que é o fazer junto, porque, quando a universidade chega de forma prescritiva, ela pode ali cometer um grande pecado, porque ela pode falar de um aluno que não é o aluno real naquele momento, neste instante.

Como o senhor falou, em quatro anos, a sua neta nasceu, e o conhecimento se transformou e transformou esse ser.

Então, nós precisamos fazer esse diálogo colaborativo, todo mundo aprendendo com todo mundo, como fizemos aqui pela manhã. A Undime também estará muito atenta a esse processo. Contamos com a ajuda de todos vocês. Com certeza, a Claudia é uma grande entusiasta disso e vai nos ajudar nesse processo.

Quero dizer que, com relação à educação infantil... Eu fico muito feliz em ter, nas palavras finais de vocês, esse foco, esse olhar para a educação infantil. Digo que é um grande privilégio, um grande compromisso dos Municípios fazerem essa entrada. É um cartão de visitas. Se a educação infantil não significa a expansão de horizontes e de possibilidades para o aluno, ali nós o perdemos para sempre. Há muitas questões muito equivocadas no processo, inclusive entre nós professores, sobre como é o ensinar na educação infantil. Nós temos uma Base Nacional Comum Curricular muito rica e muito poderosa nesse sentido, porque, sobretudo, nós precisamos aprender a aprender. Muito mais do que, antes da hora, aprender a ler, contar e fazer números, nós precisamos pensar, raciocinar, construir mundos, não é? Nós precisamos de literatura para enriquecer, para trazer a criatividade. Então, a educação infantil, não tenho dúvida, é um grande investimento, é a moedinha que você põe aqui e que vai gerar resultados em toda a vida escolar, que vai durar nove, dez, onze anos até a universidade.

Por fim, eu tenho pedido muito para o Mauro, e o Mauro tem sido um grande porta-voz nosso. Eu acho, Mauro, que, olhando toda a apresentação... Eu até lhe mandei uma mensagem pedindo também essa apresentação, assim como pedi a da Claudia. Depois, eu quero, Shirley, os seus apontamentos centrais também. Se puder me mandá-los, eu vou colocar aqui no *e-mail*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, vendo tudo isso, Mauro, eu acho que está na hora de a gente fazer o programa, aquele programa em que a gente vai juntar esses elementos. Nós vamos incentivar os Municípios a oferecerem atividades no contraturno, atividades complementares. Isso é barato, isso é muito bom. Eu digo que é barato, e essa deveria ser a última coisa a dizer, mas a gente sempre conta... Quando nós fazemos um programa em que permitimos, de alguma forma, obter recursos para termos monitores acompanhados de professores em um ano como esse que teremos pela frente, nós estamos fortalecendo toda a cadeia. Esse monitor... Quando nós trazemos alunos que estão terminando seus cursos, eles vão, de fato, entender como é vivenciar a prática, serão grandes professores mais na frente.

Enfim, Mauro, o pedido que fica, Senador Izalci, também ao Parlamento é que a gente consiga construir para o próximo ano um programa que incentive os Municípios a oferecerem atividades no contraturno, a oferecerem o tempo integral, que não seja um período.

Claudia, a minha utopia é o que você já viu em vários países do mundo: que a gente não tenha mais aquela história do período da manhã, da tarde e da noite, que a gente não tenha filas esperando para matricular no período da manhã, mas que a gente tenha um ciclo único. Então, essa é a minha utopia e eu tenho certeza de que ela vai se realizar como tantas outras utopias que a gente viu se realizar em nossas vidas ainda.

Muito obrigado, Senador, pelo convite e pela oportunidade de estar com todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Luiz.

Eu quero aproveitar a sua fala também para fazer mais quatro ponderações rápidas.

Primeiro, eu visito muito aqui, trabalho muito com os conselhos tutelares, e 80% das demandas dos conselhos tutelares são creches. Agora, talvez, nem tanto porque nesse período de pandemia houve muita violência doméstica, então, também há muitas ocorrências nesse aspecto, mas a demanda de pedidos é de creches, de que realmente se precisa. Nós temos hoje quase 3 mil creches e escolas cujas obras foram iniciadas e estão paralisadas, obras paralisadas, quase 3 mil obras no Brasil. É um negócio assim absurdo!

Registrando: eu falei da minha neta de quatro anos, mas eu tenho também um neto de dois, que não está me ensinando ainda, mas que também está bastante esperto na tecnologia, na fala, muito bacana, dois aninhos. Então, para você ver a importância da educação infantil, da primeira infância.

Você falou agora com relação à educação integral, que também vejo como a única solução para melhorar a qualidade da educação, vai ser necessária educação em tempo integral e educação integral. Eu tive essa experiência aqui no DF, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, quando lá atrás, em 2007, quando fui Secretário, nós iniciamos aqui, na Secretária de Educação, a implantação – depois acabou, mudou o Governo, acabou com tudo – gradativa de escolas em tempo integral. E, evidente, que o Alceni

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guerra, que veio para cá para ajudar, acho que era a Helena que estava aqui ainda, me disse o seguinte: "Izalci, a gente precisa arrumar uma solução para as atividades do contraturno. Como é que nós podemos fazer isso tendo em vista que não temos condições de orçamento para contratar os professores?".

Eu lancei aqui e acabaram depois, é quase um crime o que fizeram, a chamada bolsa universitária. A gente dava bolsa integral para os alunos que estavam no quinto semestre, terminando o curso, para que eles dessem, no contraturno, 20 horas semanais de atividades na escola pública, dando reforço escolar; quem fazia educação física fazia atividade esportiva; quem fazia, na Faculdade Dulcina, teatro, fazia teatro nas escolas, compatibilizando o curso que eles estavam fazendo, que é fundamental, porque a meninada sai hoje da universidade sem nenhuma prática... Então, eles davam esse contraturno, que é bom para a escola pública, porque você recupera, faz um monte de coisa, além das atividades do contraturno e, ao mesmo tempo, dá a possibilidade de pagar a bolsa para o aluno.

É o que eu falo sempre aqui, nós temos aí o Prouni. Iniciamos em 1998, com o cheque-educação, mas o Prouni tem que ser direcionado, não adianta ficar dando Prouni e Fies para curso de administração para o jovem se formar e ficar desempregado. Então, nós temos que direcionar isso. Mas essa questão dos alunos já na fase de formação, quinto semestre, sexto semestre, para que tenham a prática daquilo que eles estão concluindo, é fundamental, e apenas em troca de uma bolsa, o que é muito barato. Lógico, eu até iria aperfeiçoar dando uma ajuda de custo também.

Inclusive, para você ter uma ideia, aqueles que não podiam dar 20 horas semanais no contraturno, porque às vezes trabalhavam, ganhavam pouco, mas trabalhavam, a gente dava uma bolsa de 70% e eles davam uma contrapartida no final de semana, sábado e domingo, na Defensoria Pública, nos conselhos tutelares e em lugares em que ele pudesse também ter uma experiência naquilo em que ele estava se formando, principalmente Direito, por exemplo, Arquitetura etc. Mas é só para ficar essa reflexão, porque são experiências que já aconteceram e que, lamentavelmente, por serem programa de governo, mudando o governo, eles acabam com essas coisas.

Então, obrigado, Luiz Miguel, pela sua participação.

Passo já também para as considerações, ao mesmo tempo agradecendo e parabenizando, à nossa querida Shirley.

A SRA. SHIRLEY ANA DUTRA (Para expor.) – Eu quero agradecer o convite para participar e parabenizar o Senador por todas as ações em favor da educação, pelo olhar sensível às diversidades.

Eu tenho uma tristeza imensa, porque sabemos que a educação aqui no Distrito Federal é muito carente de investimento. Aproveitando até a presença dele, o Senador Izalci destinou um recurso altíssimo – eu não lembro agora, Senador, o valor total; não sei se o senhor lembra aí neste momento – para a educação aqui no DF. Esse valor não foi executado pelo Governador local por questões talvez políticas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi uma perda enorme para as escolas do Distrito Federal. Então, todos os professores e diretores têm chorado muito por isso que nós perdemos para as nossas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foram 35 milhões, Shirley, para 218 escolas, exatamente para reforma, cobertura de quadra... Infelizmente existe isso, não é? Agora, precisamos melhorar... Não dá tempo de discutir essa matéria, mas a gente precisa valorizar os diretores de escola. O diretor de escola é fundamental para qualquer escola e normalmente não tem o reconhecimento econômico, paga do próprio bolso para ver a escola funcionando. Esse talvez seja um tema para discutir numa outra audiência para falar sobre diretor de escola. Mas foram 35 milhões, Shirley.

A SRA. SHIRLEY ANA DUTRA – Diretores de escola hoje têm deixado as suas funções dentro da escola para estar com o pires na mão, de gabinete em gabinete, atrás de recursos para gerir. E isso também tem trazido alguns transtornos para dentro das escolas. Perder 35 milhões nos dias de hoje para as escolas é... Não há nem palavras. Mas, em todo caso, fica o meu agradecimento ao Senador.

Quero também parabenizar cada professor deste Brasil que conseguiu se reinventar, que conseguiu fazer a diferença, que conseguiu construir um novo modelo de educação para atender os seus alunos. Em diversos momentos durante essa pandemia, eu me emocionei ao olhar as aulas virtuais desses professores. Eu fui, por 11 anos, diretora de um jardim de infância. Então, quando eu vi os professores de jardim de infância ali, com aquelas aulas, se tornando os youtubers da vida e fazendo as aulinhas todas bonitinhas, fantasiados – professores que não gostavam nem de fazer um vídeo fazendo aqueles vídeos belíssimos para os seus alunos –, é de se emocionar.

Então, ficam os meus parabéns a todos os professores, a todos os diretores que conseguiram também conduzir os trabalhos e a todos nós que, de certa forma, estamos contribuindo para uma educação de qualidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Shirley.

Obrigado a todos. Eu agradeço a participação não só dos convidados, mas também dos internautas, das pessoas que estão assistindo pela TV Senado e Rádio Senado.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada, agradecendo a todos a participação, a nossa reunião.

Obrigado. Um abraço!

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Angelo Coronel, Eduardo Girão, Marcelo Castro, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Mecias de Jesus e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Eduardo Braga e Maria Eliza. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Rogério Carvalho, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Plínio Valério e Zequinha Marinho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta. **Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária (LOA/2022)**. Finalidade: Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 19/2021 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022. RELATOR: Senador Izalci Lucas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às quatro emendas seguintes de apropriação e uma de texto: Emenda 011 CSF - Apropriação - Sen. Zequinha Marinho, Ação: 8593 – Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável, Valor: R$ 100.000.000; Emenda 019 CSF - Apropriação - Sen. Izalci Lucas - Apoio a Projetos de Tecnologias, Ação 20UQ - Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil, Valor: 200.000.000; Emenda 021 CSF - Apropriação - Sen. Izalci Lucas - Implementação de Projetos de Cidades Conectadas, por Organização Social, Ação: 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, Valor: R$: 440.000.000; Emenda 022 CSF - Apropriação - Sen. Izalci Lucas - Implantação e Desenvolvimento de Centros de Desenvolvimento Regionais, Ação 15UK – Implementação de Projetos de Cidades Conectadas por Organização Social, Valor: R$ 100.000.000. Aprovada a seguinte emenda de texto: Emenda 016 CSF – Aditiva – Sen. Wellington Fagundes, Ementa: Inclua-se no anexo V do PLOA 2022, Referência: Anexo V, Cap I, Seção 5, Subseção 1, Alínea 2, Item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados, ainda, os seguintes requerimentos: Requerimento 15/2021 – CSF: Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a implementação de solução tecnológica para cobrança automática de impostos; Requerimento 16/2021 – CSF: Requer a realização de Audiência Pública para debater as recentes exonerações no INEP; Requerimento 17/2021 – CSF: Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater políticas e inovação em segurança pública; Requerimento 18/2021 – CSF: Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o Empreendedorismo Digital e as oportunidades oferecidas para a juventude em tempos de transformações na economia e na gestão pública no país; Requerimento 19/2021 – CSF: Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a condição atual e os estímulos necessários para o desenvolvimento do Voluntariado no país; Requerimento 20/2021 – CSF: Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/11

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de novembro de 2021.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª, 15ª e 16ª reuniões realizadas em 8/10, 22/10 e 5/11 de 2021.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, que trata da lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2022.

Foram apresentadas 22 emendas a esta Comissão, sendo 21 emendas de apropriação e uma emenda de texto ao projeto da lei orçamentária anual.

Cada Comissão Permanente pode apresentar à Comissão Mista de Planos, Orçamentários Públicos e Fiscalização até quatro emendas de apropriação, quatro emendas de remanejamento e não há limites para proposição de emendas de texto.

Parecer da Comissão sobre as indicações de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022, o Projeto de Lei nº 19/2021-CN (Mensagem nº 421/2021, na origem).

Vou direto à análise.

Inicialmente, cumpre destacar que, das emendas apresentadas, entendemos que devam ser inadmitidas a de nº 02, por contrariar o disposto no art. 2º da Lei nº 14.161/2021, e as de nºs 015 e 017, por contrariarem o inciso II do art. 44 da Resolução nº 1/2006-CN. As emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

001 e 004 foram consideradas como sendo apresentadas na modalidade de aplicação 90, para sanar vício que as tornaria inadmissíveis.

Observa-se que foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão Senado do Futuro. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se, no plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, o critério de escolha consistiu em selecionar programações orçamentárias alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão. Dessa forma, tendo em vista tais diretrizes, entendemos devam ser apresentadas por esta Comissão Senado do Futuro as emendas a seguir relacionadas:

– Emenda nº 11, Senador Zequinha Marinho, ação 8593 – "Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável", R$100 milhões, inclusive, motivo de uma audiência pública sobre essa questão da agropecuária sustentável;

– Emenda nº 19, Senador Izalci Lucas, ação 20UQ – "Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil", também motivo de várias audiências aqui nesta Comissão, R$200 milhões;

– Emenda nº 21, Senador Izalci Lucas, ação 00SX – "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", R$440 milhões;

– Emenda nº 22, também desta Presidência, Senador Izalci, ação 15UK – "Implementação de Projetos de Cidades Conectadas, por Organização Social" (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), R$100 milhões.

Todas elas compatíveis com as audiências pública que fizemos durante todo esse período aqui na Comissão Senado do Futuro.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2021, por esta Comissão Senado do Futuro, das Emendas de nºs 011, 019, 021 e 022, bem como da Emenda de texto de nº 016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Brasília, Sala da Comissão, 11 de novembro de 2021.

Junto ao voto há o anexo com todas as sugestões apresentadas e a emenda de texto.

O relatório está em discussão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às emendas desta Comissão Senado Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021.

As emendas aprovadas nesta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vou colocar em votação extrapauta os seguintes requerimentos:

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 15, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública com o objetivo de debater a implementação de solução tecnológica para cobrança automática de impostos.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA).

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 16, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as recentes exonerações ocorridas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 17, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Políticas e Inovação em Segurança Pública.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 18, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Empreendedorismo Digital e as oportunidades oferecidas para a juventude em tempos de transformações na economia e na gestão pública no País.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 19, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a condição atual e os estímulos necessários para o desenvolvimento do Voluntariado no País.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO N° 20, DE 2021

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

Aqueles que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A via original será entregue à Comissão Mista de Orçamento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e nove minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença do Senador Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Para debater a organização e a consolidação de uma política pública de Estado para a Agricultura Irrigada no Brasil. **Participantes:** Sr. Paulo Afonso Romano, Diretor de Infraestrutura Geocientífica - Serviço Geológico do Brasil CPRM; Sr. Paulo Estevão Cruvinel, Pesquisador do Centro de Instrumentação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa em São Carlos - SP; Sr. Francisco Soares de Lima Junior, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano – DDRU da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano - SMDRU do Ministério do Desenvolvimento Regional; e Sr. Pedro Cavalcante, Especialista em Competitividade e Sustentabilidade para o Desenvolvimento Regional do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA no Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/12

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de novembro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "A organização e a consolidação de uma política pública de Estado para a agricultura irrigada no Brasil".

Foram convidados a participar desta audiência Paulo Afonso Romano, que é Diretor de Infraestrutura Geocientífica do Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Paulo Estevão Cruvinel, pesquisador do Centro de Instrumentação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em São Carlos, São Paulo; Francisco Soares de Lima Junior, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano (DDRU) da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU) do Ministério do Desenvolvimento Regional; e Pedro Cavalcante, especialista em competitividade e sustentabilidade para o desenvolvimento regional do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil.

Bem, primeiro, eu quero agradecer a todos os convidados e dizer da minha alegria de estar participando desta audiência de um tema tão importante. Nós precisamos estar sempre debatendo políticas públicas de Estado, coisas que lamentavelmente perdemos já há algum tempo. A gente só tem política pública de governo. Os governos passam e mudam toda a política. Então, esta Comissão Senado do Futuro tem também este objetivo: buscar uma consolidação de políticas públicas de Estado em todas as áreas e evidentemente não poderíamos deixar a agricultura fora disso.

Quero aproveitar aqui para cumprimentar meu grande amigo Paulo Afonso Romano, já que há muitos anos não o via, mas que fez um belo trabalho também nessa área; o nosso querido Alysson Paolinelli, que esteve conosco há pouco numa audiência aqui também, junto com o Maurício, que é ex-Presidente da Embrapa; também o Paulo Cruvinel, que é o nosso representante da Embrapa. Nós que defendemos aqui o dia a dia da Embrapa, as pessoas, parece que o agronegócio se esqueceu de que só existe em função da Embrapa, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você fala em orçamento aqui, rapaz, nós estamos aqui todo dia, com o pires na mão, para recompor esse bendito orçamento da Embrapa. Então, parabéns aí, Cruvinel, por toda a equipe da Embrapa, que para nós é um motivo de muita alegria e orgulho – a nossa querida Embrapa!

Nós estamos construindo, então, políticas públicas de Estado, discutindo para que a gente possa criar essa cultura nos governantes. E eu sempre defendi aqui que nós poderíamos ter um piloto de tudo isso aqui no Distrito Federal, que é a Capital de todos os brasileiros, e é Estado e apenas um Município. Não precisaríamos debater, como em Minas Gerais, com 850 Prefeitos para discutir uma política de Estado aqui. Então, a gente poderia colocar aqui um piloto que seria fácil depois de estender, colocar isso em todos os Municípios.

Mas há essa crise hídrica que a gente observa, essa questão de desmatamento, essa discussão do agro. Então, é muito importante a gente falar um pouquinho, aqui, sobre a questão da agricultura irrigada no Brasil. O Professor Maurício e o também Professor e ex-Ministro Alysson Paolinelli falaram muito bem para nós, aqui, da agricultura do futuro. Então, foi muito interessante e acho que passa pela agricultura irrigada aqui.

Eu vou passar para os nossos convidados. Na prática, essa reunião será interativa, é transmitida ao vivo e aberta também à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania da internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou também pelo telefone 0800-612211, 0800-612211!

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais.

E já passo imediatamente ao meu querido amigo Paulo Afonso Romano, que é Diretor de Infraestrutura, mas, antes, eu só quero aqui dizer que o nosso querido Paulo Afonso Romano é Diretor de Infraestrutura Geocientífica do SGB-CPRM; graduado em Engenharia Agronômica da Universidade Federal de Viçosa; foi Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais; Assessor do Diretor-Presidente do SGB-CPRM; Secretário Adjunto da Agricultura do Estado de Minas Gerais; Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas (Epamig); Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Presidente da Campo (Companhia de Promoção Agrícola); Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Analista do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. E em sua atuação se destacou na implantação da Embrapa e respectivo centro de pesquisas; coordenação da formulação e implantação do Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados); formulação e negociação do Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados); e condução do PNCS (Programa Nacional de Conservação dos Solos). Atua também como membro do conselho técnico do Instituto Fórum do Futuro, entidade sem fins lucrativos. Poderíamos passar a manhã toda aqui falando do currículo do Paulo Afonso; fizemos um resumo.

E passo, então, imediatamente a palavra ao Paulo Afonso Romano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO AFONSO ROMANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador.

Sobretudo, agradeço pelas referências.

Eu também tenho a grata satisfação de dizer que me vem à memória, desde o início da sua carreira profissional, sua condição de consultor para o Ministério da Agricultura, na época em que Paolinelli foi Ministro. Então, há um bom tempo, nos conhecemos.

Eu o cumprimento por sua desenvoltura, principalmente, na área de ciência e tecnologia e inovação, que, para mim, é a grande âncora para a saída do Brasil de crises que já se conhecem e crises que ainda virão.

Mas, voltando ao tema aqui, eu quero dizer o seguinte: em 20 minutos, nós vamos fazer o possível para deixar uma contribuição, mas fico, desde já, à sua disposição, Senador, porque a Comissão Senado do Futuro é algo diferenciado de todas as Comissões que existem no Congresso, que são geralmente temáticas. Portanto, o delineamento de futuro é algo diferenciado e fundamental.

Estou às suas ordens e, como Diretor do Serviço Geológico do Brasil, eu coloco à disposição também aquilo que a instituição possa lhe dar de retaguarda.

Sobre o tema específico, na justificação desse convite, fica muito clara a observância da obra recentemente editada e lançada que se chama *Diferentes Abordagens sobre Agricultura Irrigada no Brasil*, que é um livro grande, denso, de alta qualidade e muito recente – isso é importante. Eu tive o prazer de participar de um dos capítulos, mas ali também há uma contribuição essencial de que eu me vali – e, na minha rápida apresentação, aparecerá – do Professor Durval Dourado, Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, que é ligada à USP e é uma das melhores do Brasil para fazer referência de outras que nós conhecemos, como a de Viçosa, a de Lavras, que são federais.

Bom, no segundo momento, ainda como apresentação, eu devo acrescentar o seguinte: o Serviço Geológico do Brasil tem como missão gerar e disseminar conhecimentos geocientíficos. E, no caso, ele tem uma agenda fortíssima e pode contribuir com informações muito valiosas sobre água. Nós temos a responsabilidade, desde antes da Agência Nacional de Águas, a ANA, de fazer o monitoramento de águas no País. Então, são duas redes: uma rede de monitoramento de águas superficiais, chamada Siagas, e uma rede de monitoramento de águas subterrâneas, a Rimas. Isso é muito importante, porque nós temos uma alta capacidade tecnológica na área de infraestrutura de informação. E, com isso, as informações disponíveis são acessadas de maneira amigável e são milhões de possibilidades.

Vou citar apenas uma coisa nova que a agência nacional, que uma pesquisadora da agência, do nosso serviço geológico realiza, que são estudos sobre umidade da água no solo, porque nós temos que considerar a água no seu no seu ciclo todo. Vamos falar de irrigação? Não devemos falar só da água disponível. Essa cultura brasileira de cuidar só da água superficial, em alguns momentos ela é danosa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós temos que considerar a integralidade dos movimentos da água no ciclo hidrológico, que é muito mais complexo do que a gente percebe aí.

Bom, isso é apenas para dizer que temos condições de continuar colaborando com esse magnífico trabalho seu, Senador, e da Comissão. Eu agradeço, então, a possibilidade – são outros Senadores que nos ouvem e as pessoas que estiveram aí – para que a gente possa depois ter a parte interativa.

No segundo momento, como introdução da questão da agricultura no Brasil, isso me facilita na medida em que o Professor e ex-Ministro Paolinelli esteve recentemente, mas vou resumir uma coisa que acho muito importante.

Falando do marco histórico do Brasil e lembrando apenas de que, até 1960, o Brasil produzia alimentos nas regiões do que nós chamamos terra de cultura, desmatando; foi sobretudo com o desmatamento da Mata Atlântica que nós trabalhamos a agricultura até os anos 60. O objetivo era produzir. O Brasil era um país ainda mais rural, a população ainda era majoritariamente rural.

A partir dos anos 60 e com crises de abastecimento, crise mundial, crise do petróleo e sobretudo no começo da década de 70 – e o marco da presença do Paolinelli no ministério foi muito importante –, os cerrados foram incorporados. E aí já não era só produzir: era produzir e elevar a produtividade. E uma coisa muito importante é que a natureza nos impôs, na Mata Atlântica, terra de cultura, terra rica; no Cerrado, terra pobre, tanto é que se chamava na época de "recuperação dos cerrados" – era um termo utilizado. Pois bem, precisava-se de uma dotação tecnológica e para quê? Para ajudar a natureza, para recuperar a condição do Cerrado, não é? E com isso a agricultura do Cerrado, para ser viável, nasceu moderna.

É a contribuição que eu posso dar aí, Senador, porque, efetivamente, eu tenho como obrigação, como um agente público que fui a vida inteira, de aquilo que eu tenho de experiência e de memória colocar à disposição. E essa intimidade que eu tive com esse período todo me faz dizer o seguinte: a agricultura do Cerrado veio, inclusive, numa perspectiva... Isto é fundamental, isto são traços estratégicos de política que nem são bem anotados: foi a barreira que nós tivemos para o desmatamento da Amazônia, que, no governo militar, sobretudo exatamente ali nos anos 1970, 1971, a ideia era levar, era povoar a Amazônia naquela perspectiva de integrar para não entregar. E era uma coisa meio maluca, porque aonde íamos chegar? Os Cerrados foram, nessa perspectiva, consciente, estratégica e politicamente tratados.

Pois bem, mas, hoje, o País é urbano com 90% da população, mais ou menos, na zona urbana, o mundo inteiro precisando de alimentos, a questão de segurança alimentar veio à tona – nós vemos aí os relatórios da ONU através da FAO –, e o que se impõe agora é a intensificação da agricultura com sustentabilidade. E é esse o grande espaço que nós temos para a agricultura irrigada.

Nessa perspectiva, sem querer queimar etapa, nós já temos uma expressão nova que, em algumas áreas do mundo, algumas entidades científicas de formulação de políticas já começam a falar. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos de uma agricultura que atenda à produção, que atenda à produtividade e que atenda à sustentabilidade. Vamos resumir? Seria a agricultura regenerativa, ou seja, nós trabalharmos mais com a natureza ampliando a perspectiva de que os recursos naturais... Por exemplo, a microflora que está no solo nem é devidamente conhecida. É por isso que eu disse: precisamos de CTI como âncora. E esse é o trabalho que é absolutamente necessário e que nos traz essa perspectiva de agricultura regenerativa.

Trazendo um pouco mais para a questão da agricultura irrigada em si, eu também quero aqui salientar uma questão conceitual. Até a década de 1980, 1990, por aí, nós falávamos e ouvíamos falar majoritariamente de programa de irrigação, secretaria de irrigação, ministério de irrigação, até que veio a perspectiva em que nós lá em Minas, quando eu estava na Secretaria de Agricultura, trabalhamos muito, junto com o Ministério da Agricultura e com o Ministério de Desenvolvimento Regional aqui também. É a perspectiva conceitual de agricultura irrigada, ou seja, não é um processo de irrigação para produzir, é a gestão de um território para se instalar um processo de produção. É muito diferente! Então, nessa perspectiva, eu acho que aqui, quando vamos falar de política e de organização de posicionamento do Estado, nós temos que considerar não o processo de irrigação, mas o território. Por quê? Antes de falar de irrigação, nós estamos falando de água. Sem água, não há irrigação. Portanto, é água. Por exemplo, uma água limpa vai ficar colorida ou o inverso. Na agricultura, deseja-se que a água para servir à irrigação, obviamente, seja pura, mas, não o sendo, a planta é um grande filtro e ajuda, inclusive, a fazer purificação.

Nessa perspectiva de água no território, eu também digo que o Congresso... E eu participei muito disso na negociação da Lei nº 9.433, de janeiro de 1997, que tem possivelmente o dom de ser uma das legislações mais atualizadas, mais abrangentes e mais consentâneas com a relação produção e natureza. Por quê? Porque fala de água no sentido de gestão, da organização do Estado num sistema de gerenciamento de recursos hídricos, e porque os conceitos que estão ali – em que nós não vamos entrar em detalhe – fundamentalmente definem a perspectiva de integração. Quer dizer, quando se vai ver a água, tem-se que ver a integração no ciclo hidrológico, a integração entre usos, a integração para estabelecer a gestão.

Nessa perspectiva, eu acho que, quando se fala de agricultura irrigada, fica mais ainda definida essa necessidade de se conhecer o território, de se estudar bem o território e nele verificar não a perspectiva de uso da água para irrigação, mas, especialmente, a perspectiva de um uso consensual, de uma gestão consensual da água num território que tem sempre – isso é importante – seja uma microbacia, seja uma sub-bacia – não vamos identificar tamanho; não estou falando do megaterritório –, onde se identificam comunidades – por exemplo, um Município, a sede de um Município, uma empresa, uma granja, um produtor agrícola de qualquer natureza, perene ou de ciclo curto – que têm necessidades diferentes. Ali não tem outra opção a não ser fazer o levantamento, o diagnóstico para ver a questão do uso interativo. Para quê? Senador, isso é fundamental: para se fazer uma pactuação de qual vai ser o futuro daquilo ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Normalmente o histórico do Estado brasileiro é ter políticas da área ambiental – e a água é tratada muito mais pelo lado ambiental do que pelas outras perspectivas que ela nos oferece –, mas na linha de comando e controle: dá outorga ou não dá outorga, fecha, multa e, obviamente, para tudo isso é preciso haver disciplina. Já existem legislações, todos os Estados têm, mas é preciso verificar que a água precisa circular, é no fluxo que ela gera receita, que ela gera riqueza; é no fluxo que ela mantém a condição ambiental, seja no seu ciclo natural ou, às vezes, em algum momento, com alguma interferência.

Por exemplo, a água para energia: ela vai gerar energia quando entrar no fluxo e bater na turbina, rodar a turbina. No caso da agricultura, quando ela entrar em fluxo na planta e, ao evaporar – evapotranspirar como tecnicamente se diz –, voltar para o ciclo renovada etc., tendo gerado riqueza. É assim que nós devemos ter interação com a natureza.

Devo deixar como registro aqui: lá em Minas Gerais nós conseguimos, inclusive com apoio do MDR, no Governo do nosso caro e seu colega Senador Anastasia, à época Governador, realizar dois trabalhos importantes.

Um Plano Diretor de Agricultura Irrigada, que é exatamente nessa perspectiva de estudo e gestão territorial. Aí foram duas metodologias: um zoneamento ambiental e produtivo, nada teórico, absolutamente prático, dentro de sub-bacias; outro foi um indicador de sustentabilidade em agroecossistema – um agroecossistema é uma fazenda, é uma unidade de produção qualquer que tenha o agro e tenha o eco.

Pois bem, era para a gente fazer pactuação com a área ambiental, essa foi uma das funções fortes que eu tive lá. Isso funcionou muito bem, essa pactuação, apesar do rigor dos instrumentos de comando e controle, da cultura muito sedimentada, e isso evolui bem até hoje, porque são elementos de aferição que dão segurança na aplicação, digamos, do conhecimento àquela realidade de gerar economia.

Quando nós colocamos num plano estratégico... Nós temos uma informação muito importante, recente, de que eu falei baseado nesses estudos do Professor Durval sobretudo; há outras versões, mas elas todas convergem, e isso é fundamental. É um ponto de partida: nós temos que pactuar politicamente... Essa não é uma proposta minha, esse é um sentimento brasileiro e, certamente, uma convicção do Presidente desta Comissão, Senador Izalci, e dos que participam dela. Nós não podemos basear a agricultura nunca mais em aumento da área plantada por desmatamento.

No caso da agricultura, um modo de a gente pactuar seria fazer a intensificação da produção através de dois elementos que o Brasil já tem: áreas de sequeiro, que já têm instalada toda uma infraestrutura produtiva, e áreas de pastagens, geralmente degradadas, que agregariam no conjunto – uma das vertentes em torno de 7 milhões, e outra, em torno de 8 milhões –, então, 15 milhões de hectares irrigados de pronto. Claro que não há essa perspectiva de fazer de imediato, mas em médio prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fundamental registrar que essa produção irrigada de 15 milhões de hectares, até o ano de 2050, que é a referência da FAO de que o Brasil deve aumentar a produção para ajudar a saciar a fome ou, diria melhor, assegurar a segurança alimentar no mundo, ela seria suficiente para o Brasil dobrar o que hoje produz para um bilhão de pessoas e, em 2050, ele estar produzindo para dois bilhões de pessoas.

Essa é a grande margem que o Brasil tem de fazer na negociação para ser *player* na comunidade mundial, fazendo isso com sustentabilidade, pois a agricultura irrigada nasce nessa perspectiva porque tem que ser muito bem planejada.

Devo aqui salientar uma coisa. Nós, hoje, fazemos pouco mais de 200 mil hectares por ano. A indústria brasileira de equipamentos de irrigação tem capacidade de produzir para 500 mil hectares/ano, então, é apenas uma questão de organização.

No mais, Senador, voltando a agradecer, é preciso ter prioridade política para os investimentos em CTI, para investimento na biotecnologia, que eu entendo que é a nova ordem para o Brasil crescer e ter respeitabilidade politicamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu que agradeço, Paulo.

Passo, imediatamente, ao Paulo Estevão Cruvinel, pesquisador do Centro de Instrumentação da Embrapa de São Carlos.

O Paulo Estevão Cruvinel é pesquisador sênior do Centro de Instrumentação da Embrapa em São Carlos, é graduado em engenharia pela Unifeb, mestre em bioengenharia e doutor em automação pela Unicamp, com pós-doutorado pelo Departamento de Terra, Ar e Recursos Hídricos do Laboratório Nuclear de Crocker na Universidade da Califórnia e também pós-doutorado no Centro de Engenharia Biomédica e cátedra em física na Universidade de Roma, UniRoma.

Foi diretor também do Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Instrumentação Agropecuária, Embrapa Instrumentação, pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), Presidente do programa de automação agrícola da Embrapa, Secretário-Executivo do Programa Nacional de Automação Agropecuária, membro do Comitê Técnico Científico Setorial, membro do Comitê de Qualidade e Produtividade, foi chefe também da Secretaria de Gestão Estratégica da Embrapa, foi Secretário Técnico do Fundo Setorial do Agronegócio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, um trabalho vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e professor convidado do Centro Internacional de Física Teórica Abdus Salam (ICTP), Unesco, Itália. Atua como professor convidado da Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Carlos.

Também ficaríamos aqui a manhã toda falando quem é Paulo Cruvinel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Dr. Paulo.

O SR. PAULO ESTEVÃO CRUVINEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, obrigado pela gentileza da apresentação.

Quero inicialmente saudar e agradecer o convite de V. Exa., Senador Izalci Lucas.

Quero, também, com vênia de sua parte, em seu nome saudar a todos os presentes, não só os que compõem a Mesa de discussões, mas todos aqueles que estão nos acompanhando de alguma maneira.

Quero dizer que o tema hoje colocado é um tema de grande importância, e de grande importância não só estratégica, mas de grande importância como um tema de transformação para um novo paradigma, elevando os patamares hoje produtivos a outros patamares, que vão certamente contribuir de forma significativa não só por uma questão da continuidade da segurança alimentar interna, ou seja, do próprio Brasil, mas também hoje perante um cenário mundial bastante complexo, que também se faz presente e que de alguma maneira precisa ser equacionado.

Eu pediria a gentileza de que fossem projetados os poucos eslaides que eu trouxe. Perguntaria inclusive aos organizadores se devo fazer a projeção por aqui ou se vocês fariam diretamente por aí essa projeção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode fazer por aí. Está autorizado. Pode fazer por aí, Paulo, o que for melhor.

O SR. PAULO ESTEVÃO CRUVINEL – O.k. Um minutinho, por gentileza. Qual seria o procedimento? Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só entrar em "compartilhar tela" aí.

O SR. PAULO ESTEVÃO CRUVINEL – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está autorizado.

O SR. PAULO ESTEVÃO CRUVINEL – Obrigado. Eu vou colocar aqui a tela em forma de apresentação. Um minutinho, por favor.

Acredito que já estão vendo a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ótimo, está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ESTEVÃO CRUVINEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nós trouxemos hoje subsídios para o estabelecimento de política pública em agricultura irrigada, dada a sua importância – e aqui já novamente saúdo a Comissão na pessoa de S. Exa. o Senador Izalci Lucas, que coloca esse tema como um dos temas importantes a serem discutidos, e certamente na visão de buscar elementos para dar continuidade a essas discussões num grupo de trabalho, focando não somente produção de alimentos, como também fibras e energia.

É importante nós observarmos que hoje nós nos deparamos com um perfil de sociedade que traz uma determinada complexidade e pontos fundamentalmente importantes que devem ser observados, como qualidade e ecologia. Estamos aí em plena COP 26, onde se discute fundamentalmente o problema das mudanças climáticas e os seus impactos em todos os processos da vida no Planeta, em particular na própria questão da produção dos alimentos, fibras e energia. Isso também tem impactos significativos. A própria questão da segurança alimentar e energética está de certa maneira associada a uma das principais demandas hoje no Planeta, tendo em vista a crescente população mundial – estamos logo mais chegando à casa dos 10 bilhões ou 12 bilhões de pessoas.

O Protocolo de Nagoia e o Protocolo de Quioto são realidades, mas não de certa maneira compartilhados e compactuados com todos os países – o próprio Brasil teve uma grande contribuição no Protocolo de Nagoia, mas ainda não é um dos seus praticantes, digamos assim, comprometidos com esse protocolo.

Redes de cooperação e necessidade da organização das redes de cooperação, porque os saberes não estão todos num único lugar. Então, fundamentalmente as chamadas parcerias estratégicas são fundamentalmente importantes, passando não somente pelos entes de governo, mas também pela academia, pela ciência, pela pesquisa, pelo setor produtivo, principalmente pelas linhas de terceiro setor, aquelas que realmente trabalham de uma maneira séria e coerente.

A própria questão da realidade de estarmos hoje à frente de um Código Florestal: em que pese ainda a necessidade de melhoria, já é uma realidade que está colocada no País.

A preocupação com minimização de riscos. Não existe risco zero, mas há uma necessidade fundamentalmente importante de se buscar processos que sejam sustentáveis, de tal maneira que a inserção, junto aos recursos naturais, ocorra de uma maneira tal que procure minimizar riscos.

Uma visão de geração de riquezas. E aqui, Senadores, senhoras e senhores, a dimensão de riqueza olhada dentro de uma política um pouco mais ampla, não somente da questão de valor econômico, mas também de valor ambiental, de valor social e de valor de capital humano, quer dizer, uma política mais completa e um conceito do que significa, de fato, essa questão riqueza.

Um outro aspecto é que vivemos hoje a sociedade do conhecimento, então é muito importante nós percebermos o valor do conhecimento, o valor daquilo que é gerado pelo conhecimento, a exemplo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ciência e tecnologia, como algo fundamental para o vetor de desenvolvimento de um país ou do próprio Planeta, onde se busca maior qualidade de vida, maior condição de sustentabilidade, fundamentalmente baseada no uso do conhecimento, por assim dizer, trabalhado, desenvolvido, evoluído, a própria questão da inovação colocada como algo diferencial no próprio processo de protagonizar mudanças e evoluções para novos paradigmas.

E, sem dúvida, também vivemos aí um período de pandemia, o que merece uma atenção especial nos modos de se fazer os processos e, mais do que isso, nos modos de se buscar envolver de forma cooperativa os indivíduos, para que o processo tenha uma visão de um círculo virtuoso, em que se coloca aí uma visão de cadeia de valor e todos os elos são trabalhados de maneira completa.

É importante aqui fazermos uma pequena abordagem sobre o conceito de política pública, em que pese certamente que, neste grupo, as pessoas o conheçam com profundidade, mas, de maneira mais precisa, política pública está voltada a conjuntos de programas, ações e decisões tomadas não só pelos governos, em diferentes níveis, governo nacional, os governos estaduais, os governos municipais... Então, vejam que as escalas são importantes.

O Dr. Paulo Romano, muito propriamente, lembrou muito a questão do território, a importância de divisão de território é fundamentalmente significativa num país como o Brasil, com diferentes biomas. Não dá para tratar tudo da mesma forma. Há que se ter aí especificidades e adaptabilidades às realidades locais. Então, esse é um ponto fundamentalmente em que a política pública, uma vez colocada, pode orientar esse processo de uma maneira mais precisa, não somente, então, atendendo às questões do segmento público, mas também do segmento privado, de forma a vir a assegurar determinado direito de cidadania aos grupos em sociedade ou para os segmentos tanto social, cultural, ético, ambiental e também – por que não dizer? – certamente o econômico. Quer dizer, direitos que são assegurados na Constituição brasileira de 1988, mas que, de certa maneira, através da formalização e oficialização das políticas, isso poderá ser melhor acessado por todos. Então, isso é fundamentalmente importante, não é?

É importante também olharmos aqui os conceitos de responsabilidade social e sustentabilidade e observar a importância dos compromissos públicos em processos produtivos, no sentido daquilo que, de fato, é realizado, mas que, de certa maneira, vem a ser acessado pela sociedade e desenvolvido pelos desenvolvedores com responsabilidade social ao conceito do próprio desenvolvimento sustentável, que visa a atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades, não é? E aí nós vemos essa tríade, esses três grandes pilares, que são o econômico, o social e o ambiental. Podemos colocar aí no meio também o capital humano como um elemento fundamental para a construção do que nós entendemos de processo sustentável.

Temos aqui uma visão da dinâmica da inovação ao longo da linha do tempo. À medida que nós caminhamos ao longo dessas ondas, nós vamos ver lá, desde a primeira onda, pelos idos de 1780, a questão do ferro, da hidráulica, da mecanização, dos têxteis, entre outros... À medida que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhamos nessas ondas e chegamos aqui por volta da quarta onda, com os petroquímicos, os eletrônicos, a aviação aeroespacial; já a quinta onda, olhando as redes digitais, principalmente, a biotecnologia – que foi muito bem lembrada aqui pelo Dr. Paulo Romano como algo muito importante –, a própria questão da tecnologia da informação... Estamos hoje entre a quinta e a sexta onda.

Hoje nós vivemos ali na sexta onda fundamentalmente colocado o aspecto da inovação, da importância da inovação para a produtividade radical de recursos, principalmente dos recursos alimentares, de fibras e de energia. Então, são pontos fundamentalmente importantes, que devem ser procurados e devem ser desenvolvidos com base em conhecimento, como bem colocou anteriormente o Dr. Paulo Romano. A ideia não é derrubar floresta, ampliar área ao acaso, mas trazer isso com base em conhecimento, melhorando os processos hoje em pauta, com base no conhecimento. E aí nós vamos ver um papel fundamental da agricultura irrigada como um dos elementos importantes para se chegar a uma produtividade maior desses recursos, principalmente os alimentares, fibras e energia, como também para ir caminhando para essa sexta onda: a visão do sistema de *design* integrado, a biomimética, a química verde, aspectos de ecologia, de energia renovável, as nanociências, a internet das coisas e a inteligência artificial, a cibernética avançada, entre outros.

Por essa razão, nós temos aqui também que perceber, com muito cuidado e muita atenção, um quadro de realidades e de assimetrias mundiais. É muito interessante que hoje no mundo os lugares onde a população tem maior índice de crescimento são exatamente os lugares onde você tem o menor contingente de terras aráveis ou de possibilidade de produção de alimentos, e, quando nós temos aqui uma perspectiva mundial para uma população que está indo para acima de 9 bilhões de pessoas logo mais, pelos idos aí de 2050 – talvez a ONU ou o Banco Mundial tenham números um pouco diferentes, eles falam em 12 bilhões, outros falam em 10 bilhões –, nós estamos indo para uma situação que para se atender a esse abastecimento, necessário se fará, cada vez mais, olharmos para um novo paradigma, buscarmos elementos que possam efetivamente traduzir conhecimento em resultados para atendimento a essas populações, certamente não perdendo de vista a dimensão da população interna do País, mas olhando fundamentalmente também a contribuição do Brasil nessas agendas mundiais.

Aqui nós temos um quadro muito interessante, senhoras e senhores, que mostra as regiões mundiais em condições de aumentar a produção. E vocês, senhoras e senhores, podem observar esse gráfico à esquerda, no lado superior aqui do eslaide: quer dizer, o Brasil se destacando muito fortemente como uma dessas regiões no planeta que tem condições de realmente trabalhar, de uma maneira mais estruturada e sistematizada, o seu processo produtivo, de tal maneira a continuar garantindo a sua segurança alimentar porque, a partir da década de 70, o Brasil passou a ter uma segurança alimentar. Certamente, há questões que são colocadas atualmente sobre o problema da fome, mas isso é muito mais voltado a uma questão das políticas de acessibilidade e aos resultados do que é construído. A partir daí, nós poderemos amplificar esse potencial para atender às realidades de uma maneira plena, mas, quando olhamos aqui do lado direito, vemos que houve um processo de evolução desde a década de 50 até os dias atuais, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós passamos por diferentes instâncias na questão da própria institucionalização e na sedimentação de um sistema agroalimentar bem estruturado – e aí eu digo da parceria da Embrapa com as instituições estaduais de pesquisa agropecuária, e também as universidades e o setor produtivo.

Hoje, nos deparamos com essa visão da intensificação, a intensificação como algo fundamentalmente importante e baseada em conhecimento. E novamente a agricultura irrigada vai ter um papel fundamental, porque, como bem já colocado aqui, não há coisa pior para a agricultura do que a falta da água, a questão do sequeiro, a necessidade de se usar, de maneira mais estruturada, as áreas degradadas. Há muito o que se aproveitar desse contexto, mas, sem dúvida, a agricultura irrigada vai ter um papel fundamental.

Comparativamente aqui nós temos também um quadro Europa, Estados Unidos, Brasil, que mostra que em se tratando de uso da terra, de percentual de terras voltadas e utilizadas para a agricultura, nós temos ainda realmente um grande contingente. Mas, de qualquer maneira, fundamentalmente, a grande ideia não é ampliar a área e, sim, ampliar a própria questão do uso do conhecimento para se aumentarem esses índices de produtividade e consequentemente de produção do processo como um todo.

Por outro lado, é muito interessante observarmos aqui que o Brasil tem mais de 60% das suas florestas remanescentes. Comparativamente com outros países e com o mundo, isso é muito diferencial. Então, é um aspecto fundamental. E também é importante que se diga que não se faz agricultura sem floresta. Nós entendemos a importância dessa realidade e temos que trabalhar isso também como base da nossa política estratégica de País. Temos estruturas e formas de ampliar a nossa agricultura sem derrubar árvores, sem trabalhar no contingente daquilo que ainda é remanescente no mundo, e o Brasil é campeão nessa relação de florestas remanescentes no planeta.

Também observamos aqui claramente, com os dados da OCDE, que o Brasil tem uma matriz energética limpa, muito fruto também da biomassa e das formas de se trabalhar esse contexto da matriz energética. Esse é outro aspecto importante que precisa ser observado. Mas é lógico que nós não podemos olhar para esse quadro de uma maneira estática, achar que está tudo o.k. e não precisamos fazer mais nada; muito pelo contrário, é hora de realmente colocar uma atenção maior a esse aspecto da agricultura brasileira, à questão do agro brasileiro, de tal maneira a fortalecê-lo e continuar fortalecendo-o para que ele continue sendo um diferencial não somente para o seu próprio contexto, para que isso chegue à questão da alimentação dos cidadãos brasileiros, mas também para a sua contribuição nesse cenário complexo mundial em que vivemos na atualidade.

O Brasil, ao longo do tempo, construiu um sistema, por assim dizer, não somente agroalimentar, mas de fibras e energia em diversas escalas. O Brasil tem uma multiplicidade de agricultura – é importante nós percebermos isso. Desde o pequeno produtor – alguns gostam de dizer o nome agricultor familiar –, do médio produtor e também do grande produtor, nós temos, então, uma escala de diferentes produtores e diferentes modelos de gestão, quer dizer, isso é muito rico, mas, ao mesmo tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente dessas modalidades ou dessas escalas de gestão, fundamental se faz olhar para o paradigma do conhecimento, da inovação, da agricultura irrigada, para que esses diferenciais possam chegar à mesa e possam chegar a todos de uma maneira plena e completa, não é?

É interessante nós observarmos que... Aqui nós trouxemos um dado do Atlas da Irrigação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Na verdade, esses números aqui são dinâmicos, não é? Isso aqui não é um quadro estático, mas é um dado de dois ou três anos atrás. Mas, com essa pandemia, certamente houve uma certa expansão nesse período. Há outros documentos também que trazem outros números. Mas, de qualquer maneira, a área irrigada no Brasil chega atualmente à ordem de 8,2 milhões de hectares, dos quais 64,5% com água de mananciais e 35,5% irrigados com água de reúso. Então, é muito importante nós observarmos... Insisto em dizer que esses 8,2 milhões de hectares talvez hoje sejam um pouco diferentes, porque esses números são dinâmicos, mas está aqui para se ter uma ordem de grandeza desta realidade.

Mas a grande verdade é que, com a chegada de forma realmente estruturada da irrigação ou da agricultura irrigada, nessa visão que foi colocada anteriormente aqui, uma dimensão de território, uma dimensão do processo da água como parte integrante de um modelo de gestão do processo produtivo, quer dizer, nós podemos realmente elevar a nossa produção a níveis muito maiores para se atender essa população que se fala de 10 bilhões de pessoas – provavelmente nós vamos precisar elevar em 60% a 70% o que é hoje produzido no mundo.

Para fechar essa equação, para conseguir organizar esse resultado, fundamentalmente se fará necessário nós utilizarmos de uma maneira séria, organizada, orientada por uma política pública, certamente, a própria agricultura irrigada como um diferencial para que nós possamos obter elementos para buscar atender essa segurança alimentar necessária, em que pese se fale também na própria questão da segurança do alimento. Senhoras e senhores, quer dizer, não é também só quantidade; nós temos também que nos preocupar com a própria questão da qualidade.

Então, feito esse primeiro preâmbulo aqui, senhoras e senhores, eu peço licença para apresentar muito rapidamente aqui nesses 20 minutos um conjunto de sugestões para estruturação de uma política pública voltada à agricultura irrigada, certamente entendendo também que este evento de hoje abre um processo muito importante. Mais uma vez, quero aqui enaltecer a ação do Senador que coordena esses trabalhos, não é? E o que é importante é a articulação multi-institucional para que isso de fato chegue a um resultado adequado e expectado.

Então, nós podemos citar aqui como sugestões, na questão institucional, buscar viabilizar a maior integração entre as instituições envolvidas no setor e suas ações. Quanto à questão política, promover maior integração entre as políticas setoriais e os respectivos planos, além de orientar a Política Nacional de Irrigação, quer dizer, de fato orientar uma política nesse sentido, uma política pública que busque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientar essa Política Nacional de Irrigação e suas especificidades regionais, lembrando novamente aqui a questão dos diferentes biomas, das diferentes regiões, das diferentes especificidades.

Nas questões ambientais, promover meios de reduzir os impactos e contribuir para a sustentabilidade ambiental. E aqui é muito importante: quando nós vamos observar a questão de sustentabilidade ambiental, ela está muito fundamentada nas boas práticas, nas boas práticas agrícolas. Então, fazer agricultura é auxiliar o ambiente. Isso é muito importante que se diga, porque é uma forma de cuidar do ambiente.

Nas questões estruturais, quando se colocam aqui elementos como sugestão, nesse conjunto de sugestões sobre as questões estruturais: estabelecer linhas de fomento junto, por exemplo, ao BNDES e outras para a instalação de infraestrutura para a agricultura irrigada nas diferentes regiões do País. Hoje, para os senhores e as senhoras terem uma ideia, têm sido utilizados muitos recursos, com o Banco do Brasil, na linha do Plano ABC, em que há possibilidades de linhas para a parte do sistema de irrigação. Só que aqui há a questão do recurso, do fomento para essas estruturas, como bem mencionou o Dr. Paulo Romano, novamente, que não é simplesmente olhando para a questão da irrigação em si, mas para esta inserida num contexto realmente de um círculo virtuoso em que se possa estar olhando numa dimensão de gestão do território. Então, isso é muito importante, mas o braço ou a perna dos recursos também se fazem fundamentalmente importantes para que se possa levar adiante uma política pública estruturada para o segmento, ou que venha a ser estruturada para o segmento.

Na questão da pesquisa, apoiar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com foco nas demandas da agricultura irrigada.

Com relação à capacitação, apoiar também o desenvolvimento de estratégias adequadas de capacitação, atendendo as demandas dos diferentes clientes, quer dizer, há uma diversidade também não só de áreas, de regiões, de territórios, de culturas. A nossa diversidade cultural, inclusive, é um elemento de riqueza. Então, nós temos que buscar favorecer esse processo de tal maneira a trabalhar com adaptabilidade a própria questão da atuação no segmento, buscando sempre apresentar o problema sob a ótica da bacia hidrográfica, o modelo de gestão por bacia, ou de sub-bacia, na visão de território, e o fortalecimento da extensão rural, que é outro aspecto também, porque, no Brasil, hoje nós temos um sinal amarelo muito crítico colocado com relação à extensão rural. Eu acho que – acredito eu, como sugestão, trazendo aqui sugestões que foram refletidas – também é um aspecto que merece uma atenção nessa política voltada à agricultura irrigada.

Na questão da comunicação, fomentar o estabelecimento de estratégias de comunicação, buscando atender às demandas dos diferentes nichos da sociedade.

Na questão das técnicas, fomentar a implementação de técnicas que contribuam para aumentar a produtividade do uso da água por meio do aumento de rendimento e redução da quantidade de água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizada, quer dizer, o uso racional dos insumos é outra agenda importante que está na pauta das prioridades mundiais associadas aos contextos de sustentabilidade. Usar, sim, mas usar de forma adequada, quer dizer, uso racional dos insumos. E a água, em particular, como um importante insumo, ser também colocada nesse contexto se faz como algo fundamentalmente importante.

Temos também, por outro lado, finalizando aqui, as questões climáticas. Não podemos deixar de olhar para elas neste momento. A inclusão da análise sistêmica da adaptação às mudanças climáticas, focando as adaptativas às regiões da própria agricultura irrigada, podendo desta forma levar elementos que possam orientar as soluções estruturadas para a orientação dos modelos econômicos e hidrológicos, principalmente aqueles onde é requerido o uso de água da irrigação... Então, aqui também hão de ser considerados esses aspectos que tocam às mudanças climáticas ou às próprias questões climáticas, por assim dizer. Quer dizer, procurar trabalhar de uma maneira sistêmica todo esse conjunto de contextos para se ter, por assim dizer, novamente uma visão de boas práticas que levem a um contexto forte de sustentabilidade, mas, sem dúvida, sem perder de vista os aspectos da produtividade e dos resultados esperados para que se chegue realmente ao atendimento dos horizontes que se apresentam nos cenários que estão apontados.

Completando esse conjunto de sugestões, senhoras e senhores, também com o aspecto da governança, se fala muito em gestão e, muitas vezes, se esquece um pouco do aspecto da governança. Governança é algo fundamental. Então, buscar a governança orientada com base no que nós entendemos hoje como ESG – ESG vem da sigla *Environmental, Social and Corporate Governance* –, que hoje está muito em pauta na questão dos modelos de estruturação não só de dimensão estratégica, mas também no aspecto tático do processo. É como estabelecer governança, olhando os aspectos ambientais, sociais e da própria governança do processo em si e paradigmas da bioeconomia, tendo em vista que nós estamos aqui falando de trabalhar com questões biológicas e dos recursos naturais.

Então, isso se faz também muito importante, visando à gestão sistêmica dos recursos hídricos, sem associação dos aspectos da quantidade e qualidade, orientados nos setores usuários e com os planejamentos regionais, estaduais e nacional fundamentalmente baseados em aspectos de territórios e também na gestão dos recursos hídricos, como o uso do solo, como bem já comentado aqui anteriormente, e, principalmente, orientados ao modelo de bacias hidrográficas, com vistas ao atendimento de cadeias de valor do processo agroalimentar, processos de fibras e energia.

Dito isso, senhoras e senhores, eu quero aqui finalizar externando novamente meus agradecimentos a V. Exa., Senador Izalci Lucas, não só pelo convite, mas pela coragem e também pela determinação de organizar esta audiência pública extremamente importante para o Brasil e para o mundo – eu diria assim.

Também peço licença para saudar os colegas pesquisadores Lineu Neiva Rodrigues, Luis Henrique Bassoi, também o senhor e o economista e grande estrategista Eustáquio Costa e lhes agradecer pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reflexões que vêm sendo desenvolvidas sobre um tema tão importante, que é esse tema da agricultura irrigada no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo.

Eu passo, imediatamente, ao Francisco Soares de Lima Junior, que é Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano (DDRU) da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU) do Ministério do Desenvolvimento Regional; é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; especialista em metodologia e projeto de desenvolvimento municipal e urbano pelo IBAM-Rio de Janeiro; técnico da fundação do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema); foi membro do Conselho Superior (Cosur), do Instituto de Arquitetos do Brasil, também do Rio Grande do Norte; foi Primeiro-Secretário da Presidência do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), do Rio Grande do Norte; Diretor Geral do Instituto de Gestão e Formação em Turismo, no Rio Grande do Norte (Igetur/RN); autor do livro *Turismo como Instrumento de Desenvolvimento – Experiência* do *Prodetur/RN*; no Ministério do Desenvolvimento Regional, atuou também anteriormente como assessor especial.

Então, com a palavra, o nosso querido Dr. Francisco Soares de Lima Junior.

O SR. FRANCISCO SOARES DE LIMA JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, quero cumprimentar V. Exa., Senador Izalci Lucas, e parabenizá-lo por esse trabalho, por esta audiência, que é de suma importância para a atividade econômica. O agronegócio hoje é a principal atividade econômica do Brasil.

Quero parabenizar os meus antecessores aqui, o Professor Paulo Afonso, o Paulo Estevão, pelas excelentes apresentações que foram feitas.

Quero começar falando da importância do que foi dito, quer dizer, praticamente... Eu vou tentar, inclusive, ser rápido porque vai ser um pouco repetitivo em função do que já foi apresentado aqui.

Então, eu vou colocar aqui a apresentação. Deixe-me ver aqui como é que eu... Vou tentar inserir aqui o... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está autorizado, Francisco, o compartilhamento da tela aí.

O SR. FRANCISCO SOARES DE LIMA JUNIOR – O.k. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está na tela já, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO SOARES DE LIMA JUNIOR – Está na tela já?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já. Está o.k.

O SR. FRANCISCO SOARES DE LIMA JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Vamos falar um pouco aí da organização e da consolidação de uma política de Estado para a agricultura irrigada no Brasil. Daqui para o segundo eslaide.

Bom, a contextualização já foi colocada aqui pelos seus antecessores, não é? Em 2050, segundo a FAO, o planeta Terra deverá ter 10 bilhões de habitantes e o consumo de alimentos deverá dobrar nesse período. O que fazer para alimentar essa população?

Uma missão natural do Brasil será saciar a fome do planeta, aliando a natureza às novas tecnologias para produzir mais e melhor em menos espaço e consumir menos água, em harmonia com o meio ambiente natural.

Noventa por cento das áreas de expansão de produção agrícola no planeta estão na América Latina e na África Subsaariana e, dos sete países que têm possibilidade de expandir a área agricultável, o Brasil se apresenta como a melhor alternativa.

Quais os desafios que nós teríamos?

Primeiro, desenvolver conhecimento e capacidade científica e tecnológica em busca de maior eficiência na produção; conhecer melhor os seis biomas brasileiros, 66% da vegetação nativa, identificar onde se pode produzir sem degradar, ou seja, a gente tem que desenvolver, cada vez mais, a biotecnologia; entender as mudanças climáticas que alteram e reduzem a produção em muitas regiões, tentando aprender a conviver e produzir apesar dessas condições; adequar o Código Florestal brasileiro à criação de novas unidades de conservação considerando a utilização racional para produção.

Outros desafios seriam os seguintes.

A área agricultável do território brasileiro chega a 29%, enquanto só se utiliza 7%, sendo os Estado de Minas Gerais, Pará e Bahia os que ainda apresentam áreas para expansão; como reduzir a expansão das áreas destinadas à pecuária introduzindo novas tecnologias no setor – já foi mencionada aqui a questão de se reduzir a área, produzir sem desmatar –; garantia da segurança hídrica para expansão da produção da agricultura irrigada em todas as regiões do Brasil; inserir o pequeno produtor no processo de utilização de novas tecnologias e abrir novos mercados; adequação do marco legal, da legislação ambiental *versus* regras de utilização de áreas para produção agrícola/outorga de uso da água.

O que o atual Governo já está fazendo nesse novo modelo de gestão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conclusão das obras de transposição da bacia do Rio São Francisco, levando segurança hídrica para toda região do Semiárido nordestino – isso vai garantir, para o futuro, a utilização de grandes áreas cuja utilização para a agricultura nem se previa pelo fato de não terem água e que agora, com a segurança hídrica, vão poder se somar às áreas para a produção agrícola irrigada –; contratação para a elaboração dos estudos de integração de bacias hidrográficas do São Francisco/Parnaíba/Tocantins – esse processo foi lançado pelo Ministro há 15 dias, esse estudo para integração de bacias, para poder garantir a segurança hídrica em todas as bacias –; emancipação dos perímetros públicos irrigados através de processos de licitação – já está em licitação o Baixio do Irecê que, para se ter uma ideia, na hora em que estiver produzindo, vai ser três vezes maior do que é hoje aquela região de Petrolina, o que vai trazer uma grande área de produção para o mercado –; criação da Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado aqui no MDR, que foi criada para estruturar esses novos projetos de PPIs na área de produção, principalmente na área agrícola.

Ainda: o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, que tem a convergência de níveis de desenvolvimento para a qualidade de vida inter-regiões; a Rede Policêntrica de Cidades, que se está trabalhando; a competitividade e produtividade de cadeias produtivas regionais em áreas de declínio populacional; a agregação de valor em áreas de *commodities* agrícolas e minerais; as vocações territoriais para o desenvolvimento de complexos produtivos irrigados; a produção irrigada no Brasil – hoje em uma área irrigada se tem praticamente 6,2% de hectares, e o potencial de áreas é de 30 milhões de hectares.

Continuando: o incentivo à criação de polos de irrigação para promover o desenvolvimento da produção irrigada, muito mais voltado para o setor privado, com o objetivo de organizar demandas da agricultura irrigada, desenvolver soluções gerenciais para os polos, fortalecer a governança do setor produtivo, melhorar a comunicação entre o setor produtivo e o público, nas diversas escalas, e ampliar a eficiência das ações do setor público por meio de planejamento, formação de parcerias.

Os requisitos para a estruturação desses polos é a organização de produtores irrigantes presente; a representatividade da agricultura irrigada; o potencial de expansão da agricultura irrigada e do aumento da produtividade com adoção de técnicas mais eficientes de irrigação, com incorporação de inovação.

Aqui se tem a área irrigada hoje, atualmente, que é tirada do Atlas de Irrigação da ANA.

Há essa questão do licenciamento ambiental, que é uma questão que ainda precisa ser mais bem conversada para facilitar principalmente a questão de outorga. Com relação aos impactos na questão da irrigação, na verdade, o único impacto é a exportação de água de mananciais para áreas agrícolas – que já foi comentado aqui pelo Professor Paulo Afonso.

Também temos a questão da Legislação de Barramentos para a Irrigação para tornar o barramento de interesse social, porque, por enquanto, só se pode fazer supressão de APP quando é para energia, para outras atividades. Mas o processo de produção de alimentos deve ser também de interesse social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à parceria para implementação de áreas irrigadas com água de reúso do Semiárido brasileiro, já vêm sendo desenvolvidos vários projetos piloto em parceria com a Codevasf, a Embrapa e o Instituto Nacional do Semiárido. Além disso, a parceria para implantação de unidades de referência de ensino de agricultura irrigada também já vem sendo desenvolvida com várias entidades.

E gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer alguns agradecimentos especiais:

– uma homenagem especial ao ex-Ministro Alysson Paulinelli, por ter liderado essa revolução da produção agrícola brasileira;

– uma homenagem especial aos técnicos e engenheiros, cientistas, pesquisadores, aqui representados pelo Dr. Estevão, da Embrapa, que é reconhecida hoje internacionalmente pelo excelente trabalho prestado no desenvolvimento da tecnologia e à agricultura brasileira – parabéns a todos! –;

– uma homenagem também especial aos técnicos que fazem aqui o MDR, à Codevasf, à Sudene, ao Dnocs, a todas as entidades que vêm trabalhando para o desenvolvimento da agricultura brasileira;

– uma homenagem especial também à Ministra Tereza Cristina, da Agricultura, que vem atuando de uma maneira muito profissional;

– e uma homenagem especial também ao Presidente, por reconhecer o agronegócio como uma das principais atividades brasileiras.

Então, obrigado.

Fico aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Francisco.

Eu passo imediatamente a palavra ao Dr. Pedro Cavalcante, que é especialista em competitividade e sustentabilidade para o desenvolvimento regional, representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil, Mestre também em Planejamento e Gestão pela Universidade Católica de Brasília, especialista em Geoprocessamento pela Universidade Federal da Bahia; tem MBA na gestão tecnológica e de negócios pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; atuou como Coordenador de Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas de Irrigação no Ministério da Integração Nacional; é consultor em projetos de gestão estratégica e planejamento, coordenando equipes de trabalho para clientes como Petrobras, Votorantim, Vale, Veracel Celulose, Grupo ArcelorMittal; desenvolve estratégias, planejamentos e metodologias voltadas para a obtenção de resultados em projetos de cooperação técnica, utilizando ferramentas e processos, tais como, Zoop, matriz de priorização e gerenciamento de risco; atua também como docente em instituições de ensino superior; e participou do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

livro, também em vídeo, *Tevê: um Olhar Reciclado*, apoiado pelo Ibama, utilizando a arte como uma forma de sensibilização.

Passo a palavra, então, ao Dr. Pedro.

O SR. PEDRO CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

É um prazer estar aqui com vocês e resgatar aí um pouco a convivência com o Paulo. É um prazer esse contato com o Cruvinel e com o Dr. Francisco Soares, com quem nós temos vários projetos de cooperação com o ministério.

Eu estava aqui pensando se eu utilizaria ou não uma apresentação visual para apoiar a conversa, mas são tantos *insights* que surgem da fala de vocês que a gente fica aqui com a cabeça fervilhando de coisas. Enfim, eu acho que utilizar essa apresentação ajuda e ajuda até a delimitar o tempo, porque senão a gente fica aqui apaixonado pelo tema, trazendo várias discussões. Hoje eu acho que é um prazer haver essa retomada de um tema tão importante.

Eu queria agradecer também, em nome do nosso representante no Brasil, Gabriel Delgado, que não pôde estar hoje – e eu estou aqui o representando, enfim –, esta oportunidade.

Eu queria falar um pouco e muito rapidamente, até para explicar por que o IICA está nessa discussão. O IICA é o braço da agricultura da Organização dos Estados Americanos, organismo especializado, que tem esse papel de apoiar os Estados-membros na busca pelo desenvolvimento e bem-estar rural. Nesse desafio, eu não vou entrar em processos históricos, mas vou fazer algumas correlações que já foram sinalizadas pelos que falaram antes de mim.

A adesão do Brasil se deu em 1964, ao tempo em que talvez a Embrapa estivesse se fortalecendo, e o IICA chegando ao Brasil. E uma coisa que eu queria destacar é a presença que a gente tem nos países hemisféricos – então, somos 34 países –, e esse alcance hemisférico pode ser utilizado, Senador, muito em favor das discussões de políticas públicas, porque são papéis que o IICA também tem nesses países de discutir a agricultura, e a questão de irrigação, neste mesmo momento, está sendo fortemente discutida com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Irrigação do Peru e também com a Comissão Nacional de Irrigação do Chile. Então, são possibilidades que a gente tem de criar sinergias.

E queria explicar um pouco como o IICA também pode trazer outras contribuições mais abrangentes já que a agricultura aqui no Brasil não está restrita a um setor, a um Ministério só. Então, a cooperação técnica do Brasil se dá de uma forma intersetorial. Então, a gente tem essa presença seja no MAPA, seja no MDR, seja no Meio Ambiente, seja na Cidadania. Então, são diversos olhares em que o IICA pode colaborar, numa perspectiva de trazer esses diversos saberes, trazer essas diversas abordagens e, talvez, aí fazer um equilíbrio de poderes para essa discussão de enfrentar um problema tão complexo, que é a questão da agricultura irrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente traz essa questão de agricultura irrigada, a gente tem hoje, como o Cruvinel trouxe, questões que pressionam, de certa forma, o desempenho do Brasil, que tem uma obrigação de produzir – obrigação, não, mas uma expectativa de produção de alimentos para contribuir para a questão de segurança alimentar –, mas há também, por outro lado, se a gente vir aí nas discussões de fóruns globais, a pressão pela sustentabilidade ambiental. Então, a intensificação da agricultura irrigada passa a ser uma estratégia de, talvez, enfrentar essas diversas frentes por ela trazer benefícios produtivos, trazer benefícios ambientais e também trazer benefícios econômicos, agregando valor a um produto final. Então, é uma estratégia que eu acho que sempre esteve em pauta, mas talvez não com tanta pressão.

Então, só ratificando, essa questão da produção de alimento, essa questão da segurança alimentar vai se dar com sustentabilidade social, ela tem essa produção ambiental – eu não vou entrar em números, porque a questão de números já foi trazida; a gente tem várias publicações que convergem para os valores –, e essa questão de a gente levar em conta o resultado econômico não só do ponto de vista de superávit, mas também levando em conta o bem-estar rural e o bem-estar das famílias que estão no campo.

Então, numa perspectiva de agricultura irrigada, que eu acho que a gente não pode deixar de falar, porque isso também já foi reforçado pelo Cruvinel quando ele fez a sua apresentação, ela proporciona diversas possibilidades e tem que ser trabalhada de forma intersetorial e transdisciplinar. Então, ela traz essa questão de aporte de tecnologia, inovação e conhecimento, quando a gente permite trabalhar com institutos de pesquisas, o papel fundamental da Embrapa, com universidades, nessa questão do aprimoramento de capacidades, que está sendo também muito fortemente trabalhado no momento no Brasil, que é a questão até da terra digital, aproximando-se de pequenos produtores, possibilitando o acesso a informações qualificadas. Isso tudo vai refletir intensificação de práticas agrícolas e trazer manejos associados ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Como o IICA está inserido nisso, assim, de maneira mais prática? O IICA não é um instituto de pesquisa e também não é uma organização pública que atua do ponto de vista de políticas públicas, mas ele tem uma antiga relação com o tema de agricultura irrigada.

E eu vou me deter aqui, fazer uma linha de corte de quando eu comecei a trabalhar no IICA, em meados – sei lá – da primeira década de 2000, talvez 2005, 2008.

Eu vou aqui assumir que sou um neófito no tema, mas, quando eu cheguei ao IICA, havia saído do forno uma publicação muito interessante, feita em parceria com o antigo Ministério da Integração, que era *A irrigação no Brasil: situação e diretrizes*. Eu trago essa publicação, porque é a linha de corte que eu fiz, para não mergulhar muito no passado, mas essa publicação, Senador, trazia recomendações, que seria uma nova visão do papel do setor público para o desenvolvimento da agricultura irrigada. Então, em 2008, 2010 – não tenho muita clareza da data da publicação desse livro e da minha chegada no IICA –, este tema já estava sendo discutido: o papel do setor público no desenvolvimento da agricultura irrigada no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O IICA, nessa questão, traz o seu papel na questão da gestão dos projetos de cooperação técnica, dessa articulação em rede, de trazer a rede internacional e o conhecimento dos especialistas que estão nos seus 35 países e fazer essa questão de capacitação, realização de eventos, intercâmbio técnico e mobilizar todas essas partes interessadas em prol de uma política pública necessária ao Governo brasileiro.

Para tratar esse tema – a gente não pode deixar de trazer essa correlação que, enfim, acho que a gente tem que deixar um pouquinho mais evidente –, o manejo da irrigação eficiente, embora esteja diretamente relacionada com a ODS 6, trata de diversos outros rebatimentos: erradicação da fome; erradicação da pobreza; igualdade de gênero; juventude – porque eu acho que é uma discussão que a gente não pode perder no horizonte, quando a gente discute as questões do rural –; emprego e sustentabilidade; cidades e comunidades sustentáveis pelo rebatimento de êxodo. Então, é um tema que eu acho que teria rebatimento em todos os ODSs, e isso tem que ser olhado de maneira muito significativa e abrangente para a gente discutir a questão da agricultura irrigada.

Essa questão da agricultura irrigada acho que é convergente com a abordagem do Dr. Paulo Romano, com a abordagem trazida pela Embrapa, por meio do Dr. Cruvinel, trazida pelo Dr. Soares, e ela só vai se tornar efetiva por meio de um trabalho em rede. Eu acho que todos os atores, todos os *takeholders*, toda a parte interessada tem que estar envolvida, e aí entra a questão dos agricultores, o escalonamento das esferas de política pública – municipal, estadual, federal –, a questão da assistência técnica, os institutos de pesquisa e academia. E essa questão de rede vai evoluir para uma questão de gestão integrada. Esse arranjo vai permitir uma atuação conjunta, vai permitir uma relação integrada, sendo a União, o apoiador dos Estados; os Estados, os apoiadores dos Municípios. A gente considera que isso é essencial para que a gente tenha uma política pública de entendimento e colaboração.

Algumas iniciativas nesse sentido – e o Dr. Paulo Romano já trouxe na fala dele – foram feitas a partir de planos diretores. À época, ainda na Secretaria Nacional de Irrigação, foi trazida a discussão e implantada. Acho que Minas foi o primeiro Estado, Dr. Paulo – e você me corrija se eu estiver errado –, seguido pelo Rio Grande do Sul. Então, foram dois Estados pilotos que trabalharam essa questão da coordenação intersetorial, trazendo a possibilidade de, por meio de um plano diretor, discutir a questão de usos múltiplos, por meio da sistematização de informação, por meio da oferta e demanda de água, por meio da aptidão dos territórios.

Então, esta questão de discutir planos diretores por meio de uma coordenação intersetorial, de discutir a agricultura irrigada por meio de uma articulação intersetorial, é o que a gente acha que vai permitir essa expansão harmônica e sustentável, considerando que a água tem diversas funções em cada realidade regional. Então, é preciso discutir a perspectiva de usos múltiplos. Ela tem que estar inserida nessa discussão e nos planos de recursos hídricos.

Atualmente, a gente tem esse tema da agricultura irrigada em ebulição. É bacana estarmos aqui reunidos hoje, mas, não sei se foi na semana passada ou nesta semana ainda, a Codevasf, com a Embrapa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e com outros 32 autores, lançou o livro *Agricultura Irrigada em Ambientes Salinos*, para promover a agricultura irrigada biossalina como opção para a agricultura familiar.

Então, a gente tem hoje diversas preocupações que já não contemplam só o grande agricultor. Em uma dessas discussões, recentemente, eu ouvi uma frase, que ficou ecoando na minha cabeça, que diz que, "se o grande pode, o pequeno precisa". Então, tem que ter esse olhar que gere alternativa. Então, o tema continua buscando inovações, buscando trazer outras inserções e ampliar o espaço para a questão da agricultura irrigada.

Eu faço uma referência bastante importante a uma iniciativa do MDR, em conjunto com o IICA, que é a realização do seminário de agricultura irrigada para pequenos irrigantes. Eu acho que é o primeiro seminário nacional; pelo menos, está colocado dessa forma. Não sei se no passado houve alguma iniciativa, mas eu acho que, nessa linha de pequenos irrigantes, uma abordagem muito abrangente está sendo feita e trazida à discussão de como incluir o pequeno agricultor, o pequeno irrigante nessa perspectiva do desenvolvimento da agricultura irrigada. Ainda na época de pandemia, o evento vai ser *online*.

Eu também não poderia deixar de lembrar que a gente terá, acho que em dezembro, o Congresso Internacional sobre Agricultura Irrigada, com várias Mesas importantes, e uma delas, que eu destaco – eu estou aqui pegando uma pesca –, é a questão de ferramentas e oportunidades para equilibrar a demanda de irrigação e a disponibilidade de água. Acho que é uma Mesa bastante relevante para essa discussão, de oferta e demanda. Ela tem que estar nessa discussão, mas não só de forma restrita, como o Dr. Paulo Romano falou, ao foco da água circulante, à oferta e demanda da água que está ali, mas de forma abrangente. E essa discussão, para ser abrangente, nesse seminário que o MDR está organizando com o apoio do IICA, que, inclusive, vai ser transmitido pelas plataformas do IICA, traz diversas instituições importantes para sentarem e relatarem e compartilharem suas experiências e expectativas para o setor. E aí traz, de novo, essa questão dos diversos olhares que a agricultura irrigada requer e a necessidade dessa articulação. Então, a gente vai ter a SAF, do MAPA, e o MDR, é claro. A ANA vai estar lá, bem como a agricultura familiar de Mato Grosso, o MCTI, o Senar, a CNA, o Insa, a Embrapa. Então, é um evento bastante amplo onde será possível essa discussão de forma bastante ampliada. E é por meio dessas discussões que se vai buscar esse embasamento necessário.

Eu acho que, hoje, com esse fluxo de informações que são disponibilizadas pela internet, pela associação em redes, a gente tem que aproveitar essas oportunidades para buscar esse compartilhamento de informações, para otimizar recursos, para otimizar recursos de conhecimento, recursos públicos, para que a implantação de soluções, a implantação de políticas públicas já nasça de um processo amplamente discutido e consolidado. Então, eu acho que é importante a questão de retomar e manter de forma abrangente a interlocução com as principais representações do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, eu tenho um pouco a sensação – eu falei da efervescência – de que as coisas estão em ebulição e de que estão acontecendo várias coisas ao mesmo tempo, seja esse congresso no final do ano, sejam esses webinários, sejam as iniciativas do Inovagri, sejam as discussões que temos aqui, seja a rede criada em junho, acho que em um evento da CNA. Eu teria que... Talvez, o Paulo Cruvinel possa confirmar. Acho que é o Lineu que está coordenando essa rede, que é de agricultura irrigada, uma rede que já tem uma formação. Mas é importante que essas iniciativas estejam associadas a produtos específicos, a planos de trabalho, em que essa articulação chegue a resultados concretos que possam – estou colocando aqui como desafios – trazer este contexto de harmonizar esses conhecimentos e informações, porque, como o Dr. Paulo Romano já colocou, não é só a questão de oferta e demanda de água, mas é a questão territorial por meio da dimensão física e ambiental do uso da terra, é a questão da aptidão agrícola, é a questão de clima com os seus potenciais e limitações, é a própria questão de mercado, do valor agregado que essa cultura pode trazer.

Então, esses desafios têm de ser todos intercalados e discutidos de uma maneira mais convergente. Com essa convergência, eu acho que a gente poderia ir para o segundo desafio, Senador, na questão de políticas públicas: a evolução de toda essa discussão para um sistema de suporte à decisão. Eu acho que a gente tem que ter uma orientação, não a expressão do diagnóstico da agricultura irrigada, não a expressão da questão de oferta e de demanda, não a expressão do uso do solo, não a expressão das reservas ambientais, não essa questão; isso tudo tem de convergir para um sistema de suporte à decisão. Com esse sistema de suporte à decisão, a gente teria mais condições de definições claras de políticas públicas, a gente teria mais condições de definir quais as necessidades de adequação de infraestrutura, a gente teria mais condições de definir qual o planejamento e a prioridade de investimento, a gente teria condições de avaliação e mitigação dos impactos ambientais e das externalidades produtivas, a gente teria condições de oferecer ao mercado, como o Dr. Paulo Romano falou, a questão de aconselhamento e de uma linha para que os investimentos possam se manter. Quando a gente pensa que tem capacidade de produção de 500 mil hectares e que a gente está produzindo equipamentos para 200 mil hectares, como o Dr. Paulo falou, a gente está com uma capacidade subdimensionada e com essa possibilidade de crescimento de forma sustentável reprimida.

Eu acho que o caminho para essa discussão, para um sistema de suporte à decisão, passa pela questão de ciência de dados. Eu acho que ele passa pela questão de ferramentas de análise territorial que possam sobrepor esses diversos *layers* e gerar diversas análises que contribuam para essa discussão.

Eu destaco, como já foi falado, o trabalho feito pelo Dr. Durval, pelo Gerd Sparovek, pela Embrapa, porque são pesquisadores que estão com o olho nesta perspectiva de integração de informação.

Eu acho que, hoje, com o acesso que a gente tem à tecnologia, a questão de integrar base de dados é importante. O Dr. Paulo falou muito claramente da disponibilidade de informação, da informação de que a CPRM hoje dispõe. Então a integração de bancos de dados e a criação de ferramentas com base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessas ciências que possam intercalar e articular essas interfaces de forma multicritério, eu acho que esse é um dos caminhos que tem que ser discutido e tem que ser muito levado em conta. Eu acho que, dessa forma, a gente consegue ter o aproveitamento sustentável das potencialidades da agricultura irrigada, refletindo no que é esperado, que é uma questão de ser um agente promotor do desenvolvimento regional.

Então a fala do IICA vai muito neste sentido de ser um órgão que possa cooperar com esses diversos setores, que possa trazer a academia para essa discussão e contribuir para que se encontre um caminho que eu acho que passa muito pela ciência de dados e por essas análises multicritérios.

Obrigado, Paulo.

Obrigado, Paulo Cruvinel.

Obrigado, Francisco Soares.

Obrigado, Senador Izalci, pelo convite ao IICA. Eu queria ratificar a nossa disponibilidade de estarmos juntos nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós é que agradecemos.

Eu vou fazer aqui alguns comentários que chegaram, dos nossos internautas e telespectadores. E também vou fazer alguns comentários.

Nas considerações finais, cada um pode responder àquilo que for mais ligado à área de cada um, não é?

Renan Torres, do Paraná, diz assim: "Com essa escassez de chuvas, quais seriam as medidas adotadas nessas situações emergenciais para suprir a falta de água?".

Há apenas um comentário aqui do Igor Diego, de Pernambuco: "Com esse período de escassez hídrica, regulamentar a irrigação na agricultura é primordial para o abastecimento da população".

Elinadja Targino do Nascimento, de Alagoas: "Qual a perspectiva, na escassez hídrica, de uma forma organizada e consolidada de políticas públicas para a agricultura irrigada?".

Alison Felipe, de Santa Catarina: "Temos excelentes oportunidades dentro da agricultura irrigada, mas precisamos usar nossos recursos hídricos de forma responsável e correta".

Marcio Pereira Borali, de São Paulo: "Considerando a bacia hidrográfica como unidade básica de gestão, qual o papel das *startups* para a gestão de recursos hídricos?".

Rafael dos Santos Torres, do Rio Grande do Sul: "A agricultura é o carro-chefe do Brasil. Apoiar o avanço tecnológico nessa indústria é apoiar o avanço do País".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há algumas considerações também que eu quero fazer.

Uma das piores secas dos últimos cem anos, verificada em 2021, testa limites técnicos e operacionais do Brasil, colocando em risco as atividades de navegação, de piscicultura e de irrigação, além de provocar elevação média no custo de energia elétrica e de pôr o País diante de dilemas de gestão de bacias e reservatórios com potencial para riscos ambientais severos.

Nesse contexto, eu gostaria de indagar aos participantes desta audiência: o Brasil já dispõe de um plano plurianual com políticas públicas de Estado bem definidas para a agricultura irrigada? Quais seriam as metas, as diretrizes e os objetivos a serem alcançados pelo Brasil em um plano para a agricultura irrigada? Quais seriam os instrumentos a serem empregados diante de crises hídricas como a de 2021? Seria possível balancear a escolha crítica entre produzir energia elétrica, gerir os reservatórios e evitar danos ambientais severos como a morte ou o aprisionamento de peixes em lagoas por redução de vazão de hidrelétricas?

Segundo o livro *Diferentes Abordagens sobre Agricultura Irrigada no Brasil: Técnica e Cultura*, publicado em 2021, "a agricultura irrigada é uma das principais estratégias brasileiras para garantir o aumento da produção de alimentos com sustentabilidade: (i) social com a geração de inúmeros empregos diretos e indiretos, (ii) ambiental com [o acréscimo de] a área adicional irrigável de cerca de 15Mha, no período de 30 anos, não necessitar o desmatamento de novas áreas [...], e (iii) econômica devido ao aumento da produção e, consequentemente, da renda no campo, na agroindústria e na área de serviços".

Então, eu gostaria que os senhores respondessem às seguintes questões: a irrigação e a fertirrigação, que estão crescendo em ambiente protegido, como estufas, residências etc., podem ser soluções para a ampliação da produção de alimentos e para a conservação de água no País? Quais outras técnicas de irrigação deveriam estar em plano de longo prazo e deveriam ser apoiadas pelo Estado? A propósito, qual seria o potencial de aumento da disponibilidade de água em sub-bacias decorrente de inovações institucionais? Tal medida teria, de forma gradual, condições de eliminar riscos hídricos responsáveis, atualmente, pelo baixo nível de reservatórios destinados à hidroeletricidade?

De acordo com o Banco Mundial, a agricultura é a maior consumidora de água no mundo, contabilizando cerca de 70% do total de água doce anualmente retirada de rios, lagos ou águas subterrâneas. Por outro lado, a principal dificuldade técnica relacionada à irrigação é quando e quanto de água fornecer à cultura. Com umidade de solo apropriada, as plantas transpiram no seu nível potencial. No entanto, quando há perda de umidade do solo em níveis críticos, as plantas entram em estresse hídrico. Esse balanceamento é fundamental na dosagem de água. No contexto de seca, tal manejo é fundamental para manter a irrigação e para não comprometer a produção energética.

Considerando a irrigação como a maior consumidora de água no mundo e também a necessidade de balanço adequado de aplicação de águas nas culturas, eu indagaria aos participantes desta audiência:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o manejo de água na irrigação poderia ser otimizado para enfrentar essa questão técnica e ajudar o dilema hidroenergético? Quais inovações tecnológicas estão em curso para aprimorar a utilização de água na irrigação nacional? Quais seriam as melhores estratégias para garantir uma gestão eficiente de água na agricultura brasileira? Como os senhores entendem que deveria ser a regulação da matéria de um plano para a agricultura irrigada? Seria necessária a consolidação de legislações? Seria importante o estabelecimento de uma cobrança diferenciada de uso de água para irrigação? Seria importante estabelecer a obrigatoriedade de uso de certas técnicas, gotejamento, por exemplo, nas regiões hídricas críticas? O Estado deveria regular mais a matéria, ou a livre iniciativa deveria ser a opção preferencial para não haver tolhimento de inovação?

Então, vocês consideram aí que tem muitas dúvidas e colocações, e nós temos também pouco tempo para respondê-las.

Então, vamos dar uns três minutinhos para cada um fazer as suas considerações, cada um respondendo um pedacinho de cada questionamento. Mas já quero aqui agradecer muito a participação de vocês todos, excelentes profissionais e mestres.

Assim, agradecendo muito a participação de todos vocês, passo, então, paras as considerações finais, na medida do possível, respondendo algumas questões que foram levantadas.

Passo a palavra ao meu amigo, o Dr. Paulo Afonso Romano.

O SR. PAULO AFONSO ROMANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, sendo objetivo e, mais uma vez, agradecendo, eu digo o seguinte: o senhor adensou, ampliou e diversificou a pauta em nível operacional e estratégico. Maravilhoso! Quer dizer, a gente está disposto a continuar conversando em outra hora.

Eu resumo aqui uma coisa num plano político e estratégico. Quando o senhor fala da questão de energia – e, eu diria, outros usos –, eu acho esse um ponto fundamental e é uma questão política séria. Eu sempre assumi isso, sempre! Nós não podemos ficar reféns da energia quando nós temos usos múltiplos da água; nós temos que começar a repactuar essa predominância de água para produzir energia em detrimento de outros riscos. Então, é fundamental.

E, inclusive, a Agência Nacional de Águas fez um estudo mostrando que o uso de água para irrigação, a mesma quantidade usada para produzir energia, numa passada pela turbina, dá um retorno muito maior, o retorno econômico e social.

Bom, acho que, quando perguntam sobre otimização, a fertirrigação, a agricultura, principalmente a pequena agricultura, que, pela primeira vez, está aí sendo abordada, nós temos que incluir pequenos produtores, que não são irrigantes e não se viabilizarão em pequenas áreas sem irrigação. Nesse caso, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura protegida é fundamental, porque, sem a proteção, ele também não vai controlar pragas e doenças e fica uma equação a ser realizada no plano sanitário.

Reúso de águas. Eu acho que precisa ser introduzido o reúso de águas com tratamento, vamos dizer, primário, pois a água não precisa ficar potável. Isso vale para a água de uso industrial, de esgoto e tudo mais.

Agora, fundamentalmente, nós tivemos aqui uma unanimidade: a agricultura irrigada, na perspectiva posta pela convocação da Comissão liderada pelo Sr. Senador Izalci, passa a fazer parte de uma pauta brasileira para enfrentar os seus sérios desafios internacionais no plano político e estratégico, principalmente quando fala de segurança alimentar e, inclusive, a intensificação – de que nós já falamos aqui várias vezes –, a conversão de áreas já desmatadas para ser o nosso principal discurso mundial junto ao IPCC, junto à discussão de mudança climática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Paulo.

Passo imediatamente, então, a palavra ao Paulo Cruvinel, para as suas considerações finais.

O SR. PAULO ESTEVÃO CRUVINEL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Izalci Lucas.

Eu gostaria, inicialmente, de rapidamente agradecer por todas as perguntas que foram encaminhadas aqui. Rapidamente, vou comentar duas dessas perguntas, uma delas que fala sobre a questão de risco, como minimizar risco.

Quer dizer, todo o processo está associado a risco, mas, sem dúvida, a questão do uso das boas práticas e a estruturação de um modelo de governança e de gestão adequado vai minimizar esses riscos.

Então, é muito importante, uma vez mais isso reforça a necessidade de se caminhar na estruturação de uma política pública para o setor, de tal maneira que ela seja orientadora do próprio processo como um todo. Então, esse é um ponto fundamentalmente importante.

Outra questão que foi colocada sobre os 70% da água usada em agricultura, na verdade, senhoras e senhores, 70% são um número que foi colocado de alguma maneira na história, mas não é um número que é qualificado adequadamente sob o ponto de vista científico; mas, de qualquer maneira, seja lá o percentual que for considerado, no fundo, o grande consumidor de água não é agricultura, são as pessoas através dos alimentos, através da energia, através do uso dos resultados das fibras.

Então, é muito importante nós trabalharmos nesse novo nível, nessa nova visão, nessa nova forma de conscientização dessas realidades, até porque, numa visão de círculo virtuoso, quem entende do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo do ciclo da água sabe que a própria água utilizada na irrigação, mesmo em outros processos agrícolas, quer dizer, ela chega também aos lençóis freáticos. Então, há um processo de renovação no próprio contexto como um todo. Quem lembra da velha expressão do pensador e cientista Lavoisier, "na natureza nada se perde, nada se cria, que tudo se transforma". Quer dizer, há um processo realmente virtuoso que deve ser considerado. É lógico que isso não tira a responsabilidade do uso racional do insumo. Isso é muito importante e deve ser observado.

Uma outra questão também, a questão das escalas, das diferentes agriculturas que nós temos no Brasil, por assim dizer, passando pelo pequeno agricultor, pelo médio produtor, pelo grande produtor, nas suas mais diferentes formas de mecanismos de manejo que são utilizados, desde a própria questão dos aspectos orgânicos, ou mesmo da agroecologia, ou mesmo da agricultura de precisão, ou mesmo dos outros processos que levam a diferentes aspectos do manejo, como o plantio direto entre outros, cada um com as suas especificidades, mas todos tem a sua importância.

Por isso é importante, de fato, quando se fala em política pública – e foi muito bem colocado aqui principalmente pelo Cavalcante, Dr. Cavalcante, e também um pouco pelo Dr. Paulo Romano –, quer dizer, a preocupação de olhar esse conjunto das escalas. Quer dizer, a política pública tem que ser orientada, ou deverá ser orientada, olhando esse conjunto dessa multiplicidade que se coloca aí nos aspectos da agricultura.

Isso posto, eu queria aqui rapidamente finalizar, deixando aqui os meus agradecimentos e a minha satisfação de participar nesta mesa de discussões, aqui saudando o Dr. Francisco Soares, o Dr. Pedro Cavalcante, deixando para o final aqui o nosso caríssimo Dr. Paulo Romano, a quem realmente nós temos um grande respeito. É uma grande expressão nacional, um brasileiro verdadeiro, que tem realmente trazido uma série de contribuições e de reflexões. Participar com ele nesta mesa, além de ser uma grande satisfação, é uma grande honra.

E não menos importante, ao saudar todos os participantes, novamente saúdo aqui a V. Exa. o Senador Izalci Lucas, que, de forma espetacular, por assim dizer, traz esse tema de uma maneira prioritária, no nível do Senado Federal, no Senado do Futuro, o que é fundamentalmente importante para um País como o Brasil, que não é seguidor, é protagonista.

Um grande estrategista já falou em algum momento que aquele que não tem uma estratégia tem que seguir a estratégia dos outros. Foi o Alvin Toffler que escreveu essa frase. Nós como brasileiros temos que ter a nossa estratégia e nós devemos ser protagonistas não só no próprio país, mas também no mundo, principalmente nessa questão que tange ao abastecimento, seja em nível alimentar, de fibras ou de energia. Então, isso posto, eu agradeço mais uma vez.

E finalizo realmente dizendo que outro grande pensador, no final do século XX, que foi Peter Drucker, disse que a autotransformação é o grande desafio. Os grandes processos terão sucesso na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida em que eles sejam desenvolvidos de forma organizada. E definir uma política pública para a agricultura irrigada é fundamentalmente importante como elemento estruturante e organizador para que se chegue realmente aos resultados expectados.

Muito obrigado.

Muito obrigado a todos aí pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo. Nós é que agradecemos.

Eu passo a palavra também, para as considerações finais, ao Dr. Francisco Soares.

O SR. FRANCISCO SOARES DE LIMA JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente é parabenizar, mais uma vez, o Senador Izalci por esse evento, por essa discussão tão importante para o setor e agradecer também aos demais palestrantes, ao Dr. Paulo Romano, ao Dr. Paulo Estevão, ao Pedro, do IICA, nosso parceiro, e dizer assim do trabalho que o MDR tem feito em busca de desenvolver aí uma estratégia com relação a essa questão da agricultura irrigada.

Então, é interessante informar que está sendo construída uma plataforma chamada Sinir, que é o Sistema Nacional de Informação sobre Irrigação. Essa plataforma está sendo construída e deverá estar pronta em março, em que deverá haver assim todas as informações relativas à questão da agricultura irrigada.

Nós estamos também simultaneamente construindo uma plataforma de segurança hídrica. A Secretaria Nacional de Segurança Hídrica está montando também uma plataforma para ter conhecimento de toda a situação hídrica do País, enquanto se constrói, se faz aí um planejamento, um estudo de como fazer uma integração de bacias no Brasil, em como é que a gente pode garantir segurança hídrica em todo o Território brasileiro, sabendo que regimes hídricos são diferentes em cada uma das regiões. Então é muito importante haver esse estudo para garantir a segurança hídrica em todas as regiões, em função de qualquer dificuldade hídrica que haja.

O seminário que deverá acontecer sobre agricultura irrigada pelo pequeno irrigante, que será no dia 18, na próxima semana, numa parceria do MDR com o IICA, é mais um resultado de um trabalho que vem sendo desenvolvido nessa parceria, justamente para obter elementos, subsídios para a definição de uma Política Nacional de Irrigação. O MDR está preocupado e vem desenvolvendo, em várias fontes, trabalhos de pesquisa, buscando justamente obter as informações necessárias para se construir esse planejamento, essa estratégia. Com certeza, não só o Senado, mas também a Câmara terão papéis fundamentais nesse processo de discussão e de formatação de uma política nacional para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, parabenizo a todos que participaram e deixo aqui a nossa disponibilidade. Para qualquer informação que seja necessária, nós estaremos aqui totalmente à disposição da Comissão do Senado.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós é que agradecemos.

Passo também já a palavra, para as considerações finais, ao Dr. Pedro Cavalcante.

O SR. PEDRO CAVALCANTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Quero ratificar o prazer de estar aqui com vocês. Para mim, é sempre um aprendizado escutar mentes tão brilhantes e tão comprometidas e envolvidas com o tema.

Agradeço ao Cruvinel, pela apresentação dele; ao Dr. Paulo Romano – foi um grande prazer reencontrá-lo –; e ao Dr. Francisco Soares, com quem também tenho alguns encontros dentro dos nossos projetos.

Tentar responder a todas as perguntas é meio difícil, mas vou tentar fazer uma abordagem que seja abrangente e que contemple todas as questões que foram colocadas.

De trás para frente da minha apresentação, eu acho que o caminho está na ciência de dados. A gente tem uma discussão bastante complexa, que tem que integrar bastantes informações e, de alguma maneira, equilibrar poderes, porque senão essa discussão sempre vai ser sobre energia *versus* segurança alimentar, e a energia levando uma grande vantagem na discussão, no peso dessa discussão. Então, se a gente não evoluir para um suporte, para um sistema de suporte a decisão, eu acho que haverá um desequilíbrio de força nas discussões para os usos múltiplos da água.

Falou-se também da questão de *startups*. Eu acho que é um caminho sem volta a questão da transformação digital e dos programas de inovação. Recentemente, eu estava olhando um censo de *agritechs* no Brasil. Eu acho que são mais de 300 *agritechs* que estão aí em trabalhos com processos de desenvolvimento de propostas, de soluções ligadas ao agro. Então, a transformação digital, ela vai passar, ela vai estar presente, ela vai estar cada vez mais forte, e isso vai refletir seguramente em desempenho, vai refletir em logística, vai refletir em equipamento, vai refletir no uso da água.

E, nessa perspectiva, o IICA tem um trabalho, uma parceria. O Embaixador do IICA, Michael Kremer, que é Nobel de Economia de 2019, trabalha muito fortemente na África e tem algumas propostas já para o Brasil de novas tecnologias estarem disponíveis e acessíveis para pequenos produtores. Então, essa questão é também importante. A questão da conectividade, que eu acho que aqui não era um tema específico, a questão da inclusão digital no mundo rural, ela é importante, ela tem que ser fortalecida, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a questão do reúso. O reúso vem como uma alternativa, principalmente num cenário de escassez hídrica, que traz uma relevância muito grande.

E eu trago aqui um pequeno depoimento da dificuldade, às vezes, de a gente entender a questão do saneamento intimamente ligada com a questão da agricultura. O ICA hoje tem parcerias com empresas de saneamento, principalmente na Bahia, com a Embasa, e, num primeiro momento, foi difícil até justificar porque uma empresa de cooperação técnica para a agricultura estaria fazendo cooperação com o saneamento. E uma das pautas principais da Embasa é a questão do reúso. Então, fazer essa conexão de saneamento com agricultura, passa por uma pauta em que tem que ser justamente ampliada essa discussão e ampliado esse olhar.

E também queria fazer referência à Embrapa Hortaliças, aqui em Brasília, Cruvinel, com o trabalho do pesquisador Carlos Pacheco, que tem trabalhado muito fortemente numa estação de tratamento de efluentes, para uso na agricultura. E a gente está fazendo a ponte para a instalação desse piloto em Estados do Nordeste, principalmente no Ceará, onde a questão da escassez hídrica é fundamental. E seria possível, para pequenas comunidades, terem, além do saneamento, o efluente tratado para reúso na agricultura.

Então, o papel fundamental da Embrapa, sempre puxando soluções inovadoras e adequadas a realidades de diversos brasis. Então, é nisso que a gente também tem que estar de olho.

Obrigado, Senador, obrigado colegas de Mesa, e quero agradecer ao público que nos acompanhou e mandou as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós é que agradecemos. E gostaríamos muito de contar com a participação de todos vocês na consolidação, na organização e na consolidação de uma política pública de Estado, para a agricultura irrigada.

É evidente que a Comissão do Senado do Futuro vai continuar fazendo contatos para que a gente possa, juntos, aperfeiçoar a legislação, buscar implementar realmente uma política de Estado.

Então, eu agradeço muito a participação de cada um e declaro encerrada a nossa audiência pública.

Obrigado pela participação.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dezessete minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Plínio Valério, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Eduardo Braga e Paulo Rocha, e ainda da Senadora não membro Maria Eliza. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 16/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Esclarecimentos sobre as recentes exonerações ocorridas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Participantes:** Sr. Danilo Dupas Ribeiro, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; Sr. Deputado Federal Professor Israel Batista, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Educação; e Sr. Alexandre Retamal, Servidor do Inep e Presidente da Associação dos Servidores do Inep - Assinep. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/17

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de novembro de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as recentes exonerações ocorridas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Foram convidados a participar:

Danilo Dupas Ribeiro, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);

Deputado Federal Professor Israel Batista, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação;

Alexandre Retamal, servidor do Inep e Presidente da Associação dos Servidores do Inep.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta também à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania da internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou também pelo telefone 0800-0612211, 0800-0612211!

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais.

Eu agradeço muito a presença de todos e já passo imediatamente ao nosso convidado Danilo Dupas Ribeiro, que é o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Acho que não preciso aqui entrar nos detalhes dos objetivos desta audiência. O objetivo colocado é exatamente esclarecer essas questões que estão ocorrendo no Inep.

Então, eu passo a palavra ao Professor Danilo Dupas Ribeiro, nosso Presidente do Inep. (*Pausa.*)

Tem que liberar o som aí.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos os presentes nessa audiência pública na qual teremos a oportunidade de falar sobre a realização do Enem 2021 e sobre os temas pautados no ato da convocação dessa audiência. Cumprimento o Presidente dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Senado do Futuro, Senador Izalci e Lucas, na pessoa de quem estendo o meu cumprimento aos demais Parlamentares presentes.

É uma grande honra estar aqui nesta respeitada Comissão, e agradeço a oportunidade de falar sobre os preparativos do Inep para seus exames e avaliações.

Primeiramente, quero garantir que o Enem 2021 será realizado normalmente. Nos próximos domingos, dias 21 e 28 de novembro, não há qualquer risco em relação às aplicações. Estamos preparados e em contato com todas as aplicadoras, com a Polícia Federal e com todas as entidades envolvidas na aplicação para quaisquer eventualidades.

No último domingo, 14 de novembro, aplicamos as provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enade 2021. O Ministro da Educação, Sr. Milton Ribeiro, esteve comigo no Inep acompanhando a execução desse importante exame junto a uma robusta equipe técnica no instituto. Foi uma aplicação de sucesso, especialmente no contexto da pandemia de covid-19, e que ocorreu sem nenhuma intercorrência.

Com relação ao Saeb, os testes estão sendo aplicados desde o dia 8 de novembro, com normalidade, e vão até o dia 10 de dezembro, de acordo com o cronograma previsto para sua aplicação.

Com relação às denúncias noticiadas nos últimos dias, quero registrar que elas não correspondem à verdade e à totalidade dos fatos. Para contextualizar, eu assumi o Inep com a missão de buscar excelência nos processos, produtos e serviços que o instituto entrega à sociedade e também ampliar e fortalecer os princípios da governança pública. Quero afirmar: em mais de 20 anos de atuação profissional, minha administração nunca foi denunciada por ações de assédio moral. Não tolero e não coaduno com ações desse tipo. Todas as denúncias que chegarem pelos canais disponíveis serão tratadas seguindo os preceitos legais e pelas instâncias ligadas aos órgãos de controle.

Como Presidente do Inep sou responsável por todas as atividades e ações do instituto.

Componho a Etir, que é o grupo responsável por tratar possíveis incidentes que possam ocorrer durante a aplicação dos exames, como, por exemplo, falta de energia, problemas de acesso, falta de água entre outros.

Ressalto que busquei conhecer o processo logístico dos exames: visitei as gráficas, as empresas aplicadoras contratadas, participei da reunião com as forças de segurança, e o Gabinete da Presidência realiza reuniões diárias com as diretorias e demais responsáveis para garantir uma aplicação segura dos exames como Enem, Saeb e Enade.

Seguimos princípios de governança pública – transparência, integridade e capacidade de resposta – e implantamos nesta gestão a Assessoria de Governança e Gestão Estratégica do instituto, como órgão de assistência direta e imediata à Presidência, compondo parte da nova reestruturação da autarquia. Estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscando ampliar a transparência, garantir a isonomia nos processos e normatizar diversas atividades do instituto de forma a melhorar a eficiência e o resultado para a sociedade.

O aperfeiçoamento contínuo é uma obrigação de todo gestor, mas todo processo de mudança gera desconforto. Toda mudança que implique novas regras, agora padronizadas, gera uma necessidade de aprendizado e adaptação de comportamento. Nem todas nem todos estão abertos a tais ações. É extremamente difícil mudar hábitos já enraizados e comportamentos habituais realizados por um longo tempo, mas isso não pode ser impeditivo para implantar regras que deem maior segurança e transparência aos processos.

Uma das mudanças em discussão é a regulamentação da Gecc (Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso). O pagamento da Gecc tem sido realizado desde 2012. De forma simples, a Gecc é devida para aquelas atividades que não estão previstas nas competências da área ou da carreira do servidor, ou seja, um servidor de uma diretoria específica poderia receber Gecc desde que realize atividades que não estejam previstas como suas atribuições normais. Não somos contra o pagamento da Gecc, mas, sim, a favor da correta utilização desse instrumento. Assim, buscamos padronização e normatização de forma que os pagamentos sejam realizados conforme os preceitos legais e a quem se deve de direito. Nesse mesmo sentido, buscamos também criar uma ferramenta para que todos os servidores possam ter a oportunidade de participar das atividades, respeitando os requisitos necessários e evitar a concentração do recebimento desses valores em poucos servidores. As decisões administrativas sobre a Gecc seguiram orientações da Auditoria Interna, da Procuradoria Federal do Inep e da Assessoria de Governança. Agimos sempre dentro da lei e seguimos as recomendações dessas importantes áreas para garantir a isonomia, a transparência e a legalidade.

O pedido de retorno gradual presencial ao trabalho também causou desconforto. O Inep está apenas cumprindo determinação do Ministério da Economia, garantindo que sejam cumpridos todos os requisitos de segurança. No momento em que o Ministério da Educação incentiva e orienta o retorno das aulas em todo o Território nacional, não faz sentido que servidores se recusem a retornar ao trabalho presencial. Vale lembrar a recente tentativa da associação de servidores de judicializar essa questão e impedir o retorno presencial dos servidores.

Sobre o pedido de exoneração dos servidores do Inep, não há uma resposta única e simples. Temos que destacar alguns pontos. Não há que se falar em demissão, pois são servidores efetivos do Inep que colocaram os seus cargos em comissão à disposição. Mesmo que peçam exoneração dos cargos, continuam exercendo suas atividades no órgão, até que sejam formalmente exonerados de seus cargos comissionados. Após essa formalização, deverão exercer suas atribuições como servidores de carreira do Inep, ainda que não investidos nos cargos em comissão. Os servidores que pediram exoneração representam cerca de 10% do corpo de servidores do instituto, que é de 384 servidores. Os cargos podem ser ocupados por outros servidores da casa ou até mesmo por servidores de outros órgãos ou Poderes igualmente competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A carreira de servidores do Inep, apoiada em sua associação, solicitou que fosse encaminhado o pedido ao Ministério da Economia para que sua carreira fosse incluída na lista de carreiras típicas de Estado na reforma administrativa. Esse pedido foi endossado pela alta direção do Inep e MEC.

Espera-se, portanto, que os servidores do Inep justifiquem tal pedido com uma postura que preserve sempre o interesse público em detrimento dos interesses pessoais em respeito a toda sociedade brasileira.

Somos questionados se é natural que esse elevado número de servidores peça exoneração ao mesmo tempo. A resposta é não, mas também não é natural que 37 servidores, aparentemente preocupados com os exames e com o Inep, peçam exoneração ao mesmo tempo e na véspera da realização das provas. Também não nos parece natural que essa ação coordenada de pedido de exoneração aconteça depois de adoção de medidas que buscam dar maior transparência e padronização de pagamentos aos servidores que, em 2012, representavam R$700 mil e chegaram a alcançar, na sua totalidade, R$8 milhões.

Sobre a interferência nas provas do Enem, o Sr. Ministro da Educação, Milton Ribeiro, e eu não tivemos, em nenhum momento, acesso às provas. As provas foram montadas pela equipe técnica seguindo a metodologia que vem sendo adotada, a Teoria de Resposta ao Item (TRI). A prova possui um conjunto de questões de diversos níveis de dificuldade que são calibradas para garantir um certo nível de prova. É comum, portanto, que durante a montagem da prova tenha itens que são colocados e itens que são retirados justamente para garantir o nivelamento das provas. Inclusive o TRI garante que as notas dos alunos sejam comparáveis com as notas dos exames anteriores, independentemente do fato de as provas serem diferentes a cada ano.

Os itens utilizados para a elaboração das provas do Enem 2021 já estavam prontos e disponíveis no banco de itens, pois foram produzidos em gestões anteriores. Não há qualquer interferência no processo da montagem das provas em 2021. Atualmente, um servidor de carreira do Inep ocupa o cargo de Diretor de Avaliação da Educação Básica e conta com o apoio, o respaldo e a confiança da gestão do instituto com autonomia para executar as atribuições do cargo.

As tomadas de decisões para montagem das provas do Enem envolvem avaliações tecnopedagógicas e psicométricas para proporcionar uma aplicação de prova justa, com qualidade e comparabilidade.

Concluo afirmando que os meus diretores contam com a minha confiança para tomar decisões conforme as respectivas competências, bem como confio na capacidade técnica das equipes que compõem cada diretoria e assessoria.

Reforço que os canais de comunicação com o Presidente sempre estiveram abertos aos servidores e aos colaboradores do Inep.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já passo imediatamente, então, a palavra ao nosso Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, Deputado Federal Professor Israel Batista.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (Bloco/PV - DF. Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Izalci, eu quero agradecê-lo por esse convite e dizer que fico muito satisfeito com a sua gestão como Vice-Presidente da frente de educação daqui, do Congresso. É sempre um parceiro importante na luta pela educação, é sempre um parceiro muito dedicado a essa causa.

Eu quero cumprimentar o Presidente Danilo Dupas, quero cumprimentar o Alexandre Retamal e quero aqui trazer a minha preocupação com a situação do Inep. A preocupação diz respeito primeiro à não resposta sobre as diversas acusações que a Associação dos Servidores do Inep trouxe à tona, acusações que foram apresentadas no âmbito da Frente Parlamentar Mista de Educação e, no dia seguinte a essa apresentação, nós entendemos que a presença do Presidente Danilo Dupas não foi suficiente para desfazer todo o constrangimento, todos os questionamentos que a gente tem recebido por parte dos servidores.

Eu percebi, na fala do Presidente Danilo, uma tentativa de levar esse debate para um debate meramente de servidores contra gestão, como se fosse por causa de uma gratificação ou coisa parecida, mas é importante lembrar que esse tensionamento, Presidente Danilo, é um tensionamento que começou em 2019, com o Governo, e não tem nada a ver com gratificação. Não é isso. Servidores estão se queixando de certas interferências que são amplamente divulgadas e defendidas por membros do alto escalão do Governo, inclusive o Presidente da República, que não têm uma compreensão de como se constroem os itens do Enem, de como esses itens do Enem precisam abordar temas que estão em debate nacional e que muitas vezes – vamos rasgar o verbo aqui – ferem a predileção do Governo pela pauta dos costumes. Então, não vamos tentar subverter a ordem desse debate, transformando-o num debate meramente trabalhista, digamos assim: os servidores, por causa de gratificação ou por causa de salário... Não é isso de que nós estamos falando.

A prova do Enem é uma política pública que precisa ter a cara do Brasil porque ela é uma política de Estado! Não é uma política de um governo ou de outro; ela é uma política de Estado que traz uma parte da nossa sociedade, que são os estudantes do ensino médio pretendentes ao ensino superior, para os grandes debates públicos que precisam acontecer no País também. É isso. A educação brasileira é uma educação também transformadora. Isso é constitucional. Então, ela forma cidadania.

Na semana passada, nós fizemos perguntas muito claras, muito objetivas que precisam de respostas. Nós estamos aqui, Senador Izalci, na Comissão de Educação, aprovamos o convite para o dia 1º, para o Ministro da CGU, para que ele venha também, porque nós já recebemos gentilmente a presença do Presidente Danilo Dupas, do Ministro da Educação constantemente, mas nós temos uma sensação de que as coisas não se resolvem, de que o Presidente não compreende do que se trata o assunto. O Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Educação ontem teve que apagar um incêndio pela fala presidencial, que desnudou as reais intenções do Governo sobre o Inep.

No fundo, o que nós queremos saber é por que foi feita uma comissão de montagem paralela, com pessoas sem experiência nesse tipo de atividades. Quando os servidores – que têm estabilidade e, por isso, são menos suscetíveis a essas pressões – denunciaram, essa comissão foi desfeita, mudou-se a proposta. No fundo, Senador Izalci, o que o Senado precisa saber nesta reunião de hoje é por que alguns servidores da Coordenação-Geral de Exames para Certificação e por que alguns colaboradores que foram por chamada pública escolhidos e que tinham grandes experiência tiveram seus nomes barrados da participação da montagem das provas do Enem? Por que isso aconteceu? Quais foram os critérios de seleção? Quem determinou que fosse feito dessa forma?

A gente, no fundo, precisa entender por que, no dia 2 de setembro de 2021, nós tivemos um agente da Polícia Federal no ambiente seguro? Isso não é corriqueiro, como o senhor deu a entender, Presidente Danilo, na reunião da Comissão de Educação da Câmara. Não é corriqueiro, é fora do protocolo, e o Estado deve agir conforme o protocolo, conforme as orientações da lei. Então, a gente ter um agente da Polícia Federal com autorização assinada pelo Sr. Eduardo Nepomuceno dentro da área segura do Inep não é adequado, não é? Por que motivo ele estava ali? Por que ninguém foi avisado da presença dele? Por que a autorização desse agente foi excluída do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)? É isso que nós queremos saber. É isso que Frente da Educação está investigando e é isso que a Frente da Educação tem pressionado as Comissões de Educação da Câmara e do Senado para identificar. E nós solicitamos as imagens do dia 2 de setembro formalmente ao Ministério. Nós queremos as imagens do circuito de segurança.

Na semana passada, Presidente Danilo, a sua resposta não foi adequada. Não foi adequada, porque nós sabemos o que aconteceu e nós sabemos que não é corriqueiro, não é a prática e, sobretudo, é irregular; não está dentro do regramento jurídico que deve nortear a ação dos servidores e gestores do Inep.

Nós estamos vivendo a pior crise do Inep, sem sombra de dúvida. A prova do Enem precisa ser protegida. Sobre isso, Presidente, conte com a nossa solidariedade, porque a gente sabe dessa dificuldade, mas fica claro que é preciso que o senhor faça um freio de arrumação no Inep. Não é normal, de modo algum, que o relacionamento entre a gestão e os servidores se dê dessa forma, quando nós temos a saída de quase quatro dezenas de servidores da alta gestão dessa autarquia, que é responsável por produzir os dados que vão dar lastro para formulação e execução das políticas públicas educacionais brasileiras. Então, não é natural. E para isso que eu queria chamar a atenção.

E a gente precisa também... Eu sei que o senhor faz essa afirmação, Presidente Danilo, de que tem autonomia, mas não é o que parece. O Inep é uma autarquia do MEC, que tem relação com o MEC, mas que também precisa de uma autonomia, porque ele é produtor de dados que, em última análise, podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer constrangimentos ao Ministro da Educação, aos secretários estaduais de educação, aos secretários municipais de educação e ao Presidente da República. Não é adequado, não é de bom-tom e não é juridicamente correto que um órgão que produz dados que podem, em última análise, permitir ao eleitor uma avaliação sobre o Governo tenha tamanha submissão a um órgão político como o Ministério da Educação. É uma confusão profunda, que é comum nesse Governo, entre a política e a técnica. O Inep precisa ter algum grau de independência. E qual é o nível de autonomia para a tomada de decisões que o senhor tem, já que um dado produzido pelo senhor pode significar uma má avaliação da sociedade em relação às escolhas de políticas públicas feitas pelo Governo? É por isso que o Inep é uma autarquia, é independente, porque ele é técnico.

Eu sou informado, Sr. Presidente, de que todas as decisões que se referem ao Inep precisam de algum nível de chancela do Ministério da Educação, e nos foi, dado, inclusive, o nome de uma eminência parda dentro do Inep, que é o Secretário-Executivo de MEC, o Sr. Victor Veiga.

Então, é sobre isso que nós queremos falar, com todo o respeito ao senhor, porque sabemos qual é o tamanho da dificuldade de execução de uma das maiores provas do mundo. A gente quer é entender se as suas decisões, que dependem do senhor formalmente, com relação ao novo Saeb, ao Enem Seriado, que se encontram agora sem uma resposta definitiva, estão nas mãos de alguém que se porta pela orientação técnica. Nós entendemos que existe a necessidade, na democracia, de que a política faça suas intervenções, dê grandes orientações, mas nos parece, Presidente Danilo Dupas, que a política está se envolvendo nas minúcias técnicas, e aí fica inadequado. É claro que a política precisa ter voz em todos os âmbitos, porque vivemos numa democracia, mas está um pouco exagerado, por tudo que temos ouvido falar. É sobre isso que nós queremos conversar aqui.

Presidente Izalci, eu quero lhe agradecer pelo convite e pedir desculpas, mas nós estamos, agora, neste momento, em duas Comissões ao mesmo tempo – a Comissão de Educação está funcionando agora e a Comissão de Fiscalização e Controle –, e o senhor, que já passou por esta Casa e que hoje está no Senado muito merecidamente, sabe qual é o tamanho do trabalho aqui, na Câmara, também. É aquela correria de sempre!

Parabéns, Senador Izalci! Muito obrigado, Presidente Danilo Dupas, pela presença. Obrigado, Alexandre Retamal, pela presença também.

São essas as minhas colocações e questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Professor Israel, nosso Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação.

Eu até quero já justificar que nós fizemos rapidamente a aprovação desse requerimento para esta audiência de hoje, que eu iria até apresentar na Comissão de Educação, mas, como seria apenas na terça-feira, então resolvemos, em função da urgência do assunto, passar para a Comissão Senado do Futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui a pouco, o próprio Presidente da Comissão de Educação também vai se pronunciar, como outros Senadores.

Vou passar imediatamente a palavra ao Alexandre Retamal, que é servidor do Inep e também Presidente da Associação dos Servidores do Inep.

Com a palavra, Alexandre. (*Pausa.*)

Seu som está fechado.

O SR. ALEXANDRE RETAMAL (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O SR. ALEXANDRE RETAMAL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Izalci. Estendo meu cumprimento a todos os Senadores presentes nessa audiência. Bom dia ao Deputado Federal Professor Israel; bom dia ao Presidente do Inep, Danilo Dupas. Quero iniciar manifestando nossa gratidão, em nome dos servidores do Inep, por essa oportunidade de nos manifestarmos nessa audiência do Senado.

Ouvi com atenção as palavras do Presidente do Inep, Danilo Dupas, bem como as palavras do Deputado Federal Professor Israel, e eu começo dizendo que o Inep vive um momento em que mais do que nunca... A sociedade mais do que nunca precisa de um Inep como uma instituição forte de Estado, para garantir que as evidências que o Inep produz para o desenvolvimento da educação brasileira possam ter a isonomia e os critérios estatísticos necessários.

Para quem não sabe, o Inep é o principal produtor de evidências sobre a educação brasileira, que são indispensáveis ao planejamento, à formulação, à implementação, ao monitoramento e avaliação das políticas públicas em todos os níveis educacionais e esferas federativas. Isso significa que, anualmente, o impacto das ações que o Inep produz alcança cerca de 60 milhões de cidadãos brasileiros, entre governantes, gestores de rede de ensino e de escolas. E mesmo sendo um órgão com toda essa responsabilidade social, nas últimas décadas, aumentaram consideravelmente as atribuições e competências legais do Inep, o que para nós, servidores do Inep, é uma grande honra, um trabalho que nós procuramos fazer com um sentimento de missão, dedicando nossas vidas, dedicando anos de estudos para que esse trabalho possa ser feito de maneira que a gente entregue para a sociedade o que a sociedade espera de nós, mas os servidores do Inep aqui falam e alertam a sociedade da falta de autonomia técnica, administrativa e orçamentária que esse órgão passa já há alguns anos,

Para comprovar isso, basta dizer das sucessivas trocas de comando da autarquia. Nós tivemos 15 presidentes nos últimos anos e temos uma estrutura de gestão fragilizada, defasada desde 2002. Além disso, como as nossas carreiras no momento não são tão interessantes, a gente passa por um quadro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perda permanente de profissionais qualificados do quadro de servidores, e atualmente metade dos cargos de servidores do Inep está vago.

O Presidente falou que atualmente são 384 servidores, e poderiam ser cerca de 700 servidores para dar conta, para atuar e entregar à sociedade o que a sociedade espera do Inep. Então, a solução definitiva para a crise crônica que o Inep está atravessando nesse momento está nas mãos do Congresso Nacional. Nós não podemos permitir que se destrua o termômetro da educação brasileira, conforme essas informações que eu estive trazendo aqui.

Neste momento, eu quero falar que o Sr. Presidente do Inep, Danilo Dupas, falou das ações que ele está fazendo na gestão dele, e, com todo respeito, eu quero aqui dizer que fica parecendo que está tudo bem, mas, para nós servidores do Inep, o que está acontecendo não é uma situação por conta de briga ideológica ou por motivação ideológica ou política ou uma situação por motivações financeiras, como foi aqui dito, por conta da Gecc, a gratificação.

Essa gratificação é uma gratificação regulamentada por lei e que já é objeto de acórdão do TCU, e foi auditada pelo Tribunal de Contas da União. Inclusive eu vou pedir, Senador, autorização para encaminhar a esta Comissão os documentos do TCU que referendam essa minha fala. Mas não é isso que está motivando os servidores. Nós estávamos numa assembleia dos servidores quando um grupo de servidores, entre eles diversos que entregaram seus cargos, falou nessa assembleia das situações que estavam enfrentando em suas áreas, denunciando casos de abuso moral, de assédio moral, de pressão e, principalmente, dizendo que não estavam sendo ouvidos em suas opiniões técnicas.

Marcamos, então, outra assembleia extraordinária na porta do Inep, em que esses mesmos servidores, junto com todos os servidores do Inep... E aqui quero dizer: não são todos os servidores do Inep que recebem essa gratificação. Então, esse movimento não é só dos que recebem a gratificação citada pelo Danilo, é de todos os servidores do Inep. Por quê? Porque nós vivemos hoje em dia dentro do Inep um clima de desconfiança, um clima de insegurança, um clima de insatisfação generalizada com a atual gestão. É preciso dizer isso, Senador Izalci. É preciso dizer isso, Deputado Israel. E eu quero aqui dizer isto com todo respeito ao Presidente do Inep, Danilo Dupas: os servidores do Inep não confiam nessa gestão. Se confiassem, nós não estaríamos vivendo essa situação. E eu acho que cabe ao Presidente do Inep um exame – mais do que ficar só nos acusando – para tentar entender por que os servidores do Inep não estão confiando na sua gestão.

Desde o início da gestão dele, nós pedimos para ser feita uma reunião ampliada com todos os servidores do Inep, que fosse no auditório ou que fosse uma reunião *online*, para que os servidores pudessem ser ouvidos. Não é só a Assinep que precisa ser ouvida, como representante dos servidores: os servidores querem ser ouvidos. Foram servidores que procuraram a Assinep, para que nós os apoiássemos nesse movimento que está acontecendo. Eu concordo com o Presidente do Inep e concordo com o Deputado que isso está acontecendo às vésperas do Enem, mas chegou-se a este momento por conta do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os servidores vêm dizendo: que atualmente existe um clima insuportável dentro do Inep, onde os servidores se sentem desprestigiados, desconsiderados em suas opiniões técnicas.

Por isso é que nós entendemos que há, sim, de haver uma solução para a situação que nós estamos vivendo atualmente – há, sim, de haver uma solução –, mas também entendemos que a principal solução tem que ser uma solução estrutural, Senador Izalci Lucas – uma solução estrutural. Por isso nós defendemos que seja tramitada no Congresso Nacional a PEC 27, de 2021, de autoria da Senadora Leila Barros, que garante a autonomia dos órgãos produtores de estatísticas, produtores de avaliações e de monitoramento de políticas públicas no Brasil, como é o caso do IBGE, do Ipea e do Inep.

Os dados que nós produzimos, as evidências, elas precisam ser produzidas independentemente de qualquer atuação de um governo. Elas têm que ser produzidas para mostrar o que está acontecendo na sociedade. São políticas que fundamentam políticas de Estado. Por isso o Inep tem que ser um órgão de Estado – o Inep precisa ser um órgão de Estado! – com autonomia para poder produzir as suas evidências, produzir as estatísticas que produz, atendendo, inclusive, orientações dos organismos internacionais que determinam qual tem que ser a isonomia e a idoneidade desse tipo de dados produzidos para o desenvolvimento de políticas públicas.

Nesse sentido, também vejo que a sociedade brasileira e a educação brasileira contam com o Inep, precisam do Inep para que essa educação no nosso País possa se desenvolver. E os servidores do Inep têm um sentimento de missão com relação a esse trabalho. Se nós tivermos, Senador Izalci Lucas, uma administração em quem os servidores... E aqui reforço, repito: não sou eu só, como Presidente da Assinep, que estou falando isso. Nós recebemos diversos relatos de assédio moral, de assédio institucional que estamos reunindo para serem entregues aos órgãos de controle. Quando esses relatos estiverem prontos, os que estão sendo reunidos, protocolaremos também na ouvidoria do Inep, conforme o canal estabelecido. Nós entregaremos aos órgãos de controle e entregaremos também ao Congresso Nacional. São servidores que estão falando, Sr. Presidente, e eu peço que o senhor procure, de alguma forma, compreender também a nossa posição. Se o senhor quer que a gente tenha um clima, que as coisas funcionem bem dentro do Inep – e eu vejo a situação que o senhor está passando e pode ter certeza que não há nenhum sentimento aqui de inimizade, de ser inimigo ou de que estamos fazendo isso para combater a sua gestão ou para derrubar a sua gestão, não! –, o que nós queremos é que tenhamos um clima de confiança e de harmonia dentro do Inep. É por isso que nós fizemos esse alerta à sociedade sobre o que está acontecendo na sua gestão, pedindo para que a sociedade, tendo conhecimento do que está acontecendo, possa saber.

Se houver qualquer problema na aplicação do Enem ou em qualquer outra área de atuação do Inep, a responsabilidade não é dos servidores do Inep. O que nós queremos é responsabilização, o que nós queremos por parte da alta gestão do Inep. Sabemos que nós servidores também somos responsáveis e há décadas estamos procurando honrar essa responsabilidade – há décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ressalto que, conforme disse o Presidente do Inep, o Enem 2021 será aplicado. Nossa esperança é que as palavras dele se realizem e que seja aplicado normalmente. Mas podem ter certeza, Srs. Senadores, e aqui amplio essa minha voz a toda sociedade, de que, se o Enem 2021 for aplicado normalmente, será graças ao dedicado trabalho dos servidores do Inep, graças à dedicação e a todos os estudos científicos, acadêmicos que esses servidores vêm fazendo para que o Enem e todas as avaliações do Inep possam acontecer.

Então, contem com a nossa dedicação, contem com a nossa responsabilidade para que essas provas aconteçam. E o que a gente pede é que os servidores do Inep sejam reconhecidos e que sejam respeitados.

É isso que eu tenho a falar por hora, Senador Izalci. E quero aqui, mais uma vez, manifestar nossa gratidão, gratidão a todos os senhores, gratidão à sociedade por estar ouvindo os alertas e ouvindo o que os servidores do Inep têm dito. Nós estamos recebendo apoio, inclusive dos estudantes, da sociedade, dos dirigentes, dos formadores de opinião da área de educação, dos Parlamentares. Então, eu sinto que é necessário também a gestão atual do Inep ouvir o que a sociedade está dizendo. Será que nós estamos todos errados?

Então, eu concluo aqui a minha fala pedindo ao Congresso Nacional que coloque como prioridade, para trazer uma solução definitiva e estrutural para a situação que o Inep vivencia atualmente, a tramitação e a aprovação da PEC 27/2021, de autoria da Senadora Leila Barros.

Muito grato a todos. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Alexandre.

Eu vou passar aqui algumas perguntas e também comentários que chegaram dos nossos internautas pelo nosso portal e depois eu vou fazer algumas perguntas que eu gostaria que o Sr. Danilo anotasse e o Alexandre também; na sequência, eu passo para os Senadores e Senadoras inscritos.

Fabio P. Alves, do Rio de Janeiro: "Os casos dos exonerados, somam tais valores divulgados? E quais seriam esses valores nesses casos específicos se não?". Foi o que ele mandou aqui, no caso do Fabio.

Joanna Silva, de Santa Catarina: "É possível afirmar que situações como essa têm acontecido mais frequentemente no governo atual?".

Maria Eduarda, de São Paulo: "Quais os pontos positivos dessas exonerações?".

Maria Eduarda, também de São Paulo: "A educação no Brasil será afetada diante dessas recentes exonerações?".

Luana Lima, do Paraná: "Como essas exonerações afetam a instituição educacional?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tacyana Maciel, de Pernambuco: "Como a exoneração afetará a educação no Brasil?".

Fabio P. Alves, do Rio de Janeiro: "Já houve uma avaliação do impacto que tal evento causa na credibilidade do ensino brasileiro perante a comunidade acadêmica internacional?".

Maiara da Cruz Pinto, de Minas Gerais: "Os esclarecimentos serão de suma importância!".

Renan Torres, do Paraná: "Essas exonerações irão afetar de alguma maneira a execução do Enem desse ano e a divulgação dos resultados?".

Vinicius Rolim de Oliveira, de São Paulo: "É lamentável o desmonte que a educação tem sofrido no governo [...], os estragos serão sentidos por décadas.".

Geova Chagas da Costa, de Minas Gerais: "Esclarecer os fatos será de grande valia, parabéns pela audiência.".

Geova Chagas da Costa, de Minas Gerais: "Creio que houve um 'levante', foi algo inacreditável essa exoneração em massa.".

Tenho aqui também uma colocação que eu gostaria que o Presidente comentasse, da Gioconda Brasil, que pergunta... aliás, ela afirma: "Queremos confirmar com o Inep que neste ano o Exército não está envolvido no armazenamento das provas do Enem. Em vez de elas ficarem em Osasco, no Batalhão do Exército, elas ficarem em um centro logístico dos Correios em Cajamar, tudo na grande São Paulo. Temos a confirmação do Comando do Exército de São Paulo de que nenhuma unidade se envolveu no Enem neste ano. Temos a confirmação da Polícia Federal de que, em 23 de setembro, peritos federais vistoriaram o Centro de Cajamar para avaliar a adequação do armazenamento e concluíram que o armazenamento estava adequado". É só um comentário depois do Presidente do Inep.

Mas eu quero aqui também fazer um esclarecimento para a população que nos acompanha e principalmente para os jovens que nos estão acompanhando, para conhecerem um pouquinho a questão do Inep. Depois eu faço as perguntas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que é o Inep, tem uma longa e honrosa história de serviços prestados à educação nacional. O órgão foi criado em 1937, sob o nome de Instituto Nacional de Pedagogia, que logo foi alterado para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, quando de sua instalação. Em 1938, ele estava sob o comando de Lourenço Filho, um dos redatores do Manifesto da Escola Nova e primeiro Diretor-Geral do órgão, regulado atualmente pela Lei 9.448, de 14 de março de 1997, lei que, mediante conversão de medida provisória, transformou o órgão em autarquia do Ministério da Educação e conferiu-lhe o nome do ilustre educador baiano.

O Inep subsidia a formulação de políticas na área de educação mediante o desenvolvimento de sistemas e projetos de informação, documentação, estatística e avaliação educacional, abrangendo todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os níveis e modalidades de ensino. Entre suas atividades mais importantes, encontra-se a realização do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, que foi criado em 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso, reformulado em 2009 e considerado o mais importante processo de avaliação para acesso à educação superior no País. É um dos maiores processos dessa natureza no mundo.

O pedido de demissão coletiva do Inep, próximo da realização da edição do Enem 2021, nos próximos dias 21 e 28 de novembro, traz apreensão para cerca de 3,1 milhões de inscritos e também para seus familiares, bem como para todos nós que trabalhamos em favor da qualidade e da ética na educação brasileira. Note-se que esse êxodo parece afetar principalmente a Diretoria de Gestão e Planejamento, que abrange duas áreas ligadas diretamente à aplicação da prova e à logística do Enem.

Carta assinada pelos servidores exonerados alega fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do instituto, além de situações de assédio por parte do Presidente do órgão, Danilo Dupas. Ademais, em entrevista à imprensa, alguns servidores relataram tentativa de interferência no conteúdo das provas para não desagradar o Palácio do Planalto. E, para piorar esse quadro que está aí, o Presidente da República, diante desses fatos, fez a declaração absurda de que o Enem – abrem-se aspas – "começa a ter a cara do Governo" – fecham-se aspas –, revelando desconhecer a diferença entre política de governo e de Estado.

Então, diante dessa situação, eu pergunto, primeiro, sobre a representação dos servidores do Inep ao Alexandre.

Alexandre, primeiro, como poderia ser mais bem explicada essa alegação de fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do Inep? Eu gostaria que você pudesse explicar um pouco melhor essa fragilidade.

Segundo, que exemplos poderiam ser dados sobre a alegada interferência no conteúdo das provas para não desagradar o Palácio do Planalto? Gostaria que você desse algum exemplo sobre isso.

Terceiro, que outras atitudes da direção do Inep poderiam caracterizar assédio contra esses servidores do órgão? Gostaria que você também dissesse isso.

Quarto, em que medida a crise do Inep pode afetar a realização da próxima edição do Enem, com qualidade técnica e sem incidentes?

São essas as quatro perguntas que eu faço então para o representante da Associação dos Servidores do Inep.

E, para a direção do Inep, para o Danilo, eu pergunto: como a direção do Inep responde às acusações de fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima do órgão e de assédio contra os seus servidores? O ponto de vista do Inep. Como a direção do Inep responde às acusações de que o Palácio do Planalto estaria interferindo na elaboração das questões das provas? E que garantias a direção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Inep pode apresentar de que a logística da próxima edição do Enem não será afetada pela demissão coletiva ocorrida no órgão?

Então, essas são as minhas considerações. E, antes de passar para vocês responderem e às considerações finais, eu passo a palavra para a nossa Senadora Maria Eliza.

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Quero agradecer ao ilustre Senador Izalci Lucas por tão importante realização e esclarecimento à população, principalmente, que é o que me preocupa, quanto a essa crise do Inep. Agradeço ao Deputado, a todos os Senadores, cumprimento todos os Senadores e Senadoras, cumprimento o Sr. Danilo Dupas Ribeiro, o Sr. Deputado Federal Professor Israel Batista e o Sr. Alexandre Retamal.

Na verdade, eu quero parabenizar o Inep, que tem sido, como órgão... As pessoas que lá trabalham eu já conheço há longo tempo e são pessoas que têm feito, prestado um grande serviço para a Pátria. Penso que nós precisamos, principalmente, acalmar os nossos alunos que irão prestar essa prova. E eu gostaria que respondessem a alguns questionamentos que eu vou fazer. Eu tenho certeza de que as provas já estão prontas e existe uma logística já há muito tempo de distribuição dessas provas. Portanto, imagino que, mesmo tendo perdido a gratificação, esses funcionários continuarão prestando um enorme serviço, como sempre fizeram, à Pátria. Como eles mesmos dizem, eles estão prestando um serviço à Pátria há bastante tempo, independentemente de ter havido ou não constrangimento, mas eu gostaria que eles me respondessem alguns questionamentos sobre como é realizada essa prova, se a prova é... Que explicassem um pouco sobre a...

Existe uma régua que a gente chama de TRI, em que você escolhe se as provas terão questões fáceis, difíceis ou de média complexidade. E assim é montada a prova. Antes, essa prova é realizada por um banco de avaliadores e testada em escolas públicas.

Então, eu penso que essas provas já foram realizadas há bastante tempo e testadas e a aplicação da prova não terá problema. Eu acho que os problemas são estruturais e de gestão, que devem ser resolvidos num caráter relacional. Há o caráter relacional, que é muito importante também, mas penso que as pessoas encontrarão um meio-termo, uma forma de se entenderem.

Gostaria que o Presidente do Inep me dissesse como é que essas provas são realizadas; se foram usadas as questões do banco de avaliação, dos avaliadores; e se há algum risco de não aplicação das provas. Eu acho que é muito importante que a comunidade acadêmica e os familiares envolvidos nesse Enem, que se preparam tanto para esse Enem, tenham um pouco de tranquilidade, de paz neste momento.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA ELIZA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – As minhas considerações também com certeza são as preocupações tanto da Senadora Leila – que está terminando um relatório aqui, mas pediu também para levantar essas questões, dessa tranquilidade com relação aos alunos, dessa intranquilidade que hoje existe com relação à questão das provas – quanto também do nosso Presidente da Comissão de Educação, Marcelo Castro, que também levantou essas questões, essas preocupações.

Eu vou fazer agora na ordem inversa: vou passar primeiro para o Alexandre responder as questões levantadas e vou deixar para o final o Presidente do Inep, Danilo.

Então, Alexandre, para responder as perguntas e já fazer as suas considerações finais.

O SR. ALEXANDRE RETAMAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, Sr. Senador.

Primeiro, quanto às suas perguntas, Senador Izalci, com relação a como poderia ser mais bem explicada a fragilidade técnica e administrativa do Inep, da atual administração, eu quero aqui, com todo o respeito, dizer que uma boa forma de explicar a fragilidade técnica e administrativa da atual gestão foi a participação do Sr. Presidente do Inep na semana passada na audiência, ou melhor, na Comissão de Educação da Câmara, onde o Presidente do Inep, por muitas vezes, não conseguiu responder às questões que foram apresentadas pelos Parlamentares. Os próprios Parlamentares diversas vezes demonstraram essa insatisfação com ele. O Deputado Israel hoje falou a mesma coisa aqui durante a sua fala. Também, por muitas vezes, ele demonstrou insegurança em tratar dos assuntos técnicos do Inep. Então, esse é um caso que deixa clara essa fragilidade.

Com relação ao exemplo de intervenção na prova do Enem, Senador, eu não tenho condições de falar desse assunto porque, enquanto servidor, atuo em outra área do Inep e não sou um dos servidores que estava participando dessa situação. Se eu falasse qualquer coisa aqui, eu estaria sendo leviano. Então, eu sinto que esses servidores... Foi levado a público, inclusive, não apenas pela reportagem que saiu no Fantástico, mas houve reportagens no *site* G1, na revista *Veja*, em diversos veículos relatando falas que os servidores do Inep trouxeram, explicando o que aconteceu, mas eu não participei disso, não sou uma das pessoas que presenciei, então não quero ser leviano e fazer aqui acusações ou qualquer tipo de insinuação. Eu não sou testemunha ocular e eu não tenho comprovação para falar.

Com relação às situações assédio, eu já disse aqui que nós estamos reunindo todos os relatos para entregar aos órgãos de controle, mas me sinto assim no dever de falar de uma situação que eu vivenciei na Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep, onde o Chefe de Gabinete do Inep, Alvaro Parisi, segundo nos foi informado, por orientação da Presidência do Inep, quis fazer entrevistas individualizadas com cada um dos servidores e, além dos servidores, com cada um dos prestadores de serviço terceirizados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa diretoria. Nessa ocasião, a justificativa era que é um trabalho de governança, mas ele abria as perguntas perguntando o que cada um faz, o que você faz. E muitas das pessoas... Eu mesmo fui um dos entrevistados, falei com ele, expliquei o que faço, mas houve relatos de pessoas, servidoras mulheres, Senador, que disseram que o Sr. Alvaro não quis ouvi-las, não as deixou concluírem as suas explicações e que elas se sentiram sendo tratadas – isso está sendo incluído nos relatos textualmente, nas denúncias – como se a condição delas de mulher não estivesse sendo respeitada. Então, esse é um caso que reúne... Essa é uma situação em que nós todos da diretoria estamos reunindo as informações para tratar, abordar o que houve durante essas entrevistas. Para o senhor ter uma ideia, o pessoal terceirizado, que é contratado por contratos e que tem supervisão da área específica do Inep, que tem um encarregado dentro do órgão do Inep que é responsável pela supervisão, também foi entrevistado por esse Chefe de Gabinete.

Na mesma situação, pessoas querendo falar de acordo com os protocolos de trabalho, de acordo com o plano estratégico, ouvindo perguntas, por exemplo: "Você não acha que há muitas pessoas fazendo o que você faz? Você não acha que o que você faz não precisa ter mais gente junto contigo para fazer?". Então, isso, Senador, é um dos exemplos de situações que causam desconfiança. Qual é a motivação verdadeira esse tipo de insinuação? Causa insatisfação. Inclusive, há um relatório que foi encaminhado pela Diretoria de Estatísticas em resposta a essas entrevistas feitas pelo Chefe de Gabinete, no qual é apontado a insatisfação dos servidores por conta da forma como aconteceu a entrevista. Veja bem, nós entendemos que é discricionário a administração procurar aprimorar a prestação de serviço que o Inep faz para a sociedade, porém a forma como isso é feito, em situações como essas que eu aqui descrevi, é que nós não podemos aceitar.

Então, esse é um dos relatos que eu posso falar porque sou testemunha do que aconteceu, fui um dos entrevistados e vi os colegas da diretoria fazendo seus relatos da situação que eles atravessaram.

Por fim, quanto ao impacto na prova do Enem. Da mesma forma que eu falei, eu desconheço tecnicamente o que pode ter acontecido lá dentro da sala segura para que a prova... Em relação à prova do Enem, não tenho condições aqui de abordar esse assunto porque não participei, mas acredito que, para a aplicação do Enem, o impacto...

Eu confio muito, Senador, nos servidores e na logística que foi instituída ao longo dos anos. Desde 2009, foi formada uma rede de governança para aplicação do Enem. Rede de governança esta que envolve diversos órgãos públicos e entidades contratadas, como o consórcio aplicador e os Correios, que cuidam da distribuição das provas. Nós temos uma empresa que faz o monitoramento de risco da prova, nós temos, também, órgãos federais que garantem a segurança da aplicação da prova.

Fiquei agora surpreso de saber que o Exército, segundo o que foi falado, segundo está sendo dito, não participou. Eu até quero ouvir esse esclarecimento também do Presidente do Inep, porque, há anos, o Exército vem armazenando as provas, e o Exército faz parte dessa rede de governança, na qual outros órgãos do Governo Federal e até órgãos do governo estadual estão envolvidos e dedicados, para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicação aconteça com segurança, com isonomia, garantindo aos estudantes tranquilidade para fazer as provas.

Então, eu acredito que essa estrutura toda, essa rede de governança está preparada para aplicar a prova, Senador Izalci, e quero ouvir esses esclarecimentos também no que diz respeito ao Exército, o que eu desconhecia.

Mas acho que, por hora, respondi as perguntas que o senhor nos fez.

Os participantes que mandaram perguntas perguntaram se situações dessa natureza se ampliaram no Governo atual.

Para já encaminhar à conclusão, o que eu posso dizer aqui, Senador, é que, desde quando o Presidente Jair Bolsonaro foi eleito, logo em seguida, houve uma aplicação do Enem em que houve questões que ele contestou. Eu compreendo os pontos alegados, mas também é necessário explicar que essas questões, como aqui mesmo nesta audiência hoje foi dito, são elaboradas por especialistas que compõem o Banco Nacional de Itens, esses itens que são as questões do Enem, que são utilizados para a elaboração da prova.

Não adianta responsabilizar ou perseguir os servidores do Inep como se nós estivéssemos imbuídos de motivação ideológica, política, querendo prejudicar o Governo atual para que questões como essa constem no Enem, ou porque nós estamos aqui trazendo esses relatos. Não é essa a nossa motivação, eu quero aqui deixar claro para a sociedade isso. A nossa motivação é uma motivação porque nós queremos que a qualidade técnica dos trabalhos realizados pelo Inep continue, que os servidores tenham um clima de harmonia, um clima de segurança, um clima de confiança e um clima principalmente de respeito às suas opiniões técnicas, para continuarem produzindo e entregando à sociedade um trabalho de qualidade, como é feito por esse instituto. Este ano, o instituto irá inteirar 85 anos. Então é uma história, é uma história. E o que a gente pede é que a história do Inep seja respeitada, que a dedicação dos servidores do Inep seja respeitada e que a sociedade nos ouça.

Por isso, concluo aqui afirmando: penso que a solução estrutural é nós termos uma legislação que garanta a autonomia administrativa, funcional, orçamentária do Inep, com uma diretoria, uma presidência sendo colocada nesse lugar por critérios técnicos reconhecidos, o presidente sendo sabatinado no Senado, e nós tenhamos condições... E uma análise curricular completa desses diretores, para que nós tenhamos certeza da capacidade técnica, da qualificação e do reconhecimento desses protagonistas que serão os diretores do Inep junto à comunidade acadêmica, junto aos formadores de opinião que trabalham pela educação no nosso País. É isso.

Meu agradecimento a esta Comissão, meu agradecimento ao Senador Izalci e também ao Deputado Israel. Meu agradecimento ao Presidente do Inep pela sua presença aqui. E meu agradecimento em especial a todos os servidores do Inep e à sociedade; estudantes, Parlamentares, formadores de opinião da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área de educação, o meio acadêmico que nos vêm apoiando neste momento; servidores de outras carreiras, de outros órgãos, todo apoio que nós estamos recebendo neste momento é muito importante para nós.

Meu agradecimento e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Alexandre. Agradeço já a sua participação, a participação do Deputado Federal Professor Israel, e passo também agora, então, para as considerações finais, respondendo os questionamentos que foram feitos.

Passo ao Presidente do Inep, Danilo Dupas Ribeiro. Obrigado pela participação, Danilo.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço a oportunidade. Vou tentar aqui colocar na ordem as perguntas.

Com relação à formação de uma comissão paralela, em termos de governança nós oferecemos a opção para a equipe sobre dar mais tranquilidade na ponta, com relação à parametrização do TRI *versus* qualidade dos itens. A equipe técnica achou que isso daí realmente poderia apresentar questões burocráticas e que o processo já posto era suficiente. Então o assunto foi encerrado. Não houve imposição nem decisão administrativa da minha parte. Isso...

Há uma coisa interessante no Inep, Senador, que eu gostaria de esclarecer. Todo e qualquer documento preparatório em reflexão vaza. É o caso da Etir. Isso estava em discussão com a assessoria de governança, junto aos diretores. Em momento algum eu deixei de participar de uma Etir. A única coisa que eu pedi para abrir mão nessa reflexão é da minha Gecc e o documento preparatório vaza e causa um desconforto enorme. E não é o primeiro. Vazou o BNI sobre o banco de itens. Inclusive, recebi servidores na semana passada pedindo o meu apoio para atualizar o *software* do banco de itens. Isso foi matéria inclusive do CGI, em ata. Só que o documento preparatório vazou de uma forma enviesada, e eu tive de ainda receber Parlamentares para explicar e mostrar a ata de que se trata de um *software* obsoleto que está prejudicando inclusive o andamento dos exames. O Revalida quase não aconteceu porque o *software* travou, só que a narrativa foi de que nós estávamos terceirizando o banco de itens. Isso não é verdade.

Então, Senador, um exemplo também é o levante que a associação fez. Até o momento não tive nenhuma denúncia de servidores, por parte de outros servidores ou colaboradores por assédio moral. O que o Retamal mesmo relatou não chegou aos canais do Inep. Como eu vou, como gestor, tratar isso? Como, se a informação não chega?

Aliás, muitas coisas que estão sendo preparatórias nem chegam a mim e já vão para a imprensa primeiro. Então, é difícil ser um gestor efetivo se nós não temos uma tratativa de comunicação assertiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação também à associação, eu pergunto por que eles são contra o retorno presencial. Judicializaram a portaria e perderam, mas todos os exames são feitos em ambiente seguro. Inclusive, na pandemia, eu e o Sr. Ministro Milton Ribeiro fomos atrás de vacinas para disponibilizar tanto para os servidores quanto para os colabores externos, via chamamento público, para montar os exames. Eu não fui beneficiado com isso; muito pelo contrário – eu peguei covid uma semana antes de chegar à minha idade para tomar a vacina. Então, nós sempre prezamos pela qualidade da saúde do servidor no ambiente seguro.

Com relação à Polícia Federal, o Inep tem, sim, chamado tanto a Polícia Federal ou outra... Até da Abin já vi relatório de forma mais ampla dentro do Inep para verificar o nível de segurança do próprio instituto. A Polícia Federal tem a sua prerrogativa. Ela enviou um perito para analisar o ambiente seguro. Inclusive, neste ano houve algo inovador, Sr. Senador: nós conseguimos ampliar o ambiente seguro do Inep. Através da visita virtual *in loco*, o espaço que era disponibilizado para aquisição de passagens aéreas e reservas de hotéis nos transformamos em ambiente seguro, inclusive até para Polícia Federal certificar que aquele novo local era seguro – e aproveitamos também para analisar o ambiente seguro do Enem, para ver realmente os requisitos tecnológicos para resguardar os exames. Só a avaliação virtual *in loco*... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Houve um problema técnico com o nosso Presidente, mas...

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – Alô! Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Caiu o sinal, mas o senhor estava falando da Polícia Federal. Danilo, você estava falando sobre a Polícia Federal, que fez a questão da segurança.

O áudio está fechado. É só liberar o seu áudio. (*Pausa.*)

O.k.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – Alô! Senador!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, voltou, Danilo.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – Sr. Senador!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Oi, Danilo, pode falar. Estou ouvindo bem aqui. (*Pausa.*)

Danilo, estamos ouvindo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Sr. Senador!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode continuar.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Sr. Senador!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vou mandar um *chat.* Mandem uma mensagem, por favor!

Aqui estamos ouvindo bem.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – O senhor está ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Pode continuar, Danilo. Estou mandando uma mensagem para você.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Em que parte caiu, da qual gostaria que eu continuasse, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Você estava falando... Está me ouvindo agora, Danilo? (*Pausa.*)

O Danilo não está me ouvindo!

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Qual foi o último trecho que vocês ouviram?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Você está me ouvindo bem aí, agora? (*Pausa.*)

Só um pouquinho, Danilo. (*Pausa.*)

Danilo, só um pouquinho. Estamos corrigindo as falhas aqui. (*Pausa.*)

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Oi, eu estou ouvindo agora. Acho que está com atraso aqui no meu... Só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ouvindo bem agora, Danilo? Danilo, está ouvindo? Danilo, está ouvindo? O seu microfone está... (*Pausa.*)

Vamos chamar o pessoal do Prodasen... (*Pausa.*)

Oi, Danilo. Está ouvindo bem, Danilo? Pode ligar. O seu áudio está fechado. Pode liberar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conseguem liberar o microfone dele ou não? (*Pausa.*)

Veja se consegue liberar para mim, Danilo, o seu áudio. Consegue liberar o seu áudio? Vou liberar aqui. Vou liberar aqui. (*Pausa.*)

O.k. Danilo!

Você estava falando com relação à auditoria e à perícia da Polícia Federal, dizendo que foi feita avaliação e que estava tudo bem. Você parou aí. Pode continuar. Obrigado.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência.*) – Sim, e aí a questão da nossa gestão, que nós conseguimos economia considerável em licitações, mais de 300 milhões de licitações. A visita virtual *in loco* não só disponibilizou espaço adicional para a elaboração dos exames, como Encceja, Enade, Revalida, Celpe-Bras, espaço novo, para dobrar o espaço do Enem, inclusive para que eles tenham maior conforto para a elaboração do Enem. Então, a economia que nós tivemos são mais de R$20 milhões também da visita virtual *in loco*.

Perguntaram, em relação à Gecc, qual era o valor. Só para vocês terem uma ideia, a Gecc é legal, nós não somos contra a Gecc. Nós gostaríamos, sim, de torná-la mais segura no aspecto jurídico e administrativo, tanto para o servidor que a merece quanto também para o gestor que está liberando a Gecc – só para esclarecer.

Mas, com relação aos que entregaram os cargos, de 2019 a 2021, 267 servidores tiveram Gecc, de uma média anual de R$28.234 Então, de novo, 267 servidores receberam Gecc nos processos de avaliação e receberam, em média, por ano, R$28.234. Dos 37 servidores, 35 receberam Gecc nesse período. O.k.? O valor médio deles, por ano, é de R$67.950. Então, quando a Projur, junto à Assessoria de Governança, internamente se pronunciou no sentido de que, em determinada etapa do processo, a Gecc era duvidosa de ser recebida, nós tivemos, infelizmente, esse levante logo em seguida e a entrega de cargos. Só que esse assunto não está ainda concluído, nós vamos levar ao Ministério da Economia, ele está ainda em análise. Nós não queremos tirar nenhum direito do servidor. Nós queremos resguardar esses adicionais que cresceram consideravelmente nos últimos anos.

Então, sexta-feira... Lá para quinta ou quarta-feira saiu o parecer, sexta-feira já entregam cargos e depois, segunda-feira, há um levante liderado pela associação. O que eu peço para a associação é que nós possamos voltar a ter uma comunicação assertiva e, ao invés de ficar comunicando a sociedade, vamos tratar internamente esses problemas. Na Câmara, eu tomei todo o cuidado institucional para preservar, inclusive, os servidores. A minha atitude foi no sentido de resolvermos internamente. Eu falei: "Esse assunto é interno, e vamos resolver internamente". A sociedade já está terminando o período de pandemia, graças a Deus estamos saindo da pandemia, mas ela sofreu muito com a pandemia, nós precisamos agora dar paz à sociedade, dar tranquilidade no nosso serviço público. É esse o nosso compromisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não adianta também ir contra o retorno presencial. As provas são feitas presencialmente no Inep. Fica complicado. E nós conseguimos aplicar todos os exames esse ano, e com excelência, inclusive. E nós não podemos prejudicar o sonho dos estudantes, acima de tudo.

Com relação à garantia...

Ah, perguntaram sobre o Exército. Continuamos ainda com 28 unidades do Exército contribuindo com o Enem, com o armazenamento das provas do Enem. Uma unidade específica solicitou, sim, que isso fosse absorvido pelos Correios, as provas. Interessante também destacar o grande apoio dos Correios. Eu estive em contato, por diversas vezes, com o Presidente Floriano, foram conversas excepcionais, de apoio, de sinergia. O quanto os Correios têm auxiliado o Enem historicamente! E não será diferente agora. O compromisso é de todos.

Com relação à infraestrutura de Cajamar, é excelente. A Polícia Federal foi lá, inclusive, para resguardar, ver se de fato a segurança cumpria os requisitos para armazenar as provas do Enem.

Com relação ao acesso eu também respondi. Eu aguardo o encaminhamento pelos canais.

Ampliamos os AFIs, também já mencionei.

Riscos de aplicação, que a Senadora Maria Eliza perguntou. As provas estão garantidas. Inclusive meu Diretor de Gestão e Planejamento garantiu a composição da Etir, da qual também farei parte sem receber gratificação, porque eu entendo que minha função não requer essa gratificação. Estamos já providenciando todo o acompanhamento dos certificadores, das aplicadoras, para termos um exame tranquilo e seguro. E conto também, obviamente, com o apoio e a dedicação dos servidores, que não faltaram, em nenhum momento, com a sua dedicação nos demais exames. Com excelência, nós aplicamos todos. Duvidavam que nós iríamos aplicar todos, e nós estamos chegando, até o final do ano, aplicando todos os exames, inclusive o Saeb. O Saeb já está sendo aplicado, dentro do cronograma, de 8 de novembro até 10 de dezembro. Então, é uma dedicação que nós temos. Eu quero deixar um legado nessa gestão: o legado de governança, dando mais transparência em processos, e inovação.

O Inep precisa caminhar para a inteligência artificial, a análise preditiva; sair da estrutura antiga de sistemas, mas buscar inovação para disponibilizar dados com maior facilidade à sociedade. É este o nosso compromisso: fortalecer o Inep. Eu trabalhei com todas as pautas positivas dos servidores. Há um canal de comunicação: "Fale com o Presidente". Eu recebo os servidores, eu converso com os servidores, faço questão de conversar com os servidores e colaboradores, inclusive. E também eu abri o "Alô, Servidor", com relação à promoção, para divulgar internamente o processo de promoção dos servidores, para que tenhamos isonomia, maior transparência, e que eles possam tirar suas dúvidas se eles têm o direito ou não a essa promoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, da nossa parte, estamos abertos à comunicação, mas precisamos resolver internamente, evitar de jogar assuntos para sociedade, de expor a instituição. O Inep só perde com isso. Inclusive eu recebi mensagens de apoio de servidores, *e-mails* anônimos. Eu resguardei o anonimato deles, a pedido deles, inclusive, e eles colocaram estes dois pontos: que são o retorno ao trabalho e a gratificação, o que realmente sensibilizou muito esse movimento. Isso eu ouvi de servidores e, inclusive, já mandei para a Ouvidoria, mas respeitando o anonimato, como eles solicitaram.

Então, Senador, estou aqui sempre à disposição para esclarecer para a sociedade: não houve interferência minha no exame. Eu não acessei a prova, não li redação, não li itens. Isso daí ficou a cargo de um diretor, que, inclusive, é de carreira no Inep, para até dar essa garantia de que estamos resguardando todos os processos, não só no Enem, mas em todos os exames.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Danilo.

Chegou agora aqui o nosso Presidente da Comissão de Educação, Marcelo Castro. Só para reforçar, porque eu não entendi – foi naquela hora que caiu a ligação, caiu o nosso contato: a questão do Exército, para mim, não ficou clara. Eu sei que a Polícia Federal fez tudo em termos de perícia e está tudo o.k., mas eu não entendi se o Exército está ajudando ou não nessa estruturação. E, de uma forma concreta, com relação à interferência do Palácio do Planalto na elaboração dessas questões das provas, também ficou claro que não houve, é isso?

Como nós temos mais de 3 milhões de inscritos, eu quero que o senhor possa deixar, de uma forma clara, que em termos de logística essa edição do Enem não terá nenhum problema ou interferência com a demissão coletiva do pessoal do Inep, que não teremos problemas de logística.

São só essas três perguntinhas.

Já vou passar para o Presidente da Comissão de Educação.

Danilo.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, referente ao Exército, ele continua, sim, contribuindo com 28 unidades armazenando as provas. Somente uma unidade, em termos de logística da equipe técnica, alinhando com os Correios, decidiu encaminhar para os Correios, para ampliar um pouco essa parcela de avaliações em Cajamar. E lá também passou por todo o processo de certificação de segurança junto à Polícia Federal.

Com relação a... Desculpa... Ao Enem, à garantia...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A participação do Palácio do Planalto. Há alguma interferência nas provas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (*Por videoconferência*.) – Ah, não. Não houve interferência alguma do Palácio do Planalto. Não houve. A cara do nosso Governo, no caso, da nossa gestão, do Sr. Ministro Milton Ribeiro, é seriedade e transparência. Não houve interferência do Palácio Planalto em decidir ou escolher qualquer item da prova ou tema de redação. Não houve qualquer tipo de interferência nisso.

Com relação ao Enem, quero dar tranquilidade para os mais de 3 milhões de alunos inscritos, candidatos que farão as provas: tenham tranquilidade. A prova será distribuída e bem protegida em todas as pontas. No sentir do Inep, segundo o nosso Diretor de Gestão e Planejamento, está garantido. Teremos servidores ativos. Tanto que o Diretor de Educação Básica também está comprometido para que os servidores também atuem diretamente no acompanhamento da avaliação. Tenho certeza de que o comprometimento do servidor permanecerá, para que tenhamos tranquilidade, a sociedade, que tanto sofreu com esse período de pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Eu vou passar para o Presidente da Comissão de Educação, Alexandre. Depois – você está pedindo aqui – eu dou um minutinho para você fazer também a finalização.

Senador Marcelo Castro, que é o nosso Presidente da Comissão de Educação.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar.) – Eu queria, inicialmente, cumprimentar o nosso Presidente Izalci Lucas, que, em boa hora, tomou a iniciativa de fazer esta audiência pública para discutir um problema que está preocupando todos nós.

A mudança de comando de cargos comissionados em uma repartição pública é uma coisa corriqueira, algo que ocorre normalmente e que não chama a atenção das autoridades. Então, no Inep, que é uma das instituições mais tradicionais e conceituadas do País na área da educação, se lá tivesse ocorrido a mudança de dois, três, quatro, cinco cargos comissionados, estaria dentro da normalidade rotineira de qualquer repartição pública. Se tivessem ocorrido umas dez exonerações de uma vez só, já chamaria a atenção – dez já é um número elevado. Agora, quando nos chegou a notícia de que foram 37 servidores de carreira, que todos, de uma vez, pediram exoneração de suas funções, de suas gratificações comissionadas, isso é quase que uma explosão, quer dizer, algo, acreditamos nós, de muito estranho, de muito extraordinário, de muito surpreendente, deve estar acontecendo no Inep. Não é uma coisa normal, corriqueira, esperada. E isso está trazendo intranquilidade a todos. Nós estamos com o Enem para ser realizado agora, no próximo domingo e no outro, em seguida. E, verdadeiramente, nós que somos ligados aqui e dedicados à educação pública do País ficamos muito preocupados e sem saber o que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as ações que estão ocorrendo são muitas. A Câmara está convidando o Ministro Milton Ribeiro para dar esclarecimentos; o Senado já convidou o Presidente do Inep, Dr. Danilo Dupas, que prontamente – e parabenizo V. Sa. por isso, não é? – se prontificou a estar presente. Nós estamos fazendo um requerimento agora, amanhã, na Comissão de Educação, para a gente tirar uma subcomissão para acompanhar esses fatos extraordinários, porque ninguém pode ficar desatento a 37 servidores públicos de carreira pedirem exoneração. Quer dizer, o que é que está acontecendo de tão extraordinário no Inep, de tão indesejável que se supõe, que essas pessoas não suportaram ficar nos seus cargos? Isso precisa de uma averiguação.

A Senadora Leila Barros, que é a Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, já apresentou um requerimento ao Plenário do Senado para propor uma auditoria do Tribunal de Contas da União, porque educação é coisa séria. Nós estamos tratando aqui do futuro do nosso País. E evidentemente no Inep, em que nós já estamos no quinto presidente neste Governo, a gente fica achando que realmente há uma instabilidade. Alguma coisa não está correndo dentro da naturalidade, da normalidade, dentro dos trilhos, dentro do esperado.

Quando vem denúncia desses servidores de que estão recebendo assédio moral, de que há questões ideológicas, isso preocupa mais a gente, porque, embora a gente saiba que existem as Ciências Exatas, existem as Ciências Humanas, que não são exatas, e que há margem realmente de alguma influência, tudo o que a gente quer, que a ciência quer e que a gente busca é que a ciência seja deslocada, descolada, melhor dizendo, ao máximo de questões ideológicas.

Dois mais dois são quatro em qualquer latitude, em qualquer longitude do planeta, em qualquer governo de direita, de esquerda, de centro, de seja o que for, de qualquer governo democrático, ou ditatorial, ou feudal, ou seja o que for. A ciência é a ciência. A gente sabe que as Ciências Humanas não são 100%, mas, quando há uma denúncia dessa, a gente fica preocupado, e evidentemente isso precisa ser apurado, porque nós não podemos brincar com coisa séria. E educação... Digo eu que, de tudo que a gente pode fazer pelo nosso País, o mais importante que a gente pode fazer é cuidar bem da educação dos nossos filhos.

Então, eu quero ouvir do Presidente do Inep...

Em primeiro lugar, quero me desculpar aqui perante a Comissão. O prazo para entregar as emendas de bancada dos Estados findava ontem e foi prorrogado para hoje. Na bancada do Piauí, houve um conflito que teve de ser dirimido hoje, e eu não poderia, em hipótese nenhuma, deixar de resolver isso, porque o prazo final é hoje. E aí tive essa ocupação, mas, rapidamente, corri de lá para vir para cá.

Então, o que nós precisamos, Dr. Danilo Dupas – eu não peguei a explanação de V. Sa. –, é que traga alguma tranquilidade para a gente, dizendo que o Enem vai transcorrer dentro da normalidade. Quando há denúncias de que um aluno foi inscrito em Mato Grosso e ia fazer a prova no Rio de Janeiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parece que as coisas estão desorganizadas. Não pode ser assim! Nós queremos que as coisas andem dentro da normalidade. Então, se V. Sa. pudesse nos dar uma palavra dizendo como está a organização, como é que isso vai ocorrer... Realmente, a gente precisa ter algum sossego, até para a gente dormir tranquilo. Realmente, não sou só eu, não é só o Senador Izalci, não é só a Senadora Maria Eliza, mas todos nós que fazemos educação estamos preocupados com o que está ocorrendo.

Normal não é! É um fato extraordinário, fenomenal, surpreendente, inusitado 37 servidores de carreira de um órgão importante como o Inep, todos, pedirem demissão de uma vez só! Então, só quanto a isso aí, já cabe uma surpresa, uma ansiedade, um desconforto, porque precisamos entender realmente o que está acontecendo. Há questões ideológicas no Inep? Não pode haver, não há como!

O Presidente da República, com todo o respeito que tenho a Sua Excelência, à autoridade do seu cargo, botou gasolina na fogueira quando disse que a prova do Enem agora vai ter a cara do Governo. Ora, dois mais dois são quatro! Não há cara de governo em canto nenhum! Ciência é ciência! Não pode existir isso! O que temos que ter no Inep é isenção, é maturidade, é a busca da ciência, é a busca da verdade, é a busca dos conceitos e fundamentos científicos! Isso não pode ser diferente! Não há onde se confundir qualquer coisa que venha! E isso já se soma à denúncia dos servidores de que há influências ideológicas nos conceitos, nos conteúdos. Isso não pode existir, Izalci! Não há como, Senador Izalci!

Então, são coisas que nós temos que repudiar veementemente, de maneira cabal, definitiva! O Inep não se presta a isso, não foi feito para isso! E não é o futuro do Inep fazer essas coisas. Nós não podemos, em hipótese nenhuma, coonestar ou ficar calados ou indiferentes para isso que está acontecendo no Inep.

Então, eu ficaria muito agradecido se o Presidente Dr. Danilo nos trouxesse aqui, realmente, como é que vai ocorrer esse Enem. Em última instância, o que é que nós queremos? É que não traga prejuízo para o alunado. Que os nossos jovens possam fazer o seu curso, a sua prova do Enem, e tirar os resultados de acordo com o seu merecimento e com a sua capacidade!

Então, fico muito agradecido se o Dr. Danilo Dupas puder nos dar alguma resposta que nos tranquilize, porque realmente todos nós estamos muito preocupados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

Antes de passar para o Danilo, digo que grande parte do que foi colocado já tinha sido respondido, mas são muito importantes, Danilo, essas colocações do Presidente da Comissão de Educação, tanto é que ele já anunciou que amanhã, na reunião, será criada uma subcomissão para acompanhar isso, e a gente precisa acompanhar de perto realmente. Mas um dos objetivos principais desta audiência de hoje é exatamente tranquilizar os nossos alunos – são mais de 3 milhões – de que as coisas vão correr sem nenhum problema, com a logística perfeita, como V. Sa. colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes de passar para responder, eu vou dar dois minutinhos para o Alexandre também, que pediu para falar. Depois eu passo para o Danilo fazer, então, as considerações e para a gente encerrar a audiência.

Alexandre, da Associação dos Servidores do Inep.

O SR. ALEXANDRE RETAMAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Marcelo Castro, é bom ter a presença do senhor aí também.

Senador Izalci, só um esclarecimento inicial que eu quero falar aqui rapidamente. É que o Presidente afirmou que foi a Associação dos Servidores foi que criou o movimento para que houvesse esse pedido de exoneração coletiva dos servidores, e eu quero aqui esclarecer que não foi isso o que aconteceu. Os servidores nos procuraram, conforme eu aqui relatei no início desta audiência, primeiro numa assembleia virtual, depois numa assembleia presencial, e os servidores tomaram essa decisão. Inclusive eu, pessoalmente, Alexandre, disse para todos eles que conversaram comigo que eu não ia forçar ninguém a tomar esse tipo de decisão, uma vez que eu acredito que esse é um tipo de decisão pessoal – pessoal! Ouvi os relatos deles e apoio a decisão deles. Como Presidente da Assinep, todo apoio que nós, enquanto Assinep, podemos dar a eles, nós estamos dando, mas não foi a Assinep que foi atrás de servidores para fazer o movimento de demissão coletiva. Isso aí eu preciso esclarecer com toda a clareza aqui, certo?

Também quero aqui dizer, só uma ponderação, porque eu vejo que esse assunto está contornando muito ao redor dessa gratificação, da Gecc, mas alguns dos servidores que entregaram os cargos me mandaram aqui um pedido de prestação de esclarecimento da parte deles de que, se os motivos, a motivação deles fosse financeira, por que eles estariam entregando os cargos, sendo que o que eles recebem por ocupar esses cargos é em torno de R$6 mil em média? Ou seja, eles estão abdicando de receber uma média de R$6 mil por mês por conta de uma gratificação cuja média, se for anualizada, é bem menor do que isso. Então, é só uma ponderação que eu quero trazer aqui, que me foi encaminhada pelos servidores que entregaram os cargos, para comprovar que a motivação deles não é essa.

E aí concluo aqui, mais uma vez sendo grato por esta oportunidade desses dois minutos que me foram entregues, com votos de que esse assunto agora possa tramitar, conforme o Senador Marcelo Castro disse, dentro do Congresso Nacional para que a gente possa chegar à solução da situação atual que nós estamos vivendo aqui no Inep e também na solução estruturante que nós estamos pedindo ao Congresso Nacional e à sociedade, que é a PEC 27/2021, que trata da autonomia do Inep, do IBGE e do Ipea.

Um forte abraço a todos e um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Alexandre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero, antes de passar a palavra agora para o Danilo, fazer um apelo também para que a Associação dos Servidores do Inep possa tratar desse assunto também internamente, porque, pelo que o Presidente falou, não chegaram a ele essas denúncias que foram apresentadas, para que haja um entendimento interno. Mas com certeza, como foi adiantado aqui pelo nosso Presidente da Comissão de Educação, nós também estaremos na Subcomissão, e faço questão de participar, acompanhando também externamente essas negociações e essas conversas, porque a todos nós interessa de fato um Inep eficiente, um Inep que realmente dê tranquilidade para os nossos alunos, que estão aí ansiosos para fazer a prova.

Passo a palavra, então, ao Danilo, para as suas considerações, reforçando aquilo que foi colocado pelo Presidente da Comissão de Educação, Senador Marcelo Castro, para dar ainda mais essa força para que o aluno tenha a garantia de que vai correr tudo bem na prova dos dias 21 e 22.

Obrigado.

O SR. DANILO DUPAS RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero aproveitar – agradeço a oportunidade – para reforçar que os alunos tenham tranquilidade: as provas serão aplicadas dentro do horário proposto, nos locais propostos também, e terão a garantia da qualidade e eficiência do Inep e de todos os parceiros, que estão comprometidos na aplicação do exame.

Quero também tranquilizá-los com relação aos servidores. Confio neles, que eles vão manter as suas atividades, principalmente da Etir, de todo o monitoramento, sem que percamos a qualidade nessa atividade, que é tão fundamental para preservar a segurança durante a aplicação do exame.

Os Correios... Queria deixar aqui um agradecimento aos Correios, ao Presidente Floriano, pelo compromisso dos Correios com a logística; às forças envolvidas – Exército, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e demais entidades de segurança.

Eu participei dessa reunião. Inclusive, um dos servidores que estavam comigo falou que eu fui o primeiro Presidente que acompanhou essa reunião o dia todo. Eu fiz questão de conhecer a operação, de entender o trabalho e respeitar o trabalho do servidor. Então, eu fico muito incomodado, porque é lamentável que assuntos internos – como eu deixei na Câmara, esta foi minha posição, a de resguardar o Inep – tomassem uma proporção enorme. Então, acredito que a comunicação assertiva interna é necessária.

Para o Inep – também é até um recado para a associação... Sempre ministrei aulas e trabalhei muito com governança corporativa, e o princípio da governança é essa melhoria de processos, maior transparência e também o diálogo. Se o Inep, o conjunto de servidores quer trabalhar com autonomia, tem que entender que governança é o ponto fundamental do pilar principal desse caminhar. A assessoria nossa é recente, tem quatro meses, e sentimos alguns desconfortos entre os gestores, mas certamente o nosso intuito é o de acompanhar, preservar todos, dar todo o suporte de trabalho em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estamos abertos ao diálogo. Mais uma vez, eu me coloco à disposição para conversar com o presidente da associação, com os servidores também. E, como se trata de muitos assuntos particulares, também me coloco à disposição para ouvir individualmente, sem problema algum, como sempre me coloquei à disposição, Sr. Senador. Pode ter certeza de que esta gestão é de um caminhar em conjunto do fortalecimento do Inep.

Inclusive, no nosso *site*, há entregas mensais que eu disponibilizo. Estão no *site* do Inep todas as entregas que nós estamos realizando. Eu vou pedir também para a minha assessoria de comunicação e a assessoria Parlamentar do Inep que encaminhem para vocês esses relatórios, que nós divulgamos amplamente, internamente e externamente.

Agradeço a oportunidade e sempre estarei à disposição para melhor servir a sociedade. O meu compromisso é com a sociedade, pode ter certeza disso, Sr. Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero, mais uma vez, então, agradecer ao Deputado Professor Israel, nosso Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação; agradecer ao Alexandre, nosso Presidente da Associação dos Servidores do Inep; agradecer ao Presidente do Inep, que de pronto se prontificou a participar desta audiência, Danilo Dupas Ribeiro; agradecer a todos os nossos Senadores, Senadoras e aos nossos internautas também que participaram ativamente desta reunião.

Tendo cumprido a nossa função aqui na Comissão e não havendo mais nada a tratar, declaro, então, encerrada esta audiência pública.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e dezenove minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Paulo Rocha e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 56/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Debater sobre o estabelecimento de uma estratégia internacional destinada ao combate às mudanças climáticas, baseada na regulamentação dos artigos 6 e 9 do Acordo de Paris, a qual deverá ser apresentada pelo Governo Federal na COP 26, a ser realizada em Glasgow, Escócia, a partir de 31 de outubro de 2021. **Participantes:** Ministro Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores (representante de: Ministro Carlos França); Sr. Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (representante de: Mônica Messenberg); Sra. Natalia Braga da Graça Renteria, Gerente Técnica de Clima e Finanças Sustentáveis do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (representante de: Marina Freitas Grossi); Sr. Eduardo Brito Bastos, Coordenador do Comitê Sustentabilidade e Bioeconomia da Associação Brasileira do Agronegócio; e Sr. Marcelo Donnini Freire, Secretário Adjunto de Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente (representante de: Ministro Joaquim Álvaro Pereira Leite). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Objetivo e diretrizes desta reunião: a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atenção ao Requerimento nº 56, de 2021 – CMA, de minha autoria, com o objetivo de debater sobre o estabelecimento de uma estratégia internacional destinada ao combate às mudanças climáticas, baseada na regulamentação dos arts. 6 e 9 do Acordo de Paris, a qual deverá ser apresentada pelo Governo Federal na COP26, na Escócia, em Glasgow, a partir de 31 de outubro de 2021.

São os nossos convidados para esta audiência pública: o Ministro Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores, representando S. Exa. o Ministro Carlos França; o representante do MMA nos comunica que teve algum problema de saúde e que não consegue nos alcançar, não estará presente – não sei se chegará durante a audiência; por videoconferência, o Sr. Davi Bomtempo, Gerente Executivo do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria, representando a Sra. Mônica Messenberg; a Sra. Natalia Braga da Graça Renteria, Gerente Técnica de Clima e Finanças Sustentável do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, representando a Sra. Marina Freitas Grossi; o Sr. Eduardo Brito Bastos, Coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Bioeconomia da Associação Brasileira do Agronegócio.

Agradeço a todos o aceite a esse convite. Nossos cumprimentos também ao Sr. Rodolfo Saiumbre Ribeiro, da Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional do MRE; à Sra. Raquel Santos, da Assessoria Parlamentar do MMA, e ao Sr. Ronaldo Seroa da Motta, que nos acompanha remotamente na qualidade de consultor da CEBDS.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial aqui no Plenário, por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado. A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br.ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo com todas as manifestações está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 20 minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição para os convidados que estejam remotos. Pedimos que todas as apresentações sejam encaminhadas à Secretaria para publicação.

Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para inscrição, use a função "Levantar a mão" no aplicativo ou registre o pedido no bate-papo da ferramenta ou diretamente à Secretaria aqui na sala.

Convido, então, para a sua fala, o Ministro Leonardo de Athayde.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, apenas um esclarecimento inicial: a ideia é que eu permaneça de máscara, não é isso?

Está bem, perfeito. (*Pausa.*)

Não tem problema para mim. Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Pelo número de pessoas que estão, não tem problema. Se você se sentir incomodado, pode tirá-la.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE – Está muito bem, não tem problema. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Estamos assim dentro da norma.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro, é isso aí, é isso aí mesmo. Perfeito.

Bom, Senador, muito obrigado.

É uma honra comparecer a esta audiência pública em nome do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, nesta Comissão de Meio Ambiente do Senado, para tratar deste tema tão importante que é a mudança do clima, em particular a COP26, que terá início em poucos dias, na próxima semana na verdade. Na próxima semana, eu e toda a equipe de negociadores que eu chefio estaremos viajando para Glasgow.

Esse tema é da maior importância, como todos sabem, não apenas para o Brasil, para toda a sociedade brasileira, para o Governo, para a sociedade civil, para o setor privado, mas é um tema também da maior importância global. Acho que esse é um dos grandes temas, talvez o grande tema da atualidade, na medida em que a mudança do clima é percebida como uma ameaça existencial, uma potencial ameaça à própria existência da humanidade.

Senador, antes de continuar, eu queria lhe pedir uma coisinha. Eu tenho uma tendência muito infeliz de, às vezes, me estender um pouco quando eu falo. Então, se o senhor quiser, fique à vontade para me interromper a qualquer momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, isso é próprio dos negociadores, da arte de negociar, que eu me orgulho também de ter, ainda que não na qualidade de vocês diplomatas, já que sempre a gente tem que esgrimir os argumentos. Por isso, a gente às vezes estica. Mas, se você preferir, eu o aviso cinco minutos antes do final.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está ótimo. Muito obrigado.

A COP26, Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, é a grande conferência multilateral do ano e, sem dúvida alguma, o evento mais importante nessa área de mudança do clima, porque a Convenção-Quadro das Nações Unidas – o Brasil defende isso desde sempre e hoje mais do que nunca – é o foro mais importante, o foro que, na nossa opinião, tem tido e deve continuar a manter a primazia – o foro tem a primazia para a negociação de temas de mudança do clima.

Nós vamos agora para essa COP26. Acho que muitos países estão preocupados, inclusive o Brasil, em evitar o que aconteceu há dois anos em Madrid, na COP25. Como todos devem saber, houve um impasse no final da COP. A COP de Madrid foi a COP mais longa da história, o que é sempre comentado de maneira muito irônica. Foi a COP mais longa da história e que menos resultados apresentou, talvez apenas comparável à Conferência de Copenhague, que aconteceu em 2009, que foi essencialmente um fracasso também. Há uma grande preocupação agora de todos, ou de muitos pelo menos – e certamente do Brasil –, em evitar que essa experiência negativa se repita.

A minha ideia aqui é falar, muito em geral, sobre os principais temas que estarão sendo negociados lá, o que a gente poderia esperar e um pouco a respeito das posições que o Brasil defenderá. Evidentemente, estarei aberto a perguntas, depois, que quiserem me fazer.

Em primeiro lugar, vou falar dos interesses brasileiros, das preocupações centrais que motivam a delegação brasileira. Então, em primeiro lugar, eu diria, sem entrar... Acho que há uma preocupação maior global, macro, uma preocupação política do Brasil, dos negociadores brasileiros, que eu acho que vai além e cuja relevância transcende até o escopo das negociações de mudança do clima. É entendimento nosso que a COP26 é um momento importante para que nós possamos reafirmar a relevância do multilateralismo como mecanismo, instrumento para o estabelecimento de consensos entre as nações para resolver problemas de natureza global. Eu digo isso porque, há muitos anos, o sistema internacional tem sofrido muito com um fenômeno extremamente preocupante, que é a crise do multilateralismo. Isso ocorre em vários foros, certamente não apenas na área ambiental, mas nas negociações de vários outros assuntos...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me interrompê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE – Claro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Estou vendo que você não está à vontade com a máscara. Pode tirar a máscara, não há problema.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – É que a minha máscara tem uma tendência a descer. Está bem. Obrigado.

Há muitos anos, essa infeliz tendência de crise no multilateralismo, com uma dificuldade cada vez maior de os foros multilaterais conseguirem chegar a consensos, é uma coisa extremamente preocupante. Isso a gente verifica em muitas áreas: na área comercial, por exemplo – como todos sabem, a Rodada de Doha, na qual o Brasil investiu tanto, acabou fracassando essencialmente –, na área do desarmamento e em muitas outras áreas. Até muito recentemente, a área ambiental era a área que vinha conseguindo se manter um pouco alheia a essa tendência, a esse esfacelamento do multilateralismo, tanto é que, em 2015, apesar da crise que já estava estabelecida por razões eminentemente geopolíticas, que eu, enfim, não pretendo elaborar aqui, mas razões geopolíticas consideráveis, a área ambiental vinha se mantendo, ainda assim, muito ativa à época. Por exemplo, em 2015, os países partes da Convenção do Clima conseguiram negociar o Acordo de Paris, esse acordo tão importante.

Infelizmente, mais recentemente, começaram a surgir impasses nessas negociações de mudança do clima que começaram a nos preocupar. Eu sei que, muitas vezes... Infelizmente, eu, como negociador, leio em vários lugares e acho as explicações, na minha opinião e com o todo respeito aos críticos das posições brasileiras, um pouco simplistas sobre o que de fato tem acontecido. Na verdade, nessas negociações, há muita complexidade envolvida, muitos países envolvidos e muitos assuntos diferentes estão sendo negociados.

Nós agora achamos que é fundamental que essa COP finalmente apresente resultados concretos para reafirmar não só a primazia da convenção como foro para negociações de mudança do clima, mas também do próprio multilateralismo.

Bom, quais são os grandes temas da negociação? O Brasil, sobretudo a opinião pública brasileira, ao discutir mudança do clima hoje, eu acho que tem se concentrado muito na questão das negociações de mercado de carbono, que é o artigo 6º do Acordo de Paris, o que é compreensível, porque, de fato, esse é um dos grandes interesses do Brasil nessas negociações. Somos, sem dúvida alguma, um dos maiores atores, temos sido os atores protagonistas nessas negociações, que, na verdade, já estão correndo há uns seis anos, desde a época do Acordo de Paris, que foi firmado.

Mas, na verdade, esse não é o único tema. Há outros assuntos igualmente importantes que estão sendo negociados e que têm chamado menos a atenção da opinião pública. Eu acho muito importante esclarecer isso, porque há uma coisa que nos preocupa, preocupa a delegação brasileira. Embora – eu vou depois explicar – eu até esteja ficando bastante otimista, em geral, quanto a um possível resultado, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível desfecho positivo nas negociações de mercado de carbono, eu, ainda assim, temo que possam surgir impasses em outros assuntos que não estão agora no radar da opinião pública, mas que estão ali e poderão criar problemas na reta final da conferência.

Bom, quais são os principais temas? Em primeiro lugar, eu diria que há seis grandes temas que farão parte do chamado pacote de Glasgow, que é o pacotão que a Presidência britânica vem tentando já negociar e deseja apresentar ao final.

Em primeiro lugar, existem três temas relacionados que são os itens pendentes do livro de regras, que é o arcabouço de regras adotado na Conferência de Katowice, no final de 2018, que regulamentou o Acordo de Paris – três temas ficaram pendentes, três itens. Um deles é o artigo 6º, que certamente é o que tem tido mais visibilidade, tem chamado mais a atenção, que é a parte de mercado de carbono. Mas há outros dois assuntos também: o detalhamento do marco fortalecido de transparência do acordo – na verdade, o regime de transparência é o coração do regime de mudança do clima – e também a questão dos marcos temporais comuns. Vou explicar brevemente cada um deles e depois eu entro nos outros três temas.

Bom, o artigo 6º, como todos sabem, é uma negociação de mercado de carbono que tem envolvido muito o Brasil. Existem dois mandatos, na verdade, nessa negociação que visam ao estabelecimento de dois arranjos diferentes, porém complementares. Em primeiro lugar, o mandato do 6.2, que é o §2 do artigo 6º do Acordo de Paris, que estabelece que as partes do acordo devem negociar regras de contabilidade referentes a – aí vem o jargão do acordo – transferências internacionais de resultados de mitigação, ou seja, isso remete ao comércio justamente de emissões. Se um país que tiver um excedente conseguisse ir além da sua NDC no cumprimento da sua meta, ele poderia vender ou "transferir" – entre aspas – esse resultado de mitigação excedente para um outro país que esteja deficitário no cumprimento das suas metas. Então, a ideia é que se negociem regras de contabilidade que os países estarão obrigados a usar para fins, inclusive, de transparência, demonstrando claramente que isso está sendo feito de uma maneira compatível com os objetivos do regime de mudança do clima, ou seja, que não vai haver dupla contagem, que esses resultados de mitigação, de fato, serão verificáveis, mensuráveis, reais e adicionais. Então, todas essas questões estão em jogo.

E o segundo mandato, que a gente chama de 6.4, §4, do Acordo de Paris, diz respeito à negociação de um Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, que vai substituir o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o MDL, que existia ou existe ainda, sobre o Protocolo de Quioto. Aí, sim, o que nós teríamos seria um mecanismo centralizado de certificação de projetos sustentáveis de redução de emissões realizado pelo setor privado. Então, o MDS é o principal instrumento que nós teríamos justamente para engajar o setor privado em projetos ambientais que possam ir além, inclusive, dos compromissos nacionais, das metas climáticas do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, falando muito rapidamente, a nossa posição em relação a esse tema é a de que nós queremos resultados em ambos esses mandatos, mecanismos que, de fato, promovam o aumento de ambição e respeitem a integridade ambiental do regime de mudança do clima. E, para isso, nós entendemos que são necessários arranjos centralizados e regras robustas aplicáveis a todos que promovam, inclusive, a transparência. Eu digo isso porque, ainda que haja uma ideia de que o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável seja o mesmo mecanismo centralizado, no que diz respeito ao 6.2, o que existe ali, na verdade, é a tentativa de muitos de promover um arranjo muito permissivo, regras muito brandas, que, na prática, não garantiriam a transparência necessária, para que todos estivessem confortáveis no sentido de que a integridade ambiental do acordo está sendo cumprida.

Outro tema em negociação é o marco fortalecido de transparência. Na verdade, as regras já foram adotadas em Katowice, mas agora o que está havendo é uma discussão bem mais técnica sobre o detalhamento de determinadas coisas, como, por exemplo, as tabelas que os países vão usar para poderem relatar o cumprimento das suas obrigações. Esse parece um tema extremamente técnico; na verdade, ele o é, sim, por um lado, mas há uma dimensão política enorme. O que nós temos percebido nessas negociações é que, em muitos casos, estão voltando à baila, estão sendo ressuscitadas divergências políticas que pareciam ter sido superadas na época da finalização do Acordo de Paris e que estão voltando agora. E uma preocupação central que nós temos nessa negociação é a de garantir que os países em desenvolvimento possam usufruir das flexibilidades que lhes foram garantidas, que foram estabelecidas no livro de regras.

O terceiro tema pendente do livro de regras diz respeito aos chamados marcos temporais comuns, para se tentar criar um prazo, um ciclo uniforme aplicável a todos, para que os países possam, com regularidade, apresentar novas NDCs. E aí há uma divergência grande entre obrigar os países a apresentarem novas NDCs a cada cinco anos ou a cada dez anos. O Brasil defende que seja a cada cinco anos. Na verdade, essa é a posição mais pró-ambição que existe, mas há divergências a respeito desse tema. Esse é um tema, na verdade, de importância sistêmica muito grande para o acordo, ainda que não venha chamando tanto a atenção da opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Cinco minutos!

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Cinco minutos! Vamos lá! Em cinco minutos, falarei dos outros cinco temas, ou, perdão, três temas. Será um minuto e 33 segundos para cada assunto, mais ou menos, ou um pouco mais.

O primeiro é o tema do financiamento climático, grande tema, importantíssimo, ao qual o Brasil atribui enorme importância. Nós temos hoje no regime a obrigação dos países desenvolvidos de mobilizar US$100 bilhões ao ano até o ano de 2025 em prol de ações de combate à mudança do clima nos países em desenvolvimento. São US$100 bilhões ao ano! Essa meta não está sendo cumprida, segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatórios recentes divulgados pela OCDE e pelo próprio Secretariado da ONU. Isso é muito ruim. Os países em desenvolvimento estão muito preocupados, querem uma discussão estruturada sobre isso, querem iniciar também uma discussão, nessa COP, estruturada, objetiva, sobre a próxima meta global de financiamento climático, que deverá substituir a atual e que entrará em vigor a partir de 2025. Existe uma proposta da África do Sul para que essa meta seja elevada dos atuais US$100 bilhões para US$750 bilhões. Essa proposta conta com o apoio da delegação brasileira. Depois, na seção de perguntas e respostas, eu posso explicar as razões dessa proposta.

Os outros dois temas agora são a adaptação, que é um tema crucial e tem uma relação com a questão do financiamento também... Aí a adaptação... A mitigação visa à redução de emissões, e a adaptação diz respeito a medidas adotadas pelos países para fazerem frente aos efeitos adversos da mudança do clima. Os países em desenvolvimento são os países mais afetados, são os menores emissores comparativamente e, por outro lado, relativamente, os que mais sofrem, são os países mais vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima e, por isso, têm sempre defendido que a mitigação e a adaptação devem ter a mesma importância no regime. Mas, na prática, isso não tem acontecido. Por exemplo, o financiamento dado pelos países desenvolvidos a projetos de adaptação é ínfimo. O fundo de adaptação da Convenção do Clima tem 200 e poucos milhões de dólares disponíveis, o que é uma mixórdia, para financiar projetos de adaptação em todos os países em desenvolvimento. Esse é um tema extremamente divisório, que pode criar problemas seriíssimos nessa COP. No tema de financiamento climático, existe basicamente uma clivagem, uma polarização norte-sul muito forte entre países ricos e países em desenvolvimento. Essa é uma questão preocupante.

O último tema, relacionado também à agenda de adaptação, é a questão das chamadas perdas e danos – em inglês, *losses and damages*. São as perdas e danos. O que nós temos é essencialmente uma demanda grande de países em desenvolvimento, de países em desenvolvimento mais vulneráveis, as chamadas ilhas, os pequenos Estados insulares, as ilhas. *Grosso modo*, é uma agenda de indenização. Há o entendimento de que as emissões históricas de gases de efeito estufa já causaram danos irreversíveis ao meio ambiente, com a mudança do clima, e estão causando efeitos adversos nefastos, que afetam mais as pequenas ilhas, os pequenos países, os países em região costeira ou as ilhas. E esses países querem uma indenização. Essencialmente, seria uma espécie de indenização financeira.

Vou encerrar agora mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Não, não! Não somos tão rígidos.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito! Vamos lá! Vou tentar me atentar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma indenização financeira por esses danos irreversíveis que já tenham sido causados ao meio ambiente. E não há muita boa vontade, não. Nós não percebemos que haja... É um tema muito controvertido. Da parte de países desenvolvidos, em geral, há pouca disposição de atender a essa demanda, inclusive alguns até se recusam a usar, a aceitar a noção de perdas e danos e preferem tratar esse assunto como se fosse um capítulo da agenda de adaptação. E eu falo desse tema, porque se fala pouquíssimo dele no Brasil; mas esse é um tema que pode também criar um impasse gravíssimo na COP.

Eu estive, por exemplo, no último mês de julho... Acompanhei o Ministro do Meio Ambiente a uma reunião ministerial em Londres, organizada pela Presidência entrante britânica, e havia muitos ministros lá. As intervenções mais duras e críticas feitas por ministros, nessa ministerial de Londres, foram justamente as intervenções feitas por ministros desses países vulneráveis sobre a questão de perdas e danos. Eles estão extremamente frustrados com o pouco, o quão pouco tem sido feito a respeito dessa agenda no regime.

Senador, eu terminei aqui a minha explicação geral e estou aberto a detalhar mais qualquer um desses temas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu que agradeço a você a sua exposição.

Eu confesso que também fico às vezes constrangido, porque um tema desse é muito mais um tema para a gente passar horas debatendo. A dinâmica infelizmente das audiências públicas acaba, na minha opinião... É impossível você... Parece que é simples, mas não é. Se fosse simples, já estava resolvido.

E eu tenho certeza, primeiro, que a diplomacia brasileira tem história. E, na minha opinião, uma história que eu, pessoalmente, respeito muito. Independentemente de quem sente na cadeira de ministro, nós temos uma tradição de grandes negociadores. São vários os exemplos nossos. E não é fácil de esgrimir, porque a gente, na verdade, nessa de "desenvolvidos", "em desenvolvimento", está sempre no caminho meio do meio. Não dá para nos compararmos aos que já chegaram e também não dá para ficar dizendo que nós somos os coitadinhos, como alguns efetivamente são, sem capacidade nenhuma. Então, acaba que a gente fica numa situação que nos deu protagonismo, como você falou, inclusive, em relação ao nosso potencial de biodiversidade. Tivemos protagonismo em Copenhague, tivemos protagonismo em Paris. Bom, eu não quero entrar no mérito, porque aqui não se trata de ser oposição ou governo, até porque vocês são profissionais de Estado e, portanto, eu acho que a defesa do Estado brasileiro... As críticas à posição individual do atual Governo são coisas que a gente faz fora disso aqui.

Eu só quero lhe colocar isso, para ficar muito à vontade, porque, na verdade, a nossa torcida, independentemente de sermos oposição, é que chegue a algum lugar, porque eu acho que realmente esse tema é um tema que virou emergencial. Nós estamos vendo as consequências aí, não preciso citar; e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, que divide muito... Porque eu entendo os países, vamos dizer, mais dependentes dizerem: "Ô, cara-pálida, vocês a vida inteira emitiram, a vida inteira destruíram, e agora eu estou pagando um preço. E como é que eu faço?". Aliás, essa discussão muitas vezes é usada aqui internamente também: "Ah, eles derrubaram a deles; agora, querem que a gente preserve a nossa", que é, na minha opinião, um raciocínio obtuso; esse raciocínio não existe.

Mas eu só quero dizer que eu também sinto... Preferiria que a gente esticasse mais, mas a dinâmica infelizmente é essa. Mas a gente pode ter oportunidade depois de conversar.

Eu queria, então, de qualquer forma, lhe agradecer e convidar o Davi Bomtempo, que é Gerente-Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI. V. Sa. Está com a palavra.

O SR. DAVI BOMTEMPO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

Aproveito aí para agradecer a presença do Ministro Leonardo e também dos colegas Eduardo e Natalia e também por fazer parte aí desta Mesa e poder, como o senhor disse, na medida do possível, discutir um tema tão importante como este para o Brasil.

Eu vou compartilhar aqui uma apresentação para que possa iniciar aqui a minha fala. Só um minutinho. (*Pausa.*)

Senador, se o senhor puder me avisar se está enxergando a apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, a apresentação já está. Você quer que eu lhe avise dos cinco minutos também? (*Pausa.*)

O SR. DAVI BOMTEMPO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, primeiramente, dadas as boas-vindas, a apresentação é bastante objetiva e bastante clara. É praticamente um resumo bastante amplo do que a CNI vem fazendo em relação a essa agenda. E também, no segundo momento, irei destacar alguns pontos, como bem o Ministro Leonardo colocou, que são importantes para o setor industrial quando a gente fala de COP 26.

Inicialmente, eu gostaria de começar a nossa apresentação colocando aqui em tela a estratégia da CNI, que mostra a importância dos recursos naturais e do meio ambiente como fator-chave, integrando com outros, como educação, financiamento, relações do trabalho, infraestrutura, sempre convergindo ali para a questão relacionada à competitividade com sustentabilidade. Então, não é de agora que a CNI vem tratando desse tema; é um tema bastante antigo, é um tema que já foi reconhecido aí pelo setor industrial como um tema estratégico, é um tema que vai gerar cada vez mais competitividade para os negócios brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, praticamente, é um pequeno resumo de como é trabalhada essa temática dentro da CNI. Temos aí uma divisão entre as temáticas e também uma parte regulatória. É uma parte regulatória bastante objetiva, basicamente focada no licenciamento ambiental e no saneamento básico – o saneamento já cumpriu aí uma etapa no âmbito do Poder Legislativo, e o licenciamento ainda se encontra em discussão, agora no próprio Senado Federal. O objetivo aqui da nossa discussão hoje é focar muito mais aí as temáticas, principalmente, com relação ao uso eficiente dos recursos naturais e a essa economia de baixo carbono, que praticamente aí assumem duas grandes linhas. Uma primeira parte é direcionada para a mitigação, e aí a gente entende toda essa parte de financiamento e implementação das nossas metas, as chamadas NDCs, mas também há uma agenda aí bastante importante, uma agenda de diversificação, que eu vou passar, a seguir, de uma forma muito mais detalhada, sem esquecer também essa agenda tão importante, que aqui no Brasil às vezes é pouco discutida, mas que, no contexto empresarial, no contexto industrial, está com bastante importância, que é uma agenda aí de adaptação climática, principalmente preparando as empresas para que elas possam lidar com isso, para que elas possam lidar aí com esses eventos extremos, que estão cada vez mais frequentes.

Aqui, só passando em termos de representatividade, acho que este eslaide é bastante importante, porque ele traduz o alcance da CNI nas mais diversas regiões do País, nos mais diversos setores industriais. Então, representamos aí cerca de 27 federações de indústria, 1,3 mil sindicatos e também 900 mil estabelecimentos industriais cadastrados. É muito importante a gente ter esses números em mente, porque eles traduzem também a ideia de representatividade, de legitimidade de todo o setor, não só de grandes empresas, mas também daquelas pequenas, micro e médias que vão compor toda a base do sistema industrial, o qual a CNI representa.

E aqui há algumas tendências globais que a CNI vem identificando nos vários fóruns internacionais de que estamos participando, a exemplo do B20, a exemplo do Biac, alguns fóruns também localizados na própria OCDE. O que a gente tem identificado é que vários países, várias empresas já estão assumindo cada vez mais um compromisso de neutralidade de emissões em 2050, a exemplo do próprio Brasil, que assumiu esse compromisso no final do ano passado; a expansão de energias renováveis, que é um caminho que passa a ser priorizado por esses países, trazendo também oportunidades de negócios, agendas novas, agendas de inovação, como o próprio hidrogênio verde e também a produção de energia a partir de eólica *offshore*, na qual o Brasil tem grande vantagem comparativa e pode ser, com certeza, um dos grandes *players*, quando a gente fala dessas temáticas, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste; entender que o carbono já é reconhecido como uma *commodity* mundial, e com certeza cada vez mais países vêm implementando arcabouços e mecanismos de negociação dessa *commodity*; a eletrificação das frotas de veículos, mas, no caso do Brasil, há sempre um contraponto, colocando a importância também dos biocombustíveis para fazer frente a essa agenda; o fim dos subsídios de fontes fósseis, mas também enaltecendo incentivos econômicos, incentivos tributários para uma agenda mais renovável; bancos centrais, fundos de investimentos, bancos privados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também bancos de fomentos sempre incentivando projetos e empresas que atendam aos chamados critérios ESG; e agora vários outros países estão também se dedicando a um sistema de precificação de carbono, a exemplo do próprio Brasil, que já vem trabalhando essa temática há algum tempo, mas também para saber tratar questões que vão surgir ao longo do tempo, como, por exemplo, a taxa de carbono na fronteira, que é um assunto que vem sendo bastante debatido, um assunto originário ali da União Europeia.

E aqui a gente já traz algumas vantagens comparativas. Acho que o Senador colocou muito bem a importância das nossas características e o respeito que o Brasil tem no contexto internacional quando se negocia qualquer assunto relacionado a meio ambiente e à sustentabilidade. Com certeza, é um dos grandes *players*, até porque tem uma matriz elétrica e energética bastante renovável, quando você compara com os países desenvolvidos e com outros grupos também de países; tem uma indústria de baixo carbono, de baixa intensidade; é o segundo maior produtor de biocombustível, ficando apenas aí atrás dos Estados Unidos; tem 20% da biodiversidade, sendo 15% só na Amazônia; tem uma ampla cobertura florestal, de aproximadamente 60%, esse dado é muito importante quando a gente fala de cumprimento de NDC, talvez seja o mais importante; e tem a maior disponibilidade hídrica do mundo. Isso também não exime o Brasil de lidar com algumas crises, algumas dificuldades, até porque essa disponibilidade hídrica não é igualmente distribuída no Território nacional. E, a exemplo da crise que a gente está vivendo atualmente, grandes regiões metropolitanas que fazem grande parte do PIB têm sofrido com essas crises recorrentes, mas não é uma crise exclusiva do Brasil; é uma crise também mapeada sempre no Fórum Econômico Mundial, que afeta todos os países do mundo.

Considerando todo esse contexto, todas as características do Brasil, todas as tendências e tudo que a CNI tem de planejamento, foi então que a CNI desenvolveu a sua estratégia de baixo carbono, para fazer frente a essas metas, ao cumprimento das NDCs, principalmente as estabelecidas no Acordo de Paris.

E para isso ela elencou praticamente quatro pilares. Foi mais uma organização de agenda de influência em políticas públicas que a CNI já tinha delineado. Então, de certa forma, foram priorizadas algumas ações compondo aí esses quatro pilares.

Começando de trás para frente, a parte de conservação florestal é muito importante. E há algumas coisas já encaminhadas. É claro que há um problema de desmatamento ilegal que precisa ser endereçado, e para isso é preciso endereçar ações em termos de comando, controle e fiscalização, mas existe também aí uma parte a que o setor privado vem se dedicando, uma parte que tem bastante impacto quando a gente fala num contexto mais geral. Então, há agendas bastante importantes, como a ratificação do Protocolo de Nagoia, o pagamento por serviços ambientais e a estruturação de toda uma agenda de bioeconomia, de como ter o uso eficiente desses recursos biológicos que estão se formando aí em oportunidades de negócios e também em desenvolvimento regional. E há agendas mais sensíveis que vão precisar ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutidas, vão precisar ser endereçadas, como, por exemplo, a do licenciamento ambiental, que tem toda uma discussão em torno de regularização fundiária.

Uma outra agenda, um outro pilar é dedicado à economia circular, um tema de que a CNI já trata há bastante tempo, inclusive discutindo num âmbito internacional, na elaboração da normal internacional ISO. Então, a gente tem muito conteúdo, fizemos muitos estudos com a academia, de forma a entender qual seria o benefício de uma economia circular para a população, para o setor industrial, ou seja, para a sociedade civil como um todo. Isso a gente trabalha tanto no ambiente internacional quanto no ambiente doméstico, recentemente lançando uma cartilha de contas públicas sustentáveis, em que a gente procura determinar a importância do setor público nas suas contas públicas, que representam de 15% a 20% nessa transição para uma economia cada vez mais sustentável.

O terceiro ponto é a transição energética, um assunto que, compondo com o carbono, são os dois mais orientados, mais falados nos encontros internacionais. E, no caso do Brasil, não é só endereçar e fortalecer uma agenda de eólica, de solar, de biomassa, mas trazer também temas mais inovadores em que o Brasil pode se colocar como um dos grandes competidores, como o hidrogênio verde e também a linha de eólica *offshore*. Não esqueçamos também toda a agenda de eficiência energética, que hoje é a energia mais barata. E a CNI vem se dedicando ao longo dos anos junto ao Governo para viabilizar projetos que estimulem essa boa prática, também trazendo a importância da figura dos biocombustíveis, um tema bastante falado também e bastante publicado nessas feiras, nessas conferências internacionais.

E, por último aqui, eu já passo para a precificação do carbono, um assunto bastante prioritário para a Confederação Nacional da Indústria, um assunto que já vinha sendo discutido no âmbito do projeto do Banco Mundial com o Ministério da Economia e que agora se localiza na Câmara dos Deputados, em uma discussão bastante técnica, uma discussão bastante relevante para que possa ser encaminhado um mercado de carbono em nível doméstico. A posição da CNI é sempre em prol do mercado regulado de carbono, num sistema de comércio de emissões, sob o racional de *cap-and-trade*, o que eu vou explicar um pouquinho mais à frente, de uma forma bastante simplificada, para que a gente também possa não exceder aqui o tempo dedicado a esta apresentação.

Para início, a CNI, de forma a entender como funcionavam esses mercados, desenvolveu um primeiro estudo, que é um estudo comparativo internacional, dado que já existia um contexto de alguns países já estarem avançando, como Chile, Argentina e México, para que se pudesse já ter um entendimento de que avançar de forma correta poderia impactar positivamente a competitividade e daí a geração de renda, de emprego. A questão já vinha sendo discutida também desde 2014, no âmbito do projeto PMR. E se consideraram também aí todas as peculiaridades de cada país, de forma a transformar essas vantagens comparativas em vantagens competitivas, para também já entender um pouco, a partir de experiências de mercados, como o da União Europeia, com mais de 15 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos um primeiro apanhado desse estudo, basicamente de cinco desses mercados, mercados já estabelecidos, a exemplo da própria União Europeia, um mercado mais maduro, que regula aproximadamente 40%, totalmente descentralizado, entre os países-membros, mas trazendo também informações de países mais parecidos com o Brasil, a exemplo do México, que também trata de descentralização, uma implementação também faseada e descentralizada, mas que também nos permite resgatar, entender quais foram as boas práticas e também entender alguns problemas que tiveram em termos de implementação. Trouxemos também experiências do Canadá e da Califórnia, também um mercado bem maduro, lançado em 2013, já na sua quarta fase, também descentralizado. Ao contrário dos outros, a região do Japão, mais especificamente a Região Metropolitana de Tóquio, totalmente descentralizada, é um mercado muito menor. E também trazemos experiências de um mercado que já regula em torno de 70% das emissões, que é o mercado da Coreia do Sul, já na sua terceira fase, totalmente descentralizado também.

E aqui há algumas lições aprendidas a partir desse estudo e a partir desse conhecimento e das discussões também feitas a partir das redes da CNI. Então, a gente traz a importância da liderança do Executivo na criação desses mercados; a importância da descentralização também, principalmente quando a gente vai agregar com Estados, também com Municípios e com setores; criação de novas estruturas, a depender da complexidade do sistema proposto, pois, então, dependendo do tipo de país e da situação econômica do país, pode ser mais vantajoso você pensar numa criação de estrutura ou até numa estrutura mais complementar de alguns órgãos que já existem, dependendo muito do setor; uma organização do sistema de compensação, principalmente a importância do monitoramento, relato e verificação dentro de todo esse contexto, quando a gente fala de mercado de carbono; a interface com o setor privado, que é quem vai ser regulado, com a importância de se fazer parte dessa governança também de forma a dar uma governança cada vez mais estruturada e fortalecida; e a forma de interação com setores não regulados, a partir dessa relação de estimular o contexto geral, sempre em busca de um objetivo comum.

Aqui, de certa forma bem exemplificado, há o sistema de *cap-and-trade*, que é o que é defendido dentro das negociações no Parlamento e de todo esse consenso com o setor industrial, que diz que aqueles que criaram esse excedente de permissões podem negociar para aqueles que excederem. Esse mercado é estabelecido nesse momento. Então, de uma forma bastante simplificada, é dessa forma que vai funcionar o estabelecimento do *cap*...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Cinco minutos.

O SR. DAVI BOMTEMPO – ... e também das suas negociações.

Aqui, já caminhando para o final, o que a gente propôs e o que a gente vem negociando é: a criação dessa governança robusta, considerando principalmente todos os atores e também os setores que vão ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulados, principalmente o industrial, para que ele possa ter também a possibilidade de discussão em termos de planejamento, em termos de meta, em termos de inserção de outros setores, à medida que o assunto, à medida que essa agenda vá avançando; a utilização dos recursos financeiros dentro da própria agenda, dentro da própria agenda de baixo carbono, e não para outros fins – então, tudo que for arrecadado, tudo que for disponibilizado em termos de recursos, que seja reinvestido dentro dessa própria agenda –; a previsão de geração de testes de carbono *offset*, não só da área florestal, mas que contemple também projetos de eficiência energética, energia renovável, resíduos, entre outros; fazer também a integração com programas e agendas já estabelecidas, a exemplo do RenovaBio; a implementação de um sistema robusto de MRV, ou seja, não é só apenas a publicação de uma lei, a gente precisa pavimentar alguns caminhos também no âmbito do Poder Executivo, a exemplo da governança e do próprio monitoramento, relato e verificação de emissões; e o sistema de compensação, cujos créditos podem ser utilizados pelos entes regulados, desde que aderentes às regras estabelecidas no mercado, ou seja, aqueles novos entrantes, desde que cumpram todos os critérios, todas as regras podem, sim, fazer parte desse mercado, fazer parte desse grande guarda-chuva.

E aqui, para a gente já entrar para o final da apresentação, alguns pontos bastante importantes para o setor industrial. Acho que o Ministro Leonardo cobriu grande parte, veio até além daqueles pontos que a gente elencou aqui... publicando e sempre recomendando, em termos de importância.

O primeiro é o art. 6º, que é o que vai regulamentar o mercado de carbono em nível global. É claro que ele tem bastante relevância, tem bastante relação com o que vai ser discutido, com o que está sendo discutido aqui no ambiente doméstico, como eu passei aqui anteriormente; a questão do financiamento climático, com bastante conexão com a agenda de adaptação. E essa agenda de adaptação bastante relevante também porque, na nossa opinião, é quando vai ficar mais latente a diferença entre países, principalmente na administração desses recursos e nesses investimentos, para fazer frente a esses eventos climáticos. E o terceiro ponto, que é a transferência de tecnologia e capacitação, uma agenda bastante importante que precisa ser, cada vez mais, endereçada para a gente falar em países em desenvolvimento.

Então, de certa forma, Senador, é essa a mensagem, essa apresentação que eu queria passar para os senhores. Agradeço mais uma vez a oportunidade e fico aí à disposição para possíveis impressões.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Marcelo, pela sua fala. E eu aproveito e convido já a Sra. Natalia Braga da Graça Renteria para sua participação.

A SRA. NATALIA BRAGA DA GRAÇA RENTERIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos. Eu gostaria de compartilhar minha apresentação. Espero que todos estejam vendo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Estamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA BRAGA DA GRAÇA RENTERIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ótimo. Muito obrigada.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a presença e dizer que isso é um fórum muito importante de diálogo e compreensão dos assuntos. A gente está num momento de chegada em Glasgow, e, enfim, é natural que exista uma demanda de compreensão da sociedade e dos empresários, de toda a sociedade brasileira sobre o que vai acontecer.

É sempre um privilégio ouvir o Ministro Athayde; ele sempre nos traz informações. Pena que ele ficou limitado aos 20 minutos, porque seria um prazer ouvi-lo por mais tempo. Agradeço demais a intervenção dele.

Eu sou Natalia e eu estou aqui representando o CEBDS. Então, eu agradeço o convite em nome da Marina Grossi, a nossa Presidente.

Eu gostaria de, hoje, conversar com os senhores sobre alguns pontos. É claro que não é possível cobrir todos os pontos de preocupação, mas existem alguns que nos colocam ainda alguma interrogação. Mesmo que o Ministro Athayde tenha sido extremamente... enfim, tenha trazido tudo o que ele pôde dentro dos minutos que lhe foram atribuídos, a gente gostaria de colocar outras questões na mesa que pudessem abrir novos espaços de conversa.

O CEBDS tradicionalmente trata da agenda de carbono no Brasil de uma maneira de referência. O CEBDS é conhecido por isso. Então, já há alguns anos – não é de agora, a gente não entrou nessa conversa agora –, a gente vem tratando desse assunto e a gente não só colaborou para o PMR como capacitou nossas empresas e apresentou uma proposta de marco de carbono. Essa proposta de marco de carbono nos levou a poder participar ativamente da discussão do PL 528, que eu gostaria ainda de tratar com os senhores hoje.

Mas, inicialmente, eu vou ousar entrar no art. 6, depois que o Ministro Athayde trouxe muito bem as suas explicações. Então, não vou refazê-las, só vou me ater a alguns pontos do art. 6º que ainda nos colocam questões.

O art. 6º, como disse o Ministro Athayde, tem duas facetas: uma delas seria esse excedente de NDC, de um lado, que tradicional e internacionalmente nós conhecemos como Itmo, que é uma ideia quase que nova, porque em outro isso não existia, então esse excedente de NDC vai poder ser negociado entre os países; e o art. 6.4, que traz muito interesse realmente porque ele não só colabora para a gente conseguir cumprir as nossas metas do Acordo de Paris, como ele abre para as empresas um novo mundo de negócios. E, sim, o setor empresarial está muito interessado em compreender e assegurar que as decisões que forem tomadas, e como o Brasil vai se colocar, sejam as melhores possíveis para que esse resultado retorne para toda a sociedade. Então, aqui, realmente, sobre o artigo 6.8 não cabe discussão hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou trazer alguns pontos que ainda nos colocam questões em relação ao 6.2 e 6.4.

O art. 6º é um artigo muito técnico. É claro que aqui a gente não vai entrar em detalhes e nem nos cabe fazer isso, mas, quando a gente fala em art. 6º, há quatro pontos que nos colocam questões que são: os ajustes correspondentes, assunto esse que, infelizmente, o Ministro Athayde não teve tempo para poder desenvolver; a transição de créditos do MDL; esse OMGE aqui, essa siglazinha que eu trouxe para vocês e a repartição de fundos, que são realmente questões mais técnicas, mas que eu listei aqui só para constar – e eu vou passar por elas rapidamente –, porque existem outras questões no art. 6º que trazem uma grande tecnicidade e dificuldade para o assunto realmente.

Então, vamos falar um pouquinho de ajuste correspondente, porque, às vezes, quando falamos de ajuste correspondente existe muita dúvida. O que é isso? E por que isso deve ser feito?

Globalmente, no Acordo de Paris, quando a gente fala em diminuir créditos de carbono, em lutar contra essa emissão de créditos, a gente sempre fala num objetivo global porque isso é uma característica própria da questão climática. Quando você emite gás carbono, ele não fica em cima da nossa cabeça, ele gira pelo mundo. Então, todas as políticas que a gente faz têm que ter essa meta de visar à emissão ou à redução de créditos de modo global. Não adianta só a gente pensar em países, em territórios que são separados; a gente tem que pensar nessa meta globalmente.

Então, é natural que, quando a gente negocie isso, a gente observe sempre esse resultado final para que o objetivo global seja respeitado. Quando o país vendedor vai vender créditos de carbono que foram gerados no seu território, o país que vai comprar vai diminuir isso do seu objetivo, do seu inventário, mas a consequência é que o país que vendeu vai ter que subir esse objetivo no seu próprio inventário para que, ao final, o balanço global seja respeitado. É simplesmente um princípio matemático: você, mais, menos, e, no final, aquilo tem que ser equilibrado para que a meta global seja respeitada. Então, o país vendedor daquele crédito sobe a sua meta e o país que compra vai abater dos seus objetivos. Isso é ajuste correspondente. E o objetivo disso, quando a gente fala de integridade ambiental... O que é integridade ambiental? É você respeitar que, ao final, esse balanço global seja respeitado e o objetivo de redução, que é o nosso objetivo maior, fique intacto. Então, isso são os ajustes correspondentes, que a gente anda falando muito por aí.

Com todo o cuidado, eu vou tocar um pouco nessas questões de como esses assuntos vieram a público ultimamente. É claro que existe todo um segredo de negociação e que o Ministro Athayde, em certas coisas, não pode abrir, a gente compreende, mas, ao mesmo tempo, existe a necessidade de a gente falar sobre isso. Então, historicamente, o Brasil defende a não aplicação de ajustes correspondentes na primeira venda de créditos, houve uma evolução, houve um caminhar nessa posição e chegou-se a ser proposto um período de transição. Enfim, existiu, sim, toda uma evolução na tratativa desse assunto. Mas o que o CEBDS gostaria é que essa evolução continuasse no sentido de que os ajustes fossem aplicados de forma integral desde a primeira venda e que, se fosse para a gente pensar em abrir alguma exceção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela fosse realmente muito reduzida para países de baixa emissão, com necessidade ou que ainda tenham necessidade de desenvolvimento de instrumentos de governança.

E por que o CEBDS está trazendo essa questão para discussão? Porque, se o ajuste correspondente não for aplicado aos nossos créditos, isso vai gerar uma perda de valor para esses créditos. E os outros países já sinalizaram que vão aplicar ajustes correspondentes, então isso vai tirar competitividade dos nossos créditos quando eles forem negociados.

Imagina, a gente vai para o mercado depois e quem vai sofrer a consequência disso somos nós. Felizmente, a gente tem aí essa mensagem dos negociadores de que eles estão muito comprometidos com essa agenda e a gente acredita muito nisso, mas não nos exime de colocar aqui a nossa preocupação e o nosso desejo de que esses ajustes realmente possam ser aplicados de forma integral, garantindo a qualidade e o valor dos créditos que vão sair do Brasil.

Em relação à transição do MDL, a preocupação se aproxima em relação a preço, como já foi colocado no ajuste correspondente. Por quê? Qual é a preocupação aqui? A gente sabe que o MDL, que era o mecanismo de flexibilização de mercado sob a égide de Quioto, tem créditos ainda que existem, que foram gerados e não foram negociados. Então, é natural que exista uma preocupação do que fazer com esses créditos. Como a gente vai trazer do mundo antigo de Quioto para o mundo novo de Paris? Como garantir a entrada desses créditos? É uma discussão muito válida. Mas o que a gente quer ponderar aqui é que o Brasil não tem tantos créditos assim, comparado a outros países, e a entrada desses créditos em massa no sistema do Acordo de Paris causaria uma queda de preço e isso afetaria todo o sistema do novo Acordo de Paris, dos novos mecanismos de Paris. Sem dizer que existem preocupações de dupla contagem.

Então, realmente, o que o CEBDS gostaria de colocar aqui para a nossa equipe de negociação e para toda a sociedade é que essa transição seja feita de modo restrito, que seja realmente permitida só para projetos que são financeiramente vulneráveis, garantindo assim que o preço de todo o sistema vá ser protegido, digamos assim. Então, fica aqui o nosso desejo de que os créditos de MDL não entrem em grande volume no novo Acordo de Paris.

Eu não vou me ater aqui, mas existe também o princípio de mitigação geral de emissões globais, em conjunto com outra questão de repartição que eu já puxo aqui para frente, essa repartição de fundos. São dois assuntos ainda que estão dentro do Artigo 6 do Acordo de Paris, mas a gente entende que o Governo brasileiro, a gente se alinha com essa ideia do Governo brasileiro de que são pontos que devem ser tratados igualmente, nos Artigos 6.2 e 6.4, e a gente acredita que são pontos importantes, mas que o ajuste correspondente e igualmente essa entrada dos créditos de MDL, em que eu me detive mais, são os pontos mais críticos realmente no Artigo 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós gostaríamos de trazer ainda sobre o Artigo 6? E vocês me perdoem estar me alongando aqui no Artigo 6. É que o Artigo 6 deve ser visto, e o Ministro Athayde trouxe isso, como uma grande oportunidade para o Brasil. Existem certos questionamentos sobre a governança desse ajuste correspondente. Por exemplo: "Poxa, como é que nós vamos cumprir o ajuste correspondente e ainda cumprir a nossa NDC?" Sim, é possível, porque nós temos soluções baseadas na natureza que vão nos gerar créditos com pouco custo e uma grande quantidade de crédito. Isso vai nos permitir, sim, que a gente atinja a nossa NDC e ainda tenha um excedente que vai poder ser negociado.

E um ponto que a gente tem que levar em consideração é a governança dos ajustes correspondentes. Falar de Artigo 6 é importante, não só na negociação com esses pontos que nós trouxemos, mas já vamos pensar em como nós vamos aplicar esses ajustes.

Então, o Brasil tem total possibilidade de fazer uma governança desses ajustes correspondentes, e a recomendação do CEBDS, e a gente tem o Ministério do Meio Ambiente para capitanear essa governança. Então, o Ministério tem toda a capacidade, tem experiência de gestão, o Brasil já fez isso antes, e a gente tem condições de criar uma força-tarefa que vai estabelecer prioridades, que vai definir critérios de aplicação desses ajustes. E nós vamos conseguir, sim, cumprir o NDC, ao mesmo tempo em que nós vamos conseguir aplicar ajustes correspondentes com integridade ambiental. Nós não temos dúvidas disso. E eu tenho certeza de que os negociadores têm isso em mente.

Vamos agora falar um pouquinho com... Isso tudo que eu disse, o CEBDS soltou há pouco tempo uma nota técnica, isso tudo está muito bem explicado na nossa nota técnica. Eu aproveito para cumprimentar o Professor Ronaldo Seroa, que nos está acompanhando e foi autor dessa nota, e que nos trouxe essas ideias extremamente úteis nesse momento pré COP.

Então, quanto ao PL 528, eu tenho que passar por ele. O CEBDS está extremamente implicado nessa preocupação de a gente estabelecer uma negociação, uma governança para mercados de carbono no Brasil. Os mercados de carbono não são a única política disponível para a gente tratar de carbono e como a gente vai endereçar e diminuir as nossas emissões de carbono no Brasil. Definitivamente não é a única política, mas ela é necessária. E ela é necessária não só porque vai cuidar de uma parte das nossas emissões, que são as industriais e do setor energético, mas também vai gerar todo um mecanismo em volta, vai ativar todo um ecossistema em volta desse mercado regulado que ativa a nossa economia. Então, é o fornecedor da empresa, é a comunidade local de onde esses créditos vão ser gerados, que é muito importante para que a gente consiga restabelecer a nossa retomada em outras bases.

Aqui eu trago rapidamente para vocês a estrutura que o CEBDS apoia e que está contida dentro do substitutivo do Deputado Zé Vitor, que é separar o mercado voluntário do mercado regulado. Então, no mercado voluntário há um sistema registral; a gente não está regulando o voluntário, mas a gente está dando integridade para esses créditos, garantindo o credenciamento de padrões, o registro e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contabilização. E uma vez que esses créditos sejam realmente contabilizados e registrados, eles vão ter acesso a mercados internacionais, como também eles vão poder ser indicados para o mercado regulado.

O mercado regulado tem que ter duas faces, e o sistema regulado vai cuidar da indústria e da energia. A gente não vai abranger todos os setores. Mas é muito importante que ele possa ter um plano de alocação de um lado e um sistema de monitoramento e verificação, que é o que a gente chama de relato, do outro lado. Então, essas são premissas importantes na construção dos nossos sistemas que vão garantir um funcionamento ótimo desse sistema, o que a gente precisa, e isso é baseado nas melhores práticas internacionais. Não é algo que a gente está propondo que foi inventado ou que não tem lastro na economia mundial, mas isso já foi testado e aprovado.

Como eu disse, esse sistema brasileiro de comércio está concentrado nas emissões da indústria e energia. Ele não alcança pequenas e médias empresas, esse não é o grande objetivo. Para que vocês entendam, o sistema regulado o objetivo dele são grandes indústrias porque é importante que seja muito fácil de verificar e controlar aquelas emissões. Então, por exemplo, por que o agro não é um objetivo desse tipo de política de mercado regulado? Porque, os senhores podem imaginar comigo, como é que eu vou medir o que toda a nossa plantação emite? Como é que eu medir como a nossa pecuária, o gado, emite gases? É uma mensuração muito difícil; então, é necessário que tenha uma outra política para endereçar esse tipo de perfil de emissões. Então, o mercado regulado é realmente concentrado na indústria e energia. Ele vai poder fazer uso de *offsets*. Principalmente eu gostaria de destacar isto: a gente adotar um mercado regulado não anula a necessidade de a gente ter outras políticas que vão compor a nossa NDC. Então, é muito importante que a gente consiga chegar à nossa política de precificação de carbono. A gente está em um momento de virada, o mundo inteiro já está caminhando para uma outra economia. O Brasil precisa definir as suas prioridades de como vai tratar suas emissões de carbono. Temos uma NDC que é robusta, mas ela precisa agora ser detalhada, que a gente mostre como que a gente vai chegar lá; e o mercado de carbono faz parte, sim, desse detalhamento.

Por fim, eu gostaria de destacar o setor empresarial, como ele está se posicionando. O CEBDS é um conselho empresarial que representa indústrias que estão na vanguarda do assunto climático e do assunto de sustentabilidade. Então, as nossas empresas já estão muito bem posicionadas. E esse posicionamento Empresários pelo Clima, que foi capitaneado pelo CEBDS e teve enorme adesão e repercussão, o objetivo dele é mostrar que o nosso setor empresarial está pronto, está comprometido. Ele assume as suas responsabilidades e ele quer estar junto do Governo, junto da sociedade brasileira para que essa agenda consiga definitivamente ser endereçada no Brasil.

A economia verde é boa para todos: ela é boa para os brasileiros, ela é boa para os negócios, para o País, para o Planeta, ela vai gerar empregos e renda. Então, é muito importante que, sim, a gente consiga chegar à nossa legislação e que a gente consiga falar sobre isso abertamente de modo que toda a sociedade brasileira faça parte desse caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Sra. Natalia Braga.

A partir deste momento, eu passo a dirigir os trabalhos, em substituição ao Presidente da Comissão.

E, dando continuidade aos nossos trabalhos, passo ao próximo convidado: o Sr. Eduardo Brito Bastos.

V. Sa. tem o tempo previsto por nós aqui de dez minutos. (*Pausa.*)

Quinze? Ah, de 20 minutos! Já queria cortar o seu tempo, Eduardo.

Fique à vontade. Tenha a palavra.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Exmo. Senador Paulo Rocha.

Um obrigado especial aos painelistas aqui que dividiram comigo: meu querido Ministro Athayde, é sempre bom ouvi-lo; meu amigo Davi Bomtempo, um grande abraço; minha amiga Nati, Natalia. Obrigado pelas falas que me antecederam, vão me ajudar bastante.

Eu tenho aqui... Eu quero só antes fazer um... Vou pedir aqui escusas, mas eu tenho que mandar um abraço para o meu querido Senador Fávaro, recém-aniversariante, que fez aniversário anteontem. Quero mandar um abraço para o querido amigo do tempo nosso aí de soja, a gente viajou bastante este Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Fávaro faltou ontem de pagar o nosso jantar, que ele prometeu e não apareceu. (*Risos.*)

Um abraço, Fávaro!

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. *Por videoconferência.*) – Paulo, boa é aquela pinguinha com jambu! (*Risos.*)

Muito bem, Eduardo. Obrigado.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom te ver, Fávaro, um abraço!

Eu tenho aqui este desafio, nesses 20 minutos, de comentar sobre dois temas: mercado, dar um tamanho desse mercado, de valor desse mercado tanto no mundo quanto no Brasil. E rapidamente falar sobre três temas: o Artigo 6, que já foi muito discutido aqui; o PL 528, a importância de a gente ter um marco regulatório; e de NBS (Nature-Based Solutions), soluções baseadas em natureza. Esse é o grande potencial do Brasil como uma das maiores potências agroambientais do planeta Terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito do que eu vou falar aqui está baseado em um estudo recente da ICC, a Câmara Internacional do Comércio, que saiu algumas semanas atrás. Eu vou tomar liberdade depois aqui, para o *e-mail* do Senado vou enviar esse estudo. Esse estudo basicamente comenta sobre o mercado global, um potencial de mercado voluntário de cerca de 1,5 bilhão de toneladas até 2030. E o que isso significa? Eu vou comentar muito aqui de bilhões de toneladas e, sempre que a gente multiplicar, eu vou usar um número conservador de US$10 por tonelada e vou usar um número talvez ousado, mas muito pé no chão de US$100 a tonelada. Então, US$100 é para onde muita gente acredita que esse mercado vai chegar até 2030, mas hoje boa parte das transações acontecem em valores não superiores a US$10. Então, isso é importante porque a multiplicação... Claro, multiplicar por dez e multiplicar por cem tem um impacto brutal no número final. Eu só quero fazer esse ponto antes de a gente sair multiplicando.

Mas basicamente o que a gente está falando é: esse mercado global, a Natalia acabou de dizer isso, o mercado está lá, ele existe. O grande desafio é o Brasil se inserir de uma maneira mais forte no mercado. O mercado movimentou mais de US$250 bilhões, é uma quantidade muito grande de recurso, e boa parte dele no mercado regulado – mais de 99% desse recurso no mercado regulado. As estimativas trabalham em pelo menos US$300 bilhões este ano, cerca de 1 bilhão de mercado voluntário. Mercado voluntário é superimportante, era 250 até outro dia, vai chegar a 1 bilhão este ano; então, mostra um crescimento de quase quatro vezes, mas obviamente o mercado regulado é o maior mercado do mundo. E, dentro desse mercado regulado, o maior, o Davi mostrou isso muito bem, é o mercado europeu – o European Emissions Trading System ainda é o maior mercado mundial –, mas vários países do mundo estão entrando nisso. Na China hoje, por exemplo, praticamente todas as províncias chinesas têm o seu mercado de carbono, e, com certeza, a China será o maior mercado mundial até 2030, até pela importância das emissões, quase um terço das emissões do planeta Terra vem da China.

Mas, com o Governo Biden, os Estados Unidos também estão se movimentando para ter um mercado nacional. Hoje, o mercado da Califórnia, como Estado, é o maior mercado do mundo – obviamente, como região, é a Europa, mas como Estado.

Então, existe uma movimentação, o Banco Mundial tem esse estudo no *site*, muito bom: 61 jurisdições do mundo estão construindo os seus mercados. Até a COP, a gente sabe – e, Senador Fávaro, eu estava com a Secretária Mauren antes de ontem, em Belém do Pará, no Fórum Mundial de Bioeconomia –, sei que o Estado está se movimentando para ter o seu plano; o Senador Jaques Wagner tem conversado muito também, sei que a Bahia está trabalhando seu plano; Rio de Janeiro está trabalhando; São Paulo está trabalhando, enfim, vários Estados também estão trabalhando os seus planos. E a verdade é que tudo isso junto, como o Davi também comentou, se vocês entrarem na SBTi (Science Based Targets initiative), vocês vão ver que mais de 1,5 mil empresas já se comprometeram também com seus planos de zerar a emissão. Tudo isso junto leva a aproximadamente 20% das informações globais cobertas hoje, já hoje, com sistemas de emissão, de comércio e emissão, mas no futuro a gente olha – esse estudo do ICC fala isso – que esse mercado voluntário deve movimentar pelo menos 1,5 bilhão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tonelada, o que equivaleria de US$15 bilhões a US$150 bilhões, e o mercado regulado, só de NDC, ou seja, só de compromissos de países, 4,5 bilhões de toneladas. De novo, de US$45 a US$450 bilhões. Gente, US$450 bilhões de dólares, praticamente um terço do PIB brasileiro. Então, é muito recurso e o Brasil não pode ficar fora disso.

O que o ICC então fez foi olhar três principais, as três principais emissões, entendendo que essas emissões são um desafio, mas também são uma oportunidade. E, aí, dividiu isso em agropecuária, florestas e energia. Em agropecuária, um potencial de até 90 milhões de toneladas, ou seja – eu vou arredondar para cima aqui –, US$900 milhões a US$9 bilhões; florestas, de 660 milhões de toneladas – aqui a gente está falando de recuperar área degradada, de reflorestamento, de parar desmatamento –, são 6,6 bilhões a 66 bilhões, e energia, obviamente, o Davi comentou muito bem, a indústria tem trabalhado muito nisso de trabalhar cada vez mais energia renovável, fontes renováveis, hidrogênio, enfim, há uma infinidade de ações aqui que podem levar a até 250 milhões de toneladas, ou seja, de 2,5 bilhões a 25 bilhões.

Somando tudo, nós estamos falando de uma oportunidade aqui que pode chegar a 100 bilhões para o Brasil nos próximos anos, gerando 8 milhões de empregos. Então, essa não é uma agenda só ambiental – não me entendam mal, por favor, nós não estamos falando aqui que não é importante –, mas essa agenda ambiental também é uma agenda de negócios, também é uma agenda de inserção internacional, também é uma agenda de geração de empregos e, pela qual, na nossa opinião, a gente não pode se furtar desse desafio.

Bom, quais são os desafios para isso? A gente comentou aqui alguns. Um deles é a regulação do Artigo 6. Então, é muito importante que o Brasil participe ativamente dessa regulação do Artigo 6, senão a gente não vai poder vender esses excedentes. O Brasil é um país que vai ter excedente e a gente precisa, então, ter esse mercado validado globalmente.

Existe um desafio enorme das metodologias de mensuração. Vocês vão lembrar, o Davi apresentou isso, a Natalia apresentou, falou de MRV (medir, reportar e verificar). Essas mensurações, em todos os países do mundo, foram criadas em países temperados para países temperados. Então a gente não tem nenhuma metodologia criada em país tropical para país tropical. Então, particularmente na área agrícola, a gente tem trabalhado com a nossa querida Embrapa – quero aqui agradecer a todos os técnicos da Embrapa que estão conosco. Hoje, além da Embrapa, mais dez entidades, como a Federação Brasileira do Plantio Direto e várias universidades públicas do Brasil estão envolvidas nesse projeto para que a gente crie um sistema tropicalizado e, obviamente, validado globalmente. A gente não quer criar algo que só vale aqui, dentro no Brasil, uma vez que, como eu comentei e como todos aqui comentaram hoje, o Brasil tem uma importância muito estratégica para o mundo dentro dessa agenda de carbono.

Um ponto importante dos ajustes correspondentes, a Natalia falou rápido aqui – eu sei, Natalia, pelo tempo, mas eu vou tomar a liberdade aqui de juntar com a sua fala –, é que existem os princípios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

San Jose. Vários países do mundo assinaram o princípio de San Jose. Aqueles que assinaram não compram crédito de países sem ajuste correspondente. Então, se o Brasil tomar a decisão de não seguir por esse caminho, a gente perde uma parte considerável de potenciais compradores dos nossos carbonos.

E o último ponto desse primeiro bloco meu de mercado é desmatamento. Mais de 99% do desmatamento brasileiro é ilegal. A maior fonte de emissões do Brasil está ligada ao desmatamento. Não é aceitável nós seguirmos tolerando que exista desmatamento ilegal dentro do Brasil. Então, esse é um ponto importantíssimo. Esse talvez seja um dos pontos pelo qual a gente, por mais que faça um bom trabalho na COP, em Glasgow, a gente vai apanhar. Estaremos lá – não é, Davi, Natalia, Athayde? –, a gente sabe disso, a gente está preparado, mas a gente tem muitas boas histórias para contar. Então, é importante essa movimentação do combate, mas, de novo, há uma não aceitação de que ainda exista desmatamento ilegal. Então, a gente precisa combater isso de maneira muito enfática e mostrar que nós, brasileiros, somos contrários à ilegalidade.

Caminhando já para o final, eu tenho aqui a vantagem de já ter havido falas tanto do Artigo 6 quanto do PL, mas eu quero só reforçar aqui esses desafios do lado do Artigo 6º, de haver essa regulação para que a gente possa fazer o comércio tanto do Brasil com outros países, mas também de empresas aqui. Então, a gente tem negociado isso, várias das empresas que estão no Brasil têm presença global, principalmente as grandes, e internacionalmente a gente vê uma empresa, por exemplo, na Alemanha, que poderia fazer uma parte da compensação aqui, se não houver o Artigo 6, a gente vai ter que fazer a compensação, por exemplo, na Colômbia, o que, como brasileiro, sem nenhum demérito ao nosso país querido vizinho, seria o fim do mundo.

Então, como que a gente realmente coloca isso de uma maneira mais robusta.

E o último ponto do PL 528. É importante reforçar a qualidade desse projeto. Eu confesso aqui: para nós, é mais importante que saia um bom projeto do que esse projeto ser aprovado antes ou depois da COP. A gente está muito focado aqui, como setor, para que esse projeto não misture mercado regulado com voluntário. Então, ficou muito clara aí na apresentação da Natalia a diferença do mercado regulado do voluntário. No voluntário, por razões óbvias, se a gente regula o voluntário, ele não é voluntário, ele é regulado. Então, é muito mais um registro, mas esse registro precisa existir. Se a gente não registrar – e este é o ponto nevrálgico nesta discussão toda de carbono... Em um dos eslaides, estava lá escrito – não é, Davi? – que carbono é *commodity*. Carbono é uma das novas *commodities* e uma das maiores *commodities* do mundo. Então, a gente precisa entender que carbono como *comodity* é dinheiro e que dinheiro só é transacionado com confiança. A gente precisa dar esta confiança ao mundo: de que o Brasil não vai aceitar mais desmatamento, de que o Brasil vai fazer a sua transição e de que, como País, a gente vai garantir as salvaguardas socioambientais. Isso é um ponto muito importante também que está no projeto – foi, saiu, voltou, mas é importante que fique. O mundo espera que o Brasil também entenda que é importante ter essas salvaguardas ambientais, como, por exemplo, direito dos povos tradicionais. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa estar lá, precisa estar incluído, até porque o Brasil é signatário de protocolos internacionais que já falam isso e que, inclusive, estão incorporados na legislação brasileira. Então, são pontos muito relevantes.

Falo aqui como último ponto de *nature-based solutions* – eu comentei –, soluções baseadas em natureza. Existe uma expectativa de que soluções baseadas em natureza possam movimentar 11 gigatons, bilhões de toneladas – 11 gigatons é praticamente a emissão do continente europeu inteiro, é bastante coisa. E pelo menos 20% disso – e nenhum outro país do mundo tem tanta oportunidade em *nature-based solutions* – ou 20% de todas as oportunidades do planeta Terra estão num país que é o nosso querido Brasil, porque nós somos uma potência, de novo, ambiental. Nós temos a terceira floresta do mundo, depois de Rússia e Canadá, a maior floresta tropical do mundo, a Floresta Amazônica, e vários outros biomas extremamente relevantes, mas nós também somos o quarto maior produtor do mundo e o terceiro maior exportador do mundo. Então, tudo isso junto nos leva a uma condição muito interessante de gerar créditos de carbono, de novo, não só nas reduções industriais – a indústria tem feito esse trabalho de redução das suas emissões –, mas é importante a gente lembrar fotossíntese, plantas capturam carbono, plantas têm o potencial de, em bem manejadas, capturar e estocar esse carbono. Há mais carbono nos primeiros 20cm do solo no mundo do que o que há para cima do solo, incluindo nós seres humanos. Então, o solo é uma parte importantíssima dessa discussão e precisa ser bem tratado. E ali nós temos potencial incrível de entrar nesse mercado.

E, como eu já comentei, não é apenas uma agenda ambiental, é uma agenda econômica para trazer riquezas, divisas e empregos ao Brasil. É esse o caminho pelo qual a gente deve ir.

Senadores, a todos os meus amigos que estão aqui ouvindo, nosso muito obrigado.

Senador Jaques Wagner, um grande abraço. Saudades do nosso tempo de cacau. Obrigado, mais uma vez, pelo gentil convite.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Eduardo, pela sua exposição.

Agora, eu vou convidar – ele conseguiu pelo menos entrar via Zoom – o nosso Marcelo Donnini, do MMA. Então, ele vai fazer a sua fala. Você vai usar, na sua exposição, algum eslaide ou não?

O SR. MARCELO DONNINI FREIRE – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom dia.

O SR. MARCELO DONNINI FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu não tenho nenhum eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começo aqui me desculpando pelo atraso. Tive um imprevisto aqui hoje cedo. Ainda estou em casa e consegui me conectar no finalzinho. Entrei para pelo menos poder dar uma palavra, prestigiar e me retratar. Está num volume de trabalho muito grande, acabei tendo uma indisposição hoje de manhã, mas acho que deu tempo e fico feliz de ter dado tempo de ingressar mesmo que de maneira virtual. Agradeço a compreensão.

Muito bom ver tantas pessoas aqui num debate tão qualificado, tão bem representado.

Eu queria agradecer pela iniciativa de chamar este debate, esta agenda de hoje. Para nós, é sempre muito importante todo o debate em torno deste assunto. Acho que a maioria dos que estão aqui hoje presentes estão em constantes tratativas e conversas conosco, interações frequentes, para que a gente possa construir, de maneira coletiva, participativa, com engajamento e composição das diversas imagens e das diversas visões, o que é melhor para o País, o que é melhor para que essa questão tão delicada e tão importante possa avançar.

Pegando um pouco do gancho na fala do Eduardo agora no final, o MMA também entende, apoia e tem trabalhado de maneira muito intensa para que a agenda climática avance a passos largos, para que a agenda de carbono e de mercados também avance, entendendo que é realmente uma agenda muito importante que precisa avançar, sempre, reiterando as palavras do Eduardo, com o devido cuidado e atenção para que a gente estabeleça mecanismos e tome passos que sejam firmes, que sejam exequíveis e que sejam efetivamente operacionais, para que tenhamos mecanismos e instrumentos que sejam possíveis de serem implementados com toda a segurança, com toda a transparência, que tragam conforto, de fato, para todos os envolvidos nas tratativas, que tragam a segurança necessária para que você tenha escala, para que você tenha volume e que represente realmente que a gente tenha condições em termos de instrumentalização, que o potencial latente, que todos nós entendemos que existe, possa realmente se concretizar. Eu acho que a grande preocupação é sempre a preocupação de que os instrumentos sejam muito bem estabelecidos, muito sólidos, que os compromissos sejam muito bem estabelecidos, sejam compromissos muito sólidos e amparados, sempre na melhor ciência, sempre nas melhores projeções, para que a gente realmente consiga evitar, às vezes, retrabalho ou, às vezes, perda de tempo por ter dado passos que não deveriam ter sido dados sem a devida cautela e a devida estruturação, a devida fundamentação; que as bases sejam sólidas e que a gente não acabe, em vez de conseguir alavancar os avanços, muitas vezes tendo que retroagir por falta de ter tido uma estruturação firme, sólida contra qualquer tipo de questionamento ou qualquer tipo também de incapacidade de operacionalização.

Acho que nós temos diversas... Nós somos realmente uma potência ambiental, nós somos uma potência não só em termos de potencial, mas uma potência como uma nação de economia de baixo carbono, nós já somos uma grande economia verde e nós temos ainda um potencial incrível a ser desenvolvido em todos os seus diversos aspectos, em todas as questões e em todos os aspectos ambientais. O carbono é um dos atributos ambientais, é uma das questões ambientais. Então, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como nação, sim, esse potencial ainda enorme de avançar muito para uma economia de baixo carbono, trazendo sempre também, sem esquecer, todos os outros atributos ambientais que este País já possui, já tem e que também tem todo esse potencial enorme de avançar junto com a agenda de carbono. Acho que é importante.

Eu sempre trago esse convite e essa reflexão para que todos nós que estamos aqui e que somos, na grande maioria, profissionais com muito tempo de experiência e formadores de opinião, também tenhamos essa obrigação profissional de fomentar um novo paradigma do mundo que é um paradigma que deve avançar a passos largos com o carbono, mas também é um paradigma que deve ir além do carbono. Estou sempre fazendo esse convite.

Deixo aqui também para esta Casa, para o Senado, que também sempre tenha a consciência e se lembre de que nós temos – como formuladores aqui de políticas públicas, como fomentadores de novas consciências e de novos paradigmas tanto no âmbito nacional como um exemplo para o mundo, muitas vezes por ser um país de fronteira nos temas ambientais – também esse compromisso de puxar os debates muito para além do carbono, fazendo sempre a nossa lição de casa do carbono, desenvolvendo, mas não nos esquecendo jamais de todos os atributos ambientais que muitas vezes vêm atrelados, principalmente, quando eu estou falando de um carbono florestal, por exemplo, ele vem atrelado com muitos outros atributos que são da mais alta relevância. Nós precisamos desenvolver essa percepção de valor, essa percepção de mecanismos também que deem lastro e que deem condições de sustentação para que todos os atores envolvidos nas cadeias que trabalham por uma economia estejam representados e sejam remunerados.

Fico aqui muito grato de ter conseguido entrar, satisfeito de ver os avanços que a Casa tem feito. Acho que ontem tivemos movimentos simbólicos muito importantes em relação a avanços de metas climáticas. O ministério tem trabalhado arduamente nesse aspecto, e para nós é sempre uma alegria ver os movimentos que tanto o Senado quanto a Câmara têm empreendido para que as agendas avancem. Acho que isso traz realmente força para o tema, traz união de propósito, joga o tema nas agendas prioritárias. E, para nós, do Ministério do Meio Ambiente, é sempre importante a oportunidade de se trazerem os temas ambientais para a agenda prioritária do País.

Nesse sentido, contem conosco. Deixo aqui um grande abraço para todos os colegas presentes, para todos os Senadores. Nos vemos em breve.

O Eduardo falou aqui muito bem sobre carbono no solo. Inclusive acho que essa é uma das questões em que nós temos que pensar neste País. Vamos até debater, provavelmente em Glasgow, em algum dos painéis, sobre essa questão. Então, acho que são questões realmente importantes. E, assim como o carbono no solo, nós temos todas outras ainda que têm um potencial de avançar muito e que precisam ter todo o suporte dos senhores para que tenhamos condições de avançar, lembrando que nós temos um mar de oportunidades ainda em pesquisa e desenvolvimento neste País, que precisa avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos ter suporte, nós precisamos ter o apoio de todos para que as pesquisas que consigam enxergar as características brasileiras para lidar com o tema sejam desenvolvidas – já são muito desenvolvidas em alguns aspectos; em outros, nem tanto. E para aquelas que não são tão desenvolvidas, nós precisamos do suporte de todos e do engajamento de todos para que elas possam se desenvolver. Acho que isso também é parte fundamental dentro de uma estratégia de nação e dentro de um caminho que o Brasil deve traçar no rumo desse planeta e desse mundo que já tomou uma decisão de uma economia de carbono neutro e de uma descarbonização acelerada.

Então, agradeço aqui a participação, e o Ministério do Meio Ambiente continua à disposição.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço a você, Marcelo Donnini, pelo seu esforço para poder entrar na reunião, mesmo que virtualmente, espero que você consiga superar eventual problema de saúde e que, numa próxima rodada, a gente possa ter mais integralmente a sua participação.

Encerrada a fala dos nossos convidados, eu vou perguntar aos nossos Senadores, a alguns Senadores que estão lincados, se algum Senador ou Senadora quer dirigir alguma pergunta aos nossos convidados. (*Pausa.*)

Eu vou aproveitar e vou ler para vocês algumas, porque a gente sempre faz isso em acesso aberto para a população. Então, é sempre importante valorizar as perguntas vindas daqueles que nos acompanham. Então, vou ler algumas, mas não obrigatoriamente vocês têm que respondê-las, até porque não é necessariamente dirigida especificamente a um ou a outro.

Ronaldo Barbosa, de Minas Gerais: "Como serão feitos créditos de carbono da COP 26? Como os Municípios brasileiros vão receber?".

Fátima Cordeiro, do Espírito Santo: "Quando os governos falham é o povo, na sua simplicidade, que encontra saída. Por que o povo não é incluído nas ações para sustentabilidade?".

Billa Paz, de Minas Gerais: "Quais medidas serão tomadas pelo Governo em relação à proteção de nossas nascentes e rios?"

Adma Silva, de São Paulo: "Uma das estratégias deveria ser o maior apoio aos veículos movidos a energias renováveis, bem como o apoio ao uso de painel solar".

Fátima Cordeiro, do Espírito Santo: "Visão global com ação local, fomentar a formação de pequenas cooperativas que gerem renda e formação educacional comunitária para sustentabilidade".

Giocemar Nunes, do Rio Grande do Sul: "As mudanças climáticas são normais, mas a desregulação delas tem causa humana. Estabelecer metas, outra vez? Já existem. Falta respeito e fiscalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer um comentário antes de devolver para as considerações finais dos nossos convidados. Eu acho que hoje a gente vive um problema de narrativas que pioram a nossa situação.

Infelizmente eu tenho dito isso porque eu acho que hoje sustentabilidade, que é o conceito que eu trabalho tripartite – econômica, social e ambiental –, ela não é nem de esquerda nem de direita: ela é uma questão de bom senso, de sobrevivência. Então, tentar ideologizar esse tema, como alguns fazem tentando estabelecer uma dicotomia entre desenvolvimento e geração de emprego e preservação ambiental, é, na verdade, para aqueles que não querem enfrentar o problema. Então, estabelece-se uma dicotomia; faz-se um risco no chão; quem está aqui, quem está ali; e aí as pessoas deixam de exercitar o que foi dito aqui pelo nosso Ministro, que é a capacidade de negociação, porque é assim que se anda na democracia. Graças a Deus, nós somos um caleidoscópio de ideias no Brasil, de realidades, de sentimentos, de biodiversidade, e eu não conheço outra forma – já fui Governador, já fui Deputado, já fui Ministro, sou Senador –, eu não consigo outra forma que não seja a busca de aproximação.

Por isso, eu gosto sempre de dizer que nós temos dois grandes inimigos ou adversários da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável com justiça social – porque, também, se nós não cuidarmos do social, não adianta falar do ambiental para uma terra de esquálidos que estão passando fome; na minha opinião, nós somos parte do sistema, os seres humanos. Eu digo sempre que nós temos dois adversários: o fundamentalista, com que eu brigo, da motosserra, que acha que tudo vale a pena quando a grana não é pequena – mal parodiando o poeta –; e o fundamentalista também da contemplação, que acha que nada pode ser tocado. Eu acho que existe coisa que não pode ser tocada, e outras nós temos que saber como é que fazemos, e o mundo está cheio de tecnologia, a Holanda está dando exemplo, vários países estão dando exemplo de como é possível fazer bem feito – bem feito que eu falo, repito, é o desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental.

Então, eu estou fazendo esse esforço aqui e não posso deixar de dizer que acho que o Brasil paga um preço alto por uma tentativa equivocada de ideologizar temas que nada têm a ver. Nós já saímos da Guerra Fria, temos hoje uma guerra comercial em torno do 5G, uma guerra tecnológica, e a geopolítica e o comércio sempre estarão na matriz daquilo que vira problema, sempre é um jogo de interesse. A própria reparação que foi trazida aqui pelo Ministro: quem se prejudicou quer sua reparação, quem prejudicou não quer assumir que prejudicou. Então é aí que vêm os contraditórios e nós temos que exercitar. Por isso é que eu sei que não é tão simples. É óbvio que em 20 minutos... Até porque vocês, nas mesas de negociação – em que nem todas são abertas, o que é normal no processo de negociação –, são dias, meses, troca de papéis, até que se consiga chegar a um denominador comum.

Então, eu acho e fico satisfeito de ver aqui... Quer dizer, aqui nós temos posições bastante diferenciadas, e eu digo posições no sentido do *locus* em que cada um aqui intervém, da área empresarial, da área agrícola, do Governo. Evidentemente, o Ministério de Relações Exteriores tem mais longevidade nesse processo, porque, na verdade, como profissionais de Estado, vocês na verdade vão acompanhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso independentemente de quem está governando, e evidentemente quem está governando orienta para cá ou para lá.

Agora, eu acho – vou repetir, já disse ontem numa reunião entre Senadores – que a gente paga um preço por uma narrativa equivocada. Quer dizer, se o Governo Federal tem problemas, ao invés de minimizá-lo, na minha opinião, ele maximiza esses problemas quando tem uma retórica que, repito, ainda está no mundo da ideologia, do Muro de Berlim, da Guerra Fria. Então, nós não andamos por aí, até porque o comércio internacional está impondo regras – isso é que o Eduardo falou, o companheiro da CNI, a própria Natalia falou. Sabe, a parte do corpo que mais dói é o bolso. A arroba do boi caiu aí de R$320, R$330 para R$260: já estamos com sobra de boi e não conseguimos vender. Se, daqui a pouco, fizerem um corte também na compra de soja, não adianta plantar mais, que não vai ter para quem vender ou vai derrubar o preço; ou daqui a pouco nós vamos ter restrições – não que eu concorde com elas, até porque ninguém aqui é ingênuo: existe uma guerra comercial sempre por detrás disso tudo; então, muitas vezes, uma retórica esconde o que quer.

Mas eu queria apenas deixar uma pergunta. Eu sei que o tempo é muito curto para responder, particularmente até para aqueles que aqui representam o Governo, ou para o Ministro, ou para o Marcelo. Quer dizer, eu, que tenho andado muito como Presidente da Comissão do Meio Ambiente, procurado outros países, até para mostrar o esforço que o Senado está fazendo, ouço que a postura do Brasil... Quer dizer, eu ouço e por isso é que digo que é a narrativa que chega lá fora de que a postura do Brasil na COP 26 seria uma postura de interditar um eventual consenso. Não. É por isso que eu estou trazendo para cá, para ouvir de quem está trabalhando nisso. Por isso é que eu digo que é muito mais dirigida aos membros da diplomacia ou do MMA do que aos representantes da sociedade civil aqui, porque não são eles que vão fazer o processo diretamente de negociação.

Então, voltando aqui, eu queria saber quais as expectativas que a gente tem efetivas? Reparem, eu sei que muita coisa a gente... A carta a gente sempre esconde na manga, porque quem faz negociação é assim: você nunca bota para fora o seu limite; você tem que parar um pouco antes, para ter uma margem de negociação. Mas qual é a nossa expectativa? Porque uma outra parte, quem vai ter que fazer realmente somos nós, a sociedade civil, os empresários. Ou seja, é a gente começar a organizar e, até junto com o Governo, tentar todo esse processo de regulação, porque eu acho que a gente tem um mercado incrível pela frente. Então, eu queria só deixar esta pergunta: qual é essa expectativa real que nós temos em relação a essa matéria?

Para ser justo – eu sempre faço isto –, o prejuízo e o privilégio de ter sido o primeiro eu devolvo, deixando você como último, está certo? Porque sempre falar por último é, querendo ou não... Então, eu vou inverter a ordem: eu devolveria – eu faço isso sempre, em todo debate que a gente tem, que eu sei que sempre ouvir primeiro e falar depois é um pouco mais confortável para as conclusões finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu iniciaria por você Marcelo: qual a expectativa real no caso específico do Governo, ou particularmente do MMA, em relação ao que a gente pode esperar desse processo de COP 26?

O SR. MARCELO DONNINI FREIRE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, obrigado pela pergunta. Eu acho que o senhor toca num assunto que é da mais alta relevância. Realmente ele traz um assunto com o qual nós nos defrontamos constantemente, que é como conseguir comunicar e como conseguir ter uma narrativa que esteja alinhada com a realidade, com o que, de fato, está acontecendo.

Eu acho que o que o senhor tem escutado por aí não poderia ser mais invertido do que é a realidade, não teria como ser mais distante da realidade do que é o trabalho que vem sendo feito pelo MMA, pela equipe de negociadores. O Ministro Athayde vai poder também falar sobre isso, mas a posição real é justamente a oposta à da narrativa que o senhor tem escutado. Aí se vê o desafio de comunicação que nós temos por esse mundo afora. Então, é totalmente o contrário.

O Brasil está indo com uma postura muito construtiva, uma postura de construir as pontes para que o acordo do clima avance nos aspectos importantes que precisam de avanço. Nós temos o entendimento de que a questão climática não pode mais continuar esperando, de que as COPs não podem mais continuar se desenrolando uma atrás da outra sem que a gente tenha avanços, lembrando que a pandemia também já acabou colocando muita pressão sobre esse assunto e acabou, inclusive, adiando a ocorrência da conferência no ano passado.

Então, da nossa parte, o trabalho todo que tem sido feito é construir as pontes, é construir um trabalho para que o consenso ocorra em Glasgow, que se consiga ter o avanço necessário nos temas de relevância e que o mundo possa avançar, principalmente... Muito hoje aqui se falou sobre mercado de carbono, etc. e tal, e é muito importante que nós tenhamos melhores definições para que o mercado, no âmbito global, também possa avançar. E ali é a arena correta para que isso ocorra, ali é o fórum correto para que isso ocorra. Da parte brasileira, o posicionamento é buscar as pontes necessárias para a construção dos consensos do multilateralismo, para que a agenda avance.

Deixo aqui novamente reiterado que a posição é bastante distinta dessa que tem sido escutada não só pelo senhor, mas por muitos interlocutores brasileiros. Então, acho que é muito um desafio de a gente comunicar de maneira correta.

Agradeço novamente a oportunidade da pergunta, porque acho que aqui também é uma oportunidade de a gente poder esclarecer e poder trazer uma melhor comunicação, estabelecendo um caminho para que essa narrativa possa chegar da maneira adequada aos interlocutores e aonde precisa chegar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na ordem invertida, Eduardo.

Você tem até cinco minutos para as considerações finais.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

Marcelo, que bom que você pôde estar com a gente aqui! Desejo melhoras, meu caro!

Bom, acho que o grande ponto aqui – eu já comentei um pouco – é o Brasil ter realmente esse papel de protagonista. Nós somos reconhecidos, nessa arena, tanto na agrícola quanto na ambiental, como protagonistas globais, pelo tamanho que a gente tem, pela importância que a gente tem. E, historicamente, a gente sempre teve esse papel de relevância nas COPs. Faz 20 anos que eu acompanho as COPs e realmente a gente sabe que nem tudo pode ser dito, como o Sr. Senador bem comentou. A gente sabe... O Ministro Athayde conversou com o senhor.

Estivemos com o Cebds e com o Ministro França, na semana passada, e ouvimos uma mensagem muito clara de que o Brasil tem interesse em seguir sendo protagonista, que vai trabalhar favoravelmente ao acordo e que entende claramente que esse acordo significa colocar o País como um ator relevante nas negociações, mas também em relação a isso, como um grande gerador de excedentes e crédito para que o mundo possa comprar. Então, esse é um papel muito importante para nós.

É importante relembrar que a própria FAO fala isto: cerca de um quarto das emissões do mundo poderiam ser capturadas com soluções baseadas em natureza. Se a gente não entender isso, apenas a transição energética não será suficiente para atingirmos as nossas metas de não deixar que a temperatura ultrapasse um grau e meio, de maneira que, no final, as soluções são integradas. A gente achar aqui que a solução mais fácil é fechar fábrica, parar de comer carne... Essas soluções não são... Geralmente, para todo problema complexo, há uma solução simples e, em geral, errada. Então, a solução está na integração dos saberes. Para fazer a integração lavoura, pecuária e floresta, a gente vai precisar de produtos melhores, de tecnologias melhores, que são fabricadas pelas indústrias. Então, aqui a minha mensagem é a de que nós precisamos integrar cada vez mais os conhecimentos, os saberes e que a gente precisa ter isso em mente quando estiver negociando.

Precisamos também ter em mente que o Brasil é um grande exportador de itens agropecuários. A gente deve exportar, neste ano, mais de 130 bilhões. É o item, é o setor que garante um balanço positivo da balança. Portanto, a gente é muito integrado nas cadeias internacionais, a gente vende... O Sr. Senador comentou muito bem o tema da pecuária. Há três semanas, a gente não está vendendo carne para a China, que é o maior mercado do mundo para carne. Isso impactou diretamente no preço da arroba, impactou nas exportações, mas a gente sabe que não é só uma questão sanitária. Então, realmente, a gente precisa ter uma boa relação com todos esses atores. A China é o maior importador nosso de agro em geral, particularmente de soja e pecuária, mas a Europa, por exemplo, é o maior importador de café, de suco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laranja. Então, nós temos diferentes parceiros no mundo. O Brasil também sempre foi reconhecido como um país que trabalha com todos os países. A gente não faz aqui essa distinção e deveria continuar assim.

Então, eu quero agradecer demais a esta Casa e dizer que esperamos que o Senado brasileiro siga cumprindo esse papel excelente de abrir o diálogo. Mas também, Senadores, quero lembrá-los de que, uma vez aprovado o PL da Câmara, ele chegará à mão dos senhores e vai ser superimportante esse comprometimento do Senado brasileiro na regulação do mercado de carbono. De novo, carbono é uma *commodity*, é dinheiro, e dinheiro precisa de confiança, precisa de regulação. Do contrário, a gente vai ter só uma história bonita para contar, mas uma história que não vai gerar os empregos de que este País precisa, a riqueza de que este País precisa e que a gente tanto tem.

Muito obrigado.

Sigam contando conosco para essa agenda. Espero encontrar a todos em Glasgow, batalhando por este grande País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Eduardo.

Eu passo a palavra agora à Natalia para as suas considerações finais.

Eu só quero, antes de a Natalia falar, registrar que, na verdade, bem além das perguntas que eu li, para não consumir todo o tempo, nós recebemos praticamente 40 perguntas pelo e-Cidadania. Eu depois vou mandar para os cinco as perguntas, e se vocês quiserem responder, eventualmente, por vídeo, eu incorporo – mesmo que vocês façam e depois enviem – ao resultado da reunião; ou, se quiserem mandar por escrito, nós cuidaremos de enviar para aqueles que nos demandaram a pergunta, porque eu acho que é muito importante essa interação com a sociedade. O tema toma conta, e nós já vimos que narrativa aqui é um problema, *fake news* é um problema. Então, a gente precisa ter um debate em campo aberto, como eu acho bom fazer, porque eu acho que é o melhor para a gente caminhar.

Natalia.

A SRA. NATALIA BRAGA DA GRAÇA RENTERIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu entendo que, em relação ao que a gente espera aí para as próximas semanas em Glasgow, é que a gente tenha a ambição climática consolidada, que os países e as empresas demonstrem o seu apetite e a sua vontade real de avançar com a redução de emissões, que a gente consiga implementar completamente a conversa, o acordo, e finalizando o livro de regras de Paris, com uma atenção especial, sim, ao Artigo 6º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Acordo – estamos de olho e esperamos que ele consiga finalmente ser finalizado. E nós já entendemos o comprometimento do nosso ministério com isso, e eu agradeço.

Em relação ao Brasil, a mensagem que eu queria deixar é que a gente tem que ter muito claro que o Brasil se coloca diferentemente de muitos outros países. Ele tem uma posição especial, mas temos, sim, vantagens competitivas importantes, ou seja, com custo baixo, sem depender de novas tecnologias disruptivas. A gente consegue produzir créditos de carbono de boa qualidade, e isso vai abrir todo um novo leque de oportunidades para o Brasil, e a gente precisa trabalhar para que isso ocorra.

Uma das partes importantes que eu gostaria de, mais uma vez, reforçar – e eu entendo que o Eduardo falou neste sentido – é que precisamos da nossa legislação de mercados de carbono, precisamos dessa aprovação e que ela venha íntegra. A questão das salvaguardas ambientais é importante não só pelo aspecto social em si, que é extremamente significativo para o desenvolvimento das populações locais e todos aqueles atingidos por essa área de projetos de crédito, mas também porque ela vai nos habilitar a entrar em acordos internacionais, a entrar na OCDE. A legislação ambiental é uma parte importante da avaliação para que a gente possa aceder a novos acordos. Então, vamos não só por esta possibilidade de termos a nossa legislação ambiental alinhada com o que está sendo feito no mundo, mas também em respeito às nossas populações. As salvaguardas ambientais são extremamente importantes, e a gente espera que elas estejam dentro do texto que vier a ser aprovado.

Tradicionalmente, na época de COP, em torno de COP, a gente sempre tem uma movimentação legislativa relacionada a clima. Então, esperamos poder ver aí, nas próximas semanas e em continuidade aos trabalhos da COP, que consigamos finalmente acabar de cuidar da nossa legislação de mercados de carbono.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado Natalia.

E eu devolvo a palavra agora ao Davi, para as suas considerações finais.

O SR. DAVI BOMTEMPO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade de mais uma vez dar publicidade na agenda da CNI. Agradeço também a participação dos palestrantes, muito importante, apenas fazendo um apanhado geral das perguntas que foram faladas e divulgadas pelo senhor.

Acredito que hoje é muito importante a gente entender, porque meio ambiente e sustentabilidade estão cada vez mais na agenda do dia. A gente tem várias negociações ocorrendo, é eminente a entrada do Brasil não OCDE, e 40% dos instrumentos econômicos dizem respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade. No acordo entre o Mercosul e a União Europeia, há um capítulo inteiro, no qual a questão do acordo de Paris é pilar central, vamos também nesse sentido. Os planos de recuperação pós-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

covid também estão muito direcionados a essa parte mais sustentável, até por questões direcionadas à questão climática e também à redução de periodicidade, trazendo economia circular como um fator horizontal e também fazendo uma ligação bastante próxima com os objetivos do desenvolvimento sustentável, mas acredito que todo esse contexto vem fazendo com que cada vez mais o tema sustentabilidade seja inserido na estratégia das empresas, além do próprio perfil do consumidor, que vem lutando bastante, ao longo dos anos, todos querendo saber como que os produtos são produzidos, que tipo de energia é estocada, se há eficiência energética, se há eficiência hídrica, se há uma gestão adequada dos resíduos, enfim, todo esse arcabouço já está na marca de atuação como um todo, além de todo o contexto dos arcabouços regulatórios.

Eu queria aqui deixar a mensagem também de expectativa para a COP, com uma agenda bastante positiva, uma expectativa grande, mas que as regras, que as negociações sejam justas, sejam claras, porque, afinal de contas, o que o empresário quer, hoje em dia, é previsibilidade, é segurança jurídica, é um ambiente de negócios mais salutar, que os investimentos sejam atraentes, com mais facilidades, gerando renda, gerando empregos e também informação.

Então, é nesse contexto que eu deixo a minha mensagem.

Agradeço, mais uma vez, agradeço a todos, e tenham um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Davi.

Antes de passar a palavra para o nosso Ministro Leonardo, eu queria só agregar uma pergunta que é muito específica para vocês que são negociadores.

Na verdade, nós, em Paris e em Copenhague, exercemos um protagonismo – não gosto de falar em liderança porque gera logo ciúme e inveja, mas nós exercemos um protagonismo – e exercitamos uma liderança, como já foi dito aqui, pela potência ambiental que nós somos.

Infelizmente, e eu não quero entrar nesse meandro porque, para mim, isso acaba não ajudando a construir, várias decisões que foram tomadas nos tiraram desse protagonismo, quer dizer, a começar de não termos assumido a COP 25 aqui, no Brasil, que estava prevista e tal.

A pergunta: Agora que nós temos todos esses países em desenvolvimento, está havendo um esforço da nossa diplomacia de exercitar? Porque, querendo ou não, a gente não é líder porque quer, é líder por causa do tamanho da nossa economia, da nossa gente, da nossa natureza. A pergunta é se a gente tenta voltar a exercitar esse protagonismo?

Com você a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisa ficar muito prisioneiro dos cinco minutos; você viu que quase todo mundo quis ouvir mais você, porque a gente sabe, com todo o respeito, óbvio, porque o MMA tem o seu papel do ponto de vista do mérito, mas quem tem, o que eu digo, todo o continuado disso é toda a equipe do MRE. Então, com você, para as suas considerações.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador e a todos os expositores. Achei muito interessante, muito rica essa discussão hoje de manhã.

Senador, responderei às suas perguntas com todo o prazer.

Primeiro, eu só queria comentar com o senhor, porque o senhor falou muito sobre a importância da agenda da sustentabilidade, e eu queria lhe dizer que essa é também uma preocupação central do meu Ministro das Relações Exteriores. O Embaixador Carlos França, quando assumiu o cargo dele, no discurso de posse, deixou muito claro que a sustentabilidade é um dos pilares da atual política externa brasileira. Isso é uma grande prioridade para a gente.

Respondendo já diretamente às suas perguntas, essa alegação de que a delegação brasileira teria a intenção de bloquear um consenso, de criar grandes obstáculos nas negociações da COP 26 é *fake news* mesmo. É uma inverdade, inclusive uma injustiça com a nossa delegação, porque nós, ao longo dos últimos meses, vários meses, temos demonstrado muito claramente não apenas em reuniões, em consultas que têm acontecido sobre as negociações, mas também em contatos bilaterais com outros governos, que o Governo brasileiro tem todo o interesse em que saia um acordo, e estamos dispostos a trabalhar para isso. Temos sinalizado claramente que nós temos margem de manobra, sim. Nós pretendemos ser mais flexíveis, inclusive, para tentar viabilizar um acordo. Isso nós temos dito o tempo inteiro, e inclusive temos feito movimentos muito importantes nas consultas que têm acontecido.

Na minha opinião, Senador, acho que os atores que disseram isso para o senhor não estão sendo muito sinceros. Eu acho que aí há um interesse de representantes de entidades ou governos que não concordam com as posições brasileiras e querem nos deslegitimar, por razões óbvias, porque o Brasil é, sim, um ator da maior importância nas negociações de clima, porque nós exercemos naturalmente, inclusive como o senhor falou, uma posição, sim, de muita influência e de liderança junto ao bloco dos países em desenvolvimento. Daí o interesse desses países. Eles entendem que, enfraquecendo o Brasil, enfraquecendo os negociadores brasileiros, deslegitimando a posição brasileira, na prática, eles conseguirão, enfraquecendo na prática a própria atuação dos países em desenvolvimento nas negociações, porque nós somos um pilar importante da atuação desse grupo de países nas negociações de clima.

Para o senhor ter uma ideia, essa narrativa de que o Brasil seria um bloqueador e que o Brasil estaria isolado nas negociações, que a gente tem ouvido o tempo inteiro e que às vezes é, inclusive, reproduzida aqui no Brasil, é completamente falsa. Eu estive em Madri, eu vi o que estava ocorrendo, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava na sala da reunião. No final, não houve um consenso em Madri porque a Presidência colocou na mesa um texto de negociação no final que não reunia o consenso. Simplesmente, foi uma coisa que buscou atender às posições apenas dos países que estavam sentados de um lado da mesa; esqueceram-se do outro lado da mesa. Tanto é que, no final, o texto não foi adotado porque mais de 80 países rejeitaram esse texto de negociação. Agora, aqui, na imprensa, o que ficam dizendo é que o Brasil chegou lá... E não foi nada disso. Mais de 80 países rejeitaram os textos da Presidência, porque entendiam que não refletiam um equilíbrio mínimo de interesses e de posições.

Como eu lhe falei, de qualquer jeito – já falei antes, Senador –, o interesse do Governo agora nesta COP é o de fazer tudo que estiver ao nosso alcance para viabilizar o acordo. Nós mantemos, sim, a fundamentação técnica das nossas posições, mas temos clareza, está muito claro para a gente que, em uma negociação, nenhum país leva para casa tudo que quer, e nós estamos dispostos a fazer concessões importantes e já sinalizamos isso para os outros Governos.

Agora, eu também acho, Senador, que – e o senhor certamente tem muito mais experiência de negociação do que eu, pela sua longa carreira de político profissional, o senhor sabe –, numa negociação, para que haja acordo, todos têm que contribuir. Então, o que nós temos dito é que, para que saia um acordo, é fundamental que esses movimentos brasileiros, esses gestos, essa sinalização clara de que a gente está disposto a fazer concessões têm que se reciprocados; quem está do outro lado da mesa tem que reciprocar os nossos movimentos, ou seja, o acordo não depende apenas do Brasil, mas não há nenhum interesse em bloquear nada. Muito pelo contrário, nós entendemos que, se não houver um acordo em Glasgow, vai ser ruim para o Brasil. Nós somos um País interessado, um demandante dos mecanismos de mercado do Acordo de Paris. Portanto, perderíamos muito, caso não houvesse acordo.

Quanto à sua segunda pergunta, quanto à questão do exercício do protagonismo, Senador, na verdade, estou me referindo aqui... Não vou entrar aqui em considerações referentes à política doméstica; estou me atendo estritamente às negociações multilaterais de mudança do clima. Na verdade, o Brasil, em momento algum, perdeu o protagonismo. A delegação brasileira é sempre respeitadíssima, todos entendem que o Brasil é um País incontornável nas negociações de clima, respeitam... Podem não concordar com a gente, podem falar mal da gente, podem ficar dizendo por aí que a gente está isolado, que é isso, que é aquilo, mas, no final, todos nos procuram para conversar. O tempo inteiro todos os países querem conversar com o Brasil, ouvir a gente. E isso está acontecendo agora e é um sinal evidente de que o Brasil é protagônico, sim. É como o senhor falou: acho que tem a ver, claro – deve ter a ver –, com a seriedade do trabalho dos negociadores brasileiros, mas isso também decorre em larga medida da nossa própria condição de País, de grande País, uma grande potência agroambiental, e é natural que tenhamos esse papel nas negociações. Isso não mudou, mas, de qualquer maneira, temos todo interesse, sim, em comparecer a Glasgow e fazer o que estiver ao nosso alcance, de maneira protagônica para que seja possível um acordo final, não apenas sobre o art. 6º e mercado de carbono, mas também sobre todos esses outros assuntos de que eu falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra coisa, um último comentário que eu faria é o seguinte: quero deixar muito claro aqui que nós, como negociadores no Itamaraty, ouvimos todos os segmentos da sociedade e não temos a menor dificuldade em escutar críticas às nossas posições. Inclusive ouvimos essas críticas o tempo inteiro e entendemos que há atores, mesmo no próprio setor privado – muitas entidades empresariais, na verdade, apoiam muito as posições brasileiras –, e outros que tenham posições divergentes; na sociedade civil é a mesma coisa. É claro que, para o negociador brasileiro, o grande desafio é sempre tentar encontrar um equilíbrio de posições que de alguma maneira acomodem os interesses da sociedade como um todo, de forma minimamente equilibrada. Isto é um desafio grande, mas é uma coisa que a gente sempre tenta fazer: ter presente a posição de todos.

Agora, por último, só quero deixar muito claro aqui que, mesmo para aqueles atores que não concordem com as nossas posições, que nos tenham criticado, nós agora chegamos a um ponto na negociação em que estamos realmente na reta final. Acabou a etapa da discussão, aquela discussão conceitual, técnica, quase ideológica às vezes, travada entre especialistas. Essa etapa acabou. Agora, a gente entrou numa etapa de negociação pragmática: botar texto na mesa é o que nós queremos; é discutir isso de forma pragmática para tentar viabilizar um acordo e negociar, sim, e aceitar as diferenças de posições que possa haver. Mas nós entendemos que todos os países-membros, ali, do Acordo de Paris têm interesse em que isso saia, em que o regime de mudança do clima veja a sua primazia e a sua importância reafirmadas.

Então, nós trabalharemos com esses países para que isso saia e vamos fazer esse trabalho de maneira muito pragmática, não ideológica, sem ter absolutamente nada de ideológico na nossa atuação nessas negociações. É isso.

Por último, quero dizer, mais um segundo, que nós na COP estaremos à disposição – evidentemente que muito envolvidos com as negociações, mas também à disposição – de todos para continuar conversando. Senador, eu entendo que o senhor vai à COP – não é isso? – e está credenciado, outros Parlamentares também; haverá também representantes da sociedade civil e do setor privado... A nossa delegação estará lá à disposição para continuar conversando, prestando esclarecimentos sobre o que está acontecendo e ouvindo também as suas inquietações a respeito do processo todo.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Ministro Leonardo.

Na verdade, só para registrar, quando eu falo, às vezes, em imposição ideológica, não me refiro aos nossos negociadores. O problema é que algumas figuras verbalizam coisas que nos atrapalham muito, é isso que eu quero dizer. Não são necessariamente os profissionais do MMA ou os profissionais do MRE. Eu prefiro não entrar nessa questão porque eu não quero... Senão daqui a pouco vão dizer que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está querendo fazer jogo político-eleitoral aqui, e não tem nada a ver com isso. Os governos passam e o Brasil fica. Eu já fui governo, agora sou oposição, e portanto a gente tenta pautar a nossa atuação exatamente por uma racionalidade naquilo que é do nosso interesse.

A única coisa que eu digo é que, se a gente tem esse protagonismo por conta do nosso potencial, é preciso que todos que nos representam valorizem isso, entendeu? Por isso que eu digo... O Eduardo falou aqui: "Não podemos admitir novas queimadas ou incêndios ilegais, etc., etc." Bom, então, quem nos representa não pode estar aparentemente dando estímulo... É isso que eu quero dizer e eu acho que todo mundo sabe do que eu estou falando, o meio empresarial e vocês. Senão acaba dificultando. Eu sei que vocês são profissionais, não têm a mesma liberdade que eu como político, mas o que eu quero dizer é que nossa imagem vai pôr como as pessoas que têm papéis de destaque ficam verbalizando.

Eu, de qualquer forma, queria agradecer a todos vocês e também desejar ao Marcelo melhoras – eu não sei se foi alguma coisa com você ou com alguém de sua família – e recuperação. De qualquer forma, quero agradecer por você ter feito o esforço para estar aqui e agradecer ao Eduardo, ao Davi, à Natalia, ao nosso Ministro também.

Antes de finalizar essa reunião, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião, realizada ontem, dia 20 de outubro, e também dessa reunião de hoje.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu agradeço a presença e o acompanhamento de todos pelo YouTube ou pela televisão e declaro encerrada essa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 8 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Giordano, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Faz-se o comunicado de abertura do prazo para apresentação de sugestões de emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022, até o dia 9 de novembro de 2021 às 18h. É designado relator dessas emendas o senador Veneziano Vital do Rego. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 128, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a eliminação controlada de materiais, de fluidos, de transformadores, de capacitores e de demais equipamentos elétricos contaminados por Bifenilas Policloradas (PCBs) e por seus resíduos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 415, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3386, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e da Solar Fotovoltaica (PIDES)." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 50, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, Ministro de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações adequadas sobre o Parque Nacional (Parna) de São Joaquim e a implementação da unidade de conservação, principalmente as desapropriações acompanhadas das devidas indenizações." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 51, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 208/2018, que redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense"." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 – Relatório:** "Relatório de avaliação das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento no período de 2019-2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(REQ nº 2/2021-CMA)" **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/27

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Eu queria, antes de iniciar propriamente a reunião, fazer alguns comentários sobre a reunião da COP, em Glasgow, que começa na próxima segunda-feira.

A uma semana da COP 26, fica cada vez mais claro que a humanidade enfrentará questões muito difíceis, as quais já apresentam seus sinais, se os países não conseguirem fortalecer seus compromissos climáticos.

O relatório da ONU publicado ontem adverte que as atuais promessas dos países reduziriam o carbono em apenas 7,5% até 2030, muito menos do que o corte de 45% que os cientistas dizem ser necessário para limitar os aumentos da temperatura global a 1,5ºC, objetivo da cúpula do clima que será inaugurado em Glasgow neste domingo.

Na última segunda-feira, o Governo Federal anunciou a criação de um comitê interministerial para incentivar – aspas – "projetos verdes", sem citar quais são as metas do Brasil para o corte de emissões. Cobrado por uma destruição ambiental recorde e desacreditado internacionalmente, o Governo insiste na pauta da tentativa de obter financiamento dos países ricos sem, no entanto, apresentar informações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovem os compromissos assumidos pelo Brasil. Essa imagem do Brasil acaba afetando a decisão dos investidores internacionais.

No último mês, a Amazônia perdeu mais de 1,2 mil quilômetros quadrados, área equivalente ao Estado do Rio de Janeiro. Junto às queimadas, a agropecuária e o desmatamento são tidos como os principais fatores de gases estufa do País, cerca de 72%. Seria muito importante que o Brasil discutisse o Artigo 6º do Acordo de Paris e seus desdobramentos, principalmente em relação a essa tendência de regularização de mercados de carbono, uma temática que vem sendo discutida e cobrada por diversos setores da sociedade brasileira e que será um dos principais temas da cúpula.

A ciência vem nos alertando incansavelmente. O sexto relatório do IPCC, lançado em agosto, coloca em suas recomendações: cessar o desmatamento, promover a recuperação florestal, transformar práticas agrícolas e frear a degradação das terras no mundo inteiro. Estamos vivendo uma emergência climática. Nesse cenário, os que mais sofrem são os mais pobres, seja pela falta de água, seja pela falta de alimento, que já é uma realidade concreta. Enfrentar esse cenário é responsabilidade de todos nós, dos Governos Federal, estadual, municipal, de toda a sociedade e desta Casa.

Isto não é mais novidade para ninguém, mas é importante salientar essa urgência e reforçar que nesta Comissão precisamos fazer a nossa parte: promover, analisar e aprovar medidas legislativas e de fiscalização que tenham força para trazer soluções que mitiguem a crise climática.

Como Presidente desta Comissão, estarei acompanhando o Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e outros Parlamentares na COP 26, em Glasgow, no intuito de levar os esforços no Senado Federal que visam criar um ambiente entre Parlamentares do mundo todo no enfrentamento da crise climática, enquanto, ao mesmo tempo, discute a agenda interna do País nesse mesmo tema.

No dia 9 de novembro, vamos lançar – eu, pessoalmente, junto com Parlamentares de mais de dez países da América Latina e do Caribe – o Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa, que ganhou a sigla em espanhol de OPCC. Nesse novo espaço de diálogo, vamos compartilhar as melhores práticas e construir ações conjuntamente, dando uma maior atuação aos Parlamentos nessa agenda. Só assim, com os Poderes Executivos e Legislativos atuando juntos, nacional e internacionalmente, poderemos estar ao alcance do que o desafio climático impõe aos líderes de hoje.

Também na COP 26, em 8 de novembro, vamos realizar um evento no pavilhão do Brazil Climate Action Hub, organizado pela sociedade civil brasileira. Na ocasião, farei um encontro com alguns integrantes do Fórum da Geração Ecológica, em que conversaremos sobre os desafios do Brasil diante da COP. Lembro que o fórum foi instalado em julho deste ano, aqui nesta CMA, como espaço de diálogo com a sociedade civil, onde integrantes do setor privado, academia, movimentos sociais e institutos debatem mensalmente, de maneira propositiva, um arcabouço legislativo que possa ajudar a promover uma agenda sustentável para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando, quero ainda informar aos colegas Senadores e Senadoras aqui presentes que apresentei ontem indicação endereçada ao Poder Executivo com objetivo de alertar quanto à necessidade de regulamentar a Lei 14.119/2021, de 13 de janeiro de 2021, destacando: a regulamentação da definição dos requisitos para a participação de pessoas físicas e jurídicas no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais, a regulamentação das áreas elegíveis para PSA com uso de recursos públicos, a regulamentação das cláusulas essenciais para cada tipo de contrato de pagamento por serviços ambientais...

Não é uma brincadeira, mas só para não assustar e como, por enquanto, só temos Senadores homens aqui, PSA não é o clássico teste que se faz para saber como anda um determinado órgão masculino. É pagamento de serviços ambientais, viu, Senador Esperidião? V. Exa. está ao telefone, mas é só para V. Exa. não se assustar porque eu falei aqui "a regulamentação das áreas elegíveis para PSA", que não é o famoso teste, é o pagamento de serviços ambientais, só para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas aquele teste não é inútil ainda. (*Risos.*)

O senhor falou 1,2 mil quilômetros quadrados lá no começo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O equivalente à cidade do Rio de Janeiro ou ao Estado do Rio de Janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Aqui está escrito como o Estado do Rio de Janeiro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas não é. Mil e duzentos quilômetros quadrados não é o tamanho do Estado, é bem maior o Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, pode ser o Município.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mil e duzentos quilômetros quadrados é duas vezes Florianópolis. Então, tem 500km^2.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – É o Município, com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mil e duzentos quilômetros quadrados deve ser a cidade do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É a cidade do Rio de Janeiro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – É a antiga Guanabara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É que o senhor tem saudade do Estado da Guanabara. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A regulamentação da entidade técnico-científica independente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para o senhor ver como estou prestando a atenção no que o senhor fala.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... responsável pela validação e certificação...

Nós primos sempre prestamos atenção aos números. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha, isso está no DNA levantino, que nos é comum.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Responsável pela validação e certificação do contrato dos serviços ambientais prestados no âmbito do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. A regulamentação do órgão colegiado é que coordenará o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Eu estou só prestando contas antes da viagem para dizer que nós vamos estar lá. Eu sei que vai o Senador Rodrigo Pacheco, vai a Senadora Kátia Abreu. Confesso que não sei outros Senadores que se habilitaram.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Eu vou também.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O Senador Jean Paul vai, e eu sei que há uma delegação da Câmara dos Deputados.

Na verdade, o esforço que eu estou fazendo, na medida em que o Executivo construiu uma imagem lá fora muito ruim para o País, é de tentar mostrar que essa é a voz do Executivo, e não necessariamente da sociedade ou desta Casa Legislativa. Eu ontem conversei, inclusive, com o Ministro do Meio Ambiente e disse isso a ele com muita sinceridade. Ele disse que irá levar uma posição aberta do Brasil, suscetível a acordo, para que se faça o acordo do Artigo 6º. Eu disse: "Ministro, deixa eu lhe dizer: eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero estar lá para aplaudir. Eu não estou indo lá para degradar a imagem, eu estou indo lá para proteger a imagem brasileira". Se o Executivo mandar um projeto e conseguir reconquistar confiança, credibilidade, no âmbito internacional, eu acho ótimo para o Brasil, para os brasileiros e para os negócios do Brasil, que tendem a sofrer se nós não tivermos uma imagem diferenciada.

Eu vi que o Presidente da República assinou ontem esse programa e não vou fazer juízo de valor porque nem conheço. Espero que sejam coisas consistentes, que trabalhem nesse sentido em que eu estou tentando fazer esse esforço.

Ontem, nós lemos, no Plenário, em substituição à CAE, a atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, porque ele era já defasado da realidade de hoje, e vamos ver o que a gente consegue trabalhar. Esse esforço que estou fazendo também junto com a Cepal e a ONU de fazer uma espécie de observatório – não é nem um fórum, é um observatório – legislativo, para trocarmos experiências sobre legislações que tenham sido aplicadas em outros países e que tenham tido um resultado positivo nesse sentido da sustentabilidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só a título de colaboração... Esse tema é fascinante e é tão fascinante que eu o utilizei, já lhe disse, na minha tese de doutorado: gestão pública por indicadores. Ou seja, mensuração de sustentabilidade e utilização de tecnologia de informação para a construção de observatórios urbanos. Foi há 11 anos isso.

Então, nós não construímos observatórios confiáveis. Temos o macro, o satélite, quanto deu de queimada, quanto queimou, quanto não queimou, mas indicador é outra coisa, a qualidade da água, não a lâmina da água, que é o que, com alguma profundidade, o satélite consegue captar. Isso está previsto no Código Florestal, é o art. 73.

Então, não nos faltam dispositivos legais que podem nos levar a termos uma postura ativa. E os nossos concorrentes, na verdade, fazem-nos acusações há décadas. Se alguém ler o relatório da CPI da Amazônia, de 1989, vai lá ver as transcrições do Mitterrand, do Gorbatchov a respeito de métrica global. Até o Soviete Supremo defendia a dessoberanização dos grandes espaços, exceto os da União Soviética, onde o fogo crepita sob a vegetação – mais ou menos uma versão gelada do Pantanal.

Enquanto nós não tivermos essa inteligência, nós seremos cobrados publicamente, como o faz acho que a Ministra do Meio Ambiente da França, dizendo que o Brasil é um grande poluidor. E a União Europeia responde, junto com os Estados Unidos, por 78% da poluição do mundo, mas eles cobram!

Então, eu acho que a nossa postura – elogio a sua ida, o senhor é um homem esclarecido, o senhor vai perceber – tem que ser proativa, e nós temos que aprender a distinguir o que são interesses comerciais, especialmente no campo da agricultura, porque a União Europeia ainda se sustenta só na base de subsídios estrondosos, com acusações que já foram feitas por transgênicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vivemos um grande embate entre os conservacionistas e o Governador Requião, que ficou histórico por alguns palavrões que ele proferiu no Município de São Lourenço, no Paraná, vizinho do nosso.

Então, eu acho que a ida de pessoas lúcidas, como V. Exa., o Presidente da Casa e a nossa Presidente da CRE, vai nos ajudar a empurrar o Governo. Realmente o Governo não tem sabido vender a ideia de que está defendendo o patrimônio nacional nem mesmo nos seus eventuais acertos. E aquilo que desferem contra nós... São países e grupos econômicos que têm basicamente interesses econômicos e comerciais.

Então, desejo-lhe muito sucesso na Escócia e, se tiver um tempo livre, procure pela destilaria do Old Parr: o senhor não vai encontrar! Thomas Parr, que é uma figura mitológica, teria vivido 153 anos. Eu não consegui encontrar!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião Amin, primeiro quero lhe agradecer mais uma vez a sua intervenção e devolver o elogio: V. Exa. é uma pessoa que se aprofunda, é culta e tem equilíbrio nas opiniões. Podemos até ter opiniões divergentes, e é bom que tenhamos, porque é isso que enriquece a democracia.

Na verdade, V. Exa. tocou num ponto que eu ontem comentava com o Líder do Governo no Plenário. O atual Governo brasileiro consegue fazer do ruim o péssimo e, do bom, o ruim. Quer dizer, não consegue projetar, prosperar o que eventualmente acerta – mesmo sendo de oposição, pode acertar algumas coisas – e, quando faz coisas que são, como eu chamei genericamente, simplificando, ruins, ele bate bumbo achando que está fazendo uma grande coisa, e nós perdemos a imagem lá fora.

Eu também acho – não cabe aqui ingenuidade – que muitas vezes as críticas ambientais estão escondendo disputas comerciais. O mundo vive de disputas comerciais. "Ah, não, a carne tem problemas sanitários, então não vamos comprar. O frango..." Isso é briga comercial. Agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A caixa, a embalagem da peça de suíno teria covid! A embalagem! Essa acusação foi feita pela China.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas é isso que eu digo, quer dizer, se nos cabe inteligência em proteção ao País, de um lado, temos de ter equilíbrio no que fazemos aqui dentro – e eu não estou falando de extremos – e, de outro, também de desmontar eventuais mentiras ou exageros que se coloquem lá fora do ponto de vista comercial. É esse o problema.

Então, o problema é que o nosso Governo faz o contrário, faz questão de bradar, quer dizer, agora está mais silencioso nessa matéria até, tem falado menos, o que já, na minha opinião, ajuda. O próprio Ministro do Meio Ambiente não sei se tem outras ideias, mas pelo menos tem outra postura, já começa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudando, porque, óbvio, esse cidadão chega aqui como um elefante numa cristaleira, ninguém vai ouvir o que ele tem a dizer.

Mas, obrigado. Eu vou tentar. Se eu encontrar a destilaria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu considero o Ministro das Relações Exteriores que nós temos hoje um achado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Porque o anterior fazia questão também de... Mas, de qualquer forma, em relação à destilaria, se eu a encontrar, eu mando uma foto ainda de lá para V. Exa. confiar no que eu estou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, havendo já o número regimental, eu gostaria de propor a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 30ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico a abertura do prazo de apresentação de sugestões de emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, Projeto de Lei nº 19, de 2021, do Congresso Nacional.

Os membros da CMA poderão sugerir emendas até o dia 9 de novembro deste ano, terça-feira, impreterivelmente, até as 18h.

As emendas devem ser elaboradas e enviadas à CMA usando o perfil do Senador no sistema de emendas, no endereço eletrônico: legis.senado.leg.br/lexor.

A Comissão poderá apresentar até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

O relatório com a indicação das emendas selecionadas será votado em reunião exclusivamente virtual, no dia 11 de novembro de 2021, às 14h.

Designo para a elaboração do relatório com as emendas da CMA ao Projeto de Lei Orçamentária de 2022 o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O objetivo desta reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 128, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a eliminação controlada de materiais, de fluidos, de transformadores, de capacitores e de demais equipamentos elétricos contaminados por Bifenilas Policloradas (PCBs) e por seus resíduos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação com a emenda de redação que apresenta

Observações:

1. Vista concedida em 20/10/2021

Eu passo a palavra ao Senador Jean Paul para apresentar o seu relatório.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Senador Presidente Jaques Wagner, já foi lido o relatório.

Apenas para rememorar quem está nos assistindo, essas bifenilas policloradas são chamadas PCBs, comercialmente conhecidas como Ascarel, Aroclor, Pyralen, Clorophen, enfim, Asbetol e tal são compostos químicos utilizados como fluidos dielétricos, portanto, utilizados como isolantes de eletricidade, principalmente, Senador Amin, em transformadores, capacitores, subestações elétricas.

Apesar das características que popularizaram essas substâncias no passado na utilização para esses componentes, elas apresentam elevadíssimo potencial de causar danos ao meio ambiente e à saúde humana, são consideradas poluentes orgânicos persistentes, portanto, que permanecem por longos períodos no meio ambiente, podendo afetar a saúde humana em caso de exposição duradoura e contínua. Justamente devido a essa periculosidade, essas PCBs foram sendo banidas dos novos equipamentos elétricos já a partir da década de 80. O Brasil, inclusive, publicou e implementou essa regulamentação em normativas ainda na década de 80, antecipando-se em relação a boa parte dos países desenvolvidos.

Na esfera multilateral – isso tem a ver justamente com a COP 26 também –, no âmbito das Nações Unidas, esse problema ganhou reconhecimento através da Convenção de Estocolmo, conhecida Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, e tem um capítulo, uma Parte II do Anexo A, que se dedica... É tão séria essa matéria que tem um capítulo inteiro que se dedica exclusivamente às bifenilas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policloradas, justamente determinando que os Estados parte deverão agir de acordo com as seguintes prioridades: (i) envidar esforços para tirar de uso os equipamentos que contenham mais de 500mg/kg até 2025; (ii) empenhar-se em tirar de uso equipamentos que contenham mais de 50mg/kg até 2025; e (iii)realizar seu manejo ambiental saudável até 2028.

É exatamente disso que trata o PLC 128, de 2018.

A matéria vem à apreciação dez anos depois da sua apresentação na Câmara dos Deputados, sob outro número, obviamente. E é esse importante instrumento legal que vai complementar, atualizar o nosso arcabouço legal quanto a essas PCBs.

Portanto, tendo sido concedida vista ao Senador Zequinha Marinho, a matéria agora retorna para apreciação.

E, considerando a relevância e urgência da matéria, inclusive diante da realização da COP 26 – essa aqui é uma matéria que está atrasadíssima em relação aos demais países –, dado também aos prazos constantes do projeto de lei, que não podem ser descumpridos porque senão teríamos que alterar o projeto de lei para cumprir os prazos da Convenção de Estocolmo e à própria toxicidade das PCBs, mantém-se o voto pela sua aprovação, com a emenda de redação que foi inicialmente proposta, que eu li.

Portanto, é disso que se trata.

Quero pedir aqui a aprovação, com a emenda do PLC 128, de 2018, cujo relatório já foi lido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Na verdade, não houve apresentação de emenda, como consequência do pedido de vista. Eu entendo que V. Exa. manteve o relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mantido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – ... Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Países Árabes. O senhor não sabia disso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu estou em minoria absoluta aqui, mas não tem problema. V. Exa. está me provocando, mas, mesmo em minoria, eu vou proclamar o resultado.

A matéria está aprovada.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, com a Emenda nº 1 – CMA.

A matéria vai ao Plenário.

Eu queria submeter aos colegas Senadores a inversão de pauta para que a Senadora Eliziane, que foi a responsável por trabalhar o tema que nós escolhemos de acompanhamento das políticas governamentais... Ela se apressou e eu quero parabenizar a Senadora Eliziane, que, mesmo com o tempo corrido e as limitações da pandemia, conseguiu concluir, depois de algumas audiências públicas, o seu relatório.

E para nós é interessante que V. Exa. leia o relatório e a gente possa aprová-lo, exatamente porque essa é a última reunião antes da abertura da COP.

Havendo concordância, eu passo a palavra à Senadora Eliziane Gama para leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar aqui os colegas e agradecer pela oportunidade da elaboração de um importante relatório dessa natureza, o "Relatório de Avaliação das Políticas Climáticas e de Prevenção e o Controle do Desmatamento no Período de 2019-2021".

E vou fazer aqui um resumo, porque realmente o relatório é um pouco denso, Presidente, porque ele foi fruto de várias reuniões. Nós tivemos algumas audiências públicas com a sociedade civil, com o poder público, com representação das universidades, portanto a ciência como prioridade, a pesquisa. Foram, de fato, audiências muito ricas, muito produtivas. V. Exa. inclusive chegou a participar, abrindo a primeira audiência pública – eu queria lhe agradecer por isso. E, portanto, o resultado consta aqui neste relatório.

Vou fazer uma leitura aqui em parte apenas, e a documentação está à disposição de todos os colegas, para que a gente possa, na verdade, ganhar tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa do planeta e é responsável por aproximadamente 3% das emissões globais. As emissões brasileiras se distribuem nos setores da agropecuária (33,2%), de mudança de uso da terra e florestas (27,1%), de energia (28,9%), de processos industriais e uso de produtos (6,4%) e de resíduos (4,5%). Ao longo da última década, a mudança de uso da terra tem sido o fator mais decisivo para definir a trajetória de aumento ou de redução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil.

Ciente dessa condição, o Brasil desenvolveu esforço significativo para reduzir as taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal e no Cerrado, por meio dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado) em 2004. Além da formulação das políticas públicas, o Governo Federal garantiu orçamento suficiente e envolveu as mais altas instâncias decisórias para reduzir drasticamente essas taxas. No seu auge, o País conseguiu reduzir o desmatamento anual de 27,8 mil quilômetros quadrados em 2004 para 4,6 mil quilômetros quadrados em 2012, uma redução de 83,4%, percentual extremamente importante e significativo, Presidente.

O êxito na condução da política de prevenção e controle do desmatamento, reconhecido nacional e internacionalmente, posicionou o Brasil como protagonista no âmbito das negociações globais sobre clima, atraiu recursos que permitiram a criação do Fundo Amazônia, o financiamento de projetos de pagamentos por resultados destinados à prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, bem como projetos de redução de emissões certificadas de GEE.

A avaliação de política pública conduzida pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, no ano de 2019, retratou os avanços conquistados pelo Brasil nessa área e o início de um governo que trata com descaso as políticas ambientais. No período de 2019 a 2021, foram observados a descontinuidade das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento, o desmantelamento de estruturas institucionais participativas, a interrupção do fomento de projetos pelo Fundo Amazônia e, por conseguinte, o aumento nas taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal e Cerrado, bem como o acréscimo nas emissões de gases de efeito estufa no País.

A presente avaliação da política pública dá continuidade à realizada em 2019, porém com enfoque pormenorizado na política de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal, Cerrado e Pantanal. Na realidade, se já não são efetivas as políticas propostas pelo atual Governo para a Amazônia Legal, que dirá as relativas ao Cerrado e ao Pantanal. Na realidade, com o término formal do PPCDAm e do PPCerrado em 2020, foi apresentado plano genérico para todos os biomas, denominado Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020–2023, que sofreu várias críticas por parte do Tribunal de Contas da União, como será detalhado adiante.

O cenário no período 2019-2021 não é nada animador. As taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal têm-se mantido acima dos 10 mil quilômetros quadrados, e as emissões líquidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras de gases de efeito estufa alcançaram o maior valor nos últimos 13 anos, por força do aumento do desmatamento. Nesse contexto, o Brasil se coloca em trajetória oposta aos compromissos de reduzir as emissões de GEE, de zerar o desmatamento ilegal até 2030 e de se tornar uma economia carbono neutra até 2060.

Preocupadas com a má *performance* ambiental brasileira, em junho de 2020, 29 instituições financeiras europeias, asiáticas e sul-americanas que gerenciam mais de US$3,7 trilhões em ativos encaminharam carta ao Governo brasileiro, indicando que o Brasil precisa frear o desmatamento na Amazônia, sob o risco de alimentar "uma incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil".

Em julho de 2020, 38 empresas sediadas no Brasil encaminharam carta ao Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, clamando pelo fim do desmatamento. As empresas alertam na carta sobre os riscos aos negócios e ao País em face da repercussão negativa das políticas ambientais do atual Governo. De acordo com as empresas, "essa percepção negativa tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva para o desenvolvimento de negócios e projetos fundamentais para o País".

Os resultados ambientais negativos também podem repercutir no acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Relatório publicado pela Repórter Brasil, em parceria com a Friends of the Earth, demonstra que a sua entrada em vigor pode resultar em uma escalada da pressão da pecuária sobre biomas sensíveis, como a Amazônia e o Pantanal, intensificando o desmatamento e causando dificuldades para povos indígenas e comunidades tradicionais nessas regiões. Segundo o relatório, mandatários europeus têm levantando dúvidas sobre a viabilidade da ratificação do acordo, pois se questiona a capacidade de os países do Mercosul ampliarem suas produções agrícola e mineral respeitando o meio ambiente e os direitos humanos.

Nesse contexto, é papel do Poder Legislativo atuar em defesa do meio ambiente, aprovando projetos de lei que sejam positivos para a agenda climática e de controle do desmatamento no Brasil. Além disso, é papel do Legislativo exercer o controle externo sobre as políticas públicas conduzidas pelo Poder Executivo, com fulcro no art. 71 da Constituição Federal, a fim de corrigir os rumos do Governo no sentido do desenvolvimento sustentável e da transição para uma economia carbono neutra.

E aí, Senador Jaques, eu queria cumprimentá-lo, quando a gente fala aqui sobre as metas do Acordo de Paris, pois o projeto de V. Exa. trata da redução do prazo, mas ele trata definindo, na verdade, os caminhos. A gente, para poder chegar a algum objetivo, tem que traçar metas, traças planos. É o que V. Exa. apresenta no seu projeto, que esperamos que, na verdade, seja aprovado.

Vou, Presidente, já passar para as recomendações e encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente avaliação de política pública se debruçou sobre as políticas adotadas pelo Poder Executivo e sobre os resultados observados nas áreas climática e florestal e considerou as sugestões trazidas por participantes das audiências públicas, representantes dos setores público, privado, da sociedade civil e de instituições de pesquisa. A partir desse conteúdo, elaboramos recomendações aos Poderes Legislativo e Executivo, bem como uma proposição da modalidade Indicação, que encaminhamos anexa a este relatório.

Recomendações ao Poder Legislativo:

– aprovação do Projeto de Lei 6.539, de 2019, que altera a Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para atualizá-la ao contexto do Acordo de Paris e aos novos desafios relativos à mudança do clima, em tramitação no Senado Federal;

- aprovação do Projeto de Lei 5.482, de 2020, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei 9.985, do ano de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em tramitação no Senado Federal;

- aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 233, de 2019, que inclui entre os princípios da ordem econômica a manutenção da estabilidade climática e determina que o poder público deverá adotar ações de mitigação da mudança do clima e adaptação aos seus efeitos adversos, em tramitação no Senado Federal;

- aprovação do Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, em tramitação na Câmara dos Deputados;

- apresentação de projetos de lei que criem áreas protegidas em áreas de florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal, com vistas a viabilizar sua proteção e uso sustentável, expandir o alcance das concessões florestais e minimizar a grilagem de terras públicas;

- realizar reforma tributária verde criando sistema de tributação que não apenas seja simplificado, mas também ofereça os sinais corretos quanto ao modelo de desenvolvimento sustentável pretendido para o País;

- aumentar a alocação de recursos para programas e ações relacionados à política climática e à prevenção e ao controle do desmatamento quando da discussão e deliberação sobre Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual.

Aqui, as recomendações ao Executivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- regulamentar a estrutura de governança para execução da política climática e da política de prevenção e controle do desmatamento, evitando-se que as atribuições estejam em sobreposição, conflito ou sem órgão responsável;

- reativar o Fundo Amazônia, definindo diretrizes e estrutura de governança de comum acordo com seus principais doadores: Noruega, Alemanha e Petrobras;

- alavancar o Fundo Clima com recursos humanos e financeiros para que possa se constituir em instrumento efetivo de suporte à implementação de ações climáticas e de controle do desmatamento;

- aperfeiçoar o Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 e seu plano operativo em conformidade com o Acórdão 1.758/2021 do Plenário do Tribunal de Contas da União;

- fortalecer o Ibama, o Instituto Chico Mendes e o MMA (Ministério do Meio Ambiente), por meio da reposição de cargos vagos mediante concurso público e da valorização da carreira de Especialista em Meio Ambiente; estudar a ampliação do quadro de pessoal para atingimento das metas climáticas e de controle do desmatamento, notadamente para atingir desmatamento ilegal zero até 2030; garantir a esses órgãos dotação orçamentária superior, que seja suficiente para custear veículos, equipamentos, sistemas de monitoramento utilizados nas ações de prevenção e controle do desmatamento, bem como de planejamento das políticas públicas;

- resgatar o protagonismo dos órgãos ambientais na coordenação das operações de fiscalização para controle do desmatamento, atuando de forma integrada com órgãos ambientais estaduais e municipais, valendo-se do apoio logístico oferecido pelas Forças Armadas.

Eu diria, Presidente, resumidamente, que ainda há vários outros encaminhamentos, mas, por fim:

- retomar a implementação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, promovendo a necessária articulação com Estados e Municípios, e realizar análise de custos e de oportunidades para adaptação, considerando o impacto da mudança do clima sobre a economia brasileira.

Recomendamos o encaminhamento do presente relatório à Mesa Diretora, para posterior remessa às seguintes instituições: Presidência da República; Casa Civil; Ministério do Meio Ambiente e também Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações, das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes; Controladoria-Geral da União; Tribunal de Contas da União; Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; Fórum Brasileiro de Mudança do Clima; Observatório do Clima e Observatório do Código Florestal.

Portanto, Presidente, quero finalizar dizendo o seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Observatório do Código Florestal?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Observatório do Clima e Observatório do Código Florestal. São observatórios para os quais entendemos importante que o documento seja encaminhado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Funciona onde?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na verdade, ele é um centro, não é? Você faz o encaminhamento...

É do ponto de vista de local que o senhor está dizendo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria saber a localização desse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O endereço eu não posso lhe falar, Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A senhora pede para a sua assessoria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim, eles podem até passar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou explicar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... mas na verdade são organizações não governamentais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É porque isso é uma coisa que eu não sabia que existia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o art. 73 do Código Florestal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... manda fazer observação e relatório a cada seis meses, dos indicadores, ou seja, da evolução...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... de perda ou ganho em matéria de tudo que é abrangido: águas e plantas e árvores. Então, se a senhora puder me alcançar... Já que vai mandar a carta, o endereço deve ser conhecido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E as pessoas responsáveis, Senador. Pode ter certeza de que lhe encaminho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Lá em Florianópolis a gente faz diferente: a gente aprende cedo a devolver carta anônima ao remetente. Mas, nesse caso, nós sabemos quem é o remetente e o endereço. Por favor. Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu estava até vendo aqui se eu pegava o nome de quem está à frente, Senador, mas lhe passo com toda a certeza. Tanto o Observatório do Clima quanto o Observatório do Código Florestal são ONGs...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O Observatório do Clima eu sabia que existia; o Observatório do Código Florestal, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso, dada a importância do Código Florestal.

Daí a importância, Senador, quando a gente vê, por exemplo, algumas alterações no Código Florestal, como aquela que nós acompanhamos – eu, o senhor e os Senadores – e, inclusive, tentamos, na verdade, aperfeiçoar fazendo alterações. É exatamente com essa preocupação, dada a sua importância para a política ambiental brasileira. E tanto é que se tem o observatório como se tem também o Observatório do Clima, que receberão, na verdade, esses relatórios.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, Senador, ele não é, seguramente, consequência do Código Florestal porque ele é anterior, é de 2002. Foi no âmbito da Fundação Getúlio Vargas, que, hoje, reúne entidades. Na verdade, ele...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu nem sei se está fazendo o que prevê o art. 73.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não.

Eu creio que o batismo não corresponde à determinação, até porque o Código Florestal é muito posterior a 2002.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É de 2012, 2013.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, por isso é que estou dizendo que é um batismo de alguém que já se preocupou... Alguém não, a Fundação Getúlio Vargas, eu creio, que hoje reúne mais de 20 ou de 30 entidades que têm ciência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na verdade, é uma congregação de entidades. Você tem, na verdade, vários órgãos vinculados que fazem o acompanhamento da política ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não, é só para esclarecer, porque corretamente o Senador Esperidião Amin está dizendo que institucionalmente o Brasil não cumpriu a determinação até agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Prezado amigo, o Código Florestal determinou a criação da rede, e a rede foi criada em 2013, que compreende 28 observatórios em função do novo Código Florestal. Então, só a Fundação Getúlio Vargas é anterior, mas a rede, com os 28...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Foi criada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... suponho, um em cada Estado e no Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É possível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A ideia é que o órgão ambiental dos Estados fosse integrante da rede, na época da discussão.

Então, agora eu estou... Isso aí, o observatório do novo Código Florestal é uma rede formada por 28 instituições brasileiras da sociedade civil com o objetivo de monitorar a implementação da lei florestal em todo o País, gerando dados, mapas e massa crítica que colaborem para potencializar os aspectos positivos e mitigar aspectos negativos do novo Código Florestal, de 25 de maio de 2012.

A rede foi criada em 2013, por sete organizações da sociedade civil, abrangendo, então... (*Pausa.*)

Estamos achando aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, era só para dizer que apesar do batismo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na verdade, quando a gente fala de Código Florestal, você tem um novo Código Florestal, mas o debate do Código Florestal é um debate absolutamente antigo e que é, na verdade, junto dessas várias instituições que o senhor acaba de colocar.

Por exemplo, há pessoas que integram o Observatório do Clima e que também estão no Observatório do Código Florestal. Então, na verdade, é o que o senhor coloca, são várias entidades, é um grupo, é uma agremiação que faz o acompanhamento em relação a essas alterações. A essas alterações não, não diria a essas alterações, mas à sua funcionalidade, à sua efetividade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a primeira aconteceu em Salvador, na Bahia, em 2013.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tudo começou lá, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tudo, até a chegada do Rei. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Lá é que misturaram os europeus com os nossos índios e com os negros vindos como escravos da África.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, nessa linha, Presidente e Amin, a gente percebe aqui como, na verdade, a sociedade civil tem se organizado em relação ao controle, eu diria assim, ao acompanhamento, à fiscalização, para ser ali alguém que está olhando cada passo, tudo o que é aprovado no âmbito da legislação quanto da política pública do Governo Federal. E a sociedade deveria ter esse papel fundamental.

Quando a gente vê, por exemplo, o Fundo Amazônia e tantos outros recursos que vieram para o Brasil, isso é fruto exatamente de fazer valer uma legislação, mas, sobretudo, o empenho dessas entidades que precisam ser inclusive fortalecidas para que essa fiscalização, de fato, possa ocorrer.

Chegando às considerações finais, Presidente, a avaliação das políticas climáticas de prevenção e controle do desmatamento no período 2019/2021 desenvolvida pela Comissão de Meio Ambiente traz à tona quadro preocupante de aumento nas emissões de gases e nas taxas de desmatamento anual da Amazônia Legal. No período, foram observados também crescimento súbito no desmatamento do Cerrado e grande número de queimadas no Pantanal. O atual Governo promoveu verdadeiro desmonte nas políticas ambiental e climática, seja por meio da descontinuidade de políticas ambientais exitosas, seja pelo desmantelamento das estruturas institucionais ambientais. Órgãos ambientais seguem sendo sucateados, com orçamentos à míngua e grandes desfalques em seus quadros de pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A conjuntura atual põe em risco, em primeiro lugar, nosso patrimônio natural, florestas, fauna, flora e recursos hídricos. Ameaça também a credibilidade do País no concerto internacional de nações. Não é essa uma visão apenas desta relatoria, desta Comissão ou desta Casa. Essa é também é a visão de membros da comunidade científica, de empresas, de governos estrangeiros e da maior parte da imprensa mundial.

É fundamental que o Brasil adote mudança na postura imediata na condução das políticas climática e de prevenção e controle do desmatamento. O Poder Legislativo está fazendo sua parte, discutindo e deliberando sobre projetos positivos para a agenda climática brasileira e para a proteção das nossas florestas. Mas não apenas isso. Esta Casa tem dado sua contribuição periódica ao Poder Executivo, apontando as falhas e indicando caminhos possíveis por meio de contribuições colhidas em suas avaliações de políticas públicas. Assim, esperamos que o Brasil retorne aos trilhos do desenvolvimento sustentável e de uma economia carbono neutra. Esse é o futuro que merecem as atuais e futuras gerações.

Presidente, esse é o relatório.

Eu queria finalizar dizendo o seguinte: nas audiências públicas que nós fizemos, Presidente, nós também ouvimos a classe empresarial. Quando a gente fala, por exemplo, da política de meio ambiente, a gente associa – e quando a fala de economia também... Eu cito isso no relatório, falando, por exemplo, do acordo Mercosul e União Europeia, de que a gente sabe toda a dificuldade que está havendo, exatamente pelo não cumprimento de metas que foram estabelecidas para efetividade do acordo, entre elas o Acordo de Paris.

Então, quando a gente ouviu, por exemplo, algumas empresas, a classe empresarial, as universidades, a sociedade civil, ouviu o poder público, porque ouvimos a representação do Ministério do Meio Ambiente, e também outras entidades ligadas, como o Ibama, o ICMBio e outras, a gente ouviu exatamente para isto, porque a percepção é esta: ou você junta todo mundo em torno da política ambiental ou nós vamos sofrer boicote internacional ou não vai haver cumprimento, por exemplo, de acordos econômicos e fundamentais para a geração de emprego e renda no Brasil, coisa que a gente, na verdade, já viveu em relação a boicotes.

Esse é o relatório, que, digo, fruto de um sentimento da sociedade civil e do poder público.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu parabenizo V. Exa., Senadora Eliziane Gama, pelo trabalho feito, eu diria, pelo compromisso de entregá-lo. E V. Exa. fez esse esforço antes da abertura da COP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho importante, como disse no começo da reunião, que aqui mostremos que o Executivo tem a sua posição, mas que ela não é nem a unanimidade nem o consenso e, muito menos, desta Casa. Então, eu acho importante que essas iniciativas sejam tomadas.

Ontem, na leitura do relatório do projeto de lei que, na verdade, não é meu, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, brotou o projeto de atualização da PNMC, também como consequência do relatório feito sobre uma política de acompanhamento que a Comissão fez e foi construído a várias mãos. E, como V. Exa. citou... Eu acho que houve uma conclusão na aprovação do projeto de lei da antecipação, da Senadora Kátia Abreu, que acabou fazendo um inventário móvel, então o que parecia antecipação pode não ser porque, em vez de trabalharmos com a referência 2005, trouxemos para a referência 2015. Na verdade, eu espero que seja corrigido esse item na Câmara dos Deputados.

Então, eu queria parabenizar V. Exa. por esse esforço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Senador Jean Paul está?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Eu queria só incluir...

Brevemente, Senador Contarato.

O Senador Jean Paul me fez aqui uma solicitação, e vamos incluir, Presidente, porque é muito importante, nas recomendações, a aprovação do Projeto de Lei 5.462, de 2019, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a regeneração, a utilização e proteção da vegetação nativa e a política de desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado e dos ecossistemas da flora e da fauna associados. Então, eu queria registrar aqui a inclusão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O projeto é da minha autoria, o Senador é o Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E ele também tinha me feito essa observação, mas eu acho... Eu lhe agradeço a inclusão do projeto, porque realmente é outro bioma que para nós é superimportante a sua manutenção.

Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, inicialmente eu quero mais uma vez parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos. Quero parabenizar a Senadora Eliziane Gama.

E eu quero aqui, Senadora, fazer uma sugestão a esta Comissão, Sr. Presidente. Já que nós estamos aqui na iminência de comparecer à COP 26, eu acho que, pelo brilhantismo, o relatório da Senadora Eliziane Gama deve ser traduzido em inglês, e nós poderíamos apresentar esse relatório, disponibilizar para os integrantes lá da COP 26 como um serviço, como um trabalho feito com bastante afinco e dedicação, demonstrando o comprometimento desta tão conceituada Comissão de Meio Ambiente. A minha sugestão é simplesmente esta: que esse relatório seja traduzido em inglês, e nós o disponibilizaríamos na COP 26 para que o mundo pudesse conhecer com o que a Comissão de Meio Ambiente também está preocupada para a efetivação do art. 225, que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, porque esse relatório aponta os grandes problemas que existem, com dados técnicos importantes para a comunidade acadêmica, para a defesa do meio ambiente como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu acolho a sugestão do Senador Contarato. Na verdade, isso já foi feito em outro momento também com o relatório que V. Exa. produziu.

Então, eu ia pedir só à Senadora Eliziane, evidentemente após a aprovação simbólica do relatório aqui, que V. Exa. pudesse remeter o relatório com a inclusão, a versão final...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... para que nós pudéssemos preparar o parecer para fazer o encaminhamento.

Eu não sei se V. Exa. consegue fazer em nível do gabinete a versão em inglês, senão, aqui via Comissão de Meio Ambiente, a gente providencia e tenta disponibilizar até segunda-feira, na abertura da COP.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente.

A Comissão, na verdade, poderá fazer essa tradução. Acho que, pelo tamanho da equipe, fará de forma mais rápida.

Presidente, eu acho muito pertinente a colocação. Esse documento já está de posse... Vamos apenas fazer essas duas inclusões novas, que serão feitas de forma imediata, mas já está à disposição da Mesa desta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Eu coloco o relatório da Senadora Eliziane Gama em discussão na nossa Comissão. Há algum Senador que queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Vou colocar em votação o relatório apresentado pela Senadora Eliziane Gama.

Os Senadores que aprovam o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Eu vou cuidar aqui na Secretaria da CMA de fazer a tradução. Só peço a inclusão dos pontos que foram agora modificados, de tal forma que a gente possa... V. Exa. mesma está indo à COP também, a senhora me informou ontem, então seria também algo interessante. Eu acho até que seria... Apesar de que tudo hoje é no celular, é no computador, eu acho que não custa, se a gente conseguir – não sei se conseguiríamos –, fazer uma brochura rápida. Não sei se haveria tempo útil para fazer lá na gráfica do Senado uma brochura sobre o relatório. Querendo ou não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Seria muito importante, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É sempre... Senão, vamos ter que levar em forma simples de impressão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Secretário Airton está me informando é que no *site* da própria Comissão há um espaço separado exatamente para esse tipo de questão. Então, a gente apresentaria lá o *link* para a versão em português e em inglês. É que eu não sei se temos tempo útil, mas se conseguíssemos fazer um esforço... V. Exa. vai para a COP que dia?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dia 5.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu vou falar com o Presidente, porque, na verdade, a nós interessa que isso seja levado, então, de qualquer forma... Se pudermos ter uma brochura de distribuição, eu acho sempre importante. Eu vou tentar compilar – viu, Airton? – aquilo que a gente apresentou, como o próprio projeto que eu li ontem ainda não está aprovado, a atualização... Porque acho que é importante levar para lá o material mostrando o que nós estamos tentando produzir no âmbito do Senado.

Eu agradeço a V. Exa. o relatório, e ele está aprovado. A gente vai preparar o parecer, a tradução, e eu vou conversar com o Rodrigo se dá para apressar lá na CMA. Na verdade, o relatório não é tão denso, então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu acredito que dê tempo, porque a gráfica é extremamente rápida. Eu senti isso agora com o resultado da CPI: nós terminamos um relatório, a primeira edição, à noite, basicamente, e de manhã já estava...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É porque ali estava todo mundo mobilizado para aquilo, acho que eu preciso mobilizar o Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente, mas eu digo do ponto de vista... Se a gente consegue, na verdade, trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Capacidade tem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora.

Quanto ao item 2 da pauta, o Relator, Senador Jayme Campos, não está com possibilidade de ler o relatório. Então, eu vou, a pedido, retirar de pauta.

Quanto ao item 3, igualmente o Senador Rodrigo Cunha fez o contato telefônico, fez o relatório e pediu, inclusive, que não fosse nomeado Relator *ad hoc*, porque ele gostaria de ele próprio estar presente e ler o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, atendendo ao pedido do Senador Rodrigo Cunha, o item 3 também está retirado de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 415, DE 2020

- Terminativo -

Institui o Fundo Amazônia e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Vista concedida em 20/10/2021

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3386, DE 2021

- Terminativo -

Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Energia Eólica e da Solar Fotovoltaica (PIDES).

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação.)

Item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 50, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, Ministro de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações adequadas sobre o Parque Nacional (Parna) de São Joaquim e a implementação da unidade de conservação, principalmente as desapropriações acompanhadas das devidas indenizações.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e outros

Autoria dos Senadores Fabiano Contarato e Esperidião Amin.

Eu passo a palavra... Qual dos dois vai ler, o mais velho ou o mais cabeludo? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu tenho um palpite sobre a PEC dos Precatórios. Não vou trazer esse assunto para cá. Só quero pedir desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, de jeito nenhum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É só o óbvio, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, porque o requerimento é de autoria de V. Exa. e do Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E do Senador Fabiano Contarato. Eu até queria dizer o seguinte. (*Fora do microfone.*)

Eu gostaria de ouvir as ordens do Senador Fabiano Contarato, para o senhor ver como eu estou disciplinado e receptivo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu quero só parabenizá-lo, primeiro, pela capacidade de audição qualificada de V. Exa. quando eu li o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é de tanto obedecer às mulheres, porque só as mulheres conseguem fazer oito, nove coisas ao mesmo tempo, o senhor sabe disso. De tanto ouvi-las, eu estou aprendendo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas aqui quero parabenizar V. Exa. pela cultura em Geografia ou pelo GPS que tem na mente. Quero aqui pedir desculpas: a área do território do Estado do Rio de Janeiro é 43,750 quilômetros quadrados, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área da cidade do Rio de Janeiro que é de 1,2 mil quilômetros quadrados. Então, V. Exa. estava com a razão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só usei isso, Presidente, para que o senhor se convencesse de que eu estava prestando atenção. E, como é do nosso DNA, principalmente em números. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Fabiano Contarato, com V. Exa. a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu ia falar que sou um bom soldado, mas, com todo respeito, vou me manter aqui. Eu sou um fiel escudeiro do Senado Esperidião Amin, a quem eu muito admiro e por quem tenho apreço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Como eu já vi o compromisso do representante do ICMBio de comparecer e prestar as informações, de comum acordo com meu querido Esperidião Amin, Sr. Presidente, nós vamos requerer a retirada de pauta do Requerimento nº 50 – retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – De pauta ou...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Na verdade, nós vamos retirar de pauta em definitivo. Está bem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, Senador, por favor. Talvez eu tenha me expressado mal. Eu solicito que ele volte daqui a 15 dias.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Este aqui?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por quê? E aí explico: os Municípios estão individualmente conversando. Há um caso, por exemplo, de proposta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permuta de área e com base em aspectos topográficos, microbacias... Veja bem, nós estamos falando de uma coisa que foi criada em 1961. Havia uma carta do levantamento aerofotogramétrico de 1957. Não tínhamos Google Earth, essas coisas que a criançada tem hoje. Não sei se o senhor leu Karl May. Eu li todos os livros do Karl May.

Ele nunca saiu da cidade dele, perto de Darmstad, na Alemanha, e descrevia a orografia, o relevo da Austrália, como se lá estivesse com equipamentos de hoje – nunca saiu de lá e descrevia com perfeição.

Agora, o senhor imagine, em 1961, delimitar a área de um parque e depois transpor isso. Até hoje não se acertou. Nós concordamos com 72 páginas de delimitação na base do minuto e segundo de latitude e longitude. Ninguém sabe ler isso! Nós fomos enganados, e eu acho até que não foi por má-fé.

Então, agora que os meios tecnológicos já são mais acessíveis, o que se está verificando é que é muito melhor para o meio ambiente preservar o que existe do que eliminar quatro pequenas propriedades. Quer dizer, salta aos olhos isso. Então, os Municípios estão dialogando nisso.

Outros parques foram criados, como o Parque da Serra Furada, o Aquífero. Então, é possível que se consiga essa conciliação que a malfadada reunião, realizada com tanta insistência tanto da parte do Senador Fabiano Contarato quanto de minha parte, não permitiu. Então, é por isso que eu estou pedindo a retirada, porque, se não houver o acordo, volta, e nós vamos chamar o Ministro aqui.

Em torno desse acordo já houve, Senador, mais de dez audiências públicas! Só que uma coisa é o sujeito falar, outra coisa é escrever o limite territorial de uma área. São 71 páginas, a lei são 71 páginas de números: latitude, longitude, minutos, segundos, oeste, sul, norte... Essa transposição para a lei do desenho, do mapa mais definido possível, coisa que não houve no início, porque, como era levantamento aerofotogramétrico, você não tinha planialtimétrico. Então, quando você falava em 50 quilômetros quadrados, ou 50 mil metros quadrados, ignorava que a extensão era outra em função do relevo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Da topografia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Da topografia.

Então, isso é um conserto que tem que ser feito. Ninguém está querendo lograr ninguém, não tem grande propriedade. Aquilo foi preservado por eles, absolutamente preservado. Está sofrendo algumas invasões: agora as pequenas propriedades estão sendo invadidas por javalis de 350 quilos – se o javali te pega, está liquidado, vai para o hospital! –, e há o leão-baio, que também foi uma figura que prosperou, teve uma ampliação considerável da sua população. Mas, do ponto de vista, digamos, da botânica, da hidrografia, é um *show*. E ainda tem a sorte de ser o berço do mel de melato da bracatinga, que é um mel mais escuro e que era desprezado por ser menos doce. Cientistas e farmacêuticos alemães descobriram que esse mel de melato da bracatinga, que ocorre nessa região de dois em dois anos, é um remédio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele passou de desprezado que era a valer 100% mais do que o excelente mel da serra, porque esse é o de melato de bracatinga.

Então, é uma região privilegiada, pousadas, o frio – com a pandemia, ficou difícil visitar lugar em que neva –, e lá, este ano, foi uma loucura de festa. Tem tudo para ser um parque, e, se for concedido, melhor ainda, porque alguém vai cuidar para ganhar dinheiro. Eu acho que a melhor maneira de cuidar de um bem natural é você ganhar pela preservação. Não precisa nem subsídio do governo. Então, nós estamos às vésperas de ver uma coisa lotérica e exemplarmente sustentável, fanaticamente sustentável.

Se o acordo acontecer, a reunião fica desnecessária; e, se não acontecer, eu acho que nós temos que chamar aqui e botar em votação o que for divergente. "Ah, concordamos com quarenta coisas, mas há duas divergências". Bota em votação. Nem sempre se chega à unanimidade, mas será uma coisa muito boa e será um bom exemplo da Comissão de Meio Ambiente.

Por isso que eu acho que, em 15 dias, nós temos que construir esse acordo ou votar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, da minha parte, não vejo nenhum óbice do ponto de vista da Comissão. Eu estou vendo pelo sinal do Senador Contarato que também.

Eu, na verdade, fico inclusive entusiasmado, porque eu me lembro de que V. Exa. me pediu várias vezes e eu disse: "Vou fazer", e combinei com o Senador Contarato de fazer. Por isso que eu digo que muitas vezes as pessoas trabalham a partir de conceitos ou preconceitos, e, feita uma ideia, se estabelece uma dicotomia eventualmente ou não existente ou pelo menos a divergência é muito menor do que se previa. Depois V. Exa. me disse: "Não, a audiência não serviu ao nosso intento. Vamos ter que eventualmente fazer outra".

Então, eu acho ótimo, porque eu acho que essa busca de caminho de ponto de equilíbrio, o caminho do meio, é a única forma que a gente tem de seguir adiante, inclusive na questão da sustentabilidade tripartite.

Essa questão de que V. Exa. fala eu conheço de perto, porque, como meu Estado, o Estado da Bahia, à direita, se comunica com o Oceano Atlântico, e, à esquerda, com o Rio São Francisco, e, depois dele, com o Estado do Piauí, do Tocantins, de Pernambuco, de Goiás e de Minas Gerais, essas fronteiras todas que também foram estabelecidas há "x" anos hoje viraram motivo de contencioso. O cartório de lá diz que é de lá, o cartório de cá diz que é de cá.

Bom, tivemos que fazer o quê? Pedir ao Exército para fazer, acompanhar a marca. Aí começa. O limite é no topo da montanha, é ali embaixo da montanha... E muita gente que achou que ia ganhar perdeu terra, mas, na verdade, são as reentrâncias: um ganhou aqui, o outro perdeu ali. Então, não é simples realmente, porque naquele tempo você dizia: até onde a vista alcança, até a curva do rio "y".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é mais assim. É como V. Exa. disse, é só abrir aqui, você enxerga o Parque São Joaquim todinho, nos mínimos detalhes.

Então, Senador Contarato, V. Exa. retira da Ordem do Dia de hoje. Então, fica mantido o requerimento e, eventualmente, se houver, como foi dito aqui, o acordo, aí sim ele sairia definitivamente; caso contrário, a gente pode fazer o requerimento para trazer.

O próximo é o 51. É da mesma matéria? É do Senador Fabiano. Seria o mesmo tratamento o caso?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeitamente. Mesmo tratamento, para tentar suprir aquilo que não foi...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Então, ficam retirados de pauta os requerimentos...

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 50, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Joaquim Álvaro Pereira Leite, Ministro de Estado do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações adequadas sobre o Parque Nacional (Parna) de São Joaquim e a implementação da unidade de conservação, principalmente as desapropriações acompanhadas das devidas indenizações.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e outros

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Não, não. Esse fica. Esse mantém. Nós só estamos tirando o do Ministro. Dessas pessoas, nós vamos deliberar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Esse 51?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, Requerimento 51, de ambos os Senadores...

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 51, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 208/2018, que redefine o traçado do Parque de São Joaquim e altera seu nome para "Parque Nacional da Serra Catarinense".

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e outros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concordo com que ele seja votado. Só não vamos marcar a data então. Fica na mesma expectativa. Mas eu acho que deve ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

V. Exa. quer fazer a leitura do requerimento?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu pediria dispensa, por uma questão de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Em discussão o Requerimento nº 51, de 2021, desta Comissão, de autoria dos Senadores Fabiano Contarato e Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 51, ele fica à disposição dos autores para marcação da data da audiência.

O item 6 já foi lido, cujo relatório é da Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não há mais nenhuma intervenção por parte dos Srs. Senadores e da Sra. Senadora – as matérias não apreciadas nesta reunião serão reincluídas em pauta futura –, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigado pela presença de todos e pela participação.

(*Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e seis minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e um, no Reunião remota, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Jayme Campos e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Jaques Wagner, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (PNAB)**, atendendo aos requerimentos REQ 10/2021 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PSB/DF), e PL 2788/2019, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Segunda audiência pública de instrução do Projeto de Lei nº 2788, de 2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Claudio Sales, Presidente (representante de: Instituto Acende Brasil); Sra. Fernanda Lage, Assessora (representante de: Beatriz Cerqueira, Deputada Estadual - MG); Sr. Edmundo Antonio Dias Netto Junior, Procurador da República (representante de: Ministério Público Federal - MG); e Sr. Júlio Cesar Nery Ferreira, Diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios (representante de: Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção ao Requerimento nº 10, de 2021, da CMA, de minha autoria, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (Pnab); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDpab); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências".

A primeira audiência de instrução ocorreu na 22ª Reunião da CMA, em 8 de outubro de 2021.

Para esta segunda audiência, convidamos, em ordem alfabética, o Sr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil; o Sr. Edmundo Antonio Netto Junior, Procurador da República no Ministério Público Federal de Minas Gerais; o Sr. Julio Cesar Ferreira, Diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); a Sra. Fernanda Lage, assessora que representa a Deputada Estadual por Minas Gerais Beatriz Cerqueira.

Também convidamos a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que não pôde comparecer ou indicar representantes.

Esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio de sistema de videoconferências adotado pelo Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, e em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211 – 0800-0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 20 minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição. Nesse caso, é fundamental que encaminhe um arquivo à Secretaria para publicação e apoio na elaboração do relatório.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em até cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expositores iniciais.

Passamos a palavra por 20 minutos, primeiramente, ao Procurador da República no Ministério Público de Minas Gerais, o Sr. Edmundo Antonio Dias Netto Junior.

Seja bem-vindo, doutor!

O SR. EDMUNDO ANTONIO DIAS NETTO JUNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Leila Barros.

Eu cumprimento V. Exa., parabenizo os Parlamentares brasileiros por uma proposição legislativa de elevado nível e V. Exa. por promover um debate dessa importância. Parabenizo igualmente os Parlamentares por tratarem da mesma forma os direitos de atingidos por barragens, sejam essas pessoas atingidas quem forem, ou seja, o Projeto de Lei 2.788 anda muito bem ao definir o que se entende por populações atingidas por barragens, em seu art. 2º, reduzindo incertezas que vulneram o princípio da segurança jurídica.

Assim, desde que sejam violados os direitos de populações atingidas por barragens, devem eles ser reparados sejam eles quais forem, devem-se respeitar os mesmos direitos à luz do princípio da igualdade, sejam barragens ligadas ao setor elétrico, sejam barragens de mineração, sejam quaisquer outras barragens. Não importa efetivamente se tais populações vierem a ser atingidas por uma barragem do setor elétrico ou por barragem do setor minerário. Isso é um ponto que confere equidade ao projeto de lei.

Não teria realmente nenhum sentido dizer, dirigindo-nos a um atingido: "Olha, você foi atingido pelo setor minerário. Então, você é titular de um determinado rol de direitos.". "Agora, você, de outra parte, que é atingido por uma barragem do setor elétrico, não faz jus a esses mesmos direitos", embora, por exemplo, tenha perdido a mesma capacidade produtiva das terras que ocupava, que é um dos pontos que qualifica uma população como atingida por barragem, nos termos do PL 2.788. Isso só não beneficiaria, tal distinção, a população atingida. Trata-se, obviamente, de um argumento tão vazio quanto perverso, que termina, ao fim e ao cabo, por beneficiar ambos os setores, seja o setor elétrico, seja o setor de mineração.

Eu estou certo de que o Senado Federal não permitirá uma injustiça de tal nível. Afinal de contas, a perspectiva que deve informar esse processo de reparação a populações atingidas é a das próprias pessoas atingidas. Não se trata de uma abstração, mas da centralidade do sofrimento da vítima. Um princípio que foi desenvolvido por um grande magistrado e internacionalista brasileiro, o mineiro Antônio Augusto Cançado Trindade, que, quando ainda juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em vários casos, ainda antes de se tornar juiz da Corte Internacional de Justiça, em Haia, no caso Servellón García e outros vs Honduras, por exemplo, ponderou que, por mais breves e efêmeras que tenham sido as vidas dos abandonados do mundo, torturados e assassinados com brutalidade por seus semelhantes, ocupam estes, no entanto, como vítimas, uma posição central no direito internacional dos direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aplicável ao Brasil evidentemente e, portanto, a partir dessa perspectiva não se há de fazer qualquer distinção entre o setor minerário, o setor elétrico ou barragens de qualquer outro setor econômico.

Nisso também anda bem, muito bem, o PL 2.788, ao enunciar em seu art. 3º, §2º, que:

> Na aplicação desta lei, deve ser considerado o princípio da centralidade do sofrimento da vítima, com vistas à reparação justa dos atingidos e à prevenção ou redução de ocorrência de fatos danosos semelhantes.

Infelizmente não é o que nós vemos em determinadas reparações.

Assim, a minha primeira conclusão é a de afastar a discussão que busca distinguir os atingidos do setor elétrico quanto à incidência da política nacional de direitos das populações atingidas por barragens, porque essa distinção se assenta em um evidente sofisma que parte da premissa, evidentemente falsa, de que as hipóteses de afetação às populações atingidas por um ou outro tipo de empreendimento seriam, *a priori*, distintas e não o são, bem o sabemos.

Onde há uma razão, o mesmo direito, como enunciavam os romanos. *Ubi eadem ratio ibi idem jus*, ou seja, onde houver o mesmo fundamento deve-se aplicar o mesmo direito.

As hipóteses de afetação de populações atingidas por barragens são claramente enunciadas no art. 2º do PL 2.788 de maneira muito objetiva.

Passo a um segundo ponto, que considero importante. O fato de que o PL 2.788 estabelece balizas claras para as diversas formas de reparação previstas no §1º do art. 3º do projeto. Tais balizas permitem reparações mais equânimes e justas às populações atingidas, alcançando uma objetividade que se faz necessária no Direito brasileiro, como já há em Minas Gerais, mas objetividade essa que deve ser levada às demais unidades da Federação brasileira.

Eu vou dar um exemplo. No caso do Rio Doce, em 16 de novembro de 2017, o Ministério Público Federal, que eu integro, e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais firmaram um acordo com as empresas causadoras do desastre, a Vale, a BHP Billiton e a Samarco, um acordo assegurando direito às assessorias técnicas independentes ao longo de toda a Bacia do Rio Doce. Esse foi o primeiro acordo que enunciou esse princípio expressamente. E as empresas ali se recusaram – Vale, Samarco e BHP – que fosse utilizada a expressão "sofrimento da vítima". Então, constou, já que se tratava de um acordo, a centralidade da pessoa atingida, ou seja, o poluidor pagador – vamos além, vamos ser mais claros –, o destruidor, o causador de desastres não deveria poder, à luz do Direito, optar por uma opção que abraça uma semântica de eufemismos negando o sofrimento patente que causou a milhares, milhares e milhares de pessoas ao longo da Bacia do Rio Doce. Pois bem, mas se trata do primeiro acordo feito no âmbito nacional que enunciou esse princípio com base na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contou-se ali... Esse acordo foi construído de maneira participativa, junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), colhendo subsídios de grupos acadêmicos como o Gepsa da Ufop, entre tantos outros, da Professora Manoela Roland, que já falou aqui pelo Homa, e do PoEMAS, também do UFJF.

Pois bem. Essas entidades de assessoria técnica independente permitem a viabilização da participação informada das pessoas atingidas, para que se faça face a uma enorme assimetria das pessoas atingidas diante de mineradoras violadoras da lei que se encontram entre as maiores do mundo, como a Vale e a BHP Billiton. E não há nenhum exagero em dizer claramente que são mineradoras violadoras da lei.

Pois bem. Posteriormente, em 25 de junho de 2018, um conjunto maior – aquele artigo anterior havia sido firmado pelo MP Federal e pelo MP de Minas – de instituições, pois também o MP do Espírito Santo se somou, assim como as defensorias públicas, firmou um acordo que estava calcado também nas assessorias técnicas independentes para permitir a participação informada dos atingidos, inclusive em uma esfera chamada Comitê Interfederativo, criado por um acordo, esse sem qualquer participação, firmado pelos Governos Federal, de Minas Gerais e do Espírito Santo com as mineradoras Vale, Samarco e BHP, o chamado e malfadado Ttac, de 2 de março de 2016.

Pois bem. Esses acordos, seja o de novembro de 2017, seja o de 25 de junho de 2018, não chegaram a ser totalmente implementados. O primeiro deles, o que pela primeira vez enunciou o direito à assessoria técnica independente, o que é acolhido no PL 2.788, não chegou a sequer ser homologado integralmente pelo Juízo da 12ª Vara Federal, que inseriu ressalvas que, a seu critério, lhe pareciam adequadas, do que, *data venia*, discordo.

Pois bem. A previsão de um marco normativo objetivo permite que a mesma solução seja adotada em casos distintos de reparação.

Menos de três anos e meio depois do desastre na Bacia do Rio Doce, o desastre da barragem da Vale, na mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, foi distribuído a partir de uma ação ajuizada pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais à então 6ª Vara da Fazenda Pública estadual de Belo Horizonte. As instituições que já vinham atuando conjuntamente, os três Ministérios Públicos e as três Defensorias Públicas Federais e dois Estados atingidos por essas três mineradoras, Vale, Samarco e BHP, começaram desde o início a atuar conjuntamente.

No dia 18 de fevereiro de 2019, fizemos uma reunião aqui no prédio onde eu estou, na sede do Ministério Público Federal, em Belo Horizonte, propondo medidas emergenciais, entre as quais um pagamento mensal emergencial, medida essa contemplada no PL 2.788; a previsão de assessorias técnicas independentes; o princípio da centralidade do sofrimento da vítima. A mineradora Vale se levantou da mesa, a mesma Vale que causara o desastre ao lado da sua parceira, BHP Billiton, controladoras da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Samarco, na Bacia do Rio Doce, e que reincidiu nesse novo desastre de 25 de janeiro de 2019. Levantou-se da mesa e não aceitou, alegando que tais medidas não eram previstas no Direito brasileiro.

Vejam bem, senhores, a importância de haver um marco normativo claro. Dois dias depois, em audiência judicial, na ação que havia sido ajuizada pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, em que ingressamos como *amicus curiae*, ao lado da Defensoria Pública da União – a Defensoria Pública de Minas ingressou também no feito, nessa ocasião, assim como o Ministério Público do Estado de Minas Gerais –, a Vale percebeu, diante da sinalização clara de um grande magistrado que então atuava no caso Brumadinho, Dr. Elton Pupo Nogueira, que ele iria decidir favoravelmente àquelas medidas, porque, após a Vale se ter levantado da mesa dois dias antes, esse conjunto de instituições, ao lado da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, peticionamos em juízo. E, para deter a narrativa desse processo, em poucos minutos ela voltou fazendo o acordo, porque viu que haveria ali presente um Estado representado em seu juiz de direito estadual, o Estado juiz, para impor a essa mineradora causadora do desastre medidas emergenciais que ela havia recusado dois dias antes. Nessa ocasião, diante do magistrado estadual, ela fez o acordo.

Pois bem. Esse acordo, assim como também extrajudicialmente conseguimos fazer em prol de uma comunidade indígena, pataxó e pataxó-há-há-há, de São Joaquim de Bicas, prevendo também a assessoria técnica independente e o direito a um pagamento mensal emergencial de um salário mínimo por adulto, meio salário mínimo por adolescente e um quarto por criança, esse acordo bebia na fonte de um acordo inicialmente feito com relação ao pagamento mensal emergencial, um acordo feito pelo MPF e também pelo Estado do Espírito Santo, ainda em 15 de dezembro de 2015, ano do desastre, prevendo um auxílio de subsistência para trabalhadores que dependiam do Rio Doce e de seus afluentes e que depois gerou o auxílio financeiro emergencial, do Ttac de 2 de março de 2016.

Assim como o acordo firmado na Justiça estadual, em 20 de fevereiro de 2019, com relação ao pagamento mensal, com relação à assessoria técnica independente, bebia na fonte da experiência que demorou nove meses de reuniões para ser construída, da previsão ao direito de assessorias técnicas independentes. Por quê? Porque não havia um marco normativo. Então, a mineradora contava com uma margem muito maior.

Pois bem, não obstante o acordo do Rio Doce tenha sido anterior, e nós peticionamos algumas vezes pela implementação desse acordo, o fato é que em uma minoria muito pequena das territorialidades atingidas se alcançou a implementação das assessorias técnicas independentes no caso Rio Doce, esse que não havia sido homologado integralmente pelo juízo da 12ª Vara Federal e cujo pedido para a implementação das assessorias, inclusive, por diversas vezes, reiteramos em juízo. As assessorias técnicas independentes foram efetivamente implementadas na Bacia do Rio Paraopeba em decorrência do desastre da Vale na mina do Córrego do Feijão, porque o Juiz de Direito estadual que, então, atuava no caso, o Dr. Elton, assim decidiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas mineradoras não atuam, salvo em seu discurso de sustentabilidade e de responsabilidade social, que eu reputo inexistente, para uma reparação integral, salvo quando o Estado se faz presente, seja pelo Poder Legislativo, em um PL que venha estabelecer um marco normativo como esse, seja pelo Judiciário, quando um juiz assim o determina, como fez o então Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública estadual.

Pois bem, o que eu precisaria dizer ainda para complementar é essa disparidade entre as medidas emergenciais adotadas no caso Rio Doce e no caso Brumadinho, cujo pagamento mensal emergencial tinha uma amplitude inclusive maior do que aquela prevista no TTAC de 2016, que, por sua vez, seguia o auxílio subsistência de 15 de dezembro de 2015, no acordo firmado pelo MP Federal e do Espírito Santo, um acordo pontual para os trabalhadores que dependiam do Rio Doce e seus afluentes para sobreviver.

Pois bem, qual o motivo dessa disparidade? A inexistência de um marco normativo, que deixa um espaço vazio para a interpretação do Direito, de maneira que ela possa ser feita de uma forma ou de outra, porque a interpretação do Direito se presta a conclusões distintas. O intérprete legítimo do Direito, que é o Poder Judiciário, é que, em última análise, irá pacificar a pluralidade de interpretações possíveis, porque a norma é uma realidade abstrata e, no mundo concreto, prevalece a interpretação do texto normativo. Aclarar essas disposições normativas é um mérito inegável do projeto, seja para qual setor estejamos falando que opere com barragens.

Eu entendo que há um conjunto de princípios que obrigam o poluidor pagador; no caso Rio Doce e Brumadinho, o poluidor que causa desastres, mortes e poluição e rompe histórias e projetos de vida. Eu entendo que esse conjunto de princípios que obriga o poluidor pagador, para além da poluição e para essa reparação ambiental, leva à necessidade de implementar mecanismos que reduzam a assimetria de poder. E aí eu me refiro a um dos pontos do projeto lei, que é o direito a assessorias técnicas independentes – independentes porque são escolhidas pela população atingida. São custeadas pelo poluidor pagador; ele tem o dever – e isso é um princípio no nosso Direito – de custear isso, mas elas são da confiança da população atingida, elas reduzem a assimetria e se coloquem em linha, Senadora Leila, com o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, que foi adotado em Escazu, na Costa Rica, em 4 de março de 2018, assinado pelo Brasil ainda em setembro de 2018, mas que se encontra pendente de ratificações. Seria mais um avanço, Sra. Senadora, para medidas de reparação, de participação informada, de acesso à informação e acesso à Justiça em assuntos ambientais no nosso País.

Em minha avaliação, não há dúvida de que, no caso Rio Doce, não se fez avançar o Direito, não obstante tenha sido o primeiro acordo que previu a centralidade da pessoa atingida, ainda que as empresas não tenham concordado em utilizar a expressão "sofrimento da vítima", acordo esse chamado Termo Aditivo de 16 de novembro de 2017, que previu assessoria técnica, mas que teve uma homologação meramente parcial e não teve, a meu ver, urgência na obrigação às empresas para a sua implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que faltou, em meu juízo, em minha avaliação pessoal, uma avaliação mais condizente com a magnitude do desastre na Bacia do Rio Doce.

E por que isso foi possível? Porque não há, para além dos princípios jurídicos aplicáveis, um marco normativo que minudencia esses princípios em regras de maior completude. Se nós tivéssemos a sabedoria de aprender as lições do jurisconsulto romano Ulpiano, há pouco menos de 20 séculos, *honeste vivere, alterum non laedere, et suum cuique tribuere*, ou seja, viver honestamente, não para causar danos aos demais e dar a cada um o que é seu, poderíamos, então, ter uma base normativa mais principiológica, porque os princípios também são normas, mas, infelizmente, o movimento de resistência de empresas como Vale, Samarco e BHP Billiton demonstrou a necessidade de um marco normativo minudente com relação ao direito das populações atingidas por desastre.

Essas regras de ouro enunciadas por Ulpiano, se seguidas, já resolveriam os problemas que estamos hoje sendo chamados a debater, mas, infelizmente, vimos que, para empresas dessa magnitude, é essencial minudenciarmos os princípios em regras jurídicas que reduzam a sua liberdade de se colocar em um ou em outro sentido.

Eu diria também, é um outro ponto do projeto, que a previsão de que o reassentamento seja coletivo, como opção prioritária, de forma a preservar os laços culturais e de vizinhança. Veja que, no caso Rio Doce, há uma comunidade de esteira, um distrito de Barra Longa, que foi um dos Municípios mais atingidos. Em sua sede, foi o mais atingido pelos rejeitos da Vale e da BHP Billiton, em que apenas 37... Eu já não atuo mais no caso, mas, pela informação que obtive, das 37 famílias com direito ao reassentamento, apenas nove, apenas nove se beneficiarão do reassentamento coletivo, porque o tempo do processo, o tempo da reparação levou as demais a buscar uma reparação individual, rompendo laços de vizinhança, de compadrio, relações sociais e de amizade.

Enfim, o que é mais barato para a mineradora causadora do desastre: reconstituir toda uma comunidade, com rede de água e esgoto, com praça, equipamentos públicos, ou dar uma casa para cada uma dessas famílias? Pois bem, das 37, apenas 9, segundo informação que eu obtive, que seria preciso checar, estariam contempladas com esse reassentamento coletivo, que é uma das opções.

Para terminar, acho de bom tom lembrarmos aqui o *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles, que diz tanto sobre esses desastres de que Minas Gerais se tornou epicentro:

> Vão-se as minas nos navios...
> Pela terra despojada,
> ficam lágrimas e sangue.

Quase 232 anos nos separam, Sra. Senadora Leila, daquela capitania de Minas Gerais onde viveram os inconfidentes, mas ainda hoje, em sua enlouquecida busca pelo lucro a qualquer custo, as mineradoras BHP Billiton, Vale e Samarco nos fazem lembrar dos versos de Cecília Meireles, em seu *Romanceiro da*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inconfidência, recuando a um período ainda anterior, aquele que no *Romanceiro* é dito como um dos maus presságios, para dizer a nossa grande poeta Cecília Meireles – abro aspas:

> Que a sede de ouro é sem cura,
> e, por ela subjugados,
> os homens matam-se e morrem,
> ficam mortos, mas não fartos.

Fecho aspas.

Agradeço o momento que me foi concedido para expor essa experiência, em caso em que atuei e em que não me encontro mais, e cumprimento V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Somos nós que agradecemos, Doutor. Foi excelente o senhor passar para nós a sua experiência, que foi muito válida. Aqui, estou com a minha assessoria, nós ouvimos atentamente a sua explanação, e agradeço a sua participação.

Vamos passar a palavra agora para o Sr. Claudio Sales, que é o Presidente do Instituto Acende Brasil.

O SR. CLAUDIO SALES (Para expor.) – Senadora Leila, meus agradecimentos. Estou muito honrado por esta participação no Senado, onde, até por histórico familiar, meu pai foi Senador em priscas eras.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Olha! Seja bem-vindo, Doutor.

O SR. CLAUDIO SALES – Memórias reverenciais.

Deixe-me colocar aqui no ar a apresentação. Por favor, me avisem se não estão assistindo.

Preparei uma apresentação aqui para ver se consigo, disciplinadamente, ficar dentro do tempo.

Estão assistindo? Por favor, confirmem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não estamos ainda.

O SR. CLAUDIO SALES – Alexandre, me ajude aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vou pedir ao Airton, nosso assessor...

O SR. CLAUDIO SALES – O.k., eu já testei com o Airton, é só ver aqui... Me desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

O SR. CLAUDIO SALES – Precisei recorrer aqui a um universitário, que, no caso, é o nosso Diretor para Assuntos de Meio Ambiente e Sustentabilidade, que, mais do que universitário, é PhD e me ajudou aqui.

Agora, sim, está na tela a primeira apresentação. Creio que sim. Está aparecendo na tela a apresentação? Façam um sinal, por favor. (*Pausa.*)

Neste tempo, o meu propósito é dividir a minha fala nesses seis temas, numa breve apresentação; depois, vou falar, sim, sobre a caracterização dos diferentes tipos de barragens; vou apontar os dados, o que está sendo previsto para o setor elétrico, a possibilidade de construção de novas usinas; vou chamar a atenção para as melhores práticas no setor elétrico com relação às populações abrangidas por empreendimentos; e vou chamar a atenção para alguns pontos do projeto de lei antes de chegar à conclusão.

Breve apresentação. Para quem não conhece, o Instituto Acende Brasil é um centro de estudos que visa aumentar o grau de transparência, eficiência e sustentabilidade do setor elétrico. O que fazemos é examinar com rigor acadêmico essas oito principais dimensões do setor elétrico e sobre cada uma delas publicar então, sempre baseado em dados e fatos, análises de toda natureza, análises e recomendações. Publicamos através de *white papers*, artigos acadêmicos, conferências etc. Além disso, o Instituto Acende Brasil presta serviço ao mercado de treinamento, projetos de pesquisa e coisas dessa natureza.

Uma ressalva logo no início: esse tema de barragens, um tema que para o setor elétrico é bastante antigo, tem sido falado muito recentemente, infelizmente, motivado pelas enormes tragédias ocorridas tanto em Mariana quanto em Brumadinho. E aí eu quero ressalvar desde o início, e vou mostrar isso adiante, que se trata de barragem sim, de um jeito ou de outro, mas são totalmente diferentes as barragens que são utilizadas no setor elétrico e outros tipos de barragens, por exemplo, todas aquelas que foram citadas nos exemplos do palestrante que me antecedeu.

E quais são essas diferenças de barragens? Senadora, há pelo menos seis funções diferentes que são tratadas como barragens, de diferentes naturezas. Você pode ter barragens para reserva de água para abastecimento das cidades, consumo humano, ou o que seja; pode ter barragem para geração de energia elétrica, barragens das usinas hidrelétricas; barragem para o controle de cheias; barragens para contenção de sedimentos, como os exemplos citados; e para contenção de rejeitos industriais.

Essas barragens, em função da sua finalidade ou do terreno onde se localizam, podem ser também de diferentes naturezas. Podem ser barragens impermeáveis ou de rejeitos. No caso das barragens para reserva d'água, para geração de energia elétrica e também controle de cheias, são barragens impermeáveis, onde a contenção da água é a atividade fim do empreendimento que está aí. Elas podem ser de terra, de rocha, de concreto ou de uma mistura dessas coisas. E, por último, as barragens de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rejeitos, que, como bem diz o nome, é para rejeito de um processo produtivo qualquer. E, aí, a maneira construtiva também é totalmente diferente, feita na terra.

Então, as barragens de usinas hidrelétricas, além dessa diferença radical em sua concepção e de processo construtivo, elas são sujeitas – até porque são a própria atividade fim dos seus empreendimentos – a manutenções e acompanhamentos extremamente rígidos e, inclusive, supervisionadas e controladas, entre outros órgãos, pela agência reguladora do setor elétrico.

Um pouco de dados no mundo concreto, o desafio que temos pela frente, em se tratando de novas usinas hidrelétricas para o setor elétrico, dados da realidade. Não é que essas usinas serão construídas, longe disso, mas esse é o universo das usinas que estão sendo consideradas pela EPE, a empresa de pesquisa e planejamento do setor de energia do Governo.

Então, no radar da EPE, no plano do Senado, estão essas sete usinas, num total de 1,1 mil megawatts de potência. Só para dar uma ordem de grandeza, Senador, a capacidade instalada de usinas no Brasil é da ordem de 180 mil megawatts ou 180 gigawatts. Aí é apenas um gigawatt que está no horizonte de consideração e análise, e não significa que sejam projetos que serão levados a leilão e muito menos construídos, ou seja, é um universo bastante pequeno. Esse dado é que eu quero que fique, na realidade.

Bom, no setor elétrico, eu acho que um dado da realidade também ajuda a nossa consideração aqui: falar sobre como tem evoluído o tratamento que o setor dá para essas questões; e dar algum exemplo de melhores práticas adotadas no setor com relação ao tratamento das populações abrangidas por usinas hidrelétricas. Aí eu quero destacar.... Depois, ao final da palestra, eu vou deixar aqui um *link* para uma publicação – essa que eu estou mostrando aqui – feita pelo Instituto Acende Brasil, cujo tema foi "O homem e a usina". Então, numa meia dúzia de páginas ou pouco mais, há o depoimento de várias pessoas, várias famílias que, de alguma maneira, foram afetadas pela construção de usinas hidrelétricas. Então, existem depoimentos ali com muitos aspectos de desdobramentos favoráveis, mas também muitos aspectos de críticas. É tudo isso aqui.

Mas eu quero chamar atenção, neste momento da minha fala, para a última página, que tem o histórico de como o setor elétrico tem tratado essa questão. A perspectiva histórica, Senador, é muito importante, porque ela nos dá essa segurança para que venhamos a dar novos passos na construção desse nosso futuro.

Primeiro um dado: nos últimos 125 anos, cerca de 200 mil famílias tiveram que mudar de casa para assim garantir a instalação de um parque instalado, responsável por mais de 70% da energia elétrica produzida no Brasil. Foram 200 mil famílias que deram essa contribuição. Agora, como é que isso aconteceu ao longo do tempo? A primeira usina hidrelétrica foi ainda do final do século XIX, 1883. Mas eu quero destacar que em 1978 foi a primeira vez na Cesp, aqui em São Paulo, que se criou, enfim, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reservatório, um modelo-piloto do projeto integrado, onde foram estabelecidas as primeiras bases da inauguração de estudos de impacto ambiental. Até então isso não existia.

Em uma fala numa conferência, Jerson Kelman, que é um acadêmico que foi inclusive Diretor-Geral da Aneel num tempo, referindo-se à evolução e ao progresso do setor elétrico no que diz respeito ao tratamento dessas questões, disse o seguinte: "Antigamente, o método de reassentamento ou de relocação de famílias utilizado no setor elétrico era o método hidráulico. O método hidráulico era assim: começava a encher o reservatório, e as famílias tinham que sair correndo". Enfim, essa frase é tão dramática, é tão caricata quanto dramática e quanto verdadeira naquela época. Isso é coisa do passado. Na fala dele, é evidente que ele usou isso para reforçar o argumento e para mostrar como isso mudou radicalmente ao longo do tempo. E hoje é fantástico o que acontece. Enfim, isso foi em 1978, quando foram estabelecidas as bases que resultaram na maneira como são tratadas as questões socioambientais e os processos de licenciamento hoje em dia.

Eu vou dar mais exemplos recentes. Esse histórico é muito oportuno, Senadora. Vou deixar isso com a senhora e com todos que estão nos assistindo.

Aqui há alguns exemplos de como essa questão é tratada hoje no caso de usinas hidrelétricas. Eu trago dois exemplos bem recentes de usinas de maior porte que foram construídas e que já estão em operação: a Usina Hidrelétrica Peixe Angical, construída pela empresa EDP, uma usina de cerca de 500MW, uma usina de médio a grande porte; e a Usina Estreito, construída pela empresa Engie, uma usina de maior porte ainda, com cerca de 1,1 mil megawatts. Em ambos os casos, obviamente, são usinas que passaram por todo o processo de licenciamento ambiental, não só definindo o Plano Básico Ambiental, como também cumprindo o Plano Básico Ambiental; e, em ambos os casos, foi criado um foro de negociações.

O que era esse foro de negociações? Ele tinha o Ibama, que é a agência do meio ambiente, como coordenador; nele havia a agência ambiental estadual, como, no caso, o Naturatins, do Estado de Tocantins; representantes do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual; representantes do Poder Executivo, dos Municípios, das prefeituras que de alguma maneira eram atingidas pela barragem; representantes da comunidade ou entidades representativas da população afetada pelos empreendimentos; o Movimento dos Atingidos por Barragens e quem mais quisesse dos atingidos pelas barragens. Esse foi um espaço de diálogo com a finalidade de propor soluções de consenso não previstas nos programas ambientais de aquisição de terras, de relocação urbana etc. Outros temas adicionais àqueles que já estavam tratados no processo de licenciamento ambiental foram trazidos para esse foro.

Esse foro não tinha caráter deliberativo, mas foi um avanço, uma prática espetacular, que agora se tornou padrão comum no setor, porque permitiu, em um espaço democrático de diálogo, que as comunidades, primeiro, se informassem melhor, porque nem sempre a comunidade atingida tem essa facilidade por conta própria, por ser um material muito denso, até por não poder recorrer a outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aspectos até mesmo de tecnologia e internet. Há essas dificuldades naturais, e a gente sabe dos contrastes do nosso País. Então, esse foro tinha o papel de esclarecer diretamente todas as dúvidas que essas pessoas ou essas comunidades poderiam ter, de acolher os seus anseios, de colocar as condições, de explicar isso junto com os órgãos licenciadores, para, ao final de tudo, se chegar a um consenso, que foi o que aconteceu.

Então, essa melhor prática já vem sendo praticada no setor – estão aqui dois exemplos, Senadora – e fica facilmente compreendida quando nós nos defrontamos com esse histórico em que se percebe a evolução e a modernização do setor elétrico no tratamento dessas questões.

Dito isso – eu estou controlando aqui o meu tempo, para não estourar –, eu queria chamar a atenção para alguns pontos desse projeto que dão a base, os argumentos que eu quero colocar. (*Falha no áudio.*)...

Em primeiro lugar, eu quero chamar a atenção para o art. 3º do projeto. (*Falha no áudio.*) ... inciso VIII e IV. Ele fala de reparação pelos danos morais, individuais e coletivos, decorrentes dos transtornos sofridos em processo de remoção ou de evacuação compulsória. E eu vou chegar no inciso IV, ele fala em compensação social e, novamente, referindo-se a danos morais, abalos psicológicos, dentre outras coisas.

Vamos lembrar, Senadora, que o Código Civil, no seu art. 927, já regulamenta reparação por danos morais. Além disso, boa parte do que está no PL é prática nas empresas durante a implantação dos empreendimentos, enfim, até subjugados ao processo de licenciamento ambiental, o Plano Básico Ambiental.

Por último... (*Falha no áudio.*) ... do PL, por outro lado, ambiental, inclusive com a ampliação do seu escopo. Alguns incisos, do nosso ponto de vista, extrapolam a responsabilidade do empreendedor e estão muito pouco objetivos, trazendo uma enorme insegurança jurídica para a consecução dos empreendimentos.

Outros pontos que eu quero destacar, no art. 4º, falam sobre compensação pelas perdas imateriais necessária à reconstituição dos modos de vida e das redes de relações sociais. Do nosso ponto de vista, isso é absolutamente impraticável, devido ao grau de subjetividade. De um lado, pela arbitragem do que seriam essas perdas, e, em segundo lugar, pela impossibilidade... Há que se reconhecer a impossibilidade de reconstituir integralmente o modo de vida e as relações sociais. Ora, Senadora, se uma pessoa, uma família tiver que se mudar de uma cidade, por uma razão qualquer, você não reconstitui integralmente o modo de vida e as relações sociais dela, que vai ter novos vizinhos. É uma coisa impossível, ou seja, é impraticável esse inciso III da maneira como está sendo definido.

O art. 7º fala na constituição de um comitê local de composição tripartite e caráter provisório, etc., etc. Terá por base estudos socioeconômicos realizados no âmbito do licenciamento ambiental, que solicitará a manifestação do comitê local, ou seja, subjugando, depois de feito todo o processo de licenciamento ambiental, a deliberação desse comitê. Ou seja, as questões relativas aos atingidos por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

barragens devem ser tratadas no bojo do processo de licenciamento ambiental, processo esse que, repito um pouco, Senadora, vem evoluindo de uma maneira, ouso dizer, entusiasmante no que diz respeito à conjugação necessária entre o melhor tratamento para aquelas pessoas que são afetadas pelo empreendimento *vis-à-vis* a viabilidade do próprio empreendimento. Então, é lá no bojo desse processo de licenciamento que essas questões são tratadas.

A aprovação, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação do programa de direitos das populações atingidas é, sim, de responsabilidade funcional do órgão ambiental, e ele pratica isso. Um agente externo ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – vale dizer, todos os órgãos ambientais inclusive, ou preponderantemente – não pode atuar de forma sobreposta ao órgão licenciador, sob pena de impor uma terrível desorganização institucional.

Dito isso, apresento nossa conclusão, Senadora e demais Senadores.

Primeiro, uma reflexão: no ambiente empresarial a palavra "previsibilidade" é talvez a de maior relevância. Insegurança jurídica, o que é descabido, e gastos imprevisíveis são o principal obstáculo, enfim, o principal fator de evasão de investimentos no País.

Por outro lado, a aprovação de mais uma lei não garante o direito das populações beneficiadas por barragens. Eu estou fazendo questão de usar essa expressão aqui porque, como a senhora vai ver até em um pequeno documentário que vou mostrar a seguir – mas também muito está contido aqui nesta publicação a que me referi –, é claro que a afetação pela construção de uma barragem tem benefícios e sacrifícios associados, e cabe às pessoas definir o seu balanço em relação a essas questões. São inúmeros os benefícios para a população que só se materializam em função da existência da construção de uma barragem.

Acordos transparentes com a participação das partes envolvidas, mediados pelo órgão ambiental e supervisionados pelo Ministério Público – tanto em nível estadual quanto federal –, não há dúvida, do nosso ponto de vista, são a melhor forma de garantir a justa indenização pelos impactos sofridos pelas famílias que vivem no entorno dos empreendimentos do setor elétrico.

Então, a aprovação do texto, da maneira como foi construído, apresentado, acho que teria um efeito totalmente danoso, de ampliar a insegurança jurídica; impacta negativamente o ambiente de negócios no Brasil e compromete o esforço, que deve ser permanente, de busca de conciliar a precaução e a eficiência.

Por último, uma reflexão, Senadora: nos próximos anos – enfim, a gente está vivendo isso mais do que, talvez, em outras épocas – investimentos em infraestrutura serão essenciais para acelerar o crescimento econômico do Brasil e, só assim, aumentar a qualidade de vida da população como um todo, gerando emprego e renda para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, ainda usando o tempo que me resta, Senadora, vou tomar a liberdade de apresentar um trecho de apenas seis minutos do documentário chamado Na Trilha da Energia, que o Instituto Acende Brasil produziu. É como se fosse uma aulinha explicando o setor elétrico, em vários capítulos. Passou na televisão e hoje está disponível no YouTube. Um dos capítulos tratava sobre questões socioambientais e havia lá um trecho que falava exatamente sobre as populações atingidas por barragem, preocupação desse projeto de lei do qual a senhora é Relatora. Então, tomo a liberdade, são apenas seis minutos. Ele mostra, na palavra de especialistas, mas principalmente na palavra de atingidos, qual é a impressão que têm do que lhes ocorreu.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. CLAUDIO SALES – Pronto, Senadora. Eu ouvi que o meu tempo se esgotou.

É isso.

Espero que tenha sido útil ter essa visão da realidade, lembrando que o setor elétrico... (*Falha no áudio.*) ... economista...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada pelo material que o senhor apresentou, Dr. Claudio, nós vamos ver esse vídeo na íntegra também aqui com a equipe.

O SR. CLAUDIO SALES – Vamos disponibilizar não apenas esse vídeo, que já estou passando para o Aírton...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Certo.

O SR. CLAUDIO SALES – ... como também essa publicação aqui. E vamos dar o caminho. O nosso *site* tem muita informação também sobre esse tema.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

O SR. CLAUDIO SALES – Obrigado pela atenção, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós que agradecemos, doutor. Agradecemos mesmo a sua participação, Presidente do Instituto Acende Brasil, Sr. Carlos Sales. Obrigada pela sua explanação.

O SR. CLAUDIO SALES – Uma correção: Claudio.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ah, Claudio! Perdão, perdão! Claudio Sales, é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDIO SALES – Carlos é um dos meus filhos. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É verdade. Desculpa.

Passo a palavra agora para a Sra. Fernanda Lage, assessora que representa a Deputada Estadual por Minas Gerais, a Parlamentar Beatriz Cerqueira.

Passo a palavra para a Sra. Fernanda Lage. Seja bem-vinda, Fernanda.

A SRA. FERNANDA LAGE (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Leila Barros.

Eu saúdo e parabenizo V. Exa. pela condução dos trabalhos e, na sua pessoa, eu cumprimento todas e todos aqui presentes e também quem nos assiste.

Conforme foi dito, eu represento a Deputada Estadual Beatriz Cerqueira, do Partido dos Trabalhadores, que não pôde estar presente aqui hoje.

Pelo acompanhamento que o mandato realiza *in loco* nos territórios atingidos, seja pela construção, pela manutenção, descondicionamento e também pelo rompimento de barragens, nós destacamos aqui a importância do Projeto de Lei 2.788, para complementar e conferir maior efetividade à política de segurança de barragens e também para reconhecer a primazia dos direitos humanos.

Em um relatório dos anos 2000, da Comissão Mundial de Barragens, estimava-se à época que entre 40 e 80 milhões de pessoas já tinham sido deslocadas por empreendimentos no mundo, em cerca de 45 mil grandes barragens. E no Brasil, de acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens, essa soma já é bem superior a 1,5 milhão de atingidos. Desses, cerca de 70% nunca receberam nenhum tipo de indenização ou compensação.

Desde a década de 70, o processo de construção de barragens se intensificou no nosso País, principalmente depois de obras hidrelétricas para dar conta do processo de desenvolvimento em curso, e também com a privatização do setor elétrico, na década de 90, essa situação de violação sistemática de direitos humanos se agravou.

Em 2006, a Comissão Especial de Atingidos por Barragens, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, realizou um estudo de caso em sete barragens constatando que há um padrão vigente de construção que vem provocando graves violações de direitos humanos, seja em obras hidrelétricas ou em barragens de água ou de mineração. Com esse tipo de constatação, o entendimento é de que historicamente o clamor social sobre a importância da criação de um marco jurídico para os atingidos e atingidas por barragens seja reconhecido, assegurando direitos e trazendo segurança jurídica não só para as empresas, mas também para as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui em Minas Gerais, nós conquistamos a aprovação da política estadual dos atingidos por barragens, a Lei 23.795, de 2021, infelizmente após dois crimes socioambientais de enormes proporções que ceifaram 292 vidas humanas, deixando centenas de quilômetros de lama e destruição ao longo das Bacias do Rio Paraopeba e do Rio Doce, conforme foi muito bem trazido pelo Dr. Edmundo, crimes esses que se perpetuam pelas contínuas violações de direitos das populações atingidas, agravadas pela ausência de um marco legal.

É profundamente lamentável a constatação de que, ao longo de muitas décadas de violações, de luta, de reivindicações, as populações atingidas conquistaram vitórias, mas ainda não conquistaram direitos de forma efetiva.

Nesse sentido, então, a gente ressalta que a Pnab (Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens) é imprescindível e é essencial para avançarmos, diminuindo a assimetria normativa entre as empresas e as populações, diminuindo as discrepâncias nas tratativas das empresas com as populações atingidas, muitas vezes envolvendo a mesma empresa. Se existem danos, conforme já vêm sendo trazidos por vários relatórios, estudos já mencionados aqui, a responsabilidade das empresas é objetiva; então, existe um inegável dever de reparação que vem sendo historicamente negligenciado.

A já reconhecida dívida social com os atingidos só cresce ao longo dos anos, e a Pnab vem para suprir essa lacuna, essa omissão do Estado brasileiro.

Quanto melhor nós definirmos direitos, quanto mais atuarmos em caráter preventivo, menos direitos serão violados e maior segurança jurídica será conferida não só às pessoas, mas às empresas também. É uma vergonha nós termos setores tão avançados, como o setor elétrico e o setor de mineração, e nós não assegurarmos os direitos das pessoas atingidas.

A Pnab reconhece direitos que são internacionalmente assegurados, sistematicamente violados, mas que ainda não são devidamente reconhecidos pela legislação brasileira.

Nesse sentido, eu queria ressaltar a importância do parâmetro da reparação integral. E, quando a gente fala integral, é sabendo que, na literalidade do termo, nenhuma reparação de direitos humanos será realmente integral, mas é um termo, é um conceito que parte dos precedentes já reconhecidos pelos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, que preveem a mitigação, a restituição, a compensação, a reabilitação, a satisfação e, sobretudo, a não repetição de violações de direitos humanos.

É muito importante também, como já foi falado também pelo Dr. Edmundo, o reconhecimento do princípio da centralidade do sofrimento da vítima, que também parte de parâmetros internacionais; o direito ao reassentamento coletivo, no caso de deslocamento compulsório; o direito às assessorias técnicas independentes como ferramenta essencial no processo de reparação envolvendo pessoas atingidas e empresas, uma relação tão assimétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que toda essa discussão é muito importante para nos levar a refletir sobre que tipo de desenvolvimento nós queremos, que tipo de desenvolvimento nós aceitamos.

Nenhum projeto de desenvolvimento do País pode ignorar a vida, o bem-estar, a dignidade, a integridade humana. Nós precisamos compreender os conflitos em sua integralidade, levando em consideração todos os aspectos socioambientais. Eu acho que a gente está seguindo um caminho de avançar nesse sentido.

Então, queremos saudar esta iniciativa, agradecer a oportunidade de estar aqui hoje. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós que agradecemos a sua presença, a sua participação, Fernanda Lage, que está representando aqui a Deputada Estadual por Minas Gerais Beatriz Cerqueira, do PT de Minas Gerais. Agradeço a sua participação.

Vou passar a palavra agora... Só para esclarecer aqui, nós vamos dar esse tempo aos nossos expositores. Vou passar também algumas perguntas do e-Cidadania, que podem ser respondidas ou não por todos vocês, e, no final, a minha assessoria preparou aqui algumas perguntas que eu gostaria de, enfim, fazer a todos e deixá-los bem à vontade para responder. Mas isso ao final das exposições.

Eu agradeço mais uma vez a sua participação, Fernanda. Obrigada.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Júlio Cesar Ferreira, que é o Diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Instituto Brasileiro de Mineração, o Ibram.

Seja bem-vindo, Dr. Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR NERY FERREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Começamos agradecendo à senhora, Senadora Leila Barros, a oportunidade de atender a essa convocação da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, para trazermos a nossa contribuição na discussão desse importante projeto, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Infelizmente, a gente sempre tem que reconhecer que a gente teve esses dois grandes acidentes, que devemos lamentar sempre, por suas tristes consequências, mas devemos deles tirar as lições e aprendizados para aprimorar a segurança das nossas operações, seja em barragens, seja nos outros itens da mineração.

É importante ressaltar, contudo, quanto à resposta regulamentadora dada pelos Poderes Executivo e Legislativo nos âmbitos do Estado de Minas Gerais e em nível federal, com edição de 24 diplomas legais a partir de 2017, buscando incrementar a segurança das operações das barragens de mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos dizer, com certeza, que hoje o Brasil dispõe de um quadro regulador que traz maior segurança para a população, lembrando aqui que a Sra. Senadora foi a Relatora também do PL 550, que gerou a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Além da ação...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É... Na verdade – desculpe-me, doutor –, eu fui autora do 550.

O SR. JÚLIO CESAR NERY FERREIRA – Ah, a senhora foi autora do PL 550. Isso.

Todos os organismos internacionais que cuidam das barragens e da sua padronização, para que fiquem criando os critérios construtivos para isso, também se debruçaram sobre essas regulamentações, para aprimorá-las, de forma a buscar evitar novos desastres.

Tivemos o banimento, no Brasil, das barragens a montante e hoje a gente tem aí os critérios para a construção das barragens – e eles são similares para todas as barragens de terra – bastante aprimorados.

Desses marcos, devemos citar sempre a Política Nacional de Segurança de Barragens, de 2010; a edição da Lei 23.291, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens, no Estado de Minas Gerais; a Lei 1.466, de 2020, que eu já citei e que realizou a Política Nacional de Segurança de Barragens; e a Lei 23.795, de 2021, que instituiu, com bases similares ao propósito desse PL que está em tramitação, a Política Estadual dos Atingidos por Barragens, em Minas Gerais.

Sobre esse PL 2.788, respeitosamente, a gente pede licença para fazer algumas notas. Deve ser visto que as barragens enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens estão indistintamente sujeitas a obrigações aqui citadas na política dos atingidos, sem consideração de qualquer critério de anterioridade da estrutura a eventuais ocupações a montante. Também não existem outras considerações a respeito de método construtivo, categoria de dano potencial, e nem uma necessária delimitação do alcance da medida.

Outro ponto a ser ressaltado em seu art. 2º é que, de acordo com a nossa lei civil, o dano potencial hipotético não é reparável. Para haver a reparação civil, seria necessário o dano efetivo e o nexo causal. As perdas mencionadas no texto devem ser comprovadas e mensuráveis. Nesse sentido, a redação dos incisos poderá trazer, como já foi dito, uma insegurança jurídica e falta de previsibilidade contra os eventuais custos que seriam suportados pelos empreendedores, para o que pedimos sua atenção. Ademais, há incisos que podem trazer subjetividade, em especial, quanto à desvalorização dos imóveis, mudança de hábitos das populações e alteração em seu modo de vida, gerando, igualmente, insegurança jurídica ao não definirem claramente os critérios de classificação da pessoa como o atingido.

As disposições contidas no art. 3º acerca da reparação e da indenização já estão, em nosso ver, satisfatoriamente tratadas no Código Civil brasileiro. Deve ser preservada a possibilidade de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particular poder negociar diretamente com o empreendedor, não estando necessariamente sujeito às diretrizes do reassentamento coletivo. E também a gente entende ser necessário que as assessorias técnicas sejam previamente cadastradas, conforme essa regulamentação a ser editada.

O prazo previsto no inciso XIII não depende apenas do empreendedor, que pode ser obrigado a adquirir imóveis, regularizá-los, desmembrá-los, o que pode levar tempo, tendo em vista a burocracia inerente a esses procedimentos.

O §1º do art. 3º contém conceitos também abertos cuja análise é essencialmente subjetiva, podendo gerar uma insegurança jurídica. Como valorar, por exemplo, a diversidade de situações e experiências, vocações e preferências, culturas e especificidades de grupos, comunidades, famílias e indivíduos? Carece ainda, em nosso entender, de definições claras acerca da formação do comitê local da Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens, uma vez que o art. 7º não traz as regras claras acerca da sua formação e composição.

Da mesma forma, as disposições contidas no art. 4ª acerca da reparação e/ou indenização também já são satisfatoriamente tratadas no Código Civil brasileiro.

Deve ser solicitada também uma melhor definição de alguns aspectos citados, como o conceito de danos imateriais, que em nosso entendimento é de difícil valoração.

São alguns exemplos de aprimoramentos que podem ser feitos. Devemos considerar que o projeto apresenta também muitos pontos importantes. Para complementá-los, gostaríamos de citar trabalhos em desenvolvimento no Ibram para aprimoramento da transparência e da comunicação do setor com a sociedade e também da segurança das barragens.

Desde o ano de 2019, o Ibram trabalha na implantação das métricas e metas para os componentes de sua carta-compromisso com a sociedade brasileira, que passamos a denominar de Agenda ESG da Mineração. Dentre eles está a segurança dos processos, a segurança e saúde da população e dos trabalhadores e a segurança das barragens e estruturas de disposição de rejeitos. São 12 componentes nessa carta-compromisso, dentre eles esses três. Esse trabalho envolve a participação de dezenas de profissionais das empresas associadas.

Em outra iniciativa, o Ibram tem apoiado efetivamente a implantação no Brasil do Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos, que tem como objetivo final evitar qualquer dano às pessoas e ao meio ambiente. É o objetivo declarado de zero dano, com tolerância zero para fatalidades humanas.

O padrão exige que operadores assumam responsabilidade e priorizem a segurança das estruturas de disposição de rejeitos ao longo de todas as fases do seu ciclo de vida, inclusive nas fases de fechamento e pós-fechamento. Além disso, o padrão exige também a divulgação de informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevantes que suportem a prestação de contas e responsabilização pública, priorizando também o diálogo com as comunidades.

Em outra iniciativa, o Ibram trabalha também para a implantação entre os seus associados do TSN ou, como indica a sigla em inglês, Towards Sustainable Mining, que podemos traduzir "por uma mineração sustentável", que é um programa desenvolvido pela Associação de Mineração do Canadá, e já é adotado em diversos países – na América do Sul podemos citar, por exemplo, Argentina e Colômbia –, que visa a possibilitar que a indústria mineral atenda às necessidades da sociedade no que diz respeito às demandas por produtos da cadeia do setor, de maneira responsável em termos sociais, ambientais e econômicos.

Mediante um conjunto de oito protocolos indicadores, busca ser um programa direcionado ao desempenho de longo prazo, que mostra a melhoria desse desempenho ao longo do tempo, por meio de indicadores verificáveis e auditáveis. Atua com responsabilidade por suas métricas e suas avaliações são conduzidas ao nível das unidades operacionais, com transparência, uma vez que as empresas devem relatar anualmente os indicadores e as informações de uma forma independente e serem auditados por uma auditoria externa a cada três anos.

Já no implementar da transparência na divulgação das informações principais acerca das barragens do setor, o Ibram também desenvolve o projeto Proxy, que é o resultado de um acordo de cooperação entre a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e o Ibram para a integração e a utilização de uma plataforma para compartilhamento de informações de riscos tanto de barragem como de outros. A plataforma foi originada na própria plataforma proximidade da Cemig, que foi concebida e é utilizada desde 2005 para a divulgação das principais informações referentes às barragens da Cemig.

Essa plataforma consiste em dois ambientes, um sistema web e dispositivos móveis, um aplicativo que se caracteriza pelo potencial de uso compartilhado, como instrumento único de gestão de emergência. A plataforma Prox tem como principal objetivo o estreitamento do relacionamento e da comunicação entre o empreendedor, órgão de proteção, defesa civil e as comunidades localizadas na região a jusante das barragens.

Os objetivos específicos para essa implantação são alinhados às principais etapas do desenvolvimento do sistema, que são as seguintes: permitir à população acesso às informações sobre risco no seu Município e orientação sobre os procedimentos de autoproteção; otimizar a comunicação entre empreendedores e os órgãos públicos, o fortalecimento do sistema de proteção e defesa civil, a viabilização e a elaboração de planos de contingência municipais e dos planos de emergência das empresas participantes.

Esse programa conta atualmente com a participação de diversas associadas e teve apoio, no seu desenvolvimento, da Defesa Civil de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a gente negocia já com alguns Municípios também a entrada de defesas civis municipais nesse programa.

Esse aplicativo já está disponível tanto para Android quanto para iOS e pode ser baixado nas lojas desses aplicativos, gratuitamente, hoje, com as informações das barragens da Cemig. A gente espera que até o primeiro quadrimestre do ano que vem já estejam lançadas aí as principais barragens das empresas associadas do Ibram.

Então, agradecendo novamente a oportunidade, Senadora Leila, nós colocamos o Instituto Brasileiro de Mineração à disposição desta Comissão para qualquer outra colaboração que seja necessária.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agradeço a participação do Sr. Júlio César Ferreira, que é o Diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do Instituto Brasileiro de Mineração, o Ibram.

Bom aqui, por meio do *e-Cidadania*, nós recebemos algumas manifestações que eu gostaria de compartilhar com os nossos expositores e com aqueles que acompanham a nossa audiência, já dizendo aos que estão conosco nesta manhã que nós vamos encaminhar essas perguntas aos expositores, porque, na sequência, a minha equipe acompanhou, nós acompanhamos aqui atentamente a audiência, e nós temos alguns questionamentos que, enfim, faremos agora aqui. Quem se interessar em responder ou responder após a audiência, mandar para nós as notas, nós agradecemos. Mas nós vamos expor esses questionamentos aqui para os senhores.

Primeiro as manifestações.

Dellana Rosa, da Bahia. Quais os principais benefícios da Política Nacional de Direitos às Populações Atingidas por Barragens?

A Dilma Souza, de Minas Gerais. Sabemos que os rejeitos podem ser aproveitados em construção de tijolos. Então, por que não contratar oficinas para ensinar como se faz?

Rafael dos Santos, do Rio Grande do Sul. As regras de responsabilidade social do empreendedor são mais rígidas? Essa política terá impacto nos culpados pelos incidentes anteriores?

Débora Torres de Castro Azevedo, de Alagoas.

'Quando serão reparados os danos causados ao meio ambiente e às populações ribeirinhas afetadas?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, comentários. Nós temos alguns, eu vou citar apenas o da Maria Bortoletto, de São Paulo.

"Aproveitar os rejeitos para a construção de tijolos é uma opção autossustentável, se não houver nenhum perigo de contaminação com voluntários".

E, por fim, acompanhando a audiência e todas as explanações, o Projeto de Lei, o 2.788, de 2019, busca aperfeiçoar a legislação sobre a segurança de barragens para fortalecer os direitos das populações atingidas pelo impacto da construção de barragens e de acidentes e desastres envolvendo esses empreendimentos. A necessidade de se promover a segurança jurídica dessas populações ficou muito evidente nos trágicos casos dos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, que ocorreram respectivamente em novembro de 2015 e janeiro de 2019.

Ao assumir a relatoria, nosso gabinete recebeu várias manifestações que questionam alguns dispositivos da nova proposta. Resolvemos, então, solicitar a realização de audiências públicas – esta é a segunda –, a fim de compreender as posições dos diferentes atores que serão de certa forma impactados de forma a subsidiar a construção do nosso parecer.

A primeira pergunta que eu faço... O projeto equipara o tratamento legislativo dado à população atingida em duas situações distintas: pela construção de uma barragem e no caso de um rompimento dessa estrutura. Eu pergunto aos senhores: "Como os senhores avaliam essa equiparação?"

Eu passo a palavra ao nosso Procurador Edmundo, Dr. Edmundo Netto Junior. O senhor tem cinco minutos.

Obrigada.

O SR. EDMUNDO ANTONIO DIAS NETTO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Bom, nessa primeira pergunta da distinção entre as causas de aplicabilidade da política nacional ora projetada, parece-me que a leitura deve ser a partir da perspectiva das pessoas atingidas, não do tipo de barragem. O Sr. Claudio Sales trouxe uma explicação. É evidente que são barragens diferentes as do setor minerário e as do setor elétrico, mas as hipóteses de aplicação da lei, quando aprovado o PL 2.788, são claríssimas e são trazidas no art. 2º, quando diz que a população atingida por barragem é aquela cujos sujeitos tenham sofrido um ou mais dos impactos provocados. Ou seja, independentemente da questão técnica, porque é uma distorção de foco, uma perspectiva equivocada, a partir do plano empresarial, isso mostra um descompromisso evidente com os direitos humanos, mas não é a técnica construtiva que deve ensejar isso. Por isso que o tratamento deve ser equânime.

Com relação também à pergunta que foi feita sobre a questão dos tijolos, que foi feita inicialmente por uma participante de cujo nome eu não me recordo, e a segunda complementou, a complementação me pareceu muito adequada quando ela diz:" Desde que isso não cause contaminação". Todos nós sabemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há estudos demonstrando na Bacia do Rio Doce a contaminação por metais pesados, assim como na Bacia do Paraopeba. Esses estudos são bastante preocupantes. Eu citaria aqui, especificamente o estudo da empresa Ambios, que foi incumbida da função pelo Comitê Interfederativo, no caso Rio Doce, que detectou a presença de determinados metais que causam danos. Então, esses tijolos será que são, de fato, inertes? Uma eventual obra na casa, com a destruição parcial desses tijolos, é passível de gerar contaminação? Ou seja, em fase em que cada dia mais devemos louvar a ciência, apenas a técnica poderá demonstrar se esse material reunido em tijolos será, de fato, inerte.

Eu gostaria também, Sra. Senadora, de dizer que não me entusiasmei tanto assim com o licenciamento ambiental, não compartilho do entusiasmo do Sr. Claudio Sales. Entusiasmo é uma palavra grega, de origem grega, que significa aquele que tem Deus dentro de si, ou seja, devemos reservá-la para algo realmente muito mais profundo, por exemplo: o entusiasmo com a cultura do povo krenak, que foi atingido pelo desastre na Bacia do Rio Doce. Se a gente usa esse entusiasmo para algo como o licenciamento ambiental, que sabemos falho, o que diremos, então, por exemplo, da fantástica mobilização e fortalecimento do movimento indígena que nós vemos atualmente em nosso País? Vou dar um exemplo: o licenciamento da Barragem de Fundão não havia considerado sequer a presença do povo indígena krenak, no Município de Resplendor, no médio Rio Doce. Alguém tem dúvida aqui de que eles foram severamente atingidos pelo desastre da Vale, da BHP Billiton e de seu braço Samarco? Sofreram danos ambientais, culturais e, inclusive, espirituais, na medida em que consideravam o Rio Doce, que eles chamam Watu, como uma entidade sagrada, onde se encontram os seus maretes.

Parece-me também que a fala do Sr. Claudio, *data venia*, ao dizer que a indenização por danos morais já se encontra resolvida pelo Código Civil, não apresenta a necessária consistência, na medida em que o representante do Instituto Acende Brasil – e eu pergunto aqui: qual Brasil? De que forma queremos acender esse Brasil? – afirma, por um lado, não haver condições de implementar a recomposição de danos das pessoas que sejam compelidas a se realocarem, mas, contraditoriamente, afirma que a lei, o Código Civil já resolve a situação dos danos morais. Eu citei, na minha fala, Ulpiano: "[...] *honeste vivere, alterum non laedere, suum cuique tribuere*", ou seja, se vivêssemos honestamente, não causássemos danos aos demais e déssemos a cada um o que é seu, essa discussão seria ociosa, mas as falhas nas reparações de Brumadinho e Rio Doce demonstram que o marco normativo é absolutamente necessário.

O Sr. Claudio Sales também trouxe uma peça publicitária com depoimentos quantitativamente, inclusive, reduzidos de pessoas que tiveram de ser realocadas. Eu dou um exemplo aqui: há um projeto em Minas Gerais – Sra. Senadora, sei que é um Estado de sua afeição –, e, nesse projeto de construção da UHE Formoso, no médio Rio São Francisco, o rio da integração nacional, em momento algum, os empreendedores apresentaram informações sobre a presença de povos e comunidades tradicionais. Eu solicitei ao Niisa (Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e eles me encaminharam um relatório fazendo referência a nada menos do que 145 povos e comunidades tradicionais que não haviam sido mencionados pelo empreendedor, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação aos quais já havia estudos realizados apenas naquela baixada do médio São Francisco, nas proximidades de Montes Claros, ou seja, qual a confiabilidade que devemos ter no licenciamento da forma como ele é feito em nosso País?

Mas, de outro lado, a Sra. Fernanda Lage, assessora da Deputada Beatriz Cerqueira, tocou num ponto essencial: de que a previsão de um marco normativo claro sobre os direitos das populações atingidas por barragens também traz segurança jurídica aos próprios empreendedores. É isso que a gente precisa construir. E essas empresas violadoras de direitos humanos serão mais e mais respeitadas na medida em que passem a observar, franca, plena e profundamente, os direitos humanos.

Eu não vou ter tempo de falar sobre a fala do Sr. Júlio Cesar, mas apenas diria que ele começou errado quando, ao reconhecer os desastres nas bacias do Rio Paraopeba e do Rio Doce, referiu-se a eles como acidentes. Então, na realidade, isso traz a lógica do acaso. As investigações mostram que não estamos falando de acaso, mas de desastres criminosos, ressaltando ainda que, na medida em que o Sr. Júlio Cesar menciona como um avanço a Política Estadual dos Atingidos por Barragens de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual 23.795, de 15 de janeiro de 2021, o natural seria ele desejar, então, já que considera um marco adequado, que isso fosse ampliado para todo o País, porque não há nada justifique que uma empresa tenha que observar um marco num Estado, mas a pessoa atingida em outro Estado seja titular de um patamar inferior de direitos.

Enfim, são essas as considerações que eu gostaria de dizer, acrescentando ainda que, com relação à retroatividade da lei que o Sr. Júlio Cesar colocou, a gente está falando de uma situação que representa um passivo atual – e é a esse passivo que se dirige o PL 2.788. Não há inconstitucionalidade alguma nem nenhuma violação ao princípio da retroatividade legal, na medida em que estamos falando de uma situação presente. Inclusive, a Constituição no setor minerário obriga, expressamente, ao empreendedor a recuperação das áreas degradadas, a recuperação do meio ambiente, que, desde a Convenção de Estocolmo, de 1932, diz respeito também ao meio ambiente humano.

É isso, Sra. Senadora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós que agradecemos, Dr. Edmundo. Obrigada pelas respostas. Só para que o senhor saiba, quem nos perguntou sobre os tijolos foi a Dilma Souza, de Minas Gerais, e os comentários da Maria Bortoletto, de São Paulo. Muito obrigada.

Agora eu vou passar para a segunda pergunta, como ninguém mais levantou a mão, apenas o senhor: "As perdas dos desapropriados ocorrem em muitas obras grandes de infraestrutura, como barragens, estradas, aeroportos e postos, que resultam no deslocamento de populações estabelecidas, muitas vezes, há várias gerações. O que pensam a respeito da mitigação proposta no PL e há outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formas mitigar e compensar as perdas do desapropriado e da sua comunidade indo além da simples indenização pecuniária? Quais seriam essas compensações?".

Vou passar a palavra, agora, para o Sr. Carlos Sales.

Obrigada, Sr. Carlos. Com a palavra.

O SR. CLAUDIO SALES – Um prazer, Senadora, mas, de novo, Carlos é meu filho. Eu sou Claudio Sales. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Que coisa! E o pior é que está escrito aqui Claudio! Eu estou... Perdão! Claudio Sales, perdão, perdão! (*Risos.*)

O SR. CLAUDIO SALES – Mais do que compreensível. Eu fico feliz de ver que esse negócio não acontece só comigo; também com os outros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Ai, ai... Obrigada. (*Risos.*)

O SR. CLAUDIO SALES (Para expor.) **–** Mas, respondendo a essa questão que foi levantada pela ouvinte, eu queria considerar, antes, o seguinte: primeiro, deixar muito claro que há diferença, sim, entre o que é uma barragem para usina hidrelétrica e o que é uma barragem para rejeitos de processo industrial de mineração. As diferenças são estruturais e, portanto, do jeito que o projeto foi construído, onde tenta aplicar uma régua comum a duas realidades totalmente diferentes, não há dúvida nenhuma de que você vai gerar distorções. Eu vou dar mais alguns exemplos. Quando se trata de usinas hidrelétricas, enfim, coisa que foi dita até por um dos apresentadores, que os direitos não são reconhecidos, quer dizer, essa frase que fica, às vezes, ecoando, a meu ver, ela tem que ser desmentida na raiz, porque todo o processo de licenciamento ambiental leva em conta a identificação de direitos, o reconhecimento e a materialidade disso na forma de indenizações, compensações ou o que quer que seja.

No caso de uma forma bem direta de reassentamento, por exemplo, um direito básico que sujeita o atingido pela barragem para ser indenizado hoje reconhece não apenas os proprietários das terras, das localidades como também os usuários de qualquer natureza, ou arrendatários ou, até mesmo, posseiros. Enfim, isso, de novo, é um retrato real da evolução que tem tido o tratamento dessas questões ao longo dos projetos de licenciamento ambiental.

Eu vou mais adiante, hoje em dia, para construir uma usina hidrelétrica, o risco, com o simples cumprimento da legislação ambiental nos ritos regulatórios do processo de licenciamento, já existe um risco elevadíssimo, e eu dou um dado concreto que demonstra isso. Recentemente, há poucos anos, foram apresentadas, no Rio Parnaíba, três usinas para serem construídas, apresentadas em leilão. O processo é o seguinte: primeiro, é feito um inventário, uma determinação, a usina, só então, é submetida a leilão, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passar pelo processo de licenciamento ambiental, ter a licença prévia. Então, a despeito de ter passado pelo processo, ter a licença prévia e ser apresentada por leilão, na avaliação dos empreendedores, o risco inerente àqueles projetos ainda era tão alto que ninguém fez oferta.

Então, o que eu quero lhe dizer, Senadora Leila Barros, de informação mesmo é que, hoje, o rigor desse processo já é, ouso dizer, bastante adequado; tem sido aprimorado constantemente, independentemente da existência de uma nova lei, muito menos de uma lei que inutiliza uma regra comum, inspirada por eventos recentes, fortemente inspirada por eventos recentes relativos a barragens de rejeitos. mas, enfim, adotando essa régua que, no caso do setor elétrico, só teria o efeito final de aumentar exponencialmente o risco que já existe e está submetido a avaliação, produzindo resultados como, inclusive, não haver oferta para determinados projetos que são apresentados.

Ouso dizer, para ser dramático, mas marcar a posição, que, dado o grau de dificuldade, você viu ali, por que só há sete projetos apresentados pela EPE, projetos hidrelétricos eventualmente considerados a serem submetidos a leilão para eventual construção, por que só há sete? Porque já foram excluídos na Amazônia, em que sabidamente tem uma afetação maior; então, nem se considerou colocar nessa fase de inventários, etc., porque já se sabe da dificuldade de sua concepção. Então, o que eu quero dizer, de forma dramática, é o seguinte: se a esse ambiente em que o estado da redução das coisas existentes já aponta riscos grandes que dificultam a realização desses implementos se adiciona essa régua que vem da mineração para os projetos hidrelétricos, vale dizer, com certeza, do meu ponto de vista, baseado na experiência que a gente tem, não vai se fazer mais nenhuma usina hidrelétrica no Brasil. É o depoimento que eu posso dar e posso fundamentar.

Por que eu falo isso com uma certa segurança, dentre outras coisas? Porque, num passado também recente, o Instituto Acende Brasil desenvolveu um projeto de pesquisa para avaliar os impactos das usinas hidrelétricas nas regiões em que elas são apresentadas. O projeto de pesquisa levou mais de dois anos na sua concepção e, dentre outras coisas, resultou num artigo acadêmico que foi publicado na Energy Policy, que é a revista acadêmica internacional do setor de energia mais conceituada do mundo. Então, o que fazemos é a avaliação das externalidades socioambientais das usinas hidrelétricas. Foram avaliados 26 indicadores: saúde, segurança, educação, renda dos Municípios, do poder público, atividade econômica como emprego, etc., desmatamento, 26 indicadores. Foi uma avaliação bem objetiva, reconhecida pela academia internacionalmente. Então, isso dá segurança para compreender o fenômeno.

E, por último, só para chegar ao ponto, sem querer me alongar mais... Exatamente, 15 segundos. Ressaltar que...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, eu peço desculpas, Dr. Cláudio e também ao Dr. Edmundo, os dois aí que...

O SR. CLAUDIO SALES – Mas vão ser 15 segundos, só uma frase...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Podem concluir. É porque a gente não tem muita ação sobre essa gravação, mas, concluam, por favor.

O SR. CLAUDIO SALES – Então vou usar 20, já que a senhora foi um pouco mais benevolente, 20 segundos.

Lembrar que é da natureza humana, a unanimidade, como dizia Nelson Rodrigues, muitas vezes é difícil, quase impossível. Se perguntarmos às pessoas que estão assistindo a essa nossa fala aqui, em conjunto, se terão gostado ou não, alguns vão dizer que sim, outros dirão que não. Sempre existe. Por isso que, até naquele documentário de que mostrei um pequeno trecho, nós fizemos questão de mostrar duas visões sobre a mesma questão, para deixar que o espectador faça sua avaliação.

Então, a busca dessa unanimidade, a imposição dessa unanimidade por conta de lei não atinge o objetivo de melhorar a qualidade do tratamento das usinas hidrelétricas, no que diz respeito às pessoas que são afetadas pela usina, e praticamente inviabiliza, se for mantido nesses termos, a consecução de todo e qualquer novo projeto hidrelétrico aqui no nosso País.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sr. Cláudio.

Eu não tenho, nós não temos aqui mais perguntas, e eu acho que tanto a Fernanda quanto o Sr. Júlio César não levantaram a mão. Então, eu vou passar agora para as considerações finais, eu acho que é importante, caso os expositores queiram fazer as suas considerações finais, o que eu acho importante. Vou dar dois minutos, e na hora em que houver a gravação lá, podem concluir a fala de vocês, que nós aguardamos, tá?

Eu vou passar a palavra para o nosso Procurador da República, do Ministério Público Federal, o Edmundo Netto Junior.

Doutor, o senhor tem três minutos. E, como falei, havendo a gravação, pode concluir sua fala. Obrigada.

O SR. EDMUNDO ANTONIO DIAS NETTO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu insisto nesse ponto da unidade dos efeitos desses empreendimentos. O art. 3º, combinado com o art. 2º, são bastante felizes quando mencionam: "entende-se por populações atingidas por barragens todos aqueles sujeitos a um ou mais dos seguintes impactos: pela construção, operação, desativação ou rompimento de barragens".

Não se deve entrar aqui na questão da técnica construtiva. Eu insisto: o princípio da centralidade do sofrimento da vítima nos obriga a utilizarmos a perspectiva das pessoas atingidas. Então essa visão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir da técnica construtiva, sem dúvida, é uma visão superada, em dissintonia com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Por exemplo, alguém nega o primeiro inciso do art. 2º, que a construção de uma usina hidrelétrica possa gerar perda da propriedade ou da posse do imóvel? Impossível negar. Inclusive o próprio Sr. Claudio Sales trouxe uma peça publicitária mostrando que isso acontece. Alguma dúvida de que pode causar desvalorização de imóveis em decorrência de sua localização próxima ou a jusante dessas estruturas? É o segundo inciso. E por aí vai. O terceiro fala da perda de capacidade produtiva das terras, o quarto inciso, da perda do produto ou de área de exercício da atividade pesqueira. A gente sabe que há um controle da fauna aquática em empreendimentos elétricos; ou seja, os efeitos que a gente está tratando aqui – por isso, o PL 2.788 foi tão feliz – são efeitos comuns, que exigem que um ou mais, apenas, deles estejam presentes para que uma população seja atingida por barragens.

Eu responderia também à pergunta que foi apresentada à senhora no *chat,* Sra. Senadora, com relação a outras formas de reparação. O projeto é tão satisfatório, que também prevê outras formas de reparação. Então, por exemplo, a gente fala, a gente verifica aqui, em alguma altura, que ele fala sobre a possibilidade de compensação quando não for possível reconstituir a situação anterior; a possibilidade de indenização, que foi mencionada por quem pergunta; a possibilidade de reposição, quando o bem ou a infraestrutura são destruídos, ou a situação social prejudicada são repostos ou constituídos. A compensação social, essa era uma preocupação das supostas dificuldades, mas um compromisso efetivo com os direitos humanos nos obriga a enfrentar esse problema, Srs. Claudio Sales e Júlio César, ou seja, a compensação social, quando a reparação assume a forma de benefício material adicional às formas de reparação.

Isso consta no §1º do art. 3º. O Projeto de Lei nº 2.788 resolve muito bem essa situação, porque a gente sabe, realmente, que há danos que são impossíveis de serem reparados. Basta a gente ver os desastres no Rio Doce e no Rio Parauapebas.

Então, para ficarmos na citação literária feita pelo Sr. Claudio Sales, mencionando Nelson Rodrigues, a frase conhecida de que toda unanimidade é burra, eu diria que, se há unanimidade entre os setores elétrico e minerário, é preciso que repensem as suas posições.

Agradeço e, mais uma vez, parabenizo o Senado Federal por este importante debate.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada pela sua participação, Dr. Edmundo.

Realmente, está sendo uma audiência que tem nos ajudado muito, a primeira e esta segunda, em termos da qualidade dos expositores e das grandes dúvidas que nós tínhamos com relação ao projeto, muitas dessas dúvidas foram mitigadas na primeira e na segunda audiências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a vocês a participação.

Vou passar a palavra, agora, para o Sr. Claudio Sales – falei certo agora –, Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Dr. Claudio, o senhor tem aí três minutos, com mais um, para concluir a sua fala.

Obrigada pela participação, Dr. Edmundo e Dr. Claudio.

O SR. CLAUDIO SALES (Para expor.) – Obrigado, Senadora Leila Barros.

Primeiro, uma breve reflexão. Foi falado no material publicitário do Instituto Acende Brasil. Não sei por que o senhor foi buscar essa palavra. Não existe nenhuma publicidade ali. Ao senhor até recomendo que assista não só a esse trecho, mas a toda a série Na Trilha da Energia. Não se trata de material com destaque. Trata-se de material informativo de educação sobre o tema, temas diversos do setor elétrico. Há vários capítulos, capítulos que tratam sobre tributação na conta de luz, capítulo que trata sobre transmissão, geração, enfim. É muito interessante, mas não se trata de material publicitário. Eu não sei por que o senhor avocou isso na sua fala.

Número 2, falou sobre legislação, questão dos danos morais, que foram os pontos que eu tinha levantado ali. Aqui, de memória, me ocorre, por exemplo, uma dessas usinas grandes, construídas recentemente, uma usina hidrelétrica, a Usina de Jirau, eu sei que ali foram tomadas várias iniciativas judiciais, recorrendo para algum tipo de indenização por danos morais. A Justiça brasileira reconheceu que nenhuma dessas ações progrediu, todas foram rejeitadas. E no que isso me faz pensar é numa coisa que eu apelido de teoria da captura.

Quando você tem um empreendimento de grande porte, com um investimento gigantesco feito, cumprindo todas as normas, regulares, durante bom tempo, esse empreendimento – durante a construção certamente, mas muitas vezes depois – fica alvo de grupos de pressão e o empreendedor, qualquer que seja ele, estatal ou privado, fica "capturado", entre aspas, pelo investimento que ele já fez. Então, ele fica mais suscetível a atender determinadas pressões por ganhos que vão beneficiar grupos de pressão específicos.

Assim, surgem várias iniciativas – não estou dizendo que todas são assim –, mas boa parte dessas que foram iniciativas de se buscar uma indenização, que a Justiça provou indevida, de dano moral podem muito bem se classificar nisso, enfim, mais uma manifestação daquele fenômeno que a teoria de captura e a atuação dos grupos de pressão podem justificar.

Por último, uma palavra de otimismo, Sra. Senadora. É entusiasmante, sim, quando nós percebemos a evolução que o País teve no que diz respeito ao tratamento dessas questões e todo o processo de licenciamento ambiental, como ele é feito e o vigor com que vem sendo empregando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso das empresas, das usinas hidrelétricas, das barragens das usinas hidrelétricas, isso tem dado mais do que certo. E eu cito dois argumentos para isso: primeiro é que não há, de novo, nenhum caso de nenhum exemplo citado aqui que tenha se passado lá; segundo, hoje, o problema já é o contrário, o problema é que, já com a legislação e com as práticas adotadas, tanto em nível de legislação ou de regulação pelos órgãos ambientais, etc., já há um risco inerente que produz dois efeitos – olhando sempre o lado bom –, que é fazer com que, se o empreendimento for adiante, esses riscos sejam levados em consideração e, se transcenderem isso, o empreendimento sequer seja desenvolvido, como no exemplo que eu dei de usinas que foram colocadas a leilão e não foram adiante.

Então, de novo, Senadora Leila, o alerta que eu faço é com relação a essa regra: são realidades totalmente diferentes; a evolução no tratamento do tema de segurança em barragem é feita de forma totalmente diferente; a materialidade do fato, totalmente diferente. O fato é que, hoje, no setor elétrico, já se tem essa prática dos fóruns em que as questões são debatidas e até se buscam consensos, na medida do possível, a todo tempo, com a população atingida totalmente esclarecida, com a mediação feita pelos órgãos públicos, inclusive o Ministério Público. Então, esse avanço não pode ser descartado e subjugado por um risco extraordinário, como dito no próprio texto do projeto de lei, muitas vezes, imensurável, ou seja, o que, do meu ponto de vista, inviabiliza totalmente, 100%, todo e qualquer novo empreendimento hidrelétrico.

Então, é melhor que se avance da maneira correta, fazendo os projetos que são possíveis fazer, passando por esse processo do licenciamento ambiental, passando pelas melhores práticas dos fóruns. Tenho certeza de que, enfim, o saldo é positivo, inclusive e principalmente para as comunidades que são atingidas pela construção de barragens.

Muito obrigado, Senadora, pelo tempo e atenção, não só da senhora, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Imagina! Nós que agradecemos, Dr. Claudio. Obrigada pela sua participação, assim como pela do Dr. Edmundo.

Passo a palavra, agora, para a Sra. Fernanda Lage, assessora que representa a Deputada Estadual por Minas Gerais Beatriz Cerqueira, do PT de Minas.

Com a palavra, Fernanda, por três minutos.

Obrigada.

A SRA. FERNANDA LAGE (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

A Deputada foi uma das proponentes e membro da CPI que acompanhou, que apurou as causas e, enfim, os desdobramentos do rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após longos seis meses de intensos trabalhos e também lendo relatórios, acompanhando casos de violações de direitos humanos por barragens do setor elétrico, a gente percebe que o *modus operandi* das empresas é o mesmo. Eu entendo que a reparação de direitos ela se dará na medida das violações que forem constatadas no caso concreto.

Então, de forma alguma, não consigo entender essa necessidade de diferenciação a partir do método construtivo, a partir do tipo de barragem, porque o foco aqui, como foi muito bem colocado pelo Dr. Edmundo, tem que estar nas pessoas atingidas, que não são atingidas só com os rompimentos; são atingidas desde o momento do planejamento, da construção, enfim. É isso que precisa ser levado em consideração: o princípio da centralidade do sofrimento das vítimas.

Um outro aspecto é que os danos sociais são incorporados no cálculo das tarifas de energia, mas a ausência de um marco legal não tem permitido justas e efetivas reparações em graves violações de direitos humanos.

Eu quero concluir aqui reafirmando que o lucro não vale a vida. A gente não pode continuar permitindo um modelo de desenvolvimento que beneficia alguns poucos e gera tantos danos sociais e ambientais.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós que agradecemos, Fernanda, sua participação, mandando já um abraço para nossa Deputada Beatriz Cerqueira, e parabéns pelo trabalho junto à CPI do acidente de Brumadinho.

Bom, eu passo a palavra agora para o Sr. Júlio Cesar Ferreira, representante do Ibram. Não sei se ele quer passar suas considerações finais.

Sr. Júlio.

O SR. JÚLIO CESAR NERY FERREIRA (Para expor.) – Sim, Senadora.

Primeiro, quero agradecer novamente a participação, o convite e, segundo, quero me desculpar pelo engano quando eu disse que V. Exa. era Relatora, quando, na verdade, foi a autora do PL 550. Quero agradecer a disponibilidade do diálogo que a senhora teve na ocasião da tramitação daquele projeto na Câmara, e a gente vê que isso está se repetindo agora neste projeto.

E quero dizer que nós, do Ibram, não somos contra o projeto; nós reconhecemos a importância dele até na minha fala. Já seguimos a lei em Minas Gerais e não temos nada contra esticar a lei para o Brasil, estender a lei para o Brasil todo. O que a gente traz são simples sugestões que a gente entende que possam ser aprimoramentos no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando sobre a questão dos rejeitos, há um movimento intenso de tecnologia de aproveitamento de rejeitos. A gente sabe que a geração de rejeitos é efetivamente muito grande, que possivelmente nem tudo poderá ser aproveitado pela sua quantidade – a quantidade necessária pela redução tanto de teores quanto o aumento dos volumes lavrados –, mas existe, sim, essa pesquisa para uso tanto da construção civil quanto de outros, que também são bem promissores como, por exemplo, na utilização em rodovias como base e sub-base para pavimentação ou mesmo no revestimento de rodovias que não são asfaltadas no interior, em estradas vicinais. Não existem pesquisas em andamento nesse sentido.

E é importante que, nesses projetos, existam já colaborações também com comunidades que devem ser estimuladas. As iniciativas do Ibram, só para lembrar, tanto a Agenda ESG quanto o TSM, incentivam e demandam um diálogo efetivo com a sociedade. Então, é algo que a gente incentiva, é algo que a gente deseja e é algo que a gente pretende sempre trabalhar para melhorar. Sabemos que temos problemas, e a busca deve ser de resolvê-los.

Quanto aos rejeitos também, temos novas formas de disposição que estão surgindo. Avanços tecnológicos importantes apareceram aí nos últimos anos, que estão permitindo até, em muitos casos, a redução do uso de barragens, colocando em empilhamentos, que têm, vamos dizer assim, um impacto muito menor.

A questão de se os rejeitos são inertes ou não pode ser determinada através de testes químicos, que são baseados aí na Norma ABNT 10.004, que, inclusive, está sob revisão. Então, o momento agora é de também, junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas, trabalhar com ela no aperfeiçoamento aí dessas caracterizações dos rejeitos.

Então, novamente, gostaria de agradecer a oportunidade e colocar o Ibram à disposição da senhora e do Senado Federal para colaborar no que for necessário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós que agradecemos, Dr. Júlio Cesar Ferreira, representante do Ibram.

Em nome aqui do Senado, da minha assessoria e da Consultoria do Senado, agradecemos a participação dos expositores. E peço recomendações, sugestões. Por favor, encaminhem aqui para o gabinete. Nós queremos entregar o mais rápido possível esse parecer e contamos muito com o trabalho e o apoio de todos vocês que participaram hoje desta audiência conosco aqui no Senado Federal.

Encerrando e agradecendo a presença de todos – expositores, internautas, assessorias, enfim, todos aqueles que acompanharam essa excelente audiência – e nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa reunião.

Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Estamos aqui aguardando as sugestões e as recomendações. Beijo.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SF/21283.42752-07

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e um, em Reunião remota, sob a Presidência do Senador Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Jayme Campos, Jaques Wagner, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues, além de Confúcio Moura, licenciado. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 31ª reunião, realizada em 27 de outubro de 2021, e da 32ª reunião, realizada em 10 de novembro de 2021, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Emendas da CMA ao PLOA2022**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da CMA ao PLOA 2022 (PLN 19/2021), que "destina a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2022". RELATOR: Veneziano Vital do Rego. RELATORA AD HOC: Leila Barros. **Resultado**: Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 4 (quatro) emendas seguintes ao Projeto de Lei nº 19 de 2021-CN: NÚMERO: **60080001** | UO: **44201** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA | AÇÃO + SUBTÍTULO: 214M - **Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias – Nacional** | ACRÉSCIMO: **R$ 300.000.000,00** (trezentos milhões de reais); NÚMERO: **60080002** | UO: **44201** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA | AÇÃO + SUBTÍTULO: 214O - **Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental – Nacional** | ACRÉSCIMO: **R$ 300.000.000,00** (trezentos milhões de reais); NÚMERO: **60080003** | UO: **52133** - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar | AÇÃO + SUBTÍTULO: 2518 - **Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul - Nacional** | ACRÉSCIMO: **R$ 20.000.000,00** (vinte milhões de reais); NÚMERO: **60080004** | UO: **24101** - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta | AÇÃO + SUBTÍTULO: 20V7 - **Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI - Nacional** | ACRÉSCIMO: **R$ 30.000.000,00** (trinta milhões de reais). **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 60, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2633/2020, que “altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências”, com a convidada

Página: 1/2 11/11/2021 15:59:01
d2e28a9a07d277b8bde420c905d89cba406150e3
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SF/21283.42752-07

que relaciona." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Paulo Rocha. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 61, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2159/2021, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências", com o convidado que relaciona." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Paulo Rocha. Antes de encerrar, o Presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Aprovada, vai, juntamente com as emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Rocha

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

(ata autenticada eletronicamente pelo sistema Sedol)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/11

Página: 2/2 11/11/2021 15:59:01
d2e28a9a07d277b8bde420c905d89cba406150e3
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente.

Em função da licença do Vice-Presidente, Senador Confúcio, e da impossibilidade de estar hoje, por conta do seu retorno à COP-26, o Presidente, Senador Jaques Wagner, ele me pediu que eu presidisse esta reunião, que tratará das emendas ao Orçamento da União, tarefa igualmente importante das Comissões, que, além de analisar o mérito das matérias provenientes das iniciativas parlamentares, também têm esse papel muito importante, têm o direito de fazer emendas ao Orçamento da União, principalmente — viu Leila? —, num momento em que se requer uma interferência muito forte do Senado, uma vez que o atual Orçamento da União está sendo desorganizado ou até desestruturado.

Portanto, já falei isso na Comissão de Educação hoje, e faço aqui, de novo, em razão da importância que o Senado, os Senadores e as Senadoras, tem nessa concertação, digamos assim, de fazer com que a emenda orçamentária ao Orçamento da União chegue, através de políticas públicas, a todas as regiões, a todos os cidadãos do nosso País.

Então, essas emendas que a gente vai aprovar hoje têm essa importância de participar da concertação, diria, para recuperar a importância e o valor do Orçamento da União, para que se pense o País como um todo.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 31ª e da 32ª Reuniões, realizadas em 27 de outubro e em 10 de novembro, respectivamente.

Aqueles que concordam permanecem como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado.

Ao longo da reunião, aqueles que desejarem fazer uso da palavra podem solicitar a sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo, ou registrando seu pedido no bate-papo da ferramenta.

A primeira parte da reunião trata-se de deliberar sobre as propostas de emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Participa conosco desta reunião a Sra. Helena Assaf, da Consultoria de Orçamento do Senado Federal, à disposição para os esclarecimentos técnicos devidos.

Infelizmente também, em viagem para representar o Senado Federal, não se encontra conosco o Relator Veneziano Vital do Rêgo. Nesse caso, conforme acordado, designo, para a leitura do relatório, a Senadora Leila Barros, que já está preparada para o seu relatório.

Passo a palavra, portanto, à Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente, que preside a Comissão no dia de hoje, Senador Paulo Rocha. Agradeço a indicação do Senador Veneziano para que eu possa fazer a leitura do relatório dele. E agradecer também as manifestações calorosas de muitos com relação à minha manifestação, Presidente, sobre a questão do Inep. É claro que não é a Comissão que delibera sobre esses assuntos da educação. Mas quero agradecer a todos que estão nos acompanhando e acompanham as nossas redes as manifestações com relação às minhas posições com a crise do Inep.

Bom, eu vou à leitura do relatório do Senador Veneziano, mais uma vez agradecendo à Presidência desta Comissão e ao Senador a indicação do meu nome.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2022 (PLOA 2022), Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN.

No prazo estipulado, foram indicadas 88 sugestões de emenda, todas relativas a programações orçamentárias para financiar políticas públicas, majoritariamente ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão. Desse total, duas sugestões foram do tipo "remanejamento"; sessenta, do tipo "apropriação – acréscimo"; e vinte e seis, do tipo "apropriação-inclusão". Tais indicações nos foram enviadas pelos seguintes Senadores, em ordem alfabética: Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Jaques Wagner, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Kátia Abreu, Leila Barros, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Otto Alencar, Paulo Rocha, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes.

Todas elas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

É o relatório.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentadas sugestões de emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CMA. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação. No que se refere à categoria de remanejamento, cujo limite também são quatro emendas, foram apresentadas apenas duas sugestões de emendas, o que, em tese, viabilizaria a apresentação dessas emendas pela Comissão.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, abrangendo ao menos mais de uma unidade da Federação.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade e, ainda, aquelas para as quais convergiu o interesse comum de mais de um Parlamentar.

Além disso, optamos, também, por aprovar sugestão de programação de desenvolvimento científico (ação 20V7), com objetivo de atender demanda represada no Instituto Nacional do Semiárido (Insa), tendo como base o projeto de tecnologia SARA (Saneamento Ambiental e Reuso de Água), alternativa de saneamento básico rural sustentável, e que tem como principais impactos a promoção da saúde pública, geração de fonte alternativa de água, produção agrícola, entre outros.

No que se refere às emendas de remanejamento, ambas as sugestões apresentadas (CMA071 e CMA072) deverão ser inadmitidas, pois os cancelamentos oferecidos ferem, respectivamente, os arts. 38 e 45 da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Relativamente às emendas de apropriação, a sugestão de emenda CMA019 deverá ser inadmitida, pois fere o inciso II do art. 44 da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, que determina que emendas de Comissão ao PLOA devem representar interesse nacional, o que não é o caso dessa sugestão.

Isso posto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação dos objetos constantes das sugestões CMA001, CMA004, CMA005, CMA011, CMA021, CMA022, CMA026, CMA027, CMA028, CMA029, CMA030, CMA031, CMA032, CMA033, CMA034, CMA038, CMA044, CMA055, CMA056, CMA059, CMA060, CMA061, CMA063, CMA077, CMA078, CMA079, CMA080, CMA085, CMA086 e CMA087, rejeitando as demais.

Dessa forma, será viabilizada a apresentação de quatro emendas de apropriação/acréscimo ao Projeto de Lei nº 19, de 2021-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a) programação "214M – Prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias – nacional", no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Unidade Orçamentária 44201, sequencial 2237, no valor de R$300 milhões, atendendo aos objetos das sugestões CMA011, CMA022, CMA026, CMA027, CMA030, CMA031, CMA038, CMA056, CMA064, CMA078, CMA080, CMA085, CMA087;

b) programação "214O – Gestão do uso sustentável da biodiversidade e recuperação ambiental – nacional", no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Unidade Orçamentária 44201, sequencial 2232, no valor de R$300 milhões, atendendo aos objetos das sugestões CMA001, CMA005, CMA021, CMA028, CMA029, CMA032, CMA055, CMA076, CMA081, CMA086;

c) programação "2518 – Apoio à pesquisa e ao monitoramento oceanográfico e climatológico da Amazônia Azul – Nacional", na Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, na Unidade Orçamentária 52133, sequencial 2412, no valor de R$20 milhões, atendendo aos objetos das sugestões CMA004, CMA033, CMA035, CMA044, CMA059, CMA073, CMA079; e, por fim,

d) programação "20V7 – Pesquisa, desenvolvimento científico, difusão do conhecimento e popularização da ciência nas unidades de pesquisa do MCTI – Nacional", no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – Administração Direta, Unidade Orçamentária 24101, sequencial 920, no valor de R$30 milhões, atendendo ao objeto da sugestão CMA060.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar as sugestões técnicas necessárias ao atendimento das normas aplicáveis ao Ploa 2022, bem como aquelas acertadas nesta deliberação, como a de valor. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Finalmente, sugerimos que a secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Era o que tínhamos a deliberar do relatório do Senador Veneziano, Sr. Presidente. Anexo ao relatório, está o quadro das sugestões de emenda dos Parlamentares cujos nomes citei no início da leitura do relatório, está anexado ao texto.

Então, é esse o relatório do Senador Veneziano, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito bem. Obrigado, Leila, pela exposição, e sempre à disposição para ajudar no processo legislativo, nas nossas Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acabou o Relator traduzindo a vontade da maioria das indicações dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Todo mundo sabe como é que os nossos Relatores trabalham nesse negócio de Comissão, porque eles acabam, como você viu, pelo número de emendas que a própria Relatora leu...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim. Oitenta e oito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Acaba-se, vamos dizer, escolhendo. Como nós só temos direito a quatro emendas nas Comissões, acaba-se pegando por maioria, conforme a iniciativa de cada Parlamentar, faz-se essa somatória e acaba-se extraindo a vontade da Comissão, no sentido de transformar essa importante conquista das Comissões na interferência da feitura do Orçamento da União.

Então, esse foi um avanço muito importante que nós construímos ao longo do tempo. Essas emendas de Comissões, emendas de bancada, tudo isso é o potencial e a capacidade que o legislativo tem de influenciar na feitura do Orçamento da União, além das emendas individuais, enfim, mas essas emendas de Comissão, diria assim, qualificam a intervenção do Congresso Nacional, através dos Parlamentares que estão alinhados em temas importantes.

Nesse caso, aumenta a nossa responsabilidade aqui na CMA, por causa do debate, inclusive, internacional sobre essa questão ambiental e a cobrança que existe sobre o Brasil nessa questão do desenvolver, mas desenvolver com alta sustentabilidade e a questão ambiental, já que, principalmente a Amazônia tem um papel fundamental no clima terrestre do nosso mundo. Então, o Brasil cumpre um papel muito importante porque fez parte ou está fazendo parte do debate da COP-26.

Parabéns, Leila! O seu relatório expressou exatamente essa responsabilidade e a vontade dos nossos Parlamentares que compõem a CMO.

Está aberta a discussão do relatório da Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, transformado em relatoria via um processo *ad hoc* da Senadora Leila Barros, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer favorável a quatro emendas de apropriação desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19/2021. As emendas vão a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a tratar, nós temos, conforme o art. 44, I, da resolução do Congresso Nacional de 2006, que as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou. Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 33ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata está aprovada, assim como as emendas, e serão encaminhadas à CMO.

Será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Portanto, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

Porém, peço aos companheiros que ainda estão dando quórum, nós temos outra sessão para aprovar dois requerimentos, o que faço logo imediatamente a esta reunião.

Convocada, portanto, esta reunião. Vamos aprovar como item 1 o Requerimento nº 60, da Comissão de Meio Ambiente, de autoria do Senador Jaques Wagner.

Eu subscrevo inclusive o requerimento para dar condições de aprovação, uma vez que é de iniciativa do autor, que, por causa de tarefas outras, está fora da reunião. Portanto, subscrevo.

Em função também da licença do Vice-Presidente, Senador Confúcio Moura, passo também a presidir esta sessão.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 60, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2.633/2020, que "altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências", com a convidada que relaciona.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nós propomos que a audiência pública tenha a presença da Sra. Cristina Lopes, representante da Coalizão Clima, Floresta e Agricultura, que é pesquisadora da PUC Rio de Janeiro.

Vocês sabem que há um projeto de lei já andando há algum tempo nesta Casa, se eu não me engano, de relatoria do Senador Carlos Fávaro, que trata de regulação fundiária. Como essa discussão tem diferenças regionais, por causa do bioma, enfim, e de problemas de conservação, de terras indígenas, esse tema é muito importante.

Como esse tema mexe com várias leis que já foram aprovadas no decurso dos últimos anos, então essa audiência pública é fundamental para, vamos dizer, haver uma sintonia, não só na questão ambiental, mas também com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Portanto, é uma audiência de fundamental importância para a gente qualificar a produção de legislação que possa solucionar os graves problemas da estrutura agrária do nosso País.

Em votação o requerimento.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não?

Em votação o requerimento apresentado.

Os Srs. e Sras. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A audiência naturalmente será organizada conforme a agenda organizada pelas duas Presidências das duas Comissões, CMA e de Agricultura.

Essa audiência será convocada para o dia combinado pelas duas Comissões, que estão propondo, me parece, até para amanhã. Não sei se estão viabilizadas para acontecer amanhã, conforme os dois Presidentes, que aliás estão chegando de viagem internacional, lá da COP, amanhã ou hoje à noite.

Requerimento de nº 61.

Requeiro... É porque eu também subscrevo, a autoria é do Senador Jaques Wagner.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 61, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de instruir o PL 2159/2021, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências", com o convidado que relaciona.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

Nós propomos a presença do Sr. Nilo Silva, especialista em sustentabilidade, direitos humanos e mudanças climáticas e, de novo, tem o mesmo objetivo do projeto anterior, que é uma sintonia nessa questão ambiental com a agricultura. Todos nós sabemos que há uma produção intensa da riqueza deste País através da agricultura, quer seja através do agronegócio, quer seja da agricultura familiar e, portanto, quando se trata de legislação nesse sentido, em atenção ao campo brasileiro, essa sintonia entre ambiente e produção no campo é fundamental para que a gente possa formular uma legislação que possa estar adequada à realidade do nosso País.

Para aqueles que querem discutir, está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A audiência também será organizada conforme a agenda das duas Comissões.

Portanto, ao mesmo tempo em que é urgente a audiência, nós queremos também aprovar a Ata que será encaminhada para as duas Comissões.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Portanto, estamos liberados, Senadora Leila Barros, para o Congresso Nacional, que tem projeto de PLN importante, Senadora, que trata, inclusive, de solucionar a crise do Ministério da Educação. Chamo a atenção para o PLN nº 31, principalmente, que assegura um remanejamento no orçamento para o Ministério da Educação para tratar de resolver o problema da crise não só da questão do Enem, que foi provocada aí com essa crise que V. Exa. já denunciou perante o Plenário, do Inep, mas também o atraso de pagamento de bolsas de estudos tanto nos mestrados quanto nos doutorados, que têm como cunho principal a preparação e a atualização dos nossos mestres das nossas universidades. Então, são cursos importantes e está atrasado, desde setembro, o pagamento da bolsa desses bolsistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, são matérias importantes, logo mais, no Congresso Nacional.

Com certeza, V. Exa. estará lá firme, atenta.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Com certeza, Sr. Presidente.

Estaremos juntos lá no fronte na defesa do PLN nº 31, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso aí. Vamos lá.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta reunião.

Obrigado.

Abraço a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (34ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (23ª REUNIÃO), EM 19 DE NOVEMBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às oito horas e dois minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e um, no Remota, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Esperidião Amin, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes e Luiz do Carmo. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (licenciamento ambiental)**, atendendo aos requerimentos REQ 46/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), REQ 61/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), e REQ 6/2021 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). **Finalidade:** Terceira audiência pública conjunta para debater o licenciamento ambiental e instruir o PL 2159/2021, de origem da Câmara dos Deputados, que "dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988". **Participantes:** Sra. Larissa Carolina Amorim dos Santos, Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura; Sr. Nilvo Silva, Especialista em sustentabilidade, direitos humanos e mudanças climáticas; Sra. Vanessa Prezotto Silveira, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Sra. Suely Araújo, Ex-Presidente do IBAMA e representante do Observatório do Clima. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro abertas a 34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que ocorrem conjuntamente.

O objetivo da presente reunião é a realização de audiência pública em atenção aos Requerimentos nº 6, de 2021, de autoria do Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e os de nºs 46 e 61, de 2021, de minha autoria, que objetiva instruir o PL 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605, de 1998, e nº 9.985, de 2000; e revoga o dispositivo da Lei 7.661, de 16 de maio de 1988.

Esta é a terceira audiência de instrução da matéria que, em ambas as Comissões, encontra-se sob a relatoria da Senadora Kátia Abreu.

Estarão conosco, no dia de hoje, de modo remoto, a Sra. Larissa Carolina Amorim dos Santos, Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura; o Sr. Nilvo Silva, especialista em sustentabilidade, direitos humanos e mudanças climáticas; a Sra. Vanessa Prezotto Silveira, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e a Sra. Suely Araújo, ex-Presidente do Ibama e representante do Observatório do Clima.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 20 minutos. Avisaremos quando estiverem restando dois minutos e, novamente, quando estiverem faltando 30 segundos.

Casos os participantes optem por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição.

Após a exposição inicial, será dada a palavra aos Senadores inscritos para a sua interpelação, em até cinco minutos. As inscrições podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise da matéria em questão.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo com todas as manifestações está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Bom, eu, antes de começar a própria exposição, quero só dizer que eu estou retornando, o Senador Acir Gurgacz já retornou também, da COP 26 e, provavelmente, na sessão de terça-feira ou na de quarta-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feira, eu pretendo fazer um balanço das nossas observações acerca da participação da sociedade civil, dos Senadores, da Comissão de Meio Ambiente, do Fórum da Geração Ecológica, da apresentação no âmbito da COP do Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa, criação nossa junto com Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas de outros países da América Latina, sob a coordenação e o suporte da Cepal.

E nós conseguimos já a adesão de Deputado inglês, de Deputado espanhol, já conversamos com Deputados franceses e, portanto, eu acho que o observatório tende a prosperar como mais um espaço de diálogo e de protagonismo parlamentar nessa questão tão emergencial e tão presente, que é a questão da mudança climática.

E, sobre ela, eu, como brasileiro e como Senador, como Presidente desta Comissão, só tenho a lamentar o fato de a gente acabar de voltar da COP – não vou fazer acusações – e, logo depois, ter os números de queimadas e de perda de florestas em pé batendo recorde no mês passado, segundo os dados do Inpe. Então, é mais um alerta para que todos nós, ou da classe política, ou da classe empresarial, ou do Executivo, despertemos definitivamente para a urgência e emergência dessa pauta que foi discutida. Aconteceram, na minha opinião, alguns passos positivos, apesar de serem muito aquém daquilo que nós entendemos necessário para garantir a vida no Planeta.

Mas passando diretamente, eu convido a Sra. Larissa Carolina Amorim dos Santos, Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério de Infraestrutura. Eu quero só dizer que, como sempre é um privilégio falar no final, na volta das falas, ou seja, nos encerramentos, nós inverteremos essa ordem e, portanto, quem falou por primeiro poderá falar por último, fechando a participação.

Sra. Larissa, V. Sa. tem até 20 minutos para sua exposição. Já está conosco a Sra. Larissa?

A SRA. LARISSA CAROLINA AMORIM DOS SANTOS – Bom dia, Senador. Estou aqui. Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim.

A SRA. LARISSA CAROLINA AMORIM DOS SANTOS – Bom, desculpa pelo atraso para entrar na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. Sem problema.

A SRA. LARISSA CAROLINA AMORIM DOS SANTOS (Para expor.) – Tive algum probleminha aqui com o Zoom, na hora de logar na reunião, mas acho que agora já foi sanado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos. Queria cumprimentar os colegas Nilvo e Suely, que é minha colega de longa data, foi minha chefe lá quando eu era diretora do Ibama, continuo sendo analista ambiental. Eu sou Engenheira Florestal de formação, eu sou analista ambiental desde 2011 e venho acompanhando toda essa caminhada do projeto de lei de licenciamento desde que ingressei no serviço público. Então, desde o início do Governo, 2019, eu estou trabalhando no Ministério da Infraestrutura, na Subsecretaria de Sustentabilidade, e também venho acompanhando a pauta do licenciamento, agora com foco mais na infraestrutura.

Então, vou passar um pouco das minhas percepções sobre o projeto que está tramitando aí agora no Senado, mas vou já adiantar que deixarei o foco mais relacionado à minha área de atuação, não vou entrar em alguns outros detalhes da lei, que eu sei até que são um pouco mais polêmicos, mas vou me ater principalmente à pauta da infraestrutura.

A gente teve um grande avanço com a aprovação da lei na Câmara e agora estamos com ela no Senado. Isso foi visto de forma bastante positiva pelo Governo, principalmente porque pela primeira vez eu acredito que dentro do Governo houve um texto que foi dialogado por todas as pastas: Economia, Ministério de Minas e Energia, MAPA, Ibama, ICMBio. Então, o Governo também se debruçou bastante sobre esse texto, sempre com a liderança da Casa Civil, e a gente conseguiu, dentro do Governo, construir um consenso para também levar as nossas percepções de Governo para o Legislativo. Isso eu já considerei um avanço porque dentro do próprio Governo a gente tem posições um pouco... que não concordam, não chegam a um consenso, e dessa vez a gente conseguiu alcançar esse consenso.

Pois bem, dentro do projeto de lei que a gente está discutindo agora, eu acho que o principal que a gente precisa ter é uma lei uniforme, única, para as três esferas, um único instrumento de licenciamento para evitar desgastes e gargalos que a gente tem atualmente. Então, eu, como analista ambiental e atuante nos processos de licenciamento, quando estava no Ibama, eu me via numa posição de muita insegurança como técnica, tendo em vista todo o rol que a gente tem de dispositivos infralegais: portarias, Conama, lei estadual, lei municipal, aquela ampla gama de normativos que o analista tem que levar em consideração quando está fazendo sua análise. E ter uma única lei, ter uma lei geral do licenciamento traz mais segurança técnica para quem está fazendo essa avaliação e também traz mais previsibilidade para quem está licenciando. Então, eu enxergo isso como um ganha-ganha. Essa lei está transitando aí, sendo debatida desde 2004 em todas as suas diferentes versões, e essa lei estar agora nesse estágio, esse projeto de lei estar nesse estágio, a gente enxerga isso de maneira muito positiva.

Bom, agora eu vou falar um pouco da minha percepção sobre o detalhe da lei. A primeira coisa que eu enxergo de forma muito positiva é que, quanto às tipologias de licença: licença prévia licença, licença de instalação, licença de operação corretiva, licença de adesão e compromisso, as licenças híbridas – LP/LI; LI/LO – não existia, não existe atualmente na legislação nenhum dispositivo que defina a tipologia dessas licenças. E aí, o que acontece? Você tem uma gama enorme desses tipos de licença, cada Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz a sua, cada órgão ambiental cria uma, cria um nome, e isso traz dificuldade às vezes até na percepção do processo de licenciamento ambiental, que não é um processo simples, não é um processo raso, e há várias tipologias de licença diferentes. Então, isso eu também considero um avanço na legislação. Eu acho que essas tipologias, essas categorias de licença têm que estar de forma bastante clara, também para trazer segurança para o empreendedor e para o corpo técnico que avalia essas licenças.

Outro ponto que eu entendo muito pertinente é a questão dos intervenientes. A gente tem atualmente a regra da Portaria 60, de 2015, que diz quando e como os envolvidos no processo de licenciamento – Palmares, Funai, Iphan e Secretaria de Vigilância Sanitária – devem ser ouvidos. E essa legislação abrange alguns empreendimentos e apenas empreendimentos licenciados no âmbito federal. Daí a gente tem encontrado alguns gargalos em licenciamento estadual e licenciamento municipal que não aplicam a Portaria 60, por ela não ser afeta eles, e a gente tem alguns disparates quando você troca de esfera.

Aqui eu cito o exemplo da duplicação de uma rodovia de aproximadamente 20km em que o órgão estadual não definiu o raio de abrangência para a consulta de comunidade quilombola, e basicamente foram todas as comunidades quilombolas do Estado. Então a gente tinha que consultar mais de 80 comunidades quilombolas para conseguir fazer a duplicação desse trecho dessa rodovia, o que acabou tornando todo o processo inviável. Ainda que a gente justificasse que existia a Portaria 60, ainda que a gente tentasse negociar, o órgão licenciador disse: "Aqui no nosso Estado, a gente não tem normativo sobre isso, a gente vai consultar todas as comunidades quilombolas". Aí isso dificultou muito, e acabou que a gente não conseguiu dar andamento a essa obra, tendo em vista a discrepância entre o adotado pelo órgão licenciador estadual e o que se utiliza na esfera federal, que é o *buffer* de 10km.

Pois bem, eu acho que esses dois pontos são bastante importantes.

Para a parte de infraestrutura, a gente tem dois dispositivos que são muito relevantes. Um está no art. 8º, das dispensas, que trata da dispensa de licenciamento para obras de manutenção em rodovias, de manutenção e melhorias em rodovias. Esse é o nosso grande gargalo. A gente já trabalha com um orçamento extremamente enxuto, e são obras com impacto praticamente insignificante. E não ser exigido o licenciamento não significa que outras legislações e os cuidados ambientais não serão tomados. A gente tem a portaria do Profas que regra isso hoje. E a gente tem um grande gargalo com o órgão licenciador federal, que não tem braço operacional para conseguir conceder as autorizações e as licenças necessárias para a execução dessas manutenções. São obras simples, são obras que, se não executadas, acabam gerando um impacto ambiental muito maior, como limpeza e manutenção de obra de arte especial, limpeza e manutenção de viadutos e pontes, recomposição da capa asfáltica, poda na faixa de domínio para conseguir deixar as placas visíveis, de maneira adequada. Então são pequenas obras, são obras necessárias e rotineiras, e a sua não execução acaba sendo mais danosa ao meio ambiente do que a sua execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que a gente vem debatendo sempre é exatamente isto: não é porque a gente tem a isenção do licenciamento que todas as regras e cuidados ambientais não vão se aplicar. Eu sei que esse é um ponto bastante sensível da lei. O pessoal costuma dizer que é um cheque em branco, que são obras que deveriam ser licenciadas e que viraria um oba-oba, mas a verdade não é essa. A gente já tem um arcabouço legal robusto, já existe a necessidade de autorização de supressão de vegetação, em atendimento ao Código Florestal. O que existe ali são ações, pelo menos na parte de infraestrutura, em que o impacto é praticamente nulo ou insignificante ou inexistente. E a ausência, ou a impossibilidade de efetuar essas ações acaba trazendo mais danos ao meio ambiente do que a sua execução.

Outro ponto que eu acho muito importante é a Licença por Adesão e Compromisso, e eu também entendo que é um ponto polêmico, que muitos Estados já fazem, que o Distrito Federal já faz. São obras em que o órgão licenciador já tem o conhecimento, já tem o *know-how* técnico para entender e definir quais são as medidas mitigadoras que têm que ser aplicadas para aqueles casos. Obviamente que a LAC não se aplica a todos os empreendimentos e obviamente ela deve ser trabalhada com cautela, ou seja, o órgão licenciador vai definir para quais casos é possível aplicar a Licença por Adesão e Compromisso, e que fique claro que tem que ser em empreendimentos em que os impactos e as medidas mitigadoras já são conhecidas.

Então, eu acredito que a gente ainda vai debater bastante essa lei, são muitas audiências que está havendo. É um tema denso, é difícil colocar aqui tudo em apenas 20 minutos, mas essas são as minhas percepções enquanto analista ambiental, enquanto Subsecretária de Sustentabilidade pelo Ministério da Infraestrutura.

Eu espero ter contribuído, Senador. Obrigada mais uma vez pelo convite, pela oportunidade de estar aqui. Devolvo a palavra ao senhor e me coloco à disposição para o debate, para tirar eventuais dúvidas que tenham ficado na minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só quero lhe dizer... Primeiro, obrigado, Larissa, pela sua contribuição, principalmente sendo uma pessoa que vem de um órgão como o Ibama, com a sua formação. Eu acho que tudo depende da posologia. Eu aqui fui Governador e nós adotamos a LAC. Eu acho que o problema é saber como é que a ferramenta é usada, como outras ferramentas. Tudo que você cria muitas vezes – vou chamar genericamente – para o bem ou para facilitar e agilizar, sempre haverá alguém que vai usar de uma forma escusa, mas isso é em geral. Então, é óbvio que a gente tem que botar pesos e contrapesos para poder garantir que a gente tenha o que a gente quer: um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, entre desenvolvimento e sustentabilidade. Nada funcionará se eu não tiver o que eu chamo de tripé: sustentabilidade econômica, social e ambiental – uma sem as outras duas não vai bem.

Eu queria lhe agradecer, até porque você não usou os seus 20 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin, V. Exa. pediu a palavra e V. Exa. tem a palavra. É só abrir seu som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Seja bem-vindo ao Território brasileiro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já há uma semana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – A sua falta, a falta foi tão grande que uma semana não bastou para supri-la.

Eu queria cumprimentar também a Dra. Larissa e queria fazer apenas uma especificação da sua lúcida intervenção. O que eu acho mais dramático nisso aí é essa questão de contingenciar obras de manutenção e melhoria a uma série, que às vezes é infindável, de consultas. Então, eu queria focalizar exatamente isso. Obra nova é um capítulo; agora, adequação, até de segurança no trânsito, de rodovias federais, submetê-las à controvérsia, submeter uma obra dessa magnitude, digamos, reduzida, a uma série infindável de consultas é uma perversidade com a vida humana, além das questões de escassez, de orçamento apertado com o qual se trabalha.

Então, eu queria que ela especificasse um pouquinho mais a clareza que se deve dar a esse dispositivo, ou seja, a facilidade que nós temos obrigação de propiciar para obras que não mudam a concepção de um ativo rodoviário, digamos, de uma rodovia já implantada. Quer dizer, esses melhoramentos, na minha opinião, devem ser objeto da avaliação mais expedita possível, no prazo, até com dispensa de consulta, e numa responsabilidade técnica! Se um profissional assina a responsabilidade técnica, ele é ciente dos cuidados que ele deve ter.

Então, em síntese, como deixar bem clara a facilitação dessas intervenções que ela considerou manutenção e melhoramento – terceira faixa, por exemplo, de uma rodovia. É um caso do nosso momento catarinense. Nós temos a Rodovia 282, que sai aqui da capital e vai para o interior do Estado – é a nossa coluna vertebral –, que deve merecer obras de terceira faixa, não é nem de duplicação, obras que são essenciais para a segurança. E com a formação – é uma área em declive ou aclive, como queira – e aquela agonia do motorista de ultrapassar o caminhão que está à sua frente, aquela coluna, aquela comitiva que fica atrás, é a grande matriz de acidentes dramáticos.

Então, está difícil de arrumar dinheiro. Nós estamos conseguindo dinheiro do Governo do Estado para fazer essa terceira faixa de rodovias federais. E aí fica esbarrando num processo de consulta e licenciamento muito demorado, muito complicado, numa obra que não vai ter a sua geometria, no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de direcionamento, nem mesmo de faixa de domínio, alterada. Para isso é que eu gostaria de uma precisão maior, uma clareza maior do que é a forma expedita desse licenciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Espiridião, eu vou pedir vênia a V. Exa. e pedir à Dra. Larissa, é só porque há três outros expositores. E aí, ao final, ela toma essa já como a primeira demanda de um Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E talvez os outros possam também abordar esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... até de maneira contraditória. Não importa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E eu também já estava com saudade da inteligência das suas intervenções.

Eu peço então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu me animo a participar de uma reunião que é presidida por V. Exa. Isso mostra a grande afinidade entre os dois lados do Rio Jordão.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E mostra quanto preconceito existe contra os baianos, porque hoje é sexta-feira, e eu saí de casa faltando 15 minutos para as 7h da manhã. Já dei uma entrevista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há controvérsias. Há quem diga que o senhor ainda não foi dormir. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah!

Eu passo a palavra para o Sr. Nilvo Silva, especialista em sustentabilidade e direitos humanos e mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. dispõe de vinte minutos. Se quiser compartilhar a tela para alguma exposição, pode ficar também à vontade.

Nilvo Silva, com a palavra.

O SR. NILVO SILVA (Para expor.) – Obrigado. Bom dia, Senador. Bom dia, Senador Esperidião Amin, Larissa, Suely, Vanessa e aqueles que estão nos assistindo, nos ouvindo nesse debate sobre a lei geral do licenciamento.

Em primeiro lugar, eu só queria me apresentar um pouquinho melhor e dizer de onde é que eu estou fazendo essas considerações sobre licenciamento ambiental. Eu fui dirigente de órgãos de licenciamento em nível municipal, em nível estadual, presidi por duas vezes a fundação de meio ambiente no Rio Grande do Sul, que é o órgão de licenciamento do Estado, e fui Diretor de Licenciamento do Ibama. Fui também funcionário do órgão das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Quênia. Portanto, eu falo como uma pessoa que viveu o licenciamento nos três níveis da Federação e que também viveu uma experiência das grandes políticas ambientais no nível internacional e que acompanha o que acontece hoje no nosso planeta, como Senador Wagner, que acabou de voltar da COP 26.

Um outro aspecto que eu queria dizer é que, obviamente, nesse tempo todo de trabalho em órgãos de licenciamento, acompanhei também diretamente, participei de uma diversidade de audiências públicas sobre a regulamentação federal do licenciamento, no âmbito do Conama, no âmbito do Congresso, muitas audiências públicas, e agora, pela primeira vez, uma audiência pública aqui no Senado. Então, é um tema que acompanho há muito tempo e, por isso, é dessa perspectiva que eu faço as minhas considerações aqui. É uma lei com muitos pontos. Eu selecionei apenas alguns que eu considero mais relevantes.

Em primeiro lugar, essa lei se dispõe essencialmente a regulamentar o inciso IV do art. 225 da Constituição Federal. E o que diz esse artigo? Ele diz que é preciso estudos de impacto ambiental para empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. Basicamente isso trata dos casos em que impactos são maiores, são significativos, em que é preciso um estudo de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

Bom, então uma das questões centrais, que tem sido um motivo de enorme judicialização, é exatamente o que é significativa degradação ambiental, o que é impacto ambiental significativo. O que diz a lei sobre isso? Nada. A lei não só não estabelece o que é impacto ambiental significativo, mas também não propõe nenhum critério para que isso aconteça. O que ela faz na verdade? No art. 17, §4º, ela diz que será exigido estudo de impacto ambiental quando a autoridade licenciadora considerar que a atividade ou empreendimento é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, ou seja, ela remete uma definição constitucional para a definição da autoridade licenciadora – quase 6 mil Municípios, 27 Estados e a União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o projeto de lei transfere a regulamentação do art. 225 para os órgãos licenciadores, individualmente. Então, deste ponto a gente não pode sequer chamá-la de uma lei geral. Ela é uma lei que, na verdade, se omite de ser geral. É uma lei que transfere a regulamentação para cada órgão, não é nem para os entes da Federação. Aí nós poderíamos pensar nas Assembleias Legislativas ou, então, nos conselhos estaduais; ela transfere diretamente para as autoridades licenciadoras. O mesmo vale para o art. 21, quando ela fala dos casos de LAC.

Então, uma das condições para a LAC é que ela não seja causadora de significativa degradação ambiental. Depois a gente vai discutir se isso é um bom critério para definir o que pode ser autolicenciado, mas ela transfere, ela diz, então, que se deve fazer uma lista de atividades definindo para cada ente federativo quais são as tipologias que vão ser *a priori*... Então, ela transfere os dois casos, o que é significativo para uma escolha, não só uma escolha absolutamente descentralizada... Não é descentralizada, é fragmentada, na verdade, não é? Mas ela não propõe nenhum critério, é a consideração dos órgãos licenciadores; o critério não está estabelecido.

E aqui eu quero dizer que, do ponto de vista internacional – e eu vou usar aqui os critérios do Banco Mundial, para não usar critérios de órgãos ambientais –, esse primeiro trabalho de triagem que definiu o que tem alto impacto e o que não tem alto impacto é uma das fases mais cruciais do processo de avaliação de impacto ambiental e licenciamento. E sobre isso o PL absolutamente não só é omisso, como remete, fragmenta para quase mais de 6 mil órgãos independentes. Então, a gente vai contra a construção da Federação e cria, na verdade, uma assembleia de entidades absolutamente independentes, que não seguem regras comuns nem critérios comuns. Então, ao contrário daquilo a que a lei se propõe, que é eliminar a quantidade de regras diferentes e perspectivas diferentes sobre licenciamento, na verdade ela estimula, não é? E a lei no mínimo deveria propor critérios para considerar o que é impacto ambiental significativo.

E, para usar os critérios dos bancos multilaterais, que são considerados boas práticas internacionais, eu vou citar aqui alguns casos em que haja o impacto em hábitats críticos e que afetam a conservação da biodiversidade – e a gente sabe muito bem, no Brasil, quais são as áreas importantes e cruciais para a biodiversidade. Onde haja reassentamentos involuntários; deslocamento econômico de populações por restrição de acesso ao uso de recursos, principalmente por populações indígenas e tradicionais; serviços e ecossistemas prioritários, por exemplo, empreendimentos que possam afetar o abastecimento de água por consumir muita água, por contaminar a água, são casos que demandam avaliação de impacto ambiental. Mudanças climáticas, evidentemente, e emissão de gases de efeito estufa e desmatamento são critérios mais do que básicos. E eu cito, ainda, segurança e saúde de comunidades, por exemplo, em relação à contaminação ou em relação a desastres. São todos casos, são todos critérios que são utilizados para definir o que é impacto ambiental significativo. A lei não diz nada sobre isso. Então, é preciso que a lei dê um critério, no mínimo, um critério comum para todos os entes da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federação. Caso contrário, é uma absoluta fragmentação do licenciamento ambiental no Brasil; é o contrário daquilo a que a lei se propõe.

Além disso, essa fase inicial é tão importante que, em nível de boas práticas internacionais, demanda publicidade. O órgão que define o nível de risco do projeto através desses critérios tem que dar publicidade e justificar por que ele está pedindo EIA/RIMA ou não está pedindo EIA/RIMA, de tão importante, porque essa fase estrutura totalmente o licenciamento. Aí eu volto para a consideração do Senador Esperidião Amin de que um critério básico do licenciamento é: o rigor dos estudos técnicos e dos procedimentos tem que ser proporcional ao risco do projeto. Um projeto que não tem impacto tem que ser licenciado de forma muito simples – se não tem impacto, aliás, não precisa ser licenciado –; se tem baixo impacto, os procedimentos têm que ser simples. Então, essa proporcionalidade é a questão mais central e é definida no começo, quando se vê, quando se analisa preliminarmente quais são os riscos que esse empreendimento ou atividade acarreta. E a lei – repito – é omissa sobre isso. Então, ela não define o essencial e joga a definição para essa fragmentação absoluta.

O que significa jogar para a Federação? Significa que a gente está aumentando o nível de fragmentação, mas há outra coisa também, Senadores, que é uma reclamação constante dos meus 30 anos de licenciamento e que a Larissa falou, que é o tal "cipoal de regras". O nome técnico que o pessoal tem dado na discussão é "cipoal". Como é que eu navego esse conjunto enorme de regras diferentes de Estados, Municípios e União? Bom, se eu não defino uma regra geral e jogo para cada ente da Federação ou às vezes para o próprio órgão licenciador definir as regras e os critérios, isso só vai se agravar. Então, a lei, além de fragmentar, cria um conjunto enorme de regras desconexas a critério de cada órgão licenciador em cada Município, nos quase 6 mil Municípios em cada Estado e na União.

Portanto, o princípio da Federação, que está estabelecido na Lei Complementar nº 140, de cooperação entre os entes da Federação, desaparece aqui. Na verdade, o que a lei faz é o contrário da cooperação; ela está estimulando muito mais a competição entre os órgãos da Federação, que podem, sim, mudar seus critérios de aprovação de projetos em função da necessidade econômica do Estado. Isso acontece, e essa lei estimula isso. Nós queremos uma lei que não estimule isso, que proteja os técnicos. Isso aqui coloca os órgãos licenciadores individualmente numa enorme posição de vulnerabilidade e de pressão.

Outra coisa que a gente faz, jogando diretamente para os órgãos licenciadores, é aumentar a discricionariedade dos órgãos licenciadores, que é um outro tema de constante reclamação de empreendedores. Então, nós estamos dizendo que essa lei está recheada de: "a critério da autoridade licenciadora"; "a autoridade licenciadora pode, mediante decisão motivada"; "salvo deliberação da autoridade licenciadora"; "definidos pela autoridade licenciadora de forma motivada". É uma lei geral que joga definições para a autoridade licenciadora individual. Está cheio disso nesse projeto! Então, esse problema da fragmentação da discricionariedade é um problema sério da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão importante diz respeito à definição... O que regra o processo de licenciamento é o nível de impacto ambiental. Isso define os procedimentos de rigor. E esse projeto substitui o impacto ambiental por tipologias de atividades, que *a priori* poderiam ser isentas ou licenciadas através de processos simplificados. O problema é que a lei retirou totalmente o conteúdo. Esse projeto de lei trata somente de procedimentos. Licenciamento é procedimento e conteúdo. Não há conteúdo ambiental dentro desse projeto de lei.

Então, o projeto remete novamente para os entes, em cada Município, em cada Estado e na União, para definir as tais tipologias que devem ser licenciadas, mas é impossível saber o impacto ambiental só sabendo tipologia. Existem tipologias de usinas nucleares que, em qualquer situação, trazem um risco tão grande que elas precisam ser licenciadas por EIA/RIMA, mas a grande maioria dos licenciamentos não tem essa clareza; é uma composição entre o tipo de atividade, a tipologia e o local onde ela vai ser colocada. A pavimentação de uma rodovia existente na Amazônia é uma coisa. A pavimentação de uma rodovia existente numa área completamente urbanizada é outra. Então, essas coisas são absolutamente incomparáveis. Por quê? Porque o projeto exclui ou equivale tipologia como se isso fosse impacto ambiental. Impacto ambiental depende do meio ambiente e depende do que a gente está fazendo. Uma quadra de tênis colocada no lugar errado pode causar enorme impacto ambiental. Um parque eólico, que é uma coisa desejável inclusive, é uma coisa que nós temos que estimular, se implantado no local errado pode causar um enorme impacto ambiental. Nós já indeferimos várias usinas e parques eólicos em localizações impróprias no Rio Grande do Sul na época em que dirigíamos a instituição. Isso não prejudicou, inclusive, a expansão da energia eólica no Estado; muito pelo contrário. Então, direcionar as atividades para áreas com um enorme risco ou para pedaços de território já transformados, já ocupados, é parte do trabalho de licenciamento, e para isso é preciso regras que envolvam também território, não só tipologia.

Então, é impossível estabelecer isenções de qualquer tipologia *a priori,* porque o impacto, que é o critério central do licenciamento, depende de localização. São só a combinação de tipologias de atividades e localização que permite ao órgão licenciador isentar. Então, o projeto, apesar de ser supergenérico, é específico nas isenções e parte dessa equivalência equivocada entre tipologias e impacto ambiental; são coisas diferentes, não é?

Então, tanto os critérios para LAC quantos os critérios para isenção são critérios que levam em consideração apenas parte do problema. Qual é o problema então, Larissa, sobre LAC, que eu acho que é um problema importante? O critério básico para LAC está muito em cima, que é não ser de significativo impacto ambiental. Apesar de esse critério não estar definido – a gente não sabe o que é, ninguém sabe o que é porque vai ser definido pelos Estados, pelos Municípios e pela União, nós não temos como saber –, esta é a minoria dos licenciamentos: são grandes obras de infraestrutura com grande impacto ambiental, são hidroelétricas, são grandes rodovias, são ferrovias. Do ponto de vista do trabalho dos órgãos licenciadores, isso é uma grande minoria. Então, a grande maioria dos licenciamentos do Brasil cairia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como está no projeto, dentro da possibilidade de um autolicenciamento. Isso significa transformar o Brasil...

E aqui eu quero dizer o seguinte. É claro que existem casos como o que Senador levantou, um caso aqui pontual, e ninguém defende que coisas simples sejam licenciadas de maneira complicada. Agora, nós estamos falando aqui do Brasil, da proteção do enorme patrimônio ambiental que nós temos no Brasil e que vai ser jogado num projeto de lei que... A gente não está tratando de duplicação de pequenas rodovias, a gente está olhando para tudo aqui. Esse projeto trata desde as grandes rodovias na Amazônia até o licenciamento municipal pequeno, entende? Então, eu não posso fazer... A barra foi jogada muito para baixo nesse projeto. Então, ele, de fato, na minha opinião é um retrocesso do ponto de vista das salvaguardas ambientais. Ele simplifica, mas simplifica retirando proteções. Bom, se eu tiro parte do problema da equação realmente eu simplifico, mas eu simplifico de uma maneira um pouco estranha, não é?

Uma outra coisa que o projeto faz é pedir às entidades envolvidas... Eu já falei que o conteúdo ambiental foi retirado: esse projeto não trata de conteúdo, ele só trata de processo, o que é um problema, pois joga todo o conteúdo para cada ente da Federação, fragmentando, como eu falei antes. Não existe conteúdo nenhum, não existe meio ambiente nesse projeto de lei, não existe biodiversidade, não existe floresta, não existe água. Não foi feita uma menção a isso, porque é totalmente procedimental. Todas as definições cruciais são jogadas para cada ente da Federação. Então, ele esvaziou isso, mas também esvazia outras coisas importantes como, por exemplo, eximir do licenciamento certidões municipais e outorgas que, na verdade, são essenciais para saber se um projeto é viável ou não. O licenciamento prévio é o que avalia a viabilidade, e eu digo que o licenciamento independe da certidão de uso do solo do Município? Ou seja, eu tenho que saber se o projeto é viável. Eu não tenho como... É mais um esforço para retirar conteúdo.

Outro conteúdo que retira é o conteúdo de direitos. Como é que o licenciamento não vai estar vinculado à proteção de populações indígenas, quilombolas, patrimônio cultural e à saúde? Como é que não? Existe jurisprudência sobre isso. Então, por que nós estamos indo por este caminho? É uma pergunta que eu me faço. Há tantos caminhos possíveis, a gente tem tanta capacidade instalada no Brasil, nos órgãos licenciadores, por que nós estamos indo forçando uma simplificação que não existe, que afronta a realidade? Não só afronta a realidade como afronta o marco jurídico e a jurisprudência sobre o tema das isenções, sobre o tema das entidades que tutelam bens importantes e que protegem direitos.

Então, esse é um projeto genérico. Eu não chamaria de uma lei geral, mas de uma lei genérica de licenciamento, totalmente procedimental, que simplifica ao custo de corte de direitos e cortes de proteções e autoriza e estimula um grande retrocesso na prática do licenciamento no Brasil. Se isso vai acontecer ou não, a gente não sabe, porque vai depender de cada ente da Federação, mas ele autoriza, abre a porta e estimula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é grave nisso é que, uma vez aberta essa porta, vai ser muito difícil fechar. As repercussões vão ser grandes. E aí eu concluo dizendo o seguinte: esse projeto claramente, e não é difícil perceber isso, abre essa porta, vai ter consequências importantes e vai ser difícil retroceder, recuperar o que a gente vai perder em termos de proteção ambiental e, portanto, de degradação com esse PL.

O momento em que a gente está discutindo... Nós discutimos desde 2004 – mas foi muito antes, Clarissa, dentro do Conama, foi muito antes essa discussão da lei geral – e, em geral, nós temos acordo, a gente não quer complicar o que é simples. Agora, ela chega num momento em que é uma lei que tem que olhar para o futuro: nós estamos discutindo mudanças climáticas, a gente está vendo o momento em que a gente está, nós estamos vendo a pressão internacional sobre o Brasil no que toca, por exemplo, ao controle da destruição da Amazônia, e aí nós abrimos exceção, num artigo para pavimentação em aberto de rodovias existentes, o que está lá na Amazônia?

Este é um momento em que a União Europeia está dizendo que vai controlar a importação de *commodities* baseada na sua ligação com o desmatamento ilegal e legal. Então, nós estamos vendo um movimento internacional em que, independente da legislação doméstica, os critérios vão ser estabelecidos lá fora. Se a legislação doméstica é muito ruim, o que ela faz? Ela desprepara a economia do País para entrar na economia internacional. Então, do ponto de vista econômico, esse PL facilita demais as coisas, mas não está olhando para a realidade. Um PL geral sobre licenciamento neste momento não só tem que criar regras, estabelecer critérios mais rígidos para aplicação em todos os entes da Federação, mas tem que olhar para o futuro.

Existem PLs, só para complementar, Senador, PLs anteriores que foram discutidos na Câmara, os primeiros PLs de lei geral, que trazem esses critérios que eu mencionei aqui, que definem o que é impacto significativo. Então, nós retrocedemos nas discussões. E aí, Senador Amin, na minha opinião, esse PL vai criar mais confusão do que nós temos hoje, vai criar mais conflito entre entes da Federação e vai criar mais conflitos judiciais, porque ele está se omitindo de definir os critérios que, na verdade, resolveriam parte dos conflitos que nós temos hoje, e é só no procedimental que ele visa tratar do conteúdo de meio ambiente. Então, basicamente é isto: não acho que ele moderniza; eu acho que ele retrocede, na verdade. (*Pausa.*)

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Estamos sem áudio, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É porque, em respeito a cada um que fala, eu fecho meu áudio.

Eu já vi, Esperidião, o seu dedinho e sua mão levantada.

Mas eu queria lhe dizer: eu, que fui Governador e, como já lhe disse, trabalho muito com conceitos da Cepal – sustentabilidade que eu chamo tripartite –, resumiria dizendo que é preciso – vou chamar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim – simplificar sem precarizar, porque, senão, sob a desculpa sempre de simplificação, a gente acaba precarizando e ajudando eventual degradação.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. quer fazer o comentário agora ou pode esperar o total? (*Pausa.*)

Quer fazer agora, então? V. Exa. tem a palavra. É só abrir seu som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Apenas desejo adicionar ao que eu falei a propósito daquela intervenção específica da Dra. Larissa... Quero cumprimentar o expositor Nilvo – acho que ele deu uma abrangência muito consistente à sua avaliação – e quero acrescentar ao que eu falei que eu reconheço a subjetividade dessa delegação. O Nilvo falou sobre essa confederação que nós teríamos de entendimento. Então, eu acrescento duas expressões. Primeiro, esta subjetividade, que tem a pretensão, evidentemente, de simplificar, precariza, como o nosso Senador Jaques Wagner usou a expressão que ele usou – precariza –, e torna vulneráveis essas autoridades dos entes federados – Municípios e Estados –, porque, quando você torna a deliberação subjetiva a pretexto de simplificar, você retira critérios objetivos, amplia a gama de subjetividade e torna vulnerável a autoridade local. Se o servidor de carreira não faz, eu nomeio um comissionado para fazer. É isso que na prática acontece e isso vai tornar mais precária a atividade como um todo.

E o que eu peço tanto à Dra. Larissa quanto ao Nilvo: apresentem critérios de objetividade. Eu reconheço, é subjetivo deixar para a autoridade local avaliar a magnitude, mas nós temos que propor critérios objetivos. Se nós não propusermos critérios objetivos, nós vamos continuar procurando a via da simplificação, correndo o grande risco de precarização.

Eu só gostaria de refutar também, para concluir, que, se a União Europeia, se os países ricos dessa COP 26 acham que têm autoridade política para forçar critérios para um país como o Brasil, nós temos que repelir isso da maneira mais debochada possível. As decisões dos ricos, nessa COP 26, beiram ao ridículo e à prepotência. Então, critério a mais ou a menos para comprar o que é nosso é problema deles. Querem aumentar o subsídio da vaca suíça para produzir leite? Podem aumentar à vontade, o dinheiro é deles. Mas eu acho que essa COP 26 desmascarou tanto a União Europeia quanto os Estados Unidos da América e a China. Desmascarou! Esse é o meu balanço. Não quer dizer que nós temos que rumar para uma suma ilegalização, não é isso. Agora, rédea lá fora, Nilvo, numa linguagem gauchesca, rédea lá fora, *nicht*, aqui não! Eles que vão montar no deles, para usar uma linguagem gauchesca que você deve conhecer. Nós somos, nesse ponto, como se diz aí na sua terra, redomão.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixe-me só fazer um comentário, Senador Esperidião, para agregar. Evidentemente que nós somos pela soberania e autonomia dos povos e das nações e concordo quando V. Exa. coloca que não é quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

degradou e quem não aceitou reduzir mais ainda ou extinguir por exemplo carvão e etc., a despeito de que em Santa Catarina eu sei que isso é um ido, eu digo, dos ricos, que poderá impor.

A única preocupação que eu queria revelar, como V. Exa. revelou ao adotar um simplificar sem precarizar, longe de mim imputar isso a V. Exa., porque é das pessoas que eu considero com maior bom senso, porque para mim a figura principal da vida pública é bom senso, porque o conhecimento sem bom senso não serve para nada... Mas o que eu queria dizer, sem imputar a V. Exa., é que o que a gente não pode admitir é que alguns de nossa terra digam o seguinte: "Eu faço aqui do jeito que eu quiser!". Tudo bem, mas... É isso. É só para dizer... Eu sei que não foi isso que V. Exa. colocou, mas estou dizendo que seguramente alguém poderá pegar as palavras e dizer: "É, estou com ele; vá catar cavaco lá na sua terra e aqui...". Bom, aí também não... "Ah, eles depredaram, nós vamos depredar também!". Aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ah! Não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. É claro que não é isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não chega a ser uma ordem a Frank Sinatra e a My Way. Não chegamos a esse ponto.

Um abraço. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Luiz do Carmo, V. Exa. pede a palavra, pois não.

Eu só queria lembrar aos Srs. Senadores que me alegram muito de participar que nós ainda temos duas expositoras para completar a lista de convidados, mas V. Exa. tem a palavra, é só abrir seu som, Senador Luiz do Carmo. É preciso abrir seu som.

Está o.k.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar.) – Muito obrigado a todos vocês, muito obrigado ao Amin, ao Presidente e a todos os participantes aqui desse debate.

Eu mexo muito aqui com o meio ambiente em Goiás. O que eu acho que nós temos que fazer? Nós temos que facilitar para as empresas se movimentarem. Aqui em Goiás, eu estou falando do meu Estado, há licença ambiental que tem dois anos, coisa simples, e não sai; não sai de jeito nenhum. Então, nós temos que facilitar. O que, no meu critério, nós temos que fazer? Uma coisa prática, uma coisa prática! Vocês são técnicos e estudam, parabéns para vocês. Querem conservar a Amazônia? Parabéns. Querem conservar o Cerrado? Parabéns. Mas o Brasil não pode ficar dependendo de muita coisa para trabalhar, nós precisamos gerar emprego. E também não é só gerar emprego, o empresário precisa ter lucro, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou falar só do emprego, vou falar do empresário também. Qual o critério que eu acho que a gente tinha que colocar: dar seis meses para os órgãos ambientais darem a licença ambiental e, a partir daí, que o engenheiro ambiental, o engenheiro florestal que está com o projeto assuma o risco. Um médico que opera uma pessoa não assume o risco, ele não é um profissional nisso aí em que é muito mais difícil, se ele errar, para recuperar? Então nós temos que pegar o profissional capacitado que possuímos hoje no Brasil, que não faz parte, talvez, do sistema estatal nosso, mas que ele esteja responsável por isso. Nós não podemos é ficar a critério seis meses, um ano, dois anos para a gente investir. Não podemos ficar a esse critério. Então, é fácil nós debatermos e acharmos um critério justo.

Olha, o Amin falou certinho. Há uma estrada que precisa ser duplicada. Vai ser realmente complicado para abrir aquela estrada, mas não pode conservar em outro lugar? Não pode? Por exemplo, o Lula fez uma coisa interessante: você não podia detonar uma caverna de jeito nenhum. E é lógico, não podia fazer, uma caverna pequena, não era essas coisas não. O que ele fez? Se você tem – eu estou falando de calcário – uma caverna pequena, vai lá, não tem muita coisa, você conserva duas, certo? Foi um jeito bom que ele fez para o meio ambiente.

Então é conversar, mas eu acredito no profissional. O profissional que fez um processo para a licença ambiental conhece a regra do jogo, é ele quem assina, ele é o responsável. O contador não é responsável pela minha empresa, agora que nós conseguimos tirar? Se uma empresa é fechada, o contador não é responsável? Quem está fazendo o processo também tem que ser o responsável por isso, nós temos que acreditar nas pessoas. Uai, se a pessoa não fez de acordo com a lei, vamos puni-la.

Eu só sei que nós temos que fazer esse debate bem-feito, organizado e eu estou certo com o Amin e você também. O que acontece lá na Europa? Eles têm o critério deles. Não é que nós vamos destruir porque eles destruíram, não. Eles têm o critério deles. Agora que eles estão ricos, estão tranquilos, e o Brasil precisa se desenvolver, dentro do critério correto, nós não podemos fazer? O que aconteceu? A China não compra coisa nossa porque há um problema, o outro não vai comprar porque há um problema ambiental. Nós não podemos, nós temos que ser independentes. Nós precisamos ser um País que olha para frente. É lógico que nós, brasileiros, sabemos conservar o meio ambiente.

Você, por exemplo, foi Governador da Bahia. Como você falou, você fez a coisa certa lá, está fazendo! Então, você é um brasileiro que tem noção. Eu só tenho medo de nós ficarmos só trabalhando para ficar agradando a Europa, os Estados Unidos e outros países. Nós não podemos focar isso, temos que focar primeiro o que é nosso. A Amazônia não se pode desmatar; o Cerrado, pode; a Mata Atlântica, não pode! O.k.! Vamos adotar um critério, mas para nós. Aí o critério é ver se compra ou se não compra e se vamos desenvolver.

Mas eu insisto: nesse projeto, vamos pôr a responsabilidade técnica de alguém que é responsável. E, se o Governo, a estatal não der a licença em até seis meses, dentro do critério estabelecido – é lógico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, em toda regra, há exceção –, automaticamente, a licença está concedida. O Governo não pode demorar um ano ou dois anos para dar uma licença ambiental. Isso não tem jeito! Ou ele nega, ou dá!

Essa é a minha palavra. O debate é saudável. E vamos trabalhar! Com o trabalho, conversando, resolve-se qualquer coisa no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Luiz do Carmo, pela sua intervenção.

Eu digo sempre – por isso, eu tenho insistido na Presidência da Comissão – que meio ambiente é uma questão de bom senso, não é uma questão de esquerda ou de direita, é uma questão hoje que diz respeito a todos nós. Eu concordo: é preciso produzir e achar um ponto de equilíbrio entre produção, preservação, desenvolvimento da economia, geração de emprego e benefício social.

Eu acho que nós criamos, eu e o Senador Acir, como Presidente da Comissão de Agricultura, essas audiências públicas exatamente neste sentido, para aprofundar e, como a gente chama aqui na Bahia, para "amassar o barro", para a gente poder fazer o melhor. Não adianta também a gente fazer uma lei corrida e, daqui a pouco, ter que mudá-la porque a lei não se mostrou tão eficiente.

Eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

Senador, V. Exa. tem a palavra. É só abrir o seu som.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou fazer apenas uma colocação. Eu tenho várias aqui, mas estou entrando em uma reunião. Eu só vou dar um exemplo do DF, para ver como solucionar isso. Nós temos aqui a BR-080, que, pelo menos há 50 ou 40 anos, precisa ser duplicada. Ela já tem asfalto, já funciona; nela morre gente toda semana. É preciso duplicá-la, e aí não se consegue a licença ambiental da duplicação. Então, o pessoal fica buscando artifício para ampliar, colocando coisa no meio, para não dizer que é uma pista única. Então, a gente precisava ver uma solução para esse tipo de coisa. Acho que essa aí é a principal indagação que eu gostaria de colocar, para a gente poder simplificar.

Então, parabéns pelo trabalho, Senador! Estou entrando aqui em uma reunião, mas eu quero deixar só essa questão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Izalci. Com certeza, os nossos expositores, quando passarem ao segundo tempo, que seria o de resposta aos questionamentos, abordarão o seu questionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora à Sra. Vanessa Prezotto Silveira, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

V. Sa. está com a palavra e dispõe de 20 minutos para a sua exposição. É só abrir o seu som. Se quiser compartilhar a tela, o Airton, na Comissão de Meio Ambiente, assim fará. Tem V. Sa. a palavra.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Vocês estão me vendo? Ouvindo, eu já testei com o Airton, eu acredito que sim. Eu não sei se o vídeo está compartilhado, mas é só fala. É uma contribuição realmente de fala. Se vocês estão me vendo, bom.

Bom dia, Presidente desta Mesa, Senador Jaques Wagner, Nilvo, Senador Esperidião Amin, Suely, Larissa, que estão aqui hoje contribuindo para esta discussão. Gostaria de cumprimentar a todos, os que estão ouvindo a gente também.

Eu acredito que todos que estão aqui hoje, assim como as discussões que aconteceram no passado e que vêm enriquecendo essa discussão para esse projeto de lei, têm uma tarefa muito nobre, muito nobre, só que, ao mesmo tempo, ela é muito árdua, que é debater sobre licenciamento ambiental no Brasil. Essa pauta em discussão trata de um tema muito transversal, assim como o Nilvo colocou, envolve diversos setores da sociedade. Então, a gente está falando aí de uma intenção de um empreendimento que necessita dessa autorização, do meio ou local onde ele vai ser desenvolvido ou já se desenvolve historicamente e, principalmente, da segurança jurídica, que é complexa, porque ela envolve a segurança jurídica do ente que se propõe a fazer esse empreendimento, do ente que vai analisar e que vai autorizar essa atividade e depois o monitoramento dessa atividade, que se dá em renovações dessa autorização.

Para continuar essa conversa, eu gostaria de me apresentar como profissional. Eu sou engenheira agrônoma de formação e tenho pós-graduação – tanto mestrado, doutorado e pós-doutorado – em requisitos de impactos ambientais, seja de mudanças climáticas e de alteração do uso do solo. Nos últimos 20 anos, eu atuei no setor especificamente de produção agropecuária e de energia, bioenergia, muito próxima da área agropecuária, do produtor rural e com interface direta com instituições de licenciamento, com os entes de licenciamento e de autorização – municipal, estadual e até em nível federal –, também não só de licenciamento de autorização de empreendimento como também as autorizações relacionadas a outros tipos de uso de recursos ambientais, por exemplo, o uso da água, o impacto em sítios arqueológicos, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e afins. Então, eu pude ter essa experiência nos últimos 20 anos e gostaria de contribuir um pouco aqui com essa pauta, com esse tema transversal e complexo que se dá no âmbito da atividade produtiva no País.

A gente não pode deixar de fazer referência a essa complexidade que esse tema possui. Esse tema não é simples, está longe de ser simples. Quando nós dizemos que uma iniciativa como esse projeto de lei busca simplificar, novamente agora repetindo o que o Presidente Senador Jaques Wagner colocou, a ideia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é não precarizar, mas o não precarizar também está relacionado à questão que é não excluir, ser acessível. E ser acessível envolve aí alguns requisitos que envolvem todos os atores aqui desse projeto de lei. Estamos falando de autorização de licenciamento, de se empreender qualquer atividade que seja, tanto que nisso está envolvido o custo privado e um custo público. E os benefícios desse processo de licenciamento que devem ser considerados hoje são massivamente públicos quando a gente retira o item de retorno financeiro para o empreendedor, no caso de uma atividade de licenciamento e autorização.

Então, isso a gente está falando no âmbito rural, no âmbito urbano, em qualquer atividade essencialmente passível de autorização ambiental, e aí, como o Nilvo colocou, nos diferentes âmbitos qualitativos e abrangência de potencial impacto, impacto positivo, que a gente esquece de comentar, mas também dos impactos negativos e das medidas que serão colocadas ou impostas como requisitos para que ele atenda a isso – o empreendedor – e ele consiga, da forma então, operar, atender, produzir e, ao mesmo tempo, mitigar os potenciais impactos negativos identificados no estudo ou no processo de licenciamento, em qualquer etapa da atividade, seja ainda numa avaliação prévia, seja numa fase de instalação do empreendimento e da operação.

E aí, quando a gente fala também da operação, é importante a gente falar que existe uma necessidade de manutenção dessa autorização de operação. E aí nós estamos falando da renovação dessa autorização, dessa avaliação que também acontece em ciclos. E como que se dá então também, analisando o empreendimento, como se dará essa autorização ou, na carga morosa e de custo público, essa renovação, essa análise do que está se dando, se as medidas mitigadoras estão sendo cumpridas... Então, também o processo é contínuo, e aí que é preciso realmente ser analisado com muito carinho também. Ele não é pontual. A autorização precisa realmente de requisitos técnico-científicos que deem aí uma base prévia para que o órgão, o ente autorizativo consiga manter esse processo de autorização de emissão de licenças ambientais durante o período em que aquele empreendimento opera.

Outra coisa que eu gostaria de falar também é que a gente não pode deixar de fazer referência aos procedimentos e aos critérios colocados na legislação. Quando a gente fala aqui principalmente do art. 9º, com relação à referência do setor agropecuário, essa discussão precisa de procedimentos e critérios que abranjam o local, a produtividade, o meio ambiente, mas de forma que ela preveja, no arcabouço legal e complexo que existe, a autorização administrativa dentro do que a gente seja capaz de realizar. E volto a falar: qualquer iniciativa de readequação e racionalização de autorizações legais e ambientais precisa estar no âmbito de inclusão. Como que a gente coloca o produtor, como a gente coloca o ente autorizativo em linha, em contato? Como nós vamos fazer isso em regiões remotas? Como a gente atua com o produtor, por exemplo, o empreendedor que não tem acesso ao procedimento legal, ao arcabouço legal, ao técnico...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Dra. Vanessa...

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só me permita, a menos que seja algo da sua vontade... É que sua imagem não aparece. É óbvio que não é obrigado, que é só a fala, mas, querendo ou não, a expressão facial sempre ajuda no convencimento dos argumentos. Então, não sei se V. Sa. pode abrir a sua imagem no Zoom.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Eu tenho aqui uma mensagem – para mim estar aberto – que o meu convite, o *host*, parou de exibir minha imagem. Eu não sei se foi daí, do convite do processo, porque, para mim...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, então tudo bem. Não quero te atrapalhar. É só que seria mais simpático se pudesse... Ah, agora...

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Então, agora sim, mas eu tenho o meu vídeo aqui. Ele estava autorizado o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto. Não, não, não...

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Por isso eu perguntei se vocês estavam vendo. Inclusive, eu achei que eu estava falando para vocês aqui o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, a senhora estava falando para nós todos, nós a estávamos ouvindo.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Sim, mas achei que vocês estavam me vendo. Desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Quando eu vi que a senhora ia rir sobre um determinado assunto... E é óbvio que isso impacta, porque a relação, mesmo sendo via computador, muda.

Obrigado.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode continuar, por favor.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Eu achei que vocês estavam me vendo, porque eu estou aqui falando para a câmera e não tive intervenção. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, mas nós estamos ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Jaques Wagner nunca usou como critério de Presidência vendar a presença e, ao desvendar, mostrou que a senhora não só é bonita como é muito expressiva e caprichou no visual. Parabéns. (*Risos.*)

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Eu agradeço, Senador Esperidião. Obrigada. Mas eu peço desculpas, porque eu acreditei profundamente que vocês estavam me vendo na câmera...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sem problemas.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – ... que inclusive estava aqui aberta.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, agora estamos. Desculpe ter interrompido.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Desculpe, eu continuo aqui, então, no item que eu acredito que seja fundamental, retomando a minha fala, que é o acesso, que é, na verdade, a questão de requisitos legais, que o Sr. Nilvo colocou muito claramente. Eu acredito que os nossos arcabouços legais hoje para licenciamento ambiental são extremamente robustos – extremamente robustos. O que eu colocaria dessa iniciativa desse projeto de lei é realmente a questão da acessibilidade, de como a gente colocar em prática, então, os procedimentos legais que prevemos, para qualquer qualitativo; para qualquer qualitativo e tamanho de empreendimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Então me ouvindo, gente? Eu estou tendo um retorno aqui. Vocês continuam me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim, sim.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Então, a minha preocupação, que eu gostaria de colocar aqui nessa ponderação, é que essa iniciativa de readequação e racionalização... Eu acho que, quando nós fazemos de ordem, de simplificar, nós não vamos precarizar. A gente precisa racionalizar essas autorizações ambientais no sentido de garantir a segurança jurídica para o empreendedor, para o ente público que emite essa autorização e também para o consumidor. E aí a gente entra, Senador Esperidião Amin, no mérito do mercado, da demanda. Como os senhores mesmo citaram, existem hoje requisitos para compra dos produtos brasileiros. Não vou entrar no mérito só do setor agropecuário, mas a questão específica de um desmatamento é o requisito que hoje está sendo exigido, mas a gente esquece que existem requisitos sociais também que precisam ser considerados, existem requisitos de produção que visam manter a ordem econômica de estrutura de manutenção social do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que nós precisamos readequar o processo de licenciamento, racionalizar essas autorizações ambientais em bases técnico-científicas, em bases de locais onde elas se dão, num país do tamanho que o Brasil possui, ou seja, nós temos áreas remotas. Como um produtor que estaria passível ou sujeito a um processo de autorização fica ciente da necessidade dele de colocar em prática o processo de licenciamento? Como uma pessoa que, às vezes, não tem uma formação profissional sabe que precisa contratar, a um custo de uma consultoria ou de um técnico específico, para fazer um procedimento de licenciamento? E aí nós estamos falando de licenciamento, que não exclui autorizações, por exemplo, para uso de químicos, não exclui autorizações especificamente para supressões vegetais, não exclui a necessidade de autorização principalmente do uso da água, do uso do solo em áreas que podem afetar o meio, e a população, e o entorno da área dele. Então, a minha ponderação aqui é: como nós vamos garantir a segurança jurídica, a sustentabilidade dos requisitos para o mercado, seja nacional, seja internacional de produção, no caso específico para o agronegócio, a segurança alimentar, e o custo, e o lucro que isso tem para trazer uma balança comercial para o País hoje, porque isso é importante ser considerado, principalmente para a manutenção social e operacional do País como um todo?

E, aí no caso do produtor rural, é essencial, por exemplo, também que essa legislação garanta a eficiência e a imparcialidade desse produtor no procedimento que ele precisa ter de autorização de produção no seu empreendimento, para que ele possa atender a requisitos de crédito. O licenciamento hoje se dá para requisitos de obtenção de crédito. Então, como nós vamos fazer para que esse produtor não seja excluído do processo de licenciamento por "n" fatores? Não vamos falar dos que por decisão optam por não seguir a legislação; nós estamos falando dos que são excluídos, porque estão em áreas remotas, porque não conhecem a legislação, porque não conhecem o procedimento. Como fazer, então, com que esses procedimentos, simplificados ou não, não excluam quem quer empreender, quem quer buscar produzir, quem quer trabalhar?

Então, em procedimentos simplificados, a gente precisa colocar aqui a garantia, seja no âmbito municipal, seja no âmbito estadual, seja no âmbito federal, seja num procedimento que já coloque a qualificação necessária desse licenciamento, como não excluir o empreendedor ou o produtor que quer trabalhar e trabalhar corretamente. E, além de tudo, ele precisa, com essa base legal, ter o crédito para poder trabalhar e ainda conseguir atender aos requisitos de sustentabilidade, que é o que a gente está vendo, hoje, como o mercado exige.

Então, do meu ponto de vista, para concluir, eu acredito que a ponderação principal, num procedimento que vise simplificar sem precarizar, mas que principalmente vise incluir, vise dar esse acesso na manutenção da operação... Novamente eu ressalto, porque licenciamento não se dá numa única vez; ele é contínuo. Então, isso também precisa ser pensado e precisa ser lembrado. Essa verificação e o monitoramento das atividades precisam ser contínuos. Isso impacta também em morosidade, em investimentos, em peso para todos os líderes dos entes de licenciamento, e também no custo produtivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ele também paga por esse processo. Então, esse aspecto tem que ser cuidadosamente pensado num projeto de lei ou numa discussão em que nós estejamos falando sobre licenciamento.

Para encerrar, é como a gente colocaria essas práticas sustentáveis de licenciamento e de requisitos nas ferramentas, nas oportunidades de atendimento a essa gama de legislação. Ela precisa ter um atendimento a esse empreendedor, de acordo com o seu porte, de acordo com os requisitos técnico-científicos que colocaremos ou que a legislação já prevê. Como fazer essa legislação chegar de forma inteligível, principalmente ao pequeno produtor, ou ao produtor que não tem acesso, ou ao produtor que está em área remota? Como fazer que essa atuação estadual, municipal, federal, nos âmbitos da legislação, alcance quem precisa passar por esse processo? Então, ele não quer buscar se regularizar ou atender à legislação, ou ele não consegue? Ele incompreende ou ele desconhece? Então, eu acredito que a questão social, também, e de alcance desses procedimentos precisa ser muito bem trabalhada e investida. O simplificar não quer dizer que ele vai deixar de fazer; o simplificar quer dizer: como nós vamos fazer para atingir todos os envolvidos de uma maneira que esse processo seja claro, seja objetivo, e atendas às necessidades do mercado, porque afinal de contas, o empreendedor, ou uma obra, demanda o atendimento a um mercado, e aí mercado de obras públicas. Ele também atende a uma população, a uma área específica.

Então, o grande desafio dessa ponderação é que façamos com que essas exigências legais, que são complexas – devem ser complexas –, são dispendiosas – e não estou falando isso de maneira a negar essa questão, são dispendiosas porque demandam investimento, demandam recursos financeiros, demandam pessoas, demandam técnicos –, são tecnicamente muito difíceis e complexas, que elas possam ser aplicadas de maneira a não excluir, e sim incluir o empreendedor, incluir o produtor nas suas mais diversas classificações e qualificações.

Então, eu coloco essa ponderação. Reforço novamente que a legislação a ser desenhada tem, sim, que ser baseada num projeto de base técnico-científica, que dê respaldo aos técnicos e ao produtor, ao empreendedor, e que esses requisitos, então, sejam de forma racionalizada, simplificada, com o objetivo de facilitar a inclusão e o acesso, e não a exclusão de todos os agentes envolvidos no processo de licenciamento da sociedade.

Termino aqui a minha cooperação para essa discussão e fico à disposição para qualquer questionamento, qualquer contribuição que seja necessária para os próximos passos dessa discussão.

Obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dra. Vanessa, pela sua contribuição. Só aproveitando, não para comentar a sua fala, mas só para dizer: eu costumo dizer aqui que há santos e diabos em todos os lugares, inclusive dentro de nós, e que, portanto, toda generalização é criminosa, porque há situações em que realmente a ignorância, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido do não conhecimento... Não necessariamente há dolo numa pessoa que na verdade desconhece uma regra. E eu também acho que... Eu não vejo, aliás, até mesmo na política, do jeito que eu faço, eu não considero que os que estão comigo são santos e os que estão do outro lado são diabos. Eu acho que há diabos e santos em todos os cantos e, como eu disse, até dentro de nós. E a luta toda do cotidiano é a gente tentar fazer o melhor vencer sobre o pior. Mas eu entendi muito bem a sua colocação e lhe agradeço.

Eu passo a palavra agora à nossa última expositora, a Sra. Suely Araújo, ex-Presidente do Ibama e representante do Observatório do Clima.

A SRA. SUELY ARAÚJO – Obrigada...

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem.

V. Sa. tem 20 minutos. Pode falar.

A SRA. SUELY ARAÚJO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Como o pessoal fez a relação pessoal com o tema, eu queria destacar que eu fui Consultora Legislativa da Câmara por 29 anos e acompanhava esse processo o tempo todo, não é? O tema "licenciamento ambiental" na Consultoria Legislativa da Câmara era um tema que ficava sob minha responsabilidade. Então, conheço toda essa história do projeto que está sendo analisado, e o pessoal me conhece também por causa disso, Nilvo, Larissa, Vanessa.

Mas vamos lá. Eu destaquei alguns pontos e eu poderia ficar falando horas, e não vou fazer isso. Eu queria chamar a atenção, primeiro, Senador, de que a ideia de elaborar uma lei geral do licenciamento ambiental veio dos ambientalistas. A primeira proposta nesse sentido era um projeto do ex-Deputado Fábio Feldmann em 1988, e, a partir de um momento, na Câmara foi engavetado e nunca andou. Em 2004, o ex-Deputado Luciano Zica apresentou o PL 3.729, que dá origem a esse processo que nós estamos debatendo até hoje – infelizmente debatendo até hoje, porque é muito tempo, não é?

Em determinado momento desse processo na Câmara, principalmente depois que ele foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, o conteúdo do projeto passou a ser enviesado, no meu ponto de vista, para um texto que vê o licenciamento ambiental como uma mera barreira, e barreira nós afastamos da nossa frente, tentamos afastar da nossa frente. Com isso, ele perdeu muito no sentido de valorizar aquela que é a principal ferramenta de prevenção de danos ambientais, que é o licenciamento ambiental – eu o considero realmente, nesse sentido, a principal ferramenta da Política Nacional do Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto que está em análise no Senado, na minha opinião, ele é disparadamente o pior neste sentido de tentar afastar o licenciamento, de ver assim: "Eu vou remover o licenciamento para conseguir empreender, porque a licença atrapalha", não é? No meu entendimento, esse texto consolida uma lei da não licença e do autolicenciamento. Eu tenho um texto escrito nos jornais, com o ex-Deputado Feldmann, que nós chamamos de "A mãe de todas as boiadas", usando a expressão do ex-Ministro Ricardo Salles.

Aprovar esse texto como ele está... Eu considero a lei geral do licenciamento importante e acho que o País tem que ter uma lei geral do licenciamento, e sempre defendi racionalização de processos. A Larissa foi minha Diretora no licenciamento do Ibama, na Diretoria de Licenciamento, e sabe disso, sabe que eu tento, eu opto pela tentativa de racionalização de processo, para realmente os licenciamentos não se estenderem no tempo e terem previsibilidade em termos de resultado final.

De qualquer forma, como está, eu considero que o texto implode o licenciamento ambiental, destrói, na verdade, os processos de licenciamento, e retrocede 40 anos na história para uma época em que – o Senador Jaques Wagner vai lembrar disso, pois sempre teve preocupação com a questão ambiental – bebês nasciam com a anencefalia em Cubatão por contaminação por poluição, gerada por indústrias que não tinham licença.

Quais são os principais problemas nesse texto? Eu vou citar sete problemas e vou tentar ser bem objetiva.

Primeiro ponto, um ponto destacado pelo Nilvo. O texto, na verdade, não traz uma lei geral, ele inclui uma espécie de cheque em branco para os órgãos licenciadores fazerem o que quiserem em diferentes pontos e não dá critérios, não dá sequer orientações. Nesse sentido, a gente pode citar que não há orientações quanto à lista do que tem EIA, não há orientações na lista do que tem licença, não há orientações sobre a lista do que vai ter Licença por Adesão e Compromisso ou autolicenciamento, que é o melhor nome para o que está no texto.

Vamos lá, deixa eu pegar aqui...

O texto, por isso, está longe de ser uma lei única, elogiada pela Larissa, porque gerará legislação completamente diversa entre os Estados.

Em relação ao EIA, como foi destacado pelo Nilvo, a decisão é remetida à própria autoridade licenciadora, não é a legislação estadual. Esse cheque em branco, que está no texto aprovado pela Câmara, tem sido justificado pelo Governo e também por representantes do setor empresarial como fundamentado na Lei Complementar 140. A Lei Complementar 140 diz quem faz o que em meio ambiente. Ocorre que a Lei Complementar 140 dispõe, divide, explicita competências executivas dos entes federados, e não legislativas: as competências executivas estão no art. 23 da Constituição, as competências legislativas, no art. 24. Então, o fato de um processo estar sob responsabilidade, por exemplo, do Estado da Bahia, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, não significa que a lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geral não possa trazer pelo menos orientações, pelo menos diretrizes para como o licenciador vai empreender aquele processo.

Eu realmente não entendo a defesa desse cheque em branco, desse "liberou geral" para os Estados. Se eu fosse empresário, eu jamais iria querer que cada um dos 27 Estados tivesse regras completamente diferentes entre si. Um mínimo de padrão, eu acho, traz segurança jurídica e ajuda o setor empresarial.

Segundo ponto: a lista extensa que o texto traz de empreendimentos isentos de licenciamento. É bem extensa. Nenhum texto, em todos esses anos, teve uma lista tão extensa de isenções de licença.

Qual é o problema principal? Há o problema do próprio fato de haver uma lista, Nilvo chamou a atenção, que você só sabe o impacto quando você combina a categoria do empreendimento com o local. Mas vamos nem ser tão exigentes, vamos olhar o que está escrito lá. Há redações muito genéricas que podem significar qualquer coisa, como, por exemplo, vou pegar aqui, entre aspas: "isenção de licença para serviços e obras direcionados à manutenção e ao melhoramento da infraestrutura em instalações preexistentes". Isso pode significar qualquer coisa, "melhoramento da infraestrutura em instalações preexistentes" pode significar um bueiro numa rodovia, que não tem licença, pode significar a ampliação da rodovia, pode significar um alteamento de uma hidrelétrica, qualquer coisa cabe nessa frase. A palavra "pequena", usada pela Larissa, não está aqui no texto, cabe tudo.

Outro tipo de crítica: estações de tratamento de esgoto. O Brasil está na Idade Média sobre tratamento de esgoto. Elas são superimportantes, são obras prioritárias. Isso não significa que elas não precisem de licença. O texto só exige outorga no caso das estações de tratamento de esgoto. Uma estação de tratamento de esgoto não pode, por exemplo, ser implantada do lado de uma estação ecológica. Então, nós poderíamos priorizar os empreendimentos de saneamento, mas não isentá-los. E a lista no art. 8º dos empreendimentos de saneamento é quase completa. Quase tudo na área de saneamento está isento. Eu, pessoalmente, acompanhei o marco legal de saneamento, era um tema que eu cobria na Câmara dos Deputados. Eu valorizo demais o setor. Isso não significa que ele pode ficar sem licença nenhuma.

Nas isenções dos empreendimentos agropecuários – as pessoas que me conhecem sabem que eu até aceito relativamente bem o que está lá –, o que me incomoda na redação é principalmente considerar regular, para efeito de gerar isenção de licença, o imóvel que tem o CAR simplesmente inscrito, sem qualquer tipo de conferência do órgão estadual. Eu acho que a gente está estendendo demais, desde 2012, desde a lei florestal, admitir o CAR como prova de qualquer coisa, sem ninguém ter conferido, não é? Então, eu realmente me preocupo. Quando você começa a trabalhar isenções tendo como pressuposto a mera inscrição no CAR, ele pode estar numa terra indígena, pode estar com sobreposição, tendo a inscrição, o responsável tendo feito a inscrição, o texto está admitindo como regular, o que é bastante preocupante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A LAC, na forma como ela está no texto – e eu não estou falando da LAC que a Bahia adota nem que outros Estados adotam, até porque a legislação em cada Estado é bem distinta –, na verdade é um autolicenciamento, um mero registro na internet. Pelas contas que nós fizemos com as secretarias estaduais de meio ambiente, cerca de 90% dos processos não vão ter análise pelo órgão licenciador, eles vão gerar LAC – 90% dos processos. A LAC é o único tipo de licença em que o empreendedor não entrega estudo ambiental nenhum – nenhum! Fica tudo a cargo de condicionantes já preestabelecidas pelo órgão licenciador.

A LAC deveria ser para empreendimentos de baixo impacto, baixo risco, repetitivos, em territórios conhecidos, e não é isso que está no texto. Como está no texto, a grande maioria dos processos vai ser um registro na internet que não vai ter conferência sequer da ficha do empreendimento; está escrito que é por amostragem. A ficha do empreendimento, que é meia dúzia de papéis descrevendo, não é o estudo ambiental, isso vai ser conferido por amostragem. Então, a regra a partir de como está a LAC no texto é a não licença; é um registro na internet que não vai dar segurança jurídica.

Eu quero ver um banco financiar um empreendimento com um papel escrito "licença" que foi gerado sem análise do órgão licenciador, e simplesmente por mero registro. Eu estou, assim, realmente esperando qual é a instituição financeira que vai ter coragem de fazer isso, não é? Nem sequer a vistoria está prevista. A vistoria também é por amostragem. Então, vamos dizer que fosse tudo na internet, mas que você garantisse pelo menos uma vistoria em cada empreendimento, para ver se o que está sendo construído tem a ver com o que está na documentação. Nem isso! Tudo é por amostragem, sem análise humana, e é muito perigoso, no meu ponto de vista, para o meio ambiente, em termos de risco para a população. Eu não estou falando contra a LAC; eu estou falando contra a LAC como está no texto.

Segundo um estudo recente do Instituto Socioambiental, eles fizeram a conta em Minas Gerais, pelo texto, usando o texto, e chegaram à conclusão que 85,6% dos processos de licenciamento de atividades minerárias poderiam ser licenciados por LAC – 85,6%. O estudo acabou de ser finalizado. Então, como estará a LAC no texto, eu acho que provavelmente é o pior ponto, é o mais perigoso. Eu conheço bastante legislação de licenciamento de outros países e não acredito que haja uma irresponsabilidade dessa. Eu não conheço uma legislação com um conteúdo tão irresponsável quanto o art. 21 do texto, que é o que trata da licença por adesão e compromisso.

Quarto ponto. As regras sobre as condicionantes, que estão no art. 12, limitam o enfrentamento de impactos indiretos. Exemplo de impactos indiretos: o desmatamento na BR-319, entre Manaus e Porto Velho. O desmatamento a ser gerado pela BR é impacto indireto, em princípio, ou pode ser interpretado dessa forma. Eu teria até argumentação para dizer que é direto, mas vamos lá; a maior parte das pessoas vai considerar como indireto.

Então, o texto sobre as condicionantes, que são o coração das licenças – não existe licença sem condicionantes dizendo como aquele empreendimento deve ser detalhado; no caso da LP, instalado ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterado –, em vários pontos no art. 12, limita as condicionantes por impactos indiretos e também as condicionantes relativas a impactos socioeconômicos, que em determinados empreendimentos, como hidrelétricas... Eu trabalhei em estudo EIA de hidrelétrica, antes de entrar na Câmara, bem novinha. Os impactos socioeconômicos numa hidrelétrica são os principais. Normalmente são os principais. Não é o impacto ambiental em senso estrito, é o socioeconômico. E o texto realmente limita, na verdade, a cobertura, o foco em cima de impactos importantes quando trata das condicionantes.

Quinto ponto. O capítulo sobre autoridades envolvidas, nos arts. 38 a 42 do texto, fere claramente direitos assegurados pela Constituição. Para mim é inconstitucional sem dúvida alguma. O texto fala apenas em terras indígenas com demarcação homologada, em áreas de remanescentes das comunidades dos quilombos que estiverem tituladas. Só para vocês terem ideia, Senador, 84% das áreas dos quilombolas não são tituladas. E, como está no texto, essas populações não teriam os seus direitos protegidos porque seriam ignorados no processo. É muito duro ver isso no capítulo de autoridades envolvidas. "Autoridades envolvidas" é aquela manifestação do órgão que cuida dessas populações. Independentemente de como isso está no Governo Bolsonaro, eu não quero entrar nesse tipo de consideração, os órgãos que cuidam dessas populações têm que ser ouvidos nesse processo, a comunidade tem que ser ouvida nesse processo. E, realmente, no que se refere às autoridades envolvidas, os direitos garantidos pela Constituição para indígenas e para as populações quilombolas não estão garantidos.

Também há inconstitucionalidade no mesmo capítulo, quando se fala da oitiva dos órgãos gestores de unidades de conservação. O texto fala que você só vai chamar o órgão gestor de unidade de conservação quando o empreendimento, a unidade de conservação estiver na ADA, na área diretamente afetada pelo empreendimento. O que significa isso? Não é área de influência, é área diretamente afetada. Isso significa, Senador, a área protegida estar embaixo do lago de uma hidroelétrica. Isso é que é estar na ADA. E, quando a área protegida está embaixo do lago de uma hidroelétrica, você precisa de lei para diminuir aquela área protegida; o Supremo já falou, é lei específica, não cabe nem medida provisória. E ele restringe ao máximo. Toda a parte da oitiva é para proteção dos indígenas, dos quilombolas e das áreas protegidas, três temas que têm garantia constitucional muito expressa. Então, certamente, essa parte, se não for corrigida, vai dar ação direta de inconstitucionalidade no primeiro dia. Eu faço numa tarde um texto questionando esse capítulo; qualquer um que trabalhe com legislação ambiental faz. Então, não adianta procurar afastar a oitiva dos órgãos que cuidam dessas populações, a oitiva do órgão gestor de unidade de conservação achando que vai simplificar e que vai, de forma célere, arrumar as licenças, porque vão ser judicializados a lei e os empreendimentos específicos.

O texto também afeta negativamente as áreas ambientalmente protegidas quando altera o art. 36 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e ele tira o poder do órgão gestor de dizer não para o empreendimento, porque hoje ele pode dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sexto ponto – eu estou terminando. O texto retrocede ao exigir dos agentes financeiros apenas... Se o agente financeiro vai financiar determinado empreendimento, ele só vai ter a responsabilidade de pedir a licença. E olha as licenças que estão sendo geradas no caso da LAC? Um papel emitido no computador, que eu, simplesmente, entro lá e mando imprimir. Esse papel é o único requisito que vai ser exigido pelos agentes financeiros. E hoje as instituições financeiras têm uma série de compromissos, inclusive assumidos internacionalmente, sobre responsabilidade socioambiental. O texto simplesmente joga isso para o espaço e passa a ser o único requisito que o empreendedor mostre um papel em que esteja a licença, mesmo que seja uma licença automática gerada no computador.

Sétimo ponto – é o último. Há algumas omissões no texto, eu acho que ele trabalha menos do que deveria, por exemplo, com a questão do risco. Ele até incluiu nessa última versão, mas eu queria chamar a atenção para dois pontos que eu acho que mostram que o texto está olhando para o passado. Você está fazendo uma lei em 2021 olhando lá para 1981, quando o art. 10 da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente falou "existe licença no País". O principal artigo em sede de lei, lei em senso estrito, no País é esse art. 10, até hoje; há 40 anos lá prevendo as licenças ambientais no País. Eu acho que o texto olha lá para 1981. É como se olhasse pelo retrovisor, não olha para o futuro.

Na versão aprovada pela Câmara não entrou a Avaliação Ambiental Estratégica, que esteve, durante a maior parte do processo da Câmara, sendo debatida com conteúdo, com propostas de conteúdo. Nós chamamos, na Câmara, em diversas oportunidades, o Professor Sánchez, titular na USP, considerado a pessoa que mais entende disso no País. Então, nós temos propostas nesse sentido, de redação, sobre a Avaliação Ambiental Estratégica. Se a Avaliação Ambiental Estratégica fosse implementada, ela evitaria muitos dos problemas do licenciamento, porque você faz antes, envolvendo um conjunto de empreendimentos, e não em um empreendimento específico. Quando se chega à etapa do licenciamento, você já sabe que aquela opção agregada é a menos impactante. Então, quando você for dar a licença individualizada, vai facilitar muito a análise. Não é garantia de licença automática, mas facilita muito a análise. Se eu tenho, por exemplo, em um rio, uma escada de hidrelétricas previstas e faço um estudo desses na fase de inventário, eu vou saber se a localização escolhida para a escada de hidrelétricas – não se sabe quantas delas vão virar obra concreta –, no seu conjunto, era menos impactante. Quando a hidrelétrica em si for para ser licenciada, isso facilita bastante e elimina a polêmica. Então se tirou um instrumento que ajudaria muito, na verdade, o licenciamento ambiental em uma fase futura.

E também – eu tenho a obrigação de falar, porque estou trabalhando, desde que me aposentei, no Observatório do Clima – a palavra "clima" não aparece no texto. Não se exigem estudos nesse sentido, não se preveem condicionantes nesse sentido, não se fala sequer de forma genérica que o licenciamento tem que observar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima ou o Plano Nacional de Adaptação. Nem discurso existe! Não há nada, é zero!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em 2021, com o mundo em plena crise climática... O Senador estava lá em Glasgow. Até estivemos juntos no *hub* do Brasil discutindo a questão da experiência que estamos tendo de debate sobre política ambiental coordenada pelo Senador. Em pleno 2021, em plena discussão de Glasgow, o texto ignora a questão climática. Eu, pessoalmente – vou fazer um relato –, tentei, por várias vezes, colocar "clima" nesse texto e nunca consegui. Várias vezes e pouco; eu sei até onde dá para ir. A gente tentou algumas inserções, mas eu nunca consegui. Então eu acho que é um texto que olha para trás.

Em suma, no meu entendimento, é uma proposta equivocada tecnicamente, que trará muita insegurança jurídica e descontrole sobre os empreendimentos a serem instalados no País. Ressalto que eu, pessoalmente, acho que existir a lei geral é muito importante, agora é preciso haver correções. Existem emendas no processo que corrigem a maior parte dos problemas que levantei aqui. No processo do Senado, se for feito um levantamento com calma – o próprio Senador tem algumas emendas apresentadas nesse processo –, há emendas de vários Senadores, e, em geral, elas enfrentam exatamente os dispositivos que destaquei aqui. Então, acho que a Relatora tem material para trabalhar. Eu espero que ela dê a devida atenção às emendas que estão protocoladas no processo. Realmente, se essas emendas não forem feitas, eu tenho pena do Brasil se isso virar lei, Senador.

Acho que era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Suely, pela sua intervenção, bem organizada e apontada.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra.

V. Exa. pode abrir o seu som e aproveitar, se quiser... Agora, realmente, Senador, seria a fase das perguntas. V. Exa. já colocou mais de uma e pode aproveitar também para colocar outras que queira, evidentemente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu me considero na obrigação de, em primeiro lugar, cumprimentar a Professora Suely pela abrangência das suas colocações e até, em alguns aspectos, pela sua objetividade e pelo seu temor legítimo de que a lei pode ser um fator que traga mais insegurança do que simplificação e definição.

Então, eu quero só acrescentar duas perguntas.

A Professora Suely falou sobre se assustar com o fato da exigência da homologação de terras indígenas e quilombolas, de quilombos. Ora, o marco temporal foi definido pelo Supremo. O Ministro Carlos Ayres Britto tem falado sobre isso, ele que foi o signatário. O assunto está em discussão no Supremo, é uma interpretação que a Constituição permite, mas sem a homologação nós estamos induzindo a insegurança jurídica. Alguma coisa tem que haver de marco temporal, senão nós não teremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma lei útil, todas serão inúteis. Boas ou ruins, que levem em conta o futuro, o clima, como a senhora falou, e eu concordo, mas sem marco temporal vale tudo.

Nós temos um caso aqui, Senador Jaques Wagner, em Santa Catarina, muito peculiar. Nós somos contra, tanto quanto o Rio Grande do Sul, que tem a história do federalismo embasando o curso da sua história, a Bahia também, Pernambuco, com as suas devidas insurreições ao longo da nossa história... Nós temos um Código Florestal de Santa Catarina, pessoal, aprovado não foi no meu Governo, foi no Governo do Senador Luiz Henrique da Silveira, que foi o Relator do Código Florestal Brasileiro, três anos depois, no Senado. Nosso Código Florestal de Santa Catarina é de 13 de abril de 2009, eu nem tinha mandato nessa época. Ele está sob revisão agora, para a atualização, que é um procedimento legislativamente, legiferantemente saudável, atualizar uma lei diante do que está acontecendo no mundo, mas tem que ter um marco temporal. O Código Florestal tem um marco temporal para a área consolidada. E assim tem que ser a questão da legislação que está agora na Câmara. Senador Jaques Wagner, o senhor participou do debate sobre a questão dos rios na área urbana. Tem que haver um marco temporal depois de área consolidada, senão nós vamos ter que desmanchar o Brasil.

Então, reclamar da homologação é uma coisa; agora, dizer que tem que levar em consideração também as áreas não homologadas aí é estabelecer a maior insegurança jurídica, contrariando o que está em vigor, porque o que está em vigor manda levar em conta o que está homologado.

Nós temos um caso aqui de uma reserva indígena que começou com 13 hectares, nenhum deles está homologado, e a última demarcação é de 2,5 mil hectares. E, como nós temos um antropólogo que tem renome nacional, Egon Schaden, foi professor na USP, foi professor da D. Ruth Cardoso – Egon Schaden –, que fez o inventário das terras indígenas na década de 1920. Isso não fazia parte. Então, há uma controvérsia, não está homologado, quer dizer, o que vale? Treze hectares, zero hectare ou 2,5 mil hectares? Quero dizer que, aqui no nosso Estado, a nossa meia colônia, 12,5 hectares, dá sobrevivência para a nossa pequena propriedade rural.

Então, nós temos que ter o marco temporal, sob pena de haver insegurança. E o Professor Nilvo sabe o que aconteceu na Reserva Mato Preto, no Rio Grande do Sul, que é uma reserva indígena também em progressiva expansão. Reserva Mato Preto. Há uma história fantástica sobre o laudo antropológico nesse caso aí. Envolve até ingestão de Ayahuasca na sua preparação. Sim, ingestão de Ayahuasca, com celebração do Santo Daime. Quer dizer, sem o marco temporal, sem uma referência histórica, justa ou injusta... É uma outra questão que pode ser apreciada pelo Judiciário.

Eu fiquei muito preocupado quando a professora mencionou que acha cruel. Eu acho cruel é expulsar pequeno produtor rural em terra produtiva socialmente equilibrada, com base numa suposição que tem como fundamento que laudo antropológico é cláusula pétrea, indiscutível, insofismável. E pode ser produzido a qualquer momento! Quer mais insegurança jurídica do que isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ou se substitui a homologação por um outro tipo de marco temporal, ou não é honesto falar em insegurança. É um questionamento que eu faço com muita ênfase. Pelo que nós vivenciamos aqui, se houver essa insegurança jurídica, nós, além de já termos, em Santa Catarina, reservas indígenas...

E eu quero dizer que me orgulho muito de ter feito escolas. A primeira escola de ensino médio do Brasil em área indígena foi construída no meu Governo, no ano 2000, e abrimos internet banda larga, "para [segundo disse um indiozinho que era aluno] que nós tivéssemos recursos que vocês têm, continuando a ser o que nós somos".

Fizemos aqui empréstimos para a produção agrícola em terra indígena, com garantia do Governo do Estado. Então, não se trata de não respeitar. Agora, tem que haver um marco, tem que haver uma referência.

Segundo: nós temos cinco biomas, estamos criando o sexto, projeto do bioma do Pantanal. Há um projeto correndo aí no Senado, Senador Jaques Wagner. E temos hoje uma controvérsia: em alguns casos, vale a lei da Mata Atlântica; em outros casos, não vale. O que diz o Código Florestal, no que toca à Mata Atlântica, está sendo considerado pelo STJ como impertinente. Prevalece o setorizado, digamos, ou o especificado, suposto especificado.

E, finalmente, eu divirjo do que disse a Professora Suely no tocante à lei geral. Eu não acho que um País que tem, reconhecidamente, seis biomas, incluindo o Pantanal, tenha que ter uma lei especificando requisitos que sejam de abrangência nacional. Eu considero isso um projeto soviético no sentido pleno da palavra, desconsiderando peculiaridades, capacidade produtiva. Eu repito: aqui a nossa pequena propriedade, com meia colônia, ou seja, com 12,5 hectares, é produtiva, tem reflorestamento e tem uma legislação estadual própria, que trata de produção orgânica, desde o ano de 2001, com certificação para produção orgânica – lei de 2001. E quero dizer, Senador Jaques Wagner, que tive o privilégio de sancionar essa lei, que foi proposta por um correligionário seu, o Deputado Neodi Saretta, do PT, de Santa Catarina. Portanto, não há nenhuma espécie de preconceito partidário e ideológico. A pequena propriedade está ensinando à grande propriedade a produção orgânica, a se inclinar para a produção orgânica. É a pequena propriedade que está ensinando, há 20 anos.

Então é com essa visão de busca de segurança jurídica que eu queria apresentar a minha divergência, sob forma de pergunta, e dizer o seguinte, objetivamente: sim, como é que nós vamos... Esta é a pergunta: se se não vale o que está homologado, vale o quê? Vale a insegurança jurídica? Essa é a pergunta. A Professora Suely tem uma sugestão objetiva para suprir esta lacuna ou vamos deixar a coisa: "não, cada caso é um caso"? A mesma reclamação de objetividade que eu fiz em função da primeira colocação da Dra. Larissa, complementei com o Professor Nilvo – não fiz uma pergunta objetiva para Professora Vanessa, além de lhe dar as boas-vindas –, à senhora quero dizer com o maior respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo, dizendo: eu me orgulho muito de que a minha tese de doutorado em engenharia e gestão do conhecimento, no ano de 2010, abrangeu os indicadores de sustentabilidade. Na época, não havia muita referência histórica nem série histórica para eu me basear. Então não é nada contra essa visão de futuro, de clima, de preservação.

Como última frase, o que eu reclamo é que o Brasil crie os seus indicadores, os nossos indicadores e não siga os deles. Nós temos que criar aquilo que os que pretendem nos dar lições lá de fora não fizeram. Nós temos a possibilidade de criar indicadores de sustentabilidade, apresentá-los ao mundo e reger, e não sermos regidos, a condução da nossa política ambiental, de desenvolvimento sustentável e tudo aquilo que, afinal, nos une – é o nosso denominador comum nessa conversa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu não posso deixar de fazer um comentário, antes de devolver a palavra, em ordem inversa, para ser justo, aos nossos convidados. Eu não posso deixar de comentar alguma coisa, até porque nós estávamos protagonizando, como V. Exa. falou – em Copenhague, em Paris, nós protagonizamos, o Brasil puxou a fila – e V. Exa. está coberto de razão. Infelizmente a atual gestão federal do Governo Federal brasileiro jogou fora esse protagonismo e aí abriu espaço para que outros, como V. Exa. acabou de colocar, se transformassem ou se vestissem de protagonistas principais, porque o tema assusta aos do norte, mas quem pode reger essa orquestra, concordo com V. Exa., é o sul, porque quem é pulmão do mundo é o sul, não é o norte; somos nós que temos ainda a biodiversidade preservada. Então, infelizmente – nós brilhamos em Paris, em Copenhague, na Rio 92 e por aí vai –, com as coisas ditas e exercidas pelo atual Governo, acabamos perdendo esse protagonismo internacional e até o respeito internacional como instância governamental.

A outra coisa que eu queria comentar da sua fala, concordando com ela, Professora Suely, é que – veja como são as coisas, quando eu digo que há santos e diabos em todos os cantos, inclusive dentro de nós: o marco temporal, na visão do atual Governo Federal, é um para as terras indígenas e é outro para a regularização fundiária. Para a terra indígena, ele quer dizer: "Quem não provar que estava na terra indígena em 1988 não pode discutir terra indígena". Do lado de cá, ele gostaria – me parece que o nosso querido Senador Carlos Fávaro já disse que não adotará a ampliação do prazo, senão seria um estímulo à grilagem – que o prazo viesse até anteontem para a regularização fundiária. Então, esse é o problema, são dois pesos e duas medidas.

Eu concordo com V. Exa. Eu, por exemplo, quando cheguei à Bahia – que talvez seja um dos Estados brasileiros com o maior drama fundiário; só eu, durante oito anos, regularizei mais de 1 milhão de hectares de pequenas propriedades, dando título de terra, que é quase uma alforria para o pequeno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultor, para a agricultura familiar –, disse muitas vezes ao meu órgão de terra: "Qualquer discriminatória tem que passar pela minha mesa". E discriminatória é aquela ferramenta que você tem para questionar o título. Aí eu disse: "Bom, aí nós vamos viver a insegurança jurídica definitiva", porque o cidadão compra de boa-fé, com a certidão vintenária, cinquentenária, e alguém levanta: "Não, mas essa terra era pública". Por uma disputa comercial, por uma disputa até pessoal, uma briga de um Prefeito com um empresário, qualquer coisa desse tipo, levanta-se uma discriminatória. Então, todos os títulos estão em suspensos até que eu conclua o meu trabalho.

Eu acabo de ter, aqui no oeste da Bahia, o que acabou virando o imbróglio jurídico, com corrupção, com desembargador afastado, porque para terras que foram desenvolvidas por gente do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, na fronteira agrícola oeste, alguém chegou com o título da época de D. Pedro: "Não, esse título aqui é meu, essa terra aqui é minha". Eu digo: "Ô, cara-pálida, você não reclamou da terra quando ela era terra nua, que era sua. Agora que o cidadão vem de lá, trabalha lá 15, 20 anos, botou aquilo ali para produzir soja, e vosmecê despertou que foi esbulhado? A quem dorme, o direito não socorre!". Mas aí a história é longa, está no STJ, com afastamento de desembargador, de juiz, prisão de gente aqui... Pegou lá o papel, que eu não sei se existia, de D. Pedro, para dizer "não, esses 100, 200 mil hectares são meus". E aí alguém fica rico da noite para o dia e cobra, sei lá, 20 sacas de soja por hectare para autorizar o cidadão.

Então, eu concordo com V. Exa. que, se a gente não tiver marco temporal, nós não teremos segurança jurídica nunca. Alguma hora a gente tem que dizer, porque eu não posso... De repente, vem alguém...

Eu vou dar um caso aqui. Eu não quero citar nomes. Há um Município de Ilhéus, uma localidade enorme. Olivença deve ter 10 mil habitantes. Aí alguém diz: "olha, isso aqui foi terra indígena tupinambá". Eu perguntei à senhora: "sim, senhora, a senhora quer que eu faça o quê? Então pelo menos tenha uma posição razoável. Onde é que a senhora quer que eu compense?"

Então, eu acho.... É por isso que eu digo, encerrando, para deixar voltar aos nossos queridos convidados, porque eu acho que a discussão hoje foi boa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me concede um aparte? Um aparte baiano.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Claro.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para apartear.) – Nós somos muito gratos pelos cerca de 10 a 12 mil baianos que estão aqui na região de Brusque, Guabiruba, e são visitados regularmente pelo Vice-Governador da Bahia, nosso querido amigo João Leão, que vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui todo semestre, e que tiveram que sair da Bahia por questões de conflito de titularidade de terra *versus* reservas indígenas. Bituruna para baixo, sul da Bahia, portanto.

Hoje nos alegram com a sua presença aqui, trabalham, produzem, estão construindo a sua vida, porque foram vítimas desse conflito sobre terras indígenas no sul da Bahia por indefinição de marco temporal. Só isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu continuo dizendo, para encerrar e para passar a palavra de novo...

Suely, como eu vou inverter a ordem, você será a primeira e nós vamos fazer a ordem inversa só por uma questão de equilíbrio, porque sempre falar por último dizem que é melhor. Como você falou por último, agora você fala primeiro.

É só para dizer, para encerrar e para passar a palavra para você, que eu digo sempre que nós temos dois grandes adversários do meio ambiente ou da preservação, que são os fundamentalistas da motosserra, que acham que tudo vale a pena quando a grana não é pequena, com a devida licença poética do poeta que escreveu muito mais bonito do que eu falei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fernando Pessoa. Fernando Pessoa, "Mar Português".

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei, mas é que eu não deveria usar de uma forma tão vil.

Do outro lado, os fundamentalistas da intocabilidade, que nada pode ser feito. Os dois contribuem para a gente não chegar a um ponto de bom senso e fazer as coisas.

Eu estou falando porque não adianta, na democracia eu aprendi que o único caminho, e não o melhor, é a busca de entendimento com diálogo. Por isso, eu fico feliz com uma audiência pública dessa, com a participação de Senadores, e de uma forma muito serena, sem a... A paixão da convicção é sempre bem-vinda, mas não a paixão que interdite o diálogo, que feche seus ouvidos e você fique repetindo o tempo todo.

Então, mais uma vez agradecendo a fala do Senador Esperidião Amin – e mande lembranças aos meus bons baianos que estão aí –, eu passo a palavra à Dra. Suely Araújo. Bom, previstamente cinco minutos para...

A SRA. SUELY ARAÚJO (Para expor.) – Pode deixar. Eu acho que eu nem demandarei isso, Senador.

Primeiro, eu queria concordar com a importância do diálogo e a importância de negociação para se chegar a um texto final de uma lei dessa relevância para o País, que pega toda a economia do País – não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é? –, praticamente toda a economia do País. Então, assino embaixo sobre suas colocações quanto à necessidade do diálogo, e alerto que há emendas no processo, alerto mais uma vez, que corrigem a maior parte das falhas que eu apontei – pelo menos as principais.

Em relação à homologação de terras indígenas e à titulação de terras quilombolas, o dispositivo que trata disso, Senador Amin, não fala em marco temporal, ele usa só os termos "homologação" e "titulação". E você pode gerar situações como esta, por exemplo: 84% das terras quilombolas não são tituladas, e isso é uma omissão do Estado. Mesmo considerando ou não eventuais marcos temporais, é uma omissão do Estado. Então, aquela população não pode ser prejudicada porque o Estado não titulou. Essa é a preocupação, não é? Eu não estou entrando nem na questão do marco temporal. Eu até acho e concordo que o capítulo inteiro, na verdade, tem que ser reescrito para tirar imprecisões, porque, senão, você não ganha, você só gera mais insegurança jurídica.

Ele fala da manifestação dos órgãos governamentais que cuidam dessas populações, e a Funai não cuida só de indígenas que estão em terras que estão homologadas, ela não cuida só... Isso era da Palmares, agora acho que está no Incra. Os órgãos que cuidam de quilombolas não cuidam só de quilombolas que estão em áreas tituladas. Então é preciso entender bastante que não é para impedir o empreendimento, mas é para o órgão responsável por essas populações se manifestar. E isso é uma situação bem distinta.

Mas concordo que o capítulo inteiro, na verdade, necessita de ajustes, para ficar claro e garantir a implementação da lei.

Sobre a questão do Código Florestal e da Lei da Mata Atlântica, é importante explicar que o texto não trata de questão florestal. Isso permanece numa discussão, lei de 2012 *versus* Lei da Mata Atlântica, que está judicializada, não é? O Governo Federal judicializou, e isso vai ser decidido pelo Supremo. Mas o texto não entra em detalhes sobre supressão de vegetação, regras sobre vegetação, em hora nenhuma; ele manda seguir a legislação. E eu acho que, se a gente trouxer isso para a lei de licenciamento, nós vamos arrumar mais polêmica. Assim, a minha sugestão é deixar essa briga lá no Supremo – eu a estou acompanhando. Eu divirjo da posição do Senador, mas isso não importa: o que importa é que a gente entenda que a gente não deve contaminar o processo da lei de licenciamento com uma discussão já tão polêmica, não é? Vamos esperar para ver o que o Supremo vai decidir sobre isso, e, a partir daí, nós vamos seguindo nos licenciamentos ambientais as regras sobre isso.

A questão federativa, Senador, é uma questão do meu coração. Eu dou aula, na universidade, de Federalismo e Políticas Públicas, é meu tema. Eu tenho um respeito enorme pelas entidades subnacionais, seja os Estados, seja os Municípios, e acho que o nosso Brasil concentra coisa demais na União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defendi isso a vida toda, até colidindo com a posição de muitos ambientalistas. Eu acho que os Estados têm um papel subvalorizado na questão ambiental e os Municípios também – os Municípios, então, nem se fala.

Quando eu defendo que a lei não é uma lei geral é porque, como o Nilvo destacou, ela não traz nem regras básicas. Por exemplo, uma lista mínima ou, se não quer nem colocar lista, porque não vai saber o território, orientações para definição do que tem EIA, orientações para definição do que está na LAC, é o conteúdo de meio ambiente, o conteúdo técnico e não só procedimental, que foi a fala principal do Nilvo, e eu concordo inteiramente. É esse conteúdo mínimo que está faltando. Nessa parte, inclusive, não há emendas, infelizmente. As emendas acabaram ficando mais procedimentais, Nilvo, e isso provavelmente a gente teria que ajudar a Senadora Kátia Abreu a complementar nesse sentido, com conteúdo técnico, nessa linha de normas gerais.

Eu não estou defendendo uma regra única para o País inteiro, nem nada disso. Os Estados têm que ter espaço para complementar a legislação federal porque senão a norma não é geral. Se você usa todo o espaço na norma federal, você está sendo inconstitucional porque você está indo além da norma geral. Então, é uma demanda nesse sentido, é uma demanda, inclusive, porque eu fico preocupada com corrupção, com pressão política, quando você nem prevê lei estadual. Você manda lá para a autoridade licenciadora, Senador, isso é para a pessoa, para um analista, é para um diretor, como a Larissa fez, ou como um ex-Presidente do Ibama, como eu assinava as licenças. A pressão política é maluca, se você não tiver previsão, nem de lei estadual há no texto. Há diversos pontos com referências só à autoridade licenciadora. Essa é a preocupação.

Acho que é isso que eu queria destacar.

Eu acho que as colocações todas foram muito importantes, dos três que me antecederam. Não vou falar da minha, mas os três que me antecederam colocaram coisas muito importantes.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Suely.

Eu espero que você tenha concluído a sua participação lá na COP 26 também.

A SRA. SUELY ARAÚJO – Que canseira, Senador, que maratona nós passamos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como?

A SRA. SUELY ARAÚJO – Que maratona, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E eu ainda fui pego no aeroporto de Portugal, disseram que o meu teste não valia, não pude embarcar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Brasil e tive que dormir em Portugal no dia em que deveria estar aqui, mas, de qualquer forma, acho que foi mais uma experiência bastante rica de convívio com muitas pessoas, Parlamentares, sociedades civis do mundo inteiro, que, realmente, fermentaram muito esse tema.

E eu digo sempre: com esse espírito de ter o diálogo, cruzar pensamentos e buscar as razões de cada um para que a gente possa construir algo, porque, também, quando você faz uma lei irracional, ela não é cumprida, acaba virando um papel sem consequência.

Mas obrigado pela sua participação aqui, agradeço muito.

A SRA. SUELY ARAÚJO – Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** Passo a palavra, agora, à Dra. Vanessa Prezotto Silveira, para também fazer a sua participação final e, eventualmente, responder a questões colocadas.

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA (Para expor.) **–** Eu espero que agora esteja sendo observada.

Na verdade, apenas uma colocação.

Eu realmente observo que essa legislação... Assim como a Professora Suely colocou, concordo na questão de que requisitos que abranjam de forma geral o empreendimento classificatório ou qualitativo na legislação possam orientar para poder direcionar, então, os órgãos estaduais ou até as esferas municipais que tenham capacidade técnica, tenham uma legislação que preveja isso, com relação à capacidade técnica de análise do licenciamento, e ele possa orientar.

E aí, desta forma também, trazer a orientação de como essa ferramenta, essa iniciativa de racionalização do licenciamento possa alcançar a todos, de forma abrangente, nas suas mais diversas esferas.

Então, na verdade, eu acredito que essa iniciativa é válida, ela tem que, sim, continuar. E acredito também que, de forma geral, a gente tem que evitar esforço e duplicidade...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. VANESSA PREZOTTO SILVEIRA – Olá, oi... Estão me ouvindo? Estou tendo um retorno aqui do áudio.

Então, na verdade, a racionalização desse licenciamento precisa levar em consideração evitar a duplicidade de esforço, evitar aí... Porque existem outras legislações, não é? Então, por isso que a gente também tem que tomar um pouco de cuidado, não é? No que diz respeito aos requisitos, existem legislações que já preveem outros tipos de autorizações. Então, quando a gente fala de licenciamento, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são todas as atividades que estão dentro disso. O uso do solo, a questão fundiária, supressão vegetal ou autorização de uso da biodiversidade, de recursos naturais, tudo isso tem a sua própria legislação. Então, que isso seja orientado nesse projeto de lei para que a gente possa ter uma acessibilidade e uma simplicidade no processo de licenciamento. Esse é o posicionamento que eu gostaria de deixar novamente como cooperação para esse projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, obrigado, Dra. Vanessa.

Eu passo a palavra agora ao Nilvo Silva. (*Pausa.*)

Nilvo, com você a palavra.

O SR. NILVO SILVA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Só retomando alguns pontos importantes que eu acho pontos centrais, para fechar, então. Acho que todos destacaram a importância de uma lei geral, não é? Acho que o projeto de lei como ele está não é uma lei geral, é uma lei que eu chamaria mais de genérica, com generalidades sobre licenciamento, do que uma lei geral, porque, como eu falei, ela remete, na prática, a regulamentação de um artigo da Constituição nem ao Legislativo, mas à autoridade licenciadora nos Municípios, nos Estados, na União. Então, isso precisa, do meu ponto de vista, daqueles critérios.

Quero dizer também, Senador Amin, que critérios objetivos são importantes, inclusive, para orientar a elaboração de projetos. Nós sabemos as áreas que mais precisam ser protegidas, onde a sensibilidade é maior. E a gente, na prática, induz a implementação de projetos nas áreas com maior capacidade de recebê-los, não é? Isso simplifica o processo de licenciamento e orienta a elaboração de projetos.

Do ponto de vista de vários... A Suely já falou, outros já falaram, há vários pontos... O princípio central de uma norma geral de licenciamento é o da proporcionalidade. Aquilo que tem grande impacto precisa ser licenciado com maior rigor; aquilo que tem baixo impacto ou impacto nenhum tem que ser licenciado de maneira simples, inclusive com o autolicenciamento e a possibilidade, inclusive, de não ter licenciamento para aquele que ele não tem impacto. Vamos lembrar que quem exige muita licença para coisas que não têm impacto no Brasil são os bancos, que querem se proteger de responsabilidades, não são os órgãos licenciadores.

Essa lei tem tantos pontos abertos, em particular no caso da LAC, que ela inverte, ela autoriza a inversão da proporcionalidade: um procedimento simples para empreendimentos de alto impacto. É o contrário. Então, o que a gente precisa é reorganizar isso dentro dessa proposta de lei que está aqui. E a gente reorganiza isso com critérios mais claros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse a Suely, há várias emendas, mas também há critérios, vários critérios possíveis de serem colocados; macrocritérios, evidentemente, porque o Brasil é uma Federação enorme e com uma enorme diversidade.

Quero dizer que algumas das coisas que nós estamos discutindo aqui, que Senadores apontaram, não dependem da legislação, dependem da capacidade prática, da capacidade dos órgãos de licenciamento, do que é classificado aqui como autoridades envolvidas; e depende também de políticas públicas ambientais. Licenciamento sozinho não resolve o mundo, e haverá problemas se os órgãos não tiverem capacidade.

Por último, Senador, quero também fazer uma observação sobre o que vocês já falaram, e o Senador Amin. É óbvio que o Brasil deve ir para a ofensiva e tem que ser proativo, mas esse projeto de lei nos coloca na defensiva, no retrocesso. E acho que esse é o momento de pensarmos muito mais no futuro do que está colocado aqui, como alguns já falaram. É possível melhorar? É possível melhorar muito esse projeto de lei, mas para isso é preciso mais tempo e mais discussão. E para isso eu me coloco à disposição do Senador e dos colegas aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Nilvo, pela sua participação. Eu lhe digo que a sua oferta não ficará sem demanda, porque eu próprio vou demandar. Já falei aqui com o pessoal para, eventualmente, também convidá-lo para uma conversa nossa no Fórum da Geração Ecológica, de que a Suely faz parte. Talvez – estou pensando aqui – façamos uma rodada com todos os 45 sobre a lei do licenciamento, para fazer um debate mais acurado sobre esse aspecto, na medida em que está na ordem do dia.

A SRA. SUELY ARAÚJO – Ótima ideia.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A gente está pensando no futuro, no fórum, mas existe um presente de que a gente tem de cuidar também. Então, talvez eu vá convidar algumas pessoas para a gente aprofundar.

Eu agradeço muito a sua participação.

E, finalmente, devolvo a palavra à Dra. Larissa Carolina para suas considerações finais.

A SRA. LARISSA CAROLINA AMORIM DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigada, Senador Jaques Wagner. Eu serei breve aqui também, nas minhas conclusões, tendo em vista o avançado da hora.

Também vou começar de trás para frente, respondendo primeiro a pergunta do Senador Esperidião Amin sobre o que precisaria haver nessa lei para que a gente tivesse mais celeridade e objetividade com relação à manutenção de rodovias. E, com isso, eu já aproveito e faço um contraponto aqui a uma fala da Suely e a uma fala do Nilvo. Vou até ler aqui, no art. 8º, o inciso VIII: "serviços e obras direcionados à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manutenção e melhoramento da infraestrutura em instalações pré-existentes [...] [ou em] faixa de domínio e de servidão, incluindo dragagens de manutenção".

Dessa leitura eu compreendo que aqui está extremamente claro que a gente está falando de rodovias, ferrovias, linhas de transmissão e dragagens de manutenção. E o conceito de manutenção e melhoramento não inclui ampliação da capacidade. Isso é importante que fique muito claro. Esse inciso aqui não se aplica, por exemplo, como foi dito aí, à pavimentação de uma estrada no interior da Amazônia. Acredito que, quando esse exemplo foi dado, estavam falando da BR-319. Não é nem nunca foi intenção do ministério que a BR-319 tivesse uma isenção de licenciamento. Pelo contrário, temos que ser rigorosos no que necessita rigor, como é o caso da BR-319, que está passando por um processo de licenciamento ordinário, está em fase de licenciamento prévio, com as suas audiências públicas que acabaram de ser realizadas. Esse inciso aqui dispensa essas obras pequenas e de baixo impacto que já são cotidianas da operação desses empreendimentos de infraestrutura. Eu acho que isso é importante estar claro.

Para concluir, eu queria deixar um pouco da minha percepção da fala dos outros colegas. E é uma percepção que eu tenho sempre quando o assunto é licenciamento ambiental. Parece que o licenciamento é a tábua de salvação para todos os problemas sociais, ambientais, estruturais, culturais do Brasil, e não é. Licenciamento ambiental é uma ferramenta, é um processo administrativo. Então, eu concordo que não há a Avaliação Ambiental Estratégica nessa lei, e esse é um elemento extremamente importante, que precisa ser regrado, mas ele não se confunde com licenciamento ambiental. Eles têm uma interface? Têm, mas eles não se confundem. Então, acho pertinente, acho que a gente tem que ter, sim, uma lei para tratar de Avaliação Ambiental Estratégica? Temos. Temos que ter lei para tratar disso. Temos que ter um marco temporal definido, seja homologação, seja titulação, seja assinatura de decreto? Temos. A gente precisa racionalizar esse processo.

E aí, aqui dentro do licenciamento, a gente também não pode confundir o processo de licenciamento e o empreendedor como um agente que vai fazer políticas públicas em nome do Estado. Então, não é porque a gente tem uma ausência do Estado em determinadas áreas que o licenciamento vai corrigir isso. Isso tem que ser corrigido? Precisamos aprimorar a nossa Política Nacional sobre Mudança do Clima, que está em consulta pública agora; precisamos aprimorar nossas ações relacionadas a combate e desertificação? Precisamos. Precisamos aprimorar as nossas políticas relacionadas a proteção dos povos tradicionais indígenas? Precisamos. Precisamos equipar melhor com pessoas, servidores e braço operacional esses órgãos? Precisamos. Mas não é uma lei geral de licenciamento que vai resolver isso, e isso não tem que estar dentro de uma lei geral de licenciamento.

Então, eu acho que é esse é o principal recado. Sempre há oportunidades para melhoria, para diálogo. Qualquer conversa é salutar. Cada vez que eu participo de uma reunião, de uma *webinar*, de uma discussão sobre a Lei Geral de Licenciamento, eu aprendo um pouco mais, e acho que é importante ouvir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os lados e tentar construir uma saída boa – ao excelente a gente não vai chegar; é a aquela velha máxima de que o ótimo é inimigo do bom. Então, eu acho que a gente tem tempo, a gente tem espaço, e a gente, graças a Deus, vive numa democracia em que a gente tem oportunidade de dialogar e de construir juntos.

Obrigada, Senador. E eu encerro aqui a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Larissa, pela sua contribuição.

Eu quero, antes de encerrar, dizer às nossas três convidadas e ao nosso convidado que nós recebemos pelo sistema do e-Cidadania 18 questionamentos de vários pontos do País.

Como esta reunião teve um período estendido, pela participação boa e positiva de Senadores, eu vou pedir à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente que os remeta para os quatro – se quiserem, podem responder por vídeo ou por *e-mail* –, para que, depois, a gente possa endereçar as respostas para aqueles que perguntaram ou passar direto os endereços, de tal forma que... Esse é um estímulo à participação da sociedade em geral nas nossas audiências públicas. Então, por isso, eu valorizo muito isso e peço desculpas aos 18 que nos acompanharam por não ter tempo hábil para ler as 18 perguntas, mas vou remetê-las aos quatro. E até lhes peço, se possível, a resposta, para, realmente, estimular a participação.

Eu agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

Bom fim de semana a todos!

(Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (35ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (24ª REUNIÃO), EM 23 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Giordano, Carlos Fávaro, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Eduardo Braga, Nelsinho Trad e Chico Rodrigues, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Otto Alencar, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (regularização fundiária)**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2021 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), REQ 45/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), e REQ 60/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Finalidade:** Debater a regularização fundiária e instruir os seguintes Projetos de tramitação conjunta: - PL 2633/2020, de origem da Câmara dos Deputados, que "altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências"; e - PL 510/2021, do Senador Irajá, que "altera a Lei n° 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências". **Participantes:** Anaximandro Doudement Almeida, Diretor de Programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra; Brenda Brito, Pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon; Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Consultor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; e Cristina Lopes, Representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e Pesquisadora da PUC-Rio. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/23

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro abertas a 35ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que ocorrem conjuntamente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção aos Requerimentos: nº 6, de 2021, da Comissão de Agricultura, de autoria do Senador Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz; e nºs 45 e 60, de 2021, de minha autoria.

A audiência objetiva instruir os seguintes projetos que tramitam conjuntamente: PL 2.633, de 2020, de origem da Câmara dos Deputados, que altera as Leis nºs 11.952, de 2009, 14.133, de 2021, e 6.015, de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dá outras providências; e PL 510, de 2021, do Senador Irajá, que, da mesma forma, altera a Lei 11.952, que dispõe sobre a regularização fundiária; a Lei 8.666, de 1993, que institui normas para licitações; a Lei 6.015, de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei 13.240, de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei 10.304, de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.

Esta é a terceira audiência de instrução das matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estarão conosco no dia de hoje, de modo remoto, o Sr. Anaximandro Doudement Almeida, Diretor de Programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; a Sra. Brenda Brito, pesquisadora do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); o Sr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Consultor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e a Sra. Cristina Lopes, representante da Coalizão Brasil - Clima, Florestas e Agricultura e pesquisadora da PUC-Rio.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 20 minutos. Caso os participantes optem por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição. Após as exposições iniciais, será dada a palavra aos Srs. Senadores inscritos para a sua interpelação em cinco minutos. A inscrição pode ser solicitada por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, da Secretaria-Geral da Mesa, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise de matéria em questão.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Os oradores serão intercalados entre os convidados de cada Comissão. Na rodada final, das considerações finais, nós inverteremos a ordem: aquele que foi o primeiro a falar será o último e vice-versa.

No entanto, antes de passar diretamente à fala dos nossos convidados e convidadas, eu registro, de novo e com preocupação, porque é pertinente a esse tema, exatamente o registro que foi feito ontem por quem trabalha exatamente pesquisando a questão do desmatamento ilegal e das queimadas na Amazônia, apesar do esforço feito pelo Itamaraty na COP 26.

Eu dela participei e quero aqui homenagear a participação tanto do Presidente do Senado quanto de Parlamentares que lá estavam, e principalmente da sociedade civil. Fizemos reunião do Fórum da Geração Ecológica no âmbito da própria COP e fizemos a apresentação do trabalho conjunto que estamos fazendo com a Cepal, sobre o Observatório Parlamentar da Mudança Climática e da Transição Justa. Saímos do continente americano, fomos para a Europa com adesão de Deputado do Reino Unido e de Deputado da Espanha, e tive vários contatos com Deputados da Alemanha, da França, da Itália, dos Estados Unidos. Creio que a ideia do observatório vai se firmando como espaço de aumento do protagonismo parlamentar num tema que hoje é mundial e também no sentido da troca de experiência e da troca de legislações que possam compor um arcabouço legislativo e jurídico que deem sustentação ao que eu chamo de "guinada verde", que o mundo inteiro está preocupado em realizar por conta da emergência climática que nós estamos vivendo, e o Brasil está no olho do furacão, eu diria, exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque é no Hemisfério Sul que estão as grandes florestas tropicais, responsáveis por uma boa parte do pulmão do Planeta.

Eu entendo que a COP ficou aquém do que se pretendia, mas não deixo de reconhecer que alguns passos foram dados, inclusive na questão do crédito de carbono. É óbvio que os países ricos mais uma vez foram tímidos em relação aos seus compromissos. Cobram muito dos países em desenvolvimento, mas foram tímidos por exemplo na questão do carvão dos dois maiores emissores – no caso, Estados Unidos e China.

E, para a minha tristeza, depois desse esforço todo – e eu quero parabenizar os organizadores do estande, vou chamar assim, da sociedade civil na COP, que estava sempre fervilhando de pessoas, com muitos jovens, indígenas, negros, quilombolas, mais de dez pessoas do nosso Fórum da Geração Ecológica participaram –, a gente volta e são revelados os dados do desmatamento, que já eram publicáveis antes da ida para a COP, em 27 e 28 de outubro, e aí você vê o mês de outubro como um dos meses ou o mês dos últimos anos de maior devastação da Amazônia.

E o tema a que eu queria chamar atenção é que o estudo feito recentemente, publicado ontem, aponta que, do ponto de vista das queimadas e desmatamento ilegal, as áreas com maior índice de desmatamento ilegal são exatamente as áreas públicas ocupadas – vou chamar, já que não estão regularizadas – irregularmente ou ilegalmente. Na verdade, do ponto de vista das terras públicas ocupadas, a taxa de desmatamento chega a 45% contra o índice de 22% ou 23% em outras áreas, ou seja, não ocupadas.

Então, esse é um tema que eu sei que o nosso querido Senador Fávaro está tratando com muito carinho, com muita parcimônia, mas eu sou obrigado a revelar, já que esta audiência pública diz respeito exatamente, já que foram três de cada... A última audiência foi sobre o projeto do licenciamento, e esta aqui é exatamente sobre o projeto de regularização fundiária, sendo a última das seis audiências combinadas com o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Então, eu diria que, cada vez que sai um dado, mais surpresa e preocupação tomam conta daqueles que estão atentos à questão climática e ambiental.

Então, eu queria fazer esse registro e agora passar a palavra, saudando – creio que é o Senador Esperidião Amin que adentra este plenário – o Senador Esperidião Amin, e convidar o primeiro dos expositores, o Sr. Anaximandro Doudement Almeida, Diretor do Programa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

V. Sa. tem até 20 minutos. Se precisar compartilhar alguma exposição, alguma matéria, a Mesa aqui lhe autorizará imediatamente.

V. Sa. com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos! Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Senador Jaques Wagner, que coordena esta audiência, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Senadores e Senadoras participantes, bem como os demais debatedores.

Sim, eu gostaria de que fosse colocada logo a apresentação, a nossa exposição do dia de hoje, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Sa. vai apresentar sequenciando ou quer que nós aqui controlemos a apresentação?

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – O controle por aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Bom, vamos lá. Posso começar, então? (*Pausa.*)

O.k.

Eu gostaria de, inicialmente, destacar o seguinte: a nossa posição seria incluir para o início dos debates como está sendo executada a Lei 11.952, como está sendo tratada a regularização fundiária no âmbito do Executivo. Com isso, nós entendemos que poderemos contribuir mais com a questão da instrução do Projeto de Lei 2.633, de 2020, e o Projeto de Lei 510, de 2001.

Seguinte, por favor.

Só para resgatar aí rapidamente a competência do Incra – isso é importante distinguir para que nas proposições não se coloquem competências, atribuições que não são do Incra –, resumidamente: a realização do ordenamento fundiário, a regularização fundiária, a promoção e execução da reforma agrária e da colonização. Essas são as atribuições do Incra. Atualmente o Incra está em todo o Território nacional: 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas.

Seguinte, por favor.

Quando se fala em regularização fundiária nós temos aí duas situações. Primeiro são os direitos: naturalmente, em uma área regularizada, com o título de domínio em mãos, esse ocupante poderá acessar o crédito rural, se inserir nas cadeias produtivas, ter autonomia e o desenvolvimento econômico da sua família. Como deveres, por outro lado é atribuído um CPF a esse imóvel. Então, naturalmente, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupante passa a ser responsabilizado por tudo o que ocorre naquele imóvel, especialmente em relação às questões ambientais, além do seu sustento como um todo.

Seguinte.

Para nós, a regularização fundiária é benéfica ao meio ambiente, no sentido de que isso é uma premissa; para o requerimento da regularização fundiária, é exigida a inscrição no CAR. Então, essa é uma das grandes contribuições, a política de regularização ambiental.

Nos casos de eventuais passivos ambientais, nós temos aí a oportunidade, via o que já está no Código Florestal, de obrigar os produtores a celebrar o Termo de Ajustamento de Conduta ou aderir ao PRA (Programa de Regularização Ambiental).

Uma vez titulado provisoriamente, nós temos as cláusulas resolutivas. O ocupante deverá, necessariamente, cumprir a legislação ambiental. Caso contrário, ele poderá ter seu título cancelado, o título que foi emitido por ele, por descumprimento justamente das cláusulas ambientais, especialmente no que se refere ao Código Florestal. Como premissa, a segurança jurídica, na responsabilização ambiental – é uma das grandes premissas que nós colocamos como a regularização fundiária, o entendimento de que ela é benéfica ao meio ambiente.

Próximo.

Aqui, esta tabela e esta informação é muito importante. Quando se fala em regularização fundiária, especialmente na Amazônia Legal, se pensa no todo da Amazônia Legal. Na verdade, as áreas públicas são esses quadradinhos, polígonos em branco. Isso foi estimado, o potencial de titulação, de regularização a, no máximo, 25 milhões de hectares, já tirando aí as áreas de interesse ambientais, unidades de conservação, assentamentos da reforma agrária, áreas da SPU e tantas outras. Então, nós teríamos, como área passível que se integram aos critérios da lei, 29 milhões de hectares, sendo 4,9%, então, do território da Amazônia Legal.

Então, esse seria o universo de que está se falando; não a Amazônia como um todo, mas apenas esses 4,9%. E, desse percentual, se a gente colocar ainda o dever de ter a reserva legal na faixa em média de 80% na Amazônia Legal, você teria apenas 1% da área antropizada, impactada com a presença humana.

Eu pediria, por enquanto, só para guardar esses números-macros: 25 milhões em torno de 160 mil parcelas, 167 mil parcelas.

Mais à frente, a gente vai comentar com mais detalhes os percentuais dessa tabela.

Seguinte, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, no início do mês passado, foi lançada a Plataforma de Governança Territorial, ou seja, o que se pretende dar com isso é prestar, para a sociedade como um todo e especialmente para os usuários do Incra, os assentados, os ocupantes de terras públicas e os produtores gerais, o serviço numa única plataforma, com a integração de todos os cadastros existentes do Incra e uma série de desburocratizações de processos na obtenção do que é necessário para a vida e o cotidiano desses segmentos da sociedade.

Seguinte.

O que se espera, então, com essa plataforma recém-lançada, é exatamente a conferência automática de dados, a dispensa de entregas de documentos, uma vez que o próprio Governo emitiu, tem esses dados, tem essas informações consigo, então basta uma checagem dessas informações junto ao próprio Governo, e redução de tempo na resposta ao administrado, aos interessados, sejam assentados, ocupantes de terras públicas ou produtores rurais.

Seguinte.

Esse é, digamos, o retrato, o perfil da Plataforma de Governança Territorial. Já comentei dos interessados, principalmente os assentados, cada um tem o seu principal produto como, por exemplo, título do assentamento, a certidão do assentado. Para o produtor rural, o certificado de cadastro de imóveis rural, que é a identidade da propriedade e, no caso do ocupante de terra pública, o mecanismo para solicitar, a porta, uma das portas de entrada, o título de regularização fundiária.

Seguinte, por favor.

Basta, então, ter uma senha, uma conta no gov.br para que se tenha esse acesso direto às informações pretendidas pelo usuário.

Seguinte.

Aqui, então, para o objeto de hoje, da regularização fundiária, nós vamos simular aqui uma situação de solicitação do título de regularização fundiária.

Seguinte.

Ele clica nessa mensagem, começa a preencher, primeiro, os dados pessoais, todos os requisitos que estão na lei e, de imediato, começa a checagem, como, por exemplo, os dados de origem da própria Receita Federal ou do Ministério da Cidadania através do cadastro nacional, o Cadastro Único. Então, é o primeiro batimento de dados com a base de informações que o próprio Governo detém.

Seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, em relação à área pleiteada, faz a seleção da parcela. É feita a consulta ao Sigef, que identifica exatamente as dimensões, o tamanho e as áreas exatas dessa parcela. Então, é o primeiro batimento.

Seguinte.

Depois é feita a consulta com o Cadastro Ambiental Rural e aí você tem aquilo que eu já havia falado anteriormente, que é a questão de atrelar um CPF a essa ocupação, que futuramente poderá ser regularizada.

Seguinte.

Nessa solicitação, então, caso, dadas as primeiras informações, tenha algum processo físico, em papel, no Incra, essa pessoa poderá optar substituir o processo em papel pelo processo digital, basta que ela autorize, concorde com essa desistência e seguirá a análise via digital.

Seguinte.

Aqui nós temos, então, aquela declaração que é exigida por lei, com todos os detalhes sobre a pessoa, as condições do próprio requerente, do perfil que é exigido pela lei e também da área que está sendo pleiteada, sob pena de responder administrativamente, civilmente ou penalmente. Então, ele concorda ou não com essa declaração, bem como autoriza o contato da plataforma. A própria plataforma, se houver alguma falta de informação ou inconsistência, avisa ao interessado, ao requerente para que ele providencie as pendências ou as regularize.

Seguinte.

Aqui, então, seria a finalização do requerimento. É gerado um número de processo administrativo e aí a pessoa aguarda, então, a análise da regularização.

Seguinte.

Hoje o processo está semiautomatizado, não é? Você tem o final do relatório... Desculpe. É produzido um relatório de conformidade para instrução processual com mais de 50 validações, seja da pessoa, seja do lote que está sendo pleiteado para regularização. Então, isso dá muita segurança, em função dessa quantidade de validações que é realizada automaticamente.

Ainda aqui, aproveitando, é feita a análise de sobreposição também. E esse destaque azul é da área pleiteada.

Seguinte.

Nessa área vocês vão ver que não existe sobreposição com relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que pulou uma lâmina. Se puder voltar, seria interessante. Não, podemos seguir... Não vai faltar.

Mas essa área em amarelo grande aí seria terra indígena, outras áreas do projeto de assentamento, ou seja, não vai haver sobreposição nenhuma com terra, nem unidade de conservação, nem com terra indígena, nem com outras áreas do próprio Incra, da SPU, ou seja, de outras destinações públicas. É impossível, em função das coordenadas que são fornecidas, o batimento de dados que é feito pelo Sigef e pelo CAR, que asseguram que não há sobreposição.

Uma ferramenta que está sendo utilizada atualmente é o sensoriamento remoto para análise da ocupação e efetiva cultura da área, da exploração da área, anterior ao marco temporal de 22 de julho de 2008. O Incra está utilizando, então, como ferramenta o TerraClass, que é uma ferramenta do Inpe com a Embrapa, mas a metodologia utilizada foi desenvolvida pelo Inpe e pelo Incra para análise do sensoriamento remoto e do geoprocessamento, a partir do TerraClass. Então, a partir do batimento de dados da própria parcela se verifica essa condição que é um requisito da lei, especialmente em relação ao uso e à cobertura dessa parcela.

Seguinte.

Aqui o exemplo do TerraClass. Nós temos do lado esquerdo, então, a imagem que é verificada. Essa imagem é da época anterior a 22 de julho de 2008. Aí uma imagem de satélite, o LandSat, que confirma, então, o uso da terra. Ali há quase 15 hectares, embaixo – o uso e cobertura da terra –, a vegetação lá existente, nativa, e o resultado dessa leitura é a verificação da ocupação confirmada, verificada, conforme abaixo, com todos os dados. E o que está em branco aí na imagem do TerraClass é uma nuvem. Então, caso... E isso pode também ser feito na imagem anterior, para checar essa área, ou, então, quando for inconclusivo o sensoriamento remoto, aí, sim, é feita a vistoria *in loco* dessa propriedade.

Seguinte.

Um outro aspecto importante que vai auxiliar, outro tema importante na questão da análise da apreciação do Projeto de Lei 2.633 ou do 510 é a questão da vistoria obrigatória. Hoje a lei e o decreto determinam as seguintes situações: por tamanho, para áreas acima de 4 módulos fiscais, médias e grandes propriedades, e nas situações que, de fato, exigem uma atenção maior, que seriam: caso haja termos de embargos ou infrações, indício de fracionamento, quando o requerimento é feito por procuração, quando o sensoriamento remoto for inconclusivo e, aí...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Sa. ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Quanto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O sensoriamento inconclusivo é quando se tem, por exemplo, a questão de cobertura, a exploração extrativista, e não é possível verificar. Se estiver tudo verde, então, aí, sim, há necessidade de verificação *in loco*. E em outras hipóteses do regulamento.

Seguinte.

Aqui, só alertando para a possibilidade e a importância de uma eventual ampliação da dispensa de vistoria prévia por tamanho. As hipóteses mais importantes foram aquelas: quando existem eventuais impactos ambientais e o sensoriamento foi conclusivo. E aqui eu destaco o seguinte: pequenas e médias propriedades. Se utilizarmos de acordo somente com o que está na lei atualmente, têm-se apenas 39% da área com esse processo célere de verificação, ao passo que, incluindo as parcelas de médias ocupações, eu teria mais 40% da área a ser titulada, ou seja, teria uma velocidade muito maior na questão da verificação e da regularização fundiária e deixaria, por exemplo, as médias propriedades, sim, aí, com as vistorias *in loco* também.

Seguinte.

Em outras palavras, utilizando aqui a logo do Incra, você tem as pequenas, médias e grandes propriedades.

Seguinte.

Uma atenção, então, a pequenas já está definida, para as quais é dispensada a vistoria obrigatória, mas, se você não inclui esse segmento das médias e grandes propriedades, tem aí 61% da área das parcelas que ficarão pendentes de vistoria *in loco* para que sejam regularizadas. Então, aí é que ocorre a demora, a mora na verificação desse processo que se está tentando automatizar.

Seguinte.

Do projeto de lei propriamente dito, nós temos aqui algumas indicações que dificultam a execução da lei.

Seguinte.

Não vou ler todos, mas há ocasiões... Por exemplo, há exigências que não estão previstas atualmente e que estão funcionando bem, como a questão da destinação das áreas, com a decisão somente pela Câmara Técnica de Destinação, com diversos órgãos públicos federais e estaduais. E aqui se exige a obrigação de consulta prévia.

Em outro artigo, há a exigência de verificação de grau de parentesco para cômputo de áreas acima de seis módulos. Isso é inexequível, é impossível de ser automatizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exigem a verificação de dispositivos da Lei de Crimes Ambientais pelo Incra, o que não é competência do Incra.

Exigem a resolução imediata de títulos, caso ocorra o auto de infração ambiental, ou seja, é sumário, sem defesa e contraditório, sem considerar um eventual TAC ou PRA.

Obrigado. Vamos ao seguinte.

Aqui também nós temos a questão de imposição de contratos antigos em renegociações, que são impossíveis. E também impossibilita a regularização de áreas com a Braviaco, porque suprimiu o §2º do art. 40-A.

Vamos ao seguinte. Podemos passar.

Os pontos de atenção são estes: dificulta a automatização dos processos; atribui funções de caráter ambiental ao órgão fundiário; embaralha dispositivo da lei fundiária, da Lei de Crimes Ambientais, do Código Florestal e da lei agrária, que trata dos assentamentos; e, resumidamente, promove alterações que dificultam a execução da lei.

Vamos ao seguinte. Pode passar.

Do PLS 510, as principais características...

Pode passar. (*Pausa.*)

Pode passar.

Ele trabalha...

Pode passar. Aí está o.k.!

Ele trabalha, resumidamente, de forma adequada, a questão processual, de acordo com a resolução que está sendo feita, se está mais adequada, e promove a segurança ambiental, conforme está posto aí pela exigência do CAR. Proíbe a regularização em área com infração ambiental, proíbe a regularização em área com embargo, promove o TAC e o PRA e a vedação de renegociação para áreas com embargos ou infração.

Vamos ao seguinte.

Então, resumidamente, promove maior automação, pelo sensoriamento remoto e outras técnicas, e favorece a aplicação da legislação ambiental como um todo.

Vamos ao seguinte.

Há alguns pontos de atenção, que vou deixar aí. Não vou lê-los, naturalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao próximo.

Para finalizar, eu gostaria de colocar esse comparativo, a questão do marco temporal, o que está na lei e nos dois projetos. Chamo a atenção para o fato de que essa é uma decisão não só ambiental, mas também social. Há pessoas lá que foram para a Amazônia na década de 60 e até em função de advento de políticas recentes. Então é um quesito que deve ser pensado e repensado, para se tratar sobre a questão ambiental e social, não só sobre o aspecto ambiental.

A dispensa de vistoria por tamanho já comentamos.

A questão da venda direta é outra opção, que depende da decisão do Legislativo. Da mesma forma, é uma questão que envolve preocupações ambientais e sociais.

Vamos ao seguinte, por favor.

Para finalizar, então, a última lâmina mostra o que se espera das proposições. Seja o que for colocado e aprovado, o que se espera é que as verificações sejam automáticas, que se adotem tecnologias, que as análises sejam objetivas e que se tenha segurança técnica e jurídica.

E o que se deve evitar nas proposições? Verificações manuais e visitas *in loco*, ausência de tecnologias, análises discricionárias e subjetivas e procedimentos que dificultem a execução da lei.

Era essa a nossa mensagem principal. Coloco-me à disposição para os debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Anaximandro, pela sua participação.

Eu questiono o Senador Esperidião Amin: V. Exa. quer esperar o conjunto dos expositores ou quer fazer a intervenção?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu quero fazer uma pergunta bem pontual em função de uma das...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu queria, se fosse possível, recuar umas quatro transparências na exposição dele, quando ele mostra algo, que não é um mosaico, é um mapa de distribuição de áreas com assentamentos e áreas indígenas. Eu acho que é uma questão até técnica, mas que tem reflexos, na minha opinião, antropológicos. (*Pausa.*)

Isso é o começo ou é o fim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É o começo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, vai tocando. Acho que é lá no...

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Eu acho que está mais umas quatro lâminas adiante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Onde o senhor mostra lá em vermelho o assentamento... (*Pausa.*)

Aí.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Passou já.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em violeta, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Passou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais uma.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Volte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É essa aí.

Então, pelo que eu entendi do que o senhor falou, esse violeta, vamos chamar assim – não é vermelho isso; é violeta, não é?

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso aí é assentamento?

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Não, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que é isso?

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Isso daí são áreas... Deixe-me olhar: áreas da legenda...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não florestas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Não florestas, isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o que é isto: "não florestas"?

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Deixe-me verificar aqui, só um minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o amarelo o senhor disse que é área indígena.

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – É porque aquele lá, realmente, aquele amarelo era área indígena. Esse vermelho, como um todo, são áreas – deixe-me pegar a legenda aqui... Só um minutinho, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha pergunta é a seguinte: pelo que o senhor falou, seria assentamento; pelo que eu ouvi, o assentamento é vizinho a áreas indígenas.

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – O assentamento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É vizinho...

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Nesse caso lá, daquela parcela, especificamente, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha pergunta é a seguinte: uma reserva indígena é um território protegido.

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Correto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um território protegido, em termos ambientais – nem estou falando em termos antropológicos –, exige área de amortecimento, não é verdade?

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se eu tenho uma reserva do arvoredo, além do perímetro da reserva eu tenho uma zona de amortecimento, que às vezes é mais complicada do que a reserva, porque é uma espécie de terra de ninguém – se fosse uma guerra –, que ninguém pode frequentar costumeiramente. É uma, no caso aqui, área de amortecimento ou zona de amortecimento, como se diz. Nesse caso, sempre que a gente toma conhecimento de um conflito envolvendo mineração ou atividade agrícola, Senador Carlos Fávaro, ou extração de madeira com índio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com reserva indígena, não passa semana sem que se tenha conhecimento de um conflito dessa natureza. Então, deve haver uma zona de amortecimento.

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se eu tiver um vizinho, se eu for vizinho de reserva indígena independentemente dos meus cuidados pessoais, é quase que uma contingência de um animal que foge, que vem para cá ou vai para lá, é um ponto de conflito. Quer dizer, facilidade para conflito não é criar o conflito, mas favorecer o conflito se não houver a zona de amortecimento. Então, se nós estamos falando de regularização fundiária, regularizar significa normalizar a vida também, e não... É um detalhe de natureza técnica.

Agora, abusando, Presidente, o que eu queria lhe pedir é o seguinte: hoje nós teremos, hoje à tarde, em função do nosso calendário, nós teremos uma reunião definitiva com o ICMBio sobre o Parque da Serra Catarinense. Chegamos a 90% de acordo com a participação de todos os técnicos do ICMBio, representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Senador Heinze, de Parlamentares de Santa Catarina, todos os prefeitos envolvidos, e só há uma pendência e, se for o caso, temos que votar. Então, eu queria que o senhor autorizasse a Secretaria a agendar, tão logo a gente tenha essa condição acertada. Eu acho que vai ser um tento que a Comissão do Meio Ambiente vai lavrar. O senhor autorizando a marcar a audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião Amin, sem problema. Eu só vou lhe pedir então que, concluída a reunião, V. Exa. me dê um alô e eu falo aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Perfeito. Se o senhor der autorização, eu lhe aviso, a Secretaria combina com o Senador Heinze e avisa ao Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas a minha dúvida então, sobre o que eu acho que tinha que ser esclarecido, até para a gente prosseguir a discussão, é se....

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – ... na regularização fundiária, se é que a transparência fala sobre isso, como eu ouvi.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – Senador Espiridião, posso esclarecer?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim, pode falar.

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA – No mapa que aparece aí na lâmina do sensoriamento remoto – é porque a legenda está muito pequena –, não floresta: significa não floresta. Não confundir com a outra área em que foi feito um *zoom* sobre uma parcela que está próxima a uma terra indígena, que é em amarelo. Então, as legendas são diferentes, tanto da lâmina que o senhor mencionou quanto com relação à outra. Então, são lâminas diferentes, são coisas distintas.

Gostaria de esclarecer que para a questão da zona de amortecimento também já há previsão legal; para a questão indígena eu não lembro exatamente se são 10 quilômetros ou 20 quilômetros. De acordo com o tipo de empreendimento, você tem zonas que podem mudar, mas já existe previsão legal para isso. Eu não me recordo agora exatamente aqueles empreendimentos ou áreas vizinhas que devem obedecer a essa zona de amortecimento a que o senhor se refere.

Então, isso já está normatizado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E na regularização fundiária também.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Espiridião, eu vou pedir vênia a V. Exa. para não prejudicar os outros apresentadores, porque senão a gente fica praticamente concentrado com ele.

Bom, eu agradeço ao Anaximandro e passo a palavra à Sra. Brenda Brito, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

V. Sa. tem até 20 minutos, também, para a sua exposição. Com V. Sa. a palavra.

A SRA. BRENDA BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Jaques Wagner, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e Senadoras presentes. Agradeço o convite para participar desta audiência.

Cumprimento também os demais palestrantes desta reunião.

Eu vou compartilhar aqui uma apresentação. Por favor me avisem quando estiver aparecendo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já está aparecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRENDA BRITO – Ótimo.

Bem, eu sou Pesquisadora do Imazon, um instituto de pesquisa não governamental, sediado em Belém, com a missão de promover conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Eu vou concentrar aqui a minha apresentação na avaliação dos dois projetos que estão sendo apreciados pela Comissão. Existem muitos aspectos, então eu vou focar em alguns que eu considerei principais para trazer aqui hoje. Mas a gente chegou a publicar uma nota técnica sobre o Projeto de Lei 510, em que a gente entra em mais detalhe, e não fizemos ainda uma sobre o 2.633, a versão que foi aprovada pela Câmara – tínhamos notas sobre as versões anteriores –, mas eu vou trazer aqui algum dos aspectos que eu considero principais.

Primeiro, essa avaliação é focada em algumas perguntas principais. Primeiro é entender se esses PLs são compatíveis com as medidas que são necessárias para que a gente impeça o agravamento da crise climática. O Senador Jaques Wagner colocou, no início desta reunião, a preocupação e o contexto que a gente está vivendo agora, com o término da COP, com a elevação das taxas de desmatamento, com certos compromissos que o próprio Brasil assumiu durante a COP, como a Declaração sobre florestas de Glasgow. É importante que qualquer projeto de lei que seja apreciado pelo Congresso tenha essa lente de entender até que ponto esses projetos estão ou não indo na contramão dessas necessidades que precisamos ter em mente e desses objetivos de redução de desmatamento, que são tão importantes não só para o Brasil, mas também para contribuir contra esse agravamento da crise climática.

E nesse sentido tenho duas perguntas mais específicas, que eu me fiz ao avaliar os PLs, que são entender se eles desestimulam e impedem desmatamento, grilagem e conflitos em terras públicas no processo de regularização fundiária; e também se eles trazem soluções para aumentar a eficiência da regularização com as salvaguardas necessárias.

Primeiro, também quero deixar aqui explícito para os senhores e as senhoras que o conceito que eu entendo de grilagem, nas análises que eu faço, é entender a grilagem como toda ação que visa obter a posse, a propriedade de uma terra praticando o ato ilícito, ou seja, se o indivíduo pratica um desmatamento em floresta pública, que é um crime previsto na legislação, com a intenção de obter a propriedade desse imóvel, eu entendo nessa análise que isso, sim, pode ser considerado como grilagem de terra.

O primeiro aspecto a ser levantado é a questão desse marco temporal previsto na atual lei de regularização fundiária federal, que é aquela data limite em que uma área pode ter sido ocupada para ter direito a pleitear um título de terra. Como já foi colocado na apresentação do representante do Incra, a gente tem, na verdade, duas formas de ver esse marco temporal. Eu sempre falo que o marco temporal, na prática, é 2011, porque a lei prevê duas formas. A primeira, as ocupações dos que ocuparam a área pública federal até 2008 podem ser objetos de doação de até um módulo fiscal; ou também de venda, até 2,5 mil hectares, e nessa venda pagam um valor bastante irrisório, que é de 10% a 50% do preço mínimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecido na planilha do Incra. Mas também, lá no art. 38, a atual lei prevê essa chamada "venda direta", que é para aquelas áreas que foram ocupadas após 2008 e até dezembro de 2011, que podem, sim, ser regularizadas pagando um valor máximo previsto na planilha do Incra. Lembro que mesmo esse valor máximo, segundo análise que a gente já publicou, é menor que a metade do que se cobra por essa terra no mercado, na média. Então, a gente ainda está falando de uma condição bastante facilitada, quando a gente está falando dessa questão da venda direta.

No caso do PL 510 – aqui vou generalizar, e os senhores já vão entender –, eu entendo que os dois PLs, de uma certa forma, estão abrindo a possibilidade de legalizar áreas que foram ocupadas após o marco temporal. O PL 510, de forma mais específica, quer alterar esse marco para essa doação e venda com desconto maior, que hoje é de 2008, passaria a ser 2012; e, naquela previsão de venda direta, atualmente até 2011, passaria a ser até 2014. E aqui lembro que não se trata apenas de permitir a legalização de áreas que foram ilegalmente ocupadas, porque foram feitas após o marco temporal vigente, mas a gente também estaria aceitando que essas áreas que hoje pagam um valor um pouco maior passassem a pagar um valor praticamente irrisório, que é esse cobrado nessa venda com desconto maior, ou seja, a gente não está apenas falando de uma perda do ponto de vista de uma anistia que está sendo feita, mas também de uma perda aqui de arrecadação pelo valor da terra. E ao fazer essa alteração, se isso for permitido, o que a gente vai estar fazendo, na verdade, é movendo mais uma vez esse chamado ciclo de grilagem e desmatamento, que é o ciclo que a gente vivencia historicamente, infelizmente, aqui no Brasil, em especial na Amazônia, no qual você tem uma ocupação de terra pública feita de forma ilegal, que não é permitido por lei, e é seguida de um desmatamento, porque o desmatamento é basicamente a forma de comprovar, infelizmente, o uso dessa área. A própria apresentação do representante do Incra mostrou que um dos aspectos que são analisados nessa análise de sensoriamento remoto é se a área já foi desmatada, por exemplo, até uma certa data. Então, o desmatamento sinaliza isso, é o primeiro passo, digamos assim, após a ocupação.

Essa área muitas vezes é loteada em áreas menores, essas pessoas então solicitam títulos de terra nos órgãos fundiários e, se por acaso a legislação não permite que essa área seja legalizada, porque, por exemplo, foi ocupada após o marco temporal, o que a gente percebe é uma pressão para a mudança da lei. E é o momento que a gente está vivendo agora, basicamente desde 2019, lá na época da MP, que continua essa pressão. Se a lei é alterada, o que a gente tem então é mais um estímulo para novas ocupações, porque, se eu altero a lei hoje, por que eu não posso alterar depois? Então, na prática você não tem realmente uma credibilidade de que esse marco temporal vai ser mantido. A gente viu, há quatro anos, a lei sendo alterada, essa Lei 11.952, para estender em sete anos o marco temporal, e agora está se tentando fazer isso mais uma vez.

O outro aspecto que eu queria reforçar é que o próprio PL 2.633 e também o 510 possuem essa alteração no art. 38, que também permitiria legalizar áreas que forem ocupadas após o marco temporal. Por que eu falo isso? Porque ele prevê essa possibilidade de que áreas que não sejam passíveis de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização, como, por exemplo, áreas que não estão dentro desse marco temporal, poderão ser alienadas por meios de licitação pública. Uma redação muito parecida no 510, a diferença é que inclui aqui um direito de preferência ao ocupante do imóvel, mas eu considero que, pelo fato de os dois também preverem que os termos dessa licitação seriam definidos por decreto, nada impede que, uma vez sendo aprovada essa redação, por exemplo, do 2.633, essa questão do direito de preferência aparecesse num decreto, por exemplo.

Então, essa previsão aqui de fato seria uma grande brecha para que áreas que sejam ocupadas a qualquer momento, áreas que até não estão ocupadas neste momento e venham a ser ocupadas no futuro, possam ser legalizadas por regras de licitação que ainda seriam definidas, que podem facilitar bastante para quem estiver ocupando essas áreas. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que eu queria destacar é o fato de o PL 2.633, na minha avaliação, legalizar um procedimento que eu considero inconstitucional e ilegal de destinação fundiária, porque ele estaria permitindo regularização em áreas de florestas públicas. Eu vou explicar, primeiro conceituando aqui que, no meu entendimento, nós não podemos privatizar áreas de florestas públicas. Se a gente considerar o art. 225, §5º, da Constituição, a gente entende que as áreas que são necessárias à proteção dos ecossistemas são indisponíveis, elas não podem ser privatizadas; a gente tem a própria legislação de florestas públicas que conceitua o que é uma floresta pública, que seria qualquer área de floresta ou qualquer que floresta que está localizada em bens da União, nos Estados, nos Municípios, ou seja, se existe uma floresta em cima de uma terra pública, isso é considerado uma floresta pública; e a gente tem, a princípio, a própria Lei 11.952, determinando que áreas de florestas públicas com esse conceito mais abrangente pela Lei 11.284 não podem ser passíveis de alienação ou concessão, elas não podem ser alvo de um título de terra.

Isso é o que a gente tem hoje e que consolida esse entendimento de que essas áreas não podem ser privatizadas, porém hoje em dia a gente tem no Decreto 10.592 uma previsão que já aparecia em decretos anteriores: um procedimento que vai na contramão disso que eu acabei de falar, porque, nesse processo de destinação de terras públicas pela Câmara Técnica, que é um comitê composto por órgãos do Governo Federal onde se debruçam sobre essas áreas públicas para decidir qual seria a melhor destinação, a regra de operação dessa câmara prevê que, quando não há manifestação explícita, por exemplo, do Serviço Florestal, do ICMBio ou da Funai dizendo que aquela área específica, aquela gleba possui um interesse específico para criar, por exemplo, unidades de conservação, área para concessão, se há uma ausência dessa manifestação, é pressuposto, é presumido que essa área poderia ser destinada à regularização fundiária. Ou seja, esse procedimento basicamente diz que, mesmo se for uma área de floresta pública, se ninguém se manifestar dizendo que quer fazer uma destinação de conservação, por exemplo, aquela área poderia ser destinada à regularização, o que acaba indo na contramão do entendimento da Constituição e da legislação vigente de que não se poderia haver uma destinação de florestas para privatização. E o PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.633 basicamente copia o texto desse decreto, numa tentativa de legalizar este procedimento: "na ausência de manifestação, será presumido que não há oposição quanto à regularização".

O problema dessa questão é quando a gente observa os resultados que aconteceram na Câmara Técnica até 2018. Dos quase 47 milhões de hectares que passaram pela avaliação da Câmara Técnica, a maioria, 32 milhões de hectares, foi na decisão da Câmara Técnica destinada para a regularização fundiária, mesmo que essas áreas não tivessem demandas específicas de processos de regularização fundiária. Então, aqui eu entendo que há um grande risco. Eu entendo que esse procedimento já é ilegal e que deveria ser anulado. Agora, tentar colocar isso em uma lei, acaba sendo um grande risco de dar mais legitimidade a esse tipo de procedimento.

Para ser mais específica quanto aos riscos que isso representa, a gente, por exemplo, sobrepôs as áreas de florestas públicas federais que constam hoje no Cadastro Nacional de Florestas Públicas a essas áreas que Câmara Técnica entendeu que seriam áreas para regularização e também a imóveis que já foram georreferenciados para regularização fundiária na época pelo Terra Legal e agora pelo Inpe. E o que a gente encontra é que 45% das florestas públicas federais que estão hoje em dia no Cadastro Nacional de Florestas Públicas já estariam, pela decisão da Câmara Técnica ou também por esses processos de georreferenciamento, numa rota de regularização fundiária. Então, a gente vê aqui a concretização do problema que é essa regra que hoje está no decreto e que se quer colocar dentro do PL 2.633. E, se a gente combina essa tentativa do 2.633 com aquela que eu falei anteriormente de alterar o art. 38, para permitir que áreas possam ser legalizadas por licitação no futuro, o que a gente está colocando aqui é basicamente uma receita para que áreas públicas com florestas continuem sendo ocupadas na expectativa de que vai se dar um jeito, nem que seja por licitação. Então, isso eu entendo que é uma afronta a toda a nossa legislação florestal e a qualquer tipo de compromisso que o Brasil queira ter – ou a qualquer credibilidade – de indicar que vai reduzir desmatamento.

A gente também estimou – o estudo foi publicado em 2019 – o que aconteceria se parte dessas áreas que a Câmara Técnica indicou como áreas de regulação fundiária fossem de fato privatizadas e a gente estima um risco de desmatamento adicional de 11 mil a 16 mil quilômetros quadrados até 2027, porque a gente teria a expansão de uma fronteira de desmatamento para dentro dessas áreas. E isso aqui considerando um histórico de taxa de desmatamento até 2016, então, se a gente entender que, nos últimos anos, o desmatamento acelerou bastante, esse risco deve ser ainda maior, mas a gente ainda não atualizou esse dado.

E a gente estimou não só esse prejuízo ambiental com a privatização dessas áreas, mas também o prejuízo financeiro, porque, como eu falei lá no início, a regra atual prevê uma cobrança de valores muito abaixo do mercado na venda desses imóveis. E aí a gente estimou com valores de 2016 – ou seja, já estão desatualizados – que, naquela época, a sociedade brasileira, na privatização dessas áreas, perderia entre R$62 bilhões a R$88 bilhões, porque seria a diferença do que essas áreas valem no mercado em média

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com aquilo que poderia ser cobrado pelas regras atuais. Então, a gente está diante de um prejuízo financeiro e também econômico.

Um terceiro ponto que eu queria levantar em relação à análise dos PLs é que, no meu entendimento, eles aumentam o risco de legalização de áreas com conflitos, porque, hoje em dia, como foi apresentado anteriormente, na apresentação anterior, a gente tem uma dispensa de vistoria para até quatro módulos fiscais, com algumas exceções, e os PLs – tanto o 2.633 quanto o 510 – pretendem aumentar essa área em que pode haver a dispensa, mas eles fazem isso sem trazer nenhuma inovação e mecanismos que possam reduzir o risco de situação de conflitos. Eu vou dar um exemplo. Pelo exemplo que foi colocado da plataforma que o Incra utiliza hoje, trazendo o cadastro ambiental para fazer essa análise, no momento em que essa análise mostra por exemplo que você tem vários cadastros ambientais de diferentes pessoas sobrepostos ao imóvel cuja regularização fundiária está sendo solicitada, esse é um indício de que há conflito, porque você teria mais de uma pessoa dizendo em cadastro público que tem o direito sobre aquela terra. Mas isso não está sendo levado em consideração por exemplo nas propostas que o projeto de lei está fazendo como áreas que deveriam ser de vistoria obrigatória. Então, entendo que não há inovação, mesmo que nós já tenhamos mecanismos que o próprio Incra utiliza, para verificar indícios de conflito.

Um quarto ponto que eu queria destacar é que, na minha avaliação, os PLs não só vão permitir titulação de áreas que estão sendo desmatadas neste momento, por exemplo, mas eles também adiam a demanda pela regularização ambiental. Então, hoje em dia, a própria Lei 11.952, na verdade, não impede a regularização de uma área que está sendo desmatada. Existe apenas uma previsão em decreto, que é realmente uma exceção, que é: naquelas áreas que já foram autuadas por desmatamento ilegal – que a gente sabe que não são a maioria dos desmatamentos, hoje em dia são a minoria, se a gente considerar a redução da fiscalização –, apenas nessas áreas que já receberam auto de infração ou embargo, quando houver uma vistoria e se nessa vistoria a única forma de comprovar os requisitos de regularização for basicamente o desmatamento, nessa situação, a pessoa precisa assinar um termo de ajustamento de conduta ou aderir ao PRA antes de receber o título. Porém, o PL 2.633 não vai mais exigir esse TAC, porque basta ter o CAR. Se a pessoa tiver o CAR, não interessa se está ativo ou qual é o estágio desse CAR, ela nem vai mais precisar assinar o TAC nessa situação. Ou seja, você vai jogar para frente essa demanda de regularização.

E o PL 510 acaba restringindo essa possibilidade de hoje, porque ele considera que apenas naquelas áreas que têm infração ambiental autuada já transitada em julgado na via administrativa, de que não se pode recorrer, é que, aí sim, teriam que assinar o TAC ou PRA. Então, a gente está reduzindo ainda mais a possibilidade de solicitar o quanto antes esse início do processo de regularização ambiental.

Bem, já partindo para as minhas conclusões, eu queria reforçar aqui na minha leitura: os PLs trazem medidas inconstitucionais e que levarão à privatização de florestas públicas pelas brechas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão sendo abertas; eles vão estimular mais invasão de terra pública associada ao desmatamento, que é a grilagem de terra, justamente nessa expectativa de que vão continuar ocupando porque, uma hora, isso aqui vai poder ser licitado ou vai poder ser regularizado; eles adiam a demanda por regularização ambiental, como eu falei antes; e também eles acabam sendo contrários a qualquer compromisso ou meta de redução de desmatamento e também qualquer compromisso de acelerar uma restauração de áreas já desmatadas.

Antes de concluir, eu queria apenas reforçar que sim, a regulação fundiária é essencial, ela é importante. A gente sabe que existe uma demanda muito grande de famílias que estão aguardando pela sua regularização. A questão que a gente não pode perder de vista é que esse problema tem que ser resolvido sem trazer novos problemas para o futuro, sem abrir a possibilidade de que áreas que continuam sendo ocupadas e desmatadas venham a ser premiadas com o título de terra. Então, acho que o importante é entender que a gente já tem tecnologia, como foi apresentado pelo Incra, que está sendo colocada em prática para acelerar esse processo de regularização e que não há necessidade nesse momento de o Congresso Nacional dar uma sinalização de que sim, vamos perdoar as áreas que continuam sendo ocupadas e desmatadas, porque isso, sim, vai ser efetivamente um prêmio à ilegalidade.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sra. Brenda Brito, pelas suas colocações.

Eu passo a palavra agora ao Relator da matéria, querido Senador Fávaro.

Está com V. Exa. a palavra.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de parabenizá-lo pela condução desta Comissão nesse tema tão relevante, tão importante aos brasileiros, e parabenizo esta Casa. Quero cumprimentar também nossos colegas, Senadores Zequinha, Jayme Campos, Veneziano, que já passaram por aqui, também Esperidião Amin, para ver a relevância desse tema. Quero aproveitar e cumprimentar os apresentadores, convidados, o Anaximandro, a Brenda, que fez uma exposição agora nesse momento.

Infelizmente, eu tenho uma agenda agora, não é por relaxo ou por desatenção às duas próximas apresentações, do Rodrigo e da Cristina, mas estou atento, a minha equipe também está atenta, são excelentes as apresentações.

Nós tivermos diversas audiências públicas, um amplo debate, um tema polêmico, mas relevante, importante para os brasileiros que estão com vocação, ocupando as propriedades, suas propriedades, querendo o direito do título de propriedade, para poder ter cidadania, chegar, na hora certa, comprar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus insumos, fazer um custeio, um financiamento, um investimento, a compra de equipamentos, tratores, e há anos sonham com uma regularização fundiária eficiente, justa, e isso não acontece.

Acho que é papel desta Casa trabalhar a melhoria da legislação. Eu queria, nesse sentido, parabenizar o Deputado Zé Silva, que é autor do Projeto nº 2.633, de 2020, e o Deputado Bosco Saraiva, que foi o Relator lá na Câmara dos Deputados. Da mesma forma, o Senador Irajá, que fez um trabalho também complementar, apresentando o Projeto de Lei nº 510, de 2021.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o amplo debate em todas essas audiências públicas, também com a Comissão de Agricultura, nós tivemos a oportunidade de entender os pontos sensíveis e que não devem ser acatados ou melhorados... Que devem ser melhorados nos projetos de lei, no que tange, principalmente, à questão ambiental.

Não se pode misturar os assuntos, não se pode precarizar o meio ambiente, em detrimento da regularização fundiária, até porque são temas correlatos. Ao regularizar fundiariamente a propriedade, ao dar o título de propriedade, nós teremos um CPF para que os órgãos ambientais possam cobrar se ele cometer algum crime.

Então, partimos do pressuposto de que, ao regularizar, nós vamos estar favorecendo a preservação ambiental e o cumprimento das leis ambientais brasileiras.

Também fiquei muito atento às exposições, nesta audiência pública como também nas outras, na preocupação com as datas dos marcos temporais. Isso me parece que é um assunto bastante relevante, porque passa a servir de estímulos a novas invasões, a novas ocupações em áreas públicas, na perspectiva de que, em poucos anos, este Congresso se reúna e mude novamente o marco temporal para mais adiante, o que seria um estímulo a que as ocupações ilegais continuassem acontecendo sem parar. Então, tenho, sim, a tendência de ver as datas do marco temporal, as de hoje, para que nós possamos fazer a regulamentação de quem está na propriedade, mas não estimular novas invasões.

Nesse sentido também, a apresentação da Brenda foi muito relevante nos pontos que tangem ao tamanho das propriedades. É relevante estudar esse assunto. Eu acho que o poder público deve estar atento aos pequenos e médios produtores; os maiores produtores têm outras condições. A Constituição já lhes garante a compra direta, até 2,5 mil hectares. São temas que serão bastante estudados por nós, na apresentação desse relatório.

Enfim, Sr. Presidente, eu quero agradecer, então, a todos. Acho que esta deve ser a última audiência pública. Nós vamos, então, nos debruçar agora sobre todas as contribuições que tivemos nesta audiência e nas outras também, para que possamos apresentar um relatório equilibrado nesta Comissão, debatermos entre os pares aqui, nesta Comissão, votarmos e depois levarmos ao Plenário, para que nós possamos modernizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ponto mais importante de todos é dizer: tudo evolui. Os algoritmos estão aí, à disposição de todas as atividades econômicas, e não deve ser diferente no poder público. Usar as ferramentas tecnológicas, imagens de satélite, os algoritmos, a inteligência artificial a favor de uma regulação fundiária justa para os pequenos e médios produtores é um papel desta Casa e nós vamos procurar contemplá-la em nosso relatório.

Enfim, era isso.

Quero agradecer-lhe a oportunidade e a todos os debatedores, para que nós possamos, ainda neste ano de 2021, aprovar um projeto equilibrado, para que nós possamos definitivamente entregar ao Executivo a oportunidade de fazer justiça social no campo com preservação ambiental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Fávaro.

E quero só ser testemunha de que, desde as primeiras conversas com V. Exa., V. Exa. sempre teve essa consciência de dizer: "Vamos modernizar, mas não para precarizar, não para descuidar". Eu acho que nos temas mais delicados talvez seja exatamente o marco temporal, porque o Brasil faz Refis de quando em quando, como V. Exa. mesmo disse, e às vezes acaba sendo um estímulo às pessoas a não honrarem, porque vai ter um Refis, então, deixa lá que eu pago lá, fica mais barato.

Então, eu acho que esses temas são delicados por esse aspecto, porque muitas vezes é educativo ou não. Se a gente toda hora flexibiliza, flexibiliza, as pessoas dizem: "Não, posso continuar fazendo, porque daqui a pouco alguém vai regularizar".

Mas V. Exa. sabe que o seu relatório é aguardado com ansiedade e expectativa positivas na minha opinião, e, depois dele, é evidente, os Senadores farão as emendas que entenderem, e V. Exa. fará o relatório final para submeter à Comissão.

Obrigado a V. Exa. pela sua colocação.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Presidente, obrigado pela oportunidade.

Eu gostaria, neste momento, de saudar pela iniciativa da audiência pública, quando se observa isso e estuda a questão ambiental ligada à regularização fundiária. São temas que precisam caminhar juntos. Não dá para você ajeitar a questão ambiental sem ajeitar a questão fundiária. Muita gente quer trabalhar isso e não consegue, a vida toda insistindo numa coisa que não dá certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu estava no gabinete acompanhando a sessão, pude observar que é por aí o caminho, vamos trabalhar os dois projetos, o do Zé Silva e o do Senador Irajá, e aproveitar o que tiver de melhor.

Eu quero dizer a V. Exa. que essa questão do marco temporal, para mim, surpreende-me muito ficar fazendo esse Refis. Eu acho que a gente tem que acabar com esse assunto. Estabelece lá, bota ordem nisso e encerra essa conversa, porque senão a gente nunca vai dar conta de ter tranquilidade e segurança.

Mas vamos à questão fundiária.

O meu Estado do Pará sempre esteve nas grandes manchetes nacionais em função desse problema. Um brigando com o outro e o mais forte, às vezes, levando a melhor, porque falta uma política pública. E, aí, a conta a gente tem que fazer, botar aqui dentro desta Casa, porque há muito tempo a gente já deveria ter liquidado essa fatura, estabelecido essa questão legal de forma bem ampla para todo mundo, desde o "minizinho" ao maior. Cada um obedecendo à regra do jogo, onde está enquadrado.

Lá no meu Estado, o Pará é campeão de projeto de assentamentos. Nós temos muita gente assentada. Mal ou bem assentada, mas estão lá. Temos ainda uma fila enorme de áreas que o Governo precisa ir lá ver, para tentar ver o que que faz. Não sei como, mas nós temos muita gente esperando, muitas áreas esperando. E eu espero que a gente possa... E aí ter aqui a presença do Senador Carlos Fávaro, a presença do Senador Jayme Campos, que são homens experientes ligados ao campo, é muito interessante saber o que nós vamos fazer com essa turma que não está no papel, mas o assentamento praticamente já existe. Foram áreas que foram invadidas no passado, e não há como se resgatar. E aí temos que achar a saída. E é importante – não é, Senador? – termos uma previsão legal de o que fazer com isso, que encaminhamento o Governo tem que dar com relação a isso. Não é verdade?

Mas eu quero aqui dizer da alegria de ver esses dois temas caminhando juntos, porque a regularização fundiária traz solução para uma série de coisas. Primeiro, a questão de segurança jurídica. A pessoa: "Estou aqui, comprei ou me deram, mas eu estou aqui e vou produzir com tranquilidade". Segundo: "Eu posso usar essa minha terra como garantia real para hipotecar, buscar um recurso, desenvolver meu projeto". E aí, de forma indireta, quando eu posso financiar, eu financio também o trator.

Qual é a grande briga do Governo com a questão da agricultura, principalmente a agricultura familiar? É que o fogo, aquele velho aliado do homem desde a Pré-História, continua sendo uma ferramenta de limpeza da sua área, por falta da máquina. Se eu tenho o título da terra, eu vou poder financiar essa máquina que vai evitar o fogo, não é? Todo mundo sabe que, em que pese o fogo ser tranquilo controlado, emite gases poluentes, e aí vai somar com aquilo que os outros também já fizeram. E essa soma é difícil de se encarar, não é?

Então, eu vejo como uma saída, digamos, inteligente, acertada a gente marchar para a regularização fundiária, achar os termos que possam cobrir e contemplar todos os produtores rurais. Isso ajuda o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a alavancar a produção, a melhorar a condição de vida desse povo e a fazer avançar a economia. E é um lado da economia que está dando certo, que é a coisa voltada ao agro.

Então, é oportuno esse debate, esta audiência pública. Faço votos de que, daqui a pouco tempo, esta Comissão se some às demais, para que a gente possa votar o projeto, dar ao Brasil essa tranquilidade, soltar a economia do campo, ligada à questão principalmente da agricultura familiar. Meu Estado, por exemplo, tem 1.132 projetos de assentamentos. São três superintendências do Incra trabalhando. Tem uma, na região oeste do Pará, com sede em Santarém, que é o maior imbróglio fundiário do mundo. Alguém vai ter que ter coragem, nível de Presidência do Incra e Presidência da República, com o Ministério da Agricultura, porque o negócio é feio, a região lá é muito complicada. Mas estamos aí para tentar resolver problemas. Precisamos resolver isso lá no oeste do Pará.

Assim, Presidente, formalizo aqui meu apoio total e irrestrito para que a gente avance. Com regularização fundiária a gente ajeita a questão ambiental, dá tranquilidade e sai também das notícias ruins ligadas a esse setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Zequinha.

Eu acho muito importante a sua fala, porque V. Exa. é representante não sei se do maior, mas de um dos maiores Estados nossos em área territorial e em que, realmente, o conflito de terra sempre foi muito grande. Eu gosto de dizer que há santos e diabos dos dois lados – eu digo dos dois lados que estejam em conflito. Eu não gosto de trabalhar com o conceito de que os meus são os santos e os outros são o diabo. Tem santo e diabo em todo lugar. Toda vez que você faz uma lei para corrigir alguma coisa, sempre terá um dito esperto que vai querer se beneficiar daquilo e usar a lei.

Então, eu acho que a maturidade desta Casa é suficiente, dos 81 colegas, para que a gente chegue a um denominador comum, a um ponto de equilíbrio, para que a gente possa, efetivamente, separar aqueles que querem só fazer escambo, só comprar para vender, ou seja, só para ganhar, daqueles que querem aquilo ali porque são apaixonados pela terra, querem produzir e ter a sua coisa reconhecida. Eu conheço isso porque, como Governador – e o meu Estado é bem menor, apesar de ser grande também, do que o Estado do Pará –, eu acho que regularizei 1,2 milhão de hectares com o órgão estadual exatamente para pessoas que, se não tiverem o papel... O cidadão quando recebe o papel chora, porque é quase uma carteira de identidade. A partir dali, ele vai dizer: "Agora eu posso tomar um dinheiro no banco, agora eu posso entrar no Pronaf", ou seja, nos programas que atendem. Também, seguramente, haverá malandro que quer pegar isso aí para, no dia seguinte, revender. Tem isso em tudo que é lugar, a verdade é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o trabalho do Senador Fávaro junto com a Comissão, evidentemente, é para separar o joio do trigo, para dar aquilo a quem efetivamente merece, quer trabalhar, produzir, gerar riqueza e gerar prosperidade.

Na verdade, esta é a última audiência. Nós ainda temos dois convidados para falar, mas eu quero dizer que todas as audiências públicas – eu participei de todas; foram três para o licenciamento e três para a regularização –, todas as seis foram de alta contribuição para mim pessoalmente e imagino que para o Relator e para a Relatora, no caso, a Senadora Kátia Abreu. Vamos ver como o Senador Fávaro administrará. Como o senhor disse, não é fácil achar o ponto de equilíbrio, mas é o trabalho mais nobre que a gente tem para fazer aqui.

Obrigado.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar.) – Uma pequena manifestação minha.

Primeiro, quero cumprimentar o Carlos, o Senador Carlos Fávaro, porque ele fez uma bela fala. Realmente, esse é o sentimento daqueles que, eventualmente, entendem um pouco da matéria.

Agora, alguma coisa me chama a atenção. Primeiro, a questão do Incra, que nós sabemos que é um órgão que lamentavelmente está vencido, até pelas palavras do próprio Presidente do Incra. Há poucos dias estivemos lá. Houve uma redução drástica em relação até ao número de servidores do Incra. Envelheceu, está com pouca estrutura, pouco recurso. E isso por uma demanda reprimida no Brasil – não é privilégio do Mato Grosso, não é Carlos Fávaro? Esses dias atrás, com a Ministra, inclusive, levando alguns moradores de algumas comunidades do nosso Estado, solicitamos... Eles estão há 20 anos, 25 anos com direito adquirido, e até hoje não tiveram acesso. O Incra lançou uma nova ferramenta que é uma plataforma. O cidadão poderá, lá da sua comunidade, da sua cidade, do seu Município, fazer o pleito, o pedido, para que possa sair, com certeza, o seu título. É evidente que é uma ferramenta nova. Isso vai demandar tempo, até para que as pessoas tenham experiência, para que as próprias prefeituras cedam funcionários para fazerem um treinamento em parceria com o Incra, para tentar minimizar isso.

Quando você fala aqui do PLS 510, de autoria do Senador Irajá, só uma coisa me chama a atenção, para ser pragmático: é que se fala que determina a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural, que é o CAR, nos processos... Isso será obrigatório, nesse caso, para que o cidadão tenha... É evidente que, quando faz o CAR, ele dá toda a ficha da terra, o que, de fato, existe de investimento, se ele tem curral, se ele tem casa, se há capim, se há mangueira etc., etc. Mas o que ocorre, Jaques Wagner, Senador Presidente? Há uma dificuldade gigantesca nos órgãos competentes para despachar esse CAR. Vamos ser honestos aqui! Há uma morosidade que V. Exa., talvez, nem saiba! Parece que é um verdadeiro... Você fica no purgatório, lutando. Há pessoas que estão... Já recebi reclames no meu escritório de várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas. São cinco anos, seis anos para sair o CAR, em que pese Mato Grosso ter dado uma avançada muito boa quando V. Exa. foi Secretário de Meio Ambiente lá, Senador Carlos Fávaro. Agora a própria Secretária Mauri está fazendo um belo trabalho. Todavia, ainda é muito pouco o que se avançou diante do enfrentamento da demanda reprimida que existe nessa área. Isso é fundamental para nós evitarmos, como V. Exa. bem disse aqui, Senador, muitas vezes prestigiar o marginal em detrimento daquele cidadão que já se encontra na propriedade.

Em passado bem recente, tinha... Eu acho que o Incra fez um belo trabalho de assentamento. Não vamos aqui deixar de reconhecer esse trabalho. Agora é preciso melhorar os mecanismos, a estrutura dos órgãos, para que ele possa, de fato, cumprir com sua missão de buscar a regularização fundiária neste imenso País de 9,8 milhões de quilômetros quadrados. Particularmente, eu me refiro a Mato Grosso, em que há 900 mil quilômetros quadrados. Temos uma demanda gigantesca. Não há uma semana em que eu chegue a Cuiabá e em que não há comunidades, assentamentos, todos à mercê de receber, inclusive, recursos do Pronaf e outros eventuais financiamentos para que possam melhorar a sua terra. Muitas dessas terras já estão degradadas. É preciso um mínimo de recurso para se fazer pelo menos um calcareamento, não é, Carlos Fávaro? É preciso jogar um fosfato, seja ele simples, seja ele composto, para que a renda do produtor melhore. Agora é preciso que ele tenha documento. Sem documento, amigo, a dificuldade é muito grande.

Nós temos em Mato Grosso, lamentavelmente, um grande mecanismo que é o FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste), criado com o advento da Constituição de 1988, como V. Exa. e os senhores lembram perfeitamente, mas que não tem sido aplicado devidamente. Como se faz para acabar com os desequilíbrios regionais e para fazer com que o dinheiro chegue à ponta para o pequeno, não só através do Banco do Brasil, que passou a ter esse fundo como se fosse uma moeda de troca? Isso tem que ser distribuído para as cooperativas. Isso está sendo distribuído, mas de forma pequena diante do volume que existe para as cooperativas de crédito que estão lá na ponta. Não há o Banco do Brasil, mas há o Sicredi, há o Sicoob, e eles poderiam, com certeza, aplicar esse dinheiro de forma mais racional, de forma mais veloz, para atender aquele cidadão. Caso contrário, nós não vamos andar.

Se nós não tivermos a regularização fundiária do jeito que nós estamos pleiteando no Senado, no Congresso Nacional, não vai parar de avançar, com certeza, o desmatamento ilegal, porque, para o cidadão, em determinado momento, o último recurso que ele tem... Sabe o que ele faz, Senador, Governador, Ministro Jaques Wagner? Ele caçar o último pé de árvore que ele tem lá, cortar na ponta, no pé, e vender como tora para fazer pelo menos um, dois, três cubos de madeira por uma questão de sobrevivência, por falta muitas vezes de uma política para que possamos de fato fazer a verdadeira justiça social neste País.

Essa é a minha ponderação. V. Exa. está vendo aqui. Determina-se a obrigatoriedade, mas também tinha que botar uma frase, um parágrafo aqui dizendo: os órgãos competentes têm "x" de prazo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soltar esse documento aqui; caso contrário, ele fica emperrado e não sai. Não sai, fica empacado. Você fica o dia inteiro nos órgãos públicos lá, e a dificuldade é muito grave.

Essa é a ponderação que estou fazendo a V. Exa. Se possível, leve-a em consideração, para que nós possamos também criar uma amarração para que os órgãos competentes de fato também facilitem, em tese; não abrindo as pernas para ninguém, muito pelo contrário, mas facilitem para dar velocidade e, com isso, o cidadão ter o direito de acesso a esse documento, que é com certeza a consagração de qualquer cidadão, sobretudo de quem vai ficar, inclusive, para arrimo de família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Jayme Campos, eu agradeço a sua intervenção, porque V. Exa. também vem de um Estado que é muito grande e em que seguramente o número de problemas é muito alto. Portanto, acho que a sua contribuição – só um minuto – é bastante grande. E eu concordo. O que nós não podemos admitir é, eventualmente, o Governo Federal, seja ele qual for, precarizar o serviço de um órgão dessa importância e, depois, dizer que a culpa é da lei. Você não dá ferramenta para o órgão trabalhar e depois diz: "a lei é que é rígida demais". Não; o problema é o contrário.

Vou dar um exemplo rápido. Eu resolvi fazer a expansão da energia eólica no Estado da Bahia quando eu era Governador. Hoje disputamos entre primeiro e segundo maior produtor de energia eólica com o Rio Grande do Norte. Não havia pessoal, no meu órgão, para fazer o licenciamento. Eu fiz um convênio com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia e disse: "Vocês não querem ajudar? Chamem o pessoal, vamos fazer um convênio. Eu escolho, quer dizer, meu órgão escolhe as pessoas, e você contrata no âmbito do convênio". Eles não vão licenciar porque não são funcionários públicos, não podem, mas vão preparar o material, e a pessoa do órgão público conferia. É óbvio que acelerava.

Infelizmente, nós aqui... Aí, daqui a pouco, com toda a vênia ao Ministério Público, o Ministério Público diz: "Ah, não pode. O senhor está terceirizando". Não, não estou terceirizando; eu estou querendo acelerar o processo. E quem escolhia os contratados era o meu secretário de meio ambiente, não eram as empresas que indicavam; eu indicava quem ia ser contratado. Por quê? Porque eu não tinha capacidade, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de contratar mais gente. Iria estourar o meu limite.

Então, eu acho que o ótimo é inimigo do bom e amigo do péssimo. Nós precisamos ter soluções criativas para problemas complexos e que já levam muito tempo acontecendo.

Então, eu agradeço a sua intervenção. Só chamo atenção para isso: é preciso também a gente não permitir um uso indevido. Precariza-se o órgão e depois se diz: "não, é porque a lei é insuportável e leva muito tempo". Mas você já deu instrumento para o órgão fazer o que ele tem de fazer?

Bom, eu lhe agradeço, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria convidar...

Senador Izalci.

Peço vênia... Eu fico feliz porque vejo a participação intensa dos Senadores e peço vênia aos nossos convidados, ao Rodrigo e à Cristina Lopes, que ainda estão para falar, mas eu tenho que dar a palavra ao Senador Izalci Lucas

Senador, com V. Exa. a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, mais uma vez parabenizar a iniciativa pelo debate. É um tema que já há alguns anos a gente vem enfrentando aí no Parlamento. É lamentável neste País que não haja uma política pública de Estado. A gente tem política de Governo e, muitas vezes, nem de Governo, porque, na prática, você já está no quinto ministro da educação, aqui nós temos o sexto secretário de saúde, o quinto. É um absurdo a gestão pública brasileira; não há organização nenhuma, não há competência, não há nada. Não há planejamento, não há política nenhuma!

Eu tive o privilégio de presidir a medida provisória que se transformou na 3.465, e ela foi feita para regularizar as terras da Amazônia. E eu trouxe para o DF tudo que era necessário para resolver aqui também, porque os nossos problemas são os mesmos: metade da população brasileira e a daqui do DF moram em áreas irregulares, não há escritura. Eu agora, para V. Exa. ter uma ideia, Senador Jaques Wagner, aqui em Taguatinga há uma área chamada Primavera que foi loteada, e aí não há mais espaço para instrumento público. Aí há uma única chácara que foi preservada, que é a do Presidente da Associação dos Produtores Rurais de São Paulo, quando foi convidado por JK para vir a Brasília produzir aqui. Então ele veio, preservou, o filho dele já está com a idade bastante avançada, mas totalmente preservada. E agora querem tomar a chácara dele porque dizem que não há área para colocar a escola, o posto de saúde não sei o quê.

Aqui nós temos Vicente Pires, uma comunidade que era totalmente também área rural, da Fundação Zoobotânica, e foram parcelando, condomínios, condomínios. Da meia dúzia conservou a chácara integralmente, estão tomando as chácaras deles porque não há mais área para instrumento público. Então, é lamentável.

Nós temos aqui não só o pequeno agricultor, mas também temos o médio agricultor. Nós temos aqui pessoas que vieram na construção de Brasília e que conseguiram transformar o Cerrado em uma produtividade muito grande. Aqui no Padef, que é um assentamento empresarial, vamos dizer assim, não valia nada isso aqui. Agora querem regularizar cobrando deles 15, 16 mil o hectare, uma coisa assim maluca.

Eu estive agora essa semana, sábado, no assentamento de Contagem, a 40km aqui de Sobradinho, uma comunidade, Senador Wagner, totalmente desconhecida, que não faz parte, provavelmente, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastro — 93 famílias – que têm lá um assentamento com 17 hectares cada um, que estão produzindo e não conseguem vender. Só quatro, dos 93, conseguiram um registro para vender para o PAA Brasil. As pessoas perdendo produção porque não têm como vender, ninguém conhece. Não têm educação, não têm saúde, não têm acesso, não têm nada por questões burocráticas. É obvio que não têm também o título. Então, são os invisíveis que estão aí, parece que ninguém se lembra dessas pessoas. Agora, é lamentável que os assentamentos não sejam também organizados de forma a que alguém ou algum técnico possa dizer: "Olha, essa área aqui, ó, ela pode produzir isso, aquilo etc.", ou que ela tem energia, tem água, porque não adianta entregar a terra sem nada, sem infraestrutura, sem água, sem nada, sem matéria-prima, porque aí é óbvio que a tendência, principalmente nos locais mais próximos das cidades, é lotearem, porque não têm como tinham antigamente – não sei nem se é como diziam em alguns lugares – a Emater, que acompanhava.

O Governo não sabe usar o poder de compra, ele não tem essa política, não tem essa integração entre Secretário de Educação, de Saúde e de Agricultura. Aí colocam a merenda escolar com produtos enlatados, bolachas, essas porcarias todas. Você tem um potencial imenso para a agricultura familiar e não consegue fazer essa integração. E aí quem quer produzir também não consegue, porque não consegue fazer investimento nenhum porque não tem escritura. E aí fica todo mundo nessa situação que está aí.

E o pior: o Governo não consegue fiscalizar. Eu imaginei que, quando aprovássemos a Lei 13.465, nós teríamos oportunidade, naquele momento, de regularizar e daí para a frente organizar. Mas aí não: não fizeram a organização, não entregaram os títulos. O Incra, eu acompanhei aqui ainda na época do Governo Michel Temer, aqui com o Superintendente da SR 28: já havia sido feito todo o levantamento, já tinham sido distribuídas pelo menos mil escrituras – não de assentamento, mas de regularização mesmo –; e agora, por causa de uma porcaria de um sistema para emitir o título, isso foi para a nacional, e está fazendo quase um ano e meio que as pessoas estão aguardando. Há gente que está aguardando há 40, 50 anos e que teve agora recentemente a expectativa de ter um título. Agora, por causa de uma burocracia...

Eu cobrei da Ministra Tereza, que é minha... Sou apaixonado por ela, pela sua competência, mas um ano atrás, numa audiência como esta, eu disse: "Olha, existe um sistema que não está rodando. Os títulos, está tudo pronto para emitir os títulos". "Não, vamos resolver isso em 15 dias". Passaram 15 dias, cobrei. "Daqui a 30 dias." Até hoje não resolveram essa questão burocrática de emitir essa porcaria desse título. Todo mundo sabe que ninguém consegue um financiamento, não consegue nada se não tiver o título. E aí, cada vez que a gente fala nisso, há mais invasões, mais... Não se tem controle de nada, é uma burocracia! É o que você falou: o Incra, totalmente destruído, não tem infraestrutura nenhuma, nada, nada, não é? Você é que tem que fazer tudo. Eu tive que agora – um pessoal meu – ir lá e pegar um documento, levar no cartório para registrar, entregar para o pessoal e dizer: "Olha, gente, está aqui, ó. Tem dois anos que vocês estão esperando só levar no cartório para depois emitir o título". Vai levar mais cinco, dez anos aí para entregar o título.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É triste quando você tem uma lei que permite regularizar... É lógico que têm que ser feitos alguns ajustes – não é? –, mas você vê que não basta a lei. Você tem que ter infraestrutura. Você tem que ter vontade política de fazer. E há falta de política pública. Não adianta só entregar o título se aí não tem financiamento, não tem apoio, não tem semente, não tem nada. E você quer que o cara que está passando fome, com os meninos que não conseguem ir para a escola porque não têm transporte, e que não tem para quem vender, tenha a nota fiscal eletrônica – num lugar em que não existe sequer acesso à internet.

Então, pelo amor de Deus! Falta aí competência, falta juntar, conversar um pouco mais, porque o Governo é único. Aqui cada ministério é um Governo diferente, cada secretaria é um Governo diferente. Quem paga essa conta são os que mais precisam. Então, eu fico aqui revoltado, porque estou tratando disso, há dois anos nós estamos falando disso aqui.

E agora sábado eu vi as pessoas vivendo num local indigente. As pessoas estão produzindo lá, têm que pegar o cara que planta mandioca e têm que trocar lá com quem produz feijão, para comer alguma coisa, porque não têm acesso, não têm nada, não têm internet. O Governo não compra por causa de um documento. "Ah, meu filho está produzindo aqui na área, ele foi criado aqui", não pode ser registrado, não pode ter convênio com ele. Então, há esses burocratas que ficam no ar-condicionado, que não conhecem o mundo real.

O Ministério Público inclusive tem que pegar esses meninos aí que formaram e passaram no concurso, que normalmente foram criados em apartamento com a vó, e botar lá na ponta. Vão lá conhecer, a 14km do Palácio do Planalto – 14km. Eu estive domingo em Santa Luzia, não há água para tomar banho. A mãe com quatro filhos, várias mães com quatro, cinco, seis filhos não têm água para tomar banho, não têm água para beber, têm que andar 1,5km para pegar água, um pouquinho de água para levar para casa, no barro, no esgoto. É aqui, a 14km. Vão vocês, o Ministério Público, os burocratas que vivem aí no ar-condicionado. Tem que botar realmente a botina e ver o mundo real. Tem gente passando fome aqui, passando fome. Brasília, Capital da República, foi campeã na miséria, 20% de crescimento da miséria aqui na cidade.

Então, cara, a gente fica, assim, triste por um assunto como esse a gente estar empurrando com a barriga anos e anos. Os Governos que deveriam executar isso, fiscalizar, executar, ter uma política pública não fazem. Então, vão conhecer o mundo real, todo mundo aí, aqui em Brasília mesmo. Quem está aqui pode na hora, em 15 minutos, chegar lá ao local. As pessoas estão morrendo de fome porque não têm acesso a nada.

Acho importante. Espero que a gente consiga aprovar essa matéria para a gente não só ver a escritura, mas, a partir daí, criar política pública de Estado. Deu certo? Continue o projeto. Não é porque mudou o governo que tem que acabar com tudo e mudar de novo. Pelo amor de Deus! Eu sinceramente já estou, assim, no limite com relação a essas questões burocráticas que emperram as pessoas de viverem com dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é isso. Desculpa aí, Senador Jaques Wagner, é triste. A realidade é triste, o que está acontecendo neste País. E você não vê perspectiva de resolver logo, porque vão empurrando com a barriga. A burocracia vence a sabedoria, o óbvio. São tão óbvias as coisas, mas infelizmente...

Eu estou aqui com a... Outro dia fui à BR-080, há 60 anos que existe o asfalto. Toda semana... Morreu um Deputado lá acidentado, acidente de carro. Toda semana morre um, dois. E aí não há a licença ambiental para duplicar uma pista. Já existe o asfalto, mas duplicar não pode, não tem licença ambiental. Então, é isso.

Obrigado aí pela...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Izalci, deixe-me lhe dizer: eu quero, em primeiro lugar, me somar à a sua indignação; segundo, dizer que eu recebo a sua indignação não com alegria, mas com absoluta compreensão, porque eu gosto de dizer na Bahia que quem não se emociona com a atividade política é melhor mudar de ramo. Eu acho que fazer política é cuidar de gente, fazer política é melhorar a vida das pessoas. Então, se a gente não consegue se emocionar com o drama que as pessoas vivem, e os dramas são muitos, num Brasil de 16 milhões de desempregados...

Essa realidade que V. Exa. relata eu vejo também na Bahia. Pude resolver uma parte; evidentemente, não tudo. As pessoas, às vezes, estão do lado de um manancial de água e não conseguem ter água canalizada para sua própria residência, para plantar ou para tomar um banho. Então, eu concordo consigo: é preciso que as pessoas que estejam nos órgãos de execução e de fiscalização desçam para a terra para ver a dificuldade. É fácil, como V. Exa. disse, eu, do gabinete, ficar formulando. Agora, vá ver a dificuldade do cidadão para produzir, para comercializar! Eu tenho na Bahia 650 mil famílias que vivem da agricultura familiar, são 3 milhões de pessoas praticamente. Eu quero dizer que entendo absolutamente e até, diria, parabenizo-o, porque V. Exa. não perdeu a capacidade de se indignar com os absurdos que acontecem e que acabam virando sofrimento para a maioria das pessoas.

Eu queria agora passar a palavra ao Sr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Consultor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a nossa CNA, que é o nosso terceiro convidado. Espero que V. Sas. ainda tenham tempo, porque eu sei que hoje a sessão foi bem debatida e, por isso, esticou.

Rodrigo, V. Sa. tem agora até 20 minutos. A palavra está com você.

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador Jaques Wagner, pela oportunidade. Parabenizo-o pela condução dos trabalhos.

Agradeço também as manifestações de todos os Senadores no sentido de convergência, inclusive, com as posições que a CNA vem adotando em relação à regularização fundiária, especialmente o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Izalci, que agora demonstrou também um nível de conhecimento dos problemas, vamos dizer, humanos, de que tratamos quando debatemos sobre a regularização fundiária; Senador Jayme Campos, Senador Carlos Fávaro. E V. Exa. também, Senador Jaques Wagner, sempre demonstrando, de fato, uma dimensão diferente de questões mais próximas, mais concretas, que, de fato, são as preocupações principais da CNA no trato da questão da regularização fundiária e da situação do produtor rural, do campo.

Senador, eu preparei uma apresentação e eu gostaria, de alguma maneira, dirigir a minha fala no sentido, talvez, mais jurídico e mais conceitual. Esse é um assunto de que nós já temos um nível razoável de conhecimento, de informações, de dados. V. Exas. já destacaram que esse é um assunto que, desde 2009, vem sendo discutido no Congresso Nacional, desde a promulgação da Lei 11.952, passando pela 13.465, pelas discussões em relação à MP 910, em 2019, e agora na discussão em torno dos PLs 2.633 e 510. Então, já há um certo nível de esgotamento talvez desse assunto e me parece que as divergências que ainda são apresentadas têm muito que ver com dificuldades ou desafios muitas vezes até de natureza linguística que nós temos em relação à regularização fundiária.

Antes de iniciar, eu gostaria até de fazer destaque, ouvindo os meus colegas que já participaram e já fizeram apresentação e os comentários dos Senadores.

Muita gente imagina que, como se trata de regularização fundiária, se trata de um carimbo de legalização de situação seja lá qual for que seja apresentada pelo declarante, pelo proponente da regularização da sua terra, mas regularização fundiária – e basta uma leitura dos dois projetos que estão sendo discutidos – mostra que não é isso, regularização fundiária não é isso. O que é regularização fundiária? Eu acho que isso é uma premissa que precisa estar muito clara. Regularização fundiária significa informação: informação da situação fundiária e informação da situação ambiental de cada uma das glebas que eventualmente pode ser potencial candidata a essa regularização. A partir dessas informações, o poder público, por meio de procedimentos que são verificáveis e auditáveis, pode ou não atender ao pedido de regularização fundiária.

Portanto, eu ainda me surpreendo no seguinte sentido: nós ainda estamos discutindo questões que dizem respeito talvez às premissas da regularização fundiária. Vários problemas que inclusive foram trazidos aqui, no âmbito desta audiência pública, talvez já pudessem estar superados se nós tivéssemos informações precisas da situação fundiária específica daquela situação concreta.

Portanto, o primeiro apelo que se faz em matéria de regulação fundiária é isto: não é, vamos dizer assim, a oficialização de uma situação ilegal. Regularização fundiária não tem nada que ver com grilagem. A gente ainda é obrigado a explicar esse tipo de coisa. Isto é muito importante: não é! A grilagem, que é um tipo penal previsto em lei – e também não é uma opinião de alguém, é um tipo penal previsto na Lei 6.766 –, funciona basicamente nas sombras, na escuridão, na falta de transparência, na falta de informação, portanto. Se uma legislação na verdade busca exatamente transparência e essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicização, evidentemente que ela vai no sentido oposto da atuação da grilagem, ela é o combate, portanto, da grilagem. Então, acho que essa é uma premissa muito importante que nós precisamos ter em mente em primeiro lugar.

Bom, dito isso, eu gostaria de relembrar para que serve a regularização fundiária. Obviamente, falando em nome da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, nós temos aqui a visão do produtor rural e aqui, como nós falamos também dos projetos de lei de regularizações de imóveis até seis módulos fiscais, nós falamos do pequeno produtor rural e nós falamos também de um procedimento – a regularização fundiária –, quais são os seus objetivos e quais são as suas benesses para o País. Então nós temos uma dimensão para o produtor rural e outra dimensão para o País. Embora elas sejam na verdade as mesmas razões, elas podem ser vistas por ângulos diferentes, e é o que eu pretendo mostrar aqui, mostrando como que isso é importante para nós hoje em dia.

Para o produtor rural, o que ele ganha com a regularização fundiária, inclusive fazendo alusão a opiniões que já foram transmitidas aqui pelos Senadores? A primeira coisa é garantir segurança jurídica. Nós pegamos um produtor rural, geralmente pequeno, que está numa área, uma área que não está oficializada e que não está regularizada, ele produz, mas ele não tem segurança daquela produção, ele não tem segurança de que, no dia seguinte, na semana seguinte ele continuará lá.

A segurança jurídica dá, portanto, uma certa, vamos dizer assim, dignidade institucional da sua produção, da sua atuação, e a perspectiva de melhoria dessa produtividade, dessa atuação no campo. Então, a primeira questão da regularização fundiária é trazer segurança jurídica. Isso também é um direito fundamental, inclusive, está previsto lá no *caput* do art. 5º e é um bem de todo brasileiro. Todo brasileiro precisa, vamos dizer assim, para qualquer finalidade, estar sustentado em segurança jurídica.

O segundo é o fim da sua marginalização, porque – isso já foi dito também em algumas opiniões externadas nessa audiência pública – é só por meio da regularização fundiária que há uma espécie de agregação do produtor rural às cadeias produtivas oficiais. É por meio de regularização fundiária que o produtor rural, o pequeno produtor rural tem acesso ao crédito, tem acesso aos programas governamentais, tem acesso, portanto, a uma estrutura que possa auxiliá-lo a produzir mais, produzir com mais, vamos dizer assim, eficiência e participar desse esforço maior que é a ampliação da produção de alimentos e oferecimento desse alimento para a população brasileira.

E mais: é por meio e só por meio da regularização fundiária que nós obteremos também a integração à produção das novas tecnologias. Senadores, as novas tecnologias não são simplesmente o ingresso a um, vamos dizer assim, novo paradigma de produção rural. É, acima de tudo, você depender menos das estruturas formais, burocráticas dos órgãos públicos. V. Exas. destacaram com muita autoridade o problema da precarização dos órgãos públicos. Pois bem, se nós apostamos mais nas novas tecnologias, nós vamos depender menos dessa estrutura. Eu pretendo inclusive me aprofundar um pouco mais quando nós debatermos a questão referente às vistorias presenciais, mas não há dúvida de que maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, maior publicidade das informações significa menos dependência desses órgãos – pelo menos do ponto de vista burocrático, não é?

E, finalmente, a inclusão do produtor rural no mercado competitivo de produção agropecuária: quer dizer, aumenta na verdade a responsabilidade do produtor rural para que a sua produção esteja dentro de um contexto de sustentabilidade ambiental e econômica. Sem isso não é possível ter perspectiva sobre a atuação do produtor rural lá na ponta da cadeia – hoje ele está marginalizado no sistema. Esses são os grandes objetivos para o produtor rural.

E quais são, vamos dizer assim, as benesses da regularização fundiária para o País? A primeira delas é dar um instrumento fundamental para o trabalho da fiscalização fundiária e ambiental. Mais uma vez, se nós temos informações, nós sabemos exatamente onde está o problema e como agir perante o problema. Se nós não sabemos nem qual é o problema, nós vamos continuar a nos estender por uma longa data discutindo sobre temas que na verdade funcionam, hoje, como uma espécie de névoa, que nos prejudica ao tentar entender efetivamente qual é o problema e quais são os passos que nós efetivamente precisamos dar. Com a informação que nós vamos obter com a regularização fundiária e com a ampliação dessa regularização fundiária, nós teremos condições de ter um diagnóstico preciso das questões que nós temos, inclusive na relação das questões fundiárias com as ambientais, principalmente, ou econômicas, e, aí sim, eventualmente poderemos imaginar políticas públicas que sejam mais eficazes efetivamente.

Segundo, a identificação dos infratores e garantias de adequada responsabilização: a regularização – isso foi dito inclusive pelo representante do Incra aqui – significa você atribuir um CPF a cada um dos imóveis que hoje estão desaparecidos. Nós não temos informações oficiais, apenas levantamentos precários, genéricos, que não dão precisão à informação. Com a regularização fundiária, haverá um responsável por aquela área, um responsável técnico e um responsável, vamos dizer assim, de propriedade. Esse responsável assumirá, portanto, as suas atribuições, suas obrigações perante a lei e perante o País, por exemplo, em relação aos seus deveres ambientais, se ele, por exemplo, mantém o tamanho adequado de reserva legal, da forma como foi previsto pelo Código Florestal.

Portanto, regularização fundiária significa também responsabilização, ter um responsável por cada uma dessas áreas, o que hoje não existe – hoje não existe –, e, não existindo, nós ficamos de mãos atadas, tentando imaginar algum tipo de política pública que possa responsabilizar alguém que, oficialmente, não é responsável, buscando alguém que, de fato, pela legislação, não é. Então, essa pessoa acaba se beneficiando nas discussões jurídicas, de processos, inclusive diante dos órgãos ambientais e fundiários, por meio de evasivas e sem nunca responder por suas obrigações.

Terceiro: medir o efetivo de combate à grilagem. Por tudo isso que eu acabei de dizer, a grilagem, as queimadas ilegais, todas as práticas ilegais vão no sentido contrário ao da regularização. Regularização, portanto, é informação com transparência e com publicidade. Grilagem são atuações por baixo da lei, contra a lei, apesar da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quarto: garantir a aplicação efetiva da lei. Nós estamos aqui num desafio; este é um desafio institucional prioritário da CMA: fazermos cumprir as legislações que nós discutimos em relação ao produtor rural e em relação às suas responsabilidades quanto à questão ambiental. Talvez o principal ponto aqui seja, por exemplo, a implementação do nosso Código Florestal, seja a implementação efetiva dos objetivos da Lei nº 952. Regularização fundiária é um dos instrumentos fundamentais para que nós tenhamos, efetivamente, no campo, a aplicação da lei, o Estado democrático de direito, já que a lei foi aprovada democraticamente pelo Congresso Nacional – o Estado democrático de direito. Então, vejam a importância dessa legislação.

Quinto: formação de cadastro nacional para uma eficiente governança fundiária. É só com a ideia geral da situação fundiária no Brasil que nós vamos ter, efetivamente, uma governança adequada. O Senador Izalci demonstrou a sua insatisfação em relação à recorrência desse assunto, que deveria já ter sido resolvido de alguma maneira ou encaminhado, ou ter tido um encaminhamento um pouco mais sólido, mas, de fato, a gente ainda está discutindo, e, infelizmente – eu vou tentar abordar esse assunto um pouco mais à frente –, também esses projetos ainda são parciais. Regularização da Amazônia Legal, regularização apenas para até seis módulos fiscais. Quer dizer, infelizmente, da forma como está se apresentando, a gente ainda vai enfrentar isso em alguns anos. Seria importante que nós tivéssemos uma visão global desse sistema de unidade do Território brasileiro e, portanto, de qual é o nosso enfoque sobre governança fundiária.

Mais uma vez, as informações da regularização fundiária vão ajudar, na verdade, na elaboração de políticas públicas mais efetivas, mais eficazes.

Bom, aqui é um quadro que já foi apresentado pelo representante do Incra, mas eu gostaria de destacar um ponto aqui, para a gente não perder tanto tempo. Nós estamos falando aqui uma tabela que mostra o número de títulos por módulos fiscais e o número de hectares dentro desses módulos fiscais, na realidade, na Amazônia Legal. Portanto, o Projeto de Lei nº 2.633 está ampliando para seis módulos fiscais a possibilidade de utilização do sensoriamento remoto, por exemplo, que vai facilitar e muito o processo de regularização fundiária e o controle das informações públicas e auditáveis.

Mas nós temos ainda um passivo importante a ser enfrentado, e este é um ponto de preocupação da CNA. Se do ponto de vista do número de títulos, nós estamos a falar de pouco mais de 90% dos títulos da Amazônia Legal, do ponto de vista do tamanho efetivo do número de hectares, nós estamos a falar de 54% daquela região, dentre os imóveis que seriam regularizáveis, em tese, porque nós não temos essa informação precisa, mas nós estamos falando ainda de 54% daquela região que não vão ser atendidas por esse PL, porque o 510, na verdade, dá passos nesse sentido, mas o PL 2.633 ainda não dá.

Então, mais uma vez, nós estamos evoluindo, mas ainda é uma evolução tímida. Nós precisamos imaginar a regulação fundiária como um retrato fiel, total do Território brasileiro, para, aí sim, nós termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

opiniões e políticas públicas que sejam dirigidas à utilização desse Território para proteção ambiental, para o uso efetivamente do solo, enfim, paras as questões que são prioritárias para o País.

Aqui é uma outra tabela que mostra, na verdade, as informações também – e a fonte é o Incra. As áreas que, na verdade, já estariam relativamente georreferenciadas, aguardando para serem efetivadas. É claro que aqui nós temos um número, de acordo com as exigências, aptos ou não aptos, depois com requerimentos e sem requerimentos e, também aqui, um dado de mais ou menos de 102 mil áreas que seriam aquelas que ainda não foram georreferenciadas. Então, nós estamos falando aqui, na verdade, de 166 mil áreas que seriam regularizadas pela confirmação da aprovação dos esforços que estão sendo feitos em torno da aprovação desses PLs. São 25,8 milhões de hectares apenas na Amazônia Legal, desconsiderando os tamanhos dessas glebas.

Portanto, nós estamos falando aqui... Nisso, o que mais surpreende, é que a impressão que dá é que nós estamos falando aqui talvez de uma grande área dentro da Amazônia Legal, mas não é. Nós estamos aqui a falar apenas de 5% da área total da Amazônia Legal. É muito importante que se tenha ideia disso. E, no Brasil inteiro, ainda há 185 mil áreas regularizadas que ainda dependem dessa regularização.

Uma informação importante que eu gostaria de destacar aqui para os senhores é que o processo de regularização fundiária é um processo que é bastante exigente. As alterações que estão sendo previstas para o PL 2.633 vão mais ou menos nesse sentido. As responsabilidades e as obrigações que estão sendo aplicadas aos produtores rurais estão no sentido de ampliar, na verdade, as estruturas de controle que já estavam previstas na Lei 11.952.

Aqui há algumas das exigências que foram, na verdade, superações.

Aqui, na verdade, são temas que eu já tratei nessa apresentação no sentido de mostrar que a regularização fundiária não vai promover desmatamento e muito menos a grilagem. Não há risco da sobreposição dessas áreas exatamente porque o Incra se utiliza não do sistema do CAR, mas sistema do Sigef, que é bastante importante, já foi debatido isso na audiência.

Eu gostaria, então, de usar... Aqui o problema da vistoria. Na vistoria pessoal, nós temos também desafios e nós dependemos mais da burocracia do Incra. Quando nós valorizamos os instrumentos tecnológicos, nós passamos para uma outra fase, talvez muito mais precisa de informação, muito mais clara de visualização dessas informações. O sensoriamento remoto é um instrumento que vem, vamos dizer assim, facilitar a regularização fundiária e uma regularização fundiária que seja séria, efetivamente séria e consistente no País.

Eu gostaria de passar aqui, Excelências, a quatro propostas que são fundamentais para a CNA, já que nós estamos no final desta apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira deles é o problema do marco temporal. O PL 2.633 está utilizando um marco temporal de julho de 2008, que foi o marco temporal das regras de transição do Código Florestal.

Pois bem. O que deve ser, vamos dizer assim, o definidor do marco temporal em matéria de regulação fundiária? É a segurança jurídica. Nós tivemos a segurança jurídica, portanto, regras claras sobre a exploração da atividade em contraposição à proteção ambiental, por meio da aprovação do Código Florestal. Portanto, nada mais natural do que a utilização dessa data da sua promulgação, 25/05/2012, como o uso do marco temporal, não é? Nós não estamos falando aqui de questões ambientais, embora sejam temas vizinhos e siameses, vamos dizer assim, não é? Mas estou falando de segurança jurídica. É preciso que a gente evolua para que o marco temporal seja a opção legislativa que deu segurança jurídica à atuação no campo para os produtores rurais. Portanto, dia 25/05/2012.

A segunda proposta aqui que é bastante importante diz respeito ao programa de sensoriamento remoto para a área de 2,5 mil hectares. Essa é uma bandeira antiga da CNA, porque nós entendemos que, pelo regime constitucional, especialmente pela leitura dos arts. 49 e 17 da Constituição Federal, nós temos apenas dois regimes possíveis. Um deles são as áreas abaixo de 2,5 mil, outro deles é a parte superior, acima de 2,5 mil – essa, sim, dependendo de aprovação do Congresso Nacional. Portanto, não faz sentido do ponto de vista técnico e jurídico que se criem situações quebradas, parciais – regularização até quatro módulos, até seis módulos, até quinze módulos. O ideal é que a gente utilize todo o instrumental hoje eficaz para regularização fundiária, para informação clara e precisa, até 2,5 mil, porque este é o nosso limite constitucional de regularização, da forma como nós estamos imaginando.

Na ADI 4.269, de relatoria do Ministro Edson Fachin, no Supremo Tribunal Federal, inclusive se fez menção à utilização de todos os meios eficazes de fiscalização do meio ambiente. Talvez hoje o meio mais eficaz seja efetivamente o sensoriamento remoto. Então, é importante que a gente amplie para que a gente tenha uma visão global do Território nacional em relação à regularização fundiária.

A terceira proposta diz respeito às ocupações posteriores a 22/07/2008, não é? Nós imaginamos que uma coisa é nós regularizarmos as áreas até o marco temporal definido nesse projeto; outra coisa é a consideração de famílias que ainda estão há muito tempo naquela área, embora não se enquadrem nesse marco temporal. Essas famílias precisam também ter um tratamento diferenciado. Obviamente que não são todos os benefícios da regulação fundiária normal, mas elas precisam ser contempladas como prioritárias à aquisição daquela área. Então, nós imaginamos que o ideal seria a alteração desse marco até dezembro de 2019, quando veio a MP 910, que trouxe o esforço governamental do poder público para regularizar essas áreas.

E, finalmente, a discussão sobre a definição da infração ambiental. A infração ambiental precisa ser um conceito objetivo, porque isso norteia a atuação dos servidores públicos e dos órgãos de controle fundiário e ambiental. Eles precisam ter normas bastante objetivas. E não é possível que uma infração ambiental seja caracterizada apenas com a autuação inicial do fiscal ambiental. É preciso que se respeitem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as garantias constitucionais fundamentais do cidadão, de defesa, o duplo grau de jurisdição, o direito de motivação, de exigir motivação desses atos. Portanto, aqui é uma forma de nós reconhecermos a eficácia das garantias processuais dentro do processo de regularização fundiária. Então, infração ambiental precisa ser um dado que seja concretizado por meio do trânsito em julgado administrativo, ao menos; não se está exigindo nem o trânsito em julgado judicial.

Excelências, esses são os temas principais que a CNA gostaria de trazer, inclusive dar destaque a essas quatro propostas, vamos dizer assim, de melhoria e de aprimoramento dos PLs, reconhecendo que o PL 2.633, especialmente o 510, são evoluções bastante significativas, mas nós podemos dar passos além, exatamente no sentido de que o que nós objetivamos é a regularização, a informação, portanto, da situação fundiária no País todo. Nós precisamos dessa informação. Nós não temos a informação unitária para fins de fixação de políticas públicas que sejam dirigidas ao uso mais adequado e eficiente do Território nacional.

Com base em todas essas informações, eu agradeço muitíssimo aqui a oportunidade de participação nessa audiência e me coloco à disposição nessa fase de discussão.

Muito obrigado.

Devolvo a palavra ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann, pela sua participação.

Eu passo agora a palavra à Sra. Cristina Lopes, representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e pesquisadora da PUC-Rio.

V. Sa. tem 20 minutos para sua intervenção. Está consigo a palavra.

A SRA. CRISTINA LOPES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Jaques Wagner.

Bom dia a todos. Cumprimento todos os Senadores presentes à reunião e todos aqueles que estão participando remotamente na pessoa do Senador Jaques Wagner.

Eu sou analista sênior da Climate Policy Initiative da PUC-Rio, que é uma organização que trabalha com avaliação de políticas públicas baseadas em evidências, e estou também como representante da organização Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que reúne mais de 300 organizações do setor privado, financeiro, academia e sociedade civil.

Eu, como última debatedora, apresentadora desta reunião, é claro que fico sob a responsabilidade, já que todos os meus antecessores trouxeram pontos importantíssimos, já esclareceram diversas questões, e, inclusive, a intervenção dos Senadores aqui foi muito rica, então, queria pontuar algumas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu percebi nesta discussão? Tem se falado... Eu já participei de outras audiências públicas relacionadas a esses projetos e, pela primeira vez, eu vejo que o tema da questão ambiental é premente. Acho que quase todas as pessoas que se manifestaram aqui e todos os Senadores falaram da importância da questão ambiental, que não se pode precarizar o meio ambiente em função da regularização fundiária. Isso é um ponto importante, e eu vou mostrar por que as propostas que estão sendo debatidas, ao contrário de avançar na temática ambiental, regridem nesse ponto.

A outra questão que também foi muito mencionada: quase todo mundo dá ênfase ao pequeno. O próprio Senador Izalci, falando da não concretização da titulação daqueles pequenos e das posses históricas... Então, fala-se muito dos pequenos e muito das posses históricas, e a gente verá que os pequenos e que as posses históricas já podem regularizar pela legislação vigente. Então, não é a mudança de lei que vai acelerar a titulação das posses antigas, daquelas pessoas que foram levadas por programas governamentais, mas uma aplicação, um programa do Governo, a aplicação da política pública de regularização, tirá-la do papel. Não é fazendo mais uma lei que automaticamente isso vai acontecer.

Por fim, eu gostaria de comentar... Eu tenho uma pequena apresentação, e vou ressaltar esses pontos nessa apresentação. Deixem-me compartilhar aqui a minha tela...

Já foi bastante tratada aqui a questão do marco temporal. Essa questão do marco temporal, em relação à questão do que falou agora o Sr. Rodrigo, sobre a questão da grilagem, não se diz que a regularização fundiária...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Cristina, perdoe-me por interrompê-la, mas é que a sua apresentação não está em modo apresentação. Você tem...

A SRA. CRISTINA LOPES – Para mim está. Não está em modo?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Ela compartilhou uma tela diferente então.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Parece que você compartilhou, talvez, outra tela. Pode ser?

Eu parei de contar seu tempo. Não se preocupe. É só para que a gente possa desfrutar realmente...

A SRA. CRISTINA LOPES – O que será que está acontecendo?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Peça para ela pressionar o F5.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Fale aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR – Cristina, pressione o F5 para colocar a apresentação em tela cheia para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É o F5.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É o que pediu aqui o pessoal da Comissão.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Ela interrompeu...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Hein?

A SRA. CRISTINA LOPES – Eu já estou compartilhando ou não?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não. Agora, você interrompeu totalmente. Estão pedindo para você apertar a tecla F5.

É isso? Qual é o prejuízo se não estiver em modo apresentação?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Aí a gente não vai vê-la passando os eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Não. Se ela estiver passando em uma tela e se a gente estiver vendo outra...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agora...

A SRA. CRISTINA LOPES – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Foi!

Foi?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Agora sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agora está tudo bem.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Agora, se ela apertar, vai funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Apertar o quê?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – É ali onde ela está. Ela só não apertou.

A SRA. CRISTINA LOPES – Não está na tela cheia?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Não, não está ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ainda não está na tela cheia.

Agora ela tem que apertar o F5?

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Ela já apertou, parece. Eu acho que ela está compartilhando a tela errada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Passe uma tela aí, para vermos se vai passar aqui, por favor, Cristina. (*Pausa.*)

Passou? Você passou para a próxima tela da sua apresentação?

A SRA. CRISTINA LOPES – Passei. Estou passando as telas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não. Aqui está parado na tela primeira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*. *Fora do microfone*.) – É só apertar esse copinho do lado direito da apresentação.

O SR. AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Podemos passar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Você consegue passar por aqui? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristina, o pessoal daqui vai passar. Está certo? Pode ser?

A SRA. CRISTINA LOPES – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Você vai pedindo só para mudar as telas da forma que você queira.

A SRA. CRISTINA LOPES – Está ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bom?

A SRA. CRISTINA LOPES – Essa...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agora está em tela cheia.

Peço só um minutinho.

Pronto? (*Pausa.*)

Pronto!

Seu tempo não foi... Parei de contar o relógio. Pode ficar tranquila.

A SRA. CRISTINA LOPES – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agora, sim, pode ir, que a gente vai passando aqui. Pode passar para a próxima?

A SRA. CRISTINA LOPES – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto! É isso?

A SRA. CRISTINA LOPES – Tratamos da questão do marco temporal, que é uma questão que vários Senadores trouxeram como de grande importância. Por que essa questão do marco temporal é importante? Eu acho que, quando se falou na questão da grilagem, não é que a regularização fundiária vai legalizar a grilagem. A mudança constante de marcos temporais vai alcançar, no futuro, terras que, em dado momento, no passado, foram ocupadas irregularmente. Então, se a legislação de terras públicas diz que não permite a ocupação irregular de terra pública, se eu hoje estou ocupando uma terra pública e se amanhã a lei muda, permitindo a regularização na data em que ocupei... A cada vez que a legislação muda o marco temporal, ela alcança uma ocupação que foi feita. Naquele momento em que ela foi feita, ela estava irregular. Porque hoje a ocupação é 2011, mas ela já foi 2008, ela já foi 2004. Então, hoje, quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupou a terra em 2012, 2013 ou 2014, quando o fez, o fez de forma irregular, porque a legislação permitia uma data anterior. Então, a cada vez que há uma mudança no marco temporal, ela vai alcançar e legalizar situações de ocupação que foram feitas de modo irregular. Isso é a sinalização de que as ocupações podem estar sendo promovidas o tempo inteiro, porque a lei vai poder ser alterada, o marco temporal vai poder ser alterado no futuro.

Nesse sentido, não é que a regularização fundiária promove a grilagem; ao contrário: a regularização fundiária vai reconhecer uma situação de justiça quando aquela posse consegue ter todos os requisitos legais. Se a posse cumpre os requisitos legais, portanto é legal, não há que se falar em grilagem. A grilagem, nesse caso, entra como um incentivo de uma ocupação ilegal hoje para uma futura alteração na legislação lá na frente. Então, a cada vez que o marco temporal muda, há uma sinalização de que você pode promover ou incentivar a que essa ocupação, hoje irregular, quem sabe, no futuro se torne legal.

Portanto, é preciso colocar uma régua, um corte. O marco temporal não pode mais mudar. A cada vez que ele muda, você tem novas situações de legalização de ocupações ilegais. É nesse sentido que o PL 510, ao propor a alteração do marco temporal – que não é 2012, é 2014 –, está, assim, privilegiando, beneficiando, legalizando, possibilizando a legalização dessas áreas que foram ocupadas anteriormente.

Pode passar, por favor.

Uma coisa muito importante e que foi pouco falada aqui hoje é a questão dos requisitos para se tornar um beneficiário da titulação a partir dessa legislação de regularização fundiária.

Quando o Dr. Anaximandro trouxe aqui o funcionamento dessa nova plataforma, ele deixou muito claro que o proprietário, ou melhor, quem pretende se tornar proprietário, o ocupante tem que fazer uma declaração dizendo que ele não é proprietário de outro imóvel, que é pessoa natural, que tem uma ocupação cuja posse é mansa e pacífica, etc. O que propõe o PL 510? Que uma pessoa que já tem o título de uma terra, ou seja, que já seja proprietária hoje, possa se beneficiar da regularização fundiária. Então, a gente sai do campo de pensar em justiça social para aqueles que não têm uma titulação de terra para estar privilegiando, beneficiando aqueles que já têm um título de terra. Será que é esse o objetivo da regularização fundiária de ocupações em terras públicas?

Lembro que as terras públicas são terras de todos nós, são terras da sociedade. No momento em que a gente tira de toda a sociedade e passa a ingressar para o domínio de um particular, é claro que essa transferência de domínio do público para o particular tem que ser feita com muitas balizas, tem que ser feita dentro de regras sociais que justifiquem essa transferência. E, certamente, titular áreas ocupadas por quem já é proprietário não parece que segue essa regra.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da extensão do procedimento simplificado é outra questão que tem sido muito debatida. As pessoas, os Senadores, muito indignados: "A regularização fundiária não sai do papel! O que acontece?" etc. Realmente, a regularização fundiária é muito complexa, e a gente está vivendo um momento de automação de processos eletrônicos, como o sensoriamento remoto, muito grande. E se beneficiando de todo esse desenvolvimento tecnológico, em 2017, a alteração da lei – lembrando que essa lei é 2009 e já teve uma grande alteração em 2017; portanto, não é falta de lei, a lei já vinha sendo alterada – previu a questão da declaração da possibilidade de ocupante de até quatro módulos fiscais poderem titular, poderem pleitear um título por meio da entrega de documentos, por meio de uma autodeclaração. E o que Incra fez? "Bom, nessa questão, eu preciso verificar essa declaração, eu preciso verificar esses documentos. E como que eu vou fazer isso?". Isso foi objeto justamente da ação direta de constitucionalidade, que foi mencionada aqui pelo Rodrigo, em que o Ministério Público pedia a inconstitucionalidade desse artigo, dizendo: "Não, não, você precisa de uma vistoria para verificar a situação". E aí o que diz o Ministro Fachin na sua decisão? Ele diz exatamente isto: "Olha, para os pequenos, conforme a Constituição, que prevê um tratamento privilegiado aos pequenos, sim, podem sim, desde que o Incra consiga mostrar quais são esses meios de verificação". E foi então que o Incra estabeleceu todo esse procedimento de sensoriamento remoto que o decreto já regulamentou, o decreto atual da Lei 10.522. O Sr. Anaximandro, ao mostrar a apresentação da plataforma que foi implementada há apenas um mês, mostrou como isso está sendo feito.

Ou seja, embora a alteração da lei, em 2017, tenha previsto a possibilidade da titulação por meio apenas da verificação documental e de imagens, ela só está, na prática, acontecendo agora. Ou seja, a gente não tem nem a experiência de quanto isso vai funcionar. Então, é claro que não somos contra o uso de tecnologia para qualquer tamanho de área, agora, se a gente ainda nem colocou em prática para os pequenos, por que agora se precisa já argumentar a sua ampliação para médios e grandes? Qual é a necessidade? Se a plataforma do Incra foi implementada há apenas um mês, como podemos dizer que esses procedimentos tecnológicos são eficazes? Para serem eficazes, eles precisam estar em prática. Embora tenha sido argumentado que em torno de 60% da área dessas ocupações sejam de médias e grandes, em termos de título são em torno de 160 mil títulos, como foi mostrado nas tabelas que foram veiculadas aqui. Por que não experimentar, avaliar esta nova sistemática de titulação nos 150 mil títulos e, enquanto isso, aguardar que os outros 15 mil... Não é que eles não se possam regularizar, eles podem.

Outra coisa que tem sido falada: "Ah, só vamos regularizar até quatro ou seis módulos fiscais?" Não, não. A legislação de 2017 permite a regularização de até 2,5 mil hectares. Então a diferença é: vamos implementar essa nova política pública, que é esta titulação por meio de sensoriamento remoto, verificação de documentos, cruzamento de base dos dados. Ela está funcionando? Ela está titulando? O que está funcionando? O que não está funcionando? Depois que a gente fizer uma avaliação de política pública – a política pública deve ser avaliada constantemente –, depois que for feita uma avaliação, aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos pensar em ampliar. Qual é a necessidade de hoje ampliar algo que não se sabe nem o seu funcionamento porque foi implementado há apenas um mês?

Próximo, por favor.

E, por fim, eu quero ressaltar a questão das salvaguardas ambientais, que é justamente essa possibilidade de integrar as políticas fundiárias e ambiental.

A primeira questão muito importante é que, quando se trata de ou quando se está previsto que a legislação ou que as propostas trazem a possibilidade de o ocupante promover um termo de ajustamento de conduta quando for identificada uma infração ambiental ou adesão ao PRA, antes disso os dois projetos de lei em discussão trazem uma grande novidade da lei, que são definições que não existem na legislação atual.

O PL 2.633 trouxe uma definição do que é um imóvel regular. Ele diz que um imóvel regular pode ser um imóvel que tenha o CAR homologado sem passivo ambiental, e diz que o imóvel em regularização é aquele imóvel que tem a simples inscrição no CAR – independentemente de o CAR estar ativo, pendente, suspenso ou cancelado, não é? A gente sabe que essa política pública do CAR, embora a gente vá fazer dez anos de Código Florestal, é uma política complexa, que está saindo do papel. Ela é difícil, os Estados estão empreendendo esforços significativos. Mas a simples inscrição no CAR... A gente sabe que existem milhares de áreas que são inscritas no CAR irregularmente. Um exemplo disso é que o Estado do Pará já cancelou mais de mil cadastros ambientais por sobreposição a terra indígena e unidade de conservação, e isso sem falar dos conflitos entre vários CARs sobrepostos uns sobre os outros. Então, uma simples inscrição no CAR não pode ser garantia de regularização ambiental, até porque não cabe à legislação fundiária dizer o que é regularização ambiental, porque isso já está disposto no Código Florestal, e o Código Florestal diz que regularização ambiental é adesão ao PRA ou a algum outro programa do Governo que vá promover a regularização dos passivos ambientais.

Por outro lado, o PL 510 diz que você só vai comprovar a irregularidade ambiental se tiver a finalização de um processo administrativo para apuração da infração ambiental, um auto de infração ou embargo ambiental. Ora, quanto a essa questão da segurança jurídica, da legalidade, sobre o que é legal ou não é legal, o Código Florestal já tem lá os parâmetros do que precisa ser protegido, do que pode ser supressão de vegetação. A supressão de vegetação tem que ser previamente autorizada, de modo que não é uma autuação do órgão ambiental que vai dizer que aquele imóvel está irregular.

Agora, aqui, a gente está numa situação diferente: enquanto ninguém prova que eu estou ilegal, eu estou legal? Não. Se eu não estou cumprindo, se as imagens de satélite... Por que eu posso usar sensoriamento remoto para titular e não posso usar o mesmo sensoriamento remoto para mostrar que há um passivo ambiental? Por que a gente vai se valer da tecnologia para titulação e não vai se valer da tecnologia para mostrar os problemas ambientais? Não cabe, não é um processo administrativo transitado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em julgado que vai dizer se há passivo ambiental ou não. Se eu tenho uma imagem de satélite que mostra uma situação irregular, se eu não mostro que eu tenho uma autorização para supressão, ou se aquela supressão é maior do que os limites de proteção ambiental do Código Florestal, já estará identificada uma situação ambiental.

Então, não há que se falar em processo administrativo transitado em julgado. Por quê? Porque hoje a média de processos administrativos para transitar em julgado é maior do que oito anos, isso contando processo administrativo por infração ambiental de todos os modos. Quando a gente cai para infração de desmatamento, esse tempo é muito mais longo. Então, na prática – pode passar, por favor, o eslaide –, essas definições acabam esvaziando as salvaguardas ambientais, que vêm nas propostas dos artigos subsequentes: art. 13, que trata dos dispositivos ambientais, pré-titulação, ou seja, no momento do processo de titulação; e o art. 15, que fala das cláusulas resolutivas.

Então, com essas definições de infração ambiental, não há que se falar em TAC, não há que se falar em PRA, porque nada disso vai acontecer. Não vai haver possibilidade de se comprovar o trânsito julgado de infração ambiental, mas na prática aquele lote, aquela área pode ser verificada se há, sim, uma estação ambiental, porque é justamente isso que faz esse cruzamento de dados, que o Incra disse que essa plataforma que acabou de ser desenvolvida vai fazer. Se ele vai cruzar os dados do Inpe, os dados do Prodes, se ele vai usar os dados do Cadastro Ambiental Rural, é possível, sim, se ele já está fazendo isso hoje, isso é integração de políticas públicas. E hoje a gente tem a oportunidade única de essas duas políticas públicas estarem sob a gestão do mesmo ministério. Então, a gente tem o MAPA, o Ministério da Agricultura é responsável pela implementação do CAR, pela implementação do Código Florestal e, ao mesmo tempo, responsável pela política de regularização fundiária. Então, é preciso que haja uma integração, uma harmonização das políticas públicas, mas o que os PLs estão propondo é justamente uma desvinculação. Por quê? Sob pretensos artigos falando em TAC ou em PRA ou em irregularidade ambiental, dá a impressão de que efetivamente está se avançando, mas não, a gente está regredindo ao que a gente tem hoje.

Próxima, por favor.

E nessa ação, as salvaguardas ambientais após a titulação, você tem as cláusulas resolutivas em que há um tempo para verificar o cumprimento das regras que foram escritas nesse contato de passagem do domínio do público para o privado. E, de novo, o PL 2.633 traz mais um retrocesso, porque ele diz que o imóvel precisa ser objeto de embargo ou auto de infração ambiental julgados em 30 dias, que a primeira decisão tem que ser julgada. E a gente sabe, na prática, que não isso não funciona. Então, assim, trazer esses regramentos, esses dispositivos para a legislação fundiária é simplesmente esvaziar qualquer salvaguarda ambiental.

Então, para finalizar, o que eu queria dizer é o seguinte: hoje eu acho que, com a exposição do Anaximandro mostrando em detalhes como vai funcionar a plataforma, essa plataforma digital, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrou que a legislação atual permite a regularização dos pequenos, esses pequenos compõem em torno de 90% das ocupações, em torno de 150 mil títulos, vai ser possível usar o sensoriamento remoto, então essa titulação vai ser expedida, se ela não aconteceu até hoje justamente é por que ou o Incra está precarizado ou eles não tinham as ferramentas corretas. Se essa política pública está sendo implementada hoje, é preciso avaliar o seu andamento, é preciso avaliar a sua eficácia para, então, se pensar em expandir para médios e grandes, que já podem se regularizar, apenas é preciso uma vistoria – essa é a única diferença, porque eles podem se regularizar.

Eu acho que, pelo que foi debatido aqui hoje, ficou muito claro que a alteração da legislação seria para avançar. E, para avançar, no meu modo de ver, seria parar avançar na integração das políticas fundiária e ambiental, e isso não é o que a gente vendo. Então, seria necessário muito mais discussão e uma proposta muito melhor e mais bem preparada para avançar na integração das políticas fundiária e ambiental.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dra. Cristina Lopes, pela sua apresentação e participação.

Eu queria apenas, antes de ler algumas perguntas que vieram pela internet daqueles que estão nos acompanhando, para prestigiar aqueles que estão nos acompanhando, evidentemente os quatro participantes podem respondê-las ou respondê-las *a posteriori*, remetendo para a Secretaria da Comissão, que nós enviaremos para cada um dos participantes que perguntaram, eu queria, antes de ler essas perguntas, colocar o seguinte questionamento. Na verdade, vou repetir palavras que todos falaram, o representante do Incra, o representante da CNA, a Dra. Cristina – não me lembro se a Brenda falou disso também. É que a lei atual já viabiliza a titulação ou a regularização fundiária de 88% dos demandantes – isso até quatro módulos rurais; os quatro módulos são 440 hectares –, mas se a gente estender isso para os seis módulos, você estaria trabalhando com 91% dos demandantes. Eu queria que os Senadores que ainda estão lincados prestassem atenção nisso. Para atender a 91% dos que querem a regularização, que precisam para trabalhar, como foi ressalto por todos Srs. Senadores que aqui falaram, que precisam do título, que é a alforria para poderem dá-lo como garantia, para comprar um trator, todos falaram, inclusive eu... Por isso eu disse que regularizei 1,2 milhão hectares em pequenos módulos. Então, fica aqui a pergunta: o problema é lei ou vontade de fazer?

Porque, na verdade, os projetos que estão em tramitação expandem para áreas maiores ou tentam alcançar áreas maiores. E eu queria chamar atenção também que, para os quatro ou seis módulos, a reserva, que deveria ser de 80%, já não existe mais. Então, objetivamente já houve, não sei se crime, mas já houve degradação ambiental, porque, na verdade, nós estamos falando de terra nua que está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usada para outro tipo de plantio, que foi queimada ou que foi cortada. Portanto, na minha opinião, acaba sendo estímulo, porque, vamos dizer, essa área de quatro módulos rurais está liberada de ter reserva, são 440 hectares de que deveriam estar preservados 80% e que não estão; só que se juntar, como já foi dito aqui, numa família, em que um pega um pedaço, outro, outro, outro, nós vamos chegar a áreas muito maiores – tudo bem que o CPF é diferente –, mas também sem nenhum tipo de preservação.

A pergunta que eu faço, infelizmente o Relator não está aqui, é se não seria o caso de nós estabelecermos uma cronologia. Se são 88% e até seis módulos são 91% – é óbvio que não 91% das terras, mas 91% dos interessados – e como eu entendo que a gente deve sempre começar – e seguramente os mais frágeis são os que detêm até quatro, até seis módulos –, por que não fazer uma cronologia? "O.k. Nós trataremos acima de seis, depois que todos até seis tiverem sido regularizados".

Eu vou repetir: nós temos 91% da demanda de título de terra entre aqueles que tem até seis módulos rurais, então não me parece razoável que eu, usando tecnologia, seja o que for, vá começar a regularizar – e aí vai depender muito do poder de cada um, e seguramente quem detém até 2,5 mil hectares deve ter um poder econômico e um poder de persuasão maior do que quem tem até quatro... Porque a gente sempre invoca os pequenos para justificar o que a gente quer fazer. Então vamos colocar em prática. É uma sugestão que eu faço ao Relator: por que não então começar... Quando nós zerarmos aqueles que seguramente estão lá há muito mais tempo do que outros – e, quando se fala na mudança temporal, é para alcançar gente que está que chegou ali, sei lá, com todo respeito, há cinco, seis anos... Então, vamos primeiro respeitar quem chegou ali há 30 anos, há 35 anos, há 40 anos. Então, eu não entendo por que não há essa cronologia, porque senão a gente pode estar aprovando um projeto em que vai acontecer o seguinte: vamos usar a tecnologia para regularizar os 9% acima de seis – ou talvez até menos de 9%, uns 3% ou 4% –, que, em terras, são muito mais, mas, em número de demandantes, são muito menos.

São reflexões que eu faço, porque todos aqui realmente se manifestaram da concomitância da regularização fundiária com a questão da preservação. Se nós não começarmos com aqueles que, na minha opinião, sempre são os que mais preservam, que são os pequenos, eu sinceramente acho que a gente está fazendo a justiça de cabeça para baixo, está invertendo a lógica. Eu acho que você tem que socorrer a quem mais precisa. Nada contra os médios e grandes, mas, como eu gosto de dizer, é igual na casa da gente: primeiro, você dá comida – o pai ou a mãe – é ao menino pequeno, que não pode subir na cadeira e pegar o biscoito lá no armário. O mais graúdo já sabe se virar.

Então, este é o questionamento que eu faço e deixo como pergunta, apesar de que eu vou ler as perguntas dos internautas: qual é a opinião dos nossos quatro palestrantes sobre uma eventual colocação desta cronologia? Já que todos nós falamos tanto dos pequenos, por que não estabelecer uma cronologia? Vamos crescendo. À medida que eu zerar os de quatro, eu vou para os de seis e depois eu vou para os outros. Então, na minha opinião, você teria um processo com muito mais justiça, e era um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionamento que eu queria deixar colocado. E eu me incluo nisso, porque eu fui governo durante 12 anos ou 13 anos, considerando um ano do segundo mandato da ex-Presidente Dilma Rousseff, e também não conseguimos zerar esse estoque. Então, não é que eu esteja apontando o dedo para ninguém, eu estou querendo é que a gente tome uma postura que seja mais sensata.

Bom, eu vou ler as perguntas do e-Cidadania.

Ígor Diego, de Pernambuco: "As terras desmatadas ilegalmente serão reflorestadas ou serão postas nesses PLs?".

Lucas Ferreira, do Rio de Janeiro: "Quais as diferenças da legitimação fundiária e legitimação de posse?".

Zete Feitosa, da Paraíba: "As terras indígenas também serão demarcadas?".

Lucélia Correa, do Rio de Janeiro: "Com o título da terra em mãos, o proprietário pode vender seu terreno?".

Essa é outra questão importante. São muitos os anúncios nos jornais do Estado do Pará e nos jornais do Estado do Amazonas que – eu acho um absurdo – chegam a dizer: vendo não sei quantos mil hectares "em processo de regularização". Ou seja, o cidadão não tem nem a regularização e já está dizendo que quer regularização para vender. Ora, se é para vender, que venda o Estado. Se ele tiver feito alguma benfeitoria, que seja remunerado pela eventual benfeitoria. Uma coisa é terra para produzir, outra coisa é terra para comercializar, que seguramente não será comercializada ao preço que a União vai cobrar, porque o preço, a depender do módulo, é 10%, 50% do preço mínimo do Incra. Eu acho ótima essa pergunta porque já recebi inúmeros anúncios nos jornais: vendo 1,5 mil, 2 mil, 2,5 mil hectares "em processo de regularização". Quer dizer, não é dele, mas ele já está vendendo.

Débora Torres, de Alagoas: "Qual o papel da sociedade civil para fomentar a regularização fundiária?".

Daniel Monteiro, de Pernambuco: "Os assentamentos do Incra entrarão nessa modalidade de regularização?". "Caso aconteça a regularização fundiária, o título terá alguma cláusula restritiva para venda, arrendamento, cessão de uso?". Vai no mesmo sentido da outra pergunta, porque é óbvio, salta aos olhos, que não parece razoável a ninguém que alguém compre a dez para poder vender a mil. Então não é produção.

Dellana Rosa, da Bahia: "Quais são os benefícios das alterações a serem realizadas?".

Guilherme Marques, de São Paulo: "Como poderíamos resolver as outras questões de um processo todo, no caso, dar fomento justo, insumos e incentivo ao beneficiado [pela regularização]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanda Ferreira, da Bahia: "Quais os principais fatores para que a regularização gere garantia de direitos e viabilize o oferecimento qualificado de serviços públicos?".

Maria Cecília, do Rio de Janeiro: "Quais serão os principais pontos alterados a partir dessa regularização [...]? Qual será a cautela com a questão ambiental?".

E um comentário da Maria Bortoletto, de São Paulo: "[...] [Em] parte das terras onde só se plantam canas, [...] [deveriam ser] obrigados a plantar árvores para o equilíbrio climático [...]".

Essas são algumas das participações. Eu repito: os participantes podem tomar uma ou outra pergunta para responder e podem também depois respondê-las em vídeo ou *e-mail* e mandar para que a gente possa encaminhar.

Como eu havia dito, agora vou inverter a ordem. Dada a responsabilidade e o bônus de ser o último, eu agora inverto, por uma questão de justiça; eu sempre faço isso.

Portanto, eu devolvo a palavra à Dra. Cristina Lopes, para os comentários sobre os questionamentos, as perguntas feitas ou para suas considerações finais. V. Sa. tem cinco minutos. Com a palavra.

A SRA. CRISTINA LOPES – Obrigada, Senador Jaques Wagner.

Eu acho que são muitas perguntas, e a gente não vai ter tempo de responder todas, mas só algumas questões importantes. Por exemplo, a questão que pergunta se as áreas que foram desmatadas irregularmente vão ser obrigadas a serem reflorestadas. O Código Florestal é que estabelece as regras para maiores ou menores de quatro módulos a partir de uma data de quando foi feito esse desmatamento ilegal. Então, desmatamentos irregulares antes de 2008, em imóveis de até quatro módulos fiscais, têm regras mais flexíveis. Então, se esse desmatamento foi ao longo de um rio, ele vai ter que recuperar uma parte menor do que ele deveria na regra geral da lei, e a reserva legal, por exemplo, talvez ele não precise recuperar; vai ser o percentual, o que já estiver na propriedade, no terreno, como reserva legal. Então, essa questão de recuperação, do reflorestamento das áreas desmatadas vai depender do tamanho da área e de quando esse desmatamento ocorreu, se foi antes ou depois de 2008, e essas regras são estabelecidas no Código Florestal.

Sobre a questão da transferência do título, no processo de regularização fundiária, quando o Incra titula uma área, esse título vem no início com o que a gente chama de cláusulas resolutivas – são cláusulas que estabelecem algumas condições. Então, por determinado tempo, você tem que cumprir essas condições – condicionantes ambientais, condicionantes de ocupação da terra – e você não pode passar esse título. Depois que o título for da pessoa, um título de propriedade como qualquer outro, ela pode fazer o que quiser. E esse é um ponto importante. Quando a Brenda apresentou esse estudo, levantando os valores dos preços médios da terra, de quanto é o valor de titulação, a gente vê que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

titulação, na regularização fundiária, é feita com preços muito abaixo do mercado, e é por isso que se tem que ter muita atenção ao titular imóveis médios e grandes, porque você tem uma ocupação que não é pequena, você vai comprá-la, você vai ter o direito de adquiri-la por um preço bem abaixo do mercado e, uma vez titulada, você vai poder fazer com que esse espaço ingresse no mercado de terras. Então, a regularização fundiária tem que servir para fixar aquelas pessoas no campo, produzindo, que é o que elas querem fazer. Não pode ser um mecanismo de ingresso barato de terras no mercado.

Por fim, eu quero finalizar com o comentário que o próprio Senador Jaques Wagner fez que é a questão de que a gente tem que prestar atenção no que não está funcionando, se é a implementação da política pelo órgão responsável, no caso, hoje, o Incra, ou se é uma questão legal. Eu acho que hoje ficou muito claro que não é uma questão legal. A legislação hoje já cumpre, já tem todos os mínimos requisitos para você conseguir titular a maior parte das ocupações de um modo expedito, um modo facilitado. Então, o que a gente precisa é tirar essa política do papel. E, como é muito recente toda essa modernização que o Incra fez em termos de plataforma, eu acho que a gente precisa, sim, implementar, avaliar, ver quais sãos os ganhos, quais são os problemas, para depois expandir isso para áreas maiores.

É isso. Obrigada, Senador Jaques.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, você ainda tinha mais quatro minutos. Eu errei: não eram cinco; eram dez para cada um. Então, não sei se você quer complementar alguma coisa, Cristina. O erro foi meu, porque o retorno é de dez minutos para cada um. Então, eu já tinha aumentado o tempo, mas não avisei. Então, só lhe perguntando se você quer fazer mais alguma...

A SRA. CRISTINA LOPES – Eu deixo a palavra para os demais companheiros de Mesa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bom.

Então, eu convido, agora, o Dr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann, da CNA.

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, em primeiro lugar, gostaria de agradecer, mais uma vez, a participação nesta audiência importante.

Nós discutimos um assunto que todos nós já conhecemos de alguma maneira, mas, de fato, é um tema tão delicado, tão importante para o produtor rural, que é preciso que a gente tenha clareza sobre as consequências do que está sendo aprovado e as possibilidades que essa legislação abre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às perguntas que V. Exa. leu agora, Senador, eu diria o seguinte: pelo que se observa, há, de fato, uma preocupação em relação aos rumos do que é um processo de regularização fundiária, e eu vou utilizar como referência as perguntas que levaram ao questionamento em torno do que vai acontecer tão logo um imóvel seja regularizado.

Este é um ponto importante, é um ponto que já existe em nossa legislação. Isso está lá no art. 15, da Lei 11.952, que já havia sido alterada pela Lei 13.465 e que, de fato, proíbe a alienação dessa terra pelo prazo de dez anos, observados alguns requisitos.

Nessa legislação, o que está sendo discutido agora, no âmbito desses dois PLs, são aprimoramentos em relação a esses requisitos, é o que nós chamamos de cláusulas resolutivas. Portanto, se aquele proprietário que tem a sua terra regularizada descumprir algumas dessas exigências, uma delas, por exemplo, diz respeito ao cumprimento das obrigações ambientais, o negócio é desfeito e o ato jurídico de regularização é considerado nulo. Então, é um procedimento que se baseia estritamente numa questão de responsabilidade daquilo que eu adquiro. Sem falar que todas as informações que são prestadas no ato do pedido da regularização fundiária são de responsabilidade daquele que produz a informação, daquele que requisita e daquele que se cadastra no Sigef e na plataforma, que foi inclusive anunciada aqui nesta audiência pelo representante do Incra. Todas aquelas informações que são prestadas são de responsabilidade pessoal, administrativa, mas também criminal daquele que o presta.

Então, esses são os instrumentos que são possíveis para uma legislação atender de maneira a tornar o processo cada vez mais sério, mais seguro e mais maduro. Fora isso, obviamente que a gente não acha, vamos dizer assim, que estamos livres das possibilidades de ilegalidade no assunto fundiário no Brasil, mas aí nós passamos para uma outra discussão sobre o problema, vamos dizer assim, do acompanhamento da fiscalização e policial, efetivamente policial. E, mais uma vez, eu volto a afirmar aqui, em nome da CNA: a utilização em massa dos instrumentos de tecnologia ajudam sobremaneira para que as exceções, para que aquelas pessoas que se utilizam de um procedimento sério para fins ilegais sejam identificadas e sejam responsabilizadas perante a Justiça.

O que nós estamos discutindo aqui, no âmbito desses dois PLs, é como que, sob a perspectiva legislativa, nós podemos ampliar o processo de regularização fundiária e, portanto, tornar a informação sobre a situação fundiária no Brasil pública e, portanto, fidedigna para fins de elaboração de políticas públicas. Esse é um primeiro ponto.

O segundo ponto, Senador, que eu gostaria de destacar também como a minha fala final aqui, diz respeito ao seguinte: a legislação, como não poderia (*Falha no áudio.*) ... Inclusive, o que está sendo discutido nesses dois PLs estabelece normas imparciais, técnicas sobre a regularização fundiária, não é? Portanto, todos os brasileiros, por exemplo, que estejam interessados em regularizar as suas áreas – todos – precisam cumprir as obrigações fundiárias, mas ambientais. Não podem, por exemplo, ser funcionários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos órgãos que controlam esses assuntos, exatamente para evitar tratamento benéfico; não podem ser proprietários, por exemplo, de outros imóveis em processo de regularização.

Enfim, essa legislação especificamente prevista no PL 2.633 e 510 estabelece, na verdade, um rigor maior em relação ao 11.952, de 2009. E esses requisitos técnicos precisam ser cumpridos por todos, tanto pelo proprietário, por aquele que explora atividade de cultura produtiva em glebas de até quatro modos fiscais, até seis módulos fiscais, ou até aquele que explora em glebas até 2,5 mil hectares. O requisito é igual.

Obviamente que a gente pode imaginar a possibilidade de os órgãos fundiários estabelecerem uma facilitação, uma ajuda, um auxílio para que aqueles pequenos proprietários tenham algum tipo de auxílio de fato ao processo de regularização fundiária, mas a exigência de cumprimento da legislação é igual para todos aqueles que pretendem regularizar suas terras. Então, eu acho que essa é uma premissa fundamental e importante para destacar.

E a última informação, o último dado que eu gostaria de levantar é o seguinte: há, de fato, na visão da CNA, um encaminhamento muito próximo entre resolução dos problemas fundiários e resolução das questões ambientais. Isso tudo sob a perspectiva do cumprimento da lei no Brasil. Então, por exemplo, quando nós falamos de regularização de uma terra que vai até 2,5 mil hectares, nós estamos falando da regularização e da informação dos 80% que são exigência, por exemplo, na Amazônia Legal, de que esta terra preserve em termos de meio ambiente. Se nós afastamos isso da nossa política de regularização, nós estamos falando, na verdade, de 80% de 2,5 mil hectares que seriam para preservação ambiental que ficam absolutamente à margem do nosso controle, do poder público e da responsabilização perante a Justiça. Então, acho que esse é um dado muito importante.

Então, para finalizar, eu gostaria mais uma vez de agradecer pela nossa participação, dizer que a CNA está à disposição com as informações técnicas que ela sempre divulga e da participação nessas audiências públicas, parabenizar todos os Senadores pelo envolvimento em um tema tão importante como esse, e imaginar e acreditar piamente que o Senado fará um excelente trabalho por meio do esforço do Senador Carlos Fávaro, no sentido de produzir um documento, um relatório que nos ofereça uma legislação moderna, eficiente e que possa ajudar o País a crescer, cada vez crescer mais na produção agrícola do Brasil, com, obviamente, a sustentabilidade ambiental.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador. E devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann, pela sua participação, em nome da CNA.

E eu passo a palavra agora à Dra. Brenda Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRENDA BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Caro Senador Jaques Wagner, queria agradecer mais uma vez pela oportunidade de participar desta audiência pública.

Bem, dessas minhas considerações finais, eu gostaria talvez de reforçar alguns pontos e trazer algumas informações adicionais.

Primeiro, eu entendo... Ouvi atentamente a fala dos Senadores que se pronunciaram. Muitos reforçaram essa preocupação com a lentidão do processo de regularização. Acho que foi uma preocupação que todos compartilhamos. Eu, particularmente, estudo esse tema fundiário há mais de 15 anos. Temos várias publicações que, justamente, focavam em entender por que existe essa demora, quais eram os grandes entraves, tanto na parte federal quanto na parte estadual. E eu digo, com muita tranquilidade, que não identifiquei, em nenhum desses PLs, mecanismos que vão resolver essa questão da lentidão. Nada do que está sendo colocado nesses PLs, de fato, indica que vai haver um ganho, digamos, de tempo na tramitação, porque eu acho que a grande questão, o grande salto que pode ser feito já está acontecendo agora, que é justamente toda essa parte da informatização dessa plataforma que o Incra lançou agora, que está sendo elaborada desde 2015, 2016. Acompanhei o início desse processo, observando como sociedade civil. E eu diria que mesmo a questão da vistoria, que tem sido colocada como algo que vai agilizar, se for dispensada a vistoria para vários imóveis, se fosse verdade, nós não teríamos 88% dos imóveis ainda aguardando regularização, porque esses imóveis não precisam de vistoria. Então, se a vistoria, se a dispensa dela for a grande questão que está sendo colocada nesse PL, já digo logo que não vai adiantar, porque não é a vistoria o problema. Se fosse, a gente não teria todos esses imóveis aguardando essa titulação há tanto tempo.

Eu queria também reforçar a posição de que eu acho extremamente... Eu não recomendaria essa questão de aumentar a dispensa de quatro para seis módulos fiscais, seja porque, como foi apresentado aqui pelo representante do Incra, de quatro a seis módulos, a gente está falando de 40% da área que pleiteia a titulação – foi isso que ele colocou na tabelinha: 40% da área –, então, não é apenas um aumento de dois módulos ou de 88% para 91% dos imóveis, é de 40% da área. E é uma área na qual não vai acontecer nenhum tipo de ferramenta inovadora para tentar detectar conflito, porque aquilo que vai ser aplicado é o que já existe hoje, e eu diria que é insuficiente. As previsões, hoje em dia, que exigem vistoria para baixo de quatro módulos fiscais são insuficientes para detectar conflitos, e eu acho que o PL não traz nada adicional. Poderia... Eu dei o exemplo aqui de sobreposição de CAR. Eu acho que o grande conflito que a gente tem hoje é quando se tem um imóvel e várias pessoas dizendo que também têm direito de ocupar aquela área e isso está sendo totalmente colocado à margem nesses PLs. Então, vejo, sim, um grande risco no aumento para seis módulos fiscais de dispensa de vistoria.

Também um outro risco, que eu diria que está associado a isso, é o fato de que isso vai acabar mudando o entendimento do que é uma propriedade familiar. Hoje em dia, a legislação define que propriedade familiar é até quatro módulos fiscais, mas, na lei fundiária, se você começa a querer entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, não, na verdade, o pequeno é até seis módulos, isso vai provocar uma pressão para alterar outras legislações que também utilizam quatro módulos fiscais como parâmetro. Eu vou dar um exemplo de uma que é das principais, que foi colocada aqui, que é o Código Florestal. Como bem lembrou a Cristina, propriedades, imóveis de até quatro módulos fiscais, pelo Código Florestal, que desmataram até 2008 têm regras muito mais flexíveis de recuperação de desmatamento, muitas vezes até uma grande anistia. Se a gente começar a mudar a lei fundiária, entendendo que agora o pequeno não é quatro, mas seis, isso vai acabar esbarrando, eventualmente, numa pressão para alterar o Código Florestal. Então, eu acho extremamente problemático começar a se fazer esse tipo de flexibilização.

Há outros pontos que eu gostaria de colocar, para finalizar. Em relação à responsabilização por desmatamento, foi colocado aqui que seria muito necessário titular para responsabilizar. Eu queria dizer que, se o Governo, tanto o Governo Federal quanto os governos estaduais, quiserem, realmente, responsabilizar por desmatamento ilegal, eles já podem fazê-lo, porque já possuem o CPF de 70% das áreas que estão desmatadas. Esse é o levantamento do MapBiomas que mostra que, das áreas desmatadas, 70% já têm o CPF declarado no CAR. Então, se quiserem realmente responsabilizar por desmatamento, podem fazer isso.

Eu adiciono mais um dado de uma publicação que a gente está finalizando. A gente avaliou qual tem sido o entendimento dos tribunais, nos níveis de primeira instância, de segunda instância e de terceira instância, até o STJ, do uso desse tipo de prova que pega, por exemplo, dados do CAR e os cruza com dados do desmatamento do Prodes para responsabilização. O entendimento desses tribunais tem sido no sentido de que essas provas são até mais confiáveis do que só uma vistoria em campo. Então, sim, os governos já podem, inclusive, multar com base em cadastro, sem precisarem ir a campo. Isso já deve ser feito, se houver um compromisso realmente sério de combater o desmatamento. A gente não precisa esperar uma titulação para que isso aconteça.

Quero aqui finalizar dizendo que eu realmente acho que a grande justificativa desses PLs não é a celeridade – como já falei, não vejo que isso está sendo tratado dessa forma –, mas é, sim, flexibilizar o marco temporal, seja no PL 510, quando explicitamente faz isso, mas, especialmente, nos dois PLs quando mudam o art. 38 e abrem uma brecha para que áreas que sejam ocupadas a qualquer tempo possam ser regularizadas via licitação. Isso já impacta diretamente 13,5 milhões de hectares de florestas públicas federais que estão no cadastro do Serviço Florestal e que poderiam ser impactadas por uma medida como essa.

Então, eu, realmente, vejo com muita preocupação que haja qualquer intenção de avançar com a aprovação desses PLs. E acho que está realmente nas mãos do Senado decidir se a gente vai dar finalmente um basta a esse processo que avança sobre as nossas florestas públicas na expectativa de uma privatização ou se, de fato, a gente vai começar a ter rédeas, para realmente haver uma política efetiva de ordenamento territorial que não permita a privatização das nossas florestas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dra. Brenda Brito.

Eu passo a palavra, então, ao Dr. Anaximandro Almeida.

O SR. ANAXIMANDRO DOUDEMENT ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Inicialmente, eu gostaria só de fazer alguns comentários em relação ao que a Brenda comentou, longo no início de sua intervenção, com relação a privatizar florestas públicas. Aí ela citou também a atuação da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas.

Ora, a primeira coisa é que, com relação a privatizar terras públicas, a fazer a alienação, existe a previsão constitucional do art. 188 quanto à destinação de terras públicas e devolutas, no sentido de que elas devem ser compatibilizadas com a política agrícola e com o Plano Nacional de Reforma Agrária. Então, quando ela comenta que, do que foi identificado, há muita coisa para regularização fundiária, essa regularização não é só para os ocupantes de terras públicas federais, que são aquelas pessoas elegíveis pela Lei 11.952, mas também para a própria reforma agrária, para os assentados.

Então, quanto à questão da privatização de florestas públicas, eu faço essa ressalva, bem como em relação à própria identificação que foi comentada em relação ao decreto, de que, se os demais órgãos, Ibama, Instituto Chico Mendes, Funai e órgãos estaduais, não se manifestassem, iria para a questão da regularização fundiária.

Vejam bem, no decreto, não significa que o órgão que pediu preferência e que demorou com os estudos não possa pedir uma prorrogação e, segundo, é uma recomendação do próprio TCU, na medida em que ele identificou, numa auditoria que remete aos anos 2016 para trás, ou seja, não abrange o período atual, a ocorrência de casos em que há demora de mais de três a quatro anos para identificar a terra pública, a destinação dessa terra pública para a regularização fundiária.

Acrescento ainda, como coloquei no início, que nós estamos falando de 25 milhões de hectares que, a princípio, não vão crescer. Essa área passível de regularização fundiária não vai aumentar. Você tem a identificação das áreas, a destinação pela câmara técnica; então, nós permanecemos com aquele foco de 5% da Amazônia Legal apenas. Não estarão ampliando. Ficou a conotação de que se estariam ampliando as áreas para a regularização fundiária; não, esse número já está identificado, e o que se quer é trabalhar, de forma séria, com esse número.

A Adin também já legalizou a 11.952, atestou a constitucionalidade dela, a 4.269. Então, não há que se discutir em relação à alienação e concessão de terras públicas federais, ou seja, seguem-se os parâmetros que estão na própria lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de destacar também a apresentação da Cristina Lopes, com relação especialmente... Num primeiro momento, ela fala: "extensão do procedimento simplificado". Não temos procedimento simplificado. O único procedimento simplificado seria para áreas de até um módulo fiscal, que, no caso, é o que está no decreto com relação à dispensa do CAR, unicamente. As demais áreas seguem todos os parâmetros exigidos na lei, tais como a declaração do ocupante, o batimento de dados, o cruzamento de dados em geral, o sensoriamento remoto, o geoprocessamento, enfim, são mais de 50 validações que são realizadas para que se tenha um relatório de conformidade com a lei.

O instrumento que foi desenvolvido é muito robusto nesse sentido e abrange todas as propriedades, independentemente de tamanho. Não há esse vínculo com o tamanho justamente para tentar prever aquilo que já conversamos com relação aos casos em que é exigida a vistoria, ou seja, embargo à infração ambiental, indícios de fracionamento, que pode ocorrer até em áreas menores do que um hectare – um módulo, desculpe –, requerimento por procuração e sensoriamento remoto inconclusivo. Então, a lei passa segurança e a plataforma também passa segurança.

Ainda foi comentado, não só pela Cristina, mas também pelos Srs. Senadores, com relação à titulação: "Ah não, vamos destinar até quatro módulos, já existe previsão para isso, já está sendo feito". O.k. Tudo bem, mas, se eu considerar apenas o número de parcelas, isso é insuficiente. Por quê? Na verdade, eu tenho que considerar o binômio quantidade de parcelas e área a ser regularizada. De nada adianta regularizar uma área de 40%, 39% – que são 4 hectares – se eu deixo os outros 60% fora.

Então, aqui o que nós ventilamos foi a questão de um intermediário colocar a média propriedade, que, constitucionalmente, é protegida também. A pequena e média propriedades são protegidas.

Então, nós teremos o binômio com 98,2 parcelas passíveis de regularização, combinado com 79% da área a ser regularizada. Feito isso, senhores, a gente conseguiria, então, passar a cuidar não mais desses 5%, mas dos 95% da Amazônia. Você teria um olhar mais aprofundado para essa área. Então, é este o ponto crucial que o Incra vem defendendo da modificação da lei: a mecânica, o que poderia dar celeridade ao processo de regularização fundiária. Está aí a importância do binômio: não só a quantidade de beneficiários, de demandantes, mas também a área que se quer concluir, fechar uma política pública de Estado iniciada em 2009.

Pois bem. Dra. Cristina Lopes, é segura a plataforma, está funcionando, conclui atualmente com o relatório de conformidade, mas, até o final de dezembro, vai concluir o processo inteiro, com a análise técnica, conclusão da superintendência e titulação. É esse o objetivo. E o fato de ser novo não significa que esteja inseguro; ele foi validado e testado em diversas regiões. O lançamento foi responsável e não uma coisa "olha, vamos ver se fica bom?", não. Nós estamos querendo celeridade.

Destaco também o porquê da proposta de dispensa da questão da vistoria. Com esses outros requisitos, com os outros instrumentos que a Adin colocou e validou, seria uma questão de tempo e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas. O custo disso é muito alto. Então, isso que eu gostaria que o Congresso sopesasse. E, por fim, a plataforma foi desenvolvida juntamente com o Serpro; então, é uma plataforma muito segura.

Ainda em relação ao enfraquecimento das salvaguardas ambientais, são dois momentos. No primeiro, há a pré-titulação. O que faz hoje a legislação? Pede o CAR, o TAC e o PRA. Para quê? Para conduzir a legalidade ambiental nos moldes do Código Florestal para que o produtor, o ocupante, saia da clandestinidade e ingresse na regularização fundiária. E, no segundo momento, há o segundo crivo, que é a pós-titulação, causas ambientais. Não cumpriu, vai ser cancelado; cumpriu, segue a vida, continua. Então, as ferramentas estão sendo... O Incra, como órgão executor, desenvolveu essa mecânica e espera que as propostas legislativas sigam nessa linha da celeridade, da automação, e que haja o aperfeiçoamento do decreto, das propostas.

Por fim, eu gostaria de destacar, Senadores, que, como justificativa também em prol dessa alteração da lei... Já foi dito aqui que não precisaria da alteração da lei; nós discordamos porque toda ajuda será bem-vinda para a automatização e para dar celeridade à lei.

Coloco aqui o caso do Senador Izalci, que pediu informação sobre a região de Picard. Vou dar a resposta a ele. Sobre essa região de Picard, nós temos alguns títulos que estão sendo validados, convalidados, e outros que estão sendo negados. Por quê? Porque falta legislação, porque o título é um contrato de CPCV, um contrato antigo e que precisa, para que seja validado, da previsão legal de terceiros. Hoje a lei, com relação a esses contratos antigos, só permite a regularização do beneficiário originário ou de seus sucessores, não permite a de terceiros. Então, esse é um exemplo de que tem que ser, sim, alterada a lei.

Como eu já disse, eu gostaria de deixar, antes de concluir, em relação à regularização fundiária, responder ao internauta que perguntou se atenderia assentamentos da reforma agrária. Sim, a plataforma de gestão territorial está lá, ela vai servir não só para os produtores rurais, para os assentados e para ocupantes, mas também para toda a administração pública, porque o Incra é o órgão natural que faz a governança fundiária, juntamente, em parceria, com os demais órgãos.

Para finalizar, eu gostaria de deixar este recado: sim, nós precisamos que a lei seja alterada, especialmente nesses quesitos que destravam a legislação, que dão celeridade. Para quê? Para que se conclua essa etapa, essa política de Estado da regularização fundiária iniciada pela Lei 11.952, e que se passe, sim, a outras políticas públicas, a concentrar-se em outras políticas públicas. Nós precisamos fechar esse ciclo e, para fechar, seria interessante, na mecânica dos procedimentos administrativos, regular exatamente esses pontos, com a dispensa de vistoria, por exemplo, em relação ao tamanho da área.

Volto a dizer, o tamanho não é significativo e, sim, as ocorrências. O que se quer evitar é o descuido com a área ambiental e eventuais fraudes, como já foram comentadas aqui. Os demais itens, marco temporal, já falei que dependem muito da sensibilidade em relação à questão ambiental e social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos que estão morando, residindo, na Amazônia Legal, que hoje estão presentes e que precisam sobreviver e dificilmente deixam a região.

Então, é esse o contexto que eu coloco.

Agradeço aqui, em nome do Incra, a atenção que nos foi colocada e o espaço que nos foi dado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Dr. Anax, desculpe, Dr. Anaximandro, pela sua participação, em nome do Incra.

Bom, de qualquer forma, eu vou registrar só uma pequena frustração: nenhum dos quatro comentou o aspecto de estabelecer uma cronologia, que foi a pergunta que eu tinha colocado. Mas, de qualquer forma, eu acredito que a audiência – com a contribuição de todos – foi importante para aqueles que nos acompanham pela televisão, pelo YouTube, pelas redes e também para o Relator da matéria, Senador Fávaro, que esteve conosco aqui no começo, para que se possa chegar ao melhor texto possível que atenda, como eu disse, a regularização associada – mesmo que de responsabilidade de outro órgão – à questão da preservação ambiental.

Eu agradeço a presença de todos e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

(*Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Luis Carlos Heinze e Wellington Fagundes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal com a presença dos Senadores Jayme Campos, Carlos Fávaro e Leila Barros. Deixa de comparecer o Senador Izalci Lucas. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**, atendendo ao requerimento REQ 24/2021 - CMA, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Finalidade:** Instalação da subcomissão e eleição de presidente e vice-presidente. **Resultado:** Reunião realizada e eleitos os senadores Wellington Fagundes para presidente e Izalci Lucas como vice-presidente da subcomissão. Na presidência, o senador Wellington Fagundes discursa e projeto vídeo sobre o bioma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, criada pela aprovação do Requerimento nº 24, de 2021, de autoria do Senador Wellington Fagundes, 11ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, em 11 de agosto de 2021.

A presente reunião, que acontece de modo semipresencial, destina-se à instalação dos trabalhos desta Subcomissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2021-2022.

Foram registradas, até o momento, as seguintes indicações: para Presidente, Senador Wellington Fagundes; para Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas.

Não havendo outra chapa, consulto os senhores membros se concordam em realizar a votação por aclamação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o procedimento.

Coloco em votação, por aclamação, os nomes dos Senadores Wellington Fagundes, para Presidente, e Senador Izalci Lucas, para Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro os Senadores eleitos por aclamação e os convido para ocuparem os lugares à mesa.

Senador Wellington, eu queria lhe cumprimentar, V. Exa. e o Senador Izalci, por assumirem esta Comissão. A gente sabe da relevância do Pantanal sul-mato-grossense e mato-grossense, os dois Estados que fazem parte do Pantanal, desse grande bioma, para a discussão deste tema importante.

A gente sabe, hoje, dos interesses contrários ao Brasil. O Brasil é um dos países que mais preserva a sua biodiversidade no mundo, mais de 60% do Território brasileiro hoje é preservado, e, quando a gente vê críticas ao Brasil, não ao Governo atual, mas aos governos em si, a gente vê a emissão de gases de efeito estufa, em que a China, os Estados Unidos e toda a Europa têm 65%, praticamente, da emissão dos gases de efeito de estufa, no Brasil não chega a 2%.

Então, as queimadas do Pantanal, as queimadas da Amazônia são temas recorrentes. Agora, eu entendo, já fiz um debate sobre esse tema...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega, agora, o representante forte e legítimo aqui do Mato Grosso, para fortalecer a posse aqui do nosso Wellington Fagundes. Senador Jayme, o que eu estou colocando são os interesses contra o Brasil quando se fala em preservação.

O Brasil hoje, pela biodiversidade que tem, mais de 60% do Território brasileiro intacto, dentro das propriedades rurais dos produtores e também as próprias áreas preservadas que o Brasil tem, seja a Amazônia em geral, seja o Pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, que vocês têm lá.

Então, é muito importante e, por isso a gente se alinha à ideia de vocês de criarem esta Subcomissão e fazer as discussões pertinentes, afinal, nós somos brasileiros, aquilo é Brasil e não há por que nós esperarmos que alguém de fora do Brasil venha interceder.

E, ontem, na fala do Presidente Bolsonaro, ele falava na lei do Código Florestal. V. Exas., Senador Wellington, debateram esse tema ainda como Deputados, aprovaram lá em 2012, 2013. Seguramente, a lei, o Código Florestal brasileiro hoje é das leis mais restritivas que existem. Nenhum país do mundo tem uma lei semelhante a essa. Então, é uma lei que ajuda na preservação do meio ambiente.

Portanto, parabéns ao Senador Wellington, que vai assumir, neste instante, a cadeira, e também ao Senador Izalci, que assume como Vice-Presidente.

Muito obrigado.

Passo a Presidência ao Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos tirar uma foto aqui? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero cumprimentar todos os companheiros desta Comissão, agradecer também a confiança do Presidente – que hoje está viajando para o exterior –, do nosso Presidente Jaques Wagner. E, aqui, agradeço a todos os companheiros também da Subcomissão; assumimos, hoje, essa missão de tornar permanente, aqui na nossa Comissão, o assunto Pantanal Mato-Grossense.

E aí eu quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, do meu Estado de Mato Grosso; o Senador Luis Carlos Heinze – eu vou me permitir tirar a máscara, porque estamos aqui em isolamento total –; o Senador Izalci Lucas, que será o nosso Vice-Presidente; e, como suplentes, o Senador Carlos Fávaro, também do meu Estado, o Senador Jean Paul Prates, a Senadora Leila Barros e o Senador Plínio Valério, que é do Amazonas. Então, aqui nós temos uma representação regional bem expressiva, já que temos três Senadores do Mato Grosso; o Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul – mais um experiente Senador nesta Casa, que foi Deputado por vários mandatos –; bem como o Senador Jean Paul Prates, que representa o Rio Grande do Norte, também com todas as peculiaridades daquele Estado; a Senadora Leila Barros juntamente com o Senador Izalci Lucas, que são aqui do Distrito Federal e, portanto, estamos aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntos no Planalto Central; e ainda o Senador Plínio Valério, que é lá do Amazonas. Então, nós, do Mato Grosso, somos todos amazônidas, porque o Mato Grosso também está todo ele na Amazônia Legal.

Senador Jayme, eu vou apenas ler aqui a justificativa do porquê da criação desta Comissão e passarei a palavra a V. Exa. O Pantanal, de acordo com as delimitações estabelecidas em mapa pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui área aproximada de 150.355 quilômetros quadrados, ocupando 1,76% da área total do Território brasileiro. Considerado uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta, esse ecossistema único ocupa parte dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, inclusive tendo a sua maior extensão no nosso Estado vizinho, no nosso Estado-irmão, e se estende também pela Bolívia e pelo Paraguai. Com sua rica biodiversidade, flora e fauna, além da presença de comunidades tradicionais e indígenas, possui grande potencial em serviços, através dos seus ecossistemas.

No entanto, no ano de 2020, o bioma enfrenta uma de suas maiores secas da história recente e sofre, com certeza, com o desmatamento e tem o pior período de queimadas desde o fim de 1990. Até o mês de setembro, 22% da área total do bioma Pantanal, isso é do ano passado, o que representa 32,910 mil quilômetros quadrados, foram devastados com os incêndios, um recorde histórico. Os dados, obtidos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), representam um aumento de 154% em relação ao mesmo período de 2019, e também de 1.097% quando a comparação é com 2018. A área degradada em 2020 é 27% maior do que a maior área queimada e até então registrada no bioma, em 2005, que foi de 25,852 mil quilômetros quadrados. O percentual do bioma incendiado constitui imenso impacto negativo à fauna e à flora e também aos ecossistemas, ao clima, à saúde pública e à economia, já que a fumaça, muito intensa, acaba indo para as cidades próximas, inclusive para a nossa baixada cuiabana como um todo. Há muitos problemas de saúde pública, principalmente com doenças respiratórias. Isso ainda somado à questão da pandemia, através da covid, no ano passado, e que agora continua.

A maior tragédia socioeconômica e ambiental das últimas décadas exterioriza a fragilidade institucional na região, em especial aquela voltada ao combate e à prevenção de incêndios e à proteção da fauna. Além disso, a tragédia expõe a lacuna de um marco normativo protetivo ao bioma. A população local, exposta a essa onda de degradação, clama por uma urgente articulação e coordenação de políticas públicas efetivas para a proteção da biodiversidade, a recuperação das áreas degradadas e a criação de incentivos para a retomada das atividades econômicas, principalmente o turismo e as atividades agropecuárias em bases sustentáveis.

Com a criação da Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal – CTEPANTANAL, o Senado Federal demonstrou protagonismo na condução de debates, em audiências públicas e em visitas à região que resultaram em um desenvolvimento sustentável do bioma. No entanto, o cenário futuro exige a atenção focada não apenas nas ações de enfrentamento às queimadas, mas no debate sobre soluções legislativas e políticas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que enfrentem, sob o tripé ambiental, econômico e social, a emblemática situação do bioma. Soma-se a esse argumento a estimativa da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional (Sedec/MDR) apontando que eventos climáticos extremos, como as secas, serão recorrentes pelo menos até 2025.

A proteção do meio ambiente, o combate à poluição, a tutela protetiva da fauna e o alcance ao desenvolvimento sustentável são deveres constitucionais, morais e éticos de toda a sociedade e do Estado.

Nesse sentido, devemos voltar a nossa atenção para a promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado no nosso bioma Pantanal, de modo a conciliar, sob a premissa da sustentabilidade, as atividades desenvolvidas na região pelo homem pantaneiro, que exigem a atenção do Estado por meio da articulação entre os entes federativos, de medidas preventivas e do incremento da fiscalização ambiental.

Essas atividades exigem, ainda, a criação de instrumentos de incentivo à recuperação de áreas degradadas, como pagamento por serviços ambientais, além da imprescindível identificação correta dos problemas, para que estudemos possíveis soluções e ofereçamos respostas ao povo pantaneiro e também aos brasileiros, todos interessados na proteção desse patrimônio ambiental nacional e mundial, conforme preceitua a nossa Constituição.

Nesse sentido, a criação de uma subcomissão permanente vinculada à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e voltada para a proteção do bioma Pantanal permitirá, Senador Jayme, que concentremos esforços na avaliação da legislação e das políticas públicas, mediante realização de audiências das quais poderão participar especialistas e representantes do Governo e da sociedade.

Com esses insumos, poderemos oferecer respostas qualificadas para o grande desafio que é a construção de condições mais favoráveis para a adoção de medidas preventivas e reparatórias ao bioma, também à sua população e ao desenvolvimento, em prol de toda a sociedade e das gerações presentes e futuras.

Por essas razões, então, eu aqui agradeço a todos que votaram pela criação e instalação hoje desta Subcomissão.

Eu passo então, agora, a palavra ao Senador Jayme Campos, meu companheiro do Estado de Mato Grosso, que, com certeza, vai estar aqui me ajudando muito, como ocorreu na CTEPantanal, nas audiências que fizemos lá no Pantanal. Inclusive, com o trabalho permanente do Senador aqui também, atuando no orçamento, alocando recursos para pudéssemos instalar, lá em Poconé, o primeiro centro da polícia florestal, bem como o Corpo de Bombeiros. Recursos também foram alocados pelo Senador Jayme para a compra de equipamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já aqui, Senador Jayme, agradeço, em nome de toda a população, por esse trabalho já prestado, e sei que nós aqui estaremos fazendo muito mais, dado, principalmente, esse momento que vive o Pantanal.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discursar.) – Prezado amigo, Senador Wellington Fagundes, Presidente desta Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal, da Comissão do Meio Ambiente, para tratar dos assuntos dos pantanais tanto do Mato Grosso, imagino, como do Mato Grosso do Sul.

Eu acho que é o momento de nós celebrarmos, sobretudo, demonstrarmos a importância que representa, Senador Wellington, naturalmente, esse patrimônio que é o Pantanal na medida em que, lamentavelmente, vem atravessando uma quadra muito ruim, já há alguns anos anteriores, mas, de forma agravante, no ano passado e neste ano.

Primeiro, foi o incêndio que aconteceu lá, em que, pelos dados que nós temos hoje de alguns cientistas estudiosos da matéria – não se tem um inventário ainda totalmente concluído, mas no primeiro balanço que saiu agora, semana passada, não sei se V. Exa. teve conhecimento dessa informação –, foram quase 17 milhões de animais que pereceram. A maioria absoluta foram cobras, aqueles animais que fazem rastros, que não são vertebrados. São 27 cientistas que estão participando, através de organizações não governamentais, de órgãos como a Embrapa e outras instituições, que têm compromisso, com certeza, com a questão da preservação, num trabalho sério de defesa intransigente das nossas riquezas.

Esta Subcomissão tinha um papel muito importante, Senador Wellington. Aqui eu tenho que fazer justiça pelo seu trabalho, desde o primeiro dia, quando houve aqueles incêndios. Sei que V. Exa. está acompanhando, *pari passu*, tentando buscar a solução.

É óbvio e evidente que isso vai sofrer um processo de maturação. Só com o trabalho que V. Exa. está fazendo e os demais pares aqui deste Senado, e da própria Câmara, que criou uma comissão que esteve lá no Pantanal, é que nós poderemos solucionar gravíssimos problemas que estão afetando uma das belezas naturais mais importantes do planeta e, certamente, acabando com a potencialidade da questão do turismo.

Todavia, eu acho que esse é um recomeço de tudo aquilo que nós poderíamos oferecer ao homem pantaneiro. Primeiro, que o homem pantaneiro tem que ser tratado como tal. Muitas pessoas querem interferir naquilo que não conhecem bem. Quem conhece o Pantanal é o verdadeiro pantaneiro, aquele cidadão que nasceu, que se criou e que mora lá.

E as políticas públicas estão muito aquém do que necessariamente tem que ser feito para aquele cidadão que está ali, para que ele possa pelo menos sobreviver com dignidade. Todos nós sabemos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empobrecimento que houve nessa região do Brasil, particularmente agora depois dessas tragédias, se me permite falar. Houve um empobrecimento e a cada dia que passa a dificuldade é muito grande, na medida em que até o potencial turístico, aquela grande rede hoteleira que há naquela região, se perdeu. Primeiro, diante da pandemia que nós tivemos; segundo, pelo fato da falta de investimento, de infraestrutura por parte dos governos, que quase nada fazem para o homem pantaneiro. Mas aos poucos estão avançando, haja vista que nós já conseguimos, toda a bancada federal, particularmente aqui a bancada do Senado, permitir que o Fundo Constitucional do Centro-Oeste possa destinar, como destinou no ano passado algo parecido, em torno de 180 milhões, para não só atender o pantaneiro, o pecuarista, mas a própria rede hoteleira, que é uma fonte rica de geração de emprego e renda para o pantaneiro.

Dessa feita, eu acho que esta Subcomissão terá, sim, de forma bem decisiva, que buscar um novo modelo, certamente, para aprimorarmos até atividades que existem naquela região.

Senador Wellington Fagundes, V. Exa., que tem ombreado aqui essa tarefa, essa missão de dar com certeza uma nova perspectiva para a região do Pantanal tanto do Mato Grosso como do Mato Grosso do Sul, pode contar, na figura do Senador Jayme Campos, com um grande aliado. Até porque nós temos o compromisso com a questão da preservação, do ecossistema, dos recursos naturais deste País, mas, particularmente, do Pantanal, que é consagrado Patrimônio da Humanidade já pela própria ONU. Então, V. Exa. tem uma responsabilidade muito grande. Mas eu não tenho dúvida de que nos próximos dias teremos já alguns resultados, como já está havendo alguns resultados de forma bastante proativa. E só assim é que nós poderemos, afinal de contas, resolver grandes e sérios problemas que temos nessa região do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul.

Quero aqui, antes de mais nada, dizer que o Senador Jaques Wagner, Presidente da Comissão, foi muito sensato quando atendeu o pedido de todos nós para a possível criação desta Subcomissão Permanente para tratar dos assuntos do Pantanal. E, muito sensibilizado, inclusive, ele se propôs... À medida que V. Exa. tiver disposição e esta Subcomissão de levar a ele, para ele ver de perto, realmente o que representa o Pantanal, o que o Pantanal pode oferecer de bom para o nosso País, principalmente no que se refere à indústria sem chaminé, que é o turismo, que gera emprego e não polui; muito pelo contrário, é uma indústria que gera emprego e não polui o meio ambiente...

Conte comigo para aquilo que for possível. Com certeza V. Exa., pela sua experiência, pela sua competência, sua dedicação, o seu amor pelo Estado do Mato Grosso, o que é muito importante, e chamamos a atenção aqui para isso... Dizer que o Senador Wellington é um Senador que defende 24 horas por dia aqui os interesses não só do Brasil, mas, de forma especial, os interesses de Mato Grosso, tanto na questão rodoviária, ferroviária, como na questão da educação. Na semana passada, ele anunciou a criação da Universidade Federal de Sinop, porque era apenas um campus avançado. E muita gente falava assim: "Mas lá já tem universidade". Lá era um campus avançado. Depois de uma luta de todos nós, mas, particularmente, do Senador Wellington Fagundes – aqui temos que lhe fazer justiça –, já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizada. O Presidente vai mandar um projeto de lei, vai ser aprovado. E, se Deus quiser, no ano que vem já teremos mais essa universidade federal lá no norte do Estado, como já há lá na cidade de Rondonópolis. E vamos à luta para termos também na região do Araguaia, não é, Senador Wellington?

Então, aqui eu tenho que render as minhas homenagens a V. Exa. Não é à toa que o senhor já tem sete mandatos: seis de Deputado Federal e um mandato de Senador. Isso é pelo seu trabalho. Ninguém consegue se reeleger sete vezes se não for com respeito, com lealdade, mas com trabalho. E V. Exa. tem sido aqui para nós, com certeza, um guia. Tem sido para nós aqui, com certeza, um grande orientador pela sua experiência como Parlamentar no Congresso Nacional.

De forma que eu lhe desejo sucesso, parabéns e estamos juntos com certeza nessa nova empreitada que nós temos que ter para trazermos melhores dias para ao Pantanal, sobretudo para o pantaneiro mato-grossense e do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Jayme, eu quero agradecer imensamente a parceria que temos feito aqui em prol do desenvolvimento do nosso querido Mato Grosso, mas, claro, também do Brasil. E V. Exa., pela sua experiência, por ter sido Prefeito, Governador, duas vezes Senador da República, tem sido uma referência aqui também no Senado e no direcionamento do nosso trabalho. O grande exemplo agora foi exatamente conseguir fazer com que o Mato Grosso fosse o líder nacional, sendo o primeiro Estado a mudar a sua constituição, uma proposta que eu e V. Exa. levamos juntos à Assembleia Legislativa, para o Deputado Botelho, junto, à época, à Deputada Janaina Riva e também ao Deputado Avallone. E toda a Assembleia Legislativa de Mato Grosso encampou esse trabalho, juntamente com o atual Presidente Max. E o próprio Governador Mauro também encampou a ideia, enviou também, novamente, um projeto para a Assembleia Legislativa, até para não ter vício de iniciativa. E chegamos, na semana passada, então, ao apogeu de todo esse trabalho, porque lá estivemos, na segunda-feira na verdade, com o Governador e várias autoridades para lançar exatamente a primeira ferrovia brasileira por autorização estadual, o trecho exatamente de Rondonópolis a Cuiabá e até Lucas do Rio Verde. E V. Exa. foi o nosso líder de toda a bancada, mostrando a importância que isso representava para o Governo Federal, ao Ministro Tarcísio, ao Presidente Bolsonaro, depois de muita discussão, discussão produtiva, em que V. Exa. usou de toda a sua experiência e energia para liderar para que a gente pudesse realmente conseguir mostrar essa importância para o Governo Federal. Então, com isso, o próprio Ministério da Infraestrutura também anuiu a essa nossa iniciativa por parte do Estado de Mato Grosso.

E aí mais uma vez todos nós queremos aqui reverenciar o Senador Vicente Vuolo pelo seu trabalho, pela sua história de luta. Eu, inclusive, tive a oportunidade de acompanhar. V. Exa. era Governador e lutou tanto por aquela ponte rodoferroviária na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul. Em várias audiências estivemos lá. E daí é que foi possível a ferrovia atravessar Mato Grosso do Sul e chegar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mato Grosso, à primeira cidade, Alto Taquari. Então, tudo isso tem uma história. E, é claro, o Vicente Vuolo foi o grande líder, porque, como Senador, propôs a lei. E eu estou falando isso não só pela importância da ferrovia, mas também porque ela margeia parte do nosso Pantanal.

E nós vamos trabalhar aqui nesta Subcomissão, Senador Jayme, para que, inclusive, nos impactos ambientais, na recomposição que a concessionária terá que fazer, parte desses recursos seja direcionada exatamente para o Pantanal, para que possamos proteger ali, já que de Rondonópolis a Cuiabá o Pantanal é bastante extenso também: Itiquira, Rondonópolis, Juscimeira, Barão, Cuiabá, que está praticamente à margem do Pantanal, Santo Antônio do Leverger, Mimoso, onde nasceu o Marechal Rondon.

E eu tenho cobrado muito, Senador Jayme, porque praticamente está pronta a nova rodovia, a primeira rodovia verde do Mato Grosso, em que eu trabalhei muito e, inclusive, leva o nome do meu pai, João Antônio Fagundes, João Baiano, que sai de Rondonópolis, vai a São Lourenço de Fátima, Mimoso, Santo Antônio, Cuiabá. Só faltam 20 quilômetros. E eu já convidei aqui o nosso Presidente Jaques Wagner. Quero levar toda a nossa Comissão, e não só a Subcomissão, para o Pantanal para conhecer essa situação, juntamente com o Ministro Marcos Pontes, do Ministério da Ciência e Tecnologia, visto que nós já estamos agora instalando o Centro de Pesquisa do Pantanal na Universidade Federal de Mato Grosso. Hoje esse centro de pesquisa está ligado ao Estado do Pará.

Então, no Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministro Marcos Pontes está criando essa unidade específica para o Mato Grosso, dentro da universidade, com toda uma infraestrutura que, inclusive, já está construída. Nós abarcaremos a Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade Federal de Rondonópolis e outras tantas universidades, inclusive de outros países, como centros de pesquisas.

Nós vamos lá fazer essa inauguração e vamos também sair de carro de Cuiabá, passando por Mimoso, até Rondonópolis. Eu também aloquei um recurso em Mimoso, onde vamos construir a ponte sobre o rio próximo,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... o Rio Mutum – exatamente! –, que se liga à Lagoa Sinhá Mariana, que teve problemas, este ano, e quase secou. Lá vão ser feitos um grande píer, uma ponte de concreto e um centro de apoio ao turismo. Então, isso tudo já está sendo desenvolvido, e eu agradeço muito a V. Exa., que tem me ajudado nisso.

Nós conseguimos alocar o recurso para a compra, por meio da Metamat, de toda a estrutura para perfurar poços no Pantanal, nas comunidades quilombolas e em outras comunidades ribeirinhas que tanto necessitam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A população mundial deve estar abismada, inclusive, vendo matérias mostrando que o Pantanal está seco, que lá está faltando água. Então, eu vou agora pedir à nossa Comissão que passe um filme mostrando um pouco dessas imagens do que é hoje a realidade do Pantanal.

Eu sei que V. Exa. tem compromissos, mas, depois, eu vou fazer um pronunciamento, para que fique gravado nos *Anais*. V. Exa., Senador Jayme, fique bem à vontade.

Eu quero registrar aqui, também, a presença do nosso companheiro Marcelo Soler, da Univar, o Centro Universitário do Vale do Araguaia, em Barra do Garças, e que atende todo o Araguaia, com muitos cursos universitários, como veterinária e odontologia, enfim, muitos cursos.

Temos aqui trabalhado, com o apoio do Senador Jayme, de toda a bancada, para que Barra do Garças seja o nosso grande centro universitário que já é hoje, com dois centros universitários: a Universidade Federal de Mato Grosso, com dois campus, um em Barra do Garças e outro em Pontal; e também com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, que vai participar de todas as atividades do Pantanal.

Eu quero agradecer aos dois reitores: ao Reitor Evandro, da Universidade Federal; à Reitora Analy Polizel, da UFR; e ao Reitor Julio, do IFMT, com toda a sua equipe. Assim, Marcelo Soler, o centro da Univar pode nos ajudar, não só no Pantanal, mas, principalmente, no trabalho pela recuperação do Araguaia – V. Sa., que teve aqui o seu pai, o nosso Deputado companheiro.

Eu quero agradecer também aqui a todos os que estão nos ajudando com esse trabalho, como o Airton Luciano Aragão Júnior, nosso Secretário da Comissão; a Mariana Miranda Tavares, Secretária Adjunta; o Leife Montalvão, Assistente Técnico; o Marcelo Morales, que é lá do Ministério da Ciência e Tecnologia e tem nos ajudado junto ao Ministro Marcos Pontes, e o Secretário de Política de Pesquisas e Desenvolvimento do MCTI.

Eu quero agora pedir, então, que seja projetado o nosso filme. (*Pausa.*)

Com a tecnologia, às vezes tem que se ter um pouquinho de paciência mesmo. Já está saindo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nossa assessoria está aqui preparando para que a gente possa repetir o vídeo, porque tivemos problema técnico, e eu gostaria que esse vídeo ficasse no ato da criação da nossa Comissão. Esse vídeo eu acho muito importante para que a população conheça e possa perceber, através das imagens, a situação dramática de seca que vivemos hoje, porque está faltando água não só para os animais. Vocês vão ver as imagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas cidades, como Poconé, hoje têm um problema sério de abastecimento de água porque não têm de onde coletar a água para fazer o tratamento.

Então, nós tivemos, inclusive, na semana passada...

Aí, agora as imagens já aparecem.

Essas são as imagens da queimada muito forte do ano passado. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É tão grave o assunto, Presidente, que até o Rio Bento Gomes secou.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O Bento Gomes secou e agora as autoridades, os Prefeitos, etc., querem fazer uma nova adutora para vir do Rio Cuiabá, algo em torno de 28 quilômetros, uma obra caríssima, porque o Bento Gomes, que era o grande fornecedor, secou.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agora voltou.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Além de agradecer a todas essas pessoas que já citei aqui, eu quero citar ainda o nome da Secretária Mauren Lazzaretti, que é Secretária de Meio Ambiente da Sema, no Estado de Mato Grosso, que também tem feito um grande trabalho, inclusive na normatização de uma legislação neste ano, através de um decreto do Governador Mauro, para que se pudesse fazer, pelo menos, a limpeza, os aceiros no Pantanal, porque, principalmente no Pantanal mato-grossense, nós não temos hoje uma legislação que possa normatizar essa situação. Por isso, a importância de aprovarmos aqui o nosso Estatuto do Pantanal.

Há pouco tempo, o Procurador Aras entrou com uma ADI no Supremo Tribunal Federal cobrando exatamente uma posição: enquanto o Congresso Nacional estivesse omisso nessa legislação, que o Pantanal mato-grossense fosse regido pelas mesmas regras da Mata Atlântica. Seria um absurdo se essa posição fosse tomada, porque o Pantanal é um bioma único, claro, um Patrimônio da Humanidade, que, além da sua biodiversidade, tem uma condição de desenvolvimento econômico forte, sustentável, tradicional, secular, através, principalmente, da convivência da pecuária com todo esse meio ambiente.

O que nós tivemos, no ano passado, foi exatamente uma queimada muito grande, exatamente porque, quando a macega, ou seja, aquela camada vegetal que vai se acumulando, fica por muito tempo, vem o fogo, e, aí, sim, a destruição é muito maior. Por isso, a importância de haver pesquisa no Pantanal, com as universidades presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero também agradecer aqui, principalmente, o apoio do Sesc Pantanal no ano passado, que deu toda a estrutura de alimentação, hospedagem, veículos, barcos para que a nossa Marinha do Brasil e também o nosso Corpo de Bombeiros, a quem eu quero aqui agradecer muito, na pessoa do nosso Comandante Alexandre Borges, todo o Corpo de Bombeiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também... Inclusive tivemos, infelizmente, no ano passado, o acidente com um helicóptero, que acabou ceifando a vida de dois militares.

Também eu quero aqui agradecer à Embrapa pelo grande trabalho de pesquisa feito e que continua fazendo; a todas as ONGs, aos voluntários, aos ribeirinhos, aos pantaneiros, aos indígenas, aos quilombolas.

E também eu quero aqui registrar a Unemat (Universidade federal do Estado de Mato Grosso), que também tem participado efetivamente desse trabalho.

E ainda eu destaco, mais uma vez aqui, o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal, que, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, estará agora desenvolvendo todo um trabalho de apoio e pesquisa a toda a necessidade que o Pantanal precisa, exatamente para a sua recuperação.

O Deputado Edinho aqui chega, o nosso companheiro do IBL.

Na pessoa do Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso, o Marcos de Sá Fernandes da Silva, eu quero agradecer a toda a equipe e também ao Alessandro da Silva Galvão, do INPP. Aqui teríamos muitas outras pessoas: na Unemat, o Rodrigo Bruno Zanin, e, na Universidade Federal, eu já falei aqui, o Professor Evandro. E, assim, teríamos que falar de muitas outras pessoas que têm nos ajudado nessa empreitada. Mais uma vez, eu destaco a parceria da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, por meio do Presidente Max; também do Deputado Avallone, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Ainda é importante aqui registrar a Deputada Janaina Riva e praticamente toda a Assembleia Legislativa, que está envolvida nesse trabalho.

Eu agradeço extremamente e sei que vamos precisar contar muito com essa parceria, inclusive, do Tribunal de Contas de Mato Grosso e seu atual Presidente, Guilherme Maluf. Também quero aqui destacar o Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Vamos fazer um grande evento junto com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, com vários membros desse órgão. Vou destacar aqui o Marcos Henrique Machado, Desembargador, que tem sido líder junto ao CNJ.

Esse trabalho nós vamos fazer procurando envolver a todos. É importante também envolver o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça. Ontem eu conversava muito com o Ministro Gilmar Mendes sobre essa necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou fazer o meu pronunciamento para que a gente possa encerrar. Eu quero agradecer o empenho de todos da Comissão em atender o meu requerimento para a instalação dessa Subcomissão Permanente do Pantanal.

Será tempo de muito trabalho e de muita dedicação para que as diretrizes emanadas na proposta que apresentei possam, efetivamente, ser atingidas em pleno êxito. Claro, vamos trabalhar juntamente com a bancada federal. Na Câmara dos Deputados, há também a Subcomissão Permanente e a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, onde temos muitos Parlamentares que estiveram conosco. A nossa Deputada do Mato Grosso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Rosa Neide. Isso mesmo. Deu um branco aqui, mas a Rosa Neide fez um trabalho extremamente importante no ano passado, e vamos continuar trabalhando juntos.

Eu quero dizer que estaremos aqui em oito Parlamentares: Jayme Campos, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros, Plínio Valério, além da minha condição de estar aqui presidindo os trabalhos. Mas, com toda a certeza, nós contaremos com a participação de muitos outros Parlamentares que nos emprestarão também a experiência e o conhecimento para os temas que pretendemos tratar, tendo como meta encontrar formas de proteção ao bioma Pantanal, experiência e conhecimento que serão bem-vindos também daqueles que lá habitam, como os ribeirinhos, os índios, os quilombolas, os criadores de bovinos, os proprietários de pousadas, enfim, na criação de políticas públicas e no aprimoramento da legislação E aí é importante, mais uma vez, dizer aqui, Deputado Edinho, que em mais de 95% do território pantaneiro, quem tem a responsabilidade de cuidar são os proprietários privados. Então, a responsabilidade é muito grande. Quem tem uma fazenda no Pantanal, até para preservar, pode sofrer consequências, porque nós não temos uma legislação clara. Por isso é importante...

E quero aqui mais uma vez aqui chamar a atenção, tanto no Mato Grosso, como no Mato Grosso do Sul... Mato Grosso do Sul é mais evoluído, inclusive tem uma legislação estadual já muito mais atualizada, o Pantanal do Mato Grosso do Sul também é um Pantanal onde há uma exploração sustentável também – digamos – com uma boa convivência do homem pantaneiro com o desenvolvimento econômico e com a preservação. Por isso, nós queremos fazer uma legislação que ajude, que atualize a mato-grossense, mas também que não venha, claro, prejudicar aqueles que estão ali fazendo o seu papel de preservar o nosso Pantanal.

Experiência e conhecimento que serão bem-vindos também daqueles que lá habitam, como os ribeirinhos, os índios, os quilombolas, os criadores de bovinos, os proprietários de pousadas, enfim, na criação de políticas públicas e o aprimoramento da legislação. Queremos, sim, seguir ouvindo a voz das comunidades tradicionais. Infelizmente, esta Subcomissão está sendo criada motivada por um período crítico enfrentado pelo bioma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, o Brasil e o mundo acompanharam a tragédia que se abateu sobre esta que é a maior área alagada do planeta, um dos grandes santuários ecológicos do mundo. Foram cerca de 4 milhões de hectares consumidos pelos incêndios, afetando diretamente a fauna, a flora e a vida do homem pantaneiro. Este ano, como já era previsto, a situação já se repete. Entre janeiro e agosto deste ano, o fogo consumiu 700 mil hectares no Pantanal. A marca é o equivalente a todo 2013 e 2015, e maior do que 2014 e 2018, de acordo com o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Números de agosto já vencidos, porque os incêndios florestais, Sr. Presidente, continuam debelando o nosso bioma. Esse quadro, infelizmente – volto a dizer –, não deverá ficar restrito a esses dois anos. A seca severa deve continuar por mais três, quatro, até cinco anos. Esses são dados de toda a meteorologia, de todas as pesquisas.

Por isso, diante desse alerta, não podemos alegar o fator surpresa para não adotar medidas de prevenção para evitar que os incêndios voltem a provocar uma tragédia. Temos que agir, e agir rápido. Aliás, estamos agindo. O Congresso Nacional brasileiro, especialmente o Senado Federal, ao instalar esta Subcomissão, monta, na verdade, um fórum permanente para debate sobre o bioma em todas as suas dimensões. Na outra ponta, temos também que cuidar da legalidade. Por isso, já disse aqui e quero repetir: temos um estatuto do Pantanal, proposta por mim apresentada, a ser aprovado, sob pena de metas de uso e ocupação do bioma pelos seus povos tradicionais acabarem nas regras definidas pelas leis que regem, então, como eu disse, a Mata Atlântica, ou seja, sem nenhum uso.

O Congresso está pressionado por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, por omissão, movida pela Procuradoria-Geral da República, junto ao Supremo Tribunal Federal, para dar uma resposta legislativa ao nosso Pantanal. Agora, no entanto, neste momento estamos mais voltados para os danos que batem à porta dos habitantes vivos do bioma pantaneiro. No lugar onde deveria ser diferente, os animais que fazem do bioma o seu grande berço de reprodução têm, infelizmente, novamente enfrentado uma luta desesperada pela vida. Vocês já viram, agora há pouco, aqui nas imagens.

Em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, voluntários trabalharam com todas as forças e energia resgatando bichos alvos do fogo ou que sofrem com a falta d'água ou alimentos, em diversos pontos. E aí eu quero agradecer a todos os voluntários que levaram, ano passado, alimento, e que continuam agindo ali para salvar esses animais. Longe de querer pintar um quadro apocalíptico, é preciso, no entanto, ter em mente que, a persistir, o futuro de populações inteiras que habitam o Pantanal é muito incerto. Correm risco de ficar sem água até para o consumo.

Das 73 comunidades existentes no Pantanal de Poconé, pelo menos 30 já estão diretamente afetadas pela falta de água. Consequência lá, consequência cá. A população urbana também corre o risco de viver o racionamento de água, já que a única fonte de abastecimento da cidade daquela região de Poconé, do portal de entrada do Pantanal, é exatamente o Rio Bento Gomes, que já secou em grande parte da sua extensão e está com nível extremamente baixo, fora completamente do normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o nível do Rio Paraguai, que é o principal rio da nossa região, foi, no passado... De agora, ele está de 18 centímetros negativos, agora na última segunda-feira, dia 20. São 18 centímetros negativos! A média dessa data, historicamente, é de 3 metros. Olha só a diferença! Dezoito centímetros negativos é o menor nível no mesmo dia, nas últimas cinco décadas, ou seja, nos últimos 50 anos. Portanto, essa é a realidade que temos de enfrentar, e creio firmemente, e aí repito, creio firmemente que venceremos! Temos que vencer, nós precisamos pensar nas futuras gerações, porque, acima de tudo, acredito na capacidade humana de encontrar soluções nas adversidades.

O ato de hoje – aqui eu quero falar em nome do Senador Jaques Wagner, da criação dessa Subcomissão, desse fórum permanente – seguramente será lembrado na história, para que as futuras gerações saibam que, em 2021, homens e mulheres deste Congresso Nacional lutaram, juntamente com a sociedade, para que eles pudessem conhecer o Pantanal da mesma forma que nós conhecemos: um Pantanal vibrante e cheio de vida! Muito obrigado.

Eu quero aqui dizer que também já estamos trabalhando e já convidei a Ministra Flávia Arruda, nossa companheira do PL, que é Ministra de Governo, juntamente com o Ministro da Ciência e Tecnologia. Também já está definida a ida do Ministro da Educação, faço questão aqui de dizer, na oportunidade de ser Relator do orçamento do MEC para o próximo ano, e o Ministro já nos garantiu a presença lá, provavelmente dia 1º, na universidade federal. Vamos visitar Várzea Grande para a conclusão do *campus* da Universidade Federal de Várzea Grande, além do *campus* do IFMT de Várzea Grande e outras obras no Estado de Mato Grosso, e até vamos discutir também a implantação da terceira universidade federal do Estado de Mato Grosso.

E eu quero destacar aqui a criação da Universidade Federal de Rondonópolis. Eu sou nascido em Rondonópolis, filho de um baiano que foi para lá a pé, portanto com toda a história que representa hoje o Mato Grosso: o maior produtor de grãos, o maior produtor de proteína animal, graças a esse trabalho de brasileiros de todos os recantos, Deputado Edinho, inclusive os sulistas que foram para lá desbravar o Cerrado.

Estivemos agora nas cidades de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde. Também foi aniversário de Sinop. E, com certeza, a agroindústria daquela região é um exemplo para o mundo, com uma agricultura de ponta. Estamos fazendo uma agricultura com alta tecnologia, com alta precisão. Então tudo isso será fonte e é fonte de pesquisa para o desenvolvimento e a produção de alimentos, que é do que o mundo precisa.

Na nossa Universidade Federal de Rondonópolis, nós tivemos a formatura da segunda turma de medicina, e lá esteve o Ministro Queiroga, o Ministro da Saúde, no dia da formatura. E a Universidade Federal de Rondonópolis inovou, criando em todos os seus cursos duas vagas suplementares para os nossos irmãos indígenas. E neste dia, então, formou-se a segunda turma de Medicina, com nota cinco. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faculdade de Medicina de Rondonópolis recebeu nota cinco, a nota máxima, e é o curso mais bem avaliado do Centro-Oeste brasileiro. E, entre os formandos, exatamente formou uma irmã indígena nossa, lá do Xingu.

Então, tudo isso é exemplo de inovação do nosso Estado, e a criação de uma universidade permite isto: que seja uma universidade desenvolvimentista, de acordo com as regiões, já que Mato Grosso é um Estado de 900 mil quilômetros quadrados, um Estado muito grande, com regiões bem definidas. A nossa baixada cuiabana, com a capital Cuiabá, Rondonópolis liderando a região sudeste, Barra do Garças liderando a região do Araguaia e agora, também com o lançamento da Fico – e a expectativa é que nesses próximos cinco anos tenhamos a chegada da Fico saindo de Mara Rosa, a Cocalinho, Nova Nazaré até Água Boa, que também será transformado num grande polo de desenvolvimento –, o nortão de Mato Grosso, com a grande capital Sinop, que representa toda essa região da Amazônia mato-grossense. E os brasileiros que para lá foram, chamados pelo Governo a época para ocupar a Amazônia, para não entregar a Amazônia – esses brasileiros, principalmente os sulistas – cumpriram muito bem esse papel.

Por isso a gente luta muito aqui para fazer a regularização fundiária: porque as pessoas sem documento não têm como pegar empréstimo, não têm como fazer o desenvolvimento. E todo pai, toda mãe quer deixar o patrimônio documentado para a sua família. Então, famílias que estão lá há 30, 40 anos e até hoje não receberam o documento se deve, na verdade, à ausência do Estado, porque as pessoas cumpriram o seu papel, então merecem esse respeito por parte do Estado brasileiro.

Agradeço imensamente e desejo aqui que possamos fazer um grande trabalho, pedindo a Deus a proteção e, principalmente, a inspiração aos homens e mulheres comprometidos com o Pantanal Mato-Grossense.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e um, no Remota, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Carlos Fávaro e Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal n° 1, de 2021** que: "Requer, nos termos do Artigo 90, IX, XI e XII do RISF, que a Subcomissão do Pantanal acompanhe a "Conferência sobre Estatuto do Pantanal (Projeto de Lei nº 5.482/2020)", a realizar-se no período de 10 a 12 de novembro de 2021, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na Cidade de Cuiabá – MT, além de enviar um dos Consultores Legislativos que participaram dos trabalhos da CT – PANTANAL, ao evento em tela, para colher subsídios para este colegiado." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal n° 2, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da CF/88 e art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de um ciclo de 4 (quatro) audiências públicas, inicialmente, até o final da Sessão Legislativa, para debater o PL 5.482/2020, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente da Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Eu quero desejar, nesta nossa manifestação, na Subcomissão de Proteção ao Pantanal, um bom-dia a todos e quero saudar, em primeiro lugar, o povo brasileiro, que nos acompanha, neste momento, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelos demais meios de comunicação desta Casa e ainda, é claro, pelas redes sociais também.

Aproveito, Srs. Senadores, para cumprimentar de forma especial a população mato-grossense, que tem me dado a oportunidade de representá-la aqui neste Parlamento.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esta é a primeira reunião de trabalho da Subcomissão do Pantanal, e é sempre bom lembrar os motivos pelos quais, a meu pedido, a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Jaques Wagner, decidiu criar este Colegiado: não apenas pelas queimadas, resultado da pior seca registrada no bioma Pantanal nos últimos 50 anos, que causa empobrecimento dos solos, devastação das florestas e, ainda, a emissão de gases tóxicos na nossa atmosfera; não foi porque, lamentavelmente, 30% do bioma foram consumidos pelo fogo, gerando prejuízos ambientais, econômicos e sociais sem precedentes; também não foi porque, nesse quadro dramático, se registrou uma das mais severas perdas da biodiversidade nesse bioma Pantanal.

Cumprimento aqui também o Senador Izalci, o Senador Carlos Fávaro, que já estão na tela.

Esta Subcomissão foi criada para que, na prática, esses acontecimentos deixem de ocorrer no futuro, para que homens, animais e plantas deixem de pagar, com sacrifício, eventual falta de iniciativas que possam ser tomadas em benefício comum, e faremos isso a partir do debate que estamos propondo sobre o Estatuto do Pantanal.

Esse estatuto, que vamos discutir a partir dos requerimentos que estamos apresentando, é resultado do trabalho realizado pela Comissão Temporária criada naquela ocasião, que reuniu vários Senadores, tanto de Mato Grosso quanto do Mato Grosso do Sul, além da importante participação dos nobres colegas Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e também do Senador Esperidião Amin. Durante 90 dias, essa Comissão realizou várias audiências para discutir com diferentes segmentos da sociedade a situação do Pantanal e as alternativas para um desenvolvimento sustentável acima de tudo.

Desse trabalho surgiu o relatório do eminente Senador Nelsinho Trad, lá do Mato Grosso do Sul, nosso Estado irmão, em que foram propostas várias ações. Algumas dessas ações já se tornaram realidade, e hoje registramos um número bem maior de incêndios no bioma. Aliás, hoje, na verdade, Sr. Presidente, com essas ações tomadas – eu quero aqui corrigir –, nós diminuímos o número de incidentes no bioma Pantanal. Prestem atenção: por ações que foram executadas, temos um quadro, senão aquilo que imaginamos, que ao menos mostra que agimos em conjunto. É possível, portanto, evitar que as perdas se multipliquem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, informo a todos que, na próxima semana, estaremos realizando em Cuiabá, na nossa capital de Mato Grosso, uma conferência para discutir esse estatuto, buscando aperfeiçoá-lo de maneira que garanta a segurança jurídica necessária a todos que vivem, usam ou visitam o nosso Pantanal.

Quero lembrar aqui que o Congresso Nacional foi colocado na condição de omissão pelo Ministério Público. Foi colocado, repito, na condição de omissão pelo Ministério Público Federal exatamente por não legislar sobre o bioma Pantanal. Por isso, corre no Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade cobrando do Parlamento um regramento jurídico para o nosso bioma. E até lá, companheiros, até que todos nós possamos entregar ao Brasil uma legislação, a Procuradoria-Geral da República pede que o STF determine que sejam aplicados os ditos do arcabouço jurídico da Mata Atlântica, que não encontram qualquer semelhança com o nosso Pantanal.

Durante a conferência em Cuiabá, vamos trabalhar pelo aperfeiçoamento dessa proposta de legislação e vamos ouvir cientistas, pesquisadores e representantes do Poder Judiciário e, claro, também do Senado Federal e da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. E a população, como um todo, poderá participar através dos nossos meios de comunicação.

Para os dois dias de debate entre Parlamentares e debatedores, foram convidados 19 especialistas em diversas áreas de formação, como biólogos, juízes de direito, advogados, engenheiros, agrônomos e outros profissionais, como também professores e desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e também do Mato Grosso do Sul.

Quero aqui, então, convidar todos para estarem presentes e acompanharem esse evento, que deve ser um marco para um dos mais importantes biomas brasileiros.

E eu quero aqui falar em nome do Desembargador Marcos Henrique Machado, que é um desembargador que está comprometido com a causa, trabalhando muito e nos ajudando na organização, na parceria com a Assembleia, desse grande evento.

Esse é, aliás, o primeiro item dos nossos trabalhos da manhã de hoje.

O segundo item propõe exatamente cumprir a finalidade desta Comissão e a realização de audiências públicas para debater o PL 5.482, de 2020, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e também altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Com isso, eu quero aqui também já dizer que, havendo número regimental, está declarada aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Proteção ao Bioma Pantanal, vinculada à Comissão de Meio Ambiente.

Objetivo e diretrizes da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos apresentados à Subcomissão e ocorre de modo exclusivamente remoto.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou também no *chat* da ferramenta.

Aqui está o requerimento, que já está aprovado, senhores. Por isso, solicito à Secretaria da Subcomissão oficiar ao Consultor-Geral e à Diretora-Geral da Casa no sentido do encaminhamento das providências aprovadas no âmbito administrativo.

Este é o primeiro requerimento:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL Nº 1, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Artigo 90, IX, XI e XII do RISF, que a Subcomissão do Pantanal acompanhe a "Conferência sobre Estatuto do Pantanal (Projeto de Lei nº 5.482/2020)", a realizar-se no período de 10 a 12 de novembro de 2021, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na Cidade de Cuiabá – MT, além de enviar um dos Consultores Legislativos que participaram dos trabalhos da CT – PANTANAL, ao evento em tela, para colher subsídios para este colegiado.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Ainda o outro item, o item 2, também de minha autoria.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL Nº 2, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da CF/88 e art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de um ciclo de 4 (quatro) audiências públicas, inicialmente, até o final da Sessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativa, para debater o PL 5.482/2020, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Com isso, eu quero aqui pedir a todos os Senadores a possibilidade de votarmos em bloco esses dois requerimentos, mas também abro a palavra para algum Senador que queira fazer algum comentário. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos diretamente à votação.

Aqueles Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados por unanimidade.

Com isso, eu quero aqui agradecer a presença dos Senadores nesta reunião da Subcomissão do Pantanal, agradecer ao nosso Presidente Jaques Wagner e agradecer a todos os Senadores.

Nada mais havendo a tratar, eu vou dar como encerrada a presente reunião, desejando também uma boa semana a todos, já que tivemos um feriado, tivemos ontem o Dia dos Finados, dia de fazermos as nossas reflexões e as nossas orações para aqueles que se foram. E, infelizmente, hoje, qual família que não tem alguém que foi envolvido nesta triste doença que é a covid-19 ou algum amigo?

Por isso, eu quero aqui encerrar dizendo a todos os brasileiros que eu estive, na semana passada, na sexta-feira, no Butantan, juntamente com o Senador Styvenson Valentim, que é o Presidente da Comissão da Covid em exercício, também com o Morales, que é o Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, representando o Ministro Pontes, e também com nossos técnicos e colaboradores que lá estiveram. Eu quero aqui registrar para todos os brasileiros que nos assistem que essa foi uma das reuniões mais produtivas que tivemos. E quero aqui parabenizar todos os cientistas do Instituto Butantan, através do seu Presidente, o Presidente Dimas Covas. O que constatamos lá foi uma revolução em termos de trabalho que está sendo feita naquele instituto, com a construção, o avanço, inclusive, do seu parque fabril. Lá pudemos ver e acompanhar a produção da vacina da influenza, que é uma tecnologia de inoculação em ovo. E a mesma tecnologia está sendo usada para a produção da vacina contra a covid, a ButanVac. Então, além dessa vacina produzida pelo Instituto Butantan, também temos o Instituto Fiocruz que está desenvolvendo. Nós queremos fazer uma visita também ao Instituto Fiocruz, pois mais outras 14 pesquisas estão sendo feitas patrocinadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

É importante destacar que quatro dessas quatorze vacinas já estão na fase final de testes e, agora no mês de novembro – estava previsto para o dia 5, mas foi prorrogado até o final do mês –, nós deveremos estar em Salvador para aplicar no braço dos brasileiros uma vacina 100% com tecnologia nacional. Isso nos traz esperança, isso nos traz a certeza de que vamos fazer a retomada econômica no próximo ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também e principalmente, eu falo aqui, como Relator da Comissão de Orçamento na área de educação, que, com certeza, nós precisamos propiciar a todos os nossos alunos o retorno às aulas com segurança. Para isso, já adianto aqui que o orçamento do Ministério da Educação deverá ter um incremento de 28%. Por isso, eu quero aqui agradecer imensamente ao Ministro Paulo Guedes, com toda a sua equipe, à nossa Presidente da Comissão de Orçamento, Rose de Freitas, também ao nosso Relator Hugo Leal e a todos os membros da Comissão.

Quero aqui reafirmar que vou estar, como Relator do Ministério da Educação, fazendo um trabalho conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, porque entendemos que esses dois ministérios têm um compromisso muito forte com o Brasil, tanto na volta das crianças às escolas com segurança, como também, claro, com as pesquisas para que a gente tenha a produção de uma vacina que vai dar segurança para todos os brasileiros e, claro, também para os nossos profissionais da educação e para os nossos alunos.

Com isso, nada mais havendo a tratar, eu quero dar por encerrada esta reunião, agradecendo aqui, mais uma vez, ao Presidente Styvenson Valentim, que presidiu a Comissão, e toda a equipe do Instituto Butantan, através do seu Presidente Dimas Covas.

Um grande abraço, um bom dia e felicidade a todos os brasileiros que nos assistem.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 967D22710041D428.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.